

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

Rodrigo Ribeiro de Andrade  
Juciene Ricarte Apolonário  
Edvânia da Silva Nascimento  
(Editores)

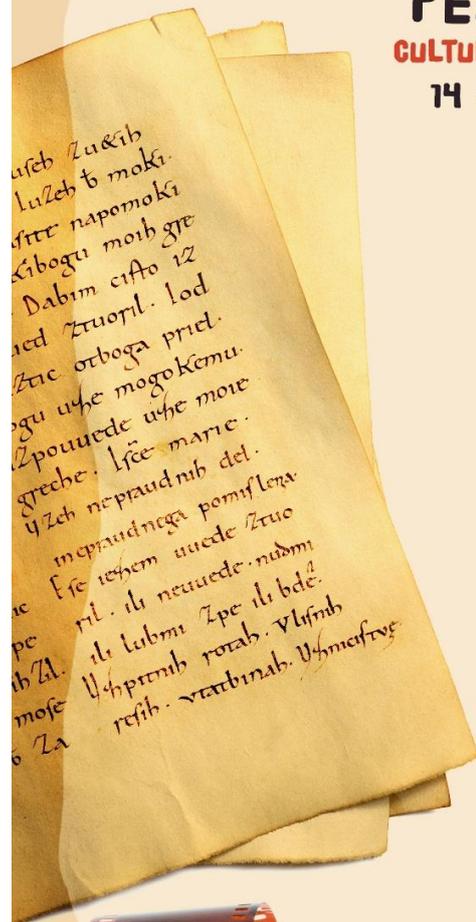


## III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:

**CULTURA, PODER, SOCIEDADE E IDENTIDADE**

**14 A 17 DE NOVEMBRO DE 2019**

# ANAIS



REALIZAÇÃO:



Apoio:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Prof. Dr. Vicemário Simões  
Reitor

Prof. Dr. Camilo Farias  
Vice-Reitor

PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROF. DR. BENEMAR ALENCAR DE SOUZA  
Pró-Reitor

CENTRO DE HUMANIDADES  
Profa. Dra. Fernanda Leal  
Diretora

UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA  
Prof<sup>o</sup>. Dr. Roberval Santiago  
Coordenador Administrativo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
Prof<sup>a</sup> Dr José Otávio Aguiar  
Coordenador

III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA  
Juciene Ricarte Apolinário  
Coordenadora Geral

Prof<sup>a</sup> Dr Iranilson Buriti de Oliveira.  
Presidente da Comissão Científica

EDITORES DOS ANAIS  
Rodrigo Ribeiro de Andrade  
Juciene Ricarte Apólinario  
Edvânia Da Silva Nascimento

## FICHA CATALOGRÁFICA

### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

(14 a 17 de Novembro de 2019:

Campina Grande, PB - Brasil)

FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA – CULTURA, PODER, SOCIEDADE  
E IDENTIDADE: Anais eletrônico do III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES  
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

/Juciene Ricarte Apolinário, Edvânia da Silva Nascimento e Rodrigo Ribeiro de Andrade (Org.).  
– Campina Grande

2020.

ISSN: 21764514

1. História. 2. Fontes. 3. Documento. 4. Cultura 5. Poder. 6. Sociedade. 7. Identidade

## **COMISSÃO ORGANIZADORA**

Coordenação Geral - Profa. Dra. Juciene Ricarte Apolinário (PPGH/UFCG)

José Otávio Aguiar (UFCG)

Regina Coelli Gomes Nascimento (UFCG)

Rosilene Dias Montenegro (UFCG)

Azemar dos Santos Soares Junior (UFCG)

Elizabeth Christina de Andrade Lima (UFCG)

Michelly Pereira de Sousa Cordão (UFCG)

Rodrigo Ceballos (UFCG)

Maria Liége Freitas Ferreira (UFCG)

José Luciano Queiroz Aires (UFCG)

Silêde Leila Oliveira Cavalcanti (UFCG)

## **COMISSÃO CIENTÍFICA**

Prof<sup>a</sup> Dr Iranilson Buriti de Oliveira

Presidente da Comissão Científica

Angelo Adriano Faria de Assis (UFV)

Carmén Margarida Oliveira Alveal (UFRN)

Claudia Engler Cury (PPGH/UFPB)

Cristiano Luís Christillino (UFPE)

Edjane Dias (UFCG)

Gilmária Salviano Ramos (UFV/MG)

Idelma Aparecida Ferreira Novais (LIDI/UESB)

Iris Kantor (USP)

Leonardo Cândico Rolim (UERN)

Marinalva Vilar Lima (UFCG)



Ricardo Pinto de Medeiros (UFPE)

Roque Felipe de Oliveira Filho (UESB)

Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## APRESENTAÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em História da UFCG propõe retomar um dos seus importantes eventos, cujo tema principal está direcionado a reflexão sobre o uso e abuso das fontes históricas. O evento se propõe a debater, discutir e difundir os desafios, os limites e as possibilidades que as experiências de pesquisa com a utilização de fontes documentais têm imposto ao ofício do historiador, de modo que novos caminhos e perspectivas sejam delineados para enriquecer e fortalecer a prática da história.

Ampliou-se as fontes para a escrita da História, ampliação essa propiciada, por sua vez, pelo surgimento de um leque de possibilidades teórico-metodológicas, favorecendo o enfoque de variadas temáticas sob diferentes ângulos.

A possibilidade metodológica de se trabalhar com variadas fontes documentais permite também um diálogo ampliado entre a História e outros saberes, como a Antropologia, Linguística, Pedagogia, Geografia, etc., tornando os exercícios de crítica interna às fontes mais rigorosos e produtivos.

Além do que foi exposto, é preciso que cada vez mais as instituições e a sociedade desenvolvam uma consciência de que a preservação das fontes documentais possibilita a valorização da memória local, regional e nacional. Contribuindo para estabelecer um elo entre passado e presente através das pesquisas históricas. As fontes históricas, registradas de diversas formas e em diferentes suportes, devem ser uma preocupação de todos os pesquisadores, não só da área da História, mas de diferentes saberes.

Abre-se, portanto, este Seminário, para trazer à tona diferentes discussões sobre documentos, no intuito de compartilhar saberes e métodos, discutir paradigmas de interpretação em uma perspectiva interdisciplinar.

**Juciene Ricarte Apolinário**

Professora do Programa de Pós-Graduação da UFCG, Paraíba, Brasil  
Pesquisadora do Centro de Humanidades da Universidade de Lisboa, Portugal  
Pesquisadora Associada A Universidade da Sorbonne, Paris III, França, Paris.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## SUMÁRIO

GRUPO DE TRABALHO 01: .....	9
SUJEITOS E FONTES PARA A HISTÓRIA DA AMÉRICA COLONIAL: POSSIBILIDADES DE PESQUISA.....	9
GRUPO DE TRABALHO 02: OS POVOS INDÍGENAS NA HISTÓRIA DO BRASIL: UMA PERSPECTIVA PARA O USO DE FONTES NO ENSINO E NA PESQUISA HISTÓRICA .....	43
GRUPO DE TRABALHO 03: LINGUAGENS HISTORIOGRÁFICAS E AS FONTES HISTÓRICAS .....	105
GRUPO DE TRABALHO 04: A ARQUITETURA DA CIDADE E SUA DOCUMENTAÇÃO.....	180
GRUPO DE TRABALHO 05: FONTES HISTÓRICAS PARA OS ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE AFRO-BRASILEIROS. ....	292
GRUPO DE TRABALHO 06: METODOLOGIA DA HISTÓRIA ORAL: USOS E DESAFIOS NO OFÍCIO DO HISTORIADOR.....	311
GRUPO DE TRABALHO 07: ARQUIVOS, FONTES E NARRATIVAS PARA A HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DA SAÚDE .....	352
GRUPO DE TRABALHO 08: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: TRILHAS INVESTIGATIVAS, INDÍCIOS DE PESQUISA, FONTES E ARQUIVOS .....	393
GRUPO DE TRABALHO 09: HISTÓRIA CULTURAL DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS .....	527
GRUPO DE TRABALHO 10: ENSINO DE HISTÓRIA E FORMAÇÃO DE DOCENTE .....	686
GRUPO DE TRABALHO 12: FONTES PARA A HISTÓRIA AMBIENTAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: DEBATES TEÓRICOS, ENFOQUES CRIATIVOS E TENDÊNCIAS ATUAIS .....	757
GRUPO DE TRABALHO 14: MULHERES NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA: GÊNERO, MÍDIA, PADRÕES DE MASCULINIDADES E FEMINILIDADES .....	818
GRUPO DE TRABALHO 16: PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: DIFERENTES FONTES HISTÓRICAS E DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES .....	879
GRUPO DE TRABALHO 17: DESVELAR OS MONSTROS, DAR VOZ AOS INTOLERADOS... INQUISIÇÃO E RELIGIOSIDADES NO MUNDO IBÉRICO E COLONIAL .....	938
GRUPO DE TRABALHO 18: HISTÓRIA E LITERATURA: DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR ENQUANTO FONTES E ABORDAGENS TEMÁTICAS.....	974
GRUPO DE TRABALHO 19: ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E INSTITUIÇÕES NO BRASIL COLONIAL .....	1009





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

GRUPO DE TRABALHO 21: PROCESSOS POLÍTICOS E CULTURAS POLÍTICAS NO BRASIL DO  
PÓS-GOLPE DE 1964: FONTES, MÉTODOS E EXPERIÊNCIAS ..... 1017





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

# GRUPO DE TRABALHO 01: SUJEITOS E FONTES PARA A HISTÓRIA DA AMÉRICA COLONIAL: POSSIBILIDADES DE PESQUISA

COORDENADORES: LEONARDO CÂNDICO ROLIM (UERN) E RODRIGO  
CEBALLOS (UFCG)





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## COMUNICAÇÃO ORAL

### DE COMO COMERCIAR NO PORTO: ESTUDOS DE CASO DE DOIS PILOTOS PORTUGUESES NA BUENOS AIRES SETECENTISTA

Rodrigo Ceballos

Professor associado UFCG/CFP

rcovruski@gmail.com

Em novembro de 1619 chegou ao porto da cidade da *Santísima Trinidad y Puerto de Santa María de los Buenos Aires*, o navio Nossa Senhora da Conceição pilotado pelo mestre Bartolomé Fernandez. Vindo da Bahia, o navio trouxe uma série de mercadorias por meio de licenças comerciais concedidas a *vecinos* pelo ex-governador Hernan Arias de Saavedra.

Entre os anos de 1615 a 1618, quando esse *criollo* nascido em Assunção e conhecido pelo nome de Hernandarias governava pela quarta vez a província do Rio da Prata e Paraguai, permitiu a alguns moradores *beneméritos* da cidade-porto de Buenos Aires o direito de exportar os chamados *frutos de la tierra* para cidades litorâneas do Brasil para trazer, em seu retorno, produtos úteis para a manutenção da *republica*.

Fundada em 1580, quando da união das coroas ibéricas, não tardou para que Buenos Aires se tornasse um porto estratégico, não apenas militarmente, mas também de entrada e saída de mercadorias em rotas interioranas e atlânticas paralelas às controladas pelos centros administrativos e comerciais do Alto Peru. Devido às denúncias de contrabando, em 1593, o vice-rei do Peru, o marquês de Cañete, proibiu qualquer tipo de comércio atlântico em Buenos Aires e o desembarque de passageiros no seu porto. No ano seguinte, o monarca Felipe II de Castela ratificou tal decisão por





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Cédula Real proibindo a comercialização através do rio da Prata de mercadorias, inclusive escravos, vindos do Brasil, Angola ou Guiné. (MOLINA, 1959) A entrada de navios apenas estava permitida às embarcações despachadas pela Casa de Contratação de Sevilha.

Por outro lado, tateando por um equilíbrio de interesses locais e reconhecendo a importância estratégica do porto de Buenos Aires, a coroa espanhola ordenou a construção de um *presídio* (forte) e o deslocamento de soldados para a cidade, e ainda permitiu em 1595 a entrada anual de dois navios de permissão, livre da rota das *flotas* y *galeones*. Mesmo tendo um caráter simbólico, essas visitas comerciais vindas pelo chamado Mar do Norte representavam possibilidades de participação ativa dos *vecinos*, moradores com direitos a solares, chácaras, *vaquerías*, mão de obra indígena e representação junto ao Cabildo da cidade-porto.

Em 1602 o rei voltou a emitir uma série de cédulas reais que reforçaram a proibição do desembarque de portugueses (e de outros estrangeiros) sem licenças, mas deu a liberdade, mesmo que limitada, de comércio dos *vecinos* do porto com o Brasil através da emissão de licenças pelos seus representantes régios. Estas cédulas permitiram por seis anos que em navios próprios fossem transportados anualmente ao Brasil e Guiné, assim como a outras terras vizinhas de domínio espanhol, até 2.000 *fanegas* de farinha, 500 quintais de carne seca e 50 arrobas de sebo.<sup>1</sup> Em seu retorno, podia-se trazer roupas, lenços, calçados, ferro, aço e outros produtos para serem consumidos unicamente em Buenos Aires.<sup>2</sup>

As restrições permaneceram com as cédulas reais emitidas em 1618 e em 1622. Em 1618 foi fundada a alfândega seca em Córdoba, cobrando impostos de até 50% dos produtos que obrigatoriamente passavam pelo interior, rumo ao Alto Peru. A coroa mostrava-se atenta às práticas comerciais dos *vecinos* e garantia o interesse na manutenção da *Carrera de Indias*, contribuindo para o desenvolvimento do monopólio

<sup>1</sup> Uma *fanega* espanhola equivale aproximadamente a 4,68 arrobas portuguesas (68,8 kg) e um quintal a 100 arrobas espanholas (50,8 kg).

<sup>2</sup> Real Cédula de 20 de agosto de 1602, permitindo la exportación de frutos al Brasil y Guinea. In Archivo de la Nación Argentina. *Reales Cédulas y Provisiones* (1517-1662). Tomo 1. Buenos Aires, 1911. pp. 52-53.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

comercial da capital do vice-reino do Peru. Por outro lado, a cédula de exportação de *frutos da terra* seria renovada – inclusive por *ordenanzas* de funcionários da Audiência de Charcas e pelos governadores da província do Rio da Prata – ao longo da primeira metade do século XVII.

Essas cédulas permissionárias terminaram dando ao porto de Buenos Aires uma característica singular de semiabertura comercial. Ao tempo em que estavam proibidas as entradas de escravos, a não ser por meio de contratos encaminhados por *asientistas*, as mercadorias permitidas a serem desembarcadas em nome de *vecinos* deveriam vir comprovadamente em retorno aos produtos da terra que haviam sido enviados ao Brasil. Na prática, este direito de licenças comerciais de entrada e saída de produtos naturais e mercadorias europeias eram repartidas pelo governador e seu *teniente* aos *vecinos* do porto conforme suas convicções. O governador tinha de manter uma amistosa e tensa relação com os membros do Cabildo, capaz de garantir o comércio de grupos de poder locais envolvidos com oficiais régios, licenciados e outras redes de interesses que levavam até Charcas.

Buenos Aires praticamente nasceu como uma cidade-porto de comércio proibido. Pouco mais de uma década após sua fundação na embocadura do Rio da Prata, com privilegiada ligação ao Oceano Atlântico, as cédulas reais buscaram regulamentar e limitar os tratos e contratos naquela região.

Coincidentemente, a segunda fundação de Buenos Aires ocorreu no mesmo ano da união das coroas ibéricas.<sup>3</sup> Mas este fato, por si só, não explica a forte proximidade comercial que o porto rio-platense construiu no final do século XVI e ao longo da primeira metade do século XVII com cidades do Estado do Brasil.

A presença de lusitanos na América espanhola ainda na primeira metade do século XVI e as proximidades geográfica e cultural entre os reinos de Portugal e Espanha certamente propiciaram o estreitamento de laços comerciais nas Índias

---

<sup>3</sup> Em 1536, o conquistador espanhol Dom Pedro de Mendoza fundou um porto na embocadura do Rio da Prata. O isolamento deste povoado nomeado de Nuestra Señora Santa María del Buen Aire motivou, em grande parte, o seu abandono em 1541. Em 1580, o *teniente de gobernador* do Rio da Prata e Paraguai, Juan de Garay, partindo de Assunção com alguns colonos fundou novamente a estratégica cidade com o título de Santísima Trinidad y Puerto de Santa María de los Buenos Aires.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Ocidentais. Uma proximidade exercida mais em sua prática cotidiana do que por meio das regulamentações régias.

A bula papal de 1493 dera à coroa espanhola o direito de excluir qualquer estrangeiro das terras recém descobertas. Os súditos dos reinos de Leão, Castela, Navarra e Aragão obtiveram, desta forma, o pleno direito de residir e comerciar nas Índias. Em 1505, as *ordenanzas* da Casa de Contratação de Sevilha incluíram a proibição real sobre as viagens de estrangeiros à América espanhola, sendo reiteradas pelos Reis Católicos em 1509 e 1510 e reforçadas logo depois por Carlos I da Espanha. Repercutiu a desconfiança de que muitos portugueses estavam unidos a corsários, passando-lhes informações importantes. Lusitanos com menos de três anos de residência foram perseguidos e expulsos, seus bens confiscados pelos funcionários régios e a quinta parte entregue ao denunciante. (KONETZKE, 1945, 283)

O monarca Felipe II de Castela continuou com a rígida política de proibição de estrangeiros nas Índias. Apesar da união das coroas e como novos vassalos do rei, os portugueses continuaram sendo considerados estrangeiros. A Cédula Real de 1590 definiu com mais exatidão aqueles que eram considerados súditos do rei: residir mais de dez anos na Espanha, ocupando casa, sendo proprietário de terras e casado com espanhola; residir nas Índias, mesmo sem licença, há mais de dez anos e estar casado; filhos de estrangeiros naturalizados. Anos depois, o rei ainda permitiria a permanência de residentes ilegais nas Índias através da *composición*, segundo a qual por meio do pagamento de um valor estipulado se obteria a naturalização. (KONETZKE, 1945, 283)

Apesar destas definições legais, certamente as permissões de permanência dependiam principalmente das relações daqueles considerados “estrangeiros” com o meio social em que viviam. No caso de Buenos Aires, os *vecinos* da cidade defenderam a permanência de portugueses alegando sua importância para a execução de tarefas manuais (carpinteiros, alfaiates, sapateiros, marinheiros).<sup>4</sup> Outros, por sua vez, eram

---

<sup>4</sup> A qualidade de *vecino* permitia ao morador comprar cargos de *regidor* no Cabildo (Senado da Câmara), dando-lhe maiores oportunidades de assegurar mercês de terras, *encomiendas*, licenças de *vaquerías* (caça ao gado selvagem) e permissões para exportação (restringidas por ordens régias). Para obter o direito de *vecindad* era necessário, através de petição ao Cabildo, ter “casa poblada”, possuir armas e cavalos, residir na cidade há alguns anos e oferecer-se a sustentar a cidade de acordo com os preceitos do Cabildo.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

poderosos comerciantes que se casaram com filhas dos primeiros conquistadores e adquiriram a *vecindad*. Ainda houve aqueles que nem sequer se casaram ou eram artesãos, mas aliaram-se a membros do Cabildo (o Senado da Câmara), comerciantes e a importantes *vecinos* apoiando as políticas locais. Estas ligações envolviam também os funcionários régios, principais fiscais no porto, que negociavam e permitiam a entrada de ilegais. Ser residente na região significava obrigatoriamente sua inserção às redes de interesses locais, caso contrário sua frágil situação poderia levá-lo à deportação.

Apesar da união ibérica, Portugal continuou regido por suas próprias leis, costumes e instituições. Nobres lusos sobreviventes da batalha de Alcácer-Quibir foram, inclusive, libertados mediante volumosas quantias repassadas pela corte espanhola. A fidalguia lusa pós-unificação correspondeu, em grande medida, a uma “generosidade” de fortes interesses políticos de Felipe II. Em 1640, ano da Restauração, das cinquenta casas titulares lusitanas existentes, 41 foram criadas durante a dinastia dos Habsburgos em Portugal. E mesmo após a “rebeldia bragantina”, Felipe IV de Castela continuou a instituir títulos a muitos lusitanos como mercê pela fidelidade mantida. (SCHAUB, 2001, 35)

Esta foi uma estratégia apropriada encontrada pela corte para manter vínculos de interdependências com Portugal após o ténue equilíbrio obtido pela união. Não tardou muito para que boa parte da nobreza lusitana – principalmente os de fidalguia – percebesse as vantagens que a união dinástica poderia significar, possibilitando-lhe ampliar sua participação em redes clientelares. O Portugal dos Felipes, assim, foi mantido em uma frágil e estreita aliança entre um rei ausente e uma nobreza mediadora. (BOUZA ÁLVARES, 2000, 23)

A partir da unificação das coroas, a influência lusitana também interferiu nas políticas da corte espanhola, especialmente no ultramar. Pode-se dizer que a Espanha também viveu “sob o signo português”. Famílias lusitanas, fiéis aos Habsburgos,

---

Em caso de ausência, deveria deixar um representante armado e com montaria para que mantenha sua *vecindad* até seu retorno e “hacer acudir a todas las cosas y casos que como tales vecinos se le mandaren y fueren obligados”. De qualquer forma, segundo Lafuente Machain, era uma condição favorável, praticamente decisiva ao candidato afirmar que era casado com “hija o nieta de conquistador y primer poblador”. (LAFUENTE MACHAIN, 1931, 47).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

mantiveram forte influência na corte servindo como conselheiros. Tratavam muitas vezes de assuntos que iam além das questões do reino português.

A presença lusitana nas cidades espanholas foi intensa no período da união. Sevilha tornou-se o refúgio de judeus conversos, geralmente comerciantes lusitanos detentores do tráfico ultramarino e conhecedores das Índias castelhanas. (VALLADARES, 2000, 48) Negociantes que mantinham contatos com Lisboa, São Paulo de Luanda, Bahia, Rio de Janeiro, Cartagena de las Indias, Lima, Potosí e, certamente, Buenos Aires. É a partir desta mobilidade fronteiriça lusitana, em um momento em que a Espanha vive sob um signo português, que o Rio da Prata recebeu forte migração. Lusitanos vindos de cidades portuguesas ou do Brasil colonial chegaram ao porto de Buenos Aires para comerciar, residir, manter terras ou simplesmente passar ao seu interior. Estes foram momentos de construção de estratégias para relações de cumplicidade e de pertencimento a novos espaços de vivências.

Alguns lusitanos já se encontravam, desde 1550, na região rio-platense formando importantes grupos de comerciantes que perdurariam até o final do século XVI. Os *peruleros* –negociantes do Peru que, escapando do controle da Casa de Contratação de Sevilha, intermediavam interesses comerciais com provedores estrangeiros – costumavam remeter metais preciosos ao Brasil para servirem ao comércio ou, então, seguirem ilegalmente à Europa. O piloto Antonio Rodrigues, por exemplo, participou da primeira fundação de Buenos Aires e ao lado do governador interino do Rio da Prata e Paraguai contribuiu nas expedições de conquista. E na segunda fundação de Buenos Aires esteve presente outro lusitano de nome Ambrosio de Acosta, filho de Gonzalo de Acosta que, como Rodrigues, também participou da conquista do Rio da Prata junto a espanhóis. (HANKE, 1961, 5)

Exemplos da presença de pilotos portugueses no processo de conquista e do desenvolvimento comercial no Rio da Prata são muitos. Mesmo com as proibições que foram sendo instituídas, a ilegalidade das práticas comerciais em Buenos Aires foram construídas e mantidas por meio de interesses capazes de alcançar a capital do vice-reino do Peru, a América portuguesa, feitorias africanas e a coroa espanhola. Quando necessário, o controle vindo do centro metropolitano fazia-se presente, rasgando ou





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

remendando as redes locais. Esta aparente ambiguidade fez parte da administração e controle comercial em Buenos Aires, cidade estratégica para o Império espanhol, ligada ao Brasil e ao sul do Atlântico.

Foi nessa malha social, comercial e política que o piloto e mestre do navio recém chegado em 1619 viu-se repentinamente envolvido. Não era a primeira vez que Bartolomé Fernandez aportava em Buenos Aires. Para o ano de 1615 há registros de que esteve junto com o comerciante e também piloto de navio Gonzalo Rodrigues Minaya.

O comerciante Gonzalo Rodrigues Minaya possuía mais experiência de seu colega nas transações de interesses realizadas em Buenos Aires. Em 1612 ele alcançou o porto junto com o governador do Rio de Janeiro, Martim de Sá, transportando 44 escravos sem licença. No Rio, possuía residência em frente ao convento de São Francisco e mantinha relações de amizade com o governador.<sup>5</sup> Em Buenos Aires, o então governador do Rio da Prata, Diego Marin Negrón, permitiu que doze escravos transportados fossem vendidos e declarou os demais por *perdidos* para serem leiloados em *publica almoneda*. (TRELLES, 1865, 24)

Ao que parece estas primeiras transações funcionaram e dois anos depois Gonzalo Rodrigues retornou ao rio da Prata para comerciar mais escravos. Sua experiência nos negócios de escravos levou-o a jogar âncora no chamado Riachuelo dos navios, no atual bairro de La Boca, distante do *presidio* e dos olhares de oficiais régios. Sem licenças de *asiento*, Minaya alegou ao *teniente de gobernador* do Rio da Prata uma *arribada forzosa*: com a forte tormenta por que passara ao deixar Angola, a embarcação sofreu terríveis danos tornando perigosa a sua viagem até o Rio de Janeiro. Por segurança desejava desembarcar imediatamente mais de cento e quarenta escravos que levava. Alguns, inclusive, já haviam morrido de sede, fome e doenças.

Num primeiro momento, o mestre Minaya foi proibido de levar os escravos para a cidade, devendo aguardar na praia do Riachuelo. Finalmente, a decisão do *defensor de la real hacienda* foi a punição do mestre da embarcação por realizar “arribada forzosa y

<sup>5</sup> Archivo General de la Nación (Argentina) – Registros de Navíos, Navío Nuestra Señora de Gracia, 1613. Sala 9, 45 5 2. fls. 21, 21v e 22. [AGN-Registros de Navíos].





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

maliciosa” e considerar por “perdidos” os escravos para pagamento dos direitos reais.<sup>6</sup> Esta punição, seguida de uma multa a Gonzalo Rodrigues, provavelmente fazia parte do processo de legalização comercial.

Nos anos seguintes, Minaya continuou mantendo comércio no porto. Em 1616 carregou couros para a realização de negócios em Sevilha, em nome do governador Hernan Arias de Saavedra, para trazer no seu retorno armamentos para a defesa de Buenos Aires. A carga seguiu sob responsabilidade do *vecino* Diego Cabral, pessoa de satisfação e confiança do governador, no navio chamado *Nuestra Señora de la Batalla*, pilotado pelo próprio Minaya.<sup>7</sup> (TRELLES, 1866, 10) Apesar da intenção do *vecino* em seguir diretamente para Sevilha, Minaya teria sido obrigado por fortes tempestades a buscar abrigo no Rio de Janeiro. Ao alcançarem o porto, todos os produtos que carregavam foram embargados, inclusive os couros que estavam selados com a marca real.<sup>8</sup> Segundo o mesmo governador responsável pelas licenças de transporte, os portugueses costumavam levar a prata escondida justamente nos couros comercializados no porto.

O governador Hernandarias também não era alheio ao proibido comércio de escravos. Seu criado e *alguacil mayor* de Buenos Aires, Luis de Navarrete, transportou desde a Bahia 160 peças de escravos. No Rio de Janeiro, em comum acordo, deixou ao mestre Minaya 50 escravos sem licença para que fossem transportados por ele para o rio da Prata. Dados por “perdidos” pelos oficiais régios do porto de Buenos Aires, as peças foram vendidas em *almoneda publica* e repassadas ao próprio Navarrete. Foi neste acerto de negócios promovido por Minaya e Navarrete que surge na documentação o

---

<sup>6</sup> AGN-Registros de Navíos, Navío Nuestra Señora de Gracia, 1613. Archivo General de Indias, Escribanía de Cámara y Justicia del Consejo de Indias, Residencias de la Audiencia de Buenos Aires, Escribanía, 892A, fl. 12. [AGI-Escribanía].

<sup>7</sup> Carta do governador Hernan Arias de Saavedra, 15 de fevereiro de 1618. (SALVADO; MIRANDA, 2001, 255-258).

<sup>8</sup> Memorial del procurador general de las provincias del Río de la Plata, en España, Capitán Manuel de Frías, dirigido al Rey y visto en Consejo en que puntualiza las necesidades de cada una de las principales ciudades.... In LEVILLIER, Roberto (coord.). *Correspondencia de la Ciudad de Buenos Aires con los reyes de España* (1615-1635). Madrid, 1918. Tomo 2. p. 71-72.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

nome do lisboeta Bartolomé Fernandez. Ele desembarcara no porto naquele ano de 1615 para cobrar dívidas de *vecinos* por um navio vendido.<sup>9</sup>

No ano de 1618, Bartolomé Fernandez foi um dos responsáveis por transportar o novo governador do Rio da Prata, Dom Diego de Góngora, e sua comitiva, para tomar posse em Buenos Aires. Era um comerciante de confiança dos *vecinos*, com vínculos de compadrio na cidade-porto. Talvez por confiar no grau de envolvimento nestas redes de compadrio ao qual pertencia em Buenos Aires, surpreendeu os *vecinos*, oficiais régios e o novo governador Góngora ao retornar ao porto em 1619 trazendo novas mercadorias e um passageiro em especial: o licenciado e juiz comissionado Matias Delgado Flores. Com permissão da coroa espanhola, ele viera incumbido em realizar pesquisa sobre o contrabando exercido no porto. Os principais nomes na lista do licenciado remetiam ao governador Diego de Góngora e ao tesoureiro Simon de Valdés.

Desta vez, quando arribou ao porto rio-platense o mestre do navio Bartolomé Fernandez não foi bem recebido. Foi levado preso, interrogado e libertado sob pagamento de fiança. Durante a investigação dos motivos de seu retorno descobriu que o governador Góngora, estrategicamente, pregara um bando restringindo para apenas dois navios de permissão – provavelmente escolhidos por ele – capazes de navegar as licenças comerciais. Fernandez terminou perdendo a posse legal das mercadorias que trouxera em nome dos moradores. A lista destas permissões comerciais era extensa, englobando desde o convento de São Francisco, alguns antigos *vecinos* e até membros do Cabildo.

O castigo ao mestre Fernandez foi motivado pela incômoda presença do juiz Delgado Flores, sendo necessário ao governador e juízes oficiais exercer todos os trâmites jurídicos sobre um comerciante que já fora de confiança de Góngora e que transportava mercadorias de *vecinos* com vinculações diretas no Cabildo.

Se por um lado é difícil encontrar sociedades comerciais duradouras no trânsito atlântico de Buenos Aires, é notório a importância da participação dos pilotos de navios nas redes sociais que envolviam o porto. Isto significava manter laços de confiança com

<sup>9</sup> AGI - Escribanía 892A, fls. 13 e 13v.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

grupos ligados ao governador. Percebemos este aspecto quando do último governo de Hernandarias, assim como no de Góngora. No período destes governos houve forte entrada de navios e de comércio ao interior platense. O desaparecimento de nomes como os de Minaya e de Fernandez na documentação levam-nos a perceber a tênue linha que havia nestas tensas relações sociais.

### REFERÊNCIAS

Fontes:

Archivo General de Indias, Escribanía de Cámara y Justicia del Consejo de Indias, Residencias de la Audiencia de Buenos Aires, Escribanía, 892A

Archivo General de la Nación (Argentina) – Registros de Navíos, Navío Nuestra Señora de Gracia, 1613. Sala 9, 45 5 2.

Fontes Impresas:

Real Cédula de 20 de agosto de 1602, permitiendo la exportación de frutos al Brasil y Guinea. In Archivo de la Nación Argentina. *Reales Cédulas y Provisiones* (1517-1662). Tomo 1. Buenos Aires, 1911.

TRELLES, Manuel Ricardo (org.). *Registro Estadístico de Buenos Aires* (1863). Buenos Aires: Sociedad Tipográfica Bonaerense, 1865. Tomo 2.

TRELLES, Manuel Ricardo (org.). *Registro Estadístico de Buenos Aires* (1864). Tomo 2. Buenos Aires: “El Nacional”, 1866.

SALVADO, João Paulo; MIRANDA, Susana Münch (ed.). *Livro Primeiro do Governo do Brasil* (1607-1633). Brasília: Centro de História e Documentação Diplomática, MRE, 2001.

Bibliografia:





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

BOUZA ÁLVARES, Fernando. *Portugal no tempo dos Filipes*. Política, cultura, representações (1580-1668). Lisboa: cosmos, 2000.

CANABRAVA, Alice P. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1984.

HANKE, Lewis. The portuguese in Spanish America, with special reference to the Villa Imperial de Potosí. In *Revista de Historia de América*, n. 51, p. 1-48, 1961.

KONETZKE, Richard. Legislación sobre inmigración de extranjeros durante la época colonial. *Revista Internacional de Sociología*, año 3, n. 11/12, p. 271-299, 1945.

LAFUENTE MACHAIN, Ricardo de. *Los portugueses en Buenos Aires*. Siglo XVII. Madrid: Ologáza, 1931.

MOLINA, Raul. Una historia desconocida sobre los navíos de registro arribados a Buenos Aires en el siglo XVII. *Historia*, año 5, n.16, p. 11-100, 1959.

SCHAUB, Jean-Frédéric. SCHAU, Jean-Frédéric. *Portugal na monarquia hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Horizonte, 2001.

VALLADARES, Rafael. *Portugal y la monarquía hispánica, 1580-1668*. Madrid: Arcos, 2000.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **OS CIGANOS NOS DISCURSOS DOS VIAJANTES E DO DEGREDO: UMA ANÁLISE DE FONTES DOCUMENTAIS E LITERÁRIAS DO BRASIL COLONIAL.**

Maria Patrícia Lopes Goldfarb

Professora de Antropologia do DCS/PPGA/CCHLA/UFPB.

[email:patriciagoldfarb@yahoo.com.br](mailto:patriciagoldfarb@yahoo.com.br)

O presente artigo objetiva analisar falas e expressões que classificam os grupos ciganos, imagens que foram historicamente produzidas pela instituição de “verdades” sobre estes grupos em todo o Brasil.

Pude verificar durante pesquisas realizadas na cidade de Sousa-PB que a população cigana tende a ser definida através de estigmas como “vida fácil”, “preguiça” e “perigo”. A imagem cigana ainda é pensada através de noções de higiene, limpeza e seus opostos correlatos. Como nos aponta Goofman (1988), quando há um descrédito em relação a indivíduos ou grupos sociais, diz-se que estes possuem um estigma, por possuírem “desvantagens sociais”, que coincidem com os estereótipos desenvolvidos para identificar tais indivíduos.

Os estigmas estão relacionados às representações coletivas, isto é, formas de classificação social que são elaboradas no processo de interação cotidiana, e neste caso, no estabelecimento da identidade cigana.

Na pesquisa verificamos que os ciganos constituem, no mundo inteiro, um grupo historicamente estigmatizado. As motivações políticas e ideológicas para tais processos podem estar nas disputas por bens materiais ou simbólicos, que se justificam numa pretensa “superioridade racial” de alguns grupos, o que em vários países criou mitos de origens e explicações para as identidades nacionais.

Se compararmos o conteúdo da literatura sobre ciganos dos séculos XVIII, XIX e XX com as imagens que prevalecem nos dias atuais, podemos notar grandes semelhanças, pois os grupos ciganos são historicamente apreendidos como estrangeiros, degredados, indesejados, etc. Estes estigmas, que fazem parte do nosso sistema de





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

representações coletivas, construíram-se desde os tempos coloniais e persistem até os dias atuais.

#### **Os ciganos na visão dos cronistas e viajantes.**

A partir do século XVI, assistimos no Brasil a uma proliferação de discursos de viajantes, missionários e colonizadores, que descreveram a natureza e o exotismo da sua população. A constatação da multiplicidade das formas de organização social era abordada por vários viajantes, cuja tarefa era o conhecimento da sociedade ou povos que compunham o novo mundo.

Os viajantes objetivavam ampliar os conhecimentos sobre novos continentes, objetivo aliado ao desejo de conhecer as “regiões tropicais”, registrando e descreveram os povos encontrados. Neste sentido, os relatos de viagem são pensados como um tipo de produção intelectual que representa, numa análise sociológica, um saber relacionado com um sistema de relações sociais de produção, circulação e consumo simbólicos, cujo imaginário foi muito importante na construção da historiografia brasileira<sup>10</sup>.

Segundo Teixeira (2002, p. 03), entre os viajantes e memorialistas as denominações “sujos”, “trapaceiros” e “ladrões” fazem parte dos estereótipos que definem os ciganos. Esta literatura mostra-os como uma espécie de entidade coletiva, a qual se atribui características estereotipadas.

O francês Auguste de Saint-Hilaire (1976, p. 102), em suas viagens à província de São Paulo, descreve os ciganos como um “bando” que vivia, conforme seus costumes raciais, da troca de animais, descritos como “trapaceiros”. Deste modo passam a serem vistos a partir da ausência de trabalho; descritos como uma “raça” que, de uma forma generalizante, vive de trocas – de burros e cavalos, pensadas como algo que comumente é feito pelos *espertos, astutos e trapaceiros*. A “*falta de probidade*” que,

---

<sup>10</sup> É necessário dizer que neste levantamento sobre os viajantes limitei-me aos trabalhos dos que descreveram o Brasil, mais especificamente os autores que em suas descrições citaram os ciganos.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

“gracejando” o autor aponta reforça esta noção de “*esperteza*” que há muito vem servindo para definir os ciganos.

Além disso, para Saint-Hilaire fica claro que os ciganos não são brasileiros, embora se vestissem como tal, sendo, portanto, *estrangeiros*, onde a barba e os cabelos longos servem como traços distintivos.

Contemporâneo a Saint-Hilaire, Antônio Muniz de Sousa em “*Viagens*” (apud Saint-Hilaire, 1976), também retrata os ciganos de forma bastante estigmatizadora, como homens que viviam para “matar e roubar”, marcados pelo uso de armas e pelas suas ações criminosas.

Nesta literatura os ciganos são descritos por meio do roubo e do homicídio, atividades tidas como típicas dos ciganos. Propensos a “marginalidade”, são descritos como de “natureza perversa”, transgressores de regras sociais e morais; com o agravante de serem contagiosos, isto é, de “*transmitirem*” os seus “*hábitos condenáveis*” e estrangeiros aos brasileiros (SAINT-HILAIRE, 1975).

O inglês Henry Koster (1942, 1ª ed. de 1916), que viveu em Pernambuco de 1808 a 1815, descreve os ciganos como ambulantes e errantes que vagam de um lugar a outro, comprando, vendendo e trocando. Já o cronista alemão Sébastien Münster (apud Martinez, 1989, p. 15), os retratou na obra “*Cosmographia universalis*” como “*homens de má aparência, negros, queimados pelo sol, de roupas sujas (...)*”.

É preciso atentar para uma associação ou vinculação feita pelos viajantes entre ócio, pobreza e marginalidade para definir os ciganos. Além da ausência de trabalho regular e de disciplinas, os ciganos também são acusados de morar em péssimas habitações, de terem costumes suspeitos e de falarem uma “*gíria própria*,” traços selecionados para ressaltar o caráter de suspeição e miserabilidade desta gente.

Deste modo, vemos os ciganos pensados e retratados pelos viajantes como elementos indesejados, corruptores da moral e dos bons costumes, inúteis à sociedade, enfim, uma anomalia racial e social.

Tais apreciações serviram como suporte ideológico para a crença no perigo que representariam os ciganos. A idéia de perigo social iminente a essa “*abominável raça*”





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

nos leva à idéia de que esses seriam “*inoportunos*”, de “*natureza inferior*”, pois para os viajantes os ciganos constituem, sobretudo, um perigo social terrível.

As representações sobre ciganos divulgadas pelos cronistas e viajantes constituíram-se como crenças e práticas discriminatórias na sua época, cujos valores desdobram-se até os dias atuais. Suas formulações ideológicas foram muito importantes para a disseminação de estereótipos sobre os ciganos, cuja lógica se encontra em outros discursos como, por exemplo, sobre o degredo no Brasil.

#### **Os ciganos e o Degredo**

Para alguns estudiosos o mais antigo documento sobre a entrada de ciganos no Brasil relaciona-se com a prática do degredo. Tal documento refere-se ao degredo do cigano português João Torres (LOCATELLI, 1980, MOONEN, 1996).

Nas Ordenações Filipinas no século XVII, existia a noção de degredo como desinfestação de Lisboa, que fora desenvolvido com base no direito romano. Especialmente o seu Livro V trata do código criminal, conhecido como “famigerado” por suas torturas e penas cruéis, onde se encontram muitos delitos punidos com o degredo. As penas variam de prisão a açoites, degredos e mortes, e as pessoas eram punidas pelos mais variados motivos, desde uma ofensa a Deus até o crime de sodomia, que por sua vez variavam de acordo com a posição social do réu.

Nas Ordenações de Filipinas o Brasil aparece como o pior lugar para o degredo; apresentando cerca de 90 tipos de delitos punidos com o degredo para o Brasil. E entre os “infectos” estavam os ciganos, para quem as autoridades portuguesas promulgaram leis a fim de conte-los, buscando controlar seus fluxos migratórios, impor a sedentarização e transformar seus costumes.

No final do século XVII a demanda de degredados para o Brasil foi em maior número de ciganos do que de outros grupos. A reclusão foi uma medida tomada para penalizar ou expulsar estes povos indesejados. Na legislação do reino, os crimes atribuídos aos ciganos referem-se a costumes (como o nomadismo, a mendicância, etc.); ao dialeto (ou língua cigana) e a sua péssima reputação (geralmente atribuída ao roubo,





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

à blasfêmia e ao concubinato), estes últimos citados nos processos da Inquisição de Lisboa.

Os degredados podiam ser punidos tanto pela justiça secular (ordenações do reino) como pela divina (tribunais inquisitoriais), havendo uma junção entre os interesses da coroa e da igreja, em busca de uma unidade territorial e religiosa. O degredo de ciganos para o Brasil era uma necessidade preventiva, fundamental para evitar o contato dos cidadãos portugueses com esta gente; pois o perigo precisava ser contido, e uma ordem de controle é acionada para construir a ordem colonizadora.

As medidas e as políticas postas em práticas por Portugal e pelas autoridades locais eram discriminatórias e disciplinadoras. O poder político não aceitava povos “errantes” que escapavam as formas de controle, por isso durante todo o período colonial foram adotadas formas de estabelecer e regulamentar a profissão, a língua e as vestimentas dos ciganos.

Neste contexto, um conjunto de representações do degredo aparece como a materialização do purgatório, necessário para a salvação das almas perdidas, representando uma espécie de remédio, capaz de expurgar os males da metrópole ou de regenerar os pecadores inúteis.

Sobretudo nos séculos XVII e XVIII, os degredados tornaram-se um contingente populacional muito importante, considerados mão de obra controlada, embora marginal. E os ciganos foram, entre estes, os menos disciplinados, por isso foram tão estigmatizados; o que ainda hoje se reflete no imaginário sobre os ciganos no Brasil.

As medidas repressivas, (e seus discursos ideológicos) tomadas pela coroa e igreja durante o período colonial resultaram em crenças populares acerca dos grupos ciganos. “Ladrões”, “perigosos”, “vagabundos”, etc, são desde esta época epítetos comumente atribuídos aos ciganos; o que pode se ver nos diferentes relatos que constata a presença dos ciganos no Brasil desde o período colonial. Os costumes e hábitos que lhes eram atribuídos (os embustes nos negócios, a mendicância, o roubo e os homicídios) são partes das representações correntes sobre os mesmos, que se reproduziram ao longo dos tempos.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

As populações consideradas “fardos” eram vistas como sobrecargas, entre as quais estavam os ciganos. Assim, foi se desenvolvendo, em suas ordens de discursos, formas para combater tais “fardos”, por meio da extinção, do remédio, do castigo, da disciplina ou, como no caso dos ciganos, suprimindo-os, isto é, tornando-os socialmente invisíveis. A invisibilidade pode ser constatada na construção da historiografia oficial brasileira, onde até mesmo a categoria de minoria é negada, o que justifica o desenvolvimento de hierarquias sociais e o preconceito étnico embutido nas formas de pensar e representar os brasileiros.

Estas perspectivas aqui citadas acabaram por confirmar e validar a hierarquia social existente no Brasil, à medida em que, posteriormente, discursos científicos assumem a superioridade de alguns grupos em detrimento de outros, transformando a desigualdade em axioma. Os diferentes projetos de homogeneização ou assimilação dos grupos culturais “outros” reforçaram essas desigualdades, cujas diferenças são explicadas como “falhas” ou “imperfeições” dos grupos “inferiores”. Assim acabam não apenas reconhecendo as hierarquias, mas legitimando-as, tornando-as imutáveis (BAUMAN, 1999).

Com base em Foucault (1996), penso que a instituição do saber, acompanhada pela produção de verdades, aqui pensada através dos dispositivos literários ou legais/documentais, acabaram criando sistemas de exclusão, reconduzidos por um conjunto de práticas sociais. Os estigmas, produzidos ou transmitidos pelos discursos aqui analisados, funcionam como um meio de controle social para afastar grupos minoritários, como os ciganos, das diversas vias de competição por capitais econômico e simbólico. As diferentes construções discursivas sobre ciganos no Brasil acabaram refletindo no conjunto de representações coletivas sobre os ciganos residentes em nosso país.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cândido Mendes. **Código Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal compiladas por mandado de Filipe I. (Prefácio e notas às Filipinas)** Rio de Janeiro: Tipografia de Instituto Filomático, 1870.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e Viajantes no Brasil do Século XIX: cultura e cotidiano, imaginário e resistência.** São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 1974.

BRANDÃO, Ambrósio F. **Diálogos das Grandezas do Brasil.** São Paulo: Melhoramentos, 1930 (1618).

BROCA, Paul. **On the phenomena of hybridity in the genus homo.** London: C. Carter Blake, 1864.

CALMON, Pedro. **História da Civilização Brasileira.** Rio de Janeiro, 1932.

CAMINHA, Pero Vaz. **Carta ao Rei D. Manuel.** Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

CAMPOS, Cláudia Camargo de. **Ciganos e suas Tradições.** São Paulo: Madras, 1999.

CHINA, José d'Oliveira. Os Ciganos do Brasil. **Revista do Museu Paulista**, Tomo XXI, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1936.

COELHO, F. A. **Os Ciganos de Portugal.** Lisboa: Imprensa Nacional. Documento 23, 1892.

COSTA, Elisa Maria Lopes da. O povo cigano e o degredo: contributo povoador para o Brasil colônia. **Textos de história: Revista do programa de Pós-Graduação em História da Unb**, v. 6, nº 1 e 2, Brasília; Unb, 1999.

DURKHEIM, E. Representações Individuais e Representações Coletivas. **Sociologia e Antropologia.** Rio de Janeiro: Forense, 1970.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

ESCHWEGE, W. L. V. **Pluto Brasilisensis**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GOFFMAN, Erving. **O Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 1988.

GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes. **O Tempo de Atrás: um estudo da construção da identidade cigana em Sousa-PB**. João Pessoa, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2004. Tese de Doutorado.

GRANDE, Félix. Canto Flamenco. Um gosto de sangue na boca. **O Correio da Unesco**, nº 12, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1984.

KIDDER, D. P. **Reminiscência de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1972.

KOSTER, H. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1942 (1816).

LOCATELLI, Moacir A. O Ocaso de uma Cultura. **Veritas**, 25 (100), dez. 1980.

MOONEN, Frans. Ciganos Calon no Sertão da Paraíba. João Pessoa, MCS/UFPB, **Cadernos de Ciências Sociais**, nº 32, 1993.

\_\_\_\_\_. **Rom, Sinti e Calon. Os assim chamados Ciganos**. Recife: Núcleo de Estudos Ciganos 1994.

\_\_\_\_\_. A História Esquecida dos Ciganos no Brasil. **Saeculum; Revista de História**, nº 02, João Pessoa, jul/dez 1996.

MORAES FILHO, Melo. **Os Ciganos no Brasil e o Cancioneiro dos Ciganos**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981 (1885).





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

NASH, Roy. **A Conquista do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1950.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (org.) Por uma sociologia dos viajantes. **Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero/UFRJ, 1987.

PEREIRA DA COSTA, F. A. **Anais Pernambucanos**, Vol. 5, Recife, 1983.

PIERONI, G. **Vadios e Ciganos, Heréticos e Bruxas. Os degredados no Brasil colônia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Fundação Biblioteca Nacional, 2000.

RUY, Afonso. História política e administrativa da cidade do Salvador, vol. I. Salvador: Tipografia Benedita, 1949.

SALVADOR, frei Vicente. **História do Brasil (1500-1627)**. São Paulo, 1976 (1918).

SAINT-HIAIRE, A de. **Viagem à Província de São Paulo**. São Paulo: Ed. da USP, Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

SCHWARCZ, Lilia M. **O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil -1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEGURADO, Milton Duarte. **O Direito no Brasil**. São Paulo: Livraria e Editora Jurídica Bushatsky, 1973.

TAPAJOS, Vicente. **História do Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1953.

TEIXEIRA, Rodrigo. C. **História dos Ciganos no Brasil**. <<http://www.dhnet.org.br/sos/ciganos/index.html>>. Acesso em: 12 de Outubro de 2002.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História do Brasil**. São Paulo: Itatiaia – USP, 1981.

VAUX DE FOLETIER, F. O mundo como Pátria. **O Correio da Unesco**, nº 12, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1984.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## PÔSTER

### O IMPÉRIO PARA ALÉM DO MAR E EMERGINDO DENTRO DA SALA DE AULA

John Kennedy D. S. Luiz<sup>1</sup>

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

([j.kennedy.luiz@gmail.com](mailto:j.kennedy.luiz@gmail.com))

Maria Regina da Silva<sup>1</sup>

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

([mrsilva1272@gmail.com](mailto:mrsilva1272@gmail.com))

Luciene Lima Barbosa<sup>1</sup>

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

([lucyennelima@hotmail.com](mailto:lucyennelima@hotmail.com))

Jordana Ramos Nobrega<sup>1</sup>

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

([jordananobrega.r@gmail.com](mailto:jordananobrega.r@gmail.com))

Lucas Gomes Nóbrega<sup>2</sup>

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

([lucas-nobrega@hotmail.com](mailto:lucas-nobrega@hotmail.com))

Cássio Giovanni da Silva<sup>2</sup>

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

([cassiogiovanni@gmail.com](mailto:cassiogiovanni@gmail.com))

Doutor Ângelo Emílio da Silva Pessoa<sup>3</sup>

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

([angeloepessoa@hotmail.com](mailto:angeloepessoa@hotmail.com))





## RESUMO

Os documentos trabalhados retratam a importância dos documentos camarários para se conhecer a história do Brasil. Os mesmos foram encontrados no município de João Pessoa no ano de 2018 datados desde o século XIX, com isso, vários assuntos vieram à tona. Dentre eles o da Política Internacional do Brasil pós-independência. Assim, objetivo deste trabalho é apresentar os relatos encontrados e perceber a repercussão da Independência do Brasil no Município da Paraíba e no mundo. O ponto de partida foi a análise de três documentos: O primeiro de 1825, o segundo de 1826 e o terceiro de 1828. No qual, buscar-se-á a tradução e o reconhecimento de alguns personagens, como também a conjuntura neles representadas.

**Palavra chave:** Documentos camarários, política internacional, Brasil, século XIX

## INTRODUÇÃO

Por intermédio da disciplina Metodologia da História II ministrada pelo professor Ângelo Emílio da Silva Pessoa no semestre letivo 2019.1, com colaboração do Estagiário-Docência Cássio Giovani da Silva e do Mestrando Lucas Gomes Nóbrega, nós: (Valentino) J. K. D. S. Luiz, Jordana Ramos Nobrega, Luciene Lima Barbosa, Maria Regina da Silva estudantes do curso de História, ficamos encabidos de participar de uma Oficina de Pesquisa, discorrendo sobre o tema “Políticas Internacionais à época da Independência” cujo objetivo é apresentar os relatos encontrados e perceber a repercussão da Independência do Brasil no Município da Paraíba e no mundo. O ponto de partida da atividade foi análise de três documentos pertencentes ao acervo da Câmara Municipal de João Pessoa, recentemente localizados: O primeiro de 1825, o segundo de 1826 e o terceiro de 1828. Onde buscamos a transcrição, tradução e o reconhecimento de algumas personagens que aparecem nos documentos.

O primeiro documento é uma carta direcionada ao presidente da Paraíba, datada em 05 de outubro de 1825, nela o governo imperial, através do governo da província, comunica à Câmara Municipal da Paraíba que o rei de Portugal reconheceu a Independência do Império do Brasil. Nele, o assunto era adiantado, muito embora fosse necessário aguardar as “participações oficiais”, para que Cidade pudesse comemorar





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

oficialmente essa independência e para se demonstrar aos portugueses a satisfação da aceitação da independência por parte deles, e que depois deste reconhecimento os outros países começariam a reconhecer a Independência do Brasil, o que era um passo essencial para a consolidação da mesma.

Essa importância da necessidade da aceitação dos portugueses se dá porque o Brasil dependia de, primeiramente, uma aceitação da independência por parte de sua metrópole, para só assim o restante do mundo poder aceitar. É presente no texto, a necessidade de agrado que o país devia a Portugal, visto que os brasileiros esperavam um aviso oficial por parte de Portugal, antes da cidade da Paraíba preparar as comemorações, com iluminação e repiques de sinos para solenizar o acontecimento. Isso mostra que, mesmo após três anos da independência, as coisas ainda não estavam garantidas e esse foi um processo bastante complexo.

Para melhor entender o significado dessas fontes, foram usadas referências historiográficas e instrumentos de pesquisa, tal como o vocabulário Bluteau (dicionário da língua portuguesa do século XVIII) para pesquisar significados de certas palavras no período que estava sendo estudado, além do artigo “O Reconhecimento do Império do Brasil” de Teixeira Soares, como também entrevistas com o professor Ângelo para a TV Câmara, sobre os documentos – inclusive especificamente o que o nosso grupo estava estudando.

O segundo documento, datado em 20 de fevereiro de 1826, é assinado por Victorino Correia Fialho e enviado ao senhor “Ilustríssimo Senhor Juíz de Fora”. O conteúdo da carta informa acerca do decreto de 10 de Dezembro de 1825 e a portaria de 20 de dezembro de 1825, documentos esses que viriam anexos à carta. Ambos os documentos referem-se ao motivos que teriam levado o Imperador Dom Pedro I a declarar guerra às Províncias Unidas do Rio da Prata (grosso modo, a atual República da Argentina).

Seguindo o que foi proposto, após a transcrição da carta iniciamos as pesquisas pelos documentos citados na carta, tivemos êxito apenas com o Decreto de 10 de dezembro de 1825, no qual estão expressos os motivos pelos quais o imperador teria





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

declarado guerra às Províncias Unidas do Rio da Prata, o que nos levou a outra busca, entender o significava tal confronto, chegando assim à guerra da Cisplatina, que tratou-se de um confronto armado pela posse do território da atual República Oriental do Uruguai, que promoveu o aumento da dívida externa, a perda de território, e um desgaste político do imperador, que já estava com sua popularidade bem baixa por conta também das suas “puladas de cerca”, tal como o seu caso com a Marquesa de Santos, que seria a gota d’água que o teria levado a romper com o seu influente Ministro José Bonifácio de Andrada e Silva, pessoa da maior importância no contexto da independência. Tais fatores somados a outros culminaram mais tarde na abdicação do Imperador ao Trono, alguns anos depois, em 7 de abril de 1831.

Ao seguir as pesquisas, diante do nome de um cargo administrativo mencionado, tentamos entender quem foi, ou o que era um Juiz de Fora? Descobrimos que tratava da nomeação de um magistrado pelo Rei de Portugal, para atuar em um conselho, cuja sua função era ser um representante da vontade da Coroa perante as Câmaras Municipais, permitindo um maior controle do centro sobre o poder local. Vemos no início do Império do Brasil a tentativa de manutenção desse poder centralizado nas mãos da Coroa, que era um dos objetivos de D. Pedro I. O citado “Ilustríssimo Senhor Juiz de Fora” a que se refere o senhor Victorino Correia Fialho, era o Senhor José da Silva Carvalho, então Juiz de Fora na Cidade da Parahyba. Pelos dados disponíveis nas fontes consultadas, não obtivemos maiores informações sobre o senhor Victorino Correia Fialho.

À primeira vista, e com poucas informações disponíveis, não conseguimos ter um entendimento do documento, mas quando o investigamos melhor, entendemos que nele estavam contidas uma série de questões da maior relevância em um contexto histórico bastante dinâmico e pudemos perceber que naquelas poucas linhas existiam mais histórias do que a princípio de podia imaginar.

O terceiro documento é a cópia impressa de um Tratado Internacional enviado à Paraíba, datado em 27 de agosto de 1828 (6 anos após à Independência do Brasil), no qual contém um Tratado de Comércio, Amizade e Navegação que o Imperador do Brasil





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

fizera com o Império da Áustria, então uma das mais importantes potências mundiais e peça-chave na política internacional, além de terra natal da recém-finada Imperatriz Leopoldina, que muito fizera para garantir o reconhecimento da Independência. O papel da Áustria era vital nesse contexto marcado pela deposição de Napoleão Bonaparte anos antes (1815) e pela reordenação da política internacional, de tons bastante conservadores, através do Congresso de Viena e da criação da “Santa Aliança”, idealizada pelo Ministro austríaco Príncipe Klemens Wenzel von Metternich, um dos signatários do Tratado que estudamos.

Pudemos constatar que o contexto da Independência não se resolveu unicamente com o famoso “grito do Ipiranga” e que envolveu um processo bastante complexo, de anos, para a sua consolidação, tanto no plano interno, das diversas Províncias do Império, quanto no internacional, com demoradas negociações junto a Portugal e outros países para esse reconhecimento, além das tensões de fronteira com os países vizinhos, como as Províncias Unidas do Rio da Prata, em função da posse da Cisplatina, mais tarde autonomizada como República Oriental do Uruguai.

A experiência de se lidar com documentos antigos nas mãos foi interessante, pela sensação mesmo de se olhar para o passado de forma mais íntima, de enxergar de fato as palavras, um documento escrito a punho e tentar entendê-lo. Houve as dificuldades, como a da leitura em si, visto que algumas palavras são difíceis de entender, além do uso de abreviações que eram desconhecidas por nós até à leitura do documento. Mas o resultado foi positivo e satisfatório, pois esses documentos nos permitem conhecer vários assuntos sobre a história do nosso Brasil.

### REFERÊNCIAS

BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Metternich. in: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Klemens\\_Wenzel\\_von\\_Metternich](https://pt.wikipedia.org/wiki/Klemens_Wenzel_von_Metternich).

Acessado em 25 de agosto de 2019.

Marques de Aracati. in:

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Klemens\\_Wenzel\\_von\\_Metternich](https://pt.wikipedia.org/wiki/Klemens_Wenzel_von_Metternich). Acessado em 25 de agosto de 2019.

Imagens:

Ligas Hansiáticas. In: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Liga\\_Hanse%C3%A1tica](https://pt.wikipedia.org/wiki/Liga_Hanse%C3%A1tica). Acessado em 25 de agosto de 2019.

Império Austríaco. In:

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Imp%C3%A9rio\\_Austr%C3%ADaco](https://pt.wikipedia.org/wiki/Imp%C3%A9rio_Austr%C3%ADaco). Acessado em 25 de agosto de 2019.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

**DAS DANÇAS SACRAS E PROFANAS NO BRASIL COLONIAL:  
TRANSFORMAÇÕES, IDENTIDADES E APROPRIAÇÃO**

Jéssica Viana Marques

UFCG

jessicaviana.jrf@gmail.com

João Balduino de Brito Neto

UFCG

jobalduino@gmail.com

Mikaela Dantas Tavares

UFCG

mikaeladantas15@gmail.com

Juciene Ricarte Apolinário – Orientadora

**CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Durante toda a historiografia, fica clara a necessidade que o homem tem de manifestar a/sua subjetividade por meio de uma série de caminhos que a arte propicia, seja pela música, as belas-artes, a dança, dentre outros. A arte, em especial, é uma forma de expressão individual ou coletiva que retrata a interação homem-homem e homem-mundo, as manifestações supracitadas tendem a abordar temáticas variadas – culturais, econômicas, sociais ou religiosas –, portanto, o meio artístico é a mais natural e uma das mais significativas representações do humano.

Acerca desta necessidade, os grupos sociais vigentes nos primeiros séculos do Brasil, passaram a se reunir das altas classes até às mais marginalizadas, e confraternizarem dentro de seus costumes e particularidades. A presença da Igreja e dos costumes luso-espanhóis, bem como do próprio Estado, tomou conta das festas que aconteciam na corte e na alta sociedade brasileira; contudo, ao decorrer do tempo, as





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

festas tomaram um caráter que possibilitou a troca e assimilação de costumes advindos das mais diversas culturas presentes no Brasil embrionário.

Na alta sociedade, as festas representavam a relação de poder entre a Igreja e o sistema monárquico, recheada, de fato, por inúmeros interesses. Ao sair das casas e ganhar as praças públicas, as festividades passaram a demonstrar tais simbologias religiosas:

“O conteúdo doutrinário das imagens costumava ser muito forte, sobretudo nas festas religiosas, em que o carro alegórico funcionava como um suporte para divulgar as concepções religiosas desejadas pela Igreja tridentina para a população.” (DEL PRIORE, 2000, p. 51)

O costume e técnicas de execução do carro alegórico vieram da metrópole e foram bem utilizados nas terras da colônia americana de Portugal.

Entretanto, os ritos se misturaram, as danças profanas invadiram as festas e iniciou-se a participação da maior parte da população nas festas católicas, a Igreja assim permitia diante da interpretação que estas – as danças profanas – seriam formas de culto a Deus. Dessa forma, criou-se uma diferença entre as festas da metrópole e as expressões na colônia, mesmo aquela influenciando esta, o entreposto entre o sagrado e o profano. Surgem as danças que caracterizam a cultura e a sociedade brasileira.

Diante dessa junção e a apropriação das culturas e ritos, permitiu-se que o negro e o aborígene – aqui presentes e hostilizados – sentirem-se parte do todo, identificados com o outro, o colono. Logo, é entendido que as danças juntaram e, de fato, transformaram as culturas distintas que se fizeram presentes no Brasil, e, à vista disso, criaram uma multiplicidade de identidades dos povos aqui instalados. Neste ensaio, a obra primorosa da historiadora Mary Del Priore, *Festas e utopias no Brasil colonial (2000)*, foi explorada em demasia para o entendimento das danças e sua relação com a identidade; além disso, outros livros e artigos a respeito desse dançar identitário foram igualmente analisados para os fins deste texto.

### **FESTIVIDADES SACRAS E PROFANAS E A CRIAÇÃO DE UMA IDENTIDADE CULTURAL BRASILEIRA**





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Ao optar por uma temática abrangente, tendo em vista a variedade de documentações, seja por cartas de jesuítas, observações de cronistas e viajantes, etc., foi examinado as festas no período colonial brasileiro para além do divertimento somente, partindo, sobretudo, do caráter identitário e de aproximação que as danças, em especial, manifestavam.

As dimensões sagradas e profanas das danças evidenciaram o sistema hierárquico entre a metrópole e a colônia e, de fato, enriqueceram a cultura europeia e a religião católica ao atrair os recém convertidos às festividades. O estudo a respeito da dualidade sagrado-profano nos leva a reconhecer que são elementos que não fogem à dança; a sua separação e, por conseguinte, o ato de instituir a *dança profana* e a *dança sagrada* foi um meio de afastamento não apenas religioso, mas cultural. Em contrapartida, o transcendentalismo no ser dançante aponta o seu lugar no tempo e espaço caminhando a uma performance que é simultaneamente planejada e espontânea, e essencialmente política. Foi através da dança – profana –, dessa arte que foge da linguagem falada, que os povos subalternos expressaram suas identidades, e que foi, segundo Del Priore, um canal de informações entre a colônia e além-mar. As danças são, pois, um exemplo maior de assimilação e conhecimento cultural, a historiadora destaca que na colônia haviam danças originadas da península Ibérica e da África, enquanto na metrópole, em corolário, as danças que eram divulgadas pertenciam ao Brasil.

Destarte, a identidade cultural, também um instrumento de poder e em mãos dos colonos, propôs, por intermédio das danças e festas em geral, a imposição do idioma português, do modelo de civilização e cultura europeia; levando, então, as demais culturas à invisibilidade. Ainda assim, o ato de dançar, em si, é uma manifestação política que intervém na coletividade – toda forma de arte é, em termos amplos, uma participação política direta ou indireta. Isto posto, embora houvesse a exploração dos povos nativos ou trazidos ao Brasil, a dança foi e continua sendo a manifestação subjetiva da comunicabilidade e a elaboração e organização desse coletivo.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

As danças profanas, determinadas por tudo o que fugisse às danças realizadas pelo branco europeu católico, exerceram imprescindível papel no que tange a memória catequética colonial. A decisão dos jesuítas de se utilizar das danças como encontro com o Sagrado propiciou transformações no meio de ludicidade social – sendo a dança a protagonista –, o que culminou em festas, por exemplo, em que a participação da população indígena atuava com um caráter ritual duplo, isto é, os cultos católicos os quais celebravam eram entrelaçados aos seus cultos próprios; ou, ainda, confrarias meio sagrados e meio profanos, como é o caso das Folias d’Espanha.

Os eventos públicos de caráter festivo assegurados ora pelo calendário religioso ora pelo poder estatal, promoviam, mesmo que de forma indireta, essa aproximação entre o eu e o outro, o nativo e o colono, o negro africano e o colono. A partir do momento em que há essa identificação entre os sujeitos, é delineada a identidade de si e examinada a do outro, eis o processo de alteridade; que podemos deduzir que não somente os subalternos se puseram em um mesmo patamar que os colonizadores, mas também que os europeus, por meio das danças, exploraram o universo desses indivíduos. Tomando por base um trecho da obra de Del Priore (2000): “[as danças], finalmente incentivaram a canalização da capacidade de resposta das culturas dominadas frente à situação de conflito criada com a escravidão negra e o trabalho compulsório indígena.”

O ser dançante escapa, por vezes, à análise, é expressivo em seu ápice, a arte de performar a vida vai além do que é denominado de profano ou sacro; o dançar é sinônimo de transformação e representação. Sendo assim, a construção da identidade no que se refere a dança denota, além do transcendente em uma espacialidade e temporalidade, a fortificação de certos desequilíbrios sociais com festividades que simbolizavam conflitos, muitas vezes de rivalidades reais, e ainda “[...] a colaboração que eventualmente teriam a oferecer à metrópole, e o signo de sua dominação sobre os demais segmentos sociais na Colônia” (DEL PRIORE, 2000, p. 62).

As festas são uma escapatória da monotonia e preocupações da realidade, e uma maneira de salvaguardar costumes em terras diferentes, construir ou preservar





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

identidades e uma expressão vivencial por meio da linguagem da dança, a partir do ponto em que as palavras são limitadas, ou proibidas, ou simplesmente não bastam. A dança, normalmente presente de musicalidade, põe o espaço e o tempo coexistindo nela própria, e não o contrário; a exteriorização do indivíduo demonstra, então, que os conceitos profano e sagrado como pejorativos e diminuentes sociais, já não surtem tanto efeito quando há o ser dançante, a identidade, a cultura.

### **DIFERENÇAS SOCIAIS, FESTAS REPRESENTATIVAS NO PERÍODO COLONIAL E A RELAÇÃO DE EQUIDADE SURGIDA DESTAS**

As discussões em torno das festas no Brasil colônia é um estudo de expressões ritualísticas que a historiadora Mary Del Priore apresenta, ou seja, uma pesquisa dos espaços frequentados por membros de diferentes segmentos sociais constituintes da sociedade colonial, a festa.

Em um primeiro momento, a festa se configura como um discurso referente a cultura da elite, todavia, a função, o significado e a interpretação que a tal elite faz da festa não é igual àquela da cultura popular. Se a primeira tenta impor regras e normas para conseguir a imposição religiosa, disciplinarização e normatização dos corpos, a segunda subverte essas normas. Então, como destacado pela autora:

“Se por um lado observam-se as instituições tentando dar uma única função à festa, por outro vamos perceber o povo dela se apropriando de maneira peculiar. A festa, seus espaços e suas atividades vão ter outra interpretação aos olhos da multidão, a cada momento possibilitando uma inversão na sua utilização.” (DEL PRIORE, 2000, p. 105)

Percebe-se que a festa, enquanto um produto cultural de cunho institucional, tem por função o controle; ela é produzida visando esse fim, e logo em seguida, executada como festividades, propriamente.

Não obstante, as festas representativas eram feitas e planejadas a partir do calendário da Igreja que se festejavam as santidades; por exemplo, Santo Entrudo, assim chamado o carnaval dos dias contemporâneos. Sendo assim, as solenidades tinham por finalidade impor a cultura europeia, a religião e exercer o controle dos povos subordinados – primordialmente, negros e indígenas. Porém, tais submetidos





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

conseguiram burlar esse regimento, de certa forma, através das danças presentes nas festividades – suas danças, pois, eram tratadas pela Igreja como profanidades; e havia, então, a interação destes e demais sujeitos que buscavam momentos lúdicos. Mediante o exposto, as danças profanas foram uma das vias em que a manifestação das religiosidades indígena e africana permaneceram vivas.

A partir disso, as festas se tornaram atrativas para o período em questão, visto que existia a interação entre negros, indígenas e brancos empobrecidos, tendo em vista, ainda, que cada etnia tinha sua posição dentro do sistema hierárquico. No entanto, era através das festas que se evidenciava uma certa relação de equidade, pois, em síntese, a cerimônia para a cultura popular era a própria oposição ao cotidiano, uma vez que comia-se, bebia-se e ria-se como não se fazia no restante do tempo. Em outras palavras, “era uma época de desperdício justamente porque o cotidiano era uma época de cuidadosa economia.” (BURKE, 1989, p. 308). Enfim, para as classes subalternas, as festas significavam um ritual de inversão da situação vigente.

Essa interação entre as classes pode ser entendida na contemporaneidade, uma vez que as festividades, em particular o carnaval, obtém esse breve sentido de equidade, pois todas as camadas sociais interagem, mesmo que de maneira indireta, umas com as outras.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Relativo a temática abordada, podemos afirmar que as festas, sobretudo as danças, foram manifestações que a) fomentaram a criação de uma identidade dos povos autóctones e trazidos ao país, assim como a necessidade de se expressar fez com que buscassem as mais diversas formas praticar e preservar seus costumes, além da b) apropriação das culturas; em ambas as partes, a Igreja permitiu as danças para o culto ao Sagrado, ainda que fosse realizado segundo a maneira dos já catequizados e a catequizar, o duplo ritualístico.

Ademais, as festas eram uma forma de fuga da rotina castigada pelo sistema e pela natureza, como exemplificado por Del Priore, “o riso típico da festa acompanhava





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

o alívio e também a revanche dos homens, agora 'urbanos', contra as forças naturais e selvagens do campo, da montanha e dos sertões.” (DEL PRIORE, 2000, p. 54)

Surgem, nessas terras, as danças realmente caracterizadas dessa junção de culturas; a “chegança” que lembrava as lutas entre mouros e cristãos – já remetendo aos povos mouros que estiveram em terras brasileiras –; os “cocos” vieram da África e se popularizaram durante o século XVIII; os “congós” misturaram tradições africanas e bailados vindos da Europa. Visto isso, é entendido a existência de influências vindas de todas as partes do globo e instaladas no Brasil, criando uma espécie de equidade entre as culturas, dadas as dimensões da época.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURKE, Peter. **A Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DEL PRIORE, Mary Lucy. **Festas e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LARA, M. L. **Dança: Dimensão sagrada ou profana**. Conexões, v.1, n2, p. 94-107, 1999.

PAIXÃO, Paulo. **Por uma política cidadã do corpo: A função comunicativa na dança no Brasil**. 2009. Tese (Doutorado em comunicação e semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SARAIVA, Maria do Carmo. **O sentido da dança: arte, símbolo, experiência vivida e representação**. In: Movimento. Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 219-242, set.-dez. 2005.

TINHORÃO, José Ramos. **As festas no Brasil Colonial**. São Paulo: Editora 34, 2000.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## GRUPO DE TRABALHO 02: OS POVOS INDÍGENAS NA HISTÓRIA DO BRASIL: UMA PERSPECTIVA PARA O USO DE FONTES NO ENSINO E NA PESQUISA HISTÓRICA

COORDENADORA: CLÁUDIA CRISTINA DO LAGO BORGES (UFPB)





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## COMUNICAÇÃO ORAL

### **“EU APRENDO SOBRE ASSUNTOS ANTIGOS”: O QUE APRENDEM OS ESTUDANTES POTIGUARA NAS AULAS DE HISTÓRIA?**

Vânia Cristina da Silva  
Doutoranda em História pela UFG  
vania\_cristina@hotmail.com

Cláudia Cristina do Lago Borges  
Professora Doutora do Dep. de História da UFPB  
claudialago.rn@gmail.com

## INTRODUÇÃO

O papel do indígena na história do Brasil muitos já conhecem, ou pelo menos acreditam conhecer. Mas poucos se pergunta qual a percepção do indígena sobre seu papel na construção histórica e social desta terra em que vivemos. Em geral, na construção histórica de uma nação, vale-se mais a versão dos conquistadores do que dos conquistados.

Versando por essa linha discursiva, partimos para a seguinte reflexão: o que pensam os estudantes indígenas sobre seu papel na história do Brasil? Para sabermos, a melhor forma é buscar ouvi-los e fornecer espaços de diálogos para que sejam ouvidos. Deste modo, este artigo apresentará os primeiros resultados do projeto *O Ensino de História no contexto da Educação Escolar Indígena Potiguara da Paraíba-PB*, produto





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

de uma tese de doutorado em andamento e de pesquisas realizadas pelo Grupo Abaiara – Estudos Indígenas da Paraíba/UFPB<sup>11</sup>.

Com ações direcionadas nas escolas indígenas potiguara, da Baía da Traição/PB, o presente artigo tem como objetivo identificar como tem se efetivado a relação dos estudantes Potiguara com o Ensino de História e como eles narram e representam aquela que eles aprenderam e conhecem como sendo a história da sua comunidade. Para isso, foram convidados quatro estudantes matriculados no 2º ano do Ensino Médio da Escola Akajutibiró, para que pudessem responder ao instrumento de pesquisa. A seleção dos referidos alunos partiu do interesse deles próprios que, ao serem informados da atividade e consultados sobre a disponibilidade em responderem aos questionários, se prontificaram a participarem.

O texto que apresentaremos trata-se de uma das pesquisas desenvolvidas pelo Grupo Abaiara de Estudos Indígenas da Paraíba, que desde 2018 vem trabalhando com o ensino de História sobre os povos indígenas. Parte desse trabalho resulta em uma apreciação das perspectivas e percepções dos próprios alunos indígenas potiguara sobre a sua história e o papel de seu povo na construção da história do Brasil.

#### **EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: breve panorama nacional e local**

As experiências de escolarização indígena em terras brasileiras datam do início da colonização portuguesa. Nesse período, a presença de missionários ligados a ordens religiosas se tornou constante na colônia. Ao longo dos três primeiros séculos em que o Brasil esteve sob o processo colonizador, diversas ordens religiosas vieram a estas terras com a mesma finalidade: converter os indígenas em fiéis da Igreja, a fim de que expandissem a fé cristã.

---

<sup>11</sup> Pesquisa de doutorado que se encontra em andamento está ligada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás e ao Grupo de Pesquisa Abaiara – Estudos Indígenas da Paraíba - UFPB, coordenado pela professora Doutora Cláudia Cristina do Lago Borges.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

O certo é que, desde a chegada do colonizador em terras brasileiras, os nativos passaram a manter contato com um modelo de educação totalmente diferenciado dos processos aos quais estavam habituados até aquele momento. A partir da atuação das ordens religiosas, aos indígenas foram ofertados serviços educacionais que visavam, para além de outros interesses, a integração desses povos à sociedade na qual estavam inseridos. A ação dos missionários católicos, conforme argumentam *Bergamaschi e Silva*, “[...] foi a iniciativa mais contundente para educar o nativo e, entre outras práticas que visavam a europeização e a cristianização da América, inaugurou a escola para os povos indígenas” (2007, p. 127).

No decorrer do século XIX, o poder público seguiu relegando a população indígena e autorizando, quando não financiando, novas tentativas de colonização desses povos. A legislação indígena, explica *Manuela Carneiro da Cunha* (2012), era pontual e subsidiária de uma política de terras. E apesar do Projeto Constitucional de 1823 aventar para a criação de estabelecimentos destinados à catequese dos índios, a Constituição de 1824 se omitiu nesse sentido e sequer fez referência à existência desses povos.

Mantendo o projeto, a Constituição de 1891 silenciou completamente as questões referentes aos direitos indígenas, e mesmo o Brasil se tornando uma República, a situação não sofreu alterações significativas.

A instauração da República não alterou a situação da Educação Escolar Indígena no Brasil. No ano de 1910, pelo Decreto nº 8.072, criou-se o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais – SPI, vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Com a criação do órgão, as questões relacionadas aos povos indígenas, inclusive aquelas concernentes à educação, passaram a ser responsabilidade do Estado, não mais da Igreja. Mas isso não significa dizer que essa instituição tenha se afastado por completo das atividades educacionais com as quais estavam habituadas. Afinal, *ainda que o Estado se fizesse presente e se pretendesse laico*, “[...] muitas ordens religiosas se mantiveram atuando entre os povos indígenas no século XX, algumas de comum acordo, até mesmo selando convênios com o governo republicano” (*BERGAMASCHI; MEDEIROS, 2010, p. 58*). Isso por meio do “[...] SPI e





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

mais tarde da Fundação Nacional do Índio (Funai), possibilitando assim a continuidade da presença religiosa na educação escolar dos povos indígenas, embora com outros parâmetros de atuação” (BERGAMASCHI; MEDEIROS, 2010, p. 58). *Conforme apontam ainda as autoras citadas, “[...] em cada ‘reserva’ indígena, um posto do SPI, e em cada posto, uma escola”* (2010, p. 58).

*As leis, a criação de órgãos que tinham como responsabilidade a proteção dos povos indígenas, nada disso foi capaz de garantir o cumprimento daquilo que constava no papel. A realidade era bem diferente, tanto que “O SPI extingue-se melancolicamente em 1966 em meio a acusações de corrupção” [...] (CUNHA, 1992, p. 17). Entretanto, o cenário poderia mudar, pois, além dos movimentos indígenas que ganhariam fôlego na década de 1970, entre eles a luta pela demarcação de territórios, assim como pelo reconhecimento, respeito e preservação da cultura e das diferenças étnicas, anos antes, já em 1967, nasceu a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, que despontou sob a expectativa de que cumpriria com sua missão, a de defender e fomentar os direitos dos povos indígenas no Brasil.*

No entanto, as perspectivas de mudanças resultaram em desapontamentos. É que, conforme argumenta Cunha (2012), mesmo com a FUNAI no lugar do SPI, a realidade vivida pelos indígenas, que deveria ser melhorada, permaneceu sem muitos avanços, uma vez que a fundação que deveria proteger/apoiar esses povos foi submetida, pelo governo militar vigente naquele período, ao comando do *Ministério do Interior*, cuja agenda era o desenvolvimento do país. Essa situação era demasiado contraditória, pois, “Os custos ambientais e sociais, para a população em geral e para os índios em particular, eram considerados secundários, quando não simplesmente ignorados” (CUNHA, 2012, p. 100). Desta feita, se compreende que, “[...] nessa época, políticos e militares pudessem abertamente declarar que os índios eram ‘empecilhos para o desenvolvimento’” (CUNHA, 2012, p. 100).

Com a publicação da Constituição Brasileira, em 1988, é que foi possível observar expressivos avanços no que se refere às questões indígenas. Reconhece-se, no Art. nº 231, a sua organização social própria, os seus costumes, “[...] línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam,





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1988). Reconhecidas essas prerrogativas, aos indígenas passou a ser assegurado o ensino em sua língua materna, com processos pedagógicos próprios e com respeito às especificidades presentes na cultura de cada etnia existente. É exatamente assim que explicita o Art. nº 210 - § 2º - da Carta Magna, quando garante que: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (BRASIL, 1988).

Apesar do exposto na Constituição, a Educação Escolar Indígena se mantinha sob monopólio da FUNAI, o que dificultava, na prática, a efetivação do que constava na lei. Somente em 1991, com o Decreto nº 26, de 04 de fevereiro de 1991, é que essa realidade se modificou, passando ao Ministério da Educação - MEC a responsabilidade pelos processos educacionais desses povos. Estabeleceu-se, a partir de então, uma base legal que passou a resguardar esta modalidade de ensino, com destaque para a LDB, que foi além do que previa a carta constitucional brasileira, assegurando, pela primeira vez na história, uma educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com projeto pedagógico, material didático, currículo e formação específica de professores.

O objetivo era propiciar aos estudantes indígenas e às suas comunidades a recuperação de suas memórias históricas. A partir de então, a Constituição Federal de 1988, a LDB, assim como uma ampla legislação que foi produzida e vem sendo renovada até os dias atuais, passaram a nortear e estabelecer os parâmetros para que os direitos assegurados se tornassem realidade dentro das escolas indígenas.

A questão da educação indígena propicia uma importante reflexão: qual terá sido o contexto dentro do qual a comunidade Potiguara passou a ter como pauta a reivindicação por escolas indígenas em suas aldeias? O que se sabe sobre esse assunto é que coube à Igreja Católica a responsabilidade por administrá-la. Não diferente da realidade das demais aldeias espalhadas pelo Brasil, desde a colonização até os anos 1970, essas questões se relacionavam diretamente com os interesses das igrejas, isso porque, não apenas a instituição Católica se manteve frente à organização das escolas,





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

mas os protestantes também passaram a olhar com interesse pelo domínio das questões educacionais em muitas aldeias da Paraíba (GRÜNEWALD, 2009, p. 22-23).

A partir dos anos 1990, o governo, por meio da Secretaria Estadual de Educação, passou a articular junto às comunidades, através do diálogo com professores e lideranças indígenas, encontros que tiveram como eixo debates focados na Educação Escolar Indígena. O objetivo foi o de promover reflexões acerca das demandas das escolas já implantadas no território.

Os anos 2000 foram marcados por uma série de acontecimentos que foram fortalecendo a Educação Escolar Indígena Potiguara. Em 2001, por exemplo, ocorreu um curso de capacitação para técnicos, promovido pelo Ministério da Educação, que teve como objetivo preparar corpo administrativo para exercerem suas funções nas escolas indígenas. Já em 2002 houve uma capacitação que teve como propósito a promoção de debates acerca dos Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. No ano seguinte, em 2003, foram realizadas duas oficinas que tiveram como finalidade possibilitar diálogos e reflexões acerca dos Fundamentos Legais da Educação Escolar Indígena, momento no qual foram levantados os desafios da educação Potiguara e a realidade de cada escola em suas respectivas aldeias (GRÜNEWALD et al., 2009).

O Resultado deste evento foi a elaboração e a publicação da *Resolução nº 207/03 do CEE/PB*, que fixou as normas para organização, estrutura e funcionamento dessas escolas. Dentre o que ficou estabelecido, pode-se citar a instituição da categoria de Escola Indígena, como unidade própria, autônoma e específica, configurada como bilíngue e intercultural, de modo a reafirmar “suas identidades étnicas, sua língua e seus conhecimentos, bem como assegurar às comunidades indígenas o acesso aos conhecimentos da sociedade nacional abrangente e das sociedades não-índias”. (PARAÍBA, 2003, p. 1).

Nesse contexto de debates, reflexões e também conquistas, foi de fundamental importância o envolvimento da *Organização dos Professores Indígenas Potiguara – OPIP*, criada em 2004, com o objetivo de intensificar os diálogos entre os docentes e





possibilitar o trabalho em coletividade, de forma a fortalecer o projeto de escola que sempre almejavam para a etnia.

O resultado de tantos anos de demanda por uma educação indígena de qualidade é que, em tempos mais recentes, as conquistas nesse sentido têm se tornado cada vez mais significativas, não obstante, seja preciso ponderar que muito ainda está por ser feito. Isso significa que os indígenas seguem resistentes reivindicando e promovendo debates acerca das lacunas ainda existentes para a real efetivação das políticas públicas asseguradas nas leis.

### **O ENSINO DE HISTÓRIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA POTIGUARA**

Ao ser indagado sobre o que aprende nas aulas de história e se gosta dos conteúdos estudados na disciplina, um estudante Potiguara, matriculado no 2º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Akajutibiró, localizada na aldeia Akajutibiró, município de Baía da Traição, na Paraíba, respondeu da seguinte maneira: “Eu aprendo sobre assuntos antigos” (ESTUDANTE A<sup>12</sup>, 17 anos). E informou ainda que sim, que gosta muito do que estuda na matéria.

A resposta mencionada foi apresentada pelo referido estudante a um questionário de pesquisa, aplicado pelas pesquisadoras<sup>13</sup> no primeiro semestre do ano de 2019, contendo 9 questões que podiam ser respondidas por escrito e, também, por meio de desenhos.

Foi com o desenho (Imagem 1) exposto a seguir que o mesmo estudante (ESTUDANTE A) já mencionado na introdução deste texto, respondeu a outra proposição contida no questionário de pesquisa: “Faça um desenho que represente a história da sua comunidade”.

---

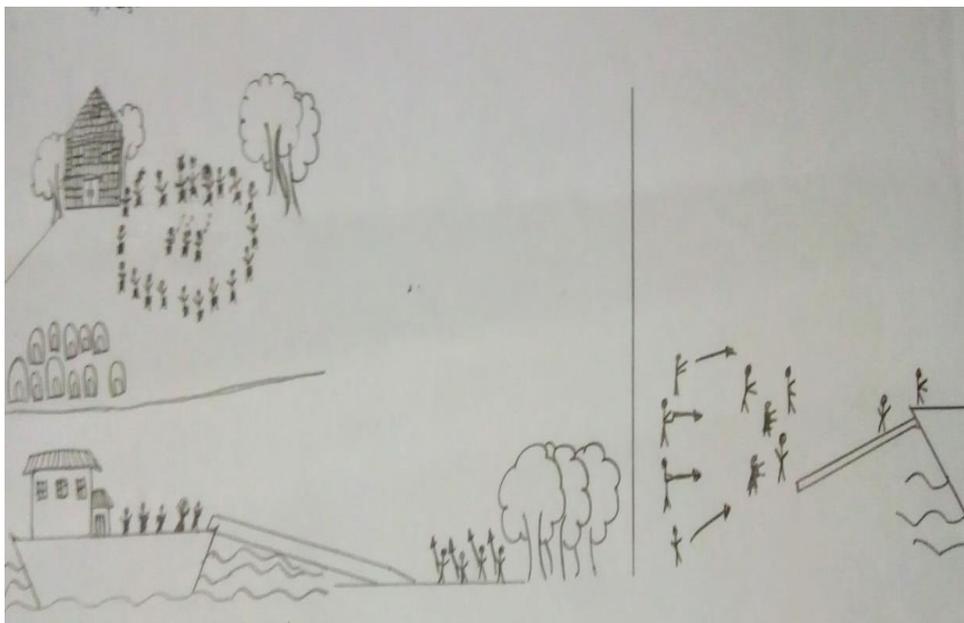
<sup>12</sup> Não serão apresentados os nomes dos estudantes. O mais importante, aqui no caso, é o ano no qual o participante está matriculado e a sua idade. Assim, optou-se por apenas identificar como ESTUDANTE A, B, C e, assim, sucessivamente no decorrer do trabalho.

<sup>13</sup> O trabalho já passou pela avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás e já recebeu a aprovação do referido órgão.





### Imagem 1 – Desenho sobre a história Potiguara



**Fonte:** Questionário de pesquisa elaborado pela autora.

Interessante a maneira como o estudante ilustrou aquela que ele conhece como sendo a sua história. Para isso, três cenas são representadas no desenho, mas não é possível informar em qual ordem elas foram ilustradas, nem se fazem parte ou não de uma sequência cronológica que anuncie um processo histórico. Em todo caso, ao analisar os traços, percebe-se que, de um lado, existe um navio a aportar em terras que seriam do litoral nordestino, trazendo europeus com ambiciosa sede de conquista. De outro, estão os indígenas encorajados a enfrentarem o invasor ainda desconhecido.

Em outro momento, na parte superior da imagem, há novamente um conflito, desta vez, simbólico e marcado pelo fator religioso, no qual foi possível identificar uma Igreja Católica<sup>14</sup>. Ao lado da instituição religiosa, marca da dominação cristã desde os anos da colonização, o estudante ilustrou uma manifestação do Toré, importante rito indígena dançado em forma de círculo que representa não apenas o momento de

<sup>14</sup> No desenho nota-se a presença de um sino, objetivo símbolo das instituições católicas.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

espiritualidade deles, mas se constitui como símbolo de luta e resistência. O antagonismo observado está exatamente na representação de duas formas tão distintas de expressão da fé presentes naquele cenário: a cristã e a indígena.

Além disso, outro aspecto que chama atenção é o fato do estudante representar as moradias indígenas em formato de ocas, quando as atuais residências dessa região são, em sua maioria, casas de alvenaria. Possivelmente, ele relacionou a palavra história, que aparece no enunciado da questão, com esse tipo de moradia que era comum no passado desses nativos. Ao ser solicitado para que elucidasse o que buscou informar com o desenho desenvolvido, o estudante deu a seguinte resposta:

A igreja representa a aldeia São Miguel, os índios estão reunidos dançando Toré e tem as ocas, as moradias dos índios, e o navio representa os Europeus que vieram e por um tempo habitaram junto com os índios, e mais adiante tem os índios expulsando os europeus. (ESTUDANTE A, 2º ANO)<sup>15</sup>.

Após apreciar os traços que compõem o desenho e, também, a resposta redigida pelo estudante, é possível considerar que a história que ele concebe como sendo a do seu povo é marcada pela presença do homem europeu, que ora vivia em harmonia com os nativos; ora era o seu pior inimigo. Muito embora não especifique quem são esses europeus, se portugueses, franceses ou holandeses, a interpretação do aluno não destoava do verdadeiro enredo que marca a trajetória dos Potiguara. Evidentemente que as poucas linhas elaboradas pelo jovem carecem de formulações mais consistentes que deslindem os pormenores acerca dos conflitos e alianças que marcaram a conquista da Paraíba, não obstante, ele tem ciência do contexto geral a respeito do assunto, o que já é bastante relevante.

O jovem estudante pode ter aprendido isso na escola, com sua professora de História, por exemplo. Mas esse conhecimento pode ser resultado, ainda, das narrativas que comumente vão passando de geração em geração, sempre resguardadas pelos mais velhos, prática frequente em muitas comunidades indígenas. Muito provavelmente, tem

---

<sup>15</sup> No decorrer do trabalho, será mantida a escrita de cada estudante, tal qual consta no questionário respondido, inclusive com os erros gramaticais que possam ter ocorrido.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

um pouco das duas. Contudo, ao ser indagado sobre com quem ele aprendeu a história que hoje ele conta como sendo a do seu povo, a resposta foi: “Aprendi com meus avôs e toda minha família” (ESTUDANTE A, 2º ANO). Isso confirma, de certa forma, a segunda hipótese levantada: a de que não só a escola ensina história a esses estudantes, eles também recebem esse tipo de formação em suas casas, com os familiares mais velhos. Afinal, conforme pondera Paulinho Rikbaktsa, um educador indígena do Mato Grosso: “[...] a primeira educação é na família e com outros parentes. A segunda é da escrita, do aprendizado da escola para complementar” (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, 1997, p. 18).

Igualmente, esse desenho evidencia ainda outro aspecto relevante: ao mesmo tempo em que há na imagem um elemento que representa a força dos Potiguara – quando todos eles direcionam suas armas contra o navio que tenta aportar - há também uma demonstração da submissão desses à força da cultura do homem branco, ou seja, a dominação pela fé. Atualmente, esses povos são, em sua maioria, vinculados à Igreja Católica ou Evangélica, o que explica a presença desta primeira instituição na ilustração do aluno. Por outro lado, ele não deixa de demonstrar que, embora a fé cristã se faça presente na vivência deles, a ligação com os ritos ancestrais, como o Toré, ainda se mantém viva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando todos os aspectos que envolvem a história dos povos indígenas e seus direitos sobre a sua própria educação, vemos que a passos curtíssimos, se levarmos em conta a indiferença com que eles foram tratados desde a colonização, a ideia de devolver-lhe algo que lhe é próprio aparece, de certo modo, como um alento, se não mesmo esperançoso.

Nesta perspectiva do espaço educacional, cada vez mais jovens indígenas têm ingressado nos diversos espaços e níveis acadêmicos, o que permite não somente uma





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

busca pelas suas próprias origens, mas, principalmente pelo respeito e valorização de sua cultura.

Ao vermos os comentários, respostas e representações feitas pelos alunos das escolas participantes do projeto, sentimos que há por parte desses jovens não apenas a real compreensão de seu papel social, mas de sua própria história no contexto da construção histórica do Brasil. E isto significa, pelo menos a priori, que as mudanças no sistema educacional promovidos pela Constituição de 1988, pela LDB e pelas leis estaduais e municipais têm permitido que as escolas inseridas nos espaços indígenas recuperem as identidades que foram perdidas ao longo dos anos.

### REFERÊNCIAS

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; SILVA, Rosa Helena Dias da. **Educação escolar indígena no Brasil: da escola para os índios às escolas indígenas.** *Ágora* (Unisc), v.13, p.124150, 2007.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania.** São Paulo: Claro Enigma, 2012.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parayba, 1585-1630.** Bauru, SP: Edusc, 2007.

HERCKMANS, Elias. 1886. Descrição geral da Capitania da Parahyba. **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano**, tomo V, n. 31, p. 239-288. Recife: Typographia Industrial. Disponível em: <<http://www.etnolinguistica.org/biblio:herckman-1886-parahyba>> Acesso em: 15 fev. 2019.

HISTÓRIA DA CONQUISTA DA PARAÍBA. 2ª reimpressão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

MOONEN, Frans. **Os índios Potiguara da Paraíba.** 2ª ed. Recife, 2008.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

PERRONE-MOISÈS, B. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, M. C. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 1ª - ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2015.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

**“COM MEU BODOQUE EU SACUDO A FLECHA, COM A MINHA FLECHA  
VOU ATIRAR”: RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE VISITAS PEDAGÓGICAS  
À ALDEIA INDÍGENA SÃO FRANCISCO-BAÍA DA TRAIÇÃO-PB**

JULIANA BARROS DE OLIVEIRA

PPGE-UFPB

[julianabarroshistoria@gmail.com](mailto:julianabarroshistoria@gmail.com)

Na vivência em sala de aula com o componente curricular de História, nos deparamos com conteúdos que versam acerca da História do Brasil e dos povos indígenas. Nos livros didáticos e materiais pedagógicos é possível encontrar inúmeras menções a esses que são os povos originários do Brasil, sem falar nas fontes relativas a diferentes períodos de nossa história, abarcando do Brasil Colônia à atualidade. Todavia, ainda se constitui como um desafio para o (a) professor(a) da disciplina de História tratar a respeito desses povos desde a chegada dos europeus em nosso solo, visto que expressiva parte da documentação apresenta a versão da história narrada sob a perspectiva do dito colonizador.

A necessidade de estudar acerca das culturas, diversidades e elementos constitutivos dos povos indígenas brasileiros se imbuí de tamanha urgência que a Lei 11.645/2008 surgiu com o fito de assegurar aos estudantes da Educação Básica de todo o Brasil o contato com informações sobre aspectos históricos e culturais dos povos indígenas, alterando assim a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB 9394/1996.

No entanto, até mesmo a existência da Lei 11645/2008 não chega a sanar completamente uma lacuna significativa em relação à produção e entendimento relativos à forma como os povos indígenas são abordados em diferentes conteúdos programáticos de História. Em se tratando da Educação Básica – que corresponde aos





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

níveis Fundamental e Médio – a referida Lei é passível de críticas, ao se observar que, em sua redação, a mesma não explicita a pluralidade cultural proveniente dos mais diversos povos indígenas do Brasil, visto que

(...) ao instituir como obrigatória a inclusão da ‘História e Cultura dos Povos Indígenas’ [a Lei], favorece a permanência dessa ideia de homogeneidade. Por que não ‘histórias’ e, principalmente, ‘culturas’ dos povos indígenas? São 305 povos indígenas e cada um com sua história e culturas específicas e particulares. (RUSSO; PALADINO 2014, p.47).

Desse modo, mesmo após o advento da Lei 11.645/2008, estudantes que cumprem formalmente as etapas da Educação Básica e chegam ao Ensino Superior, por exemplo, estão sujeitos a completar a fase final de cada um desses percursos pedagógicos tomando por base ideias estereotipadas e preconcebidas a respeito dos povos indígenas do Brasil. Por vezes, esses (as) estudantes podem desconhecer o fato de que existem terras indígenas demarcadas no Estado da Paraíba, com uma população autóctone vivendo em aldeias cujos territórios localizam-se nos municípios de Marcação, Rio Tinto e Bahia da Traição.

No que tange ao debate sobre a temática indígena na Educação Superior, em especial nos cursos que não abarcam este conteúdo, de maneira ostensiva, em seus componentes curriculares obrigatórios, escritos de autores como Ribeiro (2014) trazem à baila contribuições para fomentar o debate acerca do tema em sala de aula, o que se converge, a nosso ver, como algo mais que necessário, evidenciando-se o fato de que inexistente uma legislação específica que garanta a abordagem de assuntos relacionados às culturas indígenas nas salas de aula de diferentes cursos de Bacharelado ou Licenciatura no Brasil.

Ainda no que diz respeito à Educação Superior cabe, a nosso ver, a máxima de Selbach *et al* (2010) ao tratar sobre o Ensino de História para aqueles (as) que não pretendem ser tornar historiadores (as), enfatizando que o (a) professor (a) da disciplina deve selecionar os conteúdos úteis aos estudantes, visto que

Essa seleção precisa levar em conta que a História possui indiscutível valor formativo, que ajuda estruturar o pensamento e agilizar o raciocínio dedutivo, mas também é uma “ferramenta” que se usa em atuação diária, que se emprega em qualquer profissão. (SELBACH *et al*, 2010, p.123).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

De fato, percebe-se que tanto na Educação Básica como na Educação Superior – no decorrer de um ano ou semestre letivo – os conteúdos programáticos selecionados pelo (a) docente do componente curricular de História possibilitam o aprofundamento de leituras, discussões e debates acerca das culturas dos povos indígenas, enfatizando-se os pontos em que tais abordagens contribuem para constituir a trajetória de formação do aluno (a), no que concerne à realidade histórica nacional e local.

Assim, tomando por base uma perspectiva temática, por exemplo, buscou-se trabalhar a respeito dos povos indígenas e suas contribuições para a formação cultural brasileira distanciando-se da fragmentação e da falta de criticidade. A nosso ver, as discussões sobre a temática são necessárias no âmbito das instituições educacionais, corroborando, dessa maneira, a ideia de Bittencourt (2008) ao asseverar que

Ao se estudar as populações indígenas, por exemplo, fundamentando-se no conceito de cultura que inclui as noções de *diferenças e semelhanças*, deve-se principiar pelo conhecimento do grupo indígena que *antes* ocupava o lugar da atual vivência do aluno, adquirindo informações sobre as características desse povo que viveu e criou uma cultura própria – língua, hábitos alimentares, rituais e festas –, para em seguida, na apreensão do *depois*, saber o que aconteceu com ele a partir do contato com o branco (desapareceu ou migrou, foi escravizado...) e quais as marcas ou registros ainda existentes no presente sobre a população nativa. Posteriormente, é importante estudar outros grupos indígenas de outros espaços e de outros tempos, para o aluno poder descobrir o que de diferente e o que de semelhante há entre aquele povo indígena que ocupava o local atual e os outros povos que viveram antes ou ainda vivem em outros lugares do Brasil (BITTENCOURT, 2008, p. 114).

Percebe-se, portanto, que aprender sobre os povos indígenas é mais do que apenas ler um texto sobre o assunto: é visitar o seu território, é observar suas práticas e vivências culturais *in loco*: é se propor a conhecer e para respeitá-los. Nesse sentido, as aulas de campo ou visitas pedagógicas se revestem como recursos de aprendizagem capazes de colocar em contato a realidade dos (as) estudantes com os remanescentes dos povos originários de nossa terra, a fim de favorecer trocas culturais, construção de conhecimento e desconstrução de ideias preconcebidas acerca do tema, tanto no que tange à Educação Básica como ao Ensino Superior.

Este trabalho apresenta-se com o objetivo de relatar experiências de visitas de estudantes do Ensino Fundamental II e Ensino Superior a uma aldeia indígena,





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

respectivamente nos meses de maio e novembro de 2018, buscando-se tecer um relato comparativo entre os dois momentos, realizados pela mesma docente. Nessas ocasiões, através da metodologia da observação participante, foram percebidas e tratadas *in loco* questões de natureza histórica e reflexões acerca da alteridade em relação aos povos originários do Brasil, sendo possível também desmistificar elementos relativos à cultura dos povos indígenas, em especial do povo Potiguara, cuja aldeia visitada – São Francisco – localiza-se em território pertencente ao município litorâneo de Baía da Traição, distante cerca de 90 km da capital paraibana.

As visitas pedagógicas por parte de ambas as turmas tiveram a sua realização possível pelo intermédio junto a uma liderança indígena Potiguara, pajé de uma das aldeias que compõem o município de Marcação-PB, localizado vizinho à Baía da Traição. Este lugar, por sua vez, é o local onde em que se encontra a aldeia visitada e que abarca em seu território espaços analogamente demarcados, pertencentes ao povo Potiguara.

A Baía da Traição apresenta-se desde o período colonial brasileiro (1500-1822) como local de lutas e batalhas tanto por parte do povo indígena potiguara quanto por parte dos colonizadores europeus. O lugar tem seu nome alusivo à suposta traição desse grupo indígena em relação aos lusitanos, assentando-se também no fato de que os potiguara já realizavam trocas comerciais com os franceses nessa região durante o período colonial.

(...) a presença dos franceses na exploração do pau-brasil, que era efetiva a ponto de algumas áreas – como a que se estende entre Pitimbu, ao sul da Paraíba, nas fronteiras com a Capitania de Itamaracá, passando por Jacumã, um dos portos naturais mais movimentados para embarque do brasil durante o século 16 até a barra do rio Gramame, nas proximidades do Cabo Branco – serem conhecidas como “porto dos franceses”. Ao norte, a Baía da Traição, localizada entre as barras dos rios Mamanguape e Camaratuba, era o principal ponto desse escambo, pois ali se localizavam as maiores aldeias Potiguara que permitiam, inclusive, a instalação de oficinas dos franceses para reparo das embarcações. (GONÇALVES, 2007, p. 44).

Por aliarem-se aos franceses e, em seguida, aos holandeses em detrimento do colonizador português, os potiguara passaram a ser considerados como um povo autóctone rebelde, logo, passível de escravização por parte dos lusitanos, porém não





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

sem resistência dos indígenas, reconhecidos no documento de autoria anônima alusivo à descrição da Conquista da Paraíba como o gentio indígena “(...) mais unido que quantos houve no Brasil” (ANÔNIMO, 2010, p. 89).

Antes considerados senhores absolutos do território do litoral da atual região Nordeste, num território que abrangia da Paraíba ao Maranhão, de acordo com Gonçalves (2007), os potiguara passaram a desmembrarem-se e perder seus domínios para os europeus assim como aconteceu com inúmeros povos indígenas espalhados pelo Brasil, no período colonial. Durante anos, buscaram-se unir com franceses e holandeses contra um inimigo comum – os portugueses – sem obterem completo sucesso em tal empreitada. Por essa razão, “uma nova ordem social se lhes impunha. Uma ordem em que lhes era reservado um papel subordinado: de senhores, passaram a escravos em sua própria terra” (GONÇALVES, 2007, p.25).

O território correspondente à Baía da Traição originalmente se denominava Acergitibiró ou Acajutibiró, topônimo indígena que, segundo pesquisas provenientes da Seção Judiciária da Paraíba (2012) faz menção ao fato de que “(...) no aldeamento de São Miguel existia uma lagoa circundada por densa vegetação com predominância de imensos cajuais” (SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA, 2012, p. 28). Assim, apesar de historicamente se apresentar como um território pertencente ao povo potiguara, as terras indígenas do município de Baía da Traição foram demarcadas e reconhecidas legalmente apenas no início da década de 80 do século XX.

Tal processo, de acordo com Moonen (2008), contou com a resistência das autoridades então instituídas à época em reconhecer as terras ancestrais dos potiguara como áreas validadas para compor a demarcação. Por essa razão, invasores das terras indígenas aliados a representantes do Poder Público impuseram uma demarcação que, de fato, não correspondia à realidade ou fazia jus ao que merecia o povo potiguara da Paraíba.

Mais uma vez, de nada valeram Leis, Decretos e Constituições que, pelo menos em teoria, garantem aos índios a posse permanente das terras que tradicionalmente habitam, que afirmam que as terras indígenas são bens inalienáveis da União, que declaram solenemente que as terras indígenas são





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

inusucapiáveis e que sobre elas não poderá recair desapropriação. E assim, em 28 de dezembro de 1983, pelo Decreto 89. 256, a área potiguara é reduzida de 34. 300 para apenas 20.820 hectares. Foram desmembradas da área indígena a cidade de Baía da Traição e praticamente todas as áreas ocupadas pelos invasores citados acima, e inclusive uma área na qual se situam seis aldeias indígenas. O Decreto introduziu na Paraíba a reforma agrária ao contrário, porque tirou dos pequenos para dar aos grandes. Imediatamente após, em janeiro de 1984, em poucas semanas o exército, utilizando sua tecnologia moderna, demarcou a área, mostrando claramente que para se demarcar uma área indígena, o principal é a decisão política, e não os recursos financeiros (MOONEN, 2008, p. 27).

É nesse território, lugar de disputas históricas ancestrais pela terra e pelas riquezas naturais, que se encontra a Aldeia São Francisco: a maior entre aquelas cujo território registra-se nos limites do município de Baía da Traição, *locus* em que se realizaram as aulas de campo ou visitas pedagógicas para as turmas do 9º Ano do Ensino Fundamental II e as turmas dos cursos de Bacharelado em Serviço Social e Administração das instituições em que a autora trabalhou como professora de História, ambas com sede em João Pessoa-PB.

No que se refere à sondagem e contatos anteriores para que as visitas fossem passíveis de serem executadas, a possibilidade de contar com a presença de uma liderança indígena local foi imprescindível para se ter acesso ao lugar e às histórias existentes sobre ele, na perspectiva do povo originário da terra. Para tanto, o primeiro contato entre a docente e a liderança indígena realizou-se a partir de uma conversa travada nos corredores de uma das instituições onde a professora ministrava aulas. Convidado a tomar parte em um seminário sobre Antropologia Indígena realizado por uma das turmas do curso de Serviço Social, o pajé conheceu a faculdade em que a professora trabalhava, a estrutura e corpo docente e discente da instituição. Na ocasião, a professora não deixou passar a oportunidade de trocarem contatos para futuros projetos e visitas pedagógicas às terras potiguara, conforme se processou mais adiante.

A visita ao território potiguara por parte dos alunos (as) do 9º Ano do Ensino Fundamental II foi organizada após iniciativa dos (as) discentes da turma. Em um primeiro momento, os alunos (as) propuseram a realização de uma atividade que envolvesse teatro, música e a temática indígena, dada aproximação do dia 19 de abril, data comemorada no calendário escolar como “Dia do Indígena”. Os alunos (as) da





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

referida turma haviam participado de uma experiência análoga referente à Semana de Alimentação Saudável, cuja proposta envolveu a dança, a música e o teatro, trabalhando o conteúdo referente aos malefícios do açúcar. Portanto, sentiram-se estimulados a construir, junto com a professora de História, uma nova e exitosa experiência educativa.

De posse disso, sabendo do anseio dos estudantes para trabalhar a temática indígena, a professora propôs aos (às) mesmos (as) que realizassem pesquisas sobre o assunto, promovendo debates, confecção de cartazes, estudos dirigidos entre outros. Após esse primeiro momento, os (as) discentes sentiram-se compelidos a ensaiar aquilo que denominaram, junto com a professora, como experimento cênico, escolhendo a pantomima (teatro mudo/de gestos) para representar a invasão e expropriação cultural aos povos originários do Brasil, sua resistência e a construção de suas identidades. Com essa finalidade, escolheram para o experimento a música “Índio do Brasil”, de David Assayag, utilizada pela docente no ano anterior para fomentar com eles (as) discussões acerca da questão indígena no Brasil, quando ainda estavam cursando o 8º Ano do Ensino Fundamental II.

Para compor o cenário do experimento cênico, os (as) estudantes escolheram reproduzir em sala de aula uma aldeia indígena, porém indagaram a si mesmos (as) e à docente: como fazer isso, se a maior parte deles (as) sequer já tinha estado em uma aldeia? Apenas uma parte dos alunos (as) conhecia a representação de um espaço como aquele através de filmes, novelas e minisséries, mesmo assim, não eram todos (as) que tinham entrado em contato com este conteúdo.

Dessa forma, começaram a organizar junto com a professora e a equipe técnica escolar a visita à aldeia indígena potiguara, intentando-a para o dia 19-04-2018. Por intercorrências junto à Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB, não foi possível a disponibilidade de ônibus para uso na referida data. Logo, alunos (as), professora e equipe técnica resolveram fretar um ônibus de turismo que os levassem à Baía da Traição pois, nesse meio tempo, a professora, em contato com a liderança indígena, conseguiu a licença e o acompanhamento do pajé para a realização da visita por completo, remarcada para o dia 04 de maio de 2018.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Tanto na referida data quando também da realização da visita junto às turmas dos cursos de Educação Superior, marcada para o feriado nacional de Proclamação da República (15-11-2019), ocorrida em novembro do mesmo ano, durante o caminho, uma imagem que impactou os estudantes da escola e da faculdade fez menção ao processo de erosão causado pelo mar às casas e empreendimentos construídos de maneira mais próxima à faixa litorânea do município de Baía da Traição, no percurso antes da chegada à aldeia São Francisco.

Em ambas as visitas – a realizada em maio e àquela desenvolvida em novembro de 2018 – antes de adentrarem ao espaço da Aldeia Indígena São Francisco propriamente dito, tanto os (as) estudantes do Ensino Superior como os da Educação Básica entraram em contato com a cultura local a partir das ruínas do antigo Forte de Baía da Traição, momento em que foram explicados aspectos históricos referentes ao lugar. Tais explicações partiram da professora e também da liderança indígena local que acompanhou toda a visita.

Após isso, os (as) estudantes de ambos os grupos foram direcionados (as) à área de convivência e reunião do povo indígena potiguara. Nesse local também ocorre a recepção aos turistas antes que adentrem ao espaço da aldeia. Lá os (as) estudantes puderam fazer perguntas, bem como receber instruções referentes à maneira de se portar ao adentrarem à aldeia São Francisco.

Em seguida, o ônibus continuou pelo território da aldeia, estacionando próximo a um local conhecido como Furna. Segundo a liderança indígena que acompanhou a visita pedagógica em ambas as ocasiões – 04-05-2018, para a turma do Ensino Fundamental II e 15-11-2018 para as turmas da Educação Superior – a Furna é um lugar é considerado sagrado para os indígenas de Baía da Traição e municípios próximos.

Uma vez na Furna, em ambas as ocasiões, foram prestados esclarecimentos aos (às) estudantes a respeito de elementos relativos à cultura, sociabilidades e religião do povo potiguara. Após isso, os participantes de ambas as visitas foram convidados (as) a dançarem o toré e aprender a entoar cantos relativos à cultura potiguara – dentre os





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

quais, um cântico cujo fragmento dá título a este trabalho: “Tava sentado na pedra fina/o rei dos índios mandou chamar/cabocla índia, índia guerreira/Cabocla índia do Juremar/Com meu bodoque eu sacudo a flecha/Com a minha flecha vou atirar/ Cabocla índia, índia guerreira/Cabocla índia do Juremar”.

Depois da realização de ambas as visitas, foram realizadas atividades que avaliaram os alunos (as) do Ensino Fundamental II e Educação Superior quanto à atenção por eles (as) dispensada relativa aos momentos vivenciados na aldeia, como também a aprendizagem relacionada à temática das culturas indígenas – em especial em relação ao povo indígena potiguara na Paraíba.

Para a turma do 9º Ano a montagem, ensaio e execução do experimento cênico “Índio do Brasil” constituiu-se como parte desse processo avaliativo. Para tanto, além da recriação da aldeia indígena em sala de aula, no que se refere à cenografia, os (as) estudantes também foram avaliados (as) em termos de execução artística, bem como relatório final da visita à Aldeia São Francisco, a ser entregue no mesmo dia em que o experimento foi apresentado a todas as turmas do Ensino Fundamental II do turno manhã: dia 11 de maio de 2018, exatamente uma semana após a visitação à aldeia. As atividades de organização e execução do experimento cênico foram realizadas em grupo, em detrimento à escrita do relatório, desenvolvida de forma individual.

Ainda com relação ao experimento, pode-se afirmar que a mediação da visita por parte da liderança indígena local ultrapassou a condição de ser simplesmente um guia ante a permanência da turma do 9º Ano nas terras potiguara, visto que os alunos (as) convidaram o pajé para estar na escola no dia 11 de maio de 2018 não apenas para assistir, mas sim para participar ativamente da encenação “Índio do Brasil”, apresentada para as demais turmas do Ensino Fundamental II do turno manhã e preparado pelos (as) estudantes e pela docente em alusão à situação dos povos indígenas no Brasil, do “descobrimento” aos dias atuais.

Já no que se refere à avaliação da experiência por parte dos alunos (as) dos cursos de Bacharelado em Serviço Social e Administração, a professora solicitou





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

elaboração de relatório individual da experiência por parte dos estudantes de ambos os cursos. Em relação àqueles (as) alunos (as) do primeiro curso, os mesmos (as) tiveram que perpassar a sua escrita junto ao entendimento ao segundo capítulo do livro “O Povo Brasileiro” de Ribeiro (2014), seção esta intitulada “O enfrentamento dos mundo”. É válido ressaltar que, no semestre anterior à visita, os (as) estudantes já haviam participado de leitura prévia e debate do referido texto em sala de aula, junto à disciplina de Formação Sócio histórica e Política do Brasil I, ministrada pela mesma docente responsável pela organização da visita pedagógica à Aldeia São Francisco.

É importante enfatizar que tanto para os alunos (as) da escola quanto da faculdade, as atividades realizadas antes, durante e após as visitas pedagógicas à aldeia potiguara revestiram-se de caráter interdisciplinar. Na primeira, os componentes curriculares cujos saberes se entrecruzaram com a História foram os das disciplinas de Artes e Matemática. Já para a segunda instituição, os conteúdos somaram-se aos ministrados pelas disciplinas de Formação sócio histórica e Política do Brasil I e II e Antropologia para o curso de Serviço Social, bem como a disciplina de Metodologia do Trabalho Científico para o curso de Bacharelado em Administração.

Ao final das experiências vivenciadas pelos alunos (as) de ambas as instituições educativas, mesmo que essas apresentassem as suas especificidades, percebeu-se que os (as) estudantes, ao desenvolverem seus relatórios e atividades pedidas após a visita, constituíram para si uma imagem do que é ser índio no Brasil, ressaltando elementos como as dificuldades e preconceitos que esses os povos autóctones ainda enfrentam.

Assim, pela temática trabalhada, observa-se que este escrito adequa-se ao grupo de trabalho “Os povos indígenas na História do Brasil: uma perspectiva para o uso de fontes no Ensino e na Pesquisa Histórica”, ressaltando que, a partir de uma experiência de ensino de História relacionada aos povos indígenas foi possível propor esta nossa pesquisa, calcada na vivência *in loco* relacionada aos entendimentos, construções, alteridade e combate a visões estereotipadas a respeito dos povos indígenas do Brasil, em especial no que se refere ao povo potiguara na Paraíba.





## REFERÊNCIAS

ANÔNIMO. **História da Conquista da Paraíba**. 2ª reimpressão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008..

BRASIL. **Lei 11.645/2008**. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm)> Acesso em: 11 nov. 2019.

BRASIL. **Lei 9394/96**. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm)> Acesso em: 01 nov. 2019.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parayba – 1585-1630**. Bauru-SP: Editora EDUSC, 2007.

MOONEN, F. **Os índios potiguara da Paraíba**. 2.ed Digital Aumentada. Recife-PE, 2008.<[http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/lucianomaia/moonen\\_indios\\_potiguara\\_pb\\_2008.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/lucianomaia/moonen_indios_potiguara_pb_2008.pdf)>Acesso em 11 de nov. 2019.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. 1.ed. 14ª reimpressão. São Paulo: Companhia de Bolso, 2014.

RUSSO, Kelly; PALADINO, Mariana. Reflexões sobre a Lei 11645/2008 e a inclusão da temática indígena na escola. In: **Revista Fórum Identidades**. ITABAIANA: GEPIADDE, Ano 08, Volume 16 jul./dez.de2014.

SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA. **Processos Históricos/2012**. João Pessoa-PB, maio de 2013.

SELBACH, Simone *et al.* **História e Didática**. Coleção Como saber ensinar. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2010.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## PÔSTER

### **EDUCAR PARA CIVILIZAR: O projeto educacional indigenista na legislação do SPI (1910-1945)**

Dárcya Jeanne Silva de Araújo<sup>16</sup>

Universidade Federal da Paraíba  
darcyjeanne@gmail.com

Dra. Cláudia Cristina do Lago Borges<sup>17</sup>

Universidade Federal da Paraíba  
claudialago.rn@gmail.com

## INTRODUÇÃO

No contexto das políticas indigenistas adotadas no decurso da história do Brasil, emerge com a República uma nova perspectiva sobre os povos indígenas e seu espaço na então recente ordem social, que se projetava no século XX com ares modernistas e numa busca incansável pelo ideal de uma nação civilizada. Surgia, portanto, uma política indigenista pautada na condição de tutela estatal. Na prática, porém, essa política somente respaldou o velho discurso da necessidade de civilizar os índios para a possível convivência, ou pelo menos, tolerância com os cidadãos que se autodeclaravam civilizados. Mas, qual o espaço que a educação formal ocupava dentro do novo modelo de política indigenista que ora se propunha?

Diante desse e tantos outros questionamentos possíveis sobre a relação entre o Estado e os povos indígenas no século XX, é enfática a lacuna existente no conhecimento sobre a política educacional do Serviço de Proteção aos Índios – SPI, órgão criado pelo governo federal para, dentre outras finalidades, promover a laicização da educação entre os indígenas e orientar a criação e funcionamento das escolas situadas

<sup>16</sup> Graduada em História (licenciatura) e integrante do Grupo de Pesquisa Abaiara/UFPB.

<sup>17</sup> Professora associada do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Abaiara/UFPB.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

em seus territórios nas décadas que se seguiram à Proclamação da República. Sendo assim, o presente trabalho se propõe a discutir a política educacional no contexto da tutela estatal, lançando mão da legislação do SPI como fonte histórica para compreender a estratégia firmada para administração desses povos e seus territórios através de sua operacionalização por meio dos vários Postos Indígenas que foram gradativamente espalhados por todo o território brasileiro.

## **A TUTELA DO SPI E A EDUCAÇÃO INDÍGENA**

Apesar das modificações sociais e espaciais observadas no final do século XIX e início do XX, que incluíam a mudança da estrutura política de governo do Império para a República, a expansão das cidades, o advento da indústria e as novas criações tecnológicas (LIBÂNIO e FREIRE, 2011, p. 169), o Brasil consistia num país cuja ocupação se restringia, de sobremodo, às áreas litorâneas, restando vastos territórios ainda não desbravados, especialmente na região central e norte do país.

A experiência na penetração no interior do país resultante das entranças da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas, criada no império e continuada na República com vistas à conhecer as áreas que se concebia por não ocupadas, tornou conhecida a presença de milhares de indígenas que já viviam naquelas regiões, sendo decisivo para a criação de um órgão estatal que fosse responsável por pensar e operar a política indigenista no período. Assim, em 1910, o governo federal criou o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), sob a direção de Cândido Rondon. Para Lima (1992, p. 155), o SPILTN foi o “[...] primeiro aparelho de poder governamentalizado instituído para gerir a relação entre povos indígenas, distintos grupos sociais e demais aparelho de poder”.

O Decreto 8.072, de 20 de junho de 1910, que criou o SPILTN, vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, previa em Artigo 1º que o órgão deveria “[...] prestar assistência aos índios do Brazil, quer vivam aldeados, reunidos em tribos, em estado nômade ou promiscuamente com civilizados”. O projeto que





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

inicialmente focava principalmente nas áreas fronteiriças, expandiu-se para as outras regiões do país, considerando a ideia de “controle sobre as porções do espaço sob a jurisdição dos estados” e a de “transformação do *índio* em *trabalhador nacional*” (LIMA, 1992, p. 160-161). Em 1918, o SPI perderia o estatuto de “Localização de Trabalhadores Nacionais”, transferido ao Serviço de Povoamento do Ministério da Agricultura. Todavia, a idealização de transmutar indígenas em trabalhadores rurais permaneceria no cerne ideológico do órgão.

A partir da Era Vargas, o discurso de nacionalização passa a ser imperativo na política institucional do SPI, cujas mudanças regimentais que determinavam as ações do órgão deixavam clara a ideia de pensar os indígenas como inferiores e evolutivamente diferenciados, sedimentando o caráter tutelar do serviço federal e legitimando a sua atuação junto às diversas etnias. Numa visão dicotômica, o Estado Novo utilizou-se da representação da “indianidade” como simbolismo de um país nacionalista que honra as suas raízes, mas, ao mesmo tempo, trata seus índios “como se fossem crianças de pouca capacidade mental” (GARFIELD, 2011, p. 18).

Para efetivar a inserção dos índios no projeto nacionalista, a educação tornou-se um dos grandes focos da ação protecionista do SPI com fins a assimilação do índio à identidade nacional, o que Lima (1992, p. 165) denomina de “pedagogia da nacionalidade e do civismo”, abrangendo educação moral e cívica, ensino agrícola e atividades físicas, além da educação formal por meio das escolas primárias. Sendo assim, a despeito de se observar na Era Vargas uma considerável expansão e intensificação das atividades do SPI, a análise da legislação do órgão desde sua fundação deixa em evidência que a educação dos indígenas estava inclusa no rol de objetivos do órgão desde sua gênese legal.

O art. 15 do Decreto nº 8.072/1910 previa o estabelecimento de “escolas para o ensino primario, aulas de musica, officinas, machinas e utensílios agricolas, destinados a beneficiar os productos das culturas, e campos apropriados a aprendizagem agrícola”. Percebe-se do extrato que, ao mesmo tempo em que se estabelecia a criação de escolas dentro das povoações indígenas, seu funcionamento estaria vinculado a procuradores legais nomeados pelo órgão, ou seja, aos inspetores, cargos esses ocupados por não





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

indígenas. Fica em exposto, assim, que o ensino nessas áreas não representava uma política para se estabelecer a solidificação cultural desses povos, mas a de inserção de uma cultura que se autocompreendia superior, e ao determinar a nomeação de procuradores legais, corroborava-se a ideia da incapacidade dessas populações de gerirem seus próprios interesses.

Apesar do disposto, o mesmo artigo, em parágrafo único, previa a proibição de coação dos indígenas ao ensino, sob qualquer que fosse a escusa, recomendando que os inspetores dos Postos Indígenas (PI) e seus auxiliares buscassem convencer os índios da necessidade de se escolarizarem, atendendo à proposta de que cabia ao SPI apenas apresentar as benesses da civilização. Quando em 1934 o SPI é transferido do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para o Ministério da Guerra, pelo Decreto nº 24.700, vê-se expresso, ainda que timidamente e num sentido mais geral do que apenas a escolarização básica, a necessidade de se educar os indígenas como parte das justificativas que fundamentavam as novas diretrizes.

É nessa esteira que em 1936 foi aprovado, ainda em caráter provisório, o primeiro Regulamento do SPI, o Decreto nº 736, em que se estabelecia como uma das finalidades precípua do do órgão “pôr em execução medidas e ensinamentos para a nacionalização dos selvícolas. com objectivo de sua incorporação à sociedade brasileira” (art. 1º, alínea *b*). Fica clarividente a tônica nacionalista e civilizadora que permeava a atuação do SPI no campo educacional em suas primeiras décadas, sob influência da perspectiva positivista que defendia a necessidade de se educar o indígena para atender ao projeto de progresso nacional que se propunha naquele momento.

Mais adiante, o Regulamento elucida no artigo 7º que as referidas “medidas e ensinamentos”, citadas anteriormente, incluem, dentre diversas especificidades, a escolarização primária e profissional. Nessa esteira da educação escolar, o Regulamento estabelece que as escolas deveriam ser fundadas nos postos indígenas de acordo com os recursos disponíveis (art. 9º), e que as escolas primárias funcionarão diurna e noturnamente, atendendo a alunos de ambos os sexos e de todas as idades (art. 26º). Vale ressaltar que a norma legal também prevê que poderão frequentar as escolas dos PI crianças não indígenas que vivam nas circunvizinhanças (art. 26º, parágrafo único).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Percebe-se, portanto, que o Regulamento se configura como o primeiro instrumento legal do SPI a tratar de aspectos mais específicos da escolarização dos indígenas, ao passo que atribui ao PI a responsabilidade por fundar escolas e por operacionalizá-las, concedendo certa autonomia aos postos, além de definir seu horário de funcionamento, seu público alvo (crianças e adultos indígenas) e, por fim, delimitar possíveis exceções (apenas crianças não indígenas que morem nas proximidades).

Em 1939 o SPI retornou, então, à jurisdição do Ministério da Agricultura, o que resultou, em 1942, na publicação do Regimento do órgão tutelar. Apesar de ele não tratar diretamente da questão da escolarização dos índios, nem tampouco cuidar em definir novas diretrizes ao ensino, visto como tão importante à finalidade do serviço, o novo Regimento (art. 1º, *alínea h*) assevera que o Estado atuaria sobre as populações e áreas indígenas permitindo as práticas culturais, mas dispõe que esses indivíduos devem ser ensinados nas habilidades ditas civilizadas, tais como atuar no trabalho extrativista e em atividades agrícolas. Como discutido até o momento, os “ensinamentos úteis” de que trata o Decreto deveria ser de responsabilidade das Inspetorias e dos postos locais, para, desta forma, atender aos interesses de classes políticas e econômicas locais e regionais.

É inserto nessa realidade que a educação dos índios se apresenta como estratégia fundamental na incorporação desses povos à sociedade do progresso, autodenominada civilizada, tendo em vista “[...] o cumprimento dos deveres cívicos, através do conhecimento da higiene, da escola primária, de exercícios físicos, da instrução militar, da educação moral e cívica, do culto à bandeira, do canto dos hinos, do conhecimento das datas nacionais.” (GAGLIARDI, 1989, p. 277), integrando, assim, o sistema de tutela operado pelo SPI atendendo à ideia de nação e identidade que se pretendia construir.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação do Serviço de Proteção aos Índios foi, sem dúvida, um importante passo no contexto das políticas indigenistas na recém instaurada República, restando ecos de sua atuação nos dias atuais. A influência positivista abriu as portas para uma





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

atuação de visão laica entre os povos indígenas, uma vez que se buscava segregar o poder estatal do poder eclesiástico. No entanto, se por um lado o idealismo progressista afastava a tutela religiosa já há tantos séculos, por outro, sedimentou as vigas de um projeto de assimilação indistinta desses povos à sociedade.

Vemos, assim, a legislação legar à educação um espaço como instrumento propulsor dessa transformação do índio em trabalhador, cujo dever consistia em integrar a força de trabalho na construção da riqueza da nação, fortalecendo uma identidade nacional em detrimento da identidade e memória tradicional desses povos. A ressignificação da identidade dos indígenas era, portanto, parte do processo de civilização, e, nesse sentido, a escola se perfazia como uma das instituições operantes dessa mutação.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. *Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910*. Crêa o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionaes e approva o respectivo regulamento. Rio de Janeiro, 26 jun. 1910. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8072-20-junho-1910-504520-publicacaooriginal-58095-pe.html>. Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. *Decreto nº 9.214, de 15 de dezembro de 1911*. Dá novo regulamento ao Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionaes. Rio de Janeiro, 15dez. 1911. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9214-15-dezembro-1911-518009-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. *Decreto nº 24.700, de 12 de julho de 1934*. Transfere do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para o da Guerra o Serviço de Protecção aos índios e dá outras providências. Rio de Janeiro, 14 jul. 1934. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24700-12-julho-1934-519729-publicacaooriginal-80372-pe.html>. Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. *Decreto nº 736, de 06 de abril de 1936*. Aprova, em carater provisório, o Regulamento do Serviço de Protecção aos Índios. Rio de Janeiro, 07 mai. 1936. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-736-6-abril-1936-472619-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 jun. 2019.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

BRASIL. *Decreto-lei nº 1.736, de 03 de novembro de 1939*. Subordina ao Ministério da Agricultura o Serviço de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro, 06 nov. 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1736-3-novembro-1939-411705-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL. *Decreto nº 10.652, de 16 de outubro de 1942*. Aprova o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 20 out. 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1940-1949/decreto-10652-16-outubro-1942-464627-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 jun. 2019.

FERREIRA, G. G. *Educação Formal para os Índios: As escolas do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) nos postos indígenas em Alagoas (1940-1967)*. 2016. 223f. Tese de doutorado – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

GAGLIARDI, José Mauro. *O Indígena e a República*. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

GARFIELD, Seth. *A luta indígena no coração do Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. *Revista brasileira de história*, v. 20, n. 39, 2000, p. 13-36.

LIBANIO, Pedro; FREIRE, José Ribamar Bessa. Rondon, o Brasil dos sertões e o projeto de nação. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *MEMÓRIA do SPI: Textos, imagens e documentos sobre o serviço de proteção aos índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011, 169-177.

LIMA, Antonio C. Souza. *Um Grande Cerco da Paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

LIMA, Antonio C. Souza. O Governo dos Índios sob a Gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org) *História dos Índios no Brasil*. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MATTOS, Izabel Missagia de. O indigenismo na transição para a república: fundamentos do SPI. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *MEMÓRIA do SPI: Textos, imagens e documentos sobre o serviço de proteção aos índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011, 157-167.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: A integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 7ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **O SPI E AS POLÍTICAS DE SAÚDE JUNTO AO POSTO INDÍGENA NÍSIA BRASILEIRA**

Yris Campos Oliveira

Graduanda em História/UFPB

yrisoliveirac@gmail.com

Cláudia Cristina do Lago Borges

Dept História. UFPB/orientadora

[claudialago.rn@gmail.com](mailto:claudialago.rn@gmail.com)

### **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho visa apresentar os resultados parciais de uma análise documental realizada pelo projeto de pesquisa O SPI e as políticas de saúde junto ao Posto Indígena Nísia Brasileira<sup>18</sup>. No escopo de 98 documentos produzidos pelas Inspetorias Regionais presentes na caixa 167, atribuídos ao período de 1941 e 1945 do cervo documental do Museu do índio do Rio de Janeiro, foram selecionados 11 documentos, sendo os inventários fragmentados em 6, totalizando 17 arquivos pesquisados que versam sobre a temática de saúde.

Segundo o decreto 8.072, de 20 de junho de 1910, baseado na lei nº 1606, de 29 de dezembro de 1906 que criou o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais<sup>19</sup> cujo objetivo era garantir aos índios o direito de fato e irrestrito de suas propriedades de terra, melhoria da habitação, ensinando ofícios e instrução primária não obrigatória, introdução da indústria pecuária, no sentido de facultá-lo ao progresso ofertado

<sup>18</sup> A pesquisa de que trata o artigo é parte do projeto Indígenas da Paraíba sob a tutela do SPI, vinculado ao Abaiara – Grupo de Estudos Indígenas da Paraíba/UFPB.

<sup>19</sup> Em 1918 há uma separação entre o SPI e a LTN, a partir do Decreto-Lei nº 3454, de 6 de janeiro de 1918.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

por outros eixos da população, mas preservando a cultura e as artes, trazendo com o documento a figura dos inspetores que seriam procuradores dos índios, ou nomeando outros para representá-los.

O Sistema de Proteção ao Índio toma corpo e forma de atuação no governo Vargas, culminando no Estado Novo e buscando as melhores maneiras do Estado atuar em face dos povos indígenas, diante de uma noção de integralização e nacionalização do índio, incorporando-o aos processos civilizatórios que embasavam o Estado e tutela de poder que este representa. O SPI acreditava que o progresso estaria ligado diretamente ao fato de também ofertar meios de produção e desenvolvimento, organização da terra e, sobretudo, controle das ações e catalogação dos hábitos, língua e modo de vida dos nativos, mesmo que fosse necessária a força ou repreensão legal, em forma de reclusão, se necessário.

Em uma escala administrativa, as Inspetorias regionais ficariam obrigadas a remeter relatórios periódicos sobre o funcionamento, administração, divisão de pessoal e organização de proposta orçamentária, conforme o item i do Art.10 do decreto 10.652 e Portaria n. 1, de 10 de fevereiro de 1944 do Ministério da Agricultura – órgão responsável pelo SPI. Conforme esse mesmo decreto os estados da Baía, hoje Bahia, Pernambuco, Paraíba e Minas Goiaz estavam subordinados a 4ª Inspetoria Regional (I.R.4), cujo diretor do S.P.I poderia designar um secretário para ajudá-lo a organizar, no tocante à administração direta e burocrática do Posto com I.R.4 com sede na Baía.

O regimento do SPI é modificado com o Decreto nº 17.684, de 26 de janeiro de 1945 do Poder Executivo Federal, assinado pelo então Presidente da República Getúlio Vargas, que institucionaliza estudos epidemiológicos e culturais, divulgando-os, além de propor uma punição com prerrogativa de reclusão, de no máximo 5 anos, para o índio que o Inspetor considerar responsável por infrações ou ser prejudicial a qualquer comunidade indígena.

No contexto da tutela estatal, a atuação do Sistema de Proteção ao Índio entre os povos Potiguaras que ocupavam a região da Baía da Traição/PB teve início entre os anos de 1929 e 1930, culminando na instalação do Posto Indígena São Francisco em 1932, que mais tarde seria renomeado Posto Indígena Nísia Brasileira (PALITOT, 2005, p. 43-44), atendendo à 4ª Inspetoria Regional, com sede em Recife/PE. Diante deste contexto foi observado o apoio previsto pelo SPI na Paraíba, fomentando as ações de controle e arrendamento de terras,



### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

escolarização, organização dos postos de saúde e outros serviços ligados aos povos indígenas. Entre as medidas tomadas pelo SPI, foi instaurado o projeto de promover saúde para a comunidade indígena (Decreto 736, de 06 de abril de 1936 do SPI,) que era responsável pela, entre outras coisas, realizações de medidas preventivas a surtos endêmicos e demais doenças, o que, de forma teórica, solucionaria boa parte dos problemas relacionados a esses aspectos na região atendida pelo Posto em questão.

#### **METODOLOGIA**

A pesquisa aqui realizada é pautada em um estudo bibliográfico acerca do Sistema de Proteção ao Índio e outros aspectos fundamentais para seu andamento. Assim como na análise de documentos encontrados de forma online no Museu do Índio, sendo esses referentes aos anos de 1941 a 1945, estando na caixa 167. A pesquisa, assim, fomenta o resgate histórico de um momento preso aos riquíssimos arquivos do acervo que guardavam a história da estrutura e funcionamento do Posto Indígena Nísia Brasileira, possibilitando um resgate sincrônico de como viviam os nativos destas terras, bem como era a influência do Estado brasileiro no controle sócio, econômico e cultural no modo de vida desses índios. Esse controle é relacionado diante de uma produção maciça documental da lavra de Getúlio Vargas, compreendendo diversas leis e decretos no que tangeu a estrutura e funcionamento do SPI.

#### **UM OLHAR SOBRE OS DOCUMENTOS**

Diante da análise documental do arquivo datado de 1941 a 1945 da caixa 167 do acervo pesquisado, foi possível identificar que o conteúdo dos recibos estava diretamente relacionado à construção de uma enfermaria em dezembro de 1941, no PI Nísia Brasileira. De acordo com os dados apresentados nos documentos, é fato que a montagem e a estruturação do posto de enfermagem no Posto Nísia Brasileira na Baía da Traição/PB foram bastante lentos, completando aproximadamente 3 anos em 31 de agosto de 1944, conforme descrito em um documento assinado pelo Tubal Fialho Viana, encarregado/ Inspetor XII do SPI.

Nas faturas é possível verificar que a primeira compra de insumos ocorreu em setembro de 1942, sendo relacionados, desde elixires, vermífugos, xaropes, óleos, soluções e algodão, o que pode identificar um trabalho de medicação aos índios independente da



### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

estrutura física do posto estar pronta, conforme o documento 4-71/1-12, porém a próxima compra de materiais só iria acontecer quase um ano após, em outubro de 1943. Desta vez eram de bens permanentes, de acordo com a descrição da fatura 4-71/1-24 que descrevia mesa ginecológica, escadinha com degraus, esterilizador, lavatórios e bacias, o que caracterizaria uma perspectiva de intervenção inclusive no parto das índias e na intervenção de doenças ginecológicas conhecidas na época, sabendo que, em paralelo, surgia à criação da Inspetoria de Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas, no âmbito do Departamento Nacional de Saúde Pública, primeira ação pública relacionada à doença e ao câncer, conforme o decreto-lei 3.643 de 23 setembro 1941. Em 30 agosto de 1944 uma nova compra de insumos como ataduras, gaze, água oxigenada, éter, vaselina e soro foi efetivado (Documento 4-71/1-34), entretanto, observa-se que a data do recibo referente a essas aquisições precedeu em um dia o início da atividade de enfermagem no posto, demonstrando uma necessidade latente em fazer com que o funcionamento do posto fosse uma realidade, até mesmo para que fossem prestadas contas desta atividade ao Ministério da Agricultura, segundo o item i do Art.10 do decreto 10.652 e Portaria n. 1, de 10 de fevereiro de 1944 do Ministério da Agricultura.

Um dos documentos mais relevantes deste período no Posto Nísia Brasileira é sem dúvidas o inventário sob o número 4-71/1-50 que se refere ao cumprimento da Portaria nº 1 de 10 de fevereiro de 1944 no qual é possível identificar duas partes: material permanente e material flutuante, descrevendo máquinas e objetos de escritório; máquinas e instrumentos agrícolas; máquinas, instrumentos e ferramentas e utensílios de oficina; aparelho, instrumento e utensílio de engenharia, veículos e acessórios, arreios e pertences, aparelhos e utensílios de laboratório, aparelhos e instrumentos médicos-cirúrgicos, livros e folhetos. Esse documento relata balanças de precisão, funis, bastonetes, espátulas, bisturis, pinças, tesouras, além de drogas e medicamentos manipuláveis, sendo todos estes itens quantificados e com preços, pois além do levantamento dos materiais, este documento era uma prestação de contas de todo consumo, estrutura e funcionamento das leis e decretos promulgados e vigentes na época pelo Presidente da República e competentes.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Diante da análise do decreto 8.072, de 20 de junho de 1910, baseado na lei nº 1606, de 29 de dezembro de 1906 que criou o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais e o decreto nº 17.684, de 26 de janeiro de 1945 que relata a preservação das culturas, hábitos e organizações indígenas, parece que essa intervenção do SPI dentro da comunidade indígena representou uma tentativa severa de proteger os índios, dando a estes uma seguridade legal. Porém, também serviu de mecanismo de manipulação e controle, pois dentro dos documentos analisados na caixa 167, datados de 1941 a 1945 não são identificados nada que remeta a perpetuação ou conservação da tradição indígena.

No âmbito da estruturação do posto de enfermagem fica clara uma tentativa de proteger os nativos de enfermidades externas, pois a presença de insumos como éter, soluções e elixires, além da aquisição de mesas ginecológicas, parecia que a prática medicinal indígena figurava como algo menor que não fazia parte desde universo criado pelo SPI.

Diante de um contexto em termo de Brasil e comunidades indígenas é possível concluir que as leis e decretos para a criação do SPI fomentaram não apenas a preservação da cultura indígena como um todo, mas também surgiu como um mecanismo de controle de doenças externas, criação de capital através do intercâmbio e incentivo às práticas agrárias, para que estas se tornassem produtivas, tendo por sua vez, retorno monetário ao Estado, além de estruturar os índios em um fluxograma administrativo do qual deveriam prestar conta dos saberes e comportamentos ao governo, diante da figura do Inspetor do Posto.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Acervo do Museu do Índio. Rio de Janeiro.

DECRETO 10.652, de 16 de outubro de 1945

DECRETO 736, de 06 de abril de 1936.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

DECRETO 8.072, de 20 de junho de 1910

DECRETO-LEI 3.643, 23 set. 1941

GAGLIARDI, José Mauro. **O Indígena e a República**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

GURGEL, Cristina. **Doenças e curas**. O Brasil nos primeiros séculos. São Paulo: Contexto, 2011.

HERCKMAN, Elias. **Descrição Geral da Capitania da Paraíba – 1639**. (Publicada na Crônica do Instituto Utrecht). João Pessoa: A União, 1982.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Índios do Açu e Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984. P.21.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília: Gráfica do Senado, 1981.

PAIM, J.; TRAVASSOS, C.; ALMEIDA, C.; BAHIA, L.; MACINKO, J. **O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios**. The Lancet, Saúde no Brasil maio de 2011, p.14.

PALITOT, E. M. **Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór: história, etnicidade e cultura**. 2005. 219 f. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Campina Grande, João Pessoa: 2005, p. 43-44.

PORTARIA N. 1, de 10 de fevereiro de 1944 do Ministério da Agricultura

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: A integração das populações indígenas no Brasil moderno. 7ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. 5. Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1987. (Col. Brasiliana, vol. 117 (GONÇALVES, 2007, p. 38)





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## A “ARTE DE ENTERRAR” NOS ESCRITOS DE FREI VICENTE DO SALVADOR

**Cleyson Pinheiro**

Graduando em História UFCG  
cleyson.pinheiro15@gmail.com

**Lana Gomes de Araújo**

FACISA/UFCG/PPGH  
lanacamilagomes@gmail.com

**Juciene Ricarte Apolinário**

PPGH/UFCG Campina Grande (UFCG).  
apolinarioju@gmail.com

### INTRODUÇÃO

A corrente historiográfica que surge em meados da década de 1970, a 3ª Geração da Escola dos Annales, propôs inovações na maneira de como se escrever a história. Valorizando uma história das mentalidades e uma história cultural, as mudanças desenvolveram uma importante contribuição para as pesquisas historiográficas atuais.

Historiadores como Robert Darnton e Jacques Le Goff são exemplo desse novo tipo de abordagem histórica, que leva em consideração uma pesquisa que se debruça nos estudos dos hábitos e costumes de uma sociedade, buscando através do contexto sociocultural entender os acontecimentos de cada época. Jacques Le Goff (1993) dizia que “as mentalidades deram oxigênio à história”. E, desde então muitos historiadores influenciados pelas suas análises vem utilizando esse tipo de abordagem, o que certamente tem contribuído para abertura do campo da pesquisa observando o comportamento dos diferentes agentes históricos, que por muito tempo foram esquecidos das pesquisas historiográficas.

Nesse sentido, este trabalho busca ressaltar sobre a história dos povos indígenas no nosso país a partir dos sepultamentos nas aldeias indígenas, tomando como base o capítulo décimo quinto *Da cura dos seus enfermos e enterro dos mortos*, do primeiro





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

livro *História do Brasil*, escritos pelo Frei Vicente do Salvador. Partindo da premissa de que no Brasil há uma diversidade e a presença de muitas comunidades indígenas, sendo que cada grupo apresenta suas particularidades culturais, transfiguradas nos rituais, crenças, modos de se vestir, comportar, etc, analisaremos como os homens e mulheres indígenas são representados no livro do Frei Vicente a partir do ritual de enterrar os mortos.

Além disso, foi realizada uma discussão com as leituras teóricas-metodológicas sobre história indígena que foram discutidas a partir das disciplinas de História do Brasil e das discussões realizadas no Grupo de Pesquisa Brasil Colonial e Imperial/CNPq ao longo do ano de 2019.

#### **Sobre Frei Vicente do Salvador e a obra**

Frei Vicente do Salvador nasceu em 29 de janeiro de 1567, na sé da cidade de Salvador e escreveu o livro *História do Brasil* no ano de 1627. Era filho de João Rodrigues Palha que naufragou no Brasil, em meados de 11 de novembro de 1554, quando Vicente do Salvador começou a fazer parte do processo de catequização dos *índios* da Capitania da Paraíba.

De acordo com as fontes, no início do século dezessete, ele teria viajado para Olinda, onde lecionou até 1612, já que os padres naquela época eram os responsáveis não somente pela catequização, mas pelo ensinamento da gramática, por exemplo, até a expulsão dos jesuítas no século XVIII pelo Marques de Pombal.

Ainda na primeira metade do século XVII, Frei Vicente partiu para o convento da Bahia, onde passou a exercer a função de guardião do convento. Foi quando, o dito Frei foi passar um certo tempo em Portugal, onde publicou sua primeira obra: uma crônica que relatava como eram os serviços de catequização no Brasil Colônia.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Alguns historiadores relatam que foi em Portugal onde o Frei começou a escrever a *História do Brasil*, mas só teria terminado após o seu retorno ao Brasil, em 27 de dezembro de 1627. Quase dez anos depois, teria falecido entre 1636 e 1639, como afirma Milena Oliveira (2003).

Os estudos apontam que Frei Vicente do Salvador teria escrito esta obra a partir de um pedido de Manuel Severim de Faria, quem teria conhecido durante umas de suas viagens entre Portugal e Salvador, quando este último teria solicitado que Frei Vicente escrevesse sobre “coisas do Brasil”.

*História do Brasil* possui cinco livros, com conteúdo distintos entre eles. Basicamente os dois primeiros tratam da história do Brasil em seu descobrimento e as políticas da coroa portuguesa, para dividir o território entre capitânicas hereditárias, estratégia de administração e outros assuntos, ou seja, ele descreve os primeiros momentos do Brasil.

Além disso o autor busca fazer descrições geográficas de sua impressão sobre o recém território conquistado, descrevendo os animais, a floresta e o cotidiano dos *índios*. O primeiro livro contém 17 capítulos, cujo faz parte do material selecionado para esta pesquisa. Nele são descritas a chegada da frota de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro no ano de 1500, a discussão sobre a razão da escolha do nome “Brasil” para o novo território, sobre a existência de minas de metais preciosos, sobre as faculdades curativas das plantas e árvores, da fauna e as características climáticas e geográficas do território da América lusa e as práticas de enterros, como mostra Mariana Souza (2016).

#### **A arte de enterrar**

Os povos indígenas viam a morte de diferentes maneiras, cada grupo possuía e possui ritos próprios e sempre bem diversos. Frise-se que cada povo trata a morte em seu estado social, faixa etária e as condições de morte. Para tanto, observar os





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

procedimentos de rituais – compreendendo preparo do corpo, encomendação e obrigações com o morto, além de indicarem as formas de enterramento é necessário para o desenvolvimento desse trabalho.

Frei Vicente viajou pelo o Brasil, conseqüentemente ele obteve informações de vários povos indígenas, dificultando assim ao qual povo ele se refere quando escreve a História, bem provável que ele tenta descrever em um capítulo tudo o conteúdo que ele obteve em suas muitas viagens. Revelando também, que a partir de seu olhar de europeu, etnocêntrico e representante da Igreja Católica, o que para ele provavelmente os povos indígenas eram todos iguais, sem considerar a multiplicidade desses povos.

Uma das primeira observações feitas é a morte do ponto de vista hierarquizada, Frei Vicente descreve que “[...] algum morre o levam a enterrar, embrulhado na mesma rede em que dormia [...] mas se morre algum principal da aldeia, o untam todo de mel [...]” observa-se a existência de uma distinção entre os diferentes níveis da sociedade, enquanto o enterro de um comum, limitasse ao um preparo do corpo simples, os principais homens da aldeia tem um tratamento do corpo com muitas particularidades, como por exemplo material de enfeites.

A pesquisadora Ítala Irene Basile Becker (1994) abordou sobre a a temática de rituais de sepultamento por status social, estudado o povo Kaingáng ela concluiu que “o cerimonial de preparação, velório e enterramento diferem de acordo com o status (...) para o cacique principal reveste-se de grande pompa, decorrente de seu sfaløs máximo”. Revelando que os rituais de morte de grupos indígenas, muitas vezes estavam atrelados ao espaço social que cada indivíduo ocupava, a morte era trada de maneira hierarquizada.

Outro ponto discutido no texto do frei, refere-se as covas profundas localizadas dentro da residência do morto, acompanhada de seu armamento e outros pertences, diz o frei que “fazem-lhe na mesma casa, e rancho onde morava, uma cova muito funda e grande, onde lhe armam sua rede, e o deitam nela assim enfeitado com seu arco e flechas, espada e tamaracá...”.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Para Jane Felipe Beltrão, Rhuan Carlos dos Santos et al em 2015, publicaram as suas pesquisas sobre como vários povos indígenas lidavam com os seus mortos. Para os autores, ao problematizarem sobre os rituais dos povos indígenas, era evidente as suas diferentes formas de sepultamento e como cada cultura lidava com esse momento. Dentre esses povos estudados, os Tapirapé estudado pelos os pesquisadores, tinha a tradição de sepultarem os mortos dentro de casa, outro fator relevante que os autores destacaram são os locais escolhido para a sepultura, o mesmo está relacionado com o local da rede do indivíduo antes de morrer.

Sendo assim, os autores dizem que o ritual de morte estava atrelado também ao seu tempo de vida. Já os povos Ka'apor são destacados pela a profundidade de suas covas e objetos que os mortos levavam com eles, tal acontecimento e destacado por Ribeiro (1996):

[f]incam dois paus no fundo e neles atam a rede com o defunto. Por cima sem tocar no cadáver, fazem uma armação de paus que cobrem com folhas e depois, a enterram até o nível do chão. Então arrumam um pequeno tapiri em cima e dentro dele deixam farinha, água tabaco e um foguinho aceso. Além do fogo e alimentos, o morto recebe suas armas, mas o homem vai nu e a mulher apenas com a tanguinha usual, ambos sem qualquer adorno (RIBEIRO, 1996, p. 121).

Vale mencionar que os povos indígenas tinham e tem a tradição de enterrar seus mortos, como uma série de prática e costumes, como observado, era comum covas grandes, acompanhando de objetos e muitas desses sepultamentos se davam em suas próprias residências.

As longas lamentações também foram observadas pelos os pesquisadores. Nos povos Apinayé e Tapirapé, o pranto se dava de maneira coletiva e realizado dentro das suas casas. Os familiares choram em volta do morto e as pessoas que mantêm entre si relações sociais tomam parte nos lamentos, mesmo que não haja parentesco sanguíneo com o defunto.

Outra característica é o corte dos cabelos das mulheres. Como forma de luto pela perda de seus maridos, além disso outra forma de viver o luto é pitando-se de jenipapo





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

sendo comum em ambas as culturas, essa prática acontece no início do luto e no fim. Segundo os mencionados autores acima

“por ocasião da morte de parentes é a necessidade de cortar rente os cabelos, obrigação estendida aos homens e às mulheres, do mesmo modo a pintura corporal com jenipapo, que marca o início e o fim do luto.” (BELTRÃO, et al., 2015).

Essa prática também é observada pelo Frei Vicente “[...] e a mulher por dó corta os cabelos, e tinge-se toda de jenipapo, pranteando o marido muitos dias, e o mesmo fazem com ela as que a vem visitar, e tanto que o cabelo cresce até lhe dar pelos olhos, o torna a cortar, e a tingir-se de jenipapo, para tirar o dó, e faz sua festa com seus parentes, e muito vinho.” Conta ele que os povos indígenas viviam o luto, com um rito que seguiria por clamores e formas de respeito ao morto, assim como as mulheres em suas particularidades e cada povo com suas tradições específicas.

Algo que chama bastante atenção no texto do Frei são às festas em meio ao velório, ele descreve “[...] grandes revoltas de cantar, e bailar, e beber, nestas festas se cantam as proezas do defunto, ou defunta, e do que tira o dó [...]” os registros históricos sobre essas práticas são bastantes escassos. Existe, entre os Tapirapé, a festa dos mortos, ocasião na qual são preparadas bebidas muito cobiçadas entre adultos e crianças de ambos os sexos, no entanto não há tanta riqueza de detalhes sobre essas práticas, como se davam, suas particularidades e a razão desse acontecimento.

Os registros expostos ao longo do texto permitem, apesar das lacunas de informação existentes, esboçar um quadro relativo a práticas funerárias de comunidades indígenas. Compreendendo como é diverso o universo cultural desses povos.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

*História do Brasil* é um livro do século XVII, escrito sobre um contexto de um novo mundo encontrado pelos europeus e como os habitantes dessas terras intrigavam os colonizadores, devido a eurocentrismo. Frei Vicente do Salvador se impressionou com a cultura e tradição dos povos locais, os enterros e ritos funerários fazem parte de uma identidade, que o frei tenta descrever. Lembrando que, o dito frei fazia parte de uma época em que não tratava os povos indígenas diante suas diferenças e multiplicidades e discutia sobre estes povos através de um olhar europeu e de um representante da Igreja, ainda por cima.

A visualização do frei perante as tradições culturais dos povos indígenas, são pontos que merecem muita atenção nos estudos históricos. As tradições indígenas precisam ser compreendidas a partir de suas multiplicidades étnicas e culturais, e a análise e discussão sobre os seus ritos funerários ou formas de convivência, assim, pode se apresentar como um ponto de partida para isto. Através da leitura dos textos, foi possível identificar os lugares de sepultamento, o uso do território, as circunstâncias de uso, as práticas, observando como é vasto a cultura das aldeias indígenas, algo que foi observado pelo o Frei Vicente do Salvador e que podemos visualizar através da pesquisa.

Estudar sobre História Indígena e sobre os povos indígenas ainda é muito difícil no nosso país, onde temos que lidar com uma historiografia que perdura nos ensinamentos nas escolas que trata os povos indígenas como pessoas que ficaram no passado, determinando aos homens e mulheres indígenas o período colonial. Além do mais, as temáticas que envolvem os indígenas são pouco valorizadas na nossa sociedade, que não tem conhecido acerca desses povos, fazendo difundir regimes de memórias estereotipados e ideias errôneas sobre a cultura desses povos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fonte Documental





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

SALVADOR, Fr. Vicente do. **História do Brasil** (1627). 5a edição, São Paulo, Melhoramentos, 1965.

BECKER, I.I.B. Formas de enterramento e ritos funerários entre as populações pré-históricas. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 61-74, 1994.

BELTRÃO, Jane Felipe. SANTOS, Rhuan Carlos. CUNHA, Mainá Jailson Sampaio. MASTOP-LIMA, Luiza de Nazaré. DOMINGUES, William César Lopes. TOMÉ, Tiago Pedro Ferreira. Vida e morte entre povos indígenas. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 206-238, jan./jun. 2015.

OLIVEIRA, Milena Fernandes. **Diálogos entre caminha e rei Vicente Salvador** - Construção de uma “arqueologia” da consciência da diferença entre colonos e reinóis em documentos luso-brasileiros dos séculos XVI e XVII. Dissertação (Dissertação em História Econômica) – UNICAMP. Campinas, 2003.

RIBEIRO, Darcy. **Diários índios: os Urubu-Kaapor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

SOUZA, Mariana Silveira Leonardo de. **Espacializando a Historia do Brazil, de frei Vicente do Salvador**. Dissertação (Dissertação em História) – UnB. Brasília, 2016.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **O ENSINO DA CULTURA INDÍGENA ATRAVÉS DA HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO PARA ALUNOS DO 7º ANO DO FUNDAMENTAL.**

Emelly Alves Farias<sup>20</sup>

Lana Gomes de Araújo<sup>21</sup>

Juciene Ricarte Apolinário<sup>22</sup>

### **Resumo**

A cultura indígena é bastante diversificada e possui um enorme valor social. Ela está interligada com todas as outras culturas na sociedade brasileira mais do que podemos imaginar, inclusive nas nossas práticas cotidianas e através dos alimentos que consumimos. Não podemos mais tratar a história dos povos indígenas como algo que ficou no período colonial e como uma herança deixada pelos os nossos antepassados. Precisamos desconstruir os estereótipos que foram perpetuados no nosso país durante tanto tempo, principalmente nas escolas. Estas, continuam reservando um lugar ao indígena num passado remoto e um tema exclusivo às comemorações do Dia do Índio. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é apresentar uma proposta para se trabalhar a questão da cultura indígena no ensino fundamental, através da história da alimentação, e do conceito de cultura e etnicidade evidenciados por Frederick Barth. A cultura, sendo um processo contínuo e mutável, estruturado e expresso nas interações sociais entre os agentes, o que gera processos de transformação e variação cultural dentro de todos os grupos sociais envolvidos. Para tanto, além do levantamento bibliográfico, foram realizadas entrevistas orais com dois indígenas Potiguara: Daniel Potiguara que é professor indígena e Caboclinho, antigo cacique geral dos Potiguara, para saber sobre as práticas alimentares pessoais e da realidade atual do povo Potiguara e como eles tem lidado com o consumo de outros alimentos não-indígenas,

---

<sup>20</sup> GRADUANDA EM LICENCIATURA EM HISTÓRIA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG). E-MAIL: EMILLY.ALVESF26@GMAIL.COM

<sup>21</sup> Bacharel em Direito. Graduada e Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: lanacamilagomes@gmail.com

<sup>22</sup> Profa. Dra. Juciene Ricarte Apolinário. Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) E-mail: apolinarioju@gmail.com





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

industrializados, fastfoods, etc. Por fim, verificou-se que na atualidade tem sido muito corriqueiro nas aldeias Potiguara a entrada de alimentos industrializados e que isso está trazendo sérias consequências para a saúde dos indivíduos desses lugares. O que nos mostra que isso não é um motivo de privilégio para eles como muitos podem pensar. Na verdade, o fato deles comerem esses tipos de alimentos está mais relacionado ao costume inserido e estimulado pelos tempos modernos do que por escolha própria. Além disso eles expressaram a importância dos alimentos naturais e destacaram que é muito frequente para o povo Potiguara ingerir peixes e crustáceos, o que se pode relacionar claramente a etimologia da própria palavra Potiguara, que significa comedor de camarão.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo busca abordar a contribuição da história da alimentação no ensino de cultura indígena para alunos de ensino fundamental mais precisamente do 7º ano, tendo em vista a grande importância de reafirmar o imenso valor social e cultural que ela apresenta além de ressaltar que é preciso romper com os estereótipos que foram gerados ao longo dos anos no que diz respeito a temática indígena.

Dessa forma, realizamos entrevistas com dois indígenas Potiguara, os quais tem propriedade para discorrer sobre o tema, que são eles: Daniel Potiguara, professor de escola indígena e Caboclinho, antigo cacique geral dos Potiguara, na concepção de sabermos quais as suas opiniões sobre a alimentação tradicional e as mudanças na alimentação nos últimos anos nas aldeias Potiguara. Nessas entrevistas eles apresentam práticas alimentares pessoais, preferências e como se encontra a alimentação atual do povo Potiguara.

Assim sendo, é importante pontuar que a alimentação indígena não está limitada a aquilo que foi por um longo período disseminado até mesmo nas escolas, como alimentos provenientes de raízes e a pesca apenas. Embora esses sejam muito decorrentes do dia-a-dia do indígena, não se resume só a isso sua base alimentar, o que não seria nenhum pouco ruim uma vez que os alimentos naturais são bem mais saudáveis do que aqueles que conhecemos hoje como famosos fastfoods.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Além disso, muito do que ingerimos no nosso cotidiano possui uma grande influência indígena e vice e versa. Então, a história indígena não é algo que ficou meramente no passado. É algo vivo, que se ressignifica dia após dia e por isso é fundamental transferir esse entendimento para as próximas gerações através da prática do ensino. A qual pode se dá de maneira prática e interativa visando a aproximação do aluno com a sua realidade e despertando nele o conhecimento mais aprofundado daquilo que na maioria das vezes é extremamente corriqueiro para ele, mas que geralmente passa despercebido, muitas vezes por não haver alguém que o estimule a isso.

E se tratando dessa temática indígena, infelizmente por muito tempo ela ficou restrita ao dia do índio, que é comemorado no dia 19 de abril, sendo apresentada repleta de visões equivocadas e estereotipadas sobre essas pessoas. Por esse motivo, com o artigo poderemos analisar também que ainda é possível transmitir para os brasileiros que a cultura indígena está totalmente relacionada e interligada com as demais culturas na sociedade brasileira e que não é sábio isolá-la para adquirir um entendimento melhor. Pelo o contrário, é necessário observá-la em conexão com todas as outras que compõe a grande diversidade do nosso país.

#### **Troca cultural a partir da alimentação**

Não é de hoje a ideia que foi construída de que indígena só come macaxeira, batata-doce, peixes, crustáceos e tantos outros alimentos de origem natural apenas. Foi exatamente essa visão equivocada que foi transmitida para as gerações ao longo da história da sociedade brasileira, expondo assim uma limitação e ainda mais, apresentando os indígenas como um povo “atrasado” por consumirem esse tipo de alimento se comparado a tudo que a indústria alimentícia produz na atualidade.

Sabemos que esses são alimentos tradicionais, mas que com os processos culturais e de contato, outros alimentos chegaram nas aldeias, assim como, muitos indígenas ao saírem das aldeias, se deparam com comidas diferentes das tradicionais de sua região. O que, vale salientar que, o fato de novos alimentos estarem sendo





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

consumidos pelos indígenas, não descaracteriza de forma alguma uma etnia, pois compreende-se cultura como um processo amplo, e que não se perde. Muito pelo contrário.

Além disso, colocando dessa forma a população não indígena como privilegiada por abraçar aquilo que a modernidade oferece. No entanto, não é bem assim que funciona. Na verdade, as comidas industrializadas entraram nas aldeias indígenas com os processos interétnicos e os indígenas reconhecem que elas trazem muito mais prejuízos do que benefícios para o ser humano e também para o meio ambiente, o que nos mostra que não se sentem nenhum pouco privilegiados por isso como muitos podem prever, pelo o contrário.

Para Daniel Potiguara<sup>23</sup>, nativo da região da Baía de Traição – PB, os alimentos industrializados são um ponto negativo, porque, são muitos prejudiciais à saúde. Ele aborda que deixaram de consumir uma alimentação natural e saudável, para consumir esse tipo de produto, e assim colocam sempre a saúde em risco.<sup>24</sup> Ele apresentou também que consome mais alimentos industrializados, devido ao fato que foi educado nessa natureza de consumir tais produtos, mesmo sabendo dos problemas que causam a saúde. Quanto a isso, o ex-cacique dos Potiguara, Caboclinho<sup>25</sup>, narra que esse tipo de comida está trazendo muitas consequências para a população como a obesidade<sup>26</sup> e pouco consome esse tipo de alimento.

É interessante observar que o fato deles comerem esses tipos de alimentos está mais relacionado ao costume inserido e estimulado pelos tempos modernos do que por escolha própria e que os observam como algo comum e não como algo extraordinário ou revolucionário como muitas pessoas podem imaginar, por isso que é tão considerável conhecer a opinião daqueles que são originalmente nativos e expor assim em aulas,

---

<sup>23</sup> DANIEL SANTANA NETO. Professor Potiguara. Membro da Organização dos Professores Indígena Potiguara da Paraíba – OPIP/PB. Coordenador Geral – Sec. Educ. do município de Baía da Traição. Especialista em Educação.

<sup>24</sup> Entrevista eletrônica prestada a Emelly Alves Farias em 24/10/2019.

<sup>25</sup> Nativo da aldeia Potiguara na região da Baía da Traição – PB.

<sup>26</sup> Entrevista eletrônica prestada a Emelly Alves Farias em 25/10/2019.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

tendo em vista que na maioria das vezes em que aspectos da história indígena são retratados, são abordados sempre a partir de uma visão de quem não é indígena.

Além disso, ainda é válido pontuar que mesmo com toda essa forte presença da industrialização alimentícia na contemporaneidade, é crucial destacar que os alimentos de origem indígena ainda predominam bastante não apenas no cotidiano das aldeias, mas também em muitos outros lugares a nível nacional e até mesmo internacional como bem cita Caboclinho em entrevista pessoal<sup>27</sup>. Ele afirma que há muita exportação daquilo que é produzido nas terras Potiguara tanto para o próprio país mais precisamente para a parte sul, quanto para países no exterior.

Diante disso, é visível houve uma interação étnico-cultural entre as culturas e suas devidas práticas alimentares. Em que o hábito de ingerir alimentos de origem indígena é abraçado por aqueles que não o são e os produtos tidos como fast-foods, enlatados, entre outros são assimilados pelos povos que são.

A partir disso, se torna muito importante retratar em sala de aula essa interação étnico-cultural, possibilitando ao aluno um contato direto e mais amplo com aquilo que já faz parte da sua vivência diária e inúmeras vezes ele nem se dá conta. Para tanto, é imprescindível ressaltar o valor social de cada cultura e apresentar que o fato de os indígenas aderirem aos alimentos industrializados não faz com que eles deixem de ser indígenas, assim como o ato de comer alimentos típicos não transforma nenhum indivíduo em um nativo.

Já que lamentavelmente se criou uma visão deturpada de que indígena só é indígena quando realiza as mesmas atividades que os seus antepassados realizavam e vivem exatamente como eles viveram, um pensamento que é bastante preconceituoso e equivocado.

Além do mais, é fundamental expor que a história indígena não é algo que ficou no passado, mas que é de fato mais presente do que podemos imaginar, ela é intrinsecamente viva, multifacetada e ressignificada. O que podemos verificar nas

---

27





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

práticas alimentares, nos alimentos e nos sabores, que ao experimentarmos nos transportam a uma verdadeira viagem de essência e origem, da qual muito de nós pertencemos.

#### **Começando uma aula pela própria etimologia da palavra Potiguara**

“Potiguara é um nome predominantemente masculino, de origem Tupi que significa comedor de camarão”<sup>28</sup>. Tal conceito apresenta uma grande oportunidade para se começar a trabalhar a história indígena conectando também a história da alimentação, principalmente quando se realiza oficinas contendo os próprios alimentos. Já que muitos alunos quando estão ainda em nível de 7º ano não possuem muita familiaridade com assuntos etimológicos.

Dessa maneira, se torna bastante interessante utilizar a própria nomenclatura juntamente com o seu significado, o qual é utilizado para caracterizar um povo, como ponto de partida para uma conversa, pois se abre assim um leque para inúmeras outras discussões como, por exemplo, o porquê daquele povo ter o costume de comer camarão, onde isso começou e muitas outras.

De acordo com o professor Daniel Potiguara, em uma entrevista prestada exclusivamente para a produção desse trabalho<sup>29</sup>, ele afirma que em sua aldeia “as pessoas pegam o camarão e transformam em pratos saborosos da região”<sup>30</sup>. Mostrando assim que realmente fazem jus ao significado etimológico do nome Potiguara. Além disso, ele aborda que a pesca é uma atividade econômica muito importante para a economia desse povo, o qual segundo ele é um povo guerreiro que resistiu a muitas lutas no Nordeste brasileiro contra os colonizadores, defendendo seu território. Ainda

---

<sup>28</sup> Fonte: <<https://www.significadodonome.com/potiguara/>>.

<sup>29</sup> Realizada através do meio eletrônico em 24/10/2019.

<sup>30</sup> Entrevista eletrônica prestada a Emelly Alves Farias em 24/10/2019





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

assim, os Potiguara constituem 32 aldeias que estão distribuídas nos municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto.<sup>31</sup>

Dessa forma, é possível reunir todas essas informações sociais, econômicas e culturais e apresentá-las aos alunos despertando neles um olhar diversificado sobre a história indígena, um olhar que vai além daquilo que por décadas já foi apresentado, e muito mal representado de certa forma. Além do mais é uma forma de juntamente com a História, abordar questões de saúde tendo em vista que os alimentos típicos indígenas são muito saudáveis e possuem os nutrientes que o nosso corpo precisa.

Já que nesse contexto de modernidade principalmente crianças e adolescentes têm sido bombardeados com alimentos industrializados, enlatados e fastfoods, os quais não são indicados em excesso, pois segundo o Dr. Juliano Pimentel<sup>32</sup>, entre os ingredientes utilizados pelos *fasts foods* está o xarope de milho e adoçantes artificiais<sup>33</sup>. Os quais aumentam problemas de saúde, incluindo a obesidade, diabetes, hipertensão e doença cardíaca crônica.

Então, apresentar esses fatores se torna também uma forma de conscientizar esses adolescentes a terem uma alimentação mais saudável para que não corram riscos quando estiverem mais velhos. Além disso, o próprio ato de realizar oficinas com os alimentos já possibilita uma interatividade maior do professor com os alunos e deles entre si, tornando mais fácil a assimilação do conteúdo, visto que são elementos que na maioria das vezes fazem parte do seu cotidiano, ressaltando dessa forma uma aproximação e convidando-o a observar que a história é algo divertido de estudar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

<sup>31</sup> Fonte: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Potiguara.>>.

<sup>32</sup> Graduado em medicina e fisioterapia e Mestre nas Arts of Coach pela Florida Christian University.

<sup>33</sup> Fonte: <<https://drjulianopimentel.com.br/alimentacao/nao-consumir-fast-food/>>.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Ao analisarmos a cultura indígena, observamos a imensa riqueza que ela carrega, e o quanto ela é viva e se ressignifica por isso que não pode ser algo deixado para trás e estudado como algo que ficou no passado pois ela é mais atual do que podemos imaginar. Ela é uma das componentes que formam a grande diversidade da sociedade brasileira e merece o seu devido valor por esse fato.

Portanto, com a execução do artigo foi possível compreender a história indígena em conexão com a história da alimentação a partir da ótica desses povos, uma vez que eles possuem muito mais propriedade para falar de sua própria cultura e desconstruir as visões deturpadas e limitadas que outros povos e outras culturas construíram deles ao longo da história. E o âmbito alimentar foi excelente para isso já que muitas pessoas produziram uma visão estereotipada e preconceituosa de que “indígena só é indígena se comer só raiz e peixe” e que “indígena não tem acesso ao que a modernidade oferece” além de muitas outras.

Então, a partir disso com as entrevistas com membros da aldeia Potiguara foi possível analisar que verdadeiramente não é assim na realidade. Que eles aderiram sim por aquilo que os tempos modernos oferecem e que isso não é um fator de privilégio para eles como muitos indivíduos podem pensar. Na verdade, o fato deles aderirem a alimentos considerados típicos da modernidade está mais relacionado ao costume e ao hábito introduzido há um tempo considerável por seus familiares do que por escolha própria e oportunidade.

Além disso, podemos entender que essas informações precisam ser mostradas e transferidas para as próximas gerações, ressaltando também a importância dos alimentos típicos indígenas que fazem tão bem para a saúde e que não devem ser tratados como “ultrapassados”, mas devem ser valorizados até porque estão muito presente em nosso cotidiano e às vezes as pessoas nem se dão conta da origem que eles possuem. E por isso através da prática do ensino para crianças e pré adolescentes isso pode ser repassado, o que poderá possibilitar a eles o conhecimento dessa cultura tão valiosa que é a cultura indígena e suas multifaces, trabalhando-a sempre em conexão com as outras e nunca isolada, não deixando a importância da história indígena restrita ao dia do índio





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

mas trazendo ela para o dia-a-dia pontuando que não é algo que ficou no passado mas sim que vive e que está inteiramente presente entre nós.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

POTIGUARA, Daniel. Entrevista concedida a Emelly Alves Farias em 24 de out. de 2019.

CABOCLINHO. Entrevista concedida a Emelly Alves Farias em 25 de out. de 2019.

BIRCK, Flávia. **A SOCIEDADE DE CONSUMO E A MERCANTILIZAÇÃO DO "SER INDÍGENA" - ENTREVISTA COM EDSON KAYAPÓ.** Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=Lhi\\_kH00kAo&t=329s](https://www.youtube.com/watch?v=Lhi_kH00kAo&t=329s)>. Acesso em: 12 nov. 2019.

LOPES, Lilian Maria da Siqueira. **A Alimentação no Brasil Colônia. TCC (Graduação em História), UNISALESIANO. Lins 2009.**

**POVOS INDIGENAS NO BRASIL.** Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Potiguara>>. Acesso em 11 dez. 2019.

**SIGNIFICADO DO NOME.** Disponível em: <<https://www.significadonome.com/potiguara/>>. Acesso em 11 dez. 2019.

DR JULIANO PIMENTEL. Disponível em: <<https://drjulianopimentel.com.br/alimentacao/nao-consumir-fast-food/>>. Acesso em 11 dez. 2019.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **A POLÍTICA ECONÔMICA DE VARGAS E DO SPI SOBRE O POSTO INDÍGENA DE NÍSIA BRASILEIRA**

Maria Luísa Soares Marcolino  
Graduanda em História/UFPB  
mmallu-10@hotmail.com

Cláudia Cristina do Lago Borges  
Prof. Dept. de História/UFPB  
claudialago.rn@gmail.com

### **Introdução**

Na corrida pelo progresso econômico do país, a política varguista se propunha a desbravar todo o território nacional, abrindo assim novos campos de atuação de extração natural e de recursos que pudessem transformar o Brasil. Porém, em muitos desses territórios, contava-se ainda com a presença de povos indígenas, alguns já habituados com a convivência do homem branco, mas outros ainda se mantinham longe do contato com os “civilizados”.

Mas, desbravar as terras do Brasil não significava simplesmente abranger as áreas de produção. Neste projeto agregava-se a ideia de inserir o índio no contexto nacionalista, onde o Serviço de Proteção ao Índio terá um papel crucial. Desde a sua fundação em 1910, que o SPI se propunha a adentrar o território brasileiro para conhecer e mapear os povos indígenas, e promover a integração desses povos a uma sociedade civilizada, apesar de seu regimento ditar que a cultura e os costumes seriam respeitados: “O problema da proteção aos índios se acha intimamente ligado à questão da colonização, pois se trata do ponto de vista material, de orientar e interessar os indígenas no cultivo do solo. Para que se tornem úteis ao país e possam colaborar com





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

as populações civilizadas que se dedicam as atividades agrícolas” (Ministério da Guerra, 13 de novembro de 1939, Inspetoria Regional 2, documento nº 85).

Durante o período Vargas, entre os anos de 1941 a 1945, o SPI atuará como propulsor da política expansionista, porém, a ideia de tutela não representava exclusivamente a condição de dependência, mas de controle, isto é, as populações indígenas sob a administração do órgão estariam a ele submetidas nas suas ordens de demarcação e defesa territorial, assistências na área de saúde e educação, entre outros, mas deveriam disponibilizar de recursos próprios para seu sustento e para o auxílio da nação, tal como afirmou o SPI “Não queremos que o índio permaneça índio. Nosso trabalho tem por destino sua incorporação à nacionalidade brasileira, tão íntima e completa quanto possível” (GARFIELD, 2000, p. 18).

O Decreto n. 736/1936 do SPI estabeleceu que os índios deveriam receber salários condizentes com suas necessidades, pagos pelo órgão, além de receberem doações em favor de serviços prestados para criar e estimular “hábitos de trabalho, ou de paz e concórdia; já como meio de estabelecer e desenvolver relações de comércio”. Para isso, introduziram junto aos indígenas a orientação sobre as práticas da lavoura e da pecuária, “nos moldes e no grão mais intensivo e mais técnico a que os índios possam atingir”. Em outras palavras, a estratégia era tornar o índio um indivíduo produtivo para a nação. Essa lógica permanecerá durante todo o período de atuação do órgão, sendo claramente estabelecida durante o período Vargas, através dos Decretos 1.736, de 1939; 10.652 de 1942 e 17.684 de 1945.

Os ditames regimentais estabelecidos pela política Vargas sobre o SPI terão reflexos imediatos no Posto Indígena de Nísia Brasileira, da Baía da Traição. Vinculado a 4ª Inspetoria Regional, o PI dependia dos repasses que o órgão central fazia para as suas devidas instâncias, e assim poder garantir as necessidades básicas para manutenção do posto e o cumprimento dos atendimentos assistencialista, especialmente nas áreas de educação e saúde.

Diante do exposto sobre a atuação do SPI na Paraíba, o presente trabalho é uma amostragem parcial do Projeto PIBIC - Os potiguara da Paraíba sob a tutela do SPI,





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

vinculado ao grupo de Pesquisa Abaiara – Estudos Indígenas da Paraíba (UFPB) e tem por objetivo principal analisar os investimentos econômico, no supracitado posto, durante os anos de 1941-1945.

#### **A dinâmica econômica do PI Nísia Brasileira**

Pelas normas do próprio SPI e da política do governo, os postos indígenas deveriam adotar meios de sustentação, fosse através do plantio, da extração de bens naturais, ou com a criação de animais. Assim, para atender a esta necessidade, o PI potiguara passou a adotar várias práticas alternativas de sustento, em especial o de plantio de coco, bem como o atendimento em outras áreas econômicas.

Informações sobre os repasses financeiros, a geração de renda própria, do comércio e de produtos provenientes do trabalho feito pelos potiguaras da Baía da Traição e de todos os recursos econômicos gerados por parte dos indígenas estão registrados no acervo documental do Arquivo do Museu do Índio do Rio de Janeiro (em específico, os trabalhados nesse presente artigo são referentes à Caixa 167). Tinha-se uma gama de documentos como: folhas de pagamento, faturas, inventários, recibos de compra, prestação de serviço e venda; esses foram fundamentais para um melhor entendimento de como ocorreu o desenvolvimento econômico e como era traçado o perfil dos rendimentos, gastos e repasses financeiros recebidos pelo Posto de Nísia Brasileira.

Considerando o extenso volume documental referente ao Posto Indígena na Baía da Traição, fez necessário entender, entre outros pontos, a questão econômica que envolve o SPI e o Posto Nísia Brasileira, e trazer respostas sobre o grau de influência do Estado sobre as práticas tradicionais potiguara quanto aos meios de sobrevivência e os impactos causados entre a população.

Como todas as áreas de atuação do órgão perpassavam pela instância econômica, em que o cumprimento das ações assistencialistas, do funcionamento dos Postos e o pagamento de funcionários e prestadores de serviços dependiam do orçamento que o





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Estado Nacional destinava ao SPI e esse repassava as demais instâncias, a análise destes documentos, referente aos anos de 1941 a 1945, está nos permitindo traçar um mapeamento orçamentário do PI Nísia Brasileira, nos dando assim uma dimensão das condições financeiras do posto.

#### **Análise do desenvolvimento econômico do PI Nísia Brasileira (1941-1944)**

Ao longo da documentação estiveram perceptíveis as exacerbadas mudanças ao curso dos anos. Em 1941, foi gasto de acordo com a documentação de junho a dezembro do ano em análise, o valor de 28:956\$000 (Vinte e nove mil novecentos e cinquenta e seis contos de réis). Essa quantia foi investida no início da construção da Enfermaria para atendimento local, casas para índios, pagamentos de prestação de serviço, animais e mudas, voltados para Aldeia "São Francisco" e posto "Nísia Brasileira" ambos sobre o controle do encarregado local Vicente Ferreira Vianna. Além de que, o plantio de mudas foi uma das formas iniciais de sustento e através da mesma foram gerados salários para os índios que ali prestavam serviços.

Todas as taxas atribuídas aos supracitados serviços são pautadas na Lei N° 183 do decreto de 13 de janeiro de 1936, que correspondem às quantias percentuais, que cada funcionário ligado ao governo ou que preste serviço para o mesmo deve receber. Ademais, neste decreto expõe o recebimento de 6% (entre 90:000\$000 e 100:000\$000) de verba vinda do governo para o Ministério da Guerra, o qual a SPI fez parte entre os anos 1934-1939.

De acordo com o Decreto-Lei N° 3.071 de 21 de fevereiro de 1941, foram recebidos do orçamento geral da União o valor de 3.500:000\$0 (três mil e quinhentos contos de réis) para o Ministério da Agricultura, porém, dada quantia não foi repassada para o SPI, que neste período fez parte do citado ministério, que teve Fernando de Sousa Costa em seu comando de 13/11/1937 a 03/06/1941 e Carlos de Souza Duarte a partir de 04/06/1941.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

É de importante ressalva que, em 1942, não se foi encontrado um valor específico de repasse do SPI para cada Inspetoria Regional. No entanto, no decorrente ano os custos com o PI subiram 56,5% em relação ao ano anterior, fechando o ano com gastos de Cr\$ 45.652,70 (Quarenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e dois reis e setenta cruzeiros), porém, deve-se levar em conta o fato que durante o mês de novembro do ano citado, ocorreu à mudança da moeda nacional de Réis para Cruzeiro, gerando assim, uma relevante diferença no fechamento econômica de 1942. Além disso, foi nesse ano o término da construção da enfermaria; mais a construção de novas estradas nas terras potiguaras.

Após a troca da moeda, em 1943, já é notável um menor aumento dos gastos se comparado a 1942, chegando a apenas 12% a mais que ele, resultando em Cr\$ 51.450,00 (Cinquenta e um mil, quatrocentos e cinquenta cruzeiros) gastos, tendo seus principais investimentos na escola Alípio Bandeira (restauração e compra de materiais escolares), situada na aldeia São Francisco, além da inserção de enfermeiros na folha de pagamento do PI como contratados.

Mas, ao passar do tempo, além do plantio de mudas, a compra e vendas de animais veio ganhando destaque desde o final de 1941 e teve seu ápice em fins de 1943, se tornando um dos fatores agregadores da economia local, principalmente de auto sustentação. Já em 1944, se foi feito dois inventários referentes aos “Material dos bens móveis e semoventes contidos no Posto Indígena Nísia Brasileira”, ou seja, tudo que foi comprado entre os anos 1941 e 1944 estava catalogado nesses dois inventários, somando cada um respectivamente Cr\$ 45.457,30 (Cruzeiro) e Cr\$ 45.373,00 (Cruzeiro).

Ademais, o ano de 1944, teve 22,5% mais gastos que o anterior. Entretanto, a contratação e pagamento de enfermeiros e prestadores de serviço, se estenderam da Aldeia São Francisco para também São Miguel; além da construção de casas para índios e a restauração de 8 km de estrada no sentido da São Francisco. Portanto, ele fechou seus gastos com Cr\$ 63.100,50 (Sessenta e três mil e cem cruzeiros).

Segundo o Decreto-Lei N°6.077, de 9 de dezembro de 1943, o Ministério da





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Agricultura - o qual esteve sob o comando de João Maurício de Almeida de 1942, até fins de 1944 - recebeu um crédito de Cr\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos cruzeiros), mas, assim como já citado, não se tem referências de repasses de parte dessa quantia para o SPI, em consequência disso, não se sabe o valor X que cada IR recebia do governo.

#### **Principais Resultados**

Diante do levantamento documental e tendo em vista que a pesquisa sobre dado assunto, não se encontra finalizada, foi possível perceber que no decorrer de 1941 até 1944, o P.I Nísia Brasileira (correspondente a áreas de Mamanguape e Baía da Traição) teve um constante crescimento tanto econômico, quanto estrutural principalmente ao que se refere à Aldeia São Francisco. Além disso, houve um considerável desenvolvimento tanto da saúde como da educação local; em relação à primeira, antes da construção da Enfermaria local, os índios eram trazidos à cidade quando doentes e agora, tinham uma considerável assistência, tanto no recebimento de remédios como no atendimento médico.

A partir do surgimento de armazéns nos limites do PI, as relações com o comércio da capital paraibana cresceram, já que era esse que lhes forneciam suprimentos industriais, em vista que os naturais eram produzidos pelos próprios potiguaras.

Quando comparados os gastos do PI de 1941 e de 1944, se encontra um crescimento de 117%, ou seja, uma exacerbada diferença, entretanto, foi em meio a esses repasses orçamentários, que as políticas econômicas varguistas em conjunto com o SPI, alcançaram seu objetivo de que um PI se alto sustenta-se, além de causar um impacto na população local, inserindo os índios que ali viviam em uma nova dinâmica laboral.

#### **Referências**





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

DECRETO N°8.072, de 20 de junho de 1910.

DECRETO N°183 de 13 de janeiro de 1936.

DECRETO N°736, de 06 de abril de 1936.

DECRETO N°1.736 de novembro de 1939.

DECRETO N°3.105 de 12 de março de 1941.

DECRETO N°3.071 de 21 de fevereiro de 1941.

DECRETO N°10.652, de 16 de outubro de 1942.

DECRETO N°6.077 de 9 de dezembro de 1943.

DECRETO N°17.684, de 24 de janeiro de 1945.

FUNDAÇÃO NACIONAL MUSEU DO ÍNDIO. **Acervo documental**. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.museudoindio.gov.br/component/content/article/11-institucional/427-o-museu-do-indio-e-seus-arquivos>.

GAMBINI, Roberto. **Espelho índio. A formação da alma brasileira**. São Paulo: Axis Mundi, 2000.

GARFIELD, Seth. **As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 15-42. 2000.

JOFFILY, Ireneo. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus Editora, 1977.

LIMA, A. C S. **Um Grande Cerco da Paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

PALITOT, E. M. **Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór**: história, etnicidade e cultura. 2005. 219 f. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Campina Grande, João Pessoa: 2005, p. 43-44.

SILVA, José Bonifácio de Andrade e. **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1998. (Retratos do Brasil).

STAUFFER, David Hall. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios. **Revista de História**, São Paulo, v. 18, n. 37, p. 73-96, mar. 1959. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/107270/105782>>. Acesso em: 28 mar. 2018.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## GRUPO DE TRABALHO 03: LINGUAGENS HISTORIOGRÁFICAS E AS FONTES HISTÓRICAS

COORDENADORES: PROF. DR. JOSÉ LUCIANO QUEIROZ AIRES – (UFCG) E  
PROF. DR. SEVERINO CABRAL FILHO (UFCG)





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## COMUNICAÇÃO ORAL

### O LUGAR DE FALA ZAPATISTA E SEU DISCURSO OFICIAL NAS DECLARAÇÕES DA SELVA LACANDONA

Rodrigo de Moraes Guerra

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

rodrigo.morais.guerra@gmail.com

#### INTRODUÇÃO

Na madrugada do dia 1 de janeiro de 1994<sup>34</sup>, o México e o mundo foram surpreendidos por um levante armado, promovido por povos indígenas<sup>35</sup>, no longínquo estado de Chiapas. Representados em nome do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), estes indígenas deram início ao *movimento zapatista*. Remetendo, diretamente, ao líder do Exército Libertador do Sul, durante a Revolução Mexicana de 1910, Emiliano Zapata, os zapatistas<sup>36</sup> chamaram a atenção do México e do mundo por

---

<sup>34</sup> Data emblemática, pois marcava a entrada em vigor do NAFTA (North American Free Trade Agreement), ou TLCAN (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio), novo bloco econômico dos países americanos do Norte. Elaborado em fevereiro de 1991 pelos presidentes Brian Mulroney, do Canadá, George Bush, dos Estados Unidos e Carlos Salinas de Gortari, do México, o tratado foi aprovado em 17 de novembro de 1993 e entrou em vigor no dia primeiro de janeiro de 1994, representando um avanço da política econômica neoliberal no continente – não à toa, a data foi, também, escolhida para ser o dia da insurgência zapatista.

<sup>35</sup> Indígenas de origem *maya* representantes das etnias *tzeltales*, *choles*, *tzotziles* e *tojolabales*. (Buenrostro y Arellano, 2002, p. 18).

<sup>36</sup> Alguns autores utilizam o termo “neozapatistas”, para se referirem ao movimento insurgido no levante de 1994, levando em consideração que os “zapatistas” seriam os próprios da Revolução Mexicana, os quais lutaram ao lado de Emiliano Zapata. Todavia, por mais que reconheçamos as diferenças,





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

diversos aspectos que os diferenciavam das ditas revoluções tradicionais, recorrentes no século passado no contexto latino-americano: não almejavam tomar o poder (uma herança direta das práticas e discursos de Zapata); não se autointitulavam revolucionários, mas *rebeldes*<sup>37</sup>; utilizaram-se das armas como um recurso, não como um fim; buscaram apoio nacional e internacional através da *internet*, ferramenta, até então, pouco conhecida e explorada; e, entre outras peculiaridades, os zapatistas se destacaram e despertaram o interesse ao redor do globo muito em função dos seus manifestos e habilidades retóricas ao trançar suas dores, suas histórias, suas demandas e seus sonhos através das palavras.

Dotados de características irreverentes no que se diz respeito a declarações de guerra, e comparados aos manifestos tradicionais revolucionários latino-americanos, os *manifestos oficiais* zapatistas surgiram com uma nova forma de se dirigir ao poder institucional e ao povo, os zapatistas fundaram, pois, um manifesto tipicamente zapatista, por meio das *Declarações da Selva Lacandona*. Local de plantio, cultivo e colheita do movimento, a Selva Lacandona aparece, pois, como um aspecto fundamental para a compreensão dos zapatistas. Situada no estado de Chiapas,

---

ressignificações e particularidades pertinentes a essa distinção, ainda assim optamos por utilizar o termo “zapatistas”, considerando que isso não provoca nenhuma distorção anacrônica para a compreensão do movimento.

<sup>37</sup> Sobre esta distinção entre *revolucionário* e *rebelde*, os zapatistas estabelecem que: “Nós nos definimos mais como um movimento rebelde que luta por mudanças sociais. O termo revolucionário não é tão apropriado porque todo dirigente ou movimento revolucionário tende a querer se tornar dirigente ou ator político. Enquanto que o rebelde social não para nunca de ser um rebelde social. O revolucionário quer sempre transformar as coisas a partir de cima, enquanto o rebelde social quer transformá-las a partir de baixo. O revolucionário se diz: eu tomo o poder e, por cima, eu transformo o mundo. O rebelde social age diferente. Ele organiza as massas e, a partir de baixo, ele transforma pouco a pouco as coisas sem se colocar a questão da tomada do poder. O EZLN é um movimento insurrecional sem ideologia estritamente definida. Ele não corresponde a nenhum dos tipos políticos clássicos: marxismo-leninismo, social-comunismo, castrismo, guevarismo, etc. Nós pensamos que os movimentos revolucionários, mesmo os mais revolucionários, são no fundo arbitrários. O que deve fazer um movimento armado é resolver um problema – falta de liberdade e democracia – e depois sumir. Como nós tentamos fazer atualmente” (Vargas, 2009, p. 211 Apud Ramonet, 2001, p. 50-51).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

fronteira à Guatemala e palco de diversas transformações e contatos de distintos povos indígenas de origem *maya*, é na Selva Lacandona que há o encontro e hibridação entre diferentes núcleos que compõem a formação do movimento<sup>38</sup>. Deste modo, compreender as Declarações da Selva Lacandona consiste em compreender, diretamente, as vozes zapatistas.

Ao total, dispomos de seis declarações, até o presente momento: A *Primeira* e a *Segunda* declaração, no ano de 1994; a *Terceira*, no ano de 1995; a *Quarta* surge em 1996; em 1998 os zapatistas lançam sua *Quinta* declaração; e, por fim, no ano de 2005, após anos de silêncio, a *Sexta* e, por hora, última Declaração. Destarte, as *Declarações da Selva Lacandona*, constituem um conjunto axiomático de fontes para se estudar o discurso do EZLN, mais do que isso, constituem nos manifestos oficiais, redigidos pelo “Comitê Clandestino Revolucionário Indígena – Comandância Geral do EZLN”, o que nos permite classifica-las enquanto os discursos *oficiais* destes indígenas rebeldes. Através das mesma, poderemos ter contato direto com a voz dos zapatistas, suas demandas, suas aspirações, suas contradições, seus sonhos, seus temores, sua posição política-ideológica e, substancialmente, ao *lugar de falar* no qual estão inseridos e do qual o discurso é produto. Em suma, sem a pretensão de incorporar todo o conteúdo do discurso zapatista, que é vasto e diversificado, as *declarações* aparecem como *manifestos oficiais* do Exército, de modo que, nos fornecem um conjunto de fontes contundentes para o estudo do discurso e representações deste complexo movimento latino-americano.

O presente trabalho, portanto, propõe uma investigação dos elementos discursivos, presentes nas declarações, que destaquem o *lugar de fala* a partir do qual os zapatistas emitem suas demandas e suas relações históricas com a sua insurgência para o mundo e o seu projeto político de *libertação nacional*. Dessa forma, compreendemos as relações de poder implicadas pelo discurso, a partir de uma concepção foucaultiana:

---

<sup>38</sup> O embrião zapatista se deu a partir da hibridação de um núcleo composto por anciãos indígenas *mayas*, um núcleo guerrilheiro marxista-leninista e um grupo de lideranças indígenas formados na Teologia da Libertação, da Igreja Católica. O encontro desses diferentes núcleos, somados situações outras de transformações e vivências na Selva Lacandona, formou o Exército Zapatista.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar sus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 2012, pp. 8-9).

Portanto, entendemos que o discurso não deve ser pensado enquanto um conjunto de palavras que pretendem um significado em si, mas sim enquanto um sistema que está diretamente ligado a relações de poder e controle, o que está associado, diretamente, com o *lugar de fala*.

## DESENVOLVIMENTO

Concomitantemente ao levante, no 1 de janeiro de 1994, o mundo teve o primeiro contato com as Declarações da Selva Lacandona. Logo em suas primeiras linhas, os zapatistas anunciaram para o mundo quais são as origens de suas lutas e, portanto, de onde parte o seu discurso. Ao se apresentarem, os zapatistas se definem como:

Somos producto de 500 años de luchas: primero contra la esclavitud, en la guerra de Independencia contra España encabezada por los insurgentes, después por evitar ser absorbidos por el expansionismo norteamericano, luego por promulgar nuestra Constitución y expulsar al Imperio Francés de nuestro suelo, después la dictadura porfirista nos negó la aplicación justa de leyes de Reforma y el pueblo se rebeló formando sus propios líderes, surgieron Villa y Zapata, hombres pobres como nosotros a los que se nos ha negado la preparación más elemental para así poder utilizarnos como carne de cañón y saquear las riquezas de nuestra patria sin importarles que estemos muriendo de hambre y enfermedades curables, sin inmortales que no tengamos nada, absolutamente nada, ni un techo digno, ni tierra, ni trabajo, ni salud, ni alimentación, ni educación, sin tener derecho a elegir libre y democráticamente a nuestras autoridades, sin independencia de los extranjeros, sin paz ni justicia para nosotros y nuestros hijos (EZLN, Primera Declaración de la Selva Lacandona, 1994).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Desta forma, a luta dos zapatistas não se resume aos problemas peculiares dos indígenas de Chiapas em fins do século XX, atrelados à política hegemônica do Partido Revolucionário Institucional (PRI), na presidência<sup>39</sup>, mas sim a uma conjuntura política, econômica e social de mais amplo e largo processo histórico. Ao anunciarem que são produto de 500 anos de lutas, os zapatistas apontam para um caráter de *longa duração histórica* que culminou em seus despojos de condições básicas de vida como um teto digno, terra, trabalho, saúde, alimentação, educação, democracia, independência e justiça. Dentro desta perspectiva, compreendemos, pois, a luta zapatista enquanto uma luta frente ao que Aníbal Quijano (2005) veio a conceituar como *colonialidade do poder*, ou seja, “a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial” (p. 117) e, por conseguinte, relegou os povos colonizados, dentre eles os indígenas, a uma condição social de subjugados, inferiorizados, ou, *primitivos*.

Isto posto, interpretamos no discurso zapatista um alicerce que sustenta toda uma identidade que perpassou os tempos históricos, de modo que configura-se como uma projeção histórica coletiva, não individual. A identidade, desta forma, como indica Sebastião Vargas, aparece como “uma criação coletiva, que utiliza elementos da memória da luta pela terra, da exclusão social, da busca de justiça e cidadania, o sonho de um mundo melhor, como elos para a união de diversos sujeitos em torno de uma mesma ‘bandeira’” (Vargas, 2007, p. 249). Ou seja, o *lugar de fala* ao qual os zapatistas produzem e reproduzem seus discursos, compreende esta identidade coletiva, construída historicamente, que remete, diretamente, aos povos relegados pela colonização a uma condição de menores, ou, como defende Quijano (2005), a uma condição de *raça inferior*<sup>40</sup>.

---

<sup>39</sup> Após o sucesso da Revolução Mexicana, o Partido Revolucionário centralizou o poder em si e governou o México por mais de 70 anos. Resguardados pela Constituição elaborada após a Revolução, este partido exerceu um poder hegemônico, o que levou estudiosos sobre a problemática a tratar como a “ditadura perfeita”.

<sup>40</sup> De acordo com Aníbal Quijano (2005), um dos eixos fundamentais do padrão de poder hegemônico instituído pela colonização foi “a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Ainda no ano de 1994, seis meses após o levante, os zapatistas lançaram sua Segunda Declaração. Remetendo à condição de povos subjugados historicamente de suas terras, direitos e representatividade na formação da sociedade moderna mexicana, os zapatistas enfatizam o caráter *nacional* de sua luta, ao enfatizarem que rechaçam a manipulação e as tentativas de separar suas demandas das do povo mexicano. Mais do que isso, afirmam que: “somos mexicanos y no depondremos ni nuestras demandas ni nuestras armas si no son resueltas la Democracia, la Libertad y la Justicia para todos” (EZLN, Segunda Decalración de La Selva Lacandona, 1994). Com isso, a Segunda Declaração traz à tona de forma mais direta a discussão da participação efetiva dos povos marginalizados, a partir da colonização, na construção democrática do México enquanto país, enquanto nação e enquanto sociedade, nos termo que sejam capazes de “heredar a los mexicanos de pasado mañana un país en el que no sea una vergüenza vivir” (EZLN, Segunda Decalración de La Selva Lacandona, 1994). Sendo assim, convocam uma Convenção Nacional Democrática e ainda distintos grupos que representam as parcelas minoritárias e excluídas das demandas e da participação ativa democrática na construção do México moderno para se juntar à luta e resistir junto aos zapatistas:

Por esto nos dirigimos a nuestros hermanos de las organizaciones no gubernamentales, de las organizaciones campesinas e indígenas, trabajadores del campo y de la ciudad, maestros y estudiantes, amas de casa y colonos, artistas e intelectuales, de los partidos independientes, mexicanos: Los llamamos a un diálogo nacional con el tema de Democracia, Libertad y Justicia.

E ainda enfatizam convocando a todos que “dignidad y vergüenza tengan, a todos llamamos a que con nosotros resistan, pues quiere el mal gobierno que no haya democracia en nuestros suelos” (EZLN, Segunda Decalración de La Selva Lacandona, 1994).

---

raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo” (p. 117).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

“Mexicanos: los que tenéis la desgracia de vivir bajo el dominio de la usurpación, no os resignéis a soportar el yugo de oprobio que pesa sobre vosotros”. É com essa mensagem de Benito Juárez<sup>41</sup> que os zapatistas abrem a sua Terceira Declaração, no ano de 1995, exatamente um ano após a insurgência. Os zapatistas, aqui, buscam ressaltar a necessidade de se combater o “poder arbitrário” enquanto uma obrigação na luta pela honra do México e da humanidade e finalizam a Declaração, novamente, retomando as conquistas de Juárez e o seu combate frente aos colonizadores: “Como con Benito Juárez frente a la intervención francesa, la Patria marcha ahora de lado de las fuerzas patriotas, contra las fuerzas antidemocráticas y autoritarias. Hoy decimos: ¡La Patria vive! ¡Y es nuestra! ¡Democracia! ¡Libertad! ¡Justicia!” (EZLN, Tercera Declaración de La Selva Lacandona, 1995).

Como de praxe, novamente, o ano novo mexicano inicia-se marcado pelos fogos e pelas vozes zapatistas. No dia 1 de janeiro de 1996, é lançada a Quarta Declaração, na qual os zapatistas explicitam, ainda mais, a longa duração histórica de suas demandas e o pertencimento de suas ambições não a este grupo guerrilheiro de fins do século XX, mas a todos que resistiram ao colonialismo imperante que perpassou as épocas. A flor da palavra, que veio do fundo da história e da terra<sup>42</sup>, portanto, não pôde ser arrancada pelos colonizadores e seus projetos de México. E afirmam:

Quiere el soberbio apagar una rebeldía que su ignorancia ubica en el amanecer de 1994. Pero la rebeldía que hoy tiene rostro moreno y lengua verdadera, no se nació ahora. Antes habló con otras lenguas y en otras tierras. En muchas montañas y muchas historias ha caminado la rebeldía contra la injusticia. Ha hablado ya en lengua náhuatl, paipai, kiliwa, cúcapa, cochimi, kumiai, yuma, seri, chontal, chinanteco, pame, chichimeca, otomí, mazahua, matlazinca, ocuilteco, zapoteco, solteco, chatino, papabuco, mixteco, cuicateco, triqui, amuzgo, mazateco, chocho, izcateco, huave, tlapaneco,

<sup>41</sup> Indígena de origem zapoteca que governou o estado mexicano de Oaxaca (1847 - 1853) e se tornou um líder na oposição aos conservadores, após a independência mexicana.

<sup>42</sup> Parafraseando a Quarta Declaração da Selva Lacandona (1996): "No morirá la flor de la palabra. Podrá morir el rostro oculto de quien la nombra hoy, pero la palabra que vino desde el fondo de la historia y de la tierra ya no podrá ser arrancada por la soberbia del poder".





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

totonaca, tepehua, popoluca, mixe, zoque, huasteco, lacandón, maya, chol, tzeltal, tzotzil, tojolabal, mame, teco, ixil, aguacateco, motocinteco, chicomucelteco, kanjobal, jacalteco, quiché, cakchiquel, ketchi, pima, tepehuán, tarahumara, mayo, yaqui, cahíta, ópata, cora, huichol, purépecha y kikapú. Habló y habla la castilla. La rebeldía no es cosa de lengua, es cosa de dignidad y de ser humanos (EZLN, Cuarta Declaración de La Selva Lacandona, 1996).

Dois anos após a Quarta Declaração, em meio à calorosos debates envolvendo os zapatistas, a sociedade civil e o governo mexicano, no tocante à questão da autonomia indígena, os zapatistas lançam a sua Quinta Declaração. Após longo período de diálogos com o governo em busca de um consenso sobre as reivindicações por direitos e autonomia indígena, que ficaram conhecidos como os *Acuerdos de San Andrés*, o governo mexicano, em 15 de março de 1998, enviou uma proposta de reformas na constituição sobre a questão indígena que destoava do acordado com os zapatistas. Com isso, no mês de julho daquele ano, surge a Quinta Declaração da Selva Lacandona afirmando que:

Una ley indígena nacional debe responder a las esperanzas de los pueblos indios de todo el país. En San Andrés estuvieron representados los indígenas de México y no sólo los zapatistas. Los acuerdos firmados lo son con todos los pueblos indios, y no sólo con los zapatistas. [...] En los Acuerdos se reconoce el derecho a la autonomía indígena y el territorio, conforme al convenio 169 de la OIT, firmado por el Senado de la República. Ninguna legislación que pretenda encoger a los pueblos indios al limitar sus derechos a las comunidades, promoviendo así la fragmentación y la dispersión que hagan posible su aniquilamiento, podrá asegurar la paz y la inclusión en la Nación de los más primeros de los mexicanos. Cualquier reforma que pretenda romper los lazos de solidaridad históricos y culturales que hay entre los indígenas, está condenada al fracaso y es, simplemente, una injusticia y una negación histórica (EZLN, Quinta Declaración de la Selva Lacandona, 1998).

Na mesma declaração, ainda temos uma epígrafe remetendo ao *Popol Vuh*, uma espécie de livro sagrado dos *mayas*, através do qual busca-se explicar a origem do mundo e dos homens. Sendo assim, trazem à tona uma discussão que, para além da *liberdade, justiça*





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

e *democracia*, exigem também a *autonomia* como elemento fundamental deles enquanto povos indígenas e, concomitantemente, deles enquanto exército, pois se manifesta como uma arma de resistência.

Por último, após 7 anos de intervalo, no ano de 2005, os zapatistas reaparecem no cenário nacional e global com a sua Sexta Declaração. Esta declaração aparece realizando um balanço sobre tudo o que foi feito nos últimos anos; sobre os conflitos; sobre o avanço em direção à autonomia; sobre as guinadas políticas; e, sobretudo, sobre a amplitude do movimento. A partir da Sexta Declaração, os zapatistas assumem uma posição que já vinha sendo elaborada ao longo da última década: o caráter do movimento para além de um movimento indígena, mas, sim, um movimento *antissistêmico*. Os zapatistas permanecem fiéis à causa indígena, afinal foi o que os permitiu chegar até onde chegaram, mas destacam a amplitude do movimento, ao ponto de ter sido capaz de “tocar o coração da gente humilde e simples como nós, mas, também como nós, digna e rebelde” (Sexta Declaración de la Selva Lacandona, 2005). Portanto, os zapatistas assumem uma condição de combate ao colonialismo nos moldes conceituados por Aníbal Quijano (2005), ou seja, o colonialismo enquanto um *poder hegemônico*, instituído pela colonização e que passou a balizar as relações sociais e econômicas do mundo ocidental moderno. Deixam clara essa intenção ao afirmarem que:

Porque resulta que nosotros del EZLN somos casi todos puros indígenas de acá de Chiapas, pero no queremos luchar sólo por su bien de nosotros o sólo por el bien de los indígenas de Chiapas, o sólo por los pueblos indios de México, sino que queremos luchar junto con todos los que son gente humilde y simple como nosotros y que tienen gran necesidad y que sufren la explotación y los robos de los ricos y sus malos gobiernos aquí en nuestro México y en otros países del mundo (Sexta Declaración de la Selva Lacandona, 2005).

Trazem, portanto, os seus discursos para o âmbito das lutas das “minorias” e “desfavorecidos”, em geral, fazendo da *dignidade* um elo de união e resistência desses povos na luta por um mundo melhor – ou um outro mundo.





## CONCLUSÃO

O estudo de movimentos sociais, sejam eles de caráter de lutas de classes ou étnicas, necessita de um olhar mais profundo de suas raízes, especialmente tratando-se de América Latina, um continente marcado pela exploração e colonização em suas mais diversas naturezas. Como enfatizou Sebastião Vargas (2007)

Os fenômenos sociais não podem ser suficientemente entendidos se nos encerrarmos, para sua consideração, nas temporalidades da curta ou média duração, e que portanto é necessário abrir sempre generosamente a lente temporal de nosso exame, incorporando às nossas explicações estas visões de muito mais largo alento temporal (p. 161).

Com isso, inseridos nessa construção histórica que perpassou as épocas, os zapatistas insurgem para o mundo anunciando o seu “já basta!” na condição de povos que não falam somente por si, mas suas vozes ecoam os gritos e demandas desde a chegada dos colonizadores até os dias de hoje.

Isto posto, as *Declarações da Selva Lacandona*, como defendemos inicialmente, constituem um conjunto axiomático de fontes para se estudar o discurso desses indígenas e da longa duração histórica colonial que atua sobre os mesmos, negando e renegando suas vozes e suas participações ativas na construção do projeto de nação do México. As declarações, não à toa, são intituladas como “da Selva Lacandona”, ou seja, a Selva Lacandona, palco onde foi forjado o exército zapatista e onde reside toda a tradição histórica milenar de seus povos indígenas *mayas*, está falando, diretamente, aos povos do México e do mundo. A Selva fala, representando, desta forma, toda a história desses povos.

Em suma, considerando o lugar de fala como um espaço de disputas política, logo, de poder, o discurso zapatista surge como uma estratégia componente de sua guerra declarada ao Estado mexicano e às mais diferentes formas de colonialismos. As Declarações da Selva Lacandona, como pudemos ver, são permeadas de elementos históricos; referências a antigos heróis nacionais nas lutas contra os interesses coloniais;





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

retórica indígena; metáforas; palavras de ordem; poesias; provocação; ironias; e recursos linguísticos outros. Correspondem, portanto, a um aspecto central da luta zapatista, pois, ao assumirem o lugar de fala dos excluídos da sociedade, dos colonizados e das minorias, em geral, trazem para si uma força imensa que não apenas legitima seus discursos, como os engrandece frente aos desafios de suas lutas.

## BIBLIOGRAFIA

BRAUDEL, Fernand. A longa duração. In: **Escritos sobre a História**. Lisboa: Perspectiva, 1992.

BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro. **As raízes do fenômeno Chiapas: o já basta da resistência zapatista**. São Paulo: Alfarrabio, 2002.

Comité Clandestino Revolucionario Indígena Comandancia General del Ejército Zapatista de Liberación Nacional. **CUARTA DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA**, 1996. <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/01/01/cuarta-declaracion-de-la-selva-lacandona/>> Acessado em: 31 de jul. de 2019.

\_\_\_\_\_. **PRIMERA DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA**, 1994. <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/01/primera-declaracion-de-la-selva-lacandona/>> Acessado em: 31 de jul. de 2019.

\_\_\_\_\_. **QUINTA DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA**, 1998. <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1998/07/17/v-declaracion-de-la-selva-lacandona/>>. Acessado em: 31 de jul. de 2019.

\_\_\_\_\_. **SEGUNDA DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA**, 1994. <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/06/10/segunda-declaracion-de-la-selva-lacandona/>>. Acessado em: 31 de jul. de 2019.

\_\_\_\_\_. **SEXTA DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA**, 2005. <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/sdsl-es/>>. Acessado em: 31 de jul. de 2019.

\_\_\_\_\_. **TERCERA DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA**, 1995. <<https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1995/01/01/tercera-declaracion-de-la-selva-lacandona/>>. Acessado em: 31 de jul. de 2019.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FUENTES SÁNCHEZ, Waldo Lao. **Autonomías indígenas: resistencias y luchas por el reconocimiento en Nicaragua y México**. Buenos Aires: El Colectivo, 2019. 204 p.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

GENNARI, Emilio. **EZLN Passos de uma rebeldia**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In.: LANDER, Edgardo (org.). **A Colonialidade do Saber** - Eurocentrismo e Ciências Sociais - Perspectivas Latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

VARGAS NETTO, Sebastião Leal Ferreira. **A MÍSTICA DA RESISTÊNCIA**: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos. São Paulo, USP. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2007

VARGAS, Sebastião. COM A ARMA DA PALVRA: TRAJETÓRIA E PENSAMENTO DO SUBCOMANDANTE MARCOS. **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v.2, n.2, p. 202-222, 2009.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **A LINGUAGEM DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS COMO OBJETO NARRATIVO, FONTE HISTÓRICA E SUPORTE PEDAGÓGICO**

Ivanilson de Melo Mendes

Mestrando Profhistória - PPGHS-UERJ

Universidade do estado do Rio de Janeiro

[Profhist85@gmail.com](mailto:Profhist85@gmail.com)

### **Apresentação**

Ao longo do tempo as pessoas representam e são representadas por suas histórias e suas historicidades e se apropriam dessa memória cultivada que é individual e por vezes coletiva, e com isso enriquece por meio de outros valores, interesses, técnicas, olhares, outras linguagens, construções históricas a partir de uma narrativa.

Jacques Le Goff (1990, p.535) fala do aspecto de “monumento” do documento, alertando para a não existência de uma “memória coletiva bruta, pois os documentos não são algo que estão por conta do passado”, são sim uma constante produção da sociedade que os criou, “fabricou” segundo as relações de força de quem ali detinha o poder, segundo Michel De Certeau (1994, p.48) aponta que ler é ter o direito de “caçar em propriedade alheia”.

Apontando uma fuga da hegemonia de um corpo documental que se construiu canônico<sup>43</sup> para a pesquisa histórica e com isso, esse cânon que deveria ser capaz de conferir objetividade desejada e, por derivação, permitir que a narrativa histórica se revestisse como portadora de uma verdade científica, pode se apresentar limitada em suas possibilidades metodológica.

---

<sup>43</sup> Identificamos esse método de trabalho para historiadores a partir da sistematização em compêndios, como a Introdução aos estudos Históricos de Charles-Victor Langlois e Charles Signobos, como representativo para a idéia de corpo documental “canônico”. (Bernardo, 2011 ,p.2)





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Continuamos com Jacques Le Goff no prefácio de *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*, quando ele muito bem alerta para o que Marc Bloch *não diz, que...* (grifo nosso) “A história é uma arte, a história é literatura”, mas frisa

“A história é uma ciência, mas uma ciência que tem como uma de suas características, o que pode significar sua fraqueza, mas também sua virtude, *ser poética* (grifo nosso), pois não pode ser reduzida a abstrações, a leis, a estruturas” (Bloch, 1997, p.19)

Bloch, fala da utilidade e da legitimidade da história e se aproxima dos positivistas pela lógica dos “mestres” pelo paradigma nacionalista com o intuito de prestar contas, por ter o historiador em uma de suas funções, a questão “testamental” do registro dos eventos históricos, é o intelectual a serviço da ação, é pensar o homem afetado pelo presente e pela sua historicidade, é ver a história como um movimento do homem sobre o tempo.

Embora a introdução de gravuras e mapas no ensino de história, já exista a quase um século, e a multiplicação de imagens apresentadas atualmente como material didático demonstrem a importância desse recurso na cultura escolar, a reflexão sobre o papel que efetivamente desempenham no processo aprendizagem ainda é escassa, muito embora venha melhorando exponencialmente.

E voltando a narrativa, faz-se o uso de jornais, filmes, livros, Tv, Livros didáticos, paradidático, revistas e histórias em quadrinhos<sup>44</sup>, (doravante Hq's), assim como a oralidade manifestada dentro da própria sala de aula, tudo isso pode ser tomado como fontes para a história através de uma narrativa, ou mesmo uma linguagem a partir das imagens<sup>45</sup>, que

---

<sup>44</sup> Para Will Eisner: “Arte seqüencial”; Scott McCloud: “Imagens pictóricas de vários tipos justapostas em sequencia deliberada, cujo objetivo é produzir uma resposta estética ao leitor; já Luiz Antônio Cagni diz que: “Elas são unidades mínimas de imagens que se articulam em sequência na linearidade temporal da ação”, Sonia M. Bibbe-Luyten, diz que “são dois códigos de signos gráficos: a imagem e a linguagem da escrita”, enquanto que Thierry Groensteen: “Uma definição impossível” fico com essa por não ser necessária uma definição do que são as hq's para a compreensão do trabalho.

<sup>45</sup> Moacy Cirne fala da importância das imagens como elemento narrativo, para ele as imagens são subversivas, são perturbadoras da racionalidade histórica dos sentidos, pois o homem contemporâneo é instigado a viver das sensações, especialmente as do olhar. (Cirne, 200, p.134)





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

“Serviriam como uma reprodução fidedigna dos acontecimentos registrados apenas pela oralidade, tornando-os vivos/presentes aos olhos do leitor – convertido por autocracia em testemunha” (Bernardo, 2011, p.2)

Pois toda e qualquer expressão que contribua para um melhor entendimento das formas, e dos meios pelos quais nos encontraremos no passado de um ponto de vista metodológico, são essenciais para uma melhor compreensão do evento histórico.

Concordamos que seus usos obedecem a pré-determinações de quem narra, entretanto isso não impede que a própria narrativa, seja o ponto de partida para a análise da fonte histórica, neste caso as Hq's.

Nesse tocante existe nesse processo comunicativo uma relação que não é apenas de transmissor de conhecimento histórico, mas também um construtor a partir de dada narrativa, no tocante à sua historiografia, o caminho escolhido por onde iria narrar determinada história, esse caminho possui especificidades, pois não apenas escreve a história, como também a representa pelo intermédio das imagens, construídas e significadas.

Nessa perspectiva a narrativa<sup>46</sup> é uma espécie de ponte entre a realidade retratada, e/ou imaginada e outras circunstâncias, outros assuntos, seja no passado, seja no presente.

A história produzida hoje é menos esquemática e ideologizada e é, ao mesmo tempo, escrita em linguagem mais acessível, mais ousada e menos presa a convencionalismos ditos científicos, não por sua essência, mas sim na tentativa de negar outras possibilidades, entre elas, a narrativa se inscreve como uma das maneiras de se pensar a história sem as amarras do tradicionalismo metodológico à moda positivista.

A partir dessas questões e pensando em um estatuto de verdade nos regimes narrativos da historiografia, e através da escrita da história, e diante de sua relação de aproximação e afastamento com a narrativa ficcional, que apresento as Hq's como tentativa de objeto de análise.

---

<sup>46</sup> Segundo o dicionário Oxford, narrativa é qualquer relato de eventos conectados (causal ou casual) real ou imaginário, apresentado em uma sequência oral ou escrita.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Onde a narrativa gráfica se insere como linguagem de um regime de verdade, onde guardaria assim um parentesco com a história pensada e analisada sobre outro prisma, como uma nova possibilidade de fonte histórica, que sempre foi considerada pouco tradicional.

Saliento que essa pequena proposta não se encerra em si, e tem mais aberturas e dúvidas do que certezas e afirmações, a intenção é delinear um primeiro passo para a construção de algo mais pungente e menos vacilante.

#### **Desenvolvimento**

Para esse percurso historiográfico trabalharemos com Ricardo Benzaquen de Araujo, no seu texto *História e Narrativa*, In Ilmar de Mattos<sup>47</sup> (1992) onde ele diz que “A narrativa tem a capacidade de tentar enriquecer o entendimento das modalidades da história – *transformando em objeto*” – grifo nosso

Ao mesmo tempo, que se possa pensar a narrativa como algo dentro da história como disciplina, tentando colocar em evidência um aspecto pouco valorizado no trabalho do historiador que é a prática, a dimensão literária de seu trabalho, e porque não dizer para o professor em sala de aula.

Lembrando que a narrativa como objeto metodológico e historiográfico, se insere como uma discussão de fronteira dentro do campo da teoria da história, o que causa situações para a construção de uma crítica a narrativa, segundo Araújo, (1992, p.222).

Encontramos historiadores que acreditam que essa discussão “cancela por exemplo, as formas mais tradicionais de se trabalhar história” critica essa, que ele rechaça, por “não ser sua intenção” e muito menos um horizonte de “perspectiva”, que ele busque, ao posto que outro grupo de historiadores “reagem contra o tema” qualificando como “uma bobagem completa e que não tem a menor importância para o nosso ofício” Araújo (1992, idem). E seguindo nesse percurso

“Na realidade, história e ficção mantiveram durante muito tempo um pulso firme, um desafio que por certo tempo assumiu a forma de uma disputa entre

<sup>47</sup> Ilmar Rohloff de Mattos.(org.) “ Ler e escrever para contar: Documentação, historiografia e formação do historiador”. Ed. Access Rio de Janeiro. 1998.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

História como análise de pretensões objetivas, no sentido moderno da palavra, e literatura como fonte de prazer, como atividade criativa e imaginária, como forma particular de conhecimento – mesmo que não, sem dúvida, de conhecimento científico” (Silva, 2015, p.21)

O que a narrativa constrói, são ficções verbais cujos conteúdos são inventados e descobertos, cujas formas tem mais em comum com a literatura do que com a ciência, a narrativa não tem um sentido imanente, seu sentido é produzido na interação social a partir do seu resgate com a sociedade.

Mas não devemos ser tão rígidos quanto a posição de fronteira ocupada pela narrativa no campo da história, devemos sim, privilegiar as possibilidades de aplicação em práticas interdisciplinares, estabelecendo, procurando diálogos com outras áreas do conhecimento histórico e nos valendo de novos procedimentos, experiências e conceitos ofertados pelo uso e porque não, abuso da narrativa.

Já Hayden White em *Trópicos do Discurso, Ensaio sobre a crítica da cultura*, nos aponta uma diferença, uma potência entre o discurso, ou sua forma de enunciação, e o significado de outro, ou seja, ele nos fala de uma união do significado e do significante no próprio símbolo, portando numa busca de adequação à mensagem que queremos transmitir através de uma narrativa.

“Nessa linha, White defende que nenhum historiador oferece ao seu leitor/ouvinte a passado enquanto tal. A reconstrução do passado feita pelo historiador não é completa uma vez que a totalidade da temporalidade passada não poderia ser resgatada de forma plena pelo discurso historiográfico” (Bernardo, 2011, p.4)

Já que a escrita historiográfica por seu componente narrativo não é considerada por White como produção científica, mas sim um gênero literário sem cair no falso engano que esse conhecimento seria menor que o conhecimento científico, mas apenas ressalvando que as fontes nunca estão completas, nem as versões historiográficas são definitivas, o que a narrativa histórica constrói segundo esse autor, são ficções verbais cujos conteúdos são inventados e descobertos, cujas formas têm mais em comum com a literatura do que com a ciência. Idem (2011, p.4-5).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Lembrando que a história é sempre uma construção do presente e que as fontes sejam elas quais forem, também as são. Forjadas, exploradas e lidas no mesmo presente com “filtros” específicos do próprio presente, não temo como fugir disso.

Ou seja, são sempre lidas diversamente em cada época, por cada observador, de acordo com os valores, as preocupações, os conflitos, os gostos os projetos, portanto fontes e versões carregam em si temporalidades distintas, porque são construídas e reconstruídas a cada época.

A reconstrução do passado feita pelo historiador não é completa pela questão da totalidade da temporalidade passada não poderia ser resgatada de forma plena pelo discurso historiográfico ou por qualquer outro meio.

Para tanto, há que se decidir se ela será linear, avançando em linha contínua do passado para o presente ou no destaque de uma realidade histórica por vez que levará em conta as diversas temporalidades que estão envolvidas em um determinado recorte temporal.

Acredito que dentro do proposto, não basta apenas assumir um determinado caminho historiográfico como modelo a ser seguido e aplicado, trata-se sim, de uma busca, uma forma de pensar a narrativa histórica, onde se reconheça como parte do processo histórico para nele melhor pensar e agir, é preciso buscar o lugar de significado, formado a partir da articulação entre a fala propriamente dita e na forma como se estabelece, com o se efetua a comunicação.

O livro didático é um produto complexo da indústria cultural na sociedade capitalista, assinalando com isso que, é antes de tudo, uma mercadoria, do mundo da edição que obedece às técnicas de fabricação e comercialização pertencentes ao mercado”, já dizia Bitencourt (2002, p.71); É elementar para análise de seu conteúdo, pois carrega em si possibilidades de análise acadêmica por conta dessa complexidade adquirida no longo processo que começa na encomenda, na escrita e na sua produção e no olhar de quem é o receptor final dessa obra (produto) o ambiente escolar, com os professores e alunos.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Trabalhar historicamente com narrativa a partir das imagens obriga o historiador a percorrer o ciclo de sua produção, circulação, consumo de modo a recuperar a relação existente com a sociedade.

E, portanto como toda e qualquer mercadoria, destinada ao mercado, ao consumo, irá sofrer as interferências no processo de fabricação e no caso dos livros didáticos como um veículo portador de um sistemas de valores, de ideologia, de cultura a partir de uma construção narrativa, não será diferente.

Helenice Rocha e Flavia Caimi em um estudo essencial sobre os livro didáticos, tratam da organização curricular, que em determinadas épocas mudam a relação que envolve a história do Brasil com a história universal a partir da escolha do discurso narrativo, analisam a manutenção da unidade narrativa histórica apresentada, no que se refere às tomadas de posição no tratamento dos temas presentes na mesma discussão didática.

“Debates sobre a adequação e a primazia entre os conteúdos relativos à história do Brasil e à História geral na organização curricular da disciplina na escola brasileira vieram ocorrendo desde o século XX até o início deste século, provocados por diferentes preocupações”. (Caimi, Rocha 2014, p126)

Desde a presença ou não de imagens, até as características gráficas previstas para seu uso, passando pela aproximação da narrativa, presente no texto base a uma historiografia atualizada ou mais referenciada na tradição escolar, todos são aspectos importantes para análise dos livros didáticos, que se dará sempre, a partir de uma concepção de história e da forma narrativa escolhida para a produção das obras.

É notória a percepção que as hq's hoje estão em um patamar de destaque, seja como produto como objeto de pesquisa e como suporte pedagógico, diferente do que ocorria no último meio século, sem as acusações e perseguições de quem os consideravam serem os maiores responsáveis pela delinquência juvenil.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Os últimos anos as Histórias em quadrinhos tem pautado sua presença – incentivado pelo governo federal<sup>48</sup> - inclusive dentro dos livros didáticos, tanto como atividade de leitura quanto como instrumento de práticas pedagógicas interdisciplinares.

A sociedade em geral está imersa em uma quantidade enorme de imagens, nos seus mais diversos formatos, no entanto a recepção a leitura dessas narrativas imagéticas não são diretamente compreendidas por conter especificidades próprias da linguagem, entretanto isso não impede que as HQ's sejam usadas como representação de temas da história, seja através de adaptações de obras importantes da literatura brasileira, ou mesmo a partir de representações de grandes temas da história nacional presentes nos currículos escolar.

Ou seja: há um sentido que se busca, uma posição que se deseja marcar, ou mesmo uma dimensão que se quer tratar como hegemônica a partir da narrativa das hq's

“Um dos caminhos para entender os sentidos atribuídos historicamente às Hq's, passa pela análise de suas representações construídas por normas de expressão como cinema e literatura, nomes importantes da literatura do século XX inseriram personagens, narrativas e referências gráficas das HQ's em seus projetos estéticos” Gomes, (2016 p.243-259)

No entanto, alguns estudos sobre as hq's ainda se restringem à análise das adaptações literárias para as hq's, ignorando a própria produção específica da narrativa dos quadrinhos, e parte desse movimento nos remete a uma crítica muito popularizada no Brasil dos anos 1950 de que a leitura das hq's causariam preguiça nas crianças em idade escolar, tirando delas a vontade de leitura de obras realmente importantes e por conta disso uma campanha foi iniciada para atacar os quadrinhos e sua leitura nas escolas.

### **Conclusão**

---

<sup>48</sup> Desde os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) ao Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) , com isso tem gerado novos desafios aos professores e trazido à tona uma adiada necessidade de se compreender melhor a linguagem, seus recursos e obras..





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Toda conclusão de trabalho é sempre de insegurança autoral, é perceber que talvez as lacunas se sobressaíam mais do que o esperado, entretanto esse sentimento se dá por novas possibilidades de se pensar o tema do que apenas por questões não alcançadas, mas reitero a disposição de retorno.

Todo o percurso se deu na tentativa de compreensão das hq's como possibilidade de narrativa histórica, a partir das especificidades da linguagem como uma nova possibilidade de fonte histórica, que ainda é relegada a um segundo plano ou assim como a narrativa, uma posição de fronteira da história.

Como toda prática cultural, as hq's tem em sua construção elementos socialmente construídos o que as coloca formalmente como históricas dessa mesma sociedade por atenderem a questões internas e externas à sua linguagem e narrativa.

As diversas resistências da sociedade em relação as hq's mudaram ao longo do tempo, governo, professores, pais se deram conta das possibilidades para além da comunicação, diversão mas também como opção educacional no ensino de história.

#### **Referências**

BERNARDO, Thiago Monteiro, História em Quadrinhos, historiografia e narrativas.

ANPUH, São Paulo, 2011.

BITENCOURT, Circe, (org.) O saber historico na sala de aula. ContextoSão Paulo, 2002.

BLOCH, Marc. Apologia da História, Jorge zahar, Rio de Janeiro, 1997.

CERTEAU, Micheu De. A Invenção do Cotidiano, Vozes, Petrópolis, 2002.

GOMES, Ivan Lima. Os novos homens do amanhã. Curitiba, 2018.

HELENICE, Rocha, CAIMI, Flávia. A(s) história(s) contadas no livro didático hoje: entre o nacional e o mundial. Revista brasileira de história, São Paulo, V.34, nº 68, p. 125-147.

LE GOFF, Jacques. História e Memória, Unicamp, Campinas 1990.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

FONSECA, Thais Nivia de Lima. História & Ensino de História. Autêntica. Minas Gerais, 2003.

FRANÇA, Vera. Imagens do Brasil: Modos de ver, modos de conviver, Autêntica, Minas Gerais, 2002.

GOMES, Ivan Lima. Os novos homens do amanhã. Prisma, Curitiba, 2018.

MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.) Ler e escrever para contar documentação, ,historiografia e formação do historiador. Access, Rio de Janeiro, 1996.

PAIVA, Eduardo França. História & imagens, autêntica, Minas Gerais, 2002.

SILVA, Renán. Lugar de dúvidas, sobre a prática de análise histórica, Autêntica, Minas Gerais, 2015.

VERGUEIRO, Waldomiro.(org.) Quadrinhos na Educação. Contexto, São Paulo, 2009.

WHITE, Haiden. Trópicos do Discurso, Ensaios sobre a crítica da cultura, Edusp, São Paulo, 2014.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## “PODE ISSO, EGRÉGIO CONSELHO?”: PROCESSOS TRABALHISTAS COMO FONTE DE PESQUISA DA LUTA DE CLASSES NA JUSTIÇA DO TRABALHO

Arthur Manoel Andrade Barbosa

Mestre em História (PPGH- UFCG)

arthur\_andrade2011@hotmail.com

### INTRODUÇÃO

A história da classe trabalhadora é analisada a partir de fontes, recortes temporais e perspectivas diferentes, que, no fim, discorrem sobre as lutas travadas entre o capital e o trabalho. Contudo, para as pretensões deste artigo, delimitaremos a trajetória da classe trabalhadora brasileira, com ênfase no operariado paraibano; temporalmente na década de 1940 (Estado Novo); e com relação às fontes, destacaremos os processos trabalhistas oriundos da Justiça do Trabalho paraibana.

Este trabalho é uma versão reduzida da minha Dissertação de Mestrado,<sup>49</sup> destacadamente apontando para a importância dos processos trabalhistas como fonte histórica. Para tanto se faz necessário situar o leitor quanto à estrutura do trabalho, que num primeiro momento elabora sucintamente a trajetória da classe trabalhadora brasileira, na passagem do trabalho escravo para o assalariado, e o desenvolvimento de uma legislação trabalhista. Depois daremos maior enfoque para a especificidade da Justiça do Trabalho em âmbito local (Paraíba), notadamente para o ato de utilização dos processos trabalhistas oriundos dos arquivos do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-13).

---

<sup>49</sup> Ver: BARBOSA, Arthur Manoel Andrade. **Justiça do Trabalho e classe operária**: a relação entre o capital e o trabalho na Paraíba entre 1941-1945. Dissertação de Mestrado, Campina Grande, 2019.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Dessa forma, destacamos a importância de chamar a atenção por parte dos historiadores para a utilização dos processos trabalhistas como fonte de investigação dos mais variados aspectos do cotidiano do trabalhador, desde suas maiores lutas, seus desafios, limitações, bem como seus dados mais íntimos, a exemplo de suas moradias, relações familiares, lazeres e diversões. Assim, entendemos que tais fontes nos dão uma dimensão totalizante, no tocante aos aspectos econômicos e políticos que encontram-se inseridos no contexto do operariado em questão, assim como expõem características contidas nas relações mais interpessoais de cada sujeito histórico.

## **JUSTIÇA DO TRABALHO: TRAJETÓRIA DA CLASSE OPERÁRIA**

Quando falamos da formação da classe trabalhadora brasileira, logo nos remetemos aos embates, lutas, derrotas e vitórias do início do século XX, contudo, as relações no mundo do trabalho trazem indícios de seus conflitos desde antes do trabalho assalariado. “Escravidados e livres”,<sup>50</sup> traçaram, na transição do século XIX para o XX, o paulatino processo de consciência, via experiência, da classe trabalhadora brasileira, evidenciada pelos enfrentamentos aos seus inimigos de classe, além do processo de construção da identidade contida no ideário operário em formação (MATTOS, 2008, p. 14-16).

O historiador Cláudio Batalha (2000) destacou a importância de notar que a produção de trabalhos voltados para o movimento operário surgiu, num primeiro momento, de escritos feitos por militantes, ou seja, trabalhos não acadêmicos feitos por sindicalistas, jornalistas ou ativistas políticos que tinham como finalidade a preservação das lutas e derrotas dos trabalhadores brasileiros, predominantemente no período da Primeira República. As temáticas geralmente giravam em torno dos grandes feitos do movimento operário, das greves, dos congressos e das fundações de partidos políticos,

---

<sup>50</sup> O historiador Marcelo Badaró Mattos destaca a importância do contato entre as trajetórias de escravizados, ex-escravos e homens livres para o processo de formação da classe trabalhadora brasileira, ver: MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca.** Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

principalmente a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), afinal “1922 torna-se uma data inaugural na história operária, um marco” (BATALHA, 2000, p. 146-148).

A Justiça do Trabalho foi instalada em 1º de maio de 1941 como resultado da política populista/trabalhista do presidente Getúlio Vargas. Se, como está resumidamente nos parágrafos acima, a luta dos trabalhadores da segunda metade do século XIX era voltada para a abolição da escravidão e, posteriormente essas lutas se voltaram para a aquisição de uma legislação trabalhista, a partir da ascensão de Vargas ao cenário político como presidente do Brasil, a relação dos trabalhadores com o Estado se tornou cada vez mais entrelaçada, via “Estado de compromisso”, resultando, com isso, em mecanismos de dominação de classe e de consentimento das massas.

A Justiça do Trabalho se insere no interior das discussões acerca da historiografia nacional de diferentes formas.<sup>51</sup> Para os teóricos que partem da ideia do trabalhismo, este órgão estaria inserido no seio da relação entre Estado e trabalhadores numa forma de “pacto” trabalhista; já os trabalhos dos autores que partem da interpretação da teoria clássica do populismo, entendem a Justiça do Trabalho como sendo uma das maneiras usadas pelo Estado populista de reconhecer “para as massas o direito de formularem reivindicações” (WEFFORT, 1980, p. 51).

Os arquivos judiciais tornaram-se comuns entre os historiadores<sup>52</sup> ainda nas décadas de 1970-80,<sup>53</sup> inicialmente com a temática da escravidão, contudo, os processos

---

<sup>51</sup> Sobre um dos estudos mais recentes sobre a história da justiça trabalhista, dos caminhos da legislação trabalhista, ver: GOMES, Angela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da. **A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

<sup>52</sup> A produção historiográfica paraibana acerca dos desdobramentos da Justiça do Trabalho é crescente, principalmente diante da abertura de possibilidades proporcionadas eminentemente pelo campo da história social do trabalho e o crescente aumento da organização e operacionalização de fontes produzidas por essa justiça. Trabalhos voltados para perspectivas relacionadas aos acidentes de trabalho, questões de gênero, trabalho infantil, dentre outros, vêm paulatinamente contribuindo com o avanço das pesquisas abarcadas nos mundos do trabalho. No estado da Paraíba destacam-se pesquisadores da Universidade Estadual da Paraíba, campus de Guarabira, através do Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da UEPB (NDH-CH/UEPB); além de recentes pesquisas oriundas da Universidade Federal da Paraíba, campus de João Pessoa. Campina Grande e outras cidades do interior do estado também possuem considerável contribuição nessas temáticas, distribuindo as pesquisas, concluídas ou em andamento, entre os trabalhadores do campo e da cidade.

<sup>53</sup> Mesmo não tendo os processos trabalhistas como fontes de pesquisa, é interessante destacar a importância dos estudos do historiador Sidney Chalhoub com relação às investigações historiográficas





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

da justiça trabalhista entraram nessa discussão alguns anos depois, ampliando a perspectiva de investigação de processos criminais já consagradas pela historiografia italiana com o clássico *O queijo e os vermes* (2006), de Carlo Ginzburg. Nas palavras de Alisson Droppa e Walter Oliveira (2013):

Os documentos produzidos e recebidos pela Justiça do Trabalho são fundamentais para a elaboração de pesquisas sobre a história da instituição, mas também das classes empregadora e trabalhadora brasileiras. O que reafirma a necessidade imediata da suspensão de qualquer processo de eliminação em curso (DROPPA; OLIVEIRA, 2013, p. 96).

Os documentos produzidos por esta vertente da justiça são fundamentais para o conhecimento da instituição, sua história, bem como as ações levadas adiante pela classe trabalhadora e patronal. Dessa forma, a interface entre Direito e luta de classe possibilita amplos caminhos dentro do campo de estudos da história social do trabalho, necessitando-se, dessa forma, campanhas e políticas públicas de preservação e divulgação desse material para a produção do conhecimento histórico.

#### **JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE JOÃO PESSOA**

Na tarde de quinta-feira, 1º de maio de 1941, era instalada em João Pessoa, capital do estado da Paraíba, a Junta de Conciliação e Julgamento da cidade, órgão da Justiça do Trabalho posto em funcionamento pelo “Decreto-Lei nº 1.237, de 2 de maio de 1939”.<sup>54</sup> Naquele dia a Justiça do Trabalho era posta em funcionamento, mas há mais de uma década já funcionavam as Inspetorias Regionais do Trabalho, que foram transformadas em Delegacias Regionais do Trabalho, em 1940.

Para as pretensões deste artigo, que discute a luta de classes via Justiça do Trabalho, contamos com a utilização de quase 500 processos trabalhistas preservados junto aos arquivos da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-13), localizada na capital do estado da Paraíba, João Pessoa. O Arquivo contém em seu

---

tendo a justiça como objeto de estudo. Destacam-se, desse modo, *Trabalho, lar e botequim* (1986) e *Visões da liberdade* (1990).

<sup>54</sup> Ata de inauguração.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

espaço, desde o processo mais antigo preservado, de 1935, até os mais recentes, datados de 1969. Numa forma de preservação desse rico acervo histórico, a direção do tribunal, que foi o primeiro no país a implantar o processo eletrônico, organizou o Memorial da Justiça do Trabalho e os mais de 20 mil processos catalogados. A riqueza do acervo pode ser destacada diante dos percalços da Lei 7.627 de 10 de novembro de 1987,<sup>55</sup> que legisla a fim de descartar arquivos com mais de cinco anos. Nas palavras da historiadora Christiane Dabat: “[...] os imensos recursos dos arquivos da Justiça do Trabalho têm um papel de destaque no horizonte de evolução do saber histórico, sobretudo em relação aos trabalhadores” (DABAT, 2015, p. 367).

Acerca da importância da preservação dessas fontes para a produção historiográfica, o historiador Tiago Bernardon de Oliveira (2015), afirma que essas fontes permitem desenvolver inúmeras possibilidades de pesquisa, como concepções de justiça desenvolvidas e disseminadas pelas classes populares; formas de exploração, além de estratégias de resistência contra o capital. Ainda pode ser utilizado, os processos trabalhistas, para o estudo do Direito como instituição, suas dinâmicas no interior da Justiça do Trabalho, etc (OLIVEIRA, 2015, p. 11).

Abaixo, temos um quadro com o número de processos que circularam na JCJ de João Pessoa entre 1941-45, embora somente a metade esteja ainda hoje preservada:

#### **Quadro 1: Processos que tramitaram na JCJ- João Pessoa entre 1941 e 1945**

---

<sup>55</sup> “LEI Nº 7.627, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1987. Dispõe sobre a eliminação de autos findos nos órgãos da Justiça do Trabalho, e dá outras providências. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei: Art. 1º. Fica facilitado aos Tribunais do Trabalho determinar a eliminação, por incineração, destruição mecânica ou por outro meio adequado, de autos findos há mais de 5 (cinco) anos, contado o prazo da data do arquivamento do processo. Art. 2º. A eliminação de autos findos, nos termos do disposto no artigo anterior, será decidida pelo Tribunal Pleno, mediante proposta circunstanciada do seu Presidente. JOSÉ SARNEY”.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Ano	1941	1942	1943	1944	1945
Número de Processos	123	192	121	208	312

**Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base no Livro de Registros da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa**

Um processo trabalhista contém em todas as dimensões dos seus trâmites a luta entre empregados e empregadores. Se por um lado o operariado recorre a ela para garantir seus direitos de férias, de percentual de insalubridade, direito à estabilidade, diferença de salários, dentre vários outros motivos, a classe empregadora não se furtava de requerer manter seus privilégios utilizando-se, para isso, da mesma justiça. Assim, esses processos trazem no início as causas da queixa, os envolvidos (requerente e requerido), sendo representados pelo sindicato de sua classe (minoridade dos casos), ou indo à Junta de forma independente, quando muito, com a presença de advogados.

A maioria dos casos era resolvida já na 1ª instância (João Pessoa), outros iam parar na 2ª instância (Recife) e poucos na 3ª e última instância (Rio de Janeiro). Os trâmites seguiam seus ritos, de trocas de defesas e acusações dos reclamados e dos reclamantes no dia do julgamento, onde as partes apresentavam documentos comprobatórios (recibos, certidões, laudos), além da presença das testemunhas. Sobressaía, no fim, a decisão dos tribunais, onde continuava a luta pela obtenção de direitos ou de privilégios. O título deste trabalho traz a indagação de uma empresa ao ser condenada ao pagamento de indenização e a garantir o retorno do empregado aos seus serviços após o mesmo ser acusado de indisciplina. Daí a pergunta aos membros da 3ª instância, “Pode isso, Egrégio Conselho?”.

Abaixo temos dois gráficos. O primeiro contém os números de processos trabalhistas que circularam na Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa entre 1941 e 1945, disponibilizando o número total de processos, ou seja, somados todos os casos, mesmo aqueles que não existem preservados nos arquivos da justiça trabalhista do estado. O segundo gráfico contém apenas os números referentes aos processos que

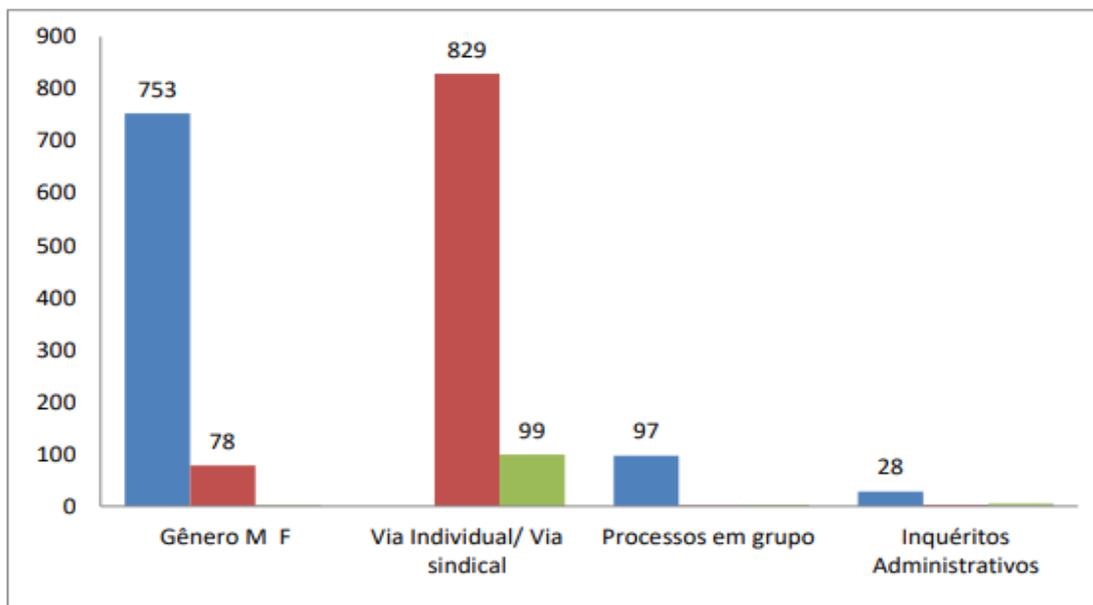




### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

foram preservados e podem ser pesquisados. Ressalta-se nesses dois gráficos detalhes referentes a questões de gênero, ao número de processos protocolados via sindicato ou de forma individual, além dos processos realizados em grupo ou ainda os Inquéritos Administrativos perpetrados pelos empregadores.

**Gráfico 1: Dados acerca da natureza dos processos entre os anos de 1941-1945.**

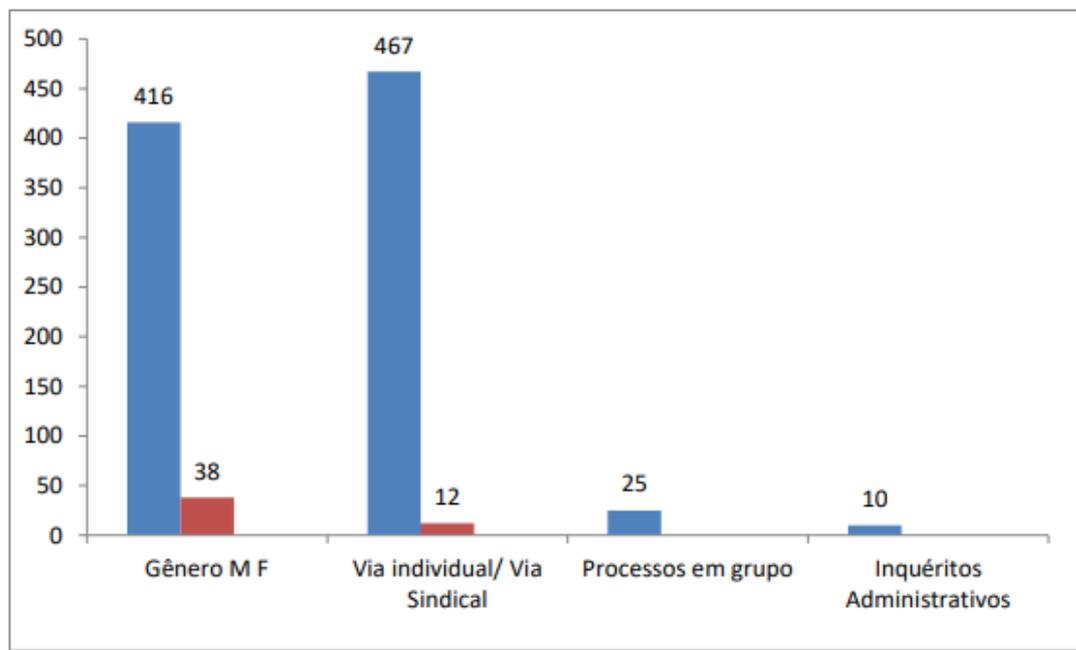


**Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base no Livro de Registros da Junta de Conciliação de João Pessoa**





**Gráfico 2: Dados acerca da natureza dos processos preservados entre os anos de 1941-1945**



**Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base no Livro de Registros da Junta de Conciliação de João Pessoa**

Assim como nos gráficos acima expostos, os dados das tabelas abaixo nos mostram de forma detalhada os motivos mais recorrentes pelos quais os trabalhadores entravam na Justiça do Trabalho (Tabela 1), enquanto que o outro mostra o resultado desses processos (Tabela 2).





ISSN 21764514

III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

**Tabela 1: Principais motivos dos processos dos trabalhadores**

Motivos	1941	1942	1943	1944	1945	Total
Justa Causa	37	5	7	12	8	69
Férias	13	12	14	7	14	60
Aviso prévio	14	17	14	28	49	122
Aviso/ Férias	3	1	0	0	8	12
Justa causa/ Férias	12	1	4	11	4	32
CTPS	1	1	1	11	31	45
Rescisão	1	0	0	0	0	1
Justa causa/Aviso/Férias	13	36	28	27	52	156
Reintegração	6	7	2	22	12	49
Diferença de salário	6	96	35	70	75	282
Justa causa/Aviso	6	6	10	12	24	58
Outros	8	5	2	6	21	42

**Tabela elaborada pelo autor com base nos dados do Livro de Registro da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa entre os anos de 1941-1945**





**Tabela 2: Número de processos preservados e os resultados entre 1941-1945**

	1941	1942	1943	1944	1945
Total de processos	49	130	69	113	128
Conciliação	12	48	30	56	75
Procedente para o trabalhador	14	33	12	19	20
Improcedente para o trabalhador	14	11	9	11	13
Procedente em parte	3	21	8	10	9
Incompleto	0	1	2	0	1
Desistência	0	1	0	1	0
Não comparecimento	6	14	8	16	10
Arquivamento	0	1	0	0	0

**Tabela elaborada pelo autor com base nos dados do Livro de Registro da Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa entre os anos de 1941-1945**

## CONCLUSÃO

Este trabalho discutiu a relevância da utilização de processos oriundos da Justiça do Trabalho para o desenvolvimento da historiografia, principalmente, no caso aqui exposto, da história social do trabalho, possibilitando a problematização das diferentes lutas de classes existente em cada processo, expondo a relação que o Direito exerce na sociedade capitalista.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Os quase 500 processos preservados nos arquivos do Tribunal Regional do Trabalho paraibano, tendo como recorte temporal os anos de 1941 a 1945, demonstram a riqueza de detalhes contidos desde a autuação dos processos, passando pelos rituais processuais, apelações, defesas dos advogados, os discursos dos vogais, até chegarem às sentenças. Dessa maneira, defendemos a expansão da preservação dessas fontes por constituírem-se em fundamentais ferramentas na construção da história e da historiografia da classe trabalhadora brasileira, por não ser essa justiça unicamente repressora, mas também amplamente utilizada pelos trabalhadores como forma de reivindicação de seus direitos, contribuindo para a consciência de classe desses trabalhadores, forjada nas lutas contra a escravidão no século XIX, passando para as lutas travadas no início do período republicano, atravessando as décadas seguintes, perpassando os mais diversos conflitos gerados entre o capital e o trabalho.

### BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Arthur Manoel Andrade. **Justiça do Trabalho e classe operária**: a relação entre o capital e o trabalho na Paraíba entre 1941-1945. Dissertação de Mestrado, Campina Grande, 2019.

BATALHA, Cláudio. **A historiografia da classe operária no Brasil**: Trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000.

BIAVASCHI, Madga Barros. **O direito do trabalho no Brasil – 1930/1942**: A construção do sujeito de direitos trabalhistas. Tese de Doutorado, Campinas, 2005.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo, Editora brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

DABAT, Cristiane Rufino. A rica história dos trabalhadores segundo os arquivos da Justiça do Trabalho: incitação à pesquisa. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon. **Trabalho e trabalhadores no Nordeste**: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. (Org). Campina Grande: Eduepb, 2015.

DROPPA, Alisson; OLIVEIRA, Walter. **Os processos da Justiça do Trabalho como fonte de pesquisa**: a preservação da memória da luta dos trabalhadores. *MÈTIS: história e cultura*, v.12, n.23, p. 86-99, jan/jun. 2013.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. 3 ed.São Paulo: Difel, 1983.

FRENCH, John D. **Afogados em leis**: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Angela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da. **A Justiça do Trabalho e sua história**: os direitos dos trabalhadores no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravidados e livres**: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MUNAKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil**. Brasiliense, 1984.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon. Apresentação: capítulos de história do trabalho e dos trabalhadores no Nordeste e o NDH-CH/UEPB. In: **Trabalho e trabalhadores no Nordeste**: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. (Org). Campina Grande: Eduepb, 2015.

PACHUKANIS, Evguiéne B. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2017.

SPERANZA, Clarice Gontarski. **Cavando direitos**: As leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50. Tese de Doutorado, Porto Alegre, 2012.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

VARUSSA, Rinaldo José. **Trabalhadores e a construção da justiça do trabalho no Brasil**: (décadas de 1940 a 1960). São Paulo: LTr, 2012.

WEFFORT, Francismo Correia. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **CORREIO DE CAMPINA: UMA ANÁLISE IDENTITÁRIA SOBRE CHRISTIANO LAURITZEN (1914-1915) <sup>56</sup>**

<sup>57</sup>Viviane Carneiro de Oliveira, mestranda do Programa do PPGH – UFCG (CAPES).  
*vivioliveira@hotmail.com*

Dr. José Otávio Aguiar, professor do departamento de História – UFCG. *otavio.j.aguiar@gmail.com*

### **RESUMO**

Vivia-se o começo de uma modernidade no Brasil, no século XX, em especial na cidade de Campina Grande – Paraíba. O espaço físico – a cidade –, ou o corpo urbano, era o palco das transformações no moderno. Dentro dessa modernidade, percebe-se mudanças significativas na esfera do cotidiano, na política e nas suas relações sociais. Christiano Lauritzen (1923 - 1946) tendo nascido em Thy, Boddum no Reino da Dinamarca estabeleceu-se inicialmente em Campina Grande, Paraíba. A construção da identidade de cada indivíduo exige um certo cuidado em sua análise. Buscamos compreender como o dinamarquês Christiano Lauritzen construiu a sua identidade como prefeito de Campina Grande entre 1914 e 1915, destacando a relevância do estudo do cotidiano para essa construção, não um cotidiano qualquer, mas sim um cotidiano essencialmente moderno. A partir do jornal o *Correio de Campina*, vamos mostrar o trabalho do prefeito e sua busca em melhorar os espaços físicos da cidade, bem como as suas relações com a sociedade de Campina, a qual muitas vezes negava-se a aceitar plenamente um gringo como governante municipal. São esses conflitos que vão permear a trajetória política do Christiano Lauritzen, conflitos tais que não se restringem apenas à esfera política da sociedade, mas também com outros indivíduos que estão fora desse

---

<sup>56</sup> De acordo com José Joffily, a maioria dos autores que se ocuparam em sua biografia cometeram equívocos. Baseado em documentos brasileiros recebidos da Dinamarca, Christiano Lauritzen nasceu em Thy, Boddum, e não em Alheir, no Reino da Dinamarca, como está registrado na certidão da Diocese de Campina Grande. Ainda de acordo com José Joffily, ele nasceu em 10 de novembro de 1846; Seus pais são Laurids Nielsen Kirk e Maren Christensdatter.

<sup>57</sup> Gazeta do Sertão – 21-11-1890.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

âmbito. Discutiremos ainda as estratégias do seu discurso político perante à sociedade, considerando-o como um meio de se obter e garantir o seu poder como prefeito.

**PALAVRAS-CHAVE:** Identidade; Modernidade; Trajetória política; Cotidiano.

Vivia-se o começo de uma modernidade no Brasil, no século XX, em especial na cidade de Campina Grande – Paraíba. O espaço físico – a cidade –, ou o corpo urbano, era o palco das transformações no moderno. Dentro dessa modernidade, percebe-se mudanças significativas na esfera do cotidiano, na política e nas suas relações sociais. Christiano Lauritzen (1923 - 1946) tendo nascido em Thy, Boddum no Reino da Dinamarca estabeleceu-se inicialmente em Campina Grande, Paraíba. Vivendo em terras campinenses como comerciante, vendendo joias<sup>58</sup>, Christiano estabeleceu-se na política ao casar com a filha de um importante membro da elite local, Elvira Cavalcanti de Albuquerque, filha de Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque. De acordo com Rau Ferreira em *Relatos de Campina*:

Após perder a cadeira de Deputado Estadual e ser destituído da chefia do Conselho da Intendência em Campina (1890/1892), foi eleito prefeito em 1904, permanecendo no cargo até 1923, ano de sua morte. Nessa época, o subprefeito era Manuel Cavalcante Belo e o delegado de Polícia o major Lino Gomes da Silva (FERREIRA, 2012).

Durante seu tempo como prefeito, fundou o jornal *Correio de Campina*. Há divergências sobre o real objetivo da criação do jornal na época, muito provavelmente foi uma ferramenta criada com o objetivo de se contrapor ao seu ferrenho adversário político, Irineo Joffily, o qual fazia frente aos ideais e propostas de Christiano no jornal *A Gazeta do Sertão*. Joffily com frequência se referia à Christiano como o *Gringo*. De acordo com José Joffily em seu livro *Entre a Monarquia e a República – Ideias e Lutas de Irineo Joffily*, Christiano:

“Chegou ele em Campina Grande com 34 anos e principiou a vida, segundo Irineo Joffily, “vendendo ouro falso”<sup>59</sup>. Jóias verdadeiras ou de fantasia, o

<sup>58</sup> CORREIO DE CAMPINA, 14 de março de 1915, nº12.

<sup>59</sup> CORREIO DE CAMPINA, Nº 6, 1913





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

fato cristalino é que o dinamarquês, de pais muito pobres e de rudimentar instrução, levou dois anos como ladino vendedor ambulante de quinquilharias até conhecer e casar-se com a filha de Alexandrino Cavalcanti, o mais próspero comerciante e maior proprietário de terrenos urbanos remanescentes de antiga fazenda”. (José Joffily, 1982, p.135).

E ainda continua:

“Meio surdo, mas dotado de lábia cativante e desmedida ambição, em pouco tempo assumia a liderança da tradicional família cujo prestígio se fortaleceria por longo tempo depois que Epitácio Pessoa se projetou no cenário nacional.” (Joffily, p.135 – ibidem).

Em contraponto à visão negativa dos partidários de Irineo Joffily, Elpidio de Almeida em seu livro *História de Campina Grande*, demonstrava apreço pela jornada apaixonada do prefeito:

“Naturalizado brasileiro, casado em família com influência na política local, foi sem se sentir levado a tomar parte nos assuntos da administração pública, a interessar-se pelos problemas da comuna, vindo a concorrer apaixonadamente para o desenvolvimento da terra a que se ligara.

(ALMEIDA, 1978).

Uma análise mais clara dos eventos da época em Campina Grande certamente pode ser feita sob a ótica de Michel de Certeau e a sua história do cotidiano. Em seu livro *A invenção do cotidiano*, Certeau nos mostra a relação entre os mecanismos de poder com a vida social, podendo ser mudados através de estratégias e táticas dos indivíduos, considerando aqui as táticas como “*continuidades e permanências*”. Essas ações dos indivíduos ou suas “maneiras de fazer”, “*constituem mil práticas pelas quais os usuários se reproporiam do espaço organizado pelas técnicas de produção sociocultural*” (CERTEAU, 1994, p. 41), ele ainda enfatiza que todo tipo de ação está diretamente relacionada com o social. São justamente essas táticas que são explícitas no *Correio de Campina*, principalmente nas que estão inseridas na lógica dos mecanismos de poder.

O estudo de periódicos como fonte histórica é recorrente e importante, ainda nos tempos atuais. De acordo com Roger Chartier, em seu texto “*O mundo como representação*”, ao escrever o tópico “*Mundo do texto e Mundo do leitor: a construção do sentido*”, ele analisa a metodologia das pesquisas históricas, a qual passa pelos





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

estudos dos textos (literários ou não) entrelaçando-se com a análise das práticas e símbolos, cada uma com significações próprias, exigindo assim análises também diferenciadas. Ao estudar o Antigo Regime, Chartier destaca a importância dos jornais impressos: “A circulação multiplicada do escrito impresso modificou as formas de sociabilidade, autorizou novos pensamentos, transformou as relações de poder”. (CHARTIER, 1998, p.178). Assim, percebemos que o jornal aqui analisado foi largamente utilizado como ferramenta na construção do poder, nos fornecendo reflexões acerca os pensamentos e práticas existentes no cotidiano da sociedade no começo do século XX.

O jornal aqui analisado, o *Correio de Campina* foi criado em 1911 e durou até 1932, tendo como proprietário e diretor o cel. Christiano Lauritzen. Grande parte do jornal não está mais disponível, contudo, pode ser encontrado no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP), o qual digitalizou 3 anos do jornal, de 1913 até 1916. A estrutura do *Correio de Campina* é fixa, o período contém quase sempre quatro páginas, três de notícias cotidianas e uma de propagandas de estabelecimentos que patrocinaram o jornal. A manchete é quase majoritariamente sobre um assunto envolvendo Campina Grande ou a Paraíba, geralmente a primeira página é dedicada aos assuntos políticos campinenses, envolvendo os partidos walfredistas e epitacistas. O jornal é declaradamente epitacista, inclusive Christiano Lauritzen era o chefe do partido conservador em Campina Grande, sendo um grande aliado de Epitácio Pessoa. Além disso, o jornal possui um espaço cultural, onde podemos ver poemas ou contos, geralmente de membros da redação do jornal, a exemplo do major Lino Gomes, também delegado da polícia de Campina Grande. As notícias sobre a Paraíba como um todo são bastantes presentes no jornal, inclusive notícias de outras cidades do estado também ganham espaço no jornal, relatos de crimes, de júris, seca, manifestações, cotação do comércio, situações das escolas e da educação campinense, sobre o andamento primeira Guerra Mundial, dentre outras notícias.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

São nas relações cotidianas que construímos a identidade individual e coletiva, num processo simultâneo, bem como as representações que dão sentido à vida humana. De acordo com Roger Chartier,

[...] podem-se formular várias proposições que articulam de maneira nova os recortes sociais e as práticas culturais. A primeira alimenta a esperança de levantar os falsos debates em torno da divisão, dada como universal, entre as objetividades das estruturas (que seria o território da história mais segura, que, ao manipular documentos maciços, seriais, quantificáveis, reconstrói as sociedades tais como verdadeiramente eram) e a subjetividade das representações (a que se ligaria uma outra história dedicada aos discursos e situada à distância do real) (CHARTIER, p.12, 1998).

Sendo assim, é interessante analisar os dois lados da história, uma vez que pode existir diferentes interpretações e representações de um determinado fato. No caso da identidade e a realidade em que está inserida, ela é – “contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade” (CHARTIER, 1998) – ou seja, dos grupos que são detentores do poder e como representantes disto, acabam moldando a existência da sociedade, comunidade ou classe. Nesse sentido, de um lado temos a perspectiva de Irineo Joffily, inimigo declarado de Christiano Lauritzen e que através da *Gazeta do Sertão*, buscava desconstruir a personalidade política do prefeito. José Joffily (1980) – salienta esse fato quando elabora sua própria imagem de Christiano:

Proprietário da mais importante loja da cidade – a Casa Inglesa – que desempenhava papel de banco chegou a emitir – como “valores” – papel-moeda, sob pretexto de “falta de troco”. [...] A incompatibilidade de Christiano – reacionário até a medula – com Irineo Joffily logo se tornaria tão visceral quanto a da República com a escravidão (JOFFILY, p. 136).

Nessa linha de pensamento, Chartier orienta a ter cuidado com as diferentes representações: “Uma relação decifrável é portanto postulada entre o signo visível e o referente significado — o que não quer dizer, é claro, que é necessariamente decifrado tal qual deveria ser” (CHARTIER, p. 13). Assim, essa relação da representação é entendida como uma imagem presente e um objeto ausente, de forma que ao analisar a





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

história de Christiano Lauritzen, temos duas imagens suas, a construída por ele próprio (sua identidade) e a construída por outros, no caso, a de Irineo Joffily. Em ambos os casos, no presente momento da nossa análise, temos essa *imagem ausente* o que acaba por abrir caminhos às diversas interpretações de quem realmente foi Christiano, ou se ele estava agindo, de acordo com o seu jornal, corretamente e para o desenvolvimento de Campina ou, se seria como seus opositores afirmam: *reacionário até a medula!*

Os seus esforços como prefeito em melhorar as condições estruturais da cidade também fica evidente nas edições do seu jornal. Após adoecer de uma cistite crônica por hipertrofia da próstata, Lauritzen foi internado no hospital pernambucano. Com base na notícia que foi manchete do *Correio de Campina*, intitulada “O Hospital Portuguez de Beneficencia em Recife”, vê-se elogios feitos ao hospital, o qual contava com aparelhos modernos, era bem higienizado, contando com amplos espaços confortáveis e bom atendimento das enfermeiras e dos médicos. Nas palavras do prefeito, o hospital possuía: “(...) os elementos mais mais poderosos e eficazes para combaterem os soffrimentos humanos, especialmente aquelles que dependem mais ou menos de intervenção cirúrgica”. Christiano faz uma descrição minuciosa do tratamento que recebeu e logo de início e rebate um antigo medo do povo: o medo dos hospitais.

“Todos reconhecem esta verdade; entretanto, ha ainda entre nós certa prevenção, quasi pavor, que demora o recolhimento dos molestados ao hospital, considerado antigamente o derradeiro refugio dos desherdados da fortuna e amparo. (...) “e provam as consequencias funestas que ha em nao se recorrer imediatamente a elles”<sup>60</sup>.

Ou seja, aliado ao pensamento moderno, Christiano espera convencer o leitor dos benefícios das novas formas de se tratar doenças, ficando claro a existência de um ideal racional e outro irracional na cidade, como proposto por Giscard Agra, que são dualidades constantes nas pretensões do moderno em Campina Grande. Pretensões tais que se efetivadas, mudariam por completo o espaço e o cotidiano da cidade.

A construção de uma identidade, de acordo com Sandra Pesavento, é “uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento” (PESAVENTO, 2003, p.89.) Essa ideia de pertencimento, ou

<sup>60</sup> CORREIO DE CAMPINA, Nº 6, 1913.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

melhor, a busca por esse pertencimento é notório na figura de Christiano Lauritzen, o “gringo”, que apesar dos feitos pela cidade, ainda era visto com desconfiança pelos campinenses natos, a exemplo de Irinêo Joffily. Daí podemos entender um pouco mais da criação do *Correio de Campina*, como um meio onde Christiano pudesse expressar livremente os seus ideais, livre de críticas e preconceitos.

De acordo com Stuart Hall (1998), a construção da identidade dos indivíduos perpassa sua formação enquanto sujeito. Este, divide-se em três formas: o sujeito do Iluminismo, o sujeito Sociológico e o sujeito pós-moderno. Cada um desses três tipos de sujeito está relacionado com a própria mudança do cotidiano na vida do homem, de forma que o primeiro tipo de sujeito é caracterizado como aquele “ser humano autônomo, único, centrado, unificado e coerente” (MOCELLIM, P.11), enquanto que o sujeito sociológico é aquele que não era de todo autônomo, individual, mas sim moldado pela sociedade em que estava inserido, ainda que preservasse em parte um pouco da sua individualidade. São esses dois tipos de sujeito que por ora nos interessa neste trabalho.

Analisando o desenvolvimento da própria sociedade e tendo em vista esses dois conceitos de sujeito proposto por Hall, percebemos que Christiano Lauritzen insere-se na caracterização do sujeito Sociológico (HALL, 1998), uma vez que sua própria identidade construía-se cotidianamente na Campina Grande moderna, é uma construção que não pode ser dissociada uma da outra, apesar da sua individualidade, ou seja, a identidade e sociedade estão intrínsecas uma na outra, e isso fica mais evidente quando se analisa a construção de identidades políticas, dotadas de poder e capacidade de transformar ideias e espaços

Além dessas perspectivas, Zygmunt Bauman (1998) nos esclarece mais a fundo sobre as identidades modernas. Ele considera que antes dessa modernidade, o indivíduo não poderia escolher quem se desejava ser. Cada indivíduo nascia com um status na sociedade e dificilmente um esforço individual mudaria isso. Contrariamente a esse tipo de pensamento, a modernidade privilegiou esse esforço individual, como forma de crescimento e realização social:





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

O projeto moderno prometia libertar o indivíduo da identidade herdada. Não tomou, porém, uma firme oposição contra a identidade como tal, contra se ter uma identidade, mesmo uma sólida exuberante e sólida identidade. Só transformou a identidade, que era questão de atribuição, em realização – fazendo dela, assim, uma tarefa individual e da responsabilidade do indivíduo (BAUMAN, 1998, p. 30).

É, precisamente, o que aconteceu com Christiano Lauritzen. Seu esforço individual, primeiro como comerciante num país e numa cidade de interior desconhecidos, com outra língua e outra cultura e depois como prefeito da cidade, por 19 anos. Contudo, mesmo com seu esforço, devemos considerar as condições e as facilidades que ele teve, a exemplo do casamento com a filha de um membro da elite local, o que mostra que nem todos os traços de uma época anterior à modernidade deixaram de existir por completo. Essa identidade era algo a ser continuamente mantida, e sua construção:

Requeria uma clara percepção da forma final, o cálculo cuidadoso dos passos que levariam a ela, o planejamento a longo prazo e a visão através de consequências de cada movimento. Havia, assim, um vínculo firme e irrevogável entre a ordem social como projeto e a vida individual como projeto, sendo a última impensável sem a primeira (BAUMAN, 1998, p.31).

Uma vez alcançado o ideal desejado da identidade, não havia mais a possibilidade de mudá-la, isso era uma perspectiva além da proposta da modernidade, considerando que esse projeto foi de eliminação da ambivalência. Permitia-se sim, uma construção nova, mas uma vez alcançada, mudá-la estava fora de questão. Ainda de acordo com Bauman, qualquer identidade que não fosse definida, clara, passava a ser considerada um problema. Nesse sentido, Christiano Lauritzen teve êxito, porém, constantemente precisava provar-se perante a sociedade e o meio usado para isso era o seu jornal.

De acordo com a edição de 9 de fevereiro de 1913, nº6, num artigo intitulado “Direito dos Maiorais”, observa-se a “crítica à crítica” do estrangeirismo de Christiano Lauritzen. O conteúdo do artigo esclarece sobre as divergências entre o partido Liberal e o partido Conservador.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

O primeiro partido era constituído em sua maioria pelas famílias tradicionais da Parahyba, as famílias que formavam as oligarquias. Nesse ponto, o artigo cita:

Sendo a grande maioria do partido democrata (Liberal), composta de uma família antiga chamada Santa Rosa, ligada mais tarde a família Agra, esta gente considerou-se sempre donos da Aldêa e conservam ainda hoje forte antipathia com os que vieram de fóra, que são responsáveis pelos males da santa terra.<sup>61</sup>

E ainda continua, justificando que por essa visão retrógrada, os habitantes do Estado filiaram-se ao partido Conservador: “*Com estes precedentes, os moradores novos agruparam-se naturalmente em torno dos chefes Conservadores, e este Partido em Campina tornou-se por este facto, o partido progressista*”. (Correio de Campina, nº 6, 1913). O jornal ainda critica o partido Liberal por não auxiliar a população, mesmo tendo recebido auxílio do Governo Federal, utilizando essa verba para atender a interesses particulares. E assim, é feito um elogio à Lauritzen, que assumiu a chefia do partido Conservador em Campina Grande:

[...] Em 1904, aceitou o convite, porque o partido denominado naquele tempo – Authonomista – tinha deixado de existir como partido militante, e entrou para o Partido Republicano Federal em pleno acordo com seus chefes.

Mas apesar de não acceder a convites, nem solicitar favores, e apesar de soffrer processos inniquos para sí e seus amigos, nunca deixou de trabalhar para os melhoramentos de Campina.

Entrou em accordo com o superintendente da Great Western para este encarregar-se de obter a aprovação da construcção do prolongamento a Campina, ficando a parte dependente do Governo Federal a cargo do nosso chefe, e no cumprimento desse accordo teve de seguir para o Rio, onde por intermédio dos parahybanos de valor pôde cumprir o que promettera, sendo um dos fatores mais efficazes do prolongamento.<sup>62</sup>

---

<sup>61</sup> Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), especializando em História pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão em História Local (NUPEHL/UEPB) e mestrando em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

<sup>62</sup> Fundação Getúlio Vargas: FGV. Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GV c 1929.09.18, Data: 18/09/1929. Qtd.de documentos: 1 (2fl.)





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Como visto, o gringo era colocado como um benfeitor para a cidade e sua figura, atrelada ao seu partido, continuaria buscando para si a tarefa de levar o progresso para Campina Grande.

A cidade passou por uma reestruturação intensa, tanto física quanto do pensamento, este posto parcialmente à prova quando Lauritzen, um dinamarquês assumiu a gestão pública municipal de Campina Grande, com o intuito maior de colocá-la nos trilhos do progresso. Não foi um caminho fácil, ele esbarrou com críticas, as mais ferozes vinham do seu maior adversário político, Irineo Joffily e sua *Gazeta do Sertão*. Referindo-se à Lauritzen pejorativamente como o *Gringo*. Hoje, o que nos fica é a noção contrária, de que esse estigma tornou-se algo positivo, sendo a característica que o particulariza, que o diferencia dos outros governantes do passado e do futuro de Campina Grande. Seu estrangeirismo ajudou a efetivar a noção de deslocamento do poder, do rural para o urbano, mas não um urbano qualquer, e sim um urbano peculiar, moderno e progressista.

Entendemos que o *Correio de Campina* não apenas como um mero meio de transmissão de notícias, mas também como uma forma de estratégia política do partido que Lauritzen fazia parte, ou seja, é a visão de apenas um dos lados da história.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRA, Giscard Farias. **Modernidade aos goles:** a produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande, 1904 a 1935. Recife: O Autor, 2008.

AGRA, Giscard Farias. **Quando a doença torna a vida um fardo:** a trajetória de Humberto de Campos (1928- 1934). Recife: O autor, 2014.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes.** 5º ed. São Paulo: Cortez, 2011.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. Campina Grande: Pedrosa. 1978.

ARANHA. Gervácio B. **Trem e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas (1880-1925)**. Campina Grande, PB: EDUFCEG, 2007.

BAUMAN. Zygmunt. **O Mal-estar da pós-modernidade**. 1.ed. Rio de Janeiro. J. Zahar Ed., 1998.

CÂMARA, Epaminondas. **Os alicerces de Campina Grande – esboço histórico-social do povoado e da vila (1697 a 1864)**. 3 ed. Campina Grande, PB: Caravela, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3° ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988, 244 p.

HALL. Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 6.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

JOFFILY, José. **Entre a monarquia e a república: ideias e lutas de Irenêo Joffily**. Rio de Janeiro: Kosmos Editora, 1982

MOCELLIM. Allan. **A questão da identidade em Giddens e Bauman**. Revista Eletrônica dos pós graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 5.n. 1. (1). 2008

OLIVEIRA, Deuzimar Matias de. **Nas trilhas do cangaceiro Antonio Silvino: tensões, conflitos e solidariedades na Paraíba (1897-1914)**. Campina Grande, 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras In: MARTINS, Maria Helena. **Fronteiras Culturais: Brasil – Uruguai – Argentina**. Cotia – SP: Ateliê Editorial, 2002.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## COMO SE QUISESSE SER TUDO: A *COLEÇÃO MOSSOROENSE* E AS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES DE PESQUISA

Francisco Fabiano de Freitas Mendes  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN  
fabianomendes@uern.br

Qual Tifão, o filho disforme de Gaia e Tártaro na mitologia grega, a *Coleção Mossoroense* traz em seu longevo projeto de cerca de 70 anos o gigantismo de querer tocar o “oriente” e o “ocidente” com “seus braços”. E a imagem de cem serpentes ornando a cabeça e os ombros da monstruosa criatura mitológica também pode ser associada à pluralidade da coleção tanto em formato quanto em temas: as muitas direções possíveis e experimentadas partindo do coeso projeto político-cultural de construir uma espacialidade que unisse inclinação para o moderno com reconhecimento dos heróis dessa empresa, quais sejam, os membros da família Rosado e, por efeito, e registro da construção de um imaginário para a cidade com base nas ideias motrizes da liberdade (primeira a abolir a escravidão na província do Rio Grande do Norte, em 1883); da resistência (a derrota aplicada ao bando de cangaceiros liderado por Lampião, em 1927); e do pioneirismo (primeiro voto feminino do Brasil, em 1928).

O idealizador e domador do “monstro”, Jeronimo Vingt-un Rosado, se encaixa perfeitamente na formulação de Angela de Castro Gomes sobre o mediador cultural: “homens da produção de conhecimento e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social” (2016: 10). Nesse sentido, “criador” e “criatura” não podem ser entendidos separadamente, assim como um projeto com esse enraizamento não pode ser compreendido dispensando o olhar político da cultura e o olhar cultural da política pela natureza mesma do objeto.

As possibilidades de pesquisa são as mais variadas e atravessam os domínios da realidade regional pedindo também a combinação de áreas do campo historiográfico.

\* \* \*





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

A *Coleção Mossoroense* é, provavelmente, a mais importante peça de uma maquinaria complexa que começou a operar a partir do final dos anos 40 do século passado: em 1948, ladeado pelo irmão Dix-sept Rosado, à frente da Prefeitura Municipal de Mossoró-RN, e por outro irmão, Dix-huit Rosado, atuando na Assembleia Legislativa do estado, Vingt-un Rosado instalou os equipamentos iniciais do que fora chamado, à época da campanha eleitoral, de “Batalha da Cultura”. Tai equipamentos eram o Museu Público Municipal, a Biblioteca Pública Municipal e o *Boletim Bibliográfico*.

É a partir do *Boletim Bibliográfico*, publicação mensal que circulou entre setembro de 1948 e março de 1961, que começa a construção discursiva de uma capital regional no interior do Rio Grande do Norte:

Sob a direção de Assis Silva e Romeu Rebouças, continua a circular mensalmente o Boletim Bibliográfico, cujo número de fevereiro corresponde ao vigésimo primeiro. A partir de setembro, foi adotado o tamanho ofício. Os 12 números últimos publicaram trabalhos de muito valor sobre o município e também sobre a região Oeste do Estado. (ROSADO, 1991: 07)

A expressão “Oeste Potiguar” passou a ganhar força, chegando a ter a partir de 1957 um outro equipamento: o Instituto Cultural do Oeste Potiguar-ICOP, que até hoje está na ativa. Com revista própria que veiculava essa ideia, o ICOP foi algo também idealizado por Vingt-un Rosado, em parceria com João Batista Cascudo Rodrigues, que cerca de dez anos depois viria a ser o primeiro reitor da Universidade Regional do Rio Grande do Norte-URRN – hoje Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN.

Um parêntese: essa vocação de exportar discursivamente a pequena experiência local num movimento que era ao mesmo tempo de auto-engrandecimento e de convencimento das outras forças políticas do estado pode ser visto no discurso pronunciado por Vingt-un Rosado no Primeiro Congresso Municipal Norterriograndense, realizado em 1949, quando fora apresentado o Programa Mínimo de





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Cultura. A estratégia era divulgar o então pequeno programa, sugerindo sua ampliação e replicação em várias regiões do estado. O coração de um programa mínimo de cultura ideal seria a biblioteca pública do município. A ela se agregariam a biblioteca infantil, o conselho municipal de cultura e o museu municipal. Sobre os museus, Vingt-un destaca no plano a necessidade de três museus temáticos que, se instalados estrategicamente, cobririam as principais regiões do estado e formariam uma rede temática:

O museu de MOSSORÓ procuraria se especializar cada vez mais em ARQUEOLOGIA E PALEONTOLOGIA DO RGN, o MUSEU DE NATAL seria um verdadeiro Museu Social do Estado e o MUSEU DE CURRAIS NOVOS estudaria de preferência a GEOLOGIA e a MINERALOGIA da Província. (ROSADO, 1991: 08-09)

Do *Boletim Bibliográfico* brota, em 1949, a *Coleção Mossoroense*, dividida em duas séries: a SÉRIE A - textos mimeografados; e a SÉRIE B – folhetos. Em ambas as séries, em suas publicações iniciais há textos de Vingt-un: *Os silvícolas brasileiros e o preformismo* (Vol. III – Série A); *Um possível caso de telegonia entre os nossos indígenas, mencionados por Anchieta* (N. 1 – Série B) e *Um precursor mossoroense do cooperativismo* (N. 4 – Série B) – deste títulos apenas o último não se perdeu.

Os dois primeiros citados têm presença explicada na fórmula mesma de estabelecer contato com discurso etnográfico formatado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O terceiro é sobre o meio irmão de Vingt-un, Tércio Rosado, fundador em 1915 de uma cooperativa de comércio chamada “Mossoró Novo”. Com citações de Felipe Guerra datadas do mesmo ano, e tendo em anexo um texto do próprio Tércio Rosado, de 1949, a plaqueta, reeditada em 1992, é um exemplo de como Vingt-un conduzia a rememoração seletiva que circulava em textos e discursos pronunciados em momentos cruciais de renovação da imagem de uma cidade que, segundo se propagava, graças aos Rosado estaria fadada ao sucesso. A estratégia reflete o que Daniel Pécault definiu como “uma vocação para elite dirigente”, com o afastamento de uma observação de gabinete e a aproximação de uma ciência do social, de “setores do conhecimento do real” (1998: 21-22).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Quando nasceu, a coleção estava ligada à prefeitura, passando, em 1974 a se instalar e ter apoio financeiro da Escola Superior de Agronomia de Mossoró-ESAM, também criada por Vingt-un, em 1967 – hoje Universidade Federal Rural do Semi-Árido-UFERSA. A terceira etapa da editora começou em 1995, quando foi criada a Fundação Vingt-un Rosado e os convênios e parcerias passam a acontecer também com as empresas instaladas no município, principalmente a Petrobras.

Na década de 70, a família Rosado comprou o jornal *O Mossoroense*, fundado em 1872, um dos mais antigos do Brasil – hoje funcionando apenas em plataforma digital.

Com tal aquisição, a *Coleção Mossoroense* passou a investir mais fortemente na produção de plaquetas (Série B), que oportunizava o retorno das matérias publicadas no periódico diário num outro formato, num outro suporte e com nova finalidade. Metodologicamente, o enfrentamento dessa fonte exige acuidade quanto ao suporte e seu papel: das bancas de jornais às prateleiras de bibliotecas particulares e públicas e, principalmente, nas bibliotecas de escolas e universidades, constituindo-se numa espécie de “capitalismo editorial” sem troca por dinheiro e sim por relações de parceria numa rede de ideias.

Exemplo máximo dessa pujança é outra ação do grande projeto: a Noite da Cultura. Motivo de orgulho pessoal do seu idealizador e principal colaborador, a Editora *Coleção Mossoroense* chegou a lançar numa única noite, mais especificamente a 17ª Noite da Cultura, em 1991, um conjunto de 400 títulos editados num período de um ano. Obviamente o registro de tal feito acabou se tornando uma plaqueta, que anos depois viria ser lançada (1998), provavelmente aproveitando matérias saídas n’*O Mossoroense* quando do evento e engrossando a lista de títulos da própria coleção enquanto reavivava os feitos do patrono e, por conseguinte, da família e seu tino para deixar Mossoró em destaque estadual e nacional.

A estrutura atual da coleção, após 70 anos e mais de 4.000 títulos é a seguinte:

A - Folhetos de grande formato

B - Plaquetas





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

C - Livros

D - Cordéis

E - Periódicos

F - Memorial dos Mossoroenses

G - Falas e Relatórios dos Presidentes da Província do RN (FELIPE, 2001: 118)

Produzindo os próprios livros aparentemente de forma caótica e com variados formatos, chamados de séries (não-temáticas), a coleção, que também é editora e hoje juridicamente pertence a uma fundação sem espaço físico próprio, é ao mesmo tempo um ajuntamento de temas dos mais variados interesses, um veio por onde escoam discursos inéditos ou se requebra textos já publicados, uma janela de divulgação científica (durante muito tempo praticamente a única em Mossoró) e uma forma de se fazer política cultural em nome de uma cultura política forjada durante décadas por intelectuais locais – homens da ciência e do campo universitário que em suas ações emblemam a questão da posição moral a eles atribuída ou por eles abraçada que parece os equidistar entre a cultura e a política (BOBBIO, 1997: 21-23).

O exemplo acima, o texto sobre Tércio Rosado e seus retornos estratégicos, é um dos muitos momentos da coleção alimentando e se alimentando de uma rede de informações e, mais importante, de colaboradores orbitando em torno de Vingt-un. Os números levantados impressionam.

Da lista de mais de 4.000 mil títulos Vingt-un figura como autor, co-autor ou organizador de cerca de 550 obras (mais ou menos 200 títulos da Série C e mais de 300 plaquetas da Série B); ele também foi o responsável pela publicação de obras (acadêmicas ou não) de mais de 200 novos escritores; e na coleção contam centenas de títulos (técnicos ou acadêmicos) das Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias e Ciências Agrárias. Portanto, o gigantismo dos números e a variedade de focos flagram a atuação de um intelectual interessado, antes de tudo (ou apesar de tudo), na difusão das letras. (MENDES, 2018: 50-51)

A atuação nas universidades foi outro ponto fundamental na difusão do conhecimento aliada à manutenção do projeto político-cultural original. Sustentava o veio científico das publicações, a realização de eventos acadêmicos de alcance nacional





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

que alimentavam o livros e plaquetas em períodos posteriores, seguindo o *modus operandi* da editora. Congressos, simpósios e seminários, como o Congresso Nacional de Botânica, 1974; Congresso Brasileiro de Zoologia, 1980; I Congresso Brasileiro de Agrometeorologia, 1979; Congresso Brasileiro de Fitopatologia, 1975; Congressos Brasileiro de Florestas Tropicais, 1975 e 1976, tiveram sus resumos e anais publicados na coleção e, com efeito, serviram de matéria para uma obra posterior que os comentava como conquista.

Mas é a característica geral da *Coleção Mossoroense* de ser mais reconhecida pelo selo editorial do que por um conjunto de linhas temáticas específicas leva a pensá-la como um impulso à prática da leitura e ao universo que rodeia o objeto livro, como um meio de propagar ideários políticos e, sobretudo, ao serem sua existência e atuação cotejadas com alguns de seus texto, como objeto de pesquisa. Sem haver meios de levantar o grau de penetração dos títulos da coleção, aos moldes de uma história da leitura, é curioso perceber como mais ou menos um século depois do crescimento e da definitiva instalação da prática da leitura na Europa, sobretudo na França, a *Coleção Mossoroense* acabou por capturar, a seu modo e no interior do nordeste brasileiro, aspectos daquele movimento.

Da expansão da leitura de massa na França em meados do século XIX, estiveram na proa da popularização da cultura escrita os romances-folhetins estrategicamente instalados nos jornais e os próprios jornais populares, quando conseguiram atingir um valor mínimo para a compra do popular letrado. Também foram importantes as coleções de romances a preços módicos. Mas é destaque também “os livros de divulgação científica e, entre eles, em incontestável primeiro lugar, os dicionários e as enciclopédias, essas bibliotecas portáteis contendo o conhecimento do mundo”. (MOLLIER, 2008, p. 08-09)

As coleções, como as definiu Mollier, faziam parte de uma política editorial que se constituía em projeto cultural e que, em última instância, fazia parte, ou era, em si mesma, uma política cultural.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

A *Coleção Mossoroense* guarda as características que Mollier descreveu para os textos de não-ficção. No entanto, em suas particularidades, parece ter açambarcado para si todas as possibilidades do que seria uma coleção. Afinal, mesmo se se tratasse de uma biblioteca cujos objetivos fossem selecionar, adquirir e desbastar obras de um único tema ou dos mais variados temas possíveis, ainda assim, como sustenta Simone Weitzel, “formar e desenvolver coleções vai mais além que selecionar e adquirir obras” (2012: 180).

Ainda traçando um paralelo com Mollier, esse aspecto da *Coleção Mossoroense* a coloca num meio termo em relação às coleções que davam ao leitor a ideia de que ele encontraria novos títulos confortavelmente localizáveis em relação a temas estabelecidos cujo gosto e demanda estavam garantidos e aquelas que “visavam à universidade”, um universo do “amontoamento, do bric-à-brac de objetos mais ou menos inassimiláveis, reunidos apenas para dar ao leitor a ilusão de que sua posse era indispensável ao homem moderno” (MOLLIER, 2008, p. 132-133).

O exemplo dos dicionários é ilustrativo: no catálogo mais atual e completo da coleção constam 23 títulos com o formato de dicionário, com destaque para os cinco fascículos de *A engenharia nacional passou por Mossoró, seguindo as pegadas do “sonho grafiano” – dicionário dos guerreiros da grafiana saga ferroviária de Mossoró ao São Francisco* (reeditados em 2000) , os seis números do *Dicionário de “O Mossoroense”*, o autopromocional *Dicionário do pioneirismo de Vingt-un* (1993) e *Mossoró na Enciclopédia e Dicionário Internacional* (1998). Essa faceta mostra certo apelo ao registro o mais técnico possível – a utilização do gênero textual dicionário aponta para isso – aliado à autofagia e à promoção dos mitos cuja análise não caberia no limite destas páginas.

No entanto, a seca e o Nordeste são os temas que atravessam boa parte da coleção, emprestando-lhe um recorte espacial não tão fixo, mas localizável – é um experimento local que quer ganhar mundo:

“É um negócio de doido que começou em 1949”, conta Rosado, hoje com 79 anos, morador ilustre de Mossoró, no Rio Grande do Norte. “Um homem de juízo não faria isso”, brinca. Dentre os 3 mil títulos da coleção, mais de mil





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

são livros – e mais de 700 dedicados à seca. A Coleção Mossoroense é responsável pela maior bibliografia do país sobre a grande praga do Nordeste. “É a linha mais importante”, explica o criador da coleção. (KRITSCH, 2000)

Cartas, os discursos, os relatórios, levantamentos, resultados preliminares ou conclusivos de estudos sobre solo, fauna, flora, toponímias... um variado repertório de textos, inclusive memórias e criações literárias, tudo isso faz parte do universo das cem serpentes que ornaram as duas diretrizes da coleção.

Quando Vingt-un crava a expressão “País de Mossoró”, xistosa e provinciana, mas a ela juntamos a observação de toda a atmosfera construída a seu redor, percebemos como as chaves interpretativas desenvolvidas por Koselleck (2006: 305-327) também podem ser aplicadas: conhecimentos de variados graus de proximidade do passado num exercício de “espaços da experiência” com a finalidade de usar esse conhecimento para possibilitar um “horizonte de expectativa”.

#### Referências bibliográficas

BOBBIO, Norbert. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Trad.: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

FELIPE, José Lacerda Alves. *A (re)invenção do lugar: os Rosados e o País de Mossoró*. João Pessoa: Grafset, 2001.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Orgs.). *Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad.: Wilma Patrícia Maas, Carlos A. Pereira, César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

KRITSCH, Rebeca. Redescobrimo o Brasil – o inventor da maior coleção de títulos do país. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 14 maio 2000, p. 223. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20000514-38925-nac-0223-cd2-d11-not>>.

MENDES, Fabiano. *O caos com causa: Vingt-un Rosado e o veio político da construção identitária na Coleção Mossoroense*. In: COSTA, Bruno Balbino; FERNANDES, Saul Estevam (orgs.). *Capítulos de história intelectual do Rio Grande do Norte*. Natal: IFRN, 2018.

MOLLIER, Jean-Yves. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo: ensaios sobre história cultural*. Trad.: Elisa Nazarian. Belo Horizonte-MG: Autêntica Editora, 2008.

PÉCAUT, Daniel. A geração dos anos 1920-40. In: \_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Trad.: Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1998.

ROSADO, Dix-sept. *Atividades culturais do segundo ano da minha administração municipal*. Mossoró-RN: Coleção Mossoroense, 1991 – Série B, n. 1064 (texto original: Boletim Bibliográfico, n. 22, de 31-03-1950).

ROSADO, Vingt-un. *Um Programa de Difusão Cultural em 1949*. Mossoró-RN: Coleção Mossoroense, 1991 – Série B, n. 892.

WEITZEL, Simone da Rocha. Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos. *TransInformação*. Campinas-SP, 24(3):179-190, set./dez., 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v24n3/a03v24n3.pdf>>. Acesso em 26 jul./2018.





## “EPITACINHO” E AS RELAÇÕES COM O VARGUISMO: UM OLHAR EPISTOLAR.

Pedro Henrique Costa Pessoa<sup>63</sup>

Universidade Federal de Campina Grande

Costapedrohp@gmail.com

**RESUMO:** O presente trabalho tem como problemática analisar como as correspondências podem servir de fonte para o historiador, no intuito de trazer à tona histórias de personagens que foram ainda pouco analisados historiograficamente. Neste caso, analisaremos a figura do Eptácio Pessoa Cavalcanti Pessoa e suas relações com Getúlio Vargas (e sua política de governo) entre os anos de 1935 e 1951. Diante deste contexto, buscaremos abordar um período da história brasileira que, embora seja muito estudado e pesquisado, ainda não foi abordado sob a ótica das trocas epistolares entre dois de seus personagens mais característicos: Vargas, em um nível nacional, e "Epitacinho" em um nível local. Teoricamente, o trabalho está amparado em autores como MATTOS (2010); PROCHASSON (1998) e BOURDIEAU (1989).

### *Introdução*

Dentro do campo da política, não há sucesso sem que haja comunicação, seja do líder político com o “povo”, ou mesmo com seus aliados políticos. Portanto, a narrativa deste texto busca identificar como o ator político Eptácio Pessoa Cavalcanti Albuquerque “serviu” e se relacionou com o varguismo. Para isso, nos apropriamos sobretudo da escrita epistolar. Nos idos da metade do século XX, as correspondências eram responsáveis por boa parte da comunicação entre as pessoas no Brasil e o tempo generosamente permite que essas conversas cheguem ao historiador em maior ou menor quantidade e qualidade de preservação — algo que se traduz em desafio ao profissional da história — porém não retira a rica possibilidade de construir um passado verossímil através das correspondências trocadas entre os sujeitos.

<sup>63</sup> Para lê-la na íntegra: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/carta-testamento>.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

A escrita da História através do uso de correspondência, embora apresente ainda poucos trabalhos em relação a fontes como periódicos e fotografias, vem assumindo cada vez mais sua importância no auxílio ao historiador. A chamada crise dos paradigmas, fez com que a historiografia fosse repaginada, e as cartas que antes eram tidas como material secundário, tornaram-se, portanto, meio importante para o historiador. Essas cartas podem apresentar sempre conteúdos diversificados, desde assuntos formais como cotidiano e trabalho, até assuntos mais íntimos, como emoções e os sentimentos daquele que escreve. Neste sentido, as problematizações postas à fonte acabam contribuindo para a compreensão das relações sociais, culturais e políticas de um dado povo ou lugar.

Como aponta DAMASCENO (2013) as cartas são capazes de reproduzir acontecimentos e, portanto, embora o historiador precise estar atento para o fato de o autor da carta já pensar sua divulgação posterior, essas “cartas epistolares projetam-se como documentos de destacado valor histórico, na medida em que podemos entender que uma correspondência epistolar traduz fragmentos de sua época.” (p.81)

O próprio Getúlio sabe bem o poder de uma carta, as vésperas da chamada Revolução de 30, Vargas repreendia o então deputado João Neves Fontoura pelo uso inconveniente dos correios para submeter uma carta de Epiácio Pessoa, apontando que “Carta pelo correio só se explicaria se desejassem mesmo mesmo que ella cahisse nas mãos do Governo.”<sup>64</sup> Além disso, o próprio Getúlio ficou “imortalizado” nas memórias dos brasileiros com a frase usada na sua carta-testamento, amplamente difundida após seu suicídio, “Eu saio da vida para entrar na História”<sup>65</sup>.

As cartas que utilizaremos aqui são todas que envolvem Epiácio Pessoa Cavalcanti Albuquerque e Getúlio Vargas, fazem parte de um arquivo que se encontra hoje parcialmente digitalizado pela Fundação Getúlio Vargas, disponibilizados à revelia dos seus produtores, algo que, de acordo com PROCHASSON (1998), se traduzem nos

<sup>64</sup> Cf. PROCHASSON. Christophe. “Atenção: Verdade!”. Arquivos privados e Renovação das Práticas Historiográficas. Revista Estudos Históricos. V.11, n.21, 1998. Rio de Janeiro.

<sup>65</sup> JOÃO PESSOA NETO, n. 01-09-1938 no Rio de Janeiro, f. 02-11-1985 no Rio de Janeiro. Advogado formado no Rio de Janeiro. Suplente de deputado federal pela Paraíba. A respeito ver: [https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=arvore&idp=22450&ver=por&ori=&c\\_palavra=](https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=arvore&idp=22450&ver=por&ori=&c_palavra=).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

arquivos mais “autênticos”, pois garantem a ideia de que aquilo não houvera sido escrito para posteridade ou para ser mostrado.<sup>66</sup>

#### *Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque*

Aqui, será chamado “Epitacinho”, como carinhosamente era conhecido. Uma olhada rápida no nome e talvez a imagem que surja na cabeça do leitor seja a do ex-presidente da república, tio do ator político que aqui é retratado neste trabalho. O nome de Epitacinho é mais do que uma coincidência, é uma homenagem ao político de maior prestígio da família, assim como Epitacinho batizou seu único filho de João Pessoa Neto<sup>67</sup> — nascido no Rio de Janeiro em 1938 e falecido na mesma cidade em 1985 — em homenagem ao seu pai, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque<sup>68</sup>, personagem que aqui não será tratado à fundo.

Ator negligenciado, pouco falado na historiografia nacional e paraibana, Epitacinho pode nos ajudar a compreender melhor nuances não só da política paraibana, mas sobretudo da política nacional. Nascido no Rio de Janeiro, então capital do Brasil, veio ao mundo em 22 de junho de 1911, tendo como mãe Maria Luísa Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Na escola primária, estudou no colégio Santo Inácio e no colégio Anglo-Americano, dois colégios tradicionais da cidade, sendo, o primeiro, um colégio que admitia somente homens na época em que Epitacinho estudara. Aos 21

---

<sup>66</sup> João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque nasceu em Umbuzeiro (PB) no dia 24 de janeiro de 1878, filho de um modesto funcionário público, Cândido Clementino Cavalcanti de Albuquerque e de Maria Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Sua mãe era sobrinha de Henrique Pereira de Lucena, barão de Lucena, diversas vezes presidente da província de Pernambuco durante o Império, presidente desse estado em 1890 e ministro da Fazenda de Deodoro da Fonseca. Era também irmã de Epitácio Pessoa, presidente da República de 1919 a 1922, e de Antônio Pessoa, vice-presidente da Paraíba em 1915 e pai de Carlos Pessoa, deputado federal por esse estado de 1925 a 1929. A respeito ver: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-pessoa-cavalcanti-de-albuquerque>

<sup>67</sup> Nome com que é tradicionalmente designado na historiografia brasileira o período ditatorial que, sob a égide de Getúlio Vargas, teve início com o golpe de estado de 10 de novembro de 1937 e se estendeu até a deposição de Vargas, em 29 de outubro de 1945.

<sup>68</sup> Secretário de Educação do governo da Paraíba. Foi ainda depositário de justiça, oficial do 5º Ofício de Registro Civil, presidente do Banco Nacional de Depósitos e proprietário dos jornais *Folha Trabalhista*, editado na Paraíba, e *Diário Popular*.<sup>68</sup>

A respeito ver: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/albuquerque-epitacio-pessoa-cavalcanti-de>.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

anos, ainda marcado pela morte do pai, chega à cidade que seu pai foi responsável por mudar o nome: João Pessoa, capital paraibana, antes chamada de Parahyba e rebatizada após a chamada Revolução de 1930. Como comissionado, ocupou brevemente um posto na Força Pública da Paraíba, responsável por combater os revoltosos dos motins constitucionalistas de 1932, algo efêmero, tendo logo retornado ao Rio de Janeiro.

Já no Rio de Janeiro, deu continuidade aos seus estudos e, assim como muitos da sua família, se formou em direito pela Faculdade Nacional do Rio de Janeiro em 1937, justamente no ano de implementação do Estado Novo<sup>69</sup>, onde a constituição foi jogada fora e iniciou-se no Brasil uma fase ditatorial do governo Getúlio Vargas, amigo pessoal de Eptacinho.

De acordo com as informações colhidas no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), ao longo da breve vida, ainda desempenhou também outras funções<sup>70</sup> nos departamentos do Estado, além de ter possuído periódicos de cunho trabalhista, numa clara aliança ao modelo de política varguista em voga à época.

Embora nascido no Rio de Janeiro, Eptacinho nunca deixou de estar a par da política da Paraíba, sobretudo porque algumas alas da família Pessoa tentaram projetá-lo como sucessor do seu pai, algo que não ocorreu por motivos inerentes à política

---

<sup>69</sup> Com o aprofundamento da crise do Estado Novo e o início do processo de redemocratização do país, abriu-se um espaço para o surgimento de novos partidos políticos. Nessas circunstâncias, a partir da promulgação do Ato Adicional nº 9, em 28 de fevereiro de 1945, determinando que no prazo de 90 dias seria baixado um decreto fixando a data das próximas eleições presidenciais, estaduais e municipais, começou-se a articular a criação do Partido Trabalhista Brasileiro sob a inspiração do próprio presidente Getúlio Vargas. Segundo Alzira Vargas do Amaral Peixoto, o PTB, na concepção de Vargas, “destinava-se a ser um anteparo entre os verdadeiros trabalhadores e o Partido Comunista — que tinha então voltado à legalidade. Os trabalhadores não se filiariam ao PSD [Partido Social Democrático] nem à UDN [União Democrática Nacional]. Iriam com mais facilidade engrossar os quadros do comunismo. O PTB, sendo dos operários, um veículo para que eles possam expressar seus anseios e suas necessidades, servirá ao mesmo tempo de freio contra o comunismo e de acicate para o PSD”. A respeito ver: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-trabalhista-brasileiro-1945-1965>.

<sup>70</sup> A União Democrática Nacional, fundada a 7 de abril de 1945 como uma “associação de partidos estaduais e correntes de opinião” contra a ditadura estadonovista, caracterizou-se essencialmente pela oposição constante a Getúlio Vargas e ao getulismo. Embora tenha surgido como uma frente, a UDN organizou-se em partido político nacional, participando de todas as eleições, majoritárias e proporcionais, até 1965. A respeito ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-nacional-udn>.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

paraibana, marcada por disputas de forças oligárquicas. Mesmo com as inúmeras desavenças políticas existentes na Paraíba, Epitacinho se filia ao PTB<sup>71</sup> e concorre ao cargo de Senador nas eleições de 1947 (a primeira para o cargo pós-redemocratização) tendo sido eleito suplente de senador, ironicamente com o apoio da UDN<sup>72</sup>, algo que demonstra que a lógica de alianças partidárias no Brasil já não é coerente pelo menos desde a primeira metade do século XX, haja vista os projetos antagônicos de país entre as duas siglas.

Assumiu o seu mandato de maneira interina a partir de 1950, tendo assumido de maneira definitiva apenas em março de 1951, apenas cinco meses antes da sua morte, marcando uma carreira política breve, sem notoriedade, porém, ao mesmo tempo, podendo ter exercido a tarefa de *articulador* político de Getúlio Vargas durante muitos anos, sobretudo após o início do Estado Novo.

#### *O viés articulador*

De acordo com Bourdieu (1989), uma sociedade é um espaço social ao qual os sujeitos estão submetidos, onde uma pequena parcela desses sujeitos disputam lutas simbólicas que dependem da posição que o sujeito ocupa em um determinado *campo*, aqui compreendido enquanto “um lugar onde as posições dos agentes sociais são estruturadas conforme o *quantum* de capital social ou de poder simbólico que cada agente acumula ao longo de suas trajetórias sociais” (p.164).

Ao tratar sobre política, Bourdieu (1989) deixa claro que a luta no campo político prevê, sobretudo, a tentativa de monopolizar o campo político para si. Neste sentido, o autor discorre ainda acerca de como um *capital político*, esse que Epitacinho se apropria, pode influenciar uma sociedade e a própria construção do sujeito que herda esse capital, pois o político deve sempre “conquistar postos de decisões capazes de assegurar um poder sobre os seus representados” (p.169)

<sup>71</sup> A respeito ver: AIRES, J. L. Q.. A fabricação do mito João Pessoa: batalhas de memórias na Paraíba (1930-1945). 1. ed. Campina Grande: EDUFCG, 2013. v. 500. 252p.

<sup>72</sup> João Batista Luzardo, também conhecido como O Embaixador, bem como Hombro de la Guerra pelos argentinos, foi um político e diplomata brasileiro.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Neste sentido, a luta de Epitacinho é mais do que válida: continuar ao lado de Getúlio Vargas para que pudesse, portanto, se manter sempre fiel ao legado da Revolução de 30, do “povo” paraibano e da herança que João Pessoa representou discursivamente enquanto figura política<sup>73</sup>.

Como já fora dito anteriormente, é possível identificar uma maior aproximação de Epitacinho com Getúlio Vargas a partir de 1945, algo que pode ser explicado pela sua desavença com o então interventor da Paraíba Ruy Carneiro, ao qual tentou por diversas vezes atingir politicamente, chegando a enviar para o presidente uma denúncia com o título de “*Desmascarando um mistificador: erros e desmandos do atual governo da Paraíba, 1935-1940*” acerca do governo de Argemiro Figueiredo, também interventor no estado.

Na campanha de 1950, por exemplo, Epitacinho fora designado como “superintendente da comitiva do senador Getúlio Vargas durante suas viagens ao Norte e ao Nordeste do país” por Batista Luzardo<sup>74</sup>.

Em uma carta escrita no dia 4/5/1947, Epitacinho remete à Vargas um fragmento de um jornal italiano chamado “Europeu” que, segundo ele, é um “Jornal Semanario de muita circulação” e aponta Getúlio como o único homem “*il solo uomo nel Brasile capace di togliersi le calze senza levarsi le scarpe*”<sup>75</sup>. A carta colada ao jornal inicia dizendo que “aproveito o aéreo para mandar-lhe duas linhas portadoras das minhas notícias e com resultado das observações do meu primeiro mez de Europa.” Epitacinho ainda aponta que “Do nosso Brasil, nada se sabe por aqui, a não ser muito raramente por um ou outro telegrama de jornal”. Por fim, traduz para Getúlio os escritos do periódico italiano:

Mas, a despeito de não se falar do Brasil, fala-se ao menos de um brasileiro, como é o caso de "Europeo", jornal semanario de grande

<sup>73</sup> Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GV c 1947.05.08, Data: 08/05/1947, Qtd.de documentos:1 (2fl.).

<sup>74</sup> Idem.

<sup>75</sup> Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GV c 1950.12.00/2, Data: 12/1950, Qtd.de documentos: 1(4 fl.).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

circulação, e que, publicou o artigo que vai junto. Nele se diz que o sr. é o único homem do nosso país que pôde tirar a meia sem descalçar o sapato...<sup>76</sup>

Já em outra carta (onde faz apontamentos gerais sobre a política cearense) Epitacinho pede urgência na resposta do presidente Getúlio Vargas acerca de uma possível reunião com alemães em 1950. Vejamos:

Agora um outro assunto, - por intermédio dos Santos Vahlis soube que está em Buenos Aires o principal assistente do professor Schats que foi, como o senhor sabe, Ministro da Economia de Hitler. Êste frequês que é ligado Larragoiti tem desejo de se avistar com o Senhor e de lhe levar uma palavra sôbre economia. Santos Vahlis pergunta se o Senhor está disposto a recebê-lo e quando? - Peço que - me mande deizer alguma coisa<sup>77</sup>

Santos Vahli foi um venezuelano de alto poder aquisitivo do setor imobiliário no Rio de Janeiro, alguns prédios levam seu nome, bem como algumas empresas que duram até os dias atuais. Apesar de empresário, era ligado ao grupo varguista. Essa relação de trânsito entre figuras do chamado “alto escalão” financeiro e político parece ter sido uma máxima na carreira política de Epitacinho. O professor “schats” descrito na correspondência é Hjalmar Schacht, político e banqueiro alemão, que foi presidente do Banco Alemão e Ministro da Economia do III Reich (1934-1937). Schacht também foi responsável por empregar na Alemanha ideias teorizados por Keynes em sua obra magna chamada *Teoria Geral do Emprego*, portanto é possível pensar que uma possível conversa entre Getúlio e o político alemão pudesse desembocar em uma conversa sobre ideias lidas hoje como “keyseanas”.

Acerca do fragmento do jornal italiano supracitado, a impressão dos italianos sobre o governo liberal de Eurico Gaspar Dutra é de que ele já poderia estar terminando mesmo em 1947, no segundo ano de mandato. Segundo o jornal “*Queili che ancora credono al libero scambio e al liberalismo economico sono degle illusi. Brasiliani e argentini sono convinti che Perón e Vargas stiano combinado qualcosa insieme*”. Em uma tradução livre, a carta aponta que “aqueles que ainda acreditam no livre comércio e

<sup>76</sup> Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GV c 1947.05.08, Data: 08/05/1947, Qtd.de documentos: 1 (2fl.).

<sup>77</sup> Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GV c 1950.04.20/1, Data: 20/04/1950, Qtd.de documentos: 1 (2fl.)





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

no liberalismo econômico estão iludidos. Brasileiros e argentinos estão convencidos de que Perón e Vargas estão combinando algo.”<sup>78</sup>

Fato é que os anos se passaram e ao chegarmos em 1950, eleições presidenciais foram disputadas no Brasil, sufrágio ao qual determinou o retorno de Getúlio Vargas à presidência do país (com 48,73% dos votos), dessa vez com uma novidade: pela primeira vez eleito democraticamente.

As relações do *varguismo* com o *peronismo* vêm sendo exploradas pela historiografia como uma relação de reciprocidade, tendo em vista que o modelo de governar para as massas com a instrumentalização do Estado à serviço do povo foi uma máxima em ambos os governos. CAPELATO (2009) deixa claro que a propaganda nesses dois governos significou uma “tentativa de reformular os mecanismo de controle social considerados inadequados aos novos tempos” (p.8), além de deixar claro que esses dois tipos de propaganda “Construíram imaginários coletivos que persistem na atualidade”. (p.321)

Na carta que iremos expor, fica claro que Eptacinho foi à Argentina em uma visita de cunho política, buscando identificar e angariar modelos de gestão para o governo de Getúlio Vargas que seria instaurado um ano depois. Essa relação de amizade e troca entre os dois governos sul-americanos já foi amplamente debatido, mas identificar esses personagens que foram capazes de mediar essas relações é ainda pouco explorado. Com isso, a carta de Perón endereçada à Vargas deixa claro que as instituições do peronismo estão disponíveis ao governo Vargas conforme forem necessárias.

Juan Perón

Buenos Aires, 20 de Abril

Año del Libertador General San Martín 1950.

Señor Senador

Doctor Don GETULIO VARGAS

RIO DE JANEIRO

---

<sup>78</sup> Trabalho; ofício.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Mi estimado Senador y amigo:

He recibido la visita del Doctor EPITACIO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, portador de una actuosa carta suya, cuyos elogiosos conceptos para la obra de gobierno que estamos realizando, le agradezco muy sinceramente. -

Ya he dispuesto todo para que el Doctor Pessoa que nos honra con su visita, realice de acuerdo a sus deseos, los reconocimientos que puedan interesar a sus propósitos. Actualmente visita nuestros Hogares de Tránsito, Ciudad Infantil, y toda depende de la Fundación de Ayuda Social María Eva Duarte de Perón, según él mismo lo prefiere, y proseguirá haciéndolo luego con todo aquello que pueda ofrecer temas de importancia para su observación. -

Exprésale mi satisfacción por la oportunidad que me ha brindado para serle útil y retribuyendo su cordial saludo, hágolle llegar mis deseos por su ventura personal junto a un gran abrazo. -

Juan Perón<sup>79</sup>

A correspondência, também localizada na Fundação Getúlio Vargas, escrita no ano de 1950 (centenário da morte do General San Martín tido por muito como o “libertador” da Argentina) é documento oficial, datilografado, que aponta a visita de “Doctor Epitacio” em “lugares de trânsito”, na “Fundação Maria Eva Duarte de Perón”, além de um lugar chamado de “Ciudad Infantil”, um espaço de assistência às crianças. Tudo isso com objetivo de oferecer “temas de importância para sua observação” para o governo varguista a partir do olhar de Epitacinho, que naquele mesmo se tornaria Senador de maneira interina, assumindo o cargo de maneira definitiva em 1951, ano que marca sua morte, ocorrida de maneira repentina, no dia quatro de agosto daquele ano.

#### *Considerações finais*

A partir do que foi exposto, podemos concluir que este trabalho busca resgatar a história de um ator político paraibano pouco explorado historiograficamente, no intuito de apontá-lo como um *articulador político* de Getúlio Vargas, algo que fora proposto a partir das correspondências localizadas no *Centro de Documentação e Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas*, onde foi possível identificar essa relação de idas e vindas de

---

<sup>79</sup> Optamos em nosso trabalho por transcrever na íntegra e na grafia original quando foram publicadas as notícias das fontes hemerográficas.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Epitacinho em diferentes países, ou mesmo no Nordeste, Norte e na Paraíba, sempre no intuito de lograr êxito aos interesses de Getúlio, com quem sempre manteve uma relação de padrinho político. Com isso, esperamos que este trabalho possa somar à produção historiográfica não só paraibana, mas também nacional, podendo fazer com que outros trabalhos sejam influenciados pela temática proposta.

#### *Referência bibliográficas*

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Editora Bertrand Brasil. Memória e Sociedade. 1989.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Multidões em Cena: propaganda política no varguismo e no peronismo. 2º Ed – São Paulo: Editora Unesp, 2009.

COTTA, André Guerra. Correspondência pessoal como fonte histórica e musicológica.

DAMASCENO, Eneida Nogueira; Diálogos Epistolares como fontes para a História das Ciências: a correspondência de Miguel Rolando Covian. Diálogos Possíveis, Bahia, v.12, n.2, p.79-89.

GOMES, Ângela de Castro (org.). Escrita de Si. Escrita da História. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MATTOS, Raimundo César de Oliveira. As cartas revelam - analisando o oitocentos através da correspondência.

PROCHASSON, Christophe. "Atenção: Verdade!". Arquivos privados e Renovação das Práticas Historiográficas. Trad. Dora Rocha. in: Estudos Históricos. Arquivos Pessoas. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, n.21, 1998, v.1. p.02.

#### CORRESPONDÊNCIAS CPDOC

*Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GV c 1929.09.18, Data: 18/09/1929. Qtd.de documentos: 1(2fl).*





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

*Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GV c 1947.05.08, Data: 08/05/1947. Qtd.de documentos: 1(2fl).*

*Arquivo: Getúlio Vargas, Classificação: GV c 1950.12.00/2, Data: 12/1950. Qtd.de documentos: 1(4 fl).*





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

**PÔSTER**

**NOTÍCIAS DA FREGUESIA DE SÃO BOAVENTURA NO  
JORNAL “MONITOR DO SUL” DA CIDADE DE  
CANAVIEIRAS-BAHIA (1903-1913)**

Oslan Costa Ribeiro

Especialista em História do Brasil

Universidade Estadual de Santa Cruz

E-mail: [oslan@hotmail.com.br](mailto:oslan@hotmail.com.br)

Dra. Janete Ruiz de Macêdo

Departamento de Filosofia e Ciências Humanas

Universidade Estadual de Santa Cruz

E-mail: [janetermacedo@yahoo.com.br](mailto:janetermacedo@yahoo.com.br)

**INTRODUÇÃO**

O jornal “Monitor do Sul” da cidade de Canavieiras, sul da Bahia foi um dos outros seis jornais pesquisados e catalogados para esta pesquisa em História, iniciada na graduação (com bolsa PIBIC/CNPq), continuada na pós-graduação *lato sensu* em História do Brasil, sobre o caso da antiga e nova igreja matriz de São Boaventura na cidade de Canavieiras (1912-1932).

A antiga igreja matriz, provavelmente uma construção da primeira metade do século XIX, foi demolida logo depois que a nova foi inaugurada em 1932. Não ocupando o mesmo espaço urbano em que a nova matriz foi erguida a partir de 1912, o desejo de





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

sua substituição já era fomentado desde 1903, como aponta o “Monitor do Sul” em diversas notícias publicadas no início do século XX.

Nas notícias são altamente perceptíveis a insatisfação dos padres sobre o descaso em que se encontrava a velha matriz, conclamando os fiéis a tomarem uma atitude para “dar a Deus uma casa digna naquela cidade”, que começava a buscar modernidade em diversas reformas urbanísticas que viria a ocorrer nas décadas seguintes.

O “Monitor do Sul” e as outras fontes hemerográficas pesquisadas, até então desconhecidas na historiografia da região cacauera, foram de suma importância para a exequibilidade desta pesquisa até o presente momento, gerando os trabalhos de conclusão dos cursos de graduação em História e de especialização em História do Brasil, do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Santa Cruz, e que também nos dará suporte ao projeto de pesquisa que pretendemos desenvolver na pós-graduação *stricto sensu* em História.

### METODOLOGIA

Essa pesquisa nasceu graças ao apoio do PIBIC/UESC/CNPq, que durante a graduação nos incentivou na iniciação da pesquisa em História, desenvolveu em parte na pós-graduação *lato sensu* em História do Brasil, e que ainda tem muito a desenvolver na pós-graduação *stricto sensu* em História.

Nosso presente trabalho apresenta o jornal “Monitor do Sul” da cidade de Canavieiras – Bahia, encontrado no arquivo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, na cidade do Salvador, no ano de 2011, com exemplares bastante fragilizados pela ação do tempo, com edições dos anos 1903 a 1913, que encontrados com outros jornais da cidade de Canavieiras, representou profunda transformação para nosso objeto de pesquisa, por serem um achado inédito, devido a falta de conhecimento de sua existência nos arquivos públicos do sul da Bahia.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Foi através da análise de conteúdo das notícias do jornal “Monitor do Sul” sobre política, festas cívicas e religiosas católicas, sobre obras urbanas da municipalidade, e finalmente, sobre o caso da antiga igreja matriz de São Boaventura, que percebemos o ineditismo que nossa pesquisa representaria a partir dessas fontes na historiografia da região cacauceira da Bahia (região sul do estado).

Nossa metodologia consiste no cruzamento das fontes hemerográficas e eclesiásticas (Livro de Tombo da Freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras), para analisar as relações de poder entre a Igreja e elite política local, no processo das reformas urbanísticas, traçando o percurso construtivo da nova matriz, e o discurso de moderno que permeava o imaginário local, quando esse discurso tinha como ícone a conclusão das obras da nova igreja matriz (1912-1932) e a demolição da antiga (1932-1933).

Na figura 1, foto do cabeçalho do “Monitor do Sul” em um número do ano de 1908, com informações importantes sobre seu expediente: proprietário, redatores, endereço postal e telegráfico, número da tiragem, e, lema (*slogan*): “Folha consagrada aos interesses do município”, logo abaixo propaga que é o jornal de maior circulação no sul da Bahia.

**Figura 1** Cabeçalho do jornal “Monitor do Sul”, Ano VII, nº 469, de 12 de julho de 1908.



Fonte: Arquivo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Foto: Oslan Costa Ribeiro (2011).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pesquisamos e catalogamos, através de anotações em fichas e fotografias das notícias do nosso interesse de pesquisa, a coleção do jornal “Monitor do Sul” da cidade de Canavieiras – Bahia, do Ano II, do nº 114, de 5 de abril de 1903 ao Ano XII, nº 709, de 21 de setembro de 1913. Nesta coleção não havia os números do ano de 1909. Pressupomos que sua fundação tenha sido em 1902, e não sabemos até qual ano circulou na cidade de Canavieiras e região.

Nos números do mês de abril de 1903, em seu cabeçalho, assim informava: “MONITOR DO SUL – Propriedade de uma associação – Redactor-chefe: Dr. Eduardo Campos – Publicação nas Quintas-feiras e Domingos – Pagamentos adiantados.” (MONITOR DO SUL – Ano II, nº 115, de 9 de abril de 1903).

Eduardo Campos era médico e jornalista, foi redator e chefe do jornal até pouco antes de sua morte em 1908, quando aparece no cabeçalho do jornal novo proprietário Antônio Nunes, e como redator “vários”.

Somente em 1908, o “Monitor do Sul” divide a circulação com outro jornal concorrente, “A Razão” que se declarava um órgão político e silencioso, tendo por gerente João Espinheira da Costa, e no ano seguinte, 1909, surge também “O Seabrista” que se assumiu como “Órgão da Junta Republicana”, tendo por gerente Argeu de Oliveira, teve vida curta e em 1910 troca de nome e para a se chamar “A Democracia”, dessa vez se assumindo “Órgão do Partido Democrata”, tendo por “redactores João Evangelista d’Oliveira e Cirurgião Dentista Casimiro Aderne.” (A DEMOCRACIA, Ano I, nº 18, de 20 de abril de 1910).

Depois do percurso jornalístico apresentado sobre a circulação de jornais na cidade de Canavieiras entre 1903 a 1913, voltemos para o “Monitor do Sul”, foco deste trabalho, no que tange sobre suas notícias sobre a Freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras e sua velha igreja matriz.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

A edição de o “Monitor do Sul”, Ano II, N° 116, de 12 de abril de 1903, p. 2, é a notícia mais antiga já encontrada em nossa pesquisa, sobre o estado físico em que se encontrava a antiga igreja matriz de São Boaventura:

#### **Semana Santa**

A única tradução religiosa, durante toda a quaresma, de que é a população desta cidade em sua maioria catholica foi na sexta-feira santa estar em funeral o pavilhão nacional no paço municipal, nas sociedades *Instructiva Educação e Recreio*, *Lyra do Commercio*, nos navios surtos no nosso porto, em redacção e a abertura da egreja matriz.

Nesta, entretanto notamos tudo quanto possa indicar o desprezo e o desleixo do encarregado dos misteres<sup>80</sup> de zelal-a e acceial-a.

Os altares não apresentava uma cobertura preta, o Senhor Morto, estava em baixo do altar Mór sem um círio acceso e para constraste no centro da egreja havia um enorme formigueiro.

Tudo em abandono, a matriz de portas abertas sem ter uma pessoa que velasse pelo respeito e decoro necessários a casa de Deus a ponto de alguns moços empregados no nosso commercio infileirarem-se defronte do altar Mór, prohibindo que os fieis, os crentes depos aos pés do Senhor as offerendas do seu amor e do seu devotamento á religião do Crucificado.<sup>81</sup>

A situação precária da antiga matriz era o reflexo de um grande problema existente há anos. Nesse período já se falava em construir uma nova, mas, o comodismo da população e da elite local, impedia o avanço de qualquer atitude para a preservação da antiga (restauro) ou de se construir uma nova.

A questão também foi o pouco empenho dos padres nessa empreitada, mas, a primeira visita pastoral do Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil, dom Jerônimo Tomé da Silva a cidade de Canavieiras em 1903, contornou a letargia dos clérigos e da população, os impelindo a planejar alguma resolução para sanar esse problema.

<sup>80</sup> Graduado pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Mestrando pela Universidade Federal de Campina Grande (Bolsista CAPES- PPGH/UFCG).

<sup>81</sup> Conferir em Sousa (2001, p. 10 – 12)





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Depois deste número de o “Monitor do Sul”, sucederam a continuação das denúncias pela precária situação, em meio a outras notícias sobre o cotidiano da freguesia, da cidade e do município de Canavieiras.

O caso do jornal “Monitor do Sul” como sendo uma das mais importantes fontes de pesquisa para essa problemática em torno do caso da antiga igreja matriz de São Boaventura, não nos deixa iludidos quanto aos seus interesses implícitos nas notícias publicadas.

Assumi como lema “Folha consagrada aos interesses do município”. Quais interesses municipais defendiam? Quais interesses tinham em noticiar o estado calamitoso da velha matriz? Seu redator ou proprietário eram tão fiéis católicos assim?

Luca (2015) nos direciona conceitualmente nessa indagação do cuidado do historiador que usa o trabalho da imprensa como fonte documental. Cita o historiador Jean Glénisson,

que comentou os procedimentos críticos demandados pelos jornais, ponderando que estes sempre se revestiam de “complexidade desanimadora. Sempre será difícil sabermos que influências ocultas exerciam-se num momento dado sobre um órgão de informação, qual o papel desempenhado, por exemplo, pela distribuição da publicidade, qual a pressão exercida pelo governo”. (LUCA, 2015, p. 116).

A autora diz que Glénisson endossou as palavras de outro historiador Pierre Renouvin,

que insistia na importância crucial de se inquirir a respeito das fontes de informação de uma dada publicação, sua tiragem, área de difusão, relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros, aspectos que continuavam negligenciados seja pelos historiadores que recorriam à imprensa, seja pelos que se dedicavam a escrever sua História. (LUCA, 2015, p. 116).

Devemos nos ater a criticidade às fontes hemerográficas da nossa pesquisa, para não nos alienarmos às mesmas como palavra final, verdade irrepreensível sobre uma problemática que almejamos fazer a História. Devemos sempre investigar.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Os jornais de Canavieiras não são diferentes dessa preocupação levantada por Luca (2015), pois, os periódicos pesquisados eram chefiados sim, por partidos políticos, grupos econômicos anônimos, e por personalidades de grande vulto social na elite cacauera de Canavieiras.

Em cada discurso publicado poderá existir uma mensagem subliminar, e não queremos passar despercebidos do cunho dessas intenções, das jogadas políticas, e que influenciaram diretamente no decorrer do processo construtivo de uma nova igreja matriz e a demolição da antiga, por uma cidade regenerada, uma cidade bela e moderna.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa está em pleno desenvolvimento. Toma nova orientação, quando nos preocupamos com a qualidade de nossas fontes, qual discurso predominou na produção de tal fonte, quais interesses permeavam seus discursos, pois, inquirindo-a sempre, buscamos continuar trilhando o caminho da imparcialidade historiográfica.

O jornal “Monitor do Sul” continua sendo fonte importante para nossa pesquisa. Foi a fonte que trouxe muitas repostas a larga lacuna que havia e que ainda há sobre o caso da antiga igreja matriz de São Boaventura. Nem no Livro de Tombo da Freguesia de São Boaventura há informações sobre sua existência e sua demolição.

As fontes hemerográficas e algumas fotografias externas da velha igreja, é que tornaram exequível a nossa pesquisa até o momento, restaurando o protagonismo da antiga matriz nas discussões em torno da história urbana e religiosa da cidade de Canavieiras, que em a elite política local, buscava inventar uma nova cultura e identidade, amparados pela monocultura cacauera, para se adaptarem ao modernismo que representava o início do regime republicano na Bahia e no Brasil.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## REFERÊNCIAS

Fontes hemerográficas e eclesiásticas:

**A DEMOCRACIA**, Canavieiras-Bahia, anos 1910-1911.

**A RAZÃO**, Canavieiras-Bahia, anos 1908-1912.

**LIVRO DE TOMBO DA FREGUESIA DE SÃO BOAVENTURA DO POXIM**, Canavieiras-Bahia, Volumes I e II.

**MONITOR DO SUL**, Canavieiras-Bahia, anos 1903-1913.

**O SEABRISTA**, Canavieiras-Bahia, ano 1909.

Bibliografia referenciada no texto:

LUCA, Tânia Regina de. **Fontes impressas**: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes históricas*. 3ª edição. São Paulo: Contexto, 2015, p. 111-153.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## GRUPO DE TRABALHO 04: A ARQUITETURA DA CIDADE E SUA DOCUMENTAÇÃO.

COORDENADORA: ALCÍLIA AFONSO DE ALBUQUERQUE E MELO - UFCG





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

### COMUNICAÇÃO ORAL

## **O ARQUITETO GEORGE HENRY MUNIER NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DE CAMPINA GRANDE (1935 – 1945).**

Autor: Andresson Araújo Gomes<sup>82</sup>

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande

E-mail: 2guerramundialhistoria@gmail.com

### **RESUMO**

Este projeto de pesquisa tem por objetivo analisar a influência, participação e relevância do arquiteto francês Georges Henry Munier em obras de significativa importância no processo de modernização da cidade de Campina Grande (PB) no período entre 1935 a 1945. Como também, identificar qual estilo adotado pelo arquiteto nas obras efetivadas. George Henry Munier foi um arquiteto francês que viveu no início do século XX. Ele atuou em vários outros estados do nordeste como Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco; deixando sua marca e estilo arquitetônico. No estado de Pernambuco, na cidade de Recife, projetou o edifício “Bank of London & South America Limit” (Banco de Londres e da América do Sul. Atualmente o local funciona como a Caixa Cultural de Recife, localizado no espaço central da capital pernambucana, área também conhecida como o Marco Zero da cidade) em 1912; como também, a Igreja de Nossa Senhora de Fátima, inaugurada em 1935 (a igreja se localiza na rua - Oliveira Lima, 824, Soledade, Recife-PE). No Ceará, na cidade de Fortaleza, marcou presença projetando o prédio “O Palácio de Comércio” (O edifício se localiza no centro da cidade de Fortaleza, em frente ao Largo da Assembleia, atual museu do Ceará) em 1940. No estado da Paraíba, na cidade de Campina Grande o arquiteto francês marcou presença efetuando projetos como os Frontões de casas residenciais, o Armazém do Algodão e o famoso Grande Hotel (Prédio onde atualmente funciona a Secretaria de Finanças da Prefeitura de Campina Grande, localizada na Avenida Floriano Peixoto) em 1942; nos quais se tornaram símbolos do processo de modernização ocorrido em Campina Grande. A metodologia do trabalho se pauta no Método Indiciário, em entrecruzamento de fontes, nas quais estão disponíveis em: sites, trabalhos acadêmicos, periódicos e revistas históricas; nos quais serão expostos e identificados no decorrer do texto.

---

<sup>82</sup> Conferir em Gomes (2017, p. 8)





**Palavras Chave:** Campina Grande (PB); George Henri Munier; Modernização;

## INTRODUÇÃO

As cidades metrópoles brasileiras passaram por um processo de modernização e higienização que marcaram a história dos habitantes que viveram e presenciaram tal espetáculo, em um período da metade do séc. XIX e início do séc. XX<sup>83</sup>. Influenciados e inspirados pelas reformas urbanas e sanitárias europeias e pelas exigências do capitalismo em expansão, prefeitos, gestores e governantes brasileiros mobilizaram suas atenções e perspectivas em projetos urbanos modernos que se enquadrassem neste novo modelo exigido.

Tal processo fez com que as cidades sofressem modificações profundas, afetadas pela necessidade de modernização. Em Londres, Paris, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Parayba do Norte, Campina Grande e etc., tiveram suas experiências singulares de modernização e urbanização<sup>84</sup>.

Cabe salientar ao fato de que, o processo de modernização ocorrido nas cidades já citadas acima, teve suas especificidades e particularidades, e como destaca Aranha “é impossível falar de vida moderna no Norte [...] tomando como parâmetro a ideia de ritmo social que serve para caracterizar as capitais culturais europeias” (Aranha, 2001, p. 79).

Campina Grande, como em outras cidades, teve suas particularidades e especificidades em seu processo de modernização. Esse pequeno artigo visa analisar o processo de modernização e urbanização da cidade de Campina Grande – PB, a partir da presença, participação e influência do arquiteto George Henri Munier 1935 – 1945.

Cabe ressaltar, que este trabalho prioriza analisar a atuação do arquiteto Munier em Campina Grande – PB. Não abordaremos a participação do arquiteto em outras cidades e estados, como também, comenta um pouco a respeito da história da vida do

<sup>83</sup> Conferir em Filho (2009, p. 45).

<sup>84</sup> Conferir em Gomes (2017, p. 19).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

arquiteto. Tal análise foi realizada em outro artigo intitulado “Marcas de um arquiteto: uma vida contada a partir de obras e projetos efetivados na região nordeste (1912 – 1945)”, apresentado no evento I Semana Nacional de História ocorrido na Universidade Estadual da Paraíba, entre os dias 23 e 26 de setembro de 2019 (os anais estão previstos para saírem final do mês de novembro de 2019).

## 2. Contextualizando

Campina Grande, como outras cidades, teve suas particularidades e especificidades em seu processo de modernização. Segundo Severino Cabral Filho (2009), a cidade campinense expressou outras características ao modernizarem-se, outros ritmos comuns às grandes cidades europeias, nas quais se pautavam pela velocidade e frenético ritmo e do grande acúmulo populacional existente nas cidades. Filho (2009) nos mostra que a modernização do espaço urbano campinense se deu em suas modificações fisionômicas e pela presença de símbolos modernos, como por exemplo, caminhões e automóveis<sup>85</sup>.

Voltando um pouco na história da cidade de Campina Grande, finalzinho dos anos de 1920, encontramos as primeiras ações em prol de mudanças para o melhoramento urbano da cidade. A frente da prefeitura entre os anos de 1929 e 1932, Lafayette Cavalcante deu início a obras, como a implantação de uma via na qual ligaria Campina Grande à João Pessoa e a construção de calçamentos.

Antônio Pereira Diniz assume a prefeitura em 1934, implantando uma política de “bota a abaixo”, termo que ficou famoso devido a efetivação de um projeto de demolição de prédios antigos para a abertura de novas avenidas ou para serem substituídos por construções consideradas modernas<sup>86</sup>. Em 1934, Pereira Diniz baixa um decreto no qual regulamentava

<sup>85</sup> O primeiro mandato foi de 1935 a 1938 e o segundo de 1940 a 1945.

<sup>86</sup> Na Verdade, já em 1933, o interventor Gratuliano de Brito e o secretário de Segurança Pública de Campina Grande da época, Argemiro de Figueiredo, fizeram um convite ao urbanista e arquiteto Nestor de Figueiredo para que esquematizasse um plano de extensão, embelezamento e remodelação para a cidade campinense. Desejava-se, com o plano urbanístico, elevar Campina Grande ao título de cidade moderna, no qual seus espaços fossem disciplinados e ordenados de acordo com as demandas do capital,





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

as construções na área central da cidade, estimulando que as casas térreas deveriam ser substituídas por prédios. O decreto dizia que a medida valia para as ruas João Pessoa, Marquês do Herval, Maciel Pinheiro, Monsenhor Sales e Cardoso Vieira e nas Praças João Pessoa, do Rosário e Epitácio Pessoa. A partir de então, só seriam permitidas construções e reconstruções com mais de um pavimento. O prefeito priorizou as áreas que considerava mais visitadas da cidade (GOMES, 2017, p. 19 – 20)

Mas foi a partir de 1935, no governo do prefeito Vergniaud Wanderley<sup>87</sup>, que as mudanças significativas foram realizadas. Nascido de uma família tradicional, proprietárias de vastas terras ao redor do sertão paraibano, Vergniaud se empenhou bravamente em modernizar a cidade, realizou aquilo que perante aos seus olhos se constituía como necessário.

[...] um prefeito encantado e decidido pela reformulação, a qualquer custo, [...] Wanderley estava convencido que ao modernizar o espaço físico de Campina Grande, destruindo-a e reconstruindo-a, colocava na ordem do dia, da maneira mais concreta e visível possível, a sua crença em um determinado pensamento e sentimento sobre modernização. (Apud. FILHO, 2007, p. 33).

A cidade de Campina Grande, aos olhos do ex-prefeito Vergniaud Wanderley, mantinha hábitos e estética retrógrados, nos quais remetiam ao período colonial. “Era necessário apagar da cidade tais características presentes em casarões e prédios antigos. Casarões como os da Rua Venâncio Neiva e prédios como o Paço Municipal, entraram na lista negra de demolição, pois transmitiam um passado que deveria ser apagado” (GOMES, 2017, p. 21 – 22).

E é neste contexto que entra em cena o arquiteto Geoge Henri Munier. Diante de um momento no qual a cidade de Campina Grande estava destinada a se modernizar, a urbanizar seus espaços. Munier adentra nos planos urbanísticos campinense com o objetivo de complementar as perspectivas desejadas par a urbe.

---

tendo em vista a potencialização econômica da cidade e seu embelezamento. Porém, os planos com Nestor de Figueiredo não vingaram, devido à instabilidade política nacional e s sucessivas trocas de gestores na prefeitura campinense. Ver mais detalhes em Queiroz (2006, p. 165).

<sup>87</sup> Conferir em Queiroz (2006, p. 169), nota de rodapé.





### 3.1 - George Henri Munier no processo de modernização de Campina Grande (1935 – 1945).

Vergniaud Wanderley assumiu a prefeitura de Campina Grande decidido em transformar e modificar a cidade. Urbanizar ruas e logradouros, retirar o aspecto de “cidade colonial” transmitida pelas construções ao seu redor. Para isso arquitetou um projeto urbanístico que se enquadrasse nas perspectivas econômicas da cidade<sup>88</sup>.

Segundo Queiroz (2006, p. 168), o cronista Cristino Pimentel “relatou, certa vez, que Vergniaud Wanderley estava circulando pela cidade, em companhia do arquiteto francês George Munier, cuja visita tinha sido para traçar uma planta para o desenvolvimento esquadricado”. O projeto urbanístico solicitado ao arquiteto por V. Wanderley para a cidade campinense,

deveria prever o seu desenvolvimento esquadricado, com vias em ângulo reto. Áreas novas e frutos de loteamento, como a região da Prata, surgiram com certo rigor na marcação de ruas retas, largas e perpendiculares, com a formação de quadriculos uniformes, contrastando com a trama antiga de centro da cidade. Esses traçados regulares foram resultados das recentes exigências da Prefeitura, que passou a solicitar par as áreas loteadas projetos por técnicos especializados. E assim sendo, não se tem mais a liberdade de desviar-se do alinhamento, como em tempos passados, práticas de soluções antiestéticas, enquanto que, adotando-se o critério de, loteamento prévio, como nas grandes cidades, defende-se a parte estética, como a higiênica (QUEIROZ, 2006, p. 169).

Diante de tais fatos, é perceptível que o arquiteto George Henri Munier teve um papel marcante na história de Campina Grande, haja vista que participou, a pedido do atual prefeito da época, da elaboração de um plano urbanístico<sup>89</sup> em um período importantíssimo pelo qual passava a cidade.

<sup>88</sup> Conferir em Gaudêncio (2009, p. 70), nota de rodapé.

<sup>89</sup> Prédio onde atualmente funciona a Secretaria de Finanças da Prefeitura de Campina Grande, localizada na Avenida Floriano Peixoto.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Mas não para por aqui, o arquiteto também projetou projetos de prédios que remodelaram o aspecto físico da cidade, a exemplo dos “Frontões” das casas da rua Maciel Pinheiro<sup>90</sup>, onde proprietários tiveram o privilégio de terem em suas propriedades um toque do arquiteto Munier. Outra construção na qual tem a marca do arquiteto é o Armazém do Algodão, onde funciona atualmente o Museu do Algodão, localizado na Rua Benjamim Constant, s/n, prédio onde funcionava a velha estação ferroviária de Campina Grande.

Abaixo, a imagem 7 ilustra este prédio. À direita, o desenho da planta esquematizado por Munier (as obras expostas abaixo são de outros arquitetos, haja vista que não encontramos outra figura que fizesse referência à construção referida, em separado. Esta, se encontra no centro do lado esquerdo de quem está olhando)

**Figura 3: Projeto do Armazém do Algodão**

---

<sup>90</sup> Conferir artigo de Fabio Gutemberg: “Cartografias de uma reforma urbana no nordeste do Brasil (1930 – 1945)”





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA



Figura 03: Predominância de linhas verticais. Acima, projeto para habitações unifamiliares geminadas. Travessa do Chafariz, 1936. Desenhista Marina Carvalho. Ao centro, à esquerda, projeto para armazém, 1936. Desenhista Antônio Henriques. Ao centro, à direita, projeto para armazém de algodão. Propriedade de João Brayer. Rua da República, sem data. Projeto do arquiteto Georges Munier. Abaixo, rua João Pessoa. À esquerda, sequência de portas estreitas, 1929. À direita, portas de aço ocupando toda a frente do pavimento térreo da edificação. Projeto de sobrado para Jemil Asfora & Cia, 1946. Fontes: Arquivo Público Municipal de Campina Grande. Museu Histórico de Campina Grande.

Fonte: QUEIROZ, Marcos (2011, p. 177)

Munier Também projetou um prédio que foi considerado o símbolo da modernização e urbanização da cidade de Campina Grande. Uma construção na qual o prefeito Vergniaud Wanderley cravaría sua marca na cidade. Estamos falando do Grande Hotel<sup>91</sup>.

A edificação do Grande Hotel foi iniciada em 1936, no primeiro mandato de Vergniaud Wanderley, sendo concluída e inaugurada em 1942. Um prédio pensado e idealizado para ser destaque na cidade, um símbolo do progresso e da modernização. Como mostra Souza (2001) “O Grande Hotel seria um símile de arranha-céu com quatro pavimentos, localizado no cruzamento das centrais ruas da cidade, a Maciel Pinheiro e a

<sup>91</sup> O Pronaica era um programa do Ministério da Educação e do Desporto criado para coordenar o desenvolvimento de ações de atenção integral à criança e ao adolescente, de forma descentralizada, articulada e integrada, por meio de órgãos federais, estaduais e municipais, organizações não-governamentais e com a cooperação de organismos internacionais (SOBRINHO e PARENTE, 1995, p.08).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Floriano Peixoto<sup>92</sup>. Assim, o Grande Hotel foi projetado para atender as exigências de uma arquitetura moderna. Queiros nos mostra que,

o Grande Hotel, com seu jogo de volumes, limpeza formal, exploração do concreto armado e integração espacial entre os cinco pavimentos através de um grande vazio circular central, aproximava-se mais de uma modernidade que tentava romper com o comum das construções da época. Vale lembrar que, tanto o Grande Hotel quanto o novo prédio da Prefeitura Municipal, introduziram o elevador de forma pioneira nos edifícios da cidade, símbolo máximo de um modelo urbano que pregava a verticalização como sinônimo de progresso e de reprodução do solo citadino (QUEIROZ, 2008, p. 226)

Não conseguimos a planta da obra, mas as figuras 8 e 9, abaixo deixam bem claras a beleza e importância da construção para a cidade de Campina Grande:

**Figura 9: Grande Hotel**



**Fonte:** <http://cgretalhos.blogspot.com/2009/11/ontem-e-hoje-o-grande-hotel.html#.XS5zMIgvyvL>.  
Acessado em 16/07/2019

O arquiteto francês George Henri Munier teve uma participação considerável no processo de modernização e urbanização da cidade de Campina Grande. Arquitetou

<sup>92</sup> Para maior entendimento da metodologia usada pelo GRUPAL/Grupo de Pesquisa Arquitetura e Lugar. UFCG, coordenado pela professora Alcilia Afonso, ler: AFONSO, A. *Proposta metodológica para a pesquisa arquitetônica patrimonial*. Belo Horizonte: 3º Simpósio Científico do ICOMOS BRASIL, 2019.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

não só o projeto urbanístico alfa da cidade, a pedido do V. Wanderley, como também esquematizou obras que marcaram aspectos físicos da cidade. Ou seja, falar de processo de modernização da cidade campinense é falar de George Henri Munier.

#### **Conclusão**

Os caminhos teóricos percorridos no texto objetivou reunir um emaranhado de reflexões que indicassem apontamentos previstos para elaboração de um texto científico, contendo a rigorosidade metodológica e critérios críticos das ferramentas escolhidas para análise.

Apesar das dificuldades, creio que as expectativas previstas tenham sido atendidas. É perceptível que o arquiteto George Henri Munier teve um papel importantíssimo no processo de modernização e urbanização da cidade Campina Grande – PB. Teve participação no planejamento de um projeto geral para a cidade, como também, arquitetou diversas outras obras pela cidade, deixando sua marca.

#### **Referências Bibliográficas**

ARANHA, Gervácio Batista. **Seduções do Moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880 – 1925).** A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural/ 2 ed. João Pessoa: Ideia, 2005, p. 79 – 132.

FILHO, Cabral Filho. **A cidade revelada: Campina Grande em imagens.** Campina Grande, UFCG, 2009.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

GOMES, Andresson Araujo. **Campina Grande entre o antigo e o moderno: uma busca pela valorização do patrimônio histórico campinense (1935 – 1945).** Trabalho de conclusão de curso (Graduação e História) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação. 2017.

QUEIROZ, Marcos Vinicius Dantas. **Quem te ver não te conhece mais: Arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930 – 1950).** Dissertação (Mestrado-Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de concentração Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2008;

QUEIROZ, Marcus Vinicius Dantas. **O século 20 e a constituição de algumas de suas modernidades arquitetônicas: Campina Grande - PB (1930-1950).** Revista CPC, São Paulo, n. 11, p. 103-135, nov. 2010/abr. 2011

SOUZA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra. **Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945).** Tese de Doutorado (Departamento de História do Instituto Filosofia e Ciências Humanas), Unicamp – São Paul; 2001.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **CAI OU NÃO CAI? ANAMNESE DO CAIC JOSÉ JOFILLY EM CAMPINA GRANDE-PB**

Ivanilson Santos Pereira  
Graduando em Arquitetura e Urbanismo – UFCG  
Email: ivanilsonrocha1@hotmail.com

### **1\_INTRODUÇÃO**

O presente trabalho possui como objeto de estudo, a análise do estado de conservação documental de uma obra singular no quadro nacional da arquitetura escolar de cunho social. Trata-se do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – CAIC, José Joffily, localizado no bairro das Malvinas, Campina Grande-PB. Projeto proposto dentro de um programa de desenvolvimento nacional de educação em tempo integral para a população de baixa-renda, tendo seu protótipo desenvolvido no início da década de 90, pelo arquiteto João da Gama Filgueiras Lima – Lelé, em Brasília-DF, e replicado nos anos seguintes em diversas cidades brasileiras.

Com isso, o objetivo dessa produção propõe-se em elaborar um estudo de anamnese à cerca do levantamento de subsídios que representem e identifiquem as informações necessárias e suficientes para a compreensão formal (LICHTENSTEIN, 1986) dos condicionantes que compõem o conjunto desses edifícios – creche, núcleo de apoio, administração, salas de aulas e ginásio poliesportivo – enquanto documento histórico e arquitetônico.

A justificativa para essa abordagem parte do princípio de reconhecimento e alerta ao estado da arte em que se encontra essas edificações – atualmente com suas atividades parcialmente inativas em decorrência das vastas manifestações patológicas que corroboram para um possível colapso dos blocos de atividades – considerando a importância em se preservar não somente a obra arquitetônica, mas a preservação de uma fonte documental edificada.

Para tanto, a metodologia que respalda este produto apoia-se num esquema metodológico estudado por Ribeiro (2016) que compreende a leitura da edificação a





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

partir da análise do registro e documentação do objeto histórico – onde estuda-se o edifício como parte do contexto histórico em que está inserido – e objeto físico, correspondente a matéria física que o constitui. Como suporte para essa avaliação, tem-se a revisão bibliográfica de autores que discernem sobre a produção do arquiteto João Filgueiras Lima no cenário nacional e que contribuem no processo de documentação e registro de seu acervo técnico e arquitetônico, obras de Ferraz e Latorraca (2000), Risselada (2010), Sobrinho e Parente (1995) serão, portanto, imprescindíveis na compreensão desse processo.

## **2\_ OBJETO HISTÓRICO**

### **2.1 Contexto histórico: um projeto social de fabricar escolas.**

Segundo Ferraz e Latorraca (2000) o programa dos CIACs era um desdobramento da experiência dos CIEPs/ Fábrica de escolas e equipamentos urbanos do Rio de Janeiro (1984/1986), durante a gestão do então governador Leonel Brizola. Cujo projeto piloto havia sido elaborado pelo arquiteto Lelé em virtude da solicitação do antropólogo Darcy Ribeiro, durante sua atuação como Secretário de Educação de Minas Gerais, e encaminhado como sugestão ao presidente da República Fernando Collor. Esse modelo proposto previa como característica principal, a implantação de unidades físicas – o Centro Integrado de Atenção à Criança e ao Adolescente – CIAC, que promovessem as diretrizes de educação, desporto, saúde e assistencialismo definidas pelo programa.

Atendendo aos critérios projetuais propostos a partir do protótipo de Lelé, a construção era feita com mais de 200 peças pré-fabricadas em argamassa armada. Unitariamente, os custos de construção giravam em torno de US\$ 2,2 milhões de dólares, e um custo por aluno de US\$ 600 dólares/ano. O fato é que “dos cinco mil CAICs previstos para serem implantados nos 600 maiores aglomerados urbanos, o MEC assumiu como meta de curto prazo, para o período 1993/1994, a construção de 423 CAICs em diversas regiões país” (SOBRINHO e PARENTE, 1995, p.13).

Entretanto, devido a problemas de natureza política e pela própria instabilidade do governo, culminando em cortes orçamentários e o processo de Impeachment do então





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

presidente da República – que fez com que Collor renunciasse ao cargo em 29 de dezembro de 1992, deixando o cargo para seu vice Itamar Franco; o programa atingiu apenas 7% da meta inicial, além de desencadear a descentralização da estrutura financeira de gestão educacional, onde estados e municípios com menos recursos, se viram em dificuldades para conclusão e manutenção dos centros. Desse modo, iniciou-se o processo de descaracterização e distanciamento das soluções propostas pelo projeto piloto, nas construções em andamento.

#### **2.2 A história do lugar: CAIC José Joffily. Campina Grande-PB.**

O Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente José Joffily construído em Campina Grande, agreste paraibano, no ano de 1994, está incluso na primeira etapa do programa Pronaica<sup>93</sup>, cuja estimativa do MEC seria da implantação de 109 unidades na região Nordeste – ao total de 11 centros no estado da Paraíba. Seu período de execução associa-se ao período de transição da gestão estadual do então governador Ronaldo Cunha Lima (1991-1994) para o governador Cícero Lucena (1994-1995), ambos precedidos pela gestão municipal do então prefeito de Campina Grande, Felix Araújo.

O CAIC José Joffily foi implantado em um terreno de aproximadamente 10.600m<sup>2</sup>, localizado no bairro das Malvinas – recém oficializado a categoria de bairro a partir da então construção e ocupação de um antigo conjunto habitacional da área, Conjunto Álvaro Gaudêncio de Queiroz, construído na década de 1980.

Sobre seu processo de construção, o CAIC José Joffily teve o fornecimento de suas peças pré-fabricadas pela multinacional Techint Engenharia, na cidade de Mossoró (RN), com instalações que atendiam a serviços da Petrobrás. Essa empresa estaria ainda responsável pela distribuição e manutenção dos componentes em argamassa armada de CAICs distribuídos por toda a região. O cálculo estrutural foi executado pelo escritório Promon Engenharia, com sede em São Paulo, sob a responsabilidade do engenheiro Shigueru Yamamoto, obedecendo a mesma lógica de padronização para todas as unidades.

<sup>93</sup> Residente do subprojeto de História pelo Programa Residência Pedagógica vinculado a CAPES;





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

O acesso ao dossiê da documentação do seu projeto de licenciamento e construção, disponível na secretaria de obras do município de Campina Grande – PB, permitiu visualizar que o projeto do CAIC em Campina Grande-PB teve a participação do Engenheiro Antônio Mendonça, com inscrição municipal 30.405-9 e um orçamento total de CR\$ 410.482,000 (ABR/92), com uma área construída de 4.126m<sup>2</sup> e taxa de ocupação de 40%. O memorial descritivo da construção destaca o uso predominante de placas de concreto armado, em conjunto com piso e azulejos cerâmicos, esquadrias metálicas de ferro e pintura em tinta látex sintética fosca; sendo sua fundação e embasamento são feitos em concreto armado moldado in loco, já as vigas e pilares são em concreto armado pré-moldado, assim como as placas de composição da coberta.

## **3\_OBJETO FÍSICO**

### **3.1 Fontes documentais primárias e secundárias. Os primeiros passos.**

Quanto ao processo de levantamento da documentação do CAIC José Joffily, em primeiro plano, houveram dificuldades na obtenção dos materiais projetuais básicos (plantas-baixas, cortes, fachadas, perspectivas, etc.) e de registros técnicos (multas, licitações, alvarás, concessões, etc.) para análise, em decorrência da hierarquização da “máquina” pública e da burocratização ao acesso a informações públicas, no tocante a estrutura de gestão estadual e da própria instituição de ensino.

Contudo, foram concedidos os acessos às cópias das pranchas técnicas (sete pranchas, ao total) e páginas de registros, pela Secretaria de Obras do município de Campina Grande, onde foi possível o desenvolvimento do estudo da obra. Entretanto, a documentação original – localizada na própria instituição, não foi cedida para fins de estudos acadêmicos, registros fotográficos ou digitalização.

Importante frisar, que todo o material coletado foi redesenhado com o auxílio de softwares computacionais CAD, a exemplo do AutoCad, garantindo a preservação desse acervo e facilitando o acesso e manipulação dos arquivos para pesquisas posteriores. Bem como, contribuiu como base para reconstruções virtuais tridimensionais dos edifícios, a fim de produzir a própria documentação de inventário da obra, assegurando





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

o registro de sua volumetria original, passível de descaracterizações e possíveis demolições.

Em segundo plano, a visita in loco da obra, estrutura-se de fundamental importância a fim de contribuir na leitura da arquitetura do conjunto, considerado como um documento construído. Dentre as diversas tentativas de interlocução com a atual gestão do centro – na pessoa da Sra. Joene Alves Macedo, bem como, com a gerência da 3ª Regional de Ensino do Estado da Paraíba – em posse da gerente Erica Santana de Souza, para o consentimento de uma visita técnica para execução do levantamento arquitetônico e do estado de conservação da edificação, no entanto, não obteve-se confirmação em ambas solicitações.

A deliberação de uma visita técnica ao CAIC José Joffily só foi possível pelo apoio da Defesa Civil do município de Campina Grande, ao autorizar e acompanhar uma vistoria técnica de análise de verificação de riscos, em virtude das ameaças patológicas indicadas pelo edifício que vem comprometendo a segurança de seus respectivos usuários, além de contribuir para um possível colapso da edificação, à longo prazo.

#### **3.2 Levantamento artístico e arquitetônico. O documento edificado.**

Em análise a implantação do projeto, temos a inserção da obra em um lote de geometria trapezoidal irregular com topografia acentuada, que condiciona a implantação dos blocos em dois planos: um plano mais baixo, onde foram implantados três volumes prismáticos retangulares (sendo um deles com pavimento superior e os demais térreos); e um outro, mais elevado, onde fica localizado o ginásio poliesportivo com a extensão de um anfiteatro.

São dois blocos de um único pavimento (creche/ pré-escola e núcleo básico de apoio) interligados por uma passarela coberta e jardins internos, e um bloco de dois pavimentos (setor administrativo e salas de aula – nível fundamental e médio), que conecta-se por uma escadaria (em seu nível inferior), e uma passarela elevada (no nível superior), ao volume principal do ginásio. As passarelas, bem como, os edifícios adotam elementos compositivos pré-moldados de concreto e argamassa armada no piso, pilares, vigas-calhas e cobertura (sistema de placas capa-canal).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Quanto a análise espacial interna dos blocos de atividades, percebe-se que os mesmos “adotaram como solução projetual, uma planta modulada, racional, com setorização dos espaços, usando os princípios projetuais da modernidade arquitetônica, que facilitou a solução construtiva” (AFONSO, 2019, p.09).

Os elementos artísticos empregados recebem destaque no design dado às peles de vedação das fachadas principais dos volumes prismáticos retangulares, com o uso de símbolos e cores nas folhas das esquadrias pivotantes, conferindo unidade e humanização ao projeto. Cabendo destaque também a “solução dada às peles de fechamento da fachada principal do ginásio, que usou um grande painel modulado em placas metálicas, que formam losangos tridimensionais, vazados que permitem uma luminosidade e plasticidade incrível à obra” (AFONSO, 2019, p.11).

#### **4\_CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No discurso da conservação de bens imóveis, especificamente, no tocante ao patrimônio edificado do século XX (residências, escolas, museus, fábricas, entre outros), há uma convergência para dois pontos imprescindíveis para a argumentação: O primeiro ponto seria da estrutura de gestão da edificação; em segundo da ordem de conservação física (patologias construtivas) decorrente do estado de utilização da mesma. O Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente José Joffily\_CAIC, revela uma problemática bastante pertinente e atual: considerando a vida útil do concreto – aproximadamente 50 anos de durabilidade, o que esperar do estado de conservação dessa obra, datada do início dos anos 90, com apenas 25 anos de existência? De fato, o que desperta curiosidade são os indícios de uma má gestão administrativa com o bem público: vandalismos, agenciamentos paisagísticos sujos e abandonados, áreas livres sem a devida capinação, ferragens estruturais expostas sem tratamento adequados, entupimento de calhas pluviais por folhas, infiltração, entre diversos outros problemas que condicionaram a desativação quase que total do centro (atualmente, a instituição conta unicamente com o funcionamento parcial do bloco administrativo e algumas salas de aulas). Portanto, o que se pretende refletir, a partir do exposto, seria das inquietações que norteiam a administração de edificações públicas no cenário brasileiro: Quais





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

seriam as prioridades latentes da agenda política de estados e municípios? Quais os benefícios para o orçamento público na construção de novos edifícios, em detrimento da reutilização dos existentes? Qual papel o Estado tem desenvolvido mediante a insatisfação e cobrança da sociedade civil? Muitas dessas perguntas talvez nunca serão respostas concretizadas, enquanto isso, o que se pode esperar é a obriedade. CAIC José Joffily cai ou não cai?

## 5\_REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Alcília. **Fábrica e Invenção. A conservação da obra do CAIC em Campina Grande.** Paraíba. Belo Horizonte: 3º simpósio científico do ICOMOS Brasil.2019.

FERRAZ, Marcelo; LATORRACA, Giancarlo. (org). **Lelé: João Filgueiras Lima.** Lisboa: Editora Blau. Instituto Lina Bo Bardi e P. M. Bardi. 2000.

LICHTENSTEIN, Norberto. **Patologia das construções.** Publicado no Boletim Técnico Nº06/86 da Escola Politécnica da USP. SP: USP. 1986.

LIMA, João Filgueiras. **Escola transitória modelo rural.** Brasília, MEC/CEDATE, 1984.

RIBEIRO, R; NÓBREGA C. (org). **Projeto e patrimônio: reflexões e aplicações.** Rio de Janeiro: Rio Books. 2016.

RISSELADA, Max; LATORRACA, Giancarlo. **A arquitetura de Lelé: fábrica e invenção.** São Paulo: MCB, Museu da Casa Brasileira, 2010.

SOBRINHO, José Amaral; PARENTE, Marta M. de Alencar. **CAIC: Solução ou Problema?** Brasília, Ed. BNDES, Ipea. 1995.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **A HISTÓRIA DO CALÇADÃO DA RUA CARDOSO VIEIRA CONTADA A PARTIR DO ACERVO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE, PB**

Hugo Stefano Monteiro Dantas;

Kainara Lira dos Anjos

Universidade Federal de Pernambuco;

Universidade Federal de Campina Grande

[hugostmd@gmail.com](mailto:hugostmd@gmail.com); [kainaraanjos@gmail.com](mailto:kainaraanjos@gmail.com)

### **Resumo**

O presente artigo é uma expansão de uma das discussões apresentadas no Trabalho de Conclusão de Curso do autor e tem como objetivo de estudo montar uma análise histórica do Calçadão da Rua Cardoso Vieira, localizado no centro histórico de Campina Grande Paraíba, a partir dos projetos urbanísticos catalogados no acervo da Secretaria de Planejamento, Gestão e Transparência da cidade. O acervo reúne o projeto inicial datado de 1972 e assinado pelo arquiteto campinense Renato Azevedo, assim como as reformas posteriores de 1982, que aumenta a extensão do Calçadão e modifica completamente seus elementos projetuais, e a reforma de 1993 que destrói as adições recentes do Calçadão, preservando apenas a porção original devido ao seu valor cultural para a cidade, modificando mais uma vez os elementos projetuais com a nova proposta. Assim, os elementos da proposta inicial do Calçadão são modificados em sua totalidade, ferindo dessa forma, a sua legitimidade espacial. Entretanto, o Calçadão mesmo não apresentando um grau de autenticidade satisfatório ainda é imbuído de grande significado histórico e cultural para a cidade em razão das apropriações ali existentes, sendo um dos espaços públicos mais utilizados pela população no centro da cidade. Além da pesquisa documental produzida no acervo da SEPLAN o presente artigo se baseia nos estudos de Lacerda, Leitão e Queiroz (2010), Carvalho (2017), Queiroz (2009) e Rossi (2010) para a compreensão de como as reformas do Calçadão fazem parte de um contexto maior de reformas urbanas na cidade de Campina Grande, PB. Como justificativa, alega-se a relevância e o ineditismo do tema proposto, somados a urgência do resgate do patrimônio urbano campinense, que urge por uma política pública preservacionista mais atuante na conservação dos seus espaços públicos. A partir dos dados levantados demonstra-se a clara importância que o acervo da SEPLAN possui para o conhecimento e divulgação da memória coletiva urbana.





Palavras-Chave: Calçadão da Rua Cardoso Vieira; Arquivo Municipal; Análise Histórica

### Introdução

O presente artigo possui como objeto de estudo as dinâmicas históricas, urbanísticas e de memória coletiva do Calçadão da Rua Cardoso Vieira, localizado no centro histórico da cidade de Campina Grande, Paraíba (ver Figura 01) a partir dos projetos urbanísticos presentes no Arquivo da Secretaria Municipal de Planejamento da cidade. Tal arquivo começou a ser organizado e catalogado no ano de 2017, revelando importantes projetos urbanísticos que podem servir de importante base para a história não só do Calçadão da Cardoso Vieira, mas de toda a cidade de Campina Grande.

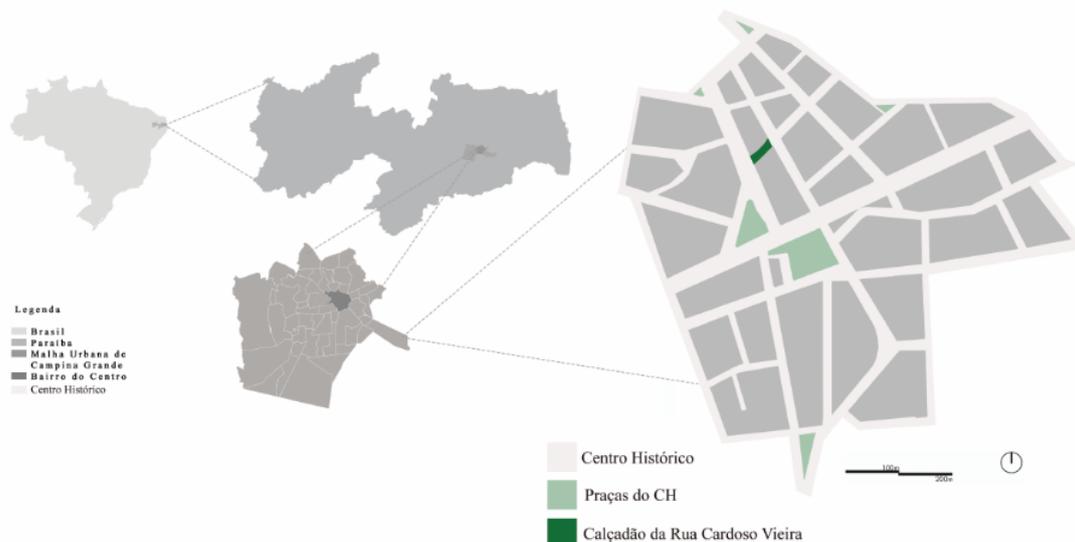


Figura 2 - Mapa de Localização do Calçadão da Cardoso Vieira. Fonte: Produzido pelos autores.

O presente artigo tem como questão norteadora: como se deu o processo histórico do Calçadão da Rua Cardoso Vieira? Quais foram as decisões projetuais que minaram a legitimidade espacial do local? Para tal, será feita análise arquitetônica e urbanística, com enfoque patrimonial, dos processos e dinâmicas referentes ao objeto de estudo, a partir do levantamento de fontes primárias, como os desenhos de projetos urbanísticos, arquivados e catalogados na Secretaria de Planejamento de Campina





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Grande – SEPLAN. Tem como referencial teórico o trabalho feito por Carvalho (2017) e as contribuições de autores como Januzzi (2006) e Lacerda et al (2010) para a compreensão de como as reformas do Calçadão fizeram parte de um ideal maior de embelezamento e higienização da cidade.

Como justificativa, alega-se a relevância da discussão do tema e a urgência do resgate do patrimônio urbano campinense, que tal qual as demais cidades brasileiras, urge por uma política pública preservacionista mais atuante para a conservação da memória coletiva urbana.

#### **Discussão**

A partir da década de 1970, o êxodo rural ganha força no cenário nacional, com a modernização do campo, desencadeando a necessidade da construção de conjuntos habitacionais para abrigar as pessoas que migravam para os centros urbanos. No intuito de resolver essa e outras questões das novas cidades modernas brasileiras, o Governo Federal criou o Serviço Nacional de Habitação e Urbanismo (SERFHAU). O Brasil era então governado pelo presidente General Médici, época em que o chamado “Milagre brasileiro” produziu grandes obras urbanísticas.

Com isso, a infraestrutura urbana das capitais e metrópoles do país foram incrementadas de grandes projetos urbanísticos. Foi em meio a esse contexto que o avanço desenvolvimentista de Campina Grande teve início, seguindo as reformas urbanísticas que a cidade passava desde a década de 1950. O prefeito Luiz Mota Filho, mais conhecido como “Luizito”, foi o responsável por incluir a cidade em tal projeto.

Para articular a cidade com o SERFHAU, foi criada uma comissão denominada Companhia de Desenvolvimento de Campina Grande (COMDECA). A mesma, tinha como objetivo geral planejar a cidade dentro de um sistema regional que funcionasse como área polarizadora da região do planalto da Borborema, considerando sua história e suas perspectivas para o futuro.

Durante esse período, o arquiteto Renato Azevedo (1943-1997), retorna à cidade para trabalhar em diversos projetos de urbanização. O profissional nasceu em Campina Grande, mas foi para Recife/PE estudar arquitetura na Universidade Federal de





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Pernambuco (UFPE). Seu primeiro trabalho foi ainda na administração do prefeito Luiz Motta Filho em 1971 por meio do SERFHAU. Entretanto a sua grande produção ocorreu nos mandatos de Evaldo Cavalcanti Cruz (1973-1977) trabalhando na COMDECA e no mandato de Enivaldo Ribeiro (1977-1983) quando retorna à cidade e assume a coordenação da COMDECA.

#### **O Calçadão**

Ainda em 1972, a COMDECA propõe a construção de um calçadão na área central de Campina Grande (Ver figura 02). Assim, Campina Grande seria uma das primeiras cidades do país a adotar em seu planejamento urbano o calçadão como espaço público democrático. Segundo Dittrich et al (2000) o Calçadão de Curitiba foi o primeiro a ser executado em 1970, tendo algumas cidades feito o mesmo nos anos seguintes.

A construção do calçadão da Flórida, que a Prefeitura deverá iniciar ainda este mês, constitui obra de primordial importância no plano urbanístico da cidade, destinada à recreação das pessoas, numa cidade pobre de lazer como Campina Grande. Contra esta iniciativa louvável do Prefeito Evaldo Cruz, levantaram-se, porém, alguns motoristas de táxis pelo fato de terem ali os seus pontos de estacionamento. Não procede, entretanto, o protesto dos motoristas (...). A Prefeitura é que não deve nem pode submeter-se a exigências de quem quer que seja, quando precise realizar obras de reconhecido interesse público. (CALÇADÃO da Flórida. DB, 09 ago. 1975, editorial apud Carvalho, 2017, pg. 207)

Como pode ser visto na matéria do jornal Diário da Borborema acima, a Rua Cardoso Vieira antes de ser pedestrianizada exercia função de praça de táxi. De acordo com Almeida (2014), o local era ponto de encontro de pessoas antes mesmo de se tornar um calçadão, o que comprova a vocação para o agrupamento de pessoas que este local possui. Segundo Carvalho (2017), o primeiro calçadão foi inaugurado em 1975, três anos após o projeto proposto por Renato Azevedo. Devido as diferentes reformas que aconteceram no local e a falta de registros da época, não se tem nenhum elemento do projeto original ainda presente no Calçadão. Todavia, a planta baixa desenhada por Renato Azevedo traz informações interessantes quanto ao uso de alguns estabelecimentos situados no Calçadão: o Café São Braz, a galeria do Edifício Lucas, e a farmácia que não é especificada no desenho, por exemplo, possuem atualmente, o mesmo uso que possuíam em 1972 (ver figura 02)-





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

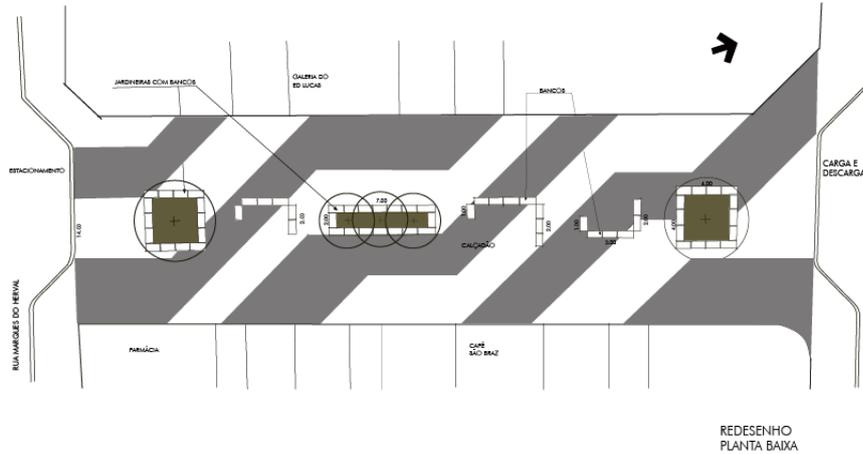
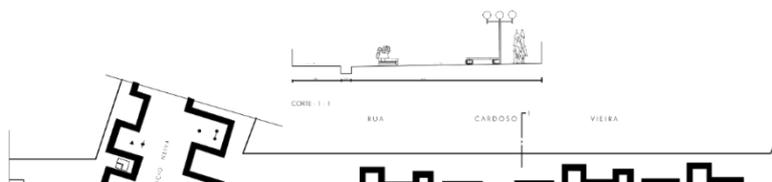


Figura 02 - Redesenho da planta baixa e do corte do projeto para o Calçadão da Cardoso Vieira de 1972 do arquiteto Renato Azevedo. Fonte: SEPLAM, modificado pelos autores;

Segundo Januzzi (2006), a criação de zonas de pedestres em áreas históricas pode desenvolver um novo sentido para o centro das cidades. Muitas ruas de pedestres foram construídas em centros históricos para restaurá-los e revitalizá-los, promovendo seu valor como centro social e melhorando as suas funções. A estrutura da malha urbana, os edifícios, espaços livres e os monumentos contribuem para valorizar as características do local e atuar como um atrativo especial, criando uma imagem própria e dando um sentido único para quem caminha no local.

Na década seguinte a inauguração do Calçadão, mais precisamente em 1982, foram construídos novos calçadões para o centro da cidade, estendendo assim, a porção inicial de 1975 (ver figura 03). A proposta de reforma do Calçadão do ano de 1982 veio a unificar o desenho de toda a nova extensão proposta. O desenho do piso que no projeto da década anterior se utilizava de ângulos de 15° e 30°, na nova proposta passa a trabalhar com ângulos retos, tornando possível, assim, a conexão entre as novas vias englobadas. Novos bancos são propostos, assim como jardineiras (não se teve acesso aos desenhos da caixa de correio, das lixeiras e dos orelhões) que possuem formas simples retangulares, como também se é visto na proposta de 1972. Entretanto na nova proposta, os bancos se afastam das jardineiras, onde cada elemento possui uma função distinta. As jardineiras propostas são menores que as de 1972, para a implantação de pequenos arbustos, enquanto os bancos agora são propostos com suas bases vazadas. Os postes de iluminação permanecem com base circular e três lâmpadas globosas no topo.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Figura 03 - Redesenho da planta baixa e do corte do projeto para o Calçadão da Cardoso Vieira de 1982. Fonte: SEPLAM, modificado pelos autores;

Todavia, ainda em 1982, o comércio informal passa a tomar conta do local, transformando-o completamente. Essa nova apropriação ia contra o interesse do Clube de Diretores Lojistas de Campina Grande, que diariamente perdia consumidores para o comércio informal. Como consequência, a entidade passou a empinhar-se intensivamente para ter os calçadões livres dos ambulantes, como pode ser percebido no trecho do editorial abaixo.

Providencial invenção dos urbanistas, os famosos calçadões, tão adequadamente aproveitados nos centros maiores do País, encontraram em Campina Grande o inverso das suas finalidades. Se em outros recantos eles se prestam ao ir e vir descontraído, (...), aqui eles espantam o cidadão abastado – aquele de poder aquisitivo mais elevado e acabam por prejudicar a própria atividade comercial. Nossos calçadões Venâncio Neiva, Maciel Pinheiro e Cardoso Vieira viraram feira! E longe estão de parecer Mercado Persa pois a proliferação de mercadores e mercadorias não permite mínima comparação. O que temos hoje, nas ruas centrais da cidade, é uma feira sem ordem, onde, misturam-se camelôs (...) e todo tipo de quinquilharia. Já não existe o “passeio público”, mas a desordem pública”. (...). Pena ainda que tenhamos de conviver com esse tipo de desordem, prejudicando a distinta classe comercial estabelecida nos calçadões e o público que se arrisca a vir ao centro para as suas compras. (CAMINHOS para o camelô. DB, 21 ago. 1987 apud CARVALHO, 2017, pg 227)

Não houve consenso entre a Prefeitura municipal de Campina Grande e os ambulantes que ocupavam os calçadões da cidade. Estes últimos chegaram a ser relocados para a Praça da Bandeira, localizada no entorno do Calçadão. Entretanto, descontentes com a medida, voltaram a ocupar as ruas. Em função disso, e de alguns outros problemas como a impossibilidade de trânsito de viaturas do Corpo de



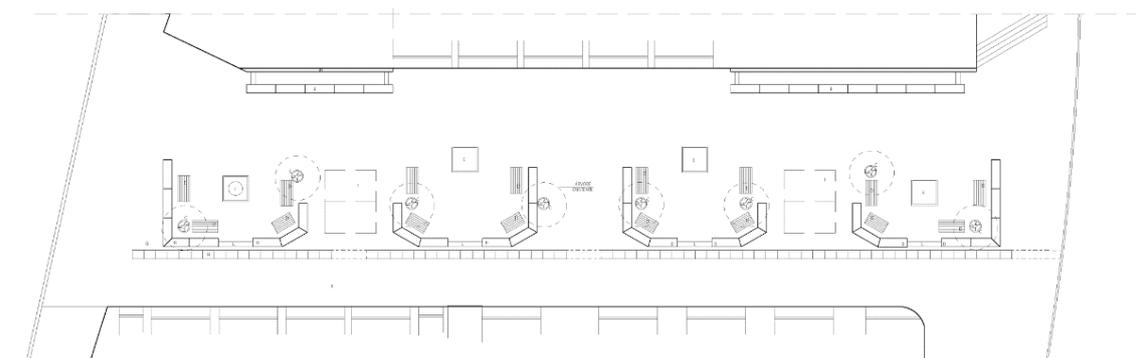


### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Bombeiros, ora fosse necessária uma incursão de socorro no local, levaram a Prefeitura Municipal a destruir parte dos calçadões do centro. Uma tentativa de diminuir a legitimidade espacial do local, ao destruir possíveis permanências estruturais, como propõem Lacerda, et al (2010). Todavia, a porção original de 1975 do Calçadão da Cardoso Vieira foi preservada, em detrimento ao seu valor para a cidade de Campina Grande:

Ao reafirmar, ontem, a possibilidade de extinção dos calçadões situados nas ruas centrais de Campina Grande, o Secretário Edvan Pereira Leite, (...) garantiu que o mais tradicional deles, que fica na Cardoso Vieira não será demolido, por entender que para aquele setor acorrem as mais expressivas personalidades deste município, cuja finalidade relaciona-se ao debate sobre política e a vida da cidade, de modo geral. Ao fazer esta afirmação quanto à extinção dos calçadões campinenses, o titular de Serviços Urbanos afirmou que isso só acontecerá em caso dos camelôs não seguirem a orientação da Secretaria no que diz respeito à sua reorganização. Caso eles insistam em firmar onde estão fatalmente os calçadões serão demolidos, advertiu Edvan Pereira Leite. O Projeto que prevê a disciplina dos camelôs já está sendo elaborado, pela Secretaria de Serviços Urbanos e de acordo com o que está sendo traçado, todos os camelôs que se encontram instalados nos calçadões centrais da cidade serão removidos (...) (SECRETÁRIO diz que pode haver extinção de calçadões. DB, 06 nov. 1987, Caderno Cidades apud CARVALHO, 2017, p. 229).

Em 1993, no primeiro ano da gestão do então prefeito Félix Araújo Filho, os arquitetos Verônica Costa e Anselmo Dantas propõem um projeto de reforma para o Calçadão, caracterizando assim, a última reforma que aconteceu no local. No âmbito projetual pode-se notar que houveram modificações entre a proposta inicial e a nova proposta de 1993. Os canteiros de vegetação tiveram seu espaço reduzido; novos mobiliários foram colocados em substituição aos originais; o piso encontra-se em pedra portuguesa, sem os desenhos da primeira proposição. O desenho geométrico da segunda proposta também desaparece, na nova proposta os novos elementos são postos em forma de “U”. Grelhas são postas no intuito de escoar a água da chuva. É, também, o



PLANTA BAIXA



LEGENDA

- A - PISO EM PEDRA PORTUGUESA
- B - LAJE DE CONCRETO APARENTE SOB BASE DE ALVENARIA
- C - TUBO DE CS Ø 0,60
- D - BANCOS DE TALISCAS DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO FUNDIDO
- E - FLOREIRAS DE TALISCAS DE MADEIRA COM ESTRUTURA EM CHAPAS DE FERRO
- F - LOCAL PARA LIXEIRAS
- G - LOCAL PARA URBANHOES
- H - GRELHAS EM FERRO FUNDIDO
- I - LOCAL PARA FITEIROS





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Figura 04 - Redesenho da planta baixa e do corte do projeto para o Calçadão da Cardoso Vieira de 1993 dos arquitetos Veronica Costa e Anselmo Dantas. Fonte: SEPLAM, modificado pelos autores;

Figura 04 - Redesenho da planta baixa e do corte do projeto para o Calçadão da Cardoso Vieira de 1993. Fonte: SEPLAM, modificado pelos autores;

A reforma de 1993 é o último testemunho projetual encontrado no Arquivo Municipal da SEPLAM, o que leva a pensar que as demais reformas que o local passou – como por exemplo a retirada das grelhas no ano de 2017 – foram tratadas de forma pontual, sem um projeto arquitetônico. Entretanto, ao se comparar o projeto de 1993 com o desenho urbano indicado por Dantas (2018) pode-se perceber como as duas situações conversam pouco entre si (ver fig 05). Os fiteiros que na planta de reforma de 1993 estavam no meio do espaço do calçadão foram relocados para a parte superior direita do local. Atualmente apenas o fiteiro da *Oi* (empresa de telefonia) nº 6 está disposto de forma livre no meio do calçadão, como indicado na reforma de 1993. As grelhas (nº 10) foram retiradas no fim de 2017 e cimentadas, para dar continuidade ao piso. O número de jardineiras é o mesmo nas duas propostas, mas seus locais de implantação diferem da proposta de 1993 para o desenho atual.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

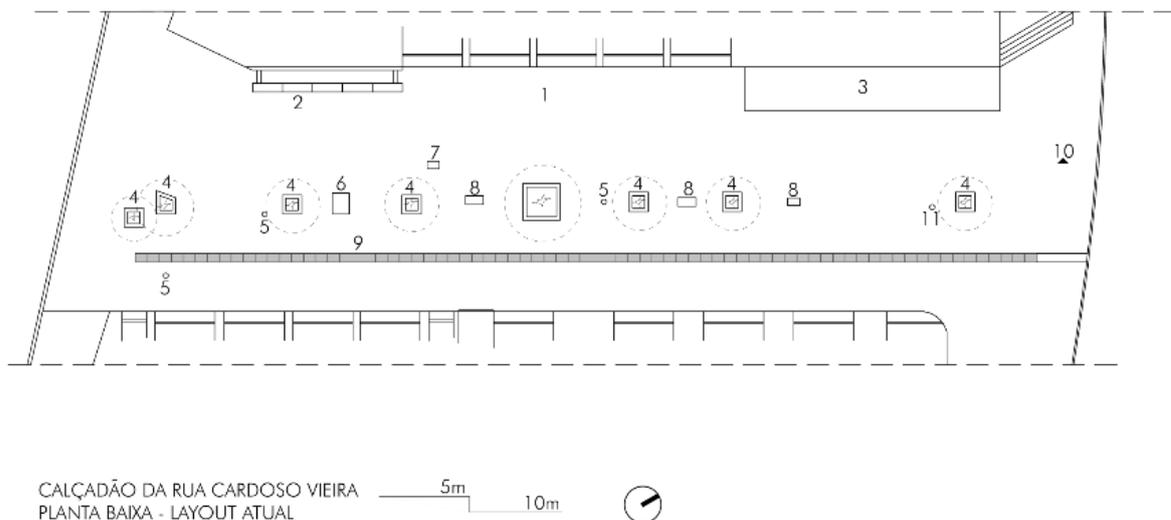


Figura 05 – Estado atual do Calçadão da Cardoso Vieira. Fonte: Dantas (2018)

O Calçadão, como apontam Crispim (2018) e Dantas (2018), está localizado na poligonal sob Proteção Estadual e Municipal, na área classificada como Preservação Rigorosa (APR) (ver fig. 06) que é definida como:

[...] área (ou sítio) delimitada por Decreto Estadual de tombamento e devidamente inscrita em seu Livro de Tombo Estadual, entendida como o bens imóveis com o ambiente natural no qual se inserem. Para o dimensionamento mínimo da APE quando em sítio urbano, deverá ser tomado como referência o conjunto formado por todas as quadras, com todas as suas testadas, que emolduram, cercam a APR. Tal área (de entorno) funciona como espaço de amortecimento, transição e manutenção da ambiência entre a APR e as demais áreas de expansão dos espaços acima relacionados, através da preservação da forma de ocupação, do traçado do sítio (urbano ou rural) e dos bens de significado cultural ainda nela existentes e pela renovação controlada das edificações sem valor cultural para a preservação, de forma a não comprometer a ambiência da APR, notadamente nos aspectos relativos à sua escala e textura de materiais (Del. Nº 0009 apud CRISPIM, 2018, p. 105).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

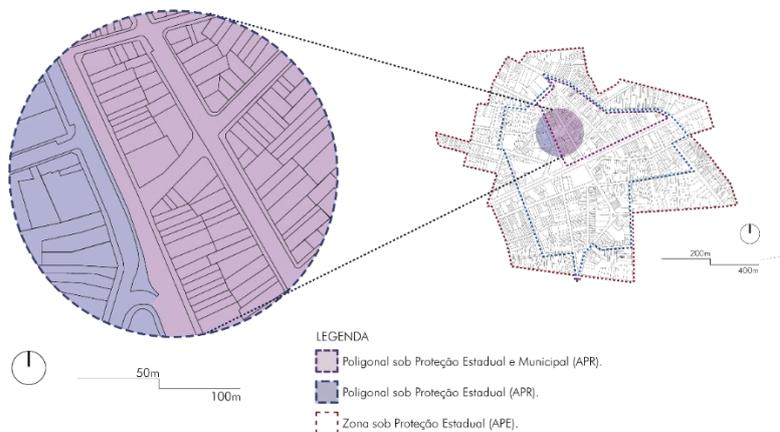


Figura 06: Mapa detalhando os dispositivos legais de proteção no Calçadão da Cardoso Vieira e no seu entorno imediato. Fonte: Dantas (2018).

Mesmo estando dentro da Poligonal de Proteção Rigorosa (APR), é percebido que o nível de conservação do Calçadão atualmente é muito baixo, sendo considerado por Dantas (2018) como o destaque negativo nessa categoria se comparado com o seu entorno imediato. O Calçadão apresenta parte dos seus elementos degradados, o que comprova que os instrumentos urbanísticos de proteção não estão sendo suficientes para a salvaguarda do bem, como pode ser visto nas imagens a seguir.



Figura 07: Mural e base de poste alocados no Calçadão. Fonte: Dantas (2018).

Mesmo apresentando sinais de má conservação, o Calçadão foi e atualmanete ainda é um dos espaços livres mais utilizados pela população campinense (ver fig 08). O





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

que mostra a importância de conservar o local para o mantimento da história não só do



Calçada, mas de toda a cidade de Campina Grande.

Figura 09 – Evolução fotográfica do Calçada da Cardoso Vieira. 1 - Rua Cardoso Vieira antes da implantação do Calçada. Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/> acessado em 25/08/2018 as 11:40; 2 – Calçada da Cardoso Vieira em 1982. Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/> acessado em 25/08/2018 as 12:20; 3 - Calçada da Cardoso Vieira atualmente. Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/> acessado em 25/08/2018 as 12:40 4 – Arquivo Pessoal (2018).

### Conclusão

As diversas reformas urbanas que o Calçada sofreu durante a sua história demonstram o pouco respeito que se tem com o patrimônio urbano campinense, uma vez que é percebido que tais dinâmicas não ocorrem apenas no objeto em estudo. Lima (2018) faz uma análise interessante para o processo histórico da Praça Clementino Procopio também no Centro de Campina Grande.

Em detrimento ao tombamento em conjunto do Centro Histórico pelo IPHAEP em 2003 e ao projeto Campina Déco no final dos anos 1990 – que teve maior enfoque





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

no tratamento das fachadas do conjunto Art Déco como aponta Rossi (2010) –, a história do Calçadão da Rua Cardoso Vieira não é contada a partir de políticas de preservação, mas sim a partir de rupturas históricas, reformas que tentam deslegitimar formas de apropriações que estão em desacordo com o interesse público e o privado.

Entretanto é visto que o que se perdeu de registro históricos de pedra e cal, se mantem na apropriação da população no Calçadão. A organização do Arquivo da SEPLAM foi essencial para a coleta do registro histórico daquilo que já não mais existe, mas é necessário também que existam políticas de conservação para os espaços públicos da cidade, para que as gerações futuras possam ainda utilizá-los.

#### Referências bibliográficas

ALMEIDA, Diogo. **Campina Grande 150 Anos: O Calçadão da Cardoso Vieira**. Retalhos Históricos de Campina Grande [site], 2014. Disponível em: <<http://cgretalhos.blogspot.com/2014/10/cg-150-anos-o-calcaado-da-cardoso.html#comment-form>> Acesso em: 25 de agosto de 2018.

CARVALHO, Maria Jackeline. **Para além da pedra e cal: discursos e imagens de Campina Grande (1970 a 2001)**. EDUEPB, 2017.

CRISPIM, Breno. **As Boninas e a antiga Firma Oliveira Ferreira & CIA**. Anamnese do Patrimônio Industrial Campinense. Monografia (Graduação em arquitetura e Urbanismo) – UFCG. Campina Grande, 2018.

DANTAS, Hugo Stefano Monteiro. **O Calçadão da Cardoso Vieira: Paisagem (não tão) notável do centro histórico de Campina Grande (PB)**. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2018.

DITTRICH, Maria Glória; REVOREDO, José Cláudio dos Santos; OLIVEIRA Micheline Ramos de; RAMOS, Flávio; GOLEMBIEWSKI, Carlos. O calçadão de Curitiba: sua história como espaço público social da cidade. In. **Revista Brasileira de Tecnologias Sociais**, v.2, n.2, 2015.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

JANUZZI, Denize. **Calçadões:** a revitalização urbana e a valorização das estruturas comerciais em áreas centrais. 2006. 339f Tese (Doutorado – Áreas de Concentração: Estruturas Ambientais Urbanas) – FAUUSP, São Paulo.

LACERDA, Norma; LEITÃO, Lúcia; QUEIROZ, Paulo. Legitimidade espacial: uma discussão sobre amutação e permanência das estruturas espaciais urbanas. In: **EURE**; vol 36, nº 107, p109-122, 2010.

LIMA, Ana Carla de Sousa. **As multifaces da Clementino:** um mergulho nas transformações morfológicas da Praça Clementino Procópio em Campina Grande/PB. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2018.

ROSSI, Lia Mônica. Art Déco Sertanejo: O Batismo. In. **Revista UFG**, v. 12, n.8, 2010.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **O CALÇADÃO DA GAMELEIRA: UMA LEITURA CRÍTICA À LUZ DOS CONCEITOS DE CESARE BRANDI**

Pedro Augusto Queiroz de Souza

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

pqueiroz.arq@gmail.com

### **Resumo**

Percebe-se no Brasil, ainda a forte presença das correntes do restauro estilístico do séc. XIX, muitas vezes legitimada pelos próprios órgãos de preservação de bens culturais. Além disso, ainda dentro desta tendência, desde os anos 1990, existe uma tendência a recuperação de áreas centrais degradadas e o anseio por conjuntos arquitetônicos formais homogêneos, e resgate de um significado cultural e turístico. Nesta tentativa, observa-se, ainda, um movimento que se prolifera na cidade contemporânea: a criação de falsos cenários históricos na paisagem urbana. A teoria de Cesare Brandi surge como um contraponto a esse tipo de intervenção na construção do chamado "falso histórico". Neste artigo serão abordados os principais conceitos da Teoria da Restauração de Brandi, com intuito de fazer sua aplicabilidade para uma leitura crítica da obra do Calçadão da Gameleira em Rio Branco/AC.

**Palavras-chave:** Cesare Brandi, cenário, falso histórico.

### **Introdução**

Após as extremas teorias do século XIX no âmbito da preservação e restauro tendo como principais expoentes Viollet Le-Duc, representante do restauro estilístico e





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

repestações e John Ruskin, que abominava o ato da restauração, sendo por ele considerada [...] "a mais total destruição que um edifício pode sofrer" (RUSKIN, 2013 p. 79), a reflexão de Cesare Brandi vem suprir uma dívida implícita após a contribuição de Alois Riegl, expondo uma experiência crítica pessoal, o chamado restauro crítico.

No entanto, mesmo com teorias mais recentes, como a de Brandi, publicada originalmente em 1963 (e traduzida para o português em 2004), segundo Vieira (2013), percebe-se, há algum tempo, recorrentes intervenções em áreas de reconhecido valor patrimonial com a visão oitocentista do restauro com viés no restauro estilístico e revivalismo arquitetônico. Além disso, ainda dentro desta tendência e anseio por conjuntos formais homogêneos, observa-se outro movimento que tem se proliferado na cidade contemporânea: a criação de cenários completos, conjuntos que nunca existiram, seguindo, de maneira descompromissada, características formais de períodos históricos já passados (VIEIRA, 2013).

Em Rio Branco esse fenômeno pode ser observado na "reabilitação" da primeira rua da cidade, a antiga Rua Abunã, atual Rua Senador Eduardo Assmar, rebatizada como "Calçada da Gameleira" após a obra inaugurada em 2002. Nesta intervenção observa-se uma característica peculiar ao revivalismo de estilos arquitetônicos de épocas passadas: a construção de fachadas com linguagem arquitetônica que não tem parentesco algum com qualquer estilo ou qualquer vestígio de um passado arquitetônico na cidade onde, em algumas edificações, ainda existe a fachada original sobreposta com a fachada cenográfica construída. O presente artigo pretende fazer uma leitura crítica dessa intervenção baseada nos conceitos do teórico Cesare Brandi. Não se pretende aqui, no entanto, esgotar seus conceitos, e sim, fazer uma breve abordagem das suas principais premissas nas intervenções de restauro a luz de basear a interpretação do objeto de estudo.

#### **1. Os princípios da teoria de Cesare Brandi**





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Cesare Brandi fundamentou o chamado “restauro crítico” nos anos 40 juntamente com Roberto Pane e Renato Bonelli; desenvolvendo seu trabalho em Roma no instituto Central de Restauração com pesquisas no campo estético e crítico e desenvolve uma teoria geral com princípios operativos válidos de aplicação. Da metodologia por ele desenvolvida derivam algumas definições, como a peculiaridade do restauro em relação à obra de arte ao qual ele considera como "produto especial da atividade humana" (BRANDI, 2004, 27), distinto dos outros produtos comuns.

A obra de arte, para Brandi, só passa a ser assim considerada, de fato, após o seu reconhecimento como tal, pois, antes disso, ela só é uma obra de arte em potencial e, a partir deste reconhecimento, serão levados em consideração não só a matéria através da qual a obra de arte subsiste, mas também sua bipolaridade de instâncias estética e histórica. Dessa forma, ao conduzir o restauro como a relação direta com o reconhecimento, se tem o primeiro cololário que "qualquer comportamento em relação à obra de arte, nisso compreendendo a intervenção de restauro, depende de que ocorra o reconhecimento ou não da obra de arte como obra de arte" (BRANDI, 2004, p. 28). Entende-se, portanto, uma ligação indissolúvel que existe entre a restauração e a obra de arte e o conceito de restauração será, então, articulado, não com base nos procedimentos práticos que caracterizam o ato da restauração de fato, mas com base no conceito da obra de arte que recebe tal qualificação [...] "pelo fato de a obra de arte condicionar a restauração e não o contrário" (Brandi, 2004, p. 29).

Ao conduzir o restauro a relação direta com o reconhecimento da obra de arte como tal, se torna possível chegar a uma definição do que é restauração em BRANDI: "[...] a restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na dúplici polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro" (2004, p. 30). E, para o autor, obra de arte se divide entre imagem e matéria, sendo a segunda o suporte físico ao qual a imagem se manifesta e, por isso, adquire primária importância, pois sem a matéria, nada restaria. O que nos leva ao seu primeiro axioma: "restaura-se somente a matéria da obra de arte" (BRANDI, 2004, p. 31). Khül (2007) comenta que essa afirmação é por vezes erroneamente interpretada, ao se considerar que para Brandi somente os aspectos técnicos importam





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

(em dissonância a sua definição de restauro), ou a desqualificação do axioma, uma vez que qualquer ação sobre uma obra, mesmo uma controlada limpeza, modifica a leitura da mesma (deixando-se de levar em conta a conceituação de imagem por parte do autor).

Faz-se importante salientar que, para Brandi (2004), algumas obras de arte, como produtos industriais, a restauração será levada em consideração a restabelecer a funcionalidade do produto. Mas, ao se tratar de obras de arte, mesmo as obras arquitetônicas, o "restabelecimento da funcionalidade, se entrar na intervenção de restauro, representará, definitivamente, só um lado secundário ou concomitante" (BRANDI, 2004, p. 26), onde o fundamental seria reestabelecer a obra de arte como obra de arte. Por essa razão, segundo Khul (2006), às vezes considera-se que o pensamento de Brandi não poderia ser aplicado à arquitetura, por relativizar as essenciais questões de uso. Castriota (2006) reforça essa ideia ao comentar que existe uma crítica sobre a teoria de Brandi, com certa intolerância, que categoriza seus pensamentos como abstratos e incapazes de responder a objetivos práticos, sem qualquer fundamento, pois, desde a fundação do Instituto ao qual dedicou suas pesquisas, ele se preocupou em fazer experimentações práticas com aplicação de conceitos teóricos sempre de altíssimo nível e plenamente consciente dos próprios referenciais de método.

O objetivo da restauração em Brandi está exposto em seu segundo axioma: “a restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo” (BRANDI, 2004, p. 33). Ele entende que a obra de arte possui uma unidade e não pode ser considerada como a soma de suas partes e, ainda que fracionada, deve subsistir potencialmente como um todo em cada um de seus fragmentos. Assim, a instância estética se mostra mais uma vez a mais importante, pois a imagem se projeta como arte através dela, porém, sem deixar de lado a sua instância histórica. A partir deste axioma ele elenca alguns princípios práticos. O primeiro diz respeito a uma eventual integração que necessite ser feita em uma obra de arte:





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

deverá ser sempre e facilmente reconhecível; mas sem que por isso se venha a infringir a própria unidade que se visa a reconstruir. Desse modo, a integração deverá ser visível à distância de que a obra de arte deve ser observada, mas reconhecível de imediato, e sem necessidade de instrumentos especiais, quando se chega a uma visão mais aproximada (BRANDI, 2004, p. 27)

Deixando clara a necessidade da distinguibilidade clara da intervenção no período atual, para que não confunda a percepção do observador. O segundo princípio diz que a matéria é insubstituível quando [...] "colaborar diretamente para a figuratividade da imagem e não como aspecto e não para aquilo que é estrutura" (BRANDI, 2004, p. 48), ou seja, nos leva a entender que existe uma maior liberdade de ação no que se refere a matéria como suporte, mas sempre em harmonia com a instância histórica. O terceiro refere-se ao futuro da intervenção, salientando a importância da sua reversibilidade, "prescreve que qualquer intervenção de restauro não torne impossível, mas, antes, facilite as eventuais intervenções futuras" (BRANDI, 2004, p. 48).

Brandi trata como lacunas aquilo que concerne à obra de arte uma interrupção no tecido figurativo, tanto para uma parte faltante como para o que se insere de modo indevido ao qual se proíbe integrações fantasiosas. Era necessário reconstituir continuidade entre fragmentos, mas, ao mesmo tempo, a intervenção não poderia confundir com o original, induzindo o observador ao engano. "A lacuna, com efeito, terá uma forma e uma cor, não relacionadas com a figuratividade da imagem representada. Insere-se em outras palavras, um corpo estranho" (BRANDI, 2004, p. 49), assim, a lacuna, mesmo de forma não intencional, figura em relação a um fundo em relação à pintura. E para que isso não acontecesse, segundo Khül (2007), Brandi desenvolve de forma empírica um método de integração de lacunas na pintura com linhas verticais feitas com aquarela, descritas inicialmente como "filamentos" (1945), e em texto de 1946 assumiria a denominação atual, *tratteggio*. Assim, reafirma seu conceito de distinguibilidade, onde, examinadas de perto, as partes integradas se distinguem dos fragmentos originais, mas, vistas de longe, promovem a integração da imagem. Ao mesmo tempo em que prova a reversibilidade, pois, pinturas em aquarela





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

são totalmente reversíveis, permitindo intervenções e tratamentos posteriores, se necessários.

Percebe-se então, na teoria de Brandi, um compromisso com a verdade ao ter muita cautela em suas intervenções de restauro, salientando o valor histórico e artístico da obra, respeitando seus elementos artísticos a fim de valorizá-los e conservá-los para o futuro da forma mais íntegra. Brandi não se ocupa apenas da obra como resultado, mas da obra como pesquisa e processo. O restauro é para ele um ato crítico que deve ser avaliado de acordo com as especificidades da obra de arte em questão, não como algo pré-determinado ou óbvio. No próximo item será feita uma breve abordagem histórica do objeto de estudo deste artigo.

## **2. Características gerais da formação histórica de Rio Branco**

Segundo Guerra (1952), Rio Branco, atual capital do estado do Acre, surge no final do século XIX a partir de uma concentração de população que cresceu espontaneamente e se transformou em vila comercial para controle e logística do escoamento da produção do látex ao longo do rio acre, rumo aos portos de Belém e Manaus, se firmando como um dos centros urbanos mais importantes do território na época. A região foi muito visada por seringalistas nordestinos, dentre eles o cearense Neutel Newton Maia que, em 1882, ao atracar na frondosa árvore da gameleira avistada ao navegar pelos meandros do rio Acre, funda o Seringal Empresa, constituindo, assim, o primeiro arruamento que conforma a atual Rio Branco do lado direito do rio, margem oposta da sede estabelecida (GUERRA, 1951, CARVALHO, 2018b).

Logo, Neutel Maia percebeu que podia lucrar mais com o comércio do que com o funcionamento do seringal, devido às muitas terras alagadiças que haviam no local, abrindo as primeiras casas comerciais. Assim, aos poucos, o que era pra ser um seringal transformou-se em povoado. O alinhamento de casas comerciais de diferentes proprietários, em sua maioria sírio-libaneses, deu origem a um logradouro público e se constituiu na primeira rua do povoado que se tornou um dos portos economicamente





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

mais movimentados e importantes de todo vale do rio Acre sendo a primeira delas a rua Abunã, atual rua Senador Eduardo Assmar, que margeia o rio Acre (PREFEITURA DE RIO BRANCO, 2013).

A iconografia e os registros textuais revelam uma imagem da primeira Rio Branco com presença quase geral da madeira em suas construções e ainda hoje, há um debate sobre qual a matriz da formação inicial da arquitetura local acreana. Na sua primeira fase de ocupação, no início do século XX, após a chegada do homem branco ao território acreano, a arquitetura, tanto civil como pública da então vila foi erguida semelhante às colocações rurais dos seringueiros, com linguagem mais simplificada no que tange aos cortes, acabamentos e serragens, utilizando a abundante matéria prima local como a palha nas coberturas e a madeira nas paredes (Figuras 1 e 2) até mesmo pela dificuldade de acessos dos transportes fluviais à época (CARVALHO, 2018a).

**Figura 3 - Residência do Prefeito do Alto Acre, 1906-1907**



**Fonte: Álbum do Rio Acre. IN: Prefeitura de Rio Branco, 2013.**

**Figura 4 - Casas Comerciais na primeira rua da cidade, 1906-1907**



**Fonte: Deptº de Patrimônio Histórico e Cultural - FEM**

Num segundo momento segundo Carvalho (2018a), por volta da década de 1920, a arquitetura antes efêmera passa a ser fixada na paisagem, atrelada a consolidação da cidade de Rio Branco como uma área de escoamento da produção gomífera. Assim, a arquitetura rústica passa a ser um pouco mais elaborada com requintes nas fachadas, variações de arcos e demais aberturas que marcam o ritmo das esquadrias, a nova presença de sobrados, substituição da palha por telhas metálicas tipo onduladas e a introdução, mesmo que tímida, da telha de barro.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Apresentam agora serragem melhor executada, acabamentos requintados conformando uma melhor geometrização das construções (Figura 3). Klein (2013), ao analisar documentos que envolvem sócios das primeiras empresas que se instalaram no Acre, revela certa homogeneidade nas tipologias arquitetônicas e na paisagem com casas que, além de possuírem um conjunto arquitetônico mais ou menos coeso, eram muito próximas umas das outras que, segundo relatos, essa proximidade infringia a privacidade, sendo afetada pelos olhares indiscretos, além de que quebravam os limites das propriedades, tendo em vista que as águas do telhado das casas vizinhas empossavam-se os terrenos limítrofes.

**Figura 3 - Vista parcial do Segundo Distrito de Rio Branco em 1912**



**Fonte: Fundação Oswaldo Cruz, IN: Prefeitura de Rio Branco, 2013.**

Num terceiro momento da estruturação arquitetônica e urbanística de Rio Branco observa-se a inserção de edificações não contíguas, uma nova tipologia avarandada de palacete ou "chalé", com uma linguagem arquitetônica mais requintada para suprir a necessidade de uma classe mais abastada que se instalava na cidade (CARVALHO, 2013), com um apelo de modernização e higienismo. Desde o começo do século XX, existem relatos da importação de chalés da Europa ao quais eram vendidos por catálogos para a sociedade acreana e chegavam pré-fabricados dos portos de Belém e Manaus e aptos para montagem (COSTA, 2010), a exemplo da Sede da Prefeitura Departamental do Alto Acre, um grande casarão de madeira adornado, situada no mesmo lugar onde hoje está construído o Palácio Rio Branco. Segundo Carvalho (2013), não se tem a certeza de testemunhos ainda edificados desse tipo de construção, porém sabe-se que esses modelos importados influenciaram o ofício dos trabalhadores da construção civil local e as aspirações dos proprietários dos imóveis,



### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

conforme se observa alguns desses modelos repetidos ao longo da margem do rio acre, na Figura 4. Passa-se então a praticar um hibridismo entre os conhecimentos construtivos locais e as novas técnicas mais eruditas de demais fluxos culturais externos, produzindo chalés que absorvem algumas características dos palacetes mais requintados, ao qual Costa (2010) denomina de arquitetura "cabocla" o resultado dessa associação.

Por muito tempo, alimentou-se no imaginário popular de Rio Branco, que o solo natural não suportaria construções em alvenaria, fato este evidenciado pela grande difusão da técnica construtiva em madeira, presença quase total na paisagem da cidade até a década de 1930 (CARVALHO, 2018a).

**Figura 4 - Casario da Rua Primeiro de Maio, expansão do primeiro arruamento de Rio Branco-AC na década de 1940**



**Fonte: Deptº de Patrimônio Histórico e Cultural - FEM.**

Essa realidade começa a mudar drasticamente por volta de 1927, quando Hugo Carneiro é nomeado governador do então território do Acre. Segundo Souza (2018), transformar Rio Branco em uma cidade com um novo padrão arquitetônico se torna uma meta, surgindo, assim, as primeiras e monumentais construções em alvenaria na cidade causando alvoroço na sociedade acreana na época. Assim, com o passar do tempo, as casas de madeira foram literalmente devastadas, sumindo ou dando lugar a novas construções em alvenaria.

### **3. Reabilitação: falso histórico, cenário e permanências - Uma leitura Brandiana sobre o Calçadão da Gameleira**



### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Com a falência dos seringais e a transferência da sede administrativa para o 1º Distrito da cidade, na margem oposta do rio Acre, o 2º Distrito passou por décadas de abandono e passou a sofrer uma grande degradação urbana, social e econômica. As edificações antigas, em sua maioria de madeira, foram sendo consumidas pelo abandono e pelo tempo, cedendo lugar a novas construções atingindo, até o final da década de 1980, o ponto máximo de sua degradação com a ocupação de todo o espaço por barracos e palafitas sem nenhuma infraestrutura, completamente insalubres, somada ao desbarrancamento do rio, provocado por uma grande enchente no ano de 1997 que colocou em risco de desaparecimento total de um dos principais marcos da história acreana. Podemos observar na Figura 5, as substituições, ou na percepção de Brandi, as lacunas provenientes das demolições e reconstruções inserindo-se como corpo estranho, que não se relacionam com a figuratividade da imagem representada, ou seja, os poucos edifícios históricos ainda remanescentes como o Cine Theatro Recreio no canto direito, reformado em 1948, quando adquire características Art Déco, e as construções estilo Chalé, no canto esquerdo, obstruídas visualmente por outra construção que se manifesta como figura em relação ao fundo.

**Figura 5 - Calçadão da Gameleira em 1990.**



**Fonte: Deptº de Patrimônio Histórico e Cultural - FEM. Modificada pelo autor, 2019.**

No ano de 2002 o governo do Estado do Acre, através da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, buscando recuperar importante sítio histórico em acentuado estado de degradação, bem como despertar o sentimento de pertencimento da sociedade e proteger os prédios ainda existentes de valor histórico e cultural, desenvolve um projeto de



### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

recuperação do núcleo de formação da cidade de Rio Branco. Foram realizadas intervenções nas fachadas de 27 prédios, destacando que dentre essas, poucas ainda mantinham características originais. Nessa área foi imposto um padrão arquitetônico de construções com platibandas recortadas e almofadadas com figuras geométricas em uma falsa linguagem arquitetônica Art Déco que tenta rememorar, sem qualquer erudição ou respeito ao passado, a década de 1940, período de reformas na cidade durante o governo de Guimard Santos, como a reforma do Cinema Recreio, antes de madeira e que passa a ter, nesse período, fachada de alvenaria.

Aplicando os conceitos de Brandi para uma intervenção nesse tipo de obra de arte, no caso um sítio histórico, voltamos ao seu segundo axioma, onde, segundo o autor, para conseguir atingir a unidade potencial da obra de arte, seria necessário um estudo aprofundado para reconhecimento da obra de arte como obra de arte, para fim de compreendê-la antes de qualquer proposta de intervenção, tendo o cuidado de que as novas construções não se constituam como um falso histórico, com vista para sua transmissão futura da forma mais fiel possível, deixando nítida para o observador a diferença temporal entre o que é antigo e o novo proposto.

Na Figura 6 fica nítida a tentativa de recuperação de um aspecto de conjunto, com o preenchimento destas lacunas, mas, jamais, do ponto de vista de unidade potencial de Brandi. Foram construídas fachadas cenográficas formando uma composição que cria a falsa atmosfera de um centro histórico, completamente contra os princípios de Brandi no que diz respeito à distinguibilidade. Para completar a cena, o calçadão foi todo iluminado com "postes republicanos" no estilo europeu.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

**Figura 6: Calçadão da Gameleira em 2019. Tentativa de recuperação do conjunto com a inserção de novas fachadas**



**Foto: Pedro Queiroz, 2019.**

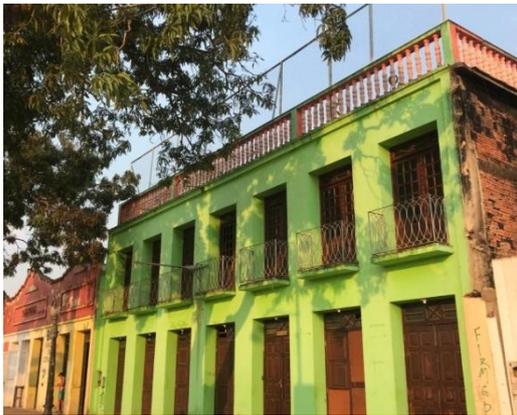
Inserem-se nas lacunas, construções com platibandas recortadas e almofadadas com figuras geométricas em uma falsa linguagem arquitetônica como uma mescla mal feita entre o ecletismo e o Art Déco, desprovidas de qualquer erudição, sem relação historicista com o passado arquitetônico do lugar ou princípios de uma composição harmoniosa. A intervenção não é facilmente reconhecível e infringe a unidade que se visa resgatar, confundindo o observador. A integração realizada também não é perceptível nem mesmo de uma visão mais aproximada, configurando-se como um falso histórico. Segundo os princípios de Brandi, a introdução da nova arquitetura deveria se comportar como o que chama de "tinta neutra", para compor o todo, ressaltando e priorizando a artisticidade e historicidade, ou seja, deixando em evidência as construções autênticas no que concerne ao seu valor histórico e autenticidade, o que nesse caso, não aconteceu, pois confundem os observadores, até mesmo de olhar mais apurado.

Esse tipo de intervenção se estende por todo o trecho das quadras, preenchendo todas as lacunas. Também é possível observar a presença de construções criadas com uma linguagem colonial, onde se tentou recriar uma versão dos tradicionais balcões dos sobrados dessa arquitetura, guarnecidos com guarda-corpo metálico (Figura 7), ao lado dos chalés de madeira que, apesar de algumas alterações, ainda guardam características originais das construções (Figura 8). Um deles pegou fogo no começo de 2018, subtraindo mais do pouco que ainda resta de autenticidade neste conjunto.



III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

**Figura 7 - Falsa construção de um sobrado com linguagem colonial**



**Foto: Pedro Queiroz, 2019.**

**Figura 8 - Chalés de Madeira em estado de degradação no calçadão**



**Foto: Pedro Queiroz, 2019**





## Conclusão

O centro de Rio Branco não possui mais um conjunto arquitetônico de valor histórico significativo. No entanto, hoje, após mais de uma década desta intervenção, a população parece ter se esquecido do passado e grande parte acredita, veemente, que este é o centro histórico da cidade, como se antes não fosse. É necessário reconhecer que as supressões e modificações em um sítio também fazem parte da sua história e que ela não deve ser forjada.

Conclui-se que a intervenção aconteceu sem fundamentação teórica dos princípios de restauração contemporâneos, resumindo-se a uma recriação acrítica, sem se preocupar com a questão da legibilidade tectônica dos edifícios. Este conjunto de fachadas, desde 2015, está na lista de bens a serem tombados em instância estadual, pelo governo do Estado através da superintendência do IPHAN no Acre. Enquanto isso, os pouquíssimos exemplares autênticos remanescentes de um passado arquitetônico dispersos pelo centro de Rio Branco permanecem sem proteção legal e degradados, a mercê das intempéries e da especulação imobiliária.

## Rerefência Bibliográfica

CARBONARA, Giovanni. **Brandi e a restauração arquitetônica hoje**. Artigo publicado em: CARBONARA, Giovanni. Brandi e a restauração arquitetônica hoje, *Desígnio*, 2006, n. 6, p. 35-47.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Ateliê Editorial. Cotia, 2004.

CARVALHO, Marcio Rodrigo Coêlho de. Arquitetura no/do território federal do Acre. IN: **III Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia**. Belém, 2018a.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

CARVALHO, Marcio Rodrigo Coêlho de. Quando a arquitetura menor é maior. IN: **Anais do Arqumemória 4 - Encontro Internacional Arqumemória 4 Sobre Preservação do Patrimônio Edificado**. Salvador, 2013.

CARVALHO, Marcio Rodrigo Coêlho de. Experiências Urbanísticas em Rio Branco: Esboços do planejamento ao longo do séc. XX. IN: **III Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia**. Belém, 2018b.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo geográfico do território do Acre**. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1955.

KHÜL, Beatriz Mugayar. **Cesare Brandi e a teoria da restauração**. São Paulo, 2007.

PREFEITURA DE RIO BRANCO. **A Rio Branco que vivemos**. Rio Branco, 2013.

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. 2 ed. Ateliê Editorial. Cotia, 2013.

SOUZA, Sérgio Roberto Gomes de. **Fábulas da modernidade: a utopia de Hugo Carneiro (1927 - 1930)**. Editora Nepan. Rio Branco, 2018.

VIEIRA, Natália Miranda. Uma história forjada: a construção do cenário da praça da convivência no "Corredor Cultural de Mossoró" - RN. IN: **Anais do Arqumemória 4 - Encontro Internacional Arqumemória 4 Sobre Preservação do Patrimônio Edificado**. Salvador, 2013.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **PRATA OU OURO? GARIMPO DE FONTES DOCUMENTAIS EM CAMPINA GRANDE – PB**

Marjorie Jordana Garcia Fernandes  
Mestranda Programa de Pós-graduação em História (UFCG)  
marjorie\_jordana@hotmail.com

Alcilia Afonso de Albuquerque Melo  
Orientadora Programa de Pós-graduação em História (UFCG)  
kakiafonso@hotmail.com

### **INTRODUÇÃO**

O presente texto possui como objeto de estudo, o levantamento e produção de fontes documentais que serão utilizadas em pesquisa do Programa de Pós-graduação em História da UFCG. A pesquisa, em fase inicial de desenvolvimento, tem como tema a modernização da cidade de Campina Grande, tomando como estudo de caso as transformações espaciais sofridas ao longo dos anos no bairro da Prata, desde a época de sua implantação enquanto traçado planejado (loteamento Raimundo Viana, aprovado em 1953) até os dias atuais.

Tem-se, portanto, o objetivo de compartilhar com historiadores e demais pesquisadores das ciências humanas, a metodologia usada pelo GRUPAL (Grupo de Pesquisa Arquitetura e Lugar. UFCG), além de relatar os desafios e experiências, que permeiam a coleta de informações em fontes primárias, como os planos diretores de Campina Grande, registros de loteamentos que originaram o bairro, solicitações de construção, fotografias, as próprias edificações, além do relato oral de personagens que testemunharam as transformações. Estas, são fontes ainda pouco exploradas, majoritariamente restritas à academia, e somente devido ao ineditismo das informações extraídas, foram chamadas primárias.





Justifica-se mediante substituição do padrão de uso e ocupação do solo no bairro, que possuía originalmente um perfil predominantemente residencial de médio e alto padrão, utilizando-se de uma arquitetura influenciada pelo Movimento Moderno, e que a partir da década de 1980 passou a ser conhecido como polo médico da cidade. Atualmente, alterações drásticas em sua paisagem são legalmente permitidas, embora sejam responsáveis por apagarem da memória coletiva parte da produção moderna campinense.

### **APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO**

Para alcançar os objetivos dessa pesquisa, a metodologia que a respalda baseia-se em AFONSO (2019), que divide a análise de objetos arquitetônicos em dimensões<sup>94</sup>, fazendo diálogo com autores como KATINSKY (2005), SERRA (2006), ROVIRA E GÁSTON (2007). Contudo, no estudo a ser apresentado nesse momento, trabalhar-se-á brevemente com as dimensões normativa, histórica e espacial, apenas.

Por dimensão normativa, entende-se o levantamento de leis, decretos, inventários e tombamentos, que protegem os bens imóveis de valor patrimonial. Para isso, é fundamental a realização de pesquisa em órgãos públicos relacionados à preservação cultural em nível municipal, estadual e federal. Mediante análise das informações coletadas, pode-se encontrar pistas, palavras-chave, termos específicos para compreensão de valores/ significados atribuídos ou não ao objeto estudado, seja no ponto de vista semântico, semiótico ou estético, conforme colocado por SERRA (2006, p.42 *apud* AFONSO, 2019), entendendo assim, as causas de o bairro ou algumas de suas edificações ainda não estarem devidamente protegidos por leis de preservação.

A Constituição Federal de 1988 determina que sejam constituídos como patrimônio cultural brasileiro, os bens de natureza material e imaterial, podendo estes serem tombados

---

<sup>94</sup> Preceptora do subprojeto de História pelo Programa Residência Pedagógica vinculado a CAPES.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

individualmente ou em conjunto. Ressalta ainda, que o Poder Público, ajudado pela comunidade, deve proteger o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros (patrimônio imaterial), vigilância, tombamento (patrimônio material) e desapropriação, bem como outras formas de acautelamento e preservação. O IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) torna-se então, responsável pela vigilância de bens tangíveis e intangíveis a nível federal, enquanto os Estados e Municípios responsabilizam-se por encargos locais.

Quanto à dimensão histórica, está relacionada ao fator tempo, ao recorte temporal, corte cronológico, ao contexto social, econômico e cultural, no qual o objeto estudado surgiu, desenvolveu-se, consolidou-se e foi transformado. Para tanto, apoia-se em SERRA (2006), autor de um guia prático para pesquisadores em pós-graduação, que descreve processo como “modo como se sucedem os estados diferentes do sistema no tempo” (SERRA, 2006, p. 72) e sistema como “um conjunto de objetos, entendido como uma totalidade de eventos, pessoas ou ideias que interagem uns com os outros.” (SERRA, 2006, p. 70).



**Imagem 01:** Holismo, sistema, totalidade e interação. Metodologia de SERRA (2006) aplicada à pesquisa.

Fonte: Elaborado por GARCIA, 2018.

Sendo assim, nessa dimensão torna-se importante levantar o contexto de surgimento do bairro da Prata, para que possa ser comparado ao contexto atual, podendo-se destacar mudanças atravessadas, e refletidas diretamente na conservação da paisagem





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

arquitetônica-urbana, bem como nas alterações e uso e formas de apropriação, caracterizando assim o processo. Enquanto que por sistema, entende-se todos os condicionantes do processo. Logo, os aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais são compreendidos como caminhos que se cruzam e giram em torno do processo que ocorreu e que resultou no cenário construído, consolidado e transformado.

Sendo o bairro da Prata constituído por edificações, buscar-se-á compreender aqui a relação entre arquitetura, cidade e história. BERMAN (1954) escreveu:

A arquitetura é uma arte que a nosso juízo, traduz a organização dos recursos sociais que a encomenda, reparte em termos de custos pela sociedade. Por isso mesmo, e graças ao grau de saber invertido, seu resultado final acaba transcendendo ao governante que a solicitou. Por outro lado, é também revestida de um caráter socializante, porque contém todo o esforço de uma sociedade historicamente localizada... o governante constrói o que lhe parece ser o reflexo de sua grandeza e que lhe propaga o poder. Na verdade, a obra é uma projeção espacial de uma sociedade e de suas contradições, encarada plasticamente numa obra que aparentemente deveria refletir sua personalidade e um sistema de representação política. (BERMAN, 1954, p. 31 *apud* AFONSO, 2019)

Para isso, acredita-se que a pesquisa em jornais será útil, podendo as informações coletadas serem comparadas à uma outra fonte de suma importância, trata-se das informações orais, visando suprir a deficiência dos arquivos e acessar informações não oficiais. Obviamente, o significado do relato particular é considerado mediante significados mais amplos do contexto histórico, das estruturas sociais e culturais ou das interações sociais, a fim de alcançar uma compreensão globalizante de acordo com a interpretação do investigador.

Serão realizadas cinco entrevistas, com diversos atores sociais, são eles: político ou secretário de planejamento urbano, arquiteto, ativista patrimonial, representante do instituto histórico e morador do bairro. Como critério de seleção dos entrevistados, seguiu-se as orientações levantadas por ALBERTI (2005), em capítulo intitulado “Histórias dentro da História”, do livro *Fontes Históricas*, referenciado ao final desse texto. Acredita-se que a variedade de funções desempenhadas pelos entrevistados, além da diversidade de





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

grupos, revelará diferentes olhares sobre o objeto estudado, trazendo à tona a multiplicidade de histórias que transpassam o bairro da Prata.

CHIZZOTTI (2011) levanta que:

Na história oral, como possibilidade de pesquisa, o investigador reúne informações orais de uma ou mais pessoas sobre eventos, seu contexto, suas causas e efeitos. Como forma de pesquisa, a coleta de testemunhos orais, derivada da “história oral”, supõe um conhecimento dos diferentes usos da história e as possibilidades que o recurso aos testemunhos orais pode oferecer, como suprir deficiências de documentos disponíveis, alcançar informações não registradas e inacessíveis, compreender o contexto vivido para além das informações oferecidas pelos documentos, extrair uma perspectiva não oficial. (CHIZZOTTI, 2011, P. 107)

Por dimensão espacial, compreende-se o espaço como junção da paisagem do ambiente natural e paisagem do ambiente construído. Logo, parte-se do estudo das características físicas do lugar e seu entorno, buscando nesta leitura da paisagem e de seus elementos, entender a identidade do lugar e suas interpretações. Para essa análise física da estrutura urbana, as fontes a serem utilizadas tratam-se de mapas, registros dos loteamentos, desenhos técnicos originais das construções no recorte temporal analisado, além de fotografias, e das próprias edificações. Os estudos estarão embasados em autores como LAMAS, para análise da morfologia urbana e da paisagem da cidade; LYNCH, para conhecimento dos elementos compositivos da paisagem na cidade (edificações, suas relações com o entorno e transformações); e CULLEN, para complementar a construção e análise da paisagem urbana.

KATINSKY (2005) explica que:

Em história da arte e, principalmente, em arquitetura, são fontes primárias as próprias obras, os esboços e desenhos preparatórios, bem como, os memoriais, mas também as apreciações dos contemporâneos, os depoimentos dos empreendedores, as observações dos usuários e até a escrituração comercial... E por fontes secundárias, temos considerado todos os textos de referência sobre o período estudado, como ensaios históricos e críticos. (KATINSKY, 2005, p.46 *apud* AFONSO, 2019)



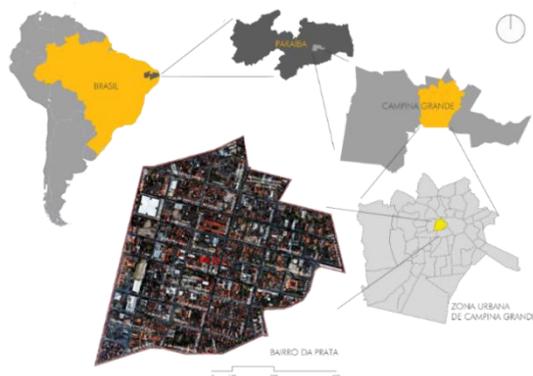


### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Como suporte teórico-metodológico desse texto, fez-se também revisão bibliográfica do capítulo intitulado “Fontes para o patrimônio cultural. Uma construção permanente”, situado no livro “O historiador e suas fontes”, organizado por PINSKY e LUCA (2009).

## O QUE VEM SENDO LAPIDADO?

Em Campina Grande, o surgimento de novos bairros, entre eles o da Prata, e a modernização de sua paisagem urbana, estiveram intimamente ligados à intensa movimentação comercial e posteriormente, a partir dos anos 1960, ao avanço industrial. O bairro tomado como estudo de caso, detentor de relevante produção arquitetônica moderna, está situado no entorno do Centro da cidade. Surgiu num contexto de renovação da paisagem urbana, onde se buscava a redefinição de fluxos e estéticas. Fundamentado pelos conceitos do urbanismo moderno, que tem como princípio a racionalização do espaço, o objetivo da administração pública da época (Prefeito Vergniaud Wanderley) era “ordenar a desordem prevendo o crescimento da cidade”.



**Imagem 02:** Localização geográfica do Brasil, estado da Paraíba, cidade de Campina Grande e do bairro Prata.

Fonte: Elaborado por GARCIA, 2017.

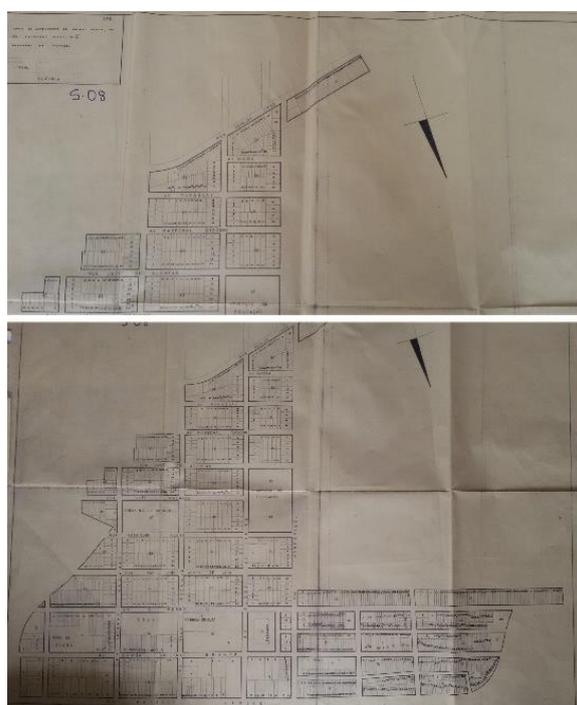
Assim, a antiga trama viária campinense foi sendo redefinida e sua expansão estimulada pela abertura de ruas sobre os subúrbios, que em sua maioria foram elaboradas seguindo traçados retos que desafiavam até mesmo a topografia dos sítios. Decorrente dessas mudanças surgiram empreendimentos imobiliários, como os loteamentos que deram





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

origem ao bairro da Prata, são eles: Raimundo Viana (Jardim da Prata registrado em 1953), e Floripes Pontes. Essa informação foi levantada no Arquivo da Secretaria de Planejamento de Campina Grande, tornando-se importante destacar, que o acervo desse órgão ainda se encontra em fase de catalogação, dispondo de muito material, porém ainda desorganizado. O trabalho de organização começou a ser feito por alunos voluntários do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFCG, mas caminha a passos lentos.



**Imagem 03:** Loteamento Raimundo Viana, 1953.

Fonte: SEPLAN, 2017.

Na imagem é possível notar que os lotes que antes pertenceram a Raimundo Viana abrigam edificações importantes, que sobrevivem até a atualidade como marcos histórico, arquitetônico e cultural. Algumas delas já aparecem indicadas na documentação, como por exemplo, a Igreja Nossa Senhora do Rosário, a casa de saúde e maternidade Dr. Francisco Brasileiro, (que viria a se tornar referência em toda região Nordeste cerca de 20 anos depois, estando atualmente abandonada), o mercado conhecido como a grande Feira da Prata, um instituto de educação (Colégio Estadual da Prata), o SENAI (Centro de Educação Profissional Professor Stenio Lopes) e uma fábrica de óleo (ainda não identificada).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

No entanto, em meados da década de 1930, conforme o *Jornal de Campina* (1933), referência citada pelo professor Fábio Gutemberg em seu artigo “Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1030-1945)”, a ocupação do bairro era incentivada, e o convite feito em letras grandiosas:

V. Excia. já sabe o que é o Bairro da Prata?” e em seguida o leitor era convidado a conhecê-lo: O Bairro da Prata, será muito em breve o primeiro e único local onde V. Excia. pode construir seu Bungalow, com clima salubérrimo para o seu repouso, com espaço bastante para as necessidades de sua residência, com todas as comodidades, enfim, que a moderna técnica de urbanismo requer para sistematização de habitações. O Dr. Nestor de Figueiredo, grande urbanista brasileiro visitando aquele magnífico bairro da nossa urbs, afirmou que na Prata, Campina teria de localizar num futuro próximo as suas melhores vivendas. Pois bem, V. Excia pode possuir desde já um terreno a prestações módicas, para construir o seu lar naquelle doce recanto (...) (*Jornal de Campina*, 05/02/1933, nº 2, p. 2.)

Uma outra fonte de pesquisa foi produzida pelas autoras em Pesquisas de Iniciação Científica e em Trabalho de Conclusão de Curso. Na oportunidade, foram catalogadas residências da década de 1960, levantadas no Arquivo Público Municipal, sendo possível identificar no bairro, a intensa construção de programas residenciais e equipamentos com repertório formal e soluções projetuais que seguiam os princípios racionalistas do Movimento Moderno, sinônimos de progresso e prosperidade. O arquivo dispõe de um extenso acervo de solicitações de construções organizadas por ano em pastas nomeadas por ruas. No entanto, essa organização merece ser melhorada, bem como o prédio em que está localizado, devido suas condições insalubres.

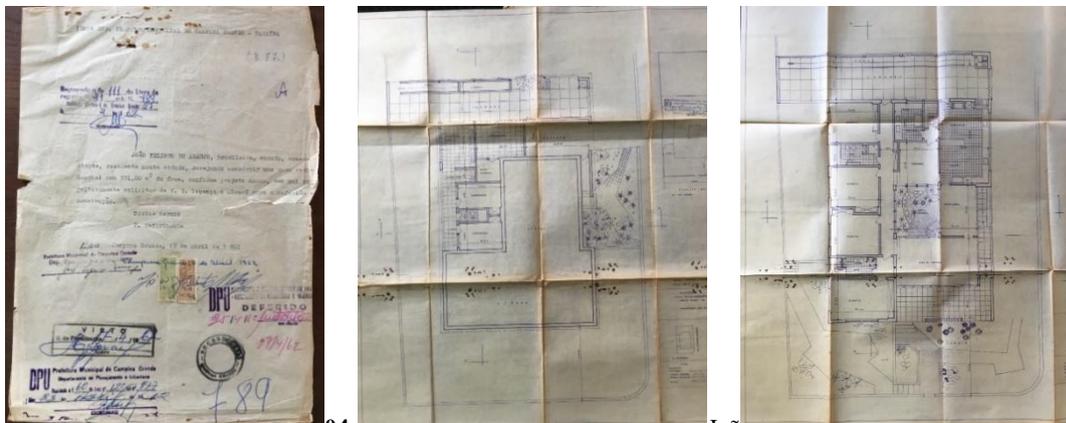


Imagem 04: material de projeto original da Res. João Renato, 1962.

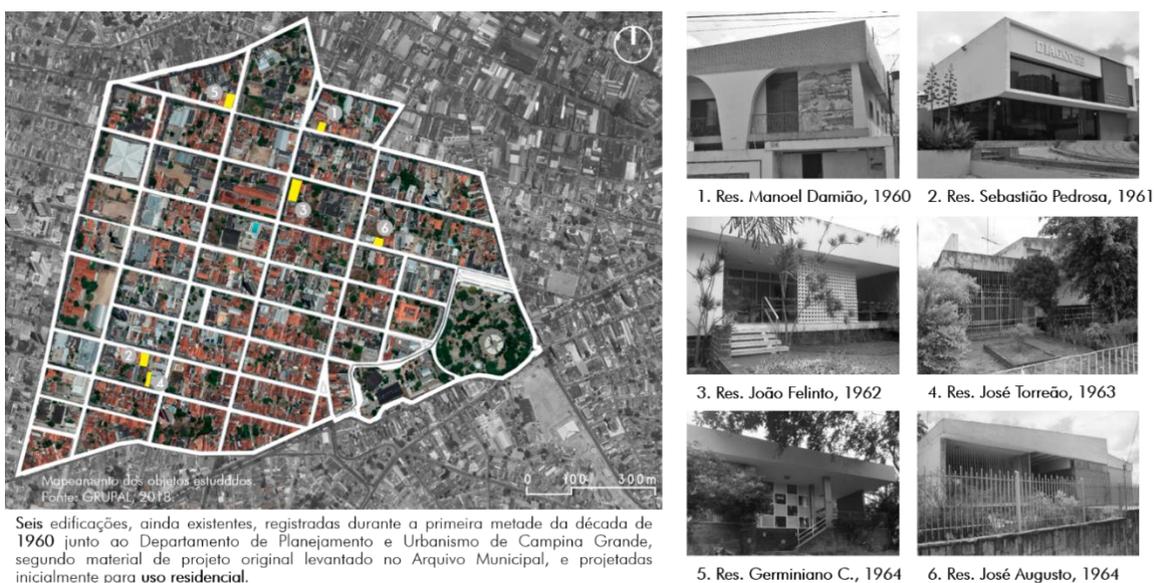
Fonte: Arquivo Público Municipal, 2017.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Assim, para exemplificação do acervo patrimonial residencial do bairro, separou-se seis edificações ainda existentes. Destas, apenas duas ainda funcionam como moradias: as Residências Manoel Damião e João Felinto. A Residência Sebastião Pedrosa abriga desde meados da década de 1980 um laboratório de análises clínicas e consultórios médicos, enquanto que a Residência José Augusto foi transformada em vários pontos comerciais no último ano. As Residências Germiniano Crispim e José Torreão estão em desuso no momento. Como grande parte das edificações locadas no bairro, possuem grandes terrenos, com recuos generosos, o que nos dias atuais, devido ao aumento do valor do metro quadrado, trouxe sérios problemas à preservação destes imóveis, considerando que os proprietários se sentem atraídos pelas propostas econômicas dos empreendedores, que os adquirindo, demolem ou descaracterizam.



**Imagem 05:** Parte do acervo residencial moderno construído na década de 1960 no bairro da Prata.

Fonte: Elaborado por GARCIA, 2018.

Em pesquisa realizada sobre o bairro da Prata, APOLINÁRIO (2011) escreveu que:

À medida que esse processo de urbanização vem crescendo no bairro, os elementos espaciais vão se moldando as novas funções, que surgem a partir de um processo de acumulação e concentração do capital, gerando uma dinâmica econômica que rege a mudança da sociedade de acordo com o modo de produção capitalista. Sendo assim, o bairro passa por uma transformação bastante visível em sua paisagem, na medida em que é visto como um espaço urbano com um grande potencial imobiliário, tomando como





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

princípio não só o fato do bairro ser considerado classe média alta, desde sua formação, mas também sua acessibilidade e localização na cidade. (APOLINÁRIO, 2011, P.01)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nível estadual, de 1997 a 2015, foram tombados por meio de seis decretos estaduais, aproximadamente 40 ruas, praças e prédios situados no Centro Histórico de Campina Grande, constituído por uma arquitetura de estilo arte déco. Este perímetro foi considerado no Plano Diretor do município em 2006, ainda em vigor atualmente e em revisão desde 2016. No entanto, a preservação deveria ser mais eficiente em outras áreas da cidade, também valorosas se considerados fatores históricos, sociais e econômicos. As chamadas Zonas Especiais de Preservação, onde são exigidos parâmetros e índices de ocupação diferenciados, merecem ser revistas e ampliadas, e edificações dotadas de significados, inclusive aquelas constituintes do patrimônio recente - influenciadas pelo Movimento Moderno, devem ser tombadas.

Obviamente o tombamento deve seguir critérios sólidos, e nem todos os imóveis do bairro estão aptos, mas a preservação de alguns exemplares, tendo em vista a intensa descaracterização do conjunto, torna-se importante para que as adaptações aos novos usos sigam princípios éticos de intervenção, possibilitando a manutenção e aprimoramento das técnicas construtivas para gerações futuras.

KUHL (2008, p.126) destaca que “o homem, destruindo ou degradando os monumentos históricos, deturpa e destrói a própria memória e a história. Apaga suas raízes, deforma as lições deixadas pelo passado.” No entanto, em Campina Grande, e mais especificamente no bairro da Prata, imóveis residenciais estão sendo transformados em edifícios hospitalares, como laboratórios, consultórios, hospitais e farmácias, sendo alguns totalmente modificados e até mesmo demolidos. Sabe-se da impossibilidade do engessamento plástico formal e funcional dessa arquitetura, contudo, deve-se atentar para a possibilidade de se intervir, respeitando elementos marcantes e de valor para a





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

preservação da memória arquitetônica moderna, referente à sua dimensão tectônica, espacial e formal.

A título de esclarecimento, evidentemente o acervo moderno da Prata ultrapassa a tipologia residencial e isso será relatado na dissertação em desenvolvimento e na apresentação desse texto em evento ao qual se destina. Porém, devido ao limite de páginas, foi a tipologia residencial a mais falada, porque é também a mais ameaçada.

Conclui-se que a utilização dos princípios modernos no desenho urbano e arquitetônico, que acabaram por demolir e substituir outras linguagens, tornam-se agora substituídos, mesmo que as edificações por eles influenciadas sejam ainda eficientes, no ponto de vista construtivo e técnico-material. ZANCHETI (2003) propõe uma discussão sobre o conceito de conservação urbana integrada, como caminho a ser seguido para proteção do patrimônio cultural urbano:

O planejamento e a gestão de áreas urbanas de interesse patrimonial devem estar integrados nos processos mais gerais de planejamento e gestão das cidades e dos territórios, dentro de uma visão multidimensional integrada (econômica, política, cultural, ambiental e físico-espacial). (ZANCHETI, 2003, P.110)

Partindo dessa premissa, deve-se buscar, para conservação do meio urbano, articular políticas urbanas com preservação dos valores patrimoniais, além do engajamento entre sociedade e setores governamentais. Logo, não se pode perder a consciência de que as intervenções e transformações urbanas devem considerar a relação dialética entre conservação e inovação, valendo ressaltar que:

A morte atinge tanto as obras quanto os seres. Quem fará a discriminação entre aquilo que deve ou não substituir ou aquilo que deve desaparecer? O espírito da cidade formou-se no decorrer dos anos; simples construções adquiriram um valor eterno na medida em que simbolizam a alma coletiva; constituem o arcabouço de uma tradição que, sem querer limitar a amplitude dos progressos futuros, condiciona a formação do indivíduo, assim como o clima, a região, a raça, o costume. Por ser uma pequena pátria, a cidade comporta um valor moral que pesa e que lhe está indissolúvelmente ligado. (CARTA DE ATENAS, 1933)





## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Alcília. *Proposta metodológica para pesquisa arquitetônica patrimonial*. Belo Horizonte: 3º Simpósio Científico do Icomos Brasil. IEDS, UFMG, 2019.

AFONSO, Alcilia. *O processo de industrialização na década de 1960 e as transformações da paisagem urbana do bairro da Prata, em Campina Grande*. Barcelona: Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo. UPC, 2017.

APOLINÁRIO, O; ALMEIDA, N; VALVERDER, A. *Especulação e verticalização: reflexos na paisagem do bairro da prata em Campina Grande-PB e o uso do georreferenciamento*. Anais do 9º Encontro latino Americano de pós-graduação e iniciação científica. UNIVAP. São José dos Campos, 2011.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 4 ed. São Paulo: Vozes, 2011.

GARCIA, Marjorie. *Prata que vale ouro: a casa moderna da década de 60*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Campina Grande: UFCG, 2018.

GARCIA, Marjorie; AFONSO, Alcilia. *A modernização da cidade de Campina Grande e o bairro da Prata nos anos 60*. Belo Horizonte: II Simpósio Científico do ICOMOS BRASIL. IEDS, UFMG, 2018.

GARCIA, Marjorie; AFONSO, Alcilia. *Prata moderna: o caso da Residência Sebastião Pedrosa. Tertuliano Dionísio. 1961*. Belo Horizonte: II Simpósio Científico do ICOMOS BRASIL. IEDS, UFMG, 2018.

GARCIA, Marjorie; FARIAS, Carine; AFONSO, Alcilia. *A transformação do acervo moderno da Prata: o caso da Residência José Augusto de Almeida*. 7º Seminário Docomomo Norte Nordeste. Manaus: UFAM, 2018.

GARCIA, Marjorie; AFONSO, Alcilia. *Reconhecimento da paisagem moderna da Prata. Campina Grande. PB*. Belo Horizonte: V Colóquio ibero-americano: Paisagem cultural, patrimônio e projeto. IEDS, UFMG, 2018.

GARCIA, Marjorie; AFONSO, Alcilia. *Arquitetura moderna e industrialização: o bairro da Prata nos anos 60*. Gijón Espanha: XIX Jornadas internacionales de patrimonio industrial. INCUNA, 2017.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

SERRA, Geraldo. *Pesquisa em arquitetura e urbanismo*. São Paulo: EDUSP, 2006.

SOUSA, Fábio. *Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste (1930-1945)*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.23, n°46, 2006.

PINSKY, Carla. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

PINSKY, Carla; LUCA, Tania (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

KUHL, Beatriz. *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

ZANCHETI, Sílvio Mendes. *Conservação urbana: textos de momento*. Olinda, Editora do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. Textos para Discussão n. 30 – Série Gestão da Conservação Urbana, 2008.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

PÔSTER

**A DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA COMO INSTRUMENTO DE ESTUDO DE INTERVENÇÃO ARQUITETÔNICA NO PATRIMÔNIO MODERNO CAMPINENSE: UM ESTUDO DE CASO NO BLOCO CRECHE DO CAIC JOSÉ JOFILLY**

Ana Livia Farias Miná<sup>1</sup>

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

analiviafm@gmail.com

Maria Clara Honório Rodrigues<sup>2</sup>

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

mclarahr7@outlook.com

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo possui como objeto de estudo as fontes documentais primárias adquiridas para a anamnese do bloco Creche, um dos quatro volumes que compõem o complexo do CAIC (Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente) José Jofilly, construído em 1994 e localizado na Rua Nivaldo Henriques de Oliveira, nº 100, bairro Malvinas na cidade de Campina Grande - PB.

O objetivo deste artigo, sob o aporte teórico da metodologia de Serra (2006), em contexto político e histórico, e Ribeiro (2016), em projeto de restauro, é difundir para a população e para a comunidade acadêmica a existência e importância das fontes históricas como documentação auxiliadora da análise do objeto arquitetônico enquanto patrimônio moderno.

Dessa forma, integrar as esferas sociais tendo em mente a importância desses estudos documentais junto à educação patrimonial, expõe que este complexo edificado





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

seria a única obra que representa o trabalho do arquiteto João Filgueiras Lima (Lelé) na cidade, entendendo o impacto social, histórico, econômico e cultural do complexo. Assim, as fontes documentais em análise possuem importância que permeia os mais diversos campos da contemporaneidade, a partir do entendimento e interpretação das múltiplas significações que podem ser obtidas a partir destas documentações, sendo a preservação necessária e educação patrimonial duas delas.

Tal artigo comporta resultados e análises correspondentes ao estudo realizado pelas autoras na disciplina de Projeto de Arquitetura V, ministrada pela Prof. Dra. Alcília Afonso de Albuquerque Melo, no semestre 2019.2 durante o curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFCG), que trata de intervenções arquitetônicas no patrimônio histórico.

## 2. O CAIC NO CONTEXTO BRASILEIRO

Segundo Gomes (2017, p. 77), durante o governo de Fernando Collor, ocorrido de 1990 a 1992, o presidente foi “convencido da relevância [...] da escolaridade em tempo integral, daí surgiram os Centros de Atenção Integral à Criança, que se tornaram política pública”. Com isso, em 1990, a partir de políticas neoliberais instituídas em seu governo, procura-se instituir a privatização de serviços públicos, como educação, saúde e previdência, segundo Coutinho (2012).

A partir disso, o projeto “Minha Gente” instituído pelo decreto Nº 91/1990 do governo inclui os CIACs – Centros Integrados de Atenção à Criança e ao Adolescente, elaborados pela Legião Brasileira de Assistência coordenada pelo Ministério da Criança. Houve a proposição da setorização a partir de diversos programas de atendimentos, explicitando a intenção do programa não só no âmbito educacional no espaço escolar, mas no assistencialista, atuando também na esfera social e de saúde.

Com relação à criação e operação dos CIACs, compreendem-se responsabilidades em 3 esferas administrativas: Federal, que financia a construção da estrutura física das edificações que abrigam os projetos; Estadual, que funciona na coordenação dos serviços que bendizem à construção das edificações; e Municipal, que envolve-se na cessão do lote





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

para a execução projetual e o fornecimento de serviços à obra. No entanto, além destes órgãos, pode-se contar com a assistência de entidades públicas, como universidades, ou privadas, desde que a participação seja sem fins lucrativos.

Com a renúncia de Collor da presidência pela crise econômica e corrupção, o consequente presidente Itamar Franco extingue o Ministério da Criança e renomeia o “Projeto Minha Gente” como “Programa Nacional de Atenção à Criança e ao Adolescente - PRONAICA” e os CIACs passam a chamar-se CAICs - Centros de Atenção Integral ao Adolescente. Dessa forma, o programa passou a ser assumido pela Secretaria de Projetos Especiais com vínculo direto com a Presidência da República.

O projeto arquitetônico da obra governamental do CAIC foi realizado por João da Gama Filgueiras Lima, conhecido como “Lelé”, um arquiteto carioca nascido em 10 de janeiro de 1932 e falecido em 21 de maio de 2014, popular por seus projetos na Rede Sarah e por ter introduzido a pré-fabricação no Brasil.

#### **4. O BLOCO CRECHE – CAIC JOSÉ JOFILLY**

Localizando-se na Rua Nivaldo Henriques de Oliveira, nº 100, bairro Malvinas, a unidade campinense do CAIC foi construída no ano de 1994 durante o governo do prefeito Félix Araújo Filho, nomeando a edificação como “CAIC José Jofilly” (Figura 1) em homenagem ao intelectual e político José Jofilly, da cidade Pocinhos – PB, Brasil. Encontra-se sob gestão compartilhada entre os poderes municipal e estadual, e sob responsabilidade técnica em construção do engenheiro Shigueru Yamamoto e da construtora Promon Engenharia LTDA. O complexo é formado por 4 volumes, compondo: Creche (objeto de estudo, com 880,50 m<sup>2</sup>), Apoio, Educacional e Administrativo.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA



Figura 1 – Implantação do CAIC José Jofilly. Fonte: MINÁ, Ana Lúvia. 2019;  
PEREIRA, Ivanilson. 2019.

A arquitetura da Creche expressa-se por sua estrutura, e, no sistema estrutural, Lelé estabeleceu sua marca na produção nacional dos CAICs a partir da utilização da argamassa armada ou “ferro-cimento” (placas de cimento e armação em aço leve com espessura de 3 cm) e vigas e pilares pré-fabricados nesta técnica. As paredes são em concreto armado aparente e, em argamassa armada, como solução de iluminação natural, há Sheds na cobertura da edificação; como proteções solares, encontram-se marquises metálicas na cor amarela, sombreando esquadrias pivotantes de peitoril baixo. Em peles, em alguns ambientes, vê-se o contato interno-externo através de cobogós.

## 5. A DOCUMENTAÇÃO DA EDIFICAÇÃO

Para a proteção e conservação desse patrimônio importante para o legado arquitetônico moderno, necessita-se de intervenção arquitetônica contemporânea, como em estudo na disciplina Projeto de Arquitetura V. Como metodologia projetual, utiliza-se a de Ribeiro (2016), observada em esquema na Figura 2:





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

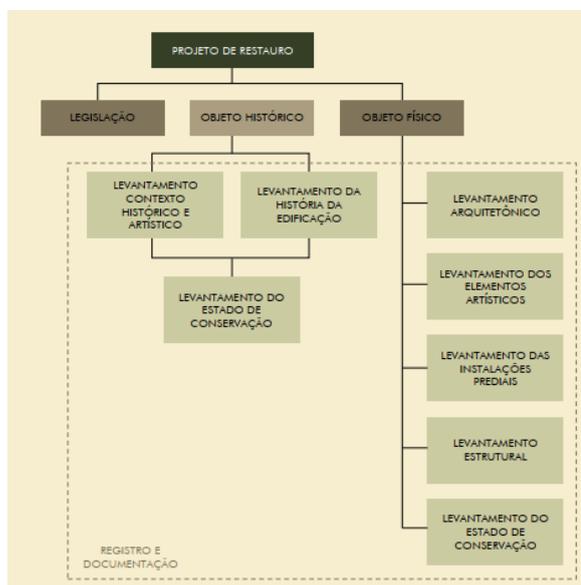


Figura 2 – Metodologia de projeto de restauro de Ribeiro (2016).

Fonte: Adaptado por Afonso (2017), com base em Ribeiro (2016).

Dessa forma, observa-se que para a realização da intervenção arquitetônica, necessita-se de todo o entendimento da obra. Assim, fontes primárias e secundárias tornam-se indispensáveis para a compreensão da edificação como um marco temporal, político e arquitetônico. A documentação legal expõe todas as empresas e órgãos envolvidos com a obra, além de todas as questões que comportam o procedimento da mesma; a edificação atua como fonte primária, pois possibilita diversas análises arquitetônicas, patológicas e históricas a partir de visitas *in loco* e registros fotográficos por permitir o contato direto do pesquisador com o edifício. Ao contatar a Secretaria de Obras de Campina Grande – PB, após alguns problemas burocráticos com relação ao acesso à documentação, foram obtidas variações entre recibos de gastos com a obra e licitações até desenhos técnicos em pranchas tipo A0 (Figura 3).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

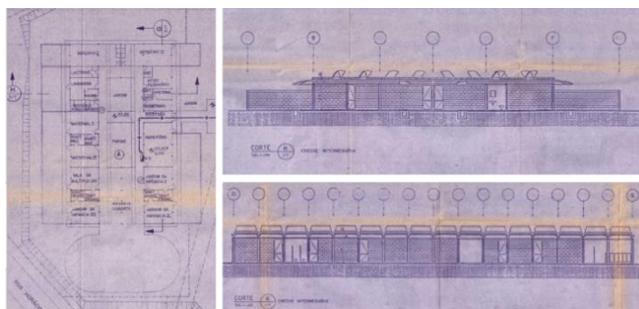


Figura 3 – Cópias de desenhos originais de planta baixa e cortes feitos por Lelé.

Fonte: Secretaria de Obras de Campina Grande.

A documentação encontra-se em bom estado de conservação, no entanto, ausentam-se informações gráficas sobre a planta de cobertura, sendo um dos elementos da obra que apresentam patologias que geram consequências para todo o corpo edificado, necessitando de análises particulares para solução do problema.

Sobre o estado de conservação da Creche, observa-se o total descaso da gestão governamental com relação ao edifício. Atualmente a edificação encontra-se com suas atividades suspensas, segundo o G1 Paraíba, devido ao acidente ocorrido com uma das alunas da instituição, ocasionado por problemas estruturais. Assim, auxiliado da ausência de proteção patrimonial, o prédio prossegue sem manutenção e em total abandono. Destacam-se patologias na cobertura, que ramificam diversos problemas na edificação: a partir da adoção de telhado plano com tubulações de água pluvial permeando os pilares somado a erros de execução, falta de manutenção do edifício, culminou-se em entupimento de calhas, infiltrações e rachaduras nos pilares.

Dessa forma, utilizando a edificação como fonte histórica primária, em visitas *in loco* com equipe auxiliada pela Defesa Civil, visto que o acesso à edificação é de extrema dificuldade, foram detectadas diversas patologias, na composição estrutural do edifício, como desgaste e danificação de peles e esquadrias.

A partir dessa anamnese, obtiveram-se Fichas de Danos (FIDs) fundamentadas pela metodologia de Lichteinstein (1986) e Tinoco (2009), detalhando-se danos na edificação, formulando hipóteses acerca de suas origens e possíveis condutas a serem tomadas





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

visando a preservação do patrimônio edificado. Em último lugar, interpretam-se os dados reunidos estabelecendo-se diretrizes projetuais de intervenção no patrimônio arquitetônico moderno visando soluções com relação aos problemas patológicos encontrados e a preservação da obra enquanto memória edificada na cidade.

## 6. CONCLUSÃO

A proposta desse artigo consistiu em expor a situação atual do CAIC José Jofilly enquanto patrimônio arquitetônico e a contribuição da documentação histórica para sua anamnese. A obra é recente, considerada patrimônio histórico moderno por sua marca no período histórico em que foi construída, bem como por caracterizar a linha projetual do arquiteto Lelé. No entanto, encontra-se descoberta de proteção patrimonial legal e, com a documentação adquirida, compreenderam-se as necessidades da edificação para sua preservação e conservação, através de condutas a serem feitas com relação às patologias e futuras intervenções arquitetônicas contemporâneas possíveis. Por fim, aponta-se a necessidade de ação dos órgãos responsáveis pela proteção patrimonial dessas obras com valor histórico na cidade, associada à sensibilização e valorização do mesmo, bem como a educação patrimonial em todas as camadas da sociedade.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COUTINHO, M. A. D. G. C. **A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM SEROPÉDICA A EXPERIÊNCIA DO CAIC.** Sociedade Brasileira de História da Educação: ago./2012. Disponível em: < <http://bit.ly/2NWLWJ>>. Acesso em: 20 set. 2019.

**G1 Paraíba. Estudante é atingida na cabeça por uma barra de ferro dentro de escola em Campina Grande.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2018/11/24/estudante-e-atingida-na-cabeca-por->





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

uma-barra-de-ferro-dentro-de-escola-em-campina-grande.ghtml>. Acesso em: 20 set. 2019.

LICHTENSTEIN, N. B. **Patologia das construções**. Boletim técnico n. 06. São Paulo - USP, 1986.

RIBEIRO, R; NÓBREGA C. (org). **Projeto e patrimônio: reflexões e aplicações**. Rio de Janeiro: Rio Books. 2016.

TINOCO, J. E. L; **Mapa de danos: Recomendações básicas**. 43. ed. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2009. p. 1-1.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **ARQUITETURA E ESTRUTURA NO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: O CASO DA ANTIGA FÁBRICA WALLIG NORDESTE. CAMPINA GRANDE-PB.**

Julia Ribeiro Maranhão Leite<sup>1</sup>  
Alcília Afonso de Albuquerque e Melo<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Estudante de Graduação em Arquitetura e Urbanismo e bolsista 2018 – 2019 do PIVIC/CNPq, UFCG, Campina Grande – PB;  
julia\_leite\_@live.com

<sup>2</sup>Professora Doutora, Unidade Acadêmica de Engenharia Civil, Universidade Federal de Campina Grande, UFCG, Campina Grande-PB.  
kakiafonso@hotmail.com

O trabalho apresentado nesse seminário possui como objeto de estudo a relação entre concepção arquitetônica e estrutura no edifício que sediou a fábrica da Wallig Nordeste S.A., instalada na cidade de Campina Grande, agreste da Paraíba, durante a década 60 do séc. XX. Sendo resultado das atividades que foram desenvolvidas na pesquisa “A Relação entre Concepção Arquitetônica e Estrutura em Projetos Industriais Modernos em Campina Grande. Estudos de Casos” , cadastrada no CNPq e pertencente à linha de pesquisa “HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DA CIDADE MODERNA. FORM CG”, ao qual prossegue as investigações relacionados ao patrimônio industrial moderno na cidade, sendo parte do grupo de pesquisa Arquitetura e Lugar/GRUPAL, vinculado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Campina Grande.

Tem-se como objetivo apresentar o trabalho de documentação e análise realizado, assim como divulgar as soluções tectônicas do patrimônio industrial moderno local através da obra da indústria Wallig, considerando também que a temática do patrimônio industrial tem sido amplamente discutida em eventos de alcance nacional e internacional, assim como a importância histórica e econômica que a Wallig representou para o contexto local no processo de industrialização pelo qual passou a política econômica regional nas





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

décadas de 60 e 70 do séc. XX, através dos investimentos provenientes da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Esse investimento através do caráter mercantil que a cidade de Campina Grande possui, inserida no Agreste da Paraíba, é considerada polo de oito microrregiões, exercendo assim uma influência geoeconômica em limites que transpõem fronteiras estaduais, tornando-se, uma das mais importantes de toda região nordestina. O objetivo da SUDENE era equilibrar o crescimento fabril e econômico com a região centro-sul, colaborando com a criação de novos bairros na cidade, incluindo um distrito industrial localizado na (Figura 1), como aponta AFONSO e RODRIGUES (2018).



**Figura 1: Mapa de Inserção Campina Grande-PB e Distrito Industrial.**

Fonte: SEPLAN (Secretária de Planejamento de Campina Grande), 2010, editado por Ingrid Oliveira.

O patrimônio industrial é compreendido como os “vestígios da cultura industrial”, os quais possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico, como é bem sintetizado na Carta de Nizhny Tagil (2003). Essa também define que:

(...) todo o acervo do patrimônio industrial deve ser estudado, a sua história deve ser ensinada, a sua finalidade e o seu significado devem ser explorados e clarificados a fim de serem dados a conhecer ao grande público. (CARTA DE NIZHNY TAGIL, 2003, p. 2)





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Os projetos das fábricas produzidas no período estudado (1960 - 1980) utilizaram concepções projetuais arquitetônicas e estruturais bastante arrojadas para a época, utilizando grandes vãos vencidos com vigas e pilares em concreto armado, e peles em cobogós especialmente detalhados para cada projeto, despertando o interesse para as soluções construtivas e a qualidade das mesmas, assim como o forte diálogo entre concepção projetual e estrutura nessas obras, tais soluções contudo não haviam sido documentadas, e o acervo existente vem sendo destruído devido à falta de conhecimento das instituições e da comunidade a respeito da importância do mesmo, muitas das obras produzidas no início do século XX, já foram demolidas ou totalmente descaracterizadas, e as pertencentes ao período da modernidade, passam por processos acelerados de reformas, mas não de restauração, perdendo seus elementos arquitetônicos e estruturais, e conseqüentemente seus valores de autenticidade e de integridade, justificando assim a importância em documentar e analisar essas obras e as soluções construtivas da mesma.

Neste processo, de documentação e análise, utilizou-se da metodologia de análise do objeto arquitetônico (Figura 2), proposta por AFONSO (2019), a qual propõe a utilização de ferramentas gráficas para redesenho de projetos originais, e análise dos mesmos através de seis dimensões da arquitetura: 1\_Dimensão Normativa, levanta-se dados acerca das leis e decretos que possivelmente protejam a obra em questão, analisa-se a existência de inventários e suas condições; 2\_Dimensão Histórica, analisa-se os fatores que originaram o projeto, a obra, o cliente, os custos, apoiando-se na metodologia de SERRA (2006), que defende a existência de um sistema de condicionamentos para a existência de um processo; 3\_Dimensão Espacial, subdivide-se em uma análise do espaço externo, o entorno, a implantação do edifício, recuos, zona urbana, e do espaço interno, solução do programa em planta, zoneamento, fluxogramas; 4\_Dimensão Tectônica, destaca-se esta como enfoque do estudo realizado, embasando-se no conceito de FRAMPTON (1995) da tectônica como a “poética da construção”; 5\_Dimensão Funcional, analisa a relação de uso em projeto, adotado e existente na atualidade; 6\_Dimensão Formal, trata de entender a linguagem ou estilo arquitetônico adotado em projeto através do estudo volumétrico e conseqüente das fachadas.





ISSN 21764514

### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA



**Figura 2: Esquema da Metodologia adotada em Pesquisa**

Fonte: AFONSO, 2019, Redesenhado e adaptado por Julia Leite 2019.

Para salvaguarda das dimensões levantadas, é importante a documentação dos aspectos projetuais que resguardam essas obras como de valor arquitetônico patrimonial, dentro desses aspectos está a tectônica definida por (FRAMPTON 1995 apud AFONSO, 2018 p.380) como a poética da construção, defendendo a interdependência entre forma e estrutura, sendo essas um só objeto, assim como a importância do projetar como processo construtivo. Segundo (AFONSO, 2018 p.380), K. Frampton provocou uma renovação do debate sobre a tectônica, promovendo a noção ao estatuto de “potencial de expressão construtiva” da arquitetura, capaz de reunir aspectos materiais e construtivos aos aspectos culturais e estéticos.

Ainda tratando de conceito (REBELLO 2000, p.21) define a estrutura como um conjunto, formado de elementos inter-relacionados para desempenhar uma função permanente ou não. A estrutura específica das edificações também é um conjunto de elementos, a saber: lajes, vigas e pilares que se inter-relacionam. A laje apoiando em viga, viga apoiando no pilar para desempenhar uma função, como afirma (REBELLO 2000, p.22) “este conjunto de elementos é o caminho pelo qual os esforços que atuam sobre ela devem transitar até chegar ao seu destino final, o solo.”





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

A concepção Arquitetônica trata das variáveis que interferem na idealização projetual arquitetônica, o que deve ser tratado e considerado como base para a criação do pensamento da composição construtiva. (AFONSO, 2018 p.380) aponta que:

Um sistema construtivo é composto não apenas da estrutura da obra em si, com sua divisão básica em subestrutura (fundações), e superestrutura (pilares, vigas, e peles), mas também, de seus detalhes, junções que envolvem as relações entre a materialidade e as soluções projetuais, que formam o arcabouço construtivo de determinada edificação e lhe conferem um valor construtivo a ser preservado. (AFONSO, 2018 p. 380).

Ao conceber uma estrutura existe uma inevitável relação com o espaço gerado, e segundo (REBELLO, 2000 p.26) essa concepção implica consequentemente na concepção dos materiais e processos para materializá-la, considerando que a estrutura e a forma são um só objeto. Portanto, para a pesquisa arquitetônica o edifício em si e seus materiais de projeto, encontrados no Arquivo Municipal, tornam-se fontes documentais primárias de grande importância, analisando as duas fontes em conjunto é possível obter informações acerca das técnicas construtivas propostas, as soluções espaciais e formais, o traço do arquiteto e o quanto este se repercute na obra, assim como as patologias que trataram de se manifestar ao longo do tempo.

Associado a essas, pode-se afirmar a importância de trabalhar com outras fontes que auxiliaram nesse processo tais como registros fotográficos do período de funcionamento da fábrica, recortes de jornais, propagandas de época, as quais foram encontradas em acervos do Arquivo Municipal e da SECULT – Secretaria de Educação e Cultura de Campina Grande; também foi de igual importância a análise das documentações que tratavam da aprovação do investimento realizado pela SUDENE para construção da fábrica, tal pesquisa foi possibilitada pelo acesso ao acervo da superintendência na cidade do Recife-PE. Documentar os dados então coletados, através de fichamentos e redesenho, é de extrema importância como ferramenta para salvaguarda ao menos da memória do patrimônio industrial moderno campinense.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA



**Figura 3: Painel com as Fontes Documentais de Pesquisa**  
**Fonte: Arquivo Municipal , SEPLAN, SECULT, Acervo SUDENE.**

A Wallig Nordeste S/A, fábrica de grande porte que se instalou na cidade como produtora de fogões a gás liquefeitos, inserindo-se no Distrito Industrial I em um lote de esquina entre a Av. Assis Chateaubriand (BR-104) e a Rua João Wallig. O projeto arquitetônico, encomendado ao escritório de Porto Alegre - RS “Sérgio e Pellegrini Cia Ltda, Estúdio de arquitetura, urbanismo e decorações” foi aprovado em 1965, sendo a obra construída no período de 5 anos, inaugurada em 1970. Em 1972 a indústria de fogões “Cosmopolita” (situada em São Paulo), do mesmo grupo, se encontrava com muitos débitos, o que resultou na falência da Wallig por ter que subsidiar as dívidas do grupo. Nessa conjuntura, a fábrica fecha suas portas em setembro de 1979, demitindo cerca de 1500 empregados e gerando um sentimento de mal-estar na cidade, o qual por muitos anos foi utilizado como





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

mote em discursos políticos que propunham uma reabertura. Entretanto, apenas em 2006, a indústria foi alvo de uma intervenção que originou um condomínio industrial, que abriga cerca de 16 empresas.

Durante seu funcionamento a filial da Wallig no Nordeste teve um papel importante na produção industrial campinense, em gerar empregos e renda na cidade, assim como um importante papel simbólico ao realizar anualmente evento natalino que atraia as famílias da cidade. As propagandas dos fogões Wallig eram frequentes no jornais locais, não obstante (SOUZA e CABRAL FILHO, 2013) definiam a fábrica como coroação da “Rainha da Borborema”:

“A implantação da empresa “Wallig Nordeste S/A – Indústria e Comércio” foi vista pela imprensa como a coroação da Rainha da Borborema – denominação da cidade de Campina Grande, já que a Wallig detinha o título de Rainha da indústria nordestina, consagrando a cidade como a capital do trabalho na Paraíba. A Wallig Nordeste S/A era considerada como a joia da coroa do recém-nascido Distrito Industrial de Campina Grande.”

Após todos os estudos que vem sendo realizados em relação ao patrimônio industrial campinense, fica ainda mais claro os desafios recorrentes de não apenas documentar e resgatar historicamente esse patrimônio, mas também de buscar soluções de preservá-lo e reabilitá-lo. Tendo em vista a dificuldade dessa segunda etapa, que envolve questões econômicas e políticas, nosso papel limita-se ainda, nas ações de salvaguarda, documentando, analisando, e divulgando para a comunidade acadêmica e principalmente, para a comunidade local através de exposições em espaços públicos e escolas, em especial na divulgação da história e projeto da antiga fábrica da Wallig Nordeste S/A.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **ARQUITETURA DE GERALDINO DUDA: INVESTIGAÇÃO A RESPEITO DE SUAS FONTES DOCUMENTAIS**

Diego Claudino de Sousa Diniz

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

diegodiiniz@hotmail.com

Alcília Afonso de Albuquerque e Melo

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Kakiafonso@hotmail.com

### **INTRODUÇÃO**

Este trabalho possui como objeto de estudo, um olhar sobre as fontes documentais, primárias e secundárias, que deram subsídio no desenvolvimento do projeto de iniciação científica intitulado TECTÔNICA DA MODERNIDADE: DESAFIOS PARA A PRESERVAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA EM CAMPINA GRANDE-PB, a partir da investigação e compreensão do edifício construído, das pranchas do projeto original e o próprio autor da obra enquanto fontes primárias, e das publicações em revistas e jornais de época, enquanto fontes secundárias. Tomando como estudo de caso, especificamente o Teatro Municipal Severino Cabral (1962 – 1988) e a Residência Heleno Sabino (1962), ambos projetados pelo arquiteto autodidata Geraldino Duda. Tem como objetivo expor os resultados, enquanto novas fontes documentais, e as dificuldades encontradas para a realização de coletas em arquivos públicos e privados e justifica-se pela necessidade de trazer à tona os desafios encontrados para se preservar tais acervos. Tem como referencial teórico os trabalhos que vem sendo desenvolvidos por MENESES E AFONSO (2017) e ALMEIDA (2010), entre outros, no campo da história da arquitetura e cidade a partir de pesquisas de investigação dos edifícios enquanto fontes documentais e seu diálogo com o lugar onde estão inseridos. A metodologia de pesquisa segue a linha de investigação sobre a história da arquitetura proposto por SERRA (2006) no qual o objeto é analisado como um sistema formado por um conjunto de partes entre as quais se observa interações e os diversos condicionantes que o sistema assume ao longo do tempo que foi sintetizado na Dimensão Histórica por AFONSO (2019).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

#### **OBJETIVOS**

Tem como objetivo expor os resultados, enquanto novas fontes documentais, e as dificuldades encontradas para a realização de coletas em arquivos públicos e privados, tais como: arquivo da SECULT (Secretaria Municipal da Cultura de Campina Grande), Arquivo Público Municipal de Campina Grande e o arquivo particular onde funcionava o escritório de arquitetura de Geraldino Duda com uma diversidade de pranchas contendo projetos arquitetônicos, croquis e documentos diversos.

#### **JUSTIFICATIVAS**

Justifica-se pela necessidade de trazer à tona os desafios encontrados para se preservar tais acervos, tendo em vista a falta de espaço, recursos e especialistas adequados para manusear, tratar, conservar e documentar digitalmente tais acervos, que são tão importantes na documentação da arquitetura e da cidade.

#### **REFERENCIAL TEÓRICO**

Tem como referencial teórico os trabalhos que vem sendo desenvolvidos por MENESES E AFONSO (2017) e ALMEIDA (2010), entre outros, no campo da história da arquitetura e cidade a partir de pesquisas de investigação dos edifícios enquanto fontes documentais e seu diálogo com o lugar onde estão inseridos.

MENESES (2018) faz um apanhado histórico da vida e obra de Geraldino Duda, no qual relata que “Hoje Geraldino tem 82 anos, e mesmo tendo se aposentado, ainda mantém seu escritório com diversos documentos e materiais de projetos de sua autoria.” (MENESES, 2017, pg. 43).

A produção e contribuição de Geraldino Duda para a cidade de Campina Grande é vasta e diversificada. Segundo MENESES (2018) ele foi responsável pelo desenho da Praça do Trabalho, o traçado urbano do bairro da Prata, além de aproximadamente 300 residências. Soma-se a isso, o Teatro Severino Cabral, sua maior e mais importante obra da Cidade.

Ainda segundo os relatos de MENESES (2018), Geraldino teve primeiro encontro com a arquitetura moderna por meio de leituras em revistas, surgindo dessa forma, o desejo de





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

trazer para Campina Grande esse “estilo”. Iniciou cedo a trabalhar na área de arquitetura, onde se destacou com sua habilidade para desenhar em um escritório licenciado da cidade. Dessa forma, logo começou trabalhar para construtoras locais, até que em 1960 inicia seu trabalho no Departamento de Arquitetura e Urbanismo de Campina Grande.

Em 1961, Duda viajou para conhecer a recém inaugurada Brasília, quando teve um breve encontro com Niemeyer. Após esta viagem, em 1962, o arquiteto autodidata foi incumbido de projetar o Teatro Municipal Severino Cabral, obra que teve sua inauguração parcial em 1963. (MENESES, 2017, pg. 44)

Após ser incumbido de projetar o Teatro Municipal de Campina Grande, Geraldino na década de 1970 iniciou o curso de Engenharia Civil, na então Universidade Estadual da Paraíba. Vale ressaltar que em 1964, uma das suas residências foi publicada na revista de circulação nacional *Cruzeiro*, além de diversas publicações em jornais, revistas locais e publicações específicas do Teatro Municipal, segundo MENESES (2017).

ALMEIDA (2010), relata que em entrevista com Geraldino Duda, o mesmo afirmou nos anos 1960, limitou-se apenas na elaboração de residências, onde inicialmente era realizado contato com os proprietários e suas famílias onde seria definido o programa das casas. Geraldino indicava o engenheiro, e logo em seguida realizava o levantamento topográfico do terreno para elaboração do projeto arquitetônico. Em seu processo projetual procurava aproveitar as declividades dos terrenos, evitando a necessidade de aterros.

É interessante comentar que os projetos residenciais que eram apresentados aos órgãos competentes, eram quase sempre apresentados em uma única prancha, contendo as plantas baixas, um ou dois cortes, uma ou duas elevações, perspectiva e a planta de cobertura, além de elevação do gradil e croquis de localização. Ainda segundo ALMEIDA (2010), como não podia assinar os projetos, abaixo do carimbo era deixado uma rubrica, e devido a isso, é possível identificar os projetos de sua autoria.

## **METODOLOGIA**

A linha de investigação sobre a história da arquitetura proposto por SERRA (2006) no qual o objeto é analisado como um sistema formado por um conjunto de partes entre as





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

quais se observa interações e os diversos condicionantes que o sistema assume ao longo do tempo.

Dessa forma, segundo AFONSO (2019), a Dimensão Histórica está relacionada com o tempo, contexto social, econômico e cultural no qual o objeto arquitetônico foi projetado e construído, utilizando “(...) fontes primárias e secundárias, em visitas a arquivos públicos, privados, bibliotecas; trabalham-se também com ferramentas da história oral, entrevistando atores envolvidos no processo projetual, construtivo e de uso da obra analisada, a fim de levantar informações inéditas (...)”.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como meio para o desenvolvimento da pesquisa de iniciação científica citada acima, foi necessário fazer uma coleta, catalogação, e redesenho dos arquivos do Teatro Municipal Severino Cabral e da Residência Heleno Sabino, entre outros objetos que não serão apresentados devido ao recorte deste trabalho.

Foram coletados diversos arquivos como pranchas do projeto arquitetônico, matérias e fotos divulgadas em revistas e jornais da época, fotografias antigas, além, de um levantamento fotográfico completo da própria obra. Isso possibilitou que fossem produzidos digitalmente os redeseño desses projetos, assim com o entendimento das modificações que foram realizadas ao longo do tempo.

O primeiro desafio é saber onde poderia estar cada projeto específico, já que não existe um arquivo único com todo o material. O segundo desafio é encontrar dentro da diversidade de caixas e envelopes que são geralmente separados por década e rua. O fator agravante disso é que as ruas geralmente não possuem o mesmo nome, então encontrar o que se procurar passa a ser um desafio ainda maior.

Além disso, existe o desgaste natural do material que impossibilita a leitura completa das pranchas e até mesmo a identificação da autoria. Geraldino, especificamente, como não





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

assinava seus projetos, busca-se geralmente associar pela forma de projetar e pelos engenheiros que geralmente trabalhavam juntos.

Após resultar em um banco de dados coletados, e realizado os redesenhos em programas gráficos, que são novos documentos, também era produzidas fichas de catalogação, fichas de análises arquitetônicas e fichas de conservação dos edifícios.

## CONCLUSÕES

Este trabalho busca contribuir com as discussões relacionadas as fontes documentais, sejam públicas ou privadas, orais ou físicas (como o próprio edifício ou o autor). É fundamental o papel dos estudantes de arquitetura no inventariado e salvaguarda dos materiais de projeto arquitetônico de Campina Grande. São dezenas de projetos redesenhados em bidimensional e volumetricamente pelo Grupo de Pesquisa Arquitetura e Lugar, que dessa forma, dar continuidade a preservação desse acervo.

Porém é fundamental que hoje se pense em utilizar ferramentas digitais que possibilite mapeamento e salvaguarda do vasto arquivo presente em Campina Grande. É fundamental que os grupos de pesquisas da Universidade Federal de Campina Grande, assim como os pesquisadores interessados tenham apoio e incentivos das gestões públicas com suporte de profissionais, equipamentos e espaço para formar um banco de dados digital de acesso democrático.

Além disso, é urgente que os arquivos públicos sejam tratados, catalogados e conservados para que as gerações futuras possam ter acesso a tais informações. Hoje são inúmeros os casos de incêndios em arquivos e museus, e isso ocorre exatamente devido às más condições físicas desses acervos, falta de condicionamento e adequação as legislações de incêndio, não existindo em muito dos casos, nem um extintor de incêndio.

O caso dos arquivos particulares não são muito diferentes, apesar de existir uma organização e instalações físicas melhores, ainda assim existe os riscos de acidentes provocarem o desaparecimento de tais documentos. Isso implica questionar a falta de um





órgão preservacionista específico de Campina Grande, que pudesse propor soluções a partir de parcerias com universidades e empresas privadas que pudessem adotar esses acervos para trata-los e digitaliza-lo na troca de incentivos fiscais.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

AFONSO, Alcilia. **Proposta metodológica para pesquisa arquitetônica patrimonial**. 3º Simpósio Científico do ICOMOS Brasil, Belo Horizonte-MG, p. 1-18, 8 maio 2019. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/iiisimposioicom osbrasil/>. Acesso em: 24 ago. 2019.

FREIRE, Adriana Leal de Almeida. **Modernização e modernidade: uma leitura sobre a arquitetura moderna de Campina Grande (1940-1970)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

DINIZ, Diego; AFONSO; Alcília. **Tectônica da modernidade: desafios para a preservação da arquitetura moderna em Campina Grande**. Campina Grande: PIBIC UFCG 2018/2019. 2019.

MENESES, Camilla; AFONSO; Alcília. **Patologias do patrimônio moderno**. O caso do Teatro Municipal Severino Cabral. Campina Grande – PB. Colóqui Ibero-Americano 5º Paisagem Cultural Patrimônio e Projeto, Belo Horizonte-MG, 2018

MENESES, Camilla. **A casa segundo Geraldino Duda**. Orientador: Alcília Afonso. 2018. TCC (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Paraíba, 2017.

SERRA, Geraldo Gomes. **Pesquisa em arquitetura e urbanismo: guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação**. [S.l: s.n.], 2006.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **ENTRE HISTÓRIA E ABANDONO: O CASO DO EDIFÍCIO PAU DO MEIO NA FEIRA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE.**

**Leticia Barbosa Bomfim**

Graduanda em arquitetura e urbanismo da UFCG,

lebomfim0@gmail.com

**Paula Emanuelle Silva Pequeno**

Graduanda em arquitetura e urbanismo da UFCG,

paulapequeno13@hotmail.com

### **INTRODUÇÃO**

A Feira Central de Campina Grande, Patrimônio Cultural do Brasil, caracteriza-se pelo seu tamanho, relevância e diversidade, em que seus 75 mil m<sup>2</sup> dão base à expressões culturais e relações sociais que se mantêm desde a sua fundação (IPHAN, 2017). A Feira das feiras, como também é conhecida, é um dos principais centros de comércio e cultura popular do Planalto da Borborema é um lugar de referência, criação e de identidade da cultura nordestina com seus personagens, cheiros e cores (IPHAN, 2017).

Depois de ter mudado de local diversas vezes depois da sua criação, em 1864 a feira foi deslocada para a Rua do Seridó, atual Maciel Pinheiro, em decorrência da construção do “Mercado Novo” pelo comerciante Alexandrino Cavalcante de Albuquerque, onde permaneceu até o ano de 1941(COSTA, 2003). Em 1939 foi iniciada a construção do novo mercado no bairro das Piabas, atual Largo da Feira, pelo prefeito Bento Figueiredo e em agosto de 1941, o então prefeito Vergniaud Wanderley transferiu definitivamente a feira para o inacabado mercado público do bairro das Piabas (COSTA, 2003). A Feira de Campina Grande foi registrada como Patrimônio Cultural do Brasil em setembro de 2017, onde o bem imaterial foi inscrito no Livro de Registros dos Lugares pelo IPHAN após dez





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

anos do pedido formal de reconhecimento feito pela prefeitura juntamente com feirantes e fregueses.

O edifício Pau do Meio, objeto do presente estudo, está localizado no conhecido largo da feira, ao lado do Mercado Central, não se sabe com precisão o ano de sua construção, mas foi construído no final da década de 30 juntamente com outros edifícios por ocasião da mudança do Mercado Central da rua Maciel Pinheiro para o atual local. Criado para competir com o Cassino Eldorado, exemplo de ostentação e riqueza na época, o Pau do Meio era frequentado pela população mais pobre e lá funcionava o Cabaré da Rosa Vermelha. O local se destacava por ser a única construção a ocupar o pátio onde a feira de verduras funcionava, e era facilmente reconhecido por ser a edificação mais alta no local. Atualmente a obra se encontra em estado de abandono tanto por parte do proprietário, quanto pelos órgãos públicos, deixando claro a indiferença no que diz respeito à conservação dos edifícios históricos da Feira Central e da cidade.

A Feira Central de Campina Grande é tombada pelo seu patrimônio imaterial, mas é imprescindível preservar o local físico para que assim haja a verdadeira continuidade de suas tradições culturais. Desse modo, o presente artigo pauta-se em realizar o levantamento no campo legislativo, histórico e físico para o edifício Pau do Meio, e através do estudo das suas patologias, construir a anamnese para o atual estado da obra, servindo para fornecer estudos que ajudem na preservação da edificação.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Quanto à metodologia utilizou-se do método qualitativo tendo como base o referencial teórico de Ribeiro (2016) e Tinoco (2009), fazendo-se uso de métodos diretos e indiretos, realizando o levantamento histórico, legislativo e projetual da edificação. Pesquisas em bases de dados históricos, como o site Retalhos Históricos de Campina Grande, acesso ao material do arquivo municipal da cidade, dados e materiais disponibilizados pela Secretaria de Planejamento do município, constituíram-se como material de apoio para o levantamento de dados sobre a edificação. O redesenho do edifício





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

também constituiu como meio essencial para resgate da memória da edificação (Ribeiro,2016), no entanto a ausência desses materiais dificultou essa etapa, sendo os redesenhos realizados feitos com base em um projeto básico de intervenção proposto pela SEPLAN (2013) e pelas fotografias e análises em *locus*, o que contribuiu positivamente para a execução do trabalho.

LEGISLAÇÃO	OBJETO HISTÓRICO	OBJETO FÍSICO	ANAMNÉSE
MUNICIPAL	CONTEXTO HISTÓRICO E ARTÍSTICO	LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO	VISTORIA
ESTADUAL	HISTÓRIA DA EDIFICAÇÃO	ELEMENTOS ARTÍSTICOS	FICHA DE DANOS
FEDERAL	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	ANAMNÉSE	MAPA DE DANOS

Tabela 1: Método de estudo do patrimônio edificado

Fonte: Ribeiro (2016). Formatação própria

Para a realização da anamnese da obra utilizou-se de mapas, fichas e tabela de danos, de acordo com a metodologia utilizada por Tinoco (2009), para assim fazer o levantamento detalhado das patologias da edificação. Esse estudo colaborou para a compreensão do atual estado da obra estudada e para a verificação do estado de abandono a qual se encontra hoje, tendo em vista que a maioria dos danos encontrados teriam sido evitados com conservação periódica.

Patologia, no âmbito do patrimônio edificado, corresponde às investigações para o conhecimento das alterações estruturais e funcionais, produzidas por ações endógenas ou exógenas, nos materiais, nas técnicas, nos sistemas e nos componentes construtivos. (Tinoco, 2009, p.4)

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

As análises realizadas se dividiram em etapas, consistindo em estudo legislativo, estudo do objeto histórico, físico e anamnese. Perceber a edificação como objeto histórico faz entender que a complexidade do seu estudo envolve temáticas de gestão e de conservação física, sendo essencial compreender as duas como objetos correlacionados, ambos contribuindo para a preservação. Outro fator que contribui para a não preservação é a falta de reconhecimento da população sobre o seu patrimônio, as visitas em *locus* revelou





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

que muitos feirantes locais desconhecem a edificação, o que dificulta a existência de lutas locais para a permanência do patrimônio edificado.

#### **Análise legislativa**

Esfera Municipal: A Lei Orgânica do Município (Art. 269) estabelece a Feira Central como área de preservação permanente, afirmando que não será permitido atividades que contribuam para a descaracterização do espaço ou que prejudique suas funções essenciais (Campina Grande, 05 de abril de 1990). A Zona de Preservação 1 (1999) abrange somente o conjunto Arte Déco (figura 1) e a Zona Especial de Interesse Cultural (Plano Diretor de Campina Grande, 2006) não atinge toda a feira, apenas a Rua Vila Nova da Rainha, logradouro onde inicia a feira de flores.

Esfera Estadual: O IPHAEP estabeleceu o perímetro do Centro Histórico da cidade de Campina Grande em 2004 (figura 1), mas a Feira Central não se encontra no perímetro estabelecido. Em 2013 foi instituído a poligonal de entorno, mas mesmo assim o polígono da feira não foi inserido na preservação.

Esfera Federal: A Feira Central de Campina Grande é tombada como Patrimônio Cultural do Brasil, recebendo o título em 14 de junho de 2018 pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ainda na esfera federal está sendo realizado o processo de salvaguarda, que constitui em documentar, investigar, preservar, proteger e revitalizar o Patrimônio em seus diferentes aspectos (IPHAN, 2017).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

#### LEGISLAÇÃO PATRIMÔNIO CAMPINA GRANDE

- Esfera Federal**
  - Patrimônio Cultural Nacional (2018)
  - Polígono da Feira Central
- Esfera Estadual**
  - Área de preservação do entorno (2013)
  - Área de preservação rigorosa (2004)
  - Polígono do Centro Histórico
- Esfera Municipal**
  - Zona de Preservação 1 (1999)
  - Zona Especial de Interesse Cultural (2006)



Figura 1: Mapa legislação do patrimônio em Campina Grande

Fonte: Arquivo CAD SEPLAN, 2011. Formatação própria

#### **Análise do objeto histórico**

O objeto foi construído em um contexto de efervescência econômica na cidade de Campina Grande, no final do período chamado de Empório do Ouro Branco. Inúmeras mudanças na área central marcaram a gestão do prefeito Vergniaud Wanderley, obrigando as edificações do centro a modificarem as suas fachadas e proibindo a construção de edificações térreas (QUEIROZ, 2008).

A edificação foi construída, entre o final da década de 30 e início dos anos 40 (figura 2), onde antes abrigava um “pé de pau” no meio do largo, quando o edifício foi finalizado a população ainda conhecia o local popularmente como “Pau do Meio” permanecendo esse nome até os dias hoje. Atualmente a construção encontra-se em abandono, o pavimento inferior serve de depósito e a edificação foi completamente circundada por barracas, o que impede sua visualização. Em conversa com o administrador da Feira Central foi observado que o edifício privado foi invadido. Em visita ao pavimento superior nota-se o completo descuido e os inúmeros problemas presente. O atual dono também comentou que a cobertura de fibrocimento foi colocada recentemente, para fins de diminuir as patologias no pavimento inferior.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA



Figura 2: Redesenho da edificação utilizando o software sketchup

Fonte: Formatação própria (2019)

Os elementos artísticos encontrados no edifício Pau do Meio são pertencentes ao estilo Art Déco. Os usos de adornos retilíneos verticais marcam bem os limites laterais da fachada, saltando da alvenaria e transmitindo uma sensação de textura em relevo (figura 3). As suas esquadrias descrevem bem o estilo ao qual pertencem, compostas pelo uso de madeira e vidro, revestidas na cor branca. As sacadas retangulares se repetem ao longo da fachada e são arrematadas por elementos quadrangulares que caracterizam a edificação. As linhas horizontais demarcam as suas marquises em concreto armado, delimitando os pavimentos da construção. O ladrilho hidráulico em mosaico também é uma característica que marcava os pisos da época, hoje restam poucos destes ladrilhos na edificação, existindo alguns ainda nas sacadas e no hall de entrada do pavimento superior.



Figura 3: Elementos artísticos presentes na edificação





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Fonte: Fotografias por Yuri Farias (2019)

#### Objeto físico e anamnese

Quanto ao estudo do objeto físico iniciou-se com a análise da sua inserção, mapeando os usos no entorno imediato da edificação (figura 4). Como já mencionado a edificação localiza-se na Feira Central, sendo essa caracterizada pela grande atividade no horário comercial e deserto nos períodos de sua desativação. O uso noturno no perímetro da feira é marcado pela prostituição e presença de moradores de ruas, contribuindo para a marginalização do local pelo olhar da sociedade, considerando-o um local inseguro.



Figura 4: Mapa de usos do entorno da edificação

Fonte: Arquivo CAD SEPLAN, 2011. Formatação própria

Com o mapa de danos, ficha de danos e tabela danos foram identificadas as patologias existentes no edifício, são elas: alteração cromática, causada pela umidade e oxidação de materiais metálicos; ataques de insetos xilófagos, desgastando a madeira da cobertura; bolor; crosta negra, pelo acúmulo de sujeiras; desagregação de alvenarias, reboco e revestimentos; descascamento de alvenarias e pinturas; deslocamento de revestimentos, interferência de elementos não pertencentes a construção original, presença de vegetação no piso e paredes externas da edificação; e recalque, com o rebaixamento do piso. Todas essas patologias foram inseridas em fichas individuais, colocando o dano, sintoma, extensão do





ISSN 21764514

### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

dano, manifestação, causa, fenômeno e conduta, sendo assim foi observado que a maioria dos danos teriam sido evitados com manutenção periódica e que o período em que a edificação permaneceu sem cobertura contribuiu negativamente para o agravamento do seu estado e gerando novos danos.

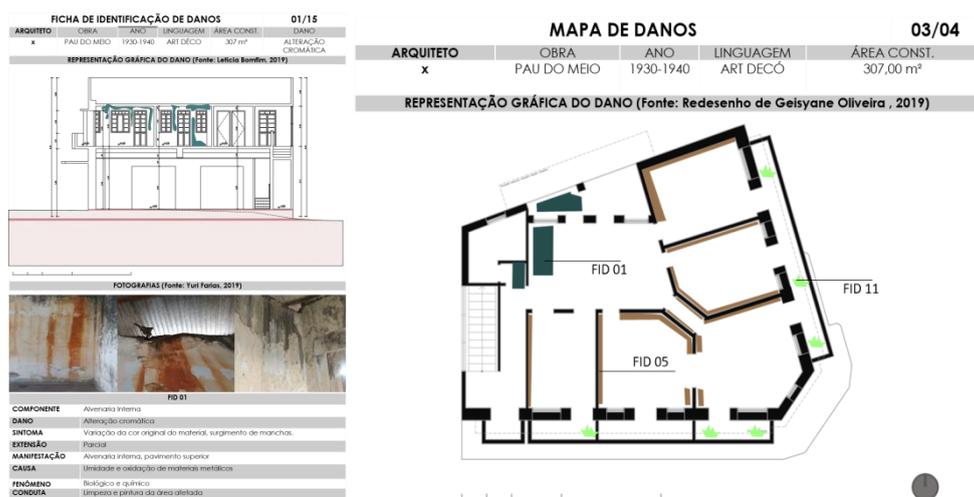


Figura 5: Ficha de Danos e Mapa de Danos

Fonte: Formatação própria

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os elementos tratados anteriormente revelam o atual estado da obra e a importância da preservação da edificação como patrimônio arquitetônico e objeto histórico inserido na cultura da feira, patrimônio imaterial. Na esfera legislativa a ausência de instrumentos para tombamento de bens imateriais limita a preservação da feira pelo IPHAEP e PMCG, no entanto, considerar como essencial a preservação do sítio e dos seus elementos materiais deveria ser fatores que ambos os órgãos poderiam rever, colocando assim o perímetro da feira nas Zonas de preservação. Nessa perspectiva, criar diálogos entre as três esferas patrimoniais, instalação de órgãos fiscalizadores do Patrimônio e ações de educação patrimonial para a população local são medidas urgentes para a permanência de edificações que assim como o Pau do Meio fazem parte da história, cultura e marcas de um período.

## REFERÊNCIAS





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

TINOCO, Jorge Eduardo. **Mapa de danos. Recomendações básicas.** Recife: CECI/MDU. 2009

RIBEIRO,R; NOBREGA C. **Projeto e patrimônio: Reflexões e aplicações.** Rio de Janeiro: Rio books, 2016

LICHTENSTEIN, Noberto. **Patologia das construções.** Boletim Técnico N°06, São Paulo. USP, 1986

Decreto Estadual nº25.139/2004. Delimitação do Centro Histórico de Campina Grande. João Pessoa, 2013

IPHAN. Normativas Técnicas para proteção Estadual. IPHAN, Brasília, 2018.

QUEIROZ, M. V. D. *Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950).* Dissertação de mestrado. 2008. USP, São CarlosSP, 2008.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **RESGATE DAS FONTES DOCUMENTAIS DA ARQUITETURA RESIDENCIAL CAMPINENSE: RESIDÊNCIA DUARTE. TERTULIANO DIONÍSIO. CAMPINA GRANDE. 1960**

Vitoria Catarine Soares Pereira

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

[vitoriasoares05121998@gmail.com](mailto:vitoriasoares05121998@gmail.com)

Geisyane Pereira de Oliveira

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

[geisyoliveira96@hotmail.com](mailto:geisyoliveira96@hotmail.com)

Alcília Afonso de Albuquerque e Melo

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

[kakiafonso@hotmail.com](mailto:kakiafonso@hotmail.com)

### **INTRODUÇÃO**

Como forma de salvaguardar a memória de bens materiais, preservar os registros e as fontes documentais de edificações na contemporaneidade se pretende apresentar por meio deste trabalho uma análise das fontes documentais da Residência Duarte, tendo como proprietário o Sr. Francisco das Chagas Duarte, projetada pelo arquiteto recifense Tertuliano Dionísio (1931/1983) que estaria localizada nas ruas Afonso Pena e Tiradentes, no bairro centro da cidade de Campina Grande, no ano de 1960. Tal obra é um estudo de caso que faz parte da pesquisa que vem sendo desenvolvida em nível de PIVIC, pelo grupo de pesquisa Arquitetura e Lugar/ GRUPAL- vinculado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da UFCG, sobre um conjunto de obras modernas do arquiteto. Possui como objetivo, refletir sobre as dificuldades e desafios encontrados para a coleta das fontes primárias e secundárias da obra para possibilitar o levantamento volumétrico-projetual e o redesenho da edificação como forma de resgatar a sua história e importância de sua arquitetura localizada no perímetro protegido legalmente pelo IPHAEP, do centro histórico da cidade de Campina Grande.

### **METODOLOGIA**





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Para o efetivo resgate documental do projeto arquitetônico a metodologia adotada foi baseada em duas linhas de investigação: 1) Pesquisa histórica: onde foram resgatadas fontes primárias no Arquivo Municipal de Campina Grande entre elas implantação, plantas baixas, cortes e fachadas. 2) Pesquisa arquitetônica: observação e redesenho do material de projeto através de softwares como AutoCad, SketchUp e Adobe Illustrator baseado na metodologia de GASTON E ROVIRA(2007). Para compreensão do contexto local fez-se necessária a revisão bibliográfica de obras de PEREIRA (2018), AFONSO (2016), QUEIROZ E ROCHA (2006), ALMEIDA (2007), entre outros pesquisadores da arquitetura campinense.

## **TERTULIANO DIONÍSIO E A ARQUITETURA MODERNISTA CAMPINENSE**

Tertuliano Dionísio nasceu em 1931 na cidade de Recife, estado de Pernambuco, e morreu jovem, no ano de 1983, vivendo um total de 53 anos. Estudou arquitetura na Escola de Belas Artes de Pernambuco, também conhecida como EBAP e fazia parte da 3ª geração de arquitetos modernistas, juntamente com Renato Azevedo e Geraldino Duda na década de 1960.

Grande parte da vida de Tertuliano se resumia à cidade de Campina Grande, onde teve a oportunidade de projetar várias edificações, predominante, com tipologias residenciais, instituições públicas e centros esportivos. A residência a ser apresentada neste artigo mostra claramente esse estilo do arquiteto.

Em relação a um cenário mais abrangente, pode-se considerar a arquitetura moderna foi ganhando status na cidade de Campina Grande a partir da década de 1930, como cita ROCHA E QUEIROZ (2007):

“Sua inserção no cenário local aconteceu em meio a um processo de renovação da paisagem urbana campinense que se iniciou na década de 1930 (principalmente da sua região central), atravessou os anos 1940 e chegou aos 1950 com o mesmo intuito e discurso de construção de uma cidade moderna, civilizada, burguesa, pronta para o livre desenvolvimento do capital. Almejava-se edificar uma urbe sadia, arejada, fluida, bela e disciplinada, projeto utópico no qual a modernização da arquitetura ocupava um lugar de destaque, e era considerado o ‘instrumento’ ideal para combater o dito arcaísmo das construções térreas e acanhadas, cuja implantação no lote e organização espacial era ainda colonial.”

## **PROCESSO DE COLETA DOS DOCUMENTOS ORIGINAIS**

No processo de coleta das fontes documentais no Arquivo Municipal da cidade de Campina Grande houveram algumas dificuldades e desafios devido a limitação de informações, por este motivo não foi possível fazer um levantamento histórico apurado da





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

edificação em estudo. A figura 1 retrata a situação dos documentos originais, que estão bastante deteriorados, mas, mesmo com as dificuldades existentes foi possível o levantamento volumétrico-projetual e o redesenho da edificação contribuindo no resgate da sua história e de sua importância arquitetônica para a cidade.

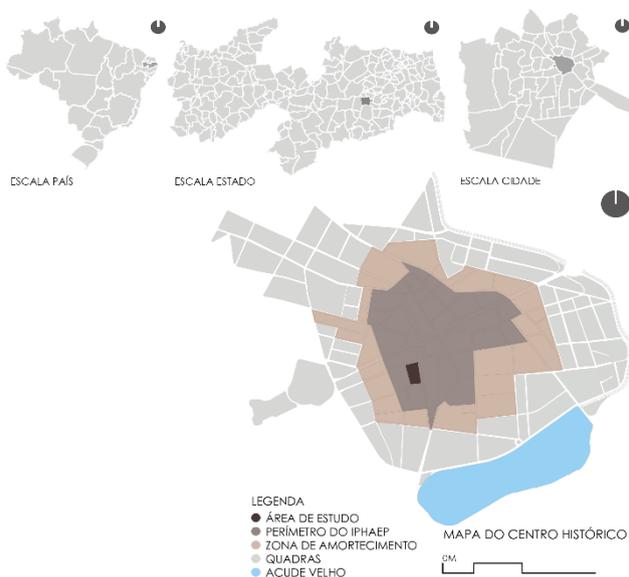
Figura 1 – Arquivos originais do projeto da Residência Duarte projetada por Tertuliano Dionísio.



Fonte: DIONÍSIO, Tertuliano, 1960.

A Residência Duarte estaria localizada nas ruas Afonso Pena e Tiradentes, no centro histórico da cidade de Campina Grande, Paraíba, Brasil, como mostra a figura 2.

Figura 2 – Mapa de Localização nas escalas país, estado, cidade e centro histórico de Campina Grande.



Fonte: SEPLAN, 2011, modificado.

Ao analisar a atual localização da obra através do Google Earth supõe-se que a construção não mais existe, tendo sido substituída por uma nova residência que está localizada no mesmo lote das ruas Afonso Pena e Tiradentes no perímetro do IPHAEP do centro histórico de Campina Grande (Figura3). As edificações do entorno da residência são predominantemente da década de 30 e 40 marcadas pelo estilo Art Déco, que se





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

caracteriza pela presença de elementos geométricos nas fachadas e um alto nível de detalhamento das platibandas. No que se refere a morfologia urbana, as residências no perímetro a qual está inserida a obra em estudo, apresentam-se alinhadas ao lote e com poucos recuos, fazendo com que a área possua alto grau de adensamento. O terreno na qual a casa está inserida possui configuração retangular e topografia predominantemente plana. O lote possui dimensões de aproximadamente 10m x 20m, medidas suficientes para se atender o programa de necessidades da casa.

Figura 3 – Arquivo original da planta de locação da Residência Duarte e Suposto terreno atualmente



Fontes: DIONÍSIO, Tertuliano, 1960 e Google Maps, 2019

## RESIDÊNCIA DUARTE: LEVANTAMENTO PROJETUAL E VOLUMÉTRICO

A partir dos documentos originais foram feitos os redesenhos da residência com auxílio de softwares já mencionados anteriormente, como AutoCad, SketchUp e Adobe Illustrator.

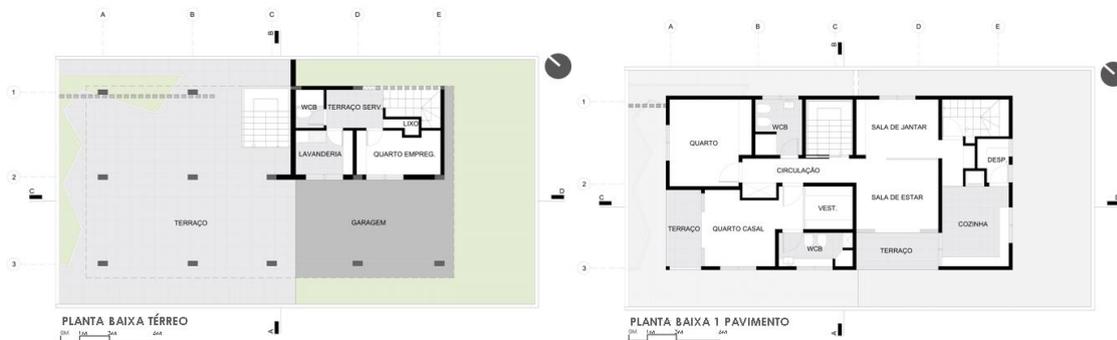
Ao analisar as plantas baixas (figura 4) percebe-se que a residência possui uma setorização típica das residências modernas sendo assim subdividida em três setores: íntimo, social e de serviço; A edificação é composta por dois níveis, o pavimento inferior que se destinava ao serviço, sendo de uso secundário e o pavimento superior onde estavam os setores íntimos e sociais. A casa possui dois acessos, o pavimento superior é acessado por meio de duas escadarias, uma estando localizada no setor de serviço e outra no setor social. Percebe-se na sua composição o uso de várias decisões projetuais características da arquitetura moderna como a utilização de vãos livres, pilotis, platibanda e esquadrias basculantes.

Figura 4 – Redesenho das plantas baixas da Residência Duarte





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

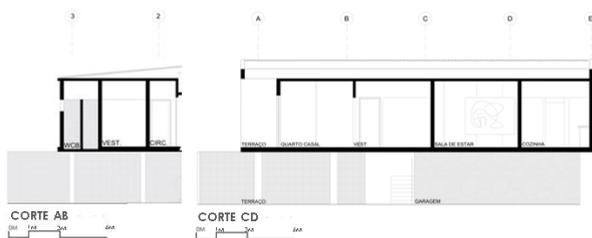


Fon

te: DIONÍSIO, Tertuliano, 1960 modificado por PEREIRA, Geisyane e SOARES, Vitória Catarine, 2019.

Segundo os cortes da Residência Duarte é possível perceber que a cobertura do objeto de estudo possuía uma água lateral, dispondo de uma caixa d'água, elementos estes que estariam encobertos devido ao uso da platibanda que proporcionou um formato marcante a fachada frontal. As esquadrias variam em relação ao modelo, mas possuem como composição predominante formas retilíneas e regulares. A estrutura da residência possivelmente seria de concreto armado e suas vedações em alvenaria convencional. Em relação aos níveis de privacidade, o pavimento superior possuía mais área construída que o térreo, fazendo com que a mesma possuísse uma interface melhor com a rua a partir do pavimento superior e uma área mais privada e ao mesmo tempo social no térreo, assim como retratam os redesenhos da figura 5.

Figura 5 – Redesenho dos cortes da Residência Duarte



Fonte: DIONÍSIO, Tertuliano, 1960 modificado por PEREIRA, Geisyane e SOARES, Vitória Catarine, 2019.

Com o levantamento volumétrico feito no software SketchUp, há uma melhor percepção dos espaços externos da residência. Com o uso de pilotis a casa ficava elevada





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

do limite da rua o que lhe conferia certa leveza e uma boa relação externo e interno, permitindo tanto a permeabilidade visual como diferentes níveis de privacidade.

A volumetria da residência é resultado de adições e subtrações que geraram um jogo de cheios e vazios, principalmente em duas das quatro fachadas. Devido a falta de especificações nos desenhos do Arquivo Municipal não foi possível reproduzir com exatidão a materialidade original do projeto, mas é notória a preocupação do arquiteto com o uso de diferentes materialidades como exemplo a parede localizada no terraço que é composta por pedras, trazendo uma variação textural a edificação. Embora a limitação de informações não tenha possibilitado fidelidade nos resenhos, de forma geral a Residência Duarte possui volumetria de fácil compreensão e é arquitetonicamente bem resolvida, sendo estas características próprias das residências modernas.

Figura 6 – Levantamento Volumétrico da Residência Duarte



Fonte: PEREIRA, Geisyane e SOARES, Vitória Catarine, 2019.

## CONCLUSÃO

Através deste resgate arquitetônico e imagético pretende-se inserir o bem na discussão do patrimônio arquitetônico campinense com o intuito de salvaguardar a memória da Residência Duarte, além de incentivar a preservação e conservação de demais bens materiais e imateriais que possuem grande importância arquitetônica e histórica, embora não possuam reconhecimento merecido pela comunidade leiga e acadêmica. Este trabalho é uma parcela de estudos sobre as obras de arquitetura moderna da cidade de





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Campina Grande projetada por Tertuliano Dionísio entre os anos 1960 a 1980, fruto da pesquisa que vem sendo desenvolvida em nível de PIVIC, pelo grupo de pesquisa Arquitetura e Lugar/ GRUPAL, e pretende-se dar continuidade com as análises arquitetônicas sobre o objeto de estudo em questão.

#### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana Leal de. **Arquitetura Moderna Residencial de Campina Grande: registros e especulações(1960-1969).** Monografia(graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa 2007.

AFONSO, Alcilia. **Proposta metodológica para pesquisa arquitetônica patrimonial.** Belo Horizonte: 3º Simpósio Científico do ICOMOS Brasil.2019.

GASTÓN, Cristina, ROVIRA, Teresa. **El Proyecto moderno. Pautas de Investigación.** Barcelona: Ediciones UPC, 2007.

PEREIRA, Ivanilson. **Tertuliano Dionisio. A presença do arquiteto em obras modernas de Campina Grande. 1960-1980.** Campina Grande: Relatório Parcial de PIVIC 2018-2019. UFCG

QUEIROZ, M e ROCHA, J. **Caminhos da arquitetura moderna em Campina Grande: emergência, difusão e a produção dos anos 1950.** Recife 1º Seminário DOCOMOMO Norte-Nordeste. 2006

SERRA, Geraldo. **Pesquisa em arquitetura e urbanismo. Guia pratico para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação.** São Paulo, EDUSP, 2006.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **MODERNIDADE E INDUSTRIALIZAÇÃO EM CAMPINA GRANDE: FONTES DOCUMENTAIS DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO INDUSTRIAL MODERNO**

**Roberta Cordeiro Rodrigues**, Aluna do curso de Arquitetura e Urbanismo. CTRN. UAEC. UFCG. Campina Grande, PB, e-mail: roro.cordeiro@gmail.com.

**Alcilia Afonso Albuquerque de Melo**, Professora Doutora do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Coordenadora do Grupo de pesquisa Arquitetura e Lugar. CTRN. UAEC. UFCG, Campina Grande, PB, e-mail: kakiafonso@hotmail.com.

### **INTRODUÇÃO**

O objeto de estudo do presente trabalho se trata uma explanação sobre as fontes documentais (primárias e secundárias) que foram base para o desenvolvimento do projeto de iniciação científica “Modernidade e Industrialização em Campina Grande: O Patrimônio Arquitetônico Industrial. 1960-1980.”.

Divulgar o trabalho de documentação, levantamento e análise arquitetônica de projetos, obras projetadas e construídas de cunho industrial, durante o período da modernidade que vem sendo realizado, pelo GRUPAL (Grupo de Pesquisa Arquitetura e Lugar), através de ferramentas gráficas de representação para construção de um acervo digital, constitui o objetivo desta publicação.

A pertinência do tema nesse evento, é justificada diante da natureza da pesquisa que busca expor o processo de documentação da arquitetura industrial brasileira diante das dificuldades encontradas para realizá-lo, devido à má conservação do acervo físico





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

existente do referido objeto, bem como, pelo crescente número de descaracterizações e demolições que vem ocorrendo nos edifícios industriais.

A metodologia da pesquisa adotada trabalha com SERRA (2006) e busca compreender os processos e investigar as causas das mudanças pelas quais o sistema está passando, que resultaram no cenário que foi construído e consolidado em Campina Grande. O aporte teórico está sustentado em autores como CHOAY (2006), A CARTA DE NIZHY TAGIL (2003), CARSARLADE (2012), KUHL (2008), ZANCHETTI (2002), AFONSO (2017), entre outros que vem tratando do patrimônio industrial e o seu diálogo com a cidade.

## **METODOLOGIA**

A metodologia da pesquisa adotada trabalha com SERRA (2006) e busca compreender quais aspectos resultaram no cenário que foi construído e consolidado em Campina Grande. Nela, tem-se como processo em estudo o papel que a industrialização da década de 1960 teve no desenvolvimento urbano de Campina Grande.

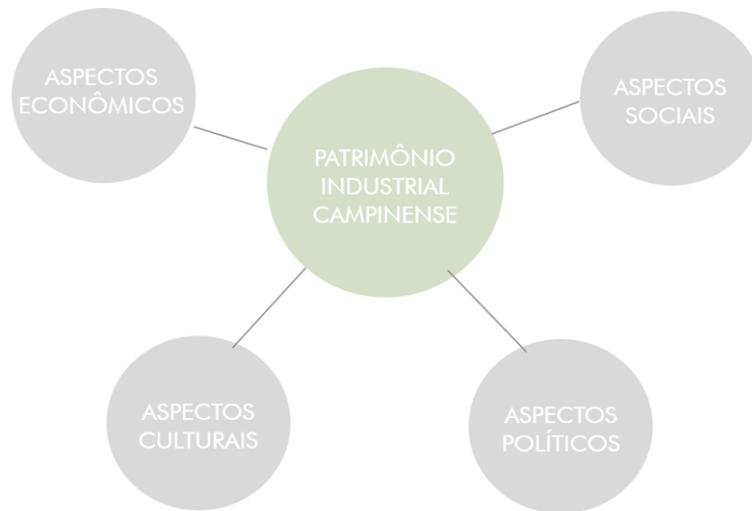
Esse fato permeado por um sistema de acontecimentos que se relacionam entre si, interage de forma a construir um fio condutor que acarreta a compreensão do que pode ter ocorrido para a concretização da construção da cidade moderna. Nessa metodologia os aspectos sociais, políticos, culturais, e econômicos são compreendidos como caminhos que se cruzam e giram em torno do processo que ocorria e que resultou no cenário que foi construído e consolidado em Campina Grande.

**Imagem 01. Esquema metodologia Serra (2006).**





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA



Fonte: Elaborado por RODRIGUES, Roberta (2019)

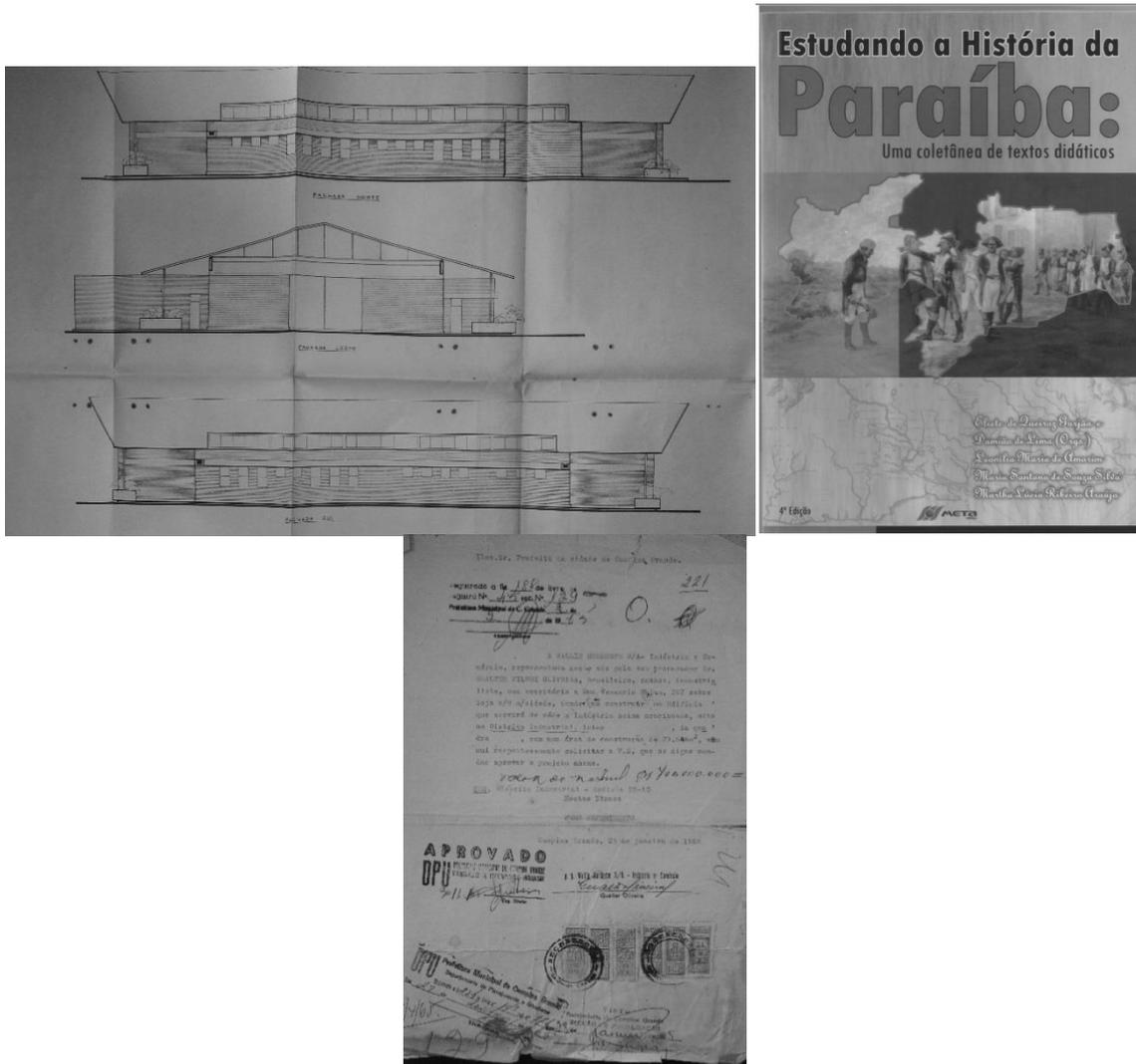
Dessa forma, a metodologia trabalhada procura entender os processos e investigar as causas das mudanças pelas quais o sistema está passando. Os procedimentos realizados constituem em registros fotográficos, visitas *in loco*, levantamento de dados arquitetônicos, e aplicação de fichas de observação da cidade e das obras que compõem o objeto de estudo.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

**Imagem 01. Algumas das fontes primárias utilizadas.**



Fonte: Arquivo Municipal, fotografado por RODRIGUES, Roberta (2017) e <https://pt.scribd.com/document/256941529/HISTORIA-DA-PARAIBA-Eliete-de-Queiroz-Gurja-o-e-outros-1-pdf>.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

No início da pesquisa, foram realizadas leituras sobre o referencial teórico e contextualização do objeto de estudo. Em seguida, foram coletados dados nos arquivos públicos (imagem 02) e em trabalhos científicos escritos sobre o assunto. Através das pesquisas realizadas em artigos científicos e livros sobre o patrimônio industrial, encontrou-se dados sobre a quantidade de fábricas que obtiveram auxílio e/ou incentivo da SUDENE na época estudada.

Em seguida, foram realizadas visitas *in loco* e uso de imagens de satélite pode-se encontrar essas fabricas, inventariá-las em fichas (seguindo a metodologia adotada pelo GRUPAL), analisar seu estado de preservação, bem como, realizar o mapeamento patrimônio industrial moderno de Campina Grande. As fichas identificam as fabricas de forma unitária e contém informações gráficas, imagéticas e textuais destas, bem como dados tipológicos, histórico arquitetônico, dados técnicos, etc.

É necessário evidenciar que o estado atual dos arquivos dificultou a realização das pesquisas, tendo em vista que estão descentralizados, com os documentos sem a devida catalogação e armazenados de forma equivocada, estando alguns desses acervos até mesmo sendo deteriorados devido as condições de humidade existentes nas construções.

Em relação ao levantamento fotográfico, houve certa dificuldade que é importante ser citada. Diz respeito, em algumas ocasiões, à impossibilidade de o mesmo ser realizado, pelo fato das fabricas terem uma política de privacidade extremamente rígida que proíbe que as mesmas sejam fotografadas.





**Imagem 02. Mapeamento das fábricas modernas do distrito industrial.**



Fonte: Mapa elaborado por LEITE, Julia. (2018).

## CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve objetivo geral demonstrar as dificuldades no inventário do patrimônio industrial moderno de Campina Grande, bem como, as análises resultantes desse processo. Por meio do inventário das fábricas e do estudo delas, percebeu-se como estas contribuíram para o desenvolvimento da cidade, se tornando parte de sua história.

Durante a pesquisa, percebe-se que o acervo industrial não foi inventariado devidamente, bem como protegido legalmente pelas instituições de preservação do patrimônio arquitetônico. E que, por se tratar de bens privados, estão sujeitos a modificações continuamente, portanto, compete aos acadêmicos e profissionais da área o início deste processo, através da divulgação do valor de tal acervo, da criação de acervos digitais, e da busca por soluções para este em conjunto com as instituições municipais, estaduais e





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

federais, com o objetivo de conter a descaracterização ou a ruína do patrimônio arquitetônico industrial brasileiro.

Infelizmente, foi identificado que o patrimônio industrial moderno não tem obtido o reconhecimento devido por parte da população. Tal fato decorre, principalmente, por se tratar um patrimônio recente e que não possui um uso monumental. Outra razão está no fato de que o patrimônio industrial moderno, ainda não foi absorvido pelos órgãos preservacionistas como acervos possuidores de valores. Entretanto, deve se considerar, ainda, que com a lentidão com a qual trabalham estes órgãos, em conjunto com o acelerado crescimento das cidades, tem contribuído para os processos de descaracterização, destruição e do descaso ao presente tipo de patrimônio cultural. Tendo isso em vista, busca-se documentar tal acervo de forma digital, como uma solução emergencial a este cenário atual, bem com sua divulgação em eventos, congressos e trabalhos acadêmicos.

**Imagem 05. Fachada da fábrica Wallig.**



Fonte: Fotografado por Roberta Rodrigues. (2018)





## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Alcilia. O processo de industrialização na década de 1960 e as transformações da paisagem urbana do bairro da prata, em Campina Grande. Barcelona: Seminário internacional de investigação em urbanismo. UPC. 2017.

Carta de Veneza (1964) in Cartas Patrimoniais. CURY, I (org). Rio de Janeiro: IPHAN. 3ª. Edição. 2000.

CASTRIOTA, L. B. (2009). *Patrimônio cultural. Conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Anablume COSTA, Lúcio. Considerações sobre arte contemporânea (1940). In: Lúcio Costa, Registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. 11 19.

LIMA, Damião et al. Estudando a história da Paraíba: Uma coletânea de textos didáticos. 4. ed. Campina Grande: Meta, 2001.

MONTANER, J. As formas do século XX. Barcelona: Gustavo Gili.2002.

QUEIROZ, M. V. D. Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950). São Carlos: Dissertação (Mestrado) – PPG-AU/EESC/USP. 2008.

SERRA, Geraldo. Pesquisa em arquitetura e urbanismo. Guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação. São Paulo: EDUSP, 2006.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **RENATO AZEVEDO: LEVANTAMENTO DAS FONTES DOCUMENTAIS DO ARQUITETO E SUA PRODUÇÃO NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE – PB**

Ingrid Mikaella de Oliveira Lima

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

ingridoliveiramkl@gmail.com

Alcília Afonso de Albuquerque e Melo

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

kakiafonso@hotmail.com

### **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem como objeto de estudo o levantamento das fontes documentais aplicadas no desenvolvimento do projeto de iniciação científica intitulado Renato Azevedo: O Arquiteto E sua produção na cidade de Campina Grande. 1968-1997. Levantamento das obras.

O trabalho é resultante de pesquisa que vem sendo realizada pelo grupo de investigação cadastrado na Universidade Federal de Campina Grande e CNPQ, “Grupo Arquitetura e Lugar” (GRUPAL), sobre as obras do arquiteto campinense que atuou em projetos públicos, tanto arquitetônicos, como urbanísticos em Campina Grande, Paraíba.

Renato Aprígio Azevedo da Silva, nasceu em Campina Grande, em 1943 e faleceu em Recife, em 4 de abril de 1997. Graduiu-se em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco, em 1968, onde foi aluno dos mestres Delfim Amorim, Acácio Gil Borsoi e Heitor Maia Neto, recebendo uma formação com base moderna.

Em Campina Grande, foi autor de diversos projetos arquitetônicos, tais como a sede atual da Secretaria de Educação e Cultura, SECULT, Escola de Dança do Parque do Povo (atualmente conhecido como o Centro Cultural Lourdes Ramalho), Shopping Campina





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Grande (Largo do açude novo), bem como, projetos urbanísticos como o canal do Prado, o Parque Evaldo Cruz e Parque da Criança, Avenidas Canal e Manoel Tavares.

A consulta do material projetual foi realizada no arquivo da Secretaria de Planejamento, gestão e transporte, (SEPLAN), o qual tem passado por um processo de catalogação, gerando uma organização digital do acervo de projetos, possibilitando uma consulta mais rápida e eficiente, favorecendo o desenvolvimento de estudos sobre as obras.

Os estudos de caso abordados na pesquisa foram três edificações: o Museu Assis Chateaubriand, atualmente Secretaria de Cultura – SECULT (1974), o Shopping Campina Grande (final da década de 70) e o Centro Cultural Lourdes Ramalho (1982), todos projetados e supervisionados pelo arquiteto Renato Azevedo.

Objetiva-se divulgar os resultados alcançados, corroborando para o debate no âmbito de pesquisa qualitativa, enquanto a obtenção destas fontes documentais, na realização de coletas em arquivos privados e públicos, como: arquivo da SECULT, SEPLAN.

Justifica-se pela necessidade de relatar os desafios encontrados para a preservação de tais acervos, bem como acesso a estes, sob uma tentativa organizacional de cadastrar digitalmente o acervo, com a digitalização ou fotografias dos materiais de projeto e disposição para consultas, sob a ótica de documentar a arquitetura e da cidade, em seu processo de transformações.

#### **METODOLOGIA**

A metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa sobre o Arquiteto e sua contribuição, se deu por duas linhas metodológicas: A primeira linha voltou-se para um trabalho teórico de pesquisa arquitetônica a partir das fontes primárias e secundárias, baseando-se principalmente, no que propõe SERRA (2006), quando caracteriza processos e sistemas na elaboração de pesquisas científicas em Arquitetura e Urbanismo.

Por processos, SERRA (2006), compreende o objeto como um sistema composto por um conjunto, observando a comunicação da edificação com os componentes sob o contexto de sua época, e aos que o mesmo adquire ao passar do tempo.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Na qualidade de fonte primária, tem-se a investigação e compreensão do edifício construído, a partir das pranchas do projeto original, visita técnica, entrevista ao prefeito do recorte temporal pesquisado e a alguns integrantes da equipe de projeto do arquiteto, bem como familiares. E enquanto fontes secundárias, publicações em jornais de época.

A segunda linha compreende métodos de análise e elaboração dos estudos e propostas projetuais relacionadas às obras, refletindo sobre a construção da forma pertinente dialogadas por Edson Mahfuz e Alejandro Aravena. Como o arquiteto ARAVENA (1999) retrata sobre verificar a pertinência da arquitetura, leitura do problema, e da forma proposta, decompondo corretamente a situação em seus aspectos constituintes.

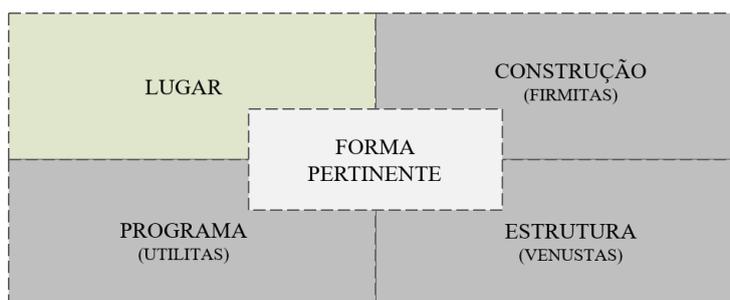


Figura 1 – Quarteto contemporâneo  
Fonte: Mahfuz, 2004. Redesenho de Ingrid Oliveira. 2019

Tem como referencial teórico os trabalhos desenvolvidos por QUEIROZ (2008) e ALMEIDA (2010), entre outros, entendendo o edifício como fonte documental no âmbito da história da arquitetura e cidade a partir de pesquisas de investigação, e o diálogo com o lugar.

A realização da pesquisa que teve duração de um ano foi dividida em duas fases semestrais. A princípio, durante o primeiro mês, foram feitas leituras bibliográficas sobre o referencial teórico e contextualização do objeto de estudo, estando constantemente atualizado sobre a bibliografia pertinente e atualizado na área.

Juntamente com as leituras, durante os dois primeiros meses, foram feitos levantamentos arquitetônicos e fotográficos das principais obras, mapeando e coletando material sobre as





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

mesmas, em campo, entrou-se em contato com a Universidade Federal de Pernambuco, para investigar informações sobre Renato Azevedo.

Do terceiro ao quarto mês, buscou-se os materiais disponíveis na SEPLAN, onde foram feitas entrevistas com arquitetos, engenheiros, desenhistas, administradores que estiveram envolvidos com aquelas obras, coletando depoimentos orais de atores envolvidos como objeto de estudo. Ao mesmo tempo, foram feitas coletas de dados em arquivos públicos sobre os projetos e a obras estudadas.

Após visitas feitas ao Arquivo Público Municipal de Campina Grande, chega-se ao número de três obras relevantes projetadas entre os anos de 1968 a 1982, onde foi coletado o material de projetual técnico e efetuada a análise das mesmas, além de encontrar especialmente materiais de características urbanísticas, contudo, não era da abrangência da pesquisa.

O acervo da SEPLAN, apesar de estar aberto para consultas, disponibilizando alguns dados arquitetônicos, momento da pesquisa achava-se em fase de organização de seu arquivo o que também dificultou o acesso à informação, entretanto, os estagiários da secretaria graduandos da UFCG, contribuíram significativamente na busca pelo material.

Durante a primeira fase, mediante entrevistas realizadas, elucidou-se que o arquiteto após meados de 1982 deixou a cidade de Campina Grande e foi trabalhar em Recife, capital do estado de Pernambuco, levando consigo a sua equipe de projeto, o que dificultou o acesso à informação e contato com estes.

A segunda fase da pesquisa, realizado no segundo semestre, ocorreu-se por meio das análises de estudo das obras, catalogação mediante fichas no formato do grupo de pesquisa, bem como a produção de artigos para a divulgação do acervo moderno campinense produzido pelo arquiteto.

### **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As fontes orais são substanciais no resgate de informações para a construção da biografia do profissional e sua produção, buscando analisar as características das obras, a forma e os critérios projetuais do arquiteto. Os atores envolvidos no processo trouxeram esclarecimentos pertinentes à investigação.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Vilna Serpa, arquiteta e urbanista da equipe de Renato Azevedo, graduada pela Faculdade de Arquitetura da UFPE, relatou que enquanto integrou à equipe, seguiam as tendências da época, priorizando a verdade do material, usando tijolo aparente e estrutura de concreto aparente, quanto aos espaços projetavam os espaços com integração dos jardins, estes com pérgolas de concreto, grandes portas de vidro e volumes curvos nos interiores.

Uma importante fonte no processo de investigação foi o ex-prefeito Enivaldo Ribeiro, que narrou sobre a experiência profissional de Azevedo, enquanto trabalhou na gestão municipal do prefeito Evaldo Cavalcante da Cruz.

Quando Enivaldo Ribeiro foi eleito em 1977, viu a atuação de Renato Azevedo e decidiu continuar com o mesmo, sabendo do seu potencial decidiu que ele seria uma peça fundamental para o desenvolvimento de Campina Grande. Assim que assumiu o cargo na nova gestão, foi chamado para fazer parte da equipe de planejamento e confecção de projetos, para organizar a CONDECA, onde foi coordenador.

Renato Azevedo teve uma participação relevante no processo de humanizar e dotar de infraestrutura básica, assim como seu papel de urbanista projetando importantes avenidas na cidade como a Manoel Tavares, fruto do projeto CURA, que foi dividido em 3 etapas, baseado no Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), elaborado em 1972 e que logo depois foi atualizado pela COMDECA. O esforço desde o início é para que se houvesse uma hierarquização das vias de circulação urbana de forma radial, buscando orientar a expansão da cidade.

O CURA I, possibilitou dois equipamentos urbanos de grande significado espacial e econômica na cidade, o Centro Cultural Lourdes Ramalho e o Centro Comercial Shopping Center de Campina Grande. Onde o seu raio de influência incentivou a pavimentação de ruas que interligassem os acessos como a Almirante Barroso, Vigário Calixto, Rio de Janeiro, e todo o contorno do Açude Velho.

As fontes documentais coletadas forneceram subsídios para que a pesquisa avançasse em seu desenvolvimento, a partir da realização do levantamento realizado no PIVIC “A linguagem arquitetônica brutalista em obras de Campina Grande. Pb. 1970-1990”, onde foi catalogado a SECULT, abrindo a possibilidade de estudo do arquiteto, bem como





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

corroborou continuidade da pesquisa do objeto no PIBIC “Tectônica da modernidade. Desafios para a preservação da arquitetura moderna em Campina Grande” para a elaboração de trabalhos de conclusão de curso.

O edifício como fonte documental é um importante meio para o estudo em diversas aplicações na área tanto arquitetônica como urbanística, entendendo que o edifício está inserido em um lugar, com implicações.

"Todo lugar é algo complexo, composto por topografia, geometria, cultura, história, clima, etc. Porém, por mais força que possua um lugar, o projeto não será nunca determinado por ele. Assim como não há relação direta entre programa forma, as relações entre lugar e forma também dependem da interpretação do sujeito que projeta."(MAHFUZ, p. 04. 2004)

Os materiais de projeto sob a retratação das imagens tem grande relevância em detrimento aos textos, que justificada pela coordenadora Dra. Teresa Rovira da linha de pesquisa “a forma moderna” do programa de doutorado em projetos arquitetônicos da ETSAB/UPC de Barcelona, que, tanto em forma como estão realizados os planos, como o ponto de vista das imagens, por si só, permitem explicar a obra. justificam a linha adotada por esta pesquisa, que é realizada em rede com toda a América Latina, afirmando que:

*“Trata de explicar visualmente una manera de entender la arquitectura, desde su emplazamiento en el lugar a su formalización gráfica, en la que el énfasis está puesto en el papel formalmente estructurante de los elementos de soporte y cerramiento... Buscando valores formales y visuales de la edificación a través de fotografías que ilustran el edificio”.* (ROVIRA, p. 11, 2006)

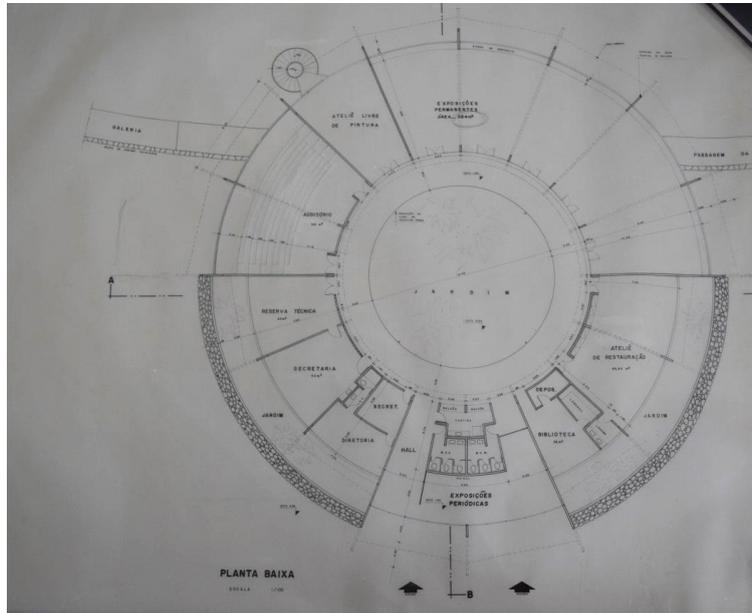
Sendo assim, o levantamento fotográfico tanto do material projetual técnico e de croquis, como o do próprio edifício, comunicam a obra, o momento socioeconômico, político, além dos critérios projetuais, bem como a linha adotada ou de influência.

Figura 2 – Planta baixa da prancha projetual e detalhe do pátio interno, respectivamente  
Fonte: Acervo do grupo Arquitetura e Lugar. 2017





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA



## CONCLUSÃO

Espera-se que este trabalho contribua com a discussão acadêmica sobre a pesquisa documental histórica arquitetônica e urbanista, com finalidade de divulgar o processo do levantamento sobre o arquiteto e sua contribuição à cidade campinense, dando o seu devido valor para a preservação de seus exemplares, mas que também compreenda-se os critérios projetuais de inserção do edifício em seu contexto, considerando não apenas os fatores de construção, programa de necessidades e a estrutura, mas também de como o edifício se relaciona com o lugar, e sua inserção na cidade.

## REFERÊNCIAS

MAHFUZ, Edson. **Reflexões sobre a construção da forma pertinente.** In: *Arquitextos*, São Paulo, ano 04, n. 045.02, Vitruvius, fev. 2004 Disponível em: [www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.045/606](http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.045/606).





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

QUEIROZ, M. V. D. **Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950)**. São Carlos: Dissertação (Mestrado) – PPG-AU/EESC/USP. 2008.

ROVIRA, Teresa (org). **Documentos de Arquitectura Moderna en América Latina.1950-1965**. Primera recopilación. Barcelona: ICCI/ UPC. 2004.

SERRA, Geraldo. **Pesquisa em arquitetura e urbanismo. Guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação**. São Paulo: EDUSP. 2006.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## GRUPO DE TRABALHO 05: FONTES HISTÓRICAS PARA OS ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE AFRO-BRASILEIROS.

COORDENADORES: JOSÉ PEREIRA DE SOUSA JUNIOR (UFRN) E WALDECI FERREIRA CHAGAS (UEPB)





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

COMUNICAÇÃO ORAL

## **MULHERES ESCRAVIZADAS NA ARENA JUDICIAL POR LIBERDADES: AÇÕES DE LIBERDADE NA COMARCA DO RECIFE OITOCENTISTA – 1870-1888-**

**Maria Marinho Harten**  
Mestranda do PPGH Unicap  
[mariaharten@yahoo.com.br](mailto:mariaharten@yahoo.com.br)

A mulher escravizada ganha lugar na historiografia à medida que a pesquisa inova na busca de fontes e encontra nos arquivos judiciais fragmentos dos discursos produzidos a partir de processos judiciais, em ações de liberdade. O nosso estudo busca contribuir para essa temática dando visibilidade a percepção de escravizadas quanto a seus direitos e liberdades. O tema da escravidão, durante anos foi estudado sob uma ótica generalista, onde a presença das mulheres escravizadas enquanto protagonistas foi silenciado. Por muitos anos o debate historiográfico esteve polarizado entre a forma como esta ocorreu, se teria sido branda ou violenta.

No final da década de 1970, o Brasil encontra-se em um contexto sombrio e de luta contra a ditadura civil militar, vivia os horrores das perseguições políticas, desaparecimentos, torturas e exílios. Surge mobilizações social a favor da anistia e redemocratização. A frente dessa luta, movimentos sociais de apoio as minorias, movimentos feministas, movimentos das mulheres negras, dentre outros, ocupam a pauta para dar visibilidade às questões que desde a abolição de 1888 não tinham sido privilegiadas. Nesse período são levantadas questões que dizem respeito as vozes das mulheres negras e aos espaços por elas ocupados buscando a ressignificação da escravidão, onde se faz necessária a construção de novas narrativas incluindo as mulheres. A história de escravizadas por muitos anos silenciada, bem como a vida e as ações de





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

grupos subalternos eram ideologicamente omitidos, mas, suas histórias ganham espaço quando as fontes são ampliadas sendo “chafurdadas a lama” da escravidão.

O “ofício do historiador” é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando anexam novos territórios. Econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e negligência os sexos. Cultural ou “mental”, ela fala do homem em geral, tão assexuado quanto a Humanidade. Célebres – piedosas ou escandalosas -, as mulheres alimentam as crônicas da “pequena” história, meras coadjuvantes da História. (PERROT; 2017, p. 197)

Nosso estudo tem como objetivo dar visibilidade a resistência de mulheres escravizadas que utilizaram a via judicial como estratégia para dirimir seus conflitos na busca por direitos e liberdades no Recife oitocentista, particularmente as ações promovidas com base na lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, a Lei Rio Branco, conhecida como a Lei do Ventre Livre, nos últimos anos que antecederam a abolição. Os processos que tramitaram na justiça atestam a resistência escrava pelas vias legais, mesmo que seus pleitos e sua voz tivesse que reverberar através dos operadores da justiça ou de pessoas livres.

Partindo de ações de liberdade, suas histórias, dramas, conflitos e conquistas, cruzadas com periódicos da época e a historiografia da escravidão, construiremos uma narrativa envolvendo o espaço da cidade, a sociedade escravista, o papel social, as relações de gênero, raça, grupos e redes de sociabilidade e solidariedade que se entrelaçaram nas tramas individuais das escravizadas que “ousaram” contestar o domínio senhorial e a propriedade da instituição secular da escravidão.

O conjunto de vestígios e indícios, segundo José D’Assunção Barros (2019), é o universo de possibilidades para o historiador construir suas narrativas, é a fonte histórica produzida pela existência humana, de suma importância para o historiador. Documentos produzidos por instituições, organismos de Estado e poderes constituídos foram relevantes para a construção da História Política. A expansão do universo de fontes, textos, fotos, objetos materiais, canções, abre um leque de possibilidades para a construção da narrativa do cotidiano da pessoa comum, dos humildes, dos invisíveis, abre caminho para a História Social. Para o autor, “a ampliação documental – ou a crescente multidiversificação das fontes históricas- foi uma conquista gradual dos historiadores”.

Quantitativamente escasso, o texto feminino é estritamente especificado: livros de cozinha, manuais de pedagogia, contos recreativos ou morais constituem a





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

maioria. Trabalhadora ou ociosa, doente, manifestante, a mulher é observada e descrita pelo homem. Militante, ela tem dificuldade em se fazer ouvir pelos seus camaradas masculinos, que constitui-se imediatamente como apanágio masculino. A burguesia, falocrata de nascença, impõe aqui sua concepção dos papéis, essa rigorosa separação dos sexos que termina num enorme fosso, esse “deserto do amor” descrito por Mauriac: “Nada além disso, o sexo separa-nos mais que dois planetas.” Assim, o silêncio sobre a história das mulheres também advém do seu efetivo mutismo nas esferas políticas, por muito tempo privilegiadas como os locais exclusivos do poder. (PERROT; 2017, p.198)

As mulheres, quando citadas pela historiografia, apareciam como sedutoras, objeto sexual e de prazer dos senhores e dos sinhozinhos, figuras passivas, dóceis, submissas e obedientes. A ênfase dada aos grupos senhoriais e aos grandes fatos políticos e econômicos, tratava as questões do elemento servil, como mão de obra “imprescindível” a construção do Brasil, colônia portuguesa, sem mencionar seus cotidianos e deixando de lado a história das mulheres, de seus cotidianos de lutas, de resistência e estratégias empreendidas para romper o domínio a que estavam submetidas, tanto por parte de seus senhores, dos filhos e filhas e de esposas ciumentas, através da violência cometida sobre estas.

O estudo das relações de gênero durante o período escravista nos possibilita a compreensão da construção social dos papéis das mulheres e das mulheres enquanto escravizadas que se faz necessário. Gênero é compreendido aqui como construção social, baseada na percepção da diferença entre os sexos.

Duas partes e dois subconjuntos que estão inter-relacionados, mas que devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo definição repousa uma conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseados nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significados às relações entre os sexos. (SCOTT; 1995, p. 86)

James Scott (2013, p. 19) defende que todos os grupos subordinados criam, a partir da sua experiência de sofrimento, um “discurso oculto” que representa uma crítica do poder expressa nas costas dos dominadores e que por outro lado os poderosos também elaboram discursos ocultos que enunciam as práticas e exigências da dominação sem que venham a público e comparando os discursos dos dois grupos e estes ao discurso público das relações de poder proporciona a compreensão da resistência à dominação. Para o autor de *A dominação e a arte da resistência – Discursos ocultos*, os grupos subordinados





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

tendem, por prudência, medo e desejo de agradar aos mais fortes, moldar o comportamento público como estratégia para atender as expectativas dos grupos dominantes. Scott afirma utilizar o termo discurso público como forma de designar as relações explícitas entre subordinados e os detentores do poder.

Não seria, no entanto, descabido identificar na prática do aborto e do infanticídio uma forma de resistência da escrava, seja às péssimas condições oferecidas à procriação, seja ainda à inevitável condição escrava que legaria em herança aos filhos. Os infanticídios, vistos sob esse prisma, seriam, sobretudo, a única e trágica forma visualizada pela mãe escrava para livrar seus filhos da escravidão. (GIACOMINI, 1988, p. 26)

O lugar da mulher escravizada pode ser narrado a partir de suas dores e sofrimentos, mas, também pode ser narrado a partir de suas lutas e conquistas, pode ser narrado a partir de suas percepções da agência escrava, a partir do seu protagonismo por direitos e liberdades

Para Perrot (2008, p. 10) “a História é o que acontece, a sequência dos fatos, das mudanças, das relações, das acumulações que tecem o devir da sociedade. É o relato que se faz de tudo isso”. A autora (2017, pp. 179-180-181) afirma que a pesquisa feminista teria contribuído para uma “reavaliação do poder das mulheres”, procurando mostrar a presença, a ação das mulheres e a existência dos seus poderes. Para a autora, seria “a era do matriarcado”, e acrescenta, que o esforço das historiadoras teria invertido perspectivas historiográficas tradicionais narrando a presença das mulheres em seus cotidianos, onde um “mundo das mulheres” é caracterizado pela sociabilidade e suas formas de expressão, sua “cultura” reforçando a tese do “poder social” das mulheres.

A explosão do feminismo, o crescimento da interdisciplinaridade, com a Antropologia, da História das Mentalidades, da História Social, aumentou consideravelmente as pesquisas sobre o gênero feminino, favorecendo o surgimento da História das Mulheres na década de 1970. Num primeiro momento a História das Mulheres foi construída por mulheres atuantes no movimento feminista, que mostra uma mulher ativa, protagonista da sua história, a presença atuante no espaço público, para além do espaço privado que lhe era imposto e ideologicamente permitido.

Em 1984, a historiadora Maria Odila Dias, lança a 1ª edição do livro *Quotidiano e Poder*. O trabalho trata do papel ativo das mulheres escravas, forras, pobres na cidade de





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

São Paulo do século XIX. Na segunda edição de *Quotidiano e Poder*, Maria Odila Dias (1995; p. 50) defende que o processo histórico das mulheres em sociedade as apresenta em papéis informais, a mudança, o vir a ser, se opõe ao domínio dos mitos e normas culturais. Segue afirmando que seus papéis históricos podem ser observados nas tensões, mediações, nas relações sociais que integram mulheres, história, processo social, podendo ser resgatados das entrelinhas e do implícito nos documentos escritos. Informações omissas, casuais, no contexto ou da intencionalidade formal do documento. Para a historiadora (2012, p. 360) a historiografia atual favorece a história social das mulheres, pois vem se voltando para a memória de grupos marginalizados do poder, abrindo espaço para uma história macrossocial do cotidiano.

[...]A pesquisa feminista recente por vezes contribuiu para essa reavaliação do poder das mulheres. Em sua vontade de superar o discurso miserabilista da opressão, de subverter o ponto de vista da dominação, ela procurou mostrar a presença, a ação das mulheres, a plenitude dos seus papéis, e mesmo a coerência de sua “cultura” e a existência dos seus poderes. Foi o que poderia se chamar a era do matriarcado [...]. (PERROT, 2017; p. 179)

Dias (1995, p. 40), afirma existir entre os cientistas sociais uma tendência a definir o domínio do feminino como a alteridade ideal, “o outro de uma cultura propriamente masculina”.

Nos documentos e fontes oficiais, símbolos e metáforas escondem informações mais objetivas, imagens genéricas, depreciativas, recobrem referências às mulheres escravas, forras, brancas pobres, critérios próprios do maniqueísmo da contra reforma a que se somam nuances clássicas, que se referem ao corpo feminino como a um objeto de conquista e prazer sexual. As mulheres raramente apresentam a individualidade de personagens históricas. São forças outras,, misteriosas, desconhecidas, às vezes perigosas. (DIAS; 1995, P. 40)

Para Michelle Perrot (2017, pp. 15,16 e 26) a história das mulheres partiu de uma história de corpo e papéis desempenhados na vida privada, da história de mulheres vítimas para a história de mulheres ativas no espaço público, do trabalho, da política, dentre outros espaços. Para a autora o silenciamento das mulheres é o mesmo no qual se anula a massa da humanidade, “mas é sobre elas que o silêncio pesa mais”. Aponta a fonte judicial e policial como as mais ricas para a construção de narrativas sobre as mulheres. Perrot, considera que a invisibilidade e silêncio fazem parte da ordem das coisas, para muitas sociedades. Assim seria garantida a tranquilidade de uma cidade, pois o ajuntamento causa medo, desordem e suas falas em público eram consideradas indecentes.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Segundo Maria Odila Dias (1995, p. 50) o processo histórico das vidas das mulheres se opõe ao domínio dos mitos e normas culturais, onde os espaços femininos são resultados de conquistas próprias e não aqueles que foram prescritos e por essa razão são ocultados, são calados e omissos. Para a autora os papéis desempenhados pelas mulheres passam por tensões e conflitos do cotidiano dos espaços públicos e ou privados que podem ser resgatados nas entrelinhas de documentos, processos judiciais e devassas policiais.

A presença das mulheres, tão forte na rua do século XVIII, persiste na cidade do século XIX, onde elas mantêm circulações do passado, cercam espaços mistos, constituem espaços próprios. Por outro lado, nem todo o privado é feminino. Na família, o poder principal continua a ser o do pai, de direito e de fato. (PERROT, 2017; pp.187-188)

Ser mulher e escravizada, era ser tratada como mercadoria, reduzida ao *status* de coisa, numa sociedade com práticas patrimonialistas, patriarcais, onde a condição de mulher era considerada objeto de prazer sexual por parte do grupo dominante, estupradas, carregavam em seus ventres o fruto da violência, o filho de seu algoz.

Para a historiadora Sandra Graham (2005) a fonte judicial, seria atraente, uma vez que em seus textos legais é possível visualizar os conflitos e os dramas de uma determinada época. Através dos documentos judiciais é possível visualizar as dores e a força que moveram mulheres escravizadas, numa sociedade adversa a condição de mulheres e escravizadas ao mundo de homens que era a arena judicial como uma última instância que lhes concederia a possibilidade de proteger seus direitos e por sua via seria concebida as liberdades.

Amparadas pela 2.040 de 28 de setembro de 1871, as mulheres chegaram à arena judicial fortalecidas. Antes dessa Lei, conhecida como Lei do Ventre Livre, não havia um Estatuto Civil para o elemento servil.

No ano do nascimento de nosso senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e oitenta, aos nove dias do mês de fevereiro, nesta cidade do Recife, e em meu cartório, foi-me entregue uma petição acompanhada de um documento por parte de Maria Rosa e seu filho Luiz a fim de ser autuada e preparada. Recolhida a Casa de Detenção do Recife, por ordem do Chefe de Polícia, Maria Roza, através de seu representante, que assina petição a rogo,





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

requer sua liberdade e a de seu filho Luiz, argumentando que seu senhor Joaquim Alves Barbosa, não os havia dado à matrícula, bem como, a nenhum outro escravo sob seu domínio.

Mulher e mãe, Maria Roza, escravizada, não sabia ler nem escrever, nos autos nada consta a respeito da sua idade, da sua cor, e nem quem seria o pai de Luiz, questionava a propriedade sobre si e seu filho. Como estratégia de luta, Maria Rosa denuncia que ela, seu filho Luiz e os demais elementos servis sob o domínio do “seu senhor” não estavam matriculados. Munida de certidão da Recebedoria de Rendas, chega ao chefe de polícia e ao Juiz da 1ª Vara Cível, apresentando a queixa que tornaria, ela e Luiz fossem considerados libertos.

Cruzando as fontes, encontramos no Diário de Pernambuco, coluna “Publicações a Pedido”, do dia 30 de janeiro de 1880, notícia dando conta da falta de matrícula de todos os escravos, bem como da escravizada Maria Roza e seu filho Luiz, clamando para que a imprensa e os defensores da causa da liberdade divulguem o fato.

O Jornal do Recife, na mesma data, publica a notícia questionando se “é possível a barba de todas as autoridades”, o português Joaquim Alves Barbosa “não ter dado a matrícula nenhum de seus escravos”. Na mesma nota o jornal diz que “a parda Maria Roza” teria apresentado “a prova de ser livre”, a certidão da Recebedoria de Rendas, ao chefe de polícia e ao juiz da 1ª Vara Cível e mesmo assim continuava no cativeiro, e mais, que “a infeliz escrava” era constantemente espancada pelo “cruel” proprietário. Clama aos defensores da “santa causa da liberdade” que tomem alguma atitude, que se pronunciem. Concluindo a nota diz ser tal a enormidade do fato ali narrado que julgam não ser necessário nenhum comentário.

As notas foram publicadas antes da autuação da petição. Maria Roza não estaria sozinha na sua luta. Além da imprensa divulgando e clamando apoio dos abolicionistas, o fato de Roza está com a certidão em mãos pressupõe que ela teve apoio de sua rede de sociabilidade e mais, tinha percepção da agência escrava, seus direitos e a sua estratégia lhe garantiria liberdades.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Para a historiadora Maria Odila Dias (1995, p. 20), A improvisação de subsistência do dia a dia envolvia troca de informações, rede de conhecimentos, favores pessoais, proteção, que intercedesse pelas mulheres e elas sabiam se utilizar bem dessas redes.

Nomeado o curador, os autos seguem os tramites legais, o suplicado é citado e não apresenta nenhum documento que desse conta da matrícula dos suplicantes. A sentença prolatada pelo Juiz concedendo a liberdade é publicada, abrindo prazo para recurso. Um mês depois o senhor Joaquim Alves Barbosa vem aos autos na tentativa de embargar a sentença. O processo já havia transitado em julgado, a intempestividade do embargo mantem a sentença do 1º grau.

O sentimento que envolve a maternidade vem à tona. Maria Roza, recolhida numa casa de detenção, seu filho sob domínio daquele que se dizia seu senhor, que em inúmeras vezes a espancara, enquanto Maria tornava pública a situação dos cativos e cativas daquele que se dizia seu senhor, um gesto que pode ser compreendido como estratégia movida pelo desejo de que seu filho não tenha o mesmo destino, a escravidão. Havia, claramente a percepção dos direitos assegurados pela primeira lei positiva a escravizadas e escravizados.

O *status* da mãe era registrado na documentação de nascimento das crianças, transmitindo a seus filhos, sendo, portanto, a mãe legitimamente responsável pela demanda judicial de suas liberdades.

Vale destacar que o privilegiamento do potencial produtiva da escrava em detrimento de seu potencial reprodutivo, não a isentou da gestação, parto e amamentação dos filhos paridos vivos, muito embora haja determinado de forma estrita as condições em eu a procriação podia se dar. Quando, a despeito das péssimas condições, ocorriam a gravidez, a maternidade e a lactação não planejadas nem previstas, vinham, na realidade “penaliza” a escrava por suas funções reprodutivas. (GIACOMINI, 1988, P.24)

Maria Roza possivelmente seria uma escrava de ganho, o que teria facilitado seu deslocamento de São Lourenço, arrabalde do Recife, ao centro da cidade, onde a parte administrativa pública funcionava, em busca da certidão junto a Recebedoria de Rendas, uma rede de sociabilidade e de solidariedade facilitou seu acesso àquela repartição pública, a imprensa local e ao representante para acompanhá-la ao Cartório onde começaria a





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

dirimir o conflito judicialmente, em seu nome e em nome do filho, Luiz, a liberdade que lhes era de direito.

Camillia Cowling, autora de *Concebendo a Liberdade*, (2018, p. 105) defende que a estratégia da busca por liberdade através da judicialização baseada na legislação vigente era uma escolha consciente por parte dos escravizados e que essas ocorriam quando não todos os caminhos haviam falado ou ainda quando o requerente possuía recursos suficientes para buscar amparo nas leis. Cowling chama a atenção para a prevalência no número de ações movidas por mulheres e sugere que “as alforrias não teriam sido concedidas a elas, mas que fizeram parte de um processo que, em certa medida, foi moldado pelas atuações e aspirações das próprias mulheres”. A autora acredita que o maior número de ações de liberdade tenha sido impetrada por mulheres em razão de que a instituição da escravidão tenha influenciado de formas distintas a vida e as ações dos homens e mulheres, moldando “ativamente as relações de poder e gênero tanto na sociedade escravista como na sociedade livre”. Para Cowling (2018, p. 173) as percepções são mutáveis e teriam ajudado a forjar imaginários coletivos sobre a escravidão e o abolicionismo durante as décadas de 1870 e 1880. Para a autora, separações dramáticas entre mães e filhos, relações entre feminilidade e emoção e ainda o questionamento sobre se o sentimento de maternidade era algo comum a todas as mulheres, foram questões debatidas por intelectuais, abolicionistas e legisladores em prol da abolição tendo exercido grande influência na elaboração da Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, mesmo sendo considerada, pelos abolicionistas, como uma lei insuficiente.

A chegada das mulheres escravizadas a arena judicial no Recife, possibilita construir uma narrativa partindo da micro história e seguindo vestígios e rastros poderá se apropriar da história social que circundava o cotidiano da cidade, de pessoas comuns, de mulheres escravizadas, de redes de sociabilidades e solidariedade, dos movimentos e percepções que alteraram o cenário político e econômico e puseram fim ao regime de domínio senhorial que envolvia as relações da escravidão. Mulheres que lutaram por liberdade em uma época que a realidade era adversa em todos os sentidos, a questão de gênero, cor, representação social e econômica que ditavam suas possibilidades de





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

mobilidade de ação, as estratégias utilizadas e as redes criadas para que essas hoje possam através de suas lutas ocuparem lugar no novo fazer História, um lugar de sujeito ativo, uma lugar de protagonismo. Nem dóceis, nem heroínas, mulheres, no plural, com as diversidades possíveis, fizeram ecoar e hoje podem ocupar espaço no caminho que traçaram ao darem passos em direção às ações por liberdades.

## FONTES

Memorial de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. Processo ação cível de Liberdade: caixa 1.162, 09 de fevereiro de 1880, Recife.

Diário de Pernambuco em 30 de janeiro de 1880

Jornal do Recife 30 de janeiro de 1880

## REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **Fontes Históricas:** Introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BRANDÃO, Sylvana. **Ventre livre, mãe escrava:** a reforma social de 1871 em Pernambuco. 3ª.ed. rev. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

BRASIL, Planalto. Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871. Disponível em : [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM2040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm). Acesso em 02 agosto. 2018, 02:00.

CABRAL, Flávio José Gomes. “**Ó pretos, nada de negócios de brancos!**”: sociabilidades, cultura e participação política dos homens de cor no processo de Fundação do Estado e da Nação. In CABRAL, Flávio José Gomes e COSTA, Robson (orgs). História da escravidão em Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade:** rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. 2ª ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.





CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**- Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

COWLING, Camillia. **Concebendo a liberdade**: Mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2018.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**: 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FARGE, Arlete. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

FARGE, Arlete. **Lugares para a História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

GIACOMINI, Sônia Maria. **Mulher e Escrava** - Uma introdução ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988

GINZSBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. O nome e o como (capítulo V) Lisboa, Difel- Difusão Editorial Ltda, 1989.

GINZSBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais. Morfologia e História**. 2ª Ed. São Paulo. Editora Companhia das Letras, 1989.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. Tradução Viviane Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Caetana diz não**: Histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. Tradução. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MORAIS, Grasiela. **As imposições da “nova ordem”**: As prefeituras de Comarca e o controle sobre as mulheres populares no Recife (1836-1842). CABRAL, Flávio José Gomes e COSTA, Robson (orgs). História da escravidão em Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. (tradução Ângela M.S. Côrrea). – 2.ed. 5ª reimpressão- São Paulo: Contexto, 2017.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência** – Discursos ocultos. São Paulo: Livraria Letra Livre, 2013.

SILVA, Maciel Henrique. **Pretas de Honra**. Vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870). Editora Universitária da UFPE, co-edição, Salvador: EDUFBA, 2011.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular Tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

XAVIER, Giovana, Farias, Juliana B., Gomes, Flávio. **Mulheres Negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

PÔSTER

## **POMBA GIRA QUE É MULHER DE VERDADE: COMO A FIGURA FEMININA É TRABALHADA NA UMBANDA?**

Liliane Aparecida Freitas Lins<sup>95</sup>,

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB,

liaflins@gmail.com

Thaís de Oliveira e Silva<sup>96</sup>

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

thaisblos@gmail.com

### INTRODUÇÃO

O presente artigo é um relato de experiência, oriundo de uma atividade desenvolvida junto a uma turma de oitavo ano presente na Escola de Ensino Fundamental e Médio Monsenhor José Borges de Carvalho, localizada no município de Alagoa Nova, estado da Paraíba. A escola conta com os ensino do fundamental dois, médio, entre os turnos manhã e noite, e o programa para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) durante a noite.

Por meio da filosofia da escola, assim como por intermédio da lei 11.645/08, que vem tornar obrigatório através da Lei de Diretrizes de Base (LDB) localizada no artigo 25-A (Brasil, 2018, p. 20) o estudo sobre a cultura afro-brasileira durante o ensino fundamental e ensino médio, sendo de responsabilidade em especial da educação artística, literatura e história brasileira, sendo um tema dialogado durante todo o currículo escolar. Dessa maneira dentro da Escola Monsenhor Borges foi possível trabalhar a temática durante as aulas de história, na aula em questão foi discutida a temática sobre intolerância

---

\* Autor: Ivo Fernandes, mestrando em História pela UFCG, e pesquisador pelo CNPQ, <http://lattes.cnpq.br/2067839557975139>. E-mail: Historivo@hotmail.com

<sup>96</sup> -As sensibilidades seriam, pois, as formas pelas quais indivíduos e grupos se dão a perceber, comparecendo como um reduto de tradução da realidade por meio das emoções e dos sentidos. [...] O historiador precisa, pois, encontrar a tradução das subjetividades e dos sentimentos em materialidades, objetividades palpáveis, que operem como a manifestação exterior de uma experiência íntima, individual ou coletiva. [...] Sensibilidades se exprimem em atos, em ritos, em palavras, em objetos da vida material, em materialidades do espaço construído.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

religiosa, com um foco maior na umbanda. A grande maioria dos/as alunos/as ali localizados/as não conheciam a religiosidade ou se conheciam, pouco compreendiam, tendo uma visão por vezes estereotipada sobre o que vem a ser essa religião. Um fato que muito chamou a atenção foi como os alunos, por virem de um contexto cristão não percebiam a importância da mulher dentro da religiosidade e também como tiveram uma rejeição quando se começou a debater sobre a figura da pomba gira, de modo que muitos falaram que era uma personagem má, que existia apenas para causar a discórdia, principalmente dentro de casamentos, levando em conta essa fala foi necessário explicar a turma qual a importância das partes femininas dos exus catiços e como elas trabalham em prol do bem estar de inúmeras pessoas e famílias. Se tornou pertinente trabalhar o tema pois a comunidade é pequena e por momentos não tem ações onde se trabalham temas transversais como religiosidade afro-ameríndia, gênero, feminismo entre outros, sendo assim discutir de maneira didática o tema religião e feminismo, conversar sobre as impressões dos alunos/as e compartilhar experiências foi o que guiou a pesquisa e a tornou rica.

Por ser uma turma com uma faixa etária entre treze em quinze anos se optou por trabalhar com aula expositiva e a utilização de histórias em quadrinhos, de autoria de dois cartunistas brasileiros, Carlos Ruas e Hugo Canuto, onde o primeiro trabalha com a charge em seu site Um Sábado Qualquer e o segundo tem uma *graphic novel* chamada de Conto dos Orixás.

#### DESENVOLVIMENTO

Segundo a Lei nº 9.459/97 fica decretado que qualquer crime que resulte de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional será punido com reclusão de três anos ou multa, mesmo com a lei decretada muito se discute acerca da discriminação e preconceito, já que se convencionou na sociedade ver o diferente como algo hediondo, maldoso ou deturpado, características que são atribuídas para as religiões de matriz afro-brasileiras, onde a grande massa entende devido a um imaginário estabelecido que aqueles que não são cristãos trabalham em prol de um mal. Então quando se discute por exemplo a umbanda, uma religião que tem sua origem na





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, no dia 15 de novembro de 1908, quando durante uma sessão da religião Kardecista o médium Zélio Fernandino de Moraes, incorpora o espírito que se apresenta como Caboclo das Sete Encruzilhadas, e este relata que uma nova religião deve surgir e por meio dela levar um trabalho de paz a todos aqueles que precisam de ajuda. Inicialmente os kardecistas não aceitam muito bem essa nova vertente religiosa, justamente por trabalhar com almas daqueles que partiram e por vezes foram pessoas que não tiveram uma boa índole, além de serem espíritos de inúmeras etnias, além de que muitos adeptos que vão até os centros de umbanda são pessoas a margem da sociedade. Para Barros (2017, p.58 apud Ortiz 1999, p. 15-16) “a Umbanda representava a integração das práticas afro-brasileiras na moderna sociedade brasileira”, de modo que a urbanização e a modernização davam uma configuração própria a religião, já que ela nasce juntamente quando a sociedade urbano-industrial e as classes estão se formando.

Quando se apresenta essa temática surge um mistério acerca dessa religião, além de inúmeras dúvidas e rejeições por parte daqueles que dela não participam, porém vale salientar que há não praticantes que respeitam a temática, por ambos os motivos se torna pertinente discutir o tema com as crianças para que elas cresçam buscando compreender o outro com empatia, tendo em vista que todos os dias a população é assaltada com notícias em que vítimas são feitas, apenas por pensarem ou professarem ideias de maneira diferente daquela que está em ascensão. Além da intolerância religiosa, também é importante trabalhar a figura da mulher dentro dos cultos religiosos assim como dentro da própria sociedade, e a escola é um dos principais locais para se vincular informação, segundo Silva (2018) a escola é um lugar produtora e consumidora de práticas culturais, isso porque aqueles que nela estão inseridos tiveram uma formação dentro e fora do espaço escolar, onde se pode perceber que há uma luta cultural entre uma comunidade que é vista pelo sistema educacional como homogênea, porém na prática é heterogênea.

A partir das aulas ministradas na turma do 8º ano do ensino fundamental II foi possível perceber como os jovens recebiam as informações sobre intolerância religiosa, assim como sua percepção acerca do assunto feminismo atrelado a figuras femininas dentro da religiosidade afro-brasileira. Para muitos na turma o ser central em suas religiões





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

é um homem, tendo em vista que a grande maioria da turma se identificava com a matriz cristã (catolicismo e protestantismo), ou seja, quando as figuras femininas presentes na umbanda foram inseridas na discussão causou um certo descontentamento em alguns discentes assim como também a curiosidade em outros/as, a principal figura que causou as reações foi a Pomba gira, uma figura vista inicialmente por muitos como má, agressiva e que se presta a trabalhos que visão destruir laços, principalmente os afetivos. Entretanto segundo Gomes et al(2017):

[...] para o povo de santo da Umbanda, ela é considerada uma entidade sobrenatural que ampara e rege quem a busca com humildade, sendo conselheira presente na vida de cada um de seus seguidores. Essa entidade ocupa uma posição de destaque nos terreiros umbandistas, tendo seus dias de culto e adoração, revestidos de oferendas e cânticos que entoam homenagens a sua figura polêmica e esplendorosa.

À mulher sempre foi legado um espaço abaixo dos homens, sendo um ser subalterno que deveria renegar a muito de sua própria natureza, foi construído uma ideia de que as mulheres deveriam ter vergonha de quem são, dessa maneira gerações de meninas cresceram com esses ideais, repassando às próximas gerações quando adultas. Então quando uma figura surge indo contra todos os padrões impostos, é tida como maléfica, algo que só é reforçado pelo fato das pombas giras estarem ligadas aos cultos afro-brasileiros, religiosidades que são vinculadas a figura do Diabo através do cristianismo.

Segundo Geertz (1973, p.15 apud Silva, 2018, p. 31) “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu [...]”, pode-se ler assim que muito do que os jovens falaram ou a maneira como reagiram representou significados atribuídos por eles a partir do que sua formação pessoal e até em alguns momentos, escolar pode proporcionar as crianças.

### METODOLOGIA

Por meio da explicação seguido de debate com a turma do 8º ano foi possível perceber como os jovens se percebem enquanto sujeitos, além de ser possível compreender





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

como os mesmos percebem um universo onde muitos não estão inseridos, ou seja, os terreiros de matriz africanas, dessa forma durante a apresentação do tema, os discentes perguntaram, analisaram, buscaram compreender como uma religiosidade diferente poder funcionar. Em meio a conversa foi apresenta a figura das entidade conhecidas por Pombas giras e foi questionado se a turma já teria ouvido falar na imagem feminina de exu, muitos responderam que não e alguns responderam que sim, e que era um personagem negativo, que trabalhava para trazer discórdias.

Depois que o debate foi desenvolvido, se explicou a turma que não só as pombas giras não são entidades negativas, como a umbanda trabalha com inúmeras figuras femininas, desde a mãe de santo que cuida dos filhos de santo da casa, como acredita-se que entre os entes queridos que guiam os médiuns estão presentes as figuras de mulheres que em vida sofreram e morreram de maneira trágica, e assim ao partirem para o outro plano puderam obter um desenvolvimento maior para assim ajudar aqueles que estão vivos. Entre essas figuras estão as baianas, as malandras, as marinheiras, as mestras, as caboclas, as boiadeiras, as erês meninas, além das pombas giras já comentadas. Para os adolescentes foi uma enorme surpresa saber que aquelas que eles veem como indivíduos negativos são considerados espíritos, a partir da visão umbandista, que trabalham em prol do bem.

### CONCLUSÃO

Pode-se concluir assim que trabalhar determinados temas em sala de aula, além de ampliar a visão dos jovens, traz maiores possibilidades para que eles se tornem empáticos acerca do outros, assim é importante que a inclusão seja trabalhada na escola, de modo a não impor uma ideologia, mas sim dialogar, já que inúmeras visões estão ali presentes. É importante aulas assim, já que traz um universo conhecido dos estudantes, no presente caso as histórias em quadrinho, assim como a história sobre uma religião que convencionalmente foi caracterizada como má, pertencente a indivíduos excluídos, existindo assim um preconceito entorno de elementos africanos e ameríndios.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

BIBLIOGRAFIA

BARROS, Ofélia Maria de. **Terreiros campinenses: tradição e diversidades**. Campina Grande: Eduepb, 2017. 300 p.

ELIADE, Mircea. A estrutura dos mitos. In: ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000. Cap. 1. p. 07-23.

MACEDO, José Rivar. **História da África**. São Paulo: Contexto, 2018. 190 p.

MOITA, Paula. MULHERES DE AXÉ: RELAÇÃO DE GÊNERO E EMPONDERAMENTO NO TERREIRO DE UMBANDA. In: 13º CONGRESSO MUNDOS DE MULHERES & SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11, 13., 2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos**. Florianópolis: 13º Congresso Mundos de Mulheres & Seminário Internacional Fazendo Gênero 11, 2017. p. 01 - 10. Disponível em: <[http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499134116\\_ARQUIVO\\_artigoMulheresdeAxe.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499134116_ARQUIVO_artigoMulheresdeAxe.pdf)>. Acesso em: 5 set.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 5., 2017, Salvador. “**ACENDE TEU FOGO, MULHER DE PODER!** ”: POMBA-GIRA E A CONSTRUÇÃO DA FEMINILIDADE NO CORPO MÉDIUM. Salvador: Realize, 2017. 7 p. Disponível em: <[https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO\\_EV072\\_MD4\\_SA1\\_ID611\\_17072017204853.pdf](https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD4_SA1_ID611_17072017204853.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2019.

SILVA, Thaís de Oliveira e. **Religiões que fazem oferendas para prejudicar pessoas?: A Intolerância e as religiões afro-brasileiras no ensino de história.** 2018. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Departamento de Educação, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2018.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## GRUPO DE TRABALHO 06: METODOLOGIA DA HISTÓRIA ORAL: USOS E DESAFIOS NO OFÍCIO DO HISTORIADOR

COORDENADORES: KEILA QUEIROZ E SILVA (UFCG) E GIUSEPPE RONCALI  
PONCE LEON DE OLIVEIRA (UFCG)





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## COMUNICAÇÃO ORAL

### **COM DOIS TE BOTARAM, COM TRÊS EU TE TIRO: TRADIÇÃO E ORALIDADE DAS IRMÃS REZADEIRAS JÚLIA BEZERRA (JÚLIA NECO) E MARIA SANTINA (NOQUINHA).**

Ivo Fernandes de Sousa *UFCG\**

#### **RESUMO:**

O presente artigo tem como objetivo principal analisar a importância da oralidade como fonte para o estudo da tradição das rezadeiras, aqui representada pelas irmãs Júlia Bezerra conhecida na comunidade como Júlia Neco e Maria Bezerra, mais conhecida como dona *Noquinha*, ambas residente no município de Salgadinho – PB, onde nessa localidade estiveram durante as décadas de setenta a noventa o ofício de rezadeira e por meio dessas práticas conquistaram uma grande admiração não só da população local, mas de pessoas de municípios vizinhos, devido a sua fama era comum ir as suas respectivas residências pessoas de outros municípios como Taperoá e Assunção; percebemos aqui como a teia de poder que envolve essas mulheres podem ser ampla. Sendo assim analisaremos esses relatos aqui por meio do conceito de cultura popular, pois o ofício da rezadeira é uma manifestação dessas tradições populares, que permanece na memória da comunidade local, por isso recorreremos às fontes orais nessa pesquisa, para tentar compreender os aspectos relacionados às práticas desenvolvidas por essas rezadeiras, é nesse universo do sagrado feminino que iremos percorrer por meio de nossa pesquisa tentando desvendar como essas mulheres aprenderam esse ofício, como elas colocavam em exercício esse saber e como a comunidade recepcionava esses saberes.

**Palavra – chaves:** Rezadeiras. Saberes. Oralidade.

#### **ARTIGO**

Desde a antiguidade o ser humano buscou no divino a cura para os males que o afligia. Inúmeros são os ritos de curas ao longo do tempo nas mais variadas culturas, alguns desapareceram, outros ainda estão presentes hoje como chás, garrafadas, beberagens, rezas e etc. isso evidencia como a humanidade associou determinados usos a





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

ritos de cura. Nesse artigo pretendemos explorar um desses usos os das rezadeiras, mulheres que durante o período em estudo foram bastante procuradas pela comunidade local. Trataremos da cura pelo aspecto popular, longe do controle e das normas científicas e institucionais.

Fazer a abordagem da história da mulher sertaneja em uma produção não é algo fácil, pois em se tratando disso já temos aquela imagem estereotipada de uma mulher submissa ao homem, sem sua liberdade e masculinizada, pois a mesma é desprovida de vaidade, graças ao contexto em que está inserida, mas como veremos mais adiante muitos são os casos que rompe com esse pensamento.

A história cultural tem permitido lançar um olhar mais apurado sobre agentes que antes estavam à margem da produção historiográfica, principalmente a história das mulheres tem feito uma abordagem de outras fontes além das escritas “O que a história das mulheres vem fazendo é utilizar fontes iconográficas, religiosas, demográficas e folclóricas a fim de obter um conjunto mais diversificado de informações a respeito das práticas e dos valores das mulheres” (MARTINS, 2004, p. 67).

E é exatamente isso que pretendemos aqui, analisar um ofício, que é o de rezar como uma manifestação da cultura popular nordestina que foi exercido em Salgadinho em sua maioria por mulheres, nossa produção “reivindica a categoria mulheres como narradoras de histórias” (CAVALCANTE, 2011, p. 302).

Embora as duas rezadeiras aqui em evidencia já tenham morrido, vamos recorrer aos depoimentos de um grupo de mulheres que conviveram com elas, são as senhoras Ana e Lourdes Bezerras que pertenciam à família das duas, Gorete e Efigenia Fernandes conhecidas das duas que acompanhavam elas em suas celebrações comunitárias, a senhora Rosemira Maria que freqüentava a casa delas e a senhora Ester Mota que aprendeu a rezar com Júlia Neco e ainda hoje mantém essa tradição.

### **MULHERES DE FÉ: O PERFIL DA REZADEIRA COMUNITÁRIA**





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Vale salientar que nosso objetivo aqui não é o de homogeneizar o ofício de rezar, mas de buscar na história dessas duas mulheres semelhanças entre si, sem esquecer o quanto nos deparamos aqui com uma prática plural. Para isso vamos apontar pontos que as duas tinham em comum. O primeiro era que por serem irmãs as duas vinham de uma família de rezadeiras.

Maria Santana que era mãe delas aprendeu a rezar com sua mãe e com o tempo ensinou a suas duas filhas, como Júlia Neco se casou tarde para a época teve mais tempo de aprendizado junto com sua mãe, diferente de Maria Bezerra que casou aos 16 anos e foi logo morar com o seu marido, percebemos aqui a importância das fontes orais para o estudo das práticas das rezadeiras, pois se trata de um ofício onde a oralidade associada à memória se tornam essências não só no aprendizado, mas também no exercício do mesmo.

O segundo ponto em comum entre elas era sua jornada de trabalho múltiplo, pois eram donas de casa e mães de família, passavam parte de seu tempo dedicadas a agricultura e cuidado com os animais da família e em meio a todo esse ritmo do dia ainda encontravam tempo para atender quem vinha a sua casa em procura de suas rezas e seus conhecimentos sobre uso de ervas e chás, sem falar que alguns doentes não podiam vir a casa da rezadeira elas prontamente iam a casa do doente rezar.

O terceiro ponto em comum entre elas era sua devoção aos santos uns do catolicismo oficial era comum na casa delas ter várias imagens como a Sagrada Família, Coração de Jesus, inúmeras imagens relacionadas à Maria, mas também podemos encontrar imagens de frei Damião e seu companheiro de missões frei Fernando e o conhecido padre Cícero, demonstrando que esse ofício é resultado de uma crença popular que escapa ao controle da Igreja.

O quarto ponto em comum era que como residiam em uma comunidade marcada pela ausência de médicos e padres essas mulheres irão suprir a ausência desses dois profissionais por meio do conhecimento de rezas associadas às rezas, e sua atuação não estava restrita ao lar, pois elas rezavam novenas, faziam procissões, conduziam velório e sepultamentos, e por serem alfabetizadas faziam a leitura da Bíblia.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

O quinto ponto em comum entre elas era que tratamos aqui de mulheres viúvas, que se casaram, mas que perderam o seu marido muito cedo ficando assim com sua pensão, em um contexto de pobreza muitas pessoas costumavam ir a casa de uma delas não só em busca de seus conhecimentos, mas também de uma refeição para si ou alguma coisa de comer para levar para casa.

O sexto ponto em comum tem relação com o anterior que pelo fato de ficarem viúvas essas mulheres tiveram responsabilidade de conduzir suas famílias, tratamos, pois aqui de duas famílias matriarcais, onde a mãe teve que arcar com toda a responsabilidade familiar sem a presença do marido, isso dificulta ainda mais o exercício do ofício.

Oitavo ponto em comum entre elas era o reconhecimento por parte da comunidade dessas mulheres, não só na época como ainda hoje foi comum nos relatos emocionados o sentimento de saudade delas, gratidão pelas curas relatadas, decepção por não ter mais rezadeiras onde elas moravam, se fizeram presentes nos relatos que conseguimos expressões como “boca santa”, “reza forte”, “mulher santa”, entre outros que demonstram como essas mulheres conquistaram o poder.

Nono ponto em comum entre elas era que suas rezas não ficavam restritas as pessoas, no saber dessas duas mulheres elas aprenderam também o cuidado com os animais, pois rezavam de vários males que os assolavam, era comum elas serem procuradas em caso de bicheiras, partos difíceis, desaparecimentos, infestação de carrapatos, fraturas de membros entre outros elas rezavam em roçados para impedir ou afastar as pragas e incêndios descontrolados para apagarem.

#### **“BOCA SANTA”: AS IRMÃS REZADEIRAS**

Para entendermos melhor essa parte fizemos a divisão em duas partes. Na primeira falamos sobre a vida de Júlia Bezerra e como ela aprendeu o ofício de rezar, e no segundo apresentamos a vida de sua irmã Maria Bezerra.

#### **Júlia Neco: rezadeira mais experiente**





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Júlia Bezerra foi uma rezadeira que atuou no município de Salgadinho – PB, mais precisamente ela fixou residência na comunidade de Olho d'Água, zona rural do município, casou-se muito nova com o senhor Sebastião Gomes de Araújo conhecido como *Paizim Neco*, ficando logo viúva ela criou filhos do primeiro casamento de seu marido que eram seus sobrinhos, contam os familiares que sua irmã antes de morrer pediu que ela cassasse com o seu marido e cuidasse de seus filhos, dona Júlia Neco, como ficou mais conhecida não teve filhos.

Segundo os familiares começou a rezar muito cedo, era neta de uma rezadeira, e filha de outra conhecida como Maria Santana Bezerra, foi com essa mulher que ela aprendeu a rezar e por ser a mais velha das irmãs ela teve facilidade de aprender mais, já que sua irmã Maria Bezerra, conhecida como Noquinha também era rezadeira, mas era considerada pela comunidade como uma rezadeira menos experiente que sua irmã, pois dona Júlia rezava de mais doenças que sua irmã de uma forma que era bastante procurada

#### **Maria Santana: não deixe o ramo cair.**

Maria Santana de Bezerra dos Santos, foi uma mulher sertaneja que morava no município de Salgadinho – PB, nascida em 21 de janeiro de 1921, filha de uma rezadeira Santana Maria da Conceição, que casou com senhor José Maria de Bezerra um homem influente que na década de 60 foi um dos responsáveis pela emancipação política de Salgadinho, dona *Noquinha* como ficou conhecida pela comunidade trabalhou desde cedo fato que a afastou da escola, não sabia ler casou muito cedo aos 16 anos de idade e teve 16 filhos.

Residiu durante muito tempo na comunidade de Olho d'Água, aprendeu o ofício de rezadeira com sua mãe e com a sua irmã Júlia Neco, passou toda sua vida dividida entre a agricultura a sua família e o ofício de rezar, ela faleceu em 12 de dezembro de 2009 em Assunção, está enterrada em Salgadinho no cemitério a sede do município. Foi por meio do saber dessa mulher simples que inúmeras pessoas encontraram o alívio.

#### **COM O RAMO NA MÃO E A PALAVRA NA BOCA**





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Para que haja um melhor entendimento de nossa pesquisa dividimos essa parte, em três na primeira iremos responder a seguinte pergunta: de que elas rezavam? Tentando fazer um levantamento das principais doenças populares que afligia a população local; na segunda iremos responder a seguinte pergunta, com que elas rezavam, aqui buscaremos os usos desenvolvidos por Júlia Bezerra e Maria Santana para chegar a cura; e por ultimo iremos responder a seguinte pergunta, quais eram suas rezas. Nessa parte iremos mergulhar fundo no universo mítico da rezadeira e nos depoimentos que usamos para construção de nossa pesquisa.

#### **A fé vem pelo ouvir: as rezas**

Aqui podemos perceber como a oralidade é importante na cultura local, pois tratamos aqui de um ofício que era aprendido pelo ouvir e que eram transmitidos de uma pessoa para outra, é na cultura dos povos iletrados que “a oralidade que toma corpo e foi através dela que a prática da reza foi transmitida de geração para geração, pois não há outra fonte que represente melhor suas práticas” (BARBOSA, 2016, p. 14)

Já sobre as rezas, percebemos que essas fazem parte do cotidiano do povo sertanejo, pois nessa cultura que tem uma forte inclinação religiosa, essas orações são:

Súplicas dirigidas a Deus ou aos santos, segundo fórmulas que não devem ser usadas comumente (...) outras orações-fortes, ou estas mesmas, são rezadas em momentos de aflição extrema, como remédio salutar e supremo para a sua resolução. (CASCUDO, 2000, p. 550).

Segundo os depoimentos dos moradores locais ela rezava de “olhado”, um mau que segundo o pensamento popular era causado pelo olhar das pessoas más e atingia muitas pessoas, rezava também de várias dores como de dente, de cabeça e de “espinhela caída”, “peitos aberto” e “arcas emborcadas” que são dores na região da coluna e nas costelas. Rezava de “amorto”, de “carne triada”, de “nervo torto”; e seus cuidados se estendiam aos animais ela praticava a chamada cura pelo rastro que consiste em curar um animal doente por meio de sua pegada e também rezava em roçados e em “mordiduras” de animais como cobras, por isso se tornou uma mulher muito procurada.

#### **4.2. Com o poder nas mãos: os instrumentos de cura**





Pelo tópico anterior percebemos que era vasto o campo de doenças que eram rezadas por Júlia e *Noquinha*, e se eram vasto o campo de doenças também era vasto os usos feitos por ela durante o processo de cura, pois para cada doença era um uso diferente, a senhora Maria Gorete quando perguntada sobre o que elas usavam para rezar ela nos responde: “De “olhado” ela pegava um ramo, ramo de *bassorinha*, de pinhão”, já de sol e lua na cabeça a senhora Efigênia Fernandes nos diz que elas:

pegava uma garrafinha d’água assim e dobrava uma toalha ai *butava* assim no *mei* da cabeça ai ela ficava rezando, rezando *oxe* chega subia aquela espuma assim dentro do vidro e agente sentia aquela *quintura* na cabeça era como fogo ai ela rezava com um vidro ela chega espalhava, ia espalhando e esfriando ai quando ela terminava de rezar a pessoa já ia esfriando.

De *espinhela caída* a senhora Rosemira nos conta “que media agente, media com um pano ou toalha ai rezava, mandava agente ficar assim, (levantando os braços e descendo), era assim levantando e abaixando três vezes ai agente ficava boa”, o saber fazer de cura de “*espinhela caída*” envolvia primeiro era medida com um pano para mostrar a abertura da mesma depois de rezar media novamente para mostrar que fechou. De *carne tríada* enquanto elas rezavam ia costurando um pano que depois era colocado nos pés de um santo de seu altar. Já de *ventre caído* que era uma doença que atingia as crianças

Ela (Júlia Bezerra) botava assim no *mei* da porta de perna pra cima ai eu sei que ela levantava e encostava até em cima as duas perninhas do menino, pegava assim ai encostava, ai ela levantava ai abaixava de novo, ai sei que levantava de novo, sei que levantava três *veis* o menino. A criança sente dor na barriga e a *obra* dele é verde da cor desse *bichim* ai (apontando para uma pia verde), é verdinha, chega fica esfarelada todinha esfarelada.

Muitas outras práticas se perderam no tempo, pois nossos entrevistados não lembram mais e infelizmente dentre os familiares delas que deram continuidade a tradição da família de rezar foi apenas uma de suas filhas que já faleceu também.

#### 4.3. Com a palavra nos lábios: as rezas

Como eram diversas as doenças que eram rezadas pelas irmãs rezadeiras, acreditamos que muitas eram as rezas que eram feitas por elas no exercício do ofício, engraçado que ouvimos muito das pessoas entrevistadas que não se lembravam mais das





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

rezas, mas as poucas que chegaram ao nosso conhecimento iremos descrever aqui. De *olhado* segundo a senhora Gorete a reza era assim “com dois te *butaram*, com três eu te tiro com as três pessoas da santíssima trindade, é pai, filho, espírito santo; amém”, essa era uma reza freqüente pequena e fácil de decorar por isso foi facilmente memorizada e chegou até nosso conhecimento.

Já de *espinhela caída*, *arcas emborcadas* e *peito aberto* embora as pessoas tendo rezado muitas vezes não memorizaram a oração por completo, mas como dona Júlia tinha o hábito de fazer um saquinho com a oração, e pedir para a pessoa pendurar no pescoço, a senhora Maria Gorete conservou um saquinho e acreditamos ser a mesma reza de Maria Bezerra, pois elas eram irmãs que aprenderam a rezar com a mesma pessoa e nos permitiu abrir e no papel estava escrito uma oração que dizia assim;

Louvado seja nosso senhor Jesus Cristo, para sempre seja louvado nossa mãe Maria santíssima.

Oração milagrosa. Quando Deus no mundo andou, muitas doenças ele curou, arca e espinhela caída Jesus Cristo levantou *ou* vinde mãe Imaculada levantai as arcas e espinhelas de Maria, peito rendido Jesus Cristo levantou *ou* vinde mãe Imaculada levantai a espinhela de Maria com o poder de Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo, deixando Maria salva, sã, e curada.

Assim como estava Jesus no ventre da Virgem Imaculada. Amém.

Muitas eram as orações usadas por elas no ofício de cura, mas com o passar do tempo percebemos que na memória da população local essas já não são revividas de forma clara, já que muitos só estavam em busca de cura e não de aprenderem o saber para dar continuidade. Mas com o que recuperamos esperamos demonstrar a importância que teve a atuação dessa mulher para a comunidade local.

## CONCLUSÃO

Dona Júlia e sua irmã Maria Santana são um claro exemplo de mulher sertaneja que foram criadas em um espaço onde a dominação masculina era quase hegemônica elas nessa sociedade conquistaram o espaço de poder para si, sendo mais reconhecidas na comunidade que os seus respectivos maridos.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Com a palavra ora aprendendo o ofício de rezar com sua família, ou buscando a cura para aqueles que na comunidade marcada pelo desprezo dos governantes buscavam em seus conhecimentos a cura para seus sofrimentos foram essas mulheres que marcaram uma geração por meio de sua fé e seus exemplos na comunidade que atuaram.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. **O Sexo Devoto: normatização e resistência feminina no império Português**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes: **Usos e Abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ANDRADE, Maristela Oliveira de. **Cultura e Tradição Nordestina: ensaios de história cultural e intelectual**: João Pessoa, Ed. Manufatura/ Fundação João Fernandes da Cunha, 2000.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte (Org). **Cenários Históricos e Educativos: sertão, questão indígena e espaço do saber**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

BARCELOS, Lusival: **Práticas educativas-religiosas dos Potiguaras da Paraíba**: Editora da UFPB, 2014.

BOSI, Ecleá: **Cultura de massa e cultura popular: leituras de operários**. 12. Ed. Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_: **Memória e Sociedade: Lembrança de velhos**; 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter: **Variedade de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CASCUDO, Luis da Câmara: **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 8 ed. São Paulo: Global, 2000.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

CHARTIER, Roger: **A História Cultural Entre Práticas e Representações**; Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 1990.

HALBWACHS, Maurice: **A Memória Coletiva**; tradução de Beatriz Sidou; São Paulo: Centauro, 2003.

LE GOFF, Jacques: **História e Memória**; trad. de Bernardo Leitão... [et al.]. 5 ed, Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2003.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do Feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

MENDONÇA, Antônio G. *et al.* **Religiosidade Popular e Misticismo no Brasil**. São Paulo: Ed, Paulinas, 1984.

PERROT, Michele: **Os Excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros**; tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_ : **Minha História das Mulheres**; trad. de Angela M. S. Côrrea. 2 ed, São Paulo: Contexto, 2016.

SANTANA, Flávio Carrero de, MONTEIRO, Luíra Freire (orgs.). **História: leituras do passado, escrita do presente**, João Pessoa: Ideia, 2016.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

## FONTES ORAIS

BEZERRA, Ana. ENTREVISTA CONCEDIDA AO AUTOR.

LIMA, Maria de Lourdes dos Santos. ENTREVISTA CONCEDIDA AO AUTOR.

NOBERTO, Ester Mota de Farias. ENTREVISTA CONCEDIDA AO AUTOR.

OLIVEIRA, Maria Gorete Fernandes. ENTREVISTA CONCEDIDA AO AUTOR.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

SANTOS, Efigênia Fernandes dos. ENTREVISTA CONCEDIDA AO AUTOR.

SOUSA, Rosemira Maria de. ENTREVISTA CONCEDIDA AO AUTOR.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **A RELEVÂNCIA DA HISTÓRIA ORAL PARA DAR VOZ AOS SUJEITOS EXCLUÍDOS DA HISTÓRIA OFICIAL.**

Autor: Afrânio de Medeiros Nóbrega

Mestrando em História pela (PPGH-UFCG)

email. [afranio.carla.300@hotmail.com](mailto:afranio.carla.300@hotmail.com)

### **Resumo**

Este trabalho objetiva discutir e analisar a produção de novas narrativas historiográficas, capaz de conformar uma história política e social por meio da história oral, resgatando e valorizando as memórias de sujeitos anônimas e esquecidas pela historiografia oficial. Desde os tempos mais longínquos, quando os gregos começaram a observar e a investigar fatos passados, até por volta de meados do século XX, a forma que prevaleceu de narrativa histórica foi aquela que privilegiava os feitos dos “grandes homens”, dos “Heróis”, denominada de história política tradicional. A partir dos anos 1970, esta história política foi renovada e reformada, surgindo novos métodos de abordagem, como através da representação simbólica. Com isso, o olhar historiográfico saiu da elite e foi para o meio do povo. Houve também a revalorização de uma análise que privilegia o qualitativo e o resgate das experiências individuais. Com isso, as fontes orais assumiu papel importante nos estudos da história oral e da história do tempo presente, ligadas a temas mais contemporâneos. Assim, a pesquisa através da oralidade se constitui como novas abordagens, novas fontes, os relatos orais oportuna no diálogo com pessoas, levando a percepção da história de vida e das memórias de sujeitos anônimas e esquecidas pela historiografia oficial. Oportuniza a validação de um senso comum, na medida em que coleta depoimentos e dá espaço para as representações sociais. Trabalhar com história oral é adentrar em um mundo de variáveis representações e o historiador deve manter o compromisso de torna-se participante no processo de rememoração. A princípio, recorrer as fontes orais significava mergulhar nas mais puras fantasias, pois as narrativas estavam passivas de mudanças no inconsciente das pessoas, pelas quais se deixavam levar pelo





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

saudosismo desfigurando a realidade histórica. No entanto, com as mudanças ocorridas na produção historiográfica a partir de 1980, possibilitaram aos historiadores enxergar o passado a partir de novas lentes de visualização e isso ocasionando em novas perguntas para (ré)interpretar o passado. A partir daí surge novos procedimentos metodológicos que assinalam novas formas de se trabalhar a História como Ciência. É nesta crise de paradigma de explicação que a história oral ganha terreno e sua relevância se revela ao dar voz aos excluídos.

Palavras-chave: História Oral, memória, visibilidade e dizibilidade.

Este artigo objetiva apresentar a relevância da História Oral como fonte e metodologia de pesquisa que propõe ouvir e registrar as vozes dos sujeitos excluídos da história oficial e inseri-los dentro dela, dando portanto, visibilidade e dizibilidade aos excluídos da sociedade.

Nesse sentido o nosso trabalho torna-se relevante a medida que buscamos construir novas narrativas historiográficas, capaz de conformar uma história política e social por meio da história oral. Assim, a pesquisa através da oralidade se constitui como novas abordagens, novas fontes – os relatos orais oportuna no diálogo com pessoas, levando a percepção da história de vida e das memórias de sujeitos anônimas e esquecidas pela historiografia oficial.

As narrativas pessoais são resultados de um trabalho rememorativo feito a luz do presente, a partir da relação estabelecida entre entrevistador e entrevistado, numa dialética interativo onde conteúdo da memória sejam evocados e organizados verbalmente – são tomados como objeto de estudo, o que significa dizer que elas não são reificadas, nem ignoradas ou tratadas como inverdades.

Para esse artigo, optei por dividi-lo em três tópicos assim distribuídos. No primeiro, abordo a relevância da História Oral como fonte de pesquisa. No segundo, destaco a importância da memória e do uso da metodologia da História Oral como procedimento para o trabalho do historiador no processo rememorativo como um elemento





importante para se retomar o estudo de épocas passadas. No terceiro e último tópico, apresento as considerações finais.

### 1. A História Oral como fonte de pesquisa e seus desafios para dar visibilidade e dizibilidade aos invisíveis da sociedade.

Segundo a historiadora Sandra J. Pesavento, em seu livro *História & História Cultural*, nos tempos míticos, *Clio*, a musa da história, era a filha diletta de *Mnemósine*, a memória, e juntas, filha e mãe, tinham como tarefa lembrar o passado. Para muitos, *Clio* supera sua mãe, pois, além do exercício de fazer lembrar, ela também tinha o dom de fixar em narrativa aquilo que criava com o seu canto. Ainda seguindo os traços de Pesavento, com o advento do tempo humano, devido a sua capacidade de registrar o passado e o poder sobre o que deve ser lembrado e celebrado, ou seja, a autoridade sobre a fala e os eventos dos homens de outro tempo, *Clio* é escolhida a rainha das ciências. Sendo descendentes de *Clio* e, por conseguinte, de *Mnemósine*, nós, historiadores, passamos a fabricar narrativas de eventos passados, criando espaços, paisagens e histórias. (CUNHA, 2012, p,11).

Uma história revelada nas suas mais íntimas memórias, as lembranças sensíveis invocam uma sintonia de sensibilidade e subjetivadas nos prismas mnemônico de representatividade. Assim o imaginário se releva na memória como digna de lembranças e percorre as narrativas conscientes daqueles que procuram rememorar o passado. Essas memórias muitas vezes invocam os dilemas sociais das camadas mais humildes e verdadeiras protagonistas da história vista de baixo, histórias que narram: dor, sofrimento angustias, alegrias, vidas, mortes e que se faz presentes nas mais íntimas memórias de pessoas que são guardiães de fragmentos de um passado importante de um lugar. Os sentimentos são subjetivados pelo ser humano, essa revelação do passado feita a luz do presente pode ser (re) memorada pelos historiadores através da metodologia da História Oral que busca ouvir e registrar as vozes dos sujeitos excluídos da história oficial e inseri-los dentro dela, dando visibilidade e dizibilidade as pessoas que vivem à margem da história oficial, ou seja, aos invisíveis da sociedade. “A história oral devolve a história às





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

peças em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmo” (THOMPSON, 1998, p, 337).

Analisando a carga de significado mnemônicos e modelos de representatividades presentes nas mais diversas abordagens da Nova História Cultural e na revolução dos conceitos de fontes históricas, dadas a partir do início do ano 1980 do século XX, temos a História Oral Temática como campo privilegiado para análise histórica, elegendo a memória como campo possível de análise do passado e passível de ser estudado.

Trabalhar com a Metodologia da História Oral é adentrar em um mundo de variáveis representações, e o historiador deve manter o compromisso de torna-se participante no processo de memorização.

A princípio recorrer as fontes orais significava mergulhar na mais pura fantasia, pois as narrativas estavam passivas de mudanças no inconsciente das pessoas, pelas quais se deixava “levar” pelo “sentimentalismo ou saudosismo desfigurando a realidade histórica.” (NAZARENO, 2011, p.38). Entretanto, as mudanças ocorridas na produção historiográfica, a partir da década de 1980, possibilitaram os historiadores enxergar o passado a partir de novas lentes de visualização, e com isso gerando novos questionamentos para (re) interpretar o passado. (SOUSA, 2016, p,2)

É nesse contexto que surge novos procedimentos metodológicos que assinalam novas formas de se trabalhar a História como Ciências, destacando métodos diversificados no trato com as fontes, e, portanto na maneira do historiador trabalhar o passado no presente. E neste contexto de crise de paradigmas de explicação que a história oral ganha terreno, e sua relevância vai além de uma mera fonte que visava “democratizar” o passado, dando voz e principalmente ouvidos aos excluídos da História.

Nesse novo caminho onde se busca resgatar uma história através de seus próprios protagonistas na possibilidade de estudo dessas memórias muitas vezes esquecidas, negligenciada ou estrategicamente excluídas, devemos buscar a contribuição de teóricos como Sandra Pasavento e sua contribuição para a Nova História Cultural enfocando a amplitude das fontes e as possíveis interpretações para os historiadores, a partir dos critérios metodológicos da História Oral Temática.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Segundo Pasavento, para que o campo da Nova História Cultural se configura-se foi necessário mudanças epistemológicos que formulasse novos olhares, surgindo conceitos que pudesse auxiliar o historiador nas interpretações históricas. Nesse sentido, os conceitos representação e sensibilidade (PESAVENTO, 2004, p,39) surgem como métodos analíticos que (re) orientam os pesquisadores as suas análises. As representações foram incorporadas a História, segundo as formulações de Mauss e Durkheim. Para Pasavento “representar é pois, fundamentalmente, está no lugar de, é presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá uma ausência”. (Idem, p,40)

Para Roger Chartier o principal objetivo da História Cultural é “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.” (CHARTIER, 1990, p,17). As questões apresentadas pelo autor a História Cultural destacam aspectos inerentes a metodologia histórica, no trato com as fontes, sobre os significados que esta pode comportar, isto é, como o historiador pode “ler, pensar e construir” determinada realidade social em determinado período, através das análises quantitativas e qualitativas das fontes históricas. Dessa forma segundo Chartier, “a tradição do idealismo critico designa assim por forma simbólica todas as categorias e todos os processos que constroem o mundo como representação”.

Como categoria relevante para a História Cultural, as representações transformam a realidade pelas percepções, os sentimentos, no que tange aquilo que Pasavento diz portar o simbólico, isto é, “dizem mais daquilo que mostram ou enunciam carrega sentidos ocultos, que construído social e historicamente se internalizam no consciente coletivo.”

Neste caso, a História Social permite significados diversos para a pesquisa histórica uma vez que é vista como uma construção social elaborada e (re) elaborada no presente. No entanto, vale ressaltar que existe particularidades entre as fontes orais e escrita, onde ambas apresentam características autônomas e funções específicas onde somente uma ou outra pode preencher. (SOUSA, 2016, p,3).

Com relação as fontes orais o que importa são os focos e modos narrativos, bem como as relações de representatividade ali sobrepostas, importando as afirmações e as





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

aspirações, a imaginação os desejos, enfim as sensibilidades<sup>97</sup>. Inerentes aos sujeitos que rememora seus passados vividos, com isso, busca-se captar as subjetividades presentes nas narrativas orais<sup>98</sup>, visando estabelecer não as “verdade” dos fatos mas as relações de verdades presentes nas construções mnemônicas desses fatos.

Neste caso, para que as relações de representatividade ocorram é necessária certa aproximação entre sujeito investigado e investigador, objetivando captar os graus de subjetividade presentes nas memórias dos indivíduos. Assim os “conteúdos das fontes orais depende do que os entrevistadores põem em torno das questões, diálogos e relações pessoais” os entrevistadores, pois, tem o poder de manifestar as questões, mas está sobre a figura do narrador a constituição das representações destas questões, e estas ditas questões são plurais e metafórica. A problemática apresentada por Sandra Pasavento refletem os critérios metodológico da história oral, uma vez que o historiador deve refletir nas circunstancias da composição mnemônica, enfatizando aspectos jugados como fatores que comportam significados, mesmo que não estejam atrelados a uma ‘verdade’ dos fatos.

A pessoa, no ato de recordar, “constrói sua própria realidade tendo como ponto de partida aquilo que de fato viveu, todavia, sua recordação esta coadunada com aspectos que foram e estão sendo vivenciados a posteriori, de forma híbrida, onde a relação passado e presente estão indissociáveis, fundidas e diretamente ligada ao social e ao indivíduo ao mesmo tempo.” (SOUSA, 2016, p,5).

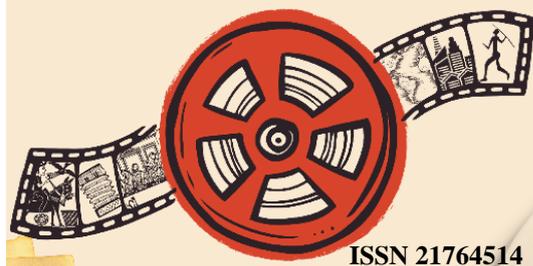
## **2. A metodologia da História Oral como princípio, e a importância da memória na construção da história do tempo presente.**

---

<sup>97</sup> - Alguns historiadores criticam a História Oral quando argumentam existir “distorções” inerentes a arte de rememorar o passado. Todavia, as dimensões alcançadas apontam que distorções em vez de serem problemas tornam-se um recurso para a interpretação histórica. Ver THOMSON, Alistair, FRISCHI, Michael e HAMILTON Paula. **Os debates sobre Memória e História: alguns aspectos internacionais.**

<sup>98</sup> O bairro da Liberdade localizado na Zona Sul da cidade de Campina Grande, foi fundado nos primeiros anos do século XX, e teve um maior desenvolvimento a partir dos anos de 1930 com o crescimento populacional da cidade, porém melhorias de caráter estrutural como chegada de água e luz elétrica só apareceram no bairro no final da década de 1950. Para mais informações sobre o bairro da Liberdade vê PORTELA, Daniella Karla. **Quando o apito tocava no bairro da Liberdade: Memórias e representações na SANBRA.** 2013. Dissertação (Mestrado em Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

A História pode (e deve?!) se encarregar do estudo das sensibilidades, das emoções, dos gestos, para narrar os acontecimentos trágicos e alegres que, muitas vezes, desviam o seu curso. À vista disso, as sensibilidades são mais sentidas do que ditas, ou seja, são mais subjetivadas. Já as subjetividades, por sua vez, são pensadas a partir de Michel Foucault em uma (re) leitura feita por Hélio Rebello sobre a subjetividade em Foucault, o autor diz que ela seria “[...] a expressão do que em nós, em nosso núcleo de subjetividade, se relaciona com as coisas, com o mundo, por isso envolve uma relação com o tempo...”, é “[...] uma expressão de nossa relação com as coisas, através da história...” e da memória. No entanto, quando esses acontecimentos encontram-se na “ordem do dia”, isto é, quando ainda estão se desenvolvendo, o quê fazer?

Esse é um dos problemas da História do tempo presente, a sua construção está em andamento, não se conhece o seu fim, nem tampouco, suas consequências – “[...] o historiador do tempo presente sabe [...] que o seu papel não é o de uma chapa fotográfica que se contenta em observar fatos, ele contribui para construí-los...”, observando, ao vivo, o desenrolar de práticas de espaço, de fragmentos de narrativas que, com seus corpos e sensibilidades, constroem historicidades. (CUNHA, 2012, p.15).

Todavia, essa contemporaneidade com os acontecimentos e os sujeitos trabalhados por essa História do tempo presente permite (re) formular os procedimentos metodológicos, assim como, o acesso às fontes orais da história leva ao “[...] encontro com seres de carne e osso que são contemporâneos daquele que lhes narra a vida...”

Por isso, ponto central importante quando se trabalha com a História Oral se refere as entrevistas e forma como se colhe os depoimentos, vários autores da História Oral tem destacado a relevância da qualidade da relação que se constrói entre pesquisador e pesquisado. O Sucesso das entrevistas inicia bem antes dela começar, quando é feita a preparação para sua realização quando ocorre o contato e um compartilhamento da realidade a ser enfocada entre pesquisador e o sujeito a ser entrevistado, nesse sentido Thompson, considera que “ Há algumas qualidades que o entrevistador bem-sucedido deve possuir: interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles: capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar”. (THOMPSON, 1998, p. 254).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Na entrevista há sim uma trocas de experiências e aproximação entre ouvinte e narrador, mesmo ambos tendo diferentes interesses em uma entrevista. Ao narrador interessa ouvir e registrar a narrativa, seu objeto de estudo, ao pesquisado interessa narrar aquilo que lhe é significativo. Entretanto, entre o ouvinte e o narrador nasce uma relação baseada no interesse comum em conservar o narrado que deve poder ser reproduzido. (BOSI, 1994, p, 90).

É relevante destacar também que um dos objetos mais estudados nas últimas décadas pelos historiadores foi a memória, tanto individual quanto coletiva, cujos mecanismos são fundantes para a construção das subjetividades das pessoas na qual se busca representar na escrita. Concernente à memória individual desses sujeitos, Fernando Cartroga afirma que ela [...] é formada pela coexistência, tensional e nem sempre pacífica, de várias memórias (pessoais, familiares, grupais, regionais, nacionais, etc.) em permanente construção devido à incessante mudança do presente em passado e às consequentes alterações ocorridas no campo das *re-presentações* do pretérito... (Cartroga, 2001, p, 16).

Elemento fundamental ao trabalho que toma a metodologia da História Oral como princípio, é a relevância da memória nesse processo de propor aos sujeitos a retomada do passado, mesmo que recente. A memória aqui é compreendida como trabalho, tal como Bosi (1995) a define, isto é, o processo de rememoração exige daquela que recordar um re-fazer, exige uma recuperação do passado a partir do que foi vivido, até o mesmo presente. (ALVES, 2016. P, 05).

Dessa forma, Bosi acredita que a memória demanda uma reelaboração do presente para que possa ser evocada e assumida. Por essa razão também, a rememoração é tomada como uma situação de reflexão, de novas formulações sobre o narrado, possibilitando, com isso, a quem fala, uma oportunidade de refletir sobre si mesma. Assim a metodologia da História Oral toma o processo rememorativo como um elemento importante para se retomar o estudo de épocas passadas.

Portanto, A memória individual é construída, assim, a partir de um procedimento relacional com as memórias alheias, dito de outra forma, a memória, enquanto





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

subjetividade, é construída na relação com o outro, com as coisas e com o mundo. Nesse sentido, não pode ser tomada como a representação da coletividade, mas, como uma perspectiva desse coletivo.

#### **Considerações finais**

Acredito que este artigo apresenta alguns aspectos relevantes sobre a importância da História Oral, na busca por uma metodologia de pesquisa onde se propõem ouvir e registrar as vozes dos sujeitos excluídos da história oficial e inseri-los dentro dela, dando visibilidade e dizibilidades aos invisíveis da sociedade. Assim, a pesquisa através da oralidade se constitui como novas abordagens, novas fontes – os relatos orais oportuna no diálogo com pessoas, levando a percepção da história de vida e das memórias de sujeitos anônimas e esquecidas pela historiografia oficial.

As narrativas pessoais são resultados de um trabalho rememorativo feito a luz do presente, a partir da relação estabelecida entre entrevistador e entrevistado, numa dialética interativo onde conteúdo da memória sejam evocados e organizados verbalmente – são tomados como objeto de estudo, o que significa dizer que elas não são reificadas, nem ignoradas ou tratadas como inverdades.

Dessa forma, vemos que a oralidade se compõe como um campo rico e diversificado para novas abordagens na historiografia atual, o estudo das sensibilidades, das representações, abre possibilidade para que a pesquisa gerada de oportunidade às vozes anônimas e à construção de novos conhecimentos. Oportuniza a validação de um senso comum, na medida em que coleta depoimentos e dá espaço para as representações sociais

Enfim, nos revela uma história revelada nas suas mais íntimas memórias, nas lembranças sensíveis que invocam uma sintonia de sensibilidade e subjetivadas no prisma mnemônico de representatividade. Assim o imaginário se releva na memória como digna de lembranças e percorre as narrativas conscientes daqueles que procuram rememorar o passado. Essas memórias muitas vezes invocam os dilemas sociais das camadas mais humildes e verdadeiras protagonistas da história vista de baixo.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Os novos desafios dos historiadores que utilizam a oralidade como fontes, são imensos e desafiador, da visibilidade e escuta aos narradores provoca a deshierarquização dos sujeitos e das próprias fontes. (SILVA,2017).

No entanto, primar por uma metodologia de pesquisa onde se propõem ouvir e registrar as vozes dos sujeitos excluídos da história oficial e inseri-los dentro dela, dando visibilidade e dizibilidade aos invisíveis da sociedade é um desafio prazeroso. Sendo assim, as vozes da memória são essenciais para a produção de novas fontes históricas (orais), relevante para a construção das fontes de informação e para a construção do saber histórico. (FUNARI, 2003).

### **Bibliografia**

ALVES, Maria Cristina Santos de Oliveira, IV Semana de História do Pontal – III Encontro de Ensino de História: **POLÍTICA, GÊNERO E MÍDIA NA PESQUISA E No Ensino de História**. ISSN: 2179-5665. UFU, Dezembro de 2016.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos**. São Paulo: companhia das Letras, 1995.

CARDOSO JR., Hélio Rebello. **Para que serve uma Subjetividade?** Foucault, tempo e corpo. Psicologia: Reflexão e Crítica, 2005, p. 345.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001, p. 16.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, Coleção Memória e Sociedade, 1990.

\_\_\_\_\_. **A visão do historiador modernista**. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos & abusos da história oral**. 7.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Antiguidade Clássica: a história e a cultura a partir dos documentos**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

CUNHA, Inairan Cristino. **Trabalhadores de sonho e de pó: garimpendo histórias, extraindo subjetividades e lavrando sensibilidades nas banquetas de caulim em Junco do Seridó – Paraíba** / Inairan Cristino Cunha.- Campina Grande, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 19.ed. São Paulo-SP: Edições Loyola, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão et. all. 5.ed.4.Reimpressão. Campina-SP: Editora da Unicamp, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2.ed. 1. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

\_\_\_\_\_; LANGUE, Frédérique (Orgs.). **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

\_\_\_\_\_. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. Rev. Bras. Hist. v.27, n.53, São Paulo, jan./jun. 2007. ISSN 0102-0188 (*versão impressa*)

PORTELLI, Alessandro. **O que fez a História Oral diferente?** Projeto História, vol 1, nº 14, p, 25-39. São Paulo, 1997.

SILVA, Keila Queiros e. **Os bairros dizem a cidade: o Mapeamento do Patrimônio Cultural dos “outros” Moradores urbanos**. Mnemosine Revista. Vol.8, n.4, outubro/dezembro 2017.4

SOUZA, Bartolomeu Humberto de. **Memórias Flageladas; A construção das secas no Cariri cearense (1958-1970)** / Bartolomeu Humberto de Souza, João Pessoa, 2016.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Trad. Lolio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **CARNAVAL E LIBERDADE: UM ESTUDO SOBRE A HISTÓRIA DE FORMAÇÃO DA ESCOLA DE SAMBA UNIDOS DA LIBERDADE (1974).**

Priscylla Laryssa da Silva Lima. UFCG/CAPE

Priscyllalaryssa@hotmail.com

Keila Queiroz e Silva. UFCG

keilaqueirozesilva@gmail.com

**RESUMO:** Com as inúmeras transformações que ocorreram no fazer história durante todo o século XX, o trabalho com a História Oral foi um dos campos que possibilitou ao historiador ampliar o campo de interpretação sobre o passado. Dessa maneira, a história dos sujeitos que não possuíam suas memórias “registradas” em documentos, ponderam se tornar agentes construtores nas narrativas do passado ajudando na compreensão do presente e construindo uma nova versão sobre alguns fatos histórico. Dessa forma, esse artigo tem como objetivo analisar sobre a história da formação da Escola de Samba Unidos da Liberdade, discutindo como a metodologia da História Oral ajuda o pesquisador a contar a história a partir das memórias dos sujeitos, neste caso os populares que não possuem as suas histórias sobre as práticas carnavalescas registradas na história “oficial” da cidade de Campina Grande. O seguinte trabalho propõe uma reflexão sobre qual o lugar do historiador quando se trabalha com esse tipo de fonte, como construir as narrativas históricas através de uma história vista de baixo. Para construção dessas análises alguns caminhos foram trilhados, primeiramente o uso dos depoimentos de alguns membros da escola de Samba Unidos da Liberdade e documento dos arquivos da própria escola, após a coleta desses dados, Luca (2005) auxiliou na compreensão que os depoimentos são versões de uma história e como as demais fontes elas necessitam ser analisadas. Como é um trabalho que aborda sobre Carnaval, e também sobre agenciamento dos populares Certeau (2012) dá o suporte para compreender as inúmeras formas que o homem inventa o cotidiano, e também como esse trabalho perpassa pelo campo da história local, Portella (2013) e Souza (2015) auxilia para o entendimento de como o campinense participava do carnaval durante o período estudado e como é local de origem da escola de Samba Unidos





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

da Liberdade. As análises desses depoimentos trouxeram à tona como a história Oral é uma metodologia que traz inúmeras possibilidades para o fazer história, e para a construção das narrativas históricas no âmbito local.

## INTRODUÇÃO

Os usos das fontes orais não é algo novo: ouvir atores e testemunhas de acontecimentos já era uma estratégia utilizada por Heródoto, Tucídides e Políbio, na Antiguidade, como forma de melhor compreender os eventos de sua época. Todavia, o aumento da utilização dessa fonte bem como o seu reconhecimento só se mostrou possível após a transformação do pensamento de que haveria apenas uma verdade e uma única História, para a noção de reconhecer a existência de múltiplas histórias, memórias e identidades, levando à desmistificação do pensamento positivista predominante no século XIX que exaltava o legítimo documento escrito como a única forma de registro histórico. Como posteriormente circulou, agora qualquer registro histórico seja ele oral, escrito, pictórico é considerado uma fonte histórica, não havendo diferenciação em ser “mais aceito” ou “menos aceito”, sem hierarquização das fontes, todas elas são válidas para contribuir à análise e ao estudo da história.

Dessa maneira, a metodologia da história Oral que surgiu em meados do século XX, serviu para abrir um vasto campo de possibilidades para a história principalmente no campo da História contemporânea. Na década de 1960 essa metodologia segundo, ALBERTI (2005) tem o seu “boom” e surge como uma história militante em oposição à todos os outros modelos de fazer história, com a ideia de uma solução para “dar voz” as minorias e possibilitar a existência de uma História “vinda de baixo”. No Brasil essa metodologia chega na metade da década 1970 e começa a conquistar espaço durante os anos seguintes. Porém, essa história Oral com o caráter militante apresentava alguns problemas, e o principal deles era que os depoimentos coletados, já eram a própria história. É isso gerava algumas desconfiças por parte dos historiadores, assim a metodologia de história chega a década de 1980 e a disciplina histórica se modifica, aquela metodologia que antes era vista com uma certa desconfiça pela sua não crítica a fonte, também sofre processo de modificação.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Com as modificações que ocorreram na disciplina histórica o documento escrito, deixou se apenas a principal fonte confiável e aceita. Surgiram um leque de possibilidades que vai dá fotografia e aos relatos orais de memória, essas transformações possibilitaram que o historiador tivesse com auxílio várias fontes na construção do que a historiografia chama de história do tempo presente. Para a construção desse texto a história Oral é a principal ferramenta que auxilia a entender sobre a história local e também dos grupos populares que fazem parte do Carnaval da cidade de Campina Grande. Através da análise dos relatos orais de Memória.

A história dos festejos Carnavalescos da cidade de Campina Grande, é um campo novo de estudo, algumas pesquisas surgiram principalmente na década de 1990, porém são necessárias várias produções para narrar as histórias sobre esses períodos festivos na cidade. Esse artigo propõe uma reflexão sobre qual o lugar do historiador quando trabalha com a história Oral, com a construção da identidade dos sujeitos que participam do carnaval do campinense.

As entrevistas feitas para esse trabalho são de caráter temático, em que um tema prévio foi escolhido, neste caso o Carnaval e os depoentes teceram suas narrativas sobre a fundação da Escola de Samba Unidos da Liberdade e suas sociabilidades com o bairro da Liberdade<sup>99</sup>, algumas vezes os entrevistados misturaram suas memórias individuais com as memórias coletivas criando um panorama da sua história de vida junto com o Carnaval.

Como pesquisadora e moradora do bairro da Liberdade a história Oral permite ao pesquisador um maior envolvimento com a fonte, e fazendo a reflexão sobre qual o lugar do historiador ao trabalha com esses tipos de fonte. Como, não cair em interpretações generalizantes sobre os festejos.

---

<sup>99</sup> Os Festejos carnavalescos da cidade de Campina no início do século XX era realizado por algumas famílias no centro da cidade, principalmente na rua Maciel Pinheiro, com o crescimento econômico, a cidade aumenta o seu crescimento populacional principalmente a partir dá década de 1930 com o apogeu da produção de algodão. Os novos sujeitos que chegam a cidade contribuem para as modificações dos festejos, a elite que antes “dominava” todo o espaço do centro da cidade, passa a se enclausurar nos clubes sociais e os populares passam a frequentar o centro com seus blocos, escolas de samba e outras agremiações. Para informações sobre a história do Carnaval Campinense. SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. **No passo do urubu malandro: Uma História social do Carnaval Campinense. Pará de Minas: VirtualBooks, 2015.**





## DESENVOLVIMENTO

O Carnaval da cidade de Campina Grande passou por muitas modificações<sup>100</sup>, chegando à metade da década de 1970 com o apogeu das escolas de Samba que até o final dos anos de 1980 vão sacudir os festejos Carnavalescos da Cidade. A escola de Samba Unidos é uma das agremiações que faz parte desse momento em que as escolas são destaques nos desfiles carnavalescos da cidade.

A Unidos da Liberdade tem como data de fundação 11 de outubro de 1974, no calendário da cidade uma data importante, porque foi o dia do aniversário de 110 anos de Campina Grande. A escola foi fundada nesse dia possivelmente porque as pessoas, possuíam tempo livre para pensar nesse divertimento e por ser feriado poderiam estar em um momento de lazer, com atenção para esse momento.

A Unidos da Liberdade foi fundada com a adesão de alguns componentes que tinham a [Gremista do Samba]. Naquela época era no Açude Novo e daí nós brigamos com o presidente da gremista e nós fomos para a Liberdade, na Liberdade nós fundamos a Escola de Samba Unidos da Liberdade.<sup>101</sup>

Diferente dos outros membros da escola, o senhor José Neto possui uma organização cronológica dos fatos bem melhor, talvez por ter sido e ser alguém que é bastante ativo com os festejos Carnavalescos e até o ano de dois e dezoito participava da escola de samba, mas também porque era alguém que possuía a sua memória individual atrelada com muita força a memória coletiva. O que é possível perceber é que algumas pessoas do bairro já participavam de outra escola de samba existente no bairro São José, e por brigas com o presidente da Gremista do Samba foram para o bairro da Liberdade e lá fundaram a escola de samba objeto deste estudo. O depoente não deixa claro quais foram os motivos que fizeram com que ele deixasse de participar daquela agremiação. Possivelmente, por queixas do Carnaval passado, divergências de opiniões sobre o samba-

<sup>100</sup> Trecho do depoimento de José Alexandre Neto, concedida a autora em setembro de 2014.

<sup>101</sup> Trecho do depoimento de José Alexandre Neto concedido à autora em setembro de 2014. Aqui o nome das pessoas que ele cita são apelidos, ficou uma lacuna para saber qual o verdadeiro nome porque muitas pessoas que ele cita, como Carlota já morreram.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

enredo, tema, ou até mesmo por motivos pessoais com o presidente da Gremista do Samba.

A escola de Samba da Liberdade tem como fundadores, Nilson Anchieta Gomes, Maria de Lurdes que ainda hoje é madrinha da escola, eu (José Alexandre Neto), José da Guia que era conhecido por “Burrego”, Carlos Alberto, conhecido como “Macarrão”, teve “fumaça”, teve “Gonzaga”, “Teinha” e esses foram os fundadores, sim: “Carlota” e “Peteca”.<sup>102</sup>

No começo formaram a escolinha. Que escolinha que foi para ali para SAB, para o clube de mães. Ai só deu tempo passar um ano e ele não quiseram mais aí ficou aqui dentro de casa. Foi no ano de perái (sic), 73 . ”<sup>103</sup>

Esses nomes que o senhor José Alexandre cita são de pessoas do bairro, que moravam nos arredores de onde a escola foi fundada e participaram anualmente dos festejos carnavalescos da cidade. Algumas das pessoas que o depoente cita já faleceram, mas assim como o seu nome é lembrado por Zé Neto, são lembrados também pelo bairro da Liberdade, por causa do sucesso que faziam quando chegava o Carnaval.

A escola foi fundada em um período em que o país estava sob um regime militar, e a vida das pessoas era controlada. Porém, os padrões da sociedade eram mais fortes que nos dias atuais. Estamos falando dos anos de 1970. O pensamento era muito conservador e a sociedade hierarquizada, na qual as mulheres possuíam pouca vez e pouca voz. E diferente dessa sociedade que olhava para as pessoas que não se encaixava nesses padrões, os componentes da escola de samba acolhiam todos. Ela era composta de homossexuais, mulheres que possuíam uma vida sexual libertária para a época e mães solteiras. Havia aí uma dicotomia, porque muitas pessoas achavam lindo o que essas pessoas apresentavam durante o período carnavalesco, mas no dia a dia condenavam as suas atitudes.

---

<sup>102</sup> LURDES, Maria. Uma das fundadoras da Escola. Durante o período da entrevista ela estava um pouco chateada com os últimos acontecimentos da escola de Samba, porém, ela consegue lembrar onde a escola funcionou no primeiro ano, por isso que ela fala da SAB e do Clube de mães, ficam na mesma rua que sua casa e a SAB e o clube de mães são vizinhos. Depois que saem desse local a sede da Escola fica na sua até quando para de desfilar na década de 1990.

<sup>103</sup> Francinete Alves da Silva: mais conhecida como Francis, foi uma das fundadoras da Escola de Samba. Ela informou que em 2016 está com 59 anos, fazendo os cálculos na época da fundação ela possuía 17 anos. Era comum a participação de crianças nas escolas de samba desde que tivessem autorização dos pais e do juizado de menores.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Ao entrevistar Francis, ela também cita que as pessoas que fundaram a Unidos da Liberdade vieram do Grêmio. A mesma história que José Neto relata e Maria de Lurdes. Ao ser entrevistada, seus olhos brilhavam de emoção lembrando daquele passado das relações que foram criadas. A escola era apenas um ponto que ligava a comunidade. Existiam ali outras relações, de uma comunidade supostamente feliz onde todos se ajudavam e se envolviam para ver a Escola de Samba ganhar o Carnaval campinense.

A gente veio do Grêmio que era no (bairro) São José, foi onde eu desfilei uma vez e acabou o Grêmio e nós viemos para a Liberdade. Aí juntamos a turma que tinha no Grêmio e abriu a Unidos da Liberdade. Eu era criança na época e foi onde eu comecei a sair”<sup>104</sup>

Aqui, percebemos que ela não fala de um desentendimento entre os componentes da Escola, mas sim que a escola parou de desfilar. Analisando dois jornais da época, o diário da Borborema e Jornal na Paraíba realmente não se fala mais da escola Grêmio, possivelmente ela chegou ao seu fim por causa de brigas ou até problemas financeiros, o que era muito comum nas agremiações da época. Após o seu surgimento a Unidos da Liberdade teve muitas dificuldades para sair na avenida. Por isso, era necessário envolver mais pessoas na agremiação uma vez que todos se ajudando conseguiram vencer e colocar a escola na avenida.

(...) Tinha gente que nunca tinha participado de nada na Liberdade e então nós começamos a envolver na escola a partir do segundo ano, que foi o caso de Raimunda, conhecida hoje como “Mundinha”, de Marcelo de Sousa Lima, que também, não era, não participava da Escola, e alguém que agora me falha a memória que era presidente da SAB, sim Emanuel Paulista, que deu a maior força também para que essa escola fosse crescendo e crescendo. Esse foi o maior prêmio que nós conseguimos até agora.<sup>105</sup>

Ele reconhece que muitas pessoas contribuíram para o sucesso da escola de Samba. Lembra de cada nome e como a participação dessas pessoas foi importante e mostra que para ele esse foi o maior prêmio. Não adiantava se eles tivessem vindo de outra escola e não envolvessem o bairro. Além disso eles envolviam as suas famílias. O senhor Marcelo é irmão de José Neto. Então era como um sonho que todos possuíam o desejo de realizar e por isso se uniam.

<sup>104</sup> Trecho da entrevista do senhor José Alexandre Neto. Concedida à autora em setembro de 2014.

<sup>105</sup> Trecho da entrevista do senhor José Alexandre Neto. Concedida à autora em setembro de 2014.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

As dificuldades para colocar a escola de Samba para desfilar sempre foram muitas. Havia problemas principalmente por causa das verbas que eram distribuídas pela Prefeitura Municipal, muitas vezes tardiamente, na semana que antecedia os festejos carnavalescos. Então esses membros da escola tentavam arrumar dinheiro com festas na SAB, pedindo a alguns empresários da cidade, ou reciclando (como mostra no trecho seguinte), visto que para fazer a primeira bateria da escola eles reciclaram lixo que acharam no centro da cidade durante o período da noite.

O primeiro ano da escola da Liberdade é um troço engraçado nós não tinha (sic) instrumento de qualidade nenhuma, para dizer que nós não tinha (sic) instrumento, nós tinha(sic) vindo com dois ou três surdos, Tarôs, Tamborim para que a gente pudesse fazer a bateria. Começamos a sair toda noite na rua de Campina, principalmente nas ruas João Pessoa, na Maciel Pinheiro, na João Suassuna, pegamos Tambores de Carbureto, os caras colocavam lixo, e foi com esses tambores que a gente fizemos (sic) a bateria da escola de Samba Unidos da Liberdade, onde a gente passava a noite no lugar de tá recolhendo lixo, a gente tava (sic) colocando lixo na calçada e trazendo os tambores. Foi aí que a Unidos da Liberdade surgiu com bateria que o primeiro ano foi esse sacrifício. Já a partir do segundo ano, a gente já teve um desenvolvimento maior.<sup>106</sup>

As pessoas da fundação desejavam muito colocar a escola de samba para desfilar, era um sonho individual mais também ideias coletivas, por isso saíam à noite pelas principais ruas do centro da cidade e recolhiam o que era possível reciclar para fazer a bateria da escola. Nas entrelinhas é possível perceber que era durante a noite porque aquelas pessoas durante o dia possuíam outras atividades, como o trabalho. E se reuniam para realizar o seu sonho, no período noturno. Ao retornar, deixavam esse material em algum lugar, nesse primeiro ano da sede da escola que era na SAB e no clube de mães, e se reuniam para confeccionar a bateria. Nesse momento várias sociabilidades eram construídas, desde as amizades que se firmaram e permanecem até o dia de hoje, como também os namoros entre os membros da escola: os amores e desamores que a Liberdade proporcionava.

As mídias da época não noticiavam essas dificuldades que as escolas de samba passavam, visto que eram anunciadas apenas em fevereiro ou março, no período do Carnaval. A verba era pouca, muitas vezes a escola saía com a sua bateria e seus membros

---

<sup>106</sup> Trecho da entrevista de Francinete Alves, concedida à autora em 17 de fevereiro de 2016. Bairro da Liberdade





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

de outras alas pelas ruas do bairro pedindo contribuição dos moradores para que a escola pudesse sair no Carnaval de rua. Os depoentes narram que era emocionante esse envolvimento do bairro, é uma questão de pertencimento de valorização daquele lugar e do que ele pode oferecer.

Hoje em dia é tudo diferente. De mulher era só eu que pedia para financiar minha fantasia e os batuqueiros saiam comigo. O resto esperava dinheiro da Federação. Esse dinheiro não demorava, mas eu queria ser diferente, queria ajudar a escola. Comprar mais coisas, sair bonita, entendeu? A gente bebia, para a bebida, para a comida para a gente. As farrinhas da gente.<sup>107</sup>

Ao falar desse momento em que ela saía pelas ruas do bairro para ajudar a escola de samba, Francis se emociona muito, seus olhos brilhavam, foram tomados por lágrimas de saudade de uma época que não volta mais. Ela fala nos dias atuais porque a escola voltou a desfilar depois de muito anos parada e as coisas não são mais como nos anos passados, falta união e organização. Falta essas sociabilidades que iam além dos dias de Carnaval, como ela narra em cima, eram grupos de amigos que bebiam juntos, saíam juntos e planejavam um sonho de escola de samba.

No primeiro ano da escola saiu apenas a bateria e no segundo ano ela já coloca alas com samba e enredo na rua. Nos primeiros anos as escolas de samba da cidade cantavam sambas das escolas do Rio de Janeiro e São Paulo, para só depois começar a produzir seus próprios sambas junto com artistas locais ou até por membros da escola.

Foi difícil e foi fácil porque foi até pelas circunstâncias, mas a gente ia e corria atrás. A gente se juntava, corria atrás. Eu Zé Neto, Teinha. Um incentivava o outro, mesmo assim eu sempre fui danada demais. Eu nega Neta, bora vamos atrás! A gente ia hoje em dia não existe isso. Hoje as pessoas chegam na hora do desfile, no mês de desfilar. Isso é muito errado, antigamente a gente tava sempre junto e não tinha esse negócio, era sempre junto, todo mundo junto, todo mundo reunido (...)<sup>108</sup>

Ela coloca que foi difícil e ao mesmo tempo fácil porque todos se ajudavam: difícil porque as dificuldades financeiras no momento eram enormes, e fácil porque todos se

<sup>107</sup> Trecho da entrevista de Francinete Alves, concedida à autora em 17 de fevereiro de 2016. Bairro da Liberdade

<sup>108</sup> Trecho da entrevista de Francinete Alves, concedida à autora em 17 de fevereiro de 2016. Bairro da Liberdade





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

ajudavam, as mais determinadas iam atrás de seu objetivo. Ela critica as práticas de hoje porque não há mais as sociabilidades de antes, o Carnaval termina e cada um vai para o seu lado agora. Antes não, quando o carnaval terminava eles já estavam juntos planejando os festejos do ano seguinte e vendo como poderiam arrecadar dinheiro para colocar a escola na avenida.

(...) Falando sobre a Escola ia para o barracão do Roberto. Roberto tinha acabado a escola, tinha acabado a escola, mas não tinha deixado de dá assistência a gente, mas ia para lá [comer gíria com cachaça e falar e programar a escola, entendeu? ] Conversar sobre a escola. Hoje em dia você não ver isso. Quando vê é faltando um mês para desfilar. Desfila todo mundo de qualquer jeito. Ninguém tem tempo de se arrumar para fazer uma roupa legal.<sup>109</sup>

Aqui percebemos que mesmo com o fim da Escola Grêmio, as relações com seus membros continuavam. A escola acabou, mas a amizade não. Eles iam para lá discutir sobre a escola, e também beber. É claro que nesse momento se de todos os assuntos, inclusive os mais cotidianos, porém, não há como negar que a escola estava sempre na pauta do assunto. Mais uma vez ela critica como o carnaval e as pessoas que o organizam agora, o sentimento de nostalgia toma conta dessas pessoas. São saudades de práticas e sentimentos que não voltam mais e ficam apenas na memória, que faz o papel de selecionar o marcante.

## CONCLUSÃO

Após analisar a história de fundação da escola de Samba Unidos da Liberdade, é perceptível que esses sujeitos, que são moradores do bairro da Liberdade, mesmo em meio as inúmeras dificuldades os participantes da agremiação colocavam a escola para desfilar no carnaval campinense. Para CERTEAU (1998) os homens ordinários são produtores de bens culturais e essa produção é que faz com que os populares preservem a sua “cultura” e os membros dessa agremiação produzem os seus bens culturais através do Carnaval, resistindo há inúmeras tentativas de invisibilidade dos festejos na cidade.

Estamos no ano de dois mil e dezenove e a escola de Samba continua desfilando no carnaval campinense, porém com inúmeros problemas financeiros de invisibilidade por parte dos poderes públicos da cidade. Há um total silenciamento por parte da mídia da

<sup>109</sup> Graduando em História pela UFCG.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

cidade. A história desses sujeitos não aparece em jornais impressos ou falados, é através da oralidade dos participantes e moradores do bairro da Liberdade que a memória carnavalesca dos grupos populares é preservada. E a história Oral como uma metodologia auxilia para a construção das narrativas desses grupos e através das análises das fontes compreender, porque os poderes públicos da cidade tentam todos os anos inviabilizar os festejos.

### REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- \_\_\_\_\_. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2010. p. 155 – 202
- \_\_\_\_\_. Manual de história Oral.3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- CERTEAU, Michel de, 1925-1986. A invenção do cotidiano: 2. CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre;. Morar, cozinhar.; 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- LUCA, Tania Regina de. Manual de História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- \_\_\_\_\_. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2010, p. 111-153.
- MATTA, Roberto da. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- PORTELA, Daniella Karla. Quando o apito tocava no bairro da Liberdade: Memórias e representações na SANBRA. 2013. Dissertação (Mestrado em Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande.
- SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. No passo do urubu malandro: Uma História social do Carnaval Campinense. Pará de Minas: VirtualBooks, 2015





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

PÔSTER

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: EMPRESA DE CALL  
CENTER EM CAMPINA GRANDE  
UMA ANÁLISE DOS PREJUÍZOS À SAÚDE DO  
PROLETARIADO DE SERVIÇOS.**

Gabriel De Araujo Souto<sup>110</sup>

UFCG

[gabrielldearaujo@gmail.com](mailto:gabrielldearaujo@gmail.com)

Prof<sup>a</sup> Ms. Valtiana Kelly Da Silva<sup>111</sup>

UFCG

[kellykempes@gmail.com](mailto:kellykempes@gmail.com)

**Resumo:** O objeto de pesquisa aqui trabalhado é a questão da precarização do trabalho na era digital em que vivemos, e por consequência a crescente e preocupante onda de enfermidades psicológica a ele atribuídos. Para embasar o trabalho partirei de uma experiência pessoal de trabalho numa empresa de Call Center na cidade de Campina Grande, mas não exclusivamente. Referências que trazem alguns conceitos discutidos ao longo do trabalho também serão utilizadas para uma maior compreensão da questão geral em discussão. Utilizo também de fontes orais através de relatos de ex funcionários, buscando assim maior entendimento do leitor a respeito dos abusos cometidos no ambiente de trabalho. Buscarei ainda fazer um apanhado histórico em torno da própria conceituação de trabalho ao longo da história e também da história da melancolia, para assim percebemos as transformações que as mesmas sofreram ao longo dos séculos. Portanto é fundamental entender esses processos para que cheguemos ao ponto chave da pesquisa que é o adoecimento de cunho psicológico ao qual o novo trabalhador de serviços está sujeito, dessa forma será exposto como se dá essa nova transformação organizacional do trabalho dentro do contexto brasileiro. Essa nova forma organizacional que terá seu crescimento exponencial no Brasil ainda na década de 1990, terá como responsável o apogeu do neoliberalismo que se dá no país por volta da mesma época, criando assim uma onda de privatizações que se espalha pelo país e deu origem ao grande contingente de trabalhadores de serviços que conhecemos hoje.

**Palavras-chave:** Precarização; Trabalho; Proletariado; Serviços; Saúde.

<sup>110</sup> Orientadora. Graduada e mestre em História pela UFCG.

<sup>111</sup> Depoimento concedido por LIMA, Klaudiany. Ex funcionária de empresa de Call Center. Depoimento concedido em junho de 2019. Campina Grande, 2019.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Tendo como objetivo expor nesse trabalho a servidão ao qual os trabalhadores em grande escala estão sujeitos nos dias atuais, busco mostrar os prejuízos psicológicos ao qual muitos jovens – mas não exclusivamente – acabam expostos, e isso a partir de uma ótica que visa mostrar como na era digital em que vivemos há “novas” doenças que afetam muito mais diretamente o trabalhador, o conceito de trabalho e melancolia também será trabalhado, pois a partir deles considero haver maior esclarecimento já que na proposta aqui pretendida é o quão a saúde mental do trabalhador é afetada pelo trabalho na atualidade. Portanto, parto de uma experiência pessoal de trabalho em uma empresa de Call Center na cidade de Campina Grande para embasar a pesquisa. Com grande parte dos trabalhadores dentro de uma faixa etária bastante jovem, temos um quadro de pessoas que conciliam – ou pelo menos tentam – estudo e trabalho, num ambiente carregado do discurso de que esse seria o “emprego perfeito” para os mesmos, usando ainda do argumento de “flexibilidade de horários” e jornada de trabalho teoricamente mais reduzida que empregos no comércio, por exemplo. Não sendo levado em conta o deslocamento até a empresa e as horas extras feitas de forma involuntária. Sendo assim, as barreiras entre trabalho e vida é notória no nosso dia a dia. Conceituar o trabalho ao longo da história digamos que é de fato algo curioso, tendo em vista o que para muitos ele já significou e ainda significa. Ao longo da história o trabalho passa por diversas transformações, onde há inclusive a inversão de significado da própria palavra, passando a carregar um cunho positivo, pois até a idade moderna sempre foi sinônimo de penalização e de cansaços insuportáveis.

Seja a palavra latina e inglesa *labor*, ou a francesa *travail*, ou grega *ponos* ou a alemã *Arbeit*, todas elas, sem exceção, assinalam a dor e o esforço inerentes à condição do homem, e algumas como *ponos* e *Arbeit* têm a mesma raiz etimológica que pobreza. (DECCA, 1982, p. 7-8)

Decca coloca a sociedade do trabalho como uma utopia criada pela burguesia, onde está ir a glorificar a fábrica e criar um sonho para o trabalhador. O processo de mudança da concepção do significado pode ser percebido através de alguns pensadores entre o século XVII e XIX, começando por Locke que coloca o trabalho como fonte de toda a propriedade; já Adam Smith acreditava que era fonte de toda a riqueza; e para Marx a





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

fonte de toda a produtividade e expressão da própria humanidade do indivíduo. Portanto, o trabalho agora é algo belo, que dignifica e é capaz de determinar o seu caráter. Assim coloca o autor Peter Gay em uma de suas obras quando trata do problema do evangelho do trabalho, pois o trabalho era visto como uma purificação dos pecados do homem, já que as escrituras o colocava como castigo severo de Deus pela desobediência de Adão e Eva. Sendo assim, o autor expõe a ideologia dos vitorianos para com o trabalho e o quão o oposto do mesmo significava a destruição do próprio indivíduo, ou seja, a preguiça como pecado mortal. “Desde a antiguidade, as recompensas do trabalho vinham sendo sucintamente formuladas em chavões e provérbios, e os pais vitorianos de classe média os usavam constantemente para ensinar os filhos e provavelmente atormentá-los.” (GAY, 2002, p. 211) Com o surgimento da fábrica temos a expressão máxima do trabalho. Percebemos então que o trabalho foi sendo moldado ao longo do tempo e se tornou essa expressão capaz de qualificar o ser humano em diferentes categorias. Para entendermos basta nos voltarmos para a atualidade, onde não nos é estranho observar que muitas pessoas – se não todas – são bem vistas muito em função do emprego que ocupa. Dessa forma, o trabalho ainda não deixou de ser um formador do caráter humano.

## II

Quando pensamos numa empresa onde a maioria de seus funcionários são jovens estudantes e mulheres, logo fica subtendido que são pessoas muito propensas a problemas psicológicos. Portanto farei um breve trajeto a respeito da história da melancolia para maior compreensão dos prejuízos ao qual o novo proletariado de serviços – e esse inclui os conhecidos telemarketings – está sujeito. Os dilemas ao longo da história em torno da mente do homem se fazem importantes, por isso é necessário falar sobre a que foi e é hoje a melancolia. Muitos tentaram explicar o sofrimento melancólico, foram eles: Filósofos, religiosos, poetas, médicos e psicanalistas. Na Antiguidade Grega, com Hipócrates e Aristóteles, a melancolia é explicada pela presença de uma quantidade excessiva de bile negra no corpo, e entre os religiosos da Idade Média é reconhecida como um adoecimento espiritual. No entanto, anterior aos estudos de Hipócrates, a melancolia era um castigo dos deuses, algo muito comum para a época antiga, onde tudo se explicava através da mitologia. Na Idade média como foi dito, a Igreja quebra essa ideia e coloca como falta de





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

fé ou distanciamento de Deus como causa da melancolia, e só na Renascença teremos outro desdobramento e pensamento “racional” a respeito do problema. Junto com a nova forma de pensar do mundo renascentista – que resgatava muito do pensamento antigo –, há então o retorno das ideias hipocráticas dos fluidos humorais na explicação da melancolia e à ideia aristotélica de que a melancolia se daria entre aqueles sujeitos de grande genialidade.

É com Freud que, no final do século XIX para o início do século XX que teremos maior conhecimento a respeito e tratamentos para o problema, e a psiquiatria passa a ser vista como uma especialidade médica e temos a inserção da melancolia como uma doença, no entanto ainda sem carregar a terminologia de depressão. “[...] o termo depressão somente veio aparecer, com certa força, em lugar de melancolia, como forma de diferenciar a nova ciência da teoria humoral, na metade do século XIX” (AMARAL, 2006, p. 26). Ele observa que muitos pacientes demonstravam sintomas que de alguma forma estavam relacionados a traumas ou algo que precisava ser de alguma forma colocado para fora pela pessoa (tensão psíquica), levando a histerias, por exemplo. Hoje é muito do senso comum essas explicações, podemos assim dizer, no entanto também temos a questão da banalização do problema ou de muitos acabarem considerando a depressão “frescura” ou até mesmo falta de Deus, resgatando aí o imaginário medieval. só na segunda metade do século XX surge então o termo depressão e com ele a melancolia cai em desuso. “A melancolia foi para o ‘spa’, emagreceu, subsiste apenas como um subtipo, uma forma grave de depressão maior, com sintomas físicos correspondendo ao conceito de endógeno” (CORDÁS, 2002, p. 95).

### III

Após fazer algumas conceituações que situam o leitor a respeito das discussões em torno de trabalho e sua precarização no contexto em que vivemos – como também da sociedade que adocece em virtude do mesmo –, apontarei o cenário em que se deu a consolidação de uma nova onda de proletariados no Brasil, os proletários de serviços. Mas especificamente a partir das últimas três décadas do século XX o capitalismo sofrerá transformações que impactam diretamente no mundo do trabalho. Após 1970 não teremos





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

mais aquele grande crescimento que vinha se dando desde o pós-guerra, sendo assim, medidas vão ser tomadas, desenhando a divisão internacional do trabalho e causando mudanças na composição da classe trabalhadora em escala global. Com a nova divisão do trabalho grande parcela das atividades produtivas se deslocam para as periferias do sistema, reduzindo o proletariado industrial nos países de capitalismo avançado.

No Brasil, particularmente na década de 1990, as transformações geradas pela nova divisão internacional do trabalho foram de grande intensidade, já que partiram de uma dinâmica interna, característica dos países de industrialização dependente, fundada na superexploração da força de trabalho. (ANTUNES, 2018, p.138)

Tendo em vista o contexto brasileiro da década de 1990, veremos que o operariado de serviços no país cresce em grande escala, dando assim uma nova cara a classe trabalhadora nacional, que até então estava muito mais ligada a indústria de bens de consumo. Teremos uma reestruturação do capital e isso se deve a vitória do neoliberalismo no Brasil, que estimula uma nova forma organizacional do trabalho ao qual as empresas são levadas a adotar. O neoliberalismo vai propiciar a privatização de empresas estatais e dos serviços públicos, portanto é em decorrência dessas decisões tomadas por governantes que observaremos um crescimento exponencial do proletariado de serviços. “A princípio com o governo de Collor de Mello e, na sequência, com o de Fernando Henrique Cardoso, quando o neoliberalismo se desenvolveu com rapidez.” (ANTUNES, 2018, p. 120). Ainda nos anos noventa, vivemos um momento de desorganização operária e sindical muito grande, e isso se deve em razão da opressão aos mesmos durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985), portanto, a imposição de baixos salários, carga horária excessiva e ritmos de produção intensificados ainda está muito banalizada em razão da herança que o regime totalitário deixou. É nesse cenário que temos a expansão de empresas de telemarketing (call-center). Empresas conhecidas pelo caráter rígido e que acaba por desenvolver traumas psicológicos em seus funcionários, que em grande maioria são mulheres e jovens. Quando perguntado a 7 funcionários todos afirmaram que acreditavam que o seu trabalho trazia prejuízos a sua saúde, dentre esses temos o depoimento de uma ex funcionária. Klaudiany relata:

“Ingressei nessa, ainda aos 19 anos, foi meu primeiro, e, infelizmente, traumático, emprego. Minha função era em um setor comissionado, o que, à





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

primeira vista, parece um bônus positivo, porém, bem desgastante, uma vez que as cobranças para atingir metas estipuladas pela empresa são desumanas. Eu cansei de atender ligações de clientes em um estado emocional perturbador, como crise de choro, pedindo que “pelo amor de deus” eu cancelasse seu contrato, esses geralmente, já tinham entrado em contato diversas vezes tentando o fazer, suas ligações geralmente eram desligadas ou enviadas pra outro setor de forma interminável. Clientes que mudaram de endereço e não tinha mais como utilizar o serviço, pagavam há meses indevidamente. Seguindo um mecanismo infundável, por medo da empresa e de ter seu nome negativado, e os funcionários, medo de serem demitidos por cancelarem um contrato. Não consigo deixar de relatar a situação que causou minha primeira crise nervosa na empresa. Atendi uma cliente, de Fortaleza. Excedi o tempo de ligação com ela em linha, pois, ela chorava tanto que eu não a entendia com clareza. Vi no sistema o registro das diversas vezes que essa consumidora havia entrado em contato tentando cancelar seu serviço. Ela havia mudado para outro estado pra fazer o tratamento de sua filha com câncer. Eu não conseguia mais achar aquilo normal. Quanto transtorno em prol de lucro aquele lugar nos fazia causar. Esse foi só um exemplo. Em outubro de 2018 fui afastada da empresa por encaminhamento de meu psiquiatra. Eu havia adquirido Transtorno de Ansiedade, que evoluiu posteriormente para uma Depressão. Todos naquele ambiente sabiam do meu estado emocional, meus colegas de trabalho e meus gestores. Frequentemente, era aconselhada por supervisor e coordenador a pedir demissão ou eles me demitiriam por justa causa. No estado frágil que eu estava na época, me causou medo. Mas por que eu seria demitida por justa causa? Legalmente, não havia justificativas para esse possível feito. Hoje é dia 25 de junho de 2019. Ainda sou acompanhada por psiquiatra, e tomo três tipos de remédios tarja preta. Tenho crises frequentes, as quais iniciaram-se durante esse tempo de trabalho. Meu psiquiatra já me relatou diversas vezes que boa parte de seus pacientes vieram da empresa em questão. Isso me assusta. Quantos ainda precisam perder a saúde, como eu perdi? ” (Informação verbal)<sup>112</sup>

Depois do relato da mesma percebemos o quão desgastante pode ser um “simples” emprego com jornada de seis horas por dia. O trabalho, tão dignificante para muitos, pode causar a ruína e o mal-estar de muitos também. Controle de tempo rígido acaba por reduzir a liberdade de trabalho, onde o funcionário da empresa fica sempre a mercê da máquina realizando movimento e diálogos repetitivos. Você percebe a hierarquia de poderes onde os operadores são os últimos ao qual sempre irá recair as maiores pressões. Metas e campanhas para alcança-las são as maiores jogadas dos patrões para lucrarem mais,

---

<sup>112</sup> Gomes (1994), em seu estudo sobre as relações entre o governo Vargas e as classes trabalhadoras, definiu essa ideologia como “trabalhismo”. Segundo a autora, o “trabalhismo” foi uma ideologia política, estruturada pelo Estado, visando estabelecer um vínculo entre o presidente e os trabalhadores. Para isso, o governo apropriou-se dos resultados das lutas proletárias para constituir uma noção de cidadania fundada nos direitos do trabalho. Estes ganhos materiais eram apresentados pela propaganda oficial como uma “doação”, estimulando-se a “reciprocidade” dos trabalhadores em relação ao “Estado paternalista”. Mas o trabalhismo não era apenas uma estrutura de dominação: ocorria uma relação social de “troca”, em que os trabalhadores também eram agentes do processo (GOMES, 1994, p. 162 – 166).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

campanhas essas que só estimulam a rivalidade e muitos não se dão conta das reais intenções desses eventos que são mascarados como um “incentivo motivacional”.

## CONCLUSÃO

Por fim, vimos o quão precário é o sistema de trabalho dos chamados proletários de serviços, em específico em empresas de Call center, que é meu objeto de estudo, onde o jovem que está mais vulnerável psicologicamente é também a maioria nesses ambientes. Vimos que a nova morfologia da classe trabalhadora no Brasil se deu muito em virtude dos desígnios neoliberais, tendo como consequência a flexibilização do trabalhador, que agora desempenha várias funções ao mesmo tempo, e os efeitos disso são vistos na relação direta do trabalho terceirizado com altos índices de acidente de trabalho, adoecimentos de nexos laborais e transtornos mentais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

AMARAL, J. G. **Os destinos da tristeza na contemporaneidade: uma discussão sobre depressão e melancolia**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Rio De Janeiro-RJ: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.

CORDÁS, T. A. **Depressão: da bile negra aos neurotransmissores. Uma introdução histórica**. São Paulo-SP: Lemos Editorial, 2002.

DECCA, Edgar Salvadori De. **O nascimento das fábricas**. São Paulo-SP. Editora Brasiliense, 1982.

GAY, Peter. **O Século do Schnitzler: a formação da cultura da classe média: 1815-1914**. Tradução S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## GRUPO DE TRABALHO 07: ARQUIVOS, FONTES E NARRATIVAS PARA A HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DA SAÚDE

COORDENADORES: IRANILSON BURITI DE OLIVEIRA – UFCG E DÉBORA DA  
SILVA SOUSA – UFPB





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

COMUNICAÇÃO ORAL

**PRÁTICAS E DISCURSOS MÉDICOS SOBRE AS CLASSES TRABALHADORAS  
NA PARAÍBA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS ANOS 1930 E 1970**

Leonardo Q. B. Freire dos Santos

Doutorando em História Social – USP

[leonardoqbf@hotmail.com](mailto:leonardoqbf@hotmail.com)

José Maxuel Lourenço Alves

Doutorando em História – UFPE

[jmaxsuel17@hotmail.com](mailto:jmaxsuel17@hotmail.com)

*Marcante na evolução brasileira, todavia, é o fato de que os períodos em que se podem observar efetivos progressos na legislação social coincidem com a existência de governos autoritários. Os dois períodos notáveis da política social brasileira identificam-se, sem dúvida, ao governo revolucionário de Vargas e à década pós-1966.*

*Wanderley dos Santos (1979, p. 123)*

A epígrafe que abre este artigo sugere um problema de pesquisa e justifica a abordagem proposta: quais os pontos de contato e desacordo entre os dois marcos da política social brasileira, isto é, o período varguista e o pós-1966?

No primeiro destes períodos, o Estado brasileiro constituiu uma noção de cidadania atrelada a “um sistema de estratificação ocupacional”, em que eram considerados cidadãos apenas aqueles que ocupassem uma profissão reconhecida por lei, regulamentada pela carteira de trabalho e representada por um sindicato oficial. Estavam excluídos desta noção





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

de cidadania os desempregados, os subempregados, os empregados instáveis e todos cujas ocupações não fossem reconhecidas e regulamentadas pelo Estado (SANTOS, 1979, p. 75 – 76).

Já no segundo contexto, o pós-1966, o exercício dos direitos sociais não estaria mais ligado a atributos puramente ocupacionais, “obrigando a busca de parâmetros mais universais, a saber, tempo de trabalho e renda auferida” (SANTOS, 1979, p. 119). Mas apesar deste início de universalização, o fato é que o Regime Militar estabelecido em 1964 golpeou fortemente os direitos e garantias fundamentais, limitando ou retirando completamente do cidadão diversas faculdades legais. Desse modo, que parece ligar a política social dos dois períodos aqui analisados é a ênfase nos mecanismos de controle social, tendo em vista que ambos deflagraram

[...] processos conflitivos só harmonizados à custa de severo policiamento da força de trabalho industrial e de reforço da prática de regulamentação administrativa da cidadania, sem obter, até agora, qualquer modificação significativa nos tradicionais processos de acumulação e controle social (SANTOS, 1979, p. 106).

Neste texto, buscamos demonstrar como o saber médico atuou na articulação entre a política social projetada pelo Estado brasileiro e a disciplinarização das classes trabalhadoras paraibanas em dois importantes períodos da história do Brasil: os anos 1930, marcados pela ideologia de valorização do trabalho<sup>113</sup> construída pelo governo Vargas, e a década de 1970, caracterizada pela modernização conservadora, que é um aspecto fundamental da manutenção da Ditadura civil militar, na sua radicalização da ideologia varguista sobre o trabalho. Mais precisamente, problematizamos como o saber médico foi operacionalizado na Paraíba para “medicalizar” o proletariado, sob o pretexto de formar trabalhadores “limpos”, fortes” e “saudáveis”.

Na construção desta narrativa, pesquisamos dois corpus documentais: para a década de 1930, textos publicados pelo jornal paraibano *A União*; para os anos 1970, materiais didáticos produzidos pelo Programa de Educação Comunitária para a Saúde - PES do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Para analisar as práticas e os

<sup>113</sup> *A União*, “As intervenções cirúrgicas em João Pessoa”. 21 de dezembro de 1933.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

discursos sobre o corpo do trabalhador que emergem desta documentação, dialogamos com algumas das contribuições teóricas de Michel Foucault, tais como os conceitos de *poder disciplinar*, *normalização*, *governamentalidade* e *dispositivo discursivo*. Além disso, nos valem da análise do discurso, para “racharmos” as palavras que constituem as fontes, tal como provoca o historiador Antônio Torres Montenegro (2010), para que, através desse “estilhaçamento” das prescrições médicas sobre os corpos dos trabalhadores, possamos atar e dar visibilidade aos fios que unem temporalidades distintas no gesto de condução das condutas do proletariado paraibano.

Apesar das especificidades temporais e documentais, foi possível perceber que a representação social predominante nos dois contextos era a do “proletariado” como um “corpo enfermo”, desconhecedor de práticas de higiene e salubridade e “carente de cuidados”, demonstrando a existência de continuidades nas políticas de controle social e nas representações que as elites letradas (desde jornalistas até elaboradores de políticas públicas educacionais e de saúde) produzem sobre as camadas sociais pobres. Tais práticas discursivas contribuiriam para legitimar e normalizar ações médico-disciplinares sobre o corpo das classes trabalhadoras.

#### **A medicalização do proletariado na Paraíba dos anos 1930: um início de conversa**

Como mencionado acima, neste item sobre os anos 1930 analisamos os discursos médico-jornalísticos publicados pelo jornal *A União*. Editado em João Pessoa, é o mais antigo jornal paraibano em circulação. Sua primeira edição data de 02 de fevereiro de 1893. *A União* foi criado no governo de Álvaro Lopes Machado, presidente da Paraíba em dois mandatos: de 1892 a 1896, e de 1904 a 1905. Fundado como jornal oficial, financiado pelo erário e dirigido por funcionários públicos nomeados em comissão, *A União* fora projetado para ser o principal canal de comunicação do governo estadual com a sociedade paraibana.

Desse modo, fica muito claro que a linha editorial de *A União* estava intimamente atrelada aos interesses e à visão de mundo das elites políticas locais. Ele era o “arauto do poder”: enaltecia as realizações do governo e comunicava a visão de mundo das elites





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

políticas. Neste ponto, lembremos a reflexão feita pelas historiadoras Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (2018, p. 08) sobre a imprensa ser, ao mesmo tempo, objeto e sujeito da história: jornais como *A União* não apenas informam o que aconteceu. Em certo sentido, eles também “produzem” acontecimentos, conformam imaginários, ditam comportamentos. Inserido neste contexto, o discurso médico-jornalístico adquire novos significados: além de comunicar uma certa percepção sobre o corpo e as doenças, ele divulga e legitima práticas sociais e visões de mundo.

Nos anos 1930, o jornal *A União* assemelhava-se ao que Foucault (2017, p. 367) chamou de “dispositivo”, isto é, “estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles”. Para este autor, o dispositivo demarca

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba **discursos**, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, **enunciados científicos, proposições filosóficas, morais**, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo **é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos** (FOUCAULT, 2017, p. 364, grifos nossos).

Detalhando melhor o conceito, Foucault (2017, p. 364 – 365) esclarece que em um dispositivo os discursos podem emergir como o programa de uma instituição, mas também como elementos que permitem “justificar e mascarar uma prática que permanece muda”. No caso em análise, a prática que se buscava “justificar e mascarar” era a coerção sanitária sobre o trabalhador, visando a formação de corpos dóceis (FOUCAULT, 2013, p. 133). Dessa forma, acreditamos que *A União*, enquanto dispositivo midiático, funcionava como uma rede por onde circulavam discursos sobre a saúde dos trabalhadores que tendiam a legitimar determinadas práticas de poder e coerção sanitária sobre a vida íntima e social deste grupo.

Para demonstrar o funcionamento desta rede disciplinar – articulada em torno do saber médico, do discurso jornalístico e do poder institucional – analisamos o caso do menor Francisco de Assis. Parte de sua história foi apresentada pelo jornal *A União* em 21 de dezembro de 1933. Embora sua idade não seja revelada, o jornal informa que ele





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

“pertence a humilde família do bairro Torrelândia. É muito conhecido nesta capital, onde por muito tempo viveu implorando a caridade pública”<sup>114</sup>.

A referida notícia reforçava estereótipos acerca do proletariado, notadamente ao apropriar-se da associação entre doença e pobreza, presente no imaginário das elites brasileiras desde o final do século XIX (CHALHOUB, 2017, p. 33 – 41). Outra noção evocada pelo jornal era a “preguiça” ou “vadiagem” das classes pobres, “cavalo de batalha” das nossas elites políticas e econômicas desde o Pós-Abolição (CHALHOUB, 2012, p. 64 – 89). Assim, o dispositivo discursivo de *A União* apropriou-se da história de Francisco para alertar seus leitores sobre o “perigo social” representado pelo adoecimento do proletariado, especialmente quando a enfermidade dos mais pobres suscitava comportamentos “indesejáveis”, como a ociosidade e a improdutividade.

É preciso esclarecer que a matéria ora analisada apropriava-se do caso de Francisco para enaltecer “O adiantamento que a cirurgia alcançou nesta capital [...], plenamente comprovado com as numerosas intervenções ultimamente procedidas por alguns dos nossos cirurgiões, em casos de grande importância”. Nesse sentido, a notícia estampava “duas fotografias de um menor operado pelos nossos amigos Drs. Nelson Carreira e Aluisio Raposo, cuja intervenção resultou uma completa transformação no aspecto físico do paciente”<sup>115</sup>. Abaixo, as referidas fotografias:

<sup>114</sup> *A União*, “As intervenções cirúrgicas em João Pessoa”. 21 de dezembro de 1933.

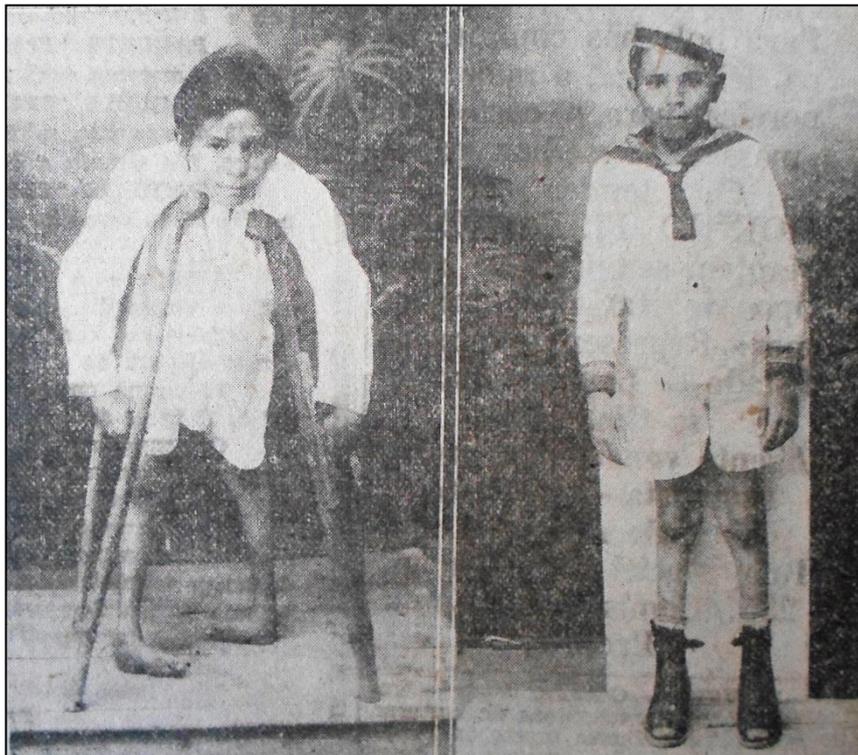
<sup>115</sup> *A União*, “As intervenções cirúrgicas em João Pessoa”. 21 de dezembro de 1933.





ISSN 21764514

### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA



Fotografias publicadas por *A União* do menor Francisco de Assis antes e depois da intervenção cirúrgica realizada pelos Drs. Nelson Carreira e Aluisio Raposo no Instituto de Proteção e Assistência à Infância de João Pessoa. Imagens extraída de *A União*, “As intervenções cirúrgicas em João Pessoa”. 21 de dezembro de 1933.

De acordo com a notícia, a família do menor opunha-se ao procedimento cirúrgico, o que acarretou a intervenção judicial no caso. Detalhando melhor este emaranhado de discursos e interesses, e acrescentando os seus próprios enunciados neste jogo de poder, *A União* apresentou a seguinte versão:

Esse menor, que vivia esmolando, arrimado a duas muletas, fora recolhido pelo Instituto de Proteção e Assistência à Infância, e nesse estabelecimento, se sujeitou à intervenção cirúrgica, a contragosto da família, que alegava tirar elementos para sua manutenção dos óbolos pelo mesmo granjeados. Fez-se preciso, por isso, a intervenção do juiz de órfãos a fim de competir (sic) os parentes a dar o consentimento indispensável à intervenção do médico<sup>116</sup>.

<sup>116</sup> De acordo com Hochman e Fonseca (1999, p. 75 – 76) o movimento sanitaria brasileiro surgiu no início do século XX e pode ser dividido em duas fases. A primeira, marcada pela gestão de Oswaldo Cruz à frente dos serviços federais de saúde, entre 1903 e 1909, teria se restringido ao saneamento do Distrito Federal e dos portos. A segunda, entre as décadas de 1910 e 1920, traria a ênfase no saneamento rural. Segundo Lima





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

A cobertura jornalística em torno deste episódio também se apoiou em outro discurso recorrente na época. Desde o início do século XX o movimento sanitarista<sup>117</sup> produziu uma interpretação sobre o Brasil baseada na ideia de que o homem pobre dos “sertões”<sup>118</sup> era improdutivo devido às doenças. Dessa forma, bastaria “curá-lo”, isto é, dar-lhe educação sanitária e extirpar suas enfermidades, para que ele fosse transformado em um trabalhador produtivo e um cidadão útil à nação. Ora, é justamente este o argumento apropriado por *A União* para enaltecer a intervenção das instituições disciplinares no caso do menor Francisco de Assis:

Os Drs. Nelson Carreira e Aluisio Raposo operaram-no, **conseguindo de um estropiado inútil à sociedade fazer um ente apto para a luta pela vida**. [...]. O Instituto de Proteção e Assistência à Infância tomou a iniciativa de promover o internamento desse menor num estabelecimento profissional, onde possa receber a educação precisa **para se tornar um elemento útil à sua família e à pátria**<sup>119</sup>.

Ao empregar os conceitos de “aptidão” e “utilidade”, *A União* evidencia a ação do “poder disciplinar” em terras paraibanas. De acordo com Michel Foucault (2013, p. 133 – 134), esta “microfísica” do poder, que emerge das demandas do capitalismo industrial, configura-se como um dispositivo de controle social que tem por finalidade a formação de indivíduos economicamente produtivos e socialmente ordeiros. Para tanto, diversas instituições – como escolas, fábricas, hospitais, prisões, internatos, dentre outras – são mobilizadas com o objetivo de (com)formar sujeitos “dóceis”, isto é, “aptos” para o trabalho e “inaptos” para a luta política.

---

(1999, p. 108), este movimento evidenciou “a doença e o abandono como marcas constitutivas das áreas rurais do Brasil”. Além disso, os sanitaristas do início do século XX recusavam as interpretações deterministas e afirmavam que o trabalhador brasileiro não era “improdutivo” por natureza, mas encontrava-se nesta condição devido às doenças. Por isso, eles defendiam o saneamento, o combate às endemias e a educação sanitária como medidas estratégicas para o desenvolvimento do Brasil.

<sup>117</sup> No discurso médico-sanitário das primeiras décadas do século XX, *sertão* era muito mais uma noção sócio-política do que propriamente geográfica. Nessa perspectiva, esta noção não se prendia à localização espacial estrita do recorte geográfico, estando sua definição relacionada a dois elementos: a presença da doença e a ausência dos poderes públicos. A este respeito, Cf. Hochman (2006) e Lima (1999).

<sup>118</sup> *A União*, “As intervenções cirúrgicas em João Pessoa”. 21 de dezembro de 1933. Grifos nossos.

<sup>119</sup> Os áudios da radionovela foram disponibilizados a partir de visita ao CIBEC, do INEP, que digitalizou parte dos arquivos de áudio do Mobral. As gravações indicam apenas ano de produção e o nome da radionovela Vila da Boa Saúde. Até o momento da pesquisa não foi possível produzir mais informações sobre suas condições de produção.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Dessa forma, ao narrar a história de Francisco de Assis, *A União* apropriava-se do episódio para fixar no imaginário de seus leitores uma determinada representação social do proletariado: “doente”, “improdutivo”, “preguiçoso” e, por isso, “carente” da intervenção médico-disciplinar. Neste caso, o jornal do governo exerceu um papel de dispositivo discursivo, ajudando a justificar a atuação do poder e das instituições disciplinares. Ao evidenciar um caso extremo, em que teria sido possível a produção cirúrgica de um “corpo útil”, *A União* tomava partido em defesa dos “benefícios sociais” da intervenção médico-disciplinar sobre a vida das classes trabalhadoras.

#### **A limpeza do trabalhador chega ao rádio: o Programa de Educação Comunitária para a Saúde do Mobral nos anos 70**

Passados 40 anos, os dispositivos de medicalização da sociedade haviam se ampliado na Paraíba. Tanto pela ampliação de instituições médicas pelo estado, quanto pelos efeitos que estas tinham nos modos de gestão da vida, especialmente nas cidades de maior porte. Enquanto isto, nestes mesmos espaços, a vida da população pobre das cidades e do campo era marcada por uma distância abissal em relação aos ideais da modernização que, desde os anos 30, tinham a sanitização da população como uma das suas principais marcas. As representações sociais produzidas pelas elites letradas sobre estas populações permaneciam associando pobreza, sujeira e ignorância; como no passado, enquanto eram transformadas pelo gestão autoritária que dava forma ao governamentalidade em vigor. O trabalhador figurava no imaginário da ditadura civil militar como objeto de sua ação: alguém cuja conduta precisaria ser disciplinada.

A produção imagético-discursiva do regime militar é a de que suas ações eram um ponto de ruptura com o passado brasileiro; em relação a intensidade da intervenção sobre a população, o governo de seus gostos, seus afetos, suas formas de cuidado consigo. Ora, temos um Ditadura civil militar que, por diversos meios, busca agir e infiltrar-se em todas as regiões do Brasil. Trata-se de um governo que estava propondo um modelo de intervenção que se pretendia mudar drasticamente a geografia e as vidas daqueles que tocava, interferência incisiva, inelutável, indelével. A intervenção, portanto, é o vértice no qual os lados do Regime se encontram, pois, enquanto positivava essa lógica através da sanitização e das campanhas de vacinação, por exemplo; também tornava possível o





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

esquadrinhamento do país através da busca de informações do Sistema Nacional de Informações –SNI, a investigação das condutas da população, especialmente dos movimentos sociais e lideranças políticas, iniciativas de resistência política (GUIMARÃES NETO, VITALE NETO, 2018).

Por outro lado, preocupada com a sua legitimação, a Ditadura produziu, através da Agência Especial de Relações Públicas – AERP, um modelo de propaganda que fez da educação sanitária de toda a população o núcleo da representação da limpeza que o regime estaria fazendo no país (FICO, 1997). Se, do ponto de vista político, a corporação agia na caça aos “inimigos internos”, os subversivos, os comunistas; do ponto de vista cultural sua ação tinha duas frentes: o ataque conservador aos artistas através da censura e a produção de uma bandeira própria, uma positividade, uma ação que, ao invés de proibir, calar, eliminar; pretendia produzir novas subjetividades: o sujeito ordeiro e limpo, numa retomada do entusiasmo pela educação sanitária que marcou as primeiras décadas do século XX.

No entanto, especialmente nos anos 70, a forma do discurso sanitarista havia se transformado. A educação sanitária direcionada aos adultos havia sofisticado as suas estratégias. Publicações em cores em cartazes e revistas, a criação de personagens mobilizadores da população como o Sujismundo (FICO, 1997), e programas de rádio como o projeto Minerva e o Domingo Mobral tornaram-se as principais estratégias de agenciamento de novas subjetividades. É nesse sentido que dentro do Mobral foi criado o Programa de Educação Comunitária para a Saúde – PES, com o intuito de produzir conteúdos sanitários para os egressos do programa de alfabetização (ALVES, 2015). O PES valia-se de cartilhas e do rádio para agenciar seu público, por isto, em 1978 criou a radionovela Vila da Boa Saúde, que produzia histórias que uniam o cotidiano que imaginavam do público aos temas sanitários, como é o caso do episódio 48:

Música - Eu sou limpeza assim me chamo [inaudível]

Mãe - Tem muita gente boa ainda, que pensa que limpeza é luxo. Que sujeitinho mais besta este tal de limpeza pensa que um bacana não tem onde cair morto e só anda arrumado, parece um doutor.

Filha - E eu acho que ele estar certo mãe

Mae- uhm! já vi que você anda arrastando a asa pra este sujeitinho.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Filha- Eu não mãe, mas não tinha nada de mais eu me interessar por ele. É um rapaz honesto, trabalhador, caprichoso e limpo.

Mae -Que deus te proteja minha filha. Conjuuro que homem feio, ele que não se meta com você.

Homem- Beleza não põe mesa dona Dazinha. Limpeza está certo, ele sabe como é bom viver com higiene. E higiene é o ponto de partida para saúde, quem tem saúde tem tudo<sup>120</sup>.

Enquanto Limpeza se arruma e se penteia, as pessoas de Vila da Boa Saúde passam a perceber nele uma semelhança ao que imaginam ser um doutor. Alguns acham isto um signo de que ele é um rapaz metido, já outros percebem nele um bom partido. Seus hábitos tinham um poder mágico, pois, embora ele fosse “um conjuuro de homem feio”, sua limpeza se contrapunha à falta de atributos, pois a higiene era um símbolo de saúde e “quem tem saúde tem tudo”, inclusive beleza.

Com isso, o personagem Limpeza, além de um jogo linguístico, funcionava como um guia do comportamento dos ouvintes. A Limpeza teria poderes de contrapor leituras, maquiar imperfeições, remanejar os afetos. Assim, os rapazes ouvintes tinham seus ouvidos seduzidos para um modelo de vida, baseado na demonstração de qualidades tidas como validas como o trabalho, a honestidade, o capricho e a higiene.

O dispositivo do rádio, da comédia, do texto com curta duração eram mecanismos através dos quais se pretendia aproximar-se da população. Pois, através do riso sobre o rapaz, que, apesar de feio, se tornava bonito por meio da limpeza; outra forma de vida era normalizada. A nova sensibilidade que se pretendia instaurar, cartografava um já velho percurso para o corpo e seu asseio. Tratava-se da sedução para o consumo de objetos de limpeza como xampus e sabões, roupas, brilhantinas, e perfumes; símbolos da modernização para boa parte da população pobre brasileira. Tratava-se de uma “paisagem corporal que emerge [desde] o século XIX balizada na relação entre a água e o corpo”. (BURITI, 2011: 40).

<sup>120</sup> Nessa pesquisa, irei citar na íntegra a linguagem dos depoentes.





### Considerações Finais

Ao associar as temporalidades dos anos 30 e 70 é possível perceber que a intervenção que se pretendia nova, durante o regime militar era ressonância de outras iniciativas - maneiras tanto do Estado, como de agentes da sociedades civil vinculados ao mundo letrado e sanitarista de intervir sobre a população, julga-lhes as condutas e intervir sobre suas vidas. Tanto o fictício Limpeza, quanto o empírico Francisco de Assis são fragmentos e representações da invenção de um trabalhador que, disciplinado, seja pela cirurgia, seja pelo banho emergia como novo modelo de vida. Em ambos os casos, ao rachar as palavras do jornal e do programa educativo, percebe-se que eles eram agenciados como exemplo de transformação social para melhor, graças à medicalização de seus corpos; tonando-se, com isto, figuras a serem seguidas, paradigmas a serem copiados. Permanece portanto uma forma de narrar o corpo a partir do qual o trabalhador paraibano e, porque não, brasileiro, deveria se apropriar da modernização e medicalização para ser mais produtivo. Uma vez seguidos como exemplos, eles faziam parte do exercício de normalização de formas de vida, de gestão da classe trabalhadora nas mais diversas dimensões da existência. Do amor ao manejo das máquinas, do banho à cirurgia uma vida medicalizada estava em gestação, não apenas do ponto de vista do indivíduo, mas como gesto biopolítico de governo do conjunto da população.

*\*O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.*

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Maxsuel Lourenço. **Entre vacinas e canetas:** as apropriações dos saberes médicos nas publicações do Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobral (1970 – 1985). Campina Grande: Dissertação (Mestrado) – UFCG/CH, 2015.

BURITI, Iranilson. **Leituras do Sensível:** escritos femininos e sensibilidades médicas no Segundo Império. Campina Grande. EDUFCG, 2011.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril:** cortiços e epidemias na Corte imperial. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

\_\_\_\_\_. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

FICO, Carlos. **Reinventando o Otimismo:** ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas. 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramalhte. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do Trabalhismo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; JOANONI NETO, Vitale. Ditadura Militar e empresários na Amazônia. In\_ NUNES, Paulo Giovanni Antonino; PETTIT, Pere; Lohn, Reynaldo Liodolfo (orgs.). **Utopia e Repressão: 1968 no Brasil.** Salvador, Saggá Editora, 2018.

HOCHMAN, Gilberto. **A Era do Saneamento:** as bases da política de Saúde Pública no Brasil. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina M. O. “O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937 – 45”. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 73 – 93.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil.** Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: IUPERJ/REVAN, 1999.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **História da Imprensa no Brasil.** 2. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória.** São Paulo, Contexto, 2010.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **AS DORES DOS ARQUIVOS DO BANQUETE DA MOITA: PRÁTICAS ALIMENTARES DOS IDOSOS DA COMUNIDADE MOITA DE BOQUEIRÃO-PB**

Autor: José Carlos Silva

Mestrando em História pela Universidade Federal de Campina Grande-PB

[josecarlosfrance@gmail.com](mailto:josecarlosfrance@gmail.com)

Orientador: Iranilson Buriti de Oliveira

Professor da Universidade Federal de Campina Grande; bolsista de Produtividade do CNPq

[iburiti@yahoo.com.br](mailto:iburiti@yahoo.com.br)

### RESUMO

Esse artigo tem por objetivo estudar as memórias dos entrevistados (idosos) da Comunidade Moita de Boqueirão-PB, especificamente sobre as dores alimentícias que os depoentes relatam estarem inscritas e escritas em suas almas. Problematicamos como essas dores alimentícias são apresentadas e representadas nas sensibilidades desses documentos, buscando evidências do sensível no tipo de dieta, nas formas de cultivos e conservação dos alimentos, no tempo de preparo e nos utensílios usados na elaboração das refeições. Para degustarmos o sabor dos vestígios de vida (FARGE, 2009) presente nessas fontes raras, que documentam a vida, os sentimentos e as emoções (ALBUQUERQUE, 2019), fizemos uma análise do discurso (FOUCAULT, 2008) de seus antigos (re) memoradores, possibilitada pela história oral. Inspirados em Certeau (1998), construímos uma história do cotidiano, observando que as dores desses arquivos vivos nos levam às experiências (LARROSA, 2016) que os tocaram e os constituíram, nos permitindo reintroduzir existências e práticas alimentares saudáveis de personagens comuns, raramente visitados pela história no discurso histórico (FARGE, 2016). Reintrodução essa atrelada à leitura das sensibilidades desses sujeitos que sentem e agem de forma diferente (PESAVENTO, 2007) através e pela dor. Conforme esses arquivos, além da idade (são idosos acima de 62 anos), as dores alimentícias que sentem foram e são provocados pelos alimentos cultivados





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

com agrotóxicos e pelos produtos industrializados que chegaram ao município de Boqueirão, após a construção do Açude Epitácio Pessoa, na década de 1950, alterando não só o cotidiano, mas o sabor dos alimentos. O que nos leva a entender que o paladar (CASCUDO, 1983), é visto como um constructo cultural. Nesse banquete de dores, é necessário acrescentar que essas fontes sentem dores da saudade dos momentos em que esbanjavam saúde e alegria ao lado dos entes queridos, comendo o cuscuz da macambira ou xiquexique assado ou cozido com leite de cabra, café ou sem acompanhamento. Esses arquivos vivos sentem dores alimentícias da exclusão provocada pela velhice. Os jovens rejeitam quase tudo que é “antigo”, inclusive as experiências dos arquivos anciãos. Mas, também é evidente que esses documentos rejeitam os alimentos industrializados. E por isso, sofrem por não comerem o que tanto desejam (por motivos de saúde e de paladar), mas também sentem dores por não serem alimentos para as novas gerações.

## INTRODUÇÃO

“Sinto bem fundo  
Todas as dores do mundo.”  
Elias José

Esse artigo estuda as memórias dos entrevistados (idosos) da Comunidade Moita de Boqueirão-PB, especificamente as dores provocadas pela ingestão alimentar que os depoentes relatam estarem inscritas e escritas em suas almas. Compreendo como “dores alimentícias”, as doenças provocadas pelos alimentos, as restrições alimentares por problemas de saúde e as mudanças no paladar. Problematizei como essas dores são apresentadas e representadas nas sensibilidades desses documentos, buscando evidências do sensível no tipo de dieta, nas formas de cultivos e conservação dos alimentos, no tempo de preparo e nos utensílios usados na elaboração das refeições.

Essas sensibilidades umedecem a multiterritorialidade (HAESBAERT, 2007) da Comunidade Moita. Multiterritorialidade vista como um “território de sonhos, desejos, projetos de vida, cura, amores” (OLIVEIRA, 2011, p. 764) e dores. Foi nesse território





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

múltiplo que as raízes das moitinhas de pereiro, dos cactos e das bromélias e daqueles que se estabeleciam na região se misturaram. Passaram a nutri-se do mesmo solo. A sentirem o meu calor, a compartilharem o mesmo espaço.

Essa mistura de raízes, de caules, flores, folhas, sementes, frutos e espinhos começou desde o final do século XIX, quando pequenos roçados foram sendo colocados pelos primeiros habitantes vindo de Pernambuco. Habitantes esses que deram nome e forma a essa localidade como a conhecemos hoje. As casas ora de taipa, ora de tijolo manual foram sendo erguidas.

Foi nesse contexto que entre as décadas de 1920 e 1930, os arquivos vivos brotaram e ousaram em embrenhar-se nas fissuras do tempo, através da memória (CANDAU, 2008). Hoje, velhos, rotos, desbotados, entrevados, visão curta, peles enrugadas, almas marcadas pela escrita e leitura dos amores e das dores. Sujeitos que atualmente a história da cultura dar visibilidade ao alimentar-se deles.

As dores dessas fontes são uma “brecha no tecido dos dias” do Banquete da Moita. Nelas se “focaliza em alguns instantes de vida de personagens comuns, raramente visitados pela história” (FARGE, 2009, p. 11). Essas fontes são muito raras “porque documentam a vida, os sentimentos, as emoções, os acontecimentos da vida” (ALBUQUERQUE JR, 2019, p. 81) de indivíduos comuns, nos permitindo “confrontar o passado e o presente interrogando de outra forma os documentos e os acontecimentos, buscando articular o que desaparece com o que aparece” (FARGE, 2011, p. 9)

Esses arquivos vivos não só constituíram quem eu sou, mas, também me lançaram na estrada da vida. Por ter as minhas raízes fincadas nesses documentos, retornei a eles em 2008, para realizar umas entrevistas sobre suas práticas alimentares para conclusão do curso de História da Universidade Estadual da Paraíba. Compreendi que “o trabalho histórico se faz desde então a partir da função sempre movente, cambiante entre os ditos de sofrimento” (FARGE, 2011, p. 17). Foi nesse momento que também senti as dores alimentícias dessas pessoas, ou seja, suas queixas e lamentações devido às restrições alimentares escorreram para dentro de mim.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Esses arquivos vivos passaram a associar o estado de saúde atual deles, não só a idade, mas a chegada dos produtos industrializados e dos alimentos cultivados com agrotóxicos, após a construção do Açude de Boqueirão, na década de 1950.

Nesse sentido, passei a observar que ao sentir as dores alimentícias desses sujeitos, é possível compreender suas experiências, através da sensibilidade, e, ao mesmo tempo, dar visibilidades a hábitos que podem nos ajudar a ter uma alimentação mais equilibrada e uma vida mais saudável nos dias em que, o que entra tem proporções semelhantes ao que sai da nossa boca para uma boa qualidade de vida.

## **METODOLOGIA**

Por compreender que a linguagem é um tipo de poder que os sujeitos têm para se comunicar, trocar experiências e estabelecer vínculos sociais, usei nesse artigo à análise do discurso para ler as dores alimentícias dos depoentes. Para Foucault (2008, p.133) a noção de discurso é empregada como “um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa.”

As fontes utilizadas foram as memórias dos entrevistados na Comunidade Moita de Boqueirão-PB, sobre as práticas alimentares dos idosos, em especial sobre o uso dos cactos e das bromélias. Busquei explorar tais práticas discursivas no campo da oralidade. Campo esse que “permite o acesso a uma pluralidade de memórias e perspectivas do passado” (ALBERTI, 2005, p. 38).

As entrevistas foram realizadas em 2008, com um roteiro previamente elaborado. As informações foram registradas em fitas magnéticas e a transcrição ocorreu na íntegra, tal quais os (as) idosos (as) (Zilda, Severino, Socorro, Inácio, Albuquerque, Oliveira, Feliciano e Conceição) dessa comunidade relataram.

Durante as entrevistas, notei as lamentações provocadas pelas dores alimentícias nesses idosos. Após as transcrições das suas falas, construí uma história do cotidiano, discutindo o tipo de dieta, as formas de cultivo, de armazenamento, de conservação, o





tempo e os utensílios usados para o preparo das refeições desses sujeitos. Alinhada a essa discussão, problematizei como essas dores foram provocadas e sentidas nesses e por esses arquivos vivos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

### **Vestindo a pele dos arquivos da Moita**

Eu já nutria muita admiração por esses arquivos vivos por saber que eles são responsáveis pelo ser que sou. Sempre que podia, eu parava para aprender com esses seres incríveis. Todo o meu conhecimento frente aquelas experiências se evaporava. O silêncio em mim reinava para dá passagem ao barulho das vozes trêmulas, ofegantes, frágeis e ao mesmo tempo carregadas de um poder transformador. Parei (LARROSA, 2016, p. 25) para escutá-los, para ouvir os seus sussurros (ERTZOGUE; PARENTE, 2006) a respeito dos seus hábitos alimentares. Entre tantas histórias ouvidas e sentidas no decorrer das existências desses depoentes a partir da alimentação, algumas situações me marcaram profundamente, após vestir a pele (VIDAL, 2005) desses arquivos vivos. Não dá para esquecer as expressões de angústia e dor provocada pelas restrições alimentares por conta de problemas de saúde, mas também ficaram inscrita e escrita em mim as evidências do sensível (PESAVENTO, 2007) das dores de saudade de um tempo marcado pela ausência de doenças provocadas pelos alimentos.

Vi escorrem lágrimas dos olhos de Dona Conceição ao relatar que “tem hora que estou tão angustiada, desfalecida do estômago, só de dieta, só de dieta. E naquele tempo tinha uma saúde rica. Eu me lembro daquele tempo só por causa da saúde<sup>121</sup>”. Algo semelhante nos relatou o senhor Oliveira. “O meu comer agora é pão de fubá de arroz, um pedacinho de carne assada. (...). Comida de óleo, manteiga, (...), eu sou ofendido de diabete e não posso comer nada disso”<sup>122</sup>. Mais adiante esse mesmo senhor destaca que

---

<sup>121</sup> Entrevista concedida ao autor pelo senhor Pedro Ferraz de Oliveira, no dia 07/03/2008.

<sup>122</sup> Entrevista concedida ao autor pela senhora Rosa Maria da Conceição, no dia 07/03/2008.





“semana passada comprei uma carne de bode com gordura, passei um bocado rim”.

A senhora Zilda me narrou no “oitão” de sua casa que “hoje com esses comer de geladeira todo mundo é doente”. Na cozinha de dona Socorro, olhando para a caatinga, ela afirmou que as dores alimentícias são provocadas porque “os peixes e as carnes de hoje estão tudo contaminados, as verduras estão contaminadas, tudo no veneno, essas verduras é tudo no veneno”. Essa depoente também sente a dor alimentícia do paladar. “Hoje em dia a gente come, mai é preocupado, as comidas não é muito boa, a gente faz as mesmas coisa, as comidas não tem o gosto de primeiro”.

Sentado na cadeira de balanço de sua casa, o senhor Inácio também enveredou nas dores do paladar. “As comidas de hoje eu acho diferente. As de antigamente eu acho melhor. Hoje compra uma carne bota todos os temperos e não vale nada. (...). O xiquexique era mai melhor do que o pão de fubá”. O depoente Severino na sua oficina de olaria diz que “o gosto das comidas mudou e muito, não sei se é a boca da gente, se é vei ou se é a comida. A gente comia xiquexique, angu, fazia tudo no mundo”. Já Albuquerque afirma que as dores alimentícias estão sendo provocadas pelas mudanças na obtenção dos alimentos e nos instrumentos usados para preparar as refeições.

É evidente que algumas dores (doenças) desses sujeitos são provocadas pela idade. Contudo, a quantidade e a intensidades dessas dores estão relacionadas ao tipo de dieta adotado por esses depoentes ao longo de suas vidas. Então, tenho razões e emoções suficientes para analisar as práticas (de obtenção dos alimentos, armazenamento, conservação, tempo de preparo e utensílios usados na preparação das refeições) presentes nas memórias desses documentos vivos.

### **Obtenção dos alimentos para o banquete**

Ao ouvir os depoentes, compreendi que as pessoas desta comunidade, antes da construção do açude Epitácio Pessoa se alimentavam de milho, feijão, batata doce e batata de imbu, farinha de mandioca, peixe, fruta de facheiro, de xiquexique, de cardeiro, de gogoia, de palma, palmatória e xiquexique assado ou cozido. Como também do cuscuz da macambira e do xiquexique.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Consegui entender que uma parte desses alimentos era cultivada em roçados. Uma pequena quantidade era comprada em Campina Grande e em Pernambuco. Já uma boa parte desses alimentos era obtida da própria fauna e flora da localidade. Comiam frutas, frutos e raízes in natura. Alimentavam-se de xiquexique assado ou cozido e do cuscuz da macambira com leite de cabra. Colhiam essas plantas e produziam os próprios alimentos, sem conservantes e agrotóxicos. Assim o senhor Inácio nos narra

“Há meu fi comia era buga de imbuzeiro, raiz de caroá, xiquexique, cortava no mato aquelas varas de xiquexique e o caba ia comer com piaba do açude (rio), cortava as varas de xiquexique e comia bem assadin, cumbeba, raiz de caroá pro caba chupar, pão de macambira, quando pisava a macambira fazia aquele pão e ia comer. Era desse jeito meu fi antes do açude encher, era memo assim, fruta de paima a gente ia buscar, de xiquexique e o caba ia comer, era, fruta de cadeiro.”

O senhor Inácio não só mostra como os alimentos eram obtidos. Mas ele relata como essa dieta diária afeta na produção das dores alimentícias (as doenças provocadas pelos alimentos). Acerca da temática, Giard (1996), fala dessa alimentação diária na sua quantidade e qualidade que implica necessariamente na conservação da saúde do sujeito como também na proteção das adversidades do meio ambiente e dos agentes que provocam doença. Carneiro (2005), também versa sobre as dores provocadas pelos alimentos ao dizer que praticamente em todas as culturas, os alimentos foram associados à saúde pela abundância ou escassez e pelo tipo de dieta adequada a certas idades, gênero, constituições físicas ou enfermidades presentes.

A senhora Conceição fez uma breve discussão acerca das doenças provocadas pelas comidas de hoje, tendo como principais responsáveis os produtos com agrotóxicos e o óleo. Segundo ela, as crianças de hoje estão adoecendo com muita facilidade:

“as comidas de hoje em dia estão provocando doenças nas pessoas. Você sabe praque ? Essa comida que nós estamos comendo está toda envenenada. Isso é aduba no veneno. Essa menina pequena é tudo se queixando de uma dor de barriga, doente de vez em quando no remédio. Naquele tempo, nessa idade, não sabia o que era doença! O que sentia era uma dor de dente”<sup>123</sup>.

Dona Conceição narrou que no lugar do óleo colocava-se banha de porco. Mas

<sup>123</sup> Entrevista concedida ao autor pelo senhor Antonio Néri de Albuquerque, no dia 14/03/2008.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

depois, conforme ela foi chegando outro tipo de comida e “foi diferenciando tudo”.

Então, o que provocou essas transformações apontadas pelos idosos da localidade Moita nos alimentos, trazendo doenças para as pessoas? A construção do açude Epitácio Pessoa permitiu a introdução da agricultura irrigada (com o uso de agrotóxicos e fertilizantes). O adubo e o veneno passaram a fazer parte dos alimentos da comunidade Moita e afetar drasticamente a vida da sua população. Conforme, Lopes e Albuquerque (2018, p. 519), no Brasil, a utilização em massa de agrotóxicos, ocorre “na década de 1960 e, com a implantação do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA), ganha impulso na década de 1970.”

O senhor Albuquerque descreveu como se dava à obtenção e o cultivo das verduras. “Nessa época era um tomatinho (...), o coentro e a cebolinha era um tempero desgraçado de bom. A gente fazia os canteiros na beira do rio, usando só estrumo e hoje em dia é no adubo e não é capaz de dá ainda, no veneno, ai prejudica, por isso que o povo do mundo é tudo doente”<sup>124</sup>.

O senhor Severino vem acrescentar o uso do leite de cabra na dieta: “nós também comia o xiquexique cozido com leite de cabra. Era muito gostoso. Dava saúde a gente. O meu pai tinha umas cabrinhas. Nós comia o leite de manhã, de meio dia e de noite”<sup>125</sup>. Dona Socorro fala dos animais obtidos na região “cangati, jundiá, cumatã, (...) saburu, camaleão, cago, jabuti, ribaça, rolinha, o preá, o mocó, o peba, chega os casquinhos era molhinho (...) a gente comia com xiquexique”.

Ainda não existia essa grande quantidade de alimentos industrializados, com conservantes e ricos em gorduras e carboidratos que lentamente vão entupindo as veias e artérias das pessoas, provocando diversas doenças intestinais e cardiovasculares (CARNEIRO, 2005). Mello (S. T. N. p. 5) afirma que essas mudanças começaram a ser sancionadas a partir da Revolução de 30 através da substituição das bodegas pelos supermercados e mais tarde pela universalização da gastronomia inglesa, italiana e

<sup>124</sup> Entrevista concedida ao autor pelo senhor Severino Manoel da Silva, no dia 07/03/2008.

<sup>125</sup> Entrevista concedida ao autor pelo senhor Antonio Néri de Albuquerque, no dia 14/03/2008.





americana no Brasil e sua interiorização nos anos 1970. Na Comunidade Moita não foi diferente. Foi nesse mesmo período que os alimentos industrializados passaram a chegar em quantidades maiores em Boqueirão, devido a construção de estradas e de rodovias.

### **A dispensa do Banquete**

As minhas sensibilidades, através do imaginário foram tecendo na minha memória as formas como os depoentes armazenavam os alimentos. Mentalmente acabei sendo enterrado com as batatas na areia fria, adentrei aos caixotes cheios de jerimums. Senti o toque do milho na palha no canto da parede, amarrei os sacos cheios de feijão com banha de porco para não dá gorgulho. Molhei-me ao ver os peixes pulando nas águas dos pequenos tanques naturais às margens do Rio Paraíba. Vi as abundantes caças se embrenharem no armazém da mata. Toquei nas imensas touceiras de xiquexique e de macambira, regadas pelo conservante viçoso da vida. Degustei o frescor das frutas, das raízes e dos caules guardados na geladeira da natureza. O senhor Inácio nos presenteia com tal descrição.

“Quando a gente ia para Boqueirão comprava a banha de poico e derretia a godura e botava o feijão dentro de um caco e mexia (...) botava no pé da parede. O jerimum e a batata agente enterrava na areia. Fazia um caritó dentro de casa, casava um buraco botava a batata e areia em cima. O jerimum guardava com o talo. O mi guadava na paia, emalava todin na paia.”

A senhora Zilda diz que “o xiquexique, nói não guardava nada. Nói trazia era dois ou três feixes de xiquexique, cotava miudin e butava para cuzinhar com água e sá e (...) comia o miolo de dentro do xiquexique(...). Ai nói não empaiolava porque tinha com fatura”. Dona Socorro segue o mesmo pensamento: “o xiquexique (...) a gente tirava pouco, só pra dois dias (...) pra não estragar”.

Esses relatos deixam nítido que os depoentes do Banquete da Moita, entendiam que deixar o xiquexique no seu hábitat natural era a forma mais adequada de conservação e armazenamento, evitando desperdícios. Retirar essa planta e consumi-la quase in natura, com peixe, camaleão ou sem acompanhamento, resultaria em uma vida mais saudável, e, portanto, com menos dores (doenças).





### **Tempo e utensílios usados no preparo do Banquete da Moita**

O senhor Albuquerque falou da saúde proporcionada pelos alimentos existentes antes da construção do açude Epitácio Pessoa e das dores (as doenças) provocadas pelos utensílios e comidas ditas modernas que não se restringem apenas à comunidade Moita, mas abrangem universalmente todas as pessoas. Conforme ele, as comidas preparadas na panela de barro e no fogo à lenha, são muito mais gostosas e saudáveis do que os alimentos preparados na panela de pressão e no fogão a gás. O barro e o alumínio, durante o cozimento, liberam substâncias que modificam o sabor dos alimentos.

O senhor Albuquerque continuou narrando as dores provocadas pelos alimentos industrializados, principalmente no que se refere na diminuição do tempo de produção dos alimentos e das substâncias usadas nesse processo. “As comidas de antigamente eram mais sadia (...). Hoje não, quase todo mundo é doente, as comidas tudo na base do óleo. Você compra o frango que em sessenta dias ta dando três quilos, aquilo cresce a força”<sup>126</sup>. Esse depoente deixa duas evidências: que realmente, as substâncias colocadas na elaboração do alimento trás problemas alimentares. Mas, ao mesmo tempo, ele chama a atenção para a aceleração do tempo. Tudo ficou mais rápido, inclusive a preparação das refeições para dá conta ao estilo de vida moderno.

Para compreender melhor as temporalidades vividas e narradas pelos depoentes, fiz uma pausa para escutar o sussurro de um tempo diferente no preparo dos alimentos. Tempo esse ditado pelo ritmo do cotidiano. Tive que desacelerar e pacientemente, ver a comida passar horas no fogo a lenha. Observei que algumas refeições (xiquexique cozido, cuscuz de macambira, feijão, xérem, etc.) levavam uma manhã ou uma tarde para estarem prontas. Notei que esse tempo de cozinhar não só deixava a comida com um gosto diferente, mas esse gosto estava embrenhado de situações cotidianas que tornava o alimento mais saboroso e saudável. Assim dona Socorro nos trás esse tempo

“Chegava com o xiquexique, fazia um fogo no meio do terreiro, aí (Pai) dizia Maria vou pegar e vou assando aqui pro meninos e outros ele cortava como se fosse pedacinhos de macaxeiras. Quando acabava minha mãe enchia uma

<sup>126</sup> Entrevista concedida ao autor pelo senhor José Inácio da Silva, no dia 14/03/2008





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

panelinha, nesse tempo era panela de barro, ai ela colocava uma panela pra cozinhar e enquanto aquele xiquexique ia cozinhando ele ia assando pra gente aquelas varinhas de xiquexique (...) parecendo macaxeira e ela com uma panela no fogo e com uma tigelinha de peixe.”

Compreendi que o tempo da preparação e da degustação da comida reunia por mais tempo os membros da família. Os depoentes me fizeram sentar a mesa das suas memórias e eu gentilmente aceitei. Era um espaço de socialização e de entendimento do outro por um período de tempo maior. Entendi que esses momentos proporcionados pela refeição evitavam as dores da distância e da correria que o estilo de vida adotado com os produtos industrializados trouxe e que os arquivos vivos do Banquete da Moita tanto sentem. O tempo não só cura. Ele também provoca dores.

Ao mesmo tempo em que capturei, também fui capturado pelos laços afetivos que escorriam para dentro das panelas de xiquexique cozido ou assado. As sensibilidades adentravam as tigelas e pratos feitos de barros, servidos com peixes fresquinhos, pescados pela manhã ou no final da tarde. Tentei em vão usar os talheres. Mas, fui advertido por um dos guardiões do tempo ao dizer que “de primeiro não existia colher, a gente fazia aqueles bolos na mão. Comia o xiquexique com a mão”<sup>127</sup>. Nesse instante, aprendi mais uma lição, que o tocar também é uma forma de comer. O tato saboreava os alimentos antes do paladar.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Fico pensando: as dores do mundo  
pedem canções ou exigem ação?”

Elias José

É evidente que os arquivos do Banquete da Moita sentem falta de uma época da qual esbanjavam saúde. De um tempo que se sentiam úteis e de pessoas (familiares) que marcaram suas vidas. De um tempo que o estilo de vida industrial e os alimentos cultivados com agrotóxicos não haviam chegados à Comunidade Moita, desestruturando

<sup>127</sup> Em tradução significa 50, que corresponde aos 50 dias de ventos fortes que não param, e espalham as areias rapidamente.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

as suas práticas cotidianas, especialmente a prática alimentar, causando doenças. Contudo, as dores desses arquivos nos ensinam que o tipo de dieta que adotamos, o estilo de vida que levamos a curto e longo prazo, afeta diretamente na quantidade e na intensidade das dores alimentícias que sentiremos.

Percebe-se o quanto as evidências do sensível presente nos arquivos do Banquete da Moita, nos ajudam a escavar destinos, exumar afetos, reinserindo e “restituindo uma complexidade quase sempre escamoteada ou negada (GRUZINSKI, 2007, p. 7-8)” do discurso histórico (FARGE, 2016).

Sentir as dores alimentícias dessas fontes, não é só compreender os significados que elas davam para si e para o mundo em uma dada época (PESAVENTO, 2007), e não somente entender as suas angústias no presente. Sentir as dores dessas fontes é um enxergasse nelas e elas em nós. É um alimentar do outro que há na gente. É um alimentar da gente que estar no outro. Jamais somos os mesmos após o banquete das almas. O exercício de alteridade nos torna mais saciados de si e do outro, e, portanto, mais humanos.

### REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Ouvir Contar: textos em história oral.- RJ:E.FGV, 2004. p. 9-109.
- ALBUQUERQUE, Guilherme S. C. de; LOPES, Carla V. Alves. Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. SAÚDE DEBATE. Rio de Janeiro, V. 42, N. 117, P. 518-534, abr-jun 2018.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história. Intermeios: São Paulo, 2019.
- CANDAU, Joel. Memória e identidade. 1ª Ed. 5ª reimp.. – São Paulo. Contexto, 2019.
- CARNEIRO, H. Comida e Sociedade: Uma história da alimentação. RJ, Campus, 2005.
- CASCUDO, Luis da Câmara. História da Alimentação no Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1983.
- CERTEAU, M. de. A Invenção do Cotidiano: morar, cozinhar. Pet.: Vozes, 1998. v. 1.
- ERTZOGUE, M. H.; PARENTE, T. G.. História e sensibilidade. Brasília: Par. 15, 2006.
- FARGE, Arlete. Lugares para a história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 7 a 39
- \_\_\_\_\_. O sabor do arquivo. São Paulo: Edusp, 2009.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

- FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. -7ed. - RJ: Forense Universitária, 2008.
- GIARD, Luce. A arte de nutrir. –In: CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano: morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1996. v. 2. p. 211- 342.
- GRUZINSKI, Serge. “Por uma história das sensibilidades”; PESAVENTO, Sandra. “Sensibilidades: escrita e leitura da alma”. In: PESAVENTO, Sandra J.. Sensibilidades na História: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- LARROSA, Jorge. Tremores. Escritos sobre experiência. BH: Autêntica, 2019.
- PESAVENTO, Sandra J. História & História Cultural. –BH: Autêntica, 2003.
- OLIVEIRA, Iranilson B. de. Artes de curar e modos de viver na geografia do cangaço. Hist., Ciências, Saúde – Manguinhos, RJ, v.18, n.3, jul.-set. 2011, p.745-755.
- VIDAL, Laurent. Alan corbin e o prazer do historiador. Revista Brasileira de História. Jan/jun, 2005.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

**PÔSTER**

**DOENÇA E ESCRAVIDÃO: O SURTO DE CÓLERA MORBUS E O ALTO FLUXO DE COMÉRCIO DE CATIVOS NA COMARCA DO PILAR.**

Vitória Olímpia Albertini Gondim

Graduanda em História pela Universidade Federal de Campina Grande.

[vitoriagondim2@gmail.com](mailto:vitoriagondim2@gmail.com)

Pesquisadora CAPES pelo laboratório de História da UFCG

**Resumo:**

O presente artigo é fruto de uma pesquisa bibliográfica sobre a História das Doenças no Brasil, que tem como intuito de compreender a propagação do vírus da Cólera Morbus, no estado da Paraíba no século XIX. Nos anos 1840, o vírus chega a terras brasílicas através dos portos da região sul, que recebiam navios provenientes de diversos continentes, inclusive de regiões da Ásia, como a Índia e a China, onde havia pandemias da doença. Está moléstia adentra no território paraibano pela província pernambucana, na figura do porto de Recife, que recebia e escoava parte da produção da região. A falta de infraestrutura das cidades, de saneamento de básico e de cuidados básicos de higiene pela população se constituíam como facilitadoras do contágio, principalmente entre a camada social mais desafortunada da sociedade, os escravos. Pesquisadores apontam que a cólera atingiu também os escravos, que estavam sujeitos aos trabalhos mais degradantes nos portos e nas cidades. Devido à escassez de estudos sobre doenças e seu efeitos sobre a sociedade brasileira ao longo do tempo, fez-se necessária uma extensa pesquisa bibliográfica, tendo como referência a obra de Sidney Chalhoud (Cidade Febril, 1996), e alguns trabalhos de historiadores regionais tais como Rosilene Gomes Farias (2007), Silveira Vieira de Araújo (2016) e Larissa Bagano Dourado (2017), que abordam a questão sanitária e médica na Paraíba, bem como as relações escravistas no interior da província.





Palavras-Chave: Cólera; Paraíba; Escravos.

## Introdução

### *A cólera*

Neste presente artigo iremos argumentar as condições de contágio da Cólera Morbus na Paraíba, como ponto de partida podemos discutir onde a doença se iniciou até o alto número de mortos no sitio Mogeiro. A cólera surgiu no continente asiático onde se expandiu muito rápido pelas suas condições de insalubridade na Índia, sendo exportada dentro dos navios comerciais atingia rapidamente a Europa e posteriormente o Brasil, chegando em 1840, a solo paranaense, com o alto fluxo de cargas de todas as qualidades. A cólera tinha diversos nomes inusitados, e geralmente se referia a sua característica devastadora, como o *khaamsim*<sup>128</sup> do deserto, relacionando ao alto grau de proliferação, assim como os ventos do deserto que levam as areias para outras localidades. (FARIAS. 2007)

Tratamos a cólera como uma *epidemia*, porém é considerada uma *pandemia*, já que se espalhou para vários continentes, tomando uma proporção maior do que o imaginado. Facilitando o contágio em um curto espaço de tempo, dificultando a ação da ciência para o tratamento da doença, levando muitos à morte em poucos dias. A demora para a solução do tratamento da cólera e também de outras doenças epidêmicas, como a febre amarela, varíola e malária levantou questionamentos mundiais para entender e solucionar a transmissão dessas enfermidades. O que resultou em várias teorias sobre como o patógeno era transmitido, a que ganha destaque é a teoria miasmática e a microbiana.

Uma das primeiras teorias em que creditava os setores de salubridades foi a teoria epidemiológica que se dava ao alto grau de miasma presente em matérias em decomposição no solo e no subsolo, por isso o lugar arejado era considerado livre da

---

<sup>128</sup>Nome científico da bactéria da cólera Morbus.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

doença, enquanto aquele que fosse pequeno ou fechado era um campo propício ao contágio. Essa teoria mudou o cotidiano de muitas cidades, o medo do contágio da doença tornava cemitérios, igrejas e até lugares quentes, um possível campo de contaminação, além da exclusão dos doentes e dos lugares considerados socialmente inferiores. Esta teoria foi derrubada posteriormente pelas considerações da hipótese microbiana, em que a bactéria *Vibrio cholerae*<sup>129</sup>, que poderia ser transmitida pelos alimentos e água contaminados, que por ventura entraram em contato com fezes, levando a um círculo vicioso.

Em 1852 acontece o primeiro surto de cólera, que se espalha para outras provinciais por vias terrestres a partir da sua chegada aos portos. Com o intuito de inibir esse ato de contágio, foram feitos cordões de isolamento para deixar de quarentena as pessoas que chegavam ao litoral e em pontos estratégicos das grandes cidades, dificultando o tráfego terrestre, que foi um dos meios transmissores da doença, transformando a rota do comércio em um imenso campo mórbido. Há uma grande dificuldade em explorar essa transmissão por vias terrestres pela escassez de produção acadêmica na área, dificultando uma rota mapeada do local por onde esses comerciantes passavam, porém, tendo em vista o desenvolvimento das cidades e a ligação geográfica em que elas então posicionadas e como o comércio foi fundamental para o desenvolvimento, podemos traçar esse rastro de mortandade vinda do porto de Recife em direção ao sertão paraibano. O comércio foi responsável pela expansão terrestre entre 1852 e 1862, levando cargas e descargas e principalmente o comércio de cativos, bastante intenso entre esse período.

#### *Recife um terreno propício*

Mas como o porto de Recife teria se tornado um ambiente propício? Com o fim do comércio atlântico, as navegações intra-marinha<sup>130</sup> continuaram sobre o litoral brasileiro, levando e trazendo cargas, inclusive para o porto da capital pernambucana que apesar de pequeno concentrava um uso muito grande por sua serventia. A Paraíba, por não ter o seu

<sup>129</sup> Navegações que locomoviam apenas entre os portos brasileiros

<sup>130</sup> Relatório do presidente da província de Pernambuco a assembleia legislativa 1857. Pg. 22 arquivos público estadual de Pernambuco.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

porto, utilizava o da capitania vizinha para receber e despachar suas cargas. Este, no entanto, enfrentava grande dificuldade em abarcar essa carga, por sua lotação em fluxo grandes de cargas e descargas. Tornando não só o porto como a cidade insalubre, um campo propício para a expansão da pandemia mais rápido (FARIAS,2007). Vejamos sobre essas citações a seguir a descrição da cidade e o discurso miasmático:

Há ruas nessa capital, sobretudo no bairro do Recife, exclusivamente estreitas, úmidas, mal arejadas, guarnecidas de edifícios velhos e ignóbeis, em que habitam muitas famílias que ali acham a deterioração de seu moral, pois a imundice que cerca o corpo contamina também a alma<sup>131</sup>.

A insalubridade presente em Recife e o grande fluxo de pessoas, mercadorias e cativos vindos de todas as partes do Brasil foram um canal de grande contágio da doença, como Sidney aborda sobre suas teorias miasmáticas, como também medicalização social, vai transformando e impondo o tabu sobre a doença, intitulado os pobres como um elemento de foco miasmático por estar morando em um espaço propício para o contágio, que eram os cortiços e casas menores com um grande número de pessoas. (CHALHOUB,1996)

#### *Corredor internacional e o tráfego de escravos*

Como já havíamos mencionado, o comércio pelos portos se intensificaram no Brasil entre as décadas 50 a 70, com o alto grau de exportação de mão de obra cativa, e pelos meios insalubres da viagem, muitos deles eram contaminados com a cólera e vendidos para engenhos e fazendas de todas as partes do Brasil. Justamente entre esse período de grande tráfego de escravos, a cólera se espalha mais rapidamente nas cidades mais distantes do litoral da Paraíba. Um número que só fez crescer durante esse período, apesar da grande quantidade de mortos pelas epidemias, o tráfico de cativos ainda continuava intensamente, durante os dois primeiros grandes surtos que duraram mais de dez anos entre 1852 a 1862.

Em 1852 quando o tráfego atlântico acabará de extinto a população escravista era de 28.00 mil. Logo quando se pensa que ao longo desses 20 anos que separou a primeira estatística da segunda, podemos pensar que não houve uma queda drástica no número de pessoas escravizadas na província, uma vez que, ao

<sup>131</sup> Tabela apresentada na tese de Silveira Vieira. Grifos em destaque feitos pela autora do artigo





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

longo desses anos o tráfego interprovincial de cativos se intensificava, a província também sofreu por epidemias, como a cólera, em 1856, além das alforrias, das leis abolicionistas e as próprias ações dos escravos. (DOURADO.PG.35)

Complementando os dados apresentados por Teixeira; Silveira Vieira apresenta os dados de mortos pela cólera morbos em 1862, em cada comarca da província da Paraíba. Enfatizando a comarca do Pilar e as cidades que compõem o atual agreste paraibano, Pilar, Itabaiana, sitio Mogeiro, vila do Ingá e as demais cidades que sobressaem aos números apresentados pela comarca da capital, que são bem inferiores mesmo estando sobre uma centralidade administrativa prioritária.

<b>COMARCA DA CAPITAL</b>		<b>COMARCA DO PILAR</b>	
Cidade de Paraíba do Norte	19	Vila do mesmo nome e subúrbios	58
Barreiras	6	Itabaiana (superior) a	50
Santa Rita	29	Fagundes	85
Cruz do Espírito Santo	26	Natuba	10 0
Lucena	1	Cachoeira dos Cebolas	73
Taquara	1	<u>Mogeiro</u>	<u>55</u>
Mamanguape	17	Serrinha	60
Telha	10	Villa de Campina Grande e seus subúrbios	21 3
Araçagy	32	Engenho de Taipú até a Matriz	33
<b>Total</b>	<b>141</b>	Boa Vista	20
		Villa de Pedras de Fogo	18
		Pirauá (pouco mais ou menos)	25
		Villa do Ingá	4
		Outras localidades	15 4
		<b>Total</b>	<b>94 8</b>

*Grifos da autora*<sup>132</sup>



### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Sobre a tabela que Silveira Vieira apresenta a comarca de Pilar, algo que desperta minha análise crítica à fonte é o grande número de mortos sobre Cólera Morbos nas cidades em que se faz divisa com Pernambuco indicando a sua rota vindo do porto de Recife. Destacando o sítio Mogeiro na comarca de Pilar, que na época era apenas um sítio pertencente ao Distrito de Itabaiana. Por Mogeiro ser apenas um sitio pertencente à comarca de Pilar, podemos compreender grande possibilidade desse grande número de mortos serem escravos ou pessoas portadoras da bactéria, já que o fluxo de escravos era constante.

Luana Teixeira em sua tese acerca dos cativos da comarca de Pilar dá destaque aos grandes números deles que sempre estão sujeitos a transferências de comarca para comarca ou até mesmo províncias diferentes. E por Pilar ter o maior número de escravos registrado em sua tabela, podemos dar como exemplo a cativa Damiana que sempre estava em constante transferência, que em 1872 estava sendo vendida várias vezes durante um curto espaço de tempo.

Em 28 de junho de 1975, a cativa Damiana, preta crioula, foi arrematada em Recife, provincial Pernambuco, por Francisco Vieira Perdigão. Damiana, que havia sido matriculada na Vila do Pilar, na província da Paraíba do Norte, em 18 de fevereiro de 1872, agora se via na mão de novos donos, e numa nova província. No entanto, essa não teria sido a última vez que Damiana teve que se ver obrigada a se mudar para outra região e para um novo senhor. Em 18 de maio de 1877 Damiana já se encontrava na corte do Império Brasileiro quando foi novamente vendida (DOURADO.pag.60)

O caso da cativa Damiana acontece em 1877, porém vai refletir em tantos outros casos de vendas de escravos constante durante esse grande fluxo de venda de cativos intramarinhos. Era comum essa comercialização, que também tinha interesses em cortar os vínculos dos cativos com sua identidade, porém não temos ainda comprovado que todos os escravos possuíam a doença da cólera. Mas pelo tratamento em que o cativo tinha de exclusão social, e a sua escassez historiográfica é de grande importância nos debruçarmos a analisar este processo de contágio da cólera e as relações sociais.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

#### Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, Silvera Vieira de. **Entre o poder e a ciência: história das instituições de saúde e de higiene da Paraíba na Primeira República (1889-1930)**. 2016. 330 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Cap. 5. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/18557/1/TESE%20-Silvera%20Vieira%20UFPE.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DOURADO, Larissa Bagano. **MULHERES CATIVAS NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA DO NORTE: Trafego interno e conquista da liberdade (1850-1888)**. 2017. 147 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Cap. 1-5. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9623/2/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2019.

FARIAS, Rosilene Gomes. **O Kahmsin do deserto: cólera e cotidiano no Recife (1956)**. 2007. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Cap. 3. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7314>>. Acesso em: 01 jul. 2019.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## FONTES E DEBATES EM TORNO DO *CHOLERA MORBUS* EM CRATO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Autora: Maria Aparecida de Sousa Santos (URCA, Campus Pimenta)<sup>133</sup>

mariaaparecidacoelho448@gmail.com

Co-autora: Paula Cristiane de Lyra Santos (URCA, Campus Pimenta)<sup>134</sup>

paulalyrasantos@gmail.com

### RESUMO:

Tendo como inspiração a Historiografia das Doenças, desenvolvida nas últimas décadas do século XX, mais precisamente por volta da década de 1970, o trabalho busca fomentar o debate em torno da epidemia do *Cholera Morbus* em Crato, ocorrida na segunda metade do século XIX. O *cholera* aporta ao Brasil no ano de 1855, pela porta de entrada do Grão-Pará, chegando ao interior caririense em 1862, momento em que a Medicina, enquanto ciência, ainda se consolidava concomitantemente às práticas de cura costumeiras e se mesclavam com as crenças da população. A falta de médicos se mostrava uma realidade quase que presente em grande parte das províncias. As condições e estruturas de saúde eram precárias na época, ou até mesmo inexistentes. Partimos das discussões empreendidas pelas pesquisas bibliográficas e documentos, buscando uma análise das repercussões (consequências ou efeitos) da epidemia do *Cholera Morbus* através dos principais meios de comunicação de então e de relatórios acerca das estruturas de Saúde e das práticas de Cura da Doença.

**Palavras-chave:** *Cholera Morbus*; Crato; Epidemia.

O presente artigo encontra-se vinculado às pesquisas que estamos desenvolvendo para o trabalho de conclusão de curso, acerca da epidemia de *Cholera Morbus* ocorrida na

---

133 Doutora em educação pela Universidade Federal do Ceará- UFC. Mestre em Ciência Política pela UFPE e graduada em História pela mesma instituição.

134 Ver mais em: <<https://umpouquinhodecadalugar.com/europa/franca/a-cidade-de-beaune-na-borgonha-e-o-incrivel-hotel-dieu>> Acesso dia 10 de outubro de 2019.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

segunda metade do século XIX (1862-1864), no interior do Ceará, tendo como recorte espacial a cidade de Crato. De maneira enfática, faremos um estudo em torno das fontes vistas até o presente momento, sujeito à identificação e análise de diferentes olhares sobre as estruturas de saúde e os tratamentos no período da epidemia na cidade.

Na história geral dos povos, as datas mais remotas apontam que os primeiros hospitais surgiram por volta de 431 a.C. no Ceilão, que hoje é conhecido por Sri Lanka, no Sul da Ásia. Na Europa, os romanos construíram os chamados *valetudinarias*, para cuidar dos soldados feridos em batalha. Com o crescimento do cristianismo, os hospitais aumentaram com a ajuda de religiosos. D’Haucourt narra que “a caridade ativa dos ricos, senhores ou burgueses – ou da gente simples animada por um pregador devoto –, fazia-os fundarem hospitais-asilos”. (D’HAUCOURT, 1984, p.115). Uma das fundações é o Hotel-Dieu de Beaune,<sup>135</sup> no qual nos permite constatar à beleza e a feição que era colocada a serviço dos doentes.

O Brasil como colônia de Portugal foi impedido de oferecer cursos de ensino superior por um longo período diferentemente das colônias espanholas na América. Porém, a situação começa a mudar com a transferência da Corte Portuguesa para o País em 1808, quando da fuga diante da invasão de Portugal pelas forças napoleônicas, o que acarretou uma série de transformações na sua estrutura política, administrativa e econômica:

Entre as medidas imediatas para o desenvolvimento do Brasil, que se tornou Reino Unido de Portugal e Algarves, D. João VI cria a faculdade de Medicina da Bahia em fevereiro de 1808, durante sua rápida passagem pela a região, e em novembro do mesmo ano funda a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, logo após a sua chegada. A Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, como vieram a se chamar, funcionou nas dependências do Real Hospital Militar no Morro do Castelo até 1813, empenhando-se na formação de cirurgiões civis e militares.<sup>136</sup>

Proveniente dessas instalações das faculdades de Medicina, foi possível a então formação de médicos no Brasil. Georgina da Silva Gadelha afirma que “até a

135 Informações captadas do site <<http://www.imaginologia.com.br/dow/Primeira-Faculdade-de-Medicina-do-Brasil.pdf>>. Acesso dia 14 de maio de 2019.

136 Nascido na Vila São João da Barra (ES), fixou-se no Crato depois de adulto, sendo um dos redatores hebdomadário, O Araripe.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

segunda metade do século XIX, a medicina no Ceará se apresentava de forma incipiente e limitada. As várias práticas de cura se mesclavam formando um grande amálgama chamado medicina curativa”. (GADELHA, 2009, p. 1). O relato nos permite imaginar a escassez, ou até mesmo a inexistência, da estrutura de saúde, bem como o corpo médico no Cariri, em específico no Crato. Para o médico cariense José Flavio Vieira:

Os poucos médicos que pelo Cariri se fixaram, fizeram-no por pouco tempo, sendo a itinerância uma das maiores características da atividade daquele século. A regra do restante do país se mantinha: apenas os abastados tinham acesso aos físicos e cirurgiões. Como eram poucos os do topo da pirâmide econômica, não havendo qualquer ação do estado, em geral, no que se refere à Saúde Pública, a impossibilidade de manutenção financeira dos médicos explicava seu nomadismo. O grosso da população dependia, assim, do boticário, do padre, dos sangradores, dos meizeiros, das parteiras, na recuperação dos seus mais simples agravos. Apenas em épocas de epidemias eram designados médicos, em geral, militares, para ajudar no combate das pestes e no amparo da população pobre e desassistida. (VIEIRA, 2018, p. 60).

Esta situação narrada por Vieira foi a que se apresentou no ano de 1862, quando, por ocasião do *Cholera Morbus*, no interior do Ceará. Foi enviado para a província, especificamente para as comarcas de Crato e Jardim, o médico e militar Antônio Manoel de Medeiros. Será o seu relatório de atividades a fonte aqui utilizada para a aproximação de partes dos eventos. Seu relato descreve que partira da capital do Ceará, Fortaleza, no dia 14 de março, chegando no dia 8 de abril na região, seguindo em uma viagem que durou dias, por vezes a pé, por ora a cavalo, devido a um clima de muitas chuvas e a falta de cavalos velozes em certos trechos da viagem. No final de sua jornada, Medeiros escreve um relatório médico para o então Presidente da província do Ceará, Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, no qual faz uma exposição circunstanciada de todas as ocorrências, observadas por ele.

Embora tenha sido enviado na missão de atender às comarcas de Crato e Jardim, que se encontravam ameaçadas pela doença, a população como a jardinense não usufruiu de assistência médica à época, o médico era requisitado nas outras províncias vizinhas, faltando-lhe tempo para atender todas as necessidades devido a epidemia.

Em seu relatório, Medeiros cita a criação do primeiro nosocômio no Crato:





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Suppondo-se que alguma coisa adiantasse, incumbio-se ao Sr. João Brígido<sup>137</sup> montar um pequeno hospital, o qual começou a receber doentes no dia 19, e feichou-se no dia 27 de junho. A pobreza sentia a maior repugnancia em deixar as suas choças, embora sua falta de recursos, e a impossibilidade de se lhe prestar outros socorros, quando não bastavão já, os que voluntariamente fazião de enfermeiros. Muitos preferião morrer quasi nus, tendo por cama o chão humido de suas cabanas. Profundamente tristes e contrariados, os enfermos, que melhores não era possivel obter por preço algum; levou - me a pedir que se feichasse esse hospital, ficando elle no entretanto montado, como estava para que houvesse onde recolher alguém, que por ventura cahisse nas ruas, e não tivesse uma casa para se abrigar<sup>138</sup>.

Ainda em seu relatório, Medeiros relata alguns tratamentos usados no combate à doença:

Releva dizer á V. Exe. que com as infusões de mentrasto, pão ferro, mangirioba, quina e hortelã, que formulei, obtive os resultados mais brilhantes, e que, por exemplo, no sitio Monte- alegre, onde o Sr. Belmiro Pereira maia o applicava como remedio exclusivo, raro foi o doente, que succumbio<sup>139</sup>.

Sua narração nos possibilita perceber como as práticas populares de cura, em alguns casos, no século XIX foram apropriadas pela medicina científica, chegando até mesmo ao momento de entrecruzar-se com o popular em que geralmente, eram apresentadas em oposição ao saber médico ou consideradas como simples crenças, ou superstições, de uma medicina incipiente, não científica, demonstrando uma oposição entre saberes e práticas. Segundo Darlan Reis, “dezessete anos depois, o mesmo médico trabalharia no combate à epidemia de varíola, inclusive sendo atingido pela doença e vindo a falecer por este motivo”. (REIS, 2014, p. 269).

O jornal *O Araripe*, periódico que circulou entre 1855-1865, editado pelos membros do Partido Liberal de Crato, foi um importante meio de comunicação na segunda metade do século XIX, principal veículo de produção das ideias liberais na época. Segundo Dantas, “*O Araripe* era escrito por médicos, professores, jornalistas, advogados, donos de engenho, padres, comerciantes e grandes proprietários envolvidos com a

---

137 PROVÍNCIA DO CEARÁ. Relatório do médico Antonio Manoel de Medeiros enviado ao Presidente da Província do Ceará, José Bento da Cunha Figueiredo Junior, em 13 de dezembro de 1862. Livro \*ijj9 182, Arquivo Nacional.

138 Ibid.

139 Jornal *O Araripe*, n.º. 18, 03 nov. 1855, p. 3 Grifo nosso.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

produção agrícola e com a criação de gado” (DANTAS, 2018, p.15). Foi o primeiro jornal impresso da região do Cariri e da cidade do Crato, cujo serviço também se vinculou a noticiar algumas informações acerca do *Cholera Morbus*, assim como possíveis tratamentos da doença, como mostra no trecho abaixo:

#### REMÉDIO DESCOBERTO NO PARÁ

Logo que alguém for atacado grave ou ligamente torne um cálix de aguardente canna,e repita de hora em hora, até três ou mais veses; si tiver poxori será bom uzar na aguardente: entre tanto uzurà tambem de algumas colheradas do chá de tilia com olhos de laranja da terra;se o ataque for fulminante, como muitas vesses aconte/ce, deverá alem dos remédios internos, fazer fricções repetidas con eter sulfurico por meio de uma escova sobre o estomago, coração, ou mesmo simplesmente com a escova <sup>140</sup>.

O jornal, não apenas registrou e noticiou a epidemia, conjuntamente sofreu efeitos do “monstro cruel”, adjetivo utilizado para se referir àquela doença, deixando de circular alguns meses devido ao fato dos profissionais que trabalhavam naquele periódico também sofrerem sob os efeitos do *cholera*, o que anos mais tarde, inviabilizou a sua circulação. A primeira edição, após o retorno das publicações do noticiário, foi marcada por um clima de pesar e tristeza. Devido ao estado crítico de contaminação no País, o *cholera* ocasionou um aumento vertiginoso no número de óbitos e até mesmo os ritos fúnebres realizados pela Igreja Católica foram alterados em virtude das manifestações da doença.

Diante das questões levantadas, cabe, por fim, salientar que, em relação às fontes, ainda será realizada uma leitura bem detalhada, assim como uma fundamentação teórica mais aprofundada, bem como será feito um apanhado geral das estruturas de saúde e os tratamentos do *cholera* no momento da epidemia entre os anos 1862-1864 no Crato, não só na comarca mas os conhecidos pela medicina de então.

Acrescente-se ainda que a pesquisa buscará a identificação dos diferentes grupos sociais que viveram a experiência da doença e suas práticas do ponto de vista do cuidado do corpo e da busca de cura, além de perceber as diferenças e/ou semelhanças das práticas de tratamento adotadas pelas camadas populares e pela elite, como um confronto de perspectivas, ou então de saberes em relação ao corpo e ao cuidado de si.

<sup>140</sup> Historiador e professor do curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), líder do GEPHEAS (Grupo de Estudos e Pesquisas, História, Educação, Arquivologia e Sociedade).





## REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Juciêdo Ferreira. **Quando o “anjo do extermínio” se aproxima de nós: representações sobre o cólera no semanário cratense O Araripe (1855-1864)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, João Pessoa, 2010.

BELTRAO, Jane Felipe. **A arte de curar dos profissionais de saúde popular em tempo de cólera: Grão-Pará do século XIX**. História, Ciências, Saúde - Manguinhos. Vol. 6. [set/2000]; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v6s0/v6s0a04.pdf>>. Acesso dia 20 outubro de 2018.

BURKE, Peter. **A Escrita da história: novas perspectivas / Peter Burke** (org.); tradução de Magda Lopes. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. - (Biblioteca básica).

DANTAS, Denise de Meneses. **Política, Natureza e Imprensa: a narrativa dos liberais cratenses no jornal O Araripe (1855-1864)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2018.

D’HAUCOURT, Geneviève. **A vida na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. 6ª. ed. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GADELHA, Georgina da Silva. **A Formação de um Corpo Médico Cearense durante a Segunda Metade do século XIX**. Anais do XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza: ANPUH, 2009. 2000. Disponível em: <[https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772192\\_b4ae6a20354554c01e9792c78f4a18c5.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772192_b4ae6a20354554c01e9792c78f4a18c5.pdf)>. Acesso dia 15 outubro de 2018.

KARNAL, Leandro & TATSCH, Flávia Gali. Documento e História: a memória evanescente. In: PINSKY, Carla B. et al. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, p.9-27.2009.

REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. **Senhores e trabalhadores no Cariri cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX**. Tese de Doutorado.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2014.

SCLIAR, Moacyr. **História do conceito de saúde**. *Physis[online]*. 2007, vol.17, n.1. pp. 29-49. ISSN 0103-7331. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a03> >. Acesso dia 08 setembro de 2018.

LE GOFF, Jacques. (org.). **As doenças têm história**. Lisboa: Terramar, 1991.

VIANA, José Italo Bezerra. **O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato: memória, escrita da história e representações da cidade**. Fortaleza: UFC, Dissertação de Mestrado, 2011.

VIEIRA, J. Flávio. Expressão **Dormindo à borda do abismo: a medicina no Cariri Cearense 1800-1900/ J. Flávio Vieira**. Fortaleza: Gráfica e Editora, 2018.

#### **Jornais**

Jornal *O Araripe*, Crato-CE. Edições de 1862 a 1864. Setor banco de imagens- CEDOC da universidade Regional do Cariri.

Jornal *O Cearense*, fortaleza- CE. Edições de 1862 a 1864. Hemeroteca Pública Nacional.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## GRUPO DE TRABALHO 08: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: TRILHAS INVESTIGATIVAS, INDÍCIOS DE PESQUISA, FONTES E ARQUIVOS

COORDENADORES: RAMSÉS NUNES E SILVA (UEPB) E JOSEMAR HENRIQUE  
(UEPB)





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

COMUNICAÇÃO ORAL

## O ACERVO HISTÓRICO-ESCOLAR DO COLÉGIO ESTADUAL JOÃO GOULART (JOÃO PESSOA-PB)

Ramsés Nunes e Silva <sup>141</sup>

Universidade Estadual da Paraíba

[ramsesnunes@gmail.com](mailto:ramsesnunes@gmail.com)

A esfera dos significados tomados pelas relações que se apresentam na escola contemporânea, em sua respectiva esfera cultural e social, apresentam inúmeras possibilidades de pesquisa. Entre elas, as que tornam viável prescutar a história documental naqueles espaços educacionais, que também são *de arquivamento*. Universo muito pouco observado, quando comparamos à grande área da história da educação. Menos ainda os nichos de pesquisa que dizem respeito a *Arquivologia*.

Âmbito de reflexão e análise, na qual se insere esta última *área do conhecimento*. Notadamente enquanto campo de reflexão, diretamente vinculado à investigação fundada nos significados postos na organização, sistematização, análise e disponibilização da informação. Parte dela, estruturada nos espaços destinados a manutenção de uma complexa tipologia de suportes documentais. A escola, e seu complexo protagonismo discente e docente, inclusos

Ali, nos arquivos, devemos lembrar se alojam documentos que manifestam um complexo corpo de sentidos, a se apresentarem para os mais diversos interesses e usuários. Todos, constitutivos de uma gama importante de informações que se transformam à luz de narrativas e ao gosto de significados, tecidos pelos documentos arquivados. Assim como nos alerta Belloto (1990).

Massa documental essa, passível de trato diversificado quanto à respectiva instrumentalização, por um profissional capacitado em espaço destinado para tal atividade.

---

<sup>141</sup> No respectivo colégio estamos a desenvolver um projeto de PIBIC, que consiste no mapeamento documental do respectivo colégio. Participam da investigação as alunas: Rayhanne Maria de Araújo Jatobá, Teresa Rachel Grangeiro Araújo. Ambas, graduandas do curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Neste caso, o arquivo público ou privado, centrado nos paradigmas atualizados, que se lançam sob o ofício do arquivista. Especialmente sendo aquela área das ciências sociais aplicadas, uma esfera que evolui sensivelmente.

Se levarmos em consideração aquela complexidade, principalmente dos nichos de investigação constitutivos das relações sócio-culturais na contemporaneidade, e no qual também está inserido o campo de atuação da Arquivologia, não deixa de ser importante identificar as áreas em que se dão certos processos de estruturação dos arquivos. Segundo Belloto, (2007), Heredia Herrera, (1993), Rosseau e Couture (1999).

Muitas são as situações que definem uma série de sentidos específicos encaminhados para dadas massas documentais e sua instrumentalização, assim como nos alerta Zazo (2012). Parte delas, é importante frisar, encaminhadas sem critérios que possam regular uma dimensão história e social. Aspecto investigativo coerente com o que se espera de um espaço arquivístico moderno, dinâmico e minimamente preparado para atender às demandas de gestão, encetadas socialmente nos espaços de trabalho arquivístico.

No âmbito de espaços escolares, por exemplo, exercício salutar no processo de reordenamento da informação estudantil, reforçando dispositivos identitários de docentes e discentes em cada tempo. Demandas que se bifurcam na contramão do que Bauman (1999), chama de *sociedade líquida*, preocupada, diga-se, com o hoje e não com o passado, com o indivíduo, e não com a coletividade.

Este último aspecto, um dos vetores de muitos dos instrumentais ordenados pela vida diária com fontes nos arquivos. Inclusive na esfera escolar. Os mesmos arquivos que potencializam, a partir de seus acervos, tanto o trabalho do historiador aferrado ao conceito de documento/monumento, como observa Le Goff (1999); do sociólogo que tenha por interesse o conceito de *nova sociedade em rede e da informação*, a partir de Manuel Castels (2002); e o arquivista centrado no diagnóstico, análise, triagem e solidificação do espaço do acervo, bem como arquivamento a partir de preceitos forenses e multidisciplinares (Belloto, 2002).

Afinal, existe uma projeção discursiva que se faz presente e apresenta um *novo olhar normativo* e de manipulação/arquivamento documental. Particularmente centrado em usos





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

que se tornem imprescindíveis para uma gestão documental, disposta por profissionais que dominem postulados/técnicas imersas na área arquivística. Aspecto que implica novas atribuições técnicas e instrumentais nos espaços arquivísticos e documentais, no qual atua o profissional de arquivo em situações pontuais. Estas últimas, determinadas para o ofício sob certas condições, no qual se inserem complexas condições de trabalho, organização e uso de fontes documentais, junto a espaços arquivísticos. Especialmente aqueles merecedores de maior aprofundamento na investigação e intervenção de base arquivística. Escolas, por exemplo, estão nesta área de inquirição.

Escolas, diga-se, que possuem todo um cabedal de fontes que podem elucidar uma época, e que nos ajudam a refletir sobre a educação universo com fundo documental próprio. Fundo documental a ser explorado de forma a elaborarmos um ambiente factível na circulação de informação.

O arquivo da **Escola Estadual João Goulart**, localizado em João Pessoa <sup>142</sup>, por exemplo, vem a ser nossa base investigativa. Escola que é relevante junto a comunidade escolar da capital do estado da Paraíba, particularmente por ser um espaço educacional em contínuo funcionamento, desde os anos 1970 <sup>143</sup>, e por ter uma massa documental ainda não organizada, dentro dos padrões e condições materiais, suscetíveis ao desenvolvimento da pesquisa.

A escola estadual João Goulart dentro da instância departamental da primeira região de ensino, não possui uma estrutura de guarda documental de seu acervo, de imenso valor em termos de história contemporânea recente. Especialmente dos anos correspondentes a **ditadura civil-militar**, e mesmo do fluxo atual de documentação. Haja vista que mantem-se recebendo documentação escolar desde sua fundação em 1974.

Levando em consideração os silenciamentos de estudos concernentes a arquivologia, a partir de escolas que vivenciaram a ditadura civil-militar (1964-1985), ainda é perceptível que a historiografia/literatura temática ainda é limitada no resto do país,

<sup>142</sup> Como escola polivalente obedecia a Lei n. 5692, de 11 de agosto de 1971. Nesse período, já funcionava como escola atendendo a comunidade escolar do Bairro do Castelo Branco, na capital do estado da Paraíba.

<sup>143</sup> Documentos que possuem formatos e linguagem diferentes dos convencionais. (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 2015).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

segundo Bonato (2005), Vidal (2005), e Furtado (2011). Localmente os estudos se encontram restritos e, quando muito, citados como necessários.

Aspecto que impele nossa pesquisa, tendo por base a documentação de *foro escolar*, a se desdobrar numa possibilidade efetiva de estudo: aquele da trajetória escolar paraibana tendo por base qualificar seus arquivos histórico-escolares. Uma trajetória que, por meio dos dispositivos instrumentais da arquivologia e do trabalho de diagnóstico, organização e reflexão acerca das fontes identificadas e suas tipologias, possa dar significado *histórico-arquivístico* ao universo escolar local.

Condições que tornam possível o *descortinar* tanto de uma escola *esquecida na memória*, quanto aquela às voltas com a necessidade de se apresentar contemporânea, *inteirada* com a circulação forense da informação, *via arquivo e arquivista*. Embora esteja relegada ao *esquecimento*, posto que muitas vezes em dada documentação escolar arquivada, não se lançou qualquer profissional a fazer um trabalho de fundamentação e estruturação documental-susceptível de função prática e teórica. Inclusive aquelas de conseqüências duradouras, junto às instituições que lidam com o passado escolar.

A construção de um corpo de fontes suficientes para serem observadas e analisadas a partir de uma necessidade de reestruturação de nossa área de interesse, neste caso os *arquivos escolares* e seus meandros, requer entender que uma parte da viabilidade dos acervos documentais escolares públicos no Brasil. Escopo reflexivo que, atualmente, passa por uma problematização complexa. Seja pela ideia de *acervo*, seja pela de *fonte*, à luz do que nos alerta Le Goff (1999) ou Jardim (1990).

Se levarmos em consideração, que toda uma discussão já é minimamente cristalizada no sentido de pensar as fontes, os documentos e o próprio arquivo a partir de disposições teóricas dilatadas, em que se admite um rompimento com a lógica positivista, por tanto *tecida em migalhas*, de características múltiplas, no olhar de Dosse (1996), partimos para a possibilidade de agregar nosso olhar às subjetividades e normatividades dos espaços arquivísticos.

Tanto a partir de princípios legitimadores e legais, bem como para as ordens discursivas no *transcurso das fontes*. Também no âmbito das tessituras informacionais no





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

passado e no presente. Certamente, é importante lembrar, não temos mais um conceito de acervo simplificado desde os *Annales Franceses*, como nos aponta Burke (1999).

Nossa disposição em termos metodológicos, levando em consideração certo olhar para o espaço de estudo, mas também para a complexidade cultural e social de quem tem vínculos com o lugar estudado, imantados ao *pertencimento*, como no aponta Certeau (1999), de quem lida com a massa documental, se ajusta a três movimentos: 1) aquele que seria do universo diário, no qual estamos inseridos como pesquisadores, e onde estão as ferramentas de instrumentalização documental; 2) outro na prospeção da atual situação física dos espaços; e os usos e práticas de manipulação documental, estrutural, ambiental e administrativos no arquivo de uma escola pública; e finalmente 3) num terceiro movimento, o levantamento de possibilidades de execução de trabalho forense com fontes educacionais a serem organizadas e que podem certamente produzir informações pertinentes para pesquisas de cunho histórico. Sejam elas pessoais ou sócio-culturais nas quais estão inseridas tramites que estão além das prerrogativas burocráticas, mas que reconfiguram a face do universo de manifestações escolares. Certamente, manifestações culturais e sociais além da informação imediata produzida pelo acesso à fonte de informação nos arquivos.

A análise que estamos realizando leva em consideração desde a disposição documental do arquivo, e seu respectivo diagnóstico, até a forma como tem sido lidos ou instrumentalizados documentos pelos profissionais das mais diversas áreas, objetivando construir ferramentas que possibilitem desnudar lacunas e searas de pesquisa. Particularmente as que se apresentam a partir da escola e de seus símbolos, signos, personagens e tramas em tempos distintos. Tanto os de um passado mais remoto, quanto os de uma história do *tempo presente*. Outrossim, o mapeamento e normatização do Arquivo da **Escola Estadual João Goulart**, está a reconduzir práticas de instrumentalização no curso do reordenamento estrutural do acervo daquela instituição e, ao longo da pesquisa, tem potencializado a análise e a construção de um quadro reflexivo da trajetória normativa das escolas, suas prioridades, suas regimentos, suas práticas instrucionais, sua clientela e suas trajetórias históricas.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

De qualquer forma, o diálogo reflexivo, que nos propomos a realizar, no tocante aos acervos escolares, do tipo de nos fala Vidal (2005), Medeiros (2003) e Mogarro (2005) e Bonatto (2005), no próprio transcurso da pesquisa, será propício para a reordenação de um outro entendimento, sob o montante da massa documental, manipulada diariamente em espaço destinado ao uso sistematizado de informações, oriundas do universo escolar. Este do qual é oriunda importante massa documental. Condição metodológica a se manifestar quando inquirirmos espaços de arquivamento numa escola, de cunho ou tipologia centrados naquele universo.

Dai, inclusive o estudo dedicado os dispositivos e ferramentas em uso. Entendimento inclusive que se processa conseqüentemente na realização da organização, adequação e novo esforço para incutir a necessidade de análise da representação sócio-histórica. A mesma que se faz urgente naqueles *meios e instituições*, manifestada nos meandros dos espaços destinados ao arquivamento de documentação escolar. Principalmente, como imaginamos ser necessária, a realização de uma recondução na sistematização documental. Assim como na sua disponibilização, acondicionamento, e disposição tipológica.

A massa documental que se encontra atualmente no arquivo da Escola Estadual João Goulart, instituição que estamos a investigar, e que tem sede em João Pessoa, capital do estado da Paraíba, necessita ser observada como espaço arquivístico *em aberto*. Espaço em que o processo de organização do acervo se manifesta parcamente estruturado, sem levar em consideração parte considerável do que se constitui como sendo *a nova seara de investigação em arquivologia*, no qual estão especificidades, segundo Bonatto (2005). Destarte, como parte da reflexão a ser feita, uma parte da equipe de funcionários dos respectivo arquivo, segundo pesquisa inicial, é de natureza leiga. Parte considerável, oriunda das mais diversas áreas administrativas, designados para o arquivo por circunstâncias outras, que não o critério técnico.

Aspecto que não impede o desenvolvimento de tarefas técnicas nos espaço arquivístico citado, mas incorre em certa interface lacunar no ajustamento normativo, em ambiente de arquivo, segundo normas atualizadas de: a) usabilidade; e b) preparo para o trabalho sob outros preceitos paradigmáticos. A investigação realizada até o momento definiu quatro indícios:





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

- 1) O Arquivo da Escola Estadual João Goulart encontra-se atualmente em situação precária, com massa documental desordenada e desestruturada, bem como necessita não somente da gestão documental, mas também de restauro e higienização dd seus documentos.
- 2) Outro fato determinante para situação atual do acervo foi o descaso da gestão da escola em períodos anteriores ao ano de 2018, perante o Arquivo e também a falta de equipe especializada, que tratasse adequadamente do acervo.
- 3) O local de guarda do acervo encontra-se em dois depósitos situados na escola onde constam documentos datados que iniciam em 1975, até os dias atuais, bem como objetos tridimensionais e arquivos especiais especializados <sup>144</sup>, fotografias, entre outros gêneros documentais.
- 4) Em observação inicial existe uma massa documental reduzida para uma escola considerada antiga e que possui relevância para o bairro do Castelo Branco onde está localizado <sup>145</sup>.

Sendo assim, inicialmente tendo por base o que Karnal (2011) chama de *memória evanescente*, percebendo-a no universo escolar, do qual nos fala Carvalho (1998), foi feito um levantamento do local dos *depósitos* em que os documentos se encontram. Espaços onde ainda tentamos responder a alguns questionamentos: qual a situação estrutural atual? Existiriam materiais/suportes suficientes que comportassem toda documentação? O local estaria adequado para tratar de documentações mais delicadas? Alguns indicativos patrimoniais se apresentam problemáticos.

---

<sup>144</sup> Após mudança na administração da escola, foi acordado com o atual diretor, professor Felipe Baunilha, uma parceria entre o Grupo de Estudos e Pesquisas, História, Educação, Arquivologia e Sociedade (GEPHEAS).

<sup>145</sup> Os cinco que receberam os títulos foram: Flávio Clementino da Silva Freire (Barão de Mamanguape – em 1860), José Teixeira de Vasconcelos (Barão de Maraú – 1860), Estevam José da Rocha (Barão de Araruna – em 1871), Silvino Elvídio Carneiro da Cunha (Barão de Abiahy – em 1888) e Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Cavalcanti – em 1888). Todos, pertencentes ao Partido Conservador e, cujos títulos, foram concedidos nos anos em que a Assembleia Legislativa Geral era composta, em sua maioria, por conservadores. (SEGAL, 2014; CARVALHO, 2010)





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Na Figura I, ao lado, é possível identificar a situação precária do acervo. Conforme é mostrado na primeira imagem, o *depósito I*, necessita ser higienizado, pois além da poeira decorrente dos anos, no arquivo consta também infestação de insetos e problemas de infiltração e elétricos. A falta de iluminação também é um fator preocupante, pois a escola passa por reformas e por este fato a parte elétrica do depósito está desligada, sendo necessário o uso de equipamento de luz como lanternas, o que dificulta não somente o diagnóstico do acervo, mas também a identificação de tipologia documental.



Figura 5– Entrada do Depósito I,  
Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Na Figura II seguinte podemos identificar que o Depósito II passa por dificuldades de organização e de acúmulo de massa documental, e também por problemas de higienização e prospecção parasitária necessitando ser higienizado com urgência. Assim como no primeiro, possui problemas de armazenamento, pois o local não comporta toda a documentação que guarda, e também problemas na rede elétrica no local. A lâmpada fluorescente não funciona, bem como a rede elétrica não é adequada, possuindo perigo de incêndio. Não foi identificado, a priori, problemas de infiltração.

No entanto, como a sala não está devidamente limpa os documentos passam por sérios riscos. O teto que é feito de gesso emana poeira que prejudica instantaneamente os documentos.

É importante salientar que a escola passa por uma reforma e conta com poucos recursos voltados para organização dos arquivos, bem como escassez de equipamentos de proteção individual (EPIs), o que dificulta a



Figura 2– Entrada do Depósito II,  
Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

realização do nosso trabalho. A vista deste fato, criamos duas tabelas sobre este levantamento, tendo como objetivo de identificar com mais rapidez os problemas e o aproveitamento de alguns materiais que estavam em bom estado e que poderiam auxiliar no nosso trabalho, necessitando apenas limpeza.

#### **Conclusões**

Depois deste contato, conseguimos analisar o acervo João Goulart topologicamente. Resultando daí a avaliação estrutural da instituição, donde realizamos um levantamento das tipologias encontradas em ambos os depósitos, visto que estes estão divididos apenas porque a escola não possui ainda espaço propício que comporte toda sua documentação.

Conforme mencionado anteriormente, a escola carece de recursos que auxiliem na busca e identificação de seus registros, haja vista a situação dos seus espaços de arquivamento não contribuírem para essas atividades. Sendo assim, o levantamento das tipologias encontradas e mesmo a possibilidade de que num segundo momento de nossas investigações, possamos aprofundar a mensuração, análise, classificação, gestão, higienização e preservação do acervo da Escola João Goulart mostra-se tarefa executável, a longo prazo. Também repercute como um significativo esforço por alargar o cabedal de discussões nas quais os arquivos escolares e suas disposições são objeto de aprofundamento. Seja pela intrincada massa documental que os colégios públicos não conseguem gerir, notadamente nas perceptíveis falhas administrativas das secretarias de educação, seja pela falta de maiores estudos sobre o fenómeno.

Um fenómeno que, vale salientar, se apresenta como verdadeiro “esquecimento”, nos quais acervos se desestruturam junto aos chamados “arquivos mortos das escolas”. Muitos, relegados a condição de *menor importância* na estrutura burocrático/administrativa dos poderes públicos. Incapazes de serem percebidos em sua relevância; enquanto acervos de impacto perante a comunidade estudantil; no âmbito de suas singularidades; no desenrolar das sociabilidades e usabilidades e, finalmente, como janelas para a história recente do Brasil. Mesmo que as sensibilidades dos gestores escolares apresentem





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

aberturas para parcerias, como as que andamos a realizar, ainda há um longo percurso a percorrer.

Entre as demandas de trabalho num arquivo escolar, já se tornam evidentes as que sedimentam uma pista investigativa de que é arquivologia, ao mesmo tempo, instrumento e fator de ordenamento de acervos e documentos, de fulcral significado para as investigações que tornam a escola *locus e universo* arquivístico.

#### **Bibliografia**

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1999.

BELLOTO, Heloísa Liberali. **Arquivística: objeto, princípios e rumos**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

BONATO, N. M. C. Os arquivos escolares como fonte a história da educação, In: **Revista Brasileira de História da Educação**, 10, 07-12, 2005.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CARVALHO, M. M. C. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: SOUSA, C. P. **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998.

CERTEAU, Michel de, **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

DOSSE, Francois. **A história em migalhas**. Dos Annales à Nova História, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

FURTADO, Alessandra Cristina. Os arquivos escolares e sua documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em história da educação. In: **Revista de Ciências da informação e documentação**. 2(2), 145-159.2011.

HEREDIA, Antonia Herrera, **Archivística General: teoria y práctica**. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Sevilla, 1993.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

JARDIM, José Maria, A Pesquisa em Arquivologia: um Cenário em Construção. Valentim, Marta Lígia Pomim. (Org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília, SP: Cultura acadêmica, 2012.

KARNAL, Leandro, Tatsch, Flavia Galli. Documento e História. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: EDUSP, 2003.

CASTELS, Manuel, **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MEDEIROS.R.H.A. Arquivos escolares-breve introdução a seu conhecimento, In: **Anais do Colóquio do museu pedagógico**, 3, Vitória da Conquista, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.2003.

MOGARRO, Maia João. **Arquivos e educação**: a construção da memória educativa. Revista Brasileira de história da educação, SBHE. (75-99), 2005.

ROUSSEAU, Jean-Yves. COUTURE, Carol, **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e práticas escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima de. VALDERIN, Vera Teresa (Org.). **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. – Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

ZAZO, José Bonal. Paradigmas de investigación em arquivística. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim. (Org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília, SP: Oficina Universitária, 2012.

**Documentos:**

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA. (2005).

DECRETO/ LEI N. 5692, de 11 de agosto de 1971.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **ORIENTANDO O PASSADO: LIMITES E POSSIBILIDADES DAS MEMÓRIAS PARA UMA HISTÓRIA DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL EM PICUÍ – PB (1980/2000)**

Emanuel Gilson Dantas

PPG - MCE/ACU

E-mail: [secdorienteadoremanuel@gmail.com](mailto:secdorienteadoremanuel@gmail.com)

Paulo de Oliveira Nascimento

PPGH/UFPE

E-mail: [paulo.nascimento@ifam.edu.br](mailto:paulo.nascimento@ifam.edu.br)

### **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Estávamos no ano de 1999 e fazíamos a 4ª série. Vivendo e estudando na zona rural, tínhamos passado todo aquele ano pensando como seria “ir estudar na rua”, o que incluía (a) ter um caderno de matérias, (b) acordar cedo para pegar o “pau de arara” e (c) ter aulas com diferentes professores, que ensinariam diversas matérias. Tudo isso parecia mágico e maravilhoso, mesmo em face do medo do desconhecido – este desconhecido era a “rua”, lugar cheio de coisas novas e de pessoas estranhas, uma espacialidade que guardava profundas diferenças com aquele espaço até então conhecido e esquadrinhado, que era o “sítio”.

Os primeiros momentos de adaptação foram bem difíceis – os colegas nem sempre conhecidos e amigáveis, os vários professores e suas matérias “complexas”, um prédio escolar diferente, novos personagens, além dos professores e das merendeiras, a “longa viagem” até a “rua” – e o “ir estudar na rua” parecia ter perdido um pouco do encanto; o sonho sempre tende a tornar-se um pouco pesadelo, quando transposto da mente para o





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

mundo físico e a nova realidade escolar parecia mais desafiadora do que havíamos imaginado.

Para além dos professores, que sempre estavam preocupados com o andamento das aulas (conteúdos, alunos mal comportados, horários), dos inspetores, que se esforçavam para “meter medo” na gente, da diretora, sempre muito ocupada, surgiu naquele ambiente escolar uma outra personagem. Alguém cuja atenção não estava voltada para nenhuma daquelas outras coisas e que tinha um “olhar especial” para nós. Não sabíamos ao certo quais eram as suas “intenções”, mas sentíamos que não éramos mais invisíveis e que alguém se importava conosco, para além de trabalhos, provas, horários, comportamento. Era uma moça chamada Rosinete, a primeira Orientadora Educacional de Picuí, que nos acompanhou durante o ano 2000, quando estudávamos no então Complexo Educacional Cônego José de Barros.

Apesar de compor as memórias de apenas um dos autores deste trabalho, o relato acima nos leva à reflexão dos marcos temporais para a escrita de uma história da Orientação Educacional em Picuí – PB, além de evidenciar a importância da Memória para tal empreendimento. Objetivamos, portanto, problematizar o papel da Memória e da História Oral para a História da Educação nesta cidade do interior da Paraíba cujas memórias educacionais são uma fonte privilegiada para recompor as tramas do passado recente da Educação municipal, uma vez que a busca por outras fontes históricas tem mostrado poucos resultados.

Trata-se de um esforço analítico para compreender a construção histórica da figura do Orientador Educacional no município, cujo marco temporal é o ano de 2008, quando foi promulgada a Lei Complementar n. 2 - que dispõe sobre a Estrutura do Estatuto do Magistério Municipal – constituindo-se um “antes” e um “depois” na história desta profissão. Ao lançarmos mão do aporte teórico e metodológico da História – em especial as possibilidades de análise e interpretação oferecidas pela Memória - acreditamos ser possível mitigar o passado e, no âmbito da História da Educação, compreender a construção histórica do Orientador Educacional em de Picuí – PB.





## **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, ENTRE A HISTÓRIA E A PEDAGOGIA**

É sabido que a História da Educação tem se tornado, a cada dia, importante elo entre a História e a Educação, congregando epistemologias tanto de uma quanto de outra destas ciências, na medida em que se busca uma historicidade dos processos educacionais. Questões relacionadas às práticas pedagógicas, aos processos de ensino e aprendizagem, às culturas escolares, bem como a composição da comunidade escolar para além do professor e do aluno têm despertado o nosso interesse (NEVES, 2009, p. 13). Atenção especial também tem sido dada à composição dos espaços escolares, bem como a sua transformação, num movimento que acompanha a percepção da Pedagogia em relação à importância que tais espaços têm nos processos educacionais. A crescente profissionalização dos trabalhadores da educação – professores/as, coordenadores/as pedagógicos/as, diretores/as, orientadores/as educacionais, etc. – também tem despertado o interesse dos estudos do campo da História da Educação (NEVES, 2009, p. 14). Das fontes históricas para tais estudos, podemos destacar fotografias, boletins e históricos escolares, diários escolares, atas de reuniões, relatórios pedagógicos, ruínas prediais, memórias e tantos outros.

### **A Memória**

A Memória é parte da condição humana. Percebida enquanto “a propriedade de conservar certas informações, propriedade que se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas” (LE GOFF apud SILVA; SILVA, 2012, p. 275) esta Memória passou de uma característica da subjetividade à importante fonte, acionada pelas ciências do homem enquanto elemento constituinte da condição humana, nos seus aspectos psicológicos, sociológicos e culturais.

Sobre o estudo da Memória, faz-se necessário atentar para o seu caráter seletivo, na medida em que compõe-se a partir das escolhas que os sujeitos (re)produtores destas





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

memórias fazem. Conforme afirma Michel Pollack, a Memória está intimamente ligada tanto ao Esquecimento e aos Silêncios, o que revela o seu caráter hierárquico, classificatório e seletivo (POLLACK, 1989, p. 3b). Estas características acabam por se manifestarem quando, por exemplo, estamos diante de alguém a quem desejamos entrevistar, em razão de um trabalho com a memória. Pausas dramáticas, momentos de reflexão, inclinação da cabeça, alteração no tom da voz, silêncios, elaborações mentais, estas e outras são algumas das situações que podemos presenciar quando fazemos determinadas perguntas, geralmente aquelas que causam desconforto ou que trazem lembranças dolorosas para os entrevistados.

Uma outra característica da Memória é o seu caráter tanto individual quanto coletivo. Se estruturando em vários pontos, a memória individual possui a característica principal de pertencer a um indivíduo, podendo ter sido vivenciada ou herdada. Discorrendo acerca dos elementos constitutivos da memória elencados por Michel Pollack, Motta diz:

Em primeiro lugar, os acontecimentos vividos pessoalmente ou, em outras palavras, aqueles que fazem parte de nós mesmos, portadores de lembranças de um passado que se quer único. Em segundo lugar, os vividos “por tabela”, ou seja, as possibilidades abertas pelo fenômeno de projeção ou de identificação tão forte com um passado, que pessoas que não o viveram se sentem coparticipantes e sujeitos desse mesmo passado. Isso significa dizer que é possível nos lembrarmos de algo que não nos atingiu diretamente, mas que, por uma razão ou outra, contaminou a nossa própria lembrança (MOTTA, 2012, p. 26).

Neste sentido, a memória individual pode ser capaz de ser inserida naquilo que Maurice Halbwachs vai chamar de memória coletiva. Para este autor, a memória coletiva diz respeito à recordação e localização das lembranças enquanto um exercício que ocorre num determinado contexto social, onde diferentes atores contribuem para a composição daquilo que tornar-se-á comum ao grupo (HALBWACHS, 2003, p. 30).

Para que este processo de inserção das memórias individuais ocorra, faz-se necessário que ocorra um processo de negociação, quando os testemunhos precisam estar em concordância com aquilo que vai se tornar a base comum do grupo em questão





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

(POLLAK, 1989, p. 3b). No grupo, as memórias individuais passam por um processo de coletivização dos acontecimentos passados, sendo que a referência a tal passado tem como objetivo tornar coeso o grupo e marcar a sua diferença em relação aos outros (POLLAK, 1989, p. 9a).

Questão importante a ser pensada quando tratamos da Memória diz respeito aos chamados “embates” pela memória. Tais embates tanto podem dizer respeito às negociações a serem realizadas no interior de um grupo específico ou em relação ao grupo e outros grupos. Para se compreender melhor esta colocação, pensemos na oposição entre uma “memória oficial” – quase sempre, uma memória nacional – e as chamadas “memórias subterrâneas”, que seriam aquelas memórias de pessoas ou grupos que não seriam hegemônicas nas sociedades (POLLAK, 1989, p. 4a); em outras palavras, os chamados “excluídos da história” (PERROT, 2000).

São, pois, estas memórias subterrâneas, que estão sendo reabilitadas, ou seja, deslocadas do periférico, do marginal, para serem postas em contraposição à “memória oficial”, servindo como objeto de contestação e arma de luta por aqueles que historicamente foram “excluídos” dos processos históricos, marginalizados e invisibilizados pela memória oficial. E, neste processo de reabilitação destas memórias subterrâneas, a História Oral tem desempenhado um papel fundamental (POLLAK, 1989, p. 4a). Mas afinal, o que é História Oral?

#### **História Oral**

Grosso modo, a História Oral consiste numa “(...) metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente” (ALBERTI, 2011, p. 155). Em outras palavras, trata-se de uma prática científica que tem como utilidade principal recuperar o vivido por quem o viveu (ALBERTI, 1996, p. 1).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Tendo percorrido um longo caminho ao longo do século XX, a História Oral figura, nos dias atuais, como uma importante metodologia para o conhecimento historiográfico. De acordo com a autora supracitada, uma pesquisa que emprega a metodologia da História Oral consiste basicamente em (1) preparar a entrevista, (2) contatar o/a entrevistado/a, (3) gravar o depoimento, (4) transcrevê-lo, (5) revisá-lo e (6) analisa-lo (ALBERTI, 2011, p. 165). Trata-se de uma das fases da operação historiográfica – nos termos de Michel De Certeau (1982) - que tem como fonte principal a Memória.

Mas quando devemos recorrer à História Oral? Para responder à esta instigante questão, Verena Alberti afirma serem duas situações específicas em que podemos lançar mão deste campo da História. A primeira delas diz respeito aos resultados a serem obtidos, o que deve levar o pesquisador a refletir se, de fato, a História Oral possui condições de responder às perguntas feitas. A segunda condição está intimamente ligada à existência, ou não, de outras fontes capazes de responder às perguntas feitas (ALBERTI, 1996, p. 1). Quando tratamos do objeto em questão, a História Oral mostrou-se fundamental, na medida em que são as Memórias dos entrevistados que têm norteado os trabalhos de pesquisa ora empreendidos, nos conduzindo para os caminhos da escrita de um dos capítulos da História da Educação em Picuí – PB.

#### **A escrita da História da Educação**

Para além da simplificação que o termo *História da Educação* pode encerrar, faz-se necessária uma dissecação destas duas palavras, na medida em que a compreensão deste campo do conhecimento requer tanto a análise das palavras quanto das coisas. Se por um lado, a palavra História vem do grego *Histor*, que remete a ideia de “sábio”, “conhecedor” (CUNHA, 2007, p. 414). Para Marc Bloch (2001), a história se ocupa de entender o homem no tempo, a partir da análise e interpretação dos documentos. Estes documentos, por seu turno, são vestígios do passado, única forma de acessarmos um outro tempo, que nos escapa e que nos chega através das pistas deixadas nas fontes históricas. Em outras palavras, “(...) o documento é a base para o julgamento histórico” (KARNAL; TATSCH, 2011, p. 9) e constitui-se não apenas um resto do passado, mas um produto do passado,





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

construído a partir de “relações de forças assimétricas, desiguais sempre, de um passado antagônico, irregular e contingente” (BLOCH apud SALIBA, p. 317). O documento é, pois, uma memória preservada pela história, uma memória que é humana, visto que tudo o que é humano é documento (BLOCK apud KARNAL; TATSCH, p. 14).

Já a palavra *Educação* vem do latim *educatio* e remete à ideia de “instrução”, “formação”, “transmissão” de um conhecimento, num processo em que um aluno e um mestre estão envolvidos, sendo que este atua como um guia para aquele (NEVES, 2009, p. 14). Dizendo de maneira simplificada, portanto, a História da Educação diz respeito ao estudo das formas como os homens e mulheres de outros tempos instruíram e foram instruídos ao longo do tempo.

Em geral, a História da Educação tem assistido a uma crescente transformação ao longo das últimas décadas, desde 1980 até os dias atuais, conforme nos informa. Todavia, a despeito deste crescimento, duas questões importantes surgem. A primeira delas diz respeito a uma certa negligência por parte dos Historiadores em relação à Educação enquanto um objeto histórico, sendo quase inexistente trabalhos historiográficos produzidos por historiadores, o que leva os pedagogos a se empreitarem por este caminho. E isto nos leva a nossa segunda questão: os pedagogos não recebem uma formação adequada para atuarem enquanto Historiadores da Educação, o que pode ser algo um tanto perigoso (NEVES, 2009, p. 20).

Neste sentido, faz-se necessário que estes pesquisadores não percam de vista (a) os marcos temporais, (b) as fontes históricas e (c) as relações entre o presente e o passado. No que tange aos marcos temporais, é necessário que se atente para “a minúcia e o pormenor” (Idem, p. 26), quando deve-se recorrer aos recortes espaço-temporais como elementos definidores dos objetos estudados. Das fontes já tratamos acima, o que nos leva às relações entre o presente e o passado. Sobre este terceiro ponto, somos remetidos aos conceitos de história-problema, fato histórico, anacronismo, entre outros, de ordem epistemológica do campo da Ciência Histórica pós-*Annales*, mas que ainda aparecem como problemas a serem sanados em determinados textos ditos historiográficos. Neste sentido, a autora acima citada nos aconselha um aprofundamento dos estudos, com vistas em nos apropriarmos daquelas ferramentas epistemológicas quando formos tratar da escrita da





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

História da Educação, para que possamos produzir análises capazes de responder satisfatoriamente a este crescente campo do saber.

#### **A Orientação Educacional**

Conforme já citamos, a História da Educação tem assistido tanto à transformação de seu *status* quanto a renovação, com novas temáticas, novos procedimentos, além dos temas tradicionais que têm sido cada vez mais revisitados. História das instituições escolares, história da educação e gênero, história dos intelectuais e dos métodos pedagógicos, cultura escolar, arquitetura, mobiliário, saberes e práticas escolares, educação infantil, disciplinas escolares e acadêmicas, são algumas das temáticas que tem surgido, neste contexto (NEVES, 2009, p. 14). Para além disto, o que poderíamos dizer acerca da relação entre a História, a Educação e o Trabalho, tomando como eixo norteador a construção das profissões na/da educação? E quanto à a profissão de Orientador Educacional, como se deu a sua construção histórica? Qual é e como se construiu o papel deste profissional na Escola?

A Orientação Educacional no Brasil esteve sempre ligada às tendências pedagógicas adotadas, num esforço de se tentar desenvolver um trabalho adequado para o momento histórico (GRISPUN, 2008, p. 11). Neste contexto, o papel do Orientador Educacional é um colaborador do processo pedagógico, num movimento que tem como objetivo principal quebrar com os paradigmas sociopolíticos e econômicos impostos pela sociedade moderna (GRISPUN, 2008, p. 13). A atuação do Orientador Educacional está baseada em um ato político comprometido com uma sociedade mais justa e por este motivo vive em uma constante mudança e seu trabalho deve ser contextualizado, levando-se em consideração a história do aluno, onde este educando perceba seu desenvolvimento. Seja compreendido a realidade e haja percepção entre o desenvolvimento individual e aprendizado (GRISPUN, 2008, p. 29). A existência no ambiente escolar deste profissional, portanto, é justificado a partir do entendimento político educacional, então a atuação do orientador estava justificada pela Constituição de 1937. Seguindo este entendimento, tal profissional deveria promover entre o alunado uma disciplina moral com base no





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

adestramento físico (LEME; SILVA, 2014, p. 23), mas o seu papel vem sendo transformado ao longo do século XX e nestes primeiros anos do século XXI, papel este que ainda não foi devidamente esquadrihado pela História da Educação.

Do ponto de vista da legislação educacional, a Lei n. 5.564/68 e o Decreto n. 72.846/73 são os primeiros diplomas legais que se voltaram para a função deste profissional, afirmando que os orientadores deveriam atuar no sentido de promoverem o desenvolvimento integral e harmonioso da personalidade do aluno, o que nos leva a perceber o viés psicológico imbuído na lei (LEME; SILVA, 2014, p. 23). Para além dos artigos das leis e decretos regulamentares, percebemos que a profissão passou por fases importantes ao longo do século XX, sendo que a fase terapêutica se destaca, uma vez que preconizava um atendimento prioritário aos alunos considerados “problema”. Temos notado que tal perspectiva vem, ao longo dos anos, sendo desconstruída e substituída por uma percepção de que o Orientador Educacional deveria atentar criticamente para os aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais que permeiam o ambiente escolar (GRISPUN, 2010, p. 28).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, em seu artigo 61, trata de forma de forma indireta do papel do Orientador Educacional, quando diz o seguinte: “Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que são (...) trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional (...) (BRASIL, 1996). Como podemos observar, a LDB preconiza a necessidade deste “profissional da educação”, colocando-o no cerne das políticas públicas para a educação e considerando uma ligação entre a escolarização (educação) e este profissional da educação (LEME; SILVA, 2014, p. 24).

Atualmente, a Orientação Educacional é entendida como uma função que tem por objetivo principal colaborar com a construção coletiva do ideal de cidadania, preconizado nos diplomas legais e nos saberes pedagógicos vigentes (LEME; SILVA, 2014, p. 32). Na nova prática do profissional, o serviço não deve ser a parte da escola, como fosse um serviço que adentrasse no ambiente escolar, aplicasse uma técnica e determinasse o futuro do aluno. Pelo contrário, deve contribuir com a formação de cidadão, que reconhece seus





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

direitos, praticando de forma coerente os conhecimentos adquiridos com a sua formação. Também o Orientador Educacional deve atuar na mediação dos conflitos, analisando o contexto social no qual cada educando está inserido, bem como as individualidades desses sujeitos (LEME; SILVA, 2014, p. 33). Além de estar embasado teoricamente e com metodologias que contribuam para uma atuação significativa, o profissional da Orientação Educacional deve pautar-se na observação e no diálogo com o orientando, buscando atuar de forma coerente na resolução dos problemas e dificuldades apresentadas pelos alunos e alunas (MARQUES, 2014, p. 85).

#### **MEMÓRIA, ORALIDADE E EDUCAÇÃO - Possibilidades de uma pesquisa**

Falar das possibilidades da pesquisa no campo da História da Educação em Picuí – PB nos leva necessariamente à história da construção da Rede Municipal de Educação, a partir das décadas de 1980 e 1990, momento em que ocorreu processo de redemocratização e a reformulação da oferta de bens e serviços públicos, a exemplo da Educação. Se a operação historiográfica se faz necessariamente a partir das fontes históricas, tratar das várias temáticas que compõem o campo da História da Educação nos levam necessariamente ao questionamento da disponibilidade – ou não – desses vestígios do passado. Tratando especificamente da construção histórica da Orientação Educacional, somos levados a privilegiar a Memória, na medida em que (a) a referida profissão passou a ser oficialmente exercida em 1999 – com a nomeação de Rozinete Alves da Costa como a primeira Orientadora Educacional – e (b) não identificamos, até o momento, outras fontes acerca do objeto em questão. Aliás, esta situação parece não ser restrita apenas à Orientação Educacional, mas também de outras temáticas importantes da História da Educação neste município.

#### **Em busca das Memórias**





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

A nossa busca pelas Memórias da Orientação Educacional em Picuí – PB se iniciaram com a identificação dos possíveis entrevistados. Para tanto, fizemos um levantamento prévio dos profissionais existentes no município e constatamos que atualmente existem quatro Orientadores Educacionais, estando três em atuação e uma em situação de afastamento de suas atividades.

A ideia inicial era realizarmos entrevistas com a primeira Orientadora Educacional oficialmente nomeada, Rozinete Alves da Costa, que iniciou seu trabalho no município em 1999. Todavia, fazia-se necessário entendermos em que condições teria ocorrido a oferta da vaga para o profissional e como teria sido o processo anterior a 1999 em relação àquelas ações que deveriam ser desempenhadas por tal sujeito. Para tanto, realizamos uma entrevista com a atual Secretária de Educação Maria da Guia Lucena, que atua no município desde a década de 1980, tendo ocupado as funções de professora, coordenadora pedagógica e supervisora escolar. Desta primeira entrevista, realizada em 04/10/2019 e com duração 48min53seg, foi possível termos uma visão ampla da Orientação Educacional, desde os primórdios até os dias atuais, em razão das Memórias da entrevistada se referirem às décadas de 1980 e 1990, passando pelos anos 2000 e chegando até os dias atuais. A nossa segunda entrevista deu-se em 05/10/2019 e foi realizada com Keiles Lucena de Macedo, que começou a sua experiência profissional de Orientadora Educacional no município em 2008, e teve uma duração de 49min57seg. Feito isto, passamos à realização da terceira entrevista, feita com a Supervisora Escolar Rosélia Maria de Araújo Lima em 11/10/2019, com duração de 10min49seg.

Para além destas entrevistas realizadas, pretendemos entrevistar os demais profissionais Orientadores Educacionais, bem como proceder ao processo de digitação, edição e interpretação das informações oferecidas pelas memórias individuais, o que deverá compor uma memória coletiva da construção histórica da Orientação Educacional em Picuí – PB.

#### **Das entrevistas, as primeiras impressões**





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Das primeiras entrevistas, podemos perceber alguns fatos que podem nos ajudar a compreender como tem se construído esta profissão, não apenas no município de Picuí – PB, mas também a nível regional e, quiçá, nacional.

Em primeiro lugar, destaca-se a formação específica para este profissional. A fala da primeira entrevistada é significativa neste sentido, na medida em que destaca o papel da formação específica em Orientação Educacional - ofertada no âmbito do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, a partir de 1999 (UEPB, 2019) – e que teria levado a entrevistada, na condição de Supervisora Escolar, a refletir e propor a oferta de vaga em concurso para a Orientação Educacional, sendo a primeira vez que tal profissional viria a compor a equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação. Nestes termos, a História da Orientação Educacional em Picuí – PB está intimamente ligada à formação dos profissionais da Educação e esta, por seu turno, liga-se à História do Curso de Pedagogia da UEPB, que havia passado por um importante processo de reformulação na década de 1990, acompanhando um movimento nacional de renovação da Pedagogia, mas esta é uma outra história, ainda não contada!

O segundo ponto a ser ponderado acerca do nosso objeto diz respeito ao conjunto de ações institucionais promovidas pela Prefeitura e Secretaria de Educação, sejam (a) a oferta de vaga em concurso, em 1999, e (b) a promulgação da já citada Lei Complementar n. 2, “que dispõe sobre a Estrutura do Estatuto do Magistério Municipal” (PMP, 2008) e trata especificamente da função do Orientador Educacional.

Para além dos fatos acima elencados, as Memórias até agora captadas nos levam à identificação dos seguintes marcos temporais para a História da Orientação Educacional em Picuí – PB. Nisto, temos o seguinte: a) da década de 1980 até o ano de 1999 - momento em que prevalece o trabalho de uma equipe multidisciplinar, formada por Coordenadores Pedagógicos e Supervisores Escolares, cujas atribuições incluíam aquelas ações que hoje classificamos como próprias do Orientador Educacional; b) de 1999 até 2008 – período que se inicia com a nomeação, via concurso público, da primeira Orientadora Educacional, e que culmina com a promulgação da já citada Lei Complementar n. 2; c) de 2008 à 2014 – período marcado pela vigência desse diploma legal e pela nomeação da segunda Orientadora Educacional e; d) de 2014 até os dias atuais





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

– período que se inicia com a nomeação de mais dois profissionais, que compõem a equipe de Orientadores Educacionais atualmente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é parte integrante do projeto de pesquisa de Mestrado ora desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação – PPG/MCE/ACU, intitulada “DA TEORIA À PRÁTICA: o percurso profissional de um Orientador Educacional em Picuí - PB”. Um dos objetivos dessa pesquisa, pois, diz respeito à escrita de uma História da Orientação Educacional, operação na qual as Memórias têm se mostrado essenciais, conforme já explicitamos ao longo desse texto.

Das etapas já realizadas, constatamos que as entrevistas têm sido determinantes para compreender a temporalidade, essencial num trabalho historiográfico, bem como ditar o ritmo de trabalho, indicar outras fontes históricas e principalmente nortear o entendimento do nosso objeto.

Ao lançarmos mão da metodologia da História Oral, para captarmos uma Memória da Orientação Educacional, foi possível vislumbrar os limites e principalmente as possibilidades desta fonte histórica para uma escrita da História da Educação em Picuí – PB. Mitigar o passado para compreender os processos históricos nos ajudam a perceber nossa condição enquanto profissionais da Educação, engajados e capazes de interferir e (re)construir a realidade dos educandos.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2011, pp. 155 - 202.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

ALBERTI, Verena. **O que documenta a fonte oral?** Possibilidades para além da construção do passado. II Seminário de História Oral/Grupo de História Oral – UFMG. Belo Horizonte, 1996. Disponível em:<[https://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/869.pdf](https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/869.pdf)>. Acesso em: 28 set. 2019.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996** - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 28 set. 2019.

GRINSPUN, Mírian P. S. Zippin. **A orientação educacional:** conflitos de paradigmas e alternativas para a escola. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GRINSPUN, Mírian P. S. Zippin. A Orientação Educacional – uma perspectiva contextualizada. In: GRINSPUN, Mírian P. S. Zippin (org.). **A prática dos orientadores educacionais**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2008, pp. 11 – 34.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. Documento e História: a memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bessanezi (org.). **O Historiador e suas fontes**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 9 – 27.

LEME, Erika Souza; SILVA, Jaqueline Luzia da. Supervisão e Orientação Educacional: entre a teoria e a prática. In: SILVA, Jaqueline Luzia da (org.). **Orientação e supervisão educacional:** reflexões sobre o fazer pedagógico. Rio de Janeiro, Wak Editora, 2014, pp. 15 – 38.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

MARQUES, Jaqueline Gervasoni. Teoria e prática da Orientação Educacional na Educação Infantil. In: In: SILVA, Jaqueline Luzia da (org.). **Orientação e supervisão educacional: reflexões sobre o fazer pedagógico**. Rio de Janeiro, Wak Editora, 2014, pp. 79 – 95.

MOTTA, Márcia. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp. 21-35.

NEVES, Fátima Maria. A história da educação no Brasil – a trajetória de um campo de ensino e de pesquisa. In: ROSSI, Ednéia Regina; RODRIGUES, Eliane; NEVES, Fátima Maria. **Fundamentos históricos da educação no Brasil**. 2 ed. Maringá: Eduem, 2009, pp. 13 – 30.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da história: mulheres, operários e prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

POLLAK, Michel. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro, 1989, pp. 3 – 13. Disponível em:<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 28 set. 2019.

Prefeitura Municipal de Picuí – PMP. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. **Lei Complementar n. 2, de 23 de maio de 2008** - dispõe sobre a Estrutura do Estatuto do Magistério Municipal. Disponível em:<<https://www.picui.pb.gov.br/portal/legislacao/leis-complementares/lei-complementar-n-02-de-23-de-maio-de-2008-atualizada-ate-21052015-5465>>. Acesso em: 28 set. 2019.

SALIBA, Elias Thomé. Pequena História do Documento: aventuras modernas e desventuras pós-modernas. In: PINSKY, Carla Bessanezi (org.). **O Historiador e suas fontes**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 309 – 328.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2012.

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. **Pedagogia**. [2019]. Disponível em:<<http://centros.uepb.edu.br/ceduc/pedagogia/>>. Acesso em: 28 set. 2019.





## **O REPOSICIONAMENTO POLÍTICO DO BARÃO DE ABIAHY NOS DEBATES EDUCACIONAIS DO FIM DO IMPÉRIO**

Suênya do Nascimento Costa  
Universidade Federal da Paraíba  
suenyacosta@outlook.com

### **Introdução**

No Brasil da segunda metade do século XIX um vasto cenário de alterações sociais, culturais, econômicas e políticas se alastravam por todo território nacional. O país adequava-se a uma demanda de “ideias novas”, nos termos de Sílvio Romero, que já haviam surgido na Europa e nos Estados Unidos e espalhavam-se agora para o restante do ocidente chegando no Brasil Império. O processo de alteração do regime foi marcado por um gradual desgaste da monarquia. Assim, em fins do Império e início da República era possível identificar dois grupos de pensamento sobre a nova forma de governo e as ideias que circulavam derivadas dessas transformações do final do oitocentos.

No primeiro grupo identificam-se os chamados republicanos históricos, nos quais ansiavam pela queda do regime monárquico e, ao instaurar o novo modelo político, esses sujeitos teriam voz e espaço no novo governo. O outro grupo, que nos interessa e nos debruçaremos nesse texto, remete aos adesistas, um grupo que permaneceu monarquista até as vésperas da proclamação republicana e que, ao aderir ao novo regime, tiveram que ajustar seu discurso e suas ideias para continuar no poder. Desta forma, vislumbraram maiores opções políticas e estratégias para participar efetivamente do novo governo que se instaurava.

Diante do novo sistema de governo inaugurado a 15 de novembro de 1889, os atores políticos do final do século XIX que se viram, então, diante do novo regime estabelecido, tiveram um reposicionamento de suas ideias em torno de elementos centrais desse período e a instrução estava na pauta dessas discussões como parte das





concorrências políticas, principalmente nas páginas dos periódicos, nos pronunciamentos parlamentares e relatórios de presidentes de província.

Assim, com o respaldo teórico metodológico da Nova História Política (REMÓND, 2003) entrelaçando com o campo da História da Educação, pretende-se nesse artigo, destacar a atuação de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha – o barão do Abiahy - pertencente do partido Conservador e uma figura influente na província da Paraíba durante a segunda metade do XIX e primeiros anos da república. Analisando, assim, a partir de uma concepção adesista e liberal do ponto de vista de suas ideias em torno da instrução pública, o discurso e o pensamento envolvendo as reformas educacionais para continuar em condições de mando e controle político.

Dentre essas características, adesista e liberal, dos debates trazidos por Carneiro da Cunha, destacam-se vários momentos como na defesa da propagação da instrução para o povo, instrução para os ingênuos após a Lei do Ventre Livre, instrução destinada aos libertos após o fim da escravidão, o ideário do Ensino Livre, criação de aulas noturnas para o público adulto trabalhador.

### **1. Barão de Abiahy: trajetória intelectual e política**

Silvino Elvídio Carneiro da Cunha nasceu em 31 de agosto de 1831. Faleceu em 8 de abril de 1892 a bordo de um vapor próximo ao litoral recifense. Foi presidente da província paraibana (1874 -1875) e das províncias do Rio Grande do Norte (1870-1871), Alagoas (1873) e Maranhão (1873). Ingressou no Partido Conservador, fundado por sua família, elegendose deputado provincial para as legislaturas de 1856-1857 e de 1862. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco. Em 1868 assumiu o cargo de diretor de Instrução Pública do Lyceu Parahybano - instituição de ensino secundário que desempenhou um papel fundamental na formação da intelectualidade na província paraibana. (FERRONATO, 2012).

Ingressou aos 17 anos na Faculdade de Direito de Olinda que formou-se em 1853 e nesse período as Faculdades de Direito devem ser pensadas como espaços de sociabilidade relevantes. Essa formação superior na área jurídica contribuiu para a elite intelectual do período, segundo José Murilo de Carvalho (2010), com a manutenção de um caráter





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

ideológico homogêneo e um treinamento profissional muito semelhante. Essa unificação serviu, portanto, para a manutenção do Império. (CARVALHO, 2010).

Atuou como advogado, também foi inspetor da alfândega das províncias paraibanas, do Amazonas e do Maranhão. Além de Delegado de Polícia e promotor público. Foi um dos quatro barões que a Paraíba possuiu. Estava inserido em um grupo restrito da elite paraibana formado por cinco homens que receberam títulos nobiliárquicos no transcorrer do Segundo Reinado (1840-1889).<sup>146</sup> Conforme (SEAGAL, 2014), no curto período entre 1888 e 1889 foram concedidos 173 títulos de Barão. Os títulos de barão eram “tradicionalmente reservados para os grandes proprietários rurais, sobretudo para aqueles que se distinguiram por seu poder e riqueza, mas não por sua projeção na vida política, isto é, por seu pertencimento à elite política.” (CARVALHO, 2010, p. 258).

Podemos, portanto, afirmar que as elites políticas regionais colaboravam com o projeto político nacional na construção do Estado, e não apenas as elites concentradas no governo central tinham esta função. Esta relação entre centro e periferia é analisada pela Mirian Dolhnikoff (2003) como sendo primordial para uma organização institucional garantindo a articulação de todo território nacional. A autora afirma que

Tanto conservadores como liberais defendiam modelos cujas diferenças não impediam a existência de pontos comuns, entre eles a defesa de que o centro deveria estar aparelhado para promover a articulação do todo e, ao mesmo tempo, deveria conviver com a autonomia das partes, de forma que integrasse ao Estado os grupos nelas dominantes. O que consideravam ser imprescindível para a viabilização do próprio Estado. (DOLHNIKOFF, 2003, p. 433).

Apesar de monarquista, o barão de Abiahy assumiu como vice-presidente o Governo do Estado, aderindo ao novo regime, a República. Com isso, diante do exposto até aqui, pode ser que auxilie o leitor a situar melhor este sujeito em questão e compreender seus posicionamentos a partir dessa descrição de biografia e trajetória. Fazer uso das filiações partidárias e dessa trajetória biográfica para analisar personagens da elite

---

<sup>146</sup> Sobre a padronização dos pesos e medidas, coube a Carneiro da Cunha durante sua presidência na província paraibana implementar a padronização e disso surgiu o Movimento de Quebra Quilos que lutava contra a implementação do decreto imperial. Foi durante o governo de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha na presidência da Província da Parahyba do Norte (1874 - 1876) que a revolta dos quebra-quilos deflagrou. Sobre a forma como o presidente atuou e como os periódicos relataram estes acontecimentos ver dissertação de mestrado de Costa (2017).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

política imperial e compreender os posicionamentos desses sujeitos a partir dos partidos políticos pelos quais defendiam, ajuda a elucidar questões em relação às posturas adesistas e à temas centrais da formação do Estado como a instrução e o progresso. Temas estes encontrados na atuação política de Carneiro da Cunha e que será melhor abordado nesse texto.

#### **2. Ideias, embates e atuação de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha**

Na segunda metade do século XIX, sobretudo nas últimas décadas do Império, o aumento das fileiras republicanas levou os chefes partidários e líderes parlamentares à cogitarem sobre a necessidade de reformas. Constituiu-se uma conjuntura delicada para a ordem imperial como redefinições político-partidárias, a escravidão enquanto sustentáculo da ordem imperial, os efeitos ocasionados pela Guerra do Paraguai, as reformas educacionais nos moldes liberais, dentre outras questões que efervesciam naquele momento. O fato é que a hegemonia saquarema estava em declínio. Havia uma ruptura no quadro de direção que os próprios conservadores consolidaram dentro da monarquia:

O debate sobre a reforma da ordem sociopolítica colonial, assentada na escravidão e na monarquia, cindiu a elite política imperial. A ala favorável à modernização da economia e do sistema política queria mudanças lentas e graduais, no sentido da abolição da escravidão, da laicização do Estado e da democratização das instituições políticas, de modo a garantir a representação das minorias. Desse lado estavam membros moderados do Partido Conservador e a maior parte do Partido Liberal. Outros, sobretudo os conservadores “emperrados”, temiam que quaisquer reformas solapassem as instituições políticas e a hierarquia social. (ALONSO, 2014, p.89).

Estas disputas e negociações penetraram a esfera parlamentar e o próprio sistema político do Império. E as demandas reformistas das décadas de 1870 e 80 seguiam um rumo direcionado para a mudança do regime de trabalho. Tais propostas, salientando que partia de um governo conservador, ao mesmo tempo em que enfraquecia os liberais também acabou afetando os conservadores, que, evidentemente, se dividiram.

Ou seja, nesse momento, os conservadores, na resistência às práticas reformistas que assumiam certos gabinetes, abriam cisão em suas hostes. Por seu turno, os liberais também ficavam enfraquecidos, pois suas bandeiras de luta acabavam sendo esvaziadas ao serem debatidas e aprovadas em gabinete do partido rival. Como bem sintetizou Joaquim Nabuco a respeito da rivalidade e do clima que se formou entre e nos partidos com a





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

metáfora de que aos conservadores cabia o papel “de incubar no poder os ovos, que são as reformas, depositadas em seu ninho pelo Partido Liberal”. (NABUCO, 1884, p. 39).

A lei do Ventre Livre de 1871, por exemplo, de atuação reformista, ainda mais em assunto ligado às elites agrárias, sobretudo conservadora, levou à progressiva perda de legitimidade política, contribuindo ainda mais para a fissura dos partidos, iniciada na década de 1860. Para alguns, ela foi um reflexo do caráter abolicionista do reinado de Dom Pedro II. Já para outros, foi uma forma encontrada pelo Império para agradar os abolicionistas e garantir segurança aos proprietários de escravos por pelo menos uma geração. (COSTA, 2017).

Por isso, chama a atenção a relação feita por Carneiro da Cunha, então presidente da província alagoana, sobre a instrução através de aula noturnas destinadas aos ingênuos após a promulgação da Lei do Ventre Livre na província de Alagoas. Percebe-se o caráter adesista em seu pensamento educacional. Para ele,

As aulas nocturnas por toda parte têm produzido tão benéficos resultados, que dispenso-me d’encarecer-vos tão importante melhoramento. Ellas têm até sido inauguradas com entusiasmo. Com efeito, esta generosa idéa virá preencher uma grande lacuna no ensino primário, e principalmente depois da reforma do estado servil. (PROVÍNCIA DAS ALAGOAS, Relatório, 1872, p. 23).

Na fala do presidente, observa-se que a educação noturna não era tida como um direito, mas sim, como um favor, ou ato de caridade dos seus idealizadores. Haveria uma demanda de libertos sem instrução e as aulas noturnas entrariam como alternativa para essa parcela da população associada ao processo de civilização dessas pessoas. Carneiro da Cunha afirmou que os órgãos de imprensa divulgaram essas notícias a fim de propagar suas ações diante da Lei do Ventre Livre:

Tenho a satisfação de comunicar-vos (e será esta a chave do presente artigo) que a provincia de Alagôas, acompanhando o sentimento geral do paiz acerca da civilisadora lei da emancipação do estado servil, manifestou-se pelos órgãos da imprensa, por algumas de suas primeiras corporações, e diversos funcionarios públicos, de modo superior à todo elogio. (PROVÍNCIA DAS ALAGOAS, Relatório, 1872, p.7).

Uma leitura superficial da citação, poderia levar o leitor a pensar que a postura de Carneiro da Cunha era de defesa ao fim da escravidão e que estava preocupado com o que seria dos filhos dessa população e assim pensou uma proposta de instrução a partir de





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

aulas noturnas e construção de uma escola destinada à formação de primeiras letras para os ingênuos, os filhos dos escravizados beneficiados com a Lei do Ventre Livre.

Entretanto, se tomarmos essa citação como reflexo das ideias sobre a escravidão e seu fim que circulava, entre a elite conservadora ou entre as pessoas que integravam em grupos de movimento abolicionistas, o que vemos na postura de Carneiro da Cunha evidencia o paradoxo da sociedade escravista do oitocentos que esbarrava na relação entre o fim da escravidão e as razões morais, religiosas e humanitárias, como podemos perceber na citação a seguir:

A lei n. 2.040 de 28 de Setembro do anno próximo passado, satisfazendo á uma das vivas e ardentes aspirações do paiz, já em relação aos sentimentos elevados e generosos dos brasileiros, e já em relação ao espirito do século, que não tolera a perpetuidade da escravidão á par do christianismo, vein pôr em contribuição a prudencia e sabedoria do governo, a abnegação e patriotismo do paiz. A prudencia e sabedoria do governo; porque é preciso não despertar de qualquer modo da parte dos escravos outros sentimentos, que não sejam de muito amor e de muita obediência á seus senhores. A abnegação e patriotismo do paiz; porque é preciso que de qualquer modo não seja perturbada a obra muito gloriosa da regeneração social, embaraçando-se os seus benéficos effeitos. Sendo a idéa capital desta lei a emancipação do ventre, as vistas do governo e do paiz devem volver-se para a geração nascente, preparando-lhe estabelecimentos d'educação. (PROVÍNCIA DAS ALAGOAS, Relatório, 1872, p.5).

Na província da Parahyba do Norte observamos os jornais felicitando os senhores que concediam cartas de alforria aos seus escravizados. Em fevereiro de 1885, o então presidente da província, Antônio Sabino do Monte, visitou à Vila de Independência, atual cidade de Guarabira e os jornais relataram muitos senhores que, naquela ocasião da visita do presidente, concederam cartas de alforria. Entre eles é citado Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, que tinha se comprometido de também alforriar uma escrava:

O nosso ilustre correligionário abolicionista e estimável amigo Dr. Amaro Beltrão, para solenizar a visita do Exm. Sr. Dr. Monte concedeu carta de liberdade sem ônus algum, a três de seus melhores escravos, passando incontinentemente as notas do tabelião público aquele humanitário ato. O digno juiz de direito da comarca Manoel da Fonseca, inspirado nos sentimentos filantrópicos de seu belo caráter de abolicionista, libertou dez de seus escravos com isenção de condições cujas cartas tomou em notas o tabelião. O sr. Tenente coronel José Maria da Cruz Marques, libertou também nessa ocasião dois escravos sem condição alguma apenas guiado pela nobreza d'alma que possui. O sr. Capitão Manoel Laurentino Pereira de Lyra em ato contínuo, manumitiu nas mesmas condições dois escravos João e Marcolino. O exm. Sr. Comendador Silvino Elvidio Carneiro da Cunha imitando aqueles cavalheiros comprometeu-se solenemente a libertar logo que chegasse a capital sua escrava Januária (DIÁRIO DA PARAHYBA, 1885).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Pelo menos, no que tange a instrução dos filhos desses escravizados, podemos inferir que locais como os que fora pensado por Carneiro da Cunha para educação dos libertos do Ventre Livre, seriam uma das estratégias utilizadas para a instrução dessa população.

Compenetrado deste elevado pensamento, e interpretando fielmente as vistas magnanimas do Governo Imperial, tomei a resolução de reunir no dia 2 de Dezembro proximo findo neste paço o maior numero de cidadãos de todas as opiniões politicas, afim de, entre outros nobres commettimentos, despertal-os no da construção de asylos apropriados á criação e educação dos libertos da nova lei. Para isto nomeei uma comissão de cinco membros em cada comarca, encarregada de organizar a respectiva associação, que deverá conter um duplo fim: Emancipação dos escravos, criação e educação dos libertos. (PROVÍNCIA DAS ALAGOAS, Relatório, 1872, p.5).

O gabinete Rio Branco efetuou muitas outras reformas além da Lei do Ventre Livre, tais como: reforma judiciária, reforma educacional, introdução do sistema métrico que padronizou pesos e medidas<sup>147</sup>; expansão da rede ferroviária, etc. Essas duas últimas tiveram participação efetiva do Carneiro da Cunha, na década de 1870. (COSTA, 2017).

O debate em torno da liberdade de ensino, (ou ensino livre) estava na pauta do dia em todo Império. Instituída em 1879 pelo ministro Leôncio de Carvalho, essa reforma educacional definia a instrução primária como um ensino obrigatório e livre. Carneiro da Cunha expôs, anos antes do decreto, seu posicionamento contrário ao ensino livre:

Reconheço que nos primeiros dias de nossa existência política seria um erro, até um perigo, o ensino livre, quando os princípios de ordem e liberdade, o amor ao trabalho, e o incentivo pelos grandes commettimentos não se achavam ainda bem radicados no espirito público, podendo ser facilmente abalado pelas falsas e perigosas douctrinas. (PARAHYBA DO NORTE, Província da, Relatório, 1874, p.27).

Sua postura contra esta reforma pôde ser identificada também quando presidiu a província de Rio Grande do Norte, em 1870:

Dever-se-há estabelecer a liberdade do ensino? **É minha opinião, que em nosso paiz actualmente não é conveniente, ou antes é ella susceptível de perigos sociaes.** Conquanto, saiba que o coração do menino se forma primeiramente no seio da família, dos conselhos, dos exemplos, das virtudes de seus pais, força é confessar que ou pela fraqueza da infância, ou pela força do ensino, **póde modificar-se, senão degenerar.** (RIO GRANDE DO NORTE, Província do. Relatório, 1870, p. 28. Grifos nossos).

<sup>147</sup> O termo 'Silvinista' remete-se à Silvino Carneiro da Cunha, o barão de Abiahy.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

A preocupação naquele momento estava relacionada com o modo por meio do qual esse ensino livre transmitiria doutrinas para a construção de um modelo de sociedade. O Estado não apresentava as devidas condições de sustentar tal reforma, pois exigia uma prática de liberdade num país marcado pela centralização, impedindo a implementação de uma ordem liberal. Mas, anos depois, em 1874, Carneiro da Cunha mudou o discurso acerca do ensino livre passando a ser amplamente defendido:

**Hoje, porém, que todos os partidos, todas as opiniões disputam entre si a primazia no amor por estes bons princípios, hoje que todos, sem exceção de classes e condições, procuram ilustrar-se para melhor servirem à causa publica: será um grande erro não deixar largar às nossas aspirações.** Quem souber ensinar que ensine; quem quiser aprender que procure o seu melhor preceptor. **O Governo dê a instrução pública, á que é obrigado: mas aprenda cada um onde quiser, e com quem julgar mais apto. O correctivo do mau professor estará no abandono dos discípulos.** (PARAHYBA DO NORTE, Província da, Relatório, 1874, p.27. Grifos nossos).

A mudança de opinião de Carneiro da Cunha pode ser compreendida pelo fato de que o dever de ofertar o ensino e de frequentá-lo são transferidos para a sociedade, a iniciativa educacional não é mais do Estado, o que torna um discurso característico dos grupos liberais do século XIX. O ensino livre, seria, portanto, a expressão ideológica de um liberalismo formal nas elites intelectuais e políticas daquele período.

Com a chegada da abolição da escravatura, os jornais paraibanos noticiaram as celebração da população nas ruas. Em matéria intitulada “*As festas da liberdade*”, o periódico Arauto Parahybano, publicou em 20 de maio de 1888 o seguinte texto:

Grande massa popular estava em frente à typografia da “Gazeta” quando chegou a tribuna o dr. Bernardino que, com sua palavra fácil e poderosa, falou em nome da mesma folha[...] daí seguiu a passeata para o palácio d a presidencia, onde o comendador Silvino, em nome do sr. Presidente que não se fazia aparecer por guardar o leito a sua consorte, brindou ao Brazil livre e ao parlamento brasileiro. [...] (ARAUTO PARAHYBANO, 1888)

A presença de Carneiro da Cunha (que meses mais tarde, em agosto daquele ano, receberia o título de Barão de Abiahy), enquanto 1º vice-presidente da província, substituiu a presença do próprio presidente de província, torna explícita seus mecanismos de estratégias em manter sua influência e se perpetuar no poder:

[...] Para o dia seguinte (2ª feira) fora convidado por boletins o público parahybano para a festa promovida pela redação do Despertador. A copiosa chuva que cahio no correr do dia mencionado, não permitiu o sahimto da passeata realizando-se porém no dia imediato (3ª feira). O comendador Silvino,





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

em seu palacete, tratando igualmente da grande questão, disse que ella não era de nenhum dos partidos políticos, e lembrou o Visconde de rio Branco e conselheiro Dantas, Saraiva e João Alfredo, cooperadores fortes da realização da questão do elemento servil. (ARAUTO PARAHYBANO, 1888).

Considera-se, assim, que o controle político acaba refletindo, nesse sentido, nas honras que o poder imperial, reconhecendo a predomínio sobre a província, concedia e reforçava tal poderio ao mesmo tempo legitimava a própria monarquia, reforçando suas instituições, sujeitos, valores e revigorando o seu discurso.

Com a chegada de República, o então barão de Abiahy viu-se em meio a reorganização das forças políticas e partidárias e dessa forma observava um meio de emergir ao novo regime. Não é a proposta desse artigo se ater ao período da República, como fica explícito no título e nos seus objetivos. Contudo, é interessante apontar, ainda que de forma sucinta, a tentativa do barão de Abiahy permanecer no poder e continuou no centro das discussões políticas no início do novo regime.

Segundo Gomes (2017), eram conhecidas as relações particulares e partidárias entre o novo representante da república, o governador da Paraíba Venâncio Neiva, e Silvino Elvídio Carneiro da Cunha - o barão de Abiahy. Linda Lewin (1993, p. 208) afirma que Venâncio Neiva era um Conservador ‘Silvinista’<sup>148</sup>, membro da corrente daquele partido e leal ao barão de Abiahy. Ele já havia, antes de Venâncio, se aproximado da junta governista que foi instaurada na Paraíba dias após a proclamação da República de forma provisória.

De maneira estratégica, o então secretário de Estado, Eptácio Pessoa, teve um papel essencial na tentativa de legitimar Venâncio Neiva nos primeiros meses de governo. Eptácio Pessoa trabalhou no sentido de separar a imagem de Venâncio Neiva da representação monárquica que se tinha de Abiahy e empenhou-se em criar uma imagem do governo e do Venâncio Neiva como legítimos representantes dos princípios republicanos.

---

<sup>148</sup> Graduado em História pela Faculdade Integrada de Patos (FIP). Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG) onde desenvolve a pesquisa intitulada “Por Deus e pela Pátria”: por uma educação confessional e civilizadora na cidade de Patos-PB (1937-1945), sob a orientação do Prof. Dr. Ramsés Nunes e Silva.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Epitácio Pessoa sabia como o jogo político poderia configurar-se favorável à figuras como o do barão de Abiahy, por isso, através do jornal Gazeta da Parahyba, utilizou-se da importância que recaía sobre o prestígio pessoal e político de Carneiro da Cunha e desses sujeitos que, ligados a monarquia, aderiam de última hora à situação dominante. Ou seja, era preciso derrubar o prestígio do Barão, não era suficiente apenas afastá-lo do governo.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação política de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha coincidiu no mesmo período da radicalização do reformismo da segunda metade do século XIX. O panorama político liberal encontrava-se marcado pelo brado da urgência de reformas e neste contexto as ideias do sujeito aqui debruçado começaram também a se adequar. Na medida em que a própria campanha abolicionista tomava corpo, Carneiro da Cunha dilatou seu reformismo.

Ainda que sua imagem se associasse parcialmente ao seu esforço de auto definição, ao longo das últimas décadas do oitocentos de fato ele se notabilizou como aguerrido adesista. Suas propostas foram sendo buriladas em seu conjunto de ideias, conforme o intelectual e o político amadureciam.

Por isso, a escolha de um sujeito, Carneiro da Cunha, para um melhor entendimento da atuação de um líder político com características majoritariamente conservadoras ajuda a compreender como seu grupo percebia a realidade e a partir daí, de acordo com seus interesses, ao aderirem ou não determinadas ideias, lutavam por uma mudança ou conservação.

### REFERÊNCIAS

ALONSO, Ângela. Apropriação de ideias no segundo reinado. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.) **Brasil imperial**, Volume III – 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2014, p. 83 – 118.

COSTA, Suênya do Nascimento. **As ideias educacionais e políticas de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha na província da Parahyba do Norte (1874 - 1876)** – Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado Nacional. In: JANCÓSÓ, István. (Org.). **Formação do Estado e da Nação**. São Paulo, Unijuí, Fapesp, 2003.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

FERRONATO, Cristiano. **Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial:** as primeiras configurações da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte (1836-1884). 2012. Tese (Doutorado em educação) – Universidade Federal da Paraíba, PPGE, João Pessoa, PB, 2012.

GOMES, Jordan Queiroz. **O Estado da Parahyba e a representação da república:** Epitácio Pessoa e a (re)afirmação da tradição familiar à época do governo de Venâncio Neiva (1889-1891). 2017. Disponível em: [https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502851726\\_ARQUIVO\\_OESTADO\\_DAPARAHYBA-IORDANQUEIROZGOMES.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502851726_ARQUIVO_OESTADO_DAPARAHYBA-IORDANQUEIROZGOMES.pdf). Acesso em 5 de novembro de 2019.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba:** um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

NABUCO, Joaquim. **Campanha Abolicionista no Recife:** Eleições de 1884. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial. 2005.[1884].

RÉMOND, René. **Por uma história política.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SEGAL, Myraí Araújo. **Nas Teias do Poder:** As Elites Paraibanas e a Construção do Estado Nacional Brasileiro (1840-1889). Trabalho de Conclusão de Curso. (Licenciatura em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2014.

SILVA, Lucian Souza da. **Nada mais sublime que a liberdade:** O processo de abolição da escravidão na Parahyba do Norte (1870-1888). Dissertação de Mestrado, PPGH, UFPB, 2016.

#### Fontes

ALAGOAS, Província das. **Relatório Provincial.** Relatório lido perante a Assembléa Legislativa da Província das Alagoas no acto de sua instalação em 7 de fevereiro de 1872 pelo Presidente Da Mesma, O Exm. Snr. Dr. Silvino Elvídio Carneiro Da Cunha. Maceió, Typ. Commercial De A.J. Da Costa, 1872. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/40/>. Acesso em: 10/04/2016.

ARAUTO PARAHYBANO 20 de maio de 1888, edição 18, p. 5 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=808865&pesq=SILVINO&pasta=a no%20189>. Acesso em: 19 de outubro de 2019.

DIÁRIO DA PARAHYBA, 10 de Fevereiro de 1885. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=808865&pesq=SILVINO&pasta=a no%20189>. Acesso em: 19 de outubro de 2019.

PARAHYBA DO NORTE, Província da. **Relatório Provincial.** Relatório apresentado á Assembleia Legislativa da província da Parahyba do Norte em 7 de agosto de 1874 pelo





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

presidente, exm. sr.dr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1874. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/601/> Acesso em 12/09/2015.

PARAHYBA DO NORTE, Província da. **Relatório Provincial**. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa da província da Parahyba do Norte em 9 de outubro de 1875 pelo presidente, exm. sr.dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1875. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/602/000001.html>. Acesso em 12/09/2015.

RIO GRANDE DO NORTE, Província do. **Relatório Provincial**. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte pelo exm. sr.doutor Silvino Elvídio Carneiro da Cunha em 5 de outubro de 1870. Recife, Typ. do Jornal do Recife, 1870. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/854/>. Acesso em 24/04/2016.





## A PEDAGOGIA DO MASCULINO ATRAVÉS DA MORAL CRISTÃ NO GINÁSIO DIOCESANO DE PATOS (1937-1945).

Erik Alves Amarante<sup>149</sup>

(PPGH-UFCG)

[erikhistoriador@gmail.com](mailto:erikhistoriador@gmail.com)

**RESUMO:** O presente trabalho procura fazer uma análise das práticas educativas do Ginásio Diocesano, localizado na cidade de Patos (PB) entre os anos de 1930-1945. O Ginásio Diocesano, era uma instituição escolar católica, dirigida pela Diocese da Paraíba, a qual destinava-se a pedagogização de meninos, em parte, oriundo da elite agrária regional da cidade. Ao problematizar essas questões, acreditamos estar contribuindo para o entendimento das discussões que se preocupam em entender o sistema de educação desenvolvida na Paraíba e na cidade de Patos, entre os anos 30-40, bem como, contribuiremos para os debates que se dedicam em problematizar os modelos de educação diocesana desenvolvida no estado paraibano. Assim, intenta-se problematizar através de uma análise das práticas escolares desenvolvida por essa instituição de ensino e sua relação com o poder clerical. Buscando compreender através das fontes documentais práticas que se desenvolveram para disciplinar os meninos através do que acreditavam ser uma moral crista. Nesse contexto, teremos como suporte metodológico às análises e práticas apresentadas por Dominique Julia (2001), que pensa o campo escolar como produtor de cultura. Tendo em vista esses aspectos, foi possível observar o quanto o Ginásio Diocesano, financiado pelo poder estatal, pelo episcopado paraibano e pela elite patoense, fez parte de um jogo de poder e interesses, particularmente da Igreja Católica e do estado paraibano, que durante esses anos, lutou para configurar uma nova roupagem a sociedade brasileira vindoura, consolidada pela moral do catolicismo e dos sentidos patrióticos.

---

<sup>149</sup> Para sentidos práticos e, com o intuito de não cansar o leitor, buscarei usar essas abreviações para se referir ao Ginásio Diocesano de Patos.





Palavras Chaves: EDUCAÇÃO. GINÁSIO DIOCESANO DE PATOS. ENSINO CONFSSIONAL.

### **Primeiras Palavras...**

Dentre as inúmeras identidades e trabalhos que, particularmente, buscam debater os saberes das escolas diocesanas, este se baseia em pesquisar frente à problemática da identidade do Ginásio Diocesano da cidade de Patos, entre o ano de 1937, ano que demarca o surgimento do Ginásio, até 1945, tendo em vista que esse é o período final da escola enquanto diocesano e pensado apenas para o público masculino. Assim, trata-se de uma análise documental das produções textuais feita pela escola durante os anos supracitados, que serviam de orientações pedagógicas para o ensino dos “jovens moços” da cidade de Patos, por meio dos escritos cristãos.

Este artigo, é parte integrante da pesquisa que vem sendo desenvolvendo no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, juntamente com o Colégio Estadual Mosenhor Manuel Vieira, que antes, recebia o nome de Ginásio Diocesano de Patos, que fica localizado no sertão paraibano. Que toma como objetivo de investigação os saberes e práticas educativas desenvolvidas no GDP<sup>150</sup>, responsável, por implantar saberes culturais por meio da educação dos sentidos, sobre a pedagogia cristã diocesana. Ciente, de que são escritos incipientes e que precisam, como qualquer pesquisa, amadurecer, ratifico que está pesquisa está em andamentos e busca suas amarras e consistências.

Está pesquisa está vinculada teoricamente ao campo da História Cultural, que assinala uma reinvenção do passado, capaz de construir nossa contemporaneidade como afirma Sandra Pesavento (2003, p. 16). Outrossim, também temos como foco

---

<sup>150</sup> Movimento cívico criado no período do Estado Novo pelo Decreto-Lei nº 2.072, de 2 de março de 1940, que o qualificava como uma corporação formada pela juventude escolar de todo o país, com a finalidade de prestar culto à pátria.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

problematizar a cultura escolar, a partir dos escritos do Dominique Julia (2009). Da mesma forma tendo em vista que: *trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo.* (PESAVENTO, 2005, p. 15). Procuramos ainda, tracejar alguns aspectos de sensibilidades e emoções que foram produzidos por essa experiência escolar.

É fato que houve uma perceptível mudança na História, dada pelo advento das práticas e saberes da História Cultural, responsável por diversos desdobramentos visibilizando sensibilidades e sentidos conferidos ao mundo e que se manifestam em palavras, discursos, imagens, materialidades e práticas.

Então, é nessa perspectiva que a Linha III, do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Campina Grande, da qual esse trabalho é fruto, vem se desenvolvendo e discutindo a História Cultural das Práticas Educativas, e é por esse lugar que a pesquisa se desenvolve e passa a ganhar forma e campo de debate.

#### **Os caminhos percorridos pelo saber confessional...**

Sobre às práticas religiosas, em especial, aquelas construídas sobre os muros escolares dos ginásios diocesanas, por meio das instituições confessionais, buscaram professar saberes moralizadores para seus alunos, tendo como ponte de apoio dogmas e saberes prescritos por meio dos dogmas cristãos. Na tentativa de atingir suas metas, as instituições diocesanas, em especial o GDP, à qual a pesquisa aqui apresentada busca dialogar, disseminaram sobre os espaços institucionais ideias e práticas operantes às quais encontravam-se vinculadas aos saberes religiosos da diocese da Paraíba, entre os anos 30-40.

Na visão de Ana Palmira Casimiro (2010), esse saber, pode ser considerado a primeira medida educacional existente no Brasil, trazida pelas ordens jesuítas, fundamentada pela doutrina de Santo Inácio de Loyola, que se instalaram no Brasil durante séculos e construíram uma base educacional. Assim, esse sistema de educação, foi durante muito tempo uma das principais bases educacionais e que moveram a política educacional da história brasileira. Para, Sérgio Junqueira e Valéria Andrade Leal (2017), a





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

pedagogia dos jesuítas caracterizou-se pela ênfase na autoridade; pela transmissão disciplinada e o poder da retórica por meio da prática da reprodução e mimese.

Todavia, com a Proclamação da República, em 1889, executou-se, em parte, o “fim do sistema de padroado”, colocando barreiras sobre esse sistema de educação, protagonizado pelos saberes movidos pela fé. Talvez, sobre isso, forjava-se um “novo Brasil”! Que deveria estar em consonância com as mudanças e com as exigências do mundo moderno. Tendo em vista, que segundo os saberes iluminista, uma sociedade que traçasse sua educação por vida de regra da fé, se encaixaria no mundo do atraso e incivilizado. Lugar, que a nação brasileira, pretendia não mais habitar, pois com o surgimento da República, subtendia novos tempos, modernos e progressistas.

Assim, sustentada na filosofia francesa por meio das ideias de liberdade, que defendia o sistema educacional, nos estabelecimentos públicos, leigo, legitimada pelo saberes científicos, que não tivessem liames com as propostas ligadas a fé, como tinha feito em outrora. Assim, a educação confessional cristã, antes valorizada, passaria aos cuidados de pessoas físicas ou por parte jurídica, e não mais aos saberes públicos, como nos mostra Valéria Leal (2017, p. 338):

A partir do artigo 20 da Lei de Diretrizes e Base da educação de 1996, que o conceito destas instituições foi oficialmente explicita. A lei, considera as escolas confessionais como sendo instituídos por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas.

Destarte, podemos perceber, que com o surgimento da República, em 1889, e suas modificações, tanto no âmbito político e educacional, modificou-se a forma de pensar a educação no Brasil, exigindo de alguns setores da educação algumas mudanças necessárias. Deste modo, configurou-se uma nova forma de reafirmar os novos tempos, criando um abismo entre esses lugares da produção educacional, deixando a cargo dos particulares, essa forma de educar o sujeito, por meio dos valores religiosos, “expurgando” dos poderes públicos esse modelo educador. A proposta, dos republicanos, era criar sobre os escombros do antigo regime imperial, o ideário de uma educação libertadora, que tivesse como objetivo principal o despertar de uma consciência crítica e





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

modeladora do sujeito e do espaço social. Sobre esse contexto nos afirma Dermeval Saviani (2004, p. 16)

[...] o advento da República proporcionou, sob a égide dos estados, a implantação progressiva das escolas graduadas apoiadas nas escolas normais que começaram a se consolidadas sobre o influxo do iluminismo republicano.

Após apresentar rapidamente as raízes e mudança do sistema educacional no Brasil, que em seu início esteve inserido em um contexto confessional e seus desdobramentos durante a trajetórias política e econômica que permearam longos anos no Brasil, passamos a questionar sobre os lugares e práticas de representações que ocuparam esses discursos confessionais da fabricação e elaboração desses sujeitos educados pelas vias confessionais. Sujeitos que buscaram professar não só a ciência, mas sobretudo, à fé cristã, por meio da educação missionária e sacerdotal.

Porém, mesmo com as mudanças proposta pelo advento da República, os setores conservadores, composto pela Igreja Católica, afirmava que a educação só poderia ser de qualidade quando operante com as teorias da fé. Sobre isso, nos argumenta Mariluce Bittar (2003, p. 03): “O verdadeiro conhecimento é aqueles que conduz ao reconhecimento da humanidade e de sua valorização, e não apenas ao progresso da ciência ou da tecnologia”. Bittar, afirma que foi nesse sistema educacional que os poderes políticos se apoiaram durante os anos 30 e defenderam essa forma de educar. Não por assumirem uma postura de caráter religioso, defensor da fé cristã, esses, antes tudo, viram nesse sistema de educação uma forma de controle social, político e ideológico. Assim como aconteceu nos governos de caracteres totalitários, a exemplo do fascismo italiano, que defendiam o conservadorismos católico, com o apoio da Igreja Católica.

Isto posto, podemos entender as falas de Antônio Cunha (2010, p. 196) ao afirmar que o retorno da religião às escolas públicas foi uma espécie de corolário dessa pedagogia preventiva de caráter político- ideológico. E assim, essa educação de modelo confessional, teve uma resistência duradoura, pois em muitos casos, o próprio governo usava desse lugar como espaço de veículo para suas propagações políticas e reafirmações de suas ideologias. Dessa forma, a hegemonia católica se reafirmava sobre esses discursos.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Getúlio Vargas, no momento em que governou no Brasil (1930-1945) também se beneficiou dos espaços públicos, fazendo das salas de aulas e dos próprios alunos, seus maiores agentes propagadores ideológicos. O mesmo, baixou um decreto, de número 19.941, em 30 de abril de 1931, que “facultava” o oferecimento da Instrução Religiosa nos estabelecimento públicos de ensino primário, secundário e normal, determinando ainda que os ensinamentos deveriam ser ministrado por padres ou agentes ligados a comunidade católica.

Sua estratégia política-pedagógica-teológica, estava pensada e alicerçada para a construção de massas apoiadoras de suas ideias, com a trilogia “Deus, Pátria e Família”, que via na construção dessa tríade a “salvação” da sociedade brasileira. Nesse sentido, foi criada a Juventude Brasileira<sup>151</sup>, no governo Vargas, entre os anos de 1937-1945, que passaram a ser lapidadas pelos discursos dessas instituições confessionais, como notabiliza Josineide Rosa (2008, p. 103):

Este projeto estabelecia em seu artigo primeiro que a Organização Nacional da Juventude teria por fim “assistir e educar a mocidade, organizar para ela período de trabalho anual nos campos e oficinas, promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da nação. O culto à bandeira, o canto do Hino Nacional, o ensino de noções militares e patrióticas. Através da educação individual, praticada dentro da disciplina da Organização, contava-se com uma preparação para o exercício dos atos e deveres da vida civil, do fortalecimento de uma milícia civil organizada. A Organização deveria espelhar a vida familiar e social.

Na oportunidade, podemos pensar à construção do Ginásio Diocesano de Patos, 1937-1945, que foi inaugurada durante o Governo Vargas. Ginásio que dará sustentabilidade a esses escritos, partindo de uma análise que tem como **objetivo:** compreender como a pedagogia do GDP, (voltada para o público masculino) buscou educar os jovens moços da cidade, por meio da “Sã doutrina. Tendo nas mãos as armas das ciências e a verdade de uma fé divina. Elaborando soldados da Igreja e guerreiros da Pátria”. (HINO DA ESCOLA. 26.03.1938).

<sup>151</sup> Hino do colégio: Ginásio D. Adauto. Patos, 26 1938.





### A formação educativa dos soldados da Igreja ...

Durante o Estado Novo, valorou-se a formação cristã dos jovens e afirmava ser este o complemento para educação que visava o patriotismo e a formação da brasilidade, reestabelecendo um elo entre Igreja, Educação e Estado, que foi inviabilizado com o advento da República no ano de 1889. Mas que durante os anos 30 o governo entendeu que a Igreja Católica seria a última opção pela qual o governo deveria criar desentendimentos, pois essa ainda compreendia uma grande força hegemônica no país. Sua aliança tornou-se fundamental para seus interesses pessoais, e, sobretudo, políticos.

Talvez assim, pudéssemos entender esses saberes e seus lugares de atuação na configuração de sujeitos úteis para uma sociedade progressista, que necessitava de um corpo dócil e manipulável para a introjeção dos saberes católicos apostólicos romanos, por meio da criação de soldados defensores dos saberes cristãos: “Soldados da igreja, guerreiros de uma pátria, bem moços que somos, saibamos lutar”<sup>152</sup>. A fé e a obediência tornar-se-iam uma das armaduras mais fortes e resistente contra os adversário moderno.

O Colégio Diocesano de Patos seria um laboratório efetivo, das discussões encaminhadas pelas instruções católicas, que passava a pensar os lugares da pedagogia cristã entre os anos 30-40. Segundo os *relatórios de supervisão*, expedidos aos órgãos estaduais e federais, foi fundado em 1937, sob supervisão da diocese de Cajazeiras. Particularmente na gestão do Padre João da Mata de Andrade e Amaral, bispo da diocese, funcionando como estabelecimento de ensino primário em 1938. Passou sob supervisão federal em 1939. Durante o ano de 1942, funcionou regularmente, do dia 6 de abril há 15 de dezembro, conforme a determinação do Ministro da Educação, na época Francisco Campos.

---

<sup>152</sup> Foi o primeiro bispo e arcebispo da Paraíba, entre os anos de 1914-1935, e foi o mentor do Ginásio Dicesano de Patos, inaugurado em sua homegam.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Em 30 de janeiro de 1942, tomou posse da diretoria o Cônego Manuel Vieira (hoje, a escola leva o seu nome como representação), continuando a obra do seu antecessor: o Padre Vicente Feitosa.

No ano de 1942, o encerramento das aulas do curso primário se verificou em 19 de novembro. Segundo o *Boletim Informativo*, o encerramento do ano letivo, para o curso ginásial, se vestiu de um caráter mais importante, porque saiu neste ano a primeira turma de concluintes. O número deles foi de 18. Ainda, segundo o boletim informativo, o ginásio cumpriria em 1942, a finalidade *instrutiva e patriótica*, que era *formar cidadãos patrióticos e religiosos*.

Por meio dessa fala, podemos perceber como o Ginásio Diocesano da cidade de Patos, durante os anos 30 e 40, pôde colocar em prática sua missão educativa. Projetada para os preceitos da instrução *religiosa e patriótica*. Assim como tinha nos alertado o D. Adauto<sup>153</sup> e seu modelo educador. O Ginásio Diocesano de Patos, tinha como princípio formar, disciplinar os “jovens moços”. Especialmente na categoria *de militância jovem*.

Nesse contexto, é possível encontrar vestígios das falas do arcebispo paraibano e de suas ideias no Hino do Ginásio Diocesano de Patos: “Soldados da Igreja, guerreiros da Pátria” (HINO DA ESCOLA. 26. 03.1938), “defensores da verdade de Deus, soldados da Igreja os quaes combatem e morrem por uma causa santa pela defesa dos direitos de Deus violados pela liberdade escandecida pelo demônio” (HENRIQUES, 1930, p. 09).

Percebamos que os mesmos discursos, postos em circulação, por meio dos postulados do Dom Adauto, foram traduzidos e executados na escola analisada. Com isso, podemos imaginar que o GDP, esteve, durante os anos 30, em consonância com os discursos propagados pelo arcebispo da Paraíba, decerto, fazendo de seus pronunciamentos a base filosófica de suas práticas educativas.

---

<sup>153</sup> Os “ingênuos” dizia respeito aos filhos/as das mães cativas a partir da Lei do Ventre Livre de 1871. A categoria “escravo/cativo”, por sua vez, referia-se aqueles/as que viviam subjugados sob o regime da escravidão; os “livres” eram os que nasciam na condição de cidadãos e, portanto, não eram condicionados ao trabalho escravo; os “libertos/forro” eram os que nasciam como escravos e viveram por um período de suas vidas nessa condição, mas posteriormente conquistaram a sua liberdade, sendo um dos instrumentos a alforria;





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Sendo assim, podemos entender que às escolas diocesanas, passaram a fazer de seus espaços escolares lugares de construção de *corpo religioso discente*, erigido pelos saberes da fé, ou seja, criando e reformulando jovens moços para serem obedientes aos princípios dos postulados cristãos, criando sobre esses: “o habitue no rosário, na missa, à oração”, (HENRIQUES 1930, 15). Assim, nos permitindo pensar que as orações acabavam por *formar, alfabetizar e doutrinar sujeitos*.

Portanto, segundo a Igreja, havia uma necessidade de educar esses sujeitos a partir de suas sensibilidades e subjetividades, para que esses pudessem perceber o que seria viável à condução de sua moralidade.

Decerto, a Igreja, juntamente com os espaços escolares diocesanos, assumiram para si a responsabilidade de zelar pela alma e o corpo desse sujeito, criando homens saudáveis moralmente e que tivessem em suas práticas “a verdadeira humildade”, advinda dos ensinamentos cristãos. Não seria diferente na Diocese de Patos, nem nos corredores do colégio para rapazes.

Logo, esse sistema de educação, proposto pelos símbolos da fé, em HENRIQUES (1930, p. 34), garantia honra, saber, “liberdade” e, sobretudo, felicidade:

Que honra e felicidade para nós sermos instrumento da Divina Providência. [...] Quanto penhor de proteção da Virgem Imaculada sobre nós, sobre nossas famílias, sobre nossa Achidiocese. Sobre nossa Parahyba, sobre nosso querido Brasil! Quantas graças divinas sobre nossa infância e mocidade parahybana, sobre seus paes, sobre suas mães! Quantos auxílios divinos para todos os que têm a grave responsabilidade de dirigir o governar! (HENRIQUES, 1930?).

Por meio desse diálogo, postulados nos discursos do D. Adauto, em uma de suas cartas pastorais, é possível perceber que ele cria uma *teoria de justificação* para a internalização e aceitação dos saberes e de seus ensinamentos religiosos. Justificando sua importância a partir de princípios moralizantes, e de uma *educação dos sentidos*, que, por consequência, iria refletir na pátria ideal: religiosa e patriótica.





### **Ainda, algumas palavras....**

Ter como objetivo analisar esta escola Diocesana, de educação masculina, privada ligada à Cúria Metropolitana da Paraíba, entre os anos 30-40, na cidade de Patos, foi de fundamental importância para que se construíssem algumas questões acerca da educação dos anos trinta, e sobre o modelo de educação diocesano na cidade de Patos, bem como, sua forma de educar o masculino daquela região. Nos permitindo perceber o quanto o Ginásio Diocesano, custeado pelo Estado da Paraíba e pelo Governo Federal, e, dirigido pela Igreja Católica, e a elite eclesiástica, fez parte de um jogo de relação de poderes. No intuito de moldar um novo projeto, diante da necessidade do Estado, que tinha em sua finalidade criar um corpo educado a partir dos sentidos patrióticos e religiosos. Acreditando ser, esses indicativos aspectos importantes para a “salvação” do homem moderno, que, segundo os ditames religiosos e políticos, encontravam-se perturbados pelo advento do mundo moderno do século XX.

Outrossim, é possível apreender, que a criação do Ginásio Diocesano de Patos, ainda estava ligado a uma política de reestruturação, expansão e (re)afirmação dos saberes e da hegemonia política da Igreja Católica, no sentido de garantir a cidade de Patos um futuro promissor, erguido sobre o sinal da cruz e dos indicativos dos saberes da cristandade, que, por meio de seus dogmas, elaboravam homens obedientes e passivos aos sentidos cristão, que traziam em suas vestes, os “verdadeiros” preceitos da moralidade. Com isso, permitindo que os alunos fossem habituados a encarar as orientações católicas e cívicas como partes naturais da construção de seu conhecimento escolar.

### **Referências**

A IMPRENSA. **A Diocese da Parahyba do Norte**, Orgão oficial da Arquidiocese da Parahyba, João Pessoa, 1930.

AZZI, Riolando. **História da Igreja no Brasil: Terceira Época:1930-1964**. Rio de Janeiro. Vozes, 2008.

BITTAR, Mariluce. **Política de educação na Região Sul de Mato Grosso e a influência da Congregação Salesiana**. Revista de Educação Pública, Cuiabá, v.12, n.21, p. 177- 190, 2003.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

BOLETIM DE INFORMAÇÕES. Nº 844. Abril. Patos. 1943.

CARTA PASTORAL, **Deus e Pátria, Parahyba do Norte**: Estabelecimento Graphico Torre Eiffel, 1909.

CARTA PASTORAL, **Dever para com a Imprensa, Parahyba do Norte**: Typographia A Imprensa, 1918.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. **Igreja, educação e escravidão no Brasil Colonial**. Revista Politeia. Disponível em: . Acesso Ago. 07, 2019

CUNHA, Luiz Antônio. **Confessionalismo Versus Laicidade no Ensino Público**. Vitória: EDUFES, 2010.

DIAS, Roberto Barros. **“Deus e a Pátria”**: Igreja e Estado no processo de Romanização na Paraíba (1894-1930). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008.

FÁVERO, Osmar (ORG). **A Educação nas Constituintes brasileiras 1823-1988/2.ed.rev.ampl**. Campinas, SP: Autores Associados,2001.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Igreja e Romanização: implementação da Diocese da Paraíba (1894/1910)**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo,1994.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete.42.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GINÁSIO. D. ADAUTO. **Hino da Escola**. 26.03.1938.

HENRIQUES. D. Adauto de Miranda. **Carta Pastoral: O segredo da Felicidade. 1902**.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n.01, jan/jun,2001.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; LEAL, Valéria Andrade. **A escolar Confessional Católica Romana**. Rev. PISTIS Prox. Teal. Pastor, Curitiba, V.9. n3, 611-628. Set/dez 2017.

LIMA, Francisco (Cônego). **Dom Adauto: subsídios bibliográficos (1855-1915)**. Tomo I. 2.ed. João Pessoa: Editora do UNIPÊ, 2007.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira:1890-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural-2.ed**. 1. Reimp,- Belo Horizonte: Autêntica,2005.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

ROSA, Josineide. **Os interesses e Ideologias que Nortearam as Políticas Públicas na Educação no Governo Vargas 1930-1940: O caso do Espírito Santo.** Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **A Escola Pública Brasileira no Longo século XX (1890-2001).** Curitiba. 2004.

SILVA, Ramsés Nunes e. “Signal do Tempos”. **Modernidade, Secularização e Laicização na Instrução Pública da Parahyba do Norte (1867-1902).** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2016.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## UMA NARRATIVA DA ESCOLARIZAÇÃO DE MENINOS NEGROS NA ESCOLA CENTRAL DE MACEIÓ: TRABALHO, INSTRUÇÃO E CIVILIZAÇÃO (1887-1893)

Marcondes dos Santos Lima

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

mcds1@outlook.com

### RESUMO:

O construto tem como proposta apresentar uma discussão em torno da escolarização de meninos negros na Escola Central de Maceió no Império. A referida instituição foi fundada em 22 de abril de 1887, por iniciativa da Sociedade Libertadora Alagoana. A sua criação foi um dos desdobramentos do projeto de lei apresentado na Câmara dos Deputados em 12 de maio de 1871, sendo promulgada posteriormente em 28 de setembro do mesmo ano, como a Lei nº 2.040 nominada de Lei do Ventre Livre. O escopo dessa instituição, sob a organização dos intelectuais abolicionistas da Sociedade, era o de escolarizar os meninos negros nascidos livres do ventre escravo. A partir disto, os objetivos do texto incidem em: descrever o cenário histórico em que a Escola Central de Maceió foi gestada; traçar os interesses político-ideológicos das elites que justificaram a necessidade de criação da instituição; reconstruir a partir dos indícios alguns traços da cultura escolar da Escola Central de Maceió; e por fim problematizar o papel da instituição na formação profissional de meninos negros. Definidos os objetivos, considera-se que a pertinência deste estudo reside em dar visibilidade a um projeto educacional pensado para a população negra livre como um meio de viabilizar o seu acesso ao universo elementar das letras, mas, sobretudo ao aprendizado de um ofício. Somado a isto, a discussão contribuirá para ratificar a tese de que a população negra livre, conseguiu lograr os bancos escolares das instituições de ensino e, assim continuar desmitificando a falácia de que na história da educação brasileira e, em especial na história da educação alagoana não houve casos de sujeitos negros que dominaram a escrita e leitura dentro dos seus limites. As oficinas ofertadas eram: marcenaria, sapataria, carpintaria, alfaiataria e tipografia. Os sujeitos ali matriculados eram submetidos ao regime de externato ou internato. Nas oficinas era ministrado os saberes de Física e Botânica com aplicação na produção de artefatos fabris que eram confeccionados pelos meninos e revertido em verbas para a escola. Logo, entende-se que a finalidade pedagógica era iniciar precocemente esses meninos no trabalho a fim de garantir o controle social sobre eles. Entre 1893 a 1894 a





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Escola Central fecha as suas portas, pois nesse período o governo provincial tinha a pretensão de unificá-la com mais duas instituições, o Liceu de Artes e Ofícios e o Colégio Orfanológico, como meio de reter os gastos públicos.

#### **Considerações Iniciais**

Conforme a Constituição de 1824 a “instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”. Fundamentada nos ideais do liberalismo europeu que apregoava que todos os homens eram livres e [teoricamente] iguais, isto não foi o suficiente para que a legislação considerasse os negros escravos como cidadãos e, assim vedando a estes/as o direito de acesso ao universo letrado. O impedimento legal do acesso às letras pelos sujeitos de *cor* se agravava mais, uma vez que na província das Alagoas, por exemplo, a população era composta majoritariamente por negros (pretos, pardos e mestiços). Entretanto, a participação desse grupo étnico na instrução pública era ínfima se comparada aos de etnia branca.

Estes dados apresentados acima, conduziu os historiadores da educação brasileira nos últimos anos do século passado a advogarem a tese de que no Império a população negra não teve acesso as letras, em virtude de sua condição escrava. Todavia, dentro dessa interpretação, que se restringia a análise da legislação, não se levava em consideração outras condições jurídicas as quais os negros da época também estavam submetidos como livres e libertos, por exemplo. Em consequência, tal interpretação tendeu a homogeneizar a população negra como se todos fossem escravos, ou seja, a própria historiografia da educação cometeu o equívoco de sempre associar o negro ao ser escravo (VEIGA, 2008). Embora de fato a legislação no Dezenove proibisse a matrícula de negros escravos nas escolas de primeiras letras, tal aplicação legal não se estendia aos de condição jurídica livre e liberto, pois segundo Cynthia Veiga (2008), a escola pública elementar do século XIX foi criada para escolarizar crianças pobres, mestiças e negras.

É nestes termos que o presente texto irá esboçar nas próximas linhas que segue algumas considerações sobre uma experiência escolar ocorrida na província das Alagoas no Império, que evidencia o acesso da população negra aos bancos escolares. Tal experiência ocorreu no contexto do abolicionismo, movimento este que tinha como escopo





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

o fim gradual do sistema escravagista. Nas Alagoas, tivemos o caso da Escola Central de Maceió, fundada em 22 de abril de 1887, por iniciativa da Sociedade Libertadora Alagoana, e que abrigou meninos negros nascidos livres após a promulgação da Lei nº 2.040, nominada de Lei do Ventre Livre, a fim de iniciá-los no aprendizado de um ofício.

#### **As tensões entre a escravidão e o movimento Abolicionista na província das Alagoas**

Pensar o abolicionismo no Dezenove, significa captar que este movimento esteve interligado à interesses sociais, políticos e econômicos e em que tudo tinha como um fim a cobiçada modernização da nação brasileira. Em busca de lograr tal objetivo, a historiografia evidencia o engajamento de grupos abolicionistas em várias províncias do Império. Pode-se considerar que aqui o abolicionismo ganhou terreno e força, porque na época a escravidão já não era bem quista na maioria dos países, sobretudo os europeus que pressionaram o Brasil, pois o processo de industrialização precisava de um mercado consumidor, neste sentido, uma população livre seria a alternativa. Contudo, o Brasil ainda persistia em produzir nas suas terras a prática escravagista, tornando-se a última nação a abolir o regime.

Chiavenato (1980, p. 215) ao discutir sobre o abolicionismo interpreta que por ele ter sido um movimento que teve suas primeiras manifestações vindas da classe abastada, conseqüentemente foi marcado pelos interesses de classe, “procurando naturalmente maiores vantagens nas mudanças estruturais do sistema trabalho, e não se preocupando com o destino dos talhadores escravos”.

Na província das Alagoas era comum casos de abolicionistas possuírem escravos como, por exemplo, a abolicionista Dona Maria Zeferina de Medeiros Bittencourt, da cidade de Penedo, que as vésperas da abolição de 1888, ainda possuía escravos em sua posse. Isto, evidencia que o abolicionismo em Alagoas era senhorial e aristocrático, havendo incongruência entre o que os abolicionistas pregavam em seus discursos (o alijamento da escravidão) e a prática (senhores/as de escravos).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

De Penedo informam-nos que a exma. sr<sup>a</sup>. D. Maria Zeferina de Medeiros Bittencourt, que desde muitos annos tem dado provas de verdadeira abolicionista, libertando quasi todos os escravos que possuia, acaba de conceder espontaneamente carta de liberdade a seu escravo Misael, de vinte annos de idade, vigoroso e de perfeita saude. Beijamos as mãos da philantrópica bemfeitora da humanidade. (*Gutenberg*, 1 de junho de 1887, p.1).

A partir deste dado pode-se interpretar que o abolicionismo existente na província das Alagoas, era de um caráter senhorial, aristocrático e, portanto, elitista, uma vez que os seus integrantes eram homens de letras e abastados que não permitiram a participação dos próprios escravos no movimento.

O abolicionismo existente em Alagoas tem sido entendido, de maneira geral, a partir de um viés muito senhorial, aristocrático mesmo, sendo emoldurado por sobre nomes pomposos como os de Brennand e Lordsleem. Esta ênfase parece desconsiderar traços de um abolicionismo popular e radical que, aqui e ali, sobressaem na leitura de escritos de Nolasco (MACIEL, 2011, p. 81).

Logo, a literatura que discute sobre o assunto na província aponta a inexistência de um abolicionismo popular. A própria documentação histórica local silencia o protagonismo negro na luta por sua emancipação, dando mais ostensividade a ação dos abolicionistas.

Um dos protagonistas do movimento, o escritor Joaquim Nabuco, proferia em seus discursos que o abolicionismo, apesar da solidariedade aos negros, não era apenas um movimento humanista, mas, sobretudo político (CHIAVENATO, 1980).

Os abolicionistas entendiam que o fim da escravidão era o melhor para a economia da sociedade imperial, embora mantivessem uma noção extremamente racista em relação ao negro, tanto é que as associações abolicionistas restringiam a participação dos escravos nesses movimentos:

O abolicionismo apresentava modelo de exclusão, que barrava a participação do escravo da agitação e da propaganda pela reforma das bases do trabalho. Como afirmou Nabuco em *O Abolicionismo*: “Não é aos escravos que falamos, é aos livres”. Segundo as suas lideranças, o movimento deveria se restringir ao âmbito das elites e das classes médias urbanas, na busca de uma solução pacífica, deliberada no interior da comunidade de cidadãos, de modo a não trazer transtornos à ordem social. (VENTURA, 2000, p. 338).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Além de acreditarem na inferioridade dos mestiços e do negro, eles acreditavam no caráter criminoso dos mesmos. Como se observa na passagem em que o antropólogo alagoano Arthur Ramos cita o médico Nina Rodrigues:

[...] acredito e afirmo que a criminalidade no mestiço brasileiro é, como todas as outras manifestações congêneres, sejam biológicas ou sociológicas, de fundo degenerativo e ligada às más condições antropológicas do mestiçamento no Brasil. Separando um pequeno grupo de „mestiços superiores que por uma combinação feliz se apresentariam perfeitamente equilibrados e plenamente responsáveis (RAMOS, 2004, p. 100-101).

Assim, vale ressaltar que “A defesa da abolição não implicava o abandono das teorias das desigualdades étnicas que havia justificado o cativo, mas trazia, ao contrário, o reforço dessas concepções” (VENTURA, 2000, p. 346), e mais: que a “consciência abolicionista se baseou na crítica ao escravismo em termos éticos e econômicos” (VENTURA, 2000, p 341).

Outro intelectual que debateu sobre a escravidão foi Rui Barbosa. Para o jurista baiano, o trabalho livre iria civilizar e industrializar o país, ou seja, este seria um dos meios de o Brasil se tornar uma nação moderna, pois a escravidão era entendida como uma espécie de chaga, assim como um estorvo para a civilização. Maria Cristina Machado (2000, p. 35-36) comenta que para Rui Barbosa “o trabalho livre desencadearia uma série de mudanças necessárias ao progresso do país, como a viação férrea, colonização, indústria, entre outras”. Como mostra a fala do presidente da província alagoana, Antonio Caio da Silva Prado, em 1888: “idéa vencêdora no espirito publico a necessidade de apagar da face do paiz a feia macula do captiveiro, avessa á moral e á civilização do tempo atual, por constituir insuperável obstaculo a nosso progresso e adiantamento” (*Diário das Alagoas*, 20 de abril de 1888, n. 92, ano XXXI, p. 1).

Todavia, ao contrário dos abolicionistas, os senhores de engenho e políticos conservadores acreditavam que a proposta de uma abolição imediata dos escravos poderia evocar uma convulsão social, pois a principal atividade econômica do país era a agricultura e os escravos eram usados como mão-de-obra barata. Um parlamentar da Assembleia Geral da Corte, favorável a abolição, defendia uma emancipação que não





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

desordenasse o trabalho: “não ferir os direitos dos senhores, e não agravar a situação já bastante crítica das finanças do país” (Jornal o *Orbe*, de 19 de julho de 1885).

E foi nesse contexto de jogo de interesses de classes que a abolição tornava-se uma realidade distante para os cativos negros, em que a liberdade esteve mais no campo das ideias, com o movimento abolicionista, do que necessariamente a sua efetivação ante a resistência dos senhores de engenho que se deixavam cegar por seu egoísmo por riquezas e terras. No transcorrer das tensões entre a elite abolicionista e a elite agrária, foi apresentado um projeto de lei na Câmara dos Deputados em 12 de maio de 1871, sendo promulgada posteriormente em 28 de setembro do mesmo ano, como a Lei nº 2.040 nominada de Lei do Ventre Livre. A dita lei foi uma forma gradual de se lograr o fim do sistema escravista. Para alguns historiadores da escravidão a referida lei não trouxe mudanças e efeitos práticos na vida dos escravos e nem mesmo das crianças que nasceram livres.

#### **A formação de meninos negros para o trabalho braçal: o caso da Escola Central de Maceió**

A Lei do Ventre Livre, de nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, determinava em sua redação que as crianças nascidas do ventre escravo após a sua promulgação, estariam livres e com a licença para a instrução. Com isto, essa lei foi a primeira no Brasil a beneficiar os sujeitos negros em termos de instrução escolar, ao menos em nível de Império. Porém, esse direito ao ensino e liberdade não era concedido a todas as crianças, mas somente aquelas/es entregues ao Estado. Os proprietários de escravos que pretendessem ficar com seus filhos/as eram isentos da obrigação de educar e ainda poderiam usufruir do trabalho do menor até este/a completar 21 anos de idade.

O artigo 2º da legislação determinava que as crianças *ingênuas*<sup>154</sup> que fossem entregues ao governo poderiam ser entregues as associações, as quais teriam, assim como os proprietários de escravos, o direito de usufruir do trabalho do menor até ele completar 21 anos, como também poderiam alugar os serviços dos menores. No entanto, seriam

<sup>154</sup> O presente artigo é fruto de uma pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-graduação da UFCG.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

obrigadas a criar e tratar os menores, além de constituir para cada menor um pecúlio (poupança).

Art. 2<sup>a</sup> – O govêrno poderá entregar a associações, por ele autorizadas, os filhos das escravas, nascidos desde a data desta lei, que sejam cedidos ou abandonados.

Art. 2.<sup>º</sup> - O govêrno poderá entregar a associações, por êle autorizadas, os filhos das escravas, nascidos desde a data desta lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores delas, ou tirados do poder dêles em virtude do Art. 1.<sup>º</sup> - 6<sup>º</sup>.

§1<sup>º</sup> - as ditas associações terão direito aos serviços gratuitos dos menores até a idade de 21 anos completos, e poderão alugar esses serviços, mas serão obrigadas:

1<sup>º</sup>. A criar e tratar os mesmo menores;

2<sup>º</sup>. A construir para cada um dêles um percúlio, consistente na quota que para este fim fôr reservada nos respectivos estatutos; 3<sup>º</sup>. A procurar-lhes, findo o tempo de serviço, apropriada colocação. ([www.soleis.adv.br/leishistoricas.htm](http://www.soleis.adv.br/leishistoricas.htm)).

E foi a partir desse dispositivo legal que foi criada em 22 de abril de 1887, a Escola Central de Maceió. A referida instituição foi uma iniciativa da Sociedade Libertadora Alagoana, fundada em 28 de setembro de 1881, dez anos após a promulgação da Lei do Ventre Livre de 1871. A Sociedade tinha como alguns de seus membros professores de primeiras letras e ensino secundário, como Francisco de Paula Leite e Oiticica, Francisco Domingues da Silva e Francisco Dias Cabral, por exemplo. O propósito da Sociedade, como é possível observar no discurso de sua fundação publicado na imprensa, era o de promover a libertação dos escravos de forma pacífica, de modo a não comprometer os interesses da elite latifundiária (*Gazeta de Noticias*, 04 de outubro de 1881, ano III, n. 214). Para os membros da entidade a abolição traria melhorias para a vida econômica da província, ou melhor dizendo, a extinção da escravidão era uma necessidade da sociedade em geral (SANTOS, 2006). Sendo assim, a Escola Central tinha o propósito de atender o que prescrevia a referida lei, a saber: instruir crianças negras.

Segundo o presidente da província de 1888, a Escola Central era um modelo único em todo o Império, já que foi criada exclusivamente para atender meninos negros livres. Vale ressaltar que ao fundarem a instituição os abolicionistas tinham também a intenção de promover o ideário abolicionista o que era comum ao contexto brasileiro da época. A





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Escola Central era mantida pela Sociedade Libertadora Alagoana com verba proveniente da extração de loteria, concedida pelo Governo da Província e pela venda de artefatos fabricados pelos próprios alunos, além de donativos doados pelas elites. Segundo Leite e Oiticica, para a sua fundação, a Escola Central contou com a quantia de 24:000\$00 (vinte e quatro contos de réis) provenientes das loterias concedidas pela Assembleia Provincial. Tal quantia, segundo o mesmo, garantiu a montagem do internato, das oficinas e das demais despesas da instituição. E ressalta que o estabelecimento não teve outro recurso para a sua instalação.

Com a Escola Central os seus fundadores tinham a intenção de criar outras escolas em cidades da província alagoana, cuja matriz seria a capital Maceió, por isso, a denominação de Escola Central, como revela a fala de Francisco de Paula Leite e Oiticica, membro da Sociedade, ao escrever em 1890 para a *Gazeta de Noticias* do Rio de Janeiro, solicitando auxílio para a manutenção da instituição: “O próprio nome do estabelecimento mostra que elle obedecia ao plano de fundação de outras escolas nos differentes municipios da provincia, hoje Estado, tendo centro de operações a casa da Capital” (*Gutenberg* de 08 de junho de 1890, ano IX, n. 122, p.1). Mas isso não chegou a se concretizar. A causa da não realização desse propósito possivelmente foi devido ao alto custo de sua manutenção. Muitas das instituições fundadas para atender às crianças desamparadas sobreviviam por pouco tempo em razão da escassez de recursos financeiros. Normalmente as instituições filantrópicas recebiam dinheiro do governo provincial por meio da arrecadação de loterias, das elites e dos sócios das entidades fundadoras.

A instituição de ensino abrigava alunos internos e externos. Segundo o relatório do Governo da Província de 1888, a escola contava naquele ano com 216 alunos, sendo 183 externos e apenas 33 internos. O pouco número de alunos internos podia ser devido à falta de recursos financeiros para receber uma quantidade maior de meninos. As crianças acolhidas no formato de externato não tinham a obrigação de frequentar todas as aulas. O internato era para aqueles meninos que não tinham quem cuidasse de sua educação, ou seja, para os órfãos.

O *Almanaque do Estado de Alagoas de 1891*, registra que a instituição continuava a admitir alunos internos e externos: “São admittidos como internos os orphãos e menores





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

desvalidos que não tem quem se incumba de sua educação; como externos todos que necessitam de instrução litteraria ou profissional, qualquer que seja a sua idade, estado ou nacionalidade” (p.168). No relatório de presidente de província de 1888, consta que a escola ofertava aulas de primeiras letras, desenho aplicado às artes, música e as oficinas de sapataria, tipografia, tornearia, alfaiataria, marcenaria, tamanqueiro e bauleiro (fabricante de baús). As oficinas de marcenaria produziam as mobílias para as instituições públicas de ensino, como informa Leite e Oiticica: “As mobílias para as escolas publicas do Estado estão ultimamente sendo feitas nas officinas da escola, onde os alumnos trabalham com perfeição no fabrico de malas, bahus, perfeitamente semelhante às malas inglezas” (*Gutenberg* de 08 de junho de 1890, ano IX, n. 122, p.1). Observa-se que a instituição estava aplicando o que permitia a Lei do Ventre Livre, ou seja, a utilização gratuita do trabalho do menor.

Em 1890, a Escola Central parecia ter se desobrigado daquela intenção primeira, qual seja, a de acolher apenas meninos negros. Ao passar para a jurisdição do governo, passou-se ao que parece a abrigar crianças de outras procedências e não somente as *ingênuas*, como registra o *Almanaque do Estado de Alagoas* de 1891: “Escola Central (Ensino profissional e litterario gratuito a engenuos e menores desvalidos)”.

Quanto aos alunos, têm-se poucas notícias, apenas uma breve nota jornalística menciona um deles ao recitar uma poesia em homenagem a Tiradentes: “O menor Joaquim Casemiro, da Escola Central, recitou uma bonita poesia” (*Gutenberg*, 23 de abril de 1890). Era frequente a participação dos alunos da Escola Central nas festividades cívicas e da própria instituição, nas quais apresentava-se a Banda de música dos alunos, cujo professor era Francisco Domingues, como publicou o jornal *Gutenberg*:

A“s 10 horas da manha do dia 20 do corrente os alumnos da escola central, acompanhados de seu digno e encaçavel director: professor Francisco Domingues, tendo á frente a banda de musica dos alumnos galantemente fardados dirigiram-se a matriz desta capital onde assistiram á uma missa em acção de graça pelo 3º anniversario da fundação da Escola. (*Gutenberg*, Maceió, 23 de abril de 1890, ano IX, n. 85, p. / não identificada).

Entre 1893 e 1894 a Escola Central fecha as portas. Nesse período, o governo alagoano tinha a pretensão de unificá-la com mais duas instituições, o Liceu de Artes e





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Ofícios e o Colégio Orfanológico. Da fusão o novo estabelecimento de ensino seria uma instituição de artes, ofícios e agricultura. No relatório do governador do Estado de 1893 há argumentos que deixava transparecer que não era justo acabar com a Escola Central: “Não é justo consentir que se aniquile a escola Central, instituição que tão meritos benefícios tem prestado à sociedade alagoana, e que relembra os tempos das gloriosas lutas do povo alagoano pela liberdade dos miseros escravizados” (*Relatório do Presidente de Estado de Alagoas* de 1893). Esta passagem possibilita entender que a escola servia como instrumento de propaganda para a abolição da escravatura, dado o desinteresse em mantê-la após o êxito do movimento.

#### **Considerações Finais**

Em linhas gerais, a Escola Central foi criada a fim de profissionalizar os meninos negros nascidos do ventre cativo a partir da promulgação da Lei do Ventre Livre de 1871. Ao que tudo indica o propósito principal da instituição havia sido alcançado, o que pode ter causado a falta de interesse em dar prosseguimento com as suas atividades, uma vez que após a abolição dos escravos em 1888, as autoridades públicas passaram a cogitar o seu fechamento.

#### **Referências Bibliográficas**

- ALAGOAS, Estado de. *Almanaque do Estado de Alagoas de 1891*, ano XX.
- ALAGOAS, Província das. *Diário das Alagoas*, 20 de abril de 1888, n. 92, ano XXXI, p. 1.
- ALAGOAS, Província das. *Gazeta de Noticias*, 04 de outubro de 1881, ano III, n. 214.
- ALAGOAS, Estado de. *Gutenberg*, Maceió, 23 de abril de 1890, ano IX, n. 85, p. / não identificada.
- ALAGOAS, Província das. *Gutenberg*, 1 de junho de 1887, p.1.
- ALAGOAS, Estado de. *Gutenberg* de 08 de junho de 1890, ano IX, n. 122, p.1.
- ALAGOAS, Província das. *Jornal o Orbe*, de 19 de julho de 1885.
- ALAGOAS, Estado de. *Relatório do Presidente de Estado de Alagoas* de 1893.
- CHIAVENATO, Julio José. **O Negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. Pedro Nolasco Maciel: Abolicionismo, republicanismo e socialismo em Alagoas. In: Almeida, Luiz Sávio de (org). **Traços e troças: literatura e mudança social em Alagoas: estudos em homenagem a Pedro Nolasco Maciel.** Maceió: EDUFAL, 2011.

RAMOS, Arthur. **A mestiçagem no Brasil.** Maceió: EDUFAL, 2004.

SANTOS, Monica Luise. **Artur Ramos e as teorias racistas do século XIX: uma leitura sobre o pensamento dos Fundadores da Escola Central de Maceió.** In. I Encontro Norte Nordeste de Historiadores da Educação/ V Encontro Cearense de Historiadores da Educação. Guaramiranga – CE, 2006: FAGED/UFC, 2006.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação,** Campinas, v. 13, n. 39, p. 502-516. set./dez. 2008.

VENTURA, Roberto. Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república. In. MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem Incompleta – Formação; História – A experiência Brasileira (1500 – 2000).** São Paulo: Editora SENEC, 2000.





## UMA CONGREGAÇÃO EDUCACIONAL BELGA NO NORDESTE DO BRASIL: O COLÉGIO IMACULADA CONCEIÇÃO EM CAMPINA GRANDE<sup>155</sup>

Patricia Isabella Guimarães Azevedo Silva<sup>156</sup>

### RESUMO

A história da cultura escolar e religiosa no Brasil se encontram quando são estudadas as Instituições Educacionais de cunho confessional. Diante disso, é importante mapear os dispositivos culturais dispostos nos espaços confessionais de ensino. Nesse sentido, trago aqui algumas reflexões acerca da cultura escolar, analisando dois documentos que demonstram um pouco da cultura escolar no Colégio Imaculada Conceição – Damas em Campina Grande – PB, nos anos de 1953-1959. Que faz parte das Damas da Instrução Cristã, uma congregação de originada na Bélgica chegando ao Brasil por volta dos anos de 1900, possuindo uma trajetória marcante para Campina Grande, cidade essa que se destacava nos anos de 1930 como grande pólo econômico, resultado da riqueza gerada a partir da grande produção algodoeira, o que contou bastante para instalação de um internato Damas. Vale lembrar que a Igreja Católica nesse período, encontrava-se abalada com a secularização. Seria necessário unir forças com as instituições educacionais católicas para aumentar o número de moças fiéis à doutrina cristã. Esse trabalho é fruto de uma pesquisa de mestrado em andamento, onde iremos: inquirir e mapear as práticas educativas e os meandros da *cultura escolar de confinamento* vivenciadas naquela instituição educacional; como também refletir sobre o desenvolvimento histórico da

<sup>155</sup> Patricia Isabella Guimarães Azevedo Silva, Graduada em História, com especialização em História do Brasil e Paraíba, mestranda no programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Matrícula: 201911230 e-mail: [patriciaisabella@yahoo.com.br](mailto:patriciaisabella@yahoo.com.br)

<sup>156</sup> O ato de ler não se resume apenas ao suporte material. Roger Chartier destaca que existe um conjunto de dispositivos que possibilitam a prática de leitura – protocolos de leitura. Em sua opinião “o protocolo de leitura define quais devem ser a interpretação correta e o uso adequado do texto, ao mesmo tempo em que esboça seu leitor ideal” (CHARTIER, 1996, p. 20).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

congregação das Damas da Instrução Cristã em Campina Grande e seus partícipes (discentes e docentes) entre os anos 1930 e 1970.

Palavras-chave: História da Educação, Cultura Escolar, Colégio Confessional

## INTRODUÇÃO

A história das culturas escolares e religiosas se interlaçam como uma trama de fios quando são estudadas as Instituições educacionais de cunho confessional. O estudo da História da Educação, sobretudo a Educação Confessional, possibilita uma análise de diversos processos políticos e sociais. Ao observarmos a história da escolarização do Brasil, percebemos que esta é marcada por diversos momentos, porém foi o início do século XX, um tempo em que as mudanças sociais, políticas e curriculares influenciavam diretamente a cultura escolar das instituições de ensino e suas relações políticas com a República. Considerando a história da educação uma área de bastante abrangência e que se vem crescendo desde 1990 (NOSELLA 2005), sendo um campo de saber que abre espaços para o estudo de aspectos singulares na vivência escolar, existindo uma gama de aspectos a serem investigados.

Sendo assim, se torna de grande valia o estudo da História da Educação, sobretudo da Educação Confessional, principalmente por conta da sua participação no início do processo educacional no país, introduzido por ordens religiosas, dentre elas As Damas Da Instrução Cristã. Tais instituições merecem uma investigação no campo a cultura escolar, tendo em vista a sua participação da história de cada local em que se fixaram como Instituições de ensino, porém essas investigações ainda se encontram escassas.

Segundo Oliveira e Junior (2002, p. 74) “historiar uma instituição educativa carece não perder de vista sua especificidade, mas, ao mesmo tempo, compreender sua totalidade.” Levando em consideração o estudo da cultura escolar, diante da carência de estudos voltados para instituições escolares confessionais em Campina Grande, surge a necessidade de estudar O Colégio Imaculada Conceição da ordem Belga Damas da





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Instrução Cristã, entre 1930-1950. A cidade atingia seu auge na economia algodoeira nos anos de 1930, sendo assim, teria condições de sustentar um colégio da Instituição Damas da Instrução Cristã, fato que possibilitou as matrículas das filhas da elite algodoeira de Campina Grande – PB.

Mesmo com sua importância para cidade ainda são escassos os registros historiográficos sobre a cultura escolar dessa instituição confessional de ensino, fazendo-se necessária a investigação de suas práticas culturais. Tendo conhecimento do grande acervo documental presente no Colégio Imaculada Conceição, por trabalhar no local como professora, tive acesso a alguns documentos que retratam a suas práticas educativas nos anos de 1953 e 1959. O primeiro é uma caderneta individual, onde encontram-se presentes as regras que deveriam ser cumpridas por parte da aluna e da respectiva família, como também as notas de cada disciplina da grade curricular e anotações da professora. O segundo é uma livro de dispensas médicas para aulas de Educação Física Escolar, onde encontram-se registrados os motivos pelos quais as alunas não poderiam participar de tais aulas.

Sabendo que as práticas culturais no interior do Imaculada Conceição são de grande valor para a história local, levando em consideração a mínima a contribuição da academia e esforço em pesquisar os arquivos dos colégios confessionais.

É de grande importância pensar as formas de representação dos atores escolares, Silva (2000), onde a identidade só toma sentido a partir de sua representação dentro de um sistema de poder, no qual a identidade e diferença constituem o cerne de seu funcionamento, tendo em vista os seus lugares sociais e a influência destes.

O estudo da cultura escolar enquanto concepção teórica que se adequa a área da História da Educação, nos traz um fértil campo para o conhecimento da história das instituições escolares. Lembrando que cada instituição é singular, nos oferecendo possibilidades diversas de investigações a serem exploradas em seu cotidiano escolar. Julia (2001, p.7) define a cultura escolar: “[...] como um conjunto de normas que definem





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”.

Passamos a inquirir se seria possível mapear os dispositivos culturais dispostos nos espaços confessionais de ensino. Entre eles os de um colégio católico dedicado ao ensino feminino.

Diante disso, o estudo das Instituições Confessionais, nos permite entender melhor como se deu aquele modelo de processo educacional no Brasil. A escola confessional de base católica teve seu início com as ordens religiosas, podendo citar em primeiro lugar, por exemplo, os jesuítas e em seguida, outras ordens como as Irmãs do Sagrado Coração de Jesus, Damas da Instrução Cristã, Irmãos Maristas, etc.. É importante pensar que tais instituições à luz da historiografia ainda carecem de investigação, em relação as suas memórias e seus papéis na História da Educação do Brasil.

#### **O Colégio Imaculada Conceição de Campina Grande**

Tendo em vista a carência de investigação historiográfica nos estudos sobre as instituições confessionais de Campina Grande – PB, destaco o Colégio Imaculada Conceição, da ordem Belga Damas da Instrução Cristã, entre os anos de 1953 e 1959.

A Instituição *Damas* a qual aquele colégio faz parte, aceitaria de imediato a convocação do Papa Pio XIII, para fundar colégios no Brasil. Fenômeno que se apresentou impactante formando uma rede formidável de escolas católicas, sob a direção de religiosas estrangeiras (NUNES, 2001). Muitas dessas instituições, marcaram sua presença na história de cada cidade onde foram erguidos.

No ano de 1850, os ideais do liberalismo tomam força no Brasil, a defesa das autoridades públicas na liberalização completa do sistema escolar se tornava clara, retirando, assim, do Estado a responsabilidade da Educação e ao mesmo tempo, transferindo-a para a iniciativa privada. Nesse período era pouco o investimento das províncias na área educacional, sendo assim, só restava a elite procurar outras alternativas





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

para educar suas filhas, como contratar professores particulares, que ensinariam a essas meninas no interior de suas casas, outra alternativa seria colocá-las em internatos. A maioria desses eram mantidos pelas congregações católicas, que se estabeleceram desde a metade do século XIX.

A oligarquia brasileira desejosa de modernizar-se, porém, temia a ruptura com o modelo cristocêntrico de instrução, especialmente com relação a educação de seus/suas filhos e filhas. A *educação do mundo moderno* ia de encontro a ideias, tais como a da liberalidade feminina, ou a secularização da educação. Os internatos católicos atenderiam ao desejo dessas elites oligárquicas e representariam a manutenção da instrução confessional centrada nos princípios da Sé romana.

No século XIX e parte do século XX, no interior da Igreja Católica, as alas conservadoras assumiram posições diretas contra a modernização da sociedade, sem a *tutela católica*. Daí a manifestação do Ultramontanismo:

Segundo a interpretação do catolicismo ultramontano, o mundo moderno se constituía em um imenso perigo para a salvação da alma, porque se fundamentava na liberdade de pensamento e consciência, liberdade social e liberdade política. Em outros termos, o mundo moderno se desenvolvia sem obedecer aos preceitos católicos e controle da Igreja. (MANOEL, 1996, p.41)

A Igreja Ultramontana elaborava conceitos para educar as meninas, que deveriam futuramente educar seus filhos e conseqüentemente a sociedade seguindo os princípios do catolicismo Ultramontano.

Se fazia necessário que as escolas confessionais fossem estabelecidas, não só por conta de altos recursos arrecadados, como também a necessidade de afastar as jovens das ideias do mundo moderno, e das novas propostas de ensino. Diga-se: protestante, liberal e laica.

Nessa perspectiva, em meados dos anos 1930, as Damas da Instrução Cristã já se destacavam no cenário educacional-religioso com internatos para meninas. a partir de Ponte Uchoa, bairro de Recife localidade em que estava sediada a escola mãe da





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

instituição. A congregação feminina já se expandia para o interior de Pernambuco por volta dos anos 1910. Segundo a memorialista Catão (2001, p. 11-13) houve uma necessidade da Instituição de afirmar-se em outros espaços urbanos. O processo de transferência do colégio da congregação da cidade de Timbaúba (PE) para a Paraíba, obedeceu a uma espécie de fracasso na tentativa de desenvolvimento de um colégio naquela cidade. Em contrapartida, Campina Grande *desejava um internato feminino* (CATÃO, 2001, p.10-13).

Para a instalação do internato numa cidade, uma pesquisa de mercado foi realizada. Prática e estratégia que se repetia, todas as vezes que se planejava uma Fundação de uma *Maison* das *Damas*. Com isso, eram mensuradas as condições para que houvesse a instalação de um colégio-internato em dada cidade. Para isso, a instituição ressaltava a sustentabilidade das cidades, seu perfil urbano, centralidade, e dinamismo financeiro.

Nos anos de 1930, Campina Grande destacava-se no Brasil e no mundo, devido ao seu desenvolvimento acelerado, a partir da comercialização do algodão. Recebendo muitos investimentos com a instalação de grandes empresas. Todas elas importantes para a expansão urbana e diretamente responsáveis pelo surgimento de novos bairros (AFONSO E CARVALHO 2015).

Campina Grande prosperava na economia algodoeira (GURJÃO 1999, p.45), depois da investigação feita por um grupo de religiosas das *Damas*, chegou-se a conclusão que a cidade teria condições de sustentar um colégio da instituição. Sob o intermédio de José Adelino de Mello, liderança política de Campina Grande, assim como também o estímulo intelectual do bispo Dom Aduino Aurélio de Miranda Henriques, foi fundado em 1º de março de 1931 em Campina Grande o Colégio Imaculada Conceição das Damas da Instrução Cristã. Na segunda-feira, 02 de março, começaram as matrículas, na terça-feira dia 03 de março foi o primeiro dia de aula, contando com 50 alunas. O colégio instalado em rua central da cidade, mas inicialmente em prédio diminuto, tinha como núcleo inicial de seu corpo docente, educadoras que provinham de Ponte Uchoa e das experiências obtida em Timbaúba. A instituição congregou meninas das famílias mais abastadas e cujos





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

pais haviam prosperado com a produção do algodão, como também filhas de ricos comerciantes.

Dos colégios *Damas*, o Imaculada Conceição se tornou um dos mais importantes da rede de colégios, oferecendo diversos cursos, foi uma das primeiras instituições de ensino confessional de Campina Grande (SILVA, 2012). Na década de 1930, os cursos de *guarda livros e comercial*, respectivamente, seriam fundados nas dependências do colégio.

#### **A prospecção documental como forma de investigação num colégio confessional**

Mesmo tendo enorme importância na história da cidade, ainda são poucos os registros historiográficos sobre a cultura escolar dessa instituição confessional de ensino, fazendo-se necessária a investigação de suas práticas culturais. Diante disso, realizamos a análise de dois documentos, sendo eles uma *caderneta individual* com as regras que deveriam ser cumpridas pela aluna e sua família, contendo as notas das disciplinas ministrados no ano letivo e anotações da professora. O outro documento analisado é um *livro de dispensas médicas*, para aulas de Educação Física Escolar. Destacando-se nesse documento registros e especificações para aquela prática educativa.

Com esses dois documentos dos anos 1953 e 1959, percebe-se parte do cenário escolar e de como funcionava o colégio sob as lideranças confessionais que se sucederam ao logo dos anos.

A caderneta individual do ano letivo 1953, na capa e na primeira página temos as seguintes informações, pertenceu a aluna Maria Oriêta de Lucena, filha de Francisco Lucena de Araújo e Sergentina de Lucena Araújo, Natural de Oruro Branco – Jardim do Seridó, nascida em 02 de dezembro de 1935, residia no Colégio Imaculada, cursando a 2ª série escolar. Na página seguinte estão presentes as observações e regras de voltadas para os pais e alunas no que diz respeito às anotações. A frequência diária era registrada nessa caderneta individual, onde deixa claro que as faltas contando 25% (ou mais) tanto nas disciplinas da série ou nas sessões de Educação Física impedem a realização pelo aluno da prova final.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

A caderneta contém as regras que disciplinavam dentro e fora do ambiente escolar. Demonstrando assim o poder da instituição a partir das regras impostas, lembrando Michel Foucault (2012, p. 176), a norma é um poder que “se estabelece como princípio de coerção no ensino, com a instauração de uma educação estandardizada”. O internato pretendia padronizar os corpos das alunas através do vestuário, dos penteados, da maquiagem de forma que a modernização não estivesse tão presente, como também ocorria a proibição de qualquer instrumento que estimulasse a criatividade e a imaginação, como levar para escola revistas, livros, músicas, poemas, retratos, postais, etc. Como também era proibida a conversa entre internas e externas do colégio, tudo isso era feito para que as alunas se mantivessem afastadas e “protegidas” da tão temida modernidade. Aquela que burlasse a norma seria punida e serviria de exemplo para prevenir outros em casos de desobediência. Nada poderia fugir àquela norma.

Página da caderneta individual da aluna Maria Oriêta – Ano letivo 1953. Páginas contendo regras disciplinares

Outro documento é uma fonte primária escrita, trata-se de uma página do *Livro de Dispensas Médicas*, onde encontram-se registradas informações relevantes para o estudo das práticas educativas daquele ano letivo. O documento contém o ano letivo, no caso 1959, o nome das alunas, a série respectiva que cursava cada uma, a turma, a data de concessão, o prazo da dispensa, o motivo da concessão, assinatura da médica e o visto do inspetor e o nome da gráfica que produziu a guia para preenchimento.

N.º da ALUNA	NOME DO ALUNO	SÉRIE	TURMA	DATA DA CONCESSÃO	PRAZO DA DISPENSA	MOTIVO DA CONCESSÃO	VISTO DO INSPECTOR FEDERAL
1	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	Visto do Inspetor Federal Assinatura da Médica
2	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
3	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
4	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
5	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
6	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
7	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
8	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
9	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
10	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
11	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
12	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
13	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
14	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
15	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
16	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
17	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
18	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
19	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
20	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
21	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
22	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
23	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
24	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
25	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
26	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
27	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
28	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
29	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
30	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
31	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
32	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
33	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
34	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
35	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
36	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
37	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
38	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
39	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	
40	Aluna de Maria Oriêta Santos	1.ª	12	17-1-59	15 dias	doença e hipertensão arterial	

Página do Livro De Dispensas Médicas ano letivo de 1959

Diante da análise desses dois documentos, percebemos que ainda existe um amplo caminho a historicizar, pois como nos diz Manoel (1996), a implantação dos colégios confessionais representava um projeto bem elaborado e em escala mundial, que buscava a arrecadação de recursos financeiros, como também afastar os educandos das ideias





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

modernas e do ensino leigo. O que, de certa forma, nos permite perceber a importância dos estudos voltados para instituições escolares e em especial, quando se trata da história da educação. Com isso, temos um vasto campo do saber a ser explorado, em sua cultura escolar, lembrando que essa expressão *cultura escolar* tem sido usada como uma categoria extensa, nos oferecendo um leque de possibilidades. Dominique Julia (2001) define cultura escolar:

A cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhes são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular. Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos. (Julia, 2001, p.10-11).

A partir dessa perspectiva, entendemos que o estudo da História da Educação, em especial a educação confessional, nos leva a problematização de como se desenvolveu a instrução confessional no Brasil dos anos 1930. Outrossim, no que diz respeito a nossa investigação de mestrado, nos faz inquirir: quais instrumentais de educação puderam estar a serviço das Damas da Instrução Cristã, em colégios como o Imaculada Conceição? Certamente todos os que pudessem *normatizar, reger, e tutelar* a juventude. Aspectos de uma cultura escolar centrada na disciplina; na corporificação de ideias católicas e que teriam profundo impacto, na Campina Grande daquele tempo.

### REFERÊNCIAS

AFONSO, Alcilia ; CARVALHO, Jully. **O Ouro branco no nordeste brasileiro: Análise de dois estudos de casos. Resgate das fontes documentais do patrimônio industrial do ciclo do algodão em Campina Grande. 1900-1950.** In: Anaes do 4º Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação Belo Horizonte, de 25 a 27 de novembro, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer.** 13º ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves - Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** São Paulo: Paz e Terra, 2014.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**, 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas/ SP: Autores Associados, nº1, jan. jun. 2001.

LE GOFF, Jacques, **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Unicamp, 2003.

MANOEL, Ivan **A Igreja e educação feminina (1859-1919):** uma face do conservadorismo. São Paulo, SP: UNESP, 1996.

MARRAMAIO, Giacomo, **Poder e Secularização:** as categorias do tempo, EDUSC, 1994.

SILVA, Ramsés Nunes. **O Internato que se tece:** as culturas instrucionais de confinamento e As Damas da Instrução Cristã-1891-1937. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa – PB., 2012

## MANUSCRITOS

*Caderneta individual da aluna Maria Oriêta – Ano letivo 1953 DO Colégio Imaculada Conceição – Damas da Instrução Cristã.*

*Livro de Dispensas Médicas do Colégio Imaculada Conceição – Damas da Instrução Cristã.*





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## DA REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X: CULTURA ESCOLAR, EDUCAÇÃO, IMPRENSA EDUCACIONAL E PUBLICIDADE (PARAÍBA, 1910-1954)

Alexandro dos Santos

Doutorando em Educação, PPGH, Universidade Federal da Paraíba.

E-mail: alexandro dossantos09@gmail.com

Cláudia Engler Cury

Orientadora, PPGH, Universidade Federal da Paraíba.

E-mail: claudiaenglercury73@gmail.com

Esta narrativa tem por objetivo empreender uma reflexão acerca da relevância da *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, para a construção de uma cultura escolar na Paraíba, entre os anos de 1919 a 1954, período em que tal periódico circulou, abordando, em suas páginas, assuntos de caráter científico, religioso educativo, o papel da família na educação, a importância da educação religiosa na formação moral das crianças e adolescentes, cobrança e preço das mensalidades, conselhos higiênicos, importância da saúde bucal, a contribuição da cultura física e para o cultivo de um corpo são e vigoroso, o civismo como ideal social. Esse impresso se destacou por abordar em suas páginas, a opinião de alunos, educadores, políticos, médicos e intelectuais locais sobre diversos assuntos. Assim, levamos em consideração as contribuições do aporte teórico-metodológico da Nova História Cultural, principalmente a partir das discussões feitas por Michel Foucault, enfatizando o conceito de discurso. Outro conceito importante na condução da presente escrita é o de cultura escolar elaborado por Dominique Juliá. Percebemos que a fonte analisada contribuiu para a propagação dos projetos de educação idealizados pelo *Colégio Diocesano Pio X*, promovendo uma cultura escolar, atuando na formação corporal e intelectual, disciplinado corpo e mentes e gestando uma nova sensibilidade em relação ao cuidado/educação corporal e intelectual dos sujeitos.

**Palavras-chave:** Revista do Colégio Diocesano Pio X. Paraíba. Discurso. Cultura escolar.

AOS CARISSIMOS FILHINHOS, ALUMNOS DO COLLEGIO DIOCESANO PIO X.

ACABO de ler o primeiro numero de vossa revista Pio X. [...] Sim, Carissimos Filhinhos, perseverae e tereis a melhor das escolas e o mais eficaz dos estímulos para a vossa proveitosa instrução e principalmente para a educação ou formação do vosso coração e caráter, sem a qual, de nada valerá a sciencia (REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X, 1910, nº2).

O presente artigo tem por objetivo empreender uma reflexão acerca da relevância da *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, para a construção de uma cultura escolar na Paraíba, entre os anos de 1919 a 1954, período em que tal periódico circulou, abordando, em suas páginas, assuntos de caráter científico, religioso educativo, o papel da família na





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

educação, a importância da educação religiosa na formação moral das crianças e adolescentes, cobrança e preço das mensalidades, conselhos higiênicos, importância da saúde bucal, a contribuição da cultura física e para o cultivo de um corpo são e vigoroso, o civismo como ideal social.

A edição do primeiro número da *Revista do Colégio Diocesano Pio X* saiu no mês de agosto de 1910. A criação desse impresso teve importante contribuição para a emergência de uma *cultura escolar* na Paraíba, nas primeiras décadas do século XX, período em que tal impresso circulou no Estado, abordando, em suas páginas, assuntos variados, principalmente os de caráter educativo. O discurso acima, de autoria de Dom Aduino, “padrinho espiritual” da Revista, expressa bem a importância que o impresso teve na modelação de uma identidade pedagógica para o Colégio. Na opinião do Bispo: “Achei bella e importante a vossa estréia na poderosíssima arma moderna do bem e do mal” (Idem). Os editores do impresso escolheram o seguinte lema: “a Deus pela sciencia, á sciencia por Deus”, para estampar suas capas. Pelo que se depreende da leitura do lema, adotado para a identificação do impresso, os discursos religioso e científico comporiam a pauta das principais discursões propostas pelo programa editorial da mesma. O projeto de construção dessa imprensa pedagógica foi resultado do trabalho de cooperação dos professores e alunos do *Colégio Diocesano Pio X*. Nesse processo, contaram ainda com a valiosa colaboração de intelectuais de diferentes partes do país: “São médicos, advogados, padres, poetas, jornalistas, que, perlustrando outrora os vetustos bancos do famoso Pio X, ensaiaram os seus primeiros passos nesta Revista” (REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X, 1923, nº8). De acordo com Dom Aduino, a criação dessa imprensa pedagógica iluminou,

[...] as trevas do passado e a obscuridade do futuro; dos vícios da sociedade presente; e tereis luzes para formar em vós uma alma superior aos objetos sensíveis, um coração que domine paixões, uma vontade que sobre ellas impere, uma ambição santa que só Deus possa satisfazer, uma coragem que só tema o pecado, um espírito elevado que não estime primeiro que tudo senão a virtude, e assim sereis realmente doces esperanças da Pátria (REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X, 1910, nº2).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Através dos temas abordados em suas páginas, o *Colégio Diocesano Pio X*, forjou sua identidade pedagógica – pautada na defesa de uma instituição de ensino que inspirava o respeito; a organização; que atendia os objetivos da modernidade; civilizada; com professores capacitados; com laboratórios equipados; apta para receber os filhos de parte da elite política e econômica do Estado; que zelava pela disciplina e ordem; com uma sólida formação intelectual e moral, religiosa e científica. Após sua criação o impresso passou a ter um “intenso transitio”, através de sua leitura é fácil perceber a quantidade de escritores que nela expressaram suas ideias e concepções de pensamento, é possível encontrar artigos escritos por médicos, religiosos, diretores, professores, alunos e ex-alunos do próprio Colégio, textos de convidados de outros estados, homenagens prestadas ao papa Pio X, a Dom Adauto, a Getúlio Vargas, aos Interventores do Estado (Argemiro de Figueiredo e Ruy Carneiro), a membros da Igreja Católica, aos diretores do Colégio, a “heróis nacionais”, como Duque de Caxias, Rui Barbosa, Tiradentes, dentre outros. No período em apreço, o periodismo pedagógico “constituiu-se em produção fundamental para a valorização da Educação e, por consequência, ampliação do público leitor” (MARTINS, 2008, p. 322).

Entre os temas mais abordados em suas páginas, encontra-se o papel da família na educação, a importância da educação religiosa na formação moral das crianças e adolescentes, cobrança e preço das mensalidades, os preços de assinatura, conselhos higiênicos, importância da saúde bucal, a contribuição da cultura física e *gymnastica sueca* para a produção de um corpo são e vigoroso, o civismo como ideal social, as festas realizadas pela direção do Colégio, sobre o Dia da Juventude, 7 de setembro, Dia da Independência, as práticas de educação do corpo, as disputas esportivas realizadas no Colégio (*Foot Ball e Volley Boal*), os campeonatos de *Foot Ball e Volley Boal*. Os editores da *Revista do Colégio Diocesano Pio X* faziam questão de divulgar mensalmente as principais competições esportivas que os alunos do Colégio, participaram. Ao folhear suas páginas amareladas o leitor se depara com uma grande quantidade de textos imagéticos exaltando a importância das práticas esportivas para a construção de um corpo educado e saudável.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Em dezembro de 1931, a *Revista do Colégio Diocesano Pio X* publicou o artigo: *Como foi recebida a nossa Revista de Junho* – em que exalta o trabalho dos alunos e professores do Colégio: “Já está no ano XXII de sua existência esta interessante REVISTA que é mantida pelo esforço conjunto de professores e alunos do conceituado Colégio Pio X” (REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X, 1931). Segundo o autor: “O número que temos em mãos é uma elegante brochura, refeita de colaboração variada, e, ao mesmo tempo, adaptada às condições pedagógicas do referido educandário” (Idem). O discurso busca enaltecer a imagem do Colégio, como uma instituição moderna e civilizada, que oferecia os melhores métodos, professores e concepções de ensino. O discurso busca propagandar as ações desenvolvidas pela instituição, diante da sociedade paraibana, tendo em vista que o mesmo se tratava de uma escola particular e precisava tornar público e conhecido seus eventos, métodos, quadro de profissionais, estrutura física, disponibilidade de materiais, entre outros, para vencer a concorrência de outros colégios. Por isso, a necessidade de uma imprensa educacional seria e comprometida com a educação, tornando público, o “edifício do Colégio, os gabinetes de física, química e história natural, grupos de alunos, etc” (REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X, 1931). Publicações como esta, visava conquistar o maior número possível de novas matrículas, ampliando o quadro do número de alunos.

O foco dos discursos publicados nas páginas da *Revista do Colégio Diocesano Pio X* eram os leitores que formavam parte da elite paraibana, pessoas que tinham acesso à leitura e condições materiais e financeiras, de adquirir, os exemplares do impresso. Tendo isso, em vista, Roger Chartier (2002, p. 127), recorda que “[...] não existe nenhum texto fora do suporte que dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor”. No artigo: *O nosso Collegio*, publicado pela *Revista do Colégio*, em 1928, José Borges de Sallles, destaca que:

Entre os estabelecimentos de instrução na Parahyba, salienta-se o Colégio Pio X. Aos 33 anos de sua existência mais uma acaba de juntar-se a este conceituado educandário, que pelos serviços prestados a Pátria e á a sociedade vê o seu nome scintillar na constelação dos melhores colégios do Nordeste Brasileiro. Este novo ano que se acaba de extinguir, é mais uma etapa de benefício em prol das





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

famílias parahybanas que veem os fructos odoríferos que seus filhos aqui colhem (REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X, 1928, p. 41).

Foi com o objetivo de tornar público, a imagem do Colégio, que a *Revista do Pio X*, assumiu o papel de ser a responsável pelo *marketing* da instituição: divulgando seus feitos, seus eventos, projetos pedagógicos, métodos disciplinares, estrutura, higiene e disciplina. É bom deixar claro que o *Colégio Diocesano Pio X* no início do século XX, já era um dos principais estabelecimentos de ensino do Estado, responsável pela educação religiosa e científica de parte dos filhos das famílias mais tradicionais. Por isso, é importante frisar que os discursos veiculados em suas páginas eram intencionados, ou seja, eram produzidos com a intenção de chegar e sensibilizar membros da elite local, responsáveis por manter financeiramente o Colégio, com a matrícula de seus filhos.

No período, abordado, a maior parte da população paraibana era analfabeta e, por isso, não tinha acesso à leitura e muito menos condições de adquirir um exemplar da *Revista do Pio X*, devido aos preços elevados. Esse privilégio ficava restrito aos políticos, comerciantes e grandes produtores rurais locais. Em 1928, a *Revista do Pio X*, divulgou uma imagem com o “Grupo geral dos alunos”. Sobre os possíveis usos de uma dada imagem num texto, Roger Chartier, diz que ela “classifica o texto, sugere uma leitura, constrói um significado. Ela é protocolo de leitura, índice identificador” (CHARTIER, 2002, p. 133)<sup>157</sup>.

#### **Imagem 1: “Grupo geral dos alunos”.**

---

\* Este artigo é fruto de um trabalho de conclusão de curso em Licenciatura Plena em História.





**Fonte:** *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, 1928, p. 69.

Para se divulgar a mensagem ao leitor, a imagem fotográfica tornou-se mais produtiva e eficaz que a letra. “A fotografia, com seu poder multiplicador, potencializava a informação, levando aos mais diversos público a informação até então subtraída ao analfabeto e às camadas desfavorecidas” (MARTINS, 2008, p. 193). A mensagem repassada pela fotografia assumiu o papel de atingir as mais diversas comunidades de leitores; do analfabeto, semianalfabeto ao letrado. A imagem tem esse poder de ampliação da possibilidade de leitura e compreensão. Ela não só facilita a leitura, mas também seduz o leitor, tornando a prática de leitura mais fácil e divertida.

A *Revista do Colégio Diocesano Pio X* era impressa “nas oficinas gráficas da “Popular Editora” (REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X, 1931). Seus primeiros exemplares traziam estampados em suas capas, o ano de publicação, o mês, o número, o título – *Revista Mensal dos Alunos do Colégio Diocesano Pio X* - e o lema – *A Deus pela sciencia; á sciencia por Deus*, frase do Papa Leão XIII. Não existia uma





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

padronização sobre a quantidade de páginas de cada número. Nos exemplares que tive a oportunidade de analisar, encontrei edições com apenas dez páginas, como o segundo, publicado em setembro de 1910, e edições com uma quantidade de páginas bem maior. Com o passar dos anos, a quantidade de páginas, textos, fotografias e anúncios publicitários foi aumentando gradativamente. De início o preço da assinatura custava 5\$000 reis o ano, 3\$000 reis o semestre e 1\$500 reis o trimestre. À medida que o número de assinantes da Revista ia aumentando, a introdução de algumas mudanças passou a ser necessária. A primeira e mais importante diz respeito ao *design* da capa. Em todos os números passou-se a estampar a fachada principal do Colégio, como pode ser visto na imagem 2, do ano VI, publicada em 15 de setembro de 1915, numero 2.

**Imagem 2:** *Revista do Colégio Diocesano Pio X.*



**Fonte:** *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, setembro de 1915, n. 2.

Com o passar dos anos outras novidades foram sendo inseridas. O avanço das técnicas de impressão e a invenção da fotografia trouxe um colorido todo especial a *Revista do Colégio Diocesano Pio X*. Novas cores foram ganhando espaço na capa e nas





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

imagens publicadas. O preço também sofreu alterações. Em 1924 o leitor que desejasse adquirir um exemplar teria que desembolsar a quantia de 6\$000 reis pela assinatura anual, 7\$000 reis por um número avulso e caso tivesse a intenção de utilizar uma de suas páginas para divulgar algum de seus produtos, devia entrar em contato com a redação da mesma, pelo seguinte endereço: “Casta Postal 33, Parahyba do Norte” (REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X, 1924). A *Revista do Pio X* tornou-se um dos principais veículos de publicidade do Estado. Em suas páginas eram anunciados quase todos os tipos de produtos. Os mais frequentes, eram as propagandas de consultórios de advocacia, medicina e odontologia, a exemplo, dos advogados Dr. Antônio Sá, com escritório localizado na Rua Barão do Triunfo, 34, Residência na Rua Cardoso Vieira, 272; Dr. Irineu Joffily, com escritório na Rua Philiphea; os médicos Dr. Adhemar Londres, consultório e laboratório clínico na Rua Maciel Pinheiro, 148; Dr. Jayme Lima, com residência na Avenida General Osório; Dentistas Dr. Elvídio A. Ramalho, com endereço fixo na Rua Barão do Triunfo, 271, telefone, 258 e Dr. Francisco Ramalho, com consultório na Avenida General Osório. O caráter mercadológico se tornou numa das principais fontes de lucro da Revista. O fato de ser lida por pessoas com certo poder aquisitivo, contribuía para que os anunciantes buscassem anunciar seus produtos em suas páginas.

Entre as empresas e marcas de produtos que tinham um espaço reservado nas páginas da *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, merece destaque a: *Agencia Ford*, Rua Maciel Pinheiro – exportação de automóveis de passeio e caminhões; *Oficina Machado*, Rua Maciel Pinheiro, Pinturas; *F. H. Vergara & CIA*, Grande Armazém de Estivas, Fabrica de Bebidas, localizado na Praça 15 de novembro; *Casa Americana* – vende tudo até 4\$000 reis – armazém de miudezas, na Av. Beurepaire Rohan; *Padaria e Pastelaria Paulista*, de João Gomes Carneiro & Irmão, na Rua Maciel Pinheiro; *Alfaiataria do Norte* – casa especializada em todos os artigos concernente a alfaiataria: Confecção de fardamentos militares, fabricação especial de *kepis* e chapéus. J. Eduardo de Holanda, Rua Maciel Pinheiro; *Companhia Commercio e Industria Kroncke*, agência de compras de seguros; *Oleo “Sol Levante”* – para mesa e cozinha – dá saúde, força e vigor (REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X, 1933).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Dentre os anunciantes que procuravam os editores da Revista para divulgarem seus produtos, estavam alguns dos fornecedores de artigos para o *Colégio Diocesano Pio X*. Como o Dr. Seixas Maias – Clínica médica em geral – Rua B. do Triunfo, 271; Dr. Manoel Coutinho – Dentista; Dr. Oscar Oliveira Castro – Clínica médica e doenças da criança, duque de Caxias, 312, que prestavam assistência médica e odontológica ao Colégio. Entre os fornecedores estavam: a *Padaria Paraibana* de Antônio Gomes Carneiro, com especialidade em Pães, Bolachas e Biscoitos, localizada na Rua Visconde de Pelotas, 270; *Alfaiataria do Norte de José Eduardo* – onde os alunos do *Colégio Diocesano Pio X* encomendavam seus *KEPIS* e Fardas, localizada da Rua Maciel Pinheiro, 97 – João Pessoa – Paraíba; *Farmácia Teixeira de Motta Silveira & Cia.*, na Rua Duque de Caxias, 353, Fone: 1047, especialista em receituários; *Casa dos Pintores de Hortencio Ramos & Cia.*, na Rua Maciel Pinheiro, 225. Fone 1901, segundo a propaganda, essa era a “casa onde todos pintores compram”; *Casa dos Estudantes de Miranda Freire & Irmão – Livraria, Tipografia, Papelaria e Encadernação*, Fone: 1286, na Rua Duque de Caxias, 570, João Pessoa, Paraíba; *Agencia Chevrolet de Araújo & Lira*, Rua Maciel Pinheiro, 96; *Casa Monteiro de Antônio Monteiro*, Rua Maciel Pinheiro, 218, especializada em Eletricidade e Mecânica em Geral. Para Tania Regina de Luca (2010, p. 123): “A publicidade também se articulou às novas demandas da vida urbana do início do século XX e, no que diz respeito à imprensa periódica, transformou-se na sua principal fonte de recursos”.

Nas primeiras décadas do século XX, o gênero Revista foi um dos suportes que conseguiu melhor contemplar a propaganda e a publicidade, “a revista talvez tenha sido dos mais efetivos, concentrando a força da propaganda e a evolução dinâmica da publicidade, expressando-as em suas representações mais acabadas” (MARTINS, 2008, p. 244). Tornou-se veículo ideal para a divulgação e circulação de determinados produtos: dando-se a divulgar, conhecer-se, consumir-se.

O meu primeiro contato com a *Revista do Colégio Diocesano Pio X* ocorreu na *Biblioteca Átila de Almeida*, localizada na sede da reitoria da Universidade Estadual da Paraíba. Esse encontro casual se deu quando eu estava pesquisando temas relacionados à educação do corpo em revistas e jornais que tinham circulado na cidade de Campina





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Grande e no Estado, nas primeiras décadas do século XX. Meu interesse inicial era identificar e catalogar fontes impressas (jornais e revistas), que abordassem em suas páginas, assuntos relacionados ao ensino de educação física, higiene e práticas de pedagogização do corpo. Foi numa dessas visitas a *Biblioteca Átila da Almeida*, que acabei me deparando com alguns exemplares dessa imprensa educacional. O encanto foi de imediato. Ao folhar algumas de suas páginas, percebi que se tratava de uma fonte com inestimável valor histórico. Em seguida, passei a pesquisar em outros arquivos do Estado, os outros exemplares do impresso. Com o andamento da pesquisa, cheguei ao *Instituto Histórico e Geográfico Paraibano - IHGP*, localizado no centro de João Pessoa. No acervo desse arquivo, abriga boa parte das edições do impresso em bom estado de conservação e disponíveis para a consulta. O quadro 3, traz algumas informações a respeito da fonte, como os anos de publicação, os números e acervos onde os exemplares estão disponíveis para pesquisa.

**Quadro 1: Revista do Colégio Diocesano Pio X**

Fonte	Ano	Números	Acervo
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1910	2, 3 e 4	Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1911	5 e 6	Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1912	1, 2, 3, 4, 6 e 8.	Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1913	1, 2, 6, 7 e 8.	Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1914	2, 3, 4 e 8.	Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.
			Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1915	4, 8 e 9.	(IHGP). João Pessoa, Paraíba e Biblioteca Átila de Almeida, campina Grande.
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1916	8	Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1917	-	Biblioteca Átila de Almeida, campina Grande.
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1918	9	Biblioteca Átila de Almeida, campina Grande e Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1919	4 e 5.	Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1923	8	Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1924	3	Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba e Biblioteca Átila de Almeida. Campina Grande.
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1926	6	Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1928	-	Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1930/1931	10	Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1932	10	Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1933	-	Biblioteca Átila de Almeida. Campina Grande.
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1935	-	Biblioteca Átila de Almeida. Campina Grande.
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1936	1	Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1937	-	Biblioteca Átila de Almeida. Campina Grande.
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1938	2 e 3	Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1939	1	Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba.
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X</i>	1941	1, 2, 3, 4, 6, 7, 8 e 9.	Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP). João Pessoa, Paraíba e Biblioteca Átila de Almeida. Campina Grande.
<i>Revista do Colégio Diocesano Pio X (Edição Comemorativa)</i>	1954	-	Acervo Eclesiástico da Paraíba.

**Fonte:** Quadro elaborado pelos autores do texto, 2019.

Os exemplares do impresso se encontram em bom estado de conservação, facilitando o processo de catalogação, digitalização e, mapeamento/análise dos conteúdos e imagens do mesmo. O corpo editorial da *Revista do Colégio Diocesano Pio X* era formado por membros da direção, alunos e professores do Colégio. A Revista teve vida longa se forem levadas em consideração as inúmeras dificuldades (autor valor das matérias primas como papel, falta de recursos, dificuldades técnicas, baixo número de leitores do país, entre outros), para se imprimir e comercializar esse tipo de impresso, na época. A





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

primeira edição fora publicada no mês de agosto de 1910, funcionando até 1954, em tiragem mensal. No ano de 1954, foi lançada pela direção do *Colégio Diocesano Pio X* sua última edição, organizada pelos *Irmãos Maristas*. O impresso educacional buscou abordar em suas páginas os principais temas de interesse do Colégio, divulgando sua “modernidade pedagógica” (ANDRADE, 2014, p. 44).

Em 1941, o até então Arcebispo da Paraíba, Moyses, afirmou que a *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, tinha se tornado com o passar dos anos “uma sementeira a derramar no espírito e no coração da juventude estudiosa desse educandário um apreciável bem de ordem intelectual e moral” (REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X, 1941, n.3

). Além de assumir o papel de construção da identidade do Colégio, como uma instituição que prezava pelo respeito, boa ordem, conduta, higiene e educação de qualidade, essa imprensa educacional funcionou também como um “instrumento de normatização de condutas” (ANDRADE, 2014, p. 45). Era com esse propósito que “a Revista Pio X veicula lições e ensinamentos salutareos ao espírito dos educandos sedentos de saber” (REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X, 1941, n.3). Os seus leitores sedentos por novidades “encontram nos artigos, nos sueltos e chistosos contos, que ela oferece, subsídios interessantes á formação literária de sua inteligência” (Idem). Os empresários, médicos, advogados e intelectuais que a ela recorriam para publicar seus produtos e textos “vão exercitando suas habilidades á lida da imprensa, ou ensaiam seus voos para a vida jornalística”. Na opinião do Arcebispo Moyses, a *Revista do Colégio Diocesano Pio X*: “É, portanto, grandemente útil” (Idem, Ibidem).

Esse tipo de fonte histórica torna o trabalho do historiador e conseqüentemente as pesquisas em História da Educação, muito mais ricas e cheias de possibilidades de análise. O trabalho com esse tipo de fonte só passou efetivamente a ser considerado e tipo como válido pelos historiadores com o surgimento da *Escola dos Annales*, em 1929, quando Lucien Febvre e Marc Bloc, com seus escritos e crítica aos métodos tradicionais revolucionaram o fazer historiográfico, alargando as possibilidades de pesquisa e fonte documental. Algo que foi ampliado com o surgimento da Nova História Cultural quando “o gênero “revista” enquanto fonte, ou melhor, esta modalidade de publicação periódica





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

evidenciou-se como suporte rico e diversificado de documentos” (MARTINS, 2003, p. 60), revelando processos históricos múltiplos, representação das inúmeras maneiras de consumo, os seus usos e costumes.

O início do século XX foi um momento bastante propício para a produção e divulgação do gênero Revista. As revistas ganharam um caráter mercantil, veiculando em suas páginas uma diversidade enorme de mercadorias, produtos de beleza, ideias, discursos políticos e ideológicos. Tornou-se uma importante fonte de lucro. Com a *Revista do Colégio Diocesano Pio X* não foi diferente. Ela assumiu a responsabilidade de fazer a divulgação dos principais feitos e eventos realizados pelo Colégio e, também de conseguir junto à sociedade paraibana anúncios de produtos que se tornou sua base financeira.

Por esse motivo ao se trabalhar com o gênero Revista é importante que o pesquisador esteja atento aos interesses mercadológico e ideológico existente por traz de tais publicações. Principalmente quando se tem em mãos uma Revista que estava a serviço de uma das escolas mais tradicionais do Estado, como era o caso do *Colégio Diocesano Pio X*, fortemente alinhado com o discurso religioso. Daí vem à necessidade em se praticar “o exercício da crítica permanente do documento, interna e externa, passível de aflorar o verso e o reverso de uma mesma história, ou possibilitar as múltiplas histórias decorrentes do fato, do momento, do período, de um processo histórico” (MARTINS, 2003, p. 61).

O historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior chama a atenção dos pesquisadores que trabalham com o *conceito de discurso* para a importância em se processar uma rigorosa *análise interna e externa* dos documentos. Por que em sua opinião: “Tanto uma quanto a outra vão em busca das marcas de historicidade, das marcas que a temporalidade particular em que foram produzidos deixou nesses discursos, pois essa é a tarefa precípua do trabalho do historiador” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 236).

Na *análise externa* de um determinado discurso, o historiador, deve se perguntar sobre “suas relações com aquilo que o cerca, com aquilo que o situa num dado tempo, espaço, sociedade, cultura, relações políticas, econômicas, ou seja, perguntar-se por suas condições históricas de possibilidade, por aquelas ligações que permitiram sua emergência, seu pronunciamento” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 236). Precisa





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

também indagar-se a respeito das possíveis ligações que um determinado discurso mantém com aquilo que o cerca. É preciso buscar informações detalhadas sobre a datação, localização, autoria, o momento histórico em que foi produzido e dado a circular, as circunstâncias em que veio a público, os interesses envolvidos, os objetivos, o público a quem se destina. O contexto social, político, econômico e cultural de sua produção, as relações sociais envolvidas. As relações e jogos de poder e saber que o autor de determinado discurso esta/estava inserido. Quais os interesses envolvidos por traz da publicação de tal discurso. Que jogos de poder e relações de força é possível identificar.

Na *análise interna* o historiador deve tomar o discurso “como sendo em si mesmo um acontecimento, um evento que merece ser interrogado enquanto tal. O discurso não é transparente, não é uma lente ou um aparelho através do qual vemos o que está fora ou para além dele simplesmente” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 237). Quando se trabalha com fontes impressas, como é o caso da *Revista do Colégio Diocesano Pio X*, é preciso que o historiador fique atento para sua estrutura interna: tipo de papel, gráfica onde foi impressa, período de circulação, imagens e textos publicados, os autores, o leitor a quem se destinava a quantidade de páginas, entre outros. Os textos precisam ser descortinados, analisados na íntegra, problematizados e relacionados com o contexto maior em que vieram à tona. “O texto obedece a uma ordem de discurso, a uma formação discursiva peculiar, historicamente datável” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 238). Deve ser interesse de o historiador saber por que um dado discurso foi publicado, ganhou destaque nas páginas de um dado veículo de informação, quais os interesses envolvidos, que grupos estavam interessados, quais as intenções, os objetivos. Porque esse e não outro discurso/texto foi publicado. Quais as relações de poder/saber estão ligadas a tal discurso.

Esse tipo de dúvida e questionamento é importante tendo em vista que todo tipo de discurso que é emitido e chega até o leitor/receptor “vêm condicionados pelas instituições que os produziram e os guardaram ou acolheram. A produção do arquivo é também uma atividade social e politicamente orientada. Nenhum discurso que chegou até nós foi guardado inocentemente, por acaso” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 239). Por esse e outros motivos é de fundamental importância que o historiador esteja atento para os





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

inúmeros interesses e jogos de poder que existe por traz da publicação e circulação dos discursos e impressos.

No caso do *Colégio Diocesano Pio X* a criação e publicação de um impresso pedagógico assumiu o trabalho de ser o principal veículo de divulgação e inculcação na mente dos paraibanos, de um projeto de educação, pautado nos discursos da ciência e da religião, tornando publico, a sua *cultura escolar e educacional* que visava à construção de sujeitos saudáveis, educados, cristãos e patriotas.

## FONTES

REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X, 1910.

REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X, 1924.

REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X, 1928.

REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X, 1931.

REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X, 1933.

REVISTA DO COLÉGIO DIOCESANO PIO X, 1941.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos: A dimensão retórica da historiografia. In: PINSK, Carla Bassanezi e LUCA, Tania

Regina de (org). **O Historiador e suas fontes**. – 1. Ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2011.

ANDRADE, Vivian Galdino de. **Alfabetizando os filhos da rainha para civilidade/modernidade: o Instituto Pedagógico em Campina Grande – PB (1919-1942)**. 2014. 288f. Tese. (Pós-Graduação em Educação). – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

CHARTIER, Roger. **Do livro à leitura.** Práticas da leitura. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista:** imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922). Edusp, 2001.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **A CASA DA CRIANÇA DR. JOÃO MOURA: PRÁTICAS EDUCATIVAS A SERVIÇO DA INFÂNCIA DESVALIDA CAMPINENSE (1948-1964)\***

Alan Tassio Galdino<sup>158</sup>

PPGH-UFCG

alantassio@outlook.com

**Resumo:** Na primeira metade do século XX, a cidade de Campina Grande-PB, passava por um cenário de efervescência econômica, devido ao comércio do algodão. Nesta conjuntura surgia a necessidade de instituições educacionais que ofertassem a educação adequada aos filhos da elite campinense. Essa parcela da população terá seus anseios atendidos com a fundação de instituições confessionais particulares na cidade. Porém, aqueles que não advinham de famílias ricas, ainda necessitavam de espaços, que ofertassem os cuidados e educação básica. É na década de 1940, com a morte de uma das figuras públicas da cidade o médico pediatra João Moura, que detinha em vida, o desejo de fundar uma instituição que acolhesse e educasse crianças em situação de carência e desvalia. Que a Casa da Criança Dr. João Moura iria nascer. Fundada pelos esforços dos familiares do falecido médico, com o intuito de fazer concretizar o desejo que o mesmo detinha em vida. A instituição que viria a ser tornar referência institucional na cidade é criada no ano de 1948. Temos como proposta, debate as conjecturas políticas e sociais que levaram a fundação da instituição Casa da criança Dr. João Moura, analisando os seus primeiros anos de funcionamento, no recorte temporal dos anos de 1948 a 1964. Utilizando de uma metodologia qualitativa, analisando fontes documentais e imagéticas advindas da massa documental da instituição, também utilizando da História Oral, para obter as memórias de dois personagens ligados a História da instituição, a Irmã Creusa do Menino Jesus, religiosa mais antiga residente na Casa da Criança, e o senhor Onildo Moura, irmão do médico João Moura.

**Palavras chaves:** Casa da Criança Dr. João Moura, Infância Desvalida, História da Educação.

**Da morte há o nascimento: memórias sobre o nascimento da Casa da Criança Dr. João Moura.**

“Seu exemplo edificou  
O sonho realizado  
Casa da Criança João Moura  
Seu nome imortalizado”  
(Moura, 2014)

Foram muitas as conjecturas e caminhos que levaram a fundação da Casa da Criança Dr. João Moura, tentando analisar e entender cada meandro que corroborou para que esta instituição surgisse no cenário da Campina Grande-PB dos anos de 1948. Damos

<sup>158</sup> Mestrando em História, vinculado a linha de Práticas Educativas do PPGH-UFCG. Orientado pelo Professor Dr. Ramsés Nunes e Silva.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

partida a nossa caminhada nesta trajetória de pesquisa. Caminho este, que em alguns momentos tem se mostrado dificultosos. Porém, também tem se mostrado belo e revigorante. Ao ponto que percebemos em nossa pesquisa, que ao narrar a História da Casa da Criança Dr. João Moura, também estamos construindo narrativas sobre as memórias da História da Educação campinense e da infância desvalida e em situação de carência, que era o público acolhido pela instituição. É sabendo que o nosso caminho ainda não chegou ao fim, que convidamos aos leitores a caminharem conosco neste texto.

Nosso trabalho é fruto de um trabalho de conclusão de curso, onde tivemos a oportunidade de pesquisar a Casa da Criança Dr. João Moura, estes foram os nossos primeiros escritos, que foram traçados com o entusiasmo e medo que todo pesquisador detém no começo de sua jornada.

Para a produção deste artigo, tivemos como fontes a massa documental disponibilizada pela instituição. Entre elas fontes documentais e imagéticas que foram por nós analisadas. Além destes, utilizamos as memórias de dois sujeitos intrinsecamente relacionados com a História da instituição. A Irma Creusa do Menino Jesus, religiosa membro das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição. Sua chegada à instituição remete aos idos de 1955, sendo atualmente a irmã mais antiga a residir na instituição. Fora ela, obtivemos as emocionadas memórias do senhor Onildo Moura, irmão do médico João Moura. O senhor Onildo presenciou todo o processo de fundação da instituição, fazendo parte dele juntamente com sua família.

Não há como compreender a fundação desta instituição, sem saber quem é aquele que doou seu nome a ela. A instituição nasce pela morte de uma das figuras públicas da sociedade campinense, no ano de 1947. O médico pediatra João Moura. Vindo de uma família abastada da cidade, o jovem de 32 anos era conhecido pelos populares e, atuava em uma clínica pediátrica particular. Segundo as memórias de seu irmão, era um rapaz calmo e atencioso com seus pacientes, conseguindo logo o apreço das pessoas que atendia. A morte do jovem médico ocorreu de forma repentina, no ainda distrito de Massaranduba<sup>159</sup>. Ao tentar separar uma briga iniciada por motivações políticas, entre seu cunhado Pedro

---

<sup>159</sup> A mesma só viria a se emancipar como município nos anos de 1965.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Vaz Ribeiro<sup>160</sup> e um jagunço de um dos adversários políticos de seu cunhado. Nessa tentativa de apaziguamento, o médico teve um destino infeliz, sendo estocado por uma faca, levando-o a óbito no dia seguinte em 17 de fevereiro de 1947.

Com seu falecimento, a família Moura começou uma campanha entre a população e o comércio campinense, para angariar fundos, com o intuito de trazer a tona um sonho que o falecido médico detinha enquanto vida. Onde segundo as memórias do de seu irmão, ele visava:

Ele como médico pediatra, ele era muito compadecido, da assim dos pobres, então ele pensou, tinha esse projeto de fundar uma creche, para como é? Ajudar a mãe proletária né? E deixa os filhos pra poderem trabalhar, e essas coisas. Ele tinha esse projeto, mas antes disso ele morreu. Então começou, tinha outro rapaz aqui, que quis botar o projeto pra frente e tudo, e tal, ai falou com a minha irmã, que era bem dinâmica e outra, falou pra elas se aliarem e tal. Finalmente se organizou uma como é que se diz? Uma, uma sociedade lá, entre ela, ela com as amigas, e pra, trabalhar pra criar a Casa da Criança. Então ai se foi pra comércio, ai ela mesmo se destinou e tudo, Ascendino<sup>161</sup> também entrou no meio, e tudo, depois Campina Grande nessa época, existia uma festa da padroeira, em frente da catedral, que era muito animada, com pavilhões, pavilhões individualizados, e então eles também resolveram “buta” pavilhão, todo mundo na festa, e para angariar dinheiro (ONILDO MOURA, 2018).<sup>162</sup>

A família Moura teve fundamental importância em todo o processo de fundação da instituição. A morte repentina do jovem médico motivava a seus familiares deixarem de alguma forma o nome de seu ente querido, vivo na memória campinense. Desta forma, trazer este projeto que o médico havia idealizado enquanto vida, era uma forma de tornar fixa esta memória na sociedade campinense. Sendo uma família que detinha ligações políticas e de importância perante a elite da cidade, tal movimentação para a construção da instituição atraía benfeitores. O próprio terreno onde haverá de ser construída a instituição foi doado pelo prefeito da cidade na época Elpídio de Almeida. Tanto que é perceptível certa agilidade no processo de construção da instituição, a morte do médico pediatra data de dezessete de Fevereiro de 1947, já a construção do então Abrigo de Menores Dr. João Moura, nome que veria a mudar posteriormente, data de dezoito de Maio de 1948.

<sup>160</sup> Grande comerciante de algodão da época, no período que o produto se destacava no comércio campinense na primeira metade do século XX.

<sup>161</sup> Irmão de João Moura e, também Deputado pelo estado da Paraíba na primeira metade do século XX.

<sup>162</sup> Optamos por manter a falar dos entrevistados, transcrita de mesmo modo ao qual foram emitidas.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Com o surgimento da Casa da Criança Dr. João Moura, a instituição passou a ter sua administração regida por uma ordem de religiosas católicas. Que devido a não aceitação popular, pois havia boatos que circulavam entre os cidadãos, que esta ordem detinha a prática de enviar as doações recebidas para a sua matriz fora da cidade. Esta congregação, após perceber o descontentamento da população, fugiu da cidade sem avisos prévios, inclusive deixando as crianças residentes da instituição sozinhas durante a fuga<sup>163</sup>. Como fala do senhor Onildo:

Pronto, então depois de um tempo se veio, ainda veio umas freiras de Recife, ai, já tinha uns três meninos dois ou três, não me lembro, mas as freiras recebiam dinheiro todinho, e tinha a matriz em Jo [...] em Recife, ai o dinheiro levava tudo pra Recife, e a casa da Criança não progredia. Ai depois acalmaram um pouco, por que povo “tava” reclamando. E elas, um dia anoiteceu e amanheceu, e elas deixou os meninos sozinhos lá, dois meninos. [...], o vizinho que veio avisar que as freiras tinham ido embora, e que os dois meninos “tava” lá só, ai, parece que era até um casal, ai meu irmão foi a João Pessoa, por que ela não podia conseguir, arranhou por lá uma creche pra colocar os meninos, enquanto se resolvia. (ONILDO MOURA, 2018).

Com tais acontecimentos, à ordem das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição<sup>164</sup> fora convidada pelo então Bispo da cidade, Dom Aldo Pietrulha, a assumir a direção da instituição. Esta congregação que tem sua chegada ao Brasil em 1911, de origem portuguesa, já a atuavam em colégios, asilos e hospitais no país. Sua gestão a frente da Casa da Criança Dr. João Moura exerceu forte influencia nas práticas educativas exercidas pela instituição.

#### **Para além do cuidar e educar: docilizar a infância desvalida campinense.**

“Com amor pelos meninos  
Pensava, Com esperança,  
Em fundar um abrigo  
Amparar pobre criança”

<sup>163</sup> A origem e os fatos que remetem a esta ordem de religiosas, ainda é bastante obscuro. Fato este devido à ausência de fontes referentes ao período da administração dela na instituição. Os poucos relatos que conseguimos encontrar sobre, advém das memórias do senhor Onildo Moura.

<sup>164</sup> Congregação fundada em Lisboa, no ano de 1871, pela iniciativa da Irmã Clara do Menino Jesus e do Padre Raimundo dos Anjos Beirão. Tendo como carisma a Hospitalidade, a Congregação atua em várias áreas do assistencialismo social, promovendo a pessoa humana. Possuem casas nos continentes da África, Ásia, Europa e América.





(Moura, 2014)

A partir da criação da Casa da Criança Dr. João Moura, entendemos que houve o preenchimento de uma lacuna existente até aquele momento, no sistema educacional vigente na cidade. A infância pobre, desvalida e em situação de carência encontrava nesse momento, um espaço onde teriam a possibilidade de receber cuidados e a educação nas primeiras fases escolares. Serviço este, que até então, não era prestado por nenhuma instituição.

Porém, é interessante percebermos que havia motivações além da benemerência, observa-se que existiam outras conjecturas, que influenciaram a fundação da instituição. Analisando o cenário referente aos espaços educacionais existentes na cidade no mesmo período, percebemos que já existiam colégios que atendiam os filhos das elites campinenses. Tais como as instituições confessionais do Colégio Imaculada Conceição (1931), que atendia as moças das famílias abastadas da cidade, o colégio Pio X (1931) direcionado apenas para meninos e o Ginásio Alfredo Dantas (1919) também particular. Existia também o Grupo Escolar Clementino Procópio (1937), que era público, porém não atendia crianças no estágio da primeira infância exercendo a função de creche. E nesse contexto, os filhos das camadas pobres da cidade não eram assistidos, incluindo também os órfãos, que eram acolhidos e instruídos pela instituição.

Mas por que voltar os olhos para a infância desvalida e em situação de carência social? A resposta vem quando analisamos as iniciativas do Estado perante a infância desvalida, advindas desde o século XIX. Esses sujeitos eram renegados pelas autoridades, até o momento que se percebe, que se tais indivíduos não recebessem algum tipo de instrução, os mesmos ao decorrer dos anos se tornariam um problema a ser solucionado pelas autoridades. Ao ponto que tais crianças e jovens se tornariam marginais e criminosos, caso não recebem uma formação que os encaminhassem para um ofício em seu futuro.

Desta forma, entender os processos educativos, as práticas de ensino e docilização (FOQUALT, 1987), pensadas e verticalizadas a partir do poder do Estado, para a população. Esclarecem-nos, quais eram as intenções de controle, e quais perspectivas e possíveis metas pensadas pelos poderes públicos para a população.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Nesse processo, surgem os internatos como principal mecanismo para a formação desses indivíduos, fazendo-se necessário com o decorrer do tempo a construção de um método pedagógico que atendesse os interesses do governo. Os internatos funcionavam perfeitamente nessa causa, estando às crianças internadas em espaços educacionais, elas, ficavam isentas de da ociosidade durante o dia, ou mesmo de praticarem crimes. Essa perspectiva pedagógica agia descontruindo futuras situações de marginalização e formando mão de obra necessária e desejada pelo Estado. Como bem salienta Callou:

A pedagogia moderna entra em cena nos projetos de funcionamento dos internatos. A educação integral, que consiste na educação física, intelectual e moral permeava a logica ideal de formação do individuo. A educação física para fortalecer o corpo e a intelectual para que aprenda conhecimentos elementares e prática para o trabalho e a moral que seu comportamento se volte para o amo ao trabalho, disciplinarização do corpo e submissão à sua condição de pobreza. (CALLOU, 2016, p.43)

Em relação à educação da infância, o Estado possuía uma visão de que a mesma poderia ser colocada no patamar de futuro da nação, ou como também futuros problemas a serem resolvidos por ele. Dependeria, da instrução que estes recebessem. Com esta visão, os internatos criados tinham papel fundamental para o Estado, logo a criação dos mesmos foi incentivada pelo governo, com esse intuito de “salvar” as crianças pobres do país.

Neste sentido, são criadas, em todo país, instituições que serão responsáveis por amparar, educar e reformar as crianças pobres, abandonadas, órfãs e delinquentes, afinadas com regulamentos e decretos criados para determinar o lugar que cada criança irá ocupar. Estas instituições tiveram a sua origem no intuito de salvar a infância pobre brasileira (CALLOU, 2016).

Desta forma teríamos por parte da população uma crescente procura destas instituições, onde para muitos pais as mesmas representavam a possível saída de seus filhos de uma condição de miséria como cita Callou: “Pode-se inferir que para muitas famílias pobres estas instituições representavam a saída para salvar as suas crianças da pobreza que só tendia a aumentar” (CALLOU, 2016, p.48).

Assim a criação destas instituições e o financiamento das mesmas vão ser de interesse do Estado, pois estas estavam realizando um serviço à sociedade que em muitas





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

regiões do país não era disponibilizado, deixando desamparada esta parcela da população que era a infância pobre brasileira.

Nesse contexto temos a visão que é dada a infância desvalida e em estado de carência no começo do século XX, pelo Estado. Formando uma conjectura histórica que proporcionou o surgimento das instituições voltadas especificamente ao trato com estes.

Tais instituições surgidas com esta intencionalidade de forma as crianças, às tirando de um possível futuro de marginalidade. Vão gerar suas próprias práticas educativas. Voltas especificamente para aquele público. Onde temos várias destas instituições com disciplinas em seus currículos, voltadas para a formação de um ofício, um tipo de ensino técnico, que traria a possibilidade de um futuro trabalho, e possibilitaria deste modo um futuro fora da vida de crimes, situação que só acarretaria mais problemas ao Estado.

Com esta ação do Estado sobre a infância em estado de carência, percebemos o que Dominique Júlia entende por cultura escolar, sendo: “um conjunto de normas que definem o conhecimento a ensinar e condutas a inculcar [...]” (JULIA, 1995, p. 10). Analisando assim quais eram os conhecimentos necessários de acordo com a conjectura histórica do período a serem ensinados, a estas crianças, quais disciplinas necessárias a ser lecionado, o que de fato o Estado pensava ser necessário ser inculcado para estes possíveis “futuros da nação”.

Tudo isso, corrobora para várias estancias da educação proposta para estes indivíduos, desde os quadros de funcionários que iram integrar estas instituições especificas, até os espaços físicos direcionados a esse público. Sendo muitos em sua maioria internatos, ou semi-internatos, como a instituição por nós pesquisada.

Ainda nessa análise percebemos aqui a intencionalidade que o Estado possuía no que Foucault vai chamar de docilização dos corpos, ou corpos dóceis.

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadilha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia politica”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; define como o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina, A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

“dóceis”. a disciplina aumenta as forças do corpo ( em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)[...] (FOUCAULT, 2012)

Assim percebemos docilização dos corpos, que os poderes governamentais implantam através da educação, como forma de disciplinar, aqueles que tendiam a se tornarem futuros problemas para a sociedade. De mesmo modo, aumentava a utilidade econômica destes corpos, os tornando mãos de obra para o mercado, ao exemplo das várias instituições com o ensino de ofícios e ensino técnico, surgidas para este público.

Como também percebemos a docilização dos corpos na diminuição de sua força política. O cuidado com a infância desvalida e em situação de carência, também proporcionava o sentimento de segurança às famílias, ao perceberem que, ao momento que seus filhos seriam atendidos por estas instituições, estes teriam mais possibilidades de um futuro melhor: “Pode-se inferir que para muitas famílias pobres estas instituições representavam a saída para salvar as suas crianças da pobreza que só tendia a aumentar” (CALLOU, 2016, p.48). O que em partes trazia a estes um pensamento de agradecimento ao Estado, por esta disponibilizando um possível futuro de desenvolvimento a esta infância desvalida.

Conforme ressaltamos anteriormente, o público que foi atendido pela Casa da Criança Dr. João Moura, era oriundo das classes populares, prioritariamente. Em depoimento a nós dado, a Irmã Creusa, relata como eram as condições das crianças recebidas pela instituição, e a de seus parentes.

Era criança pobre, “probrezinha” mesmo, agora as mães eu não sei se era casada, ou era solteira, eu sei que era criança muito pobre, pobre, pobre tinham “muita” que não tinham nem a roupinha pra vestir. A casa foi criada pelas irmãs portuguesas, mas era tudo pobre, tudo crianças pobre, nunca teve mãe mais ou menos era tudo pobre, domestica, tinha muitas que nem emprego tinha [...] (IRMÃ CREUSA, 2018).

Outro caráter que a instituição apresentava desde os primeiros anos de sua fundação, até meados dos anos 2000, onde está pratica foi extinta. Era o cuidado com as crianças órfãs da cidade. As fontes remetem a crianças deixadas por muitas vezes em





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

frente da Casa, às vezes a noite quando o funcionamento já havia terminado, algumas vezes era avisado por telefone que se havia deixado a criança em frente da Casa, em outros casos eram apenas deixadas ao leu até terem sua presença notada por alguém que estivesse na instituição naquele momento. Em seu estatuto, no terceiro artigo do então “Abrigo de Menores Dr. João Moura” no ano de 1948, já era pontuado esse serviço ao qual a instituição deveria manter.

Serão admitidos órfão de ambos os sexos crianças desassistidas, e cujo os progenitores tenham sido privados do pátrio poder, ou cujo os pais pela situação de pobreza e enfermidade não posam criar os filhos (ESTATUTO DE FUNDAÇÃO DA CASA DA CRIANÇA DR. JOÃO MOURA).

A fala da Irmã Creusa, reafirma o lugar social destas crianças abandonadas na Casa da Criança Dr. João Moura, assim ela mesma fala: “Elas viam, assim do povo que não “pudia”, dos bairros carente, que as mãe não “pudiam” criar, tinham os filhinhos e “butava” na porta” (IRMÃ CREUSA, 2018).

A Casa da Criança Dr. João Moura, atendia assim a um processo necessário de docilização da infância desvalida e em situação de carência. Os cuidados e a educação ofertados a estes, corroborava para que estes indivíduos pudessem ser encaminhados a outras famílias, em condições sociais melhores que pudessem ofertar uma vida diferente da marginalização, que seria possivelmente encontrada na rua, de mesmo modo as crianças não residentes da instituição, mas que ali eram cuidadas obtinham a educação ofertada para as primeiras fases da infância.

A instituição se mostra um importante lugar de memória na cidade de Campina Grande (NORA, 1995). Ao fazer rememora uma das personalidades históricas da cidade, e também a memória da infância desvalida em Campina Grande, tema que ainda se mostra bastante obscuro na historiografia local.

Tais práticas educativas realizadas pela Casa da Criança Dr. João Moura, nos permitem compreender como se realizava o cuidado com esta parcela da sociedade que era esquecida por muitos, a infância desvalida e em condição de carência. Ao rememoramos tais práticas estamos dando voz a estes indivíduos que a muito foram colocados às margens.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Desta maneira, tornar-se de extrema importância trazer tais memórias à tona, pois estas são capazes de nos mostrar com bastante relevância como parte da nossa sociedade foi formada, educada e docilizada. Como também, nos proporcionam um maior e mais claro entendimento sobre as conjecturas educacionais, que eram pensadas e postas em práticas, a serviço da infância desvalida e em situação de carência social.

### REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verana. **Ouvir Contar Textos em História Oral**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BURKE, Peter. **O Que é História Cultural?**. Rio de Janeiro, 2008.

CALLOU, Maria Lucirene Sousa. **A Infância Desvalida como Problema Social**, Belém, PA: UFPA, 2016.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**, São Paulo: Editora Unesp, 1999.

CASTANHO, Sergio M. **Memória, História e Educação**, Campinas, SP: Revista HISTEDBR On-Line, 2016.

CASTROGA, Fernando. **Memória e historiografia**, Rio de Janeiro: Editora

CRUZ, Onildo de Moura. **A História da Vida de Dr. João Moura**. [Folheto de cordel]. 2014.

DIEHL, Astor Antônio, **Cultura Historiográfica**, Bauru, SP: EDUSC, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

GALDINO, Alan Tassio. **Práticas Educativas e Memórias na História da Educação Campinense: Narrativa Sobre a Casa da Criança Dr. João Moura**, Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro de Educação, Universidade Estadual da Paraíba, 2018.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

HALBWACHS, Maurice, **Memória Coletiva**, São Paulo: Centauro, 2006.

JULIA, Dominique, **A Cultura Escolar como Objeto Histórico**. International journal of history os education.

LOPES, Eliane Marta Teixeira, **História da Educação**, Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MEIHY. **História Oral: como fazer como pensar**, São Paulo: Contexto, 2007.

MELLO, Jose Baptista De, **Evolução do Ensino na Paraíba**, João Pessoa, PB: Biblioteca paraibana, 1996.

NORA, Pierre, **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**, Paris: I La République, 1995.

SAVIANI, Dermeval, **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**, Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SANDRA, Jathy Pesavento, **História & História Cultural**, Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

STEPHANOU, Maria, **História e memória da educação no Brasil**. Petrópolis RJ: Vozes, 2005.

**Entrevistas:**

Onildo de Moura Cruz, Campina Grande-PB, 2018.

Creusa Gomes do nascimento, Campina Grande-PB, 2018.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **UMA NARRATIVA DA ESCOLARIZAÇÃO DE MENINOS NEGROS NA ESCOLA CENTRAL DE MACEIÓ: TRABALHO, INSTRUÇÃO E CIVILIZAÇÃO (1887-1893)**

Marcondes dos Santos Lima

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

mcds1@outlook.com

### **RESUMO:**

O construto tem como proposta apresentar uma discussão em torno da escolarização de meninos negros na Escola Central de Maceió no Império. A referida instituição foi fundada em 22 de abril de 1887, por iniciativa da Sociedade Libertadora Alagoana. A sua criação foi um dos desdobramentos do projeto de lei apresentado na Câmara dos Deputados em 12 de maio de 1871, sendo promulgada posteriormente em 28 de setembro do mesmo ano, como a Lei nº 2.040 nominada de Lei do Ventre Livre. O escopo dessa instituição, sob a organização dos intelectuais abolicionistas da Sociedade, era o de escolarizar os meninos negros nascidos livres do ventre escravo. A partir disto, os objetivos do texto incidem em: descrever o cenário histórico em que a Escola Central de Maceió foi gestada; traçar os interesses político-ideológicos das elites que justificaram a necessidade de criação da instituição; reconstruir a partir dos indícios alguns traços da cultura escolar da Escola Central de Maceió; e por fim problematizar o papel da instituição na formação profissional de meninos negros. Definidos os objetivos, considera-se que a pertinência deste estudo reside em dar visibilidade a um projeto educacional pensado para a população negra livre como um meio de viabilizar o seu acesso ao universo elementar das letras, mas, sobretudo ao aprendizado de um ofício. Somado a isto, a discussão contribuirá para ratificar a tese de que a população negra livre, conseguiu lograr os bancos escolares das instituições de ensino e, assim continuar desmitificando a falácia de que na história da educação brasileira e, em especial na história da educação alagoana não houve casos de sujeitos negros que dominaram a escrita e leitura dentro dos seus limites. As oficinas ofertadas eram: marcenaria, sapataria, carpintaria, alfaiataria e tipografia. Os sujeitos ali matriculados eram submetidos ao regime de externato ou internato. Nas oficinas era ministrado os saberes de Física e Botânica com aplicação na produção de artefatos fabris que eram confeccionados pelos meninos e revertido em verbas para a escola. Logo, entende-se que a finalidade pedagógica era iniciar precocemente esses





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

meninos no trabalho a fim de garantir o controle social sobre eles. Entre 1893 a 1894 a Escola Central fecha as suas portas, pois nesse período o governo provincial tinha a pretensão de unificá-la com mais duas instituições, o Liceu de Artes e Ofícios e o Colégio Orfanológico, como meio de reter os gastos públicos.

#### **Considerações Iniciais**

Conforme a Constituição de 1824 a “instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”. Fundamentada nos ideais do liberalismo europeu que apregoava que todos os homens eram livres e [teoricamente] iguais, isto não foi o suficiente para que a legislação considerasse os negros escravos como cidadãos e, assim vedando a estes/as o direito de acesso ao universo letrado. O impedimento legal do acesso às letras pelos sujeitos de *cor* se agravava mais, uma vez que na província das Alagoas, por exemplo, a população era composta majoritariamente por negros (pretos, pardos e mestiços). Entretanto, a participação desse grupo étnico na instrução pública era ínfima se comparada aos de etnia branca.

Estes dados apresentados acima, conduziu os historiadores da educação brasileira nos últimos anos do século passado a advogarem a tese de que no Império a população negra não teve acesso as letras, em virtude de sua condição escrava. Todavia, dentro dessa interpretação, que se restringia a análise da legislação, não se levava em consideração outras condições jurídicas as quais os negros da época também estavam submetidos como livres e libertos, por exemplo. Em consequência, tal interpretação tendeu a homogeneizar a população negra como se todos fossem escravos, ou seja, a própria historiografia da educação cometeu o equívoco de sempre associar o negro ao ser escravo (VEIGA, 2008). Embora de fato a legislação no Dezenove proibisse a matrícula de negros escravos nas escolas de primeiras letras, tal aplicação legal não se estendia aos de condição jurídica livre e liberto, pois segundo Cynthia Veiga (2008), a escola pública elementar do século XIX foi criada para escolarizar crianças pobres, mestiças e negras.

É nestes termos que o presente texto irá esboçar nas próximas linhas que segue algumas considerações sobre uma experiência escolar ocorrida na província das Alagoas no Império, que evidencia o acesso da população negra aos bancos escolares. Tal experiência ocorreu no contexto do abolicionismo, movimento este que tinha como escopo





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

o fim gradual do sistema escravagista. Nas Alagoas, tivemos o caso da Escola Central de Maceió, fundada em 22 de abril de 1887, por iniciativa da Sociedade Libertadora Alagoana, e que abrigou meninos negros nascidos livres após a promulgação da Lei nº 2.040, nominada de Lei do Ventre Livre, a fim de iniciá-los no aprendizado de um ofício.

#### **As tensões entre a escravidão e o movimento Abolicionista na província das Alagoas**

Pensar o abolicionismo no Dezenove, significa captar que este movimento esteve interligado à interesses sociais, políticos e econômicos e em que tudo tinha como um fim a cobiçada modernização da nação brasileira. Em busca de lograr tal objetivo, a historiografia evidencia o engajamento de grupos abolicionistas em várias províncias do Império. Pode-se considerar que aqui o abolicionismo ganhou terreno e força, porque na época a escravidão já não era bem quista na maioria dos países, sobretudo os europeus que pressionaram o Brasil, pois o processo de industrialização precisava de um mercado consumidor, neste sentido, uma população livre seria a alternativa. Contudo, o Brasil ainda persistia em produzir nas suas terras a prática escravagista, tornando-se a última nação a abolir o regime.

Chiavenato (1980, p. 215) ao discutir sobre o abolicionismo interpreta que por ele ter sido um movimento que teve suas primeiras manifestações vindas da classe abastada, conseqüentemente foi marcado pelos interesses de classe, “procurando naturalmente maiores vantagens nas mudanças estruturais do sistema trabalho, e não se preocupando com o destino dos talhadores escravos”.

Na província das Alagoas era comum casos de abolicionistas possuírem escravos como, por exemplo, a abolicionista Dona Maria Zeferina de Medeiros Bittencourt, da cidade de Penedo, que as vésperas da abolição de 1888, ainda possuía escravos em sua posse. Isto, evidencia que o abolicionismo em Alagoas era senhorial e aristocrático, havendo incongruência entre o que os abolicionistas pregavam em seus discursos (o alijamento da escravidão) e a prática (senhores/as de escravos).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

De Penedo informam-nos que a exma. sr<sup>a</sup>. D. Maria Zeferina de Medeiros Bittencourt, que desde muitos annos tem dado provas de verdadeira abolicionista, libertando quasi todos os escravos que possuia, acaba de conceder espontaneamente carta de liberdade a seu escravo Misael, de vinte annos de idade, vigoroso e de perfeita saude. Beijamos as mãos da philantrópica bemfeitora da humanidade. (*Gutenberg*, 1 de junho de 1887, p.1).

A partir deste dado pode-se interpretar que o abolicionismo existente na província das Alagoas, era de um caráter senhorial, aristocrático e, portanto, elitista, uma vez que os seus integrantes eram homens de letras e abastados que não permitiram a participação dos próprios escravos no movimento.

O abolicionismo existente em Alagoas tem sido entendido, de maneira geral, a partir de um viés muito senhorial, aristocrático mesmo, sendo emoldurado por sobre nomes pomposos como os de Brennand e Lordsleem. Esta ênfase parece desconsiderar traços de um abolicionismo popular e radical que, aqui e ali, sobressaem na leitura de escritos de Nolasco (MACIEL, 2011, p. 81).

Logo, a literatura que discute sobre o assunto na província aponta a inexistência de um abolicionismo popular. A própria documentação histórica local silencia o protagonismo negro na luta por sua emancipação, dando mais ostensividade a ação dos abolicionistas.

Um dos protagonistas do movimento, o escritor Joaquim Nabuco, proferia em seus discursos que o abolicionismo, apesar da solidariedade aos negros, não era apenas um movimento humanista, mas, sobretudo político (CHIAVENATO, 1980).

Os abolicionistas entendiam que o fim da escravidão era o melhor para a economia da sociedade imperial, embora mantivessem uma noção extremamente racista em relação ao negro, tanto é que as associações abolicionistas restringiam a participação dos escravos nesses movimentos:

O abolicionismo apresentava modelo de exclusão, que barrava a participação do escravo da agitação e da propaganda pela reforma das bases do trabalho. Como afirmou Nabuco em *O Abolicionismo*: “Não é aos escravos que falamos, é aos livres”. Segundo as suas lideranças, o movimento deveria se restringir ao âmbito das elites e das classes médias urbanas, na busca de uma solução pacífica, deliberada no interior da comunidade de cidadãos, de modo a não trazer transtornos à ordem social. (VENTURA, 2000, p. 338).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Além de acreditarem na inferioridade dos mestiços e do negro, eles acreditavam no caráter criminoso dos mesmos. Como se observa na passagem em que o antropólogo alagoano Arthur Ramos cita o médico Nina Rodrigues:

[...] acredito e afirmo que a criminalidade no mestiço brasileiro é, como todas as outras manifestações congêneres, sejam biológicas ou sociológicas, de fundo degenerativo e ligada às más condições antropológicas do mestiçamento no Brasil. Separando um pequeno grupo de „mestiços superiores que por uma combinação feliz se apresentariam perfeitamente equilibrados e plenamente responsáveis (RAMOS, 2004, p. 100-101).

Assim, vale ressaltar que “A defesa da abolição não implicava o abandono das teorias das desigualdades étnicas que havia justificado o cativo, mas trazia, ao contrário, o reforço dessas concepções” (VENTURA, 2000, p. 346), e mais: que a “consciência abolicionista se baseou na crítica ao escravismo em termos éticos e econômicos” (VENTURA, 2000, p 341).

Outro intelectual que debateu sobre a escravidão foi Rui Barbosa. Para o jurista baiano, o trabalho livre iria civilizar e industrializar o país, ou seja, este seria um dos meios de o Brasil se tornar uma nação moderna, pois a escravidão era entendida como uma espécie de chaga, assim como um estorvo para a civilização. Maria Cristina Machado (2000, p. 35-36) comenta que para Rui Barbosa “o trabalho livre desencadearia uma série de mudanças necessárias ao progresso do país, como a viação férrea, colonização, indústria, entre outras”. Como mostra a fala do presidente da província alagoana, Antonio Caio da Silva Prado, em 1888: “idéa vencêdora no espirito publico a necessidade de apagar da face do paiz a feia macula do cativo, avessa á moral e á civilização do tempo atual, por constituir insuperável obstaculo a nosso progresso e adiantamento” (*Diário das Alagoas*, 20 de abril de 1888, n. 92, ano XXXI, p. 1).

Todavia, ao contrário dos abolicionistas, os senhores de engenho e políticos conservadores acreditavam que a proposta de uma abolição imediata dos escravos poderia evocar uma convulsão social, pois a principal atividade econômica do país era a agricultura e os escravos eram usados como mão-de-obra barata. Um parlamentar da Assembleia Geral da Corte, favorável a abolição, defendia uma emancipação que não





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

desordenasse o trabalho: “não ferir os direitos dos senhores, e não agravar a situação já bastante crítica das finanças do país” (Jornal o *Orbe*, de 19 de julho de 1885).

E foi nesse contexto de jogo de interesses de classes que a abolição tornava-se uma realidade distante para os cativos negros, em que a liberdade esteve mais no campo das ideias, com o movimento abolicionista, do que necessariamente a sua efetivação ante a resistência dos senhores de engenho que se deixavam cegar por seu egoísmo por riquezas e terras. No transcorrer das tensões entre a elite abolicionista e a elite agrária, foi apresentado um projeto de lei na Câmara dos Deputados em 12 de maio de 1871, sendo promulgada posteriormente em 28 de setembro do mesmo ano, como a Lei nº 2.040 nominada de Lei do Ventre Livre. A dita lei foi uma forma gradual de se lograr o fim do sistema escravista. Para alguns historiadores da escravidão a referida lei não trouxe mudanças e efeitos práticos na vida dos escravos e nem mesmo das crianças que nasceram livres.

#### **A formação de meninos negros para o trabalho braçal: o caso da Escola Central de Maceió**

A Lei do Ventre Livre, de nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, determinava em sua redação que as crianças nascidas do ventre escravo após a sua promulgação, estariam livres e com a licença para a instrução. Com isto, essa lei foi a primeira no Brasil a beneficiar os sujeitos negros em termos de instrução escolar, ao menos em nível de Império. Porém, esse direito ao ensino e liberdade não era concedido a todas as crianças, mas somente aquelas/es entregues ao Estado. Os proprietários de escravos que pretendessem ficar com seus filhos/as eram isentos da obrigação de educar e ainda poderiam usufruir do trabalho do menor até este/a completar 21 anos de idade.

O artigo 2º da legislação determinava que as crianças *ingênuas*<sup>165</sup> que fossem entregues ao governo poderiam ser entregues as associações, as quais teriam, assim como

---

<sup>165</sup> Os “ingênuos” dizia respeito aos filhos/as das mães cativas a partir da Lei do Ventre Livre de 1871. A categoria “escravo/cativo”, por sua vez, referia-se aqueles/as que viviam subjugados sob o regime da escravidão; os “livres” eram os que nasciam na condição de cidadãos e, portanto, não eram condicionados ao trabalho escravo; os “libertos/forro” eram os que nasciam como escravos e viveram por um período de suas





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

os proprietários de escravos, o direito de usufruir do trabalho do menor até ele completar 21 anos, como também poderiam alugar os serviços dos menores. No entanto, seriam obrigadas a criar e tratar os menores, além de constituir para cada menor um pecúlio (poupança).

Art. 2<sup>a</sup> – O govêrno poderá entregar a associações, por ele autorizadas, os filhos das escravas, nascidos desde a data desta lei, que sejam cedidos ou abandonados.

Art. 2.<sup>o</sup> - O govêrno poderá entregar a associações, por êle autorizadas, os filhos das escravas, nascidos desde a data desta lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores delas, ou tirados do poder dêles em virtude do Art. 1.<sup>o</sup> - 6<sup>o</sup>.

§1<sup>o</sup> - as ditas associações terão direito aos serviços gratuitos dos menores até a idade de 21 anos completos, e poderão alugar esses serviços, mas serão obrigadas:

1<sup>o</sup>. A criar e tratar os mesmo menores;

2<sup>o</sup>. A construir para cada um dêles um percúlio, consistente na quota que para este fim fôr reservada nos respectivos estatutos; 3<sup>o</sup>. A procurar-lhes, findo o tempo de serviço, apropriada colocação. ([www.soleis.adv.br/leishistoricas.htm](http://www.soleis.adv.br/leishistoricas.htm)).

E foi a partir desse dispositivo legal que foi criada em 22 de abril de 1887, a Escola Central de Maceió. A referida instituição foi uma iniciativa da Sociedade Libertadora Alagoana, fundada em 28 de setembro de 1881, dez anos após a promulgação da Lei do Ventre Livre de 1871. A Sociedade tinha como alguns de seus membros professores de primeiras letras e ensino secundário, como Francisco de Paula Leite e Oiticica, Francisco Domingues da Silva e Francisco Dias Cabral, por exemplo. O propósito da Sociedade, como é possível observar no discurso de sua fundação publicado na imprensa, era o de promover a libertação dos escravos de forma pacífica, de modo a não comprometer os interesses da elite latifundiária (*Gazeta de Noticias*, 04 de outubro de 1881, ano III, n. 214). Para os membros da entidade a abolição traria melhorias para a vida econômica da província, ou melhor dizendo, a extinção da escravidão era uma necessidade da sociedade

---

vidas nessa condição, mas posteriormente conquistaram a sua liberdade, sendo um dos instrumentos a alforria;





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

em geral (SANTOS, 2006). Sendo assim, a Escola Central tinha o propósito de atender o que prescrevia a referida lei, a saber: instruir crianças negras.

Segundo o presidente da província de 1888, a Escola Central era um modelo único em todo o Império, já que foi criada exclusivamente para atender meninos negros livres. Vale ressaltar que ao fundarem a instituição os abolicionistas tinham também a intenção de promover o ideário abolicionista o que era comum ao contexto brasileiro da época. A Escola Central era mantida pela Sociedade Libertadora Alagoana com verba proveniente da extração de loteria, concedida pelo Governo da Província e pela venda de artefatos fabricados pelos próprios alunos, além de donativos doados pelas elites. Segundo Leite e Oiticica, para a sua fundação, a Escola Central contou com a quantia de 24:000\$00 (vinte e quatro contos de réis) provenientes das loterias concedidas pela Assembleia Provincial. Tal quantia, segundo o mesmo, garantiu a montagem do internato, das oficinas e das demais despesas da instituição. E resalta que o estabelecimento não teve outro recurso para a sua instalação.

Com a Escola Central os seus fundadores tinham a intenção de criar outras escolas em cidades da província alagoana, cuja matriz seria a capital Maceió, por isso, a denominação de Escola Central, como revela a fala de Francisco de Paula Leite e Oiticica, membro da Sociedade, ao escrever em 1890 para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, solicitando auxílio para a manutenção da instituição: “O próprio nome do estabelecimento mostra que elle obedecia ao plano de fundação de outras escolas nos differentes municipios da provincia, hoje Estado, tendo centro de operações a casa da Capital” (*Gutenberg* de 08 de junho de 1890, ano IX, n. 122, p.1). Mas isso não chegou a se concretizar. A causa da não realização desse propósito possivelmente foi devido ao alto custo de sua manutenção. Muitas das instituições fundadas para atender às crianças desamparadas sobreviviam por pouco tempo em razão da escassez de recursos financeiros. Normalmente as instituições filantrópicas recebiam dinheiro do governo provincial por meio da arrecadação de loterias, das elites e dos sócios das entidades fundadoras.

A instituição de ensino abrigava alunos internos e externos. Segundo o relatório do Governo da Província de 1888, a escola contava naquele ano com 216 alunos, sendo 183 externos e apenas 33 internos. O pouco número de alunos internos podia ser devido à falta





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

de recursos financeiros para receber uma quantidade maior de meninos. As crianças acolhidas no formato de externato não tinham a obrigação de frequentar todas as aulas. O internato era para aqueles meninos que não tinham quem cuidasse de sua educação, ou seja, para os órfãos.

O *Almanaque do Estado de Alagoas de 1891*, registra que a instituição continuava a admitir alunos internos e externos: “São admittidos como internos os orphãos e menores desvalidos que não tem quem se incumba de sua educação; como externos todos que necessitam de instrucção litteraria ou profissional, qualquer que seja a sua idade, estado ou nacionalidade” (p.168). No relatório de presidente de província de 1888, consta que a escola ofertava aulas de primeiras letras, desenho aplicado às artes, música e as oficinas de sapataria, tipografia, tornearia, alfaiataria, marcenaria, tamanqueiro e bauleiro (fabricante de baús). As oficinas de marcenaria produziam as mobílias para as instituições públicas de ensino, como informa Leite e Oiticica: “As mobílias para as escolas publicas do Estado estão ultimamente sendo feitas nas officinas da escola, onde os alumnos trabalham com perfeição no fabrico de malas, bahus, perfeitamente semelhante às malas inglezas” (*Gutenberg* de 08 de junho de 1890, ano IX, n. 122, p.1). Observa-se que a instituição estava aplicando o que permitia a Lei do Ventre Livre, ou seja, a utilização gratuita do trabalho do menor.

Em 1890, a Escola Central parecia ter se desobrigado daquela intenção primeira, qual seja, a de acolher apenas meninos negros. Ao passar para a jurisdição do governo, passou-se ao que parece a abrigar crianças de outras procedências e não somente as *ingênuas*, como registra o *Almanaque do Estado de Alagoas* de 1891: “Escola Central (Ensino profissional e litterario gratuito a engenuos e menores desvalidos)”.

Quanto aos alunos, têm-se poucas notícias, apenas uma breve nota jornalística menciona um deles ao recitar uma poesia em homenagem a Tiradentes: “O menor Joaquim Casemiro, da Escola Central, recitou uma bonita poesia” (*Gutenberg*, 23 de abril de 1890). Era frequente a participação dos alunos da Escola Central nas festividades cívicas e da própria instituição, nas quais apresentava-se a Banda de música dos alunos, cujo professor era Francisco Domingues, como publicou o jornal *Gutenberg*:





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

A“s 10 horas da manha do dia 20 do corrente os alumnos da escola central, acompanhados de seu digno e encaçavel director: professor Francisco Domingues, tendo á frente a banda de musica dos alumnos galantemente fardados dirigiram-se a matriz desta capital onde assistiram á uma missa em acção de graça pelo 3º anniversario da fundação da Escola. (*Gutenberg*, Maceió, 23 de abril de 1890, ano IX, n. 85, p. / não identificada).

Entre 1893 e 1894 a Escola Central fecha as portas. Nesse período, o governo alagoano tinha a pretensão de unificá-la com mais duas instituições, o Liceu de Artes e Ofícios e o Colégio Orfanológico. Da fusão o novo estabelecimento de ensino seria uma instituição de artes, ofícios e agricultura. No relatório do governador do Estado de 1893 há argumentos que deixava transparecer que não era justo acabar com a Escola Central: “Não é justo consentir que se aniquile a escola Central, instituição que tão meritos beneficios tem prestado à sociedade alagoana, e que relembra os tempos das gloriosas lutas do povo alagoano pela liberdade dos miseros escravizados” (*Relatório do Presidente de Estado de Alagoas* de 1893). Esta passagem possibilita entender que a escola servia como instrumento de propaganda para a abolição da escravatura, dado o desinteresse em mantê-la após o êxito do movimento.

#### **Considerações Finais**

Em linhas gerais, a Escola Central foi criada a fim de profissionalizar os meninos negros nascidos do ventre cativo a partir da promulgação da Lei do Ventre Livre de 1871. Ao que tudo indica o propósito principal da instituição havia sido alcançado, o que pode ter causado a falta de interesse em dar prosseguimento com as suas atividades, uma vez que após a abolição dos escravos em 1888, as autoridades públicas passaram a cogitar o seu fechamento.

#### **Referências Bibliográficas**

ALAGOAS, Estado de. *Almanaque do Estado de Alagoas de 1891*, ano XX.

ALAGOAS, Província das. *Diário das Alagoas*, 20 de abril de 1888, n. 92, ano XXXI, p. 1.

ALAGOAS, Província das. *Gazeta de Noticias*, 04 de outubro de 1881, ano III, n. 214.

ALAGOAS, Estado de. *Gutenberg*, Maceió, 23 de abril de 1890, ano IX, n. 85, p. / não identificada.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

ALAGOAS, Província das. *Gutenberg*, 1 de junho de 1887, p.1.

ALAGOAS, Estado de. *Gutenberg* de 08 de junho de 1890, ano IX, n. 122, p.1.

ALAGOAS, Província das. Jornal o *Orbe*, de 19 de julho de 1885.

ALAGOAS, Estado de. *Relatório do Presidente de Estado de Alagoas* de 1893.

CHIAVENATO, Julio José. **O Negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. Pedro Nolasco Maciel: Abolicionismo, republicanism e socialismo em Alagoas. In: Almeida, Luiz Sávio de (org). **Traços e troças: literatura e mudança social em Alagoas: estudos em homenagem a Pedro Nolasco Maciel**. Maceió: EDUFAL, 2011.

RAMOS, Arthur. **A mestiçagem no Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2004.

SANTOS, Monica Luise. **Artur Ramos e as teorias racistas do século XIX: uma leitura sobre o pensamento dos Fundadores da Escola Central de Maceió**. In. I Encontro Norte Nordeste de Historiadores da Educação/ V Encontro Cearense de Historiadores da Educação. Guaramiranga – CE, 2006: FAGED/UFC, 2006.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 13, n. 39, p. 502-516. set./dez. 2008.

VENTURA, Roberto. Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república. In. MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem Incompleta – Formação; História – A experiência Brasileira (1500 – 2000)**. São Paulo: Editora SENEC, 2000.





**PÔSTER**

**UMA INSTITUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: A ESCOLA  
NORMAL ESTADUAL DE CAMPINA GRANDE/PB**

Pâmella Tamires Avelino de Sousa<sup>166</sup>

A presente pesquisa suscitou um momento da história educacional sobre a formação de professores em Campina Grande/PB, no período de 1955 - 1960. Buscamos investigar quais os determinantes sociopolíticos e educacionais que compuseram a criação da Escola Normal Estadual de Campina Grande/PB. Consideramos o posicionamento que a história não será contada da real forma como aconteceu, porém, o uso de documentos como fontes investigativas nos aproximaram desse momento vivido. Nosso intuito não é explicar a realidade ou simplesmente compreendê-la, pois a atividade científica da qual desenvolve o pesquisador está arraigada ao movimento de transformação e construção de bases teóricas (WACHOWICZ, 2001). Com o propósito de compreender o sentido acerca da educação para professores no município de Campina Grande, acentuamos o agir humano em meio social como principal colaborador das atividades constituídas socialmente. Embora cientes dos entraves em compreender uma realidade dinâmica e de espaço temporal longínquo, baseamos nossa perspectiva no entendimento do homem enquanto ser histórico “[...] É vivendo com os homens que o homem inventa o mundo, comunicando sua invenção e sendo dela comunicado pelos outros” (CASTANHO, 1996, p.15). Ressaltamos que para nos aproximarmos do contexto vivido utilizamos documentos do arquivo João Agripino, pertencente à Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia, bem como outras fontes legais disponíveis no acervo do Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte e o Arquivo Deputado José Braz Do Rêgo - Memorial Parlamentar da Assembleia Legislativa da Paraíba. O manuseio dos documentos consistiu de uma fase inicial de leitura prévia,

<sup>166</sup> Aluna do Doutorado em Educação da Universidade Federal da Paraíba (CE/PPGE/UFPB). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

seguida, do registro fotográfico para posteriormente análise, com o intuito de investigar o processo de criação da Escola Normal Estadual, bem como conhecer como foi retratada a instituição pela imprensa local, os anseios, o papel social e educacional, também apresentar as personalidades sociais envolvidas na tramitação de criação da escola, para tanto consultamos o acervo da Biblioteca de obras raras Átila Almeida, pertencente à Universidade Estadual da Paraíba. Empreendemos que o acesso às fontes, bem como a disponibilidade dos arquivos favorecem o acesso aos indícios de investigação, permitindo o acesso ao passado vivido. Para tanto, como resultados da pesquisa obtivemos uma considerável quantidade de fontes que nos permitiu inferir que a criação da Escola Normal Estadual de Campina Grande/PB desempenhou uma série de interesses sociais, a princípio relacionado ao contexto nacional desenvolvimentista, e interesses políticos partidários.

#### **1. Introdução**

A presente pesquisa suscitou um momento da história educacional sobre a formação de professores em Campina Grande/PB, no período de 1955 - 1960. Partindo da premissa liberal que a educação escolar possui papel significativo em nossa sociedade, por ser considerada a solução para os diferentes problemas sociais, destacamos a criação de uma instituição escolar, específica para formação de profissionais encarregados com a educação primária. Assim, buscamos investigar quais os determinantes sociopolíticos e educacionais que compuseram a criação da Escola Normal de Campina Grande/PB.

Consideramos o posicionamento que a história não será contada da real forma como aconteceu, porém, o uso de documentos como fontes investigativas nos aproximaram desse momento vivido. Nosso intuito não é explicar a realidade ou simplesmente compreendê-la, pois a atividade científica da qual desenvolve o pesquisador está arraigada ao movimento de transformação e construção de bases teóricas (WACHOWICZ, 2001).

Para alcançar o objetivo proposto, ao tratarmos de uma pesquisa de cunho documental, destacamos o posicionamento de Castanha (2013), que consideramos como





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

preciso no trabalho com as fontes, a sua periodização dentro do contexto histórico que foram produzidas. Nessa pesquisa, as fontes subsidiam toda a análise, de modo, que cabe destacar a importância do registro, bem como a manutenção dos arquivos.

O manuseio dos documentos consistiu de uma fase inicial de leitura prévia, seguida, do registro fotográfico para posteriormente análise, com o intuito de investigar o processo de criação da Escola Normal Estadual, bem como conhecer como foi retratada a instituição pela imprensa local, os anseios, o papel social e educacional, também apresentar as personalidades sociais envolvidas na tramitação de criação da escola, quem foram às jovens beneficiadas com essa instituição e modelo escolar fomentado, além da equipe de professores e técnicos envolvidos na constituição desse corpo escolar. Por fim, atrelada a essas evidências, apresentaremos o cenário educacional no município também retratado nas fontes. Nesse sentido, destacamos que as fontes analisadas podem responder inúmeras questões.

## 2. O Contato com os arquivos

Para versar acerca do contato com os arquivos, se faz necessário, preceder como se deu a relação com o objeto em estudo.

No início do curso, de Licenciatura em Pedagogia (campus I – UFCG) tive a oportunidade de participar da seleção do Programa de Educação Tutorial (PET/Pedagogia)<sup>167</sup>, espaço onde pude aprender individualmente e coletivamente sobre diferentes assuntos educacionais, bem como aprofundar meus estudos e minimizar algumas dificuldades. Considero esse momento como marco em crescimento do caminho acadêmico. Foi assim, durante a integração ao grupo que surgiu o objeto de estudo que compõe minha inserção enquanto pesquisadora.

O trajeto percorrido no âmbito do estudo, objeto de investigação, decorre do percurso de iniciação enquanto pesquisadora desenvolvida durante a graduação no período

---

<sup>167</sup>O PET é norteado pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da educação tutorial. Relacionando esses três princípios, contempla-se uma formação ampla para o bolsista/graduando.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

de 2009-2013 quando integrava o PET Pedagogia e participava de atividades de ensino, pesquisa e extensão. No âmbito da pesquisa, realizamos estudos acerca da Escola Pública no Brasil e em Campina Grande, da qual transcorreram inserções pertinentes ao percurso de construção do conhecimento, dentre eles o desenvolvimento e publicação em meio digital da Revista do Ensino da Paraíba<sup>168</sup>.

Foi no PET, que tive as primeiras inserções no âmbito da pesquisa, especialmente, na instrumentalização com documentos históricos. Esse acesso às fontes me revelou uma oportunidade de acesso ao conhecimento de maneira insaciável, pois pude considerar que o pesquisador da história da educação vê por meio dos documentos o passado registrado. Considero esse momento como importante, e decisivo na minha formação, pois proporcionou mais que a chance de aprofundar na área da pesquisa, como também de recorrer a vários meios e estudá-los a fim de compreender a história, especificamente da educação, por meio da atividade humana. Nesses ensaios de pesquisa, foi em um recorte de jornal que resgatei o primeiro dado acerca da criação da Escola Normal Estadual de Campina Grande, que viera a se tornar objeto de estudo. A matéria questionava a utilização da verba destinada à construção do prédio, a partir de então busquei outras fontes, desta vez a pesquisa foi realizada em periódicos, dissertações e teses que esclarecessem a criação da instituição. Não tive nenhum resultado positivo, os estudos acerca da escola quando não eram poucos, traziam dados insuficientes sobre sua criação.

Em um segundo momento, após apresentar o achado ao grupo de pesquisa, fui até a instituição, onde também não tive muitas informações. No entanto, alguns fatores expressam o significado positivo da escola para com a sociedade campinense, tais como a estrutura da escola, bem como o relato de alguns funcionários. Esse contato com a instituição aguçou mais o interesse pela história da criação da escola.

Ratifico que o contato com as fontes históricas subsidiou algumas indagações, especialmente no que concerne à preocupação do município de Campina Grande com a educação e ademais com formação de professores. Sendo assim, teve início a busca de

---

<sup>168</sup> A Revista do Ensino da Paraíba consiste em um periódico educacional da Diretoria de Ensino Primário, editado pela Imprensa Oficial durante dez anos, de 1932 a 1942. E o desenvolvimento da pesquisa compreendeu entre vários momentos de estudo e organização de dados a digitalização e divulgação dos exemplares da Revista do Ensino, disponíveis no site <<https://issuu.com/revistadoensino>>.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

informações em arquivos e possivelmente relatos de memória<sup>169</sup> sobre a primeira Escola Normal de Campina Grande em caráter público<sup>170</sup>, uma vez que são essas as primeiras instituições dedicadas à formação de professores.

Nesses primeiros instantes as informações acerca do processo de criação da escola eram incipientes e restringia-se a um breve histórico da instituição, disponível nos documentos oficiais<sup>171</sup> da Escola Normal Estadual de Campina Grande. No entanto, em busca de maiores informações, tivemos acesso a alguns exemplares do diário da Borborema da década de 1950, os quais registravam, em alguns artigos, que a criação da escola denotava uma riqueza de acontecimentos considerados até então como pouco esclarecidos<sup>172</sup>.

A inquietude do tema ainda não investigado suscitou – em seu percurso – a constituição de um grupo de estudos em fomentação a fim de contribuir na composição desse fato histórico, dando início a uma pesquisa que abarcou o período posterior da criação dessa Escola Normal (1960)<sup>173</sup>. Trata-se de uma investigação mais ampla intitulada “Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia-Campina Grande-PB: criação e consolidação (1960-1970)”, (Chamada MCTI/CNPq N ° 14/2014) concluída em dezembro de 2017 na UFCG, na qual as autoras (Mestranda e Orientadora) integram a equipe desse projeto<sup>174</sup>.

<sup>169</sup> Consideramos como uma contribuição rica o relato de memória, no entanto, nossa pesquisa não possui tal elemento, desse modo, neste momento procuramos responder nossas inquietações através do documento escrito.

<sup>170</sup> A cidade de Campina Grande contava, até o início da década de 1960, apenas com instituições equiparadas à Escola Normal, o Instituto Pedagógico, atual Colégio Alfredo Dantas (CAD) e o Colégio Imaculada Conceição, ambas pertencentes à rede privada de ensino.

<sup>171</sup> O Histórico Escolar compõe o atual Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição.

<sup>172</sup> Conforme levantamento realizado no acervo digital da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e no Banco de Teses e Dissertações da CAPES não existem estudos de caráter científico que remontem o processo histórico da Escola Normal Estadual de Campina Grande.

<sup>173</sup> Mais à frente, no tópico 1.2 *O objeto, a periodização e os objetivos* será melhor esclarecido os objetivos dessa pesquisa de mestrado.

<sup>174</sup> Integram essa equipe de técnica da pesquisa: as Professoras. Dra. Melânia Mendonça Rodrigues – UAEd/CH/PPGED/UFCG; Niédja Maria Ferreira de Lima – UAEd/CH/PPGED/UFCG, e Vívica de Melo Silva – DFE/CE/UFPB; Pâmella Tamires Avelino de Sousa, mestranda bolsista Capes PPGEd/UFCG e Stéfany de Almeida Marques – Graduada em Pedagogia, Integrante do Grupo PET/Pedagogia/UFCG. E colaboradoras eventuais: Bruna Ismaele Cunha Silva – Graduada em Pedagogia, Integrante do Grupo PET/Pedagogia/UFCG; Mirele Islane dos Santos Pereira – Graduada em Pedagogia, Integrante do Grupo PET/Pedagogia/UFCG e Meryglauca Silva Azevedo – Mestre em Educação/PPGE/UFPB.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

No tocante à pesquisa em evidência, tem como finalidade contribuir para a construção de um conhecimento acerca do processo de criação da referida Escola, uma vez que não identificamos pesquisas acerca de sua criação<sup>175</sup>. Tal fato já demonstra uma grande relevância para a realização do estudo. Nesse sentido, “Propor-se a reconstruir historicamente as instituições escolares brasileiras implica admitir a existência dessas instituições que, pelo seu caráter durável, têm uma história que nós não apenas queremos, mas também necessitamos conhecer” (SAVIANI, 2013, p.28).

A análise constituiu a consulta dos documentos pertencentes ao acervo da Escola Normal, compreendendo os dados históricos da Escola (Fichas de matrículas das alunas pioneiras e Histórico Escolar), bem como o acervo da *Biblioteca de obras raras Átila Almeida*, pertencente à Universidade Estadual da Paraíba<sup>176</sup>. Essa instituição possui um acervo favorável de periódicos da cidade no período estudado, a exemplo do diário da Borborema<sup>177</sup> “Desde que começou a circular, o jornal foi testemunha dos principais fatos que hoje compõem a história de Campina Grande e acompanhou os principais desdobramentos da política e daqueles que ajudaram a cidade a se desenvolver” (FERNANDES, 2011, p.1).

Ainda cabe mencionar o *Arquivo Histórico Bispo Duarte*, pertencente à Fundação Espaço Cultural da Paraíba (FUNESC), que dispõe de jornais, fotos e documentos oficiais de todo o Estado. Dentre eles, nos atemos para esse estudo à consulta do jornal A União, Diário Oficial, e alguns documentos que estão organizados em pastas do Governo de Pedro Moreno Gondim. Nestas constam decretos, cartas, prestações de contas, dentre outras informações. Por fim, consultamos também o Arquivo Deputado José Braz Do Rêgo - Memorial Parlamentar da Assembleia Legislativa da Paraíba, do qual possuem

<sup>175</sup> Essa constatação evidencia-se por um levantamento bibliográfico e documental em anais de eventos da área de História da Educação brasileiros (SBHE e HISTEDBR), bem como no acervo digital do Banco de Teses e dissertações – Capes. O levantamento dispôs da periodização 2014-2016 e evidenciou os programas de pós-graduação nordestinos.

<sup>176</sup> O acervo da biblioteca constituía o acervo pessoal do Professor Átila Almeida. Desde o ano de 2004, a Universidade Estadual da Paraíba é a responsável pelo acervo e gerencia o acesso ao meio acadêmico.

<sup>177</sup> Fonte de dados para essa pesquisa. É um importante meio de informações da cidade de Campina Grande, possuía grande relevância social e destacava-se por publicar inúmeras notícias acerca do desenvolvimento campinense (FERNANDES, 2011).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

pastas dos governos paraibanos e pudemos ter acesso às mensagens de tramitação, atas e decretos que registraram a criação da escola.

A apreciação das fontes é característica relevante para os estudos em História da Educação, no entanto, em conformidade com Molina (2016, p.33) “[...] devemos estar atentos, pois o trabalho de um historiador sério deve estar atrelado à constante lembrança de nossas responsabilidades, ou seja, um contínuo esforço de nos isentar de nossas paixões e preferências políticas”.

O pesquisador deve estar atento a um trabalho cuidadoso ao tratar das fontes em um estudo com recorte histórico distante de seu tempo. É preciso um olhar criterioso para esses documentos elaborados no passado, uma vez que quem os elaborou carregava consigo intencionalidades postas para a sociedade em questão. Para Vidal (1999) é importante fazer um esforço no que concerne à ampliação das fontes, além de redimensionar os olhares para as fontes tradicionais. Assim, faz-se necessário o suporte teórico-metodológico, bem como o cuidado criterioso para com as fontes, uma vez que estes documentos são também criações sociais e, assim, carregam intencionalidades da sociedade que a produziu. A esse respeito Vieira destaca que (2013, p.68)

O historiador, no trabalho com as fontes documentais, busca uma aproximação do real que lhe possibilite encontrar as respostas para suas dúvidas e questões. Isso não significa que as fontes o conduzam à verdade ou que os fatos tenham ocorrido da forma como mencionada nos documentos, porém poderão conduzi-lo a uma interpretação em que se perceba coerência entre o que o documento traz e o que a partir dele constrói.

Quanto à organização dos dados encontrados, estes foram fotografados e registrados em meio digital, organizados em fichas, de modo que, em um momento posterior, fossem realizadas as análises.

A respeito disso, Vieira (2013, p.73) aponta que o uso da:

[...] tecnologia tem se tornado aliada da pesquisa em educação. A digitalização dos documentos mais antigos, bem como a organização e catalogação do material vêm facilitando seu acesso. Armazenar documentos eletronicamente





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

significa obter praticidade e economia de tempo e de espaço, garantindo a preservação dos documentos originais e evitando seu manuseio constante pelos pesquisadores.

No que diz respeito à Instituição em estudo, esta nos surpreendeu por possuir um arquivo próprio, com um funcionário disponível para consulta no arquivo,<sup>178</sup> bem como responsável pela organização do material. O arquivo possui um local onde têm grandes quantidades de fichas de alunos, registros de atas, fotografias e outras informações. Ademais, cabe destacar que a pesquisa foi aceita pelos funcionários da escola como algo positivo, devido à importância da instituição para Campina Grande, a qual aparenta ter uma visibilidade social ainda não revelada.

Segundo Nosella e Buffa (2013, p.59) “A questão das fontes de investigação na área de História da Educação e, obviamente, na pesquisa com instituições escolares é das mais importantes.”

### **Considerações Finais**

Pontuar essa fase é um momento agradável, pois a pesquisa é/foi repleta de muitos momentos dos quais estarão sempre na minha trajetória enquanto professora e pesquisadora. Essa satisfação, ou ao menos o cumprimento dela, teve origem ainda na graduação, quando tive os primeiros contatos com a atividade de pesquisa no Grupo PET Pedagogia/UFCG. A curiosidade foi um dos grandes motivadores dessa construção e principalmente o apoio e generosidade de uma professora e tutora do PET Pedagogia que me ajudou a seguir em frente.

O percurso até esse momento foi longo, pois ao tratar de uma escola sem qualquer dimensão de sua criação estudada nos motivava a cada passo que conhecia a desejar estender e ampliar esse objetivo. O acesso aos arquivos e mais precisamente as fontes

---

<sup>178</sup> Apesar do arquivo ser organizado e mantido por uma funcionária que acumula algumas funções na instituição, consideramos enquanto positivo o suporte dado ao arquivo, bem como a atuação e colaboração dos funcionários envolvidos para realização do estudo.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

permite o reconhecimento de abrir leques com questões que nos alegra e motiva a perceber que o conhecimento é uma construção sem fim.

Foi durante o período de estruturação que também teve início a consulta e a coleta dos dados. Apesar da história da educação anunciar por meio das pesquisas que os arquivos são os cenários desagradáveis para consulta, confesso ter me sentido voltando ao tempo e tendo a oportunidade de conhecer a cidade dos meus avós, que na verdade não se difere muito da minha, pois Campina Grande continua auspiciosa e mesmo diante do acesso à tecnologia e novas ferramentas de vivenciar as experiências, ainda temos muito arraigado no pensamento o senso político e moral das atitudes e, porque não dizer, machistas e coronelistas.

Os fatos aqui apresentados não nos foram entregues de forma simples, exigiram muito cuidado, estudo e atenção. Pontos como a centralidade do que estudar, os aspectos sociais e seus desdobramentos a serem conhecidos favoreceram a construção do texto apresentado, bem como um conhecimento breve acerca desse momento político e educacional no contexto da cidade de Campina Grande/PB. Ademais, o contato com os periódicos diários destaca uma visibilidade de uma série de ações sociais, no nosso caso, em relação a educação, devido ao tempo e o cumprimento dos prazos não nos estendemos aos olhares de momentos que norteavam a cidade, como festas, passeios, entre outras atividades da sociedade campinense no período de 1955 – 1960, no entanto, o primeiro olhar motiva a curiosidade de retomar a fonte e quem sabe trazer mais questões para outros estudos.

Destacamos aqui o Arquivo da Biblioteca de Obras Raras Átila de Almeida, pois foi nesse espaço que tivemos o primeiro fio dessa trama aqui desenvolvida e foi também nesse arquivo que conhecemos outros periódicos, a saber: A Gazeta Campinense e o Semanário Oficial do Município. Esses dois periódicos revelaram momentos que nos propiciaram o debate com as notícias circuladas no Diário da Borborema, bem como com a teoria mais ampla. A organização, sistematização, acolhimento e cuidado da Biblioteca é algo elogiável, fruto de muito trabalho do qual pudemos acompanhar no processo de pesquisa.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Ratificamos também a constituição de um arquivo no local de estudo, o Arquivo João Agripino, hoje pertencente à “Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia”, cenário também de muitas descobertas. Nosso acesso, fundamentalmente, às fichas de matrícula das alunas, por vezes encobria bilhetinhos, mensagens, entre outras questões motivadoras da curiosidade, como por exemplo, as escolas de onde advinham as alunas, muitas desconhecidas e pertencentes à cidade de Campina Grande. Também destacamos as mensagens oficiais disponíveis no Arquivo Waldemar Bispo Duarte e no Arquivo Deputado José Braz Do Rêgo- Memorial Parlamentar da Assembleia Legislativa da Paraíba, que além de disporem de outros documentos, auxiliaram a pesquisa mediante as pastas dos governos no período estudado. Ademais, ratificamos como relevante a quantidade de arquivos consultados, no entanto, destacamos também a dificuldade apresentada e experimentada nas pesquisas em história da educação: a precariedade das fontes, as condições físicas dos arquivos, a insuficiência de iluminação ou ventilação, a ausência de mobiliário e instrumentário para manuseio dos documentos.

Esse conjunto de informações, unidas com o estudo teórico e a produção acadêmica, evidenciam a cidade de Campina Grande/PB enquanto espaço de grandes realizações e próspera ao crescimento. Acreditamos que esse fosse o cenário onde muitos campinenses gostariam de estar e um dos episódios que comovem não é a linearidade, mas o fato de muitas atitudes permanecerem as mesmas num ato cíclico que se repete.

#### Referências

CASTANHO, Sérgio E. M. Atualidade do método dialético. **Revista da Faculdade de Educação**. PUCAMP – Campinas/SP. v.1, n.1, p.13 – 21. Agosto 1996.

CASTANHA, André Paulo. Retornar às fontes: Desafios aos estudos histórico-educativos. In.: **História da Educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica.**/ organizadores: SILVA, João Carlos da. [ET. AL]. Campinas, SP, Editora Alínea, 2013.

FERNANDES, Silvana Torquato. **Uma outra representação da modernização em Campina Grande: a cidade nas páginas do Diário da Borborema (1960/1980).** 2011.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

145f. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) – Programa de Pós Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, 2011.

MOLINA, Rodrigo Sarruge. **Ditadura, agricultura e educação: A ESALQ/USP e a modernização conservadora do campo brasileiro (1964 a 1985)**. 2016. 492f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tese) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação - Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2016.

NOSELLA, Paolo. BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas, SP: editora Alínea, 2013. 2ª edição.

SAVIANI. Dermeval, Instituições de memória e organização de acervos para a história das instituições escolares. In.: **História da Educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica**./ organizadores: SILVA, João Carlos da. [ET. AL]. Campinas, SP, Editora Alínea, 2013.

VIDAL, Diana G. SOUZA, M<sup>a</sup> Cecília (org) **A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999 (FAC. EDUC. USP.).

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. Instituições Escolares: Memória, fontes, arquivos e novas tecnologias. In.: **História da Educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica**./ organizadores: SILVA, João Carlos da. [ET. AL]. Campinas, SP, Editora Alínea, 2013.

WACHOWICZ, LÍlian Anna. **A dialética na pesquisa em educação**. Diálogo Educacional. v. 2 - n.3 - p. 171-181 - jan./jun. 2001.

Leis e Decretos

ESTADO DA PARAÍBA. Atos do Poder Executivo. Diário Oficial, Ano III, Nº 226, 14 de abril de 1960

Jornais

JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA. Campina Grande – PB, Anos 1958 a 1960.

JORNAL A UNIÃO. Vinte milhões de cruzeiros para construção da Escola Normal de Campina Grande. Campina Grande, 1959.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. Semanário Oficial. Campina Grande, 1958.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## OS REGISTROS GOVERNAMENTAIS DA SÉRIE INSTRUÇÃO PÚBLICA (1889 – 1913): CONTRIBUIÇÕES PARA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Isabela Nathália Nunes Tristão/ PPGE - Universidade Federal da Paraíba

Email: tristaoisabela@gmail.com

### Resumo:

Este artigo é fruto de algumas reflexões posteriores à conclusão parcial do Projeto de Iniciação científica intitulado “Registros referentes ao trabalho docente em Recife e em Olinda, na série documental Instrução Pública (1889-1913), sob a guarda do APEJE”, financiado, em 2017, pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesq) da Universidade Federal de Pernambuco e tem por objetivo discutir os procedimentos teórico-metodológicos utilizados na condução de uma pesquisa sobre o trabalho docente, em Pernambuco, dentro do marco temporal caracterizado por Eric Hobsbawm como o “longo século XIX”. Articulando com leituras empreendidas sobre a pesquisa histórica com fontes documentais manuscritas, analisarei, especificamente, os procedimentos utilizados na lida com os registros da série “Instrução Pública” (sob a guarda do Arquivo Público Jordão Emerenciano, no Recife), nos quais estão encadernados (em códices manuscritos) diversos tipos de documentos e uma parte das correspondências, de vários tipos, recebidos pelo governo do estado (em seus primeiros anos de funcionamento) e remetidos pelos mais variados setores da administração estadual. Este conjunto documental apresenta variada tipologia de registros como por exemplo, mapas com o quantitativo das escolas bairros e municípios; pedidos de dispensa de professores; listas de alunos; avaliações apresentadas por inspetores da instrução pública; abaixo-assinados ou ofícios demandando a criação ou o fechamento de cadeiras ou aulas; relações de gastos materiais com escolas e aulas; relações de professores que atuavam na Província; listas de professores aprovados ou não em concursos públicos para o magistério público –bem como as provas de alguns destes –; atestados médicos, entre outros. Exibirei os principais resultados quantitativos e qualitativos na investigação aqui pretendida, e concluirei apresentando os procedimentos do trabalho historiográfico com cada tipo de registro e apresentaremos algumas especificidades do fazer docente, em Recife (e em Pernambuco), no período em questão. Esta investigação se insere nos campos de Estudo da História da Educação de Pernambuco para o século XIX.





## Introdução

Levando em consideração a amplitude de possibilidades para as pesquisas no campo da História da educação, é essencial que o(a) pesquisador(a) esteja atento(a) para os procedimentos teórico-metodológicos que podem ser fundamentais para o desenvolvimento das investigações e, conseqüentemente, para o tratamento com as fontes utilizadas.

As reflexões aqui presentes resultam do projeto de iniciação científica intitulado “Registros referentes ao trabalho docente em Recife e em Olinda, na série documental Instrução Pública (1889-1913)”, financiado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesq) da Universidade Federal de Pernambuco e orientado pela Professora Dr<sup>a</sup> Adriana Maria Paulo da Silva<sup>179</sup>. Este projeto foi interrompido em decorrência da minha conclusão no curso de licenciatura em História, no entanto, apresentarei os resultados parciais que foram obtidos a partir da análise dos registros dos códices da Instrução Pública (IP).

Atualmente, os IP's estão sob a guarda do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE)<sup>180</sup> – localizado no centro do Recife/ PE – e estão organizadas em 49 códices (para o período aqui delimitado) em códices manuscritos, organizados por anos sistematizados em livros de 400 a 500 páginas. Este conjunto documental apresenta variada tipologia de registros como por exemplo, atestados médicos, pedidos de gratificações e/ ou jubramento; mapas com o quantitativo das escolas bairros e municípios; listas de alunos; avaliações apresentadas por inspetores da instrução pública; abaixo-assinados ou ofícios demandando a criação ou o fechamento de cadeiras ou aulas; relações de professores que atuavam na Província; relações de gastos materiais com escolas e aulas; pedidos de dispensa de professores; listas de professores aprovados ou não em concursos públicos para o magistério público, bem como as provas de alguns destes, entre outros.

<sup>179</sup> <http://lattes.cnpq.br/6190925965820163>

<sup>180</sup> O APEJE é responsável pela guarda de uma parte significativa da História de Pernambuco em documentos, mapas, leis, jornais, livros e manuscritos. Estes documentos ficam acessíveis para pesquisadores(as) das mais diversas áreas do conhecimento e são organizados para melhor manuseio e preservação das fontes.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Dentre as principais atividades desenvolvidas no projeto de iniciação científica já mencionado, destaco a localização, fotodigitalização e transcrição nos registros referentes a todo e qualquer assunto vinculado ao trabalho docente, nas escolas públicas e privadas das cidades de Recife e Olinda, ocorridos entre 1889 e 1913; a identificação e descrição das práticas de exercício do trabalho docente registrados na série Instrução Pública (IP); e a pesquisa/ análise bibliográfica relacionada ao recorte temporal e à temática delimitada. No entanto, vale salienta que esse conjunto documental possui um total de 75 códices entre os anos de 1825 e 1913, onde foram utilizados em alguns trabalhos específicos para a História da Educação em Pernambuco, com recortes temporais diferentes<sup>181</sup>

De modo geral, a partir da análise das práticas de exercício do trabalho docente registrados na série documental dos IP's, e procurando articulá-las à conjuntura histórica específica do período estudado (repercussão das leis emancipacionistas, emergência das práticas educativas destinadas a libertos, emergência e afirmação do movimento republicano, políticas públicas e provinciais para substituição da mão-de-obra escrava, emergência do abolicionismo, processo abolição da escravidão, crise econômica da região e os arranjos provinciais relacionados à proclamação e à instalação da República), foi possível refletir também sobre a importância da preservação e análise de fontes documentais, sobretudo no campo de estudo da História da Educação.

Apresentarei, inicialmente, algumas considerações sobre a importância das fontes documentais para as pesquisas na História da Educação. E focalizando na apresentação dos resultados parciais da investigação realizada no projeto de Iniciação Científica, abordarei algumas questões pertinente aos procedimentos do trabalho historiográfico com os

---

<sup>181</sup> Para maior aprofundamento, ler: SILVA, Adriana M. P. da. Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007; SANTOS, Yan Soares. A sociedade propaganda da instrução pública e suas ações de qualificação profissional em Recife (1872-1903). 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2014; LIMA, Dayana Raquel Pereira de. Sinais do “desconforto” no exercício da docência pública em Recife e Olinda (1860-1880). 2014. 176f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2014.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

registros encontrados, exibindo algumas especificidades do fazer docente em Recife, Olinda e Pernambuco.

#### **As fontes documentais na História da Educação**

As fontes documentais apresentam um conjunto de possibilidades para os campos de estudos da História da Educação. Para garantir que sua pesquisa esteja bem fundamentada/ delimitada, o(a) pesquisador(a) precisa dar uma atenção direcionada e ampla para as fontes utilizadas. Além disso, a análise das fontes necessita de um embasamento teórico-metodológico específico e articulado com a investigação. De acordo com Eliane Mimese Prado (2010),

o trabalho de pesquisa exige uma atenção ampla com o material a ser trabalhado, no sentido de perceberem-se todas as nuances que o envolvem. Os acontecimentos históricos devem ser questionados, para que possam ser verificados segundo o entendimento do pesquisador que o inquire, quais são os caminhos e pontos que guarda. Sempre se deve analisar sob todos os ângulos possíveis o objeto colocado como centro de uma investigação, para evitarem-se os enganos. O trabalho de pesquisa exige uma atenção ampla com o material a ser trabalhado, no sentido de perceberem-se todas as nuances que o envolvem. Os acontecimentos históricos devem ser questionados, para que possam ser verificados segundo o entendimento do pesquisador que o inquire, quais são os caminhos e pontos que guarda. Sempre se deve analisar sob todos os ângulos possíveis o objeto colocado como centro de uma investigação, para evitarem-se os enganos (PRADO, 2010, p. 124).

Ou seja, o tratamento com as fontes exige uma postura investigativa apurada, principalmente diante das complexidades e lacunas que existem na História da Educação. Carlos Becellar (2005) apresenta alguns caminhos (ou exigências) para o trabalho com fontes documentais, dentre as quais destaco: a importância de conhecer a origem do documento analisado; o aprimoramento em técnicas de levantamento, seleção e anotação diante do que será aprofundado; a observação diante das regras de transcrições e edições (quando necessário); a contextualização do documento; a medidas de produção, identificação e cruzamento de fontes, etc. (BECELLAR, 2005).

Levando-se em consideração que “o estabelecimento das fontes solicita, também, hoje, um gesto fundador, representado, como ontem, pela combinação de um lugar, de um aparelho e de técnicas” (DE CERTEAU, 2002, p. 81), a materialidade das fontes documentais demanda uma análise e um manuseio muito mais meticulosos.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Atualmente, os campos investigativos na área da História da Educação vêm se desenvolvendo com uma amplitude de fontes, temas e objetos. Diana Vidal (2005) vai afirmar que existem dois campos específicos: um que vai buscar atribuir sentido ao passado através da articulação entre a escrita da sistematização, organização e problematização das fontes (VIDAL, 2005).

Tudo isso se torna muito importante justamente porque os documentos, por si só, não constituem a História – ela é muito mais complexa, sendo fruto de um período e um contexto. E é a partir desses documentos que os fatos históricos estão disponíveis para o(a) historiador(a). Porém, “os fatos falam apenas quando o historiador os aborda: é ele quem decide quais os fatos que vêm à cena e em que ordem ou contexto” (CARR, 1981, p. 14)

De modo geral, vale destacar a variedade de possibilidades investigativas a partir das fontes documentais não só para a História da Educação, mas também para outros campos de conhecimento. E o contato com fontes primárias, especificamente, pode possibilitar uma experiência investigativa muito mais complexa, exigindo uma postura investigativa e um tato crítico e aguçado do(a) pesquisador(a)

#### **Os registros referentes ao trabalho docente em Recife e Olinda (1890 – 1913): resultados parciais a partir dos IP's**

Diante dos procedimentos do trabalho historiográfico com os registros encontrados, foi possível obter resultados quantitativos e qualitativos (parciais) em relação a investigação e análise feitas.

As pesquisas acadêmicas recentes sobre a história da educação na Província de Pernambuco ainda são relativamente escassas se comparadas às referentes aos períodos posteriores– às quais totalizam, no máximo, 20 trabalhos–, direcionam-se majoritariamente à investigação das instituições educativas, privilegiam a segunda metade do século XIX e, do ponto de vista documental, têm utilizado majoritariamente as fontes governamentais ou institucionais (das instituições por eles pesquisadas). Diante deste quadro, podemos afirmar que, dentre as temáticas historiográficas comuns à Pernambuco (principalmente enquanto província),





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

talvez, a educação constitua um dos campos mais abertos à proposição de novos procedimentos e de novas questões.

Esta situação resultou na obtenção de registros para a construção desta história na série documental Instrução Pública (IP), sob a guarda do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, a qual abriga uma parte da correspondência trocada entre as autoridades da Instrução e os trabalhadores deste setor, dentre os quais, os docentes. Este corte temporal conta com 49 códices compostos por documentos datados de 1889 a 1913. Nestes estão arquivados documentos referentes a diversos assuntos político-administrativos e à atuação dos professores públicos e privados dos diferentes pontos da província, dentre estes Recife e Olinda.

Com a sistematização dos registros obtidos a partir dos códices da Instrução Pública, além do próprio início de percurso no campo investigativo da História da Educação, os principais resultados obtidos foram o domínio da bibliografia produzida e referente à História da Educação em Pernambuco no século XIX; o aprendizado na lida com fontes documentais manuscritas; o aprendizado na lida com a estrutura de guarda do acervo do Arquivo Público Jordão Emerenciano; o aprendizado da sistematização acadêmica dos registros obtidos (os quais ainda não foram completamente quantificados); e o aprendizado da prática de discussão acadêmica da bibliografia (por ter participado de todas as reuniões do grupo de pesquisa, junto com graduandos, mestrandos e doutorandos componentes da equipe da orientadora).

As leituras realizadas auxiliaram na compreensão sobre as formas de organização e análise das fontes encontradas. As teses, dissertações e livros, sistematizados, foram de máxima importância para a pesquisa aqui focalizada, uma vez que os autores trabalhados são nomes de referência nos estudos sobre a História da Educação em Pernambuco.

Em meio a uma variada tipologia documental, foi possível conhecer diversos tipos de registros enviados e recebidos pelo governo do estado de Pernambuco, relativos à Instrução pública, ainda no início do regime republicano. Estes registros ainda estão sendo organizados, bem como ainda falta empreender análises específicas sobre os anos finais do recorte temporal aqui definido.

Vale

mencionar que, mesmo após a emergência do regime republicano e da nova configuração





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

administrativa do Estado Pernambuco (que antes era a Província), os registros indicam que assuntos educacionais, o controle do trabalho docente e dos (poucos) espaços escolares públicos e privados permaneceram sob o comando dos potentados locais, conforme as pesquisas do grupo indicaram a respeito de todo século XIX.

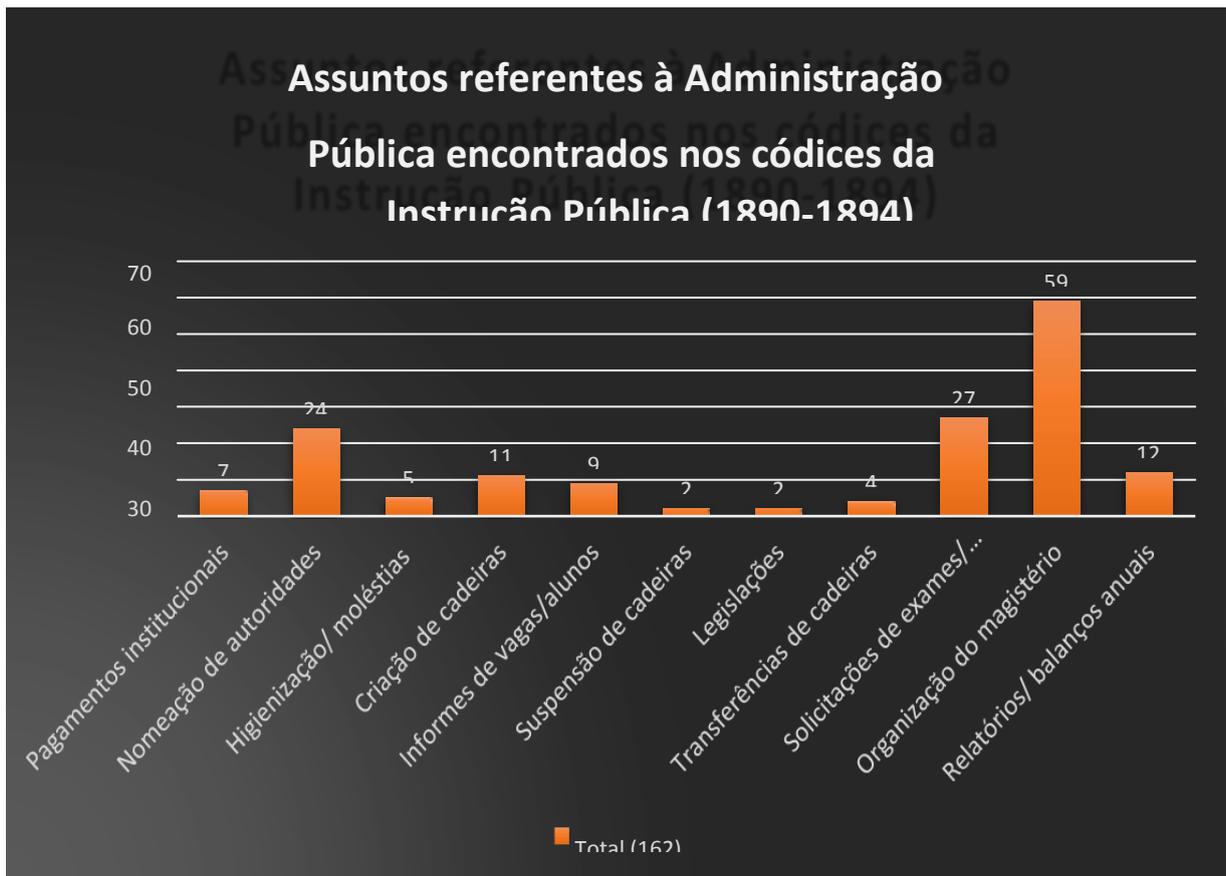
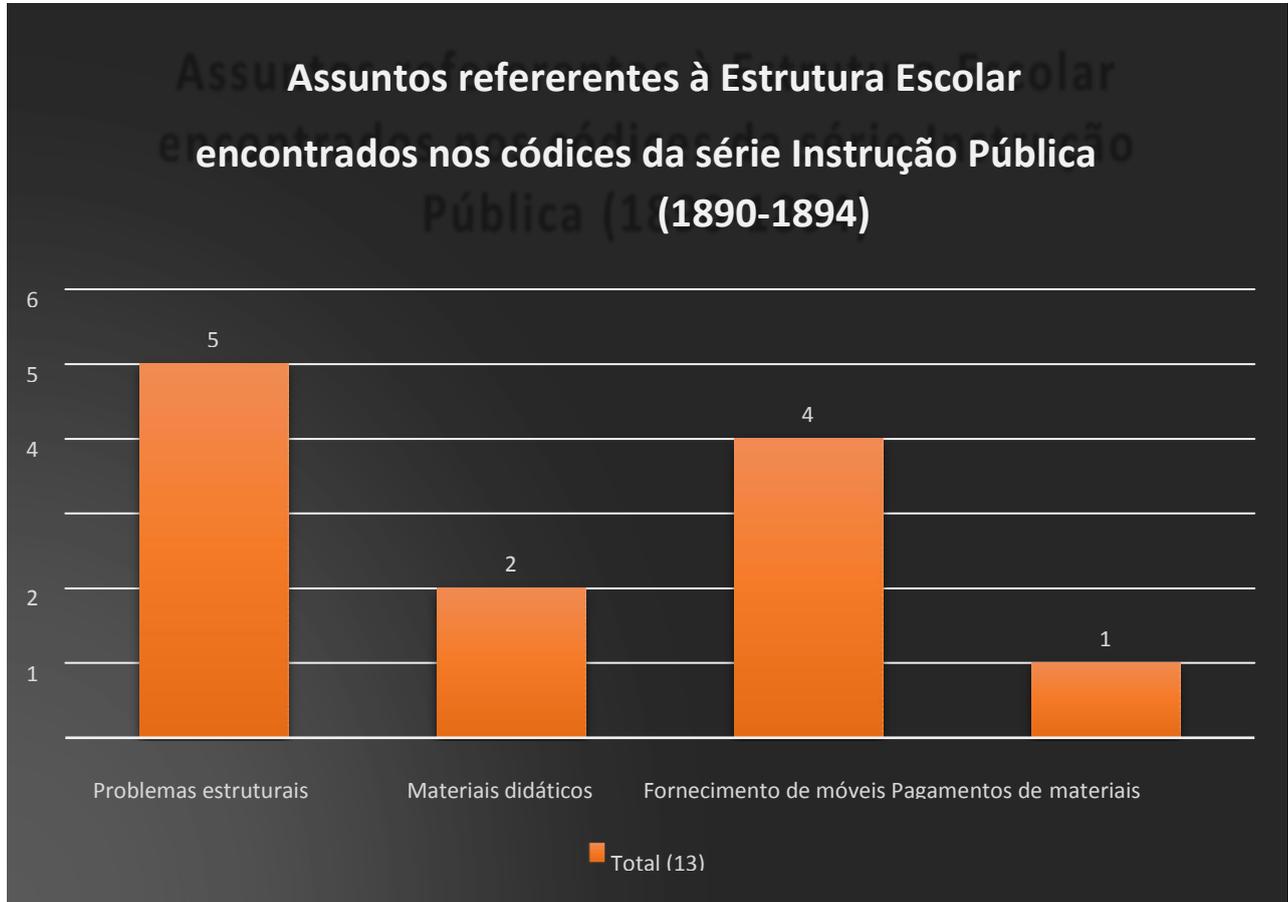
As pesquisas ancoradas nestas categorias consideram fundamentais a identificação, a descrição e a compreensão das formas de aquisição e usos dos “saberes” mobilizados pelos docentes para o e durante o exercício do seu trabalho, bem como para a construção das suas identidades pessoais/profissionais. Além disso, foi possível elaborar alguns gráficos com os tabelamentos parciais para os dados encontrados e analisados até o momento na série documental aqui focalizada:





ISSN 21764514

III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA





### Considerações finais

A sistematização e análise dos registros referentes à Instrução Pública a partir dos códices da série Instrução Pública (IP), possibilitou, além do contato direto com fontes primárias, reflexões sobre as possibilidades no tratamento com as fontes e sobre as especificidades do fazer docente em Pernambuco.

Também foi essencial a produção de fichas de leitura sobre as obras previamente selecionadas a respeito da História da Docência, da História do Império do Brasil, História da primeira República, da História do Trabalho; da História de Pernambuco no século XIX e da História da educação no Brasil e no mundo iberoamericano no século XIX.

As especificidades dos usos de fontes normativas exigem uma análise aguçada e crítica do(a) pesquisador(a), principalmente diante das dificuldades e limites que são colocados no trabalho com arquivos e fontes primárias.

De modo geral, as lacunas na historiografia da educação devem ser colocadas como impulsionadoras de novas reflexões e trabalhos para esta área do conhecimento. Mas todos esses aspectos estão inteiramente ligados a postura do investigador(a), e a articulação com os procedimentos teórico-metodológicos que podem ser adotados.

### Referências

ARÓSTEGUI, Júlio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006.

CARR, Edward Hallet. *Que é História?* conferências George Macaulay Trevelyan proferidas por E. H. Carr na Universidade de Cambridge, janeiro-março de 1961; tradução de Lúcia Maurício de Alverga, revisão técnica de Maria Yedda Linhares, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3a ed. 1982.

DE CERTAU, Michel. *A cultura no plural*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DE CERTAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. 2v. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

DE CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. 2 ed. Rio de Janeiro:Forense Universitária, 2002.

BECELLAR, Carlos. *Uso e mau uso dos arquivos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

ENGUITA, M. F. Estado, mercado e profissão: ou como reunir o pior ou o melhor de cada casa. In: MACIEL, L. S. B. & NETO, A. S. (Orgs.). Reflexões sobre a formação de professores. Campinas, SP: Papyrus. pp.13-29, 2002.

GONDRA, José & SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

LIMA, Dayana Raquel Pereira de. *Sinais do “desconforto” no exercício da docência pública em Recife e Olinda (1860-1880)*. 2014. 176f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2014.

LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias (subsídios para a história da educação no Brasil)- 1835-1889*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 3 vols., 1939.

NÓVOA, Antonio. Para um estudo sócio-histórico da gênese e do desenvolvimento da profissão docente. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n.4, 1991.

PRADO, Eliane M. A importância das fontes documentais para a pesquisa em História da Educação. *InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande/ MS*, v.16, n.31, p.124-133, jan./jun.2010.

REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

SANTOS, Yan Soares. *A sociedade propaganda da instrução pública e suas ações de qualificação profissional em Recife (1872-1903)*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação)– Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2014.

SILVA, Adriana M. P. *O trabalho docente em Recife e Olinda (1851-1890)*. RELATÓRIO DE PESQUISA, Recife: FACEPE/ CNPq/ UFPE, 2013.

SILVA, Adriana M. P. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX*. Recife: Editora da UFPE, 2007. Trabalho Premiado no edital de Teses da UFPE no ano de 2007.

SILVA, Adriana Maria Paulo da; LIMA, Dayana Raquel Pereira de Lima. MOBILIDADE ESPACIAL E RESISTÊNCIA DOS(AS) DOCENTES PÚBLICOS(AS) PRIMÁRIOS(AS) DO RECIFE (1860-1880). *Revista Tópicos Educacionais*, Recife, n.1, jan/jun. 2016, p. 22-44.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. *Culturas escolares e experiências docentes na cidade da corte do Rio de Janeiro (1854 – 1889)*. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, 2002.

STEFANOU, Maria & BASTOS, M<sup>a</sup> Helena Câmara (orgs.) *Histórias e memórias da educação no Brasil*, vol. II: século XIX. 3<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

TARDIF, Maurice & LESSARD, Claude. *Ofício de Professor*. História, perspectivas e desafios internacionais. Petrópolis: Vozes, 2008.

THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra*. 2<sup>a</sup> Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VICENTINI, Paula Perin & LUGLI, RosarioGenta. *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*. São Paulo: Cortez, 2009.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## GRUPO DE TRABALHO 09: HISTÓRIA CULTURAL DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

COORDENADOR: AZEMAR DOS SANTOS SOARES JÚNIOR (UFRN-PPGH UFCG)





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

COMUNICAÇÃO ORAL

## AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA DANÇA E O DESPERTAR DAS POTENCIALIDADES DO CORPO: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS COM A DANÇATERAPIA

Eulina Souto Dias (UFCG)<sup>182</sup>

soutoeulina@gmail.com

**Resumo:** na primeira metade do século XX a bailarina e coreógrafa María Fux desenvolveu um método que se dirige às crianças, adolescentes, adultos, idosos, e se aplica no campo da educação e da reabilitação com pessoas que têm dificuldades relacionais ou psíquicas, deficiências físicas ou sensoriais. Esse método - que recebeu o nome de dançaterapia - é um caminho de reapropriação da linguagem corporal por meio de estímulos criativos que favorecem a conjunção do movimento ao “sentir”. Partindo disso, esse trabalho tem por objetivo analisar como as práticas educativas do corpo dentro da dançaterapia podem possibilitar aos indivíduos outras experiências consigo desenvolvendo potencialidades do corpo. Para tanto, será utilizada como fonte uma das cartas que foi enviada a María Fux – e mais tarde publicada em um livro – que contém os relatos de experiências daqueles que tiveram contato com o método supramencionado. Para analisar tal relato será utilizada a metodologia de análise do discurso, a partir de Michel Foucault (2014), e os principais conceitos que atravessam a escrita desse trabalho são corpo, práticas educativas, dança e experiência.

**Palavras-chave:** corpo; experiência; dançaterapia.

*“Enquanto danço sinto-me em outro mundo, imenso, infinito.”<sup>183</sup>*

No ano de 2017, em meio as pesquisas que eu estava desenvolvendo, descobri a bailarina María Fux. Esse encontro possibilitou descobertas que me conduziram a trilhar

<sup>182</sup> Atualmente, mestranda no Programa de Pós-graduação em História da UFCG na linha de História Cultural das Práticas Educativas, a autora desenvolve pesquisas relacionadas a História do Corpo, da Dança e aos Estudos Pós-estruturalistas de Gênero. É orientada pelo professor doutor Azemar Soares dos Santos Júnior que atua como professor Adjunto do Departamento de Práticas Educacionais e Currículo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Campus Natal, e é professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande.

<sup>183</sup> Fragmento extraído da carta de Mónica, publicada no livro Dançaterapia (María Fux, 1988).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

por caminhos que ainda desconhecia naquele momento. A mencionada bailarina e coreógrafa ficou reconhecida pelo desenvolvimento de um novo método de utilização da dança, e, a epígrafe acima - que narra experiências do sentir no ato da dança - foi extraída de uma carta endereçada a María Fux, em 1979, por uma de suas alunas. Pude ter acesso a tais cartas, pois, em 1988, foi publicada uma obra na qual essa professora não só relatou suas experiências, mas anexou uma parte das cartas que recebeu de seus alunos e alunas.

O método desenvolvido por María Fux foi nomeado como dançaterapia. O que é a dançaterapia? A sua desenvolvedora o compreende como um método de reapropriação da linguagem corporal por meio de estímulos criativos. Na dançaterapia o foco não é o desenvolvimento de coreografias ou uma dança uniforme, mas o respeito as individualidades e multiplicidades. As pessoas participantes são incitadas a desenvolverem movimentos a partir do sentir – e o sentir é muito particular – eis o motivo de cada participante vivenciar essa experiência de maneira, essencialmente, singular.

A partir do que é mostrado na página do *Centro Internacional de Dançaterapia María Fux*<sup>184</sup> o corpo humano é naturalmente predisposto ao movimento. A pele, os músculos, a estrutura óssea são um convite constante à dança concebida como capacidade profunda de expressão, comunicação, relação. Contudo, a doença, os traumas, a depressão e a perda de interesse pelo que está ao nosso redor faz com que nos afastemos de nós mesmos e entremos nos campos nebulosos do "não sentir". Desse modo, a dançaterapia surgiu como um movimento de afirmação e de recuperação também da própria identidade, como uma forma de poder reconduzir o indivíduo à dimensão do prazer, do equilíbrio, da criação.

É importante ressaltar que a página supramencionada deixa claro que essa prática não substitui intervenções clínicas, médicas ou psicológicas, mas as complementa percorrendo caminhos outros ligados à afetividade, sensibilidade, emoção. A Dançaterapia possui uma ampla área de atuação, pois se dirige às crianças, adolescentes, adultos, idosos, e se aplica no campo da educação e da reabilitação com pessoas que têm dificuldades relacionais ou psíquicas, deficiências físicas ou sensoriais. Sendo bastante utilizada

<sup>184</sup> <http://dancaterapia.org/dancaterapia/> <acesso em 04/11/2019>.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

também nos trabalhos de superação dos bloqueios emocionais, no contato com o outro e com o próprio corpo.

María Fux desenvolveu também técnicas para ajudar aqueles que possuíam alguma deficiência sensorial e motora a despertarem os potenciais adormecidos no corpo. Embora, a princípio, ela não utilizasse a palavra terapia, a forma como seu trabalho foi recepcionado por psicólogos e psiquiatras da época, reconhecia naquilo que ela estava desenvolvendo possibilidades de mudanças positivas no corporal e psíquico dos indivíduos que passavam por essa experiência na qual eram provocados a se autoconhecerem, e, conseqüentemente, transformarem as relações que estabeleciam com seus próprios corpos. A autora alerta que o silêncio que rodeia aqueles que ouvem nunca é total, pois a memória auditiva impede que as músicas, vozes, palavras etc. sejam esquecidas. Entretanto, trabalhar a dança com deficientes auditivos demandava pensar outras possibilidades de práticas educativas que saíssem do modelo que costumava ser reproduzido nas aulas de dança.

As práticas educativas do corpo por meio da dança podem possibilitar aos sujeitos constituírem experiências estéticas inovadoras que se expressam na criação de um indivíduo autônomo - que escapa às normas, os padrões e transgride espaços - que é capaz de fazer emergir novas poéticas. Neste momento trago ao texto um fragmento de uma das cartas endereçadas a María Fux. Na correspondência, escrita por uma mulher que assina com o nome de Mónica, pode-se ver um relato de alguém que vivenciou um processo de autoconhecimento e despertar para outras formas de ser, após tocada, afetada e transformada na experiência com a dança. Mónica relata:

“Sinto que não tenho limites. Eu sei que tenho limites. Embora pareça ridículo, a contradição é assim. Se é que existe um limite, já não o sinto [...] é difícil pensar nisso quando danço. Pensá-lo é difícil. Senti-lo é impossível [...] eu me sinto muito bem. Estou contente. Descubri em mim poderes e capacidades que não conhecia.” (FUX, 1988, p. 101)<sup>185</sup>

<sup>185</sup> Todos os fragmentos de cartas que aparecerão nesse texto foram extraídos de María Fux (1988).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Embora na narrativa de Mônica fique compreensível que ela possui alguma deficiência, na carta não é dito qual é seu diagnóstico. Contudo, sua escrita sensível fala sobre o seu lugar de sujeito da experiência que – quando dança – alcança um estado de espírito livre. O conceito de espírito livre, pelo olhar de Friedrich Nietzsche (2018), dialoga fluentemente com o corpo que dança e ressignifica seu existir através dessa arte. Ela diz não perceber suas limitações enquanto dança e afirma que essa vivência a possibilitou despertar para as potências adormecidas, aquelas que estavam em si, mas ela ainda desconhecia.

Para pensar o conceito de arte, supramencionado, me aproprio do que Friedrich Nietzsche (2011), que mostra em o *Nascimento da Tragédia* o universo apolíneo e o dionisíaco. Faço uso, sobretudo, do dionisíaco para discorrer sobre o eternamente-criar-a-si-próprio e “a dança desenfreada da vida que, enlaçadora, sedutora, tentadora, exploradora, descobridora, se move para-além do bem e do mal” (MARTON, 2000, p. 143).

Faço um mergulho no mundo dionisíaco em busca da principal aliada de Nietzsche que aparece em *Assim Falava Zaratustra*: a dança. A dança, assim como a vida, é movimento. Ela representa novas possibilidades de expressão, pois como alerta (MARTON, 2000, p. 147) “com o ritmo o mundo deixa de ser estável; com os gestos, a linguagem deixa de ser unívoca. E as ideias ganham leveza [...] não é por acaso que Nietzsche faz dela sua companheira para atacar a gravidade dos valores estabelecidos”.

Nietzsche mostra que o espírito de peso é o principal adversário de Zaratustra, por isso ele faz da dança sua principal aliada. Zaratustra anda, corre, salta, baila, faz uso da alegria dionisíaca deslocando-se no espaço e no tempo para combater o espírito de peso que sofre de paralisia da vontade. Ele dança com a vida e faz da vida uma dança, atacando o que paralisa a alma. Nietzsche utiliza-se da dança para mostrar ao seu leitor o espírito dionisíaco e o espírito de leveza. É na dança que os sujeitos alcançam as coisas mais elevadas: o caminho para o além-do-homem.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

A dança, assim como a música, para Nietzsche, são expressões da vida e tem um valor transformador. Na dança, os impulsos vitais conduzem o ser a transcender para além de si mesmo. Tendo em vista essa discussão, retomo a carta de Mónica, onde ela relata:

Enquanto danço sinto-me em outro mundo, imenso, infinito. Essa sensação dura até algum tempo depois de ter terminado de dançar. Depois a excitação vai embora e volto à realidade. É então que começo a ver as mudanças reais, o que realmente essa dança me deixou, e é aí que me sinto maior e posso ver objetivamente que posso; e em algum momento de maior tranquilidade, no qual posso pensar racionalmente, sem excitações, também posso ver esse limite, que existe; e a partir daí, de saber que existe, posso afastá-lo (FUX, 1988, p.101).

Por meio da carta de Mónica é possível perceber que o discurso que ela constrói acerca de sua experiência com a dança fala de uma dança que transforma as subjetividades dos sujeitos que a praticam. Ela aponta para a produção de um processo de autoconhecimento, de criação e de (re)construção do próprio “eu”. Preciso ressaltar, contudo, que por meio de outras pesquisas já desenvolvidas, pude constatar que nem todas pessoas que vivenciam a experiência com a dança passam por esse processo de transformação de si, mas como o trabalho em questão discute a dançaterapia, o foco está direcionado para análise de uma carta de quem afirma ter vivenciado esse processo de desterritorialização e de devir, após ter o encontro com a dança.

Dialogando com Gilles Deleuze e Félix Guattari (2010), entendo esse conceito de desterritorialização como um movimento pelo qual se abandona o território, que é o lugar da estabilidade e da ordem. Assim, o sujeito que se permite desterritorializar é aquele que se abre à experiência e transformação de si, e, em concomitância, vivencia a desordem de quem não permanece no mesmo lugar e navega pelo desconhecido descobrindo novas percepções, novos saberes, novas formas de construir a si mesmo.

No que concerne ao conceito de devir, os gregos antigos usavam a ideia de devir para explicar a transformação das coisas, o movimento que criava o novo. E eu, submersa no mar de escritos do filósofo Gilles Deleuze, observei que ele apropria-se desse conceito de devir e o pensa como consequência dos encontros, pois para ele, a partir do encontro e da mútua afetação, algo novo pode ser experienciado. De acordo com Márcio Silva (2010,





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

p. 91) “o devir diz respeito não ao que somos, mas ao que estamos em via de nos tornar, ao que podemos nos tornar a partir das conexões que vivenciamos [...] o devir não define um destino, antes assinala que o destino de todas as coisas é a permanente transformação”.

Analiso o relato de Mónica, em diálogo com os conceitos de desterritorialização e devir, enquanto penso a arte, como poiesis, ou seja, como construção do ser criativo, como um acontecimento estético em que o sujeito e objeto podem se fundir e doar sentidos intensos à existência. Assim, a dança - como uma expressão artística - pode incitar à fabricação de uma existência de maneira potente, intensa e livre. Quando isso acontece, a arte então funciona para potencializar a vida daqueles que entram em contato com ela. Com vistas nisso, esses sujeitos são atravessados por experiências que modificam seu ser singular

A dança pode reforçar a visão dionisíaca da vida. Pode ser superação, paixão, êxtase. A transformação do espírito em pássaro, que leve e ligeiro, voa livremente acima de todas as coisas e além do bem e do mal. Ela pode ser um lugar de potencialização de uma vida livre possibilitando aos sujeitos investirem e si mesmos, aguçando a percepção, os sentidos e melhor assumindo desejos interiores e também toda as potencialidades do corpo. Ao relatar sobre como a dança mudou sua relação com seu corpo, Mónica diz:

Estou muito melhor com meu corpo. Fisicamente melhorei meu equilíbrio, minha coordenação, e posso, em geral, mover-me muito mais e melhor e mais segura que antes. E também estou me reconciliando com meu corpo. Agora eu o valorizo muito mais, é muito mais útil para mim, gosto dele [...] sinto mais meu corpo. Sei que mais coisas posso fazer e como fazer, manejo-o melhor [...] só agora que compreendo a dissociação que estávamos antes e a melhor integração que existe agora. (FUX, 1988, p.102).

A narrativa de Mónica alerta para como a dança teria lhe possibilitado melhor conhecer o seu corpo e as suas limitações para, assim, poder transpassá-las. De acordo com a sua fala, a dançaterapia proporcionou melhorias não apenas no que concerne ao equilíbrio, coordenação e segurança, mas também acerca das suas percepções sobre seu próprio corpo. Após essa experiência ela tem aprendido a melhor governar o seu corpo e viver harmonicamente com ele e as singularidades que o constituem.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

De acordo com os resultados obtidos nessa investigação ficou compreendido que, majoritariamente, aqueles que vivenciam uma pedagogização do corpo através da arte, são atravessados por forças que os arrasta para outros lugares, outras experiências no processo de construção de si mesmo dentro do exercício da existência. Pois, na dança, como possibilidade artística, pode haver o deslocamento de um corpo formatado, padronizado e obediente, à constituição de um corpo expressivo, criativo e insurgente a partir da sensibilidade e ousadia. Atualmente, María Fux possui 97 anos de idade. Seu trabalho influenciou gerações de bailarinos e coreógrafos alcançando outros países. Suas ações educativas tinham o propósito, dentre outras coisas, possibilitar novas experiências àqueles que viviam relegados a não participar de grupos ativos da sociedade por terem o diagnóstico de algum tipo de deficiência. O trabalho desenvolvido por María Fux oportunizou que indivíduos pudessem superar-se reconquistando o sentido da vida humana, ultrapassando os preconceitos, as rejeições e os estigmas.

#### FONTE

FUX, María. **Dançaterapia**. Tradução de Beatriz A. Cannabrava. São Paulo: Summus, 1988.

#### REFERÊNCIAS

BORGES, Hélia. Aproximação de uma estética do estranho. In: CALAZANS, Julieta. CASTILHO, Jacyan. GOMES, Simone. (orgs.) **Dança e educação em movimento**. - São Paulo: Cortez, 2003.

CALAZANS, Julieta. Tempos de trabalho corporal com Agenl Viana. In: CALAZANS, Julieta. CASTILHO, Jacyan. GOMES, Simone. (orgs.) **Dança e educação em movimento**. - São Paulo: Cortez, 2003.

CASTILHO, Jacyan. Análise do movimento e consciência corporal - o movimento como educação para o ator-bailarino. In: CALAZANS, Julieta. CASTILHO, Jacyan. GOMES, Simone. (orgs.) **Dança e educação em movimento**. - São Paulo: Cortez, 2003.

CASTRO, Ana Lúcia de. **Culto ao corpo e estilos de vida**: o jogo da construção de identidades na cultura contemporânea. Revista Perspectivas, São Paulo, jan/2008.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

CASTRO, Ana Lúcia. **O corpo como território de construção de identidades na cultura contemporânea.** Revista Perspectivas, 2008.

COSTA, Mauro Sá Rego. Dançando com o corpo sem órgãos. In: CALAZANS, Julieta. CASTILHO, Jacyan. GOMES, Simone. (orgs.) **Dança e educação em movimento.** - São Paulo: Cortez, 2003.

COURTINE, Jean-Jacques. O corpo anormal: História e Antropologia culturais da deformidade. In: CORBIN, Alain. COURTINE, Jean-Jacques. VIGARELLO, Georges. (orgs.) **História do corpo - As mutações do olhar: século XX.** Tradução e revisão Ephraim Ferreira Alves. 3ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DELEUZE, Gilles. **Foucault.** São Paulo: Brasiliense. 5ª ed. 2005

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 3.** Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. - São Paulo: editora 34, 2012.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **O que é Filosofia?** Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. 3ª edição São Paulo: 34. 2010.

FERNANDES, Ciane. **Pina Bausch e o Wuppertal dança-teatro: repetição e transformação.** - São Paulo: Annablume, 2007.

FERREIRA, Angela. Dança criativa - uma nova perspectiva do ensino e da criação. In: CALAZANS, Julieta. CASTILHO, Jacyan. GOMES, Simone. (orgs.) **Dança e educação em movimento.** - São Paulo: Cortez, 2003.

FOUCAULT, Michael. **História da sexualidade: a vontade de saber.** Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France.** Tradução Márcio Alves da Fonseca, Salma Tannus Muchail. 3ª ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. Entrevista. In: **Une esthétique de l'existence** (entretien avec A. Fontana), Le Monde, 15-16 juillet 1984.

FRAGA, Alex Branco. Anatomias emergentes e o bug muscular: pedagogias do corpo no limiar do século XXI. In: SOARES, Carmen Lúcia. (org). **Corpo e História.** - Campinas, SP: Autores Associados, 2006. - 3ªed.

FREIRE, Ana Vitória. **Angel Vianna: uma biografia da dança contemporânea.** Rio de Janeiro: Dublin, 2005.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

GOMES, Simone. A dança e a mobilidade contemporâneas. In: CALAZANS, Julieta. CASTILHO, Jacyan. GOMES, Simone. (orgs.) **Dança e educação em movimento**. - São Paulo: Cortez, 2003.

IMABASSAÍ, Maria Helena. Conscientização corporal: sensibilidade e consciência no mundo contemporâneo. In: CALAZANS, Julieta. CASTILHO, Jacyan. GOMES, Simone. (orgs.) **Dança e educação em movimento**. - São Paulo: Cortez, 2003.

LARROSA, Jorge. **Linguagem e educação depois de Babel**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2004.

LARROSA, Jorge. **Tremores**. Escritos sobre experiência. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MARTON, Scarlett. 2000. - Só acreditaria em um Deus que soubesse dançar. In FEITOSA, Charles; BARRENECHEA, Miguel A. (orgs.) **Assim falou Nietzsche: memória, tragédia e cultura**. - Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Por uma História das Sensibilidades**: em foco - masculinidade. Editora da UFPR. Revista: História: Questões & Debates, Curitiba, n. 34, p. 45-63, 2001.

MIRANDA, Regina. Para incluir todos os corpos. In: CALAZANS, Julieta. CASTILHO, Jacyan. GOMES, Simone. (orgs.) **Dança e educação em movimento**. - São Paulo: Cortez, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. - 1ª ed. - São Paulo: Companhia de Bolso, 2018.

NIETZSCHE, Friedrich. **O nascimento da tragédia ou Grécia e pessimismo**. Trad. Antonio Carlos Braga. São Paulo, SP - Editora Escala, 2011, 2ªed

NUNES, Clarice. Dança, terapia e educação: caminhos cruzados. In: CALAZANS, Julieta. CASTILHO, Jacyan. GOMES, Simone. (orgs.) **Dança e educação em movimento**. - São Paulo: Cortez, 2003.

ORY, Pascal. O corpo ordinário. In: CORBIN, Alain. COURTINE, Jean-Jacques. VIGARELLO, Georges. (orgs.) **História do corpo - As mutações do olhar: século XX**. Tradução e revisão Ephraim Ferreira Alves. 3ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PAGNI, Angelo Pedro. O cuidado de si em Foucault e as suas possibilidades na educação: algumas considerações. In: SOUZA, Luiz Antônio Francisco de. SABATINE. Thiago Teixeira. MAGALHAES, Boris Ribeiro de. (orgs.) **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

PESAVENTO, Sandra. “Sensibilidades: escrita e leitura da alma”. In: PESAVENTO, Sandra. LANGUÉ, Frédérique. (Orgs.). **Sensibilidades na História: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: UFGRS, 2007, p. 7-21.

RAGO, Margaret. A aventura de contar-se: Foucault e a escrita de si de Ivone Gebara. In: SOUZA, Luiz Antônio Francisco de. SABATINE, Thiago Teixeira. MAGALHAES, Boris Ribeiro de. (orgs.). **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

ROCHA, Thereza. Estatismo e movimento: uma certa história do corpo contada pelo rosto de Samuel Beckett. In: CALAZANS, Julieta. CASTILHO, Jacyan. GOMES, Simone. (orgs.) **Dança e educação em movimento**. - São Paulo: Cortez, 2003.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. Corpo: objeto de estudo. In: **Corpos de passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. É possível realizar uma história do corpo? In: SOARES, Carmen Lúcia. (org). **Corpo e História**. - Campinas, SP: Autores Associados, 2006. - 3ªed.

SANTAELLA, Lucia. **Corpo e comunicação: sintoma da cultura**. São Paulo: Paulus, 2004.

SCHOLZE, Lia. **Narrativas de si e a estética da existência**. Revista: Em Aberto, Brasília. 2007. v. 2, n. 77.

SILVA, Márcio Sales da. **Manoel de Barros, o poeta do dever**. Revista: e-escrita, Nilópolis, v.1, n.1, jan-abr/2010.

SOARES, Carmen Lúcia. Corpo, conhecimento e educação: notas esparsas. In: SOARES, Carmen Lúcia. (org). **Corpo e História**. - Campinas, SP: Autores Associados, 2006. - 3ªed.

SOHN, Anne-Marie. O corpo sexuado. In: CORBIN, Alain. COURTINE, Jean-Jacques. VIGARELLO, Georges. (orgs.) **História do corpo - As mutações do olhar: século XX**. Tradução e revisão Ephraim Ferreira Alves. 3ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TEIXEIRA, Letícia. Conscientização do movimento. In: CALAZANS, Julieta. CASTILHO, Jacyan. GOMES, Simone. (orgs.) **Dança e educação em movimento**. - São Paulo: Cortez, 2003.





## PRÁTICAS EDUCATIVAS: A ESCOLA E SUAS FONTES DE PESQUISA

Patrizzia Rivelli de Miranda Lima Maciel<sup>186</sup>

Universidade Federal de Campina Grande

[tizinha-rivelli@hotmail.com](mailto:tizinha-rivelli@hotmail.com)

### Resumo

O referido artigo apresenta a importância da escola, enquanto objeto de pesquisa no campo da História Cultural nestas últimas décadas do século XX, trazendo a escola como espaço rico em práticas educativas que vão muito além dos conteúdos estudados em sala de aula e que se configura em um espaço produtor de cultura e não somente em lugar ao qual foi construído para um fim predestinado. Mostra que a escola não é neutra. A escola é possuidora de práticas que são constituídas por rituais, símbolos e objetos culturais, onde há uma reestruturação dos sujeitos, tornando a escola em um lugar além do visível, mas do tamanho do pensamento e é intencionalmente um lugar de cultura desenvolvido em um ambiente interativo, dinâmico e plural. Contudo diferencia os conceitos de “lugar” e “espaço”. Onde o primeiro é a escola enquanto prédio físico e com sua finalidade de ensino/aprendizagem e o espaço são os “fazeres” que oferecem outra dimensão a escola, sinalizando-a como objeto de pesquisa para o historiador da cultura. Apresenta a importância das fontes como um lugar que necessita de um olhar criterioso do pesquisador, podendo ser os trabalhos realizados por alunos, fotografias e testemunhos orais coletados. Este artigo dialoga com: José D’Assunção Barros, Fabianny Silva, Antônio Torres Montenegro, Viñao Frago, Augustín Escolano, Diana Vidal, Michel de Certeau entre outros. É através destes diálogos que permitiremos ver a importância que a escola tem para a pesquisa em História Cultural e que revela um outro significado que a coloca para além da qual ela foi projetada. É sobre o espaço de produção de cultura, de memória e de História que se desenvolve este texto. Contudo trago o exemplo de práticas

---

<sup>186</sup> Mestranda em História pelo programa de pós-graduação da Universidade Federal de Campina Grande





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

educativas da escola à qual leciono há mais de uma década, mostrando como a escola é um mundo plural e não um continente isolado como muitos imaginam, a partir de suas fontes que são fotografias já em mãos e em processo de análise.

**Palavras-chaves:** História Cultural; práticas educativas; fontes históricas; práticas escolares.

#### **Introdução**

Este trabalho discute a função da escola enquanto produtora de cultura e não apenas como uma instituição que foi construída para seu objetivo inicial, não estamos conversando sobre espaços físicos ou sobre o currículo escolar, mas sobre a importância das práticas educativas na escola para a pesquisa histórica dentro de uma perspectiva da História cultural. Práticas que mostram que o espaço escolar vai muito mais além que uma construção institucional com o objetivo apenas de ensinar conteúdos sistemáticos e formar os sujeitos para exercer uma futura profissão e que assim é objeto de estudo do historiador deste século no desejo de compreender como se deu o processo histórico e cultural da instituição.

Formar sujeitos para uma cidadania integral é uma obrigação da escola, mas o que nos interessa é que esta mesma escola que é espaço de aprendizagem, lugar físico específico para isso, é também espaço de uma aprendizagem decorrente de práticas ritualizadas, discursos, símbolos e “fazeres” que moldam e reestruturam mentes. Fazeres que são resultados de ações cotidianas e que produzem uma cultura que coloca a escola em um estatuto de possuidora de uma cultura própria e por tanto um espaço a ser estudado. Mas do que uma aprendizagem que são decorrentes dessas práticas, uma ritualização de costumes.

Essas ações coletivas moldam o ambiente escolar que deixam de ser apenas um lugar de ordem e passa a ter movimentos carregados de sentidos que a transforma em um espaço dinâmico e com novas situações educativas. Os fazeres deixam registros e marcas que podem ser verificados nos objetos no interior das escolas como: cadernos de alunos e professores, trabalhos, fotografias e até testemunhos. Imperceptivelmente esses objetos vão se tornando fontes fecundas para um pesquisador criterioso e curioso em estudar a





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

escola como um mundo rico em cultura, desvendando este vivo ambiente, que não é monolítico, mas polifônico e carregado de intenções. Esses fazeres mostram que a escola não é apenas um “lugar” físico ou material mas um “espaço” de movimento que guarda acontecimentos que ampliam seu tamanho, e que ambos convivem e não anulam o lugar do outro, como nos mostra Michel de Certeau.

Direcionar um olhar para a escola enquanto espaço de cultura é tarefa do historiador da cultura, mas também do professor, que muitas vezes destina boa parte de seu dia dentro de uma unidade de ensino, não somente ensinando e cumprindo obrigações curriculares, como também participando e legitimando discursos e práticas naquele espaço, muitas vezes sem se dar conta que é produtor e reproduzidor de cultura, essas práticas vão penetrando no cotidiano escolar de modo imperceptível, não muitas vezes vistas, e sim sentida.

Foi assim, através da experiência e de minha trajetória como professora em mais de uma década na Escola Municipal de Ensino Básico Josué Barbosa de Andrade Lira, localizada no Povoado de Santana, pertencente ao Município de Barra de Santana (PB), a qual ingressei em Março do ano de 2009, observou-se que algumas práticas desenvolviam-se além do que era normalmente planejado em reuniões pedagógicas e que seguiam seu “próprio modo” de construção de seu cotidiano, modos carregados de sentidos e subjetividades, digo isso e trago um simples exemplo que chamou-me a atenção quando entrei na sala de aula e deparei-me com menos da metade da turma e questionei ao gestor da época o porquê daquele ocorrido e ele naturalmente respondeu que os alunos estavam ocupados em providenciar as roupas para a semana da festa e que por isso teria que considerar as faltas e não ensinar naquele dia conteúdos novos, para que não os prejudicassem. Era o primeiro ano que estava como professora e não tinha conhecimento sobre determinados fatos. Pois a partir de um exemplo de uma situação tão simples despertei-me a olhar para alguns costumes daquele lugar e daí o motivo pelo qual trago essa discussão, baseado em minha experiência docente. Este artigo não conclui uma pesquisa, e sim um estudo sobre as fontes que estou buscando e algumas já estão em mãos para a minha dissertação de mestrado em História no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande.





### **A escola e suas fontes de pesquisa**

A partir das últimas décadas do século XX percebemos como a História Cultural foi tomando espaço para a pesquisa histórica e como esse campo historiográfico trouxe uma riqueza de possibilidades de tratamento para a pesquisa, revelando como a Clio está despedaçada e encantadora por revelar sujeitos e grupos receptores e produtores de cultura (BARROS, 2004. p,16). Esse olhar também é direcionado para as inúmeras fontes, que passam a ser consideradas pelo historiador da cultura que não se reporta a apenas aos documentos oficiais como eram antes tratados pelos pesquisadores do século XIX.

Desse modo, vários lugares vão ganhando importância no campo da História cultural, a escola é um exemplo de espaço rico em indivíduos e práticas que a torna fecunda para pesquisa, não apenas como instituição educacional com seus interesses de ensinar e aprender conteúdos, mas como espaço que carrega sentidos, símbolos, que não são neutras e nem dada, mas produtora de cultura própria. Desse modo a escola é um ambiente que está no interesse da pesquisa histórica, não como instituição que ensina ou aprende conteúdos, ou em apenas formar sujeitos que pretendem concluir seus estudos, mas como espaço de cultura. A escola é formada por indivíduos e práticas que são constituídas por rituais, posturas, discursos e até a própria disposição dos objetos e arquitetura do prédio que revelam suas intenções. Esses aspectos produzem estruturas mentais nos sujeitos que a compõem cotidianamente. (FRAGO; ESCOLANO. 1943. p,64) nos mostra que: “estruturas mentais conformadas por um espaço que como todos socializa e educa mas que diferentemente de outras situa e ordena com essa finalidade específica a tudo e a todos quanto neles se encontram”. Concebemos assim, a ideia de que a escola não é somente um lugar que aprende ou ensina, não é só um lugar físico ou material, mas cultural e carregados de intenções. Por tanto a escola é atualmente um espaço que desperta o interesse na pesquisa e na busca de suas fontes.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Assim considerando a escola não apenas como um lugar mas como espaço produtor de cultura e que vai muito além do visível, consideremos o conceito abordado por CERTEAU (p, 201) que:

É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo o qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha por tanto excluída a possibilidade para duas coisas ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do “próprio”. Os elementos considerados uns dos lados dos outros, cada um situado no lugar “próprio” e distante que define. Um lugar é por tanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma posição de instabilidade(...). O espaço é o cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram.

Diante das considerações de Michel de Certeau, entendemos que na escola coexistem o “lugar” e o “espaço”, ou seja, como é um lugar físico e estável, também é espaço do movimento e da operacionalização de práticas que vão renomeando e dando uma nova dimensão ao ambiente tido como escola. Práticas que são construídas ao longo do tempo e das circunstâncias. A escola é um lugar, quando projetado para um uso específico e essa ideia amplia-se quando seus objetivos vão além e torna-se o espaço do acontecimento e não da neutralidade, é espaço fecundo em costumes. Com isso nos explica também: (ESCOLANO; FRAGO. 1943. p, 61) “Por isso o espaço não é um meio objetivo dado de uma vez por todas, mas uma realidade psicológica viva”. Isso nos faz pensar que a escola é mais que os metros quadrados a qual ela é medida ou destinada, ela é do tamanho que chega o nosso pensamento, é uma noção subjetiva de espaço, espaço que é percebido e que nele é produzido um processo cultural e aí são recriados na dinâmica educativa.

Contudo consideramos a escola como uma instituição para além de sua finalidade, pois sua cultura está presente nas ações e fazeres, na organização da sua gestão, currículo que é constituído muitas vezes pelas diversas ações. “A escola é uma instituição ímpar que se estrutura sobre processos, normas, valores, significados, rituais, formas de pensamentos constituídos da própria cultura” (SILVA, 2016. p, 205). Sendo assim a escola é um campo de investigação de pesquisa histórica, porque ela não se repete e não é monolítica, mas longe de ser neutra.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Consideremos então que pesquisar a escola dentro do campo da História Cultural, como espaço de cultura própria é um desafio que coloca em pauta os tipos de fontes que podemos nos debruçar para a investigação. Contudo as imagens são motivos de verificação que auxiliam para a tentativa de desvendar os “fazer” educativos (PINTO; TURAZZI. 2012. p, 145) aponta que:

A exatidão e fidelidade da fotografia em relação as demais imagens visuais (desenho, pintura, gravuras) deram aos sistemas de representação grande credibilidade como testemunhos aos acontecimentos vividos pelo homem, buscando assim a compreensão crítica das informações contidas nas imagens fotográficas.

As fotografias são registros deixados como materiais de pesquisa, tanto da cultura material ou imaterial da escola, a fotografia recompõe, sinaliza e é elemento de memória que merece um lugar especial no arquivo escolar. Evidente que não podemos desmerecer os outros objetos de pesquisa, que possuem em grande número nas escolas como: atas, trabalhos de alunos, cadernos. Registros que são vistos como objetos de cultura por VIDAL, (2004. p,17):

Esses objetos culturais e muitos outros, individuais e coletivos necessários ao funcionamento das aulas trazem marcas da modelação das práticas escolares, quando observadas na sua regularidade, mas portam índices de subversões cotidianas a esse arsenal modelar quando percebidos em sua diferença, possibilitando localizar vestígios de como os usuários lidavam inventivamente com a profusão material da escola e das mudanças, às vezes imperceptíveis que imperpetravam nessas mesmas práticas escolares

Verificamos que há uma preocupação em dar importância ao alargamento das fontes, que nos oferece a ideia não apenas dos conteúdos estudados, mas da escola enquanto produtora de cultura própria. Não podemos apenas analisar as fotografias, mas todo material disponível da escola que ateste a presença de fazeres que revelem a sua cultura. Cultura que não necessariamente pode estar dentro da escola, mas no seu exterior, fora de seus muros, mas que fazem parte das práticas que compõem as subjetividades da escola. Esses objetos são produtos criados a partir de reinvenções singulares que constroem o espaço escolar.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

A partir do ingresso na Escola Municipal de Ensino Básico Josué Barbosa como professora há mais de uma década, observou-se as inúmeras práticas decorrentes de uma festa da padroeira local, que ocorre no mês de Julho e a escola referida que situa-se no mesmo terreno da igreja, por tanto os que compõem a escola usam este evento como motivo para algumas práticas, atividades que não possuem uma conotação religiosa, mas que contraria o planejamento pedagógico e seu calendário de provas no segundo bimestre. Essas práticas de acordo com as observações já realizadas, estão na escola há décadas e faz parte de sua história.

Fica assim, evidente que a escola não é monolítica ou neutra, mas que carrega outras intenções que não é apenas o de ministrar os conteúdos. A escola possui uma “tradição própria” ou uma própria cultura, que a diferencia de outras unidades de ensino de localização próxima. A análise de fotografias já coletadas até então, está sendo o primeiro passo para a investigação dessas práticas. Nas fotografias contém diversas cenas de alunos jogando na quadra de areia, como também, gincanas entre alunos, circuitos de motos, campeonatos de futebol, corridas de jegue entre outros. Um parque de diversão está presente na maioria destas imagens, algo comum em festa da padroeira local presente em pequenos povoados rurais, mas o parque também faz parte do dia-a-dia das atividades da semana na escola. Percebemos aí, um cruzamento cultural entre a igreja e a escola. Verificamos assim, que a escola referida é maior que os metros quadrados a ela destinada, possui um tamanho subjetivo, que não é visível, mas sentido.

Contudo não podemos desmerecer os testemunhos orais como fontes, pois os indivíduos portam memórias que são também do próprio grupo. (MONTENEGRO, 1993. p, 55) nos mostra que os testemunhos orais são constituídos por um universo diversificado de marcas que poderão revelar situações, acontecimentos ou narração de experiência.

As práticas ocorridas na escola no mês de julho, fazem parte da cultura da escola há muitos anos e provavelmente sofreu algumas modificações ao longo do tempo. Essas modificações podem estar contidas nas falas, silêncios e na memória. Na memória está alicerçada aquilo que é comum ao grupo, embora cada um construa sua memória individualmente. O grupo silencia ou exclui o que deve ser falado, ensinado para as futuras gerações. Através da memória evocada temos as entrevistas orais que contém os relatos





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

dos sujeitos históricos acerca da própria existência e sua importância está no tempo da experiência. Embora, muitas vezes os testemunhos orais escondem falseamentos que precisam de uma interpretação criteriosa do pesquisador que deve ter em mente que as falas coletadas não são reveladoras da verdade.

Desse modo ao analisar essas fontes, principalmente as impressas ou escritas como cadernos de alunos, trabalhos confeccionados, fotografias e outras mais, temos que ter em mente que os arquivos escolares muitas vezes não tem o mesmo zelo com estas fontes, como tem com documentos que precisam mais tarde passar por algum tipo de fiscalização, ou seja não estão em lugares privilegiados e não são considerados como arquivos históricos. É necessário um plano de destinação para esses documentos para que assim possibilitem novas visões sobre a escola e tudo que é produzido, ou seja a crítica não é apenas em ter um plano de destinação, mas como estão sendo gerenciados esses documentos na escola e isso precisa ser revisto pelas políticas públicas de preservação de documentação(VIDAL, 2204, p. 26). Daí a importância em olhar com mais atenção para os objetos da escola, ou seja, para as fontes produzidas na escola.

### **Considerações finais**

Consideremos que a cultura coloca o sujeito para pensar em sua experiência e vivência. Essas vivências são compartilhadas e invoca ao pesquisador uma análise mais apurada, contudo, não podemos nos iludir em reconstituir a história cultural completamente, pois diferentemente da História Econômica que possui por vezes uma única preocupação, na História Cultural há uma ânsia em tentar desvendar a evolução dos costumes e que por vezes vão desaparecendo e sendo despercebidos ao longo do tempo, principalmente naqueles espaços onde são desenvolvidas as práticas que dão sentido ao cotidiano e as ações que constroem a cultura de uma escola e isso se constitui em uma tarefa delicada para o pesquisador.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Desse modo percebemos que a escola não é apenas um lugar predestinado para seu fim institucional, mas um espaço dinâmico composto por práticas que educam através de rituais, eventos, símbolos e discursos. É um espaço barulhento, não porque possui um pátio cheio de crianças e adolescentes que se reúnem na hora do intervalo para merendar, brincar ou conversar, mas porque possui diversas vozes que modelam o seu cotidiano, vozes presentes nas práticas que ampliam seu lugar, transformando em espaço sentido, vivido, produtor e revelador de cultura.

A escola não é um depósito de conteúdos abstratos, mas de significados que envolvem diversas atividades humanas, essas ações cotidianas nos levam a refletir a importância que tem a escola para a pesquisa no campo da História Cultural. Ao longo do tempo verificamos algumas mudanças nas escolas em relação as suas paredes, disposições de carteiras na sala de aula que eram diferentes no século XIX de como é apresentado atualmente, por diversos motivos que não nos adentraremos agora, mas o que importa é ver que atitudes que nos soam aleatórias, são na verdade carregadas de intenções que educam e direcionam objetivos. A disposição dos móveis da escola também é cultural.

Daí a importância em direcionar de forma criteriosa um olhar especial para as suas fontes, pois a escola deixa registros diariamente nos seus inúmeros fazeres que necessitam de atenção, pois são reveladores de práticas surgidas de discursos, rituais, símbolos que modelam e reestruturam mentes.

Nada é aleatório em um espaço composto por seres humanos com sua diversidade, identidades e fazeres individuais e coletivos. Estes espaços estão longe de ser mecânicos, mas são vivos, polifônicos.

#### Referências

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História.** Especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. 1 Artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

ESCOLANO, Austín; FRAGO, Antonio Viñao. **Currículo Espaço e Subjetividade: A arquitetura como programa**. 2. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FRAGO, Viñao; ESCOLANO, Austín. **Currículo Espaço e Subjetividade: A arquitetura como programa**. 2. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral: Caminhos e descaminhos**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.13 n. 25/26, Set. 1992/Ago. 1993, p. 55-56.

PINTO, Júlio Pimentel; TURAZZI, Maria Inês. **Fotografia e Ensino de História**. Ensino de História: diálogos com a literatura e a fotografia. (coleção cotidiano escolar- Ação Docente). São Paulo: Moderna, 2012.

SILVA, Fabianny de Cássia Tavares. Cultura Escolar: Quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 201-216. 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e Práticas Escolares: Uma Reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: CD-ROM Escola de Aplicação: O arquivo da escola e a memória escolar. São Paulo, 2004.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **A SOCIEDADE DE AMPARO AO ESTUDANTE DE REMÍGIO-PB E A NOVA EXPERIÊNCIA DE PRÁTICAS CULTURAIS E EDUCATIVAS NA CIDADE (1958-1964)**

Tatiane Santos de Souza

Universidade Federal de Campina Grande

[tattyane.ss@gmail.com](mailto:tattyane.ss@gmail.com)

O interesse em pesquisar e estudar sobre a relação entre cidade e práticas culturais e educativas, volta-se pelo desejo de buscar conhecimento sobre algo que está no passado, que fez parte do desenvolvimento sociocultural de determinado lugar habitado, percorrendo caminhos que vão além do tempo, auxiliando na interpretação do que já foi vivido. Desse modo, a cidade que vive novas experiências de práticas culturais e educativas é Remígio, localizada no interior do estado da Paraíba<sup>187</sup>. É um município que está inserido geograficamente na Microrregião do Curimataú Ocidental, pertencente à Mesorregião do Agreste Paraibano.

Esse estudo vem a contribuir para entender algumas normas e formas de vivência diante das práticas culturais estabelecidas na Sociedade de Amparo ao Estudante de Remígio – S.A.E.R.-, uma instituição filantrópica que surgiu a partir dos interesses que estavam voltados para a criação de uma sociedade que viesse amparar e ajudar aos estudantes de Remígio. Esse espaço surgiu na sociedade remigense para exercer atividades sociais e culturais, destinando-se às finalidades de cunho cultural, a exemplo de palestras, seminários, exposições de arte e outras do gênero.

Dialogamos com o campo temático da História Cultural, destacando os elementos culturais, sociais e educacionais, presente na sociedade em estudo. A História Cultural é um campo historiográfico que provocou um enriquecimento na área dos estudos históricos

---

<sup>187</sup> Distancia-se há 132 Km da capital João Pessoa e a 36 Km de Campina Grande, em um entroncamento rodoviário onde se encontram três rodovias e diversas estradas e rodagens. Ver. SERAFIM, Péricles Vitório. **Remígio Brejos e Carrascais**. Editora Universitária, 1992.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

a partir de novos objetos e novas perspectivas de interpretação, a partir da década de 1970, entendida como uma nova abordagem. Um campo que vem crescendo consideravelmente, pelo fato de interessar-se pelos sujeitos produtores e receptores da cultura e sobre o conceito de cultura, existe um conjunto de variedades que norteiam os estudos culturais<sup>188</sup>. Os elementos da história cultural e sua sobrevalorização vêm predominando no campo historiográfico e a partir da nova história cultural algumas noções de cultura possibilitaram um melhor diálogo em relação ao tema aqui apresentado.

Nesse trabalho destacamos a variedade referente às práticas culturais, que são os comportamentos, atitudes, visões de mundo, entre outras, da sociedade; e sobre as representações, entre elas o estudo sobre o cotidiano e práticas educativas. Tomamos como conhecimento que as práticas e as representações da sociedade estudada se correlacionam ao meio em que vivem e ao meio social a que pertencem.

Ao trabalhar as práticas culturais dos cidadãos remigenses e sobre as suas representações, mostramos como eram as suas manifestações culturais na cidade. Assim, utilizamos os conceitos de práticas e representações do historiador francês, vinculado à historiografia francesa, Roger Chartier (1990), em seu livro “A História Cultural entre práticas e representações”, para construir uma história escrita desse lugar, por compreender o reconhecimento das práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação.

Esse autor reflete sobre diversas questões e propõe um conceito de cultura enquanto prática. Desse modo, consideramos que a cidade estudada permite compreender um conjunto de práticas e a S.A.E.R exerce as representações simbólicas e materiais. Portanto, para Chartier a cultura deveria ser examinada tomando-se como referência as práticas sociais que geram as representações dos sujeitos envolvidos em determinado contexto.

---

<sup>188</sup> Sobre os conceitos de Cultura no campo teórico historiográfico com contribuição antropológica, ver: Burke, Peter. **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008; GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**; Tradução de Vera Mello Joscelyne. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

De acordo com Chartier, a história cultural deve ser entendida como uma perspectiva para identificar “o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada e dada a ler.” (CHARTIER, 1990, p.17). Segundo o autor, trata-se de compreender como o objeto histórico é produzido, em determinado contexto histórico, permitindo aos pesquisadores a ter um olhar mais direcionado no que diz respeito à sociedade e suas formas de representação do mundo social, portanto, preocupa-se em explicar que as percepções/representações não são discursos neutros, pois

[...] produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. [...]. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. (CHARTIER, 1990, p.17)

Essas representações que são resultado de determinadas motivações e necessidades sociais, possibilitando novas perspectivas de estudo para a historiografia cultural. Nessa escrita, as representações nos ajudam a compreender o espaço urbano e os espaços da S.A.E.R., além do espaço citadino da sociedade remigense, no que diz respeito às vivências e sociabilidades, onde os indivíduos constroem a realidade do passado.

Dando ênfase aos aspectos da vida sociocultural, destacamos a contribuição do historiador e filósofo Michel de Certeau (1994), a partir dos interesses que esse historiador tem pelos sujeitos produtores da cultura. Suas considerações nos ajudam a pensar como esse espaço interferiu na vida dos seus frequentadores que transformam em um lugar de aproximações, podendo ser compartilhadas suas vivências e experiências. As pessoas compartilham o cotidiano com a cidade que já é sua permanente e móvel exposição, onde há mil modos de vestir-se, de circular, de decorar, de imaginar e as práticas dos habitantes criam, no próprio espaço urbano, uma multitude de combinações possíveis entre lugares antigos e também de situações novas. (CERTEAU, 2013, p.199)

De fundamental importância para a escrita desse trabalho historiográfico é o uso das fontes, as quais contamos com fontes documentais, impressas e relatos orais de memória. Destacamos alguns relatos orais de memória de alguns moradores de Remígio e





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

também de pessoas que estiveram presentes na inserção dessa instituição na cidade e participaram ativamente, para entender como algumas pessoas que vivenciaram a época em estudo, se apropriavam e compartilhavam suas práticas culturais e sociais. O trabalho com oralidade humana nos apresenta algumas limitações ao utilizá-las enquanto fonte documental, pois ao resgatar lembranças a partir da memória dos depoentes, há uma tentativa constante de construção de uma narrativa coerente acerca do lugar e do momento experimentados.

A história oral, enquanto metodologia de pesquisa, proposta pela historiadora Verena Alberti em seu livro intitulado *Manual de História Oral*, nos ajuda a valorizar a riqueza da oralidade para o estudo das representações do passado. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. (ALBERTI, 2015, p.155) E é no ato de narrar dos nossos colaboradores que a produção da memória tem um papel fundamental por ordenar e dar inteligibilidade ao mundo que viveram

Através de nossas fontes buscamos informações sobre o funcionamento dessa sociedade enquanto um espaço destinado ao amparo, ajuda e orientação ao estudante da cidade de Remígio, mas que ao mesmo tempo existia condicionamento, disciplinarização, bem como um espaço destinado ao lazer e diversão a boa parte da população.

Apresentamos como era o funcionamento da S.A.E.R. no cotidiano da cidade de Remígio, enquanto espaço de amparo aos estudantes e recreativo para os sócios, como ela estava organizada, as atividades que promoviam e que poderiam variar entre: bailes, jogos, desfiles, cursos e espaço de diversão. Discutir as obrigações e direitos dos sócios que possuíam e explorar algumas formas de participação na administração da sociedade remigense.

Através da criação dessa instituição, no seio das elites políticas da cidade de Remígio, a S.A.E.R.<sup>189</sup> logo assumiu um caráter de amparo, apoio e ajuda aos estudantes da própria cidade. No final da década de 1950 Remígio passava por um processo emancipatório e organizava aos poucos os serviços públicos de utilidade à população. No

<sup>189</sup> Reconhecida de utilidade pública pela Lei Estadual nº 1963 de 26 de janeiro de 1959.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

caso das escolas, se restringia a duas ou três, com ensino primário e para dar continuidade aos estudos, alguns pais de família matriculavam seus filhos em outras cidades, caso contrário as crianças e jovens eram obrigados a trabalhar com seus pais.

Os fundadores da instituição filantrópica, pensando na possibilidade de amparar os estudantes remigenses, nesse quesito de oferecer educação, fundaram a Sociedade e colocaram em prática alguns quesitos relacionados à educação, principalmente no que se refere ao prosseguimento nos estudos após a conclusão do curso primário, que era o único oferecido na cidade de Remígio. Tinha uma diretoria que era renovada de dois em dois anos e tinha um quadro de associados que juntos trabalhavam para sua funcionalidade.

A princípio observamos na Ata<sup>190</sup> do dia em que foi oficialmente criada a S.A.E.R., os sócios fundadores determinaram que o objetivo da sociedade seria proporcionar “amparo, ajuda e orientação” ao estudante remigense, tendo em vista a dificuldade de continuar os estudos após o término do ensino primário. Sobre a escolha do nome dessa sociedade, podemos inferir a ligação que a sociedade desejava ter com os estudantes e também com o local onde foi fundada.

O artigo busca compreender os significados desse espaço para seus frequentadores, no ensejo do convívio entre iguais e na construção de uma rede de sociabilidade e diversão. Esse espaço que reunia pessoas para o lazer, a transmissão de conhecimento, troca de ideias, encontro de negócios e discussões políticas, possibilitando a criação de laços de amizade, negócios e matrimoniais, permitindo construir as redes de relações e poder.

Muitos foram os serviços oferecidos pela S.A.E.R. para os estudantes e, como nos informa o estatuto e nossos colaboradores, a sociedade distribuía bolsas de estudos aos estudantes carentes e possuía um transporte que levava os estudantes para instituições educacionais na cidade de Areia. Assim, a S.A.E.R. buscava auxiliar alguns estudantes para acompanhar a aprendizagem e o seu desempenho. Os recursos eram obtidos por meio de uma verba do governo federal, bem como da contribuição mensal de cada sócio e/ou

---

<sup>190</sup> Ata de Fundação e Estatuto da Sociedade de Amparo ao Estudante de Remígio (S.A.E.R.) em 10 de novembro de 1958.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

doações, assim, procuravam auxiliar e amparar os estudantes, embora na prática isso não acontecesse a todas as crianças e jovens do lugar.

A educação ofertada para os estudantes esteve relacionada ao lazer e à produção cultural da cidade, pois o lazer visto enquanto descanso e divertimento, além do desenvolvimento pessoal e social que o mesmo enseja. Assim, o lazer teria início com o processo de escolarização formal, pois a S.A.E.R. surge para que os estudantes pudessem desfrutar de jogos e brincadeiras, os quais deveriam estar associados à educação, e a sociedade e as autoridades públicas, supostamente, se esforçavam para dar-lhes este direito.

Para manter o bom funcionamento e o controle de tudo o que acontecia na S.A.E.R., os responsáveis pelo funcionamento da mesma organizavam os alunos por fichas, contendo as informações necessárias para acompanhar o desempenho e a frequência do aluno. De acordo com as fichas estudantis que encontramos, os(as) alunos(as) matriculados(as) na S.A.E.R. tinham entre seis a vinte e cinco anos de idade, com a possibilidade de haver, em outras fichas, mais alunos com idade acima dos vinte e cinco anos. Há oito fichas do sexo feminino e onze do sexo masculino. A maioria dos estudantes atendidos pertenciam ao Ginásio Santa Rita (nove), em segundo momento ao Ginásio Coelho Lisboa (seis). Existiam também instituições como o Grupo Escolar Álvaro Machado e a escola infantil São Tarcísio, ambos localizados na cidade de Areia.

As escolas ofereciam o ensino secundário, dividido em duas fases: o Ginásial que correspondia da primeira à quarta série, com duração de quatro anos, destinado a dar aos adolescentes os elementos fundamentais do ensino secundário; e o Secundário com os cursos clássico e o científico, cada qual com a duração de três anos, que tinham por objetivo consolidar a educação ministrada no curso ginásial. Quando o (a) aluno (a) deixava esta sociedade, muitas vezes havia concluído o Ginásial e prosseguia no Ginásio Santa Rita, no curso Pedagógico ou Assistência Social ou na Escola de Agronomia do Nordeste<sup>191</sup> no curso Agro técnico.

---

<sup>191</sup> Atual Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus II.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Os responsáveis pelo funcionamento da instituição estabeleciam ordem, disciplina, regras aos estudantes que faziam parte dessa sociedade. Os estudantes remigenses que estudavam na cidade de Areia, envolviam-se nas atividades culturais que eram promovidas pela S.A.E.R. Mesmo o espaço funcionando, inicialmente, em uma casa, os estudantes contavam com uma pequena biblioteca, sala de jogos, radiola, campo de futebol para os jogos dos meninos, mesa de pingue pongue, entre outros equipamentos. A ex-aluna da S.A.E.R. Maria do Carmo Henriques Meira nos conta sobre como os estudantes utilizavam esse espaço:

Pra estudar e fazer pesquisa, algumas vezes usávamos, porque nós tínhamos alguns livros, não era uma biblioteca grande, mas era uma pequena biblioteca, mas era boa, nós frequentávamos, tinha mesas lá, tinha uma radiola para se fazer, naquele tempo se chamava Assustados. Os estudantes, pronto, no dia dos estudantes era uma folia muito grande, jogos nós organizávamos, fazíamos jogos de baleada para as meninas, o campo de futebol era para os rapazes. Tudo isso existia, era coisa maravilhosa.<sup>192</sup>

Os alunos para ter acesso à educação na cidade de Areia, precisavam de transporte para conduzi-los, tendo em vista, que nesse tempo as condições de deslocamento para outras cidades demandavam certas condições financeiras. Portanto, no início a S.A.E.R. auxiliava nesse quesito e ajudava no transporte até a cidade de Areia, por meio de um carro Kombi, conduzindo os primeiros estudantes da S.A.E.R.

Posteriormente, o meio utilizado para levar os alunos era através de um ônibus que foi adquirido pelo Projeto de Lei 433/1959 do Deputado Luiz Bronzeado (UDN/PB). Segundo a Ementa o Poder Executivo autorizou a abrir, pelo Ministério da Educação e da Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.200.000,00, para atender à despesa de aquisição de um ônibus pela Sociedade de Amparo ao Estudante de Remígio.<sup>193</sup> Assim constam dos artigos do projeto:

Art.1º É concedida à “Sociedade de Amparo ao Estudante de Remígio”, (SAER), com sede na cidade de Remígio, Estado da Paraíba, o auxílio especial de Cr 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros) para atender à despesa

<sup>192</sup>Maria do Carmo Henriques Meira. Entrevista concedida a autora no dia 04 de janeiro de 2018.

<sup>193</sup>Brasil.Câmara de Deputados.Disponível em:[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegracao?jsessionid=5866298D2AE950B1AFA60D033DF2C31B.proposicoesWeb2?codteor=1206481&filename=Avulso+-PL+433/1959](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegracao?jsessionid=5866298D2AE950B1AFA60D033DF2C31B.proposicoesWeb2?codteor=1206481&filename=Avulso+-PL+433/1959), página 3. Acesso no dia 15 de junho de 1959.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

(sic.) de aquisição de um ônibus, para cumprimento de sua finalidade educacional.

Art.2º Para ocorrer à despesa (sic.) de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros), que será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado da Paraíba.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 8 de junho de 1959.<sup>194</sup>

Em documento emitido na Câmara dos Deputados em 1959, foram feitas solicitações para adquirir o ônibus e como justificativa, um dos fundadores dessa sociedade e então Deputado Luiz Bronzeado, usou dos seguintes argumentos:

Na pequena e humilde cidade de Remígio, no Estado da Paraíba, intentou-se uma experiência nova, no setor educacional: levar a uma cidade vizinha a mocidade estudantil da terra, na impossibilidade de se fundar e manter, no local, por ausência de elementos materiais e intelectuais, estabelecimentos de ensino adequados às necessidades culturais do meio. O plano é conduzir, diariamente, de ida e volta, à Cidade de Areia, - que dista apenas 12 quilômetros da de Remígio, - os estudantes desta última, de ambos os sexos, do curso secundário ou superior. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1959, p.5)

Durante muitos anos o ônibus da S.A.E.R. fez parte da história de muitas pessoas que utilizavam esse transporte para estudar em Areia, pois diante das dificuldades de deslocamento para estudar em outra cidade, o ônibus, considerado de grande importância para a época, foi responsável por contribuir na educação dos estudantes remigenses.

Existiam diversas atividades educativas que eram oferecidas aos jovens estudantes que frequentavam esta sociedade. Por meio da oralidade que nos chegaram pelos depoimentos concedidos, debruçamo-nos sobre os sujeitos atuantes desse período, junto à atuação no espaço do vivido. As atividades socioeducativas que eram realizadas no interior da S.A.E.R. estavam presentes na realização de diversos cursos, a exemplo do curso de datilografia, com duração de três meses, oferecido pela Prefeitura Municipal em

<sup>194</sup>Brasil.CamaradosDeputados.[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=5866298D2AE950B1AFA60D033DF2C31B.proposicoesWeb2?codteor=1206481&filename=Avulso+-PL+433/1959,página 3](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=5866298D2AE950B1AFA60D033DF2C31B.proposicoesWeb2?codteor=1206481&filename=Avulso+-PL+433/1959,página 3). Acesso em 16/09/2017.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

parceria com o Senac, a professora era Rita de Cássia Cavalcante, e a mesma nos informa detalhes desse período:

Eu trabalhava na Prefeitura e dava aula. Eu trabalhava pela manhã na Prefeitura e de tarde e de noite eu dava aula na SAER. Era que eu me lembro mesmo, a tarde e à noite dava aula de datilografia na SAER. Que eu ensinei mesmo na SAER foi uma base assim de 64, 65 ou 66, mais ou menos assim.<sup>195</sup>

Os "formandos" tinham direito, até, ao recebimento solene do certificado de conclusão, embora não tivesse nenhuma utilidade prática. Nessa época era importante fazer um curso de datilografia, principalmente entre os jovens, depois de terminar as aulas no Ginásio. Um curso que na maioria das vezes era imposto pelos pais, como parte da formação educacional e profissional. A senhora Rita de Cássia ainda recorda sobre a duração do curso

Era três meses. Três e as vezes até quatro meses, dependendo. Mas o certo era de três meses, era 90 dias de curso. Aí ensinava nesse tempo pela S.A.E.R. e pelo SENAI e pelo SENAC. Eles mandavam as bolsinha azul, por sinal ainda tenho uma, guardei uma bolsinha azul, foi a única coisa que eu guardei, foi a bolsinha azul.<sup>196</sup>

Além do curso de datilografia também funcionou nesse clube, o Ginásio a noite, que era uma campanha de educandários gratuitos. Realizavam-se palestras, oficinas, quadrilhas juninas, instrução de banda musical, os escoteiros, com o professor Fernando Peixe<sup>197</sup> da cidade de Areia e apresentações teatrais com os alunos da S.A.E.R., com programações oferecidas para os pais dos estudantes, bem como os sócios. Assim nos conta Maria do Carmo Henriques Meira:

(...)Havia muitas reuniões, muitas. Assim vinham pessoas de fora, fazer o simpósio, fazer. Era muito bom, era muito bom. Lá na SAER existia os escoteiros, aí vinha de Areia, vinha Fernando Peixe, vinha de Areia, instruir os escoteiros daqui lá na SAER, era uma beleza! [...] E tem mais uma coisa, todos colaboravam com alguma coisa que a gente fosse fazer. [...] Se dissesse: “é uma peça teatral, você vai ser o anjo”, era o anjo e acabou-se a história, “você vai ser uma bruxa”, já era a bruxa e não tinha isso. Era todo mundo, um por todos e todos por um.

A S.A.E.R. é lembrada pelo amparo aos estudantes, bem como por suas frequentes festas e eventos sociais. Essas lembranças que fazem com que “as práticas dos habitantes

<sup>195</sup> Rita de Cássia Cavalcanti. Entrevista concedida a autora no dia 20 de abril de 2017.

<sup>196</sup> Rita de Cássia Cavalcanti. Entrevista concedida a autora no dia 20 de abril de 2017.

<sup>197</sup> Fernando Mota Peixe era professor e instrutor de bandas colegiais da cidade de Areia -PB





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

criam no próprio espaço urbano uma multitude de combinações possíveis entre lugares antigos e situações novas, ” (CERTEAU, 2013, p.199). É possível perceber a influência que essa sociedade exercia no meio sócio cultural da cidade de Remígio através dos desfiles cívicos realizados no dia 07 de setembro em comemoração à independência do Brasil, e como nos conta Maria do Carmo Henriques Meira

(...)a gente se envolvia no 7 de setembro, a gente formava o pelotão da SAER. Esse pelotão a gente escolhia um tema, o ultimo tema foi regiões brasileiras, então nós escolhemos o traje de cada região e fizemos o pelotão e saía. Foi lindo. [...] mas a SAER formava algum pelotão, um ou dois, mas que era maravilhoso era.<sup>198</sup>

Os desfiles em comemoração à independência do Brasil, traz valores e práticas de normatização e harmonização e deveres para com a Pátria. As ações educativas da S.A.E.R. estavam voltadas para o grupo social que frequentava regularmente. A maioria dos sócios eram os pais dos estudantes, conseqüentemente havia distinção social, embora o estatuto mostrasse apoio e amparo aos estudantes pobres.

Com a chegada da S.A.E.R. mais mudanças foram sentidas, principalmente no setor educacional, pois era preciso uma instituição que não só servisse de lazer, mas que disciplinasse crianças e jovens estudantes e até mesmo as famílias. Algumas pessoas não sentiram a influência da S.A.E.R. e outras destacam a contribuição que a mesma teve na educação de alguns estudantes. Assim considera Maria do Carmo Henriques:

A educação de Remígio hoje ainda deve a algum resíduo da SAER. Foi tudo. A SAER foi tudo. Aquela leva de estudante que terminava o quarto ano primário, minha mãe preparava eles para o exame de Admissão e muitos prestavam o exame de admissão em Areia. A partir da SAER quem fazia o exame de admissão passou a cursar o primeiro ano ginásial em Areia, no colégio estadual ou então no colégio Santa Rita, quer dizer tudo isso foi uma ajuda muito grande.

A pesquisa foi possível para entender o funcionamento inicial de apoio aos estudantes, até meados da década de 1960. Muitas foram as pessoas que fizeram parte dessa sociedade voltada para o auxílio educacional e também um local específico para diversão e lazer. Portanto podemos considerar que em torno do objetivo que tinha a SAER

<sup>198</sup> Maria do Carmo Henriques Meira. Entrevista concedida a autora no dia 04 de janeiro de 2018.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

de amparar os estudantes, havia também um condicionamento para que as atividades realizadas fossem organizadas, disciplinadas, regulares e sistemática.

Portanto, é importante observar que a prática cultural junto com o apoio da educação para os jovens estudantes, possibilitava certo crescimento intelectual. As sociabilidades culturais nos permitem obter informações sobre os comportamentos socioculturais, bem como as representações ocasionadas pelo apoio educacional. Estes novos espaços de sociabilidade implicam a busca por novas formas de se viver, tendo um importante papel na construção de uma nova sociedade, principalmente pelo apoio aos jovens estudantes e a cidade é o lugar mais apropriado para que práticas referentes ao lazer e a educação possa se desenvolver e onde a produção cultural pode ser estimulada.

#### BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral.** 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2005.

Burke, Peter. **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008;

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer;** 18. Ed. Tradução de Epharim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar;** tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 12.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações.** Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa;** Tradução de Vera Mello Joscelyne. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SERAFIM, Péricles Vitório. **Remígio: Brejos e Carrascais.** João Pessoa. Editora Universitária. 1992.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## ALIMENTAÇÃO: PRÁTICAS EDUCATIVAS E A RELAÇÃO RITUAL NO COTIDIANO DO CANDOMBLÉ

Dulce Edite Soares Loss

Universidade Federal de Campina Grande

dulceloss@hotmail.com

**Resumo:** A presente comunicação busca discutir as práticas educativas realizadas em relação à alimentação no cotidiano de um terreiro de candomblé com o intuito de investigar um processo de ensino-aprendizagem específico para adeptos desta religiosidade, em meio à realização dos rituais. Sendo assim, objetiva-se compreender práticas educativas na realização dos alimentos ofertados aos deuses e sua relação com a alimentação dos adeptos. A alimentação desempenha importante papel no cotidiano de um terreiro constituindo-se em um elemento notável, tanto nas ritualísticas do culto como na vida particular de seus adeptos. Ajeum é o termo ioruba destinado às refeições e constitui o ato de comer e oferecer o alimento. O estudo está ancorado na História Cultural das Práticas Educativas considerando o universo representativo em que práticas educativas na alimentação são instrumentos de bem estar e saúde de uma comunidade de terreiro. Para tal foram utilizadas como instrumento de produção de dados, entrevistas semiestruturadas, das quais participaram quatro mães/pais de santo do candomblé de raiz Angola, Ketú, Efón e Nagô. O enfoque da pesquisa consiste nos alimentos ofertados nos processos ritualísticos às divindades e as influências dessas alimentações na vida dos adeptos. Nesse sentido, esta comunicação oral tem como escopo a relação comida-religião, por meio das práticas educativas alimentares nas religiões afro-brasileiras. Diante dos estudos realizados conclui-se que as alimentações dos neófitos e suas divindades no cotidiano de um terreiro implicam em tabus a determinados alimentos refletindo um conjunto amplo de referências, normas, valores e símbolos oriundos da mitologia africana, que direta e indiretamente interliga o mundo dos homens aos dos deuses.

Palavras chave: alimentação, candomblé, práticas educativas.

### Introdução

Constantemente em todos os cantos do Brasil, geralmente em fins de semanas, pessoas se reúnem em templos chamados terreiros de candomblé com o objetivo religioso de louvar e invocar em longas cerimônias os orixás, inkisses e voduns por meio de cânticos e danças culminando com uma alimentação sagrada dessas divindades oferecida





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

aos visitantes e membros do terreiro, fator determinante para a união de uma comunidade de terreiro e a preservação das ações dos deuses. É neste cenário que encontramos um Candomblé sobrevivente da cultura e forma de resistência negra frequente na década de 1780.

A título de apresentação as religiões de matriz africana foram formadas no período colonial, uma herança cultural e religiosa dos negros escravizados que aportaram em terras brasileiras por meio da diáspora. Por se tratar de um amplo universo cultural partilhado de visões de mundo, língua, princípios éticos, códigos e símbolos doutrinários, saberes e fazeres ritualísticos, instrumentos musicais, danças e culinária no decurso de suas atividades, um terreiro de candomblé busca manter viva uma tradição e práticas ritualísticas que se prendem aos sentidos e valores atribuídos por esses sujeitos aos bens e práticas sociais de que são protagonistas.

Etimologicamente Candomblé é um termo de origem Bantu, precisamente da Língua Kikongo. Provém da palavra ka-ndón-id-é ou kán-domb-ed-é, derivada do verbo kulomba ou kandomba, o que indica a ação de venerar, adorar, orar e evocar (LIGIÉRO, 1993). Compreender esta etimologia é ressaltar os princípios e valores do originário e antigo homem africano – a despeito das diversas manifestações comportamentais, cosmovisões, acepções ontológicas e de espiritualidade para os diversos homens e mulheres africanos de distintas etnias (LIGIÉRO, 1993).

A alimentação em um terreiro de candomblé estabelece conexões entre os seres humanos e as divindades. Comer é trocar laços com as divindades, “e de fortalecer a troca de axé” (SANTOS apud LODY, 2004). Uma refeição no cotidiano de um terreiro de candomblé envolve aspectos de relações interpessoais e situações altamente ritualizadas, cujos parceiros são as divindades (CASCUDO 1954).

Relacionando a importância do trânsito religioso e as práticas alimentares destas comunidades de terreiro o objetivo deste trabalho é identificar as práticas educativas na realização dos alimentos ofertados aos deuses e sua relação com a alimentação dos adeptos. No plano sagrado, o povo-de-santo, ao compartilhar e exprimir sua fé promove uma alimentação cerimonial constituindo-se em um elemento notável, tanto nas ritualísticas do





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

culto como na vida particular de seus adeptos. A comida no cotidiano do terreiro ganha dimensão valorativa, tendo em sua representatividade um alimento para o corpo e também para um bem espiritual. O enfoque da pesquisa, conforme citado, consiste nos alimentos ofertados nos processos ritualísticos às divindades e as influências dessas alimentações na vida dos adeptos.

Com uma abordagem qualitativa, a pesquisa tem como base um conjunto de dados produzidos que devem ser interpretados, compreendidos e contextualizados e não quantificados ou mensurados. Antônio Chizzotti (2003, p. 221) em relação às abordagens qualitativas afirma que “o termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível (...)”. Após esta experiência o pesquisador em uma hermenêutica traduz em texto os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa.

Em um levantamento bibliográfico os teóricos enfocados foram Lody (2004), Rabelo (2013), Lima (2010) entre outros na relação alimentação e religiosidade. A História Cultural é nossa referência para este estudo, que nos fornece um espaço para a formulação de uma historiografia conceitual. Roger Chartier esclarece que a História Cultural é importante para identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, apresentada e apropriada. Neste sentido, as práticas educativas na alimentação como instrumentos de bem estar e saúde de uma comunidade de terreiro apresentam uma realidade sócio cultural, onde restrição a certos alimentos para neófitos fulguram na representatividade das diversas divindades cultuadas nesta religiosidade.

A metodologia aplicada constou de uma revisão bibliográfica e a aplicação da técnica conhecida como informante chave (*Key informant technique*) ou levantamento de opinião de especialista (*Expert-opinion survey*) . Foram entrevistados quatro mães/pais de santo, numa faixa etária de 50 a 70 anos, de nação Angola, Ketú, Efón e Nagô na cidade de Campinas – SP e João Pessoa – PB. Os conceitos trabalhados são alimentação, candomblé, e símbolo. Os participantes são codificados pelos nomes dos Orixás aos quais foram iniciados; Yemanjá, Oyá, Oxalufã, Oxaguiã.





### **Alimentação e religião: um universo material e simbólico**

A História, desde a Antiguidade, revela que alimentos eram “sinônimo” de ritualizações e tabus das mais variadas expressões de religiosidade e crenças. Ao povo judeu é proibido o consumo da carne de porco, já para os hinduístas a vaca é um animal sagrado, não podendo ser consumida. O cristianismo envolve atos de sacrifício, jejuar e não comer carne em um determinado período do ano e em outras religiões a alimentação tem relação direta com o plano etéreo, ou seja, com as divindades que representam os valores da respectiva crença – como no Candomblé.

Refletir sobre a alimentação nos espaços do candomblé, denota compreender como os adeptos desta religiosidade se encontram integrado socialmente, culturalmente e espiritualmente na relação alimento-religião. Significa, do mesmo modo, aludir a um mundo em que o alimento, transformado em comida, muitas das vezes torna-se, não apenas a comida dos homens, mas a comida das divindades que são cultuadas por eles. (NADALINI, 2009; RIBEIRO, 2009; RABELO, 2013).

Para os cultos afro-brasileiros a alimentação sagrada é um fator determinante para a união e à preservação do culto aos orixás.

No candomblé os deuses comem. Cada um tem sua comida particular, de seu agrado pessoal, de sua preferência pessoal. Comida ligada às suas histórias, aos seus odus, a seus mitos. Comida que muitas vezes é cantada e dançada numa integração harmoniosa de gesto, música e palavra (LIMA, 2010, p. 138).

A alimentação dos sujeitos em um terreiro de candomblé para além de um ato imprescindível de sobrevivência – precisamos comer - se transforma em um ritual insubstituível em seu relacionamento com as divindades. Por meio da alimentação e da comida ritual ingerida pelos adeptos podemos compreender um elemento significativo da cultura negra nas relações sociais estabelecidas num terreiro de candomblé, ou seja, “um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida” (GEERTZ, 1989, p.66).

O terreiro, local dos costumes e preceitos dos deuses africanos, revela uma cultura ressignificada oriunda dos negros escravizados, onde momentos de africanidade são preservados em sua representatividade se adaptando a vários contextos, preservando uma identidade. Sendo assim, a comida ritual de um terreiro expressa, com sua organização, ingredientes e cores, o ordenamento de um sistema cultural simbólico (DOUGLAS, 2014).

O *Ajeum*, um termo de origem ioruba referente às refeições, é um importante momento sócio-religioso no cotidiano do terreiro, nas refeições do dia a dia, nos rituais e nas festas públicas dos terreiros de candomblé. Não existe cerimônia pública ou privada nos cultos afro-brasileiros em que a alimentação não esteja presente. “Comer é acionar o axé-energia e força fundamentais à vida religiosa do terreiro, à vida do homem” (LODY, 2004, p. 27).

Nesse sentido a cozinha de um terreiro de candomblé, permite a esta pesquisadora uma leitura de sistemas em que práticas educativas, norteiam as relações interpessoais e rituais em que a cozinha de um axé, em sua representatividade, é um espaço em que a comida realizada por meio de rituais, palavras, histórias, sentimentos, simbolismo e poderes das divindades, acionam e fazem circular o axé mantendo assim, a vida religiosa. Assim sendo não são só os alimentos que compõe um prato (grãos, peixes, camarões secos e outros) os responsáveis pela eficácia mágica da comida, mas também um complexo conjunto de simbolismo, sentimentos, ritos e palavras acionadas durante o seu preparo.

Vale ressaltar que as cozinhas de um terreiro de candomblé são verdadeiros santuários, circuladas de ritos antes, durante e depois da preparação dos alimentos, um exemplo são os utensílios utilizados na preparação dos alimentos, são próprios e não deve ser misturado com os da comunidade. E ainda, o preparo da alimentação ofertada aos deuses é realizado no mesmo ambiente da comida dos adeptos da comunidade, mas o procedimento para esse ato difere nas atitudes, ações e simbologias que são empregadas na feitura dos pratos, “A cozinha exige muitos cuidados quando está sendo feita a comida





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

para arriar uma mesa de alimentos aos orixás, e exigem rituais, é acendida (sic) uma vela e acompanha um copo de água, para que haja renascimento e luz” (Yemanjá).

O processo de fazer comidas votivas já implica compromissos litúrgicos, “não se entra em uma cozinha de santo, sem esfriar o corpo, sem tomar um banho de higiene e após outro de ervas, colocar nossa ração, vestimenta própria, saudar os quartos de santo, bater paó e tomar a benção do pai de santo” (Oyá), na preparação de cada ingrediente, em uma relação permanente sagrada com os orixás.

Cada Orixá possui suas predileções alimentares e suas interdições. Assim, temos os alimentos que os fortalecem e são bons para seus filhos e os alimentos que causam danos aos Orixás e, por consequência, a seus filhos e filhas. Os pratos sagrados e seus ingredientes singularizam as divindades:

Oferendas de comida fazem parte da rotina das mães e filhos de santo, marcam o cotidiano de um terreiro, desde a mais simples – um pratinho de milho branco cozido para Oxalá e pipoca para Obaluaê – até as mais elaboradas, que envolvem diversos materiais e preparativos mais trabalhosos. As comidas ofertadas para os orixás, depositadas ao pé dos assentamentos, são feitas com os ingredientes prediletos de cada um e exibidas em belas composições de cor e textura, que não raro desenham algum elemento distintivo da divindade. (RABELO, 2013, p. 253)

No candomblé a alimentação compõe um dos âmagos da religião, costuma-se dizer que ‘tudo come’, recebe alimentos especiais, preparados para cada ocasião. “Come desde a cumeira, ao chão, este último principalmente”. Isso é explicado por meio da concepção de que “nada se mantém vivo sem a comida” (SOUSA JÚNIOR, 2011, p. 100).

Poulain (2004) ao se referir a uma determinada sociedade afirma, que ela pode ser distinguida de outras pelos alimentos que consome, mediante os simbolismo neles presentes. Nos terreiros de candomblé, a simbologia das comidas rituais está presente na mitologia africana que são repassadas no ensino aprendizagem em seu cotidiano. Por intermédio de práticas educativas, nas relações interpessoais, os neófitos aprendem com seus mais velhos, receitas específicas direcionadas à representatividade de cada orixá no intuito de agradecer por dádivas alcançadas.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Isso origina “na comida de obrigação” e na compreensão de uma “circulação de dádivas” (MAUSS, 2008) em que os pratos executados são orientados pelos mitos, efetuados por meio de ritos, tendo representatividade no valor das suas mensagens que são trocadas quando são consumidos pelas comunidades, que agregam valores éticos e religiosos (SANTOS, 1997, p.162).

Em um terreiro de candomblé a comida fala (WORRTMANN, 2013). Ao preparem as comidas votivas às divindades é ensinado aos filhos de santo, que por meio de rituais específicos em seu preparo, eles trabalham com ingredientes que em seus simbolismos refletem uma mensagem. Assim sendo, esses pratos votivos ao serem arriados e rezados nos assentamentos dos orixás ou até mesmo em rezas junto a comunidade, permite no ato de dar de comer ao orixá, um repasse dessas mensagens. É por meio do ato de comer que os orixás codificam as mensagens de agradecimento e pedidos de seus filhos. Nesse sentido a comida fala, pois no cardápio votivo dos orixás para cada prato uma mensagem a ser codificada.

Podemos assim afirmar que, o ensino aprendido de uma comida votiva é um aprendizado, sobretudo, “territorializado”. Para cada aprendizado um território a ser descoberto e apreendido nos alimentos que serão utilizados, a que divindade pertence e o significado da simbologia existente nos seus componentes e adornos. Vale salientar que cada casa de axé tem suas especificações e seus rituais, tem seu modo de conduzir sua cozinha, com receitas do cardápio votivo próprio. Não há uma escrita sobre o universo de uma comida, como fazer, porque fazer e para que fazer. O aprendizado é realizado no cotidiano, pela oralidade, pela memorização, em um processo de observação, de ouvir os ensinamentos dos mais velhos de suas casas e até mesmo trabalhando na prática com seus irmãos e parentes mais velhos.

No candomblé os mitos regem as noções de gosto e restrições alimentares que representam características e a personalidade de cada orixá, “é por meio dos relatos mitológicos que é possível construir um “cardápio dos orixás”. (AGUIAR, 2012, p.161). O autor ainda destaca que além das histórias mitológicas na orientação de execução de um prato votivo, o jogo de búzios é determinante para identificar a comida a ser ofertada e para qual orixá fazer.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Nesse sentido a mitologia africana, com seus itans é instrumento fundamental para compreensão do simbolismo existente nas comidas ritualísticas articulando os alimentos às divindades, “Oxalá é um orixá calmo, sereno, então oferecemos comidas frias a ele, como o mugunzá branco, já Xangô por ser um orixá do fogo, seu prato votivo, amalá, é servido quente com bastante pimenta” (Oyá), definindo e identificando-as com os arquétipos dos orixás.

No que se refere ao gosto dos orixás e às suas restrições alimentares o historiador Felipe Fernández-Armesto afirma “as sociedades têm hábitos alimentares que pertencem à esfera do sagrado: existem substâncias que consumimos para nos tornar sagrados ou íntimos dos deuses ou dos espíritos, outras que se interpõem entre a carne e o espírito e aumentam a distância do divino” (ARMESTO, 2004, p. 60). Diante desta afirmação observa-se outra relação entre alimentação e religião: os èèwò, interditos, de alimentos aos filhos de santo:

Uma das alimentações proibidas para mim na Casa Fanti, foi à carne de carneiro, e o jerimum moranga, até os dias de hoje eu não como e minha família também não. Diz o itan que Oyá queria ter filhos e não conseguia, porque comia carne de carneiro, sua quizila. Então foi consultar um Babalaô que mandou ela fazer uma oferenda com carneiro, desta oferenda ele preparou um remédio e Oyá pode engravidar, porém o carneiro ela nunca mais pode comer. Então a carne de carneiro é proibida para seus filhos. Assim eu aprendi e assim eu conduzo minha casa. (Oyá)

Compreende-se diante do relato, que para os iniciados na religiosidade os mitos envolvem a culinária de um terreiro e a vida de seus adeptos, fixando elementos simbólicos, complexos ou não, que devem ser seguidos por uma casa de axé e seus filhos. A casa Fanti Ashanti, citada pelo nosso interlocutor é localizada em São Luiz, Maranhão, de raiz Nagô. A maioria dos alimentos ofertados aos orixás aparece em seus mitos em uma leitura simbólica da vida mítica da divindade.

Quizila, termo bantu, ou èèwò, termo iorubá, é tudo aquilo que provoca uma reação contrária ao axé de um neófito ou de um terreiro de candomblé. Vale ressaltar que existem as quizilas do Orixá, ou seja, o que nunca se pode dar ao orixá, e quizila dos filhos do orixá, que o neófito não pode ingerir por ser contra-axé em sua vida, como no caso do





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

carneiro pelo nosso interlocutor, e tem também algumas comidas que tem sua simbologia ligada ao Orixá, mas que o filho não pode comer, e aqui especificamos a não ingestão da abóbora pelo nosso interlocutor, pois há um itan de Iansã que revela que ela quase foi morta por um carneiro que a traiu chamando seus inimigos para matá-la. Para fugir destes inimigos, Iansã precisou se esconder no meio de uma plantação de abóboras por toda uma noite disfarçada como tal, e por gratidão de ter escapado da morte jurou nunca mais comer abóbora (PRANDI, 2001).

Os èèwòs não são atos somente dos neófitos em relação aos seus orixás, as diversas nações existentes nas religiões de matriz africana também apresentam suas quizilas:

Na minha nação os filhos têm restrições alimentares, não podem roer osso de forma alguma, não pode comer miúdos dos animais que são sacralizados em nossa nação Angola, não podem comer carne de caranguejo, arraia e tem restrições a algumas frutas tais como melancia, abacaxi, abacate e outras. Isto é para todos os filhos que são iniciados no inkisse, após a obrigação dos sete anos, quando se tornam ebomis, algumas das vezes eles questionam sobre essas proibições, aí a gente fala tentem comer, caso faça mal pode se tornar uma quizila para toda a vida. Mas existem alimentos que serão quizilas para toda a vida, pela história de seu orixá (Oxalufã).

O relato aponta os interditos que os sujeitos iniciados estão submetidos em sua iniciação em uma casa de nação Angola. Convém ressaltar que estes interditos não são generalizados a toda nação Angola, podendo ser acrescidos ou não de outros alimentos. As restrições alimentares existentes em uma casa de candomblé estão ligadas em uma consagração ritual, ao orixá patrono da casa e dos filhos de santo, ou seja, em relação aos fundamentos de uma casa e a uma iniciação na religiosidade, “filhos de oxalá não podem comer dendê, isto é uma lei na nossa casa” (Oxalufã) que levará os neófitos a uma identificação contínua com o seu orixá e como o orixá da casa, permeando toda sua vida cotidiana, passando a conviver com elas. Cada nação de Candomblé apresenta um repertório de tabus alimentares e de diversas proscricções, que compõem o corpo de regras disciplinares prescritivas de cada grupo de culto:

Dentro do espaço sagrado da nação Efón nós temos um interdito, porque a patrona desta nação é Oxum e a maior quizila de Oxum é a tangerina. Então no





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

espaço sagrado, do portão de entrada para cá não entra tangerina. Os iaôs são proibidos de comer, aliás nem eu, Iyalorixá, como, porque todo o axé de Efón pertence a Oxum. Os iaôs além da tangerina que é a quizila da nação, eles também terão interditos alimentares, vai variar das vontades de seus orixás. E se a casa estiver em obrigação nem café se faz dentro da casa, porque é quizila de meu pai Oxaguiã. Quizila não tem uma regra definida, é o orixá quem coloca seus interditos. (Oxaguiã).

O relato aponta as interdições alimentares que compõe o cotidiano de uma casa de nação Efón. As restrições alimentares reforçam a “identidade mítica” que constitui a cosmologia deste universo, filhos de Oxaguiã tem em suas quizilas o café, e na nação a tangerina. O não consumo de determinados alimentos preserva toda uma memória e histórias decorrentes da mitologia africana. Nesse sentido os relatos de interdições tanto de Oxalufã como o de Oxaguiã compõe o cotidiano de pais e mães de santo e de seus filhos, o que nos leva a concluir que as alimentações na religião lhes servem como guias de conduta e permitem uma localização cultural.

#### **Considerações finais**

As práticas educativas sobre a alimentação em um terreiro de candomblé para além do alimentar-se fisiologicamente são transpassadas pela presença dos deuses em seus ritos religiosos e simbólicos, formando hábitos alimentares com características próprias. Tão significativa quanto à partilha desses alimentos e sua comensalidade, aquilo que não se deve comer, quizilas, também revelam uma particularidade que é inerente a estes povos e são dotados de extrema importância.

A mitologia africana, os itans, histórias é a cartilha que rege estas alimentações, proporcionando a estas comunidades modelos e cenários comprometidos com a legitimação dos pratos votivos ofertados as divindades, que amplamente partilhados, revelam uma valorização dos papéis religiosos e sócio-culturais destes grupos. Alimentação, rituais e interditos se empenham em oferecer aos praticantes desta religiosidade coordenadas e ânimos existenciais, promovendo uma socialização entre os iniciados, a comunidade a que pertence e as divindades.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Concluimos que a alimentação-religião fornece um conjunto amplo de referências, normas, valores e símbolos, que direta e indiretamente interliga o mundo dos homens aos das divindades, definidas e conduzidas de acordo com registros míticos observados e propagados pelo povo-de-santo.

#### Referências Bibliográficas

AGUIAR, Janaina Couvo Teixeira Maia de. Os Orixás, **O Imaginário e a Comida no Candomblé**. In Revista Fórum Identidade Itabaiana: Gepiadde, a. 6, v. 11, jan.-jun., 2012. Disponível em:

< <https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/1834/1620>>. Acesso em 10 de outubro de 2019.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983

CHIZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 2003.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva, 2014

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, 1989.

LIMA, V. C. Introdução. In: REGIS, Olga Francisca. **A comida de santo numa casa de queto da Bahia**. Salvador: Corrupio, 2010.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. **Comida: uma história**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LIGIÉRO, Zeca. **Iniciação ao candomblé**. São Paulo: Record, 1993.

LODY, Raul. **Santo Também come**. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

MAUSS, M. **Ensaio Sobre a Dádiva**. Portugal: Edições 70, 2008.

MÃE STELLA DE OXÓSSI. Prefácio a 2ª edição. In: LODY, Raul. **Santo também come**. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

NADALINI, A.P. **Comida de Santo na Cozinha dos Homens: um estudo da ponte entre alimentação e religião**. 2009. 183f. Dissertação. Curso de Pós-Graduação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

RIBEIRO, P.H.M. **Comida e religiosidade: dos cultos afro-brasileiros para a história da alimentação brasileira**. In: Semana de Humanidades, 2009, Natal. Anais da XVII Semana de Humanidades. Natal: UFRN, 2009.

RABELO, M. C. M. **Os Percursos Da Comida No Candomblé De Salvador**. Papeles de Trabajo, Ano, Nº 11, maio de 2013, p. 86-108.

POULAIN, J-P. **Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

SANTOS, C.R.A. dos. **Por uma história da alimentação**. História: Questões & Debates, Curitiba, v. 14, n. 26/27, p. 154-171, jan./dez., 1997.

SOUSA JÚNIOR, Vilson Caetano de. **Na palma da minha mão: temas afro-brasileiros e questões contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2011.

WOORTMANN, Ellen. **A comida como linguagem**. In: Habitus, Goiânia, v. 11, n.1, p. 5-17, jan/jun. 2013.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **DIGNOS HERDEIROS DA NACIONALIDADE: UM DISCURSO NO GRUPO ESCOLAR BARÃO DE CEARÁ-MIRIM E O NASCER DO ESCOTISMO PARA UMA CIDADE<sup>199</sup>**

**Iury Gabriel Amorim de Araújo**

Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UFRN

E-mail: iurygabriel@ufrn.edu.br

**Azemar dos Santos Soares Júnior<sup>200</sup>**

Prof. Dr. no Departamento de Práticas Educacionais e Currículo da UFRN

E-mail: azemarssoares@hotmail.com

**Resumo:** Esse trabalho tem por objetivo analisar a implementação do escotismo na cidade de Ceará-Mirim, no estado do Rio Grande do Norte, a partir da instalação do *Centro Regional de Escoteiros de Ceará-Mirim – CRECM*, no *Grupo Escolar Barão de Ceará-Mirim* a partir do ano de 1946, sendo então o primeiro Grupo Escoteiro criado na cidade. O escotismo no Rio Grande do Norte teve seu início no ano de 1917, servindo de proposta de educação extraescolar, em consonância com a legislação nacional desde o ano de 1928. Aos poucos, se espalhou pelo estado, por meio da criação de Associações Escoteiras e dos Centros Regionais de Escoteiros, sendo estas diferentes nomenclaturas e formas para instalação de grupos de escoteiros no estado, que por sua vez estavam vinculados à *União dos Escoteiros do Brasil*. Metodologicamente, analisamos o discurso de criação do escotismo na referida cidade, a forma como esta instituição foi caracterizada e exaltada e a identificar quais os jovens que a mesma se propôs a atender. Debrucei-me então à leitura do *Livro de Têrmos e Atas de Promoções* no período que vai de 1946 a 1956; a *Caderneta de matrícula e diaria* do referido grupo escolar. Nesse documento, foi registrado em sua primeira página a *Ata de Creação do Escotismo no Grupo Escolar*

<sup>199</sup> Pesquisa financiada pela CAPES

<sup>200</sup> Orientador. Professor do Departamento de Práticas Educacionais e Currículo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFRN). Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB). E-mail: [azemarssoares@hotmail.com](mailto:azemarssoares@hotmail.com)





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

“*Barão de Ceará-Mirim*” principal item para análise, junto dos registros de matrícula do CRECM. Para discussão da temática, me amparo nos estudos de Azemar dos Santos Soares Júnior (2015), Iranilson Buriti de Oliveira (2017) e Marta Carvalho (2003), que tecem análises sobre o escotismo/escoteirismo enquanto instituição formadora e modeladora de uma juventude alinhada a ideais republicanos que exigiam uma formação para o desenvolvimento físico, moral e cívico, uma docilização dos corpos e mente dos jovens escoteiros. Com isso, percebe-se então que esta instituição atuou paralelamente ao Grupo Escolar da cidade tendo como pressuposto anunciado na sua criação de ser um suporte fundamental para formação moral e incentivadora de um nacionalismo patriótico, de forma em que contribuísse também para que os escoteiros passassem a tomar a sua formação escolar e extraescolar como elementos de sua responsabilidade e enquanto compromisso para com o seu próprio desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Escotismo, Grupo Escolar, corpo.

## Introdução

Era 11 de agosto do ano de 1946. Um dia de solenidade no salão principal do *Grupo Escolar Barão de Ceará-Mirim*, localizado no centro da cidade de Ceará-Mirim-RN. Renuíram-se naquele espaço os escolares, professores, autoridades locais e demais visitantes para um evento que marcaria a criação de uma nova instituição educativa naquela cidade que, por sinal, viria a funcionar no mesmo edifício que abrigava o referido grupo escolar. Claro, não seria, pois, uma escolha aleatória, estava-se anunciando num importante espaço educacional formal da cidade a instalação da solenidade de abertura para a criação do Escotismo na cidade, por meio da criação do *Centro Regional de Escoteiros de Ceará-Mirim-CRECM*<sup>201</sup>. Como forma de documentação desse momento singular, lavrou-se a ata no *Livro de Têrmos e atas de promoções do Grupo Escolar Barão*

---

<sup>201</sup> Centro Regional, Confederação, federações ou Associação de Escoteiros eram denominações existentes até então para criação de núcleos/grupos de escoteiros.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

de *Ceará-mirim (1946-1956)*, em que se registrou o momento enquanto “[...] acontecimento de relevante valor” para os ceará-mirineneses.

Passei então neste trabalho a analisar a criação do escotismo nessa cidade a partir do discurso de criação lavrado desta sessão solene, junto também dos registros de matrícula do CRECM, em busca de compreender quais características lhe foram atribuídas, como fora exaltada e, por fim, a identificar quais os jovens que se tornaram público alvo de seu atendimento. Para tanto, amparo-me nas concepções apresentadas por Iranilson Buriti e Andressa Leandro (2017) que trata do escotismo enquanto uma organização de caráter extraescolar criada para complementar a educação formal nos estabelecimentos de ensino. Logo, o escotismo estava sendo criado para promover atividades concomitantes às atividades do Grupo Escolar onde foi instalado, visando consolidar práticas impregnadas do discurso político, educacional e cívico que estava sendo disseminado na época. Importava, pois, nesse cenário a promoção de uma disciplina moral, física e intelectual dos jovens. Toma, portanto, importância nesse sentido o estudo de Azemar Soares Júnior (2016) em que compreende o escotismo/escoteirismo como uma modalidade esportiva nas escolas que visou formar corpos disciplinados e fisicamente vigorosos enquanto parte da formação dos escolares.

Propus-me a tecer uma compreensão sobre o discurso observado a partir desses escritos, percebendo-os como uma tentativa de projetar tais preceitos à juventude ceará-mirinense. Bem como um gesto instaurador para demonstrar as contribuições do escotismo para com a tão divulgada promoção da ordem e da disciplina, tal como nos afirma Marta Carvalho (2003) era necessário fazer-se ver o novo, enquanto aspecto fortalecedor, positivo. Nessa ótica era necessário então criar um rito inaugural que refletisse e atribuísse tal importância e renome ao Escotismo.

Nesse artigo, que se caracteriza também como uma contribuição para as discussões acerca do escotismo no Brasil, em especial no Rio Grande do Norte, apresentei e analisei as características atribuídas às práticas educativas exaltadas no discurso e registradas nos documentos citados. Prossegui identificando dados sobre os escolares e não escolares que foram matriculados no CRECM durante os seus três primeiros anos de atividade (1946-1948), de forma a perceber ainda as propensas contribuições dessa instituição sobre as





demandas escolares desses educandos. Para então tecer minhas considerações finais compreendendo a projeção de uma educação moral, intelectual, física e cívica por meio do escotismo na cidade e sua ideia de colaboração para com a educação formal na localidade enquanto promotora de práticas disciplinares.

### **O início de um discurso: reverências ao escotismo e seu fundador.**

A cerimônia de instalação do *Centro Regional de Escoteiros de Ceará-Mirim* demonstrou ter contado com as palavras de entusiastas ao escotismo que se fizeram presentes. Assinavam a ata o prefeito da cidade, profissionais da saúde, da segurança e professores. Referendavam no notariado o fundador do movimento escoteiro, de forma a se fazer compreender: “[...] o valor desta excelente instituição que o general inglês Roberto Baden-Powell, numa feliz iniciativa fundou na Inglaterra em 1906 (mil novecentos e seis) e que se acha hoje difundida pelo mundo inteiro” (GRUPO ESCOLAR BARÃO DE CEARÁ-MIRIM, 1956, p.1).

Expunham e registravam dessa forma louvor e graças à criação, pelo general inglês aposentado Robert Stephenson Smyth Baden-Powell, conhecido também por muitos escoteiros pelo apelido B-P, que na Inglaterra no ano de 1907 realizou um acampamento experimental com 21 rapazes para por em prática atividades que sugeria em seus livros de educação e adestramento de rapazes e assim inaugurava o Escotismo; *Aids to Scouting* traduzido em português como “*ajuda à exploração militar*” foi um dos livros de Robert Baden-Powell bastante difundido entre escolas masculinas inglesas. Esse não foi o único livro instrutivo por ele produzido. Fruto de sua experiência no acampamento experimental, que foi realizado no Canal da Mancha, mas especificamente na conhecida Ilha de Brownsea, publicou em fascículos o livro *Scouting for Boys*, com tradução para *Escotismo para rapazes*, onde assumiu a nomenclatura e técnicas enquanto escoteiras (BADEN-POWELL, 2008). O livro proporcionou a multiplicação das suas ideias por varias partes do mundo, a ponto de que em 6 de agosto de 1920 escoteiros de diversos países se reuniram em Londres e aplaudiram-no aclamando-o como Chefe Escoteiro Mundial, como





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

apresenta a *União dos Escoteiros do Brasil* (2014). Passou-se então a construir-se uma imagem de B-P como um herói para os escoteiros.

O escotismo era então apresentado naquele discurso enquanto “[...] escola de educação moral, física e cívica, ‘extraordinária oficina moral de onde saem milhões de rapazes cheios dos mais nobres ideais e de energias físicas adestradas sadiamente para a vitória da vida’” (GRUPO ESCOLAR BARÃO DE CEARÁ-MIRIM, 1956, p.1), dava-se então excelências às utilidades daquela instituição que iria passar a atuar junto do Grupo Escolar da cidade. Seria, pois o escotismo, à ótica dos administradores escolares, uma proposta que iria proporcionar melhorias nos rapazes para que fossem preenchidos com os ideias comuns à educação escolar republicana que projetava uma educação para preparação de sujeitos viris e saudáveis dentro de um modelo de educação corporal que combatesse as moléstias que poderiam ameaçar o corpo e mente. Percebo que se anunciava pois que o seio daquelas instituições educativas seriam uma combinação que geraria o “lugar mais fecundo dos ensinamentos médicos e higiênicos” como nos demonstra Azemar Soares Júnior (2016, p. 878).

Como descrito em Baden-Powell (2006), o escotismo proporcionaria adestramento aos rapazes buscando educá-los sobre aspectos do caráter, da saúde e do vigor, das habilidades manuais e da destreza, do serviço ao próximo e utilizando-se também de cerimônias de promessas e de comprometimento para com seu próprio desenvolvimento. Registrou-se também que os locais e autoridades presentes na cerimônia em seus discursos demonstravam apoiar o escotismo e estimavam para que seus elementos passassem a ser desenvolvidos por meio do CRECM: “[...] os ilustres oradores além de focalizarem valôr desta instituição tiveram palavras de felicitações e encorajamento ao primeiro grupo de escoteiros desta cidade” (GRUPO ESCOLAR BARÃO DE CEARÁ-MIRIM, 1956, p.1).

Apresentou-se assim aquela instituição a qual bons votos desejavam-se. Um início solene exaltado e de identificação e referenciação da instituição pelo valor educacional que lhe era atribuído, pela sua repercussão internacional e pelos valores disciplinares que pregava. Era então uma maneira de ilustrar e convencer a população presente de que o escotismo viria proporcionar inúmeras melhorias para a vida dos rapazes que fossem escoteiros. Visto isso, indaguei-me então sobre para quem seriam destinados esses anseios.





Quem seria o público-alvo do CRECM e por qual motivo? Uma possível resposta a esta questão daria, portanto, indícios da compreensão daqueles sujeitos, que se propuseram à criação do escotismo a cidade, sobre a relevância do tema para a formação de alguns jovens. Como também sobre uma percepção de que aqueles jovens necessitavam ser impregnados dos preceitos previamente enunciados e exaltados.

### **Herdeiros da glória da nacionalidade: o escoteiro a ser formado e um futuro a usufruir.**

O discurso de criação do CRECM afirmava ainda que seria necessário que os escoteiros “[...] seguissem na íntegra o seu código e se tornassem deste modo homens cumpridores do seu dever” (GRUPO ESCOLAR BARÃO DE CEARÁ-MIRIM, 1946, p.1). O código escoteiro era então “uma forma de lapidar seu caráter, de fazer lembrar que é fazendo o bem que se atingia certo grau de educação e civilidade” (SOARES JR., 2017, p. 879), pois uma “mente forte representava a moral, o corpo vigoroso e a saúde” (SOARES JR, 2017, p. 879). Tais elementos estavam presentes nas referências escoteiras que apresentavam uma diversidade de condutas que eles deveriam seguir.

Deveriam tornar-se fortes para servir ao seu país. Aliás, é com palavras de projeção que apresentavam no Brasil o livro “*Guia do escoteiro*” que entregue para compor a biblioteca do Grupo Escolar estampava em sua capa o grito de guerra: “Pelo futuro do Brasil”. Nesta obra, o Velho Lobo<sup>202</sup> (1932) descreveu elementos tais como: o fazer-se escoteiro com sua vida seguindo seus códigos, a forma de organização do grupo escoteiro, as vestimentas escoteiras, as formas como deveriam saudar-se utilizando de sinais que representavam seus deveres, como organizar e respeitar as cerimônias com uso dos símbolos da pátria, técnicas de orientação, excursões, marchas, higiene, acampamentos e demais atividades escoteiras e uso e organização dos diferentes materiais necessários.

---

<sup>202</sup> Velho lobo era o pseudônimo utilizado por Benjamin de Almeida Sodré nas obras escoteiras que escrevia, foi um almirante da marinha do Brasil (1955), jogador da seleção brasileira de futebol (1910-1916), maçom e escoteiro fundador do 4º Grupo Escoteiro do Rio de Janeiro e presidente da União dos Escoteiros do Brasil, se configurou um idealizador no escotismo brasileiro, sobre o qual se dedicou desde meados da década de 1920.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Percebo então, que essa literatura escoteira descrevia, através desse conjunto de elementos, um jovem (do sexo masculino) com vestimentas escoteiras, em postura reta física e moral, apoiado nos seu bastão ou totem de patrulhas de escoteiros, bem calçado protegendo seus pés por seu coturno e meião à altura do joelho, protegido do sol com seu chapelão, vestido numa indumentária que lhe permitia flexibilidade para correr, saltar, escalar, marchar, e ainda cobrando-lhe que olhasse à para frente, inspirando a sensação de estar almejando seu futuro, bem equipado e preparando um futuro homem forte para seguir adiante em suas atividades pelo bem do seu país e pelo exemplo que iria transpor para a sociedade. Com isso o *Guia do escoteiro* idealizava um escoteiro completo, que seria aquele que aprendesse todas as orientações e técnicas escoteiras necessárias para ser destacar socialmente.

Nesse sentido, completavam a ata de criação do Escotismo na cidade de Ceará-Mirim afirmando que é nos escoteiros que “[...] o Brasil possa depositar confiança e esperar que, pela sua energia e valôr, sejam ‘dignos herdeiros da glória da nacionalidade’” (GRUPO ESCOLAR BARÃO DE CEARÁ-MIRIM, 1946, p. 1). Ou seja, os escoteiros eram percebidos como um “vir a ser”, desfrutariam no futuro o resultado de suas “boas práticas”, os resultados da obediência, a não punição, o que seria possibilitado por meio de uma boa aprendizagem dos costumes e condutas proporcionadas pela formação nos moldes do escotismo paralelo também à formação escolar. Como suscita Iranilson Oliveira e Andressa Leandro (2017, p. 165) o escotismo configurou-se como uma “estratégia para inculcar a ideia de formação do cidadão nacional: viril, forte, saudável, disciplinado e patriótico, ou seja, o escotismo foi utilizado para adestrar a infância”.

E para dar início a esse processo de preparação dos jovens para um “futuro glorioso” em seu país, matricularam no CRECM, 47 meninos entre 1946 a 1948. Suas idades variavam entre 9 a 16 anos. Desse total, 35 escoteiros residiam em ruas situadas no centro urbano de Ceará-Mirim e que também correspondia às proximidades da rua do prédio do Grupo Escolar. Eram elas ruas perpendiculares, como a rua São João, a Praça Barão de Ceará-Mirim, ou ruas paralelas como as ruas General João Varela (a principal rua da cidade) ou a Rua Meira e Sá. O que indica que eram escoteiros os meninos que estavam residindo no Centro da cidade, que correspondia também à maior probabilidade de serem





de família com melhores condições financeiras, o que ajudaria para manutenção desses jovens na instituição, que demandava vestimentas exclusivas como os uniformes escoteiros, por exemplo. E, também, significaria maior possibilidade de frequência devido estarem residindo próximo daquela instituição para participar das atividades escoteiras. Assim, passo a problematizar as razões que levaram essas crianças a serem selecionadas como escoteiros, e quais outros elementos poderiam ser percebidos além dos já suscitados.

### **O aluno repetente: é necessário disciplinar**

Em busca de identificar possíveis motivos para escolha de um número de específico de escoteiros passei a atentar olhares aos registros de matrículas do CRECM. Foi necessário então realizar uma operação de desordenarão daqueles dados e observá-lo em busca de dados que sugerissem algum silenciamento ou pista. Na caderneta de matrícula da CRECM encontrei uma série de dados dos alunos que descreviam desde seu endereço, nome de seu pai e sua idade. Realizei então um cruzamento de dados entre a respectiva caderneta e o *Termo de exames* do Grupo Escolar Barão de Ceará-Mirim do do ano de 1946, 1947 e 1948 presentes no *Livro de termos e atas de promoções*, que possui registros dos anos entre 1946-1956. Neste termo estavam descritos os alunos matriculados e frequentes, turma por turma do ano de exame (1956).

No desenvolver da análise do documento um outro dado chamou atenção. Ao comparar ambos os registros, foi possível identificar que 36 dos meninos matriculados para serem escoteiros eram alunos do próprio *Grupo Escolar Barão de Ceará-Mirim*. Mas qual seria o elemento diferenciação daqueles alunos quanto aos demais? Recorri então a observar novamente a caderneta de matrículas e iniciei transcrevendo a lista de escoteiros por relação com sua turma. Os dados obtidos foram que 8 meninos eram alunos de turmas do 1º ano, 13 eram alunos de turmas de 2º ano, 6 eram alunos de turmas de 3ª ano, 6 eram alunos da turma de 4º ano e 3 eram alunos da turma do 5º ano. Quanto aos demais 11 escoteiros, não estavam registrados enquanto alunos do Grupo Escolar, ou seja, eram externos, possivelmente alunos de outras escolas.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Mas o problema residiria não na turma a qual era oriundo, mas no fato de terem na mesma série alunos com disparidades de idades, a ponto de que os alunos/escoteiros no 1º ano variavam com idades entre 10 e 15 anos de idade, no 2º ano entre 10 e 16 anos, no 3º ano, entre 12 e 17 anos, no 4º ano entre 11 e 15 anos e no 5º ano entre 11 e 14 anos de idade. Ou seja, foram selecionados, em sua maioria, os alunos repetentes, os alunos que estavam em idade adversa ao ensino primário e também matricularam em alguns casos, os seus irmãos. Quanto aos demais escoteiros, ainda não foi possível o encontro de documentos que possibilitassem analisá-los. Mas, aos escolares este era um elemento de tensão a ser resolvido. Tentar transformá-los em escoteiros foi então uma medida tomada.

Uma vez escoteiro noviço/iniciante, o menino seria sujeito então a um processo de disciplinarização, que iria se tornar permanente por toda sua vida escoteira. Nesse sentido, compreendo esse processo inspirado nas palavras de Michel Foucault (2014, p.135) que explica que esta seria uma “arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente”. Nesse sentido, os alunos retardatários, quanto a sua idade para o ensino primário seriado, estariam sujeitos agora a um conjunto de atividades complementares, extraescolares que deveria contribuir para que superasse aquele “defeito”, aquela insubordinação disciplinar, ao mesmo tempo em que os com idade regular estariam já sendo moldados para não seguirem os exemplos de seus irmãos ou amigos reprovados. Isso faz compreender que se demonstrou naquele momento que era necessário superar a figura de uma juventude reprovada. Por isso, recorreu-se a submeter os alunos repetentes nos moldes de uma “anatomia política” por meio de uma *cultura escoteira*, como explica Iranilson Oliveira e Andressa Leandro (2017), de modo que passassem a se tornar mais obedientes e concentrados na tarefa de desenvolver-se pelo futuro do Brasil. Demonstrava-se um propósito de expurgar a imagem de uma juventude fraca intelectualmente, fisicamente e moralmente.

O discurso impunha a “necessária missão” de transformar os jovens escoteiros em sujeitos que bem representassem o avanço da nação, que se comprometessem em eliminar o mal da sua reprovação escolar, que se tornassem vigorosos por meio de atividades





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

físicas, por meio de constantes marchas e exercícios, de cuidados com o corpo e por meio de práticas saudáveis de higiene e asseio. Era necessário ainda transfigurar a imagem aluno fracassado, repetente, indisciplinado, em um escoteiro responsável pelo seu desenvolvimento, obediente aos seus superiores (pais, professores e autoridades políticas), respeitosos aos símbolos da Pátria e aptos a servi-la. Era então um discurso que previa um processo de esquadrinhamento e desarticulação do corpo irregular para recompô-lo na óptica de uma “anatomia escoteira”. Nesse sentido a expressão escoteiro vai além de um mero explorador do mundo, configura-se enquanto idealização dos educadores da época enquanto sujeito leal a seus direitos e deveres cívicos, morais, físicos e intelectuais para que se tornasse cada vez mais útil para a sociedade que lhe demandava esforços para construir uma nação que prosperasse diante das suas dificuldades, que demonstrasse sua força e poder de constituidora de um tempo de promoção da “paz” e do respeito por meio da subordinação, do disciplinamento, representado ainda por uma "figura masculina ideal", concordo então com Iranilson Oliveira e Andressa Leandro (2017, p.154), quando afirmam que “o escotismo ‘invade’ a Região Nordeste num momento em que esta necessitava de referenciais de masculinidade para a sua sociedade. O escotismo passou então a representar uma forma para construção de uma masculinidade inculcada na juventude desde a infância.

### **Considerações finais**

Ao analisar a criação do Escotismo na Cidade de Ceará-Mirim/RN por meio do discurso de criação notariado, paralelo a outros documentos como cadernetas de matrícula, livros escoteiros e ideais expostos pelo escotismo, percebi que a criação do CRECM fora anunciado para servir enquanto instrumento de recuperação dos escolares e também para contribuir com a criação de alicerces para sustentação de uma juventude, mais especificamente dos meninos, com maior responsabilização pela sua formação intelectual, moral, cívica e física. Demonstrava que era necessário que o centro da cidade fosse composto por figuras masculinas alinhadas aos ideais preconizados pela educação daquele





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

tempo, pautada nos ideais do homem republicano obediente ao sistema de governo e alerta para servi-lo ao invés de prestar resistência, indisciplina ou inutilidade. O discurso preconizava, portanto, uma juventude incompleta, que deveria ser formada, disciplinada para que fosse possível desfrutar de um futuro saudável, o que seria possibilitado pela sua imersão nas práticas escoteiras. Estudar sobre o escotismo fundado junto a uma instituição escolar é ainda destacá-lo enquanto parte da história educacional dessa cidade potiguar.

#### Referências

BADEN-POWELL, of Gilwell Lord. **Escotismo para rapazes**: um manual de instrução em boa cidadania por meio das artes mateiras - Edição da Fraternidade Mundial. Curitiba: Escritório Nacional da União dos Escoteiros do Brasil, reedição 2006, reimpressão 2008.

BADEN-POWELL, of Gilwell Lord. **Guia do Chefe Escoteiro**: teoria do adestramento Escoteiro - um subsídio para a tarefa dos Escotistas - 7ª Edição. Curitiba: Reproset Indústria Gráfica, Abril de 2006.

CARVALHO, Marta M.C. A dívida republicana. A escola modelar. O freio do progresso. A reforma moral e intelectual. In: A escola e a República e outros ensaios. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, p. 8-38.

GRUPO ESCOLAR BARÃO DE CEARÁ-MIRIM. Livro de Termos e atas de promoções de 1956 a 1965. Ceará-Mirim, 1946.

GRUPO ESCOLAR BARÃO DE CEARÁ-MIRIM. Livro de Termos e atas de promoções de 1946 a 1956. Ceará-Mirim, 1946.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

OLIVEIRA, I. B. DE; LEANDRO, A. B. DE F. Associação dos Escoteiros do Alecrim. Revista Educação em Questão, v. 55, n. 45, p. 152-175, 13 set. 2017.

SOARES JÚNIOR, A. S. Crianças escouths: o escoteirismo e a preleção aos corpos fortes e sadios na Paraíba (1930-1940). In: XVII Encontro Estadual de História - Anpuh-PB., 2016, Guarabira. XVII Encontro Estadual de História da Anpuh-PB. História: conhecimento e profissão. João Pessoa: CCTA. Mídia Gráfica e Editora, 2016. p. 877-882.

U.E.B. **Curso Preliminar**: linhas dirigente institucional e escotista. Curitiba: Escoteiros do Brasil, 2014, 4.ed.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

VELHO LOBO. **Guia do Escoteiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1932.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **A HISTÓRIA DO BRINCAR E O APRENDER BRINCANDO: UMA PRÁTICA NO ENSINO DE HISTÓRIA**

Rafael Coppi Borges

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

rcborges@outlook.com

### **Resumo**

A história se constrói nas relações humanas, ou seja, em todos os aspectos da vivência dos seres humanos a teia da história é tecida, o que significa dizer que não há história sem o homem (gênero humano) como também não existe homem sem história. Nesse contexto, o brincar e tudo que está relacionado com ele como brincadeiras e brinquedos, são percebidos como construtos histórico-culturais que, como tantos outros são passíveis de mudanças, descontinuidades ou permanências. Muitas brincadeiras e brinquedos que foram criados por civilizações muito antigas permanecem em uso até os dias atuais, é certo que, na maioria das vezes, com algumas modificações, enquanto outras dessas brincadeiras e brinquedos simplesmente desapareceram. Outro aspecto a ser analisado é o caráter pedagógico que muitos brinquedos e brincadeiras carregam e de forma sutil cumprem ou cumpriram a tarefa de inculcar nas jovens mentes muitos valores, usos, costumes e atitudes estabelecidos em uma sociedade. Observando o comportamento dos alunos de uma turma do 6º ano, nos intervalos de recreação, percebi que as brincadeiras desenvolvidas por eles eram diferentes das que eu e meus colegas costumávamos brincar quando tínhamos a mesma idade que eles têm hoje (cerca de 11 anos de idade), vi nesse fato, uma boa oportunidade de levá-los a compreender as mudanças e permanências que fazem parte da história/cultura, em um simples ato de brincar pode estar presente elementos materiais e/ou imateriais da cultura e é justamente o processo de descontinuidades/permanências sofridas por esses elementos que denominamos de “história”. Reconhecer-se como agente histórico, é sem dúvida muito importante para que o educando valorize e envolva-se cada vez mais nos estudos da disciplina escolar “História”. O brincar nos parece ter um grande contributo a dar aos professores e principalmente aos estudantes, no que se refere à facilitação da aprendizagem. Aqui, analisaremos a aplicação do Projeto “A história do brincar e o aprender brincando” realizado com a referida turma do 6º ano, e premiado com o “Prêmio Mestres da Educação” oferecido pelo Governo da Paraíba na edição de 2014.

### **1. Introdução**

A história se constrói nas relações humanas, ou seja, em todos os aspectos da vivência dos seres humanos a teia da história é tecida, o que significa dizer que não há





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

história sem o homem (gênero humano) como também não existe homem sem história. Nesse contexto, o brincar e tudo que está relacionado com ele como brincadeiras e brinquedos, são percebidos como construtos histórico-culturais que, como tantos outros são passíveis de mudanças e permanências.

Muitas brincadeiras e brinquedos que foram criados por civilizações muito antigas permanecem em uso até os dias atuais, é certo que, com algumas poucas modificações, enquanto outras dessas brincadeiras e brinquedos simplesmente desapareceram. É possível, dessa forma, fazer com que os alunos identifiquem nas práticas cotidianas do passado em comparação com as do presente as mudanças e permanências buscando dar sentido ao que na escola estudam como o conhecimento histórico.

É comum observarmos, nos dias de hoje, crianças brincando com jogos em aparelhos eletrônicos como celular, tablet, computador, ou ainda, videogames ultramodernos, não que estes brinquedos não possam ser educativos, mas, a interação social e afetiva do “olho no olho” vai se perdendo. Percebemos então, que as brincadeiras que costumávamos realizar entre amigos vão aos poucos sendo esquecidas, dando lugar a brinquedos e brincadeiras individualistas.

Fazer com que os educandos descubram como as crianças de sua faixa etária se divertiam no passado é possibilitar uma viagem no tempo e a redescoberta do brincar em grupo, uma forma de valorizar a afetividade e a convivência social.

Nessa direção, é importante também fazer com que os estudantes conheçam formas de produzir seus próprios brinquedos utilizando-se de diversos materiais recicláveis, isto pode contribuir tanto para o divertimento dos mesmos como para a conscientização acerca da preservação ambiental.

Foi observando o comportamento dos alunos do 6º ano “B” nos intervalos de recreação, que percebi que as brincadeiras desenvolvidas por eles eram diferentes das que eu e meus colegas costumávamos brincar quando tínhamos a mesma idade que eles têm hoje (cerca de 11 anos de idade), vi neste fato, uma boa oportunidade de levá-los a compreender as mudanças e permanências que fazem parte da história/cultura dos seres humanos. Desse modo, constatamos que em um simples ato de brincar pode estar presente





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

elementos materiais e/ou imateriais da cultura e é justamente o processo de descontinuidades/permanências sofridas por esses elementos que denominamos de “história”.

Nesse contexto, reconhecer-se como agente histórico, é sem dúvida muito importante para que o educando valorize e envolva-se cada vez mais nos estudos da disciplina escolar de História. O brincar nos parece ter um grande contributo a dar aos professores e, principalmente, aos estudantes, no que se refere à facilitação da aprendizagem.

Na educação infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental, atualmente, pode-se observar a utilização do lúdico no processo educativo, mas ao sair desta fase da educação e adentrar as séries finais do Ensino Fundamental, os educandos sentem a diferença, pois, na há mais aquela figura da professora “polivalente” que passa com eles quase todo o tempo em que duram as aulas, tampouco encontrarão aquelas brincadeiras, brinquedos e jogos que costumavam utilizar. Essa situação, muitas vezes pode ser causa de desinteresse e/ou de evasão escolar.

Nesse cenário, o brincar pode, portanto, ser utilizado como estratégia de integração entre as duas referidas fases da educação escolar, propiciando o despertar do interesse dos educandos pelos conteúdos curriculares e facilitando o seu entendimento.

No caso das aulas de história, nós, professores dessa disciplina sabemos como é difícil fazer com que uma classe de alunos se interesse pelos conteúdos. É tudo muito “chato”, eles dizem, ou, “o professor fala muito”. Realmente, é muito conteúdo, muitos textos, muitas informações, mas, podemos fazer com que tudo isso se torne menos enfadonho, basta utilizarmos o brincar associado ao aprender.

## **2. O brincar como facilitador da aprendizagem**

A História da humanidade é repleta de mudanças e/ou permanências, nos deparamos todos os dias com novas informações, novos artefatos e, até o que era muito antigo e que chega ao nosso conhecimento nos parece algo novo, segundo Magnabosco (2007, p. 27) *O brinquedo não escapa a essa história e a arqueologia registra seus rastros*





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

*junto ao desenvolvimento dos diversos artefatos. A utilização de brinquedos é algo muito antigo*<sup>203</sup>.

O brincar promove não apenas divertimento, momentos de lazer, mas também, o desenvolvimento cognitivo por meio do despertar da imaginação e da criatividade, além de propiciar em muitos casos, o aprendizado de novas ideias e no caso de brincadeiras fisicamente ativas, a saúde do corpo.

As crianças, em grande parte, tem facilidade de se engajarem em brincadeiras de faz-de-conta (OLIVEIRA, 1994) e, nesse caso, pode-se dizer que se trata de uma habilidade que integra o processo de mudanças inseridas em um contexto de desenvolvimento cognitivo, social e emocional. Percebe-se, portanto, a importância do brincar no desenvolvimento da criança e, a escola deve utilizar-se de estratégias que unam o aprendizado de conteúdos curriculares ao brincar, facilitando, desse modo, a construção do conhecimento por parte dos educandos.

Assim, a associação entre os conteúdos de história e o brincar pode ser uma importante ferramenta didática que se utilizada de forma correta permitirá uma maior integração dos educandos com os conhecimentos apresentados pelo professor, pelos livros e pelo convívio em sociedade.

A importância do brincar para o aprendizado das crianças (GOMES e CASTRO, 2010) é evidenciado no comportamento apresentado durante a brincadeira, momento no qual ela vai além das ações habituais de sua idade para estabelecer uma relação de proximidade com a realidade comportamental da vida adulta, como acontece, por exemplo, quando uma menina brinca com bonecas, imitando sua mãe, aprendendo, assim, como cuidar de um recém-nascido.

Diversos tipos de brincadeiras e de brinquedos podem ser utilizados como facilitadores do processo de aprendizagem e, portanto, o professor deve pesquisar e escolher os tipos de brincadeiras e de brinquedos que possibilitem à integração dos conteúdos a utilização das atividades lúdicas.

---

<sup>203</sup> Magnabosco (2007, p. 27) afirma que os japoneses produziam bolas com fibras de bambu há aproximadamente 6.500 anos, já os chineses utilizavam como matéria-prima, crina de cavalos. E os romanos e gregos tinham preferência pelas tiras de couro, penas de aves e até bexiga de boi, para confeccionar esse brinquedo.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Para Cordazzo e Vieira (2007)<sup>204</sup>, o lúdico pode contribuir para a melhoria do rendimento escolar dos educandos, que é dificultado quando há um déficit no desenvolvimento da aprendizagem em comparação com a idade cronológica do indivíduo e, sendo assim, a brincadeira pode estimular os processos cognitivos, de socialização, os aspectos físico e motor e, de aquisição e domínio da linguagem, ajudando a reverter esse quadro.

### **3. Um projeto de intervenção pedagógica sobre o brincar aplicado nas aulas de história**

Como vemos, muitos são os tipos de brinquedos e brincadeiras que o educador pode propor aos educandos.

Sendo assim, nos propusemos a desenvolver um projeto de intervenção pedagógica que buscou inserir as teorias acerca dos benefícios do lúdico para a aprendizagem de nossos alunos, podemos destacar ainda, a importância dos jogos de trilhas que, além de serem muito apreciados pela maioria das crianças permite a combinação entre informações de caráter histórico-cultural ao ato do brincar, combinação essa que tentamos demonstrar por meio da confecção de um jogo de trilha articulado com os conteúdos da disciplina de história para o 6º ano.

#### **3.1. Sobre os objetivos**

Levar o educando a perceber as transformações socioculturais na vivência dos povos, compreendendo seu papel de sujeito histórico ativo neste processo transformador foi nosso “objetivo geral”. Quanto aos objetivos específicos, destacamos os seguintes: a) fazer com que os alunos percebam as mudanças histórico culturais, por meio da pesquisa acerca das brincadeiras e brinquedos do passado, relacionados aos atuais; b) promover aos alunos o conhecimento sobre a existência de diversas formas de brincar e de diferentes

---

<sup>204</sup> Cordazzo e Vieira (2007, p. 9) apresentam alguns exemplos de brincadeiras e seus benefícios para a aprendizagem, dando destaque para brincadeiras que estimulam o desenvolvimento físico e motor, como nos jogos de perseguir, procurar e pegar. Já a linguagem pode ser aguçada pelas brincadeiras de roda e de adivinhar, e quanto ao aspecto social, as brincadeiras de faz de conta, jogos em grupos, jogos de mesa e as modalidades esportivas, podem ser importantes estímulos. O desenvolvimento cognitivo pode ser estimulado com a construção de brinquedos, com os jogos de mesa, de raciocínio e de estratégia.





tipos de brinquedos, utilizados no passado; c) promover o diálogo entre crianças e adultos (família, amigos, vizinhos) acerca do brincar de antes e o de hoje; d) proporcionar aos alunos a possibilidade de se produzir os próprios brinquedos com materiais recicláveis como garrafas PET, caixas de leite, latas, palitos de picolé, entre outros; e) produzir jogos educativos que proporcionem o contato entre o brincar e o aprender os conteúdos históricos.

### **3.2. Discutindo a metodologia**

As metodologias desenvolvidas no referido projeto comungam com os ideais de Piaget e Freire, no que se refere ao construtivismo. Nesse sentido, o professor não exerce a função de transmitir conhecimentos, mas colabora com o processo de construção da aprendizagem do educando.

Percebemos que as aulas passaram a ser mais dinâmicas e participativas, devido ao maior aproveitamento de ideias e do conhecimento prévio dos educandos no tocante aos tipos de brincadeiras e de brinquedos.

Torna-se também perceptível a satisfação dos alunos ao trabalharem em sala de aula com outros recursos, como data show para apresentação de imagens e vídeos que mostram como confeccionar seus próprios brinquedos, a partir de materiais recicláveis que antes seriam jogados no lixo, o que leva também ao despertar de novas ideias, agora propostas pelos próprios educandos.

A proposta de pesquisa a respeito dos brinquedos e brincadeiras do passado levou ao envolvimento das famílias dos educandos no desenvolvimento do projeto, na medida em que os adultos (pais, avós, tios, irmãos mais velhos) foram provocados pelas crianças a informarem sobre quais brinquedos e brincadeiras costumavam utilizar na infância.

O resultado das pesquisas pode ser socializado, por meio de cartazes confeccionados pelos alunos e depois apresentados aos colegas e expostos nas paredes, para que todos na escola pudessem ver.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Por fim, a produção dos brinquedos e jogos com materiais recicláveis apresentou-se como ponto culminante do projeto, momento de materialização de tudo o que foi proposto.

Ficou claro ainda que, a interdisciplinaridade esteve presente na realização do projeto, quando se uniram as disciplinas de história e artes, além de conhecimentos linguísticos na já mencionada confecção de brinquedos. Além disso, o trabalho com materiais recicláveis permitiu certa conscientização sobre a necessidade de preservação do meio-ambiente despertando a ética socioambiental, um dos temas interdisciplinares propostos nos PCN, bem como, os conhecimentos de geometria foram provocados com a produção de retângulos, quadrados, círculos, traçados de retas e ângulos, necessários para se produzir os brinquedos e jogos, bem como a aritmética, utilizada na prática de muitos dos jogos pesquisados. Por fim, a geografia foi chamada a contribuir com o projeto, quando o conhecimento geográfico se fez necessário para situar no espaço os lugares onde determinados tipos de brinquedos e brincadeiras foram inventadas.

#### **3.3. Sobre a avaliação**

No tocante ao ato de avaliar, buscou-se privilegiar a avaliação contínua, ou seja, através do registro do desenvolvimento das habilidades dos alunos nas atividades do projeto, a assiduidade, a responsabilidade na realização das tarefas propostas no período referente às atividades do projeto, o respeito e o compromisso para com os colegas nas atividades em equipe. Ao final de processo de desenvolvimento das ações propostas, todos esses critérios foram analisados com o intuito de avaliar o desempenho dos discentes.

#### **4. Fases do projeto: apresentação das atividades referentes ao projeto de intervenção pedagógica**

Com o intuito de organizar melhor as ações do nosso projeto, dividimos as atividades em três fases que serão discutidas daqui por diante.





#### 4.1. Primeira fase do projeto: apresentação aos alunos, proposta de pesquisa e apresentação dos resultados

O projeto “A história do brincar e o aprender brincando” foi apresentado aos alunos da turma do 6º ano “B” da Escola Estadual de Ensino Fundamental Antenor Navarro, localizada na cidade de Guarabira-PB. Na primeira fase do projeto foi apresentado o referido projeto aos alunos da já mencionada turma, os mesmos se mostraram empolgados com as ideias apresentadas, na ocasião propus uma atividade de pesquisa a ser desenvolvida pelos educandos, auxiliados pelos adultos de suas famílias, tendo como objetivo, o levantamento de informações acerca das práticas de brincar e dos brinquedos utilizados no passado, bem como, a descoberta da origem de vários brinquedos e brincadeiras utilizados até os dias atuais. Os resultados foram apresentados pelos alunos em sala de aula.



Quadro 1: Fotos dos estudantes confeccionando e apresentando cartazes contendo imagens e informações sobre brinquedos e brincadeira do passado. Fonte: arquivo pessoal do autor.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

A turma mostrou-se bastante animada com as descobertas realizadas por meio das pesquisas. Os mais desinibidos apresentaram com certa desenvoltura, os resultados de seu trabalho aos colegas.

Essa primeira fase permitiu que os alunos interagissem com os adultos de sua família e, em alguns casos, com vizinhos. O encontro de diferentes gerações proporcionou a troca de conhecimentos, desse modo, a historicidade da vida cotidiana foi revelada.

#### **4.2. Segunda fase do projeto: apresentação em projetor (Data Show) de imagens (fotos e vídeos) de brinquedos confeccionados com materiais recicláveis**

Nessa fase, foram apresentados diversos tipos de brinquedos que serviram de base para a confecção de brinquedos com materiais recicláveis. Os alunos decidiram quais brinquedos queriam produzir e a partir desta escolha souberam quais materiais deveriam conseguir. Brinquedos como *vai-vem*, feitos com garrafas PET, ônibus com caixa de papelão e com rodas de tampas de garrafas PET, telefone feito com copos plásticos e cordão, aviãozinho feito com prendedor de roupas e palitos de picolé, jogo de damas, jogo-da-velha, estes e outros estão na lista dos escolhidos.



Quadro 2: Fotos da apresentação de modelos de brinquedos confeccionados com materiais recicláveis. Fonte: arquivo pessoal do autor.

As imagens apresentadas em datashow aos alunos do 6º ano “B” foram retiradas de pesquisas realizadas no Google e serviram de orientação para que os alunos pudessem





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

escolher modelos de brinquedos que seriam confeccionados ou ainda, despertar a imaginação para a criação de seus próprios modelos.

Na ocasião apresentei a turma dois vídeos. O primeiro mostrando como construir um diaboló (brinquedo muito antigo) utilizando funís de plástico, o outro ensinava produzir um ioiô tendo duas tampas de pote de azeitona. A turma mostrou surpresa com os vídeos.

#### **4.3. Terceira fase: culminância do projeto – confecção de brinquedos com materiais recicláveis, do jogo de trilha com temas de história e exposição dos brinquedos confeccionados**

Na terceira e última fase, a turma já de posse dos materiais recicláveis e com outros materiais que eu forneci puderam iniciar a produção de diversos brinquedos, que foram escolhidos por eles na fase anterior, os modelos foram novamente expostos em slides para que os educandos pudessem basear sua produção nos modelos escolhidos. Na ocasião, supervisionei e auxiliiei a turma na produção dos brinquedos.



Quadro 3: Fotos dos alunos produzindo brinquedos com materiais recicláveis. Fonte: arquivo pessoal do autor.

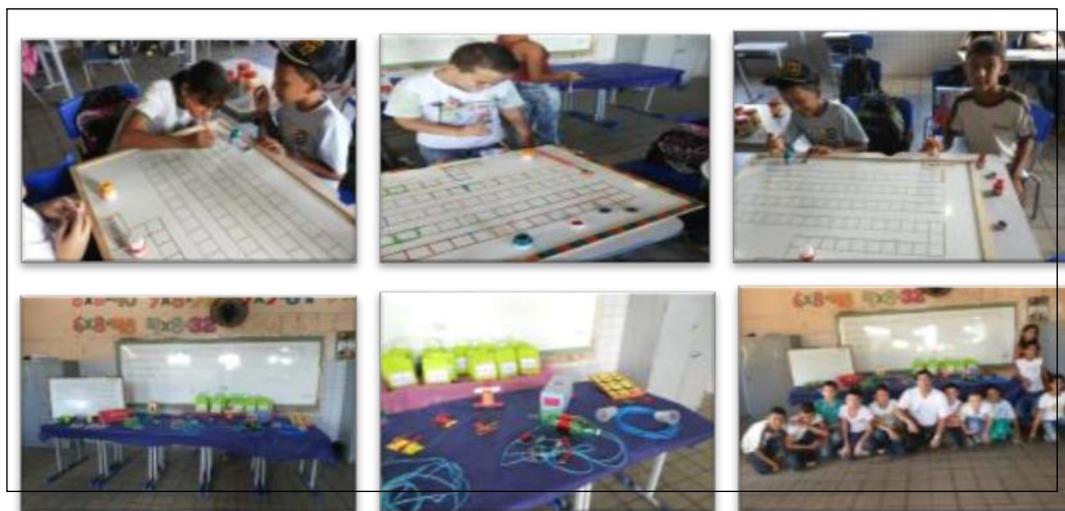
Essa última etapa foi dividida em dois momentos, o primeiro, apresentados nas imagens do quadro 3, consolidou-se com a produção dos brinquedos, já o segundo, se deu com a produção do jogo de trilha (com temas históricos), com a exposição dos brinquedos





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

confeccionados e com a exposição oral das conclusões finais do projeto. Esse foi o ponto de culminância do projeto. No final, agradei e parabenei a turma pelo empenho e participação de todos. Na ocasião, a coordenadora pedagógica da escola assistiu ao momento de exposição dos resultados. Como forma de agradecimento e reconhecimento pela atuação da turma distribuimos lancheiras contendo pipoca e doces.



Quadro 4: Fotos dos alunos produzindo um jogo de “trilha”, brinquedos e fotos da culminância do projeto. Fonte: arquivo pessoal do autor.

### Considerações finais

A concretização do projeto “A história do brincar e o aprender brincando” foi, a meu ver, bastante proveitosa para a turma do 6º ano “B” da E.E.E.F. Antenor Navarro. O envolvimento dos alunos nas atividades do projeto, a alegria em descobrir novas brincadeiras (novas para eles, mas antigas em suas origens), o prazer em produzir o próprio brinquedo e ainda contribuir para preservar o meio-ambiente e, por fim, o reconhecimento da importância do cotidiano na construção do conhecimento histórico-cultural dentro e fora da escola, foi muito significativo para mim como professor e acredito que da mesma forma para os alunos.

Não é fácil colocar em prática projetos como esse, bom seria se pudessemos trabalhar sempre dessa forma, mas a realidade que vivenciamos não é esta, nós professores





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

não temos apenas uma turma e, dificilmente poderíamos realizar um projeto assim em todas as turmas que lecionamos, mas, trabalhar com projetos, apesar de desafiador, nos faz refletir sobre nossas práticas docentes cotidianas e nos estimula a nos reinventarmos como professores.

#### Referências

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde** / Brasília, 1997.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro091.pdf>

CORDAZZO, Scheila Tatiana Duarte; VIEIRA, Mauro Luís. **A brincadeira e suas implicações nos processos de aprendizagem e de desenvolvimento**. Estudos e pesquisas em psicologia, uerj, rj, v. 7, n. 1, p. 92-104, abr. 2007

Disponível em: [www.revispsi.uerj.br/v7n1/artigos/pdf/v7n1a09.pdf](http://www.revispsi.uerj.br/v7n1/artigos/pdf/v7n1a09.pdf)

GOMES, Tiago Pereira; CASTRO, Genivaldo Macário de. **Brincar e desenvolvimento infantil: uma análise reflexiva**. UFPI, 2010.

Disponível em: [www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/.../GT\\_08\\_04\\_2010.pdf](http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/.../GT_08_04_2010.pdf)

MAGNABOSCO, Milton. **Criança, brinquedo e tecnologia: uma relação delicada**. Curitiba, UTEP, 2007.

Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/Pedagogia2/dcriancabrinqtec.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia2/dcriancabrinqtec.pdf)

OLIVEIRA, Ana Maria Faraco de. **A modernidade, a infância e o brincar**. Revista Perspectiva. UFSC. v. 12, n. 22 (1994)

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/issue/view/581/showToc>





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## “SÓ TEM DOENÇAS VENÉREAS QUEM QUÉR”: EDUCAÇÃO SANITÁRIA E CONSELHOS MÉDICO-PEDAGÓGICOS NO COMBATE À SÍFILIS NA PARAÍBA (1921-1940)

Rafael Nóbrega Araújo

(Mestrando, PPGH/UFCG)

Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior

(UFRN)

**Resumo:** O presente artigo analisa os discursos medico-pedagógicos como práticas educativas da saúde e da doença a partir do modelo de educação sanitária na Paraíba nas primeiras décadas do século XX. A sífilis, devido ao seu pretense caráter hereditário, preocupou os médicos paraibanos que elaboraram discursos, proferiram conferências, palestras sanitárias e divulgaram conselhos impressos nos periódicos da época com vistas a educar a população paraibana a se proteger diante do perigo do contágio venéreo. A organização de um Serviço de Profilaxia Antivenérea na Paraíba como parte de um contexto maior de luta antivenérea no Brasil, significou uma ampliação na assistência médica aos doentes com sífilis, em específico, aos trabalhadores pobres a partir da disciplinarização e docilização dos corpos para torná-los aptos para o trabalho, quer seja por meio da assistência saúde nos dispensários ou da educação sanitária que caracterizou fortemente o modelo de intervenção médica no período. O artigo se estrutura metodologicamente a partir de uma análise do discurso de modo a problematizar como tais discursos foram enunciados e com quais intencionalidades. Segundo Michel Foucault (2012), o discurso também é uma realidade, pois seu uso modifica as percepções e sensações, nesse sentido, partimos do pressuposto de que tais discursos médicos se configuraram como práticas educativas do corpo, da saúde e das doenças.

**Palavras-chave:** Sífilis. Práticas Educativas do Corpo. Educação Sanitária. Discurso Médico.

### Introdução

No contexto da década de 1920, o Brasil vivia sob os auspícios do movimento sanitarista, caracterizado pelo interesse de integrar através do saneamento, os “sertões” e o homem sertanejo relegados ao abandono do poder público e às doenças endêmicas que afetavam grande parte da população do interior no Brasil. Como tributário desse





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

movimento, foi criado em 1920 o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), por força do Decreto nº 3.987 que reorganizava os serviços de Saúde Pública, subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, com o objetivo de se tornar o órgão federal mais importante da área de saúde (BRASIL, 1920a; HOCHMAN, 1998).

A atuação do DNSP inaugurou uma nova etapa do desdobramento de políticas públicas em proveito da saúde e do saneamento no Brasil, pois sinalizou para a ampliação e centralização da gestão desses serviços por parte da União, que passava a gerir e regular estes serviços a nível federal (HOCHMAN, 1998). O Decreto previa que fossem estabelecidos acordos entre a União e os estados, no sentido de facilitar a execução dos serviços de higiene no combate às endemias rurais e urbanas (BRASIL, 1920a). A Paraíba aderiu ao acordo com o DNSP em 13 de dezembro de 1920. Os termos do contrato obrigavam o governo do estado a prover, dentre outras coisas, “[...] todas as medidas necessárias à prophylaxia da lepra e das doenças venéreas” (*A União*, 26 jan. 1921). Ainda em 1920, o presidente Epitácio Pessoa regulamentou o DNSP por meio do Decreto nº 14.354 de 20 de setembro de 1920. O referido Decreto criou a Inspeção de Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas (IPLDV), cuja chefia ficou a cargo do renomado sifilógrafo brasileiro Eduardo Rabello<sup>205</sup>, responsável por organizar e encampar a luta antivenérea contra sífilis<sup>206</sup> em todo território nacional.

Segundo Sérgio Carrara (1996), que analisou os embates e disputas em torno da legislação e os termos que nortearam o combate às doenças venéreas no Brasil, os princípios que guiaram a luta antivenérea no território nacional defendiam a disseminação da educação sanitária, sustentando que seria possível divulgação de uma série de medidas profiláticas, como técnicas de prevenção contra a transmissão da sífilis por meio do uso de pomadas e soluções desinfectantes após as relações sexuais. De acordo com Carrara (1996, p. 220), a base da profilaxia proposta pela legislação da IPLDV se assentava sobre dois pilares, a saber “[...] uma ampla **campanha de propaganda e educação higiênica**

<sup>205</sup> Eduardo Rabello (1867-1940), foi um médico higienista e sifilógrafo brasileiro de prestígio acadêmico, nacional e internacional pelo trabalho desenvolvido no campo da sifilografia e dermatologia. Doutorou-se pela *Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*, em 1903, com a tese “Hematologia da anquilostimíase”.

<sup>206</sup> Doença secular caracterizada como uma infecção sistêmica que tem como agente etiológico a bactéria *Treponema pallidum*, sendo transmitida sexualmente ou de forma congênita.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

(individual e coletiva) e o **tratamento profilático dos doentes** (o mais generalizado possível) em dispensários e hospitais especializados” (grifos no original).

Em consonância com o acordo firmado entre o estado da Paraíba e a União, foi inaugurado em 20 de dezembro de 1921 o primeiro dispensário antivenéreo da Paraíba, batizado de “Eduardo Rabello” numa alusão ao anteriormente citado sifilógrafo brasileiro. A inauguração desse serviço sanitário demarcou uma significativa mudança com relação ao combate à endemia da sífilis nesse estado, uma vez que não existia até então instituição *específica* responsável pela profilaxia das doenças venéreas. Anteriormente a esse acontecimento, os doentes sifilíticos eram socorridos junto a enfermos acometidos por outras doenças nas enfermarias superlotadas do Hospital Santa Isabel, mantido pela Santa Casa de Misericórdia (ARAÚJO, 2016). Na ausência de um serviço de saúde eficaz para combater a sífilis, aqueles que podiam pagar iam encontrar tratamento com médicos particulares mediante a aplicação de neosalvarsan<sup>207</sup> (SÁ, 1999).

O modelo de medicina social ensejado pelo serviço sanitário federal executado em terras paraibanas, foi instrumentalizado pelos médicos paraibanos por meio da Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural, que começou a atuar no estado a partir de 12 de maio de 1921, no sentido de “Divulgar uma nova forma de conduzir a higiene pública”, que buscou “[...] acima de tudo, conscientizar a população por meio de uma educação hígida” (SOARES JÚNIOR, 2016, p. 162). Educar higienicamente a população desse estado com base nos preceitos do sanitarismo, foi a tônica da atuação dos médicos com vistas ao combate às doenças endêmicas na Paraíba.

Assim, nosso objetivo no presente texto é analisar os discursos medico-pedagógicos como práticas educativas da saúde e da doença a partir do modelo de educação sanitária na Paraíba nas primeiras décadas do século XX. Instrumentalizando o arcabouço teórico-metodológico fornecido por Michel Foucault (2012) para uma análise do discurso, problematizamos como foram elaborados os enunciados médicos sobre a sífilis e quais as suas intencionalidades dentro daquele contexto histórico.

---

<sup>207</sup> Preparado químico feito à base de arsenobenzóis, altamente tóxico, desenvolvido na Alemanha em 1909 pela equipe dos médicos Ehrlich e Hirata, que foi apresentado com a promessa de ser um medicamento específico para destruir o *T. pallidum* (CARRARA, 1996).





### **Conselhos de educação sanitária contra a “doença vergonhosa”**

O médico paraibano Oscar de Oliveira Castro em discurso proferido em maio de 1927 por ocasião da Semana Médica, um evento científico que reuniu a classe médica paraibana em torno da discussão de temas como eugenia, saúde pública e considerações sobre as doenças que afetavam a população paraibana, afirmou que a sífilis, “[...] em sua cruel missão ceifadôra de vidas”, embora estivesse “[...] no primeiro plano das doenças evitáveis, e que seja ella uma das sérias preocupações do Departamento Nacional de Saúde Pública, pode-se constatar que, por maiores que sejam os resultados já obtidos, que muito ainda temos por fazer” (CASTRO, 1927, p. XV). Mas qual seria a razão disso? O médico higienista explicou que a principal dificuldade para obter melhores resultados quanto ao combate da sífilis era a “ignorância do povo”, pois “O principal obstáculo oferecido pela população á acção dos poderes públicos reside na ignorância dos seus perigos e no preconceito da doença vergonhosa” (CASTRO, 1927, p. XV).

A sífilis, como esclareceu Susan Sontag (2007), dentre todas enfermidades sociais ao menos não era misteriosa, uma vez que era a consequência em geral de contrair o flagelo era de fazer sexo com um portador da doença. Desse modo, em seu papel de flagelo a sífilis implicava um julgamento moral quer sobre uma vida sexualmente imoderada e promíscua, quer sobre a prostituição (SONTAG, 2007, p. 38-39). Carregada de uma conotação moral, a doença era revestida de vergonha e pudor, o que levaria, segundo o médico, a população a não procurar os serviços sanitários. Aliado a isso, o desconhecimento dos meios de profilaxia e higiene do sexual do corpo por parte da população leiga em geral possibilitariam a sífilis se propagar de forma quase irrefreável.

Alguns periódicos paraibanos da época alertavam para a ameaça da disseminação da sífilis devido ao crescimento da prostituição, sobretudo, na cidade da Parahyba do Norte, a capital do estado, “[...] onde o meretrício tanto se tem desenvolvido nestes últimos tempos” (*Era Nova*, 01 jun. 1924). Para o advogado e político paraibano José Américo de Almeida, a morbidez da sífilis era reconhecida em determinados pontos do estado, segundo dizia “[...] as doenças venéreas dizimavam, originalmente, a população





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

litorânea”, pois que a “[...] escassez de prostíbulos preservava o interior desse flagelo” (ALMEIDA, 1980, p. 460). O presidente do estado, Solon de Lucena (1920-1924), líder político da oligarquia epitacista na Paraíba e responsável pelo acordo firmado com a União para a execução dos serviços sanitários, afirmou em seu Relatório de Governo apresentado à Assembleia Legislativa em 01 de setembro de 1921 que a sífilis era um mal combatido “[...] entre os povos mais adiantados, devido á desgraça inevitável da prostituição clandestina, se opulenta em nossas cidades e aldeias, pelo desconhecimento das noções rudimentares de hygiene” (LUCENA, 1921, p. 28-29).

Solon de Lucena atribuía o problema da sífilis à opulência da prostituição nas cidades e aldeias paraibanas, no entanto, também chamava atenção para outra questão: o desconhecimento das noções de higiene por parte da população. Educar higienicamente era uma preocupação das autoridades sanitárias, uma vez que se constituía num dos pilares sobre os quais se assentava a ação profilática de combate à sífilis e doenças venéreas. A sífilis, sobretudo, pois como reconhecia o presidente do estado, essa doença era “mais lenta nos seus efeitos letaes, dissimulada no seu período inicial, mal conhecida a olhos inexpertos no período secundário” (LUCENA, 1921, p. 28).

O mal poderia estar oculto não somente nos beijos e prazeres da prostituta do bordel mais próximo, mas também em atos cotidianos e aparentemente desprovidos de qualquer perigo como a amamentação. O médico José Maciel narrou nas páginas da revista *Era Nova*, o caso de uma mãe que “[...] amamentando o filho da vizinha, que era uma syphilitica completa e de cujas mazelas já participava a creança, se havia infeccionada na mama e pela mesma as transmitindo ao seu inocente filhinho que nascêra absolutamente sadio” (*Era Nova*, 15 jun. 1922).

Situações como a acima descrita eram utilizados como elemento retórico de modo a fomentar medo na população diante do flagelo da sífilis. O documento informa que a contaminação pela sífilis estava para além do estereótipo vinculado a prostituição. Com efeito, urgia a necessidade de empreender uma educação sanitária para a população e ensinar as maneiras de se prevenir contra o perigo venéreo. Essa missão saneadora seria entregue ao profissional da medicina, uma vez que conforme afirmou André de Faria Pereira Neto (1995), para legitimar o seu papel na sociedade, a classe médica precisava





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

convencer de que apenas o médico “[...] teria condições de solucionar satisfatoriamente os problemas de saúde e doença do cidadão” (PEREIRA NETO, 1995, p. 608).

Assim, no plano de ação sanitária, muitos médicos estabeleceram como diretriz para melhorar a condição de saúde da população paraibana a educação sanitária. O dr. Antônio Peryassú, quando assumiu o cargo de chefe da Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural, esboçou um programa de ação que estava alicerçado numa “tenaz propaganda higienica contra a tuberculose, a opilação, malária, doenças venéreas, fazendo conferências ou publicando, pela imprensa uns conselhos” (*A União*, 05 mai. 1923). A mesma estratégia foi adotada por outros médicos que estiveram à frente do serviço sanitário federal na Paraíba, como é o caso do dr. Walfredo Guedes Pereira, que informou em Relatório apresentado ao DNSP e publicado pelo jornal *A União*, que em 1926 o Serviço de Saneamento Rural da Paraíba havia realizado 122 conferências em escolas, fábricas e postos, afixou cartazes sobre “[...] impaludismo, helminthoses, lepra, doenças venéreas e tuberculose” e distribuiu cerca de 1.335 folhetos educativos sobre os mesmos tema. O chefe da CSPRP alimentava a esperança de que a educação sanitária seria “o factor primordial da defesa sanitária do povo” (*A União*, 20 mar. 1927).

O médico sanitarista Flávio Maroja, responsável pelo Serviço de Educação e Propaganda Sanitária, reconhecia que “Não é tarefa fácil incutir no espírito da nossa gente, arraigada a uns tantos hábitos condemnáveis, que vem de longe, que se originaram no berço, a ideia de “consciência sanitária” (MAROJA, 1927, p. 9). O dr. Flavio Maroja assumia a importância da educação sanitária, pois seria uma das formas de se fazer a profilaxia das doenças venéreas e segundo o pensamento do médico, facilmente evitáveis. No que se refere as doenças venéreas, afirmou que não se deveriam contestar que

[...] essas palestras assumem real importância, quando proferidas, nas fábricas, nas officinas, nos quartéis, nas sociedades particulares, em núcleos operários, nos meios collectivos, emfim, *sem a presença de creanças*, onde certos assumptos, como o das doenças venéreas á frente, podem ser tratados livremente, sem rodeios e sem palavras e phrases veladas (MAROJA, 1927, p. 11. Grifos meus).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Flávio Maroja defendia uma educação sanitária voltada os adultos que frequentassem os espaços públicos, sobretudo, aquele dedicado ao labor. A plateia era na sua maioria composta de homens trabalhadores pobres. Era preciso cuidar da saúde do trabalhador, ensinando-o a se prevenir de doenças, sobretudo, aquelas reconhecidas pelo seu pretense caráter hereditário como a sífilis, pois degeneraria o trabalhador do futuro, uma vez que a educação higiênica da população “passava por métodos e técnicas que operavam demonstrações ao convencimento das vantagens dos hábitos higiênicos” (MARQUES, 1994, p. 117).

Vera Regina Marques Beltrão (1994, p. 118), argumentou que a proposta de uma educação sanitária era pautada pelo princípio de que “[...] aos adultos não caberia educar, mas instruir”. Esse modelo de educação sanitária se inseria em uma estratégia de gerenciamento populacional centrada na concepção do “corpo-máquina”, o corpo suscetível a ser moldado, esculpado, tornado saudável e apto para os processos produtivos. A educação higiênica, por meio de palestras ou propaganda sanitária, almejou transvestir profilaticamente os hábitos dos trabalhadores e suas famílias através da “higienização normalizadora”, moldados ao projeto civilizatório que se pretendia para a Paraíba como parte da construção da nação brasileira.

Disciplinar o corpo para se livrar das doenças por meio da educação sanitária não se limitava a orientá-lo pela cabeça, mas sim para o bem-estar da saúde, levando-se em conta uma higiene corporal, o cuidado com os alimentos, bebidas, ares, exercícios, em suma, educar higienicamente representava a imagem do funcionamento do organismo sob o signo da saúde. Um elemento importante para as pretensões sanitaristas de curar o Brasil e o brasileiro. Com efeito, conselhos sobre como executar uma boa higiene após o ato sexual eram divulgados na imprensa de modo a orientar o público leitor sobre como evitar o contágio da sífilis. O uso de soluções antissépticas era incentivado como, por exemplo:

[...] o permanganato de potássio, o oxy-vianeto de mercúrio, o sublimato corrosivo e outros, em uma solução de 1 por 1.000, para toilet individual, logo após o congresso sexual, obtendo-se, indiscutivelmente, pela ação mechanical e chimica do liquido em apreço, uma bôa desinfecção do aparelho eliminador da urina. As pomadas que se encontram á venda no commercio, á base de tymol, oxy-cianeto de mercúrio e lanolina, são recomendáveis como prophylaticos





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

venéreos, se bem que não mereçam uma confiança absoluta (*A União*, 13 jun. 1936).

O conhecimento de tais medidas, pautados pelos preceitos higienistas e divulgados pela imprensa, eram vistas como práticas de alto valor profilático e quando empregado contra o mal, teria “[...] muito mais valor, incontestavelmente, para o público leigo, [...] do que a noção incompleta do tratamento aplicável a taes casos” (*A União*, 13 jun. 1936). Os discursos sanitaristas sustentavam que tais medidas higiênicas, quando colocadas ao alcance de todos, como se vinha empenhando em fazer, poderia prevenir das mais temíveis doenças venéreas, como: “[...] a syphilis, a blenorragia, o cancro venéreo simples, etc., e evitam-se sentimentos dos mais atrozes, de consequências muitas vezes funestas, e com serias repercussões sobre o factor moral, social e financeiro (*A União*, 13 jun. 1936).

Os doentes acometidos pela sífilis e outras doenças venéreas seriam atendidos nos dispensários antivenéreos<sup>208</sup>, espaço terapêutico onde “[...] os indivíduos matriculados depois do exame clínico, são submetidos a um tratamento completo, obtendo quase sempre uma melhora sensível e a cura de lesões de várias naturezas”. O tratamento dos sífilíticos no dispensário consistia no “[...] emprego de uma ou outra série de preparados arsenicais, de bismutho ou mercúrio [...] até o reestabelecimento do doente assegurado pelo médico e pela Warsserman<sup>209</sup> (*Era Nova*, 01 jun. 1924). No entanto, havia resistências, pois, muitos doentes abandonavam o tratamento (*Era Nova*, 26 mar. 1922). Nesse caso, os doentes passariam a receber visitas domiciliares, que eram feitas por médicos ou enfermeiras, na tentativa de dissuadir os doentes ou *suspeitos* de estarem enfermos a procurar os hospitais ou dispensários para fazer o tratamento (CARRARA, 1996). Do dispensário à casa, da casa ao trabalho, o discurso médico-pedagógico se pretendia presente para disseminar conselhos higiênicos, panfletos educativos, para instruir higienicamente o trabalhador pobre no sentido de formar corpos saudáveis. Tratava-se de uma vigilância para disciplinar o doente e transformar suas condições de saúde.

<sup>208</sup> Com base nos dados levantados pela pesquisa, na Paraíba foram instalados quatro postos antivenéreos: O *Dispensário Eduardo Rabello*, na cidade Parahyba do Norte (20/12/1921); o *Dispensário Silva Araújo* em Cabedelo (29/09/1923); o *Dispensário Leitão da Cunha* em Campina Grande (16/12/1923) e o *Dispensário Antivenéreo* de Mamanguape (15/09/1924).

<sup>209</sup> Teste sorológico desenvolvido em 1906 pelo médico alemão August Paul von Wassermann e sua equipe, capaz de detectar alterações sanguíneas provocadas pela presença do *T. pallidum*.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

No entanto, ao longo de quase uma década de atividades desse serviço sanitário, pouco havia se alterado a situação da sífilis na Paraíba. Em discurso publicado no jornal *A União* em 1930, o médico Newton Lacerda alertava para o reconhecimento de que “[...] a saúde da população de João Pessoa e arredores é principalmente agredida pela syphilis e doenças venéreas” (*A União*, 21 nov. 1930). O mesmo diagnóstico feito no início da década anterior. O problema segundo este clínico, seria o modo como estavam sendo conduzidas a profilaxia da sífilis e outras doenças venéreas, urgindo a necessidade de “[...] uma profilaxia colectiva verdadeira e não assistência individual como se tem feito até agora” (*A União*, 21 nov. 1930). No entendimento do dr. Newton Lacerda, “[...] relativamente á prophylaxia das doenças venéreas e syphiliticas o que temos executado é insuficiente, dispendioso e pouco scientifico”. Para o médico, de pouco valia no combate às doenças venéreas a profilaxia medicamentosa, uma vez que ele considerava que era “[...] feita isoladamente, sem extinção dos focos de infecção e sem medidas para evitar o contágio da doença” (*A União*, 21 nov. 1930). O discurso dr. Lacerda é sintomático do contexto maior em relação as críticas que vinham sendo dirigidas ao modelo de profilaxia da sífilis e doenças venéreas que até então eram adotadas a nível nacional.

Segundo Sérgio Carrara (1996), a década de 1930 vai ser marcada por um contexto de críticas relativas à profilaxia pautada na educação higiênica e no tratamento individual. Considerada demasiado “branda” e “liberal”, a legislação que organizava a luta contra a sífilis e doenças venéreas não incluía o exame, a notificação e a hospitalização obrigatória, bem como não procurava instituir a obrigatoriedade do exame pré-nupcial, que deveria apenas ser incentivado por meios persuasivos (CARRARA, 1996, p. 96). Tais críticas coincidiram com o fim da IPLDV em 1934, que “[...] no bojo da reforma do Departamento Nacional de Saúde Pública empreendida pelo governo Vargas, a inspetoria seria finalmente extinta” (CARRARA, 1996, p. 229).

Na Paraíba, contudo, continuou a funcionar o serviço de “Prophylaxia da Syphilis, Doenças Venéreas e Lepra”. Por força da Lei nº 54 de 31 de dezembro de 1935, sancionada num contexto em que o ministro Gustavo Capanema propôs uma reforma sanitária a nível nacional orientada pelos ideais da política varguista para a formação de um novo homem e uma nova nação (BATISTA, 2017), o então interventor federal





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Argemiro de Figueiredo reformou os serviços sanitários na Paraíba, que passariam a ser executados pela Diretoria Geral de Saúde Pública, sob a direção do dr. Otávio Oliveira, sendo o referido Serviço de Profilaxia da Sífilis, Doenças Venéreas e Lepra posto a funcionar no Centro de Saúde de João Pessoa. Mediante essa Lei, todos os serviços sanitários executados na capital, com exceção dos serviços hospitalares foram centralizados numa só instalação, que constituía o Centro de Saúde de João Pessoa (*A União*, 09 jan. 1936).

A reforma empreendida no governo Argemiro de Figueiredo, continuou dando ênfase a propaganda e educação sanitária em seu plano de ação. No ano de 1936 “[...] até o fim de julho, a Directoria Geral de Saúde Pública já divulgou pela imprensa 20 artigos e notícias originais e já distribuiu 7.017 folhetos” (*A União*, 28 ago. 1936). A grande novidade, no entanto, ficava por parte da sífilis, “[...] sendo de notar que agora o mesmo governo acaba de installar um serviço de grande alcance social, o dispensário antivenerio nocturno onde se tratam os operários que de dia ganham o pão, talvez o único do país<sup>210</sup>” (*A União*, 25 jan. 1938).

O interesse da instalação de um Posto Antivenéreo Noturno para a execução da profilaxia da sífilis e das doenças venéreas, residia justamente no fato de que os trabalhadores que “de dia ganham o pão” poderiam procurar o tratamento contra as afecções venéreas à noite. Assim, o jornal *A União* anunciava em suas páginas que “Só tem doenças venéreas quem quer. Vá ao Dispensário Noturno Anti-venereo” (*A União*, 27 jun. 1939). Lembrando possivelmente a famosa frase de Oswaldo Cruz de que “só tem varíola quem quer”, proferida em um contexto no qual este médico empreendeu uma intensa campanha pela vacinação antivariólica no Rio de Janeiro, a retórica médica presente no anúncio do serviço sanitário possivelmente considerava que diante da possibilidade do trabalhador tratar de sua “doença vergonhosa” à noite, não perdendo o dia de trabalho, não teria escusas em procurar o tratamento médico no dispensário.

---

<sup>210</sup> A afirmação feita pelo jornal, de que este seria o único serviço de profilaxia noturna antivenérea, é equivocada. Ricardo dos Santos Bastista (2017, p 181), ao analisar o combate a sífilis e os impactos da reforma sanitária na Bahia, demonstrou que em 1936 já se organizava naquele estado um serviço noturno antivenéreo.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Entre janeiro de 1939 e agosto de 1940, o movimento no Dispensário Noturno Antivenéreo registrou a matrícula de 591 pessoas submetidas a exames sorológicos para atestar a presença ou não do *T. pallidum* em seu sangue. Destes, 329 manifestaram a reação positiva para a sífilis. Nessa amostragem, a maioria dos sífilíticos (84), representando 14,2% do total, eram operários. Tal dado, pode vir a revelar a confluência de trabalhadores pobres que procuravam o serviço, mostrando o caráter disciplinador do poder-saber médico na busca por torná-los corpos saudáveis, aptos ao trabalho. No entanto, para lamento dos médicos, acontecia que “[...] a grande maioria dos que se submetem ao tratamento anti-sifilítico é que abandona o serviço” (*A União*, 22 set. 1940).

#### Considerações finais

Diante da documentação levantada, percebemos como a doença foi significada pelo discurso médico como um problema sanitário que ameaçaria a saúde do trabalhador e, portanto, um ideal de trabalhador saudável, higiênico. Concluimos que a presença constante de discursos publicados na imprensa paraibana como forma de educação higiênica, indicam práticas educativas do corpo, com o intuito de informar e alertar a população leitora, para os perigos da falta de higiene sexual e das doenças venéreas.

#### Referências

- ARAÚJO, Silvera Vieira. *Entre o Poder e a Ciência: História das Instituições de Saúde e de Higiene na Paraíba, na Primeira República (1889-1930)*. 2016. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.
- BASTISTA, Ricardo dos Santos. *Sífilis e Reforma da Saúde na Bahia (1920-1945)*. Salvador: EDUNEB, 2017.
- BRASIL. Decreto n. 3.987, de 2 de janeiro de 1920. Reorganiza os serviços da Saúde Pública. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, seção 1, 08 jan. 1920a, p. 437.
- CARRARA, Sérgio. *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.
- CASTRO, Oscar de Oliveira. Sessão Inaugural da Semana Médica. In: *Semana Médica*. Realizada sob o patrocínio da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba. Imprensa Oficial: Parahyba do Norte, 1927.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 22 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- HOCHMAN, Gilberto. Logo ali, no final da avenida: *Os sertões* redefinidos pelo movimento sanitário da Primeira República. In: *História, Ciências, Saúde*. Rio de Janeiro, 1998, vol.5, pp.217-235.
- LUCENA, Solon. *Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba pelo Presidente da Paraíba Solon de Lucena*. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1921.
- MAROJA, Flávio. Educação sanitária. In: *Semana Médica*. Realizada sob o patrocínio da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1927.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: UNICAMP, 1994.
- PEREIRA NETO, André de Faria. A profissão médica em questão (1922): dimensão histórica e sociológica. *Cadernos de Saúde Pública*. v. 11. n. 4. Rio de Janeiro, 1995.
- SÁ, Lenilde D. *Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios. O Serviço de Hygiene Pública, 1985 a 1918*. 1999. 291 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. *Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)*. 2 ed. Rio de Janeiro: AMC Guedes, 2016.
- SONTAG, Susan. *Doença como metáfora. Aids e suas metáforas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **EDUCANDO OS CORPOS ATRAVÉS DOS ESPORTES: A BUSCA PELA ESTÉTICA BELA NAS PRÁTICAS ESPORTIVAS DO FOOTBALL E DO BOXER NOS ANÚNCIOS DA REVISTA O CRUZEIRO (1928 – 1931)**

*Stephanie Dianny Pereira de Araújo*

*Bacharel, Licenciada e Mestre em História - UFCG  
stephanie.diianny@gmail.com*

A modernidade trouxe uma nova concepção do que seria o belo. Ou seja, como o sujeito deveria se portar consigo mesmo para, assim, atingir o belo considerado moderno, para o modelo de beleza do século XX. A beleza para a modernidade se comporta como uma revelação de si; a consciência de uma interioridade bruscamente ampliada. Sendo assim, tendo por objetivo perceber nas práticas esportivas do football e do boxer, ilustradas na Revista *O Cruzeiro*, o presente artigo versará pela problematização em torno da prática esportiva como meio de se obter a beleza masculina desejada pelos homens da época. Desta forma, a beleza se apresentará, no contexto moderno, como uma forma de transformar-se, abrindo as portas para o novo. Mas também de purificar-se, pois o indivíduo deixa de lado heranças do antigo, trazendo a salvação e a luz para o sujeito moderno. Para embasar teoricamente o presente artigo, irei buscar nas análises feitas por Foucault e suas problematizações sobre o corpo e o cuidado de si, em contraponto com as questões de higiene e sanitização que vigoravam durante os anos de 1928 e 1931 na Revista *O Cruzeiro*.

**PALAVRAS CHAVES:** Boxe, Beleza, Football, Masculinidade, Modernidade

### **Introdução:**

Pensar na construção da estética masculina em pleno século XX, tomando como base a prática esportiva, é problematizar questões que estavam muito além do que uma prática corriqueira. Desta maneira, analisando com os olhares de pesquisadora e historiadora, os anúncios da Revista *O Cruzeiro*, durante a minha pesquisa de mestrado, pude perceber como a estética, a obtenção dela, pode ser atribuída as práticas esportivas.





Principalmente, se pondo em cheque as ideias de modernização, progresso e eugenia que permeavam o cotidiano do homem citadino no Brasil.

Resolvi escolher dois esportes que obtiveram grande frequência nas páginas da revista *O Cruzeiro: o football e o boxe*. A escolha também advém do fato de serem esportes que foram considerados por muito tempo como exclusivamente do meio masculino. Para tanto, nos dias atuais, eles ainda são práticas esportivas que permeiam o imaginário e cotidiano dos homens de nossa época. Historicamente e sociologicamente, o homem pode demonstrar sua virilidade e masculinidade, tanto pela prática quanto pela apreciação de ambos os esportes. Todavia não irei fazer esse movimento de comparação entre os homens de nossos dias, e as práticas dos homens do século XX – ao qual me detenho nesse artigo. Pretendo atender as demandas históricas que vão além da polarização de lugares através do gênero de cada indivíduo: práticas masculinas e práticas femininas.

Com isso, o presente artigo nasceu de problematizações que fiz durante a minha pesquisa de mestrado, em que boa parte das indagações imagem e perspectivas teóricas também fizeram parte do terceiro tópico do terceiro capítulo da minha dissertação. Para tanto, desejo ao interlocutor leitor desses meu texto uma ótima viagem no football e no boxer, esportes esses que escolhi para dar prosseguimento a minha narrativa. Demonstrando, como uma prática esportiva, muito da ressignificação dos homens da época estiveram presentes.

### **Modernidade e o Cuidado de si: Football e o Boxer educando os corpos**

Como foi colocado na introdução do presente artigo, iniciarei as problematizações concernentes aos esportes, como o meio pelo qual os homens modernos da elite recorriam para chegar ao tão desejado corpo que poderia trazer as concepções do moderno e, o mais imprescindível, que remontasse para sua masculinidade e virilidade.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Será de suma importância relatar ao leitor que, neste artigo, irei não só me aprofundar nas atribuições dos esportes para os homens modernos, como também me centralizarei na própria concepção da beleza – um desdobramento da estética, visto que a estética é formada através da divisão entre o que é belo e o que é feio (não desejado) – para a sociedade moderna do recorte temporal de 1920 a 1930.

A modernidade trouxe uma nova concepção do que seria o belo. Ou seja, como o sujeito deveria se portar consigo mesmo para, assim, atingir o belo considerado moderno, para o modelo de beleza do século XX. A beleza para a modernidade se comporta como uma revelação de si; a consciência de uma interioridade bruscamente ampliada. Baudelaire problematiza o que seria a beleza, para ele, enquanto espectador daquele momento de mudanças significativas:

[...] o belo inevitavelmente sempre tem uma dupla dimensão, embora a impressão que produza seja uma, pois a dificuldade em discernir os elementos variáveis do belo na unidade de impressão não diminui em nada a necessidade da variedade em sua composição. O belo é constituído por um elemento eterno, invariável, cuja quantidade é excessivamente difícil de determinar, e de um elemento relativo, circunstancial, que será, se quisermos, sucessiva ou combinativamente, a época, a moda, a moral, a paixão. (BAUDALAIRE, 1864, p.15)

Sendo assim, a beleza tanto poderia ser adquirida por um processo natural do indivíduo moderno, ou seja, uma beleza de nascença; ou uma artifício que a moda poderia permitir. Segundo Vigarello, a Beleza viria a ser “uma característica central da modernidade, e abrigando cada um a ‘se inventar a si próprio’” (VIGARELLO, 2006, p). Desta maneira, a beleza moderna demonstrada da revista *Cruzeiro*, está ligada ao cuidado consigo, a uma forma de interiorização da reflexão que se tem consigo próprio; seria uma prática que cabe apenas ao indivíduo o cuidado de si:

A velha noção “sublime”, considerada há muito como orientadora do belo e incremento da nobreza ou da grandeza, torna-se aqui descoberta quase que psicológica, extensão do pequeno espaço pessoal, sentimento íntimo desdobrado em brusca “ampliação” (VIGARELLO, 2006, p. 113).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Nesse meio modernizante, processo pelo qual o Brasil estaria passando, havia, ainda, a concepção de que os homens ainda seriam os principais encarregados do sustento familiar e da administração social. Desta maneira, o cuidado com a questão da masculinidade esteve presente em vários setores da vida do homem cidadão. Não apenas em seu corpo, como em seus gestos, suas práticas do cotidiano, e na sua vestimenta em sua forma de entender o mundo ao qual ele estava inserido. Por esse motivo, algumas estéticas, ou melhor, estereótipos, foram sendo inseridos no cotidiano desses homens. E as páginas das revistas que circulavam no Brasil nesse momento – como é o caso da Revista *O Cruzeiro*, à qual me debruço em sua problematização nesse artigo – se viu como reforçadora desses estereótipos.

Durante minhas pesquisas na revista *O Cruzeiro*, pude perceber, a recorrência da presença de um ideal de estética masculina que recheava as páginas da revista com matérias, que iam das práticas até o acompanhamento de campeonatos dos mais diversos esportes. Os *sportmen* passaram a ser uma referência de estética corporal que se assemelhava aos modelos americanos. Através do desenvolvimento da vida urbana inúmeras concepções do que viria ser viril ou frouxo, passaram a permear o cotidiano do homem cidadão. Sendo assim, a beleza masculina passou a adquirir um espírito pragmático e esportivo.

Para Foucault, ao estudar as sociedades gregas e seu cuidado consigo, envolvendo, assim, o cuidado com sua própria alma, [...] o homem deve velar por si mesmo”. O sujeito deveria assumir uma atitude individualista, “[...] caracterizada pelo valor absoluto que se atribui ao indivíduo em sua singularidade e pelo grau de independência que lhe é atribuído em relação ao grupo ao qual ele pertence ou as instituições das quais ele depende”. Foucault também irá discorrer sobre o sujeito transformando-se em objeto de conhecimento – do seu próprio conhecimento -, pois será um campo “[...] de ação de transforma-se, corrigir-se, purificar-se, e promover a própria salvação” (FOUCAULT, 2002, p.131).





### **Um corpo Belo e Atlético:**

A beleza se apresentará, no contexto moderno, como uma forma de transformar-se, abrindo as portas para o novo. Mas também de purificar-se, pois o indivíduo deixa de lado heranças do antigo, trazendo a salvação e a luz para o sujeito moderno. Concepções modernas utilizam-se da beleza para fazer valer os conceitos trazidos por essa dita modernidade.

A vinda dos esportes para a sociedade moderna se mostrou com uma nova referência de civilidade que passava a causar não só a adesão e atração, como euforia e expectativa nos mais diversos segmentos da sociedade brasileira. Como já mencionado no capítulo anterior, a prática esportiva também estava vinculada com a própria ideia de melhoramento da raça brasileira, provocando a regeneração da raça e excluindo os vícios e promiscuidades de um passado colonial e imperialista. Muito dos incentivos para a prática esportiva vinha da ideia da higiene e educação.

A instituição escolar também possuía a preocupação de tornar seus alunos, em sua maioria crianças, adeptas às práticas esportivas. Isso porque, toda a preocupação com o esporte trazia uma concepção de prática moderna, que passou a contribuir para trazer para a prática escolar dos sentidos e significados modernizantes, contribuindo para a superação de tudo que poderia remontar ao rústico, atrasado e ultrapassado:

O ser esportivo passa a ser uma representação do ser moderno, indicando a urgência em dotar a população amorfa de um grupo de indivíduos saudáveis, disciplinados, solidários, corajosos, alegres e plenamente aptos. Faculdades individuais sempre relacionadas a necessidade de fortalecimento da nação, e nesse caso o esporte assume, também, o status de um instrumento de destaque na produção de uma educação cívica. (LINHALES, 2009, p. 73)

A prática de esportes passou a ser, principalmente em meados da década de 1920, um método para curar algumas mazelas que assolavam principalmente o corpo masculino, como é o caso da magreza excessiva, neurastenia e fraqueza. Havia, então, a expectativa da construção de uma “virilidade sã, moderna, diligente e veloz” (SANT’ANNA, 2014,





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

p.261). Sendo assim, a prática dos esportes tinha imbricada em seus discursos a perspectivas de saúde, higiene, educação, disciplina, limpeza, beleza e eficiência.

Porém, havia discursos contrários À perspectiva de que os esportes poderiam vir para a saúde da sociedade brasileira. Os esportes não estavam apenas sob a ótica de uma prática massifica e banal na vida do cotidiano dos brasileiros. Sua prática ainda levantava inúmeras suspeitas concernentes a uma ameaça a inteligência masculina e provável corrupção da virtude feminina. O debate que acontecia em torno da problemática do fazer esportivo reunia pros e contras sob a perspectiva de médicos, militares, educadores e esportistas.

Segundo Linhales, em seu trabalho “Escola e O Esporte – Uma história de Práticas Culturais”, onde a autora passa a problematizar os discursos divergentes que haviam entre literatos e intelectuais da época sobre as práticas esportiva, principalmente nas décadas de 1920 e 1930:

Se o esporte era um modelo disciplinador de caráter, um regenerador da raça ou moralizador dos costumes – como ressaltavam, por exemplo, Coelho Netto e Fernando Azevedo -, para Lima Barreto ele era só um ‘espetáculo de brutalidade’, de absorção de todas as atividades que o futebol vinha trazendo a quase totalidade dos espíritos nesta cidade (LINHALES, 2014, p.48).

#### **Imagem 1: Campeonato Brasileiro de Football: Fluminense x Mato Grosso do Sul**





ISSN 21764514

### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA



Fonte: Revista *O Cruzeiro* – 17 de novembro de 1928

O football foi um dos esportes que mais observei sendo representado nas ilustrações e reportagens da Revista *O Cruzeiro*, demonstrando tanto a apreciação do público masculino por esse tipo de esporte, não só na sua prática em si, mas também como espectadores - de forma assídua – para essa determinada prática esportiva. Esta primeira matéria que trago, datada do dia 17 de novembro de 1928, foi um dos primeiros exemplares que mostravam como se processava a cobertura de jogos de football na Revista. Desta maneira, pode-se perceber a retratação do jogo entre Fluminense e Mato Grosso do Sul:

#### Campeonato Brasileiro de Football

No domingo ultimo, dois foram os grandes encontros de football que se feriram, em disputa do Campeonato Brasileiro. O primeiro, entre cariocas e fluminenses, pelo desequilíbrio de forças que antecipadamente deixava prever uma certa victoria do team local, não despetou tão grande interesse como o segundo, entre os “scratches” do Rio Grande do Sul e





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Mato Grosso, este <sup>211</sup>pela primeira vez combatendo no torneio interestadual. Os cariocas venceram facilmente por 7x2 e os de Mato Grosso perderam para os gaúchos de 6x4. Damos acima três instantâneos deste último embate, que teve lugar no estado do Fluminense. (REVISTA O CRUZEIRO, 1928)

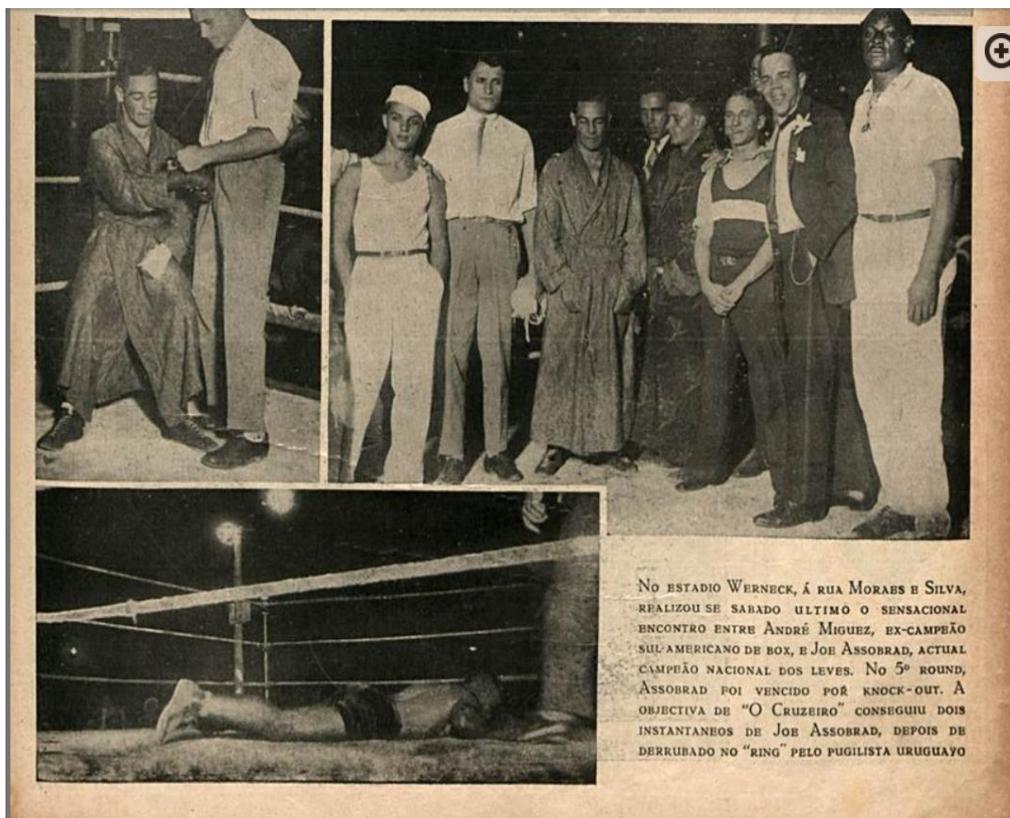
Trazido para o Brasil por influência inglesa – pois o futebol é um esporte originalmente inglês –, pude perceber que o esporte futebolístico era pensado com uma produção cultural que, apesar da vinda de forma tímida, tinha a presença do mestiço, como já mencionado como tópico anterior, quando iniciei a discussão voltada para a presença de homens negros ou mestiços nos esportes, e citei, rapidamente, demonstrando que como o do corpo masculino negro e mestiço se fazia aparecer em um dos anúncios da Revista *O Cruzeiro* concernente ao futebol, como “a in(corpo)ração da ‘rasteira’, tanto como uma técnica corporal, uma vez que a maneira de praticá-la foi gradativamente se distanciando do cavalheirismo inglês” (LINHALES, 2009, p.45).

Por ter sido um esporte trazido por influência inglesa, o futebol sofria críticas por seu estrangeirismo, apesar de ter em sua composição práticas que ajudavam a corroborar para a disciplina dos corpos. Então, me propus a pensar nessa disciplina através de uma apropriação que faço do pensamento de Foucault quando ele passou problematizar a disciplina dentro de instituições, como o sistema fabril e escolar, que possuíam – e ainda possuem – perspectivas de disciplina e vigilância de corpos. Sendo assim, penso o futebol, dando o seu caráter de prática disciplinadora como se “cada variável dessa força – vigor, rapidez, habilidade, constância – pode ser observada, portanto caracterizada, apreciada, contabilizada e transmitida a quem é o agente particular dela”. (FOUCAULT, 2008, p.124).

---



**Imagem 2: Luta de box - André Miguéz vence Joe Assobrad**



**Fonte: Revista O Cruzeiro – 15 de junho 1929**

As matérias esportivas sobre o boxe também apareciam com frequência nas páginas das edições da Revista *O Cruzeiro*. Um esporte que, ainda mais que o futebol, exige maior força buta, maior preparo físico; os atletas que eram mostrados nas páginas de matérias sobre o boxe, eram robustos e dotados de músculos, portando um olhar sério e de agressividade no qual o próprio esporte exigia. Os praticantes do boxe deveriam “[...] demonstrar constantemente sua virilidade sua heterossexualidade, a fim de provar a





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

legitimidade de seu pertencimento ao grupo macho dominante cuja função integradora vem apenas atenuar o déficit de reconhecimento social” (BAUBÉROUT, 2014, p. 202).

A matéria que trago mais acima diz respeito à luta de Boxe entre André Miguéz e Joe Assobrad, realizada no estádio Werneck. Analisando a imagem, podemos notar a presença exclusiva de homens, que poderiam fazer parte da equipe de treinamento de um dos atletas, mostrando o quanto esse esporte estava sendo algo que era voltado ao público masculino.

Talvez, numa sociedade que estava a conviver com os impactos e comodismo da vida moderna, como mostrado no capítulo anterior, através dos carros e outros acessórios e tecnologias, que poderiam colocar a prova a masculinidade e virilidade dos homens modernos - e as mulheres, mesmo que timidamente, estavam saindo do meio privado do cuidado com o lar, - o boxer poderia ter sido uma forma de procurar “restaurar uma virilidade intacta (o gênio) e uma feminilidade pura (o sexo), destruir uma sociedade de homens efeminados ou de mulheres virilizadas reconstruir uma sociedade verdadeira” (LE RIDER, 1993, p.195). Desta forma, todo cuidado seria pouco com relação a masculinidade e virilidade dos homens modernos, o receio de mostrar-se socialmente não másculo o suficiente, fazia parte do cotidiano do sujeito masculino da época. Desta forma, “A presença do desejo pelo mesmo sexo retira-lhe a possibilidade de identificar-se como um homem, e só esse homem [...]” (COSTA, 1993, p. 82).

Pensar nas práticas esportivas como uma forma de personificação da masculinidade, é subjetivar o entendimento sobre o que é a prática esportiva em si. Muito mais do que algo que vem para a obtenção do corpo perfeito, questão que estava intrínseca na mente da sociedade moderna do século XX no Brasil. Mas a prática esportiva, e por isso o boxe e o football, trazem consigo a ideia de que mesmo no esporte não se poderia deixar de lado o viés masculino e viril.





## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D.M. *A Invenção de um Macho*. In: \_\_\_\_\_ **Nordestino: invenção do “falo”:** **Uma História do gênero Masculino (1920-1940)**. 2ed, São Paulo, SP. Intermeios, 2013.

BADINTER, Elisabeth. *Que é um Homem?* In: \_\_\_\_\_ **XY Sobre a Identidade Masculina**. 1ed. Trad: Maria Ignez Duque Estrada, Rio de Janeiro, RJ. Nova Fronteira, 1993.

BAUBÉROT, Arnaud. *Não se nasce viril, torna-se viril*. In: \_\_\_\_\_ **História da Virilidade**

BRETON, D. Le. *As fontes de uma representação moderna do corpo: O homem anatomizado*. In: \_\_\_\_\_ **Antropologia do corpo e modernidade**. Trad: Fábio dos Santos Creder Lopes. 2. Ed, Petropolis, RJ. Editora: Vozes, 2012.

BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a Modernidade**. Rio de Janeiro, RJ. Editora: Paz e Terra, 1996. — (Coleção Leitura)

BAUDELAIRE, Charles. *O Pintor da Vida Moderna*

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Educação & Realidade.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo. Companhia da Letras, 2008

COSTA, Jurandi. *A inocência do Vício – Estudos sobre do homoerotismo*. Rio de Janeiro, RJ, 1992

DÁVILA, JERRY. Construindo o “Homem Brasileiro” In: \_\_\_\_\_ **Diploma de Brancura : Política social e racial no Brasil (1917-1945)**/ tradução : Claudia Sant’Ana Martins. – São Paulo: Editora UNESP, 2006

ELIAS, Nobert. *Capitulo I. Do Controle Social ao Auto Controle*. \_\_\_\_\_ In: **Processo Civilizador II: Formação do Estado e Civilização**. Trad: Ruy Jungmann. 1ed. Rio de Janeiro, RJ. Zahar, 1993

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade III: O Cuidado de Si**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque; Revisão: José Augusto Guilhon Albuquerque. 5ºed, Rio de Janeiro, RJ.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: O Cuidado de Si**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque; Revisão: José Augusto Guilhon Albuquerque. 5ºed, Rio de Janeiro, RJ.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir – Nascimento da Prisão*. Tradução: Raquel Ramallete. 35ª Edição. Petrópolis; Editora: Vozes, 2008





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

HERSCHEMANN, M. Micael ; PEREIRA, M, A, C. A Inversão do Brasil Moderno – Medicina, Educação e Engenharia nos anos 20- 30. Rio de Janeiro: Editora: Rocco, 1994.

LARROSA, Jorge. “*Dar a ler...talvez*”. In: \_\_\_\_\_ **LARROSA, Jorge. Linguagem e educação depois de Babel.** Tradução Cyntia Farina. Belo Horizonte: Autentica, 2004.

LOURO, Guacira L. **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Trad. Por Tomaz Tadeu da Silva. 2.<sup>a</sup> ed. Belo Horizonte: Autêntica,2007

LE RIDER, Jacques. *Crises da Identidade Masculina.* In:\_\_\_\_\_ **A Modernidade Vienense e as Crises de Identidade.** Rio de Janeiro, RJ. Editora: Civilização Brasileira, 1993





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DA CLASSE DO MAGISTÉRIO NORTE RIO GRANDENSE (1920)

Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte|UFRN  
[amandavitoria\\_alves@hotmail.com](mailto:amandavitoria_alves@hotmail.com)

### Palavras Iniciais

O trabalho é vinculado à linha de pesquisa Educação, Estudos Socio-históricos e Filosóficos do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN, tem o objetivo de compreender, em partes, o processo educacional de criação da Associação de Professores do Rio Grande do Norte/APRN na década de 1920 em Natal/RN. Esse estudo, emerge como parte dos resultados de pesquisas realizadas no período da Graduação em Pedagogia, mais propriamente, na iniciação científica no campo da História da Educação.

A escolha do objeto de pesquisa que trata esse artigo, se deu pela necessidade de apresentar, mesmo que de maneira ligeira, a história de uma instituição que agrupou profissionais do magistério em torno de discussões sobre o ensino, num período emergente na educação, no âmbito local e nacional.

Para a realização desse estudo, fizemos pesquisas nos acervos do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Rio Grande do Norte/ SINTE-RN, no acervo da Biblioteca Central Zila Mamede da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Sociais Aplicadas/CCSA e em acervos particulares de pesquisadores locais. Neles encontramos livros de professores que atuaram na referida Associação, impressos periódicos também produzidos pelos professores dessa instituição, além de trabalhos acadêmicos já concluídos que faziam alguma referência ao objeto dessa pesquisa.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Nosso fundamento teórico e metodológico baseia-se nos pressupostos da História Cultural. Nessa perspectiva, toda atividade humana participa do processo de construção social e cultural. As memórias individuais e coletivas, dos grupos sociais e instituições educacionais dizem a respeito de uma realidade; nela a distinção do que é central e do que é periférico é destruída, possibilitando participação dos sujeitos na construção de determinada realidade social (BURKE 1992).

Sendo assim, sua função primordial é identificar a maneira de como em lugares distintos e momentos diferentes, uma realidade social é construída, refletida e posta à leitura. Essa tarefa exige do historiador classificações e divisões, que organizem a compreensão do mundo social e que ajudem na percepção e apropriação do real. Esses esquemas intelectuais, possibilitam sentido ao presente, torna o outro inteligível e os espaços decifráveis (CHARTIER, 1990).

Além de exprimir nos detalhes, a não neutralidade dos discursos sociais. Os quais representam um grupo, produzem estratégias e práticas, que de alguma maneira, impõe suas ideias, e desvalorizam outras, as quais julgam desnecessárias ao conhecimento desse. Por esse modo operante, as representações sociais são tão fundamentais, quanto lutas de cunho econômico, por exemplo, pois permitem a compreensão de mecanismos pelos quais uma instituição, impõe ou tenta impor a sua concepção do mundo social, seus valores e domínios.

O processo político e educacional que gerou a criação da Associação de Professores do Rio Grande do Norte, expressa as lutas por representações de um determinado grupo: um grupo de professores, recém formados, que discutiam educação e ensino em um contexto onde a profissão docente ganhava um status de profissão, (MORAIS; SILVA, 2009) (embora, também acreditem que o ofício do professor assemelhava-se ao de um sacerdote, um ato messiânico e redentor). Esses traziam consigo as apropriações que tinham a respeito do campo educacional e objetivavam, impor de alguma maneira, essas representações.

No mais, a historiografia da educação apresenta fatores a nível nacional, que podem justificar essa movimentação de união por parte dos professores, em relação o





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

campo educacional do estado do RN. Tornou-se um assunto interessante não somente para os envolvidos com a educação, mas para os governantes estaduais, considerando a grande ênfase dada à educação, por parte dos poderes públicos com o advento da República. O investimento em professores e numa escolarização moderna significava um avanço nacional, afim de colocar o Brasil no caminho das grandes nações. (NAGLE,1976)

Desta feita, será evidenciado o processo de como se deu a criação de uma Associação fundada e liderada por profissionais do magistério no início do século XX, para isso questionamos: porque a APRN foi criada? Quais eram seus objetivos? Como foi Organizada no período de sua fundação?

#### **Criação da Associação dos Professores do Rio Grande do Norte**

Com a reabertura da Escola Normal de Natal (Instituição que formava professores primários) pelo Decreto n. 178, de 29 de abril de 1908, e por algumas leis que regulamentavam a profissão docente, o magistério começava a ganhar apoio e força do poder público para seguir em frente. Como nos apresenta Moraes e Silva (2009) as reformas de ensino e a criação dos Grupos Escolares oriundos dos moldes republicanos, permitiram aos recém normalistas, a prática sistematizada dos conhecimentos pedagógicos nos Grupos Escolares e demais instituições de ensino.

Por meio das oportunidades que emergiram no contexto educacional da época (1908-1920), houve um aumento do número de professores no estado. Enquanto, nas primeiras instalações da Escola Normal de Natal (1873-1901) até cinco alunos se formaram, tornando-se professores, a partir de 1908 (início da periodização mais duradoura da Escola Normal), dezenas de normalistas se formaram, aumentando, conseqüentemente, o número de professores em campo.

Todavia, por mais que o magistério estivesse ganhado um teor profissional, os próprios professores consideravam seu trabalho como o de um missionário, seu propósito era o ensino, o resgate, através da educação, das novas gerações. Isso é observável nos





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

discursos dos professores, a exemplo do professor Oscar Wanderley, orador da APRN, na década de 1920, no discurso de inauguração do Grupo Escolar Antônio de Souza.

A missão do mestre, ou antes, a vossa missão, não é simplesmente exhibir o verbalismo dos conhecimentos que trouxestes da sequencia do vosso curso normal; é, sobre tudo, formar espíritos (...) Velai-lhes a brancura da pureza d'alma e sede, para a honra do vosso sacerdócio, os afetivos jardineiros dessas flores humanas. (CAVALCANTE, 1999, p. 47)

As mulheres, nesse contexto das primeiras décadas do século XX, eram influenciadas pelas ideias do celibato pedagógico, que defendia o magistério como ato de dedicação mais que sacerdotal, deveriam escolher o trabalho ou a formação de uma família, as duas escolhas não podiam acontecer simultaneamente. Segundo Ribeiro (2003), os republicanos com o intuito de modernizar a sociedade por meio da educação, através dos ideais filosóficos e sociais do positivismo, viam na mulher um elemento chave para a disseminação de seus princípios no âmbito escolar. O magistério para as mulheres, em especial, deveria ser admitido como uma missão, onde a questão salarial não deveria ser central. Sua natureza materna seria uma base de sustentação do lar e a educadora bondosa das gerações futuras.

O fato de serem vistos como sacerdotes do magistério, exigia dos professores regras e um comportamento que estivesse além do ato de ensinar. Os educadores deveriam ser exemplos de bons padrões morais, comportamentos irrepreensíveis para que sua imagem fosse referência de seriedade e comprometimento.

Com o aumento do número de professores no estado a partir da década de 1910, alguns deles a exemplo de Amphilóquio Câmara, Francisco Ivo Cavalcante, Luiz Soares, Julia Alves Barbosa e Oscar Wanderley, iniciaram a liderança do movimento de professores nos seus primeiros anos de existência. Em 4 de dezembro de 1920 é criada a Associação dos Professores do Rio Grande do Norte/APRN. Vale ressaltar que essa data foi escolhida para ser a inauguração, por ser a mesma que havia prestigiado a formatura da primeira turma (com mais de vinte alunos) da Escola Normal de Natal (1910).

Em meio aos discursos que costumam ocorrer em ocasiões como essas, um dos convidados a se pronunciar foi o professor Nestor dos Santos Lima. Na sua fala, lembrou que precisamente dez anos antes ocorria, nesse mesmo local, a cerimônia de diplomação





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

da primeira turma de professores do Estado (27, ao todo) formados pela Escola Normal de Natal, razão pela qual essa data foi escolhida para fundação da entidade. (PEDAGOGIUM, 1921)

Sua instalação ocorreu no salão nobre do Palácio do governo em uma sessão solene e bastante pomposa, com a presença de várias autoridades educacionais e políticas a exemplo do governador do estado, no período de fundação da instituição.

O salão nobre, deslumbrante de luz, a assistência numerosa, onde figuravam os mais elevados representantes do ensino e pessoas do maior destaque na sociedade, davam á festa um tom de espiritualidade que se acentuou ainda mais no decorrer da sessão. (DUARTE, 1985, p. 17)

Constatamos que no período de fundação, Antônio de Souza era governador do estado. No momento de inauguração ele assumiu a direção da reunião, convidou Manuel Dantas, Diretor da Instrução Pública e o Professor Nestor Lima, então Diretor da Escola Normal de Natal-RN, para estarem na mesa diretora. Após a declaração de instalação da Associação de Professores do Rio Grande do Norte, foi composta uma comissão pelos professores Amphilóquio Câmara, Luís Antônio, Luiz Soares, Júlia Alves Barbosa, para a feitura do projeto de estatutos.

Foi acordado que a Associação de Professores do RN seria dirigida por um Conselho Diretor composto por um presidente, dois secretários, um orador, um tesoureiro e um bibliotecário, todos eleitos em Assembleia Geral, que duraria por um ano, com direito a reeleição, no todo ou em parte (PEDAGOGIUM, 1921).

Criada em 1920, a APRN estava entre as agremiações de professores mais antigas do Brasil, a historiografia da Educação menciona poucas entidades até o período. Em 1879, no estado de Pernambuco é registrada a atuação de um grupo de Professores Primários, que tinham o objetivo de contribuir para instrução de seus associados, cuidar dos interesses da classe e promover o melhoramento do ensino público. No Estado de São Paulo, em 1901 é mencionada a Associação Beneficente do Professorado Público, que era uma reunião para professores e professoras, a fim de elevar a moral e intelectualidade do professorado público do estado, assim como melhorar as condições de trabalho da classe (CAVALCANTE, 1999).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Também é mencionada uma agremiação no Paraná, em 1906 e possivelmente, nos estados do Pará, Santa Catarina e Rio de Janeiro. Há possibilidades de terem sido criadas após o surgimento da APRN ou no mesmo período, pois alguns registros, nos permitem saber da possível existência de tais entidades (PEDAGOGIUM, 1925).

Na década de 1920, a historiografia também registra momentos em que as entidades de professores participaram de movimentos de renovação educacional, realizados nas maiores cidades do país. Os ideais que baseavam o cerne desse desejo de renovo no campo da educação, estavam relacionados à: adaptação do sistema escolar às demandas da nova sociedade que era gerada naquele contexto; a valorização da cultura europeia e americana na educação brasileira e a unificação do sistema educacional por uma política a ser efetivada pelas elites governantes. (NAGLE, 1976).

Para que essas ideias fossem postas em prática, foram realizadas reformas no campo da educação e palestras em alguns estados do país. Nesse período, a Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada no Rio de Janeiro, em 1924, auxiliou no desenrolar das atividades, como menciona Fernando de Azevedo (AZEVEDO, 1944).

Carvalho (1998) escreve a respeito da ABE e ressalva a significância do trabalho da referida, para intensificação desses movimentos desenvolvidos pelo Brasil, mas ressalta, as intenções políticas e elitistas por trás da criação de “poder transformador da educação”.

A imagem romântica que envolvia a instituição serviu também para a disseminação de ideais e práticas educacionais que almejavam o controle social. As propostas da ABE retratam o povo brasileiro como doente, estúpido, sujo e degenerado, e assim se justifica o estabelecimento de modelos excludentes e práticas autoritárias. Neste contexto, a educação deixa de ser um direito popular para ser um dever, já que traz a esse povo inculto e incivilizado a sua salvação enquanto nação. (CARVALHO, 1998, p. 132)

Podemos observar que a ABE não tinha interesses em beneficiar social e economicamente as camadas populares, seu discurso não pretendia disseminar possibilidades de ascensão social por meio de uma educação de qualidade, mas, reprimir e controlar o povo. Em se tratando do estado do Rio Grande do Norte, ao contrário da ABE, a APRN foi criada com intuito de defender a classe dos professores e combater ao analfabetismo no estado, pretensões estas, mais assistenciais.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

A entidade tinha por primeiro objetivo criar escolas e defender o ensino público, gratuito, leigo, misto relacionado à vida e ao trabalho. Desta maneira, os professores acreditavam contribuir para formação da nacionalidade brasileira e para construção de uma nova sociedade. Conforme aponta Cavalcante (1999. p. 3) “Esse programa abrangeria todo o estado, embora com maior concentração na capital.” O segundo objetivo era defender os interesses da categoria. Como nos apresenta Cavalcante.

A tentativa de mobilizar a sociedade e os governantes para maior efetividade desse movimento educacional; a atuação, tendo em vista o exercício da profissão docente em outros estados do país; por último, a assistência financeira a ser prestada aos professores e seus familiares, através de Caixas de auxílio mútuo.

A APRN, inicialmente funcionou na Rua Jundiaí, no mesmo prédio do Grupo Escolar Antônio de Souza, instituição escolar criada pela Associação de Professores, em 1923. Após alguns anos, ela mudou sua sede para um prédio na Avenida Rio Branco no bairro da Cidade Alta em Natal/RN, a partir de 1942. Vale ressaltar que o prédio ainda existe e sofreu pequenas alterações, mas atualmente é o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Rio Grande do Norte que está nesse local.

#### **Organização da Associação de Professores**

Os Conselhos Diretores ou Diretorias, eram eleitos em Assembleia Geral, de acordo com as normas do estatuto da entidade. A APRN era constituída pela sociedade civil, de adesão voluntária, apartidária, reuniu professores e outros interessados em defender a questão educacional. Esses sujeitos ao se tornarem membros dessa sociedade, ocupavam uma das seguintes categorias de sócios, sob critérios os quais se encontrassem no momento, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1. Quadro de Sócios da APRN.

<b>Fundadores</b>	<b>Professores primários diplomados pela Escola Normal do Estado, de 1910 a</b>
-------------------	---------------------------------------------------------------------------------





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

	<b>1920;</b>
<b>Efetivos</b>	Categoria onde estava incluído todo e qualquer professor da rede pública ou privada do Estado;
<b>Benfeitores</b>	Pessoas que fizessem à Associação donativos iguais ou superiores a duzentos mil réis;
<b>Beneméritos</b>	Pessoas que prestassem importantes serviços à entidade ou à causa educacional;
<b>Correspondentes</b>	Professores que residissem em outros estados e desejassem fazer parte dessa sociedade;
<b>Honorários</b>	Pessoas que tivessem prestado serviços relevantes às letras, às artes, à categoria dos professores ou à educação.

Podemos observar que os sócios benfeitores, beneméritos e honorários poderiam ser pessoas de outras áreas profissionais. Como aponta Duarte (1985, p. 24) “os sócios benfeitores, beneméritos e honorários podem ser pessoas estranhas ao magistério, contanto que sejam conceituadas e tenham posição social”. Para eles se tornarem membros da Associação de Professores, deveriam ser aceitos pela Assembleia Geral.

A maioria dos sócios que participavam da APRN que não pertencessem a classe de professores eram intelectuais influentes em outras instituições, a exemplo de médicos, advogados e políticos. Essa questão facilita o entendimento que a elite intelectual e social da cidade estava presente nas reuniões e que as causas defendidas pelos professores, receberam apoio das pessoas influentes do RN.

Para serem eleitos nos cargos da instituição, os sócios deveriam ser sócios fundadores ou efetivos, esses poderiam votar e serem votados em ocasião. Além dos





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

presidentes eleitos em Assembleia Geral, a APRN, tinha uma Presidência de Honra, como destaca Cavalcante:

A APRN tinha também uma Presidência de Honra, composta de um presidente, o governador do estado; e três vice-presidentes: o Diretor Geral da Instrução Pública e os diretores da Escola Normal de Natal e do Atheneu Norte rio-grandense, principais instituições de ensino (nível médio) existentes no estado, naquele momento. (CAVALCANTE, 1999, p. 10)

Além disso, pudemos compreender que eles apregoavam o ideário da educação moderna, por meio de novos métodos de ensino e ideias que caracterizavam a república brasileira que se formava, onde a educação era primazia. Também constatamos que na Associação eram proibidas discussões religiosas e políticas, pois pretendia debater somente assuntos relacionados aos seus objetivos: o ensino e as causas docentes (PEDAGOGIUM, 1921).

Mas a relação com os políticos, especialmente nesses primeiros anos de funcionamento, era quase indissociável, considerando que o governador do estado era um presidente de honra, influenciando diretamente nas discussões, projetos e apoio dos líderes do movimento, que por sua vez influenciava os demais sócios professores. Ou seja, havia uma relação de interdependência com os governantes, o que possibilitava a falta de emancipação dos professores daquele período.

### **Considerações Finais**

O estudo a respeito da criação da Associação de Professores do Rio Grande do Norte, possibilitou trazer uma parte da história da trajetória de uma instituição que agrupou os docentes do estado. Através das pesquisas, pudemos observar que essa instituição desempenhou papel preponderante para o professorado Norte Rio-Grandense, uma vez que suas iniciativas, possibilitaram a categoria reconhecimento por parte da sociedade, por meio da instrução de gerações.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

As transformações do contexto educacional percebidas ao longo do tempo, considerando que ela existiu até 1988, não diminuíram o desejo pela melhoria da educação no nosso território estadual, por mais que as mudanças políticas, sociais e econômicas ocorressem, como ocorreu, o ideal de batalhar pela educação e as causas docentes perpassou décadas e gerações, e no presente ainda continua imperando na história dessas entidades.

Percebemos com esse estudo, que muito ainda precisa ser feito para se conhecer melhor a trajetória da instituição estudada, assim como dos docentes que faziam parte dela e outras instituições a ela, ligadas. Essa é uma pesquisa que suscita muitas outras, externalizamos o desejo de continuarmos a investigar fragmentos da história da APRN, que de maneira clara nos mostrou novos objetos de estudo. A pesquisa em história da educação Norte rio-grandense está em amplo crescimento, mas ainda precisamos avançar, é necessário apoio público para o melhoramento dos acervos públicos e incentivo a preservação de documentos que narram à história educacional do estado.

### Referências

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 2. ed. Companhia editora nacional. São Paulo-Rio de Janeiro-Recife, Bahia, Pará-Porto Alegre, 1944.

BURKE, Peter. **A Escrita da História**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. **Molde Nacional e Forma Cívica**. São Paulo: Edusf, 1998.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

CAVALTANTE, Francisca Wilma. **Associação de Professores do Rio Grande do Norte: a missão de educar (1920-1933)**. Natal, 1999.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

DUARTE, Jose Horaldo Teixeira. **História da Associação dos Professores do Rio Grande do Norte**. Natal: Companhia Editora do Rio Grande do Norte, 1985.200p.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. SILVA, Francinaide de Lima. **História da Profissão Docente em Natal/RN (1908-1920)**. Revista Diálogo educ. Curitiba, v. 9, n. 27, p. 267-278, maio/ago. 2009.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 1976.

PEDAGOGIUM. Revista Oficial da Associação de Professores. Natal: Empresa tipográfica natalense, 1921-1925.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **“SEJA SUA PRÓPRIA ENFERMEIRA”: AUTONOMIA E SAÚDE FEMININA NO ALMANAQUE D’ A SAÚDE DA MULHER (1930-1940)**

Ana Karoline Lima de Moraes (UFMG) (CAPES)

*analima2.ak@gmail.com*

Azemar dos Santos Soares Júnior (UFRN)

*azemarssoares@hotmail.com*

O presente trabalho visa analisar as propagandas do tônico “a saúde da mulher” presentes no “almanaque d’ A saúde da mulher” durante a década de 1930 até o ano de 1940, pretende-se voltar o olhar para as propagandas que visaram criar uma ideia de autonomia feminina no tratamento de seus “males” que seriam, segundo o discurso médico, causados pelo mal funcionamento do útero e dos ovários. Ao refletimos sobre tal ideia de autonomia feminina no tratamento de sua saúde dispomo-nos a problematizar o lugar de sujeito construído para esta mulher dita autônoma no periódico, sobretudo porque para gozar de tal autonomia precisa-se, antes de tudo, reconhecer-se enquanto ser naturalmente patológico e adequar-se ai discurso médico-farmacêutico para poder curar-se e ser livre. Para tal nos utilizaremos do conceito de poder entendido por Michel Foucault (2014), sobretudo para pensar as relações de poder que envolvem o corpo feminino e as tentativas de regulação deste corpo, assim como o de modos de endereçamento proposto por Elizabeth Ellsworth (2001), para compreender o lugar de sujeito criado para as mulheres nestas propagandas. Neste sentido visamos analisar as tramas que cercam o corpo feminino nesta primeira metade do século XX e as diversas maneiras de tentar regulá-lo, assim como adequá-lo as demandas sociais, culturais e políticas do período trabalhado.

Palavras-chave: Saúde. Almanques de farmácia. Poder. Gênero.

### **Introdução:**

A apreensão do corpo feminino feito pela medicina a partir do século XVIII é um dos fatores mais marcantes do período moderno. Reduzidas a sua biologia e tidas como naturalmente doentes, frágeis e débeis devido ao seu útero – tido como órgão no qual a estabilidade física e emocional feminina repousava – coube às mulheres ter seu lugar social reduzido ao de mãe, esposa e rainha do lar, devido ao seu corpo. Tal redução do feminino ao biológico deu-se juntamente com uma total diferenciação entre os corpos femininos e masculinos.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Como aponta Thomas Laqueur (2001), antes do século XVIII os órgãos sexuais tanto feminino quanto masculino não eram pensados enquanto totalmente opostos entre si, mas como um mesmo órgão que apresentava duas variações. Enquanto os ovários eram associados aos testículos, a vagina era associada ao pênis. A única diferença encontrada seria a ordem que esse mesmo órgão sexual se apresentava em cada corpo, se nos homens ele estava exteriorizado, nas mulheres aparecia internamente. Esta maneira de pensar o corpo muda com o advento da medicina moderna onde os corpos feminino e masculinos passam a ser pensados como totalmente o oposto um do outro, não mais um órgão sexual que se apresentava de duas formas, mas sim dois órgãos sexuais, dois corpos humanos, totalmente diferentes entre si.

Esta diferenciação não atende apenas ao campo biológico visto que estas diferenças corporais foram usadas para justificar os lugares a serem ocupados por homens e mulheres no meio social (LAQUEUR, 2001, p. 242), houve, inclusive uma total separação das esferas a serem ocupadas por estes sujeitos. Enquanto aos homens coube a esfera pública, assim como a política e a administração do Estado às mulheres reservou-se o espaço privado do lar e o cuidado dos filhos. A medicina passa a ser o campo do conhecimento que definirá estas ocupações, assim como se preocupará o tempo todo em demarcar a diferença sexual entre homens e mulheres e, conseqüentemente os espaços a serem ocupados por estes corpos.

Houve, neste sentido, o desenvolvimento de áreas no saber médico que dedicassem exclusivamente ao corpo feminino e a cura de seus males. Ao estudar a institucionalização desta medicina de mulher no Brasil nas primeiras décadas do século XX, a antropóloga Fabíola Rohden (2001) destaca duas especialidades médicas que cuidarão do corpo feminino são elas a ginecologia e obstetrícia, enquanto a segunda cuida dos cuidados com as gestantes e se ocupa do acompanhamento da gravidez, a primeira ficará a cargo de estudar os órgãos reprodutores femininos e as possíveis doenças acarretadas por tais órgãos.

Não só diferenciada será a constituição do corpo da mulher, mas também patologizada (ROHDEN, 2001), visto que o útero, segundo a medicina dos séculos XIX e





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

XX, seria um possível causador de grandes males no funcionamento do corpo. Diante de tamanha fragilidade, o corpo feminino seria um dos principais alvos da medicina no século XIX e início do século XX.

Assim, analisaremos alguns enunciados do almanaque d' A saúde da mulher na década de 1930. Estes impressos anuais tinham como objetivo veicular as propagandas dos medicamentos dos laboratórios. No caso deste almanaque específico o laboratório que editava e distribuía o periódico era o Daudt & oliveira, uma dos principais do ramo não só farmacêutico, mas também propagandístico. João Daudt Filho assim como seus sucessores à frente da empresa ficaram conhecidos nacionalmente como gênios da propagandas chegando a revolucionar o modo como se difundiam os anúncios de medicamentos no país.

Problematizaremos este periódico anual e suas propagandas como sendo um dos meios de difusão da ideia de que o corpo feminino é naturalmente doente e, portanto necessita ser medicalizado e controlado, mas não só isso, como o próprio tônico veiculado pelo periódico tinha o objetivo de se apresentar como a melhor solução para tais problemas ao criar a noção de “autonomia feminina” diante do tratamento de seus males o periódico convidava estas mulheres a reconhecer-se enquanto organismo patológico que precisa de intervenção médica.

#### **Autônoma, porém frágil.**

É neste contexto que o tônico a saúde da mulher surge como um remédio eficaz para pôr um fim a estes “males” que afetam o corpo feminino. Mas que males seriam estes? O almanaque d' a saúde da mulher destacar alguns:

Corrimento abundante desde o primeiro dia das regras, com grandes e prolongadas hemorragias e anemia consequente; suspensões; sensação de desânimo, perda de apetite; perturbações no systema nervoso com o seu séquito de irascibilidade, insomnias, dores de cabeça, depressões, e mal estar; pelle descorada e cheia de manchas, queda dos cabellos e uma infinidade de sofrimentos enervantes.” (Almanach d' A saúde da mulher, 1935, p.30)

Diante do saber médico, que o almanaque reitera o tempo todo as proposições, o útero e os ovários seriam os causadores de todos estes males elencados acima. Quando





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

não em estado “normal” estes órgão apresentavam-se como maléficos ao bem-estar físico e mental das mulheres. Como poderiam então elas se livrarem destes incômodos e desempenhar com excelências suas funções na sociedade? Como se curar diante de tamanha debilidade e fragilidade biológica? Como pôr um fim nesse sofrimento que acarreta tanto prejuízos? O tônico “*a saúde da mulher*” se apresenta como a resposta mais eficaz no tratamento do útero e dos ovários impedindo, inclusive que a mulher passe por todas essas angustias em todo período menstrual:

A SAUDE DA MULHER é o remedio conhecido e proclamado como o melhor tonico e o mais efficaz regularizador das funções ovarianas. Falta de regras, corrimentos, regras excessivas, ou dolorosas, todas as perturbações que falamos acima, são combatidas por este remedio maravilhoso e providencial, que tem no seu nome a syntese das suas qualidades (Alamach d’ A saúde da mulher, 1935, p. 30)

Assim o almanaque apresenta o seu tônico como o meio mais eficaz de pôr fim ao sofrimento feminino causado pelo seu corpo, o nome do medicamento vem em letras maiúsculas para que fique bem claro e não haja nenhum erro na hora de solicitá-lo na farmácia. Embora uma lista grande de males causados pelo útero e pelos ovários já tenha sido evocada no início da propaganda em forma de artigo, são acrescentadas mais algumas para que as mulheres estejam realmente cientes de todos os perigos que não tratar seus órgãos reprodutores pode lhes causar. Um fator interessante e que deve ser mencionado é a constante menção da biologia feminina como naturalmente patológico, proposição esta feita sobretudo pelo saber médico e científico, entretanto, a solução dada pelo periódico não é a consulta com um médico ou algum tipo de intervenção cirúrgica, inclusive recomendada por esses profissionais em casos extremos (RODHEN, 2001), mas sim a automedicalização por meio da ingestão do tônico.

Como típico dos enunciados assim como entendido por Michel Foucault (2008). Definido como átomo do discurso, o enunciado emerge como uma proposição vinculada a um tipo de formação discursiva que possibilita a sua aparição, o enunciado portanto, está ligado a uma rede de correlações que o tornam possível (FOUCAULT, 2008). Seguindo essa lógica, as propagandas do tônico a saúde da mulher se apresentam como enunciados, pois estão ligados a uma ordem discursiva que não apenas patologizou o corpo feminino





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

como tornou a ciência e o saber médico os meios principais para tratar deste corpo doente . Mesmo que o almanaque proponha que a mulher trate sozinha suas doenças a através de uma automedicação o tônico e suas propagandas só se tornam possível diante destas condições de possibilidade que fizeram o saber médico e científico emergir como proposições verdadeiras na modernidade.

Assim, o almanaque mostra que a própria mulher deve assumir o controle de sua saúde ao ingerir o tônico. É criado um lugar de sujeito próprio desse modo de endereçamento das propagandas (ELLSWORTH, 2001) que designa às mulheres uma postura ativa diante das s doenças próprias de seus organismo. Os modos de endereçamento consistem em problematizar os tipos de sujeito que determinados filmes buscam alcançar e afetar para que possam alcançar o sucesso, trazendo esta problemática para as propagandas, estas também visam construir posições de sujeitos que tornem possível o público de identificar com os anúncios e assim o objetivo de vender o medicamento ser alcançado. Agora pretendemos analisar como o apelo também voltou-se para a mulher enquanto ser que trabalha e tem uma vida para além do âmbito familiar, entretanto os deveres cívicos permanecem sendo objeto principal de intimação para a mulher se ocupar de sua saúde:





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA



(A saúde da mulher, 1938, p. 35)

Na propaganda do final da década de 1930 vemos uma mulher com os trajes de enfermeira do período segurando em mãos um frasco do tônico a saúde da mulher, seu olhar não encara a/o leitora/r do periódico, mas volta-se para o lado. Suas feições são tranquilas e deixam escapar um leve sorriso que dá suavidade a sua expressão. As cores vivas nos apontam que os avanços em relação à qualidade em relação às imagens são alcançados pelo almanaque e são tais cores que chamam mais atenção para a propaganda.

A figura da imagem também nos chama atenção. Nesta propaganda não é uma mãe ou uma esposa que vem trazer o tônico como a solução para a boa saúde feminina, mas sim uma enfermeira, ou seja, uma mulher que além de mãe e esposa (ou não) também tem um trabalho fora de casa. Como já dito, o trabalho feminino fora de casa, principalmente a partir da década de 1930 vai ser bastante condenado por vários intelectuais de áreas diversas, Igreja, Estado, médicos e juristas convergiam na ideia de que o lugar principal que as mulheres poderiam ocupar era a casa, cuidando dos filhos e do marido, sendo assim aquelas que trabalhavam nas fábricas ou em qualquer outro lugar que não fosse a casa





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

eram mal vistas dentro da sociedade. Mas a mulher que aparece na propaganda não é uma trabalhadora qualquer, não faz parte da maioria das mulheres que davam seu suor nas fábricas ou em outros locais onde o trabalho era extremamente exaustivo, a mulher que se apresenta nesta divulgação do tônico é uma enfermeira.

Margareth Rago (2014) mostra que as mulheres que se tornavam enfermeiras eram as que podiam pagar por algum tipo instrução, enquanto as que não podiam seriam domésticas, telefonistas operárias e etc. o lugar social de uma enfermeira era privilegiado em relação às outras profissões que eram delegadas para as mulheres. Mas ser enfermeira não significava estar em um patamar profissional tão alto, Rago também nos chama atenção para o fato de que as profissões reservadas para as mulheres devido a crescente desvalorização de suas capacidades intelectuais, política e profissional eram profissões em que as mulheres se encontravam em um grau sempre abaixo de algum homem. Já evidenciamos que o lugar social do médico desempenha nas sociedades modernas ocidentais um dos mais privilegiados e bem quistos e mesmo as mulheres brasileiras podendo adentrar na profissão médica desde o final do século XIX (ROHDEN, 2001), é como enfermeiras que as mulheres que faziam parte do saber médico são sempre associadas.

Mas mesmo não estando em um lugar social tão prestigiado como o de médico, as enfermeiras são, mesmo assim, representantes do saber médico e em nome dele agem no meio social. Muito antes da implantação do Estado Novo as enfermeiras já eram tidas como agentes principais do sanitarismo, pois como estavam subordinadas aos médicos, eram elas tinham contato direto com a população pobre que deveria ser gerida pela saúde pública (SANTOS 2008).

Não devemos deixar de mencionar que a enfermagem foi associada às mulheres também por que remetia ao cuidado do outro, característica que era atribuída as mulheres, ou seja, mesmo em sua profissionalização as mulheres apareciam como sujeitos que tinham por função primordial cuidar dos filhos, do marido e também da sociedade. Portanto, a recorrência de enfermeiras nas propagandas do tônico a saúde da mulher, principalmente no final da década de 1930 está ligada ao lugar da profissão na sociedade, mas também ao próprio lugar do feminino nesta sociedade, encontramos, inclusive um uso





muito mais recorrente e com apelos nacionalistas em relação a propaganda com as enfermeiras quando o Brasil entra oficialmente na Segunda Guerra Mundial a partir de 1942.

### Considerações finais

Encontramos várias propagandas que trazem o enunciado “Seja você sua própria enfermeira”, todas trazendo a figura da enfermeira como central. O uso da imagem dessas mulheres parece trazer um impacto significativo nas leitoras. Primeiro, pois invoca uma profissão bastante almejada para aquelas mulheres que queriam subir na vida, mesmo que não tivessem o recurso necessário. Segundo, pois exhibe uma ideia de autonomia da mulher com seu próprio corpo, bastante libertadora. E terceiro, por que mesmo autônoma, a figura que apresenta o tônico ainda se liga, mesmo que de forma subordinada, ao saber médico que construiu o organismo feminino enquanto patológico, delicado e instável, mesmo autônoma no cuidado de sua saúde, a mulher permanece dependente de certo tipo de verdade sobre seu corpo que as condiciona, como aponta Foucault:

Durante muito tempo se tentou fixar as mulheres à sua sexualidade. „*Vocês são apenas o seu sexo*’ dizia-se a elas há séculos. E este sexo, acrescentaram os médicos, é frágil, quase sempre doente e sempre indutor de doença. „*Vocês são a doença do homem*’. E este movimento muito antigo se acelerou no século XVIII, chegando a patologização da mulher: o corpo da mulher torna-se objeto médico por excelência. (FOUCAULT, 1982, p. 234).

Como aponta o filósofo francês supracitado, o corpo feminino é assunto e preocupação do saber médico, que produz este corpo enquanto fraco, doente, causador de males não só para si, mas para a população no geral, pensando o almanaque dentro destas considerações é possível perceber que o corpo feminino mesmo sendo mostrado como um corpo que cada vez ocupa novos espaços, novos lugares, onde a mulher cuida da sua própria saúde, não deixa de ser tutelado por um tipo de conhecimento científico que possui a verdade sobre este corpo. A veiculação de imagens de enfermeiras foi, uma estratégia significativa visto o poder que tal imagem carrega, mostra que as mulheres podem ser





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

independentes e desempenhar variadas atividades no meio social, elas só precisam reconhecer o quanto seu corpo é doente e trata-lo com o tônico para desfrutar de todos os benefícios da vida.

Desse modo, é possível pensar o almanaque d' a saúde da mulher como uma dessas formas de construção do corpo feminino. Ao coloca-lo como patológico e que precisa ser regulado, o almanaque constrói a mulher que fará uso do seu tônico, constrói as doenças que marcam esse corpo e solidifica o que é ser uma mulher. A saúde apresenta-se como o ponto chave para alcançar este ideal, pois ela se relaciona ao saber que nas décadas de 1930 e 1940 possuía atestado de verdade, o saber científico e, mais precisamente, médico. Seja a mulher filha, mãe, esposa, trabalhadora e pertencente a uma nação, deve, dentro do almanaque d' A saúde da mulher, está em dia com sua saúde só assim poderá ocupar seus lugares sociais de forma adequada. Ou seja, é preciso enquadrar-se em um modelo e deixar-se regular pelo tônico a saúde da mulher para poder estar em dias com suas obrigações na sociedade.

Como foi possível observar, a própria ideia de autonomia e a conseqüente ideia de liberdade só podem se materializar diante do uso do tônico. Este é o modo de endereçamento destes anúncios que cria este lugar de sujeito que deve ser ocupado pelas mulheres para que estas cuidem de sua saúde e desempenhem seus lugares sociais na sociedade. Não queremos dizer com isto que todas as mulheres aceitavam tal lugar de sujeito pacificamente, infelizmente a recepção destas propagandas nos escapa, mas refletir para o fato de que o periódico busca fixar este como principalmente como patológico, débil e que precisa ser tratado, para que assim as mulheres estivessem livres para viver suas vidas.

#### **Referências:**

ELLSWORTH, Elizabeth. Modos de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 09-76.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 2ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. 174 p.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 3º. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

LAQUEUR, Thomas Walter. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. 279 p.

ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da Diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

SANTOS, Tânia Cristina Franco dos; BARREIRA, Ieda de Alencar. *A mulher e a enfermeira na nova ordem social do Estado Novo*. Texto, Contexto Enfermagem, Florianópolis, p. 587-593, set. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n3/a21v17n3.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2018.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## PÔSTER

# NARRATIVAS EM ESTÁTUAS E BUSTOS DE CAMPINA GRANDE: A MONUMENTALIZAÇÃO DOS SUJEITOS COMO INVENÇÃO DA VOCAÇÃO POLÍTICA

Amanda Luiza Freire de Almeida

Graduada em Engenharia Civil pela UFCG

[amandafreire.eng@outlook.com](mailto:amandafreire.eng@outlook.com)

Mauro Normando Macedo Barros Filho

Doutor em Desenvolvimento Urbano pela UFPE

[mbarrosfilho@gmail.com](mailto:mbarrosfilho@gmail.com)

## RESUMO

Em Campina Grande, alguns monumentos homenageiam pessoas. Ao refletir-se sobre isso, parte-se da hipótese de que a narrativa oficial personificante em memoriais públicos da cidade se caracteriza como uma estratégia de invenção de uma vocação política que, curiosamente, se manifesta na elite da cidade e no universo masculino e familiar, já que os homenageados são ex-prefeitos, vereadores, empresários, juristas e militares. O objetivo foi analisar a patrimonialização de sujeitos em estátuas e bustos e identificar o perfil dos homenageados a partir dos Projetos de Leis que oficializam a homenagem. Encontram-se nesses documentos traços do mundo sensível, relações de poder, motivações, emoções e registros de subjetividades que forjaram um lugar de produção de homens protagonistas da política local e supostos mercedores de serem sacralizados em espaços da memória pública. Parte-se de um diálogo teórico com Durval Muniz (2019) sobre patrimônio, memória, monumento e subjetivação; a democratização da memória em Le Goff (2012); a formação das almas em Murilo de Carvalho (2002) e a fabricação da memória em Michael Pollak (1992). Foram encontrados 27(vinte e sete) Projetos de Leis arquivados na Câmara Municipal de Campina Grande referentes a ereção de estátuas e bustos, todos datados entre o início do século XX e início do século XXI. Como resultado, a pesquisa revelou a existência de uma política de monumentalização que prioriza uma memória familiar, elitista e masculina em detrimento de uma memória coletiva, plural e popular.

Palavras-chave: patrimônio, memória, monumentalização, vocação política, subjetividade.





## 1 INTRODUÇÃO

Não pode haver direito coletivo à memória se a história não compuser a construção desse direito. Com isso, quer-se dizer que a própria maneira de representação do patrimônio histórico e cultural nos espaços públicos e, por consequência, os próprios elementos considerados como patrimônio são históricos, portanto disputáveis e fabricados social e historicamente.

A memória construída pela narrativa oficial não deve ser excludente, por isso é preciso resgatar sistemas de representações informais que subvertem a ordem instituída pelos discursos dominantes e dão outros sentidos às coisas, e propor uma educação patrimonial problematizadora. “Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória: antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer luta pela democratização da memória social” (LE GOFF, 2012, p. 457).

Sendo assim, visa-se incomodar, fazer tremer as evidências que apontam para a existência de uma prática política e histórica de se monumentalizar sujeitos como estratégia político-partidária de manutenção do poder local a partir de elementos de uma memória pública fabricada nos gabinetes parlamentares, uma memória que se pretende coletiva, mas é evidentemente familiar, elitista e masculina, pois pertence a um grupo dominante que prioriza a homenagem a ex-políticos, juristas e empresários, em detrimento de uma memória coletiva e plural. Ora, como é possível democratizar essa prática de monumentalização para torná-la representativa da coletividade e da pluralidade como o centro das decisões políticas?

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para fundamentar algumas reflexões em torno da relação entre narrativas históricas em memoriais e a produção de subjetividades em praças, parques, estátuas e bustos, convém destacar as discussões que teorizam memória, patrimônio e monumento.

Etimologicamente a palavra patrimônio vem do latim *patrimonium* (*patri*, pai + *monium*, recebido), um termo historicamente associado à herança paterna, portanto, é





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

preciso lembrar que por muito tempo o memorável esteve ligado ao universo masculino. Desde os romanos, o patrimônio representa algo que vem do passado e por esse motivo é uma palavra que remete ao mesmo universo semântico da palavra memória.

Nessa discussão surge, pois, a necessidade de se discutir o universo semântico, simbólico e imaginário em torno de outro elemento: o monumento. Do latim *monumentum*, designa toda operação mental, se referindo a uma atenção da ordem do visível que evoca alguém ou algo do passado. O monumento é um suporte material da memória e simboliza o que seria um legado cultural e histórico.

Para Durval Muniz (2019), o processo de patrimonialização nasce da emergência de uma ordem social que rejeita e contesta as heranças e investe no futuro, valoriza a novidade e “quer ter nas mãos a construção de novos e outros tempos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p.154). Para contestar a legitimação dos legados históricos, cabe colocar em discussão a memória enquanto uma transmissão pura de um passado para um presente. Ora, o ofício da memória está longe de significar simplesmente a transmissão de um fato. “Ela é, no entanto, da ordem da criação, da invenção, da gestação de novas e diferentes versões para o que é lembrado, recordado” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 159). Embora a memória ou o monumento possa retratar algo ou alguém que morreu, o faz para dar nova vida e para habitar o presente.

É nesse sentido que se coloca aqui a possibilidade de se construir subjetividades a partir da patrimonialização. Essas subjetividades podem ser balizadas pela interiorização de práticas e discursos dominantes da história política oficial de Campina Grande na direção de uma invenção da vocação política. Essa vocação curiosamente se manifesta em homens da elite da cidade, não sendo possível emergir da classe popular, a menos que o sujeito interiorize todos os valores e habite os signos e códigos que representam determinados grupos de prestígio social.

Para Le Goff (2012), a história – forma científica da memória coletiva – é resultado de uma construção, sendo que os materiais que a imortalizam são o documento e o monumento. O que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

humanidade, ou melhor, efetuada pelos que se dedicam à ciência do passado: os próprios historiadores.

É preciso entender que a sacralização da memória é uma ação política, e que há uma construção social de uma identidade que se torna legítima ao passo em que o sujeito aceita o discurso e se localiza no contexto histórico. Trata-se da construção de uma identidade que não permite que outros sujeitos se localizem como protagonistas do fazer político já que os sujeitos homenageados nos espaços públicos de memória, como no caso de Campina Grande – PB, são prefeitos, vereadores, governadores, senadores, empresários, ou seja, homens que faziam parte de uma elite privilegiada socialmente.

O sociólogo austríaco Michael Pollak (1992) ajuda a pensar a associação entre memória e identidade social no âmbito da história oral ao afirmar que “a memória deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p. 201). Sendo assim, a tese defendida é a de que a memória é um fenômeno fabricado. A partir disso, o indivíduo constrói uma imagem de si e para si, principalmente com o objetivo de ser reconhecido por outros grupos como parte da sociedade.

Em “A formação das Almas”, publicada em 1990, Carvalho (1990) escreveu sobre a Proclamação da República Brasileira e a discussão em torno da importância do papel do Estado ser legitimado na construção do país e reconhecido pela população brasileira, o que gerou uma corrida pela composição de um imaginário social republicano a partir dos símbolos. O extravasamento das visões republicanas para o meio popular interessava às elites como forma de legitimação do poder e isso teria sido feito mediante sinais universais, de leitura fácil, como as imagens e os mitos. Os monumentos possuem certa função pedagógica de construção do imaginário político.

### 3 METODOLOGIA





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

A monumentalização é uma prática da administração pública e é competência da Câmara Municipal de Campina Grande determinar os sujeitos que são homenageados e perpetuados no bronze, em estátuas e bustos, através de Projetos de Leis.

Essa pesquisa contempla a análise documental que, segundo Marconi e Lakatos (2017), caracteriza-se por tomar como fonte de coleta de dados documentos escritos que podem ser arquivos públicos, arquivos particulares ou fontes estatísticas. Há também elementos de pesquisa de campo que, segundo Lopes (2016), visa um apanhado geral da situação estrutural pesquisada. Desse modo, foi feita a captura de alguns monumentos histórico-políticos da cidade, praças e parques, através de registros fotográficos.

Figura 6 e 2 – À esquerda, arquivo dos Projetos de Leis da Câmara Municipal de Campina Grande. À direita, imagem de alguns monumentos de Campina Grande



Fonte: a autora (2018)

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Quadro 1 a seguir exhibe a evidência de uma cultura política fundamentalmente patrimonialista. São 27 (vinte e sete) Projetos de Leis que dispõem sobre a ereção de bustos e estátuas. As homenagens aqui supracitadas são referências a políticos, comerciantes e juristas que compunham a elite familiar privilegiada de Campina Grande.





ISSN 21764514

III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Quadro 1 – Monumentos: Estátuas e Bustos

Estátuas e Bustos	Lugar da ereção designado por lei	Projeto de Lei/Ano	Autor da Lei
Vereador Félix Araújo	Praça Félix Araújo	Nº 932/1956	Vereador Raymundo Asfora
Getúlio Vargas	Praça do Trabalho	Nº 53/1961	Eurípedes Gomes da Cruz
Governador Leonel Brizola	Largo da Legalidade	Nº 129/1961	Vereador Ronaldo da Cunha Lima
Major Lino Gomes da Silva	Praça do Trabalho	Nº 150/1963	Vereador João Nogueira de Arruda
Hortêncio de Souza Ribeiro	Praça Rotary - às margens do Açude Velho	Nº 53/1964	Vereador Augusto Ferreira Ramos
Dr. Aluísio Afonso Campos Dr. Chateaubriand	Praça da Bandeira	Nº 54/1964	Vereador Raimundo Montenegro
Senador Argemiro de Figueiredo	Praça Clementino Procópio	Nº 55/1964	Vereador João Nogueira de Arruda
Governador Dr. Pedro Moreno Gondim	Praça Clementino Procópio	Nº 59/1964	Vereador Pedro Cordeiro de Sá
Vereador Everaldo da Costa Agra	Praça São José	Nº 189/1967	Vereador Pedro Cordeiro de Sá
	Abrigo da Rua Campos Sales	Nº 107/1990	Vereador Maciel Vitorino Batista
Prefeito Severino Bezerra Cabral	Teatro municipal	Nº 58/1970	Vereador Manoel Paz de Lima
Prefeito Elpídio de Almeida	Instituto de saúde Elpídio de Almeida – ISEA	Nº 23/1971	Interventor Federal Luiz Mota Filho
João Rique Ferreira	Praça João Rique	Nº 67/1971	Vereador Manoel Joaquim Barbosa
Cristino Pimentel	Praça Cristino Pimentel	Nº 06/1972	Vereador Hermes Ferreira Ramos
Senador Francisco de Assis chateaubriand Bandeira de Melo	Parque Evaldo Cruz	Nº 73/1973	Interventor Federal Evaldo Cavalcanti Cruz
João de Souza Vasconcelos	Praça João Vasconcelos	Nº 25/1975	Vereador Lindaci Medeiros
Dr. Severino Cruz	**	Nº 41/1975	Vereador Rafael Manoel dos Santos
Manoel Paulino de Moraes	Praça da Estação Velha	Nº 49/1976	Vereador Helio Cavalcanti Albuquerque
Dr. Raíff Ramalho	Estádio O Amigão	Nº 55/1976	Vereador Rildo Fernandes
Isaias de Souza do Ó	Praça Juvino de Souza do Ó	Nº 75/1979	Vereador José Luiz Júnior
Vereador Pedro Sabino de farias	Praça Vereador Pedro Sabino	Nº 73/1984	Vereador Lindaci de Medeiros Napoles
Governador Dr. Ernani Sátyro	Proximidades do Estádio O Amigão	Nº 81/1988	Vereador Álvaro Gaudêncio Neto
Deputado Raimundo Asfora	Calçada da Cardoso Vieira	Nº 81/1989	Vereador José Luiz Junior
Todos os Ex-Prefeitos Campinenses	Praça dos Ex-Prefeitos campinenses	Nº 212/1989	Vereador Alberto Jorge Agra
Prefeito Vergniaud Wanderley	Parque Vergniaud Wanderley	Nº 109/2003	Vereador Antônio Hamilton e Antonio Pereira
João Pessoa	Praça Coronel Antônio Pessoa	*	*
Vereador Gumercindo Dunda	Praça Gumercindo Dunda	***	***
Juscelino Kubitschek	Praça da Bandeira	***	***

Legenda:

\*Não há Projetos de Leis arquivados de anos anteriores a 1948

\*\*Não há designação do lugar do monumento, como também o monumento não se encontra em nenhum logradouro da cidade.

\*\*\*O busto ou estatua foi encontrada em espaço livre público da cidade, mas não se encontrou o referido Projeto de Lei.



O Quadro 1 também denuncia uma apropriação simbólica do espaço público mediante a monumentalização de sujeitos, ou seja, a prática de instituir a narrativa de uma memória que converge para determinados grupos, famílias, suas alianças e disputas. Essa é uma grande marca da lógica política local. O que ficou evidente foi o fato de que todos os homenageados são homens, ex-políticos, empresários e latifundiários, supostos detentores da vocação política.

Além de surpreender pela quantidade de monumentos, o Quadro 1 também é rico em mostrar Projetos que citam esculturas que não se encontram mais em seus locais designados. Apenas 12 (doze) das 27 (vinte e sete) estátuas e bustos citados puderem ser registrados em fotografias, pois ainda se encontram em espaços públicos. Isso quer dizer que existem 14 (quatorze) monumentos sumidos, o que contabiliza mais da metade do total.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa não foi simplesmente mapear o patrimônio histórico-político para fazer dele memorável, mas para (des)construí-lo, para pôr em dúvida a monumentalização e exaltação de sujeitos nos espaços de memória pública. Assim, é possível desmistificar a invenção da vocação política, desmascarar as faces heroicas em bronze que habitam praças e parques da cidade e, como desdobramento, sugerir o desenvolvimento de uma proposta de educação patrimonial problematizadora. Como resultado, a pesquisa revelou a existência de uma política de monumentalização que se apropria simbolicamente do espaço público e prioriza uma memória familiar, elitista e masculina em detrimento de uma memória coletiva.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR. Durval Muniz. O tecelão dos tempos (novos ensaios de teoria da história. São Paulo. Intermeios, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia de letras, 2002.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

LE GOFF, Jacques. História e Memória. 6.ed. Campinas: editora unicamp, 2012.

LOPES, Jorge. O fazer do trabalho científico em ciências sociais aplicadas. Recife: editora universitária da UFPE, 2006.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da Metodologia Científica. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Revista estudos históricos, Rio de Janeiro, V. 5, n. 10, p. 200-212, out. 1992.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## CAÇA AS BRUXAS: DEBATENDO AS LEIS QUE PROÍBEM A DISCUSSÃO DE “IDEOLOGIA DE GÊNERO” EM DOIS MUNICÍPIOS PARAIBANOS

Guilherme Lima de Arruda<sup>212</sup>

Universidade Federal de Campina Grande

[guipedagogia@hotmail.com](mailto:guipedagogia@hotmail.com)

Azemar dos Santos Soares Júnior<sup>213</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

[azemar@ce.ufrn.br](mailto:azemar@ce.ufrn.br)

**Resumo:** O presente trabalho problematiza as leis que proíbem a discussão de “ideologia de gênero” aprovadas nos municípios paraibanos de Campina Grande e Santa Rita, no ano de 2017. Do ponto de vista metodológico, adotamos o caminho da História Oral e da pesquisa documental para a construção de nosso estudo. Pensamos no trabalho com a História Oral por compreendermos que esta possibilita percebermos a voz de diferentes narradores. Realizamos entrevistas com os vereadores proponentes das leis analisadas em cada um dos municípios estudados no sentido de procurar saber as motivações que os levaram a propor tais leis. As falas dos vereadores são analisadas, aqui, juntamente com os textos das leis. Nos debruçamos sobre essas leis para compreender como estas afetam/podem afetar a autonomia docente nos referidos municípios. Defendemos que não poder discutir gênero ou qualquer outra temática que tenha um cunho acadêmico-científico é uma espécie de mordaza e ataque, neste caso específico das leis é um ataque a autonomia docente

**Palavras-chave:** Gênero; “ideologia de gênero”; autonomia docente.

<sup>212</sup> Mestrando em História no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande.

<sup>213</sup> Doutor em Educação (PPGE/UFPB), Pós-Doutor em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Atualmente é Professor Adjunto do Departamento de Práticas Educacionais e Currículo, na área de Didática e Ensino de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DPEC/UFRN), Campus Natal. É professor credenciado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGE/UFRN) e ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG). Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN).





## Introdução

Este trabalho é parte de uma pesquisa<sup>214</sup> maior que está sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande<sup>215</sup>. Temos como objetivo neste texto, problematizar as leis que proíbem a discussão de “ideologia de gênero” aprovadas nos municípios paraibanos de Campina Grande e Santa Rita no ano de 2017. Nos debruçamos sobre essas leis para compreender como estas afetam e/ou podem afetar a autonomia docente nos referidos municípios

Do ponto de vista metodológico, adotamos o caminho da História Oral e da pesquisa documental para a construção de nosso estudo. Os discursos construídos pelos interlocutores foram fundamentais para problematizarmos o tema destacado. São discursos que nos possibilita perceber a voz de diferentes narradores. Entendemos que a História Oral nos

[...] propicia sobretudo fazer da História uma atividade mais democrática, [...] já que permite produzir história a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período, por intermédio de suas referências e também do seu imaginário. O método da História Oral possibilita o registro das reminiscências das memórias individuais, a reinterpretação do passado, enfim, uma história alternativa à história oficial (FREITAS, 2006, p. 79-80).

Realizamos entrevistas com os vereadores proponentes das leis analisadas em cada um dos municípios estudados no sentido de procurar saber as motivações que os levaram a propor tais leis. As falas dos vereadores foram analisadas, aqui, juntamente com os textos

---

<sup>214</sup> A referida pesquisa está sendo realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. A mesma tem como título: **O fantasma da “ideologia de gênero” e as ameaças à autonomia do professor no contexto político-educacional paraibano (2017-2018)**.

<sup>215</sup> Este trabalho tem como objetivo analisar as práticas educativas em defesa da autonomia docente na rede municipal de educação de três municípios paraibanos (Campina Grande, Santa Rita e Patos) a partir dos projetos de lei que proíbem a discussão de “ideologia de gênero” no ensino básico.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

das leis. É importante ainda destacar que, ao trabalhar com documentos do poder legislativo municipal, devemos ter o cuidado de não tomar essas fontes como verdade, por seu caráter oficial, pois como chama atenção Arlete Farge (2009),

[...] o arquivo mexe de imediato com a verdade e com o real: ele impressiona também por essa posição ambígua em que, ao se desvendar um drama, erigem-se atores que caíram na rede, cujas palavras ali transcritas encerrem mais intensidade do que verdade [...] esse traçado incerto do arquivo, tão prenhe do real apesar de suas possíveis mentiras, induz a reflexão (FARGE, 2009, p. 32).

Atentos a essa questão, procuramos analisar as leis enquanto documentos produzidos intencionalmente por sujeitos históricos e que expressam suas concepções, valores, visões de mundo. Entendemos que leis de teor proibitivo, como as que analisamos, podem afetar a sociedade de diversas maneiras, por isso, nos interessa também perceber os seus possíveis reflexos nas práticas educativas desenvolvidas nas redes municipais de educação dos municípios paraibanos contemplados por este estudo.

#### **Contextualizando as leis que proíbem “ideologia de gênero”**

É importante ressaltar que houve um movimento na Paraíba, nos anos de 2017 e 2018 no sentido de propor e aprovar projetos de lei em diferentes municípios que buscaram proibir a discussão daquilo que eles entendiam por “ideologia de gênero”. Vale destacar que essa não é uma particularidade do Estado e sim, um movimento conservador ramificado por todo o Brasil, que apresenta uma ideia distorcida do que são os estudos de gênero objetivando asfixiar sua contribuição histórico social.

Nos últimos anos, presenciamos a eclosão no Brasil e em muitos países, de um ativismo religioso reacionário que encontrou no “gênero” um inimigo imaginário contra quem acreditam que devem lutar para reafirmar e impor valores morais tradicionais

O ano de 2017 foi um ano que contou com a aprovação de duas leis com teor parecido em municípios diferentes. No município de Santa Rita, foi aprovada a *Lei n°*





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

150/2017<sup>216</sup>, que vetou o ensino de “Ideologia de Gênero” para crianças e adolescentes na rede de ensino; em Campina Grande, foi aprovada a *Lei nº 582/2017*<sup>217</sup>, que dispõe sobre a proibição do Ensino de “Ideologia de Gênero” e distribuição de material didático com conteúdo impróprio para crianças e adolescentes em âmbito escolar, e dá outras providências. A partir dessas duas leis faremos uma análise dos seus aspectos em comum.

#### **Discutindo o teor das leis e as falas dos vereadores**

No Brasil, a partir dos anos 80 do século XX, os estudos de gênero vão ganhando força. Na historiografia paraibana, os trabalhos acerca das questões de gênero têm crescido, especialmente graças ao advento da História Cultural que tem correspondido cerca de oitenta por cento dos trabalhos da área de História, conforme anunciou Sandra Pesavento (2007).

As leis municipais discutidas aqui proíbem um fantasma que vem assustando muitos legisladores não só na Paraíba, mas em todo o país. Pensar os estudos de gênero e reconhecer este conceito como fundamental para pensar as relações é algo que vem sendo silenciado e leis como as citadas a pouco são mecanismos de poder que tentam silenciar, oprimir e retiram a autonomia docente, pois, se observarmos com cuidado, as duas leis se voltam para o âmbito educacional.

Entendemos gênero a partir de Guacira Lopes Louro (1997). A estudiosa aponta que as justificativas para as desigualdades necessitam ser buscadas não nas diferenças biológicas e sim nas disposições sociais, na história, nas condições (ou falta de condições) de acesso aos recursos na sociedade e nas formas de representação. Não é pretensão da discussão de gênero ser pensada apenas como algo ligado a construção de papéis masculinos e femininos, pois papéis são regras limitadoras e, através do conhecimento dos papéis dos homens e mulheres, estes fariam apenas o que seria adequado para cada um, desse modo, tornaria esta discussão muito simplória e reduzida, pois as desigualdades

<sup>216</sup> A redação desta lei na íntegra se encontra disponível em sites e portais que divulgaram a aprovação da lei. Link de acesso: <https://portalcorreio.com.br/mais-um-municipio-proibe-mencao-ideologia-de-genero-em-escolas/>

<sup>217</sup> A redação desta lei na íntegra não está disponível na internet, mas conseguimos ter acesso à mesma solicitando ao gabinete do vereador proponente na Câmara Municipal de Campina Grande.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

seguiriam sem serem problematizadas, seguindo assim o processo de hierarquia entre os gêneros.

Refletir gênero é imprescindível em nosso trabalho já que suas contribuições apontam que “[...] para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa dada sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo que o socialmente se construiu sobre os sexos” (LOURO, 1997, p. 21). Em um momento de alta do conservadorismo como o que atravessamos, em que os índices de feminicídio só crescem, proibir as discussões que problematizam essas relações é um retrocesso, já que limita a reflexão de como são forjados e reproduzidos os arranjos sociais, pensados, muitas vezes, a partir de uma hierarquização do sexo biológico que coloca o homem num lugar de destaque e domínio.

Para compreender a construção das leis que proíbem a discussão de “ideologia de gênero” entrevistamos em Santa Rita e em Campina Grande o proponentes das leis. No município de Santa Rita, durante a entrevista com o vereador proponente da *Lei nº 150/2017* que veta a discussão de “ideologia de gênero” o mesmo nos disse que:

[...] quando nós trazemos para as crianças um tema [...] ainda em formação, pra uma criança e um adolescente que também está em formação, no término do ensino médio, aquela teoria, que na realidade [...] ainda não é uma teoria é apenas uma discussão, pode sofrer um revés totalmente diferente e no final, aquilo que a criança tinha aprendido lá na escola no ensino fundamental, pode sofrer um revés e não ser a mesma coisa no ensino médio (*Pereira Júnior, 2019*).

A partir desse trecho da fala do vereador percebemos que, para ele, os estudos de gênero não são consolidados ainda. Para ele, não são teorias e ainda não possuem um caráter científico. Ao contrário do que foi colocado pelo vereador, os estudos de gênero são sim estudos consolidados e com teor acadêmico/científico. Pensamos “ideologia de gênero”, a partir da definição de Junqueira (2017, p. 26), o estudioso aponta que “ideologia de gênero” é uma “[...] invenção católica que emergiu sob os designios do Conselho Pontifício para a Família e de conferência episcopais, entre meados da década de 1990 e nos início dos 2000”. Esse autor ainda ressalta que o discurso da “ideologia de gênero” não se trata de um conceito científico:





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

[...] essas grotescas formulações paródicas ou até fantasmáticas, no entanto, atuam como poderosos *dispositivos retóricos reacionários* que se prestam eficazmente a promover polêmicas, ridicularizações, intimidações e ameaças contra atores e instituições inclinados a implementar legislações, políticas sociais ou pedagógicas que pareçam contrariar os interesses de grupos e instituições que se colocam como arautos da família e dos valores morais e religiosos tradicionais (JUNQUEIRA, 2017, p. 28. Grifos do autor).

Interpretar a sociedade pós-moderna sob a égide da religião pode até ser compreensivo no âmbito familiar/privado de cada sujeito ou grupo, porém colocar a religião como base para decidir os caminhos da educação de uma cidade é, no mínimo, um retrocesso, que não condiz com a ideia de sociedade que se diz laica, plural, diversa. Como pode em um “Estado laico” a religião ser a base para as decisões de uma câmara municipal, de um Estado, de um país?

A partir da entrevista com o vereador de Santa Rita, entrevistamos o vereador proponente da *Lei nº 582/2017* em Campina Grande, que proíbe a discussão de “ideologia de gênero”, ele nos disse em entrevista, que o seu projeto, hoje lei, não buscou amordaçar ninguém. Ele explicou que

[...] primeiro eu quero desmistificar essa questão, pois disseram que o meu projeto ia amordaçar o professor. E isso não é verdade. Isso foi um item que colocaram pra ver se barravam o nosso projeto de lei. Primeiro, porque seguinte: a nível nacional, foi quando se constrói a grade curricular, assim falando de um palavreado mais corriqueiro claro para as pessoas entenderem, [...] Tentaram colocar a ideologia de gênero. [...] tentaram colocar e foi barrado, barrado por cientistas, tanto na área de medicina, como também, da área de educação foi barrado. Depois tentaram a nível Estadual quando veio tratado do estadual para o municipal e também foi retirado. Essa questão de ideologia de gênero, e aqui no município, no município e na grande maioria dos municípios também não aceitaram e proibiram a questão da ideologia de gênero. Porque é um pensamento, não tá na grade curricular. Não faz parte. As pessoas queriam confundir a população com o gênero, falar de gênero. Ninguém proibiu falar de gênero (risos) (Pimentel Filho, 2019).

De acordo com o entrevistado não houve uma proibição de falar sobre gênero. Foi aí que pedimos que ele explicasse o que de fato foi proibido pela lei e ele tentou nos explicar da seguinte maneira:





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

[...] ninguém proibiu senão seria um absurdo, ninguém proibiu falar de gênero. Ideologia de gênero é totalmente diferente da questão de discutir e de estudar gênero. Ideologia é um pensamento que acaba com a questão biológica de se você nasceu homem ou mulher, essa é a tese. [...] pode ser discutido o gênero, o gênero humano, o gênero é as plantas, de tudo. Ninguém tirou isso aí. A ideologia de gênero é totalmente diferente, ela não discute essa questão, ela apenas diz que você nasce um gênero indefinido e cientificamente, biologicamente você nasce com o *gen* masculino ou o *gen* feminino e isso é ciência não é um pensamento. Um pensamento é coisa que eu crio, eu posso criar aqui o pensamento das flores, não posso? (*Pimentel Filho*, 2019).

Para o nosso entrevistado a discussão que chamada por ele de “ideologia de gênero” é algo que acaba com a questão biológica. A partir dos estudos acadêmicos a discussão de gênero não nega a biologia, como bem ressalta Louro (1997), ela nos ajuda bastante quando aponta que “não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas” (LOURO, 1997, p. 22).

Dizer que o gênero é uma construção social e histórica não é negar a biologia e sim refletir essa questão com um olhar mais amplo em que não aprisiona corpos em caixinhas homogêneas que guardam comportamentos e ações de sujeitos por nascerem com determinado sexo biológico. Relacionando a fala do vereador com os estudos de gênero respaldados em Louro (1997), percebemos que as afirmativas do parlamentar nesse momento não foram felizes vistas por esse lugar, já que os estudos de gênero não tem a intenção de negar a biologia como bem afirmou a estudiosa.

Pensamos a discussão de gênero, percebendo ela como algo que problematiza, mas problematiza o quê? Problematiza relações, comportamentos e formas de ser e agir que são naturalizadas e muitas vezes cristalizadas. A problematização que este conceito nos permite fazer é no sentido de mexer naquilo que foi construído socialmente, mas de tanto ser reproduzido, cristalizou-se e tornou-se algo naturalizado, como, por exemplo, o lugar social ocupado pelas mulheres por muito tempo. Situações como essas que hoje começam a ser desconstruídas, por muito tempo foram naturalizadas.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

As duas leis citadas acima tem em comum o objetivo de vetar as discussões ligadas a “ideologia de gênero”. A partir do que foi apresentado é possível refletirmos com preocupação sobre como nós professores somos vistos e interpretados por nossos representantes. Para os proponentes das leis, os estudos acadêmicos de gênero são uma ideologia perigosa e sem um cunho acadêmico sólido.

#### **Eu mando vocês obedecem: uma análise do poder por meio das leis aprovadas nos municípios paraibanos de Campina Grande e Santa Rita**

Nos respaldamos em Michel Foucault (2014) para compreender e analisar as relações de poder construídas para disciplinar os corpos e aplicar situações de coerção individual e coletiva dos corpos. Pois as estas leis aprovadas nas diferentes cidades que este estudo contempla, afetam não só uma pessoa ou um pequeno grupo, mas sim, uma grande quantidade de educadores e de alunos, que tem a sua educação limitada por essas proibições, e são educados num contexto favorável à reprodução de preconceitos, estereótipos e desigualdades. Todos ficam reprimidos por uma lei criada talvez sem naquele momento a real compreensão que esta ação pode causar a curto e longo prazo.

Refletir a partir do Michel de Foucault (2014) é fundamental para compreendermos como estes projetos disciplinam e punem de maneira grupal, sem considerar a autonomia dos sujeitos, em especial, destacamos os professores.

Pensar em relações de poder é refletir acerca da nossa legislação enquanto mecanismo de disciplinarização dos corpos. Pensemos aqui o poder a partir do diálogo de normatização e normalização. Os políticos, no nosso caso, os vereadores proponentes das leis constituem a normatização que é a criação das leis, já os professores e demais trabalhadores da educação são os normalizados, são estes os que devem cumprir as leis aprovadas. Estas leis funcionam como um panóptico que está sempre controlando, já que mesmo que em diversas situações os indivíduos não estejam sendo observados, mas estarão se sentindo assim, pois o panóptico é um laboratório do poder que induz nos sujeitos “um estado permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder” (FOUCAULT, 2014, p. 195).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

A legislação, enquanto panóptico, é um símbolo da eficácia do poder, pois a mesma regula, observa e pune aqueles que descumprem o que diz a norma. Podemos pensar nesse controle de maneira macro, mas também nos espaços micro, como, por exemplo, a escola, a sala de aula, o bairro em que a escola está inserida, já que a legislação exerce sua vigilância e controle em qualquer aparelho de poder.

#### **Considerações não-finais**

Utilizamos aqui o termo considerações não-finais por compreender que um trabalho como esse não se finda aqui, é necessário maior amadurecimento e aprofundamentos, mas seguiremos discutindo, lutando e resistindo. Esse trabalho é um convite a todos (as) os companheiros (as) que lerem a se unir a resistência, mas que resistência? Por que é preciso resistir? Na resistência contra as injustiças que vem sendo feitas em nosso País diariamente, principalmente no momento atual em que os nossos representantes entregam nossos direitos e ao nos sufocarem ainda buscam impedir de resistirmos, criando leis que nos amordaçam e nos reprimem. Somos educadores, temos um papel social e político e não podemos nos ausentar dessa luta. Luta essa que defende o direito de igualdade, liberdade e respeito para todos sem distinções.

A partir de aproximações com os estudos de gênero e com a Nova História Cultural conseguimos muitas vezes subverter a ordem social posta (imposta) e a partir desse lugar concordamos com Judith Butler (2018) quando ela diz que para compreender o conceito de gênero é necessário uma percepção interdisciplinar e pós-disciplinar de discursos para resistirmos a domesticação acadêmica dos estudos ligados a gênero. Uma alternativa para pensar gênero além do conceito e dos muros acadêmicos é pensar discussões ligadas a este conceito e suas transformações sociais no âmbito da educação básica e não só nas universidades, vale salientar, que essa discussão vem sendo questionada e proibida em algumas cidades do Brasil. Aqui na Paraíba, nosso recorte espacial, quatro cidades já haviam proibido essa discussão a nível municipal, dessas quatro, duas foram objeto dessa nossa discussão.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Ressaltamos que não poder discutir gênero ou qualquer outra temática que tenha um cunho acadêmico-científico é sim uma espécie de mordalha e ataque, neste caso específico das leis é um ataque a autonomia docente.

#### Referências

BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKI, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, 22-79.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina: A Condição Feminina e a Violência Simbólica**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Consciência de Gênero na escola**. João Pessoa: Editora Universitária, 2000.

FARGE, Arlete. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2º ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça a família natural”? In. RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Corpes. **Debates contemporâneos sobre educação para sexualidade**. Rio Grande: Editora da Furge, 25-52, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero**. In: Proj. História, São Paulo, Nov. 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique. **Sensibilidade na história: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: UFRGS, 2007, p. 9-22.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## CONCURSO PARA PROFESSORES NORMALISTAS NA ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO RIO GRANDE DO NORTE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Shairany Arias Palombo Sonntag

Graduanda do curso de licenciatura em História

E-mail: shairany@outlook.com

Azemar dos Santos Soares Júnior<sup>218</sup>

Prof. Dr. no Departamento de Práticas Educacionais e Currículo da UFRN

E-mail: azemarsouares@hotmail.com

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo analisar os concursos públicos para ingresso de professores na Escola Aprendizes de Marinheiros na primeira metade do século XX, na cidade do Natal-RN. A Companhia Aprendizes de Marinheiros do Rio Grande do Norte, foi inaugurada em agosto de 1873. Tinha como propósito, recrutar crianças desvalidas, para disciplinar seus corpos formando-os marinheiros prontos para constituir o corpo da Marinha. A partir de 1885, a instituição passou a ser chamada de Escola de Aprendizes Marinheiro, funcionando na cidade do Natal até 1942. Dialogamos com o texto produzido por Laelson Francisco (2018) que discute a formação e atuação da Companhia nos primeiros anos de seu funcionamento na cidade do Natal. Faz-se fundamental ainda o conceito de disciplina postulado por Michel Foucault (2014), bem como, o conceito de arquivo a partir de Arlete Farge, responsável por atribuir as fontes sabores. Metodologicamente, analisamos o *Livro de Termos de Concursos*, no qual foi registrado a punho o processo de seleção de docentes para a referida instituição. Esse livro encontra-se disponível no *Arquivo da Marinha do Brasil*, e foi transcrito como uma das etapas da pesquisa sobre a Companhia/Escola de Aprendizes Marinheiro do Rio Grande do Norte desenvolvida no Centro de Educação da UFRN. Para tanto, nos debruçamos sobre esse livro na intenção de entender os requisitos pedagógicos e disciplinares observados acerca dos docentes que se candidatavam a uma vaga na escola da marinha brasileira. Conclui-se que os docentes precisavam estar aptos às reivindicações pedagógicas e corporais para tornarem-se efetivos da corporação.

**Palavras-chave:** Escola de Aprendizes Marinheiro, docentes, concurso.

<sup>218</sup> Professor do Departamento de Práticas Educacionais e Currículo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Graduado em História. Mestre em História. Doutor em Educação. Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGE/UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG).





## Introdução

Na obra *Vigiar e Punir* (2007) Michel Foucault esclarece o conceito de disciplina que torna os corpos dóceis, instruídos para agir de uma determinada maneira, de acordo com os interesses de cada instituição. Os corpos não são docilizados sozinhos, criam-se diversas regras e princípios para que isso ocorra. Na *Escola Aprendizes Marinheiros* do Rio Grande do Norte, não foi diferente. Tudo foi pensado de forma esquematizada para que o objetivo dessa instituição fosse contemplado. Dessa forma, cada indivíduo que ali se fazia presente, tinha sua função e seu lugar, era treinado para saber o que podia dizer, como podia agir e como deveria pensar. Era adestrado para ser o que deveria ser.

Este texto faz parte da pesquisa de iniciação científica que busca compreender as particularidades da *Escola Aprendizes Marinheiros* do Rio Grande do Norte. Essa instituição foi criada em 1873, e tinha como alvo aumentar o corpo das forças navais de forma vantajosa. Entre as estratégias usadas, estava a de moldar crianças pobres, moradoras de rua, ou em estado de vulnerabilidade, com idade entre doze e dezessete anos em marinheiros capazes de prestar serviço ao país (FRANCISCO, 2018). A partir do ano de 1884, a instituição que nasceu com o nome de Companhia de Aprendizes Marinheiros, passou a se chamar Escola de Aprendizes Marinheiros. De caráter profissional, seu principal objetivo parecia ser formar futuros marinheiros.

É neste recorte de tempo e espaço que o livro de *Termos de Concurso de Professores* foi redigido. O documento data o ano de 1933 e nele se encontram as avaliações – provas escritas –, de dois auxiliares de ensino, Arthur Celso Aranha e Gonçalo Augusto Baptista Vieira, ambos julgados aptos para assumir o cargo como professor da referida instituição. Este documento denuncia não apenas as características que uma pessoa deveria possuir para se tornar professor dessa instituição, mas também esboça o pensamento, a didática, o que julgavam ser ou não importante para a formação desses indivíduos.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

A partir disso, esse estudo tem como objetivo examinar as provas de concurso desta escola, analisando metodologicamente o documento e lhe atribuindo sabores, como expressa Arlete Farge (2009), para revelar o encantamento do pesquisador para com suas fontes, sendo responsável por problematizar outros sujeitos históricos antes relegados ao esquecimento. Assim, buscamos problematizar através desse documento, as condições pedagógicas atribuídas aos docentes, as considerações didáticas dos professores e como essas questões conversavam com o propósito principal da instituição. Dessa forma, será possível esclarecer características sobre as práticas escolares dentro da *Escola Aprendizizes Marinheiros* do Rio Grande do Norte.

#### **Ser ou não ser diplomado? Debate sobre os professores na *Escola Aprendizizes de Marinheiros***

Para que se compreenda de uma forma mais clara o concurso de professores da *Escola de Aprendizizes Marinheiros*, faz-se necessário dissertar sobre o próprio cargo que esses docentes desempenhavam dentro dessa instituição na primeira metade do século XX. Para isso, dialogamos com os textos produzidos por Antônio de Pádua Carvalho Lopes e Rozenilda Maria de Castro Silva (2018), autora de diversos livros sobre essa escola no Piauí.

Foi somente no início de 1912 que o professor normalista começou a fazer parte do corpo formador da escola, não podendo ser substituído por auxiliares de ensino. Foi neste momento também, que o estudo da educação escolar passou a ser significativo para entrada à docência das Escolas de Aprendizizes, embora ainda não fosse critério ou pré-requisito para o cargo<sup>1</sup>. Para ser professor dessas escolas, era necessário as seguintes características:

[...] ser diplomado por qualquer Escola normal do Brasil, ter mais de 21 anos de idade, pelo menos três anos de magistério, ser cidadão brasileiro ou naturalizado, ter sido vacinado ou afetado de varíola, não ter nenhum problema psíquico. O acesso ao cargo de professor normalista nas Escolas de Aprendizizes Marinheiros se dava mediante concurso de prova escrita, de tema sorteado, com duração de





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

duas horas e prova prática pública com duração de uma hora” (LOPES; CASTRO, 2018, p. 24).

Como explica Antonio de Padua e Rozenilda Castro (2018), as escolas de formação de marinheiros deveriam seguir a escola modelo da capital Federal, que após a implementação da obrigatoriedade de professores normalistas em seu corpo de ensino, fez segundo o mapa geral das *Escolas de Aprendizes de Marinheiros* de 1914, dezenove das vinte escolas, possuir os professores normalistas ao invés de apenas auxiliares de ensino. A *Escola de Aprendizes Marinheiros* do Rio Grande do Norte, segundo esse mapa, possuía dois professores normalistas, acompanhando a mesma quantidade das demais escolas, exceto a do Piauí e do Espírito Santo, onde havia um professor para cada uma.

A partir dessas informações, podemos entender que os concursos para professores, buscavam contratar profissionais que pudessem aprimorar o ensino da escola não apenas no que diz respeito a função de marinheiro, mas que também desenvolvessem suas habilidades nos primeiros anos de estudos para que mais tarde pudessem progredir para as especialidades dos serviços navais. Ainda de acordo com Antonio Lopes e Rozenilda Castro (2018, p. 272),

[...] nas Escolas de Aprendizes Marinheiros, o ensino elementar, segundo a legislação de 1912 era ministrado pelo professor normalista e o objetivo da formação era o desenvolvimento do aprendiz no conjunto de suas faculdades. Enquanto o ensino acessório e de especialidades eram ministrados pelos oficiais e mestres com o objetivo de preparar as aptidões profissionais dos alunos para o desempenho de suas funções de marinheiro.

Ou seja, existiam dois tipos de docentes nessas escolas: os normalistas, responsáveis por ensinar as primeiras letras e os docentes profissionais, que dedicavam-se as matérias voltadas para o ser marinheiro: orientação, construção naval, artilharia, dentre outras. Essas últimas ficavam a cargo de marinheiros já formados e que ocupavam funções mais elevadas dentro do corpo da Marinha do Brasil.

Portanto, passamos a discutir como foram contratados os professores normalistas para a escola de formação de marinheiros do estado potiguar. Como já foi dito, através da





documentação contida no *Livro de Termos de Concursos de Professores*, datado no ano de 1933.

### **“Manifestar o pensamento pela arte falada e escrita”: o concurso para docente**

O *Livro de Termos de Concurso para Professores* nos proporciona entender como era o processo de seleção para docência da *Escola Aprendizes de Marinheiros* do Rio Grande do Norte. Este documento<sup>219</sup>, apresenta a prova escrita de dois Segundos Tenentes Honorários Auxiliares de Ensino. Cada um deveria redigir três textos, um para cada método de ensino: Língua Portuguesa, Aritmética e Geografia<sup>220</sup>.

Ao total, o livro tem vinte e uma páginas, incluindo as provas dissertativas de cada um dos dois candidatos, assinatura dos responsáveis e a apresentação da banca examinadora, composta pelo Capitão de Corveta e Comandante Leonel de Magalhães Bastos, o Professor Luiz Antonio Ferreira Souto dos Santos Lima e o Professor Luiz Correia Soares de Araújo. O termo informa também que o concurso “[...] vai ocorrer de acordo com o Memorando circular 224 de 12 de outubro do ano anterior” (LIVRO DE TERMOS DE CONCURSO PARA PROFESSORES, 1933).

Os candidatos a vaga de professores normalistas, eram segundos sargentos e auxiliares de ensino. Para entender a didática que os dois participantes do concurso propuseram nas provas, vamos analisar a questão que diz respeito a Língua Portuguesa, buscando relacionar com autores que discutem as perspectivas de ensino e a cultura escolar.

As primeiras páginas do livro são dedicadas a avaliação do Segundo Tenente Honorário Auxiliar de Ensino Arthur Celso Aranha. O Segundo Tenente começou introduzindo a questão expressando o seu pensamento sobre o ensino da língua materna.

---

<sup>219</sup> Esse documento é manuscrito e encontra-se disponível para consulta no *Arquivo da Marinha do Brasil* localizado na Ilha das Cobras, na cidade do Rio de Janeiro. O documento foi transcrito como uma das fases dessa pesquisa de iniciação científica.

<sup>220</sup> Nesse texto, optamos por problematizar apenas a avaliação de Língua Portuguesa.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Foi elencado por ele um grande problema: o de se ensinar na escola o que as crianças aprendem na “Escola do Mundo”. Ou seja, na sua vivência em sociedade e em casa.

[...] Se ela [a pessoa] tivesse frequente ocasiões de lêr, de ouvir, os mais belos modelos e de se compenetrar dêles, então a simples imitação que lhe seria um impossível evitar, ensinar-lhe-ia perfeitamente a sua língua materna [...] É um erro repetir na escola o que as crianças já aprendem em casa, é um erro ainda maior alias mais frequente consagrar uma parte do tempo da escola a causas que não podem deixar de ser aprendidas na Escola do Mundo (LIVRO DE TERMOS DE CONCURSO PARA PROFESSORES, 1933).

De fato, os alunos matriculados como aprendizes marinheiros, em sua maioria, não tinham tais oportunidades. Ler e ouvir belos modelos da língua portuguesa não fazia parte do cotidiano de pessoas desvalidas, a linguagem corriqueira e popular era o que estava ao alcance da maior parte dessas pessoas. Logo, não era que o autor dessas palavras não soubesse a realidade dos estudantes dessa instituição, mas para isso ele propunha a existência de um problema a ser resolvido pela Escola Primária. Para o professor, aqueles que recebiam um pouco mais de ensinamentos em casa, teriam de se misturar com os mais desfavorecidos, para um bom andamento da aula, para servir de exemplo aos que pouco sabiam. Vejamos o documento:

[...] a escola primaria tem de lutar contra o carater pouco elevado dos habitos encontrados na casa paterna, tanto em relação a linguagem como em toda as outras coisas. A escola secundaria continua a mesma tarefa, exercitando-lhe a de corrigir o que há de incorreto mesmo na linguagem dos que recebem uma certa educação: incluindo misturar de joio e trigo do campo literário (LIVRO DE TERMOS DE CONCURSO PARA PROFESSORES, 1933).

De acordo com os escritos do professor Arthur Celso Aranha, durante o processo de seleção de ingresso na escola de formação de marinheiros, o ensino da gramática, deveria se conter apenas em corrigir os erros vindo da convivência e educação que os alunos carregavam proveniente de suas vivências. Além disso, o método proposto era de que a importância de se ensinar a língua portuguesa estava restrita no que diz respeito à linguagem, a comunicação.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

[...] é necessário não esquecer que ensinar uma língua não é ensinar qualquer ciência pelo menos no sentido que a língua habitualmente a esta expressão, que se explica principalmente a um estudo como a história, a geografia, as ciências as artes etc. Também não se deve expressar ao espírito ideias elevadas, práticas ou morais. Nesses estudos, a língua não é senão o instrumento, o meio de comunicação (LIVRO DE TERMOS DE CONCURSO PARA PROFESSORES, 1933).

O segundo Tenente Honorário Auxiliar de Ensino Gonçalo Augusto Baptista Vieira, começa a responder sobre o método de ensino da gramática de uma forma bastante diferente a do primeiro candidato. Em seu texto, iniciou redigindo sobre a importância do método, que este seria o que guiaria o professor nas suas aulas. Para ele, existiam dois tipos de métodos. Vejamos seu discurso:

[...] pedagogicamente, os métodos dividem-se em duas grandes classes distintas. Os métodos analíticos e os métodos sintéticos. Os métodos analíticos procedem do geral para o particular, do estudo do todo para cada uma de suas partes. Os métodos sintéticos procedem do particular para o geral, do estudo das partes para o estudo do todo (LIVRO DE TERMOS DE CONCURSO PARA PROFESSORES, 1933).

Um desses dois tipos de métodos foi considerado pelo candidato como ideal para se ensinar português nas *Escolas Aprendizes Marinheiros*. Segundo o texto, a língua portuguesa “[...] é a arte de manifestar o pensamento pela palavra falada e escrita [...] um dos mais fortes laços da racionalidade” (LIVRO DE TERMOS DE CONCURSO PARA PROFESSORES, 1933). Para isso, o ensino da língua materna deveria se dar pelo método analítico-intuitivo. Usar o que os alunos já sabem em favor de aprimorar o seus próprios conhecimentos.

[...] aprender uma língua é o conhecimento de todas suas palavras e formas de expressão. [...] no colégio primário o ensino da gramática deve ser elementar, intuitivo, prático, abstraindo-se tanto quanto possível do condenável hábito de exigir dos alunos lições decoradas. A leitura, a escrita, a composição leva os alunos ao estudo das funções e nas ligações das palavras. Por meio de exercício começa-se o estudo da gramática (LIVRO DE TERMOS DE CONCURSO PARA PROFESSORES, 1933).

É perceptível uma diferença entre os dois candidatos no que diz respeito as propostas para o ensino de língua portuguesa para a *Escola Aprendizes Marinheiros*. O





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Segundo Tenente Honorário Gonçalo Augusto Baptista, esclarece mais a questão sobre o método de como ensinar gramática. Enquanto o Segundo Tenente Honorário Arthur Celso Aranha, foi mais sucinto e se concentrou em explicar o que entendia sobre a Gramática e quais os pontos da língua materna que considerava importante. A didática, nesses dois casos, é menos observável no primeiro caso, e mais explícita e detalhada na segunda prova, embora os dois tenham sido julgados aptos para ocupar o cargo de professor normalista.

#### **Considerações finais**

Ao analisar o *Livro Termos de Concurso da Escola Aprendizes Marinheiros* do Rio Grande do Norte, percebemos que esta seguia um conjunto de regras para que seu funcionamento ocorresse da forma desejada. Os professores deveriam então estar sincronizados com suas ideias e metodologias. No que diz respeito as prova dos candidatos aprovados ao cargo de professor, acreditamos que se esperava uma coerência nos argumentos considerados importantes a disciplina proposta pela instituição: a de disciplinar corpos e mentes.

De uma forma geral, as duas provas coincidiram em ideais, embora cada um tivesse suas especificidades. Ambos os candidatos concordavam em seus métodos, principalmente na forma de ver, de entender a disciplina da instituição, mas houve uma certa divergência em relação a gramática, enquanto Arthur Aranha defendia a contribuição da educação já existente em cada um dos alunos/aprendizes como parte integradora do processo educativo, o professor Gonçalo Augusto deu ênfase as normas cultas e disciplinares como forma primordial de ensino.

Através deste estudo, podemos ver como os professores da escola pensavam o ensino. Acreditavam que essas disciplinas deveriam ser ministradas com exemplos concretos, que fizesse parte da realidade dos alunos. Mostraram interesse em ensinar de uma forma menos mecanizada, criticando práticas comuns como a memorização. Sabendo





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

que esses professores foram aprovados nessa etapa do concurso, concluímos que suas ideias estavam de acordo com as propostas da instituição.

#### Referências

CASTRO, Rozenilda. **A Escola de Aprendizes Marinheiros de Parnaíba**. Teresina: Editora Universitária da UFPI, 2013.

FARGE, Arlete. *O sabor do arquivo*. São Paulo: USP, 2009.

FRANCISCO, Laelson Vicente. **“Um passo para o homem, um salto para a marinha”**: a Companhia de Aprendizes Marinheiro do Rio Grande do Norte (1872-1890). 66 f. Monografia (Graduação em Pedagogia). Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

LIVRO DE TERMOS DE CONCURSO PARA PROFESSOR DA ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO RIO GRANDE DO NORTE - 1933. **Arquivo da Marinha do Brasil**.

LOPES, Antônio de Padua Carvalho; CASTRO, Rozenilda Maria de Castro. Não basta ser oficial: o professor normalista nas escolas de aprendizes marinheiros do Brasil e a cultura escolar institucional. **Revista Latino-americana de História**, v. 7, n. 19, p.267-283, jan, 2018. Disponível em: <http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/rlah.v7i19.733>. Acesso em: 15 maio 2019.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## A BELEZA DO GÊNERO: A CONSTRUÇÃO DO CORPO FEMININO NA MÍDIA

Maria da Luz Rodrigues da Silva  
(Graduada, UEPB)  
[daluz\\_rodrigues@hotmail.com](mailto:daluz_rodrigues@hotmail.com)

Prof. Dr. Azemar Soares dos Santos Júnior  
(UFRN)  
[azemaroares@hotmail.com](mailto:azemaroares@hotmail.com)

### Resumo:

O presente trabalho propõe pensar a construção do gênero feminino a partir do corpo e por meio do olhar da medicina e dos discursos midiáticos, partindo dos princípios das relações sociais produzidas no século XX. Período em que o corpo foi estudado por diferentes campos do saber, em que o mesmo foi fixado em territórios da beleza, da saúde, mídia e da identidade moderna. No qual iremos apresentar como foi sendo construído a imagem do sujeito através da moldura do seu corpo. Portanto, vamos estudar o corpo feminino como sendo um instrumento de oficialização de determinados padrões, que se tornou responsável por criar uma imagem corpórea idealizada dentro das normalidades, gerenciando um cuidado mais de si, como também utilizaremos os discursos midiáticos para expor o corpo como recurso visual e comercial. E, para a construção desse discurso utilizo Foucault (1984, 1999 e 2007), Novaes (2011), Sant'anna (2003) e Vigarello (2006).

**Palavras chaves:** Corpo, mídia e beleza.

### INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a História do Corpo vêm crescendo de forma significativa na historiografia mundial, principalmente a partir da década de 1970. Sendo assim, através das análises historiográficas podemos construir uma imagem do corpo feminino, que é diferente dos dias atuais. Principalmente no século XIX, em que o sujeito mulher ainda era mantido em sistemas reguladores que centralizava a mulher como sendo apenas do lar.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Entretanto, o pudor sempre foi presente no cotidiano feminino, por causa dos discursos morais, culturais e religiosos de cada época. No qual preparavam as mulheres apenas para o casamento, como se fossem encontrar nele a verdadeira felicidade, e colocando na figura feminina a responsabilidade do sucesso na vida familiar.

No entanto, o corpo feminino por muito tempo foi restrito a um campo de visualização, que só começou a ser revelado aos poucos no início do século XX. Todavia, podemos perceber, por meio da análise de imagens, que a construção do corpo feminino vem mudando ao longo do tempo e espaço. Reafirmamos que essas mudanças ocorreram principalmente no início do século XX com a colaboração da mídia e da medicina.

Assim, viabilizou um campo maior de visão, pois o que era restrito apenas ao espaço privado do lar ganhou às capas das revistas, propagandas e principalmente nas telas de cinema. Criando um estereótipo do corpo feminino, como símbolo de beleza e sensualidade. Além de contribuir para oficialização de um corpo aparentemente saudável, no qual a medicina vem dar outro olhar para o corpo feminino, e, a mesma possibilitar uma emancipação com a descoberta dos anticoncepcionais<sup>221</sup>, na qual não se limitando apenas ao espaço vivido, mas rompendo as barreiras que impediam ao contato com o prazer e o desejo.

A sexualidade também será controlada pelo discurso médico, ou melhor, normalizada, na qual o ato sexual será posto a uma nova forma de se fazer, através do sexo seguro, com utilização da “camisinha” e das pílulas anticoncepcionais. Os corpos passaram a assegurar prazer e desejo que eram controlados por esses pequenos instrumentos de controle. Além disso, os meios de comunicação, principalmente o cinema, passaram a apresentar a sexualidade feminina de forma explícita. As propagandas televisivas contribuíram decisivamente para essa mudança. Embora o Estado e a religião repudiassem a prática sexual antes do casamento, assumindo um caráter conservador pautado nos princípios cristãos, em fins dos anos de 1990 passamos a assistir nos

---

<sup>221</sup> A primeira pílula anticoncepcional, Enovid-R, lançada no mercado em 1960, foi descoberta por acaso. Por estranho que possa parecer, interessados em descobrir um caminho para combater a esterilidade feminina, os pesquisadores chegaram a uma fórmula com ação contraceptiva. Esse achado foi de extrema importância para o sucesso da Revolução Sexual, que pôs fim a séculos e séculos de repressão, sobretudo para as mulheres, e alterou padrões de comportamento, visão de mundo e estilo de vida dos dois gêneros.





comerciais expostos na mídia o incentivo ao uso de preservativos, principalmente no período carnavalesco, em que sem tem maior exposição do desejo e do prazer, corpos compulsivos atraídos por outros corpos, mas sempre dentro de um sistema regulador.

## O GRITO DO CORPO

Foi no período entre guerras<sup>222</sup> que a mulher deu os primeiros gritos de liberdade, não apenas na forma de vestir, de se expressar, mas, mudou a própria rotina do lar, mostrando para os homens que elas também poderiam trabalhar, dirigir automóveis, não abandonando a feminilidade. Naquele momento, tinha início o rompimento com a ideia de que o papel da mulher restringia-se ao lar. Os anúncios apresentavam mulheres independentes, lindas, esbeltas, vigorosas. Os vestidos longos cediam lugar à calça. Essas peças de roupa não eram tão justas como nos dias atuais, apenas com o passar do tempo elas foram se ajustando ao corpo feminino, como também encurtaram as barras dos vestidos. Esses serviam não apenas para encobrir o corpo, mas para moldar, sensualizar, com decotes mais amostra, curvas acentuadas, silhuetas definidas, corpos esquilidos, limpos e sensuais.

A imagem retorna insistente, nos tratados de beleza dos anos 1930: A silhueta esbelta e expositiva, os membros finos e musculosos sem gordura parasitária e o porte enérgico e aberto: ai hoje o ideal da beleza feminina'. A 'beleza', insiste Chanel, desde 1930, 'não é a denguiçe'. (VIGARELLO, 2006, p. 150).

---

<sup>222</sup> Entre guerras é a denominação dada ao período que se estende do fim da primeira guerra mundial, em 11 de novembro de 1918, até o início da segunda guerra mundial, em 1 de setembro de 1939. O período foi marcado pela carne da Grande Depressão, associada a graves tensões políticas, culminando com a ascensão dos regimes totalitários em alguns países europeus, mas sendo assim esse período ocorreu também no resto do mundo. Na Alemanha e na Itália, surgiram o nazismo e o fascismo, respectivamente.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

O imaginário feminino, dono de um padrão corpóreo de beleza foi exposto a partir das imagens que sugeria uma nova mulher: independente, que burlava as normas tradicionais, que buscava no corpo a sua emancipação. Mas, a exibição desse corpo em um espaço de representações no campo científico como midiático - cinema, televisão, revistas, etc. - se deu a partir de 1930 principalmente após a grande guerra (1939 - 1945), em que o mesmo pode ser visto em um espaço de lazer como na praia, podendo assim expor esse corpo desnudo apresentando um bronzeado que na época faria parte dos símbolos que normalizaria mais tarde esses corpos como sendo belo e saudável. E inicia-se agora a procura pelo corpo perfeito, na qual surge na década de 1930 à cirurgia estética, e principalmente as mulheres aderem a essa prática, que vai ganhando espaço no século XX e perpassa para o século XXI.

No entanto, nos deparamos com a possibilidade de realizar uma breve retrospectiva histórica, considerando-se, por exemplo, a mulher da década de 1930, a qual deveria ser magra, bronzeada e esportiva. O visual sofisticado das atrizes influenciavam muitas mulheres dessa época. Em 1940, as mulheres ainda continuam com um modelo de padrão magro, todavia, na mesma década aumenta a influência norte americana junto aos meios de comunicação (cinema, rádio e a imprensa). Após a década de 1940 cresceu a mão de obra feminina no mercado de trabalho.

Na década de 1950, as mulheres almejavam o glamour. Preocupavam-se com sua beleza esteticamente falando, adentrando ao mundo da moda, via no seu imaginário o ideal de casamento perfeito, elas estudavam disciplinas que auxiliava nos fazeres do lar (pintar, bordar, costurar, serviços básicos domésticos e a cozinhar) para serem boas esposas para seus maridos. Nos anos de 1960, elas brigaram para serem independentes na sociedade, no entanto, elas nunca foram totalmente livres do contexto de regras que as controla socialmente, sendo vigiados até o seu comportamento diante da sociedade, a mulher ainda era refém, na qual as cobranças passaram a ser maiores do que na década de 1950, além de prestarem conta ao pai e ao marido, agora tinham à sociedade como sendo responsável pela elaboração/manutenção dessas orientações.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

E 1970, como nos fala Joana Novaes (2011), há reivindicações pela autocracia corporal a partir dos movimentos feministas<sup>223</sup> a favor do aborto, fez com que o corpo fosse ‘investido como direito das minorias e um desejo de liberdade, tornando-o o lugar de soberania escolhida’.

Dentro dessa lógica, o traço corporal traduz a independência do indivíduo em relação ao social, ao mesmo tempo a vontade de dispor de seu corpo como bem entender e de afirmá-lo como uma identidade escolhida. Isso é acompanhado de outra característica: o fato de que o sujeito moderno vive na civilização do instantâneo (NOVAES, 2011, p. 483).

Nos anos 1980, percebemos que a padronização do corpo volta no cenário social, e à cobrança por hábitos saudáveis, faziam com que as mulheres se laçassem a busca por uma padronização estética influenciada pela mídia. E por fim nos anos 1990, a exposição maior da mulher na mídia em geral, os corpos femininos começaram a estampar as revistas principalmente às direcionadas ao alvo masculino.

Portanto, como podemos perceber a figura feminina ganha grande destaque no século XX, e o seu corpo se torna alvo principalmente do discurso do corpo perfeito e sadio da sociedade, em que será influenciado pelo movimento geral de uma sociedade que almeja ser padronizada, na qual a mesma produz seus efeitos ao mesmo tempo sobre as representações e sobre as praticas dos corpos assim reunidos e redistribuídos no seu meio social.

## **SÓ É FEIO QUEM QUER!**

---

<sup>223</sup> Feminismo deve ser entendido como um conjunto de teorias que, segundo as feministas e intelectuais, dividiram a história do movimento em três momentos: o primeiro refere-se fundamentalmente à conquista do sufrágio feminino, movimentos do século XIX e início do XX preocupados principalmente com o direito da mulher ao voto. O segundo grande movimento diz respeito às ideias e ações associadas com os movimentos de liberação feminina iniciados na segunda metade da década de 1960, que lutaram pela igualdade jurídica e social das mulheres. O terceiro grande momento, tendo iniciado na década de 1990, pode ser considerado uma continuação e uma reação às falhas do segundo movimento. *Para melhor compreensão pesquisar no site: <http://brasilescola.uol.com.br/sociologia/feminismo-que-e.htm>*





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Durante todo o vigésimo século, a medicina tratou de buscar a cura para a fealdade. Surgiram os remédios milagrosos, pós compactos, cremes importados, maquiagem revitalizadora. A guerra agora era contra a feiura<sup>224</sup>. É possível encontrar nos anúncios da época pomada para afinar a cintura, para deixar a pele clara e tirar pêlos, tintura para cabelos, dentre outros.

No contexto de uma sociedade em que o lugar do médico é fundamental para organização moral e social das famílias de elite, a falta de beleza, traduzida em termos de doença, merece o exame médico e o tratamento com remédios. Tendências que confirma a importância da medicina e dos remédios na vida cotidiana. Mas, ao mesmo tempo, ela revela que o domínio da cosmetologia não possui ainda suas próprias prescrições. Submissos aos conselhos médicos e às proposições farmacêuticas, os produtos e métodos de beleza daqueles tempos não têm autonomia e a complexidade que atualmente lhes são atribuídas (SANT'ANNA, 2005, p. 123).

Como podemos observar, a partir da do fragmento supracitado, sobre a feiura colocada como doença, e como sendo de doença a cura, e sugere um cuidado não apenas da beleza, mas do corpo, é, ele que vai sofrer modificações para se tornar belo, muitas vezes com uma beleza um pouco distorcida. E a mídia utilizará de tal doença para propagar os remédios milagrosos, contrariando os discursos moral que influenciava a vida cotidiana no início do século XX.

E a partir da divulgação da mídia, pode-se criar um novo discurso sobre a beleza, principalmente nos fins dos anos de 1950, pois, agora 'só é feia quem quer'. No qual, o problema de ser feia ou não recai apenas sobre você, caso recusar-se ao embelezamento nota-se uma negligência apenas sua e que deve ser combatida, pois, algo está errado em você, então, procure uma assistência médica. Mas o que podemos notar nesse período foi que houve ampliação do mercado de produtos de perfumes e cosméticos em geral, principalmente aos produtos ligados ao conforto e aos cuidados corporais.

---

<sup>224</sup> O termo feiura tem sua raiz no latim *foeditas* e quer dizer, simultaneamente, sujeira e vergonha. No francês, a palavra *laid* é uma derivação do verbo *laedere* e significa ferir. Já no alemão, o termo utilizado para designar feiura é *hässlichkeit*, derivado da palavra *hass*, que quer dizer ódio. E finalmente, em japonês, a palavra feio, *miniku*, que significa "difícil de ver". Para melhor compreensão ver *Beleza e feiura: corpo feminino e regulação social*. Psicanalista Joana de Vilhena Novaes.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

O corpo feminino irá entrar nesse mercado não apenas como consumidora dos produtos, mas, ele estampará as carpas de revistas, comerciais de TV e também no próprio cinema que desde 1940 já trazia a imagem feminina fazendo a publicidade de cosméticos, como por exemplo: os xampus (*shampoos*) e sabonetes, que passava através da sua propaganda, a mulher na sua intimidade criando uma relação de prazer de está consigo mesma, sugerindo aos consumidores que façam o mesmo. E, em 1960, a imagem do corpo feminino se torna mais expressiva, ligando o banho ao prazer e a sua própria sexualidade não como uma forma punitiva, mas, a possibilidade de conhecer o seu próprio corpo e o prazer de cuidar de si mesma.

O corpo parece se transformar no único guia e na principal finalidade do processo embelezador. Embelezar-se é necessário não somente para garantir um bom casamento, mas para cultivar “o prazer de se curtir”. Diante da imagem das novas modelos de beleza desta época, descontraídas, magras e flexíveis, as modelos do passado ganham uma fisionomia rígida, pesada e artificial. SANT’ANNA (2005, p.136)

Mas, esse corpo não somente exposto pelas propagandas de cosméticos, ele vai emergir para outros produtos de mercado, alimentos, eletrodomésticos, e, para agradar ao público masculino, ele será bastante utilizado nas propagandas de cervejas, como também nas revistas endereçadas ao público exclusivo masculino, principalmente no final do século XX.

Nos anos de 1990, podemos perceber uma exposição maior do corpo feminino, apesar dessa exposição não ser um fenômeno recente, mas que a partir dessa década o corpo feminino como a sua sexualidade foi colocada no cenário midiático de forma vulgar e por que não falar machista? Pois, há um uso desproporcional do corpo feminino, se for comparar como é mostrado o corpo masculino na mesma linha de publicidade percebemos a exposição apenas do corpo feminino além, da exaltação a sua sensualidade que na maioria das propagandas, ela tem que se mostrar sensual. No entanto, esse mesmo corpo para ser visualizado, precisa está dentro dos padrões estabelecidos pela sociedade, vale ressaltar que essa padronização só aconteceu a partir dos discursos médicos e midiáticos que oficializaram esse padrão corpóreo.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Portanto, o reforço dado pela mídia em mostrar corpos considerados atraentes, faz com que uma parte de nossa sociedade se lance na busca de uma aparência física idealizada e personificada por determinados modelos ou atrizes. Com isso, torna-se historicamente instigante estudar a imagem e o uso do corpo feminino na propaganda veiculada pela mídia nacional. “O corpo é visto como um capital, tal qual as revistas informam, precisa ser investido e trabalhado para ser valorizado e possuir condições competitividade” (NOVAIS, 2011, p. 485).

Podemos perceber com essa citação que há uma necessidade de investir no corpo para que haja uma valorização de si mesmo, pois o mesmo se tornou um objeto de consumo do capitalismo atual, você passa a servir ao seu corpo e não a servir-se dele. Ligando as condições sociais ao embelezamento, pois, você precisa ter certo capital para que possa comprar o ideal de beleza.

Os sujeitos anseiam por um corpo desenhado nas academias de ginásticas ou modelados nas clínicas estéticas particulares, os próprios discursos médicos atestam o bem que faz o cuidado de si, mas que esses cuidados não se tornem obsessões. Podemos notar que as primeiras práticas de cirurgia plásticas iniciaram em 1890 em pleno século XIX. Tirando um pouco de foco os cuidados com a saúde, a preocupação com as doenças, mas priorizando agora a beleza como símbolo de corpo saudável.

Entretanto, é na mídia que vai concretizar-se essa visualização, como sendo um meio de comunicação que atinge não apenas as camadas intelectuais, como também as camadas populares, fez com que o corpo feminino fosse exposto, e sendo alvo de várias críticas por essa exposição.

#### **Considerações finais**

Portanto, o corpo feminino desde o século XX era visto como um produto, e por isso pode ser comercializado, e dar lucro, para alguns ramos e principalmente para aqueles empreendedores que investe em produtos direcionados a necessidade e ao gosto e muitas vezes a “futilidade” feminina, que procura corpo das modelos ou atrizes, como padrão corporal para si. A propaganda utiliza dessa imagem idealizada para reforçar o discurso de





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

que para ser bela, a mulher tem que ser alta, magra, corpo sarado e seios fartos e bumbum grande. No qual, vivemos em um tempo em que o corpo malhado, pernas definidas, cintura fina e barriga sarada valem mais que mil palavras. O corpo belo, saudável supõe a uma beleza comparada, e essencial para a vida social e cultural de alguém, está dentro de um padrão corpóreo é sinal que você é aparentemente uma pessoa que possui beleza, que se cuida, e procuram mantê-las através dos recursos que são oferecidos todos os dias nas revistas, propagandas de cosméticos, na mídia em geral, mostrando as facilidades que se têm para ficar bonita.

É por isso que vemos academias cheias de homens e mulheres buscando uma imagem melhor de si, uma procura quase irreal, quase absurda, causando nos próprios sujeitos obsessões pela perfeição idealizada. Todavia, o corpo agora perpassa por procedimentos que normalizam através de uma alta valorização desses corpos, mais que não viabiliza ainda aqueles corpos que são considerados anormais pela cultura corpórea.

Comungamos com Novaes (2011, p. 494) ao afirmar que não é à toa, que muitas mulheres trataram seu corpo com profunda tirania, privando-o de alimentos, mortificando-o em inúmeras cirurgias ou submetendo-o a exercícios físicos torturantes. Significativamente, o verbo é malhar – como se faz com o ferro. Não é sem razão que a expressão é utilizada nas academias de ginásticas na tentativa de adquirir a estética desejada. Tais técnicas, apreendidas inicialmente como uma disciplina, com o passar do tempo são incorporadas ao cotidiano do sujeito e, sem que este perceba, acaba por reproduzi-las, sem que haja uma dimensão crítica ou reflexiva sobre tais atividades/comportamentos.

Enfim, durante o século XX podemos perceber que o discurso do corpo evoluiu de acordo com a modernização dos produtos, a sua própria modelagem seguiu evoluindo, pois, antes para ter um corpo perfeito precisava ter um corpo carnudo, hoje para fazer parte desse padrão de beleza tem que ser magra, alta, e preferível ser loira, há e ter silicone. É nos mostrado essa beleza apresentada pela mídia, como algo natural próprio do ser, ou melhor, do ser mulher, a mídia se organiza em cima desse contexto em que a mulher como a única detentora de uma beleza e sensualidade, e muitas vezes exposta de forma desordenada, vulgarizada pelas mídias.





## Referências Bibliográficas

FORTES, Lore. Clínica da Saúde e Biopolítica. In: **Cartografias de Foucault**. Durval Muniz de Albuquerque Junior (orgs.) et all. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. O cuidado de si. 9ª ed. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MÄDER, Maria Paula Mansur. **Metamorfoses figurativas**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Linguagens). Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2003.

MOULIN, Anne Marie. O corpo diante da medicina. In: CONBIN, Alain; COUTRINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, George (orgs). **História do corpo: as mutações do olhar**. O século XX. Petrópolis: Vozes, 2008.

NOVAES, Joana de Vilbema. Beleza ou Feiúra: corpo feminino e regulação social. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Márcia (Orgs.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2011.

ORY, Pascal. O corpo ordinário. In: CONBIN, Alain; COUTRINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, George (orgs). **História do corpo: as mutações do olhar**. O século XX. Petrópolis: Vozes, 2008.

RUSSO, Renata. **Imagem corporal: construção através da cultura do belo**. Espírito Santo de Pinhal: Movimento e Percepção, 2005.

SANT'ANNA, Denize Bernuzzi. **É possível realizar uma história do corpo?** In: Corpo e História. Carmem Soares (org). São Paulo: Editora Autores Associados, 2003.

\_\_\_\_\_. **Políticas do corpo: elementos para uma história das práticas corporais**. 2ª Ed. Tradução Mariluce Moura. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

SANTAELLA, Lucia. O Corpo nas Mídias. In: **Corpo e Comunicação: Sintoma da Cultura**. São Paulo: Paulus Editora, 2004.

SCHETTINI, Cristiana. O que não se vê: corpos femininos nas páginas de um jornal malicioso. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Márcia (Orgs.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2011.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

SHAW, Inês Senna. O corpo na propaganda. In: LYRA, Bernadette; SANTANA, Gilson (Orgs). **Corpo e Mídia**. São Paulo: Arte e Ciência, 2006.

SOHN, Anne-Marie. O corpo sexuado. In: CONBIN, Alain; COUTRINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, George (orgs.). **História do Corpo**: as mutações do olhar. O século XX. Petrópolis: Vozes, 2008.

#### Fontes

<http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/feminismo-que-e.htm>

<https://drauziovarella.com.br/mulher-2/pilula-anticoncepcionais>

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Per%C3%ADodo\\_entreguerras](https://pt.wikipedia.org/wiki/Per%C3%ADodo_entreguerras)





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## “AS PEDRAS DO MEU CÉU”: A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NORDESTINA POR MEIO DO QUINTETO ARMORIAL (1970-80)

Raquel Lima Torres Barbosa

Universidade Federal de Campina Grande

raqueltbarb@gmail.com

### Introdução

A década de 1970 – e fins da década de 1960 – se configura como um período profícuo no cenário musical brasileiro, principalmente no que se refere ao surgimento de movimentos artísticos que desaguaram em uma produção diversificada. Três grandes movimentos surgiram nesta época: o Tropicalismo, o *manguebeat* – que embora tenha ganhado maior visibilidade na década de 1990 desponta ainda na década de 1970 – e, por fim, o Movimento Armorial, capitaneado por Ariano Suassuna.

Criado pelo escritor e dramaturgo paraibano Ariano Suassuna, este Movimento foi lançado oficialmente em 18 de outubro de 1970, no bairro de São José, no Recife, na igreja barroca de São Pedro dos Clérigos. Apesar de ser frequentemente lembrado pela produção literária, a atuação artística de Ariano Suassuna vai além, em que cruza elementos variados da Arte. Isso implica que o próprio Movimento por ele capitaneado tinha, também, o propósito de congregar diversos elementos artísticos, a fim de criar algo maior, que englobasse não só a música, ou a gravura, ou a tapeçaria, mas um conjunto formado por todas essas manifestações, sempre em prol da cultura popular.

Este Movimento artístico possui muitas vertentes, contemplando desde a literatura e teatro, até a tapeçaria, arquitetura e, inclusive, a música. Esta última vertente perpassaria alguns projetos até que, por fim, se concentraria no Quinteto Armorial, grupo que mais





viria a se aproximar da sonoridade que pretendia Suassuna com seu Movimento e sua estética armorial.

### **A sonoridade armorial do Quinteto Armorial**

O Quinteto Armorial procurava utilizar elementos da Música Erudita na criação de uma Música Erudita brasileira, a partir de elementos populares e regionais, compondo um diálogo com os cantadores nordestinos. Desta forma, utilizava tanto instrumentos eruditos, tais quais o violão, o violino e a flauta transversal, como instrumentos comumente ligados à cultura popular nordestina, a exemplo da rabeca, da viola sertaneja, do pífano e dos instrumentos de percussão, com destaque para o marimbau. Este último, inventado no Nordeste nessa mesma época, e, possuindo notas tão singulares, incorporava, conseqüentemente, unicidade às composições do Quinteto, favorecendo o surgimento de um estilo singular e original que congregava o clássico e o popular. Suas composições não possuem letras, sendo assim, o som e harmonização dos instrumentos podem ser ainda mais profundamente sentidos e degustados, bem como funcionam como forma de comparação com algumas das Músicas Eruditas que igualmente não possuem letras. O grupo, inclusive, recriou composições de grandes compositores como Bach<sup>225</sup>, de forma inovadora, utilizando instrumentos populares.

O Quinteto Armorial era composto por músicos reconhecidos na cidade do Recife e que já dispunham de contato com a música erudita, seja por experiência prévia com esse tipo de música – pela formação acadêmica, por exemplo – seja por gosto pessoal e que, por isso, foram convidados por Ariano Suassuna para integrarem o grupo que passou por duas formações. A primeira contava com Antonio Nóbrega, no violino e rabeca; Antonio Madureira, na viola e viola sertaneja; Edilson Eulálio Cabral, no violão; José Tavares Amorim, na flauta e Jarbas Maciel, na viola de braço. Os dois últimos já possuíam experiência com a Música Armorial, dado que estiveram em outro projeto musical de Ariano Suassuna, no ano de 1969, que se trata de um primeiro quinteto que foi dissolvido por se distanciar da sonoridade sonhada por Ariano. Outros dois integrantes viriam a

---

<sup>225</sup> Compositor do fim do século XVII e meados do século XVIII, oriundo do Sacro Império Romano-Germânico, atual Alemanha





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

compor a segunda formação do Quinteto Armorial, em substituição a José Tavares e Jarbas Maciel. Seriam eles: Fernando Torres Barbosa, na percussão e marimbau<sup>226</sup> e Egildo Vieira do Nascimento, na flauta e pífano. Além da participação de Antonio Fernandes de Farias, vulgo Fernando Pintasilgo, que atuou entre 1977 e 1980, tocando flauta transversa, gaita de caboclinhos e flautim nos dois últimos discos do grupo.

#### **A questão identitária e cultural discutida por Stuart Hall e Durval Muniz**

A questão de identidade, já muito discutida pelo teórico Stuart Hall, pode ser vista, na prática, nos trabalhos do Quinteto Armorial. A cultura popular, apesar das transformações ao longo do tempo, é a expressividade artística e cultural que mais busca preservar as influências que recebera desde o período da colonização, em que foi possível uma troca de culturas luso-brasileiras. Tendo isso em vista, o grupo tencionava, a partir da apropriação musical erudita europeia – especialmente da região da Península Ibérica – e da fusão desta com a cultura popular criar uma (ou várias) identidade nacional, e mais especialmente regional, notadamente a partir das manifestações artísticas encontradas no estado de Pernambuco, por ser esse o local de partida do Movimento Armorial e do Quinteto. A ideia era utilizar como referência o cavalo-marinho, os caboclinhos, o maracatu, os cocos, o baião e os cantadores.

A questão identitária, seja ela individual ou de uma comunidade, se constitui por meio de elementos diversos, como a língua, costumes, tradições e crenças, até a própria cultura, por meio da literatura, cinema, artes plásticas e música. A interligação desses aspectos é também verdadeira a partir do momento que, por exemplo, a música pode estar intimamente ligada à tradição, como é possível perceber através de manifestações

---

<sup>226</sup> Instrumento surgido através do “berimbau de lata”, de origem africana que era muito visto, em tempos idos, nas feiras, mas que praticamente se perdeu ao longo dos anos. “A principal diferença entre o berimbau de lata pro marimbau é que o berimbau de lata é uma madeira, com duas latas e uma corda por cima, como já disse; ele tem duas caixas de ressonância: a primeira lata e a segunda lata e que dão a ele uma sonoridade um pouco diferente da do marimbau. Essa característica das duas caixas às vezes produz dois sons simultâneos quando se toca, porque a corda vibra do lado de uma lata e vibra do lado da outra. O marimbau é uma caixa de ressonância única e vibra uma nota única.” (BARBOSA, 2019)





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

artísticas que se fazem presentes desde os tempos da colonização, caso do Maracatu<sup>227</sup> e Caboclinhos<sup>228</sup> – que tiveram influências africanas e indígenas, respectivamente – ou que sofreram influências de manifestações artísticas ibéricas, presentes, por exemplo, no Cavalo Marinho<sup>229</sup>. Isso significa que preservá-las significa salvaguardar, também, a tradição.

A identidade, individual ou coletiva, parte de vários pressupostos: o local de nascença, a língua, os costumes, a tradição e sua Cultura (que pode englobar tudo isso e também a Arte). Por se tratar de algo histórico e não puro e simplesmente biológico, a experiência vivida cotidianamente e compartilhada entre as pessoas influencia a construção identitária que, por sua vez, não é mais estática, estando sujeita a diferentes intervenções e modificações.

A identidade coletiva pode ir além quando se utiliza de discursos regionalistas para construir tanto sua própria identidade quando a do outro. A imagem da nação é entendida como uma junção de regionalismos, ou seja, em outras palavras, a construção da imagem nacional é feita a partir das diversas imagens regionais e particulares que compõem o todo. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011)

Essa análise do outro – do regionalismo do outro – é feita sempre a partir do seu local de fala, ou seja, quem cria o discurso toma seus costumes como costumes nacionais, ao passo que os costumes do outro são enxergados como diferentes e como sinônimos de atraso. Como as regiões Sul e Sudeste detêm maior notoriedade em se tratando de discursos nacionais e regionais – através da televisão, por exemplo – é de se esperar que se utilizem deste discurso obscurantista a respeito do outro e de valorização sobre si. “O regionalismo paulista se configura, pois, como um regionalismo de superioridade”

---

<sup>227</sup> Ritmo musical que une música e dança, sendo, também, um ritual de sincretismo entre religiões de matrizes africanas e o catolicismo. Tem origem em Pernambuco, no século XVII. Possui dois tipos: Maracatu Rural (também conhecido como maracatu de baque solto) e Maracatu Nação (também conhecido como maracatu de baque virado).

<sup>228</sup> Dança folclórica que tem relação com o culto da Jurema e seus integrantes participam do Carnaval somente após tomar a bebida de Jurema.

<sup>229</sup> Folgado do agreste da Paraíba e da Zona da Mata Setentrional de Pernambuco que reúne em dança, música, poesia e teatro que surgiu com o movimento dos cortadores de cana. Conta com mais de 70 personagens, humanos e fantásticos.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

(ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p. 45). O Movimento Armorial, bem como o objeto de estudo deste trabalho, o Quinteto Armorial, iam na contramão dessas narrativas de inferiorização já tão cravadas na sociedade e buscavam o enaltecimento da cultura regionalista do Nordeste, como forma de defesa e luta pela preservação tanto de seu povo quanto de sua Cultura.

A identidade nacional, ou os elementos que envolvem o conceito de “ser brasileiro”, por exemplo, é formada por um conjunto de representações, entre as quais se encontra a cultura nacional. A sociedade de uma nação contribui para *ideia* que se tem dela e que é formada através da cultura nacional e de suas representações (HALL, 2006). O Movimento Armorial e o Quinteto Armorial buscavam a construção ou reformulação dessa cultura nacional a partir do regional, ou até mesmo atuar de forma contributiva para essa representação cultural por meio da Arte e da Música, respectivamente.

Giddens (1990), citado por Hall (2006), abarca as diferenças entre sociedades tradicionais e modernas, revelando que na primeira há uma grande valorização do passado e que, em decorrência disso, há conseqüentemente uma elevação dos símbolos, uma vez que esses servem também para perpetuar gerações passadas. As sociedades modernas, em contrapartida, são “por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente” (HALL, 2006, p. 14), ou seja, à medida que novas informações são agregadas, novas práticas surgem. É, em suma, uma sociedade de mudanças. O Movimento Armorial pretendia se apoiar nas tradições da Cultura Nordestina e ao mesmo tempo ressignificá-la, ao contrário do caminho que trilhava a modernidade.

A busca pelas tradições – na contramão das sociedades modernas – coaduna-se a um dos objetivos principais do Movimento Armorial e do Quinteto Armorial, especialmente no que se refere à Música, resgatando antigos costumes, antigas manifestações artísticas e dando a elas um novo sentido, a fim de mantê-las vivas e atuais. Era esse o olhar inquieto de Ariano, que sentia como desgastantes os processos da globalização, que ameaçavam a identidade nacional com a invasão de elementos artísticos e culturais como um todo.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

A imigração europeia, principalmente nas regiões Sul e Sudeste do Brasil no século XIX, e sua conseqüente influência para a construção cultural dessas localidades, contribuiu para um atrelamento de elementos europeus à sua cultura, fazendo surgir na população dessa região o sentimento de superioridade, que será mais discutido no primeiro capítulo deste trabalho. O Movimento Armorial e o Quinteto, por sua vez, juntavam essa influência europeia – principalmente ibérica – à sua cultura regional, ou seja, não perdia de vista suas raízes, mas empenhava-se em fundir os dois universos.

Essas culturas nacionais são compostas de símbolos e significados com quais nos identificamos e representam a concepção que criamos de nós mesmos (HALL, 2006). Há memórias que, invariavelmente, conectam o presente e o passado, que Durval Muniz também relaciona à saudade, ao afirmar que “a saudade também pode ser um sentimento coletivo, pode afetar toda uma comunidade que perdeu suas referências espaciais ou temporais” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p. 65).

Através da identificação de uma nação, por meio dos costumes e símbolos, surge o sentimento de pertencimento àquele lugar. A partir disso, em conseqüência das mudanças constantes da modernidade, em que tudo se apresenta como efêmero e volátil, pode florescer a saudade. Um sentimento muito pessoal, mas passível de ser encontrado como saudosismo: saudade de tempos idos, saudade das tradições. Uma comunidade pode sentir falta, inclusive, de algum tipo de manifestação artística que, já extinta (ou quase), reside apenas na memória pessoal ou coletiva de determinado povo.

Os processos de globalização e esse estreitamento no espaço-tempo, por ela corroborado, influenciam diretamente nos novos costumes que serão adotados por determinado povo, mudando as tradições ou de certa forma esquecendo-as. Ariano Suassuna, preenchido de um sentimento de saudade das tradicionais manifestações artísticas, encabeça o Movimento que viria buscar a sua preservação; e o Quinteto Armorial seguia na mesma direção, principalmente em se tratando das que de alguma forma se relacionam à Música e, somando a isso, a influência da Música Medieval, Barroca e Clássica, o que acabava por ligar passado e presente, Erudito e Popular.





### Considerações finais

O Quinteto Armorial – e o Movimento Armorial como um todo – reproduziam uma Arte com elementos tradicionais e populares, tanto europeus quanto brasileiros, a fim de buscar uma restauração e valorização das manifestações artísticas que já não dispunham da força que outrora possuíam. Buscavam, sobretudo, criar uma Arte Erudita com a assimilação de elementos populares de nossa cultura.

A escassez de trabalhos a respeito do Quinteto Armorial – e do Movimento Armorial como um todo – nos revela a pouca receptividade que o tema tem no meio acadêmico. O cenário deveria ser o oposto: por se tratar de um movimento artístico tão reconhecido nacional e internacionalmente, e que foi tão importante na valorização e preservação da cultura popular nordestina, deveria ser um tema mais amplamente discutido e debatido.

A importância de levantar tais questões dá-se pela relevância social e cultural do tema, que abrange além da questão identitária de um povo e uma região, a representação cultural de lugar, por meio de elementos artísticos do Movimento Armorial, especificamente, a Música Armorial. Sabe-se, ademais, o quanto esta influenciou na consolidação não apenas da cultura nordestina, mas da cultura nacional.

### REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4ª Ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.

BARBOSA, Fernando José Torres. *Movimento Armorial e Quinteto Armorial*. Campina Grande, 21 set. 2019. Entrevista exclusiva realizada para a produção deste trabalho.

CABRAL, Edilson Eulálio. *Movimento Armorial e Quinteto Armorial*. Campina Grande, 22 set. 2019. Entrevista exclusiva realizada para a produção deste trabalho.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

NÓBREGA, Antonio Carlos. *Movimento Armorial e Quinteto Armorial*. Campina Grande, 19 set. 2019. Entrevista exclusiva realizada por telefone para a produção deste trabalho.

SUASSUNA, Ariano. *O Movimento Armorial*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1974.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## GRUPO DE TRABALHO 10: ENSINO DE HISTÓRIA E FORMAÇÃO DE DOCENTE

COORDENADORAS: REGINA COELLI GOMES NASCIMENTO (UFCG) E SILÊDE LEILA OLIVEIRA CAVALCANTI (UFCG)





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## COMUNICAÇÃO ORAL

# A CANÇÃO COMO DOCUMENTO NA AULA DE HISTÓRIA E SUA DUPLA ARTICULAÇÃO: UM EXERCÍCIO DE SENSIBILIDADE

Max Alves<sup>230</sup>

Universidade Federal de Pernambuco

luanmaxwell@gmail.com

A década de 1980 ficou razoavelmente marcada por um ambiente de debate nacional em diversos âmbitos. O contexto era de reconfiguração numa transição de uma então sociedade sob regime ditatorial — com características de repressão política e ideológica muito presentes no cotidiano e que vinha se distendendo ao longo dos anos finais de nossa mais recente ditadura militar — para uma sociedade que viria a enfrentar um processo de redemocratização e que assim precisava de uma reorganização em seus mais diversos setores. Um desses setores era o educacional.

Os debates levaram a Educação, dentre outros aspectos, a estar mais atenta às pluralidades. Podemos confirmar isto ao notar que são previstas em nossa Constituição Federal de 1988 — que pode ser encarada como o resultado culminante dos debates daquele contexto político pelo qual passamos — liberdades de ensino, pesquisa, divulgação do pensamento, das artes, do saber e também o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (BRASIL, 1988). Buscava-se, então, garantir, para a educação, a existência de aspectos que por muito tempo haviam sido foco de supressão na sociedade durante os anos de ditadura.

Naquele contexto educacional, a disciplina de História ainda contou com mais uma influência que viria a contribuir para sua modificação a partir de então: a Nova História.

---

<sup>230</sup> Luan Maxwell Alves da Silva.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Difícil de ser definida justamente por conta de suas pluralidades, segundo Peter Burke (2011), em seu livro “A escrita da História: novas perspectivas”, a Nova História é associada à historiografia da Escola dos Annales, da primeira metade do século XX, que orbitou em torno da revista *Annales: économies, sociétés, civilisations* e tendo Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernand Braudel como seus principais expoentes. Ela seria, grosso modo, uma oposição ao Positivismo, contando com objetivos plurais, com análises de pequenas estruturas como partes de um todo conjuntural, com um viés não-historicizante e com uma defesa de uso documental diverso para se interpretar os acontecimentos (BURKE, 2011).

Esta convergência conceitual, ocasionada pelo contexto político brasileiro da década de 1980 e a influência da Nova História sobre a disciplina de História, trouxe uma efervescência acerca das discussões sobre a inserção de documentos diversos, tanto na academia quanto no ensino de História. Os debates levavam em conta que tais documentos têm características próprias, diferentes dos documentos escritos e governamentais nos quais os historiadores tinham maior familiaridade no trato. A discussão dessas particularidades aumentou a partir daquela década (ZAMARIAM, 2011) e os documentos tidos como novos — mesmo que não fossem, é bem verdade — eram vistos como desafios a serem enfrentados por professores e historiadores. Desta forma, um desses desafios era a canção.

Diversos artigos, dissertações e teses acerca da temática já foram escritos nas últimas três décadas, até livros foram publicados — como, por exemplo, o de Marcos Napolitano (2002) “História & Música: história cultural da música popular” e o de Miriam Hermeto (2012) “Canção popular brasileira e o ensino de História: palavras, sons e tantos sentidos” —, mas ainda é possível encontrarmos professores receosos de trabalhar com canções como documento nas aulas de História, sobretudo professores leigos em música. Para estes ela continua representando um desafio.

E é diante deste desafio que este artigo se propõe a discutir a contribuição dos parâmetros da articulação musical da canção na aprendizagem de História por pessoas leigas em música, exemplificando com uma experiência própria vivenciada no final do





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

curso de licenciatura em História pela Universidade Federal de Pernambuco em 2017, mostrando que um exercício de sensibilidade pode ser uma resposta a esta demanda.

#### **O desafio do uso do documento canção**

Enquanto documento, a canção tem uma particularidade curiosa em relação aos demais: uma dupla articulação. As articulações da canção se comunicam e são interdependentes, fundem-se e se apresentam como um todo à sociedade. Explicada por Marcos Napolitano (2002) essa dupla articulação da canção se constitui na categorização de todos os elementos da canção em dois eixos; estes eixos são nomeados como articulação verbal e articulação musical. A articulação verbal é composta pelos parâmetros poéticos — como a letra, o tema e a intertextualidade — e a articulação musical é composta por dois grupos de parâmetros, os de criação — melodia, harmonia e ritmo — e os de interpretação — vocalização, arranjo, timbres, performance, ambientação... (NAPOLITANO, 2002).

A canção é, assim, necessariamente, a junção concomitante dessas articulações. Ela é constituída por música — a combinação de sons em ritmo, de maneira melódica e harmônica — e por letra — as palavras em versos que acompanham a música em composições destinadas a serem cantadas. Ou seja, canção é letra e música, juntas e executadas ao mesmo tempo. É assim que ela é apresentada à sociedade, é assim que ela é apropriada pelos indivíduos e é assim, exceto algumas exceções, que ela é criada por seus compositores, com a letra em função da música e a música em função da letra, pensadas para em conjunto comunicar a intencionalidade de seus criadores.

A partir disso, alguns autores argumentam sobre o problema, tanto na academia quanto na escola, de se pretender utilizar a canção como documento e ao final dar ênfase apenas à letra. Resumidamente, a letra aparenta ser mais inteligível ao leigo em música, e ao escolher analisar apenas ela o professor de História e/ou o historiador estariam correndo o risco de generalizar o que é parcial ou de compreender o documento de maneira





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

incompleta (NAPOLITANO, 2002). Ainda, escolher analisar apenas a letra descaracteriza a canção — letra e música — como documento (XAVIER, 2013), afinal se eu levo em conta só uma das articulações é porque a outra não me diz coisa alguma.

Mas frente a essa questão, não podemos esquecer que a canção se comunica com uma população majoritariamente leiga em música. Mesmo sem dominar a linguagem musical e todas as particularidades do campo da música, o leigo em música não consegue perceber que Luiz Gonzaga canta Triste Partida de uma forma melancólica, completando o sentido da letra de Patativa do Assaré, por exemplo? Será que o leigo em música não consegue perceber que a agressividade faz parte da canção Comida dos Titãs?

O que ocorre é que perceber as potencialidades comunicativas dos parâmetros da articulação musical da canção não configura uma tarefa tão difícil quanto possamos pensar esta ser. Talvez apenas não tenhamos a prática de exercitar uma inteligibilidade de nossa percepção para falarmos sobre música — e esta pode, quem sabe, ser uma das consequências do advento dos fones de ouvido e da individualização da escuta musical (ZAMARIAM, 2011).

Para nós, professores de História e historiadores, essas justificativas não devem fundamentar nossa inércia, afinal, como afirmou Moraes (2000), quantas vezes ao longo de nossas práticas nos são cobrados conhecimentos referentes à línguas, religiões e culturas diferentes das de nosso entorno social e, mesmo não conhecendo, buscamos compreender seus significados? Aquilo que nos é diferente é perfeitamente passível de estudo para alcançarmos uma razoável compreensão (MOARES, 2000), e a canção está totalmente presente em nosso cotidiano, comunicando nossos anseios e utopias (NAPOLITANO, 2002).





### **A sala de aula e o exercício de sensibilidade**

Durante o processo de conclusão do curso de licenciatura em História, pela Universidade Federal de Pernambuco, ao fim de 2017, a construção de nosso trabalho final foi voltada a lançar bases teóricas e bibliográficas acerca da canção como documento nas aulas de História — já para uma apropriação temática de uma pesquisa de mestrado que viria a seguir —, e então lá fomos impelidos a elaborar uma proposta de aula a partir dos apontamentos acadêmicos estudados e em seguida a aplicar tal proposta e discutirmos os resultados. Várias conclusões pudemos tirar daquela experiência, mas aqui nos interessa o que se refere ao modo como o leigo em música pôde inferir sobre temporalidades, lugares e contextos a partir de elementos como o ritmo, a vocalização, o timbre e outros parâmetros da articulação musical da canção trabalhada.

A canção trabalhada, inclusive, foi na verdade um medley — que é quando duas ou mais canções são misturadas harmonicamente, intercaladas ou não, muitas vezes parecendo uma só canção — gravado pelo grupo musical fluminense Roupa Nova em seu álbum Ouro de Minas, de 2001. O medley é composto por duas canções, De Frente Pro Crime, composta por João Bosco e Aldir Blanc em 1973, e Ninguém Liga Pra Você, inédita até então, de Nando e Ricardo Feghali, membros da banda. Misturando samba e rap, o medley joga com a indiferença de pessoas ao presenciarem um assassinato, por um lado, e a indignação do eu-lírico em relação a esta indiferença, vinda tanto das pessoas que presenciaram o assassinato quanto do poder público, por outro.

A aula aconteceu numa turma do pré-acadêmico CAVest: um passo para universidade, que é um projeto de extensão da Universidade Federal de Pernambuco no campus desta universidade em Vitória de Santo Antão, na zona da mata atlântica de Pernambuco. Apesar de ser um projeto numa lógica de pré-vestibular, o CAVest tem um viés construtivista que extrapola o formato de cursos pré-vestibulares nos quais estamos acostumados encontrar, e também procura inserir seus estudantes nas experiências culturais da cidade (ALVES, 2017).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

A proposta de aula foi aplicada após as aulas de História do Brasil sobre Ditadura Militar (1964-1985) e Redemocratização, portanto tinha um intuito de mobilizar conhecimentos previamente trabalhados, e para isto realizaria uma atividade com canções como documento em sala de aula. Aqui cabe uma breve descrição.

A turma foi organizada em grupos, pois por ser numerosa a socialização de um aluno por vez ficaria inviabilizada por conta do tempo disponível (duas horas-aula geminadas). Num primeiro momento os alunos escutaram o medley sem acesso à letra impressa ainda, foram preparados para que primeiro pudessem “sentir” a canção e não fossem direcionados à literalidade automaticamente (DAVID, 2012), para poderem vivenciar a canção como ela aparece ao ouvinte (NAPOLITANO, 2002), para escutar com calma e não se preocuparem já com uma atividade a ser realizada.

Em seguida foi aberto o espaço para se conversar sobre a canção, possibilitando a troca de múltiplas visões e sentimentos que as canções puderam despertar (XAVIER, 2010; ZAMARIAM, 2011). Naquele momento, as provocações do professor para o debate foram: “Aonde a canção parece se ambientar? Por qual motivo aparenta isso? Do que ela fala? O que você pensa sobre este assunto? O modo como o intérprete canta ajuda a perceber isto?”. E à medida que a socialização foi acontecendo, um quadro foi sendo elaborado com as impressões dos estudantes

Mais adiante a turma recebeu a letra impressa, que explicitava a faixa como sendo um medley composto por duas canções, e três pequenos textos que se referiam, cada um, a um momento histórico diferente do Brasil: Anos 1970 – Ditadura, Anos 1990 – Redemocratização e, por fim, Anos 2010 – Atualmente. Os alunos ouviram o medley mais uma vez, leram os textos e foram solicitados a responder: A qual das três épocas descritas nos textos pertence esta canção? Por que vocês defendem esta posição? Que aspecto, verso, estrofe e/ou parte da canção mais se relaciona com o tema da valorização de uma vida digna? Vale salientar que não se tratou de um jogo de adivinhação ou sorte, mas da mobilização de conceitos previamente trabalhados agora postos em uma problemática. As canções se realizam em tempos e espaços específicos e falam desses tempos e espaços; o medley tem um tema e este tema, de acordo com o que havia sido estudado, estaria confirmando ou confrontando algum conceito de alguma temporalidade estudada, por





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

exemplo? Era mais um documento apresentado sobre os assuntos estudados, desta vez tido como alternativo (CALISSI, 2003), para ser analisado assim como outros em outros momentos.

No que se refere ao modo como a articulação musical contribuiu para a interpretação da música e assim, conseqüentemente, para a mobilização de conhecimentos previamente trabalhados, podemos classificar como satisfatória nossa experiência e nosso exercício de sensibilização musical.

Na turma não havia músicos, no entanto, os alunos foram capazes de notar aspectos dos parâmetros da articulação musical que auxiliaram na compreensão da mensagem da canção e, por sua vez, na interpretação temporal a partir de seus conhecimentos prévios. O medley, composto por duas canções de tempos diferentes, a depender do enfoque de cada aluno, desembocou numa interessante discussão acerca de sua temporalidade.

Segundo os alunos, a ambientação (som de sirene e conversas paralelas em segundo plano) junto com os ritmos (rap e samba) ajudam a notar que a história contada se passa num subúrbio. A indiferença das pessoas que presenciaram o assassinato, predominantemente notada em De Frente Pro Crime, é confirmada pela vocalização: uma indiferença generalizada. A indignação é explicitada pela voz principal, que prepondera nos versos de Ninguém Liga Pra Você. Diante desses aspectos os alunos divergiam em relação à temporalidade do medley, sobretudo por conta da indignação expressa na voz principal: para eles a canção é uma crítica à indiferença, ou seja, assumiram a visão do eu-lírico na voz principal, e esta indiferença é que era o motivo das divergências.

Três grupos acreditavam que essa indiferença colocava a canção no contexto atual. Como a canção critica principalmente a indiferença, esta seria objeto de composição apenas nos dias de hoje, no qual as garantias de direitos de vida e de dignidade já estão consolidados pela Constituição Federal de 1988. Para eles, seria estranho uma indignação como objeto temático de uma canção num período em que esses direitos não eram assegurados, tendo em vista o regime de exceção no qual passávamos em 1970.

Um dos grupos questionou, então, se isto não poderia inserir o medley na década de 1990 — temporalidade defendida por eles. Os primeiros argumentavam que esses





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

direitos ainda não estavam tão fortes no seio da sociedade em 1990 e por mais que a indignação existisse a preocupação maior era em consolidar a democracia, ainda mais depois dos escândalos de 1992. O grupo questionador reafirmou que o que foi garantido a partir de 1988 na Constituição Federal não surgiu no momento de sua promulgação, então o debate já estava maduro o suficiente para que tal indignação fosse objeto de uma canção.

Outro grupo ainda contestava que tais debates não dependeram de normas jurídicas existentes ou por existir para ganharem corpo. Que durante a ditadura, que englobou a década de 1970 — temporalidade defendida por este grupo —, já havia pessoas preocupadas com os direitos suprimidos aos cidadãos e não apenas com a democracia e o direito de votar. As canções estariam mostrando a realidade da década de 1970 e a indignação de uma pessoa em relação a essa realidade.

Não tínhamos a intenção de declarar grupos “vencedores” ou “perdedores” — nem de tornar, com isso, o estudo da História, naquele momento e naqueles aspectos, algo desagradável ao estudante e assim comprometer o processo de aprendizagem (ZABALA, 1998) —, mas de debater sobre como temáticas observadas por João Bosco e Aldir Blanc na sociedade fluminense nos anos 1970 ainda estavam presentes de maneira explícita ao final da década de 1990, como mostraram Nando e Ricardo Feghali, e como aquelas questões poderiam ser identificadas na sociedade na qual os estudantes estavam inseridos mais de quarenta anos depois da primeira composição. Era uma comparação de tempos e lugares, como proposta por Célia Maria David (2012) em seu artigo “Música e ensino de história: uma proposta”.

Mais do que acertarem que o medley era composto por duas canções com datas distintas, o mais importante era a mobilização de conhecimentos e isto aconteceu. Foi a partir dela, como documento, servindo para reflexão, que saberes construídos anteriormente foram colocados em prova. Os parâmetros da articulação musical auxiliaram em grande parte essa tarefa, uma vez que foi a partir deles que por parte dos alunos algumas inferências puderam ser feitas: temporalidades da canção e temática (indignação frente a indiferença) articulada com essas temporalidades. Nota-se que nenhum saber específico do campo musical foi exigido ao ponto de ser um pré-requisito para realizar a atividade. Todos os leitos em música puderam, a partir de uma escuta atenta e livre e de





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

um direcionamento para tal, tornar os elementos pertencentes aos parâmetros musicais das canções inteligíveis e “palatáveis”.

#### **Para concluir**

Ao desafio que pode se configurar a um professor leigo em música o trabalho com uma canção como documento em aulas de História, podemos, a partir de nossa experiência, vê-lo como algo perfeitamente superável. Uma vez que o professor, independente do conteúdo curricular no qual deverá dar conta, apropria-se ou procura se apropriar de conhecimentos necessários para colocar uma aula em prática, o estudo da canção dará condições de caminhar pela atividade de forma mais confortável e sem sentir tanta insegurança pelo fato de não ser músico. Talvez lembrar que a canção se comunica com um público majoritariamente leigo em música e que este público consegue compreender os elementos dos parâmetros musicais da canção, ajude ao professor de História, que também faz parte desse público e que também pode já ter sido tocado por uma melodia e/ou uma interpretação, por exemplo, a não enxergar o desafio como uma barreira intransponível.

A resposta que nos parece mais adequada a essa questão do desafio que a dupla articulação da canção pode oferecer ao professor de História e ao historiador é que exercitar a sensibilidade — ou pelo menos reconhece-la em si, já que somos dotados de tal — pode vir a abrir sua mente e seus ouvidos às viagens históricas que as harmonias musicais estão para nos oferecer. É um exercício válido e que tem resultados positivos a oferecer ao processo de ensino, aprendizagem e construção do conhecimento histórico.





## REFERÊNCIAS

ALVES, Max. **O documento canção na aula de História: desafios de uma proposta didática.** 2017. 48f. Trabalho de Conclusão de Curso (licenciatura em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

BOSCO, João. et al. De Frente Pro Crime/Ninguém Liga Pra Você. Intérprete: Roupas Nova. In: ROUPA NOVA. **Ouro de minas.** [S. l.]: Universal Music, 2001. 1 CD (ca 46 min.). Faixa 11 (2 min. 44 s.).

\_\_\_\_\_. **De frente pro crime.** 23º prêmio da música brasileira, 2012. 9 min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OmPIUPTbFXM>>. Acesso em 15 ago. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.html). Acesso em: 19 set. 2019.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas.** São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CALISSI, Luciana. **A música popular brasileira no livro didático de história** (décadas de 1980 e 1990). 2003. 189 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e Metodologia em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

HERMETO, Miriam. **Canção popular brasileira e o ensino de História: palavras, sons e tantos sentidos.** Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MORAES, José Geraldo Vinci de. História e música: canção popular e conhecimento histórico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 20, n. 39, p. 203-221. 2000.

NAPOLITANO, Marcos. **História & Música: história cultural da música popular.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

XAVIER, Érica da Silva. O uso das fontes históricas como ferramentas na produção de conhecimento histórico: a canção como mediador. **Antíteses**, vol. 3, n. 6, p. 1097-1112, jul.-dez. de 2010.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

\_\_\_\_\_. O PNLD e os critérios de avaliação para os livros didáticos de História: a (des)caracterização da canção como fontes históricas. In: **Conhecimento histórico e diálogo social**. XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, NATAL- RN, 2013.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZAMARIAM, Julho. **A canção como mediadora cultural no processo de produção do conhecimento histórico em sala de aula**. 2011. 156f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.





## **EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: PEDAGOGIA DA PRESENÇA E TUTORIA NO MODELO ECI/PB.**

Rodolfo da Silva Martins<sup>231</sup> – ECI Assis Chateaubriand

[rodolffosmartins@gmail.com](mailto:rodolffosmartins@gmail.com)

### **INTRODUÇÃO**

Como situar a escola diante das novas demandas da sociedade contemporânea? Na contemporaneidade o estudante não se encaixa mais como mero receptor de conhecimentos, ele é membro de uma sociedade em transformações tecnológicas e sociais. Logo, contextualizar a escola em meio a estas mudanças é inferi-la a um debate de questionamentos e problematizações, estaria a escola em seu modelo tradicional preparada a lidar com as novas reformulações da atualidade? O mercado de trabalho capitalista cada vez mais competitivo exige paulatinamente dos nossos jovens estudantes preparo e formação e ainda recai sobre esta instituição o ônus de suas contribuições para a formações destes.

É com esta proposta que o PNE – Plano Nacional de Educação de 2014, prevê em sua meta 06, a proposta do aumento da jornada escolar para estudantes, professores e gestores, afim de sanar as exigências em que a atualidade desafia a educação, e por consequente o meio do trabalho. Surgem, pois, as Escolas em tempo integral em todo o país, nas quais encontram suporte legal na constituição de 1988, que prevê a formação integral dos alunos e seu preparo para o mercado de trabalho.

---

<sup>231</sup> Licenciado em História pela Universidade Federal de Campina Grande, professor na ECI Assis Chateaubriand e supervisor do PIBID Subprojeto/História da UFCG.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

No ano de 2016 o Estado da Paraíba inseriu o modelo de Escola Cidadã Integral proposto pelo ICE<sup>232</sup> – Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, em 08 (oito) escolas pilotos, e com os resultados positivos destas, no ano seguinte a Unidade Federativa já contava com 100 unidades escolares com a adoção da proposta. Atualmente o Estado já possui 153 ECI's, em todas as Regionais de Ensino da Educação, e conta com mais uma expansão anunciada para 2020 de 76 novas escolas. Entre o modelo existem 3 propostas, sendo elas, ECI – Escola Cidadã Integral; ECIT – Escola Cidadã Integral e Técnica e ECIS – Escola Cidadã Integral Socioeducativa. Com um currículo diferenciado as ECI's contam com ferramentas inovadoras no modelo pedagógico pautado na Pedagogia da Presença e inovação em gestão, baseado no TGE<sup>233</sup> – Tecnologia de Gestão Educacional.

O Modelo Pedagógico é a ferramenta que operacionaliza o currículo integrado entre as Diretrizes e parâmetros nacionais, assim como locais e as inovações fornecidas pelo ICE, que são fundamentadas na diversidade e fortalecimento precisos para apoiar o jovem protagonista na construção do seu Projeto de Vida<sup>234</sup>, que se consolida como essência do Modelo e reside toda a centralidade do currículo desenvolvido. A pedagogia da presença é objeto de estudo deste trabalho, assim como suas ações e encontros de tutoria como instrumentos de aproximação entre educador e educando, em ruptura com uma cultura escolar historicamente construída, bem como suas relações de hierarquia no cotidiano escolar.

---

<sup>232</sup> O Instituto de Corresponsabilidade pela Educação é uma entidade sem fins lucrativos, surgida em 2003 para reformar e propor uma nova pedagogia de ensino para o decante e secular Ginásio Pernambucano, que recebeu apoio da iniciativa privada do Instituto Natura e do Instituto Sonho Grande.

<sup>233</sup> A Tecnologia da Gestão Educacional é responsável pela garantia da teoria educacional a prática pedagógica, responsabilidade do Gestor, que alinha todos os segmentos e ferramentas que fundamentam o modelo.

<sup>234</sup> O Projeto de Vida reside no “coração” do projeto escolar da Escola da Escolha. Ele é o seu eixo, sua centralidade e sua razão de existir. É fruto do foco e da conjugação de todos os esforços da equipe escolar. É nele que o currículo e a prática pedagógica realizam o seu sentido, no aspecto formativo e contributivo, na vida do jovem. (ICE, 2016).





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL: MODELO PEDAGÓGICO E CURRÍCULO.**

As Escolas Cidadãs Integrais na Paraíba, possui um modelo pedagógico pautado em três eixos formativos, formação acadêmica de excelência, formação para vida e para as competências para o século XXI, que norteiam a centralidade do programa que é jovem e seu projeto de vida. Em todo o programa, aulas e ações o foco é o jovem protagonista e a elaboração e acompanhamento do seu projeto de vida, que recebem auxílios e orientações por parte de professores, coordenadores e gestor, conforme orienta os guias de formação do ICE (2016).

A intencionalidade destes eixos, que coexistem entre si, garantem o processo ensino/aprendizagem na contribuição para a formação das crianças e jovens, desde os anos iniciais do ensino fundamental, até concluírem a educação básica com o ensino médio. Segundo o ICE, são imprescindíveis na consolidação do programa na perspectiva de uma formação integral do estudante e na plenitude humana. A formação acadêmica é garantida através da articulação das disciplinas da BNCC – Base Nacional Comum Curricular, com a parte diversificada do currículo, como disciplinas eletivas, estudo orientado, práticas experimentais, nivelamento e Colabore Inove. A chamada formação para a vida, está ligada a valores norteadores para vida em sociedade, uma vez o que o jovem desenvolverá uma ampliação dos seus princípios, sendo estes vividos em suas interações sociais, ou seja, os princípios e valores que fazem parte do seu meio e ciclo social.

As competências para o século XXI, abrem margem para diversos debates, no entanto, podemos caracterizar estas competências como desenvolvimento de habilidades que vão além dos aprendizados cognitivos, onde possuem foco nos aprendizados atitudinais e sociais. Conforme aponta BLOM (1956), podem ser categorizadas em três dimensões, a saber, Dimensão cognitiva, afetiva e psicomotora. Segundo o autor, a dimensão cognitiva está relacionado ao desenvolvimento e competências intelectuais, adquiridos durante o processo ensino/aprendizagem, a afetiva, está ligada a princípios e valores desenvolvidos pelas relações interpessoais; e a psicomotora são movimentos físicos, motores e sensoriais.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

É nesta perspectiva que o currículo adotado pelas ECI's é construído, cujo objetivo é a formação integral do educando para a construção de seu Projeto de Vida. Integrados pelos três eixos formativos, o currículo alinha além do *roll* de disciplinas que contemplam a BNCC, uma parte diversificada afim de prover condições necessárias para que o estudante possa se posicionar de forma autônoma, competente e solidária. Na perspectiva de integrar o indivíduo em sociedade, o currículo extrapola a sala de aula, e pode ser vivenciado em ambientes educacionais flexíveis que auxiliem o processo de ensinar e aprender de todos os jovens.

Para COLL (1999), uma proposta curricular deve ser concreta, flexível e operacional, garantindo a ordenação contínua de cada disciplina, pautado no respeito das diferenças regionais e locais, assim como, o nível e escolarização do público que se destina. Ainda segundo o autor, os componentes do currículo devem agrupar quatro grupos; 1. O que ensinar? 2. Quando ensinar? 3. Como ensinar? e 4. O que, quando e como avaliar. Devemos levar em conta o que o aluno pode aprender sozinho e o que o necessita de auxílio do professor, bem como, dar significado do que está sendo estudado ao aluno, onde o mesmo será motivado a busca do conhecimento. É neste estágio que se possibilita o quando ensina, assim como a metodologia a ser utilizada, onde serão definidos os objetivos que pretendem ser alcançados.

Alinhados aos eixos formativos já citados, e uma proposta curricular que seja elo entre a teoria educacional e a prática pedagógica, perpassam os quatro pilares da educação (a saber, Aprender a Ser, a Fazer, a Conviver e Conhecer) propostos pelo Comitê Internacional de Educação para o século XXI da UNESCO (1996), que se caracterizam como fundamentais para a desenvolvimento do indivíduo plenamente. Estas aprendizagem estão presente na vida escolar no tocante ao incentivo do protagonismo juvenil, afim de que os mesmos possam potencializar suas habilidades de produção e interação social.

Como podemos analisar a proposta de modelo pedagógico fundamentada nos guias de formação do ICE (2016), possuem segmentos indissociáveis para a consolidação do programa e o alcance dos objetivos propostos. A vivência e a realizações de ações que pautam o desenvolvimento destas habilidades educativas, somadas a Pedagogia da





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Presença, evidenciam o caráter o formador dos educandos para um desenvolvimento autônomo, competente e solidário e para uma educação do século XXI.

#### **A PEDAGOGIA DA PRESENÇA NO COTIDIANO DAS ECI'S.**

A Pedagogia da Presença tem origem com o ensino religioso, entre os Maristas<sup>235</sup> e Salesianos, esta corrente de pensamento permite ao estudante oportunidades de participar, sugerir e se fazer parte do processo educativo, contudo que esteja ligada a doutrina de ordem e disciplina institucional. De acordo com os Maristas, o propulsor desta pedagogia é o padre Marcelino Champagnat, em que a presença educativa se faz com alegria e querer estar presente, sabendo os momentos oportunos de afastamento necessário contribuindo para o desenvolvimento da autonomia do estudante.

No modelo ECI, a Pedagogia da Presença é fortemente influenciada pelo pensamento de Carlos Gomes da Costa, e está presente em todas ações da equipe escolar por meios de atitudes que estabeleçam reciprocidade entre educador e educando. Tal reciprocidade se materializa por meio do estabelecimento de vínculos, afetos e respeito entre a equipe, que busca através da pedagogia dar um novo olhar para o fazer educação, na medida em que o se fazer presente na vida do educando se torna vital no processo de formação humana. (ICE, 2016).

O jovem na atualidade é cercado por questionamentos e sentimentos que vão além do existir metafísico, sentimentos de (des)encontro, solidão e isolamento são traços comuns a adolescência, a falta de presença seja familiar, ou afetiva, implicam em obstáculos para seus plenos desenvolvimentos pessoais e cidadãos. O primeiro passo para a superação destes obstáculos é a reconciliação do jovem consigo mesmo, sua autodescoberta e suas relações com os outros. E são por estas razões que nenhuma lei, método ou técnica, pode substituir a presença voluntária, o importa-se com o outro, que dar sentido e entusiasmo no processo ensino-aprendizagem.

---

<sup>235</sup> Fundado em 1817, na França, por São Marcelino Champagnat, o Instituto dos Irmãos Maristas promove a evangelização de crianças, adolescentes, jovens e adultos. (UNIÃO MARISTA DO BRASIL)





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

O educador incorpora atitudes básicas no seu cotidiano e relação com o educando, é o que COSTA (1999) classifica como vários “nadas”, como ações de bom dia, abraços e palavras de motivação, são estes “nadas” que fazem a diferença na vida de jovens que por ventura estejam no processo de aceitação pessoal e inserção em sociedade. A presença educativa dos adultos na vida de crianças e adolescentes, inferem sentido e o fato do estudante sentir-se com valor para alguém, não só desenvolve seu autoconhecimento, autoconceito, autoconfiança, mas também reforça sua autoestima, construindo assim espaço propício para a construção do seu Projeto de Vida.

Para COSTA (1999) o fazer presente na vida do educando precisa ser voluntário e construtivo, não convém estar presente e não querer se fazer presente, caso o contrário a presença torna-se mera existência sem princípio educativo, tampouco transformador. No entanto, não tira responsabilidade por parte de educando, é preciso, abertura, disposição interior e compromisso para que seja necessário a obtenção dos resultados esperados. Analisemos o que o autor diz a respeito:

Fazer se presente na vida do educando é o dado fundamental da ação educativa dirigida ao adolescente em situação de dificuldade pessoal e social. A presença é o conceito central, o instrumento chave e o objetivo maior desta pedagogia. Ela é a força que pulsa no coração daquela “ciência árdua e sutil” à qual homens como Antonio Makarenko dedicaram inteiramente as suas vidas. (COSTA, 1999. p. 14)

O ICE, toma como base as teorias de COSTA (1999), e as alinha com os princípios de ajuda educativas desenvolvidas por CARKHUFF (1983), que as detalha em quatro fases de relação e ajuda mútua, são elas:

1. O educador entende e transmite sua disponibilidade em auxiliar o educando de maneira não verbal, mas sim através de ações que evidenciem tal, assim o educando entra em diálogo e envolve ao processo de ajuda de forma verbal e corporal;
2. O educador responde de forma verbal ao educando, demonstrando compreensão e retorno, o educando localiza suas angústias, problemas e dificuldades, para entendimento pessoal de onde está;





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

3. O educador personaliza sua responsabilidade e compromisso na situação, no qual o educando compreende e estabelece relações de causa e efeito para definir onde quer chegar;
4. O educador orienta o educando sobre soluções possíveis ao problema, gerando ação no educando rumo ao ponto no qual ele mesmo queira chegar, depois de escolher o caminho a seguir junto a orientação do educador.

Nota-se portanto, que a intencionalidade destas práticas na vivência escolar das ECI's, fomentam a possibilidade de saída de crise interna do estudante e a consolidação de seu Projeto de Vida, orientado pelo professor. No entanto, vale ressaltar que não necessariamente todos os jovens tem problemas de aceitação ou estejam enfrentando dificuldades e obstáculos para seu desenvolvimento, a proposta é sempre trilhar junto ao estudante meios e caminhos possíveis para seus sonhos e seus Projetos de Vidas, mesmo em situações adversas.

Na prática escolar, a Pedagogia da Presença é manifestada desde a chegada do estudante ao momento de sua despedida. O educando inicia o dia de sua rotina escolar com a acolhida diária, realizada pela equipe escolar que realizam atividades diversas neste horário afim de construir um espaço de convivência agradável e propício a aprendizagem. Esta prática educativa é vivenciada em diferentes momentos, sendo imprescindível para o educando compreender a pedagogia da ECI's, no primeiro momento é realizado no início do ano para os alunos novatos e é o primeiro contato que o estudante terá com o Projeto de Vida, pois é realizada por jovens protagonistas veteranos que irão iniciar os mesmos e integra-los na vivência escolar.

No segundo plano, esta prática também recebe a equipe escolar, pais e responsáveis dos estudantes, e diariamente durante o ano letivo para os alunos. O acolhimento diário deve ser realizado de forma intencional e programada, onde os protagonistas e líderes planejam sob orientação da gestão e equipe escolar podendo serem temáticos e informativos. Trata do primeiro contato do dia do estudante com os professores, praticando assim de forma intencional e deliberada a Pedagogia da Presença. São estes





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

pequenos “nadas” como descreve COSTA (1999) na discussão sobre Pedagogia da Presença, que na verdade se fundamentam como significativos como gestos e sorrisos que acolhem.

A presença educativa no dia-a-dia da escola é manifestada em diversos momentos e é consolidada com a prática da metodologia da Tutoria, cuja intencionalidade é o acompanhamento acadêmico do estudante pelo professor, escolhido pelo aluno baseado nos laços de afetividade, admiração e/ou respeito, construído entre os mesmos. Pedagogia da Presença e Tutoria são práticas educativas indissociáveis para o modelo de Escola Cidadã Integral, juntamente ao modelo pedagógico com currículo diversificado garantem o processo de consolidação dos Projetos de Vida dos estudantes.

#### **TUTORIA: UMA ESTRATÉGIA PARA A EXCELÊNCIA ACADÊMICA.**

Segundo a literatura a palavra tutoria é atribuída a intervenções diversas, e é utilizada para fins de supervisão, orientação, monitoramento, no entanto, todas estas acepções para a palavra, sugerem situação de interação entre tutor e tutorado para apoio e orientação para que a pessoa desenvolva, competências, habilidades ou algum direito programado. (ICE, 2016). Para tal, é preciso compromisso, permissão e disposição interior entre os envolvidos.

Entre as metodologias de êxito e práticas educativas evidenciadas nas ECI's como fora descrito, a tutoria é apontada como principal elo entre a pratica da Pedagogia da Presença no cotidiano das escolas. Os encontros de tutoria que ocorrem ordinariamente, ou extraordinariamente, são reuniões de estreitamentos de laços entre educador e educando, descontrações e acompanhamento do rendimento acadêmico de quem é tutorado. Logo, tutoria é uma ação intencional e programada que visa o desenvolvimento da melhoria no rendimento acadêmicos dos estudantes, e que possam encontrar soluções possíveis a problemas que venham acontecer e comprometer o processo educativo.

Segundo RUIZ (2016) o objetivo do tutor é o de formar através da docência. Um bom tutor é um bom professor, que se dispõe a orienta o educando, ao exercício do pensar,





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

refletir sobre o que se aprende e formular conclusões individuais a respeito da vida em sociedade partindo de critérios objetivos e concisos, desenvolvendo um pensamento crítico. Se o docente entender o exercício de tutor como prática inerente ao de professor, ele flui melhor e conseqüentemente o educando conseguirá desenvolver suas potencialidades e habilidades necessárias para a concretização da sua excelência acadêmica e de seu projeto de vida.

Todos os profissionais da educação, sendo eles, professores, gestores e coordenadores, são responsáveis pela ação tutorial na escola. O número de tutorandos por tutor deve ser equilibrado entre a equipe, evitando assim a sobrecarga e por conseqüente comprometendo a qualidade da orientação. (RUIZ, 2016).

Segundo o ICE, a ação tutorial nas escolas é importante na medida que o professor assume um caráter articulador do modelo pedagógico, e o próprio estudante pode exercer a função de tutor. Isto comumente ocorre quando o professor conta com a ajuda do aluno para esclarecer dúvidas dos colegas e contribuir para a educação curricular dos demais estudantes. Neste caso a tutoria funciona como monitoria, onde orientado pelo professor o monitor veterano contribui no processo ensino-aprendizagem dos novatos.

As aulas e encontros de tutoria no modelo ECI não possuem hora marcada, elas devem ocorrer de forma espontânea, podendo acontecer no espaços entre aula, intervalos, almoços e até mesmo durante as aulas. O que pode ser realizado é encontros coletivos, nos quais a escolas inserem nos seus calendários, “O dia D” da tutoria, onde é realizada um acompanhamento grupal do seu tutor com todos seus estudantes tutorados, neste momento são realizados dinâmicas de interação social entre os estudantes e aplicações de questionários com a função mais sistemática.

Mas, qual o perfil adequado do tutor? Nas ECI's, não há um perfil pronto, eles variam, pois cada tutor assume uma postura diferente, desde seu particular até mesmo para lidar com diferentes casos em sua orientação. No entanto, é característica do tutor buscar sempre contribuir com o desenvolvimento do estudante, mesmo que para isso ele precise buscar alternativas junto ao tutorando para situações que o impeça ou atrapalhe seu





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

comprometimento com o aprendizado. O modelo ainda elenca algumas qualidades e características do tutor:

1. O ser tutor: refere-se ao caráter humano, como empatia e maturidade;
2. O saber do tutor: diz respeito ao conhecimento pedagógico em auxílio ao estudante;
3. O saber fazer do tutor: refere-se a capacidade de relação com o outro e em equipe, visando a melhoria e desenvolvimento acadêmico dos jovens.

É neste aspecto de auxílio e orientação pessoal, profissional e acadêmica, que é desenvolvida a tutoria nas Escolas Cidadãs Integrais do Estado da Paraíba, visando uma excelência acadêmica e contribuindo para desenvolvimento e consolidação dos projetos de vida dos estudantes. (ARNAIZ, 1995) define a tutor como orientador da aprendizagem e dinamizador da vida socioafetiva do grupo/classe, sendo ele, da orientação pessoal, escolar e profissional de seus alunos.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apontamos a Pedagogia da Presença no modelo ECI acontece nos mais diversos momentos do dia-a-dia das escolas, é a presença educativa que realiza e dar praticabilidade ao ensino integral, contribuindo para a formação dos estudantes e na consolidação dos seus projetos de vida. Ofertando um currículo diferenciado e flexível, além de garantir os estudos da BNCC, as ECI's dinamizam o processo educativo, possibilitando um espaço ideal e privilegiado na formação integral dos alunos.

A presença do professor através da ação tutorial sistematiza o acompanhamento da vida acadêmica do aluno, no qual será orientado nos passos e superação dos desafios que por ventura possam impedir/inibir seu desenvolvimento e aprendizado. O processo de autoaceitação e reconciliação consigo mesmo, é uma ponte decisiva no processo de ensino-aprendizagem, e o tutor media este procedimento com abertura interna e empatia para com o estudante de forma voluntária e educativa.





## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNAIZ, P. e Isus S. (1995). La Tutoría, Organización y Tareas. Barcelona: Editorial Grado, D.L.

BLOOM, B. S. (ed.). Taxonomia de objetivos educacionais: domínio cognitivo. White Plains, Nova York: Longman, 1956

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. 2001. Acessado em: 27/10/2019. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>.

Coll, César S. (1999), Psicologia da educação. Porto Alegre: Artes Médicas.

COSTA, Antônio Carlos da. A presença da Pedagogia: teoria e prática da ação sócio-educativa. 2ª Ed. São Paulo: Global: Instituto Ayrton Sena, 2001.

EDUCAÇÃO, Instituto de Corresponsabilidade. ICE, a escola da escolha – manuais formativos. 2º Ed. Recife: Instituto Natura, 2016.

[https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-pedagogia-presenca-tutoria-no-programa-ensino-integral.htm#capitulo\\_2](https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-pedagogia-presenca-tutoria-no-programa-ensino-integral.htm#capitulo_2) << acesso em 22/11/2019 >>.





## A CANÇÃO COMO DOCUMENTO NA AULA DE HISTÓRIA E SUA DUPLA ARTICULAÇÃO: UM EXERCÍCIO DE SENSIBILIDADE

Max Alves<sup>236</sup>

Universidade Federal de Pernambuco

luanmaxwell@gmail.com

A década de 1980 ficou razoavelmente marcada por um ambiente de debate nacional em diversos âmbitos. O contexto era de reconfiguração numa transição de uma então sociedade sob regime ditatorial — com características de repressão política e ideológica muito presentes no cotidiano e que vinha se distendendo ao longo dos anos finais de nossa mais recente ditadura militar — para uma sociedade que viria a enfrentar um processo de redemocratização e que assim precisava de uma reorganização em seus mais diversos setores. Um desses setores era o educacional.

Os debates levaram a Educação, dentre outros aspectos, a estar mais atenta às pluralidades. Podemos confirmar isto ao notar que são previstas em nossa Constituição Federal de 1988 — que pode ser encarada como o resultado culminante dos debates daquele contexto político pelo qual passamos — liberdades de ensino, pesquisa, divulgação do pensamento, das artes, do saber e também o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (BRASIL, 1988). Buscava-se, então, garantir, para a educação, a existência de aspectos que por muito tempo haviam sido foco de supressão na sociedade durante os anos de ditadura.

Naquele contexto educacional, a disciplina de História ainda contou com mais uma influência que viria a contribuir para sua modificação a partir de então: a Nova História. Difícil de ser definida justamente por conta de suas pluralidades, segundo Peter Burke

---

<sup>236</sup> Luan Maxwell Alves da Silva.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

(2011), em seu livro “A escrita da História: novas perspectivas”, a Nova História é associada à historiografia da Escola dos Annales, da primeira metade do século XX, que orbitou em torno da revista *Annales: économies, sociétés, civilisations* e tendo Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernand Braudel como seus principais expoentes. Ela seria, grosso modo, uma oposição ao Positivismo, contando com objetivos plurais, com análises de pequenas estruturas como partes de um todo conjuntural, com um viés não-historicizante e com uma defesa de uso documental diverso para se interpretar os acontecimentos (BURKE, 2011).

Esta convergência conceitual, ocasionada pelo contexto político brasileiro da década de 1980 e a influência da Nova História sobre a disciplina de História, trouxe uma efervescência acerca das discussões sobre a inserção de documentos diversos, tanto na academia quanto no ensino de História. Os debates levavam em conta que tais documentos têm características próprias, diferentes dos documentos escritos e governamentais nos quais os historiadores tinham maior familiaridade no trato. A discussão dessas particularidades aumentou a partir daquela década (ZAMARIAM, 2011) e os documentos tidos como novos — mesmo que não fossem, é bem verdade — eram vistos como desafios a serem enfrentados por professores e historiadores. Desta forma, um desses desafios era a canção.

Diversos artigos, dissertações e teses acerca da temática já foram escritos nas últimas três décadas, até livros foram publicados — como, por exemplo, o de Marcos Napolitano (2002) “História & Música: história cultural da música popular” e o de Miriam Hermeto (2012) “Canção popular brasileira e o ensino de História: palavras, sons e tantos sentidos” —, mas ainda é possível encontrarmos professores receosos de trabalhar com canções como documento nas aulas de História, sobretudo professores leigos em música. Para estes ela continua representando um desafio.

E é diante deste desafio que este artigo se propõe a discutir a contribuição dos parâmetros da articulação musical da canção na aprendizagem de História por pessoas leigas em música, exemplificando com uma experiência própria vivenciada no final do curso de licenciatura em História pela Universidade Federal de Pernambuco em 2017, mostrando que um exercício de sensibilidade pode ser uma resposta a esta demanda.





### **O desafio do uso do documento canção**

Enquanto documento, a canção tem uma particularidade curiosa em relação aos demais: uma dupla articulação. As articulações da canção se comunicam e são interdependentes, fundem-se e se apresentam como um todo à sociedade. Explicada por Marcos Napolitano (2002) essa dupla articulação da canção se constitui na categorização de todos os elementos da canção em dois eixos; estes eixos são nomeados como articulação verbal e articulação musical. A articulação verbal é composta pelos parâmetros poéticos — como a letra, o tema e a intertextualidade — e a articulação musical é composta por dois grupos de parâmetros, os de criação — melodia, harmonia e ritmo — e os de interpretação — vocalização, arranjo, timbres, performance, ambientação... (NAPOLITANO, 2002).

A canção é, assim, necessariamente, a junção concomitante dessas articulações. Ela é constituída por música — a combinação de sons em ritmo, de maneira melódica e harmônica — e por letra — as palavras em versos que acompanham a música em composições destinadas a serem cantadas. Ou seja, canção é letra e música, juntas e executadas ao mesmo tempo. É assim que ela é apresentada à sociedade, é assim que ela é apropriada pelos indivíduos e é assim, exceto algumas exceções, que ela é criada por seus compositores, com a letra em função da música e a música em função da letra, pensadas para em conjunto comunicar a intencionalidade de seus criadores.

A partir disso, alguns autores argumentam sobre o problema, tanto na academia quanto na escola, de se pretender utilizar a canção como documento e ao final dar ênfase apenas à letra. Resumidamente, a letra aparenta ser mais inteligível ao leigo em música, e ao escolher analisar apenas ela o professor de História e/ou o historiador estariam correndo o risco de generalizar o que é parcial ou de compreender o documento de maneira incompleta (NAPOLITANO, 2002). Ainda, escolher analisar apenas a letra descaracteriza





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

a canção — letra e música — como documento (XAVIER, 2013), afinal se eu levo em conta só uma das articulações é porque a outra não me diz coisa alguma.

Mas frente a essa questão, não podemos esquecer que a canção se comunica com uma população majoritariamente leiga em música. Mesmo sem dominar a linguagem musical e todas as particularidades do campo da música, o leigo em música não consegue perceber que Luiz Gonzaga canta Triste Partida de uma forma melancólica, completando o sentido da letra de Patativa do Assaré, por exemplo? Será que o leigo em música não consegue perceber que a agressividade faz parte da canção Comida dos Titãs?

O que ocorre é que perceber as potencialidades comunicativas dos parâmetros da articulação musical da canção não configura uma tarefa tão difícil quanto podemos pensar esta ser. Talvez apenas não tenhamos a prática de exercitar uma inteligibilidade de nossa percepção para falarmos sobre música — e esta pode, quem sabe, ser uma das consequências do advento dos fones de ouvido e da individualização da escuta musical (ZAMARIAM, 2011).

Para nós, professores de História e historiadores, essas justificativas não devem fundamentar nossa inércia, afinal, como afirmou Moraes (2000), quantas vezes ao longo de nossas práticas nos são cobrados conhecimentos referentes à línguas, religiões e culturas diferentes das de nosso entorno social e, mesmo não conhecendo, buscamos compreender seus significados? Aquilo que nos é diferente é perfeitamente passível de estudo para alcançarmos uma razoável compreensão (MOARES, 2000), e a canção está totalmente presente em nosso cotidiano, comunicando nossos anseios e utopias (NAPOLITANO, 2002).

#### **A sala de aula e o exercício de sensibilidade**

Durante o processo de conclusão do curso de licenciatura em História, pela Universidade Federal de Pernambuco, ao fim de 2017, a construção de nosso trabalho final





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

foi voltada a lançar bases teóricas e bibliográficas acerca da canção como documento nas aulas de História — já para uma apropriação temática de uma pesquisa de mestrado que viria a seguir —, e então lá fomos impelidos a elaborar uma proposta de aula a partir dos apontamentos acadêmicos estudados e em seguida a aplicar tal proposta e discutirmos os resultados. Várias conclusões pudemos tirar daquela experiência, mas aqui nos interessa o que se refere ao modo como o leigo em música pôde inferir sobre temporalidades, lugares e contextos a partir de elementos como o ritmo, a vocalização, o timbre e outros parâmetros da articulação musical da canção trabalhada.

A canção trabalhada, inclusive, foi na verdade um medley — que é quando duas ou mais canções são misturadas harmonicamente, intercaladas ou não, muitas vezes parecendo uma só canção — gravado pelo grupo musical fluminense Roupa Nova em seu álbum *Ouro de Minas*, de 2001. O medley é composto por duas canções, *De Frente Pro Crime*, composta por João Bosco e Aldir Blanc em 1973, e *Ninguém Liga Pra Você*, inédita até então, de Nando e Ricardo Feghali, membros da banda. Misturando samba e rap, o medley joga com a indiferença de pessoas ao presenciarem um assassinato, por um lado, e a indignação do eu-lírico em relação a esta indiferença, vinda tanto das pessoas que presenciaram o assassinato quanto do poder público, por outro.

A aula aconteceu numa turma do pré-acadêmico CAVest: um passo para universidade, que é um projeto de extensão da Universidade Federal de Pernambuco no campus desta universidade em Vitória de Santo Antão, na zona da mata atlântica de Pernambuco. Apesar de ser um projeto numa lógica de pré-vestibular, o CAVest tem um viés construtivista que extrapola o formato de cursos pré-vestibulares nos quais estamos acostumados encontrar, e também procura inserir seus estudantes nas experiências culturais da cidade (ALVES, 2017).

A proposta de aula foi aplicada após as aulas de História do Brasil sobre Ditadura Militar (1964-1985) e Redemocratização, portanto tinha um intuito de mobilizar conhecimentos previamente trabalhados, e para isto realizaria uma atividade com canções como documento em sala de aula. Aqui cabe uma breve descrição.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

A turma foi organizada em grupos, pois por ser numerosa a socialização de um aluno por vez ficaria inviabilizada por conta do tempo disponível (duas horas-aula geminadas). Num primeiro momento os alunos escutaram o medley sem acesso à letra impressa ainda, foram preparados para que primeiro pudessem “sentir” a canção e não fossem direcionados à literalidade automaticamente (DAVID, 2012), para poderem vivenciar a canção como ela aparece ao ouvinte (NAPOLITANO, 2002), para escutar com calma e não se preocuparem já com uma atividade a ser realizada.

Em seguida foi aberto o espaço para se conversar sobre a canção, possibilitando a troca de múltiplas visões e sentimentos que as canções puderam despertar (XAVIER, 2010; ZAMARIAM, 2011). Naquele momento, as provocações do professor para o debate foram: “Aonde a canção parece se ambientar? Por qual motivo aparenta isso? Do que ela fala? O que você pensa sobre este assunto? O modo como o intérprete canta ajuda a perceber isto?”. E à medida que a socialização foi acontecendo, um quadro foi sendo elaborado com as impressões dos estudantes

Mais adiante a turma recebeu a letra impressa, que explicitava a faixa como sendo um medley composto por duas canções, e três pequenos textos que se referiam, cada um, a um momento histórico diferente do Brasil: Anos 1970 – Ditadura, Anos 1990 – Redemocratização e, por fim, Anos 2010 – Atualmente. Os alunos ouviram o medley mais uma vez, leram os textos e foram solicitados a responder: A qual das três épocas descritas nos textos pertence esta canção? Por que vocês defendem esta posição? Que aspecto, verso, estrofe e/ou parte da canção mais se relaciona com o tema da valorização de uma vida digna? Vale salientar que não se tratou de um jogo de adivinhação ou sorte, mas da mobilização de conceitos previamente trabalhados agora postos em uma problemática. As canções se realizam em tempos e espaços específicos e falam desses tempos e espaços; o medley tem um tema e este tema, de acordo com o que havia sido estudado, estaria confirmando ou confrontando algum conceito de alguma temporalidade estudada, por exemplo? Era mais um documento apresentado sobre os assuntos estudados, desta vez tido como alternativo (CALISSI, 2003), para ser analisado assim como outros em outros momentos.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

No que se refere ao modo como a articulação musical contribuiu para a interpretação da música e assim, conseqüentemente, para a mobilização de conhecimentos previamente trabalhados, podemos classificar como satisfatória nossa experiência e nosso exercício de sensibilização musical.

Na turma não havia músicos, no entanto, os alunos foram capazes de notar aspectos dos parâmetros da articulação musical que auxiliaram na compreensão da mensagem da canção e, por sua vez, na interpretação temporal a partir de seus conhecimentos prévios. O medley, composto por duas canções de tempos diferentes, a depender do enfoque de cada aluno, desembocou numa interessante discussão acerca de sua temporalidade.

Segundo os alunos, a ambientação (som de sirene e conversas paralelas em segundo plano) junto com os ritmos (rap e samba) ajudam a notar que a história contada se passa num subúrbio. A indiferença das pessoas que presenciaram o assassinato, predominantemente notada em *De Frente Pro Crime*, é confirmada pela vocalização: uma indiferença generalizada. A indignação é explicitada pela voz principal, que prepondera nos versos de *Ninguém Liga Pra Você*. Diante desses aspectos os alunos divergiam em relação à temporalidade do medley, sobretudo por conta da indignação expressa na voz principal: para eles a canção é uma crítica à indiferença, ou seja, assumiram a visão do eu-lírico na voz principal, e esta indiferença é que era o motivo das divergências.

Três grupos acreditavam que essa indiferença colocava a canção no contexto atual. Como a canção critica principalmente a indiferença, esta seria objeto de composição apenas nos dias de hoje, no qual as garantias de direitos de vida e de dignidade já estão consolidados pela Constituição Federal de 1988. Para eles, seria estranho uma indignação como objeto temático de uma canção num período em que esses direitos não eram assegurados, tendo em vista o regime de exceção no qual passávamos em 1970.

Um dos grupos questionou, então, se isto não poderia inserir o medley na década de 1990 — temporalidade defendida por eles. Os primeiros argumentavam que esses direitos ainda não estavam tão fortes no seio da sociedade em 1990 e por mais que a indignação existisse a preocupação maior era em consolidar a democracia, ainda mais depois dos escândalos de 1992. O grupo questionador reafirmou que o que foi garantido a





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

partir de 1988 na Constituição Federal não surgiu no momento de sua promulgação, então o debate já estava maduro o suficiente para que tal indignação fosse objeto de uma canção.

Outro grupo ainda contestava que tais debates não dependeram de normas jurídicas existentes ou por existir para ganharem corpo. Que durante a ditadura, que englobou a década de 1970 — temporalidade defendida por este grupo —, já havia pessoas preocupadas com os direitos suprimidos aos cidadãos e não apenas com a democracia e o direito de votar. As canções estariam mostrando a realidade da década de 1970 e a indignação de uma pessoa em relação a essa realidade.

Não tínhamos a intenção de declarar grupos “vencedores” ou “perdedores” — nem de tornar, com isso, o estudo da História, naquele momento e naqueles aspectos, algo desagradável ao estudante e assim comprometer o processo de aprendizagem (ZABALA, 1998) —, mas de debater sobre como temáticas observadas por João Bosco e Aldir Blanc na sociedade fluminense nos anos 1970 ainda estavam presentes de maneira explícita ao final da década de 1990, como mostraram Nando e Ricardo Feghali, e como aquelas questões poderiam ser identificadas na sociedade na qual os estudantes estavam inseridos mais de quarenta anos depois da primeira composição. Era uma comparação de tempos e lugares, como proposta por Célia Maria David (2012) em seu artigo “Música e ensino de história: uma proposta”.

Mais do que acertarem que o medley era composto por duas canções com datas distintas, o mais importante era a mobilização de conhecimentos e isto aconteceu. Foi a partir dela, como documento, servindo para reflexão, que saberes construídos anteriormente foram colocados em prova. Os parâmetros da articulação musical auxiliaram em grande parte essa tarefa, uma vez que foi a partir deles que por parte dos alunos algumas inferências puderam ser feitas: temporalidades da canção e temática (indignação frente a indiferença) articulada com essas temporalidades. Nota-se que nenhum saber específico do campo musical foi exigido ao ponto de ser um pré-requisito para realizar a atividade. Todos os leitões em música puderam, a partir de uma escuta atenta e livre e de um direcionamento para tal, tornar os elementos pertencentes aos parâmetros musicais das canções inteligíveis e “palatáveis”.





## Para concluir

Ao desafio que pode se configurar a um professor leigo em música o trabalho com uma canção como documento em aulas de História, podemos, a partir de nossa experiência, vê-lo como algo perfeitamente superável. Uma vez que o professor, independente do conteúdo curricular no qual deverá dar conta, apropria-se ou procura se apropriar de conhecimentos necessários para colocar uma aula em prática, o estudo da canção dará condições de caminhar pela atividade de forma mais confortável e sem sentir tanta insegurança pelo fato de não ser músico. Talvez lembrar que a canção se comunica com um público majoritariamente leigo em música e que este público consegue compreender os elementos dos parâmetros musicais da canção, ajude ao professor de História, que também faz parte desse público e que também pode já ter sido tocado por uma melodia e/ou uma interpretação, por exemplo, a não enxergar o desafio como uma barreira intransponível.

A resposta que nos parece mais adequada a essa questão do desafio que a dupla articulação da canção pode oferecer ao professor de História e ao historiador é que exercitar a sensibilidade — ou pelo menos reconhece-la em si, já que somos dotados de tal — pode vir a abrir sua mente e seus ouvidos às viagens históricas que as harmonias musicais estão para nos oferecer. É um exercício válido e que tem resultados positivos a oferecer ao processo de ensino, aprendizagem e construção do conhecimento histórico.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Max. **O documento canção na aula de História: desafios de uma proposta didática**. 2017. 48f. Trabalho de Conclusão de Curso (licenciatura em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

BOSCO, João. et al. De Frente Pro Crime/Ninguém Liga Pra Você. Intérprete: Roupa Nova. In: ROUPA NOVA. **Ouro de minas**. [S. l.]: Universal Music, 2001. 1 CD (ca 46 min.). Faixa 11 (2 mim. 44 s.).

\_\_\_\_\_. **De frente pro crime**. 23º prêmio da música brasileira, 2012. 9 min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OmPIUPTbFXM>>. Acesso em 15 ago. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.html). Acesso em: 19 set. 2019.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CALISSI, Luciana. **A música popular brasileira no livro didático de história** (décadas de 1980 e 1990). 2003. 189 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e Metodologia em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

HERMETO, Miriam. **Canção popular brasileira e o ensino de História: palavras, sons e tantos sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MORAES, José Geraldo Vinci de. História e música: canção popular e conhecimento histórico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 20, n. 39, p. 203-221. 2000.

NAPOLITANO, Marcos. **História & Música: história cultural da música popular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

XAVIER, Érica da Silva. O uso das fontes históricas como ferramentas na produção de conhecimento histórico: a canção como mediador. **Antíteses**, vol. 3, n. 6, p. 1097-1112, jul.-dez. de 2010.

\_\_\_\_\_. O PNLD e os critérios de avaliação para os livros didáticos de História: a (des)caracterização da canção como fontes históricas. In: **Conhecimento histórico e diálogo social**. XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, NATAL- RN, 2013.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

ZAMARIAM, Julho. **A canção como mediadora cultural no processo de produção do conhecimento histórico em sala de aula.** 2011. 156f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## PÔSTER

### **NOVA PALMEIRA: MEU PASSADO, MEU PRESENTE. O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL E AS TECNOLOGIAS DIGITAIS**

Janielly Souza dos Santos

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

janiellysouza@yahoo.com.br

No cotidiano dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) das escolas da rede pública da Paraíba, sejam elas municipais ou estaduais, o ensino de História Local é proposto, principalmente se levarmos em consideração a História da Paraíba, isso porque as escolas, a partir do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) adotam (no 4º e 5º ano) livros didáticos específicos para estudo e reflexão da História da Paraíba.

Já quando o aluno adentra os anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e o Ensino Médio, livros didáticos específicos para o estudo de História Local não existem, nem tampouco os livros didáticos de história incentivam tal prática, cabendo a cada escola e/ou professor se voltar para o trabalho com História Local, ou não.

Ao levarmos em consideração os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental (1997), este advertira que “A PREOCUPAÇÃO COM OS ESTUDOS DE HISTÓRIA LOCAL É A DE QUE OS ALUNOS AMPLIEM A CAPACIDADE DE OBSERVAR O SEU ENTORNO PARA COMPREENSÃO DE RELAÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS EXISTENTES NO SEU PRÓPRIO TEMPO E RECONHEÇAM A PRESENÇA DE OUTROS TEMPOS NO SEU DIA-A-DIA.”

JÁ QUANDO OBSERVAMOS A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC (2018), ESTA NÃO DEIXAR CLARO A





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

NECESSIDADE/PREOCUPAÇÃO DE PROPOR ESTUDOS DE HISTÓRIA LOCAL, O QUE DEIXA SUBENTENDIDO QUE NAS ESPECIFICIDADES DO CURRÍCULO DE CADA ESCOLA, MUNICÍPIO E/OU ESTADO PODE SE INCLUIR OU NÃO O ESTUDO DE HISTÓRIA LOCAL JUNTO À RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA.

Na medida em que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) demonstra preocupação com o ensino de História Local, e que a BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC NÃO O FAZ, PODEMOS PENSAR QUE o ensino de História Local pode está sendo relegado a segundo plano, pois a preocupação em vencer os conteúdos do livro didático, muitas vezes, se coloca como essencial nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Neste caminho, diante das sensibilidades da prática cotidiana no Ensino de História e da necessidade de refletir a História Local, fora desenvolvido junto ao 7º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal de Ensino Fundamental Iran Coelho Dantas, localizada no município de Nova Palmeira – PB, o projeto “Nova Palmeira: Meu passado, meu presente”. Tendo como objetivo pensar a relevância do ensino de História Local para a relação ensino-aprendizagem em História, assim como para a comunidade escolar, este projeto foi esculpido.

Nossa metodologia de ensino constituiu-se na produção de documentários, seguida de exposição e debates. Na construção dos documentários os alunos recorreram ao usos de diversas fontes históricas: fotografias, objetos da cultura material, história oral, etc. Nisso, convém pensar que o uso da História oral se faz necessário nestas reflexões, pois “permite o registro de testemunhas e acesso a ‘histórias dentro da história’” (ALBERTI, 2015).

O uso das tecnologias digitais fora ainda essencial na efetivação do projeto. Em tempos de um corpo discente nativo digital, usar as tecnologias digitais se configura em produção de uma relação ensino-aprendizagem fruto da realidade vivencial dos alunos, que são sujeitos protagonistas na construção de conhecimentos, na edificação da educação, seja ela escolar, ou para além deste espaço.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Quando questionados sobre o que lhes chamara a atenção na pesquisa realizada sobre a história de Nova Palmeira, os alunos expuseram:

Aluno 1: O que mais me chamou atenção na pesquisa foi saber que naquele tempo eles viviam sem celular e internet, e eles viviam muito feliz.

Aluno 2: Que tipo tinha coisas que eu não sabia que existia antigamente exemplo é o cinema de Adonias.

Aluno 3: Fiquei muito surpreso, pois não sabia que a história de Nova Palmeira era assim.

Aluno 4: Que nossa Nova Palmeira é cheia de culturas, o carnaval de antigamente era muito divertido dá para ver pelas fotos que as pessoas nos mostrava.

Aluno 5: As pessoas que participam da história de Nova Palmeira.

Aluno 6: A história de Nova Palmeira foi o que nos chamou mais atenção, pois falar sobre Nova Palmeira é como se nós tivéssemos no passado.

Aluno 7: Sobre que Nova Palmeira teve cinema.

Aluno 8: As águas viviam na serra.

Aluno 9: O que me chamou mais atenção é que Nova Palmeira antes de ser elevada a categoria de município foi pertencente aos municípios de Pedra Lavrada e de Picuí.

As histórias pesquisadas, as sensibilidades partilhadas, aguçaram nos alunos o sentimento de pertencimento ao espaço de vivência, a valorização da sua cultura, da sua história. Nas palavras de MACEDO (2017, p.61):

[...] conhecer a História Local é um dos pré-requisitos para se compreender melhor os processos históricos em nível regional, nacional e global, além do que [...] contribui para o fortalecimento das identidades das pessoas para com os lugares onde nasceram/habitam.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

A história do cinema de Adonias chamou a atenção de muitos alunos, tanto dos que pesquisaram sobre o tema quanto daqueles que assistiram o documentário. Alguns alunos se surpreenderam com as atividades culturais existentes em Nova Palmeira no seu passado. Outros alunos ainda, fazendo a relação do passado com o presente, se assustaram com fato de no passado as pessoas serem felizes mesmo sem o uso do celular e da internet.

Essa afirmativa do Aluno 1 pode até parecer estranha aos olhos das pessoas que fazem parte do grupo dos imigrantes digitais, mas não o é para o grupo dos nativos digitais, que já nasceram na era digital. Sobre a definição dos nativos digitais e dos imigrantes digitais PRESNKY (2001) nos propõe:

Como deveríamos chamar estes “novos” alunos de hoje? [...] a denominação mais utilizada que eu encontrei para eles é Nativos Digitais. Nossos estudantes de hoje são todos “falantes nativos” da linguagem digital dos computadores, vídeo games e internet.

Então o que faz o resto de nós? Aqueles que não nasceram no mundo digital, mas em alguma época de nossas vidas, ficou fascinado e adotou muitos ou a maioria dos aspectos da nova tecnologia são, e sempre serão comparados a eles, sendo chamados de Imigrantes Digitais.

O nativo digital é o sujeito que nasceu e cresceu com as tecnologias digitais presentes em seu cotidiano, por isso foi possível essa relação de estranhamento com um passado onde as tecnologias digitais não se faziam presentes. A partir da elucidações do Aluno 1 é interessante perceber que a história se constrói na relação passado/presente, e no momento que os alunos puderam refletir a história local a partir dessa premissa, acabaram por se tornar problematizadores do espaço vivencial, da sua história.

No que concerne ainda aos nativos digitais e a relação ensino-aprendizagem Palfrey e Gasser (2011) nos faz refletir que,

Para as escolas se adaptarem aos hábitos dos Nativos Digitais e à maneira como eles estão processando informações, os educadores precisam aceitar que a





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

maneira de aprender está mudando rapidamente. Antes de responder as perguntas sobre com que precisão usar a tecnologia nas escolas, é importante entender as mudanças. Para isso, é necessário expandir a estrutura para toda a aprendizagem, não apenas para o tipo que acontece na sala de aula (p.268-269)

No cotidiano escolar há a necessidade eminente de fazer uso de tecnologias digitais para que a relação ensino-aprendizagem se torne significativa, faça parte dos anseios e do dia a dia do alunado, partindo da perspectiva de que eles são nativos digitais. Observando os devidos cuidados, inclusive para não endeusar as tecnologias digitais, e as particularidades do público alvo, em especial o acesso a estas tecnologias, elas podem reder belíssimos frutos.

Desde meados do século XIX, seguindo os ideais positivistas, o ensino de história foi trabalhado na escola a partir de um espaço e de um tempo longínquo, distante da realidade dos alunos. Apesar desta perspectiva ainda ser presente em determinadas aulas de história, a cada dia a procura por transformar essa realidade é grande. Neste contexto, CAIMI (2010, p.60) aponta para a necessidade de:

[...] superar o verbalismo das aulas de história circunscritas apenas a temporalidades remotas, a espaços distantes e a determinadas memórias com as quais a maioria dos estudantes que frequenta a escola brasileira não se identifica e nas quais não reconhece as suas experiências, tampouco as de seu grupo de pertença.

Fora nesta perspectiva que buscamos construir o projeto “Nova Palmeira: Meu passado, meu presente”. Nisso quando perguntamos aos alunos se eles consideravam importante trabalhar a História Local, em especial da sua cidade, do seu município, obtivemos como respostas as seguintes assertivas:

Aluno 1: Sim, pois a história da minha cidade é muito legal de se trabalhar.

Aluno 2: Sim, para saber mais do lugar onde moro, e ter experiência quando me perguntarem sobre a história da minha cidade.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Aluno 3: Sim, pois precisamos saber da história que faz parte da nossa história.

Aluno 4: Sim, pois trabalhamos com histórias que talvez não sabíamos nem que tinha acontecido.

Aluno 5: Sim, porque nós devemos saber a história do nosso município.

Aluno 6: Sim, porque muitas vezes a pessoa mora num canto mas não sabe nada sobre ele, daí com esse trabalho nós conhecemos mais.

Aluno 7: Sim, porque conversamos com as pessoas e descobrimos coisas incríveis.

Aluno 8: Sim, porque aprendi a preservar as áreas de animais em extinção e a preservar a história.

A premissa do conceito de identidade em construção nos possibilita perceber que na produção das pesquisas, dos documentários, dos debates, os sujeitos envolvidos acabaram por atuar na produção de identidades, tanto identidades individuais, quanto identidades coletivas. Neste âmbito convém refletir o conceito de identidade proposto por SILVA (2014, p.96-97):

Primeiramente, a identidade não é uma essência, não é um dado ou um fato – seja de natureza, seja de cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistema de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder.

Ao exporem (Figuras 1 e 2), e debaterem os documentares para os seus pares e para as pessoas da comunidade, os alunos do 7º ano do Ensino Fundamental da Escola





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Municipal de Ensino Fundamental Iran Coelho Dantas atuaram na produção de identidades.

Figuras 1 e 2: Exposição dos documentários produzidos durante a realização da Mostra Pedagógica ICD 2019.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Quando questionados se eles (os alunos) acreditavam que o trabalho realizado contribuiu com a relação ensino-aprendizagem em história, a maioria alegou que sim, outros foram além, e proferiram os motivos que os fizeram se posicionar diante deste questionamento de maneira afirmativa:

Aluno 1: Sim, pois a pessoa sabendo sobre sua cultura poderá assimilar com os povos estudados na disciplina.

Aluno 2: Sim, pois nos incentiva a pesquisar e buscar a história do nosso município, conhecendo pessoas importantes, lugares marcantes, as raízes de Nova Palmeira.

Aluno 3: Sim, porque eu não sabia tanta coisa de Nova Palmeira não.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Aluno 4: Sim, pois aprendemos com o trabalho como fazer pesquisas.

Aluno 5: Sim, pois as pesquisas feitas ajudaram a saber um pouco do nosso passado.

Os frutos colhidos com a realização deste projeto alimentam a crença na possibilidade de construção uma educação significativa para os sujeitos envolvidos no processo educacional, um ensino de História pautado pelas sensibilidades daqueles que incorporam o passado pelas lentes do presente.

Pensar o trabalho com projetos no ensino de história é ainda possibilitar o trabalho com a interdisciplinaridade, partindo do princípio que integra e articula disciplinas, fazendo com que estas se coloquem na horizontal e diante da prática da reciprocidade. Durante a realização do projeto “Nova Palmeira: Meu passado, meu presente” foram estabelecidas parcerias com docentes e conhecimentos de outras disciplinas de maneira a enriquecer nosso trabalho. Neste contexto, convém pensar com ALMEIDA (2002, p.58) “[...] que o projeto rompe com as fronteiras disciplinares, tornando-as permeáveis na ação de articular diferentes áreas do conhecimento. Mobilizadas na investigação de problemáticas e situações da realidade.”

Nisso, compartilhamos com FREIRE (2002, p.127-128) quando nos chama a atenção para o fato de que:

Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise falar a ele. O que jamais faz quem aprende a escutar para poder falar com é falar impositivamente [...] O educador que escuta aprende a difícil lição de transformar o seu discurso, às vezes necessário, ao aluno, em uma fala com ele.

Falar com o aluno de igual para igual, percebendo suas necessidades, reconhecendo sua capacidade, observando seus limites, admirando seu talento, estabelecendo afetividades faz com que ele se sinta participante do processo ensino-aprendizagem, e





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

consequentemente, corresponda, ou supere as expectativas do educador. Somente quem escuta com sabedoria, produz a capacidade de ser ouvido e as palavras pronunciadas serem acolhidas.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. IN: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) **Fontes históricas**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2015. p.155-202.

ALMEIDA, M.E.B. de. Como se trabalha com projetos (Entrevista). **Revista TV ESCOLA**. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, nº 22, março/abril, 2002.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: ciências naturais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. 2018. Disponível em [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/BNCC\\_19dez2018\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/BNCC_19dez2018_site.pdf) Acesso em janeiro de 2019.

CAIMI, Flávia Eloisa. Meu lugar na história: de onde eu vejo o mundo? In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. (coord.). **História: ensino fundamental**. Brasília: Ministério de Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 24 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. De como se constrói uma História Local: Aspectos da produção e da utilização no Ensino de História. In: ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; FAGUNDES, José Evangelista; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da. (orgs.) **Reflexões sobre história local e produção de material didático**. Natal: EDUFRN, 2017. p.57-81.

PALFREY, Jonh; GASSER, Urs. **Nascidos na era digital: entendendo a primeira geração de nativos digitais**. Porto Alegre: Grupo A, 2011.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

PRESNKY, Marc. **Nativos digitais, imigrantes digitais**. 2001. Consultado em 28 de agosto de 2019. Disponível em [http://www.colegiongeracao.com.br/novageracao/2\\_intencoes/nativos.pdf](http://www.colegiongeracao.com.br/novageracao/2_intencoes/nativos.pdf)

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA - SUBPROJETO HISTÓRIA/CH/UFCG: O PROTAGONISMO DISCENTE CONSTRUINDO UM JORNAL DE ÉPOCA**

Franciny Raquel Torres do Nascimento<sup>1</sup>

Bolsista da Residência Pedagógica<sup>1</sup>

[francinyraqueltorres@gmail.com](mailto:francinyraqueltorres@gmail.com)<sup>1</sup>

Virgínia Genuíno Lira<sup>2</sup>

Bolsista da Residência Pedagógica<sup>2</sup>

[virginiagenuinolira@gmail.com](mailto:virginiagenuinolira@gmail.com)<sup>2</sup>

Regina Coelli Gomes Nascimento<sup>3</sup>

Coordenadora da Residência Pedagógica<sup>3</sup>

[reginacgn@gmail.com](mailto:reginacgn@gmail.com)<sup>3</sup>

### **INTRODUÇÃO**

O Programa Residência Pedagógica proposto pela CAPES em 2018, proporcionou a diversos licenciandos em diferentes áreas, a atuação na sala de aula como forma de aperfeiçoamento no campo da docência por meio de novas experiências. O curso de História-Licenciatura contemplou 24 discentes para a realização das atividades em duas escolas campos, sendo elas a Escola Municipal Padre Antonino e a escola Cidadã Integral Virgínius da Gama e Melo, o início do projeto foi voltado para oficinas de formação e visitas a duas escolas, despertando, em primeiro momento, o contato entre os residentes, os preceptores, a escola e os alunos.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Finalizada esta etapa, os residentes puderam escolher em qual escola gostaria de atuar no primeiro semestre e houve a divisão de dois grupos com os respectivos discentes por escola. A nossa equipe, composta por 12 alunos iniciou a experiência na Escola Cidadã Integral Virgínius da Gama e Melo e passamos a desenvolver as atividades em duplas. A escola apresenta uma boa estrutura, contendo salas de computação que beneficiam atividades mais dinâmicas.

Neste relato o nosso objetivo é problematizar como a produção de um jornal de época sobre a década de 1920 e a crise de 1929, pode somar de maneira positiva na aula, além de apresentar bons resultados, deixando a aprendizagem mais leve e proveitosa.

A proposta consistiu na produção de um jornal de época, o qual foi construído pelos próprios estudantes. O nosso relato de experiência possui um caráter qualitativo, no qual os estudantes foram avaliados por meio da produção do jornal e da colaboração coletiva.

Para a concretização do trabalho dialogamos com alguns autores, a exemplo de: Cipriano Luckesi (2010) e sua perspectiva de avaliação; o conceito de conhecimento em Morin (1993 apud Pimenta, 2009); a experiência para Larrosa (2002), e por fim, respeito da relação entre o uso do Jornal enquanto fonte histórica, utilizamos Lima (2010). Esses autores contribuíram para compreendermos a importância da construção do conhecimento de forma coletiva no espaço escolar, isto é, enfatizando sobretudo o papel dos discentes, e devido este trabalho é possível demonstrar como uma atividade coletiva e desenvolvida de forma dinâmica pode estimular a aprendizagem dos estudantes.

### **UM CAMINHO DE APRENDIZADO...**

A instituição na qual realizamos a atividade é a Escola Cidadã Integral Virgínius da Gama e Melo. Essa instituição escolar faz parte de um projeto que visa o aluno como protagonista da sua educação através da atuação na construção do conhecimento. Segundo o site do Governo da Paraíba essa proposta tem como foco a: “formação dos jovens por





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

meio de um desenho curricular diferenciado e com metodologias específicas, que apresentam aos estudantes do Ensino Médio possibilidades de se sentirem integrantes do seu projeto de vida.”. Assim, os alunos chegam à escola por volta das sete horas da manhã e permanecem até às dezessete da tarde, desenvolvendo, uma série de atividades para além das obrigatórias para o currículo escolar em um tempo integral. Durante este período o estudante possui dois intervalos de vinte minutos para lanches no período da manhã e tarde e uma hora e meia de almoço. Segundo o projeto, o grande diferencial desse formato de escola é o foco na autonomia do aluno de forma a desenvolver as suas potencialidades.

A série escolhida por nós foi a do 3º ano “B” e no dia 15 de fevereiro de 2019 tivemos o nosso primeiro contato com a turma acompanhadas do preceptor Adriano César Cabral de Almeida<sup>237</sup>. Neste dia ele enfatizou o planejamento de aulas que abrangia todo o conteúdo previsto para o ano letivo e também nos apresentou para os alunos, falando sobre o nosso intuito na instituição e também nos passou a palavra para falássemos sobre o projeto. Inicialmente a turma foi bastante acolhedora e mostrou-se muito interessada em relação ao que o professor explicava. Para nós foi uma responsabilidade imensa estar ali desde o primeiro dia, pois, se tratava de uma turma concluinte que estava se empenhando ao máximo para realização do ENEM.

Aceito o desafio, iniciamos nossas aulas. A todo momento o nosso preceptor sempre nos auxiliou no que precisávamos e nós aprendemos a cada aula dada assim como os alunos. Foi um processo de ensino e aprendizagem para todos envolvidos. Adriano sempre deu ênfase ao papel desempenhado pelos alunos e a partir disto sempre fazíamos o questionamento se o material preparado para aula incluía os alunos no processo e deixava para trás a ideia de que o professor é detentor de todo o conhecimento e o aluno nada tem a contribuir.

---

237. Mestrando no Programa de Pós-Graduação de Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba.





## 1929: O JORNAL E UMA VIAGEM NO TEMPO

Seguindo o cronograma pré-estabelecido de conteúdos para o primeiro bimestre, no dia 12 de abril passamos a trabalhar o tema: Crise de 1929: a grande depressão. Foi em planejamento com Adriano que nós tivemos a ideia de levar os estudantes para o laboratório de informática e realizar uma espécie de oficina para a produção de um jornal de época, no caso, do século XX fazendo menção ao final de sua segunda década e início da terceira, tendo como temática de contexto histórico a grande crise de 1929 que quebrou a bolsa de valores de New York e representou um período de caos econômico, social e político nos Estados Unidos.

No planejamento definimos que: os discentes se dividiram em grupos, e cada um representaria uma coluna do jornal proposto que respectivamente são: economia, política, entretenimento, cultura, coluna da mulher. Antes de pôr a oficina em prática julgamos necessário fazer algumas considerações sobre a temática que se deram por meio de aulas expositivas e a exibição de um filme relacionado a este contexto histórico intitulado o “O Grande Gatsby”<sup>238</sup>. Com as aulas expositivas e a exibição do filme os alunos puderam entender sobre o conteúdo em si e compreender outros aspectos para além dos políticos e econômicos que abarcavam a atmosfera desta crise que abalou não somente a potência envolvida como diversos países que dependiam dele, como exemplo o Brasil e sua exportação do café.

No dia 26 de abril passado o momento de pesquisa e socialização da atividade, fomos para o laboratório de informática. Para a formatação do jornal utilizamos o programa do pacote office chamado “Publisher”. Na pesquisa feita previamente durante o planejamento da oficina buscamos alguns programas que melhor se encaixasse com o formato “jornal”, mas não encontramos nenhum programa online que atendesse as expectativas, foi quando conversando com amigos da graduação sobre o que estávamos realizando na escola que uma colega citou o programa e foi uma ótima alternativa. Adriano

---

238. Filme australo-estadunidense de 2013, do gênero drama romântico, dirigido por Baz Luhrmann, com roteiro de Craig Pierce e do próprio diretor baseado no romance homônimo de F. Scott Fitzgerald.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

conferiu se os computadores possuíam o programa e após sua confirmação a realização da atividade deu mais um passo.

A atividade ocorreu como o planejado. No decorrer do desenvolvimento houveram alguns momentos de dispersão em virtude do ambiente em que a atividade estava sendo realizada ser um pouco pequeno e o número de computadores que não atendia a demanda da sala, logo, alguns alunos em determinados momentos não se envolviam de maneira direta com a produção do jornal. Como alguns dos estudantes nunca haviam utilizado o programa, também empenhamos um pouco de tempo manuseando e identificando as ferramentas corretas. Adriano deu algumas coordenadas e nos auxiliou no suporte técnico do laboratório. Nós ficamos durante toda a aula auxiliando os grupos e sanando dúvidas que surgiam durante o processo.

Através desta experiência, observamos que nem sempre estar diante dos discentes na sala de aula problematizando um determinado assunto vai atingir a todos de modo geral e em um mesmo grau. Partindo de outras experiências com a turma e observando o desempenho dos alunos, vimos que em alguns casos, alunos que em uma aula expositiva e/ou dialogada nem sempre participaram e demonstraram interesse, mas que ao partir para uma amostra prática daquilo estudado em sala, demonstravam um domínio e interesse que o modelo tradicional de lecionar não pode enxergar.

Decidimos imprimir o material produzido para que os alunos tivessem em mãos o material e evitando assim que esse ficasse salvo apenas nas mídias digitais. Foi muito bom ver a satisfação dos alunos de ter em mãos um material que foi feito por eles. Os grupos puderam socializar os trabalhos entre si através das colunas produzidas. Mas para o relato desta atividade não ficar apenas nas nossas palavras, distribuímos entre os alunos um questionário a fim de tirar conclusões acerca do que o processo representou para eles e como eles avaliam estas atividades.

Ao todo, 24 alunos participaram da atividade. O questionário foi entregue a todos para que respondessem em casa tendo em vista não atrapalhar o andamento das aulas. Adiamos os prazos algumas vezes, mas mesmo assim nem todos os alunos devolveram os questionários, ao final, tivemos o retorno de apenas 10 questionários.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Ao observar a fala dos alunos, de modo geral foi possível verificar que houve uma boa receptividade da atividade e também nos revela algumas noções deles em relação ao processo de ensino aprendizagem. Uma das falas ilustra bastante este aspecto: “Para mim, algo que não seja só o professor falando sobre o assunto, se torna interessante.”. Vivemos em um contexto em que a profissão docente vem sendo colocada em questão, e não é de se admirar, pois, se ser professor é alguém que “transmite conhecimento” e que a noção de conhecimento também se distorce com a “informação”, de fato é plausível de pauta. A internet é atualmente um dos principais se não o principal veículo de informação no mundo. Apesar de ter um grande alcance de usuários, nem todo mundo possui o seu acesso, mas muitas vezes possui-la significa deter o conhecimento. Basta em alguns cliques para encontrar respostas sobre o que se deseja saber. Mas possuir informação é ter conhecimento?

### CONSIDERAÇÕES

Diante dos dados supracitados por meio da análise dos questionários, concluímos que a recepção da atividade, enquanto construção do jornal pelo público discente da turma referente foi bastante positiva. Os alunos sentiram-se satisfeitos com o trabalho coletivo e se mostraram mais ativos com relação à aprendizagem. Portanto, a depender da estrutura do espaço escolar, é importante que o docente busque investir em atividades diversas, sempre ressaltando a importância do aluno como protagonista do saber, pois o conhecimento construído de forma coletiva é mais proveitoso e satisfatório.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

#### **REFERÊNCIAS**

FREIRE, Paulo. Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da Aprendizagem Escolar. São Paulo: Cortez, 2010.

Saberes pedagógicos e atividade docente/ textos de edson nascimento campos...[et al.]; Selma Garrido Pimenta (organização)-7.ed.- São Paulo: Cortez,2009. - Saberes da docência).

LARROSA, JORGE. Experiência e paixão em Linguagem e educação depois de babel. Coleção EDucação: experiência e sentido. 2002. (p. 20-191).

LIMA, Aline Mendes. Narrando o passado: o jornal nas aulas de História. Revista Lhiste: n.1, v.1. 2014.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **A CULTURA INDÍGENA BRASILEIRA EM SALA DE AULA: EXPERIÊNCIA NA ESCOLA MUNICIPAL PADRE ANTONINO**

DÊNIS BARBOSA PEQUENO Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e bolsista no Programa Residência Pedagógica (db.pequeno@gmail.com);

MARIANA MELO ANGELINO Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e bolsista no Programa Residência Pedagógica (mariana.angelino@outlook.com);

REGINA DAS NEVES DE ANDRADE Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e bolsista no Programa Residência Pedagógica (ninha\_2016@hotmail.com);

REGINA COELLI GOMES NASCIMENTO Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco, professora associada III da Universidade Federal de Campina Grande e coordenadora do Programa Residência Pedagógica (reginacgn@gmail.com);

WENDY NICOLLAS DINIZ CIBALDE Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e bolsista no Programa Residência Pedagógica ([nicollasdc@gmail.com](mailto:nicollasdc@gmail.com))

### **Introdução**

O objetivo deste trabalho é relatar uma experiência docente vivenciada na cidade de Campina Grande, Paraíba, na Escola Municipal Padre Antonino, no primeiro semestre de 2019. A escolha do objeto foi motivada pelo trabalho desenvolvido no Subprojeto História, do Programa Residência Pedagógica do Centro de Humanidades da UFCG. A documentação selecionada é constituída por fotografias do processo de elaboração e culminância da oficina: A cultura indígena em sala de aula, evidenciando as produções feitas pelos alunos do sétimo ano A e sétimo ano C, a confecção de murais utilizou de





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

diversas fontes como: músicas, imagens, mapas, além da preparação e degustação de comidas típicas, a oficina contou com o apoio de todo o corpo escolar, havendo a interação da comunidade nas produções da culminância. A partir dessa documentação percebemos a necessidade de analisar os resultados significativos relativos à temática “indígena no contexto escolar” na aprendizagem dos alunos. Durante a concretização do trabalho, dialogamos com alguns autores, a exemplo de Fabricio Adriano, com a proposta de trabalhar a temática indígena através de uma intervenção e Jorge Larrosa Bondía, com suas reflexões sobre o saber da experiência.

#### **Metodologia**

No primeiro semestre de 2019, foi elaborado uma intervenção na Escola Municipal Padre Antonino, em conjunto com a preceptora Iva de Aguiar Camelo, a proposta foi realizar uma oficina com murais e pesquisas realizadas pelos os alunos do sétimo ano A e C e repensarmos o espaço escolar para atividades que envolvessem o protagonismo do aluno.

O cronograma do trabalho foi organizado com as seguintes etapas:

1) Em sala de aula, sendo realizado aulas dialogadas com os alunos para que se fosse debatido a temática, devidamente como a LEI Nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003 exige, problematizando as populações indígenas através das construções imagéticas do senso comum, abrangendo a complexidade desses grupos étnicos e historicizar esses grupos. No processo de problematizar e de pensar os povos originários de maneira não-imutável, trabalhamos com alguns aspectos contemporâneos, com a utilização de imagens transmitidas por um datashow, a exemplo de grupos musicais de rap, de rock, moradias urbanas, se discutiu com os alunos a comunidade potiguara na região da Baía da Traição no estado da Paraíba.

2) Foi proposto seminários, envolvendo pesquisas e produção de cartazes com as temáticas de: organização social, idiomas, educação, culinária, religião, arte, história dos povos indígenas da Paraíba, arquitetura e o lugar dos povos indígenas em nossa contemporaneidade.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

3) Dialogando com os alunos, decidimos em conjunto apresentar para o corpo administrativo da escola e para a coordenação do subprojeto de história do programa Residência Pedagógica, foi elaborado um mural com a supervisão dos residentes, tendo em vista o protagonismo dos alunos na produção de confecção desde a pesquisa, na busca por imagens, criação de textos e desenhos próprios, escolha de músicas e das colagens no material de tecido TNT. As imagens a seguir são referentes aos alunos na produção dos murais a primeira imagem da esquerda para direita, são os alunos do 7º C e a segunda imagem é referente aos alunos do 7º A.



4) Na data 13/06/2019 foi realizada a atividade, com a exposição dos materiais produzidos pelos alunos e a degustação de comidas típicas da culinária indígena.

#### **Resultados e Discussão**

Na realização da oficina que ocorreu no dia 13/06/2019, podemos acompanhar toda a produção intelectual dos alunos voltada à cultura indígena, como as problematizações do que é ser indígena, de respeito à diversidade e a contribuição indígena no contexto social deles, nesse critério avaliou-se:

1) Protagonismo dos alunos perante a pesquisa e a produção do material, nesta etapa podemos escutar os alunos a respeito de suas problemáticas, a exemplo das experiências vividas por alguns na região potiguara da Baía da Traição onde relataram que viam indígenas andando de carro, utilizando celular e nestas indagações deles a discussão utilizada era “o indígena perde suas características potiguaras por utilizar aparelhos eletrônicos ou automóveis?”. “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca” (Larrosa, 2002, pág. 20). Buscamos aqui relacionar as experiências dos alunos com a nossa metodologia, 2) a interação do corpo administrativo com a atividade, neste ponto tivemos que dialogar para que pudéssemos utilizar um espaço da escola, sendo concedido realizamos a atividade conforme planejada e a 3) participação da comunidade, neste caso referimos aos pais, que se tornou uma “intervenção” no conteúdo ministrado, pois na escolha do que seria oferecido no café da manhã, debatemos com os alunos o que poderia ser preparado, propomos a culinária de origem indígena.

1) O resultado esperado, quanto à proposta de experimentar uma nova metodologia para o conteúdo do livro didático, foi observado o entusiasmo dos alunos em elaborar suas próprias pesquisas, envolvendo-o na produção do saber, o resultado esperado foi de sucesso, percebemos a maior interação dos alunos com o conteúdo, com o rompimento das aulas convencionais obtivemos mais abertura para o diálogo, a naturalidade do aluno na fala, a vontade de apresentar sua produção para o corpo administrativo da Escola Padre Antonino e para a coordenação do subprojeto de história do programa Residência Pedagógica. A imagem a seguir mostra os alunos apresentando o trabalho para a coordenadora do subprojeto de história do programa Residência Pedagógica dra. Regina Coelli Gomes Nascimento.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

2) A interação do corpo administrativo com a atividade superou nossas expectativas, toda a escola envolveu com a atividade desde a coordenação pedagógica, os funcionários da cantina auxiliando com a distribuição do café e os alunos das demais turmas da escola que participaram da culminância da oficina. A imagem a seguir mostra a interação do corpo administrativo auxiliando servindo os alunos.



3) A participação da comunidade na produção do café da manhã foi essencial para a oficina, além de mobilizar o corpo escolar e os alunos, conseguimos a interação dos pais e responsáveis, que contribuiram preparando as comidas típicas em casa para serem degustadas na oficina pelos alunos.

As imagens abaixo da esquerda para a direita, a primeira o corpo escolar auxiliando servindo os lanches para os alunos e a segunda é uma imagem da mesa do café da manhã que os pais ajudaram a realizar.





## Conclusão

Diante dos dados obtidos podemos concluir que é possível construir um conhecimento através do protagonismo dos alunos e pensar em uma expansão dos saberes, no qual o envolvimento da comunidade abrangeu uma perspectiva metodológica, para nós futuros docentes inovadora, rompendo com os padrões tradicionais de ensino, no qual o professor é visto como o único fomentador de conhecimento.

O discurso de Jorge Larrosa Bondía, redigido em texto intitulado: *Notas sobre a experiência e o saber de experiência* enfatizando o poder da palavra, sua capacidade de promover o bem ou o mal nos remete a uma experiência possibilitada pela Residência Pedagógica na Escola Municipal Padre Antonino na cidade de Campina Grande, estado da Paraíba, ao qual em contato com alunos do 7º ano do ensino fundamental vivenciamos o poder dela de forma transformadora na construção de nosso caminho como futuros docentes. As atividades desenvolvidas contribuíram para a formação docente dos residentes que, por meio do Programa Residência Pedagógica tiveram a oportunidade de vivenciar experiências em sala de aula e pensar o ensino de História de forma acessível, democrática e criativa.

## Referências

ADRIANO, Fabricio. **A temática indígena no contexto escolar: Uma proposta de intervenção diagnóstica**, In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, UDESC 2017, Florianópolis, SC.

BONDÍA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**, In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPINAS, 2001, Campinas, SP.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## EXPERIÊNCIAS COMPARTILHADAS NO PIBID E POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIA DOCENTE: O QUE ACONTECE AGORA?

POLICARPO, Natacha A.<sup>239</sup>

Profa.º Dra. Silêde Leila O. Cavalcanti<sup>240</sup>

Universidade Federal de Campina Grande

natachapolicarpo@gmail.com

**Resumo:** O presente trabalho gira em torno de uma breve discussão sobre as fragilidades da formação docente e as contribuições do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) a partir das experiências vivenciadas neste, assim como as possibilidades de oposição às medidas e tendências educacionais que afetam o programa. A proposta é que através da minha experiência como pibidiana de História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) no período de 2018-2019 e o conteúdo presente no questionário aplicado aos bolsistas do programa, seja possível trabalhar pressupostos teóricos que envolvem Políticas Públicas, aprendizagem compartilhada e resistência docente. Desta forma, podemos fazer uma reflexão mais crítica sobre nossa conjuntura atual e programas de formação, a intenção é alimentar o debate sobre a importância de políticas públicas e incentivo da prática docente, ao mesmo tempo que busco relatar as inquietudes que proporcionaram uma resistência à tentativa de decomposição do programa, mas que hoje seguem um caminho incerto.

**Palavras-chave:** PIBID, experiências, resistência docente, formação de professores.

Ser professora é uma trajetória constante de descobertas e compartilhamentos, seja de conhecimento, práticas pedagógicas ou de afetividade. Como pibidiana de História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) no período de 2018-2019, pude trabalhar melhor esses aspectos e consolidar algumas conclusões sobre a profissão docente, a primeira é algo que minha idealização sobre ser professora não permitia

---

<sup>239</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal de Campina Grande e bolsista no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

<sup>240</sup> Orientadora do trabalho. Doutora em História pela Universidade de Pernambuco e Professora de História na Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: sileilaoc@hotmail.com





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

acreditar: nada na docência é um mar de rosas, pelo contrário, é um caminho cheio de obstáculos. No entanto, há momentos que fazem valer a pena, as vezes pequenos, como gestos de carinho e agradecimentos, mas que são gratificantes. Pensando nesse processo de se transformar em uma educadora, acabei apropriando o conceito de experiência de Larrosa (2007) para a minha realidade, este retrata a experiência como aquilo que nos passa, ou nos toca, ou nos acontece, e a deixando emergir possui a capacidade de formação e transformação. Sendo assim, é necessário deixar-se vivenciar as experiências. Para mim, é através desse conceito de experiência que deve-se pensar a formação docente, na necessidade de permitir que os licenciandos sejam “afetados” antes do término do curso, precisamente, nos momentos iniciais, para que faça parte de sua trajetória acadêmica o pensar dentro da sala de aula. Penso assim porque o PIBID mudou minha forma de enxergar a docência e ajudou a percebê-la como um processo de constante movimento onde é preciso sempre pensar como lidar com o sujeito, a instituição e o própria matéria, nesse sentido a parte teórica também é extremamente importante porque ela serve para complementar e construir metodologias, conteúdo e questionar o Ser Professor, o que realmente falta é inserir o universitário na realidade da Educação Básica.

Encontrei respostas semelhantes a forma que penso quando apliquei um questionário a sete pibidianos de história da UFCG que participaram desse projeto comigo, ou seja, no recorte de 2018-2019. O intuito era de complementar e enriquecer a questão sobre experiências compartilhadas e as inquietação acerca da formação docente que faço ao decorrer do trabalho, assim como adentrar nas significações desse processo para eles. A seguir temos uma resposta sobre disparidade entre a teoria acadêmica e a realidade da educação básica:

[...] podemos pensar que é necessário uma adaptação não da universidade, mas do universitário, [...] não se resume a questão teórica e sim uma questão de vivência, vendo de forma ampliada isso prejudica pessoas no encontro de um amor e ação pela docência, o que creio a universidade poderia auxiliar mais, essa carência pode, portanto, ser retirada, em parte, pela participação no PIBID.<sup>241</sup>

<sup>241</sup>Resposta concedida por Atencioso no mês de Outubro de 2019 através de formulário do Google.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Percebe-se como Atencioso<sup>242</sup> acredita que a problemática não está na questão teórica, mas na vivência desses futuros professores, sendo a realização de programas como o PIBID um dos meios para suprir essa necessidade. Os outros pibidianos não pensam diferentes, relataram que durante a graduação não são preparados para a sala de aula, mostram-se um choque de realidade com o primeiro contato. Em destaque, a resposta da Resiliente:

[...] A verdade é que quando pensamos na sala de aula ao longo da graduação nos preenchemos de ideias fantásticas e até de algumas utopias que muitas vezes acabam por não se concretizar, o mundo da docência é repleta de imprevistos, por vezes esquecemos que naquele espaço inúmeras realidades e personalidades diferentes se chocam, [...]<sup>243</sup>

O PIBID acaba sendo fundamental para enxergar essa realidade o quanto antes, outro aspecto que gostaria de destacar no programa é a construção de saberes docentes a partir do compartilhamento de experiências. Algumas das experiências compartilhadas pelos pibidianos consistem nas oficinas pedagógicas e reuniões, que nos ajudam a melhorar como professores; o desenvolvimento de práticas de ensino da História e o intercâmbio entre Universidade e Escola Básica, especificamente um evento realizado na Universidade com o objetivo de trazer os alunos das escolas públicas para compartilhar o espaço e os projetos desenvolvidos com os pibidianos.

Ao serem questionados, Dedicada relatou que o contato com os alunos fez com que ela percebesse como sua presença pode ser um elemento de suporte dentro da sala de aula. Por outro lado, o supervisor Compreensivo considerou um desafio organizar as aulas em conjunto, possibilitando aprendizados para todos. A seguir, temos Atencioso que se estendeu um pouco mais, de início, contou sobre como foi afetado por uma das primeiras atividades que fez enquanto bolsista do PIBID, como supervisor, declarou que a responsabilidade que tem como uma pessoa, de certo modo, que serve de exemplo, foi

<sup>242</sup> As identidades dos pibidianos ganharam novos sentidos, sendo caracterizadas com algo que considero uma de suas qualidades, preservando seus nomes para evitar qualquer desentendimento.

<sup>243</sup> Resposta concedida por Resiliente no mês de Novembro de 2019 através de formulário do Google.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

algo que mais chamou sua atenção. Para pontuar, referiu-se como foi fundamental as reuniões com os pibidianos para crescerem juntos.

Percebe-se como esse processo é diferente para cada um, particularmente, algo que me deixou marcas foi o compartilhamento da docência com a minha companheira de turma, com ela pude pensar, escutar e refletir sobre as subjetividades da prática. Acredito que ambas participamos da caminhada uma da outra e nos permitimos aprender e compartilhar essa experiência que é ser professora. Assim como compartilhamos a docência, também possuímos preocupações semelhantes.

Essa inquietação não é apenas algo entre duas pessoas, quando perguntei aos pibidianos sobre o futuro do PIBID, recebi respostas relacionadas às incertezas que o governo atual proporciona e a preocupação de encerramento do programa, principalmente por verem este como uma ferramenta de complementação curricular e ampliação das experiências. Cabe-nos perguntar, porque essa preocupação e o que está afetando o programa? quais as alternativas que estão sendo tomadas? quem são as pessoas prejudicadas?

Primeiro, é interessante evidenciar que o PIBID surge como uma política educacional, provavelmente impulsionado, entre outros motivos, pela agenda governamental brasileira do início dos anos 2000 que passou a promover políticas sociais, construindo um período significativo de crescente formulação e estudos sobre políticas públicas. (Draibe e Riesco, 2009 apud Cortes e Lima, 2012. p.35). Sendo assim, o programa se estabelece como um projeto tanto social quanto educacional, o edital N° 7/2018 publicado recentemente, manteve os princípios norteadores do programa definido em 2007: o incentivo aos docentes em licenciatura que buscam pelo magistério, possibilitando a valorização da docência e elevando a qualidade da formação; que essa construção seja feita ao inserir os licenciandos no cotidiano da escola, proporcionando-lhes oportunidades de articulação com a teoria aprendida na Universidade e a realidade da educação básica, essa interação acontece através da participação em experiências e práticas docentes que busquem serem inovadoras e interdisciplinares, superando problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Logo, é angustiante ver um programa de formação como o PIBID, a educação em si, sendo afetado desde 2015 pelo cenário político-econômico do país. O governo Temer (2016-2018) fortaleceu a política de ajuste fiscal com sua agenda neoliberal, e acenou ao enfraquecimento das políticas sociais em nome de uma melhoria para o setor empresarial. (COSENZA, 2018, p. 701). No entanto, em fevereiro de 2016, pouco antes mesmo de Temer assumir, surgiu o rumor de cortes orçamentário e direcionamento do programa para as escolas com rendimento baixo, gerando manifestações populares em todo território nacional. A movimentação virtual ficou marcada com a hashtag #FicaPIBID, mas também houve atos nas ruas, aulas públicas, abaixo-assinado e cartas de diversas entidades em defesa ao programa. O governo acabou recuando, mas afirmou que o PIBID estava passando por uma reavaliação.

A ameaça continuou em 2017, gerando algumas mobilizações pela sua continuidade. Segundo Cosenza (2018) houve a divulgação de não prorrogação do edital Capes n. 61, referente ao PIBID, mesmo depois do abaixo-assinado com 318 mil assinaturas protocolado em janeiro de 2018 que solicitava a finalização de novos processos seletivos. A decisão implicou no desligamento de 70 mil bolsistas e o afastamento de 5 mil escolas, prejudicando os alunos que utilizam da bolsa para se manter na universidade, as atividades escolares e projetos relacionados ao programa.

A pesquisadora relata que em março do mesmo ano, dois novos editais interligando o PIBID ao novo programa Residência Pedagógica foram publicados pelo MEC, garantindo 45 mil vagas para cada um deles. Lembrando que apenas o PIBID concedia 70 mil bolsas, um corte de 25 mil. O programa voltou em meados de agosto de 2018 com atrasos nas bolsas, normalizando apenas no ano seguinte. Atualmente não sabemos se terá novo processo seletivo para 2020, de acordo com Taffarel e Neves (2019) estamos em um contexto político que se mostra cada vez mais ultraconservador e neoliberal, no qual possui como protagonista o desmonte da educação. Em poucos meses do governo Bolsonaro (2019-) a ascensão conservadora foi capaz de reduzir verbas e fazer cortes orçamentários gigantescos, atacando principalmente as bolsas de pesquisas, tais medidas geraram diversas manifestações que levaram pessoas a rua, em maioria estudantes. (TAFFAREL, NEVES, 2019. p.328). Outro ponto das tendências educacionais





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

bolsonarista é o programa Future-se que visa o desgaste da autonomia universitária e o desmantelamento do espaço público em nome do empreendedorismo.<sup>244</sup>

Observa-se como nos últimos anos viemos sofrendo com medidas de sucateamento e precarização da educação, tendendo a piorar com o atual governo, assim, manifestações vem tomando conta do país, mas também acabam se desgastando com a postura do governo de não ouvir as reivindicações das minorias. Essa falta de diálogo foi algo que uma das pibidianas também se mostrou preocupada quando questionei sobre quais as medidas que deveriam ser tomadas para combater o fim do programa. Os demais falaram sobre buscar fazer mais ações de mobilizações levando os projetos para a rua, trazer mais visibilidade através das rede sociais e também publicações de trabalhos, campanhas para a valorização de professores, entre outros.

Foram sugestões e possibilidades de resistência docentes interessantes, lembrando até meados de 2016, que foram mobilizações fundamentais para o programa conseguir manter o seu espaço na universidade, mas agora estamos esperando o futuro sem saber direito como reagir diante de tantas pautas para reivindicar e tentar manter.

O programa tem uma avaliação positiva, consta-se também que possui suas falhas e dificuldades como qualquer programa que tem como base a convivência entre um grupo de pessoas. No entanto, é algo que construímos juntos e temos muito o que trabalhar, acabar com o PIBID sem alternativas equivalentes é deixar explícito o desrespeito ao longo caminho que ainda precisamos percorrer para melhorar a educação e a formação docente no país. Com isso, o presente trabalho, através de pesquisa qualitativa, buscou fazer algumas breves considerações sobre a importância de políticas públicas para a formação docente, abordando como as preocupações que cercam a unidade acadêmica nesses últimos anos sucedeu em movimentações de resistência docente e estudantil, reforçando sua importância diante de governos que fragilizam o ensino público. Por fim, considero importante que os cursos de licenciatura pensem em preparar seus alunos com o

---

<sup>244</sup> Saiba mais sobre o Future-se na Carta de Vitória publicado pela ANDIFES <Disponível em: <http://fasubra.org.br/wp-content/uploads/2019/07/Carta-de-Vit%C3%B3ria.pdf>>





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

constante diálogo entre vivência prática e a teoria, ainda no começo de sua trajetória, não deixando o PIBID acabar tão facilmente, resistiremos.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB). **CHAMADA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS EDITAL Nº 7/2018**. Brasília. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/01032018-Edital-7-2018-PIBID.pdf>>

CORTES, Soraya Vargas. LIMA, Luciana Leite. **A contribuição da sociologia para a análise de políticas públicas**. Revista Lua Nova, São Paulo, 87: 33-62, 2012

COSENZA, Angélica. **FORMAÇÃO DOCENTE NO PIBID: ENTRE A POTÊNCIA E A RESISTÊNCIA**. Revista Pesquisa e Debate em Educação, 2018. p. 700 - 707

LARROSA, Jorge. **Linguagens e Educação depois de Babel**. Coleção: Educação: Experiência e Sentido. Tradução de Cynthia Farina. Editora: Autêntica, 2007. p.151 -163

TAFFARELL, Celi Nelza Zülke. NEVES, Márcia Luzia Cardoso. **TENDÊNCIAS DA EDUCAÇÃO FRENTE À CORRELAÇÃO DE FORÇAS NA LUTA DE CLASSES: uma análise do governo Bolsonaro na perspectiva educacional**. Estudos IAT, Salvador, v.4, n.2, p. 310-329, set., 2019





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA DURANTE O ENSINO FUNDAMENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO BAIRRO DO JOSÉ PINHEIRO-CAMPINA GRANDE- PB**

Edvânia Da Silva Nascimento

(edvanianascimento504@gmail.com)<sup>245</sup>

Erykles Natanael De Lima Vieira

(eryklesufcg@gmail.com)<sup>246</sup>

Juciene Ricarte Apolinário

(apolinarioju@hotmail.com)<sup>247</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Após décadas de lutas do movimento negro brasileiro, o ano de 2003 foi marcado por uma grande conquista para todos os negros e negras, cujas histórias e a dos seus ancestrais foram negligenciadas e silenciados durante séculos, tanto no meio social intelectual, em especial na educação públicas brasileiras. A Lei Nº10.639/2003, que instituiu o ensino da História e Cultura Afro-brasileira nos currículos e bancos escolares de nossa educação, desta forma, a lei tentar trazer em evidencia a cultura e história negra.

Dezesseis anos após esse marco que efervesceu ainda mais os debates étnicos raciais, o objetivo central desse trabalho é a análise e debate da aplicação exigida por lei de conteúdos voltados ao ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, em escolas que o Programa de Educação Tutorial- PET Educação Conexão de Saberes desenvolveu atividades nos anos de 2018 e 2019. Escolas estas localizadas no periférico bairro José

---

<sup>245</sup> Autora, graduanda pela UFCG, bolsista pelo programa PET Educação - Conexão de Saberes;

<sup>246</sup> Autor, graduando pela UFCG, bolsista pelo programa PET Educação - Conexão de Saberes;

<sup>247</sup> Orientadora do trabalho, professora doutora na UFCG e tutora do PET Educação - Conexão de Saberes (UFCG).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Pinheiro (Campina Grande-PB/BR), cuja maioria da comunidade é formada por moradores de cor preta e classe social baixa.

Como referencial teórico, trabalhamos especialmente com Thompson (1966) e seu conceito de “história vista de baixo”. Como fontes, trabalhamos com questionários respondidos por professores graduados em história e formadores do corpo docente das escolas, o Plano Político Pedagógico das escolas, livro escolar fornecido pelo Governo Federal e escolhido pelos professores das escolas analisadas, além de documentos oficiais, a exemplo da Lei 10.639/2003.

Esta pesquisa nos mostrou que ainda há diversas lacunas a respeito de sua aplicação efetiva.

## **METODOLOGIA**

A elaboração desse trabalho se deu primeiramente com a análise do texto da Lei Nº10.639/2003, observando as características e diretrizes que orientam e normatizam a prática de ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos e bancos escolares da educação brasileira.

O segundo passo foi à análise do livro didático direcionado às turmas do sétimo ano do ensino fundamental da escola nomeada “Escola Estadual do José Pinheiro” e as turmas de oitavo ano do ensino fundamental da escola nomeada “Escola Estadual Antônio Vicente”, visando observar como o Governo Federal e os professores destas escolas escolheram livros que trouxessem para os alunos as temáticas étnicas tal qual esta previsto e preconizado na lei.

A terceira fase da metodologia da pesquisa foi à análise do Plano Político Pedagógico das escolas. A quarta fase da metodologia foi à formulação dos questionários para aplicação aos professores das turmas do sétimo e oitavo anos dessas escolas. A quinta e última fase da pesquisa foi o cruzamento de informações entre as atividades propostas





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

pelo livro didático, o Plano Político Pedagógico das escolas e os questionários dos professores já respondidos.

A baixo temos o modelo do questionário que foram passados para os professores responderem.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO  
PET-EDUCAÇÃO CONEXÃO DE SABERES  
PESQUISA SOBRE ENSINO DE DA ÁFRICA E AFRO-BRASILEIRA

#### QUESTIONÁRIO DOCENTE

Formação: \_\_\_\_\_

Tempo que exerce o magistério: \_\_\_\_\_

1. Como é realizado o planejamento na escola, há PPP? Se houver nele é tratado sobre o ensino da história da África e afro-brasileira?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

2. Como é realizado o planejamento da disciplina de história?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

3. Como são elaborados os Planos de Aula sobre história da África e afro-brasileira?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

3. Quais os aspectos considerados no processo de seleção de conteúdos, metodologias e avaliação do rendimento escolar?

\_\_\_\_\_

5 - Quais recursos didáticos são utilizados nas aulas de História da África e afro-brasileira?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

6 - Quais os principais problemas enfrentados quanto ao ensino dessa temática?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

7 - Qual sua visão sobre a importância do ensino da temática da África e afro-brasileira?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Local \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do professor Regente





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

FONTE: ACERVO PESSOAL DOS AUTORES.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a análise dos textos da Lei Nº10.639/2003, dos livros didáticos citados, do Plano Político Pedagógico das escolas analisadas e dos questionários respondidos pelos professores das escolas recortadas no bairro José Pinheiro, em Campina Grande- PB- BR , os resultados da pesquisa apresentaram resultados muito interessantes a respeito da formulação e aplicação da lei nas escolas em xeque.

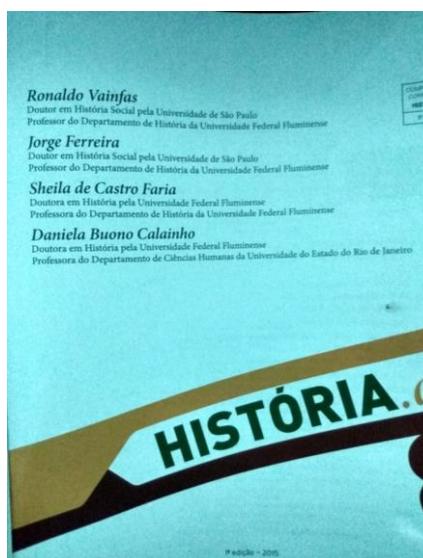
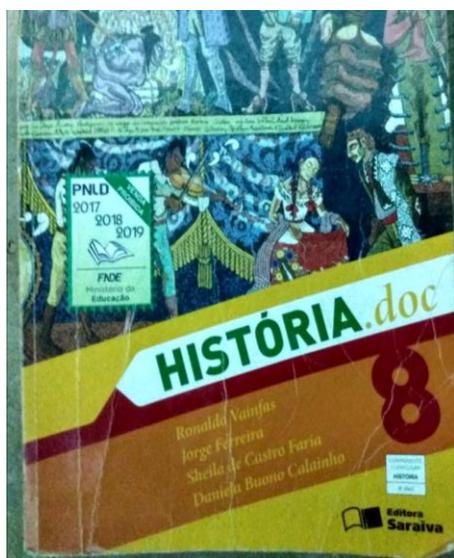
Ao desfiar os resultados da pesquisa aos olhos da ideia de “história vista de baixo” desenvolvida pelo historiador Thompson (1966) além de ser o bairro e o público das escolas que serviram como palco para a pesquisa formado majoritariamente por pretos e/ou pobres, podemos perceber que no texto da Lei Nº10.639/2003 temos um texto que, ao tempo que lança que incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil, temos várias lacunas generalistas, por exemplo, os termos e artigos masculinos retiram muito da influência feminina que as negras africanas e afro-brasileiras desenvolveram e desenvolvem no país.

Quanto aos livros didáticos, percebemos que estes apresentam de maneira regular o que a lei propõe, buscando relatar mais sobre a história geral da África, porém levando aos discentes links de ideias nos quais estes e seus professores podem enriquecer seus conhecimentos à respeito da cultura africana e afro-brasileira, como por exemplo, a sugestão da visita em um terreiro de candomblé e/ou umbanda.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA



Imagens 03 e 04: Fotografia de exemplar de livro didático utilizado com as turmas do oitavo ano do ensino fundamental da Escola Estadual do José Pinheiro- CG/PB. (fonte: acervo pessoal dos autores).

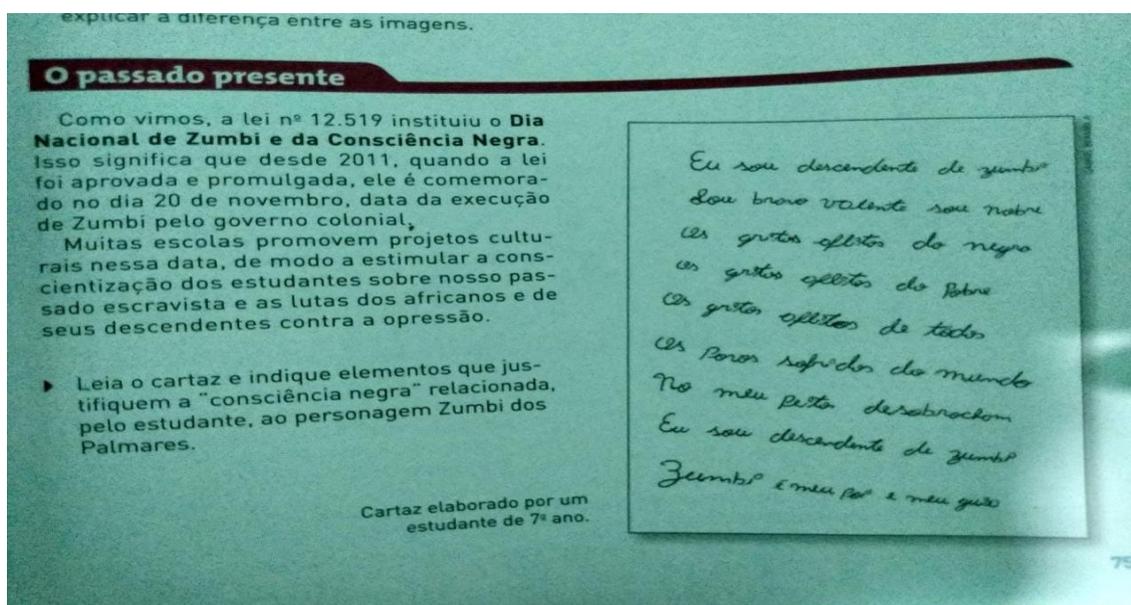


Imagem 05: Fotografia retirada em exemplar de livro didático utilizado com as turmas do oitavo ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual do José Pinheiro- CG/PB. A fotografia diz respeito a uma atividade reflexiva sobre a lei nº 12.519. (fonte: acervo pessoal dos autores).

Quanto aos questionários dos professores, percebemos que o problema maior é, assim como nos livros didáticos, os conteúdos são generalistas, e apesar dos professores buscarem agregar as suas aulas tópicos sobre história e cultura da África e afro-brasileira, também encontram resistências da parte dos alunos, tanto pelo fato de que estes muitas





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

vezes vêm à sala de aula sem muito aprendizado prévio sobre a história e cultura da África e afro-brasileira, como pelo fato da demonização social que há contra o povo negro e alguns aspectos deste, como por exemplo, as religiões de matriz africana.

A resposta ao questionário por parte dos professores, inicialmente, é responder que a temática é importante, que é imprescindível, mas muitas vezes ao se tratar dos africanos os professores se atem ao conteúdo da escravidão, sem levar em consideração a rica e diversa cultura africana, assim como a complexa etnia. Por isso, muitos professores respondem, que é importante, mas para pensar o Brasil escravocrata. E isso mostra a deficiência a própria formação do professor, não só de história, mas de todas as licenciaturas.

Quando o professor não dá a possibilidade do alunado não observar essas perspectivas mais profundas da presença negra no Brasil, acaba por silenciar até as vozes mais próximas do alunado, por exemplo, o próprio José Pinheiro, fundador do bairro na qual os alunos moram e estudam, era negro. E isso não é mostrado em sala de aula, isto, acaba alimentando o preconceito e o distanciamento do aluno com o seu lugar de convivência.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É perceptível que mesmo após dezesseis anos de promulgação da Lei Nº10.639/2003, ainda há muitas falhas que vem desde a sua criação, até a sua aplicação tanto no material oficial oferecido pelo Estado, quanto pela formação prática e aplicação dos conteúdos do qual a lei se trata. Esse fator pode, na comunidade analisada, influenciá-los a não reconhecer/negar suas origens afro.

Só com o ensino mais profundo, ou pelo menos, mais responsável, onde o professor não negligencia a temática afro-brasileira, é que futuramente não veremos episódios de racismo e preconceito com o lugar de origem e isso parte muito da educação que propormos para os jovens de hoje.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

LAUREANO, M. A. **O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA: EXPERIÊNCIAS A PARTIR DA SALA DE AULA.** IN: MACEDO, JR., ORG. **DESVENDANDO A HISTÓRIA DA ÁFRICA** [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades series, pp. 211-222. ISBN 978-85-386-0383-2.

MELO, T. S. **REPRESENTAÇÃO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO ENSINO MÉDIO (CAMPINA GRANDE –PB).** Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

MEC. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.**/ Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília:, SECADI,2013. 104 p.

THOMPSON. E. P. **A HISTÓRIA VISTA DE BAIXO.** Editora da Unicamp, 2001.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

**GRUPO DE TRABALHO 12: FONTES PARA A  
HISTÓRIA AMBIENTAL NO BRASIL  
CONTEMPORÂNEO: DEBATES TEÓRICOS,  
ENFOQUES CRIATIVOS E TENDÊNCIAS  
ATUAIS**

**COORDENADOR: JOSÉ OTÁVIO AGUIAR – UFCG**





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

COMUNICAÇÃO ORAL

## **NOTAS SOBRE O LINHO E SEUS USOS NOS ESTUDOS BOTÂNICOS DE MANUEL ARRUDA DA CÂMARA: DISSERTAÇÃO SOBRE AS PLANTAS DO BRASIL (1810)**

Márcia Maria Costa Gomes<sup>248</sup>

Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG/UFPB)

mmarciagomes@gmail.com

Bartolomeu Israel de Souza<sup>249</sup>

Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG/UFPB)

bartolomeuisrael@gmail.com

José Otávio Aguiar<sup>250</sup>

Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFCG)

j.otavio.a@hotmail.com

### **Apresentação**

Este artigo versa sobre a temática ambiental cuja relação sociedade e espaço sintetiza um dos nexos estruturantes da geografia. É no legado do naturalista Manuel Arruda da Câmara que centraremos nossa discussão. Dentre os documentos escritos por ele, elegemos para análise a “Dissertação sobre as plantas do Brasil” escrito em 1810. O nosso ponto de partida para a análise da referida fonte documental, baseia-se no seguinte questionamento: Que interesses levaram o naturalista, Arruda da Câmara a elaborar uma dissertação sobre as plantas no Brasil?

Esta discussão faz parte de reflexões da tese de doutorado em curso, que está diretamente relacionada com a temática e com o naturalista, em apreço. Na busca de responder o questionamento, necessitamos não apenas debruçar no uso da fonte

---

<sup>248</sup> Doutoranda.

<sup>249</sup> Orientador.

<sup>250</sup> Co-orientador.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

documental *per si*, mas, analisá-lo dentro do contexto histórico e do espaço vivido pelo naturalista.

Portanto, adotamos como procedimento metodológico a análise de uma das fontes documentais<sup>251</sup> existentes do naturalista viajante aludido, da qual selecionamos a “Dissertação sobre as plantas do Brasil” de 1810. Entendemos que é o presente que ilumina o passado. Sendo assim, analisaremos a fonte documental à luz da geografia histórica e de um arcabouço teórico referendado por estudiosos que debruçaram, não somente sobre a temática ambiental, mas dos naturalistas viajantes e de todo o contexto histórico colonial da América Portuguesa.

Portanto, contextualizaremos brevemente a Europa e a colônia da América portuguesa setecentista como elementos essenciais para compreendermos o espaço e tempo vivido do naturalista Arruda da Câmara. Depois, esboçaremos o trabalho de campo que envolve a botânica de Arruda da Câmara. E por fim, dedicaremos detidamente à análise documental a partir da elaboração de um quadro didático em que descreveremos respectivamente a classificação das plantas, usos e finalidades, bem como, compreender os interesses que levaram o naturalista, Arruda da Câmara a elaborar uma dissertação sobre as plantas no Brasil.

#### **1. O Legado de domínio e poder da família patriarcal: Espaço e tempo do naturalista Manuel Arruda da Câmara**

A Europa do século XVIII, designada como o “Século das Luzes” foi tecida pelas entranhas do processo histórico, revestida por uma atmosfera filosófica contestatória do saber e do conhecimento, que substanciaram eventos revolucionários<sup>252</sup>, cujo palco territorial se desenvolveu nos domínios franceses e ingleses. Em Portugal, um evento de

<sup>251</sup> Coligida no estudo biográfico, organizado em forma de livro “Manuel Arruda da Câmara: Obras reunidas (1752-1811)” pelo pesquisador José A. Gonalves de Mello, publicada em 1982.

<sup>252</sup> Ler: Eric HOBSEAWM “A era das Revoluções (1789-1848)” (1977).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

magnitude distinta, abalou e destruiu boa parte do seu território, como a catástrofe natural do terremoto<sup>253</sup>, que de alguma maneira contribuiu para a ascensão da política pombalina.

No contexto acima destacado, como parte desse esforço de “reconstrução” do país, as ideias iluministas e renovação do conhecimento circundaram as instituições estatais, que proporcionaram o agenciamento e subsídio cooperativo, a exemplo da Universidade de Coimbra que envolveu um conjunto diverso de profissionais que se espriavam no ambiente acadêmico, eram técnico-administradores, bem como, estudiosos como astrônomos, engenheiros-cartógrafos, médicos, cirurgiões e naturalistas. Contratavam-se profissionais técnicos e “homens de ciência”, tanto estrangeiros quanto os da própria instituição. Nesta direção, informa M<sup>a</sup> Elice Brzezinski Prestes:

Foi apenas a partir da década dos anos setenta do século XVIII que, sob a égide do pensamento ilustrado de Sebastião José de Carvalho e Mello (1699-1782), o futuro marquês de Pombal, mentor das reformas promovidas no Reino português, Coimbra tonou-se o centro intelectual luso, passando a formar homens dotados dos novos conhecimentos das ciências naturais em que se dava o relevo à História Natural (PRESTES, 2000, p. 70).

Dentre as ações que demarcaram as reformas pombalinas referem-se ao ensino das chamadas escolas menores, a Estatutária da Universidade de Coimbra e a expulsão dos jesuítas. Após o terremoto que arrasou Portugal, o Marquês de Pombal (1759 a 1779) convida Domingos Vandelli, filósofo italiano para implantar as reformas, da qual se torna responsável pela implantação do Jardim Botânico, do Laboratório Químico e do Museu de História Natural desta universidade supramencionada.

Em se tratando da formação social colonial da América portuguesa, estruturada entre os grandes proprietários rurais e os escravos (índios e negros), não havia lugar para trocas intelectuais. Os únicos que eram dotados de dimensão intelectual nesta sociedade rigidamente escravista eram os religiosos e, particularmente os membros da Companhia de Jesus. Somente o ingresso no ensino religioso poderia explicar ou justificar os estudos, que foi o caso de Manuel Arruda da Câmara.

O TERRAMOTO DE 1755, A TORRE DO TOMBO E MANUEL DA MAIA”. FONTE: ARQUIVO NACIONAL – TORRE DO TOMBO. [HTTP://ANTT.DGLAB.GOV.PT/EXPOSICOES-VIRTUAIS-2/O-TERRAMOTO-DE-1755-A-TORRE-DO-TOMBO-E-MANUEL-DA-MAIA/](http://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/o-terramoto-de-1755-a-torre-do-tombo-e-manuel-da-maia/)





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Não se sabe ao certo a sua data nascimento, haja vista a polêmica que alguns apontam ora, nascido em Pernambuco, ora na Paraíba<sup>254</sup>. O ponto consensual desta discussão consiste nos registros documentais que identificaram o seu pai como Capitão-Mor, Francisco de Arruda Câmara e que residiu no sertão de Piancó<sup>255</sup> (Jurisdição de Pombal) na Paraíba do Norte, beneficiário de sesmarias, que objetivava a produção agrícola e o povoamento do sertão da Capitania da Paraíba.

Os dois quadros abaixo demonstram algumas das propriedades e terras adquiridas<sup>256</sup> pelo pai de Manuel Arruda da Câmara, pela via de concessão das Sesmarias, o que nos dá uma dimensão espacial relacionada à conquista territorial, muito embora nestas cartas de concessão não tenha a definição, direção e nem referência geográfica precisa.

**Quadro 1- Terras Sesmarias**

Sesmaria de nº	Data da Concessão	Localidade/Limites
242, 243* e 246*	10/03/1735	Sertão dos Cariris: Onde se encontra o riacho da Caraibeira, que parte da Serra da Borborema e atravessa a Serra Timbaúba fazendo ao atravessar esta serra "uma grande cachoeira". Tais terras "fazem pião" na dita cachoeira; uma légua e meia pelo riacho da Caraibeira abaixo, e outra légua e meia de tal cachoeira para cima, pelo riacho Gado Bravo, por serem sobras de terras.
245 e 286*	22/07/1741	Rio Salgado: buscando o noroeste ate uma légua de largura, meia para sudoeste e meia para o nordeste, e pelo mesmo riacho acima ate completar as três léguas e meia de largura para cada banda do riacho.
287*	23/07/1741	Mesma localidade da Sesmaria 286
295*	08/04/1742	No sertão do Cariri, entre seus providos, a saber: Algodão, Santa Rosa, Antas, Uriá, Curimatau e

<sup>254</sup> Artigos de Octacilio N. de QUEIROZ "Da Paraíba o Naturalista Arruda Câmara" e de M. Tavares CAVALCANTI "Uma dúvida biográfica: O célebre Naturalista Arruda Câmara era Paraibano". In: Revista/IHGP, v. 13º, 1958, p. 39-52. Essa discussão encontra-se no livro de José A. Gonsalves de MELLO In: Manuel Arruda da Câmara - obras reunidas, 1982.

<sup>255</sup> (Voc. Ind., contraç. De pi-ang-ecó: que produz tristeza, desolação. É tradicional que "Piancó" foi o nome de um valente chefe corema). Atual Município central do alto sertão paraibano. [...] os primitivos habitantes de Piancó foram os cariris, subdivididos em várias tribos, ente estas a dos Coremas [...] e panatis. João R. Coriolano de MEDEIROS. Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba. (2016 p. 192-193).

<sup>256</sup> As alegações e justificativas do suplicante em adquirir as sesmarias são diversas como "[...] possuir gado vacum e vacular, que as terras poderiam servir de logradouro para o "o tempo do verde", que era descobridor de terras com risco de vida, pretensão de plantar, terras devolutas e para recreação do gado, não compreender viveiros ou minas. Fonte: Plataforma S.I.L.B: Sesmarias do Império Luso-Brasileiro. <http://www.silb.cchla.ufrn.br/busca>. Acesso em 21 de outubro de 2019.





ISSN 21764514

### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

		"Curnichava".
s/n	09/07/1777	Sem dados
728*	09/06/1777	Serra da Borborema: Ribeira do Piancó; riacho Cravata, onde desaguava no riacho dos Macacos. Ao Sul, a sesmaria confrontava com o riacho Cravata, sendo acima do riacho com Lourenço de Brito Correa (PB).
809*	08/08/1781	Vila do Pombal: Confrontante Norte, Riacho do Cipo; confrontante Sul, sítio Porocon.
816*	28/04/1783	Riacho dos Porcos: Ribeira do Patu.
914*	21/05/1788	Sertão dos Piranhas: Ribeira das Piranhas.

Fonte: Revista/IHGP, v. 13º, 1958 e \*Plataforma de Sesmaria/UFRN. Organização da autora.

#### Quadro 2- Propriedades

Quantidade de propriedades	Localização/Atual
01	Cidade da Paraíba/João Pessoa
02	Ceará Grande/Antiga Capitania Siará Grande
03	Vila Santo Antônio do Recife/Recife-PE
04	Icó/Icó-CE
05	Crato/Crato-CE

Fonte: Revista/IHGP, v. 13º, 1958. Organização da autora.

Neste sentido, sinalizamos dois aspectos relevantes para compreender a vida do naturalista Manuel Arruda da Câmara. O primeiro, demonstrado pelos bens que integra a dimensão patrimonial de domínio e poder da família patriarcal<sup>257</sup>. O segundo aspecto, relaciona com o primeiro, em que o *status* senhorial de poder evidencia o lugar que o filho do Capitão-mor Francisco Arruda Câmara ocupou numa sociedade escravocrata, permitindo o seu ingresso no Convento e colégio religioso para desfrutar do trabalho intelectual e filosófico na Ordem Carmelita do Convento Religioso Calçado de Pernambuco.

<sup>257</sup> O livro de Ângelo Emílio PESSOA, "As ruínas da Tradição: A Casa da Torre de Garcia d'Ávila" (2017) traz uma contribuição esmiuçada sobre o papel da Casa da Torre, da estrutura familiar patriarcal no processo de domínio territorial no sertão colonial.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Assim sendo, podemos inferir que o então, Frei Manuel Coração de Jesus - nome de Manuel Arruda da Câmara adotado pela ordem religiosa acima mencionada – pôde alçar voos para além dos domínios da Capitania da Paraíba e de Pernambuco, matriculando-se na Universidade de Coimbra para cursar filosofia e matemática e, no ano da Revolução Francesa, matricular-se na Universidade de Montpellier, concluindo a tese de doutorado em 1791.

À este tempo “iluminado” da ciência no império português, a colônia de exploração da América portuguesa vivia um período de guerras e resistências e, no final do setecentismo, testemunhava um avanço da expansão povoadora e da conquista do sertão, associado a expansão pastoril, bem como a um processo de urbanização acentuada e, de um surto crescente de vilas e povoações<sup>258</sup>.

Arruda da Câmara viveu dentro desse contexto histórico europeu e ao retornar dos estudos, em 1793 encontra um quadro político-econômico colonial acima mencionado. Para além politicamente está em consonância com ideias revolucionárias republicanas, ao retornar dos seus estudos, tem objetivos claros, afirma Mello (1982, p. 25) “[...] por os conhecimentos que adquirira a serviço de sua terra e do bem comum”. A sua peculiaridade frente aos naturalistas de sua época está, sobretudo nos territórios ambientais, por ele elegido: A caatinga.

Percorreu a caatinga, entre 1794-1795 da Capitania de Pernambuco e Piauí; em 1797 andou pela Capitania da Paraíba, margeando o sertão do Rio Paraíba; ainda neste mesmo ano, seguiu em direção ao Sertão da Capitania do Ceará até 1799 e, ao que parece, partiu do Ceará para o sertão do Maranhão até o vale do São Francisco.

Delimitado espacialmente os territórios ambientais, Arruda da Câmara na busca de conhecer o território ambiental ainda pouco ou não explorado cientificamente; elege três campos de investigações distintos, os da área mineral, da botânica e da agronomia.

---

<sup>258</sup> Aroldo de AZEVEDO em “Vilas e cidades do Brasil Colonial” (1992, p. 41) traz um quadro espacial e histórico do aumento de povoações, vilas e cidades no setecentismo, que demonstra o elevado número de 118 vilas que foram criadas e, de 57 povoações viram-se elevadas à categoria de vilas.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Daí em diante, o naturalista organiza um roteiro de viagens<sup>259</sup> pelos sertões do Norte do Brasil. De modo geral, estas viagens científicas do período que Arruda atua como naturalista, está sob a orientação e lógica do Estado português. Neste sentido, Ângela Domingues assinala:

Cientistas e funcionários criaram e sustentaram uma rede de informação que permitiu ao Estado português setecentista conhecer de forma mais aprofundada e precisa os seus domínios na Europa, Ásia, África e, sobretudo, na América, ou seja, reconhecer os limites físicos dessa soberania, bem como as potencialidades econômicas do território administrado (DOMINGUES, 2001, p. 824).

Nesta assertiva, o poder e domínio territorial das colônias da América portuguesa estariam também atrelados ao saber técnico-científico, que serviria à consolidação do projeto hegemônico da empresa colonial. Subjacente ao conhecimento científico as “potencialidades econômicas” dos recursos naturais estariam a benefício de acumulação de riqueza na metrópole. Assim, com a relevância na formação de naturalista implantado pela Universidade de Coimbra, o número de expedições científicas aumentou consideravelmente no início do século XX e, sobretudo, cumpriu papel relevante da ciência que colaborou com o Estado português em função de se apropriar do conhecimento para explorar os domínios territoriais ambientais.

## 2. O Trabalho de campo na botânica de Arruda da Câmara

Embora Arruda da Câmara tenha sido da geração *ilustrada* vandelliano, o trabalho de campo do naturalista vem se confrontar com os naturalistas de gabinete. Assegura o historiador, José Otávio Aguiar:

Procurando suplantar as teorias de gabinete, elaboradas por homens como Buffon e o Abade Raynal, que nunca haviam visitado as Américas, ele acreditava que não bastava ler sobre ou consultar os compêndios: era preciso sentir, fisicamente inclusive, as dificuldades que “se lhe apresentassem

<sup>259</sup> Dos registros que se tem Essa rota n foi Em 20/09/1795 o naturalista responde à Carta enviada em fevereiro de 1794 por Frei Veloso, estudioso de ciências naturais os enviou oferecendo documentos, uma espécie de “guia de naturalistas viajantes”.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

previamente”. Era preciso por em tensão as próprias representações, as memórias, as experiências de outrem que lhe eram relatadas (AGUIAR, 2011, p. 188).

Neste sentido, a botânica desenvolvida por Manuel Arruda da Câmara teria uma particularidade nas anotações sobre as espécies brasileiras, devido à prática do trabalho de campo. No trabalho biográfico sobre o naturalista em questão, o historiador, José A. Gonsalves de Melo (1981, p. 11) menciona outra peculiaridade em que afirma que Arruda “[...] não se desnacionalizou com a vida fora do Brasil. Pelo contrário, viveu fora, porém voltado para o seu país, e regressou a ele para pôr os conhecimentos adquiridos a serviço da realidade e do desenvolvimento do Brasil”.

Para além desses dois traços que demarcam o trabalho diferenciado do naturalista viajante em apreço, antecipamos em afirmar que o percurso geográfico por ele escolhido, singulariza seus trabalhos botânicos a de outros naturalistas de sua época, tendo optado pelo reino da flora<sup>260</sup> da caatinga.

No entanto, em todas as expedições científicas realizadas e em todo o seu trabalho empírico desenvolvido, permanece vivo a concepção do naturalismo-utilitário, influenciado pela corrente econômica da neofisiocracia.

### **3. Notas sobre o linho e seus usos nos estudos botânicos de Manuel Arruda da Câmara: A dissertação sobre as plantas do Brasil (1810)**

Arruda da Câmara já havia realizado outros escritos<sup>261</sup>, resultado de seu trabalho de campo e de pesquisa, mas analisaremos detidamente “A dissertação sobre as plantas do Brasil” de 1810. Reafirmamos que o diferencial de seus estudos botânicos dos demais naturalistas, reside num processo investigativo de forte envolvimento do ambiente por ele vivido, isto é, a caatinga.

<sup>260</sup> Pablo Marcelo Diener Ojeda explica que a expressão “Reino da flora” ou “paisagem fisionômica” são expressões do período oitocentista que os naturalistas viajantes designavam ao que hoje chamamos de bioma, incluindo a caatinga. Fonte: TV PUC RIO: A viagem do naturalista Von Martius pelo Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/user/TvPucRio1/search?query=Pablo+Diener>.

<sup>261</sup> “Aviso aos Lavradores” em 1792, “Anúncio dos descobrimentos feitos em Pernambuco” em 1796 e, “Memória sobre a cultura dos algodoeiros” em 1799 e “Discurso sobre a instituição de jardins” de 1810.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Para os dois quadros abaixo, demonstraremos as partes mais significativas do exame minucioso da metodologia descritiva utilizada por Arruda da Câmara, pois, as demais informações contidas na fonte documental supramencionada, não puderam ser incluídas para este momento, o que extrapolaria nosso objetivo. Ao debruçarmos nele, percebemos um trabalho descritivo e detalhamento de cada espécie de suas flores, indicando seus usos e de que maneira se dá o processo de extrair o linho de cada planta por ele investigado; em alguns casos, o naturalista até estima o valor do linho.

**Quadro 3- Secção I**  
**DAS PLANTAS QUE DÃO LINHO PROPRIAMENTE DITO**

Espécies	Usos	Geografia das Plantas
Caroá: ( <i>Bromélia Variegata</i> )	Fibra de linho, cordoalhas, pano grosseiro, rede de pescar.	Curimataú e Cariri – Capitania da Paraíba.
Crauatá de Rede: ( <i>Bromélia Sagenária</i> )	Fibra de linho, amarras e cordoalhas e lonas.	Beira mar de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande.
Ananás Manso: <i>Bromélia Ananas</i>	Linho de qualidade superior, licor, produção de frutos.	Sem localização.
Ananás de Agulha: ( <i>Bromélia Muricata</i> )	Linho, produção de frutos e cercas. (Não fez a descrição por não ter feito a experiência do uso de linho de suas folhas).	Sul de Recife e afogados.
Caroatá: ( <i>Bromélia Karatas</i> )	Linho, mas não é forte, para uso vulgares.	Sem localização.
Caroatá Açú ou Piteira: ( <i>Agave Vivipara</i> )	Conservação do fogo na madeira do Scapo, cercas nativas, panos, cordões.	Capitania de Pernambuco.
Coqueiro: ( <i>Cocos Nucifera</i> )	Linho, cordas, refrigerante, adubo, azeite puro, luzes e sabão.	Originário da Índia.
Aninga: ( <i>Arum Liniferum</i> )	A substância do tronco serve para limpar utensílios de ferro, faca, espingardas, cordas fortes.	Alagadiços de Pernambuco.
Tucum: (tipo de palmeira sem gênero)	Linho.	Interior do sertão.
Macaíba ou Macaúba: ( <i>Cocos Ventricosa</i> )	A polpa oleosa dos frutos e amêndoas do interior do caroço para venda nos mercados, a folha contém um linho fino e forte.	Pernambuco e em outras partes do Brasil.

Fonte: José A. Gonsalves de. Mello In: Manuel Arruda da Câmara - obras reunidas, 1982. Organização da autora.

**Quadro 4 - Secção II**





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

#### DAS PLANTAS CUJO LINHO NÃO É FLAMENTOSOS, OU QUE DÃO LINHO DE FIBRAS UNIDAS É FEIÇÃO DE FITAS

Espécies	Usos	Geografia das Plantas
Carrapicho: ( <i>Urena Sinuata</i> )	Linho para fabricação de corda e rede.	Paratibe-PE.
Guaxuma do Mangue ( <i>hibiscus Pernambucensis</i> )	Cordas.	Pernambuco.
Embira Branca, ou Jangadeira ( <i>Apeiba Cimbalaria</i> )	Uso da madeira para pequenas embarcações.	Matas e capoeiras pernambucanas.
Embira vermelha: ( <i>Urona Carminativa</i> )	Cordas.	Matas e capoeiras pernambucanas.

Fonte: José A. Gonsalves de. Mello In: Manuel Arruda da Câmara - obras reunidas, 1982. Organização da autora

O quadro evidencia em linhas gerais de como a investigação botânica de Arruda da Câmara foi sistematizada: Seu estudo sobre as plantas foi dividido em duas secções: No quadro de número 3, indica a primeira secção, cuja referência se dá pelas plantas que dão linho propriamente dito, ou seja, que as fibras se deixam desatar com fios mais flexíveis. Foram realizadas experiências em cada espécie estudada no intuito de conhecer a textura das fibras. Sobre essas experiências botânicas, adverte Mello (1981, p. 175) que “[...] as experimentações eram onerosas descrição só era realizada quando o naturalista fazia a experiência da planta para a fabricação do linho [...]”. Daí, pode-se depreender que os honorários oficialmente pagos pelo governo ao cargo de naturalista não permitiria avanços nas pesquisas, haja vista, o dispêndio com as técnicas que necessitariam ser empregadas nos testes aplicativos das plantas.

No quadro de número 4 indica a segunda secção, em que as plantas aludidas serviriam a um tipo de linho de qualidade distinta, cujas fibras desligam dos fios com menos flexibilidade que os da primeira secção, mas não menos importante. Dessas experiências, o naturalista toma em nota que desejaria estudar as qualidades de papeis que se pode fazer com os de muitas espécies destes linhos, porém não há nenhum tipo de incentivo na construção de fábricas para onde pudesse fazer as experiências com o linho. Neste documento “Dissertação sobre as plantas do Brasil” está subscrito que este estudo botânico, “podem dar linhos próprios para muitos usos da sociedade, e suprir a falta de cânhamo” (CÂMARA, 1810).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Assim, compreendemos que o interesse do naturalista Arruda da Câmara em estudar os vegetais da flora da caatinga e extrair linhos, cumpre com um dos projetos de desenvolvimento da Coroa portuguesa, pois Rosa (2018, p. 7) sinaliza que a “Coroa realizou, no período compreendido entre 1747 a 1824, mais de uma tentativa de cultivo do cânhamo em diferentes espaços do território, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Pernambuco”. Todavia, todas as tentativas de cultivo do cânhamo foram fracassadas, haja vista a peculiaridade de cada território e de interesses diversos dos colonos.

#### 4. Para não concluir...

Das notas sobre os o linho e seus usos nos estudos botânicos de Manuel Arruda da câmara, percebemos que o empirismo está presente em todo o trabalho de campo do naturalista Arruda da Câmara, aliado a experimentação das plantas e do que seria possível aos usos utilitários para o desenvolvimento da agricultura na colônia da América portuguesa com espécies nativas da flora da caatinga. Observamos ainda, que o seu trabalho de campo empírico e experimental desenvolvido que o animava, colaborou num esforço de reunir espécies distintas dos trabalhos desenvolvidos pelos naturalistas de gabinete que ele criticava. Evidenciamos também que o naturalista, Arruda da Câmara teria interesse em realizar este estudo botânico sobre os vegetais da caatinga - cujo propósito maior seria extrair linhos – por compatibilizar com os interesses de um dos projetos de desenvolvimento da Coroa portuguesa no incremento do cultivo do cânhamo na colônia compreendido entre 1747 a 1824, caso viesse a fracassar ou não ter esse vegetal, por se tratar de uma planta da família da Cannabis, originária da Ásia Central.

#### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AGUIAR, José Otávio. **A botânica como missão pedagógica: Manuel Arruda da Câmara e a peculiaridade de suas interpretações sobre as espécies brasileiras (1752-1811)**. Dossiê: História Colonial. Parte I. Clio: Revista de Pesquisa Histórica, Recife, v. 29, nº 1, p.180-205, 2011.





ARQUIVO NACIONAL/TORRE DO TOMBO. **O Terramoto de 1755, a Torre do Tombo e Manuel da Maia.** Fonte: <http://antt.dglab.gov.pt/>. Acesso em 17 de ago de 2019.

AZEVEDO, Aroldo de. **Vilas e cidades do Brasil Colonial.** Geografia: Espaço & Memória. n° 10, São Paulo: Terra Livre/AGB, 1992.

CÂMARA, Manuel Arruda da. **Dissertação sobre as plantas do Brasil [1810].** In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. Manuel Arruda da Câmara – Obras reunidas (1752-1811). Recife, PE: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.

CAVALCANTI, M. Tavares. **Uma dúvida biográfica:** O célebre Naturalista Arruda Câmara era Paraibano. Revista/IHGP, v. 13°, 1958, p. 48-52.

DOMINGUES, Ângela. **Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais:** A constituição de Redes de Informação no Império Português em finais dos setecentos. História, Ciências, Saúde — Manguinhos, vol. VIII (suplemento), 823-38, 2001.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MEDEIROS, J. R. Coroliano de. **Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba.** 4ª ed. fac-similar da edição de 1950. João Pessoa: Editora IFPB, 2016.

OJEDA, Pablo M. D. **A viagem do naturalista Von Martius pelo Brasil.** Fonte: Disponível em: <https://www.youtube.com/TvPucRio1/>. Acesso em 15 de set de 2019.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **As Ruínas da Tradição:** A Casa da Torre de Garcia d'Ávila, Família e Propriedade no Nordeste Colonial. 2ª ed. João Pessoa: Editora UFPB, 2017.

PRESTES, Maria Elice Brzezinski. **A Investigação da Natureza no Brasil Colônia.** São Paulo: Annablume: Papesp, 2000.

QUEIROZ, Octacilio N. de. **Da Paraíba o Naturalista Arruda Câmara.** Revista do Instituto Histórico Geográfico da Paraíba (IHGP), v. 13°, 1958, p. 39-47.

ROSA, Lilian. **Cultivo do Cânhamo no Brasil.** IX Encontro de Pós Graduação em História Econômica. Ribeirão Preto: USP/ABPHE, 2018.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

**FONTE DOCUMENTAL:**

CÂMARA, Manuel Arruda da. **Dissertação sobre as plantas do Brasil [1810]**. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. In: Manuel Arruda da Câmara – Obras reunidas (1752-1811). Recife, PE: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **PRÁTICAS DE CURA E CUIDADOS DE SI: O USO DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS EM CAMPINA GRANDE - PB (2009 - 2019)**

Edgar Francisco do Nascimento - (Mestrando/PPGH/UFCG)

[edgarfnascimento@yahoo.com.br](mailto:edgarfnascimento@yahoo.com.br)

Nesta pesquisa, temos como objetivo problematizar práticas de cura e cuidados de si a partir do uso das plantas medicinais e fitoterápicos em Campina Grande-PB, no período compreendido entre 2009 e 2019. A documentação selecionada consta de embalagens, rótulos de produtos, folhetos publicitários, legislação e entrevistas, dentre outras que surgirem durante a pesquisa. A escolha do recorte temporal refere-se a dois marcos: o primeiro data da publicação do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos em 2009, quando observamos um aumento da produção e comercialização de fitoterápicos. O segundo marco temporal foi definido para 2019, considerando-se que neste ano completam-se dez anos da publicação do documento, observamos, em nossas vivências como consumidores, mudanças nos usos e nos espaços de venda e de divulgação desses produtos e das práticas de cura. Para concretização de nossos objetivos estabelecemos diálogos teóricos e metodológicos com os seguintes autores: Tavares (2016), com suas reflexões sobre o consumo da natureza, caracterizado como “consumo verde”; Ribeiro (2014), com sua análise sobre como o conhecimento tradicional e popular estão inseridos no Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, dentre outros. Em nossas pesquisas iniciais percebemos que o uso de plantas medicinais e de fitoterápicos passou a ser praticado pela população como uma alternativa a medicina alopática, configurando-se como um retorno a práticas de cura que estavam em desuso na sociedade e, que, refletem a busca pela qualidade de vida no tempo presente.

**Palavras-chave:** História - cura - plantas medicinais

Nos dias atuais, a velocidade das transformações nos distintos setores da sociedade resulta em significativas mudanças nos hábitos alimentares, e por consequência, nas práticas de cura do sujeito ordinário, que através do “consumo verde” vem almejando





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

qualidade de vida através de Produtos naturais. Surgem assim novas subjetividades nas relações entre os homens e a natureza, no contato com o destrutivo mercado político-ambiental na pauta do dia dia, imediatista em influir e generalizar a produção e a procura de acordo com o saber científico ante ao regionalismo e suas características.

Investigando práticas de cura e cuidados de si a partir do uso de Plantas medicinais e fitoterápicos em Campina Grande - PB, no período de 2009 a 2019 (dez anos da publicação do Programa nacional de Plantas medicinais e fitoterápicos), observamos os ditames produzidos na legislação que regulamenta a utilização desses produtos destacando as mudanças nos discursos sobre a saúde no Brasil e como raizeiros, raizeiras e consumidores subjetivam as mudanças no mercado destes artigos, refletindo acerca das permanências e rupturas nas formas de valorização e preservação do conhecimento popular associado ou não ao saber científico. Ainda analisando as estratégias dos produtores e vendedores de fitoterápicos para comercialização dos produtos, apresentando-os como alternativa natural e saudável para cura e manutenção da saúde dos consumidores. Aqui a História Oral e a Memória tem fundamental importância na construção de elementos da narrativa e da perspectiva metodológica para o estudo.

#### O CONSUMO VERDE

Inicialmente observamos, como consumidores desses produtos em nossas vivências, mudanças nos usos e nos espaços de venda e de divulgação dos medicamentos e das práticas de cura, sejam através de panfletos, sejam através de sites na internet, redes sociais, blogs, programas televisivos ou radiofônicos. Encontramos na Feira Central, mercado público do bairro da Liberdade e na Feira da Prata, por exemplo, a presença de raizeiros e raizeiras comercializando plantas medicinais in natura, mantendo a tradição popular vendendo os produtos sem os cuidados dos higiênicos, facilidades e conforto existentes nas lojas e farmácias especializadas. Porém, encontramos também nesses locais pequenas lojas onde são encontradas as raízes em sacos plásticos etiquetados com a data da embalagem e o prazo de validade destacados, além do nome da empresa. Isso





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

demonstra uma ruptura no modo de lidar com as plantas medicinais. Por outro lado, os fitoterápicos são apresentados de forma sofisticada apresentando nomenclatura botânica completa, destacando a parte da planta utilizada, bula e embalagem, seguindo as normas do regulamento técnico sobre registro de medicamentos fitoterápicos.

Ao longo dos últimos dez anos, esse mercado foi crescendo consideravelmente, alicerçado num discurso que reforça a necessidade de cuidar de si a partir de uma alimentação natural e do uso de produtos o mais próximo da forma encontrada na natureza, em um momento no qual observamos uma discussão sobre “ecologia global sustentável” (SHIVA, 2003). Além de preocupações sobre o prolongamento da juventude, também é um tempo em que todos tem medo de morrer ou de adoecer, e esse tipo de “remédio” é apontado como mais ecológico e saudável, inclusive com campanhas de marketing significativas nos últimos anos (TAVARES, 2016) em meio ao aumento da “natureza líquida” do consumismo global generalizante (DELEUZE, 2008).

Frequentando as feiras livres de Campina Grande, pude observar as mudanças que estão acontecendo na comercialização de raízes e plantas medicinais, como o surgimento de lojas vendendo produtos fitoterápicos, produzidos a base das plantas e ervas vendidas in natura, produzidos aqui mesmo na nossa cidade. Em conversa informal com raizeiros e raizeiras e vendedores profissionais constatamos uma mudança nessa prática, e para entendê-la fomos da análise da legislação em vigor que trata sobre terapias alternativas e práticas populares de cura, como também a leitura do Programa Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos, o qual demarca mudanças na utilização das plantas medicinais e dos fitoterápicos, no Brasil, como o início de sua utilização no sistema Único de Saúde(SUS).

Segundo a legislação, plantas medicinais podem ser definidas como sendo toda “espécie vegetal, cultivada ou não, utilizadas com propósitos terapêuticos” (Resolução ANVISA n.18/2013). De acordo com o regulamento técnico sobre registro de medicamentos fitoterápicos item 1.2, são considerados fitoterápicos “droga vegetal, planta ou suas partes, após processos de coleta, estabilização e secagem, podendo ser íntegra, rasurada, triturada ou pulverizada” (BRASIL, 2000)





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Para que o fitoterápico seja comercializado, ele deve ser registrado no Ministério da Saúde, que autoriza sua introdução no mercado para comercialização ou consumo, após avaliar o cumprimento de caráter jurídico-administrativo e técnico-científico relacionado com sua eficácia, segurança e qualidade.

Em nossa abordagem, encontramos produtos de duas formas: in natura - sem processamento - e industrializada. Como por exemplo, podemos citar a “canela de velho”, cujo nome científico é *MICONIA ALBICANS*, conhecida popularmente como “planta milagrosa”, vendida na sua forma natural para ser consumida na forma de chá, como também em formatos processados, como pomada, comprimido, cápsula ou extrato. Apesar de os fabricantes alertarem nos rótulos, por indicação da legislação vigente, que “o Ministério da Saúde adverte: Não existem evidências científicas comprovadas de que este alimento previne, trate ou cure doenças”, estes produtos proliferam-se no mercado, apontando para a cura das diversas doenças e enfermidades, como também voltados para os cuidados com a beleza e higiene física, a exemplo de sabonetes, cremes para os rejuvenescimento e emagrecimento.

Nesses produtos, é perceptível o apelo comercial para aproximar os fitoterápicos da medicina tradicional, seja através dos nomes, seja através da composição, destacando que são produtos naturais, discurso que tem sido ampliado nos últimos anos, com a disseminação de terapias alternativas à medicina tradicional e a expansão do discurso do consumo verde e consciente (SHIVA, 2003). Essas mudanças apontam para uma ruptura no valor dado ao termo “natural”, que passa a ser visto como um produto comercializável e de acordo com “modismos” contemporâneos.

Nas últimas décadas, mesmo com severas críticas de ambientalistas, o uso de insumos e agrotóxicos que atingem plantações mundo afora afetam também a cultura de raízes e plantas medicinais, colocando em risco a saúde das pessoas e aumentando os gastos com tratamentos dos enfermos nos precários centros de atendimento hospitalar das sociedades contemporâneas, com a contaminação de produtos que servem como placebo ou profilaxia para muitos males. Destacando também que a especialização de monoculturas onde antes havia variedade prejudica o ecossistema e interfere diretamente na vida de povos autossuficientes em suas práticas de cura. Ainda há casos da sabotagem





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

ideológica aos produtos naturais por aqueles que controlam a grande mídia com a ideia de demonizar a milenar prática do curandeirismo que em muitas regiões são a única fonte de tratamento de doenças (SHIVA , 2003).

Durante séculos a cura pela natureza foi praticada espontaneamente pelo homem e fez parte do cotidiano das mais distintas civilizações, sendo desconsiderada a partir das descobertas da ciência moderna com objetivos muitas vezes diferentes do objeto inicial, mascarados em intenções distorcidas que condenaram e condenam em proveito de ideais distópicos com possibilidades convencionadas a grupos específicos que se tornam espelho entre os distintos meios sociais. Na busca da verdade absoluta a ciência muitas vezes destruiu valores e conhecimentos sedimentados a pretexto do bem e do progresso (THOMAS, 1988).

#### A CURA PELO NATURAL

Sobre a atuação de raizeiros e raizeiras em nossa cidade, temos o dossiê de registro da feira de Campina Grande no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que afirma que elas são uma das referências culturais mais antigas da feira central, sugerindo que seu trabalho remete a permanências de práticas de cura transmitidas por várias gerações através do uso dos recursos naturais (ARAÚJO: 2017). As raizeiras e os raizeiros possuem o conhecimento de técnicas para o preparo de remédios caseiros e sua indicação para diversos males e doenças. Observamos ainda a localização de outros espaços para a venda de plantas medicinais e fitoterápicos nos últimos anos, coexistindo com os antigos bancos de feira livre, são lojas ditas especializadas na área.

Assim compreendemos a importância dessa pesquisa no campo da história, buscando refletir sobre questões que dizem respeito às sensibilidades, aos cuidados de si e sobre as experiências de consumidores e vendedores de plantas medicinais e fitoterápicos nos últimos anos. Com essa preocupação, nos aproximamos do conceito de “cuidado de si” de Foucault (1993), cujo autor aponta que “é preciso que ocupes contigo mesmo, que não te esqueças de ti mesmo, que tenhas cuidado contigo mesmo” (FOUCAULT, 1993





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

p.6). A partir do texto de Platão, especialmente o diálogo Alcibíades, no qual afirma que Sócrates era apresentado com alguém que estimulava os sujeitos a ocuparem-se de si.

Esse cuidado de si é reforçado na contemporaneidade quando localizamos o discurso sobre o consumo verde e consciente, levando em consideração a qualidade, o preço, questões ambientais, comprar de empresas que usam tecnologias limpas, meios não poluentes, etc, que são preocupações visando o respeito à natureza e preservação do meio ambiente, pelo menos em tese, sabendo que as estratégias do capitalismo consumista enquadra todas as formas de comércio do mundo ao seu sistema, utilizando inúmeros artifícios para sua continuidade (DELEUZE, 2008).

O tempo presente adquire uma conotação generalizante e impessoal mediante as forças produtivas da indústria farmacêutica que controla a saúde e a doença, de acordo com as necessidades do mercado, criminalizando produtos com a oscilação da oferta e da procura sem se importar com os verdadeiros interessados no assunto, o que conta é o lucro fácil, rápido e contínuo, ante aos ventos do desenfreado consumismo. Que se virem os clientes, o meio ambiente ou o ecossistema por completo, é tudo uma questão de negócio. (TAVARES, 2016).

Verifica-se também nesta questão o papel da medicina institucionalizada, que rejeita o saber tradicional/popular, muitas vezes em função de fatores externos que condenam práticas milenares e (re) disciplinam sociedades em favor de uma proposta dita moderna ou científica, esquecendo o fato de que o acesso à cura em instituições “profissionais” é para poucos privilegiados. De fato, ocorre que “a razão médica moderna é social, não socialista” (LUZ, 1988. p.95), em um entrevero científico não razoável que em pleno século XXI coloca as matrizes racionais em contraste à uma revalorização da natureza, como aspecto diletante dos homens e da procura em manter a saúde no meio da industrialização alimentícia da modernidade.

Com o crescimento de feiras de produtos orgânicos ou naturais, livres de agrotóxicos e fertilizantes que interferem nos alimentos, é de se pensar o por quê de remédios caseiros, raízes e plantas medicinais não tomarem a proporção similar que grãos, frutas, legumes e verduras vem adquirindo nos últimos anos, não somente em pequenos





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

círculos sociais, mas nos setores que consomem e mantêm estes espaços? Esta medicina “alternativa” não poderia sobrepujar o papel “genérico” em relação aos medicamentos adquiridos nas grandes redes de farmácia?

A produção farmacêutica sugere que é muito difícil retirar a dependência do cientificismo racional, e até mesmo a estrutura formada nos grandes centros para a manutenção da saúde compromete a médio e curto prazo uma mudança comportamental à cura pela natureza. O homem atual, devido à escassez de tempo e à correria do dia a dia busca o rápido, o fácil e o mais acessível, até mesmo como vítima da midiatização da manutenção da boa saúde e do cultivo do corpo são por padrões de comportamento alheios ao seu inconsciente na maioria das vezes.

Dependendo do ponto de vista de quem observa tais fatos, podemos dizer que existe ainda um maniqueísmo na relação doença/tratamento ou enfermidades/profilaxia, num paradoxo que a ciência moderna considera o jogo do racional (razão) contra o empirismo (animismo) presente ao longo dos tempos mas que adquire agora nos rumos da genética aplicada e da medicina ortomolecular uma epistemologia de novo milênio sem uma conclusão a curto prazo. Outrora a simplicidade da natureza bastava aos homens, veio a religião pra dizer que não, e agora o cientificismo diz que tudo tem solução com experimento, ensaio e erro. O mundo pós moderno não pretende conciliar tais parâmetros a luz do saber, o possível cada ser tende a procurar por conta própria (THOMAS, 1988).

Com parecer ainda analítico de suposições e incongruências da natureza e do meio ambiente contra a força da indústria farmacêutica e de sua midiatização, temos a sobrevivência da simplicidade dos raizeiros e raizeiras para contar a tradição que insiste em existir frente a ação implacável do tempo.

Mesmo com a busca da revalorização dos produtos naturais para as práticas de cura e uma procura individual, mais que coletiva, dos cuidados com a saúde, é preciso refletir sobre como a sociedade atual se encontra diante do cientificismo e da razão médica ante à oferta salutar que a natureza e o meio ambiente podem oferecer ao cuidado de si. A “geração saúde” explorada pelo limiar do advento ao consumismo traz uma realidade bem idealizada pelo vendedor ante ao cliente, o importante é a manutenção das vendas.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Raizeiros e raizeiras continuarão por um bom tempo como participantes desta atividade, se adaptando aos novos tempos, praticando sua atividade cotidiana. A fitoterapia continua a crescer cativando mais e mais clientes. Os consultórios médicos e demais instrumentos da cientificidade da medicina moderna continuam a crescer, os pacientes só aumentam, a tecnologia que veio para salvar vidas é seletiva e localizada estrategicamente. Como de tempos pra cá nos tornamos tão dependentes de produtos químicos, há de se questionar: Pra onde iremos?

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In. PINSKY, Carla (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 155-202.

ARAÚJO Cristina Ruan Ferreira de. *et al.* Tradição popular do uso de plantas medicinais: ação extensionista sobre crenças, uso, manejo e formas de preparo. In. **Revista Saúde e Ciência** online, 2015; 4(3): 55-69. Disponível em < <http://www.ufcg.edu.br/revistasaudeeciencia/index.php/RSC-UFCG/article/view/298/203> >. Acesso em: 30 Abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Acesso em: 12 Abr. 2019. Disponível em < <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpic.pdf> >. Acesso em: 29 Abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Programa Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/programa\\_nacional\\_plantas\\_mediciniais\\_fitoterapicos.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/programa_nacional_plantas_mediciniais_fitoterapicos.pdf) 30 Abr. 2019.

BRASIL. Resolução da Diretoria Colegiada n°. 259, de 20 de setembro de 2002. **Regulamento Técnico sobre Rotulagem de Alimentos Embalados**. ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Disponível em [http://portal.anvisa.gov.br/documents/33880/2568070/RDC\\_259\\_2002.pdf/e40c2ecb-6be6-4a3d-83ad-f3cf7c332ae2](http://portal.anvisa.gov.br/documents/33880/2568070/RDC_259_2002.pdf/e40c2ecb-6be6-4a3d-83ad-f3cf7c332ae2) . Acesso em: 02 de mai. De 2019.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

BRASIL. Senado Federal. **Resolução RDC** nº 17, de 24 de fevereiro de 2000. Disponível em: [http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucao\\_sanitaria/17.pdf](http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucao_sanitaria/17.pdf). Acesso em: 30 Abr. 2019.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. In. **Gerais**: Revista Interinstitucional de Psicologia, 6 (2), Jul – Dez., 2013, 179-191. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf>. Acesso em: 12 Abr. 2019.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2006 Out-Dez; 15(4): 679-84. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>. Acesso em: 18 Out. 2018.

DELEUZE, Giles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2008.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**. São Paulo : Editora Elefante, 2017.

FERREIRA, Giselle; TAVARES, Fred. **Natureza líquida**: As modelagens marcárias e a publicidade verde. Curitiba: Ed. Appris, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A História da X** vol. 3: o cuidado de si .São Paulo: Edições Graal, 1993.

LUZ, Madel Therezinha. **Natura, Racional, Social**. Rio de Janeiro. Campus: 1988.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

THOMAS, Keith. **A religião e o declínio da magia**. São Paulo: companhia das X: 1988

THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural**. São Paulo. Companhia





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## PARA ALÉM DA ‘PEDRA E CAL’: O MEIO AMBIENTE NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO<sup>262</sup>

Prof. Dr. Márcio Rosseline da Silva Ferreira

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

[marciorosseline@hotmail.com](mailto:marciorosseline@hotmail.com)

### Introdução

É quase um ‘lugar-comum’ afirmar que a pesquisa científica percorre novas trilhas a partir dos problemas que são apresentados pelo tempo presente. E, neste caso, é da atualidade que emergem novos objetos responsáveis pelo revigoramento do campo da investigação científica em várias áreas do conhecimento. Dito isto, podemos asseverar que há uma urgência na contemporaneidade em compreender o porquê da disjunção entre duas dimensões que compõem a vida em sociedade: a dimensão cultural e a dimensão natural. Entretanto, a inquietação atual em entender a causalidade desta dissolução implica em analisar algo que os estudos científicos vêm indicando. Qual seja? A necessária integração entre a cultural<sup>263</sup> e a natureza<sup>264</sup> como forma irreduzível de compreender a complexa dinâmica social concebida pela realidade contemporânea.

Esta pesquisa científica parte de alguns desafios considerados importantes para o *corpus* deste artigo. Por se tratar de um estudo cujo tema versa sobre *o meio ambiente na preservação do patrimônio cultural brasileiro*, é de suma importância compreendê-lo não somente como um objeto de estudo de uma única disciplina, mas, entendê-la como uma

<sup>262</sup> Título da tese de doutorado defendida em maio de 2019 na Universidade Federal de Sergipe.

<sup>263</sup> Embora o conceito de cultura seja considerado vasto, a ideia de cultura adotada na pesquisa visa apreender desta categoria a noção de cultura como “um modo de vida” (incluindo ideias, atitudes práticas, língua, instituições, estrutura de poder) e uma “série de práticas culturais” (formas artísticas, arquiteturas, bens produzidos pelo consumo de massa, etc.) Cf. WILLIAMS, Raymond In. *Cultura e Sociedade: de Coleridge a Orwell*. 2011. Petrópolis (RJ): Editora Vozes. In *Culture and Materialism: selected essays*. UK: London. Published by Verso, 2005.

<sup>264</sup> Tão complexo quanto o conceito de cultura, a noção de natureza pode apresentar inúmeras compreensões. Neste caso, a abordagem do conceito de natureza visa compreender as relações da sociedade com a natureza refletindo sobre “a nossa visão de natureza”, sobretudo, “(...) a concepção de uma natureza-objecto, exterior ao homem, e da qual ele se separou ao instrumentalizá-la”. Cf. LARRÈRE, Catherine. In. *Do Bom Uso da Natureza: Para uma filosofia do meio ambiente*. 1997. Lisboa (Portugal): Editora Instituto Piaget.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

área do conhecimento que nos últimos anos têm suscitando inúmeros debates no sentido de ampliar as fronteiras epistemológicas existentes a fim de incorporar novas temáticas para seu âmbito de pesquisa. A visível expansão do campo patrimonial se constitui numa realidade uma vez que as abordagens decorrentes convencionais não mais produzem efeitos satisfatórios. A porosidade das fronteiras no campo patrimonial tem sido observada, sobretudo, com a introdução da questão ambiental no seu âmbito de pesquisa e de políticas públicas, inserindo o tema em questão numa *abordagem interdisciplinar*. Deste modo, este artigo tem como principal objetivo *analisar a incorporação da dimensão ambiental na política de preservação do patrimônio cultural brasileiro*.

#### **Do Quadro Teórico**

Na origem das pesquisas do campo patrimonial o conceito de cultura nunca esteve vinculado à ideia de natureza, de modo que a abordagem acerca da integralidade das duas dimensões tem sido tratada como algo “relativamente” recente. A separação entre cultura e natureza resultou na institucionalização de órgãos culturais e de implantação de políticas públicas voltados exclusivamente para a preservação cultural desvinculada da dimensão ambiental. Somente a partir de 1975, as políticas públicas de conservação dos bens culturais passaram a ser tratada de forma integrada ao meio ambiente, graças as recomendações deliberadas pela *carta patrimonial* conhecida por *Declaração de Amsterdã* (1975)<sup>265</sup>. Esta carta patrimonial é um marco na irrupção do conceito de *patrimônio ambiental urbano*, ou seja, uma nova ideia de preservação do patrimônio surgiu considerando novas perspectivas entre o patrimônio cultural e o meio ambiente urbano.

O principal legado que esta *Declaração* (1975) deixa para o campo patrimonial é a importância do planejamento e da gestão territorial na consecução da política ambiental urbana compreendendo todo o envoltório do patrimônio material. A carta de Amsterdã

---

<sup>265</sup> Embora a Carta de Veneza (1964) recomende relacionar o patrimônio ao meio onde se encontra situado o monumento histórico, as diretrizes desta carta patrimonial se voltam em favor da restauração tão somente dos monumentos, tendo em vista assegurar a autenticidade do patrimônio em detrimento da falsificação artística e histórica (LE MOS, 2010). A concepção de integralidade entre ambiente e cultura é abordada nas cartas patrimoniais muito recentemente. A *Declaração de Amsterdã* de 1975 é um importante marco nesse sentido.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

simboliza uma continuidade em relação às cartas antecessoras<sup>266</sup>, mas, inegavelmente, trata-se de um marco por abarcar no conceito de patrimônio ambiental urbano, que além de relevar os valores culturais do patrimônio, procurou levar em conta a questão ambiental articulando-os ao planejamento e a gestão urbana a fim de (re)ordenar o espaço urbano.

O campo patrimonial vai se espraiando a partir do entendimento de que um artefato urbano, ou seja, um monumento histórico, não pode ser considerado de forma isolada e congelada, há de se levar em conta as relações que o bem cultural possui com o espaço a qual está introduzido a fim de compreender a estreita ligação do monumento com o seu entorno e, conseqüentemente, com o sentimento de pertencimento que os atores sociais envolvidos empreendem com este lugar de memória.

Se a *Declaração de Amsterdã* consagrou a terminologia Patrimônio Ambiental Urbano em 1975, décadas depois, precisamente em 1992, no encontro de cúpula mundial no Rio de Janeiro (Rio 92), a Unesco iniciou tratativas com os países-membros para a elaboração de uma nova categoria de preservação do patrimônio cultural. Neste tocante, a Unesco propôs o termo Paisagem Cultural como mais uma nova categoria preservacionista tendo em vista a necessidade de combinar cultura e natureza nas paisagens onde artefatos culturais estavam assentados em áreas naturais constituindo numa só paisagem. Portanto, o conceito de patrimônio cultural ganha mais uma abrangência como o advento da categoria paisagem cultural<sup>267</sup>

Ao ‘reconstruir’ o conceito de patrimônio cultural em conformidade com o meio ambiente (seja urbano, seja natural), as cartas patrimoniais, as políticas públicas e os

<sup>266</sup> Em 1967, num encontro promovido pela OEA (Organização dos Estados Americanos), fora patrocinado pelos signatários presentes as “Normas de Quito”. Esse texto propunha relacionar o patrimônio cultural ao turismo, visando à promoção do desenvolvimento econômico e social tendo na atividade turística seu principal catalisador.

<sup>267</sup> Considerado um dos mais importantes conceitos-chave da Geografia, a noção de paisagem cultural transita entre a materialidade da transformação da natureza pela ação humana ao simbolismo e significado dos valores culturais que estão impregnados na paisagem. Cf. COSGROVE, Denis. *Realtà Sociali e Paesaggio Simbolico*. Milano (IT): Edizione Unicopli, 1997. JACKSON J. B. *et al. The Interpretation of Ordinary Landscapes: geographical essays*. New York (USA): Oxford, 1979. CONSGROVE, Denis. In: *Social Formation and Symbolic Landscape*. United States of American: The University of Wisconsin Press, 1988. Cf. CORREA, Roberto. L; ROSENDAHL, Zeny. *Geografia Cultural: Introduzindo a temática, os textos e uma agenda*. In: *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

estudos acadêmicos recentes estão pondo em questão o modelo disciplinar cartesiano de investigação científica sobre as noções de patrimônio cultural. O sentido patrimonial preconizado na *Carta de Veneza* (1964), a vinculação das cidades históricas ao turismo como recomendou as *Normas de Quito* (1967) e o conceito de Patrimônio Ambiental Urbano sugerido pela *Declaração de Amsterdã* (1975), pressionaram os estudos do campo patrimonial a rever seus conceitos, seus princípios e seus procedimentos científicos tradicionais tendo que renovar seus postulados e axiomas visando estabelecer diálogos interdisciplinares.

Ao analisar as *cartas patrimoniais*, a pesquisa procura compreender a transformação das cidades históricas em centros turísticos. Inseridas nos circuitos de turismo cultural de seus Estados, as cidades patrimonializadas são projetadas nos planos urbanísticos e nas políticas públicas como polos de atratividade turística a partir de seus centros históricos. O encontro ocorrido na América Latina em 1967 resultou numa carta patrimonial denominada de “*Normas de Quito*”, em que foram definidas as diretrizes para que os países-membros utilizassem seus monumentos históricos e artísticos como vetores de desenvolvimento econômico e social mediante o uso turístico de seu patrimônio cultural material. Entretanto, estudos recentes vêm apontando para um turismo predatório, já que cultura e natureza estão sendo convertidos em mercadorias em decorrência de seu valor utilitário. Assim, questionou-se quanto ao modelo de desenvolvimento adotado para as cidades patrimonializadas no qual se tem por objetivo transformar os centros históricos em polos de atração turística. Os programas de preservação aplicados no Brasil são exemplos dessa tentativa.

Ao longo da pesquisa, revelou-se importante indicar à relação do patrimônio cultural aos contextos históricos e o papel dos atores institucionais na aplicação das políticas de preservação. O discurso patrimonial na modernidade dissociava patrimônio cultural de patrimônio natural atribuindo-lhes um valor de identidade nacional, no entanto, com a “crise da modernidade” e o advento do “mundo contemporâneo”, as preocupações em termos identitários giram em torno da *multirreferencialidade* que os novos sentidos de patrimônio trouxeram para uma infinidade de grupos culturais. Ou seja, a crise da





modernidade e sua identidade padronizada fragmentaram-se com as novas abordagens sobre o patrimônio cultural.

### Dos “*constructos*” teóricos

O campo patrimonial sem dúvida vem passando por um processo de “ruptura paradigmática” há um bom tempo. Do ponto de vista institucional, a Unesco, desde 1992, colaborou para a ampliação do sentido do conceito de patrimônio cultural ao possibilitar que o campo patrimonial assimilasse a ideia de patrimônio intangível. Ou seja, a partir de então, o campo patrimônio não apenas seria definido como uma área de pesquisa e governança de bens culturais tangíveis, mas, intangíveis também. O texto da Unesco, do qual o Brasil se tornaria signatário, implicou em importantes mudanças institucionais na política cultural brasileira nos anos seguintes. Após anos de debate, foi sancionado em 2000 o decreto que instituiu o “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial”<sup>268</sup>, alargando ainda mais a concepção patrimonial e, conseqüentemente, acarretando numa maior responsabilidade tanto para o poder público quanto para a sociedade civil no que concerne à política de salvaguarda do patrimônio cultural.

Ao adotar a terminologia “patrimônio cultural intangível”, a Unesco contribuiu para o amadurecimento do sentido da expressão *paisagem cultural*<sup>269</sup> no campo patrimonial. Palavra polissêmica e muito contraditória dentro da ciência geográfica, o termo paisagem denota percepção, isto é, uma imagem construída subjetivamente a partir da relação cultural de um grupo social para com a natureza. A concepção de paisagem cultural incorporada ao campo do patrimônio é fundamental para o entendimento acerca do objeto de estudo da pesquisa. Pois, é vital compreender o sentido de *paisagem* já que muitas

<sup>268</sup> BRASIL. *Decreto Federal Nº 3.551, de 04 de agosto de 2000*. Os registros são classificados em quatro segmentos: Livro de Registro dos Saberes; Livro de Registro das Celebrações; Livro de Registro das Formas de Expressão e Livro de Registro dos Lugares. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm) Acesso em: 15 de novembro de 2018.

<sup>269</sup> O termo *paisagem cultural* apareceu conceitualmente na obra do geógrafo Carl Sauer em 1925, com a publicação do clássico “*Morfologia da Paisagem*”. Entretanto, o termo paisagem remete a *landschaft*, palavra de origem germânica que apareceu para significar os elementos naturais de uma região. Com a publicação da obra de Sauer houve uma ressignificação, incluindo elementos naturais e culturais, o sentido original fora paulatinamente deixado de lado uma vez que não abarcava a ação humana na paisagem.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

idades históricas foram assentadas em ambientes naturais de tal modo que o conceito de paisagem cultural é imprescindível para abarcar a integração da cultura urbana patrimonializada ao meio natural amalgamando-se numa só paisagem. Assim, atualmente, é impossível abordar a questão patrimonial sem fazer referência ao tangível e ao intangível, sobretudo em sua extensão paisagística cultural cuja patrimonialização é inscrita no “Livro de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial”.

Portanto, a “ruptura de paradigma” no campo patrimonial, tem passado por inúmeras transformações tendo em vista a entrada de novos objetos na área de preservação, como por exemplo, o patrimônio cultural intangível. Por outro lado, como visto acima, o patrimônio iniciou sua trajetória a partir da preservação do patrimônio material, sobretudo, a preservação arquitetônica ou, como ficou batizada ‘**patrimônio de pedra e cal**’. As cartas patrimoniais abriram novas perspectivas de patrimonialização inserindo a dimensão ambiental – urbana e natural – na política de preservação. Os primeiros capítulos visaram descrever de forma analítica como esse percurso ocorreu na Europa, no que concerne ao patrimônio cultural, e nos Estados Unidos, no que concerne ao patrimônio natural. No Brasil, a patrimonialização tanto da cultura quanto da natureza foi sendo influenciada, principalmente, pelas cartas patrimoniais. A construção conceitual do objeto de pesquisa teve por objetivo compreender como a dimensão ambiental foi sendo introduzida na política patrimonial brasileira.

#### **Do objeto de pesquisa e seu contexto**

Sobre a inserção da questão ambiental no campo do patrimônio cultural nos primeiros capítulos, uma parte do quarto capítulo foi dedicada a entender a incorporação da dimensão ambiental em duas cidades históricas (Olinda e São Cristóvão), numa perspectiva comparada a partir da ótica de dois programas de preservação patrimonial: Programa das Cidades Históricas (PCH) e Programa Monumenta, sobretudo este último. Essas cidades históricas foram transformadas em objetos de estudo em função das





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

peculiaridades no que concerne seu patrimônio material e imaterial associadas à riqueza natural que as envolvem.

Este é o caso das cidades Olinda e São Cristóvão, localizadas nas regiões metropolitanas de suas respectivas capitais (Recife/PE e Aracaju/SE), tais cidades históricas foram tombadas pelo Iphan<sup>270</sup> em virtude de seus conjuntos urbanos e arquitetônicos que remetem ao período colonial, no que toca o tempo histórico e o estilo barroco; expressividade artística e histórica valorizadas à época do tombamento. No entanto, com o *complexificação* da ideia de patrimônio, decorrente da assimilação de novos objetos ao campo patrimonial, essas cidades passaram a ser interpretadas culturalmente não apenas pela materialidade que as caracterizam, mas, pelas manifestações culturais imateriais que em interface com a cultura material lhe imprime uma paisagem idiossincrática.

As cidades históricas de Olinda (PE) e São Cristóvão (SE) possuem similitudes em decorrência da importância histórica, do patrimônio cultural e relevância ambiental como pode ser observado nas descrições em seus livros de tombamento. Porém, a pesquisa considerou numa perspectiva comparada em que medida tais programas oficiais (**PCH e Monumenta**) tiveram impacto nas cidades históricas considerando o aspecto ambiental de suas propostas.

Em se tratando de política cultural patrimonial, o papel institucional do Iphan como órgão (autarquia) federal responsável pela salvaguarda do patrimônio foi determinante na pesquisa. Principalmente porque foi levando em conta o discurso oficial de “patrimonialidade” que emergiu da modernidade na Europa em virtude do contexto histórico vivido de urbanização e industrialização. O Iphan, instituído em 1937, é designado no ato de sua fundação, a tutelar tanto o patrimônio cultural quanto o

<sup>270</sup> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fundado em 1937, mediante o Decreto Federal Nº 25. O instituto, que antes era Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foi presidido por **Rodrigo de Melo Franco de Andrade**, responsável pela organização administrativa e as diretrizes da recém-instituída autarquia cultural. IPHAN. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_no\\_25\\_de\\_30\\_de\\_novembro\\_de\\_1937](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937). Acessado em 16 de novembro de 2018.





patrimônio natural, considerando como parâmetro de salvaguarda a importância histórica e a identidade nacional dos monumentos históricos e dos monumentos naturais.

### **Do método e de seus procedimentos**

A interdisciplinaridade como abordagem a qual requer a pesquisa em ciência ambiental extrapola qualquer “capricho” formal da burocracia do programa de pesquisa. Os temas de pesquisa que envolve a questão ambiental impulsionam o pesquisador a testar suas hipóteses a partir de lentes interdisciplinares. Neste caso, a pesquisa realizada lançou mão do diálogo entre as mais variadas disciplinas do conhecimento científico. Sobretudo, em razão do tema de pesquisa envolver cultural e natureza, isto é, trazer como problemática a relação entre a dimensão cultural e a dimensão natural na forma de patrimônio integralizado.

Para tanto, uma abordagem sistêmica e holística acerca do objeto de estudo – a preservação do patrimônio cultural – foi fundamental para entender as tentativas de aproximação entre os dois campos até então distantes e tratados como antagônicos (cultura e natureza). Se propondo a repensar as relações entre sociedade e natureza, como recomenda uma investigação interdisciplinar, a proposta de estudar de forma analítica a integração da temática ambiental ao campo cultural-patrimonial, resultou numa pesquisa sistêmica por haver a necessidade de ver o *todo* em detrimento das *partes* isoladas.

A pesquisa trilhou dois caminhos: uma de ordem teórica e outra de ordem empírica e documental. A primeira (teórica) visou através do estudo da fonte bibliográfica analisar os conceitos das principais categorias analíticas da pesquisa, ou seja, o conceito de cultura e o conceito de natureza à luz da ideia de patrimônio. O segundo caminho trilhando buscou através de dois documentos oficiais (PCH e Programa Monumenta) e nas práticas institucionais do Iphan como a dimensão ambiental foi inserida em duas cidades históricas tombadas (Olinda e São Cristóvão).

A investigação científica contou com importantes documentos ‘digitalizados’ e disponíveis nos arquivos virtuais da instituição para construção da tese. O manuseio desta farta documentação foi posto a prova na medida em que às visitas de campo eram





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

realizadas com a finalidade de **coletar dados** para complementar as informações extraídas das fontes bibliográficas e das **fontes documentais**. Às visitas de campo tiveram o objetivo de averiguar os resultados preconizados nos programas de preservação patrimonial destinada as cidades históricas tendo em vista a temática ambiental de suas propostas.

Ainda que duas cidades históricas tenham sido selecionadas para entender o universo das cidades históricas do Nordeste, o **método comparativo**<sup>271</sup> adotado serviu para “provar” as particularidades de cada cidade-patrimônio mesmo que tenham características em comuns. O método comparativo aplicado não teve por propósito estabelecer classificação ou hierarquizar os objetos de estudo. Mas, para dar respaldo às diferenças existentes entre as duas cidades que embora contempladas com os mesmos programas de preservação patrimonial e práticas patrimoniais institucionais, possuem suas singularidades.

#### **Considerações Finais**

Procuramos apontar os limites do modelo apresentado pelos programas de preservação patrimonial que tem privilegiado o desenvolvimento econômico e social pela via do turismo cultural de massa. Neste tocante, a pesquisa visa contribuir para a discussão em torno da temática ambiental que processualmente vem sendo incorporada ao campo de preservação patrimonial. Acompanhando a questão ambiental, o conceito de sustentabilidade tem sido explorado nos projetos de preservação patrimonial aproximando a dimensão cultural da dimensão ambiental, assim sendo, o resultado da pesquisa espera contribuir na reflexão acerca da ideia de *desenvolvimento sustentável* uma vez que se trata de uma pesquisa vinculada ao programa de pós-graduação em estudos de Desenvolvimento e Meio Ambiente.

---

<sup>271</sup> Por se tratar de um estudo que requer conhecimento histórico, o método comparado adotado foi O **método comparativo em história**, pois visa estabelecer as singularidades entre as unidades postas em comparação, sem necessariamente emitir juízo de valores de natureza hierárquica entre tais unidades. Neste tocante, o método utilizado tem por base o historiador “comparativista” DETIENNE, Marcel. *Comparar o incomparável*. São Paulo: Ideias Letras, 2004.





## Referências

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Decreto Nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/arquivos/decretos> Acessado 02 de janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Tombamento2.pdf> Acessado em 03 de janeiro de 2019.

CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Introdução à Geografia Cultural**. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. *Geografia Cultural: Introduzindo a temática, os textos e uma agenda*. In: **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

COSGROVE, Denis. **Realtà Sociali e Paesaggio Simbolico**. Milano (IT): Edizione Unicopli, 1997

\_\_\_\_\_. **Social Formation and Symbolic Landscape**. United States of American: The University of Wisconsin Press, 1988.

DETIENNE, Marcel. **Comparar o incomparável** . São Paulo: Ideias letras, 2004

JACKSON J. B. *et al.* **The Interpretation of Ordinary Landscapes: geographical essays**. New York (USA): Oxford, 1979.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

LARRÈRE, Catherine; LARRÈRE, Raphael. **Do Bom Uso da Natureza: Para uma filosofia do meio ambiente.** 1997. Lisboa (Portugal): Editora Instituto Piaget.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico.** 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Brasiliense, 2013 (Coleção Primeiros Passos).

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade: de Coleridge a Orwell.** 2011. Petrópolis (RJ): Editora Vozes.

\_\_\_\_\_ **Culture and Materialism: selected essays.** UK: London. Published by Verso, 2005.





## A CAÇA À BALEIA NO BRASIL COLONIAL ATRAVÉS DE DOCUMENTOS DO FREI ANDRÉ DE THEVET E FREI VICENTE DE SALVADOR

**Resumo:** Os estudos que entrelaçam as relações entre sociedades humanas e meio ambiente vêm ocupando, recentemente, a atenção de um grupo de pesquisadores que se autodenominam historiadores ambientais. Em se tratando das perspectivas e olhares lançados sobre a história ambiental no Brasil colonial, as pesquisas no Brasil vêm encontrando cada vez mais documentos e lançando novos olhares sobre objetos de pesquisa histórica onde é possível extrair narrativas da história ambiental. Neste sentido, a história da caça às baleias nos traz novos rumos e aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos e nos leva a questionar sobre possíveis ligações com olhares religiosos. Encontramos nos primeiros relatos de cronistas e viajantes que vieram ao Brasil em missão religiosa, um apontamento sobre caça às baleias no Brasil colonial. São os olhares de dois freis, a saber Frei André de Thevet e Frei Vicente de Salvador, que deixaram em seus escritos e obras suas impressões sobre a caça da baleia que propomos discutir nesta pesquisa.

**Palavras-chaves:** história ambiental; caça às baleias; Brasil colonial; Frei André de Thevet; Frei Vicente de Salvador.

### 1. A caça à baleia no Brasil Colonial

Um Alvará de 1602, documento encontrado no Arquivo Histórico Ultramarino<sup>272</sup>, indica que a exploração disseminada da baleia alcançou os mares do

<sup>272</sup> Acesso ao documento através do Projeto Resgate de âmbito nacional que tem como proponente a Fundação Parque Tecnológico em parceria com UFCG, foi aprovado no Edital da Petrobrás Cultural - 2010 e





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Brasil a partir do início do século XVII. O rei Felipe III, da então União Ibérica<sup>273</sup>, aos 9 de agosto de 1602 concedeu o alvará durante dez anos para a caça da baleia. Os licenciados foram dois sócios: Capitão Pêro de Urecha e Julião Miguel, pouco se sabe sobre estes dois homens, a historiadora Myriam Ellis (1969), apresenta o documento encontrado no Arquivo Histórico Ultramarino, em que a licença é dada pelo senhor Rei do Império Ibérico, aqui transcrito

Eu el-Rey faço saber aos q' este meu alvará virem que p' bem de dar licença a pero de Urecha e a Julião Miguel Biscainhos vezinhos de Bilbao da prouincia de Biscaya que por tempo de des anos cotados des do dia de São João de seis centos e dous e doze possão ir cõ três navios as costas do Brazil a pescar Baleas posto que não seião naturales plo que mando ao governador das ditas partes do Brasil que ora e E ao diamte for e ao meu provedor da fazemda e estas e a qualquer Capitão ou offcial de justiça ou fazemda a que este for apresentado e o conhecimento dele com direito pertemçer deixe pescar ao dito pero de urecha e julião miguel ou seus feitores na parte omde eles mais quiserem continuar na dita pescaria de baleias e lhes darão todo o favor e ajuda para o ditto efeito.

A concessão deliberada neste alvará consistia em permitir a caça do animal nas águas brasileiras, que até então era proibida, os licenciados eram Pêro de Urecha e Julião Miguel, da região de Biscaia. Como vimos no documento a concessão tem um prazo máximo de dez anos, a partir de 1602. A deliberação para a atividade designada pelo rei Felipe III era de uma completa liberdade para exploração, percebemos isto ao

---

pela Lei de Incentivo a Cultura do MINC, desenvolvido, em grande parte, na cidade de Campina Grande-PB, objetivando catalogar e publicar duas coleções de verbetes dos documentos manuscritos avulsos e em códices referentes à História Indígena e Escravidão Negra do Brasil Colonial. Os milhões de imagens documentais microfilmadas e digitalizadas pelo Projeto Resgate “Barão do Rio Branco” do Ministério da Cultura, que foi Coordenado pela Dra. Esther Caldas Bertollete, respeitantes ao período colonial brasileiro e encerrados no Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa/Portugal. Em meio à procura dos documentos referentes ao Projeto, me deparei também, com documentação referente às baleias no período colonial em diversas capitanias do Brasil. Essas novas fontes reacendeu a empolgação e me trouxe a possibilidade de estudar a Baleia no Brasil Colonial, através de novas fontes e documentos que poderiam permitir um novo olhar sobre esse capítulo da história.

<sup>273</sup> União Ibérica foi a unidade política que regeu a península ibérica de 1580 a 1640, resultado da união entre as monarquias de Portugal e da Espanha.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

lermos no alvará trechos como, por exemplo: “deixe pescar”, “na parte omde eles mais quiserem continuar na dita pescaria” e ainda “e lhes darão todo o favor e ajuda para o ditto efeito”, assim conjecturamos que isto leva a parecer uma liberação da caça sem controle prévio, sem ordenação, sem organização. Mediante a liberação da caça a Pêro de Urecha e Julião Miguel, estes por sua vez deveriam em troca abastecer do óleo da baleia todo o Recôncavo Baiano, e retornarem a Portugal para descarregar o excedente não apenas do óleo, mas de outros produtos derivados da baleia, como lemos ainda no Alvará de 1602,

deixaram a terra provida de azeite necessário que fizere das ditas baleas e com retorno do dito azeite e de quaisquer outras mercadorias que trouxere de qualquer qualidade que seião virão e dereitura aos portos de Portugal.

Se até 1602 a obtenção de derivados do animal era apenas obtida pelo encalhamento, concluímos que não havia uma estrutura organizada em torno da atividade baleeira. Até então, a utilidade da baleia limitava-se a extração principalmente o óleo, denominado de *azeite de peixe*, que antes de ser introduzida a caça da baleia no Brasil, era, esse principal produto extraído do cetáceo, obtido apenas quando os mamíferos encalhavam na praia – lembramos aqui da imagem que abre este capítulo – ou na ocasião da importação de Cabo Verde ou da região de Biscaia, onde as técnicas da caça eram muito bem aprimoradas, por intermédio da cidade portuguesa Viana do Castelo. O “azeite de peixe”, como era comumente conhecido, era usado especialmente como combustível para iluminação pública e para garantir o funcionamento noturno dos engenhos de cana-de-açúcar. A graxa também servia como impermeabilizante para navios e barcos, servia de matéria prima para construção, sendo usado como argamassa (ELLIS, 1969 p.25).

Mas, a partir do alvará concedido do governo metropolitano podemos enxergar que, o próprio governo percebeu que a atividade da caça geraria maior lucratividade que





apenas a retirada do óleo de baleias encalhadas, embora apenas utilizando a matéria retirada o encalhamento já se servia de muita utilidade e lucratividade. Nesse sentido observamos então o início da compreensão, principalmente por parte do governo metropolitano, de que o empreendimento da caça à baleia poderia trazer lucros estimados a metrópole.

## **2. Os olhares dos religiosos: Frei André de Thevet e Frei Vicente de Salvador**

### **2.1 Frei André de Thevet**

André de Thevet, Franciscano, explorador e escritor francês nascido em Angoulême, hoje uma comuna francesa situada no departamento de Charente, na região Poitou-Charentes, cosmógrafo da expedição do calvinista Nicolas Durand de Villegaignon (1510-1571) que viajou ao Brasil na missão para fundar a França Antártica (1556), objetivando implantar uma colônia francesa no território brasileiro para abrigar protestantes perseguidos e abrir espaço para a exploração mercantil. Cosmógrafo de quatro reis, de Henrique II a Henrique III, era capelão de Catarina de Médicis, quando resolveu acompanhar Villegaignon em sua aventura de colonização francesa no Brasil (1555). Esteve no Rio de Janeiro por menos três meses consecutivos (1555-1556), pois ficou doente e teve de ser repatriado. Escritor prolífico, a brevíssima estada não o impediu de escrever sobre vários aspectos da natureza e dos povos americanos e recebeu o real privilégio para publicação da obra *Les singularitez de la France Antarctique, autrement nommee Amerique, & de plusieurs terres et isles decouvertes de nostre temps*. Lançado em Paris (1558) com grande sucesso, a obra foi traduzida e publicada em italiano (1561) e em inglês (1568). Com a ajuda dos índios locais, ferrenhos inimigos dos portugueses, os franceses permaneceram no Rio de Janeiro até serem expulsos (1567) pelo Governador-Geral Mem de Sá (1500-1572) e seu sobrinho Estácio de Sá (1520-1567). Na obra descreveu as suas impressões acerca dos primeiros tempos da tentativa francesa de fundação, na América do Sul, na baía de Guanabara, de uma colônia denominada como





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

França Antártica. Foi ele quem criou a expressão França Antártica (1557) e posteriormente culpou os huguenotes, como eram chamados os calvinistas franceses, pelo fracasso da colônia. Esse ataque envolveu uma grande polêmica religiosa com o calvinista Jean de Léry (1534-1611), justificando a obra deste último *Histoire d'un voyage faict en la terre du Brésil, autrement dite Amérique* (1578), sobre a mesma aventura. Também escreveu *La Cosmographie Universelle*, Paris (1575). Foi também guarda das curiosidades reais, abade de Masdion, em Sanitonge, e morreu em Paris, aos 88 anos. Escreveu, em português atualizado, ... Ostras agarravam-se às raízes das árvores de mangue, formando verdadeiros cachos. Estas raízes eram cortadas pelos indígenas quando em maré baixa, que preferiam as ostras menores do manguezal às maiores do mar por serem aquelas mais saborosas e sadias e estas causadoras de febres... Ele assegurava em seus escritos que os “selvagens” da América não viviam nos campos e florestas como animais e nem tinham seus corpos recobertos de pêlos, como ursos, cervos ou leões, afirmando seguramente que a aparência dos nativos era exatamente o oposto do que os pintores do Velho Mundo pincelavam os selvagens ameríndios. Seus escritos e ilustrações comprovavam a existência de homens com corpos lisos e bem cuidados.





ISSN 21764514

### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA



(Extração o óleo de baleia - 1574 - André Thevet)

Essa imagem é do Frei André Thevet, de 1574, faz referência ao retalhamento de uma baleia. Segundo RAMINELLI (2008) o frei francês André Thevet com enorme sacrifício e labor, redigiu as singularidades de uma viagem à América no século XVI, em suas obras versou sobre os costumes da terra naquele tempo, observa e representa a cena através do seu ponto de vista europeu, francês, colonizador.

A xilogravura mostra o retalhamento de uma baleia. Podemos fazer algumas observações: como se pode perceber há sete “barris” no plano inferior da imagem onde podemos deduzir que estavam sendo apurado o óleo, há uma quantidade considerável de homens envolvidos na atividade, o que parece-nos ser um trabalho exaustivo. No plano superior da imagem observamos algumas figuras exóticas derribando embarcações. Acima da cabeça da baleia vemos dois homens, um segurando uma bandeira e outro com algum tipo de instrumento, provavelmente musical. Podemos





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

depreender – a partir do nosso olhar sobre a xilogravura de Thevet - que aos fins do século XVI havia aproveitamento da baleia para extração, de pelo menos, o óleo; e que essa atividade poderia ser vista como algo pavoroso, exótico, estranho; e ainda que usava-se técnicas rudimentares para este fim. Estas informações geram a problemática do capítulo: quando ocorreu o início dessas atividades de caça a baleia? Quais eram as características desta atividade? Quando ocorreu o entendimento do caráter comercial e lucrativo da caça a este animal?

Nesse sentido compreendemos que, os trabalhos intelectuais do frei André de Thevet contribuíram para o estudo crítico da exploração ambiental no Brasil. Apresenta-nos novas perspectivas de estudo, pois entendemos que não se deve lançar o olhar apenas para pau-brasil, cana de açúcar, tabaco, algodão, café, ouro, e mais uma infinidade de produtos que se empreendeu a cultura exploratória da colonização. A caça de animais silvestres e marinhos ajudou a compor o quadro de exploração econômica e de degradação ambiental levada a cabo pelos colonizadores portugueses a partir do século XVI. Neste aspecto, a caça à baleia no litoral brasileiro se constituiu como atividade econômica importante para manutenção, expansão e consolidação do espaço costeiro da colônia, além de ter sido importante para ampliar e diversificar a exploração dos recursos naturais no Brasil.

## 2.2 Frei Vicente de Salvador

Mesmo precariamente, crônicas e informações sobre o início da colonização portuguesa no Brasil dão conta de dados biográficos e literários sobre a obra de Vicente Rodrigues Palha. Esse primeiro portador desta história era conhecido como Frei Vicente do Salvador, religioso jesuíta nasceu em Matuim, Bahia, em 1564. Considerado um homem instruído para sua época, foi educado no colégio de São Salvador e depois estudou Direito na Universidade de Coimbra. Voltando ao Brasil, ordenou-se sacerdote,





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

chegou a Cônego da Sé baiana e Vigário-Geral. Conta-se que aos trinta e cinco anos ordenou-se frade, vestindo o hábito de São Francisco e trocando o nome de batismo pelo de Frei Vicente de Salvador. Nome pelo qual entrou para a História do Brasil.

Frei Vicente do Salvador concluiu no ano de 1627 “Histórias do Brazil”, obra densa com 38 capítulos e 267 páginas que registram aspectos da vida política, social, econômica e do cotidiano de um Brasil em processo de gestação. Este livro é considerado por especialistas como primeiro trabalho de cunho histórico sobre um Brasil recém conquistado pelos portugueses. Discorre Salvador em sua obra, dentre outros fatos, sobre guerras entre brancos e índios, expondo os esforços dos colonizadores para consolidar o domínio sobre o território e sobre o trabalho de índios e escravos negros nas primeiras décadas do século seguinte à ocupação lusitana. Dentre as várias temáticas abordadas em seu livro, encontram-se ainda aspectos relacionados à atividade baleeira na Bahia que, segundo ele registrou, foi introduzida pela primeira vez em 1603 na região do Recôncavo Baiano.

O primeiro relato sobre as baleias faz Salvador logo no início da obra quando passa a relatar das mais variadas espécies de animais que há na Bahia do século XVII, ele diz

Há muitas mui grandes baleias, que no meio do inverno vem a parir nas baías, e rios fundos desta costa, e às vezes lançam a ela muito âmbar, do que do fundo do mar arrancam, quando comem, e conhecido na praia, porque aves, caranguejos, e quantas coisas vivas há acodem a comêlo. (p. 14)

Na época da procriação, as baleias procuram a região da costa do sul Americano em busca de águas tranquilas para nascimento e amamentação dos seus filhotes, por isso se tornavam presas fáceis. A espécie Franca Austrais (*Eubalaena australis*) é a que apresenta maior frequência em águas Sul do Atlântico. Esses cetáceos apresentam uma





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

natação lenta, além de serem dóceis e navegarem próximo às costas. Um fator que facilita a captura do mamífero é sua possibilidade de flutuação, quando abatida, por causa da sua espessa camada de gordura. Uma baleia franca pode medir 18 metros de comprimento e chegar próximo de 40 toneladas. O tempo de vida desses mamíferos varia entre 70 e 80 anos podendo se prolongar por mais alguns anos. As baleias francas são pretas e preferem as águas mais quentes o que explica, em parte, a migração destas para a costa brasileira. (PESAVENDO, 2009).

Em “História do Brasil”, Vicente do Salvador (1627:172) atribuiu o interesse sobre a atividade baleeira à necessidade de importação de alguns produtos o impulso determinante para o início da atividade baleeira no Brasil. Seus escritos atestam que durante a União Ibérica (1580-1640), havia a necessidade de se ter atendida uma demanda local por alguns produtos para a agroindústria açucareira e para uso diário dos moradores da Colônia. Um desses produtos era o óleo ou “azeite de peixe” como era também conhecido. As casas, os prédios comerciais, os fortes militares e as unidades de produção agroindustrial, principalmente os engenhos para fabricação do açúcar necessitavam de óleo para se manter o mínimo de claridade quando a noite caía e encobria o horizonte com seu manto escuro.

A produção de açúcar nos engenhos, impulsionada pelo trabalho escravo, funcionava praticamente vinte e quatro horas por dia, e à noite necessitava-se de “combustível” para manter o ambiente com iluminação suficiente para que a produção não fosse interrompida e a labuta pudesse ser mantida sem comprometer seus resultados ao fim da produção. Segundo a historiadora Myriam Ellis (1969) o óleo utilizado para essa e outras finalidades era, no início da colonização, importado da Ilha de Cabo Verde a custos elevados. Nesta ilha do Atlântico já se caçavam baleias e seu óleo era armazenado em pipas e destinado a Lisboa e ao Rio de Janeiro de onde era enviado posteriormente para o interior da Colônia. A dificuldade em se obter o óleo foi o fato que teria induzido o Governo Metropolitano a buscar outro produto, dentro da própria Colônia, que substituísse à importação desse insumo. Do beneficiamento das grossas





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

camadas de gordura das baleias, além do óleo, também passaram a produzir uma espécie de pasta mais vigorosa e densa que era utilizada para calafetagem de barcos e servia como matéria-prima para produzir sabão e velas no atendimento de um comércio regional que embora incipiente, tendia ao crescimento.

Segundo o relato de Salvador (1627:171), coube ao então Governador da Bahia recém chegado a Salvador, Diogo Botelho do Reynó, encontrar alternativa no interior da Colônia à importação desses produtos, permitindo, com o consentimento da Metrópole, que em 1603<sup>274</sup> estrangeiros oriundos da Baía de Biscaia caçassem baleias nos mares brasileiros na medida em que se cumprissem as exigências contidas em Alvará Régio. O objetivo principal dessa medida era proporcionar aos luso-brasileiros a aprendizagem sobre estratégias e técnicas de caça aos grandes mamíferos marinhos com o intuito de suprir a demanda interna da Colônia e com vistas, posteriormente, à exportação, caso fosse possível, de alguns derivados que tivessem aceitação no mercado estrangeiro:

Era grande a falta que em todo o Estado do Brasil havia de graxa ou azeite de peixe, assim pera reboque dos barcos e navios, como pera se alumiarem os engenhos, que trabalham toda a noite, e se houverão de alumiar-se com azeite doce, conforme o que se gasta, e os negros lhes são muito affeiçoados, não bastara todo o azeite do mundo. Algum vinha do Cabo vender e de Biscaia por via de Vianna, mas era tam caro e tão pouco, que muitas vezes era necessario usarem do azeite doce, misturando-lhe destrouto amargoso, e fedorento, para que os negros não lambessem os candeeiros, e era huma pena como a de Tantalo padecer esta falta, vendo andar as beleãs, que são a mesma graxa, por toda essa Bahia, sem haver quem as pescasse, ao que acudio, Deus que tudo rege e prover, movendo a vontade a hum Pedro de Orecha, Biscainho, que quisesse vir fazer esta pescaria; este veio com o Governador Diogo Botelho do Reyno no anno de mil seiscentos e três (SALVADOR 1627, p. 117)

---

<sup>274</sup> Embora Frei Vicente do Salvador indique o ano de 1603 como aquele em que foi introduzida a atividade baleeira no Brasil, o alvará de Felipe III, rei da Espanha, autorizando Pêro de Urecha e seu sócio Julião Miguel, biscainhos, a caçar baleias no Brasil por um período de dez anos, data do ano de 1602, conforme se pode atestar no documento do Arquivo Histórico Ultramarino, nas caixas da Bahia I, e que transcrevemos no capítulo primeiro dessa monografia.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

O relato de Frei Vicente do Salvador sobre esse tipo de “pesca” no Brasil, fornece indícios para se entender como esta atividade econômica passou a ser estruturada com base inicialmente no atendimento de uma demanda local e, posteriormente, como se tornou objeto de interesses mercantis e metropolitanos crescentes após o domínio dos colonos luso-brasileiros de técnicas necessárias para caçadas mais intensas e mais frequentes do cetáceo. Domínio de técnicas que não tardou a ocorrer, pois já em 1614 a Coroa Portuguesa estabeleceu o monopólio estatal sobre a atividade baleeira que iniciou a partir de então um processo de expansão para outras áreas da costa do Brasil. A justificativa dada pelo Provedor da Fazenda, Sebastião Borges e do Governador-Geral Gaspar de Souza, “estribado o Provedor no conceito de que, sendo peixe-real, era o cetáceo propriedade da Coroa” (ELLIS 1969). Assim, sendo “propriedade da coroa” foi instalado o monopólio real da caça da baleia no Brasil em 1614. Durante os séculos XVII e XVIII os instrumentos que regulamentavam este monopólio foram surgindo, eram contratos que determinavam os direitos e obrigações das partes contratantes que eram a Coroa e o contratador da pesca da baleia. Entre os direitos e obrigações estavam: administração da caça, comércio do óleo, preços – que variavam de acordo com as arrematações – entre outras coisas. Os contratos eram feitos no mínimo por um ano, podendo durar mais. Normalmente o coincidia o início do ano contrato com a migração dos cetáceos às águas litorâneas brasileiras e com a temporada da caça que se abria oficialmente no mês de junho e se prolongava por três meses. O negócio tornava-se lucrativo e não tardou para que a Coroa Portuguesa, por meio de Tratados de Concessão, expandisse a atividade baleeira para outras áreas do litoral da Colônia. Assim, a caça da baleia que foi estabelecida no século XVI, no Brasil segue-se até o século XIX.

Quanto aos primeiros caçadores biscainhos, ao que tudo indica, após o término do tempo estabelecido pelo Rei de dez anos voltaram para a Europa, embora tenha cogitado a Coroa de ainda manter biscainhos nas atividades da caça da baleia, segundo





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Myriam Ellis. Os biscainhos partiram deixando no Brasil certa estrutura que pudesse dar continuidade ao empreendimento. Sobre o fim da missão dos biscainhos Ellis comenta,

Tudo leva a crer que o alvará de 9 de agosto de 1602 vigorou até 16012; e que Pêro de Urecha e Julião Miguel, como concessionários da pesca da baleia no Brasil, cumpriram sua missão. (ELLIS, 1969 P. 35)

Como ocorreu com outras atividades de exploração colonial, a atividade baleeira quando de seu apogeu serviu para o enriquecimento de um grupo de comerciantes e empreendedores portugueses e contribuiu para que o Estado metropolitano português ampliasse sua área de controle sobre o Brasil.

Assim como os engenhos de cana-de-açúcar, algumas armações baleeiras funcionavam como verdadeiras unidades de produção<sup>275</sup> que foram aos poucos se estruturando no litoral brasileiro, iniciando-se na Bahia e se estendendo ao Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. Semelhante ao que ocorreu com outros produtos sob monopólio da Coroa, a riqueza originada dessa atividade econômica não trouxe benefícios para a massa de trabalhadores, principalmente os negros, responsáveis pelo trabalho mais pesado no mar e dentro das armações no processo de transformação da gordura em óleo (ELLIS, 1969).

---

<sup>275</sup> Segundo Miriam Ellis (1969), em algumas regiões do litoral brasileiro, as chamadas “Armações”, que contavam fundamentalmente com mão-de-obra escrava, se apresentavam como um complexo núcleo social e produtivo semelhante ao que se observava em torno dos engenhos da indústria açucareira: contava com casa-grande, senzalas, área destinada à extração de madeira, roça para cultivo de produtos de subsistência e áreas destinadas ao comércio dos produtos derivados das baleias.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Salvador também interpela em seus escritos uma prenúncia de interesses puramente econômicos e de como se dava a circulação financeira e quão produtivo era o negócio:

Gasta-se de soldadas com a gente que anda neste ministério, os dois meses que dura a pescaria, oito mil cruzados, porque a cada arpoador se dá quinhentos cruzados, e a menor soldada que se paga aos outros é de 30 mil-réis, fora comer, e beber de toda a gente; porém também é muito o proveito, que se tira, porque de ordinário se matam 30 ou 40 baleias, e cada uma dá 20 pipas de azeite pouco mais ou menos, conforme é a sua grandeza, e se vende cada uma das pipas a 18 ou 20 mil-réis, além do proveito que se tira da carne magra da baleia, a qual fazem em cobros, e tassalhos, e a salgam e põem a secar ao sol, e seca a metem em pipas, e vendem cada uma por 12 ou 15 cruzados (p. 118)

É importante acrescentarmos que a matança de baleias na Colônia para a extração de seus derivados, com o intuito de atender uma demanda local e o mercado externo não foge à lógica de outras atividades econômicas desenvolvidas pelos portugueses ao longo dos mais de trezentos anos de exploração colonial. Assim como fora feito com o pau-brasil, a cana-de-açúcar e o ouro, que foram explorados ao limite, o extrativismo animal tendo a caça à baleia como atividade central, representou para os comerciantes da época e para a Metrópole um negócio lucrativo, cuja consequência em médio prazo foi à exaustão dos estoques de determinadas espécies de baleias que migravam anualmente das águas frias da Antártica para se acasalarem nas águas quentes da costa brasileira e eram mortas.

A caça predatória, realizada sem qualquer tipo de controle, era distribuída a partir de quatro áreas de atuação para os contratos de arrendamento da caça às baleias, eram elas a área fluminense, a área paulista, da Bahia e Costas do Brasil, esse longo período representou, sob a ótica dos ambientalistas, um desastre que se arrastou por séculos e até passando pela administração colonial, imperial e republicana, o extermínio das baleias





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

chegou ao século XX marcada pelo esgotamento dos estoques e pela crise de sua indústria. Foram necessárias ações enérgicas para controlar os estoques representados por algumas espécies que foram reduzidas drasticamente em razão da falta de limites e controle à sua captura. Um exemplo muito usado para ilustrar esse raciocínio é o da baleia franca, *Eubalaena australis*, que praticamente desapareceu do litoral brasileiro e ainda hoje é considerada uma espécie ameaçada de extinção.

#### Referências

AGUIAR, J. O. ANDRADE. R. R. e DUARTE FILHO, F. H Reflexões sobre a crise ambiental e o emergir de sensibilidades para com os direitos dos animais nas Ciências Humanas e nas Ciências da Vida. Revista Crítica Histórica, Ano II, Nº 4, Universidade Federal de Alagoas (UFAL), 2011. Disponível em: [http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/index.php?option=com\\_content&view=category&id=64:dossie-ambiental&Itemid=60&layout=default](http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/index.php?option=com_content&view=category&id=64:dossie-ambiental&Itemid=60&layout=default) Acesso em 05 de jan. 2018.

AGUIAR, J. O. ANDRADE. R. R. e DUARTE FILHO, F. H História Ambiental e Atividade Baleeira na Paraíba: Algumas interrogações. In: Natureza e Cultura nos Domínios de Clio: História, Meio Ambiente e Questões Étnicas. Campina Grande, EDUFPG, 2012.

CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In.: A escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

DIAS, Camila Baptista. A pesca da baleia no Brasil Colonial: contratos e contratadores no Rio de Janeiro do século XVII. Dissertação de Mestrado. UFF, 2010. 139p.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.4, n.8, 1991.

DRUMMOND, José Augusto. Por que estudar história ambiental do Brasil? - ensaio temático. Várias Histórias, nº 26. Janeiro, 2002.

RAMINELLI, Ronald José. Escritos, Imagens e Artefatos: ou a Viagem de Thevet à França Antártica. História, v.27, n.1, p. 195-212, 2008.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brazil, 1500-1627*. 3. ed. rev. São Paulo: Melhoramentos, s.d.

THOMAS, Keith. O Homem e o Mundo Natural – Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). João Roberto Martins Filho (trad.). Companhia das Letras, São Paulo, 2001.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. Estudos Históricos, Rio de Janeiro. Vol. 4, n 8.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## PÔSTER

# OS HISTORIADORES E AS ÁRVORES: UM ESTUDO DO PAU-BRASIL NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA AMBIENTAL

Autor: Éverton Alves Aragão

*Graduando pela universidade Federal de Campina Grande*

*everton01588@gmail.com*

Orientador(a): Professora Doutora Juciene Ricarte Cardoso (UFCG)

*Jucieneufcg@gmail.com*

## INTRODUÇÃO: QUE HISTÓRIA OS HISTORIADORES ESTÃO FAZENDO

Os historiadores, e as historiadoras, quase sempre não percebem que o cheiro da terra molhada, que o cair leve e suave de uma folha no solo, ou o repentino crepitar dos correntões, levando uma árvore ao chão, faz parte da história humana. Ao dizer isso afirmamos que as memórias, individuais e coletivas, os gestos e as ações humanas escritas em contato com a natureza, alteram o sentido de se viver e estar em sociedade.

Digo isso pois ao empreender uma pesquisa histórica sobre o Pau-brasil, árvore típica da Mata Atlântica brasileira, em suas relações socioambientais entre diferentes grupos étnicos, na primeira metade do século XVI, cheguei a conclusões antes não imaginadas.

Nessa pesquisa, me pareceu óbvia a ideia de que inicialmente esta árvore, tão singular e facilmente encontrada em todo litoral das terras brasílicas – entre os séculos XVI e XVII – era, sobretudo, alimento para o afã de uma economia extrativa e predadora. Porém, no processo de pesquisa, percebi também que: essa árvore desde as primeiras décadas da colonização portuguesa foi sendo derrubada, apanhada e por muito tempo apagada da história brasileira. Parte em culpa de uma historiografia que silenciou os sujeitos ligados a natureza de suas narrativas.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Por muitos anos, historiadores e historiadoras, se limitavam dizer, que o Pau-brasil foi apenas uma árvore que serviu brevemente de riqueza europeia, e nada mais além disso. Isso se tratou, portanto, de um silenciamento metodológico ao ligar uma das maiores metáforas (vegetais) do país a um mero objeto sem história, isto é: um mero componente do cenário, no transitar e anseios humanos.

LOGO, MEU OBJETIVO NAS LINHAS QUE SE SEGUEM É O DE PROBLEMATIZAR O PAPEL DO HISTORIADOR FRENTE AS RECENTES INOVAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS. ALÉM DISSO, BUSCO MAPEAR PONTOS DE ATRITO E CAMINHOS DE ANÁLISE PARA PROMOVER UMA ALIANÇA ENTRE HISTÓRIA E NATUREZA – HISTORIADORES E ÁRVORES. PARA TANTO, BUSCO ESTABELEECER E PONTUAR O PAU-BRASIL ENQUANTO UM PROTAGONISTA, UM SUJEITO HISTÓRICO, QUE PARTICIPA, MODIFICA E ACRESCENTA AS EXPERIÊNCIAS HUMANAS AO LONGO DO TEMPO.

#### **1 PERDIDOS NA FLORESTA: É POSSIVEL UMA HISTÓRIA VERDE?**

No passado, os historiadores poderiam ser acusados de conhecer somente os grandes feitos, dos “grandes homens”. Mas hoje, é claro, não é mais assim – ou pelo menos pretendemos que não seja. Cada vez mais os historiadores e historiadoras se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado. Carlo Ginzburg, historiador italiano do século XX, já escrevia sobre isso em seu prefácio à obra famosa de sua autoria, *O queijo e os vermes* (2006).

E isso foi, sem dúvidas, uma ruptura importante para os modos de se fazer história(s): as mulheres souberam aproveitar dessas recentes (e ainda vagas) introduções, a história dos negros e indígenas de igual forma ganham novos olhares a partir dos novos estudos desses historiadores; enfim, podemos dizer que “os excluídos da história” ganharam voz. Se pesarmos por meio de um olhar retrospectivo avançamos um passo largo e muito importante no ato de historiar.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

É verdade, são outros tempos. Novos diálogos surgem diariamente no âmbito acadêmico, a história que antes não dialogava com a antropologia, há algum tempo já há um processo de relação interdisciplinar. É nesse cenário que passei a me inquietar com outras coisas além de propriamente a “história”, uma dessas, ainda que não totalmente agrupada com essas novas sensibilizações dos historiadores, e também sociólogos, mas ao mesmo tempo é um assunto tão próximo a nós (como que o oxigênio que respiramos), trata-se de algo vulgarmente conhecido por *natureza*<sup>276</sup>.

Consideremos, por exemplo, que nós vivemos e registramos nossas histórias em um pequeno e pálido ponto, de um universo composto de algumas centenas de bilhões de galáxias, uma das quais é a Via Láctea – a “*nossa galáxia*”, muito embora não seja nossa. Que esta é composta de gás, poeira e aproximadamente 400 bilhões de sóis e que um deles, num braço obscuro da espiral é o Sol, a estrela local.

Acompanhando o Sol em sua viagem de 250 milhões de anos ao redor do centro da Via Láctea, existe um séquito de pequenos mundos. Alguns são planetas, outros são luas, uns asteroides, outros cometas. Levemos em consideração ainda que nós, humanos, somos uma das 50 bilhões de espécies que cresceram e evoluíram num pequeno planeta, o terceiro a partir do Sol, que chamamos de Terra (SAGAN, 2008, p. 60). O nosso planeta se torna algo indivisível e nossas vidas através dele estão entrelaçadas. Por tudo isso, pensar a história não se torna um esforço tão simples e de efeito apenas *qualitativo*.

Já passamos da hora de nos perguntarmos, o que *faz/é* um historiador diante dessa *quantitativa* imensidão? São várias e diversas as respostas. Marc Bloch (2002), por exemplo, historiador francês, apresenta uma definição que para mim é muito elucidativa: a história é talvez a “ciência dos homens, ou melhor, dos homens no tempo” (BLOCH, 2002, p. 55). Lógico, estudar a história é visualizar os homens e as mulheres do gênero

---

<sup>276</sup> O conceito de natureza é múltiplo, ou seja, a palavra natureza pode possuir vários significados. Podemos dizer que desde a antiguidade a natureza em seu significado, seu simbolismo, vem sendo pensado e repensado por inúmeros intelectuais – filósofos, biólogos, geógrafos etc. –, de Aristóteles até Darwin, e mais, muitos outros discutem sobre o conceito de natureza. Logo podemos perceber que não se trata de algo uniforme e homogêneo. Apesar de ter o sentido amplo de ser aquilo que se relaciona com o mundo físico, concreto, estabelecido naturalmente – como a vida –, veremos que a natureza é também construção cultural.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

*Homo* e suas passagens através do tempo. Mas não podemos simplesmente relegar todo o resto dessa história. A história – a nossa história – é muito mais que o homem (aí lê-se as diferenças de sexo, gênero, cor, classe social etc.), é tudo que o circunda; é também a natureza, pois não vivemos no vácuo espacial.

E se buscarmos mais definições para a ciência histórica, ainda poderíamos apontar o pensamento do historiador John Lewis Gaddis, que assim resumiu a posição do historiador frente ao seu objetivo:

Nenhum especialista nas guerras napoleônicas ouviu o som de um canhão em Austerlitz. **Os historiadores estão na mesma situação espinhosa de um advogado criminalista que se esforça para reconstruir um crime que ele não presenciou;** ou um físico que confinado ao leito em virtude de uma gripe toma conhecimento de seus experimentos por meio de relatórios de seu técnico do laboratório. (GADDIS, 2003, p. 51) (Grifo meu).

Mas e se no lugar do som de um canhão do século XIX, estivessem os sons dramáticos da destruição de uma floresta: o crepitar intenso do fogo, o ronco do motosserra, o ranger dos correntões arrancando as árvores pela raiz. Como seria se cada árvore pudesse emitir uma mensagem nessa hora? E se esses sons de adeus chegassem aos ouvidos de um historiador anos, séculos depois?

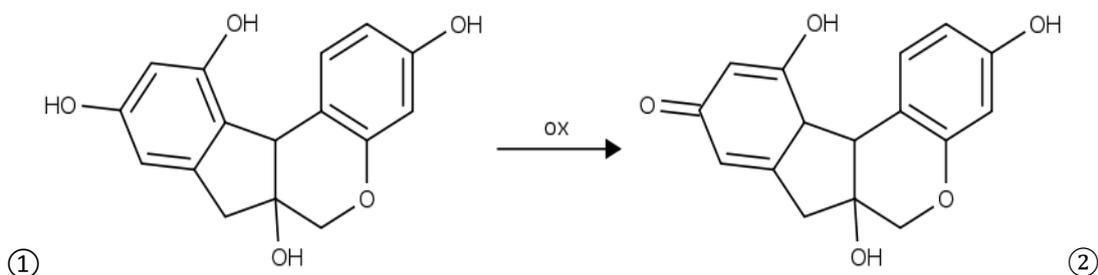
A questão é que, em todos esses posicionamentos a natureza não é instrumento do historiador, nem tão pouco objeto participador das vivências humanas. Na realidade, “tanto na religião ocidental como a ciência ocidental fizeram de tudo para afirmar que a natureza não é a história, mas apenas o cenário, que ver a natureza como sagrada é um sacrilégio” (SAGAN, 2008, p. 165), e, veja, quem disse isso não foi um historiador por formação, foi um astrofísico!.

Por muitos anos, *quantificações* que posicionam a vida de homens e mulheres na Terra, esteve separada dos discursos entre os historiadores, isto é, qual seria o historiador que até então se preocuparia em esclarecer o processo de transformação da brasilina em corante?





**Tabela 1: Estrutura química da brasilina e da brasileína**



**Fonte:** Estrutura de **brasilina** (1), produto natural isolado de *Caesalpinia echinata* e de **brasileína** (2), derivado oxidado de 1 e responsável pela cor vermelha do Pau-brasil.

Algum historiador mais conservador poderia (e ainda pode) dizer que seja algo desnecessário para o pensar e fazer histórico ter o meio ambiente como objeto de estudo, contudo, não passaria de um tolo desavisado ou mero ignorante. A história do Brasil – e do resto da Terra – está ligada ao uso de plantas na medicina ou relacionada a sua circulação enquanto comércio de produtos naturais, como as especiarias e os corantes vegetais, que serviram de modelos para o desenvolvimento da química e da produção sintética de produtos naturais.

Visto isso, um grito à uma história verde, ecológica, ambiental, é antes de tudo imprescindível. É urgente alargar mais os diálogos, pois o conhecimento histórico deve buscar comunicação com as mais diversas áreas, incluindo a geografia, a geologia, a botânica, a zoologia, biologia, a paleontologia, a agronomia, a ecologia, a química, a história da ciência e tantas outras quantas se tornarem necessárias (DUARTE, 2013) – acredito que o papel da ciência é promover o diálogo.

## 2 A HISTÓRIA AMBIENTAL: QUANDO OS HISTORIADORES DESCOBREM A NATUREZA

Segundo Julio Aróstegui (2006), houve uma grande guinada nos anos de 1970, que interrompeu uma certa trajetória da historiografia, mas propiciou o nascimento de muitas direções novas. E foi justamente a partir dessa tal renovação que surgiu a História Ambiental, domínio que podemos desenvolver uma interação mais próxima entre sociedade e natureza. Analogicamente, se Marc Bloch dizia que a história é: “ciência dos homens, ou melhor, dos homens no tempo” (BLOCH, 2002, p. 55), podemos dizer que a





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

História Ambiental é o estudo das relações entre homem e meio ambiente ao longo do tempo.

Sabendo disso, é pertinente apontar uma característica definidora da História Ambiental: ela está intrinsecamente ligada com inúmeras disciplinas do conhecimento como a geografia, biologia, climatologia etc. Sendo assim, esse domínio histórico abre as portas para uma interdisciplinaridade, isto é, possibilita novas abordagens metodológicas para História, e isso é muito importante. Para Castro (2003, p. 25), pensar a história em estreita relação com o ambiente no qual os seres humanos desenvolvem suas existências exige refletirmos sobre os distintos modos como nos organizamos para a produção e reprodução de nossas vidas, bem como em termos das práticas e das concepções sobre a natureza.

Elucidando um pouco mais, uma das principais premissas de um historiador ou historiadora ambiental é que os eventos da história se revelam no tempo, mas também no espaço. Como pontuou a historiadora Verena Winiwarter, “tudo o que acontece não tem somente um ‘quando’, mas também um ‘onde’, determinando a sua qualidade e a sua importância” (2010, p. 2). A história ambiental preocupa-se, então, com as interações entre a natureza e as sociedades humanas do passado, dá importância ao lugar e tenta associar a história humana com os sistemas naturais (WINIWARTER, 2010, p. 2).

A questão que acrescento às discussões da história ambiental é que, nós, historiadores e historiadoras, somos muito inclinados ao curto prazo e quase nunca pensamos no longo prazo, mas temos que ir mais além, pois aquelas mulheres e homens que não administram o fator *natureza* (que é dado no longo prazo) em suas análises é justificar que nossa vida e nossa história não está ligada ao planeta terra.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS: OS HISTORIADORES E AS ÁRVORES COMO UMA NOVA POSSIBILIDADE**

Por fim, podemos apontar que, pensando nas recentes inovações nos estudos da história, estamos diante de algo que não é simplesmente e apenas uma árvore. Pois há mais que seiva no alburno, e brasilina no cerne do pau-brasil – há história(s). São histórias que





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

representam diálogos. Diálogos que muitas vezes ultrapassam a própria história humana e do Brasil. Sabendo disso, é fundamental superarmos alguns preconceitos acadêmicos.

Não há como negar, historiadores e historiadoras, somos sem dúvidas aqueles conhecidos como factíveis a mudança, sempre dispostos a quebrar estereótipos e preconceitos historicamente construídos.

Mas, nem sempre seguimos o mesmo caminho, nem sempre fazemos aquilo que socialmente nos compete. Ainda, muitos – tolos, desavisados –, pejorativamente situam a natureza como puro objeto inanimado, crentes de uma falsa imunidade humana. Para esses, que acreditam que a história também não pode ser feita a partir de nossas relações com as árvores, tenho em mente que preconceitos (acadêmicos) também podem ser historicamente desconstruídos.

#### BIBLIOGRAFIA

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução Andréa Dore. – Bauru, SP: Edusc, 2006.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CASTRO, M. I. M. **Reflexões sobre a história ambiental**. Universitas-FACE / História, Brasília, v. 01, p. 25-43, 2003.

DUARTE, Regina Horta. **HISTÓRIA & NATUREZA**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SAGAN, Carl. **Bilhões e Bilhões: reflexões sobre vida e morte na virada do milênio**. Tradução Rosaura Eichenberg. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

WINIWARTER, Verena. **Abordagens sobre a História Ambiental: um guia de campo para os seus conceitos**. Abordagens Geográficas – volume 1, número 1, 2010: out.nov., p. 1-21.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## DIÁRIOS DE VIAGEM: LOUIS-FRANÇOIS DE TOLLENARE E SUAS PRIMEIRAS IMPRESSÕES DO BRASIL

Jéssica Priscila de Melo

Graduando em Licenciatura em História e bolsista do PIBIC/CNPq, UFCG, Campina Grande – PB

jеспmelo@live.com

José Otávio Aguiar

Professor Doutor, Unidade Acadêmica de História, UFCG. Campina Grande-PB.

otavio.j.aguiar@gmail.com

No início do século XIX com a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, uma das medidas tomadas foi à abertura dos portos brasileiros para o comércio internacional com as nações consideradas amigas, a Inglaterra foi, contudo, a mais beneficiada, no montante deste comércio.

Como consequência dessa abertura, muitos foram os viajantes europeus que passaram pelo Brasil durante todo o século XIX. Os motivos dessas viagens eram os mais diversos – comércio, pesquisa científica, missões religiosas, levantamentos cartográficos, aventureiros, entre outros. Esses viajantes produziram muitos relatos sobre o que vivenciaram no Brasil, alguns mais do que outros carregados de preconceitos, tendo em vista que escreviam com um olhar europeu sobre o continente recém-descoberto. É nesse contexto que se insere as *Notas Dominicales* do francês Louis-François de Tollenare, que assim como os demais relatos feitos pelos viajantes do século XIX, servem ao historiador como riquíssima fonte para se pensar o Brasil oitocentista.

De acordo com Carvalho (2015, p. 137) “Louis-François de Tollenare, foi um rico negociante de Nantes [...] sua viagem tinha caráter comercial, pois havia vindo ao Brasil para negociar algodão”. As *Notas Dominicales*, consistiam por sua vez, em relatos sobre





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

as suas viagens que ocorreram entres os anos de 1816 a 1818, sempre escrevendo aos domingos, fazendo anotações acerca dos ocorridos durante a semana. Por esse hábito peculiar podemos fazer duas inferências: primeira é que as atividades comerciais as quais se dedicava deixam-lhe pouco tempo para fazer um relato diário ou, segundo, talvez Tollenare assim o fizesse por entender que desta forma conseguiriam uma melhor organização na sua escrita. O que fica claro para nós é que à medida que as coisas vão acontecendo ele vai nos informando, como ele próprio afirma: “me exponho a desordenar muito as minhas notas”, e ainda, “um exemplo dessa confusão se aqui mesmo: vou ocupar dos meus passeios em volta da cidade, e deveria certamente fazel-os proceder de notas geraes geographicas e estatísticas” .

Nosso objetivo nesse texto é tratar apenas sobre as três primeiras *Notas Dominicales*, ou seja, as três primeiras semanas em que o viajante francês Tollenare se encontrou no Brasil. Buscaremos perceber suas primeiras impressões e a forma como ele relata tudo aquilo que lhe é interessante sendo digno de nota. Bem como as possibilidades de análise que essa fonte nos apresenta.

A primeira nota data de 17 de novembro de 1816, Tollenare inicia seu relato falando sobre os aspectos do litoral pernambucano – fortes, ancoradouros, corais – como as condições de navegação existentes. Em primeiro momento, enquanto ainda se encontra a bordo do navio, sua atenção se volta para descrever as jangadas de madeira tripuladas por negros que se aventuravam no mar para pescar. Seu padrão de observação amalgama o paradigma racialista, muito comum em certas vertentes da ilustração francesa e a surpresa da descoberta. O filtro da concepção de que apenas os europeus eram passíveis de perfectibilidade estética distorce e direciona sua percepção, mas, não a ponto de impedir a subversão das teorias de gabinete pelos padrões de observação da realidade. Depois de uma longa viagem, no dia 13 de novembro de 1816, aportou, enfim, no Recife. Era sua primeira visita ao Brasil. Sobre aos seus primeiros três dias nos informa que “estes primeiros momentos foram consagrados ás visitas de negócios”. Em terra firme, enquanto se ocupa de seus negócios, ele vai observando diversas coisas como, por exemplo, a arquitetura da cidade do Recife, que, em sua opinião é “mal edificado e menos asseiado”. Podemos sentir um leve tom de estranhamento, quando fala sobre os comerciantes, pois





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

estes “trajados á européa, se reúnem numa pequena praça defronte dum café [...] e não apresentam o aspecto animado de uma bolsa de comércio”.

Todavia a descrição talvez mais marcante dessa primeira semana esteja relacionada com o que pode observar sobre a população de origem africana. Ele comenta desde a habilidade que os negros tinham para navegar as jangadas anteriormente citadas, como de seu contínuo movimento na cidade e sua atuação no mercado. O filtro de seus preconceitos se faz perceber em diversos momentos, a exemplo de suas observações sobre os corpos das mulheres negras, que, a seu ver, “apresentam pouca atratividade”, porém “as raparigas conservam os contornos graciosos da adolescência; a côr preta em pouco prejudica o encanto das suas gargantas de Hébe”. Sua mal disfarçada admiração pelos corpos femininos negros é refratada por seu zê-lo em dizer-se por elas, as mulheres afro, “pouco atraído”. Transparece, aí, uma fala para seus leitores. Ele parece precaver-se de possíveis julgamentos, ao mesmo tempo em que denota admiração mal disfarçada. Tollenare também se refere de forma um tanto quanto moralista à “indiferença geral” com relação ao pudor no mercado de escravos, onde estes eram expostos trajando nada mais que uma tanga. Logo em seguida, justifica seu zê-lo com o argumento de que que “grande número dentre elles padece de molestias de pelle e está coberto de pustulas repugnantes”. O que, para o francês, que assume o lugar de mero observador isento, “além de provocar um odor desagradável, também consegue gerar no “estrangeiro” um sentimento de compaixão” ao se deparar com tal cena. No parágrafo seguinte, crianças negras são comparadas a animais: “os negrinhos brincam entre si como macaquinhos, aos quaes muito se assemelham nos movimentos”. Toda essa descrição é carregada de preconceito, tanto em relação aos negros, como em relação à população luso-brasileira em geral, que, naturalizando tais situações, não seria tocada da compaixão que alcançava os demais europeus ao se depararem com tais quadros de desumanidade.

Em 24 de novembro de 1816, uma segunda nota foi escrita por nosso viajante francês. Ele escreve da cidade do Recife, mas, se refere a uma viagem que fez a Olinda, por ter sido essa uma viagem muito breve, pouco pôde observar. Essa é uma nota relativamente curta, e o que mais chama atenção aqui é o interesse demonstrado por Tollenare por plantas, pois havia em Olinda “um jardim de aclimação das plantas





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

exóticas que o governo estabeleceu e confiou a um francez de Cayenna”. Apesar do pouco tempo que teve para apreciar tal jardim, ele sente-se ”embriagado” com tudo o que pode ver. Ele se comprometeu então com Mr. Germain, seu compatriota e diretor do jardim, a voltar em outra ocasião e com mais tempo, para apreciar mais do lugar. O dia então termina com um jantar no Convento de Santa Thereza, que segundo nos diz esse viajante francês deveria pertencer a Terceira Ordem de São Francisco ou mais conhecida como Carmelitas Descalços. Após o jantar ele se encontra numa conversação com o guardião do convento e outro frade, os quais “demonstravam a sua erudição e o desejo de se instruir; mas, não contribuíam a instruir-me do que um estrangeiro deseja saber sobre o Brasil”.

Chega-se então à terceira semana, a nota data do dia 01 de dezembro de 1816. Essa foi uma semana bastante agitada e proveitosa, tendo resolvido os seus negócios, ele pôde desfrutar da localidade, “fazendo longos passeios a pé em volta da cidade” do Recife. Durante o período colonial muitas histórias foram contadas na Europa sobre o Brasil, narrativas de selvagens antropófagos que comiam os viajantes perdidos, entre outras histórias absurdas. Assim para se livrar dessas falsas impressões em sua narrativa, Tollenare decide por primeiro escrever um panorama da história do Brasil. Ele parte desde o século XV com as hábeis navegações, passando pela chegada dos portugueses e seus embates com os índios, findando com a ocupação holandesa da capitania de Pernambuco.

Logo após fazer todo esse panorama histórico sobre a capitania de Pernambuco, ele volta sua atenção a descrever o que viu durante os seus agradáveis passeios. São longas descrições sobre o meio ambiente, os corais, os mangues, os animais. Contudo sua atenção é maior para a flora. As árvores e plantações lhe trazem grande satisfação e fascínio. Descreve em detalhes as flores e os frutos, fala dos coqueiros, das palmeiras, do dendezeiro, tomando todo o cuidado para determinar as suas diferenças, a alguns até os denomina por seus nomes científicos, o que nos demonstra que entendia pelo menos um pouco de taxonomia. A variedade das fruteiras lhe causa espanto, são um espetáculo à parte. De algumas frutas ele muito se agrada, enquanto que outras lhe são repugnantes. Tollenare apresenta uma vasta lista – laranjeiras, mangueiras, bananeiras, jaqueiras, goiabeira e outras tantas. É importante salientar que todas essas descrições são feitas por um verdadeiro apreciador, e não de um verdadeiro botânico, porque isso de fato ele não





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

era, mas que estava sendo movido por sua paixão e curiosidade. Já para o final do seu relato ele desprende um bom tempo para falar a respeito da mandioca e de sua importância para a alimentação. Ele descreve desde o processo de cultivo até a preparação final.

As descrições feitas por Louis-François de Tollenare em suas três primeiras semanas no Brasil são as mais variadas. Ele descreve sobre a arquitetura, as pessoas, os costumes e o que lhe traz um grande prazer – sobre a flora e fauna. Algumas dessas descrições são rápidas e simplificadas, outras, contudo, são muito ricas em seus detalhes. O historiador que desejar utilizar essa fonte poderá encontrar nela muitas possibilidades para se pensar o Brasil no século XIX. É possível ao historiador tratar sobre história ambiental, sobre negócios, sobre as mulheres - em especial as mulheres negras, entre outros aspectos. Não limitamos aqui a analisar apenas as primeiras semanas, pois queríamos perceber suas primeiras impressões e como ele toda nota de tudo aquilo de novo que aqui encontra. Porém se nos debruçarmos sobre o restante do seu diário, nos depararemos com muitas outras possibilidades.

#### Bibliografia

##### Fonte

TOLLENARE, Louis-François de. **Notas Dominicais**. Trad. Alfredo de Carvalho. Instituto Arqueológico e Geográfico pernambucano, Recife, 1906.

##### Referências

CARVALHO, Mary Lucia Alves de. **Os comerciantes cronistas: Henry Koster; Louis François de Tollenare no Piauí do início do século XIX**. Contraponto: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Teresina, v. 2. n. 1, fev. 2015.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## GRUPO DE TRABALHO 14: MULHERES NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA: GÊNERO, MÍDIA, PADRÕES DE MASCULINIDADES E FEMINILIDADES

COORDENADORES: ROSILENE DIAS MONTENEGRO (UFCG) E FÁBIO  
RONALDO DA SILVA (UFPE)





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

COMUNICAÇÃO ORAL

**QUE MULHER É ESSA?  
BREVE REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO DISCURSIVA DAS  
PROFISSÕES ATRELADAS A SEXUALIDADE**

Fábio Ronaldo da Silva

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

fabiocg@gmail.com

Raquel da Silva Guedes

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

raquel.silva.guedes@gmail.com

**RESUMO:** O artigo aqui apresentado traz um estudo de caso com análise de algumas letras de músicas sertanejas em que a mulher é apresentada como um ser desmoralizante que, por ser quem é e por ocupar determinados espaços ou profissões, contribuem para que os homens sintam-se fracos, impotentes e aptos a caírem na sedução dessa mulher. Reforçando discursos machistas que, há décadas, vem sendo reproduzido pelos dispositivos midiáticos, essas canções contribuem para reforçar ideias de uma cultura machocentrica, rivalidade entre gêneros, práticas de violência e desrespeito as profissões.

Palavras-chave: Discurso, gênero, sexualidade, machismo.





## INTRODUÇÃO

Durante séculos discursos médicos, religiosos e legais confinaram a mulher a uma vida privada, elas foram projetadas discursivamente para obedecer um tutor em defesa da moral e dos bons costumes. O patriarcalismo na década 1910 teve uma influência forte na formação social dos lugares e tal modelo se manteve por décadas. De acordo com esse sistema, a mulher tinha suas ações e liberdade moderadamente restringidas por seu tutor, fosse ele o pai, o irmão ou o marido. Esse fator cultural foi sustentado por um discurso biológico, religioso e civil (CAVALCANTI 2000), mesmo ainda sendo presente em maior ou menor grau em diferentes lugares do mundo, aos poucos, ele vem sendo desconstruído.

Além disso, o legado patriarcal, incluiu o feminino para os dotes do lar, na maioria das vezes era proibida de estudar, ou somente lhe permitido o acesso às primeiras fases da alfabetização e letramento. Não estudava. Por proibição ou por desestímulo. Sendo motivada a aprendizado das prendas domésticas, costurar, bordar, cozinhar (CAVALCANTI, 2000).

A família seguiu esse costume até a ascensão da burguesia. A partir de então, a elite burguesa, julgando desnecessário a esse regime, decidiu criar uma República liberal, moderna e urbana, se diferenciando do patriarcalismo que era seguido até então. As instituições modernas serão responsáveis por essas mudanças, reordenando a tutela familiar em uma nova ordem social burguesa onde as mulheres poderiam frequentar o espaço público dentro da modernização e da moralização

O resultado foi um atraso na participação das mulheres na vida pública, em vivenciar com liberdade as regalias e direitos que o espaço público fornece, isso vai desde de andar na rua com segurança até exercer uma profissão. A mulher enquanto profissional na era patriarcal convivia com a diferença de salários, a ausência de direitos trabalhistas e a sexualização do corpo e da profissão.

Esse legado cultural afastou durante décadas as mulheres de profissões ligadas a Ciência e Tecnologia, de modo que na atualidade, de acordo com o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (CREA) a porcentagem de mulheres atuantes na área chega a





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

25% em larga escala, ou seja, incluindo todas as engenharias, em comparação a 75% de homens atuantes no setor<sup>277</sup>.

As correntes patriarcais montava uma formação ideológica e discursiva que encaixou a mulher na vida pública, limitada e participante de profissões que fossem ligadas ao cuidado ao próximo, como uma associação a esposa e/ou a mãe. Dessa forma, as profissões mais comuns as mulheres era a da professora e a enfermeira, ambas lotadas como cuidadoras, pacientes e dóceis.

Ainda assim, viver o espaço público para o feminino era difícil. Os percursos de tais profissões levava a convivência direta com homens e isso ainda era julgado perante a formação cultural patriarcal, de forma que, o corpo feminino e as profissões passaram a ser sexualizadas, nas ruas, nos corredores dos hospitais ou nas salas de aula. Cumprimentar, trabalhar em conjunto com outros homens, atender pessoas do sexo oposto e cuidar delas não era visto com bons olhos pela população imiscuída na formação patriarcal.

A mulher que via, cumprimentava e trabalhava com outros homens não era confiável, tratava-se de um comportamento transgressor e, por isso, de estranhamento. Para além disso, apenas o fato de estar no espaço público trabalhando, para o pensamento patriarcal e de alguns homens, já era motivo para o julgamento, o desrespeito e principalmente, o assédio. Desse modo, a formação discursiva de que as profissionais da enfermagem, por lidarem com cuidados de pacientes e trabalharem diretamente com homens, na década de 1920 e 1930, passou a ser sexualizada. A enfermeira, mulher dos cuidados, voluntárias nas guerras, doce e profissional estava sendo confundida com um corpo sexualizado, um fetiche masculino, uma fantasia e até aquela que poderia estar disponível para aventuras extraconjugais.

Como toda formação discursiva, essa visão sexista e machista acabou por incluir tal profissão a uma formação cultural limitada e desrespeitosa para com as mulheres. O discurso para Foucault (2014) está em todo conjunto de formas que comunica um conteúdo, qualquer que seja a linguagem à qual pertençam, uma vez que, mais importante que o conteúdo dos discursos, é o papel que eles desempenham na ordenação do mundo.

<sup>277</sup> <https://sengece.org.br/numero-de-engenheiras-no-mercado-brasileiro>





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Um discurso dominante tem o poder de determinar o que é aceito ou não numa sociedade, independentemente da qualidade do que ele legitima, ou seja, embora o discurso dominante não esteja comprometido com uma verdade absoluta e universal, tem o poder de se tornar uma verdade pública e/ou um discurso dominante sob algo ou alguém.

A troca das profissões para homens e mulheres é entendido como uma traição a natureza, ou seja, a transgressão de uma norma. Esse processo, de acordo com Foucault (2012) é a conseqüente transformação em monstros (por fugir da regra natural). Embora os limites da feminilidade sejam em dada época determinadas pelos homens como uma maneira clara de demarcar a sua identidade, a troca de papéis sociais, ou mesmo a mistura deles, lhes tiraram o solo seguro (FOUCAULT, 2012).

Toda forma de possível exclusão, preconceito e formação educacional surge a partir da produção de um discurso construído para assegurar uma ideologia:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos números de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2014, p.8-9).

Pode-se dizer que a produção de um discurso é feita de acordo com as necessidades sociais de cada época, são distribuídos no meio como uma expressão cultural e/ou educacional de maneira selecionada. Logo, criar, fundamentar e propagar um discurso não é um exercício fácil, mas se alcançado o objetivo e o alvo, desconstruir sua influência sobre o homem e o meio é uma tarefa que pode levar décadas ou séculos, a exemplo dos discursos sobre a Mulher. A partir disso, pensemos que historicamente, devido a condições socioculturais, discursos propagaram um pensamento que estabeleceu lugares sociais femininos e masculinos.

A construção discursiva que separava a “mulher da casa” a “mulher da rua” acabou impregnando nas profissões, uma vez que, para se viver o lado profissional era necessário sair do conforto do lar e lidar com desconhecidos. Assim, as mulheres profissionais receberam a conotação de mulheres fáceis e estavam mais propensas ao assédio. Com o





passar dos anos, a desconstrução de tal visão foi iniciada, mas tal pensamento ainda é reforçado não só no pensamento patriarcal, mas também através dos meios midiáticos.

## **UMA BREVE HISTÓRIA DA ENFERMAGEM NO BRASIL**

A organização da Enfermagem na Sociedade Brasileira – compreende desde o período colonial até o final do século XIX e analisa a organização da Enfermagem no contexto da sociedade brasileira em formação. Desde o princípio da colonização foi incluída a abertura das Casas de Misericórdia, que tiveram origem em Portugal.

A primeira Casa de Misericórdia foi fundada na Vila de Santos, em 1543. Em seguida, ainda no século XVI, surgiram as do Rio de Janeiro, Vitória, Olinda e Ilhéus. Mais tarde, houve a fundação em Porto Alegre e Curitiba, esta inaugurada em 1880, com a presença de D. Pedro II e Dona Tereza Cristina. No que diz respeito à saúde do nosso povo, merece destaque o Padre José de Anchieta. Ele não se limitou ao ensino de ciências e catequeses; foi além: atendia aos necessitados do povo, exercendo atividades de médico e enfermeiro. Em seus escritos encontramos estudos de valor sobre o Brasil, seus primitivos habitantes, clima e as doenças mais comuns.

A terapêutica empregada era à base de ervas medicinais minuciosamente descritas. Supõe-se que os Jesuítas faziam a supervisão do serviço que era prestado por pessoas treinadas por eles. Não há registro a respeito. Outra figura de destaque é Frei Fabiano de Cristo, que durante 40 anos exerceu atividades de enfermeiro no Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro no século XVIII. Os escravos tiveram papel relevante, pois auxiliavam os religiosos no cuidado aos doentes. Em 1738, Romão de Matos Duarte consegue fundar no Rio de Janeiro a Casa dos Expostos. Somente em 1822, o Brasil tomou as primeiras medidas de proteção à maternidade que se conhecem na legislação mundial, graças a atuação de José Bonifácio Andrada e Silva.

A primeira sala de partos funcionava na Casa dos Expostos em 1822. Em 1832 organizou-se o ensino médico e foi criada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A escola de parteiras da Faculdade de Medicina diplomou no ano seguinte a célebre Madame





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Durocher, a primeira parteira formada no Brasil. No começo do século XX, grande número de teses médicas foram apresentadas sobre Higiene Infantil e Escolar, demonstrando os resultados obtidos e abrindo horizontes a novas realizações. Esse progresso da medicina, entretanto, não teve influência imediata sobre a Enfermagem.

Assim sendo, na enfermagem brasileira do tempo do Império, raros nomes de destacaram e, entre eles, merece especial menção o de Ana Neri, nascida em 13 de dezembro de 1814, Ana Justina Ferreira, na Cidade de Cachoeira, na Província da Bahia. Casou-se com Isidoro Antônio Neri, enviuvando aos 30 anos. Seus dois filhos, um médico militar e um oficial do exército, são convocados a servir a Pátria durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), sob a presidência de Solano Lopes.

O mais jovem, aluno do 6º ano de Medicina, oferece seus serviços médicos em prol dos brasileiros. Ana Neri não resiste à separação da família e escreve ao Presidente da Província, colocando-se à disposição de sua Pátria. Em 15 de agosto parte para os campos de batalha, onde dois de seus irmãos também lutavam. Improvisa hospitais e não mede esforços no atendimento aos feridos. Após cinco anos, retorna ao Brasil, é acolhida com carinho e louvor, recebe uma coroa de louros e Victor Meireles pinta sua imagem, que é colocada no Edifício do Paço Municipal.

O governo Imperial lhe concede uma pensão, além de medalhas humanitárias e de campanha. Faleceu no Rio de Janeiro a 20 de maio de 1880. A primeira Escola de Enfermagem fundada no Brasil recebeu o seu nome. Ana Neri rompeu com os preconceitos da época que faziam da mulher prisioneira do lar.

A enfermagem, em 2018, no país estava composta por um quadro de 80% de técnicos e auxiliares e 20% de enfermeiros. A conclusão é da pesquisa Perfil de Enfermagem no Brasil. Acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma área de saúde composta por um contingente de 3,5 milhões de trabalhadores, dos quais cerca de 50% atuam na enfermagem. Uma pesquisa sobre o Perfil da Enfermagem, realizada em aproximadamente 50% dos municípios brasileiros e em todos os 27 estados da Federação, inclui desde profissionais no início da carreira





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

(auxiliares e técnicos, que iniciam com 18 anos; e enfermeiros, com 22) até pessoas aposentadas (até 80 anos)<sup>278</sup>.

No mercado de trabalho, 59,3% das equipes de enfermagem tratam-se no setor público; 31,8% no privado; 14,6% não filantrópico e 8,2% nas atividades de ensino. A pesquisa<sup>279</sup> foi encomendada pelo Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) para determinar a realidade dos profissionais e subsidiar a construção de políticas públicas. A equipe de enfermagem é predominantemente feminina, sendo composta por 84,6% das mulheres. É importante ressaltar, no entanto, o mesmo tratamento de uma categoria feminina, registrar uma presença de 15% dos homens. “Pode-se registrar que a enfermagem está executando uma tendência de masculinização da categoria, com o aumento crescente da composição masculina contingente. Essa situação é recente, dados do início da década de 1990, e vem se firmando”, afirma Eloíza Correia, integrante do Cofen.

## A MÚSICA SERTANEJA E A REPRESENTAÇÃO DA MULHER

A música, entendida como fonte histórica, está presente nas experiências sociais dos sujeitos (meninos e meninas) e usá-la para fins de pesquisa e ensino torna-se, aos alunos/as, uma prática diferenciada à disciplina de História. Aborda diversas temáticas, misturando sonoridades múltiplas, mexendo com a emoção de quem ouve, despertando sentimentos, desejos, construindo sentidos, conceitos, valores e imaginários.

Para Bittencourt (2011), o uso da música se torna interessante ao estudo da história e como prática de ensino por se tratar de um meio de comunicação próximo da vivência, transformando-a em objeto de investigação histórica, pois ouvir música é diferente de pensar música (BITTENCOURT, 2011). Essa ação intelectual consiste em perceber e compreender que a música produz sentidos e constrói representações sociais e de sujeitos,

<sup>278</sup> <http://www.cofen.gov.br/pesquisa-inedita-traca-perfil-da-enfermagem>

<sup>279</sup> <https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisa-inedita-traca-perfil-da-enfermagem-no-brasil>





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

que por sua vez, são reelaborados nas suas vivências cotidianas. Esses sentidos consistem em discursos presentes num elemento constitutivo da cultura social.

A música sertaneja é um gênero musical brasileiro, produzido a partir da década de 1910 por compositores urbanos e rurais sendo chamada, inicialmente e genericamente, de modas ou emboladas devido o som predominante da viola. De acordo com pesquisa divulgada recentemente pela Folha de São Paulo<sup>280</sup>, o sertanejo é atualmente o segundo estilo musical mais consumido no Brasil, superando inclusive o samba, na maioria dos estados do país (especialmente São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Tocantins).

O gênero musical sertanejo mais famoso é o sertanejo caipira, ou música caipira, esse gênero musical historicamente teve início com o Bandeirismo, um movimento de desbravamento no interior do Brasil pelos bandeirantes paulistas, no século XVI. Antônio Candido definiu como Paulistânia todo o eixo de expansão e difusão da cultura bandeirante. Região onde se fixou o que entendemos por “cultura caipira”. Os estados de São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, metade Norte do Paraná, parte de Tocantins, parte do Mato Grosso e regiões como Sul de Minas e Triângulo Mineiro, são os locais onde se ambientaram esses valores. Parte desses bandeirantes abandonaram a vida de viagens, isolando-se e formando roças, foi nas roças do interior paulista que surgiu o homem caipira, e foi lá que a música caipira ganhou corpo e notoriedade, pelos canto de seus causos e suas lidas do interior, sendo gravada pela primeira vez em 1929 por Cornélio Pires.

Muitos estudiosos seguem a tendência tradicional de integrar as músicas caipira e sertaneja como subgêneros dentro um só conjunto musical, estabelecendo fases e divisões: de 1929 até 1944, como “música caipira” (ou “música sertaneja raiz”); do pós-guerra até a década de 1960, como uma fase de transição da velha música caipira rumo à constituição do atual gênero sertanejo; e do final dos anos sessenta até a atualidade, como música “sertaneja romântica”.

---

<sup>280</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/10/brasil-e-o-pais-mais-isolado-musicalmente-no-mundo.shtml>





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

O fato é que a música tem reforçado estereótipos e formações discursivas que não só intensificam pensamentos patriarcais, como desrespeitam a imagem da mulher, sexualizam o corpo feminino e estereotipam profissões. A primeira fonte analisada, de uma forma geral, foi a canção de Munhoz e Mariano, com o título “Pantera cor de rosa<sup>281</sup>”, do ano de 2013, onde a letra diz “jeitinho de santinha ela saiu de casa doida pra perder a linha me chama pra dançar, eu não tô aguentando ela tá provocando o Munhoz e o Mariano”. (MUNHOZ; MARIANO, 2013).

Sabemos que qualquer discurso, bem como o seu dispositivo institucional e social, só se mantém enquanto a conjuntura histórica não o substitui por outro discurso. Isso é o que será chamado de *a priori* histórico e é passível de mudança. “Mas ele é inconsciente: os contemporâneos sempre ignoram onde estavam seus próprios limites e nós mesmos não podemos avistar os nossos” (VEYNE, 2011, p.50). O que se lê e se escuta na música da dupla Munhoz e Mariano é uma reafirmação de um discurso que pode ser percebido na sociedade brasileira no que se refere a ideia de que a mulher, por sair sozinha para uma festa ela, só e somente, está em busca de aventuras sexuais, mesmo se “passando” por uma pessoa pudica, tendo “jeitinho de santinha”. Nesse contexto, ela é a “culpada” por “provocar” e seduzir, sendo as vítimas os homens daquele ambiente. Essa forma de pensar é corriqueira em sociedades machistas, que acredita que a mulher deve ter um comportamento, que deve se vestir de determinada forma e que não deve frequentar determinados tipos de ambientes pois, se assim o faz, isso indica que ela não é mulher para casar, pois não é uma “santinha”, ou seja, não é recatada e do lar, mas uma “piriguete” e será esse o tema da próxima canção analisada.

É comum as produções culturais, de forma geral, falar sobre as mudanças culturais e tecnológicas de determinadas épocas para, dentre várias questões, atingir o público usuário daquela dada tecnologia, por exemplo. A cantora Naiara Azevedo, atenta ao uso do computador e das plataformas digitais que se tornou comum no século XXI fala sobre o uso da internet pelas mulheres, mas de uma maneira em que coloca a mulher, por ela chamada de “rapariga digital” como alguém insignificante e que nunca será como o que ela chama de “mulher real”, como podemos ver no trecho que segue: “Essas piriguetes de

<sup>281</sup> Álbum *Pantera Cor de Rosa*, 2013, autoria de Munhoz e Mariano.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

internet, rapariga digital, nunca vão superar uma mulher real. Essas piriguetes de internet que todo mundo mordeu Quer trair, cê trai com uma mais bonita do que eu” (AZEVEDO, NAIARA, 2017).

As mulheres usuárias da internet, denominadas pela cantora de “rapariga digital” são pessoas inferiores, conhecidas por “todo mundo”, elas são as inimigas das mulheres “reais”, as recatadas, dignas de uma relação amorosa, pois são direitas e bonitas. Aqui há o preconceito para com as mulheres que estão atentas as mudanças culturais e tecnológicas e por isso, são perigosas, são traidoras, são indesejáveis. Por mais que não pareça para os ouvidos menos atentos, nas entrelinhas dessa canção há a ideia de que as mulheres que enfrentam a sociedade machista e procuram se potencializar, se instrumentalizar são um “perigo” para aquelas que ainda não se atentaram sobre o poder e força que tem, optando conscientemente ou não, em permanecer submissa a figura do macho.

Por fim, a última música que analisaremos diz respeito a questão da profissão atrelada a sexualidade que, neste caso é enfermeira tida como uma rapariga. A canção “Boqueira” de Gil Mendes traz a figura de uma mulher revoltada, talvez por um ato de infidelidade do companheiro e diz que “(...) o que eu quero é que ele pegue uma boqueira e que a rapariga não seja a enfermeira” (MENDES, GIL, 2019). Como mencionado durante o corpo desse texto, a enfermeira, na contemporaneidade, continua sendo vista como uma mulher indecente, aquela pessoa suja, que carrega doenças não por ter contato com pessoas enfermas, mas por ser e ocupar determinado espaço como se, em pleno século XXI, o estar e ocupar esses lugares e profissões fosse algo não permitido para as mulheres ou a fizesse menos digna por ali estar.

Entre uma festa e outra, um gole de cerveja ou cachaça, essas e outras músicas de cunho machista, cheia de preconceitos vão sendo cantadas, sentidas e sofridas por quem ali está. Mesmo após a festa, essas letras com discursos preconceituosos camuflados ficam na memória e, ao final, mesmo com tantas lutas, corpos violentados e estraçalhados dentro ou fora de casa, atitudes violentas, sejam sociais e/ou de homens contra mulheres continuam sendo promovidas. Obviamente que não estamos dizendo aqui que as letras dessas músicas ou os cantores são culpadas por tal violência, mas elas acabam contribuindo para reforçar tais discursos de formação cultural centralizada, excludente e





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

até preconceituosa, bem como práticas de violência, rivalidade entre gêneros e feminicídios que ocorrem em grande número no país.

## FONTES

AZEVEDO, Naiara. Rapariga Digital. 2017. Disponível em:  
[https://www.youtube.com/watch?v=\\_V-7LbJhi4A](https://www.youtube.com/watch?v=_V-7LbJhi4A) . Acesso em: 21 de outubro de 2019.

MENDES, Gil. Boqueira. 2019. Disponível em:  
[https://www.youtube.com/watch?v=Qo9yMIJR\\_Ks](https://www.youtube.com/watch?v=Qo9yMIJR_Ks). Acesso em: 21 de outubro de 2019.

MUNHOZ e MARIANO. Pantera cor de rosa. 2013. Disponível em:  
[https://www.youtube.com/watch?v=Qo9IJR\\_Ks](https://www.youtube.com/watch?v=Qo9IJR_Ks). Acesso em: 21 de outubro de 2019.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.

CAVALCANTI, Silêde Leila. **Mulheres Modernas Tuteladas: o discurso jurídico e a moralização dos costumes- Campina Grande 1930/1950**. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Humanidades, universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE. 2000.

DEL PRIORY, Mari. **Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24 ed, São Paulo: Edições Loyola, 2014.

\_\_\_\_\_. “Prefácio à Transgressão”. In **Ditos e Escritos**, v.III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

VEYNE, Paul. **Foucault: Seu pensamento, sua pessoa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## MÍDIAS E GÊNERO: DIFERENÇAS E DESIGUALDADES

Rosilene Dias Montenegro

PPGH/UFCG

[rosilenemontenegro@gmail.com](mailto:rosilenemontenegro@gmail.com)

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe compartilhar com pesquisadores das questões de gênero uma análise sobre os usos dessa categoria em vídeos sobre o tema “Mulheres, Ciência e Tecnologia” publicados no YouTube. O objetivo é verificar as representações discursivas que identificam padrões de masculinidades e feminilidades e aspectos que apontem para permanências nos sentidos que constituem o regime de verdade que sustentam esses padrões. A fonte utilizada para essa finalidade foi o YouTube, um dos maiores canais de comunicação da internet e maior plataforma de publicação de conteúdos e vídeos das redes sociais. Foi realizada uma busca de vídeos tomando como palavras-chave mulheres-ciência-e-tecnologia. Dentre as incontáveis opções foram assistidos uma centena de vídeos dos quais foram separados vinte deles para uma amostragem da pesquisa. As referências teóricas utilizadas se fundamentam nas contribuições de categorias e análises de Joan Scott e Michel Foucault. Observou-se que o regime de verdade sobre o gênero feminino mantém o predomínio dos sentidos, significados e representações das diferenças de gênero como algo natural.

As questões que perseguimos são as seguintes: “Como explicar a associação persistente da masculinidade com o poder? Como explicar o fato de os valores mais altos serem investidos mais de significados de masculinidades do que de feminilidades?” Essas questões estão em texto clássico dos estudos de gênero, publicado há três décadas por Joan Scott (1989). A historiadora norte-americana já problematizava teoricamente as práticas políticas que fazem parecer a-históricas as relações de poder que mantém as desigualdades de gênero.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

A atualidade da análise de Joan Scott sobre os usos da categoria gênero para a análise histórica está em apontar os desafios para a ruptura com os regimes de verdade e seus mecanismos de reprodução dos discursos, condutas e práticas políticas que naturalizam as desigualdades de gênero.

O debate sobre as questões de gênero surge a partir dos anos oitenta do século passado como um dos desdobramentos do movimento feminista. Um deslocamento criado em decorrência de novas teorias filosóficas e sociais, especialmente o pós-estruturalismo, que ensejam novos sentidos, formas de pensar e práticas que permitem novos enfrentamentos para as questões naturalizadas e normatizadas pelo regime de verdade.

Os vídeos que aqui analisados têm em comum um ponto de partida: foram produzidos com o intuito de divulgação das questões de gênero nas redes sociais. Eles mostram cientistas mulheres e mulheres na ciência e tecnologia que tiveram grandes contribuições para o conhecimento científico e tecnológico, mas que não são conhecidas ou que não é dado o devido reconhecimento pelas significativas contribuições que elas deram.

Iniciamos mostrando o assunto, o que se diz, como se mostra, ou seja, a dizibilidade e visibilidade sobre as mulheres cientistas. Para em seguida analisarmos as constatações que encontramos quanto realizamos os procedimentos de busca das informações sobre as cientistas mulheres. As consultas foram realizadas na maior website de busca da internet, o Google. O olhar interessado no questionamento e problematização nos permitiu ver os usos da linguagem e perceber as ausências das referências às mulheres cientistas e suas contribuições.

### QUESTÕES DE GÊNERO: DIFERENÇAS COMO DESIGUALDADES

Poderia ser considerada violência simbólica a desigualdade entre homens e mulheres nas carreiras científicas e tecnológicas? Por que metade da população mundial, ou metade da população brasileira, não têm os mesmos incentivos e oportunidades para formação profissional em todos os níveis? Por que as mulheres nas carreiras das ciências e





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

tecnologia não têm as mesmas oportunidades que os homens? Não deveria ser inadmissível que mulheres não estejam ocupando na mesma proporção que homens os lugares de mais elevado status científico, ou mais elevada importância política administrativa? Por que essas desigualdades não incomodam a sociedade?

Por que são homens e mulheres são desiguais? Estudiosas e estudiosos do feminismo atribuem a Platão a diferenciação que resultou na significação de homem como superior à mulher. Um assunto bastante complexo pelo sentido de naturalização dessa desigualdade que o discurso patriarcal transformou em desigualdades biológicas e intelectuais, as quais explicam o homem como superior e a mulher como inferior. Ocorre que essa compreensão está presente não somente em Platão, mas em toda filosofia ocidental desde sua antiguidade.

O pensador Sigmund Freud, fundador da psicanálise, em conferência sobre o tema Feminilidade, afirmou que “o menino, ao descobrir a menina, a descobre portadora de uma falta [o pênis], isto é, como *desigual* e não como *diferente*, como *inferior e não como complementar*.” (CORRÊA, 2018, p.9), (grifos nossos). Segundo Luce Irigaray, filósofa, linguista, psicanalista e feminista, a “concepção de feminilidade” de Freud, teria contribuído para fortalecer ainda mais as práticas culturais da desigualdade de gênero, uma vez que Freud teria se baseado em “um determinismo biológico a partir do qual a mulher é inferiorizada, e seu sexo não tem valor. A distinção anatômica entre os sexos explicaria a diferença na economia psíquica, sendo só o sexo do homem capaz de representação” (COSSI, 2015).

Mas a verdade científica estabelecida pelos pressupostos deterministas de superioridade biológica do sexo masculino sobre o feminino, também fundamentado na biologia, uma ciência exata (diferentemente das supostas especulações e abstrações psicanalistas), partiu de um pressuposto, apresentado como “neutro”. Esse pressuposto justificava, argumentando estudos e experiências de laboratórios, que a ciência mostrava a diferença entre homens e mulheres como uma questão genética, daí a compreensão da desigualdade.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

A desigualdade seria, pois, a consequência natural da diferença biológica. “Um argumento de autoridade argumentado a partir das ciências naturais cujos conhecimentos produzidos possuíam uma ‘autoridade inigualável nas culturas ocidentais dos últimos séculos’.” (LOPES, 2006, 37). Desigualdade também naturalizada por visão de ciência ainda “pautada no discurso Mertoniano que caracteriza o sistema científico como meritocrático e neutro.” (LIMA; COSTA, 2016).

É possível afirmar que as ciências seriam um lugar tão masculino e androcêntrico que não teria sequer cogitado a possibilidade de ser ocupado por mulheres? Para Londa Schienbinger, “[...] a promoção das ações de inclusão são constituídas em uma arquitetura concebida para excluir o feminino, uma vez que a ciência [...] foi constituída em valores centrados no masculino” (SCHIENBINGER *apud* LIMA; COSTA, 2016).

Essa é uma das questões mostradas no estudo “*Qual foi o impacto do feminismo na ciência?*”, de Evelyn Fox Keller (2006), que apresenta aos leitores as principais ideias e buscas de confirmação científica da superioridade dos homens sobre as mulheres desde a “*A Origem das Espécies*” (1859), passando pela “*A descendência do homem e seleção em relação ao sexo*” (1871) chegando aos “efeitos modernos” dos avanços nos estudos da biologia evolutiva e na ecologia, a partir de 1970, “quando os biólogos perceberam que havia mais coisas na seleção sexual”, ou seja, mais de um século após Charles Darwin.

Segundo Keller: [...] *uma “associação historicamente onipresente” entre masculino e objetivo, caracterizada por ter simultaneamente um “ar de auto-evidente” no âmbito do conhecimento comum e por “não ter sentido” no âmbito do conhecimento científico. O silêncio virtual sobre o tema lhe sugeria que a associação entre masculinidade e pensamento científico possuía status de um mito que ou não podia ou não devia ser investigado a sério, uma vez que entrava em conflito com nossa imagem de ciência sexual e emocionalmente neutra.* (KELLER, *apud* LOPES, 2006, p.40).

Ou seja, construções discursivas que estabelecem padrões de masculinidades e feminilidades que reproduzem não diferenças, mas desigualdades.

Ao refletir sobre diferenças e desigualdades de gênero, Luce Irigaray (2002) ressalta: “a mulher deve aprender a entrar em relação com o homem como outro, um outro





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

diferente, mas não hierarquicamente superior ou inferior”. Colocar-se na relação social segundo essa forma de compreender a questão de gênero, “representa também o gesto capaz de sustentar o conhecimento de todas as outras formas de outros, sem hierarquia, privilégio nem autoridade sobre eles: que se trate de raças, idades, culturas, religiões”.

É pertinente ressaltar que todo tema que se relaciona com gênero já enfrenta de imediato o preconceito: “Isso é coisa de feminista”. As pesquisadoras e pesquisadores do tema podem ser os mais brilhantes e reconhecidos pela qualificação e competência acadêmica e intelectual, mas parece sempre terem seus estudos resumidos a algum comentário do tipo “que interessante!”. Porque “o envolvimento com as questões de gênero e feministas ainda pode gerar preconceito entre os pares, uma vez que isso representa um questionamento sobre o discurso hegemônico da ciência e tecnologia. assim, pode dificultar parcerias e alianças.” (LIMA; COSTA, 2016, p.15). Aspecto já observado em trabalho clássico Joan Scott sobre esse assunto, [...] *a reação da maioria dos(as) historiadores(as) não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres para depois descartá-la ou colocá-la em um domínio separado (“as mulheres têm uma história separada da dos homens, portanto, deixemos as feministas fazer a história das mulheres, que não nos concerne necessariamente” ou “a historia das mulheres Trata do sexo e da família e deveria ser feita separadamente da história política e econômica”)*. (SCOTT, 1989, p.5).

Talvez essa subjetividade faça parte das razões conscientes ou não conscientes do fato de no Brasil serem raros os trabalhos de mulheres cientistas ou mulheres engenheiras se interessarem por pesquisas sobre as questões de gênero em suas áreas de formação, segundo trabalho citado de Betina Lima (2016).

Os vídeos e as redes sociais são objeto para o estudo da história. Trazemos para análise representações e discursos presentes em vídeos produzidos com o objetivo de divulgação no YouTube. Antes, contudo, apresentamos um pouco a referência teórica de nosso uso do vídeo como fonte e documento para pesquisa histórica.

Trabalhamos com o conceito de vídeo a partir de Arlindo Machado, um dos mais respeitados estudiosos brasileiros de cinema, televisão e vídeo. Para esse pesquisador, o





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

vídeo surgiu como uma ampliação dos horizontes da comunicação (nos anos setenta em que a tecnologia era predominantemente eletrônica). O vídeo permitia o experimento de outras possibilidades de utilização, e reverter a relação de autoridade entre produtor e consumidor (1990, p.10). O vídeo permitiria novas experiências da produção de significados e da realidade, sua relação com a estética, e outras questões que se relacionam com a imagem e imaginação. E por serem produzidos fora da lógica de dominação da televisão tendiam a democratizar e diversificar a circulação de opiniões e visões (1990, p. 27).

Os vídeos fazem então parte de um processo de transformação das comunicações que no entender de Arlindo Machado constitui a revolução da comunicação com a era da eletrônica e se amplia extraordinariamente com a informática. As possibilidades de comunicação digital, de interatividade, de redes sociais e seu poder, parecem ser infinitas. Porque uma das mudanças mais significativas consiste na ruptura do monopólio do transmissor tendo de outro lado o receptor passivo. “A relação não é mais de transmissor com o receptor, nem mesmo de interlocutores, mas sim de *interoperadores*, isto é, pessoas aptas para a comunicação eletrônica” (1980, p. 39). Corroborando a visão de Berger, outro estudioso de cinema, televisão e vídeo, afirma que a importância do vídeo “não é apenas fornecer um novo conteúdo às ideias de educação ou de democratização, mas também colocar em prática a criatividade através da qual a cultura deixa de ser algo que se recebe, para se tornar uma atividade da qual todos participam e na qual todos criam.” (BERGER, *apud* MACHADO, 1990, p. 39).

O mundo vive os impactos da fase inicial da 4ª. Revolução Industrial, momento de extraordinário desenvolvimento tecnológico possibilitado pela informática e internet revolucionando os tipos de comunicação, entre as máquinas e entre indivíduos, e potencializando o sistema capitalista dessa fase em que o capital financeiro também se encontra em rede (CASTELLS, 1999, p.500). Nesses tempos, as disputas das ideias, dos discursos, das narrativas, ocorrem em profusão nas redes sociais e outros meios da internet que serve como ferramentas abertas à comunicação como, por exemplo, o YouTube. As redes sociais da internet permitem a liberdade, autonomia e criatividade dos produtores de





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

vídeo, de conteúdo, interação e interoperação. Aqui nos interessa identificar nos discursos dessas produções, as ideias, as narrativas e as visões sobre gênero.

O primeiro vídeo que trazemos à análise deles é o “*Rewriting herstory*”. Este vídeo, de 1:10 (um minuto e dez segundos) de duração, foi produzido pela *Daughters of the Evolution* e divulgado no Instagram do Fórum Econômico Mundial. Trata-se da propaganda de um aplicativo (App) para smartphone que tem como proposta incluir as mulheres no ensino de História e desse modo contribuir para a diminuição das desigualdades de gênero.

O vídeo tem uma música de fundo, mas não tem narrador. São um minuto e dez segundos que se repetem sucessivamente até que o usuário interrompa. O vídeo mostra as imagens com respectiva legenda, conforme tradução nossa a seguir: *O aplicativo foi criado por Filhas da Evolução. Uma organização que acredita que as crianças precisam de modelos femininos inspiradores. Segue o sucesso de livros como Goodnight Stories for Rebel Girls. Especialistas dizem que serão necessários 108 anos para fechar a lacuna global de gênero na taxa atual. De que outra forma podemos iluminar as histórias das mulheres? Este aplicativo coloca as mulheres nos livros de história em tempo real. Corrigir o desequilíbrio de gênero no que ensinamos a nossos filhos. Os leitores de um livro de história seguram o telefone sobre a foto de um homem... E o aplicativo faz a informação sobre uma mulher que fez a diferença aparecer. As mulheres são muitas vezes esquecidas quando estudamos história. Representando menos de 11% das pessoas mencionadas nos livros didáticos. Não é de surpreender quando 75% da história é masculina. Enquanto isso, 72% das biografias são sobre homens. E não são apenas os livros de história que deixam as mulheres de fora Nos EUA, menos de 5% dos marcos históricos comemoram as conquistas das mulheres. E 92% das esculturas públicas de pessoas são de homens. (Disponível em lingual inglesa em: <<https://www.instagram.com/p/ByQix5Gh-H7/?igshid=thv7yvfh1kol>>).*

Os números da desigualdade entre homens e mulheres na História são impressionantes. Não se trata só do desconhecimento da participação das mulheres, mas principalmente do esquecimento que predomina nas práticas cotidianas e, no tocante a essa discussão, na prática de reconhecer a importância do outro, particularmente quando o





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

“outro” é uma mulher. Reconhecer seu papel e contribuição. Desconhecimento, provavelmente ato voluntário, porque *não interessa conhecer* e se não interessa conhecer ou dar a conhecer, também não interessa lembrar. Assim, um (desconhecimento) e outro (esquecimento) produzem a invisibilidade do gênero feminino.

É impactante pensar que seriam hoje necessários cerca de 110 anos de trabalho de educação para a igualdade de gênero, para ao final de mais de século igualar a proporção de homens e mulheres na História. Uma desigualdade que não aparece como injustiça uma que não é aceita como desigualdade. Mas tão somente como consequência natural de algo que ninguém saber explicar onde, como ou por que aconteceu e se naturalizou. Naturalização radicalmente questionada por Simone de Beauvoir ao dizer “não nascemos mulher, nos tornamos mulheres”. Poderíamos radicalizar um pouco mais afirmando que “não nascemos mulher, *somos transformadas* em mulheres”.

O vídeo “Mulheres nas ciências”, produzido pela Agência FAPESP, em parceria com a Folha de S. Paulo contou com a participação de uma Socióloga, uma Física e uma Química, docentes que atuam em três respeitadas instituições públicas de ensino superior, a UFRJ, a UFRGS, e a UNESP. O debate foi mediado uma jornalista especializada em jornalismo científico e realizado em um auditório para um público constituído por uma maioria de mulheres universitárias, que puderam interagir com perguntas.

O debate tem início com uma provocação trazida pela mediadora, a jornalista Sabine Righetti. Ela informou que nos EUA existe desde a década de setenta uma experiência de um projeto que visita escolas do ensino fundamental e médio com o objetivo de registrar a representação de cientista dos jovens. A atividade consiste em pedir para a criança desenhar *the scientist* e dizer qual *cientista* conhece ou já ouviu falar. As palavras *the* e *scientist* são comuns de dois gêneros na língua inglesa. Nos anos setenta, raramente uma criança desenhava ou lembrava uma cientista mulher. Esse mesmo projeto afirma que atualmente pouco menos de um terço das respostas tem citado mulheres cientistas. Logo, houve uma mudança importante dos resultados dos anos setenta para os atuais, embora seja ainda aquém. Outra conclusão significativa é a de que “existe o estereótipo de que *cientista* é comum ao gênero masculino”. Um estereótipo, também pode ser entendido pelo que não mostra, pelo que não diz, e por aquilo que silencia.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Os vídeos apresentam um discurso que em geral propõe divulgar os feitos científicos de mulheres, ao mesmo tempo em que parece reivindicar, (raramente é explicitada a reivindicação), o reconhecimento da capacidade intelectual das mulheres na produção e contribuição para a ciência, principalmente, e em segundo lugar, a tecnologia.

A maioria dos vídeos que aqui analisados podem ser caracterizados como discurso interessado em mostrar que as mulheres têm história, “em contraponto ao sujeito histórico masculino universal” (MELLO, 2011, p.2). A História das Mulheres está mais sujeita aos limites “das abordagens descritivas que não questionam os conceitos dominantes no seio da disciplina ou pelo menos não os questionam de forma a abalar o seu poder e talvez transformá-los.” (SCOTT, 1989, p.5).

Mas também encontramos vídeos, em menos quantidade, que fazem uma abordagem caracterizada como “história de gênero”, ou seja, que faz uso de referencial teórico que busca as problematizações, objetivos e focos da análise nas diferenças e desigualdades socioeconômicas e culturais, tendo sempre como pressuposto a dominação dos homens nas relações, tornando-as desiguais. Logo, a história de gênero busca conhecer as construções culturais de masculino/masculinidades e feminino/feminilidades (MELLO, 2011).

Os vídeos são majoritariamente produzidos por acadêmicos, professoras e alunas, principalmente. Variam de produções de grupos de pesquisa a trabalho de conclusão de curso. É possível afirmar que assumem uma postura e linguagem acadêmicas que evita o confronto e privilegia uma conduta que aposta na sensibilização, conscientização e convencimento.

Outro aspecto que aqui enunciamos como assunto para reflexão e análise que deixaremos para detalhar em próximo trabalho, refere-se às buscas realizadas no Google. Ainda não tínhamos percebido que os resultados do Google mostram a exclusão, se não a invisibilidade das mulheres cientistas. Usamos os procedimentos padrões de busca, a saber: informar as palavras-chave por assunto geral: “mulher e ciência”, “mulheres ciência e tecnologia”; e pelo nome das cientistas; e pelas palavras-chave da contribuição (descoberta, invento) das cientistas. Os resultados desse último procedimento de busca são





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

espantosos. Primeiro, constata-se que o Google só mostra de imediato duas cientistas: Marie Curie e Rosalind Franklin. Para se achar mais cientistas é preciso navegar nas primeiras informações. Segundo, ao verificar o resultado da quantidade de busca, constata-se que não está relacionado a cientista que buscamos, mas a todas às Marie, aos Curie, à Rosalind e aos Franklin. Ou seja, são resultados das palavras-chave e não de informações específicas a essa ou aquela cientista. E em sendo desta maneira, é ainda mais espantoso a quantidade mínima em que as cientistas aparecem. Terceiro, ainda mais indicativo do silenciamento das autorias das cientistas, diz respeito aos resultados das buscas pelas palavras-chave da descoberta ou da contribuição das cientistas.

Excetuando-se Marie Curie e Rosalind Franklin, não são facilmente informados e usualmente encontrados os nomes das cientistas das grandes e significativas contribuições nas diferentes áreas de conhecimento e da tecnologia que dizem respeito aos avanços científicos do mundo atual. Trazemos dois exemplos: o tema <deriva continental> mostra informações que se trata de teoria de Alfred Wegener, em 1913, mas não informa que a teoria foi comprovada por Marie Thapp. O mesmo acontece com as informações sobre elastano (material usado em vestimentas como jeans, malhas etc.) e o kevlar (material cinco vezes mais resistente que o aço, utilizado para coletes de proteção contra balas e roupas de astronautas, dentre outros): não se informa que foram inventados pela Química Stephanie Kwolek.

A não informação das mulheres cientistas e inventoras ocorre inversamente à visibilidade e dizibilidade que é dada aos homens inventores. A partir da pequena amostra de buscas que realizamos, verificamos que das aproximadamente vinte cientistas que buscamos, muito pouco ou quase nada se informa sobre elas. Um resultado impreciso, com certeza, mas provocador de espanto porque não se informa os nomes das mulheres autoras das grandes descobertas e inventos! Ou seja, uma ocultação da autoria?





## CONCLUSÃO

O debate sobre as desigualdades entre homens e mulheres deveriam ter mais ênfase na perspectiva da política de gênero e despertar maior interesse na comunidade acadêmica. Mas, haja vista, não ser essa a realidade, que esse debate fosse mais frequente na área da História, por ser esse o campo de conhecimento que mais apropriadamente contribuir para mostrar como surgiu a naturalização das desigualdades de gênero e proporcionar instrumentos analíticos para a desconstrução dessa naturalização, pois sendo uma construção histórica, teve um começo e tudo que tem um começo com certeza terá um fim.

As teorias filosóficas, históricas e sociais também ajudam a refletir sobre a oportunidade da radicalização crítica para, quem sabe, se transforme a conduta de resistência em “uma nova forma de organização, de relações, de relações sociais, de ideologia do saber e assim por diante.” (FOUCAULT, 2015, p.10).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede** – vol. 1. A era da informação: economia, sociedade e cultura 1999.

CORRÊA, Mariza. **Cara, cor, corpo**. Cadernos Pagu. No. 54. 2018, pp. 01-13.

COSSI, Rafael Kalaf. **Pensando a positivação da feminilidade: Luce Irigaray e a psicanálise**. Disponível em: <<https://psibr.com.br/colunas/sexualidade-e-genero/daniela-smid/pensando-a-positivacao-da-feminilidade-luce-irigaray-e-a-psicanalise>>. Acesso em 10 Set. 2019.

IRIGARAY, Luce. **A questão do outro**. Labrys, estudos feministas. No. 1-2, Jul/Dez. 2002. Disponível em: <<http://www.historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/irigaray1.pdf>>. Acesso em: 10 Set. 2019.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

KELLER, Evelyn Fox. **Qual foi o impacto do feminismo na ciência?** No. 27. Jul/Dez, 2006, pp. 13-34.

LIMA, Betina S; COSTA, Maria Conceição da. **Gênero, ciências e tecnologias: caminhos percorridos e novos desafios.** Cadernos Pagu. No. 48, 2016, pp.1-39.

LOPES, Maria Margaret. **Sobre convenções em torno de argumentos de autoridade.** Cadernos Pagu. No. 27. Jul/Dez, 2006, pp. 35-61.

MELLO, Soraia Carolina de. **Pensando questões de gênero para a História da mulheres.** 2001, p. 1-10

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** 1989, pp.1-35.

World Economic Forum. **Rewriting Herstories.** Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/ByQix5Gh-H7/?igshid=thv7yvfh1kol>>. Acesso em: 30 Ago. 2019.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## MARCAS DE GÊNERO NO CORPO ESCOLAR(IZÁVEL)

Rafaella de Sousa Teles  
Universidade de São Paulo/ Universidade Federal de campina Grande  
Rafaellasousa@usp.br

### Resumo

Este artigo visa conversar sobre a relação profícua da história com a etnografia quanto a arte de construir arquivos e narrativas envolvendo relações de gênero em situações cotidianas ordinárias. Com isso, busca cartografar histórias, por vezes invisibilizadas, que envolvem o corpo escolar(izável) e contam pedagogias educacionais que ultrapassam a escola, as rotinas domésticas, e a construção de laços relacionais de fora. Para tanto, uso de uma atividade de campo desenvolvida em uma escola pública paulista, sob um olhar treinado ao microssocial, para contar histórias de vidas cruzadas, que naturalizam posições-de-sujeitos, passam pelo silêncio, e desconhecimento da historicidade cravada em categorias como gênero e sexualidades, e afetam corpos jovens, no amor ou na dor.

**Palavras-chave:** gênero, sexualidades e escola.

### 1 Encontros da História *com* outras áreas de conhecimento

De forma feliz e perspicaz a História tem se aberto a discussões poliédricas com diversas áreas. Sugere Chartier (2002) “à beira da falésia”, um investimento sobre a capacidade histórica de se repensar diante dos efeitos plurais das crises envolvendo as ciências sociais, especialmente a partir da década de 1980. Aqui no Brasil, Margareth Rago (1995) anunciava o “efeito-Foucault na historiografia brasileira”, e assim, do “mundo como representação” ao investimento na desconstrução dos efeitos de verdade, ficamos – eu, você, todos nós – envolvidos pela necessidade de novos olhares, novas miradas, e novas escritas, concomitantemente, inquietas e transdisciplinares (MORIN, S/D).

Ao reler Zizek (2012), pensando esse mesmo contexto, não se tratava apenas de textualidades questionadas. A década de 1980, com a queda do muro de Berlim, a debilidade dos sistemas organizacionais socialistas, e das ideologias marxistas, que perdem força diante dessas novas configurações sociais, conduzia ao “final dos





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

tempos”. Emergiam perguntas e objetos, que os usos binários das lutas de classes, com base na economia, pareciam não mais responder. Eram precisos novos métodos de investigação histórica, que sugerissem formas de tratamentos outras, pois os cenários já não eram os mesmos.

“E considerando que não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e afrontadas, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao seu mundo (CHARTIER, 2002, p. 66), a história tem se permitido a recente relação com as concepções de representações e sentidos, de forma aberta e plural, para entender indivíduos e grupos, nas formas de construir seus mundos. Logo, ler a história a contrapelo, rejeitar determinismos, saber o que a história *não aceita* como *dado* é uma realidade que permite colocar em questão: quais as possibilidades de historicizar categorias como gênero e sexualidades interseccionadas no cenário escolar, a partir de exercícios etnográficos?

No mais, como essa é uma questão que interessa a esse texto, e “a escolha pelo meu objeto de estudo é, portanto, ao mesmo tempo política e teórica. Interessa-me entender como se construíram essas posições-de-sujeito (LOURO, 2004, p.57)”, e a História, sob novos exercícios teóricos e sensoriais, passa a captar no escuro, e nos silêncios, situações que passam pela escola, contando estereótipos e preconceitos sociais caros a sociedade, por vezes dolorosos aos que decidem publicamente escapar de arranjos binários heteronormativos, e do conjunto de códigos, posturas, gestos e ações que constroem performances Butler (2003) que (des)dizem lugares sociais preestabelecidos para homens e mulheres, inclusive de meninos e meninas, que passam pelo chão da escola.

Algumas falas, que aparecerão em parte nesta escrita, resultam da entrada em campo oportunizada pela disciplina de Etnografia Aplicada a Pesquisa Educacional (2018), que cursei na Universidade de São Paulo, no departamento de Educação, como pré-requisito para obtenção de crédito no Doutorado em História Social, mas também, como interesse colaborativo da pesquisa da tese em andamento. Quando me foi ofertada a chance de cursar na USP uma disciplina, li isso para além da obtenção de crédito, percebendo nessa relação com o campo educacional uma condição fortuita de diálogo e





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

novos aprendizados. Menciono inclusive o primeiro contato com a etnografia como benesse desse momento.

Assim, apresento um momento, e uma prática historiográfica, que ao mesmo tempo desafia e fascina. Enquanto a história tem se repensado não apenas como disciplina, mas como parte de diferentes articulações discursivas que constroem as próprias ciências sociais e interferem na forma de fazer história. É feito o exercício de ir ao indivíduo para eternas coletivas pré-existentes, nem está fora desse coletivo quando chamado a ação política.

Sendo assim, essa plasticidade na qual a história se permite, quanto a texto, contexto e objeto, é uma mão na roda para historiadores que se dedicam a discutir questões de gênero. Isso, para quem trabalha com investigações nesse campo, a título de exemplo, têm aberto novas rotas, tendo a História como norteadora de olhares desnaturalizantes. “Sobre esses objetos novos (ou reencontrados) podiam ser postos à prova modos inéditos de tratamento, extraídos das disciplinas vizinhas: as técnicas da análise linguística e semântica, as ferramentas estatísticas da sociologia (CHARTIER, 2002, p. 62)”, ou mesmo da Antropologia. Não há dúvida da necessidade da ressignificação transdisciplinar desses saberes na leitura sociocultural das invenções cotidianas. Nessa esteira, cabe abrir um espaço para apresentar o que levei a campo, aglutinando o arcabouço historiográfico *com* ferramentas etnográficas.

## 2 Proposta de entrada em campo

Quando tive oportunidade de entrar em uma escola pública na grande São Paulo, já tendo realizado exercícios investigativos em um cenário escolar<sup>1</sup>, com o olhar treinado para relações de gênero e sexualidades, aquele espaço novo, no qual não conhecia os sujeitos, e não reconhecia certas formas de organização, sou promissora. Ler sem saber ler me desafiava enquanto historiadora, em novas habitações, inclusive literárias. Partindo da proposta de estudo de campo no cenário da escola, sugerida pela disciplina de Etnografia Aplicada à Pesquisa Educacional, com o intuito de possibilitar a construção de monografia de conclusão da mesma, passei a procurar escolas no





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

distrito do Rio Pequeno, espacialidade que passei a habitar em São Paulo durante o primeiro semestre de 2018.

Em meio as investidas pelo bairro, consegui permissão para entrar em uma escola estadual de ensino médio de codinome Professor Zezuino Clemente. Era manhã quando visitei a escola pela primeira vez, e fui recepcionada pela coordenadora, que fez uma rede de contatos entre mim, a diretora e a inspetora. Enquanto me direcionava a

---

<sup>1</sup> Faço referência a pesquisa que desenvolvi durante o mestrado em História na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), que resultou na dissertação intitulada: “Gênero e Sexualidades em intersecção e mo(vi)mento no cenário escolar cubatiense”. Disponível em: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFCG\\_4713f011692a87bbc816cb021fcc8ad4](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFCG_4713f011692a87bbc816cb021fcc8ad4).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

sala da coordenação, por volta das 9:30 horas, meu olhar se dirigia para os alunos que circulavam pelos corredores, era horário de intervalo. Neste momento, meu olhar só buscava entender como aqueles adolescentes se socializavam e o que pensavam sobre a escola. Foi assim, nesse primeiro encontro, que lancei mão da proposta que apresentei a diretora, leia-se: ir à escola no turno da manhã, no horário do intervalo das aulas (9:30 às 9:50 horas), observar como aqueles jovens praticam o intervalo, e ao surgir oportunidade, ter conversas informais sobre seus anseios, as relações que estabelecem com a escola, e o que pensam da mesma.

O objetivo era observar como os alunos praticam a escola e constroem redes de sociabilidades fora da sala de aula, tendo o intervalo como escopo. Deste modo, como os discentes se relacionam no horário do intervalo e contam a escola por meio de conversas informais? Além disso, como contam seus corpos, desejos, escolhas, e vexames, a partir de falas catárticas? Que leituras de gênero atravessam e marcam os corpos jovens, daqueles adolescentes? E, na busca de responder tais questões – ainda que brevemente – passei a construir registros escritos que partiram de 28 visitas quase diárias durante pouco mais de dois meses na escola e o que considero uma vigésima nona, em uma tarde de visita na casa de três alunas noviças que são parte da voz dos pobres, uma instituição, segundo elas, de leigas celibatárias que vivem da providência divina. Ao final, foram 153 páginas de registros escritos sobre essa vivência.

Essas relações, foram lidas ciente de que há sérias diferenças na forma de olhar o “objeto” de estudo, e viver o campo de pesquisa. “La antropología social nació con una fuerte ruptura epistémica con el estudio de la evolución temporal de los fenómenos sociales (ROCKWELL, 2009, p.144)”. É próprio da pesquisa etnográfica a vivência do campo, o alargamento do olhar que quebra qualquer sistemática linear de tempo ou espaço pré-definido. Nesse sentido, o etnógrafo constrói seu próprio arquivo e documentação. E é esse, o momento em que trafega para o ofício do historiador, que por sua vez tende a confrontar diferentes fontes, na busca de um conteúdo que esteja para além da leitura de um “cronista”. Para Rockwell (2009, p.144) “el carácter mismo de su información amplía su mirada más allá de la circunscripción espaciotemporal de un estudio etnográfico”.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

O que não significa uma disputa sobre precisão de análise, pois são formas diferentes de olhar o cenário social. Na ausência, ou pouca produção escrita de documentações que pensam o cenário cultural e as práticas cotidianas, o historiador tem se aproximado das formas antropológicas para realizar estudos subalternos, estudar sujeitos excluídos e marginalizados da historiografia tradicional, somando a contribuições da história das mentalidades e da história cultural. Especialmente depois da entrada em cena das produções francesas com os Anales historiográficos, as aproximações com as análises culturais, e com o passar das gerações, com a própria semiótica e a psicanálise, o que levou caminhos aparentemente divergentes, para pontos de cruzamento significativos nas produções acadêmicas atuais. “Cada disciplina ha buscado en la otra lo que no encontraba en su propia historia (p.146)”.

Nesse sentido, ainda percebo outro encontro desses campos, quando Geertz (1978, p.4) sugeri que “praticar etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. São ações que se aproximam de inúmeras formas do campo da história oral (ALBERTI, 2005), o qual tateio nas produções que desenvolvo, da monografia de graduação (2008) a atual pesquisa de doutoramento. Volto a concordar com Geertz (1978, p.7) que “nos escritos etnográficos acabados, inclusive os aqui selecionados, esse fato – de que o que chamamos de nossos dados são realmente nossa própria construção das construções de outras pessoas, do que elas e seus compatriotas se propõe –“, consciente que nossos escritos são interpretações de segunda ou terceira mão.

A cultura do nativo é dele e dos seus, são *suas* vivências, e por isso, enquanto pesquisadora outsider, preciso da sensibilidade de reconhecer que o resultado do texto, deste artigo, não é mais importante que os percursos e os sujeitos que encontrei pelo caminho (LATOURE, 1997). Ao contrário disso, enquanto produto do campo, desejo fazer ver e sentir, mesmo nesse curto espaço, a riqueza da relação *com* e não *sobre* o outro. Algo próximo dos perceptos e afectos provocados na arte do filme-documentário “pro dia nascer feliz”, roteiro e direção de João Jardim. Esse cineasta ao ler pelos olhos do jovem o cenário escolar, consegue captar na poesia de Keila,





uma aluna de 16 anos, as dores da exclusão, na negação que o mundo lhe impõe em forma de normatizações que tendem a apagar os artifícios culturais que lhes dão sentido. Perceba:

“Dizem que sou doente, mas minha doença socialmente doente não tem cura, nem mesmo é doença. Se chama amor pelo sexo que tenho [...] eu não sou fraco, sou apenas reprimido por ser a minoria que até Deus despreza. Quero apenas ter direitos como os outros porque não sou doente. Sou apenas diferente [...]”.

Essa escrita cortante que se apresenta em forma de poema, é inspirada na fala da própria mãe. Keila diz que dribla um pouco do sofrimento escrevendo. É uma menina que tem pensamentos suicidas, que se aliviava pelas aulas de literatura da professora Celsa, que segundo ela mudou sua forma de pensar a morte, pela infinitude das palavras. Têm marcas domésticas na denúncia dos lugares sociais que não se sente parte. É a menina errante de sua mãe, que não se conforma com a filha rasgar suas certezas sobre a *verdadeira mulher*, aquela que gosta do sexo oposto, que aposta no sonho de casar na igreja, constituir família, ser normal. Algo que me lembrou Bassanezi (2004), ao contar leituras sobre o matrimônio nos anos dourados, na qual a década de 1950 elegia como pré-requisito para homens e mulheres, a estas por excelência, os desejos naturais de casar, ser mãe, e do lar, para serem *jovens de bem*. Talvez por isso, aquele corpo jovem que se assumia nas letras, era o mesmo que se reprimia na invenção do cotidiano que habitava.

Logo, isso é sério, denuncia a morte social de uma menina de apenas 16 anos, que começou cedo a trabalhar numa fábrica dobrando calças. Ela se empolgava com os debates de gênero promovidos por sua professora, era um espaço ao qual se sentia pertencer, sem necessidade de reprimir-se, e na medida que esse cotidiano escolar foi sendo modificado, disse ela: “eu gostava da escola [...] hoje em dia não converso tanto assim, é só da escola pro trabalho, mudou um pouco”, sem mais. Ou seja, a escola pode ser potência de vida, ou não. Cabe perguntar: que marcas de gênero se apresentam nesse ou em outro corpo escolar(izável), e qual o papel da escola nessa negociação com o mundo e consigo?

### 3 Corpo escolar(izável) marcado por gênero: registros de campo





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

“Ensinamos as meninas a se encolher, a se diminuir, dizendo-lhes: ‘você pode ter ambição, mas não muita. Deve almejar o sucesso, mas não muito. Se não você ameaça o homem. Se você é a provedora da família, finja que não é, sobretudo em público. Senão você estará emasculando o homem (ADICHIE, 2013)”.

As palavras de Adichie, essa nigeriana, mulher, negra, feminista, escritora pós- decolonial, trata de forma muito didática de pedagogias de corpo e alma sociais, fala de performances – que pretendem ser – assumidas em corpos de meninas e mulheres que Lipovestsky (2000) talvez chamasse de *terceira mulher*, mas termina se anulando socialmente. Esse filósofo francês, inundado pela segunda onda feminista que começa a

ganhar força na década de 1960, contribui com a literatura de gênero ao refletir sobre os impactos que a metade do século passado provocou na vida de homens e mulheres, o curto espaço histórico que modificou o que milênios não conseguiram quanto a redefinição de lugares sociais ditos femininos e masculinos. Uma leitura em que revolução e permanência dividem a mesma balança. Nesse sentido, há aspectos convergentes entre esses escritores, que dizem que muitas mulheres estão para o público, alçaram voos, mas, resta a essas, a nós – eu e você –, fingir limites socialmente aceitáveis, para não emascular o homem, não perder “essência”.

Ao colocar essa epígrafe, e trazer esses arranjos culturais, que contam armadilhas das leituras binárias de gênero, que parecem *estar* para natureza das relações, quis dizer, usando da sábia ironia de Adichie que precisamos fugir do “perigo da história única”. Essa proposição, homônima ao título de uma das palestras em que a autora questiona hegemonias que são dadas sobre muitas formas de inteligibilidade, que vão dos livros aos filmes, contando marcas de normatizações presentes no corpo negro, feminino, pobre, excluído, não-europeizado, encaixado, em caixinha, mas também de mulheres de múltiplas cores e lugares.

Por marcas leiam-se práticas, performances, e sentimentos legitimados ou não pelos olhos dos outros, com o peso social capaz de nomear, categorizar, e esquadrihar, como certo ou errado o corpo educado por pedagogias sexuais, e de





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

gênero (LOURO, 1999). São leituras que trabalham sobre relações de poderes tão desiguais, que conseguem dizer pelo outro e de si para consigo, como habitar cenários, na busca de evitar processos de exclusão, como se fosse possível tal previsão. Faz ver e crer, sob efeitos de verdade que jogam com vidas, sob arranjos pedagógicos que (ultra)passam o cenário escolar na atualidade (DELEUZE, 1992), escondendo a historicidade e diversidade cultural que envolve tempos e contextos.

Sabendo disso, volto a escola paulista, para contar que no primeiro dia que cheguei na escola, ansiosa quanto a recepção, ainda a buscar contato com a direção, na tentativa de ter minha entrada em campo autorizada, deparei-me com uma situação complexa envolvendo gênero inteligível e um corpo fora da agenda convencional, aos olhos da direção. Havia ali um esforço de tentar superar arranjos dados, no incomodo anunciado quando se falava da aluna Sophia, nome social escolhido por Leandro, que passara a assumir sua feminilidade na escola, no uso das vestimentas e na tentativa frustrada de frequentar o banheiro *das meninas*.

Era início de abril de 2018, cheguei na instituição com uma carta de apresentação e um sotaque que me dizia duplamente *de fora*. Ainda assim, sem contato prévio, estranha a esse cenário, ouvi da diretora e da coordenadora, esta situação: “o aluno Leandro, de menor, tá com invenção de querer usar o banheiro das meninas”. Ainda não havia nem apresentado a documentação que trazia da USP para legitimar minha fala quanto aluna e pesquisadora da disciplina de educação, quando ao contar que era professora da escola pública na Paraíba, e que já havia realizado pesquisa no cenário escolar, tendo gênero e sexualidades como escopo, fui surpreendida pelos relatos convergentes desse caso que parecia estar a provocar um alvoroço entre discentes e gestão. Disse a diretora:

“[...] Então, que bom que trabalha com isso de gênero, vê só, estamos com um problema sério aqui, um aluno chamado Leandro que hoje quer ser chamado de Sofia pelos professores, está utilizando o banheiro feminino e causando desconforto as meninas, pois fica falando alto piadas do tipo; ‘que barrão é esse fulana?’, ‘tá bom de aprender a se arrumar né’, e outros e outros comentários de mal gosto. Agora veja bem, ele é de menor, eu sei que existe a lei do nome social, que ele tem direito a ter o nome social na





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

caderneta, mas tem que ser assinada alguma declaração pelos pais que respondem por ele ainda, e que eu vou ter que chamar pra conversar, é o jeito, porque ele é atrevido e agressivo demais, e está incomodando as alunas. E eu sei que a lei que vale pra ele, não dar o direito de ferir o direito dos outros, por isso vou chamar sim os pais aqui e dizer que não quero isso dele entrando no banheiro das meninas, pra ver o que resolvemos. É complicado” [...]. Era até bom a gente ver depois uma capacitação sobre isso de gênero, porque ficamos eu e os professores sem saber o que fazer”.

Mencionar que fazia pesquisa na área de gênero foi uma espécie de gatilho, mesmo casual, que automatizou uma fala mais confortável e aberta comigo, parecia estar à vontade após tentar barganhar uma “capacitação sobre isso de gênero”. Acredito na diretora, quando diz “é complicado”, não a jugo, nem aos professores, por se sentirem provocados por esse *corpo de menino*, que invade um espaço feminino privativo, deixando-os “sem saber o que fazer”. Posto que são situações que escapam a normalidade da escola, mas também das convenções e normas sociais que os precedem para além dela, enquanto parte de uma sociedade heteronormativa, machista e violenta com esses *corpos estranhos* (LOURO, 2004). É perceptível estranheza, e o descompasso entre a aluna Sophia e as marcas de Leandro que a diz enquanto menino. “Ele é de menor”, “ele é atrevido e agressivo *demais* [...]”.

Atrevimento e agressividade, marcas de um corpo masculino que não condizem com a natureza delicada e recato feminino. Leandro é menino, “é complicado” entende-lo como menina. A direção o vê como menino, os professores também, em desacordo com seu desejo de ser visto e chamado enquanto Sophia. Esse desarranjo entre como se sente e como é lido socialmente não se restringe apenas a escola, mas essa instituição, que muitas vezes é a única a negociar entre os tecidos legais, os discentes e suas famílias, sabendo “[...] que existe a lei do nome social, que ele tem direito a ter o nome social na caderneta [...]”, parece não conseguir ainda operacionalizar isso no seu cotidiano, cumprir essa tradução.

Assim, no primeiro dia de visita a uma escola nova a minha vivência, ouvi e assisti por tabela uma situação que nem era a mira ao adentrá-la, por mais que questões de gênero não seja apenas um tema a ser abordado, mas um olhar treinado e





político que trago comigo por onde ando. Em meio a situação rapidamente descrita nesse curto texto, busquei em fala leve e não reativa apresentar para além do decreto nº8.727, de 28 de abril de 2016, que confere não apenas o uso do nome social, mas o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais, nas administrações públicas, a necessidade primeira de ser explicada e abordada a quem norteia os processos de escolarização, para que seja efetiva a sua aplicabilidade no chão da escola, que pode ser multiplicadora de novos afetos e relações empáticas, respeitosas e livres.

Para tanto, narrar falas e cenas como essas, só foi possível a partir do exercício etnográfico que me levou a escola, fazendo-me olhos e ouvidos atentos. Ao perceber a banalização de cenas ordinárias geradoras de tensões, estereótipos e preconceitos, passei a acreditar que ali tudo era digno de nota, que pesquisar escola é estar nela metódica e diariamente, posto que mesmo resistente escola muda, pois a sociedade em que se insere e insere também. Assim, contar histórias de gênero do corpo escolar(izável), é dar-se a aprender mais sobre mim e você, questionando a mesmidade, e colocando gênero como problema em aberto e transdisciplinar.

### Referências bibliográficas

ADICHIE, C.N. *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Companhia das Letras,

2013). ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. FGV Editora, 2005.

BASSANEZI, Carla. “Mulheres dos anos dourados”. In: *História das mulheres no Brasil/ Mary Del Priore (org.); Carla Bassanezi (coord. De textos)*. 7. Ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. In: *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude/ Roger Chartier; trad. Patrícia Chittoni Ramos*.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

– Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002, pp. 61-79.

DELEUZE, Gilles. *Conversações/* (Tradução de Peter pal Pelbart. – São Paulo: Ed. 34, 1992. (Coleção TRANS).

GEERTZ, Clifford. *La Interpretación de las culturas*. 1992 Editorial Gedisa, Barcelona, España.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. “Visita de um antropólogo ao laboratório”. In: *A vida de laboratório. A produção dos fatos científicos*. Bruno Latour e Steve Woolgar. RJ: Relume Dumará, 1997, pp. 33 – 100.

LOURO, Guacira Lopes. “Pedagogias da sexualidade”. In: *O corpo Educado: pedagogias da sexualidade/* Guacira Lopes Louro (organizadora); Tradução dos artigos: Thomaz Tadeu da Silva – Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

\_\_\_\_\_. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria gueer/* \_\_\_\_\_. – Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LIPOVESTSKY, Gilles. **A Terceira Mulher**. Permanência e Revolução do Feminismo. Maria Lucia Machado (trad.), São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo*, 7(1-2): 67-82, outubro de 1995.

REIS, José Carlos. *História e Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2006. 1ª ed. 2003.

ROCKWELL, Elsie. *La experiencia etnográfica: historia y cultura em los procesos educativos*. – 1ª ed. – Buenos Aires: Paidós, 2009.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## PÔSTER

# O PERFIL DA MULHER PARAIBANA A PARTIR DOS RELATOS DE FEMINICÍDIO DO PORTAL G1 PARAÍBA

José Carlos Patrício de Araújo

Gustavo de Souza Silva

Alunos do Curso de Comunicação /UFCG.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Liège Freitas Ferreira

LABHIS/CNPq/Universidade Federal de Campina Grande

### Introdução

Os índices de violência doméstica na Paraíba evidenciam a falta de segurança que as mulheres estão expostas. Essa constante agressão é explicada pela construção social que sempre colocou a figura masculina como superior à feminina. O bordão “Paraíba masculina, mulher macho sim senhor” se tornou ao longo dos anos um símbolo da mulher forte, porém, sempre colocando a figura do “macho” como modelo a ser seguido pelas “fêmeas” que quisessem ser respeitadas.

Os Estados nordestinos, em geral, colocam a figura do homem como símbolo de força e resistência em plena caatinga, os contos, os cordéis, as cantigas e as histórias orais enaltecem a força do “cabra macho”. Esse discurso dominante representa a mulher como um produto derivado da imagem masculina, um ser que se esconde por trás do homem para proteção e sobrevivência. A cultura em que se encontra essa realidade é uma construção social e política de anos, a partir de fatores como a religião, a educação e a família, que colocaram a imagem da mulher como coadjuvante na história da Paraíba, assim como nos demais Estados da região Nordeste.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Para este trabalho, analisaremos os discursos do Portal G1 Paraíba sobre casos de mulheres paraibanas que sofreram violência doméstica e/ou feminicídio. Para isto, escolhemos publicações entre o mês de Janeiro e Outubro de 2019, a fim de buscar um resultados que se aproximem ao máximo da atualidade. Em seguida, traçaremos um perfil físico, cultural, financeiro e social desta mulher narrada pela mídia local.

Buscamos aporte teórico nos estudo sobre Análise do Discurso de Brandão (1997, Foucault (1979, 2008), Fiorin (1997) e os Aparelhos Ideológicos de Estado de Althusser (1983), para compreendermos o papel da mulher ao longo da história e sua trajetória de resistência e luta recorremos a obra atemporal de Simone de Beauvoir (1980), com intuito de aproximar o passado com a atualidade, não de forma contrastiva, mas de interação entre estudos consagrados com a realidade da mulher paraibana.

#### **Análise do Discurso**

Michael Foucault (1996, p. 15) propõe que a linguagem e a história estão entrelaçadas e devem ser entendidas como fatores a serem levados em consideração na Análise do Discurso. Bakhtin (*apud* Brandão, 1997, p. 9) afirma que “parte do princípio de que a língua é um fato social cuja existência funda-se nas necessidades da comunicação”, contudo, “afasta-se do mestre genebrino ao ver a língua como algo concreto, fruto da manifestação individual de cada falante, valorizado dessa forma a fala”.

Existe para além do enunciado um sentido que está oculto, não-verbal, mas que está presente no entendimento e na fala. Essa parte do discurso é composta por signos e símbolos (Bakhtin *apud* Brandão, 1997, p. 10-12).

Foucault (1996, p. 9) diz que “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. Para Fiorin (1997, p. 18) o discurso “é um conjunto de regras que rege o encadeamento das formas de conteúdo na sucessão do discurso”, essa sucessão de falas e linguagens que são ditas e pronunciadas





em determinados momentos produzem um sentido a longo prazo e seus efeitos podem se manifestar também a curto prazo, sua variável é relativa ao local em que é falado assim como a cultura em que este discurso está inserido.

O discurso possui na sua formação uma base ideológica, como foi mencionado anteriormente, e está propensa a esta variável de acordo com estruturas sócio-político-culturais. Segundo Althusser (1983, p. 81), a ideologia trata-se de “um sistema de ideias, de representações que domina o espírito de um homem ou de um grupo social” e percebemos isso principalmente em discursos que são lançados, os quais podem representar também os próprios meios de conduta de controle do Estado para e sobre a sociedade.

O que distingue os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) dos Aparelhos Repressivos do Estado é a seguinte diferença: enquanto o primeiro “funciona através da violência”, da opressão, o último “funciona através da ideologia” (ALTHUSSER, 1983, p. 69). Esses Aparelhos Repressivos, em exemplo, são as forças armadas, aquelas que são controladas pelo poder público para “controlar” o corpo social. Enquanto isto, os AIE se dá através de instituições que fazem esse controle por meio de diálogos, discursos, ou na emissão de informação na maior parte das vezes, em exemplo, em escolas, jornais, sindicatos, partidos e etc.

Cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem individuais, nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas com as outras (BRANDÃO, 1997).

De acordo com Brandão (1997), o conceito de Formação Discursiva é utilizado pela Análise do Discurso para designar o lugar onde se articulam discurso e ideologia. Uma Formação Discursiva é governada por uma Formação Ideológica e como uma Formação Discursiva é um dos componentes de uma Formação Ideológica específica, ela é um espaço de embates, de lutas ideológicas.

### **Femicídio na Paraíba**





A violência a partir do gênero é uma realidade pela qual até mesmo a norma culta padrão está se adequando ainda. Tanto é que, ao buscar pelo significado de feminicídio em dicionários antigos, esta tipificação é inexistente. Apenas é atribuído ao homem a possibilidade de ter sofrido alguma violência, quando é citado o termo homicídio. É o caso do tradicional Aurélio (2001), que desconhece a existência do feminicídio.

Segundo Cabañas e Rodríguez (*apud* GEBRIM; BORGES, 2014, p. 62), o objetivo de se utilizar o termo feminicídio é contribuir “para que se ressalte o caráter social e generalizado da violência baseada na iniquidade de gênero” e para que se afaste “enfoques individualizantes, naturalizados ou patologizados, que tendem a culpar as vítimas, a tratar o assunto como problemas passionais ou privados e a ocultar a sua verdadeira dimensão”.

Porém, a reflexão se dá na medida em que a aplicação do termo, o qual deveria carregar consigo o ideal de responsabilidade por seu uso e todo o seu contexto em diferenciação ao neutral homicídio, não contempla esta realidade em discursos como os que serão exemplificados neste estudo.

O cenário paraibano demonstra um alarmante aumento de 53% em casos de feminicídios entre 2017 e 2018 (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019), o que descreve a necessidade de se discutir seriamente a violência em caráter de gênero em nosso país. Cabe às instituições cumprirem seus papéis na sociedade ao valorizarem, sobretudo, a figura humana da mulher. Entretanto, observaremos que, enquanto Aparelho Ideológico do Estado, a mídia local corrobora sua atribuição com negligência.

### **G1 Paraíba e os noticiários sobre violência contra a mulher**

Foucault (1979, p. 29) descreve que o problema da justiça popular não é a sua existência, mas as bases que constroem ideológicas que compõem esse julgamento, como os métodos e o lugar sócio-político-cultural.





De acordo com Simone de Beauvoir (1980, p. 26-31), a mulher é desde cedo exposta a hierarquia entre o sexo masculino e o feminino, sendo o primeiro sempre “dominante” ao segundo, a menina para se tornar à mulher que a sociedade lhe cobra é educada para a submissão e desde cedo lhe é tirado o lugar de fala. Segundo Beauvoir (1980, p. 30) a cultura e o corpo social exaltam a figura do homem, escondendo ou diminuindo a história da mulher ao decorrer do tempo e quando esses relatos são contados são por homens e na visão do sexo masculino.

Portanto, os julgamentos construídos pelo senso popular sobre a violência e até mesmo o cotidiano da mulher é composto por pensamentos machistas, podendo eles serem deferidos por homens ou pelo sexo masculino, já que a mulher se encontra em uma sociedade que a educa para ter concepção da superioridade do sexo oposto.

Veremos agora quatro matérias do portal de notícias G1 Paraíba sobre violência doméstica e feminicídio entre janeiro e outubro deste ano:

No primeiro caso, o G1 expressava o desabafo de um assassino antes de cometer um feminicídio. Foi uma matéria que completava o fato expresso dias anteriores sobre o caso, como forma de fazer contraponto ao papel assumido pelo homem ao cometer o ato<sup>282</sup>. Ao ler a matéria isoladamente, vê-se uma tentativa de colocar a mulher como consequência de um momento de descontrole dele. Em maior parte da narrativa, é levado em consideração o lado afetivo do criminoso que, por ter tirado a sua própria vida, o maior impulso foi o fim de seu relacionamento com a vítima. O que se desconsidera neste caso, entretanto, é a ênfase à especificidade da violência de gênero, que faz o homem considerar a mulher como uma propriedade, como foi a característica principal deste crime.

Todavia, a impressão de que a vida do homem tem um valor diferenciado ao se fazer ênfase ao seu lado afetivo momentos antes do feminicídio se repete neste segundo caso. O G1 se exime de dar juízo de valor ao fato, o qual trata-se de uma mulher que foi esfaqueada por 50 vezes após se comprovar que ela havia denunciado seu ex-

<sup>282</sup> Link da matéria: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/04/19/vai-acabar-nesta-quinta-diz-mensagem-publicada-por-homem-que-se-matou-apos-femicidio-na-pb.ghtml>





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

companheiro pela ameaça iminente<sup>283</sup>. O perfil feminino, neste caso, é marcado pela passividade por parte do veículo que se isenta de colocar a culpa no ex-companheiro mesmo com o delegado, segundo a matéria, afirmando inclusive as ferramentas utilizadas pelo homem ao cometer o feminicídio. Até este ponto, tudo estaria bem se não fosse o significado da colocação de “suspeita” ao homem, o qual causa a sensação de receio em julgá-lo e deixar isso nas mãos da justiça. O que não se considera, entretanto, é que mesmo se ele não fosse o autor das 50 facadas, ele continuaria sendo acusado, e não um suspeito, pois há denúncia sobre ele. Só que, na busca pelos cliques, o G1 isola o caso do assassinato e o coloca no escopo da proteção quando evita colocá-lo como acusado.

Na tentativa de demonstrar uma suposta isenção, o terceiro caso que narramos é sobre a notícia que o G1 dá quanto a agressão contra uma mulher em João Pessoa<sup>284</sup>. Ainda com uma denúncia feita por um estranho que passava na rua e a confirmação da delegada com direito a flagrante, não era suficiente para o portal de notícia colocar o companheiro da vítima como acusado. Porém, a isenção fica inconsistente quando a matéria considera o flagra da mulher ao pegar o agressor a traindo. Ora, não bastava a exposição da mulher à agressão? Ou talvez para que realmente o G1 comprovasse que ela estava abalada por ter sido agredida, tinha que repercutir ainda este fato? Ou será que a necessidade de colocar esta afirmação tinha como objetivo justificar o estresse do homem ao culminar uma agressão?

Como quarto e último caso, discorremos sobre o episódio de um casal que foi encontrado morto<sup>285</sup>. O G1 demonstra incoerência ao evitar mais uma vez dar juízo de valor, contudo para o portal há uma suspeita de feminicídio seguido de suicídio. Ora, se

---

<sup>283</sup> Link da matéria: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/01/31/mulher-e-morta-com-mais-de-20-facadas-na-pb-e-ex-companheiro-e-principal-suspeito.ghtml>

<sup>284</sup> Link da matéria: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/10/21/homem-e-presosuspeito-de-agredir-companheira-na-frente-da-filha-de-5-anos-em-joao-pessoa.ghtml>

<sup>285</sup> Link da matéria: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/10/03/casal-e-encontrado-morto-dentro-de-casa-em-areia-pb-suspeita-e-de-femicidio-seguido-de-suicidio.ghtml>





a perícia comprovasse que não tinha sido o esposo que cometeu o assassinato, deixaria de ser feminicídio? Por quê então, segundo o G1, ainda há uma suspeita?

### **Considerações finais**

Devemos refletir como são reproduzidos discursos inferiorizando o papel feminino. As entrelinhas devem ser observadas pois, caso contrário, as ilustrações se tornariam incompletas. É o que o G1 sugere ao se falar sempre do feminicídio para expressar os riscos das agressões como se isto bastasse para demonstrar a inferioridade colocada no papel da mulher em relação ao homem. Separando o fatídico do contexto em que aquela história é narrada, haverá a repetitiva pontuação de que a mídia cumpre papel social eventualmente e serve apenas para narrar um fato sem compromisso direto em quebrar os paradigmas ou fazer com que isto mude.

Esta falácia é tomada como verdade absoluta para a população de modo que portais de notícias como o G1 se inserem num círculo vicioso ao se auto-afirmarem isentos, o que deixa a entender para a população que eles nada têm a ver com situações de agressão impostas à mulher. Porém, este estudo comprova algo contrário, visto que há discursos imbuídos de expressões pelas quais se compreende os seguintes pontos: 1) Não há neutralidade nas narrativas observadas, visto que elas demonstram um posicionamento claro à reprodução de uma cultura machista; 2) O papel social da mídia enquanto instrumento ideológico é um fato e isto se apresenta explicitamente ao se considerar que uma ideologia é um mundo de ideias soltas, colocadas para deturpar ou movimentar uma realidade de modo que esta esteja a favor de um escopo de ideias, e o ideal machista é exposto nas entrelinhas; 3) A repetição destes ocorridos em um período considerável de tempo, como foi o analisado, permite compreender as situações muito além de um equívoco, mas como uma demonstração de posicionamento por parte do veículo midiático.

Em vista disso, podemos refletir acerca das noções atuais de juízo de valor atribuídas às diferentes formas de se fazer notícia. Pois, caso existisse uma noção coerente, este juízo de valor seria dado tão somente ao final de um inquérito, o que não





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

foi o caso dos exemplos citados nesta análise. O que se observa é uma tentativa de construir uma realidade baseada no discurso de se ausentar das responsabilidades, porém, por detrás desta afirmativa há posicionamentos em que não consideram a mulher como voz ativa do contexto opressor com o qual ela tem de conviver diariamente em sociedade.

Comprova-se que o perfil da mulher é cunhado sob a consideração do homem como algo humano e que deve considerar o que ele sentia para contrapor e mostrar uma outra faceta da agressão, deixando de lado a principal faceta: a figura feminina ainda é considerada um objeto patriarcal e um reflexo fragilizado da figura masculina.

Portanto, devemos analisar muito além deste simulacro criado em torno de nós. Primeiramente, como forma de dividir assertivamente as responsabilidades sobre o porquê temos que conviver com o machismo, apesar da divulgação constante das mídias investindo em discutir o feminicídio para chamar atenção da sociedade sobre os casos. Será que a responsabilidade limita-se apenas em narrar? Será que os instrumentos da narrativa reforçam a existência do machismo? Ao refletirmos estas condições, haverá a capacidade de assimilar os âmbitos para, algum dia, evitar de responsabilizar apenas o estado como origem de todos os males, uma vez que ele tem seus símbolos e, em um deles, é dito que a intenção é isenta. E este símbolo se chama mídia.

#### **Referências**

- ALBUQUERQUE, J.A.G. 1983. **Althusser, a ideologia e as instituições**. In L. Althusser. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**, v.I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à Análise do discurso**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2a. ed. rev.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Editora Ática, 1997.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## PERCEPÇÕES DISCENTES E DOCENTES SOBRE A INSERÇÃO FEMININA NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Gioberlândia Pereira de Andrade<sup>286</sup>

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

gioberlandia29@hotmail.com

Rosilene Dias Montenegro<sup>287</sup>

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

rosilenemontenegro@gmail.com

### RESUMO

Este artigo se dedica a apresentar os resultados do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Percepções discentes e docentes sobre a inserção feminina nos cursos de Computação e de Física da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), no campus de Campina Grande, Estado da Paraíba. Parte-se da premissa de que a presença feminina em áreas tradicionalmente tidas como predominantemente masculinas não reflete os avanços dos movimentos feministas por igualdade de direitos e conquistas de espaços na produção de conhecimento e no mundo do trabalho. Para isso, apresenta-se uma discussão teórica sobre ciência, tecnologia e gênero, relacionando com dados recentes. Dentre os objetivos, pretende-se analisar possíveis questões que podem ajudar a entender o porquê do baixo número de mulheres na área científica e tecnológica, embora saibamos que o número de mulheres pesquisadoras no mundo chega a menos de 30%, e que de acordo com a editora científica Elsevier o número de pesquisadoras femininas publicando artigos passou de 38% para 49% em 2017. Sendo assim, não podemos ignorar e/ou desmerecer a inserção dessas mulheres nos espaços universitários e de pesquisa. Para isso serão focalizados alguns aspectos sobre a presença de mulheres nos cursos de Ciências da Computação e de Licenciatura em Física da UFCG. Foi utilizada a metodologia da História Oral para a realização de entrevistas, e desse modo a obtenção dos depoimentos das discentes e docentes dos cursos citados. Como resultado constatou-se pequena quantidade de mulheres nos cursos de ciência e tecnologia, não obstante os avanços socioeconômicos e políticos que as mulheres têm conquistado desde o século vinte. Constata-se também que a mulher ainda é vista como figura intelectual e profissionalmente inferiorizada. Certamente em decorrência e reflexo da sociedade patriarcal, a principal causa dos preconceitos associados à figura feminina da atualidade. Como aprendizado tem-se que investigar e

<sup>286</sup>Graduanda do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Campina Grande/UFCG. Aluna bolsista do Programa de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq/UFCG. E-mail: gioberlandia29@hotmail.com

<sup>287</sup>Professora Titular da Unidade Acadêmica de História da Universidade Federal de Campina Grande./UFCG Coordenadora do Projeto Memória da Ciência e da Tecnologia/UFCG. E-mail: rosilenemontenegro@gmail.com





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

relatar as histórias dessas mulheres passa pelo conhecimento e investigação sobre a construção que elas têm de si e das escolhas profissionais que fizeram.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar as percepções discentes e docentes dos cursos de Ciência da Computação e de Licenciatura em Física da Universidade Federal de Campina Grande sobre a inserção feminina nas áreas de ciência e tecnologia. Mostrando através dos relatos orais das entrevistadas que o número de inserção das mulheres no sistema de pesquisa científica, tecnológica e de inovação no Brasil ainda é pequeno. Parte do pressuposto de que, a despeito do crescimento expressivo do número de mulheres com nível universitário no país, a participação feminina na produção do conhecimento e no ensino relacionado ao campo da tecnologia e da inovação ainda está aquém da presença feminina na Universidade.

O diagnóstico da situação feminina atual nesse campo se justifica, social e politicamente, face às alterações substantivas observadas nas últimas três décadas no perfil da qualificação profissional das mulheres brasileiras. Observado na expressiva participação feminina no mercado de trabalho e na mobilização política em prol desta parcela da população.

Traçando um panorama geral da causa feminina no Brasil, percebe-se que, nas últimas décadas, a condição feminina vem despertando interesse na sociedade, em função da mobilização de milhares e milhares de mulheres na luta por cidadania. Também oferece sua contribuição à causa a produção acadêmica e científica que analisa as raízes da dicotomia entre os papéis sociais masculinos e femininos, expressa em práticas sociais, bem como nas leis e instituições sociais.

É preciso ressaltar que a questão de gênero é um tema atual e de grande relevância porque diz respeito às diferenças socioculturais que existem e persistem entre homens e mulheres. Essas diferenças se apresentam culturalmente por um conjunto de qualidades que distinguem e ditam o que deve e o que não deve ser o comportamento e





a identidade social de gênero. Estabelecendo hierarquias dentre os gêneros, que naturalizam as diferenças culturais, mascarando formas de opressão e de domínio de gênero. E resultando em manutenção de papéis sociais que reproduzem injustiças sociais, algumas delas tão camufladas por trás de camadas naturalizadas de “qualidade” de etnia, classe social, condição de gênero que só se tornam perceptíveis quando submetidas a questionamento e crítica.

Segundo dados da UNESCO, as mulheres são minoria no meio científico, correspondendo a menos de 30% dos pesquisadores do mundo. No Brasil, a situação é um pouco melhor: o relatório "Gênero no cenário global de pesquisa", divulgado pela editora científica Elsevier em 2017, mostra que nos últimos 20 anos a proporção de mulheres na população de pesquisadores passou de 38% para 49%. Mas a representatividade geral esconde diferenças importantes entre áreas do conhecimento e etapas da carreira. A presença de mulheres geralmente é maior do que a de homens nas áreas de humanidades e serviço social, tendendo a uma paridade nas ciências biológicas e da saúde. No entanto, quando o assunto são as engenharias, ciências exatas e da Terra, a participação feminina cai abruptamente. (BALBI & CAIRES, 2018).

A participação das mulheres na história da ciência trata-se de transgressão profunda quando tomamos conhecimento que nas universidades públicas do Nordeste, a contribuição feminina em cursos de exatas ainda é inferior a 30%, enquanto que no desenvolvimento científico não ultrapassou os 15%, de acordo com dados do CNPq. É a partir dessa premissa que essa pesquisa se estabelece, trazendo resultados pouco conhecidos sobre as conquistas femininas nessa área, bem como um debate que pretende informar como alguns discursos sobre o papel da mulher na sociedade se tornarão uma cultura fixa e de difícil mudança (GUEDES, 2016).

## **A EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA**

A educação universitária tem sido um fator de transformação da sociedade, de modo que ela vem sendo utilizada pelos grupos dominantes há muito tempo, como forma de manutenção de poder para dominação sobre aqueles que não possuem instrução; e durante toda a história humana a educação sempre representou um status





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

social ao seu possuidor. No entanto no final do século XIX e início do século XX a educação se tornou um dever do Estado e um direito indispensável para o exercício da cidadania, porém o ensino do conhecimento científico, especialmente o superior nas universidades estava restrito aos homens.

No Brasil dos anos cinquenta a educação pública superior era destinada aos homens de classe média ou alta, oriundos de famílias tradicionais que encaminharam seus filhos às cidades que possuíam universidades, geralmente capitais, para inseri-los em uma elite. As mulheres só foram adentrar nesses espaços de ensino superior mais tarde.

O aumento da escolaridade é particularmente verdadeiro para o caso específico das mulheres cientistas, considerando-se que não faz nem cem anos que os portões das universidades foram abertos às mulheres pela persistência das nossas avós e bisavós na luta por cidadania e educação. No final dos anos noventa, tem-se uma taxa de participação igual entre ambos os sexos no que diz respeito à posse de um diploma universitário. Este é o requisito mínimo para a carreira de cientista.

### **MATERIAIS E MÉTODOS (METODOLOGIA)**

Os trabalhos de pesquisa foram realizados por pesquisadores do Projeto Memória da Ciência e Tecnologia, participantes do PIBIC, PIVIC. Foi realizado a partir de uma pesquisa qualitativo-quantitativo, por compreendermos assim como Minayo (2001) que os dados quantitativos e qualitativos se complementam, pois a realidade percebida por ambos interagem dinamicamente.

Para isso, utilizamos: a pesquisa bibliográfica, sites da internet e pesquisa documental, que nos deu suporte para a produção e análise dos dados, por compreender que a dinâmica social é complexa e totalizante, e as formas que a atividade humana e as relações sociais se manifestam se dá mediante a sua historicidade e vinculação dos fatos econômicos, sociais, culturais e ideológicos.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Segundo Minayo (2001), a abordagem dialética, se propõe a abarcar o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que traduzem o mundo dos significados, pensando a relação da quantidade como uma das qualidades dos fatos e fenômenos, buscando compreender a relação com o todo e a constituição de um fenômeno que é um processo social.

A pesquisa bibliográfica possibilita o confronto da natureza teórica e dos pressupostos do conhecimento do objeto de análise com a realidade peculiar verificada do contexto investigado, para isso foi realizada a articulação das bibliografias que abordam a temática, com as autoras, Fanny Tabak, Judith Butler, Londa Schiebinger, artigos científicos, monografias, que abordam a questão de gênero e presença feminina na ciência e tecnologia.

A pesquisa documental foi realizada com base nos dados da Pró Reitoria de Graduação da Universidade Federal de Campina Grande, pesquisadas junto ao site da UFCG e também na coordenação do curso de Computação, que forneceu as informações quantitativas sobre o ingresso e presença das discentes no curso de Ciência da Computação e Física, no campus localizado no município de Campina Grande, trazendo os históricos dos cursos a partir do prisma do gênero, mostrando como se materializa em dados estatísticos a desigualdade de gênero no contexto analisado.

Em nossa pesquisa foi utilizada a metodologia de História, e posteriormente realizadas entrevistas com alunas e professoras dos cursos de Computação e Física da UFCG, no tempo presente, bem como, foram realizadas transcrições, objetivando a construção de uma fonte documental oral, seguindo os procedimentos técnicos da História Oral.

## **ANÁLISE E RESULTADO DOS DADOS**

Ao analisar os relatos que nos foram concedidos por alunas e professoras dos cursos de Ciências da Computação e Licenciatura em Física da Universidade Federal de Campina Grande, procuramos saber principalmente sobre suas origens socioeconômicas, as motivações que as levaram a escolher a formação profissional em





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

cursos de Ciências da Computação e Licenciatura em Física, se sofreram resistências em suas famílias em decorrência de suas escolhas profissionais, se sofreram preconceitos por sua condição feminina, e se o curso contribuiu para modificar as suas vidas.

Apresentamos elementos para a reflexão a partir das entrevistas. As depoentes da pesquisa cursaram e/ou estão cursando Ciências da Computação e Licenciatura em Física entre 1976 a 2017. Ressaltamos também, para a análise dos dados que as entrevistadas são nordestinas, naturais de Campina Grande, João Pessoa e outras cidades do nordeste brasileiro, e que vivem ainda hoje em uma sociedade tradicional, em relação aos papéis sociais de mulheres e homens nascidos em outras regiões do país.

As entrevistadas são mulheres que tiveram em comum ambientes familiares que valorizavam o estudo e a formação de nível superior como meio de ascensão social, profissional e conseqüentemente, do padrão socioeconômico, estudaram em escolas de nível médio e instituições de qualidade e referência, a exemplo do Instituto Federal da Paraíba, situado em algumas cidades do Estado da Paraíba. De modo, que a partir dessas instituições de ensino, elas perceberam desde cedo que possuíam inclinação para as matérias das chamadas disciplinas de exatas: Física e Matemática.

Todas as entrevistadas declararam através de suas falas a motivação e/ou escolha pelos cursos de exatas ainda no ensino médio, por perceberem facilidade com as matérias, gostavam de fazer cálculos e tinham curiosidades pelos aspectos práticos de funcionamento de equipamentos eletrônicos; questionamos também sobre a inserção de professoras e alunas nos ambientes de pesquisa como grupos de estudos locais, regionais e internacionais, como se deu a participação delas nestes espaços, e como as entrevistadas viam a ciência e tecnologia, a universidade como espaço de desmistificação de preconceito de gênero ou lugar de manutenção. Diante das falas, percebemos que elas acreditam que os espaços de ciência e tecnologia são lugares de inserção feminina e que a universidade deve criar possibilidade para a inserção e manutenção das mulheres, já que elas executam tão bem, ou melhor, que os homens suas atividades profissionais.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar que os dados produzidos com a pesquisa vão ao encontro das conclusões das pesquisas nacionais, possibilitando um retrato a nível local, regional e nacional sobre a desigualdade de ingresso e permanência das mulheres nos cursos de ciência e tecnologia. A necessidade dos cursos da UFCG – Campus Campina Grande, revela a necessidade de se ampliar o debate dentro da universidade.

A educação superior deve ser democrática e diversa, se contrapondo aos estereótipos sexistas mantidos. É necessário, para isso, ampliar o debate e práticas inclusivas no interior da universidade, especialmente nos cursos na área da ciência e tecnologia, bem como na comunidade em geral, para que um dia possamos vislumbrar um futuro onde a desigualdade de gênero já não seja mais latente, e as mulheres tenham liberdade de escolha, objetiva e subjetiva, para o ingresso nas carreiras na área da ciência.

## REFERÊNCIAS

CAIRES, Luanne; BALBI, Maria Isabel. **Crescem iniciativas que dão visibilidade a mulheres cientistas e divulgadoras de ciência** Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/12/14/crescem-iniciativas-que-dao-visibilidade-mulheres-cientistas-e-divulgadoras>>. Acessado em: 30 de set. de 2019.

BOLZANI, Vanderlan da Silva. **Mulheres na ciência: por que ainda somos tão poucas?** Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252017000400017](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252017000400017)>. Acessado em: 30 de set. 2019.

GUEDES, Raquel da Silva. **“Você vai fazer engenharia menina?” – As mulheres na ciência e tecnologia. Uma história a ser escrita.** Dissertação de Mestrado. PPGH/UFCG, jun. 2016.

JORNAL DO BRASIL. **Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil.** Disponível em: <[https://www.jb.com.br/ciencia\\_e\\_tecnologia/2019/03/991242-mulheres-assinam-72--dos-artigos-cientificos-publicados-pelo-brasil.html](https://www.jb.com.br/ciencia_e_tecnologia/2019/03/991242-mulheres-assinam-72--dos-artigos-cientificos-publicados-pelo-brasil.html)>. Acessado em: 30 de set. de 2019.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

THOMPSON, Paul. **História oral e contemporaneidade.** História Oral (5). São Paulo: Associação Brasileira de História Oral, 2002.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## AS GONGADAS DO ARY BARROSO, APRESENTADOR DO PROGRAMA *CALOUROS EM DESFILE*.

Raimundo César Vaz Neto

Graduando- História- UFCG.

E-mail: [rcvazneto@hotmail.com](mailto:rcvazneto@hotmail.com)

### RESUMO:

Nesta pesquisa temos como objetivos problematizar a vida do apresentador, compositor e músico mineiro Ary Barroso (1903-1964), como incentivador e crítico impiedoso, dos calouros que passavam pelo auditório da Rádio Cruzeiro do Sul, Tupi e da Rádio Nacional, no seu programa *Calouros em Desfile*, nas duas últimas emissoras e *Hora do Calouros*, na primeira. A escolha do objeto foi motivada por pesquisa bibliográfica e pela representatividade de Ary como um dos mais temidos apresentadores e críticos, da era do rádio no Brasil. Quando a TV era inexistente nos anos 30 e 40, ou de difícil acesso para a maioria dos brasileiros, nos 50, o Rio de Janeiro era o caminho de qualquer calouro que sonhasse com a fama. Desta época, algumas cantoras brasileiras que se tornaram famosas, foram calouras, como Dalva de Oliveira, Angela Maria e Elza Soares. Dalva, nervosa, foi orientada por Ary que fosse lavar roupa e não cantasse mais; em momento menos grosseiro, segundo Angela Maria, Ary Barroso pensou que ela não cantaria coisa alguma, mas foi surpreendido e a orientou que estudasse mais, em um dia de apresentações de operetas e cantores clássicos, entre os calouros. Por fim, Elza Soares, com um vestido emprestado, ajustado por alfinetes, magra, negra, foi ironizada pela plateia e pelo apresentador no dia da sua apresentação, que perguntou de qual país ela teria saído, ela não demorou e respondeu: “Do planeta fome”. Angela e Elza, saíram vitoriosas com os prêmios em dinheiro. Dalva, “gongada” e chorando. Elas sabiam como ele era temido, mas era o jeito de tentar uma sorte diferente, mesmo que os pais de Angela e Elza fossem contra a carreira artística das filhas. Depois, famosas, todas foram amigas de Ary Barroso. A documentação selecionada no decorrer da pesquisa consta das biografias as três cantoras citadas, a de Dalva, por Duarte e Ribeiro (2009); de Angela, por Faour (2015) e Elza, por Camargo (2018). O contexto do Rádio brasileiro e o tempo do apresentador Ary Barroso, dialogamos com alguns autores, a exemplo de Lenharo (1995), Calabre (2004) e Aguiar (2007).

**PALAVRAS-CHAVE:** Rádio Tupi. Ary Barroso. Dalva de Oliveira. Angela Maria. Elza Soares.





### DESENVOLVIMENTO:

Um especial da “Memória”, de 2003, na MG-TV, afiliada da Rede Globo, fez uma homenagem ao Ary Barroso, compositor, letrista, pianista, apresentador e político, do século XX, no Brasil, lembrando suas canções como: *Camisa Amarela*, *É luxo só*, *No Rancho Fundo*, *Na Baixa do Sapateiro*, *Risque*, e a sempre mencionada, *Aquarela do Brasil*<sup>288</sup>, composta em 1939. Ary nasceu em Ubá- Minas Gerais. Perdeu os pais ainda cedo, aprendeu a tocar piano por obrigação de uma tia, seguindo os caminhos de uma família musical. Aos 17 anos, ganhou uma herança de 40 contos, despediu-se da família e foi para o Rio de Janeiro. Cursou Direito, mas demorou 9 anos para concluir o curso, gastou toda a herança e, a partir daí, foi tocar nos cabarés para sobreviver.

Comemorando o centenário do compositor, a Rede STV SESC SENAC, produziu um documentário chamado *O Brasil Brasileiro de Ary Barroso*<sup>289</sup> (2003), onde artistas como Carmélia Alves e Gilberto Gil falaram da importância dele para as artes, além de sua filha e do jornalista Sérgio Cabral<sup>290</sup>. O vídeo lembrou sua ida para o Rio de Janeiro, com menos de 20 anos, em 1921, e da herança que recebera do seu tio. Ary saiu dizendo que voltaria para Ubá, sua cidade natal, depois de concluir o curso de Direito, mas o Rio de Janeiro perturbou seus planos de vida. Como se sabe, ele ficou no Rio de Janeiro. Mariúza Barroso, sua filha, disse que Tom Jobim ficou espantado, com o barulho da casa de Ary Barroso, onde ele compunha e como ele conseguia fazer algo ali. Ary rebateu para Jobim: “O ouvido de dentro, não tem nada a ver com o ouvido de fora”. Em outro momento, Dalila Luciana, jornalista, disse que ele tinha uma promessa com o Senhor do Bonfim, por conta das espinhas que o incomodava. Na época, Dalila disse que Ary afirmou que iria compor todo ano uma música para o Senhor do Bonfim,

<sup>288</sup> Link do vídeo que fala dos 80 anos de *Aquarela do Brasil*, com suas mais de 500 gravações, apenas no Brasil, passando, também, pela Europa, América Central e Estados Unidos. <http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/mgtv-ledicao/videos/v/memoria-mg1-saiba-mais-sobre-ary-barroso-compositor-de-aquarela-do-brasil/7905137/>. Acesso em: 19 out de 2019.

<sup>289</sup> Documentário *O Brasil Brasileiro de Ary Barroso*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NabA0W2h2us>. Acesso em: 19 out de 2019.

<sup>290</sup> ELE ESCREVEU O LIVRO NO TEMPO DE ARY BARROSO, LUMIAR, 1993.





em agradecimento. Ele compôs *Faixa de Cetim*, mas, segundo ela, diziam que ele era baiano, que não compunha músicas para Minas, seu estado de origem.

O Rio de Janeiro representava um importante destaque para os cantores e compositores da época, com suas rádios Nacional, Tupi e Mayrink Veiga. Dalva de Oliveira foi uma das muitas “gongadas” pelo apresentador Ary Barroso, no *Calouros em Desfile*, da Tupi. Dalva estava nervosa, cantou mal e o apresentador sugeriu que ela fosse para os tanques, lavar roupa, dizendo que ela não cantava. Dalva chorou muito, mas continuou estudando e tentando ser cantora. Tanto que, famosa, tempos depois, Ary Barroso se “retratou”, dando-lhe a canção *Folha Morta*, um dos sucessos de Dalva (Ribeiro e Duarte, 2009).

Há que se mencionar, que os compositores dos anos 30, como Ataulfo Alves, Herivelto Martins, Dorival Caymmi e Ary Barroso, foram de uma época original na música brasileira, sem uma influência direta de outros compositores como inspiração, a exemplo das gerações futuras da música popular brasileira (Ribeiro e Duarte, 2009)<sup>291</sup>.

Quando Angela Maria era caloura, imitando Dalva de Oliveira, ela foi caloura do Ary, no *Calouros em Desfile*, da Tupi. Angela sabia da fama de severo do apresentador, ele até a subestimou, mas quando ela cantou *Estrellita*, percebeu que ela tinha talento, sugerindo que ela estudasse música, dizendo: “Menina, você tem uma voz maravilhosa de soprano lírico. Estude e acabará no Scala e no Municipal”, Faour (2015, p. 25). Neste dia, Angela ganhou, com outros dois calouros de ópera, com quem dividiu o prêmio do programa de Ary. Cantar ópera em um programa de auditório popular, era uma das diversidades dos programas daquela época. Ary foi um dos frequentadores do show *Coisas e Graças da Bahia*, com as canções de Dorival Caymmi, cantadas pelo próprio Caymmi e por Angela, em 1952 (Faour, 2015).

Angela ficou famosa, eles ficaram amigos, mas Ary tinha uma preocupação com o repertório ruim dela, para ele e para muitos críticos. Antes, Angela saiu escondida da

---

<sup>291</sup> Quando não havia direitos autorais para compositores ou intérpretes, Ary Barroso, Herivelto Martins, Dorival Caymmi, entre outros, articularam-se para fazer um trabalho de conscientização da sociedade civil e do governo. Este trabalho foi feito por compositores dos anos 40 e 50 e deu certo (Ribeiro e Duarte, 2009).





família para cantar outra vez no programa de Ary, mas seu irmão reconheceu sua voz e contou para sua mãe. Quando ela chegou em casa, apanhou de cinto e sua mãe não acreditava que o dinheiro que ela tinha guardado em uma caixa de sapato, era todo proveniente das participações nos programas de calouros, inclusive no de Ary Barroso (Faour, 2015). Famosa, Angela recebeu críticas construtivas de Ary Barroso ao seu repertório, mesmo ela mantendo seu repertório extremamente popular. Seu lado crítico era tão aguçado e atento, que ele culpou os compositores de marchinhas dos anos 50, por comercializarem suas composições no carnaval, que eram muitas vezes pobres nas melodias, ou que os compositores, com os discotecários, combinavam para executar determinadas canções e sufocar a dos compositores rivais, de acordo Lenharo (1995).

Em uma sexta feira, de agosto de 1953, quando Angela estava entre os artistas mais cobiçados dos anos 50, ela saiu de Casablanca, para o Clube da Chave, em Copacabana, onde artistas prestavam homenagem a Ary Barroso, um compositor famoso desde os anos 30. Entre os presentes naquela noite, estavam Elizeth Cardoso, Sílvio Caldas e Linda Batista. A *Revista do Rádio* elegeu “Os Melhores de 1953”, que embora Ary Barroso estivesse longe dos sucessos, foi premiado como o melhor compositor (Faour, 2015).

Neste mesmo ano, foi a vez de Elza Soares ir ao programa do temido Ary Barroso, na Rádio Tupi. Elza disse a Camargo (2018). Que muitas vezes os calouros iam cantar, mas que em outras, iriam imitar animais, fazer número circenses. O calouro subia no palco, conversava um pouco, depois, ao comando do apresentador, fazia o que tinha para fazer. Mas ela também disse que os calouros ensaiavam antes, com Claudionor Cruz e que ela tinha a impressão que ele informava a Ary, os que tinha talento ou os que serviriam para desdém do apresentador e da plateia, nas apresentações ao vivo. Os calouros tinham que dar os nomes dos compositores das canções que iriam defender. Quando Ary chamou “Elza Gomes da Conceição”, sua roupa humilde, casou riso na plateia. Ele perguntou o que ela fora fazer ali, ela respondeu que cantar. Debochando da caloura, perguntou de qual planeta ela era, prontamente ela respondeu, mais uma vez: “Do planeta fome”. Ela cantou *Lama*, o gongo não soou. Elza estava





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

aprovada. Ary Barroso, depois da sua apresentação disse: “Senhoras e Senhores, nasce uma estrela” de acordo com Camargo (2018, p. 70). Elza chorou tanto, que manchou o terno do apresentador.

Quando Carmen Miranda, estafada, voltou ao Brasil, em 1955, 14 anos depois, Ary Barroso era um dos amigos e compositores de Carmen, que a esperavam com jornalistas e convidados, na boate Vogue. No mesmo ano, *Terra Seca*, de Ary, era uma das canções mais interpretadas por Angela Maria, na TV e no rádio; além de um jantar oferecido por Angela, em 11 de janeiro de 1956, no Leme, para 200 convidados e amigos, dentre eles, Ary, em comemoração a eleição passada de “Melhor Cantora de 1955” (Faour, 2015), com uma foto dos dois, daquela noite, na biografia da cantora. Neste mesmo ano, em 22 de julho de 1956<sup>292</sup>, assinou contrato com a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, mesmo tendo passado pouco mais de 03 anos e voltado para Tupi, tempos depois. Mas, como flamenguista que era, Ary Barroso sentiu-se ofendido na Tupi, ao ter que transmitir o jogo entre Vasco e Taubaté, que eram times reserva, rompendo o contrato com a Tupi, naquele ano. Na Nacional, seu programa de calouros passou a ser chamado *Olha o Gongo*, apresentado às 22:10, de acordo com Aguiar (2007). O entusiasmo que o rádio causava e o interesse dos fãs, que dormiam nas filas, por seus ídolos, são mencionados por Calabre (2004), assim como a longevidade do programa *Calouros em Desfile*, de Ary Barroso, que teve início em 1935, na Rádio Cruzeiro do Sul<sup>293</sup>, e fez 15 anos, em 1950, na Rádio Tupi. O programa foi além disso, visto que em 1956, como vimos, ele trocou de emissora, de nome, mas os calouros tinham espaço nos programas apresentados por Ary Barroso.

<sup>292</sup> Vale salientar uma informação da coluna *Cotações da Semana*, da Revista do Rádio, p. 48, nº 241, de 24/04/1954, que dava um “mau”, para a saída de Ary Barroso da Tupi. Assim, não encontramos referência precisa se houve uma segunda saída dele da Tupi, ou se entre 1954 e 1956, na afirmação de Aguiar (2007), Ary Barroso ficou sem contrato com alguma emissora. Na página 37 da mesma Revista, Sílvio Caldas, consagrado até então, era noticiado como um com novo disco, intitulado: “Músicas de Ary Barroso”, na coluna “*Bolsa de Valores*”, abaixo dos campeões de popularidade da semana, onde se escreveu que o próprio compositor, Ary, difícil de agradar, estava contente com o disco. Link da *Revista do Rádio*: [http://memoria.bn.br/pdf/144428/per144428\\_1954\\_00241.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/144428/per144428_1954_00241.pdf). Acesso em: 19 de out de 2019.

<sup>293</sup> Neste momento, segundo Camargo (2018), o programa se chamava *Hora dos Calouros*. Apenas na Tupi, que teria o nome de *Calouros em Desfile*.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Em 1957, um ano após a morte de Carmen Miranda, quando seus objetos foram trazidos dos EUA, onde ela falecera, Ary Barroso sugeriu e foi acatado, que os artistas se unissem e fizessem shows em torno da memória de Carmen, para que o evento não se tornasse triste. Juscelino Kubistchek abriu o evento, o público compareceu e os artistas como Angela Maria e Herivelto Martins, nos dias 20 e 28 de outubro, dividiram as homenagens (Faour, 2015).

Nas eleições presidenciais de 1960, Ary Barroso, Herivelto Martins e outros artistas, como Angela Maria, apoiaram Jânio Quadros. Demonstrando seu apoio ao candidato, Angela ofereceu um jantar em sua casa, dia 12 de agosto. O evento deveria ser para 100 convidados, mas a uma multidão descobriu o evento, através das crianças que espalharam a notícia da visita de Jânio à casa de Angela. Jânio mal pode falar com os presentes, que lhe pediam foto. Ary Barroso ficou até o dia amanhecer, acompanhado de outros amigos do rádio, como Anselmo Duarte.

Quando Ary faleceu, aos 60 anos, no dia 9 de fevereiro de 1964, motivado por uma cirrose, fruto do alcoolismo, em um domingo de Carnaval, Angela Maria estava hospitalizada, por conta de uma gestação malsucedida. Sem poder comparecer ao velório ou falar de Ary, para evitar emoção, por ordem médica, enviou uma coroa de flores com a seguinte frase: “Ao imortal Ary, da caloura Angela Maria” (Faour, 2015, p.418).

### **CONSIDERAÇÕES:**

Este trabalho, teve como base biografias e livros que falavam da era do rádio no Brasil, citando a vida pessoal e profissional de Ary Barroso, como apresentador dos seus programas de calouros, na Tupi, na Nacional e depois na Tupi, mais uma vez. Além do mais, salientamos uma parcela da atuação combativa e de direcionamento, para seus calouros ou até mesmo para os compositores que vendiam suas músicas, articulavam para prejudicar outros, deixando de lado, a qualidade de suas canções, como nos disse Lenharo (1995). Assim, salientamos alguns aspectos do “temido” Ary,





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

jurado/apresentador, com suas calouras e, depois, do amigo/conselheiro das famosas Dalva de Oliveira, Angela Maria e Elza Soares, até sua morte em 1964.

#### **REFERÊNCIAS:**

AGUIAR, Ronaldo Conde. **Almanaque da Rádio Nacional**. Casa da Palavra. 2007.

CALABRE, Lia. **A era do rádio**. 2ª. Edição. Jorge Zahar. Rio de Janeiro. 2004.

CAMARGO, Zeca. **Elza**. Laya. Rio de Janeiro. 2018.

DUARTE, Ana; RIBEIRO, Pery. **Minhas duas estrelas**- Uma vida com meus pais Dalva de Oliveira e Herivelto Martins. Globo. 2009.

FAOUR, Rodrigo. **Angela Maria- A eterna cantora do Brasil**. Record. Rio de Janeiro-São Paulo. 2015.

LENHARO, Alcir. **Cantores do Rádio**- a trajetória de Nora Ney e Jorge Goulart e o meio artístico de seu tempo. UNICAMP. Campinas. 1995.

Memória MGTV. **Reportagem conta a história do músico e compositor Ary Barroso**. Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/mgtv-ledicao/videos/v/memoria-mgtv-reportagem-counta-a-historia-do-musico-e-compositor-ary-barroso/7152066/>. Acesso em: 19 de out de 2019.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## GRUPO DE TRABALHO 16: PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: DIFERENTES FONTES HISTÓRICAS E DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES

COORDENADORES: MARIA LIÉGE FREITAS FERREIRA (UFCG) E EMANUEL OLIVEIRA BRAGA (IPHAN-UFPE)





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## COMUNICAÇÃO ORAL

# A CRIAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO PERNAMBUCANO E SUAS IMPLICAÇÕES NA RESSIGNIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO ESTADO

Romero da Silva Nogueira

MESTRANDO DO PPGH DA UNICAP

romerosnogueira@yahoo.com.br

## 1 INTRODUÇÃO

Pensar a temática do sistema carcerário pernambucano observando os espaços destinados a esse sistema significa pensar a trajetória sócio-política com a qual o estado de Pernambuco se defronta ao montar (e desmontar) ambientes que carregam as narrativas, memórias e contradições prisionais do estado. Inicialmente, destaca-se principalmente a palavra contradições pois é necessário ponderar que:

As prisões são muitas coisas ao mesmo tempo: instituições que representam o poder e a autoridade do Estado; arenas de conflito; negociação e resistência; espaços para a criação de formas subalternas de socialização e cultura; poderosos símbolos de modernidade (ou ausência dela); artefatos culturais que representam as contradições e tensões que afetam a sociedade (AGUIRRE, 2009, p. 35).

Assim olhar para a trajetória de edifícios como a atual Casa da Cultura do Recife, significa olhar para um espaço que representa todas essas coisas e perceber como o processo de ressignificação do edifício não apaga tais representações, antes





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

reforça a relação de contradições engendrada em artefatos históricos e culturais, especialmente aqui ligados ao sistema prisional.

Em âmbito nacional a história do encarceramento brasileiro apresenta um sistema prisional pouco desenvolvido e contendo fortes medidas paliativas em contraste com grandes reformas ou soluções que se pretendam perenes. Além disto, é salutar que se enfatize o pouco investimento do Estado brasileiro nos aparelhos prisionais durante séculos. Este déficit leva, inevitavelmente, a um vasto conjunto de problemas no sistema carcerário, como afirmam Maranhão e Aguiar (2016) ao evidenciarem que:

A maioria dos países latino-americanos fracassou no intuito de executar reformas em seu sistema prisional. Algumas prisões foram construídas, outras reformadas. Para alguns, as condições de vida melhoraram. Porém, o sistema apresentava claros indícios de esgotamento e ineficiência. (MARANHÃO; AGUIAR, 2016, p.7)

Portanto, o contexto formativo do sistema prisional em Pernambuco não difere em grande escala do que acontece na esfera nacional, seus desafios e problemas, suas medidas pensadas com parco planejamento, ou mesmo as soluções que quando surgem se mostram ineficientes, aparecem como quase que um padrão ou reflexo do que acontece em todo o país.

Na montagem do aparato institucional referente ao Sistema Penitenciário do estado de Pernambuco é oportuno mencionar que o mesmo teve como foco a reunião de diversos estabelecimentos penais disformes, isolados e sem direcionamento único definido. Mais adiante, portanto, surgiu a necessidade da criação de um sistema conciso em que se pudessem aplicar políticas públicas previamente definidas e de maneira teoricamente uniforme. Essa necessidade fica institucionalizada por meio do Decreto nº 2.340/1971, o qual dispõe as novas pretensões acerca do novo sistema prisional. Sobre este, o texto afirma:

O Sistema Penitenciário do Estado de Pernambuco, integrado pelos órgãos diretamente relacionados com a execução penal do Estado, tem como finalidade uniformizar a política, as diretrizes técnicas e administrativas – e os procedimentos relativos à custódia, ao tratamento e ao treinamento dos





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

sentenciados, bem como a guarda e administração dos estabelecimentos penais. (PERNAMBUCO, 1971, S/N. Grifos meus).

Nota-se com o excerto grifado a preocupação já mencionada com a uniformização das ações referentes às medidas de encarceramento no estado, demandando uma nova configuração institucional que culminaria como o sistema prisional em questão. Sendo o mesmo acompanhado pelo Decreto nº 2.341 que regulamenta pela primeira vez as metas administrativas de todas as instituições prisionais que compõem o sistema carcerário.

É nesse contexto que se dá o fechamento da Casa de Detenção do Recife, atual Casa da Cultura, ocorrida no ano de 1973, e a conseqüente transferência da massa carcerária desta instituição para as recém-reformadas Penitenciária Agrícola de Itamaracá e Penitenciária Professor Barreto Campelo, antiga Colônia Penal da Macaxeira.

Um dos pontos fulcrais para estas novas disposições sobre o sistema prisional seria a tentativa de certa humanização do novo sistema carcerário. Ou seja, ocorre uma alteração do entendimento de uma instituição de encarceramento meramente punitiva, para a compreensão de que o sistema necessita ser direcionado para a ressocialização e reinserção dos apenados na sociedade após o cumprimento de suas penas. Fato que ocorre, é importante salientar, na última década do regime ditatorial inaugurado com o golpe de 1964. Há indícios desta preocupação na elaboração da lei nº 7.698 de 24 de julho de 1978, além do Decreto nº 7.420 de 31 de agosto de 1981, que cria a Chefia de Divisões e Serviços e, por fim, com o Ofício nº 602 de 13 de dezembro de 1985 que autoriza a criação da Superintendência Adjunta, Divisão de Psicologia, Serviço de Nutrição e Casa de Albergado, que darão melhores e mais humanitários aportes para os detentos.

Doravante, cabe pontuar essa requalificação de todo um sistema carcerário e a ressignificação do espaço da principal casa de detenção pernambucana, a atual Casa da Cultura como reflexos de uma tentativa de repensar o sistema prisional que acaba por produzir efeitos sociais e históricos. Os quais, por sua vez, impactam a narrativa e a





memória do edifício enquanto patrimônio histórico-cultural, a memória dos sujeitos da cidade, e também as narrativas sobre a trajetória do próprio sistema carcerário de Pernambuco.

## **2 ENTRE A NARRATIVA DO SISTEMA CARCERÁRIO PERNAMBUCANO E A TRAJETÓRIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL: O EXEMPLO DA CASA DA CULTURA DO RECIFE**

Portanto, percebe-se uma dupla reflexão que se assenta sobre primeiramente a remodelagem do sistema prisional e que gera como efeito secundário a ressignificação da narrativa também de um importante patrimônio histórico de Pernambuco, a Casa da Cultura do Recife.

Diante disso, um dos primeiros aspectos que precisam ser considerados é sobre o próprio estatuto dos sujeitos envolvidos neste processo na condição de encarcerados. Enquanto ainda estava como principal casa de detenção do estado, o atual edifício da Casa da Cultura abrigava no centro da cidade àqueles que eram considerados a escória do social. Sujeitos marginalizados pela sociedade pelos crimes que cometeram, num lugar institucional onde não havia reflexão sobre as condições a que eram submetidos, isto é, aqui, os sujeitos em questão não aparentam ser sujeitos de direito tal qual a população de não encarcerados.

Ainda que a partir da década de 1970, haja a remodelagem do sistema prisional se propondo teoricamente mais humanitário e apontando alguma preocupação com tentativas de ressocialização, o que se percebe na verdade quanto ao tratamento dado aos sujeitos é novamente a negação deles enquanto sujeitos de direitos. Nesse contexto, a realocação deles para espaços prisionais fora dos grandes centros não significou um repensar sobre os direitos da massa carcerária, mas antes uma tentativa de ocultamento e afastamento dessa população da sociedade civil. O que não quebra a lógica que vigora





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

desde o início da história das prisões e que coloca a prisão como forma de reter os indivíduos (MAIA, 2009), forçando-os a situações que envolvem o apagamento da identidade, o afastamento familiar, a marginalização social (PERROT, 2017)

A situação pernambucana é exatamente isto o que se vê, são sujeitos subjugados, comumente não julgados, sem direitos, apenas esquecidos, marginalizados. Por isso, do ponto de análise sobre a situação dos sujeitos a narrativa pouco em nada se modifica, mesmo com a remodelagem do sistema prisional pernambucano, não há a quebra com um processo de desumanização do encarcerado. Doravante, o deslocamento do centro da cidade, a interiorização da maioria das prisões pernambucanas denuncia através do isolamento de sua massa carcerária, o não lugar social desses sujeitos presos. O não lugar enquanto sujeitos de direitos.

Outro aspecto diz respeito a situação das prisões em Pernambuco e o questionamento se mesmo diante do aparato legislativo criado a partir da década de 1970 que força a remodelagem do sistema prisional, conseguiu-se romper com uma lógica que perpassa as prisões da modernidade à contemporaneidade brasileira. Lógica essa na qual as prisões têm, de acordo com Michelle Perrot (2017), três funções primordiais, a saber: punir; defender a sociedade isolando o infrator de modo que ele, nem reincida no delito e nem estimule a proliferação do mesmo entre outros sujeitos; corrigi-lo para reintegrar o mesmo à sociedade. Com o adendo de que, como discutido anteriormente nesta mesma seção, a última função que envolve a não reincidência e também a reintegração, tem sido negligenciada no país e em Pernambuco ao ponto de termos uma imensa população carcerária subjugada e uma prática prisional que fere os direitos humanos e coloca a massa carcerária brasileira no mencionado não lugar enquanto sujeito social.

Pois bem, tomando essas funções das prisões modernas, no processo de remodelagem do sistema prisional pernambucano percebe-se nos textos gerados por órgãos do Estado, a saber: leis, decretos, portarias e outros documentos oficiais, que permitiram e autorizaram a implementação e reconstrução do sistema prisional de Pernambuco, certa convergência entre o período de remodelagem e as práticas e





discursos gestados em decorrência do regime civil-militar brasileiro. Nesse cenário, emerge o DOPS - Departamento de Ordem Política e Social – como importante instituição que também está envolta nos processos de remodelagem e que imprime sua marca a medida que era:

[...] parte integrante fundamental da rede de informações e segurança em operação durante o regime [civil-]militar, sendo considerado pelos presos políticos como a oficina do terror. Registrar as práticas de torturas e múltiplas violações que colocam Pernambuco nas estatísticas nacionais como um dos estados de maior incidência de torturados, mortos e desaparecidos políticos constitui um dos objetivos a serem atingidos. (SILVA, 2007, p.223)

Portanto, mesmo diante de uma pretensa remodelagem a convergência com uma racionalidade disciplinarmente autoritária em voga naquele período não só compromete a credibilidade das propostas e políticas públicas que visassem repensar o sistema prisional pernambucano, como reforça o aspecto de precariedade das condições as quais os sujeitos encarcerados estavam submetidos a medida em que a história mostra como o DOPS esteve imbricado em importantes casos de violações dos direitos humanos no ambiente prisional.

Com isso, o esvaziamento da principal (e central) casa de detenção do Recife e a realocação desses presos para unidades interioranas configuraram mudanças importantes tendo em vista o projeto de remodelagem do sistema prisional, porém sem sanar as brechas que há entre a lei e prática (MAIA, 2009) no que diz respeito ao tratamento que o Estado dá aos prisioneiros, especialmente no que diz respeito a remodelar o sistema através de uma atuação que de fato julgasse os delitos com vistas a definir sanções e/ou medidas socioeducativas prezando pela humanização do sistema que se dizia pretender alcançar.

O último aspecto repousa sobre a questão do patrimônio e da memória que fica com a desativação da Casa de detenção do Recife e a transformação do edifício em centro cultural. Enquanto prisão a Casa de detenção foi inaugurada em 1855, seguindo o modelo mais tarde nomeado por Michel Foucault de Panóptico. De acordo com





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Foucault (2012) nesse modelo a arquitetura dos edifícios é pensada de tal forma que facilite a vigilância, a sensação de observação constante intimidaria delitos, fazendo com que a punição deixe de ser exclusivamente física e passe a ser um estado psicológico constante de atenção aos próprios atos em virtude dessa certeza de que há sempre outros observando.

Ainda para Foucault (2012), o panoptismo, portanto corresponde a espaços onde se pode ver sem precisar ser visto, cria-se uma aparente onipresença do observador que sustenta o caráter disciplinador sobre os corpos e atitudes dos observados. Esse modelo foi apontado pelo teórico como muito utilizado na construção de escolas e prisões, sendo o caso da Casa de Detenção do Recife cuja arquitetura seguiu uma:

Planta cruciforme (panóptica) permitia a concentração de guardas nos fundos do Bloco de Administração, sobre um balcão que avançava pelo salão central. Esta localização facilitava a vigilância das celas, pois permitia a visão de todos os corredores das celas, nos três blocos radiais (sul, leste e oeste). (MARANHÃO e AGUIAR, 2016).

Na Casa de Detenção a política disciplinar se engendrava por jogos de poder que envolviam agentes e presos, ou seja, Estado e sujeitos encarcerados. Ocorreram violações dos direitos humanos, torturas, além das condições as quais a massa carcerária estarem submetida serem totalmente insalubres, como apontam Maranhão e Aguiar (2016). Com a sua desativação na década de 1970, foram coletados relatos de presos que denunciavam estes e outros maus tratos, mas também revelavam estratégias para ter os mínimos direitos atendidos, como por exemplo, o uso de greves de fome para que pudessem sair das celas para o banho de sol nos pátios. Tais relatos, ainda segundo as autoras supracitadas, figuram num documento que denuncia de irregularidades jurídicas a torturas ocorridas na Casa de Detenção durante o período do Regime Civil Militar. O que reforça o argumento anteriormente apresentado de que a convergência da remodelagem do sistema prisional pernambucano com o período da ditadura civil – militar prejudicou a aplicação de medidas humanitárias ou socioeducativas que até hoje





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

impactam o modo como se organizam as prisões e como se lida com a população carcerária no estado.

Quando ocorreu a desativação da Casa de Detenção do Recife, a ideia inicial era transformar o espaço num museu de arte moderna e popular. De acordo com Maranhão e Aguiar (2016), essa ideia partiu do artista plástico Francisco Brennand, porém não foi desenvolvida e no local instalou-se a Casa da Cultura do Recife, que até hoje funciona como importante centro de vendas de artesanato regional. O edifício foi tombado pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), através do Decreto nº 6.687, de 5 de agosto de 1980.

Diante desse aspecto a reflexão que se faz é sobre a contingência entre memória e patrimônio que se dá na narrativa da Casa de cultura do Recife. Nesse sentido, recorrendo a Le Goff (1990), compreende-se que o conceito de memória diz respeito aos fenômenos que possibilitam a humanidade atualizar impressões ou informações passadas. Esse fenômeno de acordo com o autor só se mantém à medida que sistemas de organização mantêm ou reconstituem tais informações do passado.

Tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica. [...] Tal como as relações entre memória e história, também as relações entre passado e presente não devem levar à confusão e ao ceticismo. Sabemos agora que o passado depende parcialmente do presente. Toda a história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimo. (LE GOFF, 1990, pp. 49,51. Grifos meus)

Ou seja, considerando a memória um nível da elaboração histórica que consiste em evitar ruídos e confusões sobre o passado, garantindo, como componente importante da aprendizagem sobre o passado, que este se torne sempre presente, a discussão de patrimônio por sua vez emerge como crucial para sustentar as narrativas históricas que se fortalecem através da preservação da memória. De acordo com Clerot et al (2014), o patrimônio cultural é aquilo que tem importância histórica tal para a humanidade que o acesso a esse bem ou manifestação deve ser garantido às próximas gerações.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Também na legislação brasileira no que tange a organização do patrimônio histórico e artístico nacional a lei federal nº25/1937 em seu capítulo um e em seu artigo 1º diz:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937)

Defronte a isso, percebe-se a relevância da educação patrimonial conceituada como aquela que:

Constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. (CLEROT et al, 2014 p. 19)

Complementa-se a essa concepção o entendimento de que:

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. (HORTA, 1999, p.5)

É então enquanto instrumento de alfabetização cultural que a educação patrimonial se entrecruza com a memória como elaboração histórica, pois na preservação de um bem histórico está a possibilidade de continuar a elaboração da memória sobre aquele artefato de modo que a narrativa seja contada e recontada seguindo como diz Le Goff (1990), um entendimento de tempo que não é linear, mas que tece as relações entre passado e presente de forma dinâmica.

Essa forma dinâmica de tessitura objetiva a reconstituição considerando a lonjura histórica das coisas, na questão do patrimônio ela é essencial para os processos de formação da memória tanto individual quanto coletiva. Ainda que, como salienta Le Goff (1990) a memória, especialmente coletiva, possa ser deformada ou anacrônica ela





constitui o vivido nessa relação entre passado e presente. Portanto, olhando a forma como o edifício da antiga Casa de Detenção do Recife foi ocupado enquanto centro cultural de venda de artesanato e também tombado como patrimônio, urge para os processos de elaboração histórica que intentam se concretizar através da memória pensar ações de educação patrimonial mais sistemáticas como um museu que apresentasse a narrativa do que foi aquele cárcere.

A falta de medidas como essa só demonstra o descaso, o desinteresse, a descontinuidade com que se tratam as políticas públicas prisionais e as narrativas de encarceramento no Brasil do passado e do presente, bem como refletem o mau aproveitamento do potencial do patrimônio cultural em questão, além de denotarem descuido com a educação patrimonial diante dos bens tombados no estado de Pernambuco. De outro lado, iniciativas como a supracitada seriam importantes tanto para a reflexão sobre o sistema prisional de Pernambuco, junto com as apurações de como se dava a disciplina prisional no local, examinando documentos e relatos de presos que surgiram após a década de 1970 conforme nos apontam Maranhão e Aguiar (2016), como também seriam relevantes para a reconstrução e manutenção da memória dos recifenses (e visitantes) com o edifício que hoje abriga a Casa da Cultura do Recife.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo intentou através das reflexões acerca do sistema prisional do estado de Pernambuco apresentar a narrativa sobre a trajetória histórica da antiga Casa de Detenção do Recife cujo edifício atualmente abriga a Casa da Cultura – centro comercial de artesanato regional que está na rota turística do estado.

Pela discussão aqui realizada percebe-se que na remodelagem do sistema prisional acontecida na década de 1970, portanto durante o período do regime civil militar, havia teoricamente a intenção de se constituir uma rede prisional onde as prisões pudessem ser humanizadas e caminhar na direção da ressocialização. No entanto, percebe-se que mesmo naquele período essa finalidade não foi bem sistematizada sendo





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

enfraquecida pelo autoritarismo do regime que infringia aos presos, especialmente políticos, torturas e silenciamentos e de modo geral, era mais um aspecto que colaborava na promoção de condições insalubres das prisões em âmbito nacional, mas também no estado de Pernambuco, configurando total desrespeito aos direitos humanos.

Nesse contexto a antiga Casa de Detenção do Recife, principal presídio do estado, ao ser desativado no ano de 1973, teve sua população carcerária direcionada a presídios bastante afastados do centro como a Penitenciária Agrícola de Itamaracá ou Penitenciária Agroindustrial São João que está localizada na Ilha de Itamaracá, litoral norte do estado. No próprio nome a unidade carrega a intenção direcionada a uma política pública prisional de ressocialização e aprendizagem de ofícios, no entanto mesmo nos dias corridos é comum noticiarem-se motins em que os presos denunciam condições precárias. Portanto, além da precariedade na execução do projeto de remodelagem do sistema prisional da década de 1970, a narrativa do encarceramento em Pernambuco nos conta que os sujeitos encarcerados foram e continuam sendo tratados pela regra da marginalização, do ocultamento, do esquecimento social e muitas vezes, da subjugação do sistema jurídico.

Quanto ao edifício onde funcionava a Casa de Detenção do Recife é que se levantam após a desativação as questões referentes ao patrimônio histórico-cultural, à memória do local e a necessidade de contar a narrativa da atual Casa da cultura preservando também seu histórico com relação ao sistema carcerário do estado. Essas reflexões nos levam a considerações sobre memória, patrimônio, educação patrimonial, narrativas de cárcere e formas de preservação histórica que precisam ser constantemente discutidas nessa tessitura entre passado e presente, entre memória e história.





## REFERÊNCIAS

AGUIRRE, C. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940. In: MAIA, C. N.; SÁ NETO, F.; COSTA, M.; BRETAS, M. L. (Orgs.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco v.1, 2009. Pp. 38-39.

CLEROT P. (et al) **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. IPHAN, Brasília, 2014.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 40 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO (FUNDARPE), 2015. Processo de tombamento/Diretoria de Preservação Cultural - Fundarpe. Ordem n. 004. **Decreto n. 6.687/80. Resolução do Conselho de Cultura de Pernambuco** n. 1/80. Disponível em: <<http://www.nacaocultural.pe.gov.br/historia-da-casa-da-cultura-de-pernambuco/>>. Acesso em: maio, 2019.

HORTA, M. L. P. (et al.) **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Iphan — Museu Imperial, 1999.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas - SP, editora da UNICAMP, 1990.

MAIA, C. Nunes; S. N. F.; COSTA, M.; BRETAS, M. L. (Org.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

MARANHÃO, A. P. B.; AGUIAR, S. M. B. Introdução ao sistema prisional e a patrimonialização da casa de detenção do Recife: da tortura a cultura. In: **Museologia e Patrimônio**, v. 9, p. 79-91, 2016.

PERROT, M. **Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

SILVA, M. G.. **Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)**. 232 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.





## MUSEU VIVO DO NORDESTE<sup>294</sup>: UMA RIQUEZA CULTURAL NO FUNDO DO QUINTAL

Ms. Francinilda Rufino de Souza

[francinildarufinouepb@hotmail.com](mailto:francinildarufinouepb@hotmail.com)

**Resumo:** Ao se tomar consciência da importância de conhecer a cultura regional a partir do estilo de vida cotidiano de cada geração, não se pode deixar de inserir neste contexto o valor cultural de um museu, enquanto instrumento de preservação da memória histórica e por extensão do patrimônio cultural. Desta forma, objetiva-se neste artigo visualizar como o projeto Museu Vivo do Nordeste procurou despertar o interesse da comunidade em prol do conhecimento e da preservação das culturas nordestinas, bem como apresentar as formas como o museu se utiliza das peças para mostrar que os indivíduos no seu tempo histórico atuam na invenção dos seus cotidianos e como é possível conciliar espaços de preservação com atuações cotidianas de forma dinâmica e interativa. Devido ao vasto acervo com o qual o Museu Vivo do Nordeste conta não daria para fazer uma análise de cada peça individualmente. Desta forma, elegeu-se algumas peças para fazer algumas considerações, em razão de sua importância e significação para o projeto. Assim, a construção desse trabalho se deu por meio de uma pesquisa qualitativa que mesclou pesquisa bibliográfica e o acervo do Museu Vivo do Nordeste, tomando-o enquanto quadros sociais de memórias. Destaca-se ainda, que o projeto tem atuado como um *locus* que possibilita o conhecimento e o desenvolvimento de uma noção de pertencimento, rememoração e imaginação. Nessa perspectiva, o Museu Vivo do Nordeste traz uma proposta que propicia ao visitante uma dinâmica de compartilhamento de informações, ou seja, não se constitui apenas como espaço de admiração e contemplação de objetos, mas atua no sentido de fazer com que a população sinta que os bens culturais lá existentes fazem parte da sua vida, história, identidade e da sua própria construção enquanto cidadão. Portanto, o intuito desse trabalho foi ressaltar um espaço preocupado não só com a salvaguarda e valorização do nosso patrimônio regional e local, mas também como fonte educativa e de recursos didáticos para a prática docente visando promover o aprendizado por meio da interação dos educandos com o ambiente e assim proporcionar diversificação para as aulas de professores tanto os atuantes na universidade como os que trabalham nas escolas públicas.

<sup>294</sup> Museu Vivo do Nordeste - foi criado como Projeto de Extensão da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB em 2009 pelo Professor Adhoniran Ribeiro dos Santos, que transformou o quintal de sua casa em um espaço cheio de memória, rico em cultura e com um acervo histórico de mais de 600 peças. Em 2019 estar completando 10 (dez) anos de atuação e está integrado ao mapa do IBRAM e à Semana Nacional de Museus, desde 2013, oferecendo várias atividades para a comunidade, a exemplo do curso “Estética do Cangaço”, realizado pelo Mestre artesão Biagio Grisi.





**Palavras – chave:** Museu Vivo do Nordeste, patrimônio cultural, quadros de memória.

## Introdução

Museu vivo do nordeste  
Projeto ainda muito recente  
Que conta com a garra de um professor muito valente  
Aos poucos ganha asa para divulgar a cultura da gente<sup>295</sup>.

Ao se tomar consciência da importância de conhecer a cultura regional a partir do estilo de vida cotidiano de cada geração, não se pode deixar de inserir neste contexto o valor cultural de um museu, enquanto instrumento de preservação da memória histórica e por extensão do patrimônio cultural. Neste sentido, reveste-se de importância à manutenção de identidades que garantam as pessoas à referência do seu lugar, o passado e suas práticas culturais, repassadas de geração em geração, as formas de fazer, assim como toda materialidade.

Desta forma, objetiva-se neste artigo visualizar como o projeto Museu Vivo do Nordeste nos seus dez anos de atuação vem despertando o interesse da comunidade em prol do conhecimento e da preservação das culturas nordestinas, bem como apresentar as formas como o museu se utiliza das peças para mostrar que os indivíduos no seu tempo histórico atuam na invenção dos seus cotidianos e como é possível conciliar espaços de preservação com atuações cotidianas de forma dinâmica e interativa.

Devido ao vasto acervo com o qual o Museu Vivo do Nordeste conta não daria para fazer uma análise de cada peça individualmente. Desta forma, elegeu-se algumas peças para se fazer algumas considerações, em razão de sua importância e significação para o projeto e para o processo de rememoração. Com isso, buscar-se-á desenvolver um trabalho não apenas marcado por leituras objetivas e técnicas, mas por construções no qual o aspecto hermenêutico fundante seja o conhecimento, os sentimentos, as perpetuações, memórias e lembranças. E assim, todos juntos entrelaçam os fios que liga

---

<sup>295</sup> Versos de autoria própria.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

uma coletividade a uma mesma realidade, a uma mesma tradição e a um mesmo lugar social. Portanto, a construção desse trabalho se deu por meio de uma pesquisa qualitativa que mesclou pesquisa bibliográfica e o acervo do Museu Vivo do Nordeste, tomando-o enquanto quadros sociais de memórias.

Halbawchs (2006) afirma que existe uma criação constante de lugares de memória, são os chamados *quadros sociais da memória*. Para o autor os indivíduos desenvolvem mecanismos que os remetam futuramente a algum momento vivido no passado, que podem estar tanto ligados a pessoas como a objetos. As lembranças possibilitam aos indivíduos se perceberem vivendo em coletividade, pois:

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Partindo dessa concepção pode-se observar que a capacidade de reter informações e de guardar fatos que foram marcantes acaba por constituir-se a memória e essa é rememorada a partir de eventos do momento presente que instiga e reaquece as teias de fios que foram congeladas, adormecidas a serem reativadas, revividas. Ressalta-se, contudo, que nesse processo: "[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes". (HALBAWCHS, p. 69, 2006). Assim, para circular por esses fios a vida das lembranças, faz-se essencial o uso de dois fatores: os quadros de referências e as memórias dos outros a partir de dados ou de noções comuns que façam parte tanto do espírito individual como também do coletivo.

Nessa perspectiva, o Museu Vivo do Nordeste traz uma proposta que propicia ao visitante uma dinâmica de compartilhamento de informações, ou seja, não se constitui apenas como espaço de admiração e contemplação de objetos, mas atua no





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

sentido de fazer com que a população sinta que os bens culturais lá existentes fazem parte da sua vida, história, identidade e da sua própria construção enquanto cidadão. O espaço que hoje leva o nome de *Museu Vivo do Nordeste*<sup>296</sup> nasceu já com o intuito de ser um espaço dinâmico, como destaca o professor Adhonoran Ribeiro:

[...] surgiu aqui mesmo no quintal da minha casa, nós sempre gostamos de fazer reuniões musicais aqui e a partir dessas reuniões aqui na varanda, a gente aproveitando esse espaço assim, parecido com um espaço de um sítio a gente passou a decorar como é artefatos típicos do semiárido tanto artefatos vinculados a arte quanto como também artefatos vinculados ao cotidiano né o fazer nordestino e os visitantes começaram a fazer doações cada um tinha uma peça em casa ia trazendo vinha tomar umas cachaças aí, dizia ô eu tenho um ferro em casa, um ferro de brasa vou trazer, aí chegou tanta coisa que o pessoal começou a chamar de museu e eu levei a sério, aí transformei num projeto de extensão e levei lá pro departamento da da universidade estadual onde eu trabalho, foi aprovado e a partir disso a gente passou a trabalhar de uma maneira mais sistemática, mais organizada, mas mantendo essa característica de museu vivo com um fogão a lenha funcionando né, com mesa, com espaço pra pessoas escutarem música, tocarem, dançarem, enfim aqui é um museu com vida literalmente (ADONHIRAN, 2012).

Nesta perspectiva, o espaço do museu foi sendo montado com o intuito de apresentar aos visitantes uma ideia representativa de como eram os móveis e objetos do uso cotidiano dos nordestinos. E assim, proporcionar um diálogo entre os fios de memória de um tempo passado com a identificação de uma cultura histórica, simbólica e significativa para os sujeitos, por meio de memórias, reflexões e lembranças subjetivas e sociais.

Para essa finalidade, a coleção do Museu Vivo do Nordeste que começou a mais ou menos uns 20 (vinte) anos, já conta atualmente com um acervo de mais de 500 peças catalogadas. Algumas ganham destaque pela idade que possuem, a exemplo, do pote de barro e do pilão de madeira também chamado de base de vulcão que são

<sup>296</sup> Bairro de Bodocongó/ Lugar de inspiração/ Nos é um exemplo vivo de espaço de modificação/ Neste espaço se localiza nosso museu em questão/ Originário de uma paixão de um professor piradão. Quem ainda não conhece, venha logo conhecer/ E não tenha receio com medo de se perder/ Pois é só acessar o blog para o mapa logo ver.

Localizado à rua: Manoel Joaquim Ribeiro/ Lá mora o professor de nome Adonhiram Ribeiro/ Que faz o cabra amufiado logo quebrar o gelo/ Com um dos seus causos do nordeste brasileiro.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

exibidas com orgulho. A junção dessa riqueza de artefatos se deve a doações de “heranças” de parentes mais velhos, de amigos e também por meio da compra pelo próprio professor de peças como o banco de seleiro para fazer a composição do espaço.

O museu dispõe de diversas peças como: descaroçadeira de algodão, debulhadeira de milho, tear, panelas de barro e metal, oratório, moinho, pilões, prensa de farinha, ferros de brasa, selas, pesos, balanças, máquinas de costuras, petisqueira, barril de cachaça, gamelas, colheres de pau, conchas, tábuas de carne, jogo de condimentos, mesa, cadeiras, rádio, bordado sagrado, cruz de madeira, rifle cruzeta, máquina de fotografia lambe-lambe, baú de couro e de madeira com ferro, ancoretta, pedra mó – também conhecida como “mós”- moinho de pedra onde a moagem é realizada através da alta fricção entre os grãos, além de muitas outras peças que se misturam a vegetação natural típica da Caatinga.

Em meio a tudo isso, está um fogão de lenha (foto: 1), que é aceso em ocasiões especiais para a apreciação da culinária regional, bem como para ressaltar a especificidade de “vivo” e interativo que o museu busca efetivar. O fogão a lenha, se constitui um dos utensílios doméstico popular mais importante, principalmente no meio rural, onde apesar de haver muitas residências que já contam com o fogão a gás, o mesmo continua tendo lugar de destaque na hora do preparo das comidas.



**Foto 1:** encerramento do evento dos cursos de extensão sobre cordel e xilogravura – com destaque para o professor adonhiran mexendo a panela de feijoada no fogão a lenha.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Esse utensílio reúne em torno de si os saberes ligados ao saber fazer nos modos de preparo das comidas típicas que envolvem também as memórias afetivas. Pois, no seu preparo são envolvidos e cotidianamente ressignificados “conhecimentos acumulados durante gerações e gerações, relativos ao uso dos ingredientes variados, de vasilhames apropriados, de equipamentos de preparação, de fogões e até ao modo de obtenção da energia térmica” (LEMOS, 2004, p.13). Assim, o fogão a lenha também conhecido como fogão no chão ou fogão de barro em alguns lugares interioranos do alto sertão paraibano se torna um “monumento” de memorização de fatos passados e presentes, principalmente ligados ao quadro familiar, o mesmo evoca lembranças relacionadas às emoções e experiências vividas ou vivenciadas.

Por sua vez, o Pilão (foto: 2) que pela quantidade e variedade de modelos encontrados no museu se tornou símbolo do projeto, sendo eternizado em uma xilogravura confeccionada por Emídio Medeiros. Esse instrumento possui grande utilidade na cultura nordestina, seja para descascar ou fazer massa de arroz para a produção de mingau, para quebrar o milho para fazer o mungunzá, o colorau, o café, etc. e pela quantidade e variedade existente no espaço.



**Foto 2:** Pilões

Acervo do museu (fotografia: Flávia Mentor de Araújo)





O primeiro pilão que se encontra localizado a esquerda da foto se chama **“base de vulcão”** e veio do município de Gurjão-PB e pelos cálculos da família o mesmo já possui mais de 260 anos e sua mão que como pode ser vista está em um estágio avançado de deteriorização não é mais a original, constitui-se como a segunda feita em substituição a primeira. Dentre os outros vamos ter pilão deitado de uma boca e pilão deitado com bocas invertidas.

A confecção do pilão como utensílio remonta sua origem a época do Brasil colônia. A peça é feita com troncos de madeiras duras a exemplo da maçaranduba, peroba, aroeira, pau-ferro e o limoeiro, no qual se utilizava a técnica do fogo, ou seja, colocava-se uma brasa no centro do tronco e ia escavando até atingir o formato desejado e sua haste chamada de mão de pilão ou mão de pisar feito também com um pedaço dessas madeiras (VAINSENER, 2010).

Câmara Cascudo (1954) (*apud* VAINSENER, 2010): “ressalta que o pilão é uma espécie de graal ou almofariz, de madeira rija, como a sucupira, com uma ou duas bocas, e tamanhos vários, desde os pequenos, para pisar temperos, até os grandes, para descascar e triturar o milho, café, arroz, etc.”. Essa variedade de tamanhos, formatos e utilidades citados por Câmara Cascudo em 1954 pode ser observada no espaço do Museu Vivo do Nordeste variando dos pequenos usados para pisar condimentos como pimenta, cominho e alho e os maiores para pisar grãos maiores, a exemplo do milho e do arroz da terra – também chamado de arroz vermelho.

Outra peça imortalizada nas lembranças dos nordestinos é o oratório (foto: 3). Os oratórios tornaram-se peças obrigatórias nas residências familiares a partir do século XIX, este artefato ocupava lugar de destaque nas casas, dentro deles eram colocadas imagens de vários santos, terços, e objetos sagrados. Na foto abaixo se observa a imagem de um oratório simples e dentro dele se encontra duas imagens: à esquerda a de São Francisco e a direita a de Nossa senhora, imagem sagrada e indispensável nos oratórios familiares uma vez que é tida como a mãe protetora e acolhedora dos seus filhos aflitos. Dessa forma, pelo seu caráter a longo prazo e suas evoluções lentas no





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

que se refere a hábitos e a visão de mundo, os elementos sagrados se constituem artefatos importantes como fonte e espaço de memória.



**Foto 3:** Oratório com a imagem de São Francisco e Nossa Senhora.

Acervo do museu (fotografia: Elécio)

O oratório é uma peça que apesar de ser geralmente talhada em madeira, sua magnificência aumentava conforme o grau de riqueza da família que o encomendava. Nesta peça em particular é possível visualizar que houve todo um trabalho de pintura dentro e fora do mesmo. Essa peça em suas dimensões permite se ter uma ideia de como as devoções populares vão ao longo do tempo se conservando, mas também se reinventando e transformando seus elementos culturais característicos, pois:

A religião popular que se pode propor como objeto de estudo, não é uma realidade imóvel e residual, cujo núcleo seria uma “outra religião” vinda do paganismo e conservada pelo mundo rural: pelo menos não exclusivamente. Ela inclui todas as formas de assimilação ou de contaminação e, sobretudo, a leitura popular do cristianismo pós-tridentino, como também as formas de criatividade especificamente populares (VOVELLE *apud* SOUZA, 2012, p.





05).

Para além dessa característica transformativa e adaptativa da religião popular, o interesse em se querer ter um oratório em casa está ligado ao desejo de ter em casa sua própria capela na qual os familiares poderiam ajoelhar-se diante do santo protetor numa relação mais íntima com os mesmos e com Deus. Se observa, portanto, que a religiosidade popular “é um campo impregnado culturalmente, que emerge de um grupo social apresentando traços culturais diferentes, como também em alguns aspectos lineares a uma doutrina cristã ortodoxa e tradicional” (MARTINS; LEITE, 2006, p. 108) que particularmente, no Nordeste seguiu uma matriz ligada à família, seja por parte da mulher que reza pedindo a proteção e união para os entes familiares, seja pelo homem que roga a Deus em suas orações para que o inverno seja bom e que a seca seja breve.

Outro elemento forte no processo de rememoração é a comida e tendo sido a farinha a base alimentar dos sertanejos em tempos difíceis, as peças ligadas a produção dessa alimentação tem grande valor cultural e emotivo. O preparo da farinha de mandioca por meio da prensa de farinha (foto: 4) também se constitui como elemento intangível do patrimônio cultural no que se refere “ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber fazer” (LEMOS, 2004, p.09).



**Foto 4:** Prensa de Farinha





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Essa peça que se encontra instalada no quintal da casa onde está localizado o museu, veio através de Ismael que é pedreiro, sertanejo e consultor do museu, sua instalação só foi feita no início do ano de 2012, após muitas consultorias e estudos sobre a montagem da peça. Como pode ser observada na foto a prensa é composta de uma estrutura na qual no meio se encontra o parafuso responsável por prensar a massa de mandioca, essa prensagem era para enxugar a mandioca ralada tirando assim sua água.

Diante dessa pequena exposição, buscou-se demonstrar a riqueza que pode ser descoberta por meios das peças expostas no museu, visualizando que da mesma forma que o espaço de uma varanda foi transformado para se adequar as exigências requeridas para um museu, preservando sua característica primordial, ou seja, de espaço “vivo”, as práticas culturais que são representadas por meio do acervo também desenvolvem a mesma capacidade.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que foi observado durante a realização dos trabalhos enquanto voluntária e bolsista no projeto de extensão Museu Vivo do Nordeste, é que a criação e o desenvolvimento do mesmo têm trazido inúmeras contribuições para o conhecimento e valorização da cultural regional e local, bem como tem oferecido um espaço para trocas de experiências e para inspiração pedagógicas e artísticas.

Pelo seu valor histórico e cultural o museu acabou sendo inserido no roteiro de aulas de algumas disciplinas da universidade, de escolas públicas, bem como integrar-se na vida cultural da população da comunidade do entorno. A rápida aceitação se deve ao fato do projeto ter optado pela linguagem do “ver” e do “sentir” que permite aos seus visitantes estabelecer relações inteiramente novas com objetos que lhes são familiares no seu cotidiano ou mesmo relações inimagináveis para aqueles que desconheciam a





riqueza das peças presentes no dia-a-dia da cultura nordestina.

Portanto, o projeto tem exercido sua finalidade educativa por meio de visitas guiadas com alunos e professores, entrevistas, consultorias para estudantes que pesquisam sobre a temática da cultura nordestina e cursos de extensão tendo por objetivo tornar o museu mais aberto à comunidade, desenvolvendo um trabalho dinâmico, educativo e se constituindo como fonte de recursos didáticos para a prática docente, visando contribuir para a diversificação de aulas de professores tanto os atuantes na universidade como os que trabalham nas escolas públicas.

## REFERÊNCIAS

FERREIRA, Núbia S. de A. Um museu vivo, chamado Sacaca. In: **MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia**, n. 3, 2007. RJ: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2004. Disponível: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/01/Musas3.pdf>. Acessado: 28/09/12.

HALBAWCHS, Maurice. Memória individual e memória coletiva. In: \_\_\_\_\_. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sindou. São Paulo: Centauro, 2006. p. 29-70.

MARTINS, Clerton; LEITE, Liliana. Cultura, religiosidade popular e romarias: expressões do patrimônio imaterial. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar**. São Paulo: Roca, 2006.

PEIXOTO, P. **Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades**. Artigo, 2003. Disponível: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8511.pdf>. Acessado: 10/09/12.

SANTOS, A. R. Adonhiran R. dos Santos [entrevista, 24 de novembro de 2012]. Entrevistadora: Francinilda R. de Souza. Campina Grande: Museu Vivo do Nordeste, 2012.

SOUZA, Wilma S. de S. **Relação entre o catolicismo oficial e a religiosidade popular: um estudo sobre práticas de cura na igreja do anjo São Gabriel em Dom Macedo Costa – BA**. Disponível em: [http://anpuhba.org/wp-content/uploads/2012/09/Wilma\\_Santos\\_de\\_Santana\\_Souza.pdf](http://anpuhba.org/wp-content/uploads/2012/09/Wilma_Santos_de_Santana_Souza.pdf). Acessado em: 30/10/12.

VAINSENCER, Semira A. *Pilão e Monjolo*. **Pesquisa Escolar On-Line**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível: <http://www.fundaj.gov.br>. Acesso em: 10/07/12.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## PÔSTER

# **ITABAIANA: UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DA CARÊNCIA DE CONSCIENTIZAÇÃO PATRIMONIAL COMO AMEAÇA À MEMÓRIA EDIFICADA**

Charles Andrade Pereira

Nycole De Araujo Régis

Universidade Federal De Campina Grande - UFCG

[eucharlesandrade@gmail.com](mailto:eucharlesandrade@gmail.com) | [nycoleregis@gmail.com](mailto:nycoleregis@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

Reconhecida como Vila por volta de 1804, a cidade de Itabaiana está localizada no agreste do estado da Paraíba, rica em memória e importância com seus exemplares arquitetônicos que se expressam de forma notória nas suas ruas, praças e edifícios. Desde, 2007 o seu centro histórico está em processo de tombamento pelo IPHAEP, que reflete um importante marco para salvaguardar o patrimônio e a memória coletiva, do lugar que, como afirma Max Dvorak (1910), o monumento, ou patrimônio edificado, é “tradução viva de nossa vida espiritual”, e Itabaiana com seu acervo arquitetônico que vai desde o ecletismo que data do século XIX as duas décadas do século XX, as arquiteturas modernistas dos anos 30, 60 e 70, testemunha o avanço da cidade de acordo com a modernização da época. Como afirma a teórica Françoise Choay (1992) “ao longo dos anos, os estilos também coexistiram, justapostos e articulados, numa mesma cidade ou num mesmo edifício”, a cidade também com sua pluralidade de estilos, reflete essa multiplicidade. O patrimônio, seja ele material ou





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

imaterial, requer proteção, estudos e sobretudo conscientização patrimonial da população local, para buscar medidas cabíveis na preservação da sua identidade e memória, salvaguardando a sua história. Apesar das potencialidades da cidade, o reflexo do patrimônio na atualidade nos mostra um paradigma que emerge entre o descaso do poder público e as modificações do tempo nos prédios antigos que vão desde reformas dos proprietários causando a descaracterização da obra (o uso da cerâmica como maior problema da descaracterização das fachadas) ou até mesmo a demolição total do bem tombado, destruindo e banalizando nossa história de forma agressiva e progressiva.

#### DOCUMENTAÇÃO IN LOCO

As primeiras experiências surgiram a partir de visitas in loco para se compreender os diversos estilos arquitetônicos e diante disso testemunhar o processo de preservação do centro histórico da cidade de Itabaiana, nos primeiros momentos da visita percebeu-se a predação e má conservação do patrimônio histórico e edificado com reformas, demolições e principalmente o uso da cerâmica nas fachadas das casas.

Posteriormente a partir das observações e visitas in loco, foi identificado materiais que estavam em maior incidência de caracterizantes do patrimônio histórico da cidade e por conclusivo foi o revestimento que mais possuía exemplares ao longo da cidade como forma de descaracterização do patrimônio construído a partir das reformas ao longo do tempo. A partir dos estudos dessas modificações e análises foi possível identificar três padrões comuns desse processo de maior recorrência na descaracterização das fachadas e depredação do patrimônio edificado (é importante frisar que o levantamento é mediante apenas as fachadas das edificações), como: uso parcial nas edificações com a cerâmica em pequenos elementos, preservando em quase sua totalidade o estilo arquitetônico da fachada em questão; também o uso classificado como médio, com metade da fachada descaracterizada resultando num grau de modificação do estilo arquitetônico não era mais visivelmente bem sinalizado, chegando em alguns casos a não se fazer mais presente; por fim, o mais agudo grau de





modificação presenciado na visita in loco, foi o uso total da cerâmica descaracterizando todo o patrimônio edificado, desfigurando seu estilo arquitetônico e refletindo um problema grave na preservação do centro histórico tombado.

### PERCEPÇÕES AO ESPAÇO CONSTRUÍDO

A partir da formulação de uma análise acerca da cidade de Itabaiana, bem como as já mencionadas visitas a campo, foram levantadas algumas observações relacionadas às informações obtidas. Pôde-se perceber que a cidade abriga uma vasta pluralidade arquitetônica e é possuidora de grande potencial histórico, artístico e cultural. Inspiração para artistas como Sivuca, José Lins do Rêgo, Jessier Quirino, dentre outros, a cidade emana uma cultura puramente interiorana do sertão paraibano. Infelizmente, as virtudes que esta possui não são refletidas na questão de conservação da cidade e de seu patrimônio. Durante as visitas, a cidade emanava vitalidade e pertencimento, as pessoas usufruem das ruas e calçadas, e o comércio vigorava. Porém, o contraste se dava ao observar-se as edificações do entorno. Cidade de evidente valor histórico, o patrimônio edificado se encontra ameaçado pelo descaso populacional e de gestão. As mudanças sofridas pelas relações sociais, acarretadas pela terceira revolução industrial, desencadearam diferentes comportamentos e equipamentos compatíveis a estes. O triângulo ferroviário que antigamente era impulsionador de fluxos e encontros na cidade, hoje encontra-se desativado e ruído, e tudo que este movimentava concomitantemente obteve o mesmo destino. Ao se observar as ruas da cidade, é notória a presença gritante de modificações no patrimônio, que descaracterizam seu estilo original e desconversam com seu entorno.

Dois comportamentos mais evidentes durante as análises, foram as reformas comerciais, dando ênfase à presença parasitária de placas que tomam parte das fachadas, e as reformas residenciais majoritariamente tomadas pelo uso do revestimento cerâmico. Tais reformas, felizmente, em boa parte são facilmente reversíveis e tratáveis.

Dando ênfase às reformas residenciais, há-se uma notoriedade na presença das cerâmicas nas reformas observadas. Pode-se atrelar o acontecimento de





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

tais reformas a diferentes fatores, que somados, geraram essa grande quantidade de descaracterização do patrimônio edificado.

Primeiramente, os fatores biológicos e climáticos, influenciam a presença de umidade de forma mais facilitada das edificações do tipo geminadas, visto que, há uma menor quantidade de aberturas que poderiam permitir a troca de ar por meio da ventilação, e uma maior incidência de luz no local. Por isso, a escassez de iluminação solar, atrelada a umidade que a edificação tende a gerar, traz uma série de patologias, como bolor, mofo, musgo, que motivam uma manutenção constante na edificações. A aplicação da cerâmica nestas, pelos proprietários, seria uma alternativa de diminuir a necessidade de constantes reparos, já que este material tem uma maior facilidade de higienização e maior durabilidade, quando comparado às pinturas tradicionais.

Ademais, as modificações utilizando cerâmica, indicam a preocupação dos moradores com a manutenção da construção, tendo em vista que a cerâmica é um elemento de fácil limpeza e durabilidade, porém é um material destoante dos estilos arquitetônicos que foram utilizados, comprometendo assim a integridade das edificações. Outro fator que pode ter motivado tais reformas, seria por questões puramente estéticas, culturais, onde a cerâmica é sinônimo de limpeza e posse, além de ser um material de fácil acesso e aquisição.

Por fim, além dos fatores citados, o visto como mais crucial, seria a deficiência de uma educação patrimonial no local, o que geraria uma série de comportamentos incoerentes por ausência de informação e interesse por parte da população, que poderiam ser contornados com um melhor acompanhamento e instrução para com os moradores, deficiência essa intensificada pela ausência de um impulsionamento dos órgãos gestores quanto ao tratamento patrimonial. Afinal, como afirmado pela teórica Françoise Choay (1992): “o patrimônio é um bem destinado ao usufruto da uma comunidade”, temos a consciência então que os agentes mais afetados e endereçados ao ser tratamento são os próprios habitantes.

### CONCLUSÕES





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Como resume perfeitamente Max Dvorak (1910) sobre os perigos que circundam o patrimônio edificado, eles são originados “na ignorância e na negligência; na cobiça e na fraude; nas ideias equivocadas a respeito do progresso e das demandas do presente; na busca descabida de embelezamento e renovação, na falta de uma educação estética, ou numa educação estética equivocada”, não seria diferente o observado em pesquisa

O que se analisa-se com o comportamento da população itabaianense, é a tentativa de se manter nas edificações, mas a dificuldade do manuseio de sua preservação e da adaptação aos novos costumes. A cidade carece de uma maior atenção à educação patrimonial, de forma que, se possa estabelecer uma preparação de instrução aos cidadãos para lidarem melhor com o patrimônio, sem que estes sofram descaracterizações mais agressivas. Diante dessa situação, se faz necessário uma maior fiscalização, ao passo que se é necessário promover um incentivo a conscientização patrimonial nas escolas e de modo geral aos habitantes.

De forma paralela à necessidade de conscientização, vê-se a necessidade de uma gestão coletiva, de parte governamental, de modo que se possa viabilizar a atuação de uma maior valorização e preservação do patrimônio Itabaianense. Ademais, é de fundamental importância de parcerias entre as prefeituras e escolas públicas para haver uma maior conscientização ao que diz respeito ao patrimônio edificado, pois, a criança na sua fase de construção do caráter e postura crítica mediante a sociedade irá construir um novo olhar e uma sensação de orgulho criando fortes laços identitários para ser mais uma chave importante nesse processo de salvaguardar o patrimônio.

#### REFERÊNCIAS

BRANDI, Cesare. Teoria da Restauração. [S. l.: s. n.], 1963.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. [S. l.: s. n.], 1992.

DVORAK, Max. Catecismo da Preservação de Monumentos. [S. l.: s. n.], 1910.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

OCTÁVIO, José. História da Paraíba. [S. l.: s. n.], 1997.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **PATRIMÔNIO E IDENTIDADE: A CONSERVAÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE DE GOIANA-PE ATRAVÉS DO MEMORIALISTA LUÍS GOMES**

Matheus Henrique da Silva Alcântara<sup>297</sup>

Vitória Olimpia Albertini Gondim<sup>298</sup>

### RESUMO:

O presente trabalho tem como proposta apresentar os resultados preliminares da pesquisa, “*Passado é Patrimônio: Um estudo sobre a conservação do patrimônio histórico da cidade de Goiana-PE*”. Objetivando analisar o papel desempenhado por memorialistas na conservação do patrimônio histórico da localidade, com ênfase em uma nova abordagem que permita ao cidadão contribuir como fonte histórica, tendo como eixo central sua perspectiva sobre a identidade local, e como ela é interpretada pela historiografia. Havendo raros estudos que ajudem na construção do aporte interpretativo conciso sobre a influência dos memorialistas na construção narrativa da histórica local, optamos pelo uso da metodologia da história oral, e das recentes pesquisas que envolvem a memória social através da oralidade, realizamos entrevistas com os familiares e colegas do memorialista Sr. Luís Gomes, que possui um importante acervo de itens de valor histórico e religioso, que foram coletados e armazenados em sua residência como um museu pessoal sobre a cidade de Goiana. Após o seu falecimento, seu acervo foi legado a seus herdeiros que inviabilizaram a exposição do mesmo, pelas dificuldades enfrentadas pela falta de verba e manutenção. A análise tornou necessária a compreensão da história social e da memória, tendo como referência teórica as contribuições de estudos de Michel de Certeau, Jacques le Goff, João Jorge de Martini Moraes e Viviane Pedroso Domingues.

---

<sup>297</sup> Estudante de graduação do curso de licenciatura em História da Universidade Federal de Campina Grande, e integrante do Programa de Educação Tutorial (PET) de História. E-mail: henriqueminerao2015@gmail.com.

<sup>298</sup> Estudante de graduação do curso de licenciatura em História da Universidade Federal de Campina Grande, e pesquisadora da linha de patrimônio do Laboratório de História-UFCG. E-mail: vitoriagondim2@gmail.com.





PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio; Memorialista; Goiana-PE.

## INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado é parte dos resultados obtidos na pesquisa, *“Passado é Patrimônio: Um estudo sobre a conservação do patrimônio histórico da cidade de Goiana-PE”*, cujos objetivos são: 1) analisar a atuação dos memorialistas na preservação histórica e patrimonial; 2) análise do memorialista como possível fonte histórica; 3) colaborar para construção da história da cidade de Goiana-PE, demonstrando a importância do seu patrimônio histórico e cultural, passando pela atuação dos memorialistas municipais, especialmente sobre a atuação do Sr. Luís Gomes.

O município de Goiana se localiza no Estado de Pernambuco, na região Nordeste do país, seu centro histórico foi declarado Patrimônio Histórico e Cultural Nacional ainda em 1938. Por abrigar diversos monumentos tombados, entre eles a Paróquia Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos, a Paróquia Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos e o Convento de Santo Alberto, o que aponta uma riqueza arquitetônica da era colonial e imperial preservada. Contudo, a análise dos estudos historiográficos aponta o uso de fontes tradicionais de escrita da história (livros de tomo, relatos de viajantes, documentos oficiais, etc), ignorando a questão de como a comunidade assimila e interpreta esse passado em seu cotidiano.

Assim sendo, procuramos abordar novas fontes historiográficas para a construção da memória local, neste caso os memorialistas. Figuras estas que abraçam a história, seja familiar ou coletiva, como “guardiões do passado”, fazendo uso dos mais diversos meios (relatos em diários de suas experiências, objetos de valor histórico, livros e museus particulares). Propomos analisar o discurso individual, bem como os acervos de peças históricas e museus mantidos por muitos deles, como parte de um





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

olhar sobre a história da comunidade. Diante da escassez bibliográfica que possibilite aos pesquisadores compreender, analisar e utilizar os memorialistas no meio acadêmico, consideramos problematizar a questão, uma vez que ao nos debruçarmos sobre estas fontes, especialmente sobre os relatos orais, nos deparamos com uma estrutura de pensamento parcial e ambígua. Para a compreensão da história cultural e social utilizaremos os estudos de Michel de Certeau, e para a análise da história oral, Jacques Le Goff, por fim, utilizaremos João Jorge de Martini Moraes e Viviane Pedroso Domingues para debater o conceito e a função dos memorialistas.

#### METODOLOGIA

A proposta geral deste trabalho é analisar o papel desempenhado por memorialistas na conservação do patrimônio histórico da localidade, tendo como ênfase a transformação do cidadão em fonte histórica sobre a comunidade. Neste artigo optamos por expor as ações do Sr. Luís Gomes na conservação de obras, utensílios e objetos pertinentes ao passado colonial e imperial da cidade de Goiana-PE, construindo um extenso acervo pessoal, que infelizmente hoje não se encontra aberto a visitação devido ao falecimento do proprietário e da falta de verbas para a manutenção da exposição. Deste modo, utilizaremos entrevistas coletadas entre os herdeiros e pessoas próximas ao memorialista, bem como realizaremos as transcrições das ditas entrevistas, objetivando a construção de uma fonte documental oral, seguindo os procedimentos metodológicos que envolvem a História Oral.

Conjuntamente foram realizadas visitas ao acervo, com permissão dos atuais proprietários, onde tivemos contato com os objetos para atestar e comprovar a sua importância histórica, o que proporcionou uma compreensão mais apurada das atividades do Sr. Luís Gomes e das falas dos entrevistados. Portanto, nossa pesquisa objetiva a apresentação dos memorialistas como uma fonte histórica sobre as comunidades, neste caso sobre o município de Goiana (Estado de Pernambuco), através das lembranças das pessoas que conviveram e que participaram na construção do acervo, e que por meio dos arquivos audiovisuais e pesquisas científicas adentram no meio acadêmico. Para tanto, se fez necessário o uso e análise das entrevistas coletadas





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

por meio da História Oral e patrimônio, tendo como referência teórica, os estudos de Michel de Certeau, Jacques Le Goff, João Jorge de Martini Moraes e Viviane Pedroso Domingues.

#### RETALHOS DA MEMÓRIA: OS MEMORIALISTAS COMO FONTE HISTÓRICA

Os memorialistas atuam na conservação e na escrita do passado de sua comunidade, geralmente constituindo acervos de objetos com valor histórico e textos, utilizando diversas fontes, entre elas a experiência de vida e a tradição oral, bem como alguns são fundamentados muitas vezes em extensas pesquisas em acervos, embora muitos não divulguem quais os acervos pesquisados. Deste modo, sua escrita sobre a história produz uma memória local e coletiva aliada ao enaltecimento pessoal, seja o seu próprio ou de um grupo em particular, unindo deste modo uma visão coletiva e pessoal. Geralmente não utilizando as regras teórico-metodológicas estabelecidas no ambiente acadêmico, o que alimenta críticas pelos historiadores profissionais pela falta de análise das fontes e rigor metodológico (DOMINGUES, 2011). Esse pensamento é melhor trabalhado na obra de Michel de Certeau, *História e Psicanálise* (2011), onde o autor afirma “*que saberes são instituídos como necessários para se dedicar a escrita da história*”. Já segundo os museógrafos João Jorge de Martini Moraes e Rodrigo Touse Dias Lopes, o memorialista pode ser definido como:

Quanto a questão primordial deste trabalho – o ofício do memorialista como um dos vários agentes de preservação de um passado materializado em um patrimônio cultural, é inevitável e imprescindível que a atenção seja voltada as muitas nuances do trabalho desse profissional, no sentido de se compreender como se encaixa no atual contexto sociocultural. E, tendo essa proposição como pedra angular, deve-se, portanto, buscar compreender primeiramente o que é preservar. (2016,p. 59)

A vista disso, procurando apresentar o memorialista como uma fonte histórica para o estudo da cidade de Goiana-PE, neste caso em específico a figura do Sr. Luís Gomes, recentemente falecido, que se destacou entre os moradores da cidade pela





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

dedicação na preservação do patrimônio histórico municipal, bem como pela promoção cultural, participante da semana de belas artes, o estudioso assumiu a responsabilidade de administrar o Museu de Artes Sacras, e atuou na fundação do Instituto Histórico Geográfico de Goiana, sendo seu primeiro diretor. Conceituando-se também como artista plástico, na pintura e restauro de muitas imagens sacras, entre elas a imagem de Nossa Senhora da Saúde, do século XIX, que havia sido desfeita em 64 pedaços.



Figura 1: Cristal Bacarat do século XVIII, peça que integra o acervo do memorialista, fotografia retirada da entrevista a Revista AlgoMais.

Procurando resgatar a obra desse memorialista optamos por resgatar o seu passado por meio dos familiares e integrantes da comunidade, para construir, através da utilização da história oral e sua metodologia a representação individual ou coletiva acerca do passado. É neste momento que a história oral vai de encontro com a memória para desvelar o passado, o que afirma o historiador Jacques Le Goff “*o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento*” (LE GOFF, 1992, p. 426). Partindo para análise, entrevistamos o Sr. Luciano Vital Correia de Albertini, 68 anos, sobrinho do Sr. Luís Gomes, que comenta a atuação do memorialista:





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Então é como eu digo a atividade de Luís, além de pintor de óleo sobre tela, Luís Gomes era historiador, devo dizer, restaurador, e como eu posso dizer... um carnavalesco. Sempre gostou muito de carnaval, inclusive eu cheguei várias vezes a ajuda-lo na composição de alegorias para blocos e escolas de samba de carnaval. Luís Gomes era enfim... um multi-artista. De tudo ele sabia trabalhar, restaurava até papeis, trabalhava com tudo, inclusive era um colecionador de tudo, era um antiquarista. A casa dele era um museu de antiguidades. (23min15s – 23min40s)

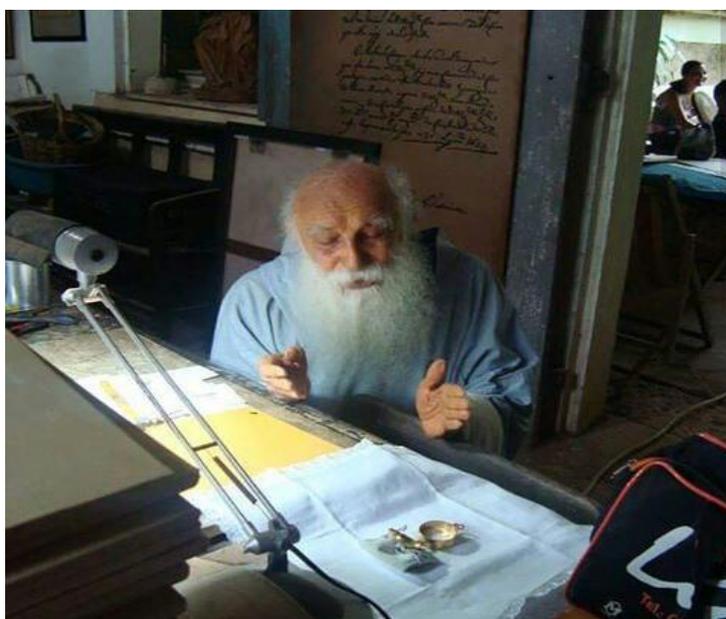


FOTO 2: O Sr. Luís Gomes em seu ateliê na cidade de Goiana-PE. Fotografia pertencente ao acervo pessoal da família.

O Sr. Luís Gomes sofreu influência direta da Igreja Católica ainda durante a infância, fato este que o influenciaria por toda a vida, e exemplificado pela coleção de imagens sacras dos séculos XVIII e XIX em seu acervo. No que diz respeito a sua atuação como “agente da preservação do passado”, estão as pinturas produzidas retratando os grandes eventos da história nacional brasileira, a restauração de peças de arte e imagens sacras seja para a Igreja ou para seu acervo pessoal, bem como de documentos eclesiásticos, em paralelo a isso havia as atividades culturais patrocinadas pelo estudioso, como os carnavais dos clubes e escolas de samba.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a história oral sendo utilizada para o resgate da memória, em conjunto com a história social, para interpretar a comunidade (Goiana-PE), aponta que o papel desempenhado pelo Sr. Luís Gomes na preservação do patrimônio histórico, seja material através do acervo de peças mantido durante longos anos pelo memorialista, ou pela escrita da história local, tem como resultado a construção de uma “visão” interpretativa sobre o passado, passível de ser estudada pelos historiadores profissionais. Esta fonte, embora eivada de particularidades e devendo ser analisada criticamente (principalmente seus discursos que advém de um lugar social de fala), oferece “uma história” pelo olhar daqueles que enxergam a importância do passado para sua comunidade. Logicamente cabe ao historiador se apropriar devidamente fonte, que possui raros e rasos estudos teórico-metológicos.

## REFERÊNCIAS:

CERTAU, Michel de. *História de Psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

DOMINGUES, Viviane Pedroso. *Especificando a validade do estudo sobre memorialistas através do uso da teoria da consciência histórica*. Publicado nos Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, junho de 2011. Disponível no site: < [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300879525\\_AR-QUIVO\\_textoanpuh.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300879525_AR-QUIVO_textoanpuh.pdf) >. Acesso: setembro de 2019.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. *Exercendo um ofício: entrevista com o historiador Jacques Rivel*. *História Oral*, 2002, vol. 5, nº5, p. 185-200, jun.; 2002.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 2ª Ed. São Paulo. UNICAMP, 1992.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

MORAES, João Jorge de Martini; LOPES, Rodrigo Touse Dias. *O papel dos memorialistas na conservação do patrimônio cultural no interior do estado de São Paulo*. Revista Linguagem Acadêmica, v. 6, nº 3; p. 55-68. Batatais-SP: Rede Claretiano de Educação, jul./dez. 2016. Disponível no site: < <https://intranet.redeclaretiano.edu.br/download?caminho=/upload/cms/revista/sumarios/506.pdf&arquivo=sumario3.pdf>. >. Acesso: setembro de 2019.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **A LITERATURA DE CORDEL DE AUTORIA FEMININA COMO MEIO PARA CONSOLIDAÇÃO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL TRANSFORMADORA: ENTRAVES E POSSIBILIDADES PARA O ENSINO**

Beatriz Macedo de Souza<sup>299</sup>

UFCG

macedobeatriz16@gmail.com

Anderson Ramon Milanez da Silva<sup>300</sup>

UFCG

ramonanderson766@gmail.com

Juciene Ricarte Apolinário (orientadora)<sup>301</sup>

UFCG

apolinarioju18@gmail.com

### **INTRODUÇÃO**

Após o estudo das narrativas que circundam a literatura de cordel, e das relações de poder que regem tanto campo oral como do campo editorial do cordel nordestino, constatamos que na maioria das vezes, estes espaços são hegemonicamente masculinos, e que a mulher nunca teve o seu espaço de voz neste âmbito literário, tendo em vista que “a figura da mulher é utilizada para indicar o melhor comportamento a ser seguido, a partir de folhetos que contêm exemplos para admoestar àquelas que fugissem aos padrões socialmente impostos” (MELO, 2018, p. 165). O machismo estrutural fez com que as mulheres para publicarem seus escritos tinham que criar pseudônimos masculinos, pois assumindo uma identidade masculina não seria vista com maus olhos pela sociedade, pois como apontado as representações da mulher na literatura de cordel era de santas e virgens.

---

<sup>299</sup> Estudante de Graduação em Letras-Língua Portuguesa e bolsista PET/SESU, UFCG, Campina Grande-PB.

<sup>300</sup> Estudante de Graduação em Letras-Língua Portuguesa e voluntário PET/SESU, UFCG, Campina Grande-PB.

<sup>301</sup> Professora Doutora, Unidade Acadêmica de História e Geografia, Universidade Federal de Campina Grande, UFCG, Campina Grande-PB.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Reconhecendo os avanços dos direitos civis das mulheres, o presente trabalho tem como objetivo verificar seu espaço nas aulas de literatura. Entretanto, após a análise dos depoimentos selecionados para o corpus deste trabalho, constatamos que esses avanços não adentraram as salas de aula. Por essa razão propomos a educação patrimonial transformadora, baseada em Chagas (2006), para que possamos superar os paradigmas sexistas e misóginos que norteiam a comunidade científica e, conseqüentemente, os estudos acerca da literatura popular. Por fim, propomos sua didatização, com base em Conceição e Gomes (2016), de forma que os alunos tenham interesse pelo cordel, e prazer em seu estudo, analisando desde a estrutura, estilo e suas autorias.

## **METODOLOGIA**

Nosso instrumento de coleta de dados consistiu em um questionário com sete perguntas, com objetivo de investigar os principais impasses que os (as) professores (as) tem nas aulas sobre literatura de cordel de autorias femininas. E com isso buscamos entender quais os entraves para consolidação dos cordéis de autoria feminina como objeto de estudo, e também, como meio para consolidação da educação patrimonial transformadora nas salas de aulas do ensino regular público. O questionário, foi aplicado a professores (as) de língua portuguesa de escolas municipais e estaduais no estado da Paraíba.

Após a coleta dos dados, foram então selecionadas as respostas para assim iniciarmos a discussão teórica do tema. Para o embasamento teórico das análises empreendidas no corpus do presente trabalho utilizamos os postulados de Conceição e Gomes (2016), Magalhães (2011), Melo (2018), Santos (2009) e Flach e Behrens (2008).

## **RESULTADOS**

Para a produção desse artigo fizemos uma pesquisa bibliográfica, por meio da leitura de artigos acadêmicos e foi aplicado um questionário online para os professores de língua portuguesa e literatura da rede de ensino pública da Paraíba, responderam ao





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

questionário cinco professores, que atuam na rede municipal, como também na rede estadual de ensino. Analisamos as respostas obtidas com base nos postulados de Magalhães (2011), Conceição e Gomes (2016) e Santos (2009) e Flach e Behrens (2008). Portanto, o trabalho transcorrerá de modo conceitual-analítico.

## **OS PRINCIPAIS ENTRAVES E POSSIBILIDADES PARA CONSOLIDAÇÃO DE UMA PROPOSTA POLÍTICO- PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL TRANSFORMADORA**

O primeiro fato, que justifica a invisibilidade da mulher e a hegemonia masculina ao longo dos séculos nas comunidades orais, na edição e publicação de cordéis, são os paradigmas, para Khun (In: BEHRENS, 2003, p.27), os paradigmas são a “constelação de crenças, valores partilhadas pelos membros de uma comunidade científica” que norteia a definição dada pelos intelectuais sobre a literatura, estas definições tem sido comumente feitas com base em paradigmas eurocêtricos, racistas e sexistas. Aos homens era dado o direito de desenvolver a atividade intelectual, definida culturalmente como, pública e erudita, este direito foi tirado das mulheres, para elas apenas eram permitidas as expressões na esfera privada do lar, para o pai, ou marido.

Diante disso, é perceptível que “os estudos sobre literatura popular, bem como a própria produção dessa literatura têm seus meios de exclusão, às vezes, tão velados que o pensamos naturais.” (SANTOS, 2009, p.04) a separação daquilo que era considerado moral, e permitido está nas bocas femininas foi além do campo oral, das contações de história, contos de encantamento, das rezas e das simpatias, produções culturais e religiosas que ocorriam apenas no âmbito familiar, quando muito, nos terreiros, essas restrições, também atingiram a formação do sistema editorial nordestino, desde a esfera de produção até a da publicação.

A negação violenta do direito básico de estudar, configura-se como mais um impasse para as mulheres habitarem os mesmos espaços culturais e intelectuais que os homens, para as mulheres pobres, esse era um anseio sem possibilidade de realização, mas,





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

mesmo, para as ricas não era permitido mais do que aprender a ler e a escrever com um professor particular, e a possibilidade de entrada numa universidade era completamente aquém das suas possibilidades e expectativas. Esse, portanto, configurava um impasse para que os cordéis passassem da oralidade para escrita, a historiografia as registrou como leitoras, quando tinham oportunidade de aprender a ler e a escrever de forma rudimentar, e a realização oral era apenas para o deleite da família.

Diante disso, chegamos à conclusão de que tínhamos repentistas, a presença feminina era inegável no campo da oralidade e na contação de histórias, e que o argumento da “inaptidão” das mulheres em compor versos e narrativas fabulosas não é sustentável. Trata-se, portanto, da proibição imposta pelos valores patriarcais arraigados que impedia as obras femininas de vir a público.

A Academia Brasileira de Literatura de Cordel, que se configura como principal fonte de pesquisa para pesquisadores e professores sobre literatura de cordel, também excluiu as mulheres, na seção<sup>302</sup> dedicada aos grandes cordelistas não há nenhuma mulher, somente homens. O que justifica, de certo modo, a resposta dada no questionário por um dos professores entrevistados da rede pública de ensino, quando disse que: “Materiais impressos de autoria feminina são escassos”, ainda houve a resposta de outro professor que afirmou: “Desconheço autoria feminina”. Isso demonstra, que os cordéis de autoria feminina, mesmo nos dias atuais, não tem a visibilidade devida, nem na academia, na formação de professores, pois alguns que responderam o questionário estão em formação, tanto nos órgãos dedicados a sua divulgação, como a Academia Brasileira de Literatura de Cordel, que não apresenta nenhuma cordelista na sua seção de grandes cordelistas, isso nos parece sintomático, principalmente, por estarmos num momento político-histórico-social marcado pela luta afirmativa feminista e LGBTQIA+ no Brasil.

Ainda há outro impasse, o próprio plano pedagógico das escolas e os que compõem a administração das escolas, impedem cordéis de autoria feminina serem trabalhados em sala de aula, um dos professores entrevistados pontuou como principal impasse para

<sup>302</sup> Disponível em: <http://www.ablc.com.br/o-cordel/grandes-cordelistas/>





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

consolidação deste projeto político-pedagógico a direção da escola que atua. Mesmo que a educação patrimonial seja consagrada nos documentos oficiais.

Toda essa conjuntura, se configura como impasse para consolidação da educação patrimonial transformadora. Que parte dos seguintes princípios:

- da necessidade do reconhecimento de seu contexto imediato, de sua localidade, indo além do patrimônio oficial, e assim, de uma concepção tradicional de identidade nacional;
- é libertadora, ao permitir a co-existência, conflituosa ou não, de uma diversidade de manifestações e edificações, superando aquilo que tradicionalmente se convencionou a denominar de patrimônio;
- é focada na apropriação e interpretação, geralmente conflituosa, favorecendo a diversidade de possibilidade de entendimento acerca do patrimônio;
- o local é entendido como espaço do plural, do móvel, onde o indivíduo “(...) mantém, em seu cotidiano, estreitas e complexas relações sociais e culturais” com outras com outras localidades, além de possuir peculiaridades;
- valorizar as narrativas capazes de articular tensões entre o universal e o singular, o local. (CHAGAS, 2006, p.01)

Essa é, segundo MORAES (2005), um ato político, que visa a formação de pessoas capazes de reconhecer sua própria história cultural, deixando de ser espectador. Como vemos, somente num paradigma transformador de educação patrimonial seria possível o questionamento da supremacia masculina e da invisibilidade feminina no universo do cordel.

Levando em consideração a conjuntura política que se faz pedra no caminho, cabe propor a educação patrimonial transformadora, tendo como meio para sua efetivação o cordel de autoria feminina, vinculado ao propósito da formação de leitores críticos, afim de que analisem a sociedade e as injustiças sociais que, ainda, se configuram como impasse para as cordelistas e para uma educação reflexiva.

A literatura é um agente de formação humana, além disto,





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Jauss entende que as obras literárias auxiliam na construção de uma consciência crítica e ampliam o horizonte do aluno. Além disso, deve-se reconhecer que a literatura compreende elementos que interferem nas questões sociais ao despertar os leitores para a reflexão e a crítica instituindo novos paradigmas. (MAGALHÃES,2011, p. 07)

A primeira parte do projeto, consiste em tornar o cordel desejável, suscitar a emoção e a curiosidade. A segunda parte da proposta consiste em, segundo CONCEIÇÃO e GOMES (2016), elucidar a performance, pois ao passo que o outro escuta é cumprida a função social da voz, pois os componentes fundamentais da poesia são captados pelos ouvidos, prática que os estudiosos da área caracterizam o sentimento de pertencimento a uma comunidade interpretativa como basilar para desfrutar de formas literárias mais elaboradas.

Por fim, quando o envolvimento for pleno por parte dos educandos se introduz os conhecimentos sobre a métrica do cordel que deve ser em boas rimas, no uso das sextilhas, o segundo, o quarto e o sexto versos deverão rimar, no caso das septilhas, a rima será com o segundo, quarto e sétimo versos. Quanto à oração, também é importante dizer que é aquilo que os eruditos denominam de coerência e coesão, que não pode ser qualquer rima, é preciso haver um encadeamento lógico da frase, de forma harmoniosa. Este entendimento da fruição e só depois da métrica, pode propiciar a escrita de cordel pelos alunos, formando não só leitores, mas escritores.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A empreitada de efetivar a educação patrimonial transformadora, com o objetivo de superar a visão hegemônica sobre a literatura de cordel, e a supremacia masculina, carece de ir além da proposta aqui apresentada, se faz necessária, portanto, a pesquisa-ação. Que consiste em apresentar as obras femininas, elucidar a performance, introduzir os conhecimentos sobre a métrica, e sobretudo, instaurar o prazer, e por fim, e verificar as percepções dos educandos sobre estes escritos.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Finalizamos este artigo, com o cordel de Salete Maria, advogada e membra da sociedade dos cordelistas malditos, que representa a ideologia condutora de nosso projeto. Ei-lo:

Denunciar o machismo  
Esta mazela medonha  
E fazê-lo sem cinismo  
Sem que ninguém se oponha  
Na academia, na feira  
Na URCA6, na Batateira  
Para findar a vergonha  
(Mulheres do Cariri: mortes e perseguição, 2004)

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONCEIÇÃO, Claudia Zilmar da Silva; GOMES, Carlos Magno. A formação do leitor por meio da literatura de cordel. *Leia Escola*, Campina Grande, v. 16, n. 2, p. 96-109. dez.2016.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. Educação Patrimonial e memória coletiva: A percepção dos alunos do ensino fundamental acerca do patrimônio cultural local. In: ANAIS DO XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA– ANPUH • São Paulo, julho 2011.

MELO, Rosilene Alves. Dossiê de Registro da Literatura de Cordel. Brasília, BR. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie\\_Descritivo\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Descritivo(1).pdf). Acesso em: 18 ago.2019.

FLACH, Carla Regina Camargo; BEHRENS, Marilda Aparecida. Paradigmas Educacionais e sua influência na prática pedagógica. Disponível em: [www.pucpr.br/eventos/educere2008](http://www.pucpr.br/eventos/educere2008). Acesso em: 18 ago.2019.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

SANTOS, Vanusa Mascarenhas. Estratégias de invisibilidade feminina no universo do cordel. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19335.pdf>. Acesso em: 19 out. 2019





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E LUGARES DE MEMÓRIA NO BAIRRO JOSÉ PINHEIRO EM CAMPINA GRANDE - PARAÍBA**

Erik Carlos Monte de Carvalho

Universidade Federal de Campina Grande

erik.montecarvalho@gmail.com

Yona Kaluaná Ferreira de Sousa

Universidade Federal de Campina Grande

yonakferreira@gmail.com

### **INTRODUÇÃO**

Tendo em vista que a escola funciona como um espaço mediador entre o aluno e o conhecimento da história, o ensino da educação patrimonial também deve estar presente nesse núcleo. Entretanto, observa-se que a falta de questionamentos e discussões voltados para a temática do patrimônio levam aos alunos e as alunas pouco ou nenhum entendimento do lugar onde vive, ocasionando também a falta do sentimento de preservação com relação a esse local. Assim sendo, o PET-Educação vem trabalhando nas escolas públicas do bairro José Pinheiro em Campina Grande – Paraíba utilizando das ferramentas do ensino e da história, pois se faz imprescindível que todos e todas viventes desse lugar entendam a importância de suas participações na preservação do seu bairro.

Baseando-se no Guia Básico da Educação Patrimonial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (1999) e no livro O Bairro do José Pinheiro: ontem e hoje (1999), foram realizadas análises e debates entre os/as





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

petianos/as com orientação da tutora responsável, que permearam o estudo dessas e de outras fontes teórico-metodológicas, além de palestras e mini-cursos sobre educação patrimonial que nos permitiram ter contato com experiências e pesquisa enriquecedoras como as feitas anteriormente no PET sobre o bairro das Malvinas sob a orientação da tutora anterior, contemplando assim um amplo espectro de discussões sobre memória e direito à cidade.

Com o intuito de somatizar ao ensino das matérias básicas e obrigatórias nas escolas fundamentais, a oficina de educação patrimonial contribui na aplicação de práticas que fomentem a discussão sobre patrimônio e preservação da história através da memória e da construção da identidade de cada aluno com relação ao lugar em que vive, ocasionando, conseqüentemente, a preservação não só da memória, mas também do espaço físico.

#### METODOLOGIA

Para a aplicação das oficinas os petianos e as petianas tiveram de fazer pesquisas relacionadas à história do bairro José Pinheiro, para isso recorrendo a trabalhos como o de Vanderley Batista de Souza que traz um pouco da história do bairro a medida em que discute o ofício de sapateiro e ao livro *O Bairro do José Pinheiro: ontem e hoje* (1999). E para além dessas leituras foi crucial a realização de visitas ao local sendo então possível a partir disso conhecer de perto as vivências dos moradores e os lugares que mais representam as lembranças e construções de sua identidade, uma vez que buscamos elaborar oficinas que não apenas apresentem o que é patrimônio histórico cultural, mas que sobretudo despertem o protagonismo e o sentimento de pertença dentro da comunidade para o reconhecimento do seu patrimônio e lugares de memória.

Além disso, os petianos foram contemplados com oficinas, palestras e mini-cursos que os deram a compreensão sobre educação patrimonial e sobre a utilização de jogos didáticos em sala de aula, assim como puderam ter contato com experiências de trabalho com essa temática, como foi o caso das oficinas empreendidas no bairro das





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Malvinas pela próprio PET em gestões anteriores, de modo a estarem aptos para aplicá-la.

Portanto, após esse período de preparação, os petianos e as petianas formaram grupos responsáveis pela criação e elaboração de materiais didáticos com a finalidade de apresentar a história do bairro e sua importância dentro da cidade de Campina Grande, destacando, sobretudo, os lugares de memória apontados pela comunidade. A elaboração do material se deu por meio de jogos como: quebra-cabeça, caça-palavras, jogos de tabuleiro e rimas. Por fim, os petianos e as petianas e a tutora foram até às escolas para a aplicação do material, sendo essas a escola Estadual do José Pinheiro e Antônio Vicente, nas turmas do sétimo e do nono do ensino fundamental II, dos turnos da manhã e da tarde.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O início da pesquisa realizada pelo PET-Educação se deu ainda em meados do segundo semestre de 2018, onde foi feito um reconhecimento do local e se deu o primeiro contato dos petianos com o bairro José Pinheiro, seu patrimônio cultural histórico e com sua comunidade. Dessa forma, após o período de pesquisas onde foram estudados os conceitos envolvendo a educação patrimonial, e de elaboração dos jogos didáticos, durante o primeiro semestre de 2019, os petianos foram divididos em grupos e direcionados a turmas do ensino fundamental de duas escolas públicas localizadas no próprio José Pinheiro sendo essas a Escola Estadual do José Pinheiro e a Escola Estadual Antônio Vicente, com o objetivo de realizar as oficinas educativas sobre patrimônio cultural. Além dos jogos que ajudavam os alunos a se conectar com importantes marcos patrimoniais do seu próprio bairro assim como a história do mesmo, a apresentação dos conceitos envolvendo educação patrimonial buscou a sensibilização dos alunos como membros pertencente àquela comunidade, incentivando seu protagonismo no reconhecimento do patrimônio em seu bairro e ressaltando a





importância da preservação dos lugares de memória pertencentes a eles e a sua comunidade.

Assim, os petianos puderam observar, ao final das oficinas, uma maior sensibilidade desses alunos a respeito do seu patrimônio à medida que neles foi criada uma percepção acerca do patrimônio cultural comunitário por meio do sentimento de pertencimento e identidade que vão sendo construídos no cotidiano e que só precisavam ser despertados para que eles compreendessem a necessidade de serem agenciadores do processo de valorização e preservação dos bens culturais locais, inclusive da escola em que estudam.

A mudança, portanto se deu de forma nítida quando comparamos o primeiro dia de oficina em que ao se depararem com a questão “A quem pertence esta escola?” os alunos imediatamente responderam “Ao governo”, e o último dia onde eles foram capazes de discutir e apresentar seus lugares de memória dentro da escola e a importância que ela tinha para eles e para sua comunidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação patrimonial vem se tornando cada vez mais necessária a medida que o pequeno número de ações do governo para sua preservação se torna cada vez mais insignificante e com o tempo até mesmo a população acaba abandonado e vandalizado aqueles lugares de memória. Durante o período de atuação no bairro de José Pinheiro, o PET educação buscou justamente reverter essa situação em um dos bairros mais antigos e históricos da cidade de Campina Grande.

Assim utilizamos práticas e conceitos da educação patrimonial, dando ênfase ao protagonismo da comunidade em relação ao patrimônio cultural do bairro e buscando práticas pedagógicas que fugiam do conceito de conscientizar e buscava sensibilizar os alunos e até mesmo os professores das escolas visitadas. A consequência dessas oficinas foi o despertar dos alunos que passaram a identificar seus próprios lugares de memória e





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

a se reconhecer como um membro da comunidade daquele bairro, efetivando plena cidadania e entendendo assim a importância de preservar o legado deixado as próximas gerações. Legado esse que carrega o material e o imaterial da história do José Pinheiro.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

HORTA, M.L.P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A.Q. Guia Básico de Educação Patrimonial. - Brasília, IPHAN, Museu Imperial, 1999.

GURJÃO, Eliete. et al. O Bairro de José Pinheiro: Ontem e Hoje. - João Pessoa, Secretaria da Educação e Cultura, Governo do Estado da Paraíba, 1999.

O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania/ DPH. São Paulo: DPH, 1992.

Educação patrimonial: educação, memórias e identidades / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Átila Bezerra Tolentino (Org.). - João Pessoa: Iphan, 2013.

DEMARCHI. João Lorandi. PERSPECTIVAS PARA ATUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL Revista CPC, São Paulo, n.22, p.267-291, jul./dez. 2016.

OTTO, Claricia. Memória e patrimônio no ensino da história local para os anos iniciais da educação básica. XXVIII Simpósio Nacional de História. - Florianópolis, 2015.

JUNIOR, Acioli. Educação Patrimonial, História Local e Ensino de História: uma proposta para o trabalho docente. - Niterói, 2016.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Souza, V. B. de. Ofício de sapateiro: fabriquetas de calçados no bairro de José Pinheiro. 2014. 62f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História)- Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **A MANUTENÇÃO DA TRADIÇÃO CARNAVALESCA DO BAIRRO DE JOSÉ PINHEIRO E SUA IMPORTÂNCIA PARA O PATRIMÔNIO IMATERIAL DA CIDADE: UM ESTUDO SOBRE A ESCOLA DE SAMBA BAMBAS DO RITMO.**

Luísa Nunes Mendonça de Lima

José Acácio P. de Lima Neto

Juciene Ricarte Apolinário

### **1 INTRODUÇÃO**

*Patrimônio é tudo o que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos e obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, fazeres e falares. Tudo enfim que produzimos com as mãos, as ideias e a fantasia.* (Cecília Londres, mestre em Teoria da literatura pela UFRJ, doutora em sociologia pela UNB e estudiosa de patrimônio cultural.)

No ano de 2017, a escola de samba campinense *Bambas do ritmo* completou 50 anos de tradição. Nascida no bairro de José Pinheiro, a escola foi criada pela própria comunidade no ano de 1967, três anos após a instauração do regime militar no Brasil. A Bambas do Ritmo tem como objetivo preservar e disseminar as raízes do samba, gênero musical genuinamente brasileiro e de origem negra, tendo sofrido inúmeras formas de censura desde sua criação. Vale salientar que, por volta da década de 1930 no governo Vargas, o gênero chegou a ser criminalizado, configurando-se como "vagabundagem" e passível de prisão. Posteriormente, com o desenvolvimento dos blocos carnavalescos nas cidades e o avanço nos estudos de patrimônio histórico imaterial, o samba finalmente deixou de ser marginalizado e passou a atuar mais criticamente, na maioria das vezes deixando mensagens antirracistas nas letras, com cunho valorativo à cultura





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

afro-brasileira e, nesse caso, exaltando a cultura local do bairro. No ano de 2017, a escola completou 50 anos de existência e resistência, ganhando um samba enredo que protagonizou o carnaval do mesmo ano trazendo à tona a questão da identidade e orgulho que a escola traz ao bairro e aos seus moradores. Esta música também homenageia os criadores da escola, residentes do bairro:

Bambas é tradição

Bambas é alto-astral

Bambas, 50 anos de samba desse carnaval

Suas cores preto e vermelho

É o orgulho de José Pinheiro

A preto e vermelho chegou

Com seus tamborins ecoou

E na avenida ecoou 50 anos de muito valor.

(Bois Campina, G.R.E.S Bambas do ritmo, disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=OR2vjLggq9E>, acesso em 18/12/2019).

Neste sentido, é possível perceber através do estudo antropológico, social e histórico-cultural do Brasil desde o período colonial que as manifestações artísticas populares (e de preferência, de matriz negra) sofreram preconceitos absurdos e modificações estruturais para que pudessem se adequar ao modelo vigente (a exemplo de um samba que exaltasse o nacionalismo no período Vargas e até no período militar). Tempos depois, com o surgimento do samba-enredo e com a popularização dos desfiles de escolas de samba no eixo Rio-São Paulo, o período do Carnaval se tornou cada vez mais aceito pela sociedade e, de certa forma, também pelas instituições de religião católica. Tal é a importância da presença de grupos carnavalescos no interior da Paraíba que abrange inúmeros conceitos relacionados à herança cultural, identidade, cultura popular e patrimônio: estes perpassam o sentido entre a teoria e a prática, que é protagonizada pelos próprios indivíduos que conduzem o movimento histórico e as mudanças sociais.





## 2 FONTES E METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, utilizamos fontes presentes no acervo de fotografias do site oficial da escola, além de entrevistas presentes no site Retalhos históricos de Campina Grande e Jornal da Paraíba. Assim como outras escolas de samba presentes na cidade, a Bambas do ritmo se traduz como manifestação artística e ao mesmo tempo uma cultura de resistência que perdura na cidade mesmo quando não há uma ajuda do governo. Antes de adentrar no próprio sentido da escola de samba e sua influência na cultura local, foram realizadas leituras sobre patrimônio histórico imaterial e cultura popular, presente em artigos do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Como fontes de pesquisa, foram utilizadas matérias de jornais locais de plataforma online (a exemplo do site G1 Paraíba, o Jornal da Paraíba, Paraíba Online, MaisPB), bem como um trabalho de dissertação no Programa de pós graduação em História de Natal – RN realizado por Giovanna Lopes Marques, que realiza uma análise acerca do futebol campinense como uma manifestação popular, com foco no time do Campinense Clube (“Quem nasce em Campina Grande é campinense: futebol e sociabilidade na Rainha da Borborema - 1954-1965”, um estudo sobre patrimônio imaterial, memória coletiva e cultura popular). Este estudo perpassa o período de 1954-1965, período que abarca o início do surgimento da escola de samba Bambas do Ritmo; foram feitas entrevistas com moradores do bairro, Gilvam Marques é um deles. Em uma destas análises de relato, a autora aponta:

A escola de samba Bambas do Ritmo, de acordo com seu Gilvam Marques foi idealizada em baixo da marquise do Estádio Municipal e oficializou-se como escola de samba em reunião realizada na sede do Flamengo de José Pinheiro, suas fantasias eram confeccionadas pelos trabalhadores do bairro, uma vez que possuía entre seus integrantes sapateiros, costureiros etc. As cores da escola são vermelho e preto, em razão da presença de torcedores do Campinense em sua formação, bem como da rivalidade existente com a escola de samba 15 de Novembro que era alvinegra. A década de 70





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

marca um período de destaque nos desfiles populares. (MARQUES, 2011, p. 94)

De modo geral, o significado de patrimônio se entrelaça com a cultura de um local, configurando-se como dois importantes elos que ligam o povo à sua história. O significado da palavra patrimônio tem a ver com herança, resquícios do passado que foram deixados para nós no presente. Nesse caso, a criação da escola tem a ver com uma cultura ligada ao esporte e ao mesmo tempo, faz uma ressalva e menciona o bairro de origem, o que afirma uma autonomia identitária para quem participa deste tipo de manifestações e intervenções artísticas. É necessário também, perceber que ao mesmo tempo que um patrimônio deve ser preservado, não significa que ele não é passível de mudanças. Aquelas mudanças que não o fazem perder sua essência, enriquecem ainda mais as manifestações artísticas dos populares, que ressignificam as tradições e localidades, para melhor atender suas perspectivas enquanto comunidade. São obras ou práticas, que são vinculadas tanto ao estado quanto a sociedade, o que torna ambos responsáveis pela conservação, preservação, disseminação e manutenção de uma série de prédios públicos e manifestações populares.

Outra reflexão que pudemos trazer à tona trata acerca dos locais utilizados para a apresentação dos blocos carnavalescos da cidade: o Açude Velho, a avenida principal do bairro de José Pinheiro, são um reflexo do que a escola busca apresentar, a valorização das ruas como ambiente de resistência. Esta é uma das funções do estudo de manifestações culturais e patrimônio imaterial: conservar e preservar a memória destas pessoas, dos locais que frequentam, de sua arquitetura e não apenas incentivando o apego ao moderno.

O patrimônio é responsável por preservar a memória e a história popular: o carnaval, festejo datado de antes do período medieval, já fazia parte da vida das pessoas, como a forma que encontravam para divertir-se e desprender-se dos dogmas da época. Hoje, o carnaval ainda preserva este sentido, apesar de muitos outros valores terem sido atribuídos ao longo da história. Ao pensar o festejo como algo intrínseco à cultura popular brasileira, é necessário compreender a gama de personagens, músicas,





identidades, narrativas, vivências e expressões diversas que foram propagadas pelos seus protagonistas e legitimadas através da proteção do patrimônio definida por Lei (nº 9.649 do artigo 14 de 17 de maio de 1998: “Fica instituído o Registro de Bens Culturais de natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro”).

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após ser campeã pela 17º vez do carnaval campinense, a escola Bambas do ritmo adquiriu um reconhecimento inegável, com fundamental importância na questão do turismo e na defesa da cultura carnavalesca do bairro e da cidade, que teve a principal festa cancelada no presente ano de 2019. Entretanto, isso não impediu q festa de acontecer, já que a apresentação da escola aconteceu em seu bairro de origem. Mesmo sem um apoio governamental, os integrantes realizaram o festejo, demonstrando a resistência da cultura carnavalesca do interior da Paraíba, que é feita pela tradição.

Além da apresentação atípica deste ano, que aparentemente trouxe bons frutos por ter sido o primeiro desfile de carnaval da zona leste, o grupo teve outros temas importantes, como o desfile de 2016, que saíram de “como é bela a natureza”. Foi um ano em que pretendiam educar para que a população conheça, e incentive a protegê-la. Em outro ano saiu exaltando um grandioso patrimônio local, que é a feira central, lembrando sua importância na geração de empregos, comércio de orgânicos, utensílios diversos, e também seu valor para o turismo local. Ou seja, são extremamente ativos na proteção do patrimônio, material ou imaterial, da cidade em que habitam, promovendo conhecimento e informação.

A história se modifica de acordo com seus protagonistas; o tempo é uma fonte inesgotável para historiadores, junto à história oral, como exemplificado nas entrevistas feitas com os grupos disponíveis da rede. Como resultado desta pesquisa, podemos perceber o quanto a tradição sobrevive até as mais diversas mudanças temporais, pela resistência. A Bambas do ritmo, sendo um grupo carnavalesco campinense, levantando a bandeira do bairro, educando através do samba, e enriquecendo a cultura, está fazendo um trabalho de educação patrimonial belíssimo na cidade; sua contribuição na





construção da identidade local é um ponto crucial para a manutenção desta tradição, pois ao mesmo tempo que cativa os adeptos, é gerador de auto estima e propicia uma ligação do indivíduo com a cultura da comunidade.

#### 4 CONCLUSÕES

Através da pesquisa, que investigou a história da banda, nós encontramos evidências do incentivo à proteção da cultura local, da biodiversidade, da identidade e da sensação de pertencimento. Mesmo com tanto tempo de história, de mudanças, a tradição persistiu e se ressignificou, alcançando os jovens para que o conhecimento persista, sendo passado através das gerações; como já tem sido feito no José Pinheiro a mais de 52 anos.

Esta resistência se dá pelas novas gerações presentes na escola, que se utilizam do legado deixados pelos membros mais velhos e que já se foram; dando prosseguimento a um projeto reconhecido pela mídia e pelos próprios moradores do bairro como uma das maiores e mais populares escolas de samba do estado da Paraíba. Ela é reconhecida por representar culturalmente um dos bairros mais antigos da cidade, além de manter a tradição carnavalesca viva, mesmo quando tudo se transforma, e muito se perde com o tempo.

A valorização do bairro continua sendo feita, a escola de samba Bambas do Ritmo levanta muito bem o nome do zepa, além de contribuir com aprendizado e alegria para a população. É um trabalho único de educação patrimonial, feito a mais de meio século de forma independente, sem apoio do estado, mas do povo e para o povo. Isso que aumenta o valor da banda, a questão social envolvida em todo o seu processo histórico.

#### 5 BIBLIOGRAFIA

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte: Reflexões sobre a Educação Patrimonial e experiências da diversidade cultural no ensino de História, in.: Educação patrimonial, reflexões e práticas; João Pessoa, 2012, pp. 56-78.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

BAKHTIN: Mikhail Mikhailovitch: A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais; tradução Yara Vieira; SP; HUCITEC; 1987; 385 p.

MARQUES, Giovanna Lopes: A manutenção da tradição carnavalesca do bairro de José Pinheiro e sua importância para o patrimônio imaterial da cidade: um estudo sobre a escola de samba bambas do ritmo, UFRN, Natal – RN, 2011, 119 p.

Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 3. ed. Brasília, DF; Iphan, 2012.

<http://gresbambasdoritmo.blogspot.com/?m=1> – Blog oficial da escola de samba Bambas do ritmo;

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm) – Site oficial do Planalto: Registro de bens de cultura imaterial.

[https://www.youtube.com/watch?v=-db6\\_4Af0Vc&feature=youtu.be&t=122](https://www.youtube.com/watch?v=-db6_4Af0Vc&feature=youtu.be&t=122) – Bois Campina (Bambas do ritmo x Unidos da liberdade) Reportagem TV cultura, Programa Diversidade, 2016.

<https://www.youtube.com/watch?v=6wRoB94pjp0&t=4s> – Bambas do ritmo – Escola de samba, reportagem TV Borborema, 2012.

<https://www.youtube.com/watch?v=gmooldjpVNcc&t=53s> - Integrantes da escola de samba Bambas do Ritmo, em CG, decidiram que vão desfilar, TV Correio, 2019.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## GRUPO DE TRABALHO 17: DESVELAR OS MONSTROS, DAR VOZ AOS INTOLERADOS... INQUISIÇÃO E RELIGIOSIDADES NO MUNDO IBÉRICO E COLONIAL

COORDENADOR: ANGELO ADRIANO FARIA DE ASSIS (UFV)





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

COMUNICAÇÃO ORAL

**“NA SUA TERRA LANÇAVAM AGOA FÓRA QUANDO  
ALGUÉM MORRIA”: O SIMBOLISMO DO GESTO DE VAZAR  
A ÁGUA DOS POTES ENTRE OS CRISTÃOS NOVOS NO  
BRASIL COLONIAL<sup>303</sup>**

Anderson Cordeiro de Moura

Mestre em Ciências das Religiões (UFPB).

andersoncm16@hotmail.com

Um dos maiores desafios para os historiadores que trabalham com a documentação do Santo Ofício, consiste em compreender a mentalidade inquisitorial e a lógica própria de atuação desse tribunal, pois nisto, consiste a compreensão profunda do problema da intolerância. Trata-se de entender os motivos pelos quais a intolerância passou a ser assimilada e até mesmo justificada pelas pessoas ao longo dos seus mais de trezentos anos de atuação, pois “[...] o problema da intolerância na história, está na sua capacidade sedutora de convencimento das massas” (CAVALCANTI, 2015, p. 19). Nesta perspectiva, a Teoria Geral do Imaginário nos oferece possibilidades significativas para nos aproximarmos da estrutura mental destes homens que nos apresentam as fontes inquisitoriais, tanto dos inquisidores como dos Inquisitoriados.

Desenvolvida pelo antropólogo francês Gilbert Durand em meados do século XX, esta teoria tem por objetivo a compreensão da base mítica das sociedades, nas religiões ou em quaisquer outras expressões culturais. “O Imaginário consiste em um sistema dinâmico organizador de imagens, cujo papel norteador é o de mediar a relação do homem com o mundo, com o outro e consigo mesmo.” (SANCHEZ-TEIXEIRA, 2000, p. 17). Entendemos, portanto, apoiados nesta teoria, que “[...] o conteúdo do

<sup>303</sup> Este trabalho é parte integrante de uma pesquisa mais ampla, fruto da nossa Dissertação de Mestrado (2018), desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba – PPGCR/UFPB: (cf. MOURA, 2018). A pesquisa contou com o financiamento da CAPES.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

imaginário é essencial para a compreensão da História humana.” (CAVALCANTI, 2015, p. 41).

No que se refere aos estudos inquisitoriais a partir da teoria do Imaginário, destacamos o pioneirismo do Professor Dr. Carlos André Cavalcanti (PPGCR/UFPB), que inovou ao empregar o aporte desta teoria em sua tese doutoral (Cf. CAVALCANTI, 2001). O Grupo *Videlicet*, fundado em 2006 pelo professor Carlos André, associado ao Programa de Pós-graduação em Ciências das Religiões da UFPB, tem como um de seus principais objetivos, a análise do tribunal inquisitorial, dos seus membros e réus, em processos, regimentos e outros documentos, a partir do aporte do Imaginário na perspectiva de Gilbert Durand. Nesta perspectiva encontra-se este trabalho.

Dentre as muitas praticas realizadas por cristãos novos indicativas do pertencimento judaico e do exercício do criptojudaísmo, estava a adoção de algumas práticas funerárias como ser enterrado “ao modo judaico” e em terra virgem, comer em mesa baixa em sinal de luto, e esvaziar as águas dos potes que se conservavam em jarras para uso doméstico e substituí-la por uma água nova. Assim, embora a maior parte dos que compareceram à mesa das visitas inquisitoriais perpetradas ao Brasil, alegaram desconhecer o significado herético deste gesto, os inquisidores sabiam que este era um dos principais ritos fúnebres da fé de israel. Deste modo, os visitantes questionavam aos judaizantes, por qual razão realizavam o referido costume, contudo, a maioria não sabia ao certo o que responder, afirmando por diversas vezes, apenas que o faziam por “nojo e asco”. No entanto, a resposta parecia não os convencer, pois, por várias vezes insistiram, interrogando-os: “que nojo e asco podem fazer as águas cujo defunto não teve contato?”.

A realização desse costume, fora recorrente por exemplo, em todos os relatos dos membros da família Soeiro. Uma família cristã nova da Capitania de Itamaracá, cujos membros se apresentam ao Visitador Heitor Furtado de Mendonça, para confessar as próprias culpas ou denunciarem-se mutuamente. Assim, aos 12 dias do mês de dezembro de 1594 compareceu a mesa da visitação uma senhora chamada Isabel de Paiva, para denunciar Guiomar Soeiro, que mandara vazar a água dos potes de sua casa, quando do falecimento de sua bisneta, e quando questionada a respeito de tal pratica, sorriu dizendo que “[...] na





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

*sua terra lançavam a goa fóra quando alguém morria.*”<sup>304</sup> Ora, como exposto anteriormente, este costume era bastante difundido na colônia a época da primeira visitação, sendo realizado até mesmo por cristãos velhos. Contudo, questionamo-nos qual o simbolismo presente neste ato? Que nojo faziam as águas conservadas nas jarras para os cristãos novos? Qual o mito diretor que fundamenta esta prática e o que ele nos revela a respeito da realidade dos cristãos novos da colônia?

Para responder a esse questionamento, recorreremos inicialmente ao *Dicionário judaico de lendas e tradições* (UNTERMAN, 1992) que nos oferece algumas pistas de interpretação. De acordo com o autor, o gesto de vazar a água da casa quando do falecimento de alguém está relacionado a uma crença “popular” difundida no judaísmo. Trata-se da crença na visita de Samael, o anjo da morte. De acordo com a tradição “[...] o anjo da morte é todo coberto de olhos e quem o vê fica boquiaberto de espanto, e uma gota do veneno de sua espada cai na boca aberta do indivíduo levando-o a morte.” (UNTERMAN, 1992, p. 26). Desta forma, quando alguém morre dentro de casa, toda a água do local deve ser esvaziada, pois o anjo pode ter lavado sua espada dentro da jarra ou do pote, contaminando assim toda a água com o seu veneno mortal. Ainda hoje, é costume entre alguns judeus mais tradicionais não deixar a água parada. Ainda de acordo com Alan Unterman (1992) os Ashkenazim não dão aos seus filhos, o mesmo nome de um parente vivo, pois isso poderia confundir o anjo da morte.

A tradição judaica, relaciona o episódio do livro do Êxodo, capítulo 12, no qual os filhos dos hebreus, tiveram que ungir as portas das suas casas no Egito, com o sangue de um cordeiro, para que o “anjo exterminador” não lhes fizesse mal, com o anjo Samael. No entanto, para uma análise mais abrangente, é preciso reconhecer que a fundamentação para a realização desse costume, encontra-se na própria Torah, nos preceitos para a prática funerária. Vemos que, no livro dos Números, encontra-se a seguinte recomendação:

Aquele que tocar um cadáver, qualquer que seja o morto ficará impuro sete dias [...] Todo aquele que tocar um morto, o corpo de alguém que morreu, e

<sup>304</sup> Cf. MELLO, José Antônio Gonçalves de. (Org.). **Primeira Visitação do Santo Ofício as Partes do Brasil: Denúncias e confissões de Pernambuco: 1593- 1595.** Recife: FUNDARPE, 1984, p. 372.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

**não se purificar contamina a Habitação de Iahweh; tal homem será eliminado de Israel, visto que as águas lustrais, não foram aspergidas sobre ele, e está impuro, e a sua impureza ainda permanece nele. Esta é a lei de um homem que morre numa tenda quem quer que entre na tenda e quem quer que aí se encontre ficará impuro sete dias. O vaso aberto, sem tampa, será também impuro.** (BÍBLIA, Números, 19, 11-14, grifos nosso).

Há de se assinalar que, a fundamentação doutrinal para a realização deste rito, encontra-se nos princípios de purificação presentes nas leis judaicas. Para o Judeu, o corpo morto é considerado impuro, assim, quando alguém morre na tenda (em casa) “quem quer que entre na tenda e quem quer que aí se encontre ficará impuro”, e isto abrange tanto pessoas como objetos: “O vaso aberto, sem tampa, será também impuro”. Para fazer a purificação da casa, dos objetos ou dos próprios residentes, se faz necessário a utilização das “águas lustrais” isto quer dizer, “água nova, pura”. Contudo, vimos que, as águas que se encontravam dentro dos potes em casa eram consideradas impuras e, portanto, impróprias para o consumo, tendo que ser substituídas por uma água nova. Fica evidente, então, que ao sentido “doutrinal” desse costume, foi-se atribuindo entre alguns judeus a narrativa que deu origem ao mito do “anjo da morte”.

Contudo, a Teoria do Imaginário proposta por Gilbert Durand, nos oferece mais subsídios para a interpretação deste gesto, no intuito de nos aproximar ainda mais do imaginário que permeava a realidade dos cristãos novos da colônia. Para tanto, precisamos esclarecer alguns conceitos fundamentais desta teoria: O primeiro conceito que precisamos entender é o de *Schème*. Palavra francesa que não tem uma tradução exata para o português. É uma ideia abstrata, anterior a imagem. “[...] corresponde a uma tendência geral dos gestos, leva em conta as emoções e as representações.” (PITTA, 2005, p. 18). Exemplos: schèmes da subida, da divisão, do aconchego etc. Em seguida, temos o conceito de *Arquétipo*, que é a representação dos schèmes. Os arquétipos são imagens universais de caráter coletivo e inato. Exemplo: O shème da subida será representado pelo arquétipo do chefe, do alto, do herói etc. “O arquétipo constitui o ponto de junção entre o imaginário e os processos racionais. É aqui que o “schème” se substantifica. É a antessala da ideia.” (CAVALCANTI, 2015, p. 42).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Temos ainda, outro conceito importante. Trata-se da noção de *Símbolo*, que é a representação material do valor do arquétipo. É a imagem objetiva materializada num objeto, numa pessoa. “É uma representação que faz aparecer um sentido secreto. Os símbolos são visíveis nos rituais, nos mitos, na literatura, nas artes plásticas etc.” (PITTA, 2005, p. 18). No entanto, vale esclarecer que, esses componentes do imaginário não ocorrem numa sequência simples de causa e efeito. Também não existe uma hierarquia entre eles, nem um progresso de um para o outro. Deste modo, para Durand, o *Mito* é um sistema dinâmico de símbolos, arquétipos e schèmes que tendem a se compor em relato, ou seja, que se apresenta sob forma de história.” (PITTA, 2005, p. 18).

De forma a exemplificar esses conceitos, Pitta (2005) propõe o seguinte exemplo: O *shème* do aconchego e proteção, está diretamente ligado ao arquétipo da *mãe* que se materializam no imaginário cristão católico ocidental no símbolo da *Virgem Maria*. O Mito, por sua vez, dá forma e sentido a esse sistema por meio do relato bíblico da visita do arcanjo a Maria, sua concepção virginal, seu exemplo de santidade e pureza, e sua condição de mãe do Deus humanado, bem como sua adoção filial a humanidade, identificando-a com a mulher do Genesis, mãe da geração que esmagará a cabeça da serpente. (Cf. BIBLIA, Gênesis 3, 15).

Em seguida, Durand identifica que as imagens tendem a se orientar em dois sistemas, ou “regimes de imagens”: O Regime Diurno, caracterizado pela heterogeneidade, oposição, extremos, mundo dividido. E o Regime Noturno, que por sua vez é caracterizado pela harmonia e contemplação. Estes regimes, recobrem três “estruturas” que representam as três “respostas” ou reações produzidas pelo homem para a angústia diante da morte:

- a) **A Estrutura heroica:** Pertence ao Regime Diurno. Atitude baseada na dicotomia e na rejeição das diferenças, heterogeneidade, luta entre opostos. “Vai-se às armas para combater o monstro.” (CAVALCANTI, 2015, p. 20);





- b) **A Estrutura Mística:** Pertence ao Regime noturno. Atitude baseada na complementaridade, segundo essa postura, tem-se uma atitude pacificadora de aceitação das diferenças, tendência a homogeneidade. “Busca-se a harmonia universal, em função das diferenças.” (Idem);
- c) **A Estrutura Dissiminatória:** Trata-se de um modelo intermediário entre os dois anteriores. Pertence ao Regime noturno, e caracteriza-se pela bipolaridade, que é a capacidade de reagir de forma heroica ou mística. “Constrói-se o diálogo cíclico entre os opostos.” (idem).

Por fim, outro conceito importante a ser considerado pela Teoria Geral do Imaginário, é a ideia da *constelação de símbolos*. Para o autor, as imagens se organizam através de “núcleos” ou “constelação de imagens” em torno de temas específicos. Sintetizamos de forma didática as principais constelações de imagens dos regimes outrora apresentados.

Figura 1- Quadro demonstrativo da Constelação de imagens segundo a Teoria Geral do Imaginário, de Gilbert Durand

---

CONSTELAÇÃO DE IMAGENS DA	Regime Noturno	Símbolos Terimórficos: formas animais que apontam para a desorganização do mundo.
		Símbolos Nictomórficos: monstros, noite apavorante, água escura, medo.
		Símbolos Catamórficos: queda, abismo, dor, experiência negativa.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

ESTRUTURA

HERÓICA

**Regime** Símbolos Angelicais: asa, pássaro, luz, anjo.

**Diurno**

Símbolos Uranianos: troféus, guerreiro, chefe, virilidade, medalha.

Símbolos Espetaculares: luz, sol, auréola.

Símbolos Diairéticos: divisão, bem e mal, passado e presente, espada, tocha.

CONSTELAÇÃO DE  
IMAGENS DA  
ESTRUTURA  
MÍSTICA

**Regime** Símbolos da Mística: figuras femininas, profundidade, fecundidade, cores sutis.  
**Noturno**

Símbolos da Maternidade: água que gera vida, frutas, fontes subterrâneas.

Símbolos de Intimidade: tumulto, caverna, taça, bebida sagrada, repouso.

CONSTELAÇÃO DE  
IMAGENS DA  
ESTRUTURA  
DISSIMINATÓRIA

**Regime** Ciclo Lunar: percepção da passagem do tempo, ciclo, oferta para renovar o ciclo.  
**Noturno**

Espiral: caracóis, conchas, ritmo, sequência

---

Fonte: DURAND, Gilbert. As Estruturas Antropológicas do Imaginário. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Durand (2001)





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

No caso do rito aqui em análise, partindo das categorias estruturadas pelo Imaginário, percebemos que a água dos cântaros, que é considerada impura em ocasiões de óbito, pode ser classificada no regime noturno. O autor esclarece que o símbolo nefasto das águas, remete a água do pântano, escura, estagnada, símbolo da morte, do perigo, da desgraça: “[...] é a “substância simbólica da morte.” A água torna-se mesmo um convite direto a morrer” (DURAND, 2001, p. 96, grifo do autor).

Outro aspecto destacado pelo autor, é a relação entre esta água noturna, e as lágrimas. Lágrimas, são símbolo de dor e de luto. Dessa maneira, compreendemos que a água dos potes que se tornam impuras, passam a participar da mesma impureza atribuída ao corpo morto, e participa do seu “estado mortal”, sem alma, por tanto, sem vida. Além deste simbolismo, destacamos a feminilidade da água como um elemento importante para a compreensão do mito que fundamenta este gesto. De acordo com as estruturas antropológicas do Imaginário, as imagens se agrupam em torno de núcleos organizadores. Seguindo essa ideia, Durand nos esclarece que existe uma profunda relação entre o sangue menstrual e a feminilidade da água nefasta: “Pode-se dizer que o arquétipo do elemento aquático e nefasto é o sangue menstrual.” (DURAND, 2001, p. 101).

O autor vai chamar a atenção para o fato de que, em várias culturas, o sangue menstrual é considerado impuro, ele constitui-se como símbolo de infertilidade, durante o período menstrual as mulheres passam por vários interditos. Leis que consideram o sangue menstrual como algo impuro pode ser observada na bíblia, no Talmude, entre os Bambaras e até mesmo entre os camponeses europeus dos tempos hodiernos. Assim, da mesma maneira que a imagem do sangue correndo nas veias é representativo da vida, de modo oposto, o sangue que se derrama, ou o fluxo sanguíneo passa a ser, por sua vez símbolo da morte, daí a expressão “derramar sangue” como metáfora para se referir a uma situação de morte. Note que o elemento “sangue” está relacionado geralmente com mortes de forma violenta e nessa perspectiva, Durand (2001) vai propor que o simbolismo dos fluxos menstruais, constitui irremediavelmente a feminilidade da água





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

nefasta como símbolos da morte e da impureza. Para melhor compreensão propomos o esquema abaixo:

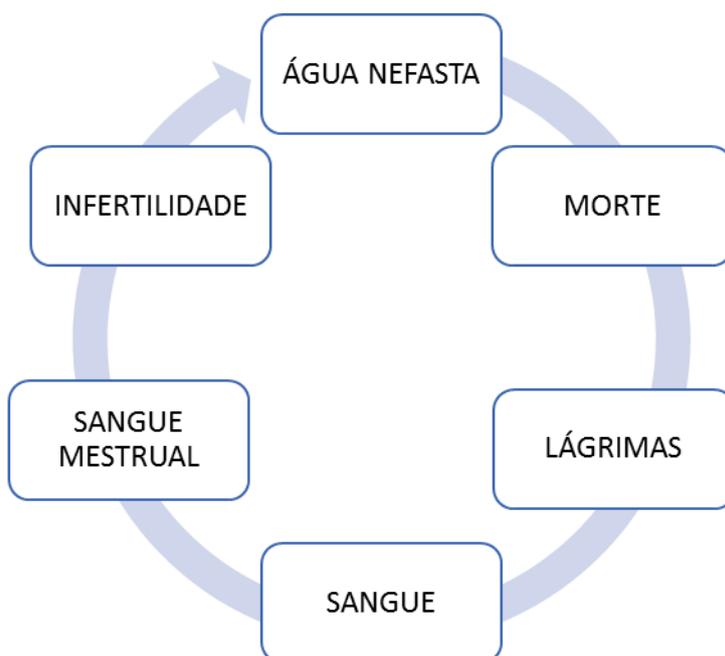


Figura 2 - Elemento gráfico demonstrativo do Simbolismo da água nefasta

Fonte: MOURA, 2018. Baseado em DURAND, Gilbert. As Estruturas Antropológicas do Imaginário. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

A partir da compreensão do simbolismo da água nefasta, percebemos o caráter negativo atribuído a água dos cântaros que levava os cristãos novos espalhados pela colônia portuguesa, a sentirem “nojo e asco”. No entanto, de maneira oposta, temos a água lustral ou de purificação, que contrasta com o simbolismo anterior, podendo-se atribuir-lhe todas as características opostas: vida, pureza, cura, fertilidade, saciedade, regeneração etc. “[...] A água lustral é a água que faz viver para além do pecado da carne e a condição mortal”. (DURAND, 2001, p. 172-173).





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

É importante evidenciar, que os arquétipos cotejados revelam a constante dicotomia entre o bem e o mal, a luz e as trevas, a vida e a morte, o que nos leva a identificar o schème da Divisão como estruturante para o mito que fundamenta o rito de vazar a água dos potes, isto é: o ideal de purificação. Ressalte-se que os símbolos presentes nesta narrativa, ratificam o ideal de purificação ao qual nos referimos, posto que os símbolos angelicais, para o Imaginário, também estão relacionados com a ideia de pureza (CAVALCANTI; CAVALCANTI, 2015, p. 46) e a espada, representa a arma do herói, símbolo de divisão e de separação (Ibidem, p. 49).

Assinalemos, pois, que essa ação simbólica desenvolvida largamente por cristãos novos e velhos na colônia, constitui uma reminiscência de um rito judaico de purificação, que foi se transformando e estruturando, até chegar na “degradação simbólica”<sup>305</sup>, preservando-se apenas a ideia de que a água dos potes deve ser descartada por seu estado de impureza, e em seu lugar, se faz necessário o uso da água nova. É verdade que muitos cristãos novos, desconheciam o significado doutrinal e até mesmo a narrativa do anjo da morte, no entanto, preservavam uma lembrança distante de uma prática religiosa comum entre os seus antepassados.

Assim, concluímos que o mito diretor presente no ato de vazar a água dos potes, é o da “purificação da alma”. Para o reconhecimento desse mitologema, é necessário a compreensão de alguns pontos importantes da teologia judaica. Assim, nota-se que, no judaísmo, o homem fora criado pelo próprio Deus, a partir do “barro da terra”, em seu estado originalmente “puro”, à sua “imagem e semelhança”. No entanto, com a desobediência, o pecado e a morte passaram a existir no mundo natural, e o homem passou a ser mau, sujeito ao pecado. Desde então, a morte como consequência, passou a fazer parte da realidade humana.

Será no estado de impureza, causada pela desobediência, que no judaísmo, os ritos de purificação, se fazem presentes em diversos momentos e por meio de vários ritos. “Finalmente, no judaísmo, a poluição é sempre um estado transitório - nunca uma

---

<sup>305</sup> A ideia da degradação dos símbolos nos é apresentada por Eliade (2008). O autor afirma que muitos mitos vão se “degradando” com o tempo, sendo transformados e resignificados com o tempo, perdendo seu simbolismo original.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

condição estrutural, e todo aquele que foi contaminado tem o direito à expiação ou purificação.” (TOPEL, 2003, p. 218). Os ritos de purificação, portanto, preenchem toda a vida do judeu desde o seu nascimento, indicando o modo como deve se vestir, comer, copular, e até mesmo, na hora da morte, o modo como deve ser enterrado. Ressalte-se que, o sentido dos ritos de purificação, é o de “regenerar” aquilo que foi perdido, ou seja, a “pureza original” perdida no jardim do Éden. Trata-se mesmo, de um retorno ao estado original da alma no momento da criação. Este é o mito fundante, diretor dos ritos judaicos, que os cristãos novos receberam por tradição familiar.

#### REFERÊNCIAS

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Edição Claretiana. Edição revisada. São Paulo: Ave- Maria, 2010.

CAVALCANTI. Carlos André. **No imaginário da intolerância, da Inquisição ao ensino (não) religioso**. 2. ed. São Paulo: Fonte editorial, 2015.

CAVALCANTI, Carlos André; CAVALCANTI, Ana Paula. **O que é Imaginário: olhar biopsicossocial da obra transdisciplinar de Gilbert Durand**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

DURAND, Gilbert. **As Estruturas Antropológicas do Imaginário**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. **Primeira Visitação do Santo Ofício as Partes do Brasil: Denúncias e confissões de Pernambuco: 1593- 1595**. Recife: FUNDARPE, 1984

MOURA, Anderson Cordeiro de. **As heresias da família Soeiro: Inquisição e imaginário criptojudáico na Goiana colonial (PE-século XVI)**. 2018. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) -Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

PITTA, Danielle Perin Rocha. **Iniciação à teoria do imaginário de Gilbert Durand**. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 2005.

SANCHEZ-TEIXEIRA, Maria Cecília. **Discurso pedagógico, mito e ideologia: o imaginário de Paulo Freire e Anísio Teixeira**. Rio de Janeiro: Quartet, 2000.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

TOPEL, Marta F. As leis dietéticas judaicas. **Horizontes Antropológicos**. v. 9, n. 19, p. 203- 222, 2003.

UNTERMAN, Alan. **Dicionário judaico de lendas e tradições**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **A ‘SUTIL’ TECITURA DO OUTRO: DISCURSOS SOBRE O JUDEU E AS COMUNIDADES JUDAICAS NA AMAZÔNIA OITOCENTISTA.**

ANTONIO GUTEMBERG DA SILVA<sup>306</sup>

Para começar este artigo, respondo a pergunta que a grande maioria das pessoas fazem desde que comecei a estudar o estabelecimento das comunidades judaicas no Brasil Oitocentista na região amazônica. E, é claro, verbalizada inúmeras vezes por colegas durante o curso.

- Você é Judeu?

- Não, não sou judeu!

- Mas então, por que estuda os judeus? Você é descendente de judeus, cristão-novos ou marranos? Você segue o judaísmo? Por que você morando na Paraíba, decidiu estudar judeus logo na Amazônia? E tem Judeus na Amazônia?

Pois bem, acho que na verdade não é uma pergunta, são inúmeros questionamentos que me fazem frequentemente, quando apresento meu universo de pesquisa na Academia, eventos, conversas informais ou quando sou indagado acerca do que realizo em meus estudos.

O interesse pela História dos judeus no período Imperial brasileiro se deu por duas inquietações, a primeira na ordem da interação social, a partir de uma criação dentro de um lar cristão na qual sempre fui apresentado aos judeus enquanto estranhos,

---

<sup>306</sup> Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. UVA - 2003 e graduação em História pela Universidade Estadual da Paraíba. UEPB -2008. Especialista em História do Brasil e da Paraíba pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP), em 2008. Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande – PB. UFCG - 2013. Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo USP (DINTER/UFCG). Professor da rede pública e privada do Estado da Paraíba e Rio Grande do Norte. Professor Formador da UFCG. Professor da Universidade Maurício de Nassau - Uninassau/Campina Grande.





afirmando quase sempre que possuíam atributos que fogem do campo, da categoria imposta como normal, e, a outra de ordem historiográfica acerca das abordagens da presença judaica no Brasil Oitocentista, carecendo ainda de muitos estudos quando comparamos as demais temporalidades da História do Brasil. E assim, acreditando que, a compreensão do Outro ocorre quando se conhece o Outro, enquanto distinto do Eu que o concebe.

Nas últimas décadas com a ampliação das possibilidades de fontes e de análises da História, com estudos mais particularizados de pessoas, grupos e etnias, por muito tempo, marginalizados, diante do predomínio da História Metódica, vemos o alvorecer de uma História Social e Cultural em que a massa passa agora a ter suas experiências consideradas importantes pela historiografia, vindo a tona uma série de personagens que nos ajudam a compreender melhor a diversidade étnica, cultural e identitária de um grupo, nação, lugar, país.

A exemplo disto, temos do período colonial brasileiro um profícuo e importante trabalho de historiadores, antropólogos, sociólogos, e outros pesquisadores que tratam de cristãos-novos, marranos, cripto-judeus e também de judeus. Fazendo com que as fronteiras do mundo acadêmico fossem rompidas e o interesse pela temática se tornasse mais amplo.

No entanto, quando partimos para o Período Imperial Brasileiro, as publicações e notas sobre judeus e judaizantes na maior parte do Brasil circulam quase que exclusivamente no seio das comunidades judaicas, em grupos de estudos entre seus pares ou publicações de memórias com cunhos privados e sem abrangência para o campo acadêmico.

A dificuldade de fontes e a identificação com uma história mais recente, de maior vivência e, portanto, lembranças acabam contribuindo para a século XX ser mais estudado e publicado.

Ao contrário do que ocorreu com o períodos colonial, e atesto também o republicano, em que as histórias envolvendo 'judeus' ganharam novos contornos, rompendo os muros do mundo acadêmico e das comunidades judaicas e judaizantes,





com trabalhos ligados a Inquisição Moderna no Mundo Colonial, Histórias de memórias, e posteriormente, ao antissemitismo.

Desde os tempos coloniais que a presença do elemento judaico se faz no Brasil. Vindos de diversas partes da Europa e da África os povos das Leis de Moisés, profitentes ou não, constituem-se como mais uma das importantes etnias que tornam e configuram o Brasil um dos países mais plurais em termos étnicos e culturais. Longe de conceber ainda um absolutismo étnico ou uma super valorização dos judeus em detrimento de outras etnias imigrantes para o Brasil no século XIX.

Muitos desses povos que descendem dos hebreus foram revestidos de muitas identidades, às vezes forçadas, às vezes disfarçadas, em meio a fugas, adaptações, resistências e aculturações, povos de um tronco comum foram divididos e transformados em cristãos novos, marranos e somente no século XIX aqui no Brasil puderam começar a ser judeu.

Na interpretação de Palmer Robertson<sup>307</sup>, na qual remete a *salvação* para os judeus a partir da descrição do novo testamento, pensando a passagem do livro bíblico cristão de Romanos 11:1: *Pergunto, então: terá Deus, porventura, rejeitado o seu povo? De modo nenhum! Porque eu também sou israelita da descendência de Abraão, da tribo de Benjamim.*

O fato dos judeus terem negado Cristo, os leva a inúmeros preconceitos e intolerância dentro do mundo cristão ao longo da História, e a associação da Carta de Paulo aos Romanos, remete a uma das longas ideias e teorias quanto à salvação dos judeus vista no Novo Testamento, remetendo neste trecho às promessas da aliança de Deus com os patriarcas, para a salvação de Israel.

O problema é que, ao longo do tempo, as fronteiras judaicas foram demarcadas/diluídas<sup>308</sup> em nome de uma Intolerância, e esta passagem acabou por contribuir para associar uma dependência dos judeus, no caso da Estrela de Davi, à

<sup>307</sup> Doutor em teologia pelo Union Theological Seminary, em Virgínia, EUA.

<sup>308</sup> Demarcadas no sentido de propor a diferença, o ser judeu, o ser cristão. Diluídas no sentido da vivência em meio a culturas plurais, no momento que nos remete a um compartilhamento de práticas, na proposta de Ginzburg (2006) quando um bebe na cultura do outro.





representação da cruz cristã, de modo que, sob a égide de imposições e aculturações, estas fronteiras se tornaram cada vez mais *irregulares e mescladas*, como nos delata Geertz. (2008, p. 201).

O ser judeu, portanto, no período oitocentista, foi escrito sob a pena que outorgou diversas leis, nas quais os judeus, judaizantes e não judaizantes, tiveram muitas vezes que negociar sua cidadania em meio à formação de um Brasil que almejava ser independente, e o progresso aliado à constituição do povo enquanto nações lhes proporciona uma nova terra, para poder constituir suas vidas em meio a um conjunto de significados partilhados.

Valendo-nos das ideias de Todorov (2010), descritas em sua obra, *A Conquista da América: a questão do outro*, na qual apresenta como mote principal a ideia da alteridade, narrando o desconhecimento do Outro (índios) pelos espanhóis, vemos que os nativos são encaixados dentro de um sistema de valores resultante numa hierarquização postulados pelos colonizadores europeus.

Os judeus não são nativos, mas sofrerão em grande medida e em circunstâncias análogas e distintas um olhar que vai além da noção de alteridade, uma vez que, não se trata de um contato entre culturas totalmente desconhecidas, pois ao contrário dos nativos (índios), já haviam ideias sobre os judeus, tanto no imaginário popular quanto na liturgia religiosa cristã católica fundante e tida como oficial, traduzida e interpretada secularmente e que carrega um olhar de estigma em torno do judeu, senso estas marcas anteriores a sua chegada.

Ao chegar nas américas, o europeu, na visão de Todorov, terá uma construção de alteridade, isto é, de estranhamento que gera o contraste, a diferença com o desconhecido que é o índio. Ao contrário do que ocorre com o judeu, que ao chegar nas Américas, seja no período colonial como cristão-novo, marrano, criptojudeu e judeu, já traziam em seus corpos não somente a pele da alteridade, mas também de estigma<sup>309</sup> construído historicamente.

---

<sup>309</sup> A noção de estigma da qual fazemos uso corresponde aos estudos de Erving Goffman em sua obra: *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. No qual





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Isso não nos leva a pensar ou cair no mérito de quem é ou foi mais estigmatizado: índios, negros, judeus, protestantes, ciganos e outros que pelo estranhamento sofrerão todas as mazelas de serem marcados, como no dizer da historiadora Tucci Carneiro, etiquetados<sup>310</sup> com uma série de atributos indigestos, resultantes do processo de estigmatização, fazendo necessário, portanto, pontuar que a chegada, a presença judaica, o seu corpo físico, sempre será precedido por suas marcas, por um conjunto de condutas desviantes.

Antes mesmo de aqui chegarem, seja na Colônia, no Império ou na República sua caracterização enquanto o Outro já se fazia presente – indesejado, deicista, avarento, caluniador. O que muda, é a intensidade, a sutileza, ou seja, a intensidade<sup>311</sup> no discurso que cada tempo e espaço darão as perseguições, aos pogroms e a intolerância como um todo.

Nas tramas políticas, culturais, econômicas, religiosas que proclamam o judeu como o Outro, a ser definido, instituído, perante a sociedade da Amazônia oitocentista, noticiava-se muitas vezes enquanto metáforas, ganhando tons, intensidades e às vezes até requinte e elegância, garantindo a sutileza do trato com o judeu, com a comunidade judaica, mesmo ao estabelecer configurações de imagens negativas.

Em 1885, um jornal de cunho político partidário de Belém do Pará, publica uma nota na Seção Livre sob o título – *Negócios em Gurupá* - fruto de uma discordância na Câmara Municipal de Gurupá estampando as primeiras páginas com os seguintes dizeres:

Existe n'esta villa uma corja de judeus, marroquinos desmoralizados, afeitos a toda sorte de trapanças e ladroeiras, que mais avulta o movimento amotinador. São em sua generalidade homens estragados e principaes caloteiros do comercio do Pará. Não vivem como hospedes agradecidos já

---

concebe o estigma enquanto uma situação do indivíduo está inabilitado para a aceitação social plena, pela abominação do corpo, do caráter e da raça.

<sup>310</sup> Imigrantes indesejáveis. A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. *Maria Luiza Tucci*. Revista USP/ São Paulo - n. 119 • p. 115-130 • outubro/novembro/dezembro 2018

<sup>311</sup> O uso do termo sutil e sutileza aqui nos a ideia de um detalhe pouco perceptível, o que é dito as vezes nas entrelinhas. Ou ainda a intensidade em que um fato, um discurso é posto.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

que esta terra hospitaleira os livrou da fome, da miséria e da nudez, querem ao contrário opor óbices aos progressos do município, e em cada um dos de sua grei; temos o mais encarniçado inimigo das ideias que avançam!

... miseráveis que são!

... os judeus envergonham a moralidade d'este município.

Gróz<sup>312</sup>

Ao observar o texto na íntegra, grande parte do descontentamento se dá pelo fato de uma pessoa provavelmente judia ser escolhido para assumir um cargo comissionado. Porém o olhar sobre o judeu é claro, seja pelo uso difamatório com o qual é tratado, não designa apenas a uma pessoa, mas a generalização que se faz sobre a toda categoria de quem é judeu.

Não se trata aqui de apontar o desmerecimento de um indivíduo em particular, uma vez que a generalização é feita a partir de todos aqueles que compõem uma identidade judaica enquanto ladrões, amotinadores, trapaceiros, homens estragados, inimigo, miseráveis e envergonhadores da moralidade.

Os atributos indigestos tornam naturalmente o Judeu enquanto o Outro, o Estranho, assim, no dizer de Goffman, *A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias.* (GOFFMAN: 1982, 11-12).

São exatamente tais categorias arraigadas e construídas historicamente que os judeus são etiquetados, com atributos e projeção de valores depreciativos e que favorecem discriminação, o preconceito e a intolerância como nos aponta a descrição do comerciante fluvial judeu denominado na época de regatão, feita pelo escritor Raymundo Morais, um romancista da elite de Belém do Pará nascido na segunda metade do século XIX, integrante da Academia Paraense de Letras:

---

<sup>312</sup> Jornal O Liberal. Órgão do Partido Liberal. ANNO XV, Nº 84. Belém do Pará, 16 de Abril de 1885. Acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional – BNDigital. Rio de Janeiro/RJ. Acesso em 09 de Novembro de 2018.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Veio depois o hebraico, menos atiradiço, é certo, no que dizia a respeito a rabo de saia, entanto mais sovina, mais usurário, devoto e fiel no arrancar couro e cabelo do cristão que lhe caísse as unhas. Além de monopolizar o comércio em muitas localidades exemplificados em Gurupá e Parintins [...], o israelita monopoliza igualmente o comércio de regatões, vendendo, trocando, comprando o que aparecia na fímbria litorânea. (Morais, 1887:74)

O olhar preconceituoso em torno do judeu, fora uma marca que lhes era imputada, mesmo não sendo judaizante<sup>313</sup>, o fato de ser judeu impregnava no imaginário de onde estiver ou não habitando uma visão preconceituosa e depreciativa, sempre com ações acusatórias e condenatórias. Atiradiço, sovina, monopolizador do comércio, assim foram descritos os judeus que fizeram dos rios da Amazônia suas estradas e seus pontos do comércio, colocando mercadorias em pequenas embarcações e assim de modo itinerante e sábio inovando na arte de comerciar.

A tecitura ‘sutil’ construída no tecido social ao longo do século XIX, enunciando o Judeu enquanto o Outro, construindo historicamente esteriótipos e estigmas favorece ao episódio do Mata Judeu. É o resultado do discurso que se torna verdade, da palavra que de tanto ser enunciada se personifica e se constitui em fato.

Muito teremos ainda a falar sobre os judeus da Amazônia, muito teremos ainda a investigar sobre a Canaã brasileira e, mais ainda a refletir sobre a construção da Intolerância contra os Judeus em todo o Brasil.

## REFERÊNCIAS

ARENDR, Hanna. **Origens do Totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BARNAVI, Elie (dir.) **História Universal dos Judeus** – da gênese ao fim do século XX. Editora Cejup. São Paulo/Belém, 1995.

<sup>313</sup> Aqueles que seguem os preceitos ou parte da religião, tradição ou cultura judaica.





BARON. Salo W. **História e Historiografia do Povo Judeu**. Org.: Anita Novinsk e J. Guisburg. Tradução Renato Mezan. Editora Perspectiva. São Paulo. 1974.

BENCHIMOL, Samuel. **Eretz Amazônia** – Os Judeus na Amazônia. Manaus: Editora Valer, 1998.

BENTES. Abraham Ramiro. **Das Ruínas de Jerusalém à verdejante Amazônia**. Formação da 1ª Comunidade Israelita Brasileira. Rio de Janeiro: Bloch, 1987.

BLOCH, Marc. **Apologia da História** – ou ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CANETTI, Elias. “Hitler por Speer”, In: **A Consciência das Palavras**. Trad. M. Suzuki; H. Caro. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARNEIRO, M. L. T. **O Veneno da Serpente**. Reflexões sobre o antisemitismo no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2003.

\_\_\_\_\_. **Dez Mitos sobre os Judeus**. São Paulo; Atelie Editorial, 2014.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 10ª Ed. 2001. Pag. 494.

DORÉ, Gustave; DUPONT, Pierre. **A Lenda do Judeu Errante**. Tradução de David Jardim Junior. v.2. Belo Horizonte: AMG Editora Gráfica, s/d .

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso** [Aula inaugural]. Trad. Laura Fraga de A. Sampaio. São Paulo: Ed. Loyola, 1998.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada, 4ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

GONÇALVES, Henrique. **Nas Terras do Grão-Pará**. Atribuições de um imigrante adolescente. Atlântida. Editora: Coimbra, 1964.

HELLER, Reginaldo Jonas. **Judeus do Eldorado**: reinventando uma identidade em plena Amazônia: a imigração dos judeus marroquinos e do norte da África para o Brasil (Pará e Amazonas) durante o século XIX. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

LINS, Wagner. **A mão e a luva**. Judeus marroquinos em Israel e na Amazônia, similaridades e diferenças na constituição das identidades étnicas. São Paulo. 2010. Tese de Doutorado.

LUCCA, Tânia Regina de. **A Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Unesp, 1999.

MARTELLI, Amália. **Nova Dimensão do Brasil**. Editora Vozes Limitada. 1969.

MORAIS, Raymundo. **Na Planície Amazônica**. 7<sup>ª</sup> Edição, Belo Horizonte. Ed. Itatiaia, 1987.

MOREIRA, Eidorfe. **Presença Hebraica no Pará**. Belém, 1972.

PLANE, Auguste. **L'Amazonie**. Librairie. Paris. 1903.

SAUVY, Alfred. (1971), **Mythologies de Notre Temps**. Paris, Payot.

SIMONIN-GRUMBACH, Jenny, “**Para uma tipologia dos discursos**”, In: JAKOBSON, Roman [et al]. **Língua, Discurso, Sociedade**. São Paulo: Global, 1983.

SORJ, Bila. **Identidades Judaicas no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1997.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América:** a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WOLF, Frieda e Egon. **Judeus no Brasil Imperial.** Uma Pesquisa nos Documentos e Noticiários Carioca da Época. Centro de Estudos Judaicos, Rio de Janeiro. 1975.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## PÔSTER

# OS PROCESSOS INQUISITORIAIS DAS MOURISCAS MARROQUINAS JOANA FERNANDES E ISABEL AFONSO (1556-1557)

Bárbara Ribeiro Arruda  
Graduanda em História pela Universidade Federal de Campina Grande.  
E-mail: barbaraarruda@live.com

Profa. Me. Lana Camila Gomes de Araújo  
Bacharela em Direito.Graduada e Mestre em História.  
Universidade Federal de Campina Grande.  
E-mail: lanacamilagomes@gmail.com

Prof. Dr. João Marcos  
Prof. Doutor em História.  
Universidade Federal de Campina Grande  
E-mail: tmeph@bol.com.br

GT 17 – Desvelar os monstros, dar voz aos intolerados... Inquisição e religiosidades no mundo ibérico e colonial

**Palavras-chave: islamismo, inquisição portuguesa, documentos quinhentistas, mouriscas.**

## INTRODUÇÃO

A Inquisição foi uma instituição Medieval e perdurou durante a modernidade objetivando o controle ideológico dos indivíduos por meio da repressão de qualquer fé que não fosse a católica. Entre estas outras fés, podemos destacar inclusive, filosofias, seitas etc. cristãs como o maniqueísmo, valdismo e cartarismo. Logo após, foi





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

expandindo-se, e passou a aglomerar todas as outras religiosidades que não a Católica Apostólica Romana como “hereges”.

Felipe Martins Pinto (2010) em seu artigo sobre a Inquisição e o Sistema Inquisitório na Espanha diz que estateria sido a primeira consolidação do sistema Inquisitorial, por conta da fervorosidade da religiosidade de Fernando d’Aragão e Isabel I de Castela, ambos monarcas da recém formada Espanha. Mas não teria disso apenas por isso, uma vez que a Espanha era um Estado muito recente. O principal motivo é que Espanha e Portugal acabavam de sair da dominação moura (711 d.C.-1424d.C) e pela expulsãodos judeus de suas terras. Assim, ambos os chefes de Estado buscavam a formação de uma identidade e unidade nacional espanhola, que através da dominação homogênea da religião católica, longe de qualquer outra crença que pudesse ameaçar o catolicismo. Segundo o autor

a busca obsessiva por uma absoluta homogeneidade religiosa é explicável na medida em que o fenômeno religioso consistia em um elemento de fundamental relevância social, política e moral, caracterizando-se como base de solidez do Estado, permitindo uma manipulação ideológica da população e impondo um eficaz mecanismo de terror o qual gerava um amedrontamento coletivo. (PINTO, 2010)

O autor discute ainda como a Inquisição Espanhola influenciou e culminou na formação dos Tribunais Inquisitoriais tanto em Portugal quanto e Roma, estendendo-se ainda as possessões ultramarinas na América.

A Inquisição Portuguesa, portanto, seguiu basicamente as mesmas premissas da Inquisição Espanhola, tendo em vista as influências mútuas, por conta de sua proximidade territorial e relações intrínsecas ao longo da História.A Inquisição Portuguesa, também conhecida como Tribunal do Santo Ofício, foi uma instituição da Igreja Católica que perseguia, julgava e punia pessoas acusadas de cometer crimes considerados heréticos. A heresia mais frequentemente perseguida pelo tribunal eram as práticas judaizantes dos chamados Cristãos-Novos.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Com relação ao processo inquisitorial em si, o autor diz que era composto por três meios: a verdade real e/ou material, o sistema de provas legais, e por fim, a tortura como forma de investigação. Vale ressaltar que as denúncias poderiam ser anônimas e muitas vezes sem provas concretas, e que “a prova não era fator de convencimento do juiz, mas instrumento para este convencer os outros do acerto da acusação que apresentara liminarmente” (PINTO, p.193).

Portanto, entende-se que o modelo processual inquisitorial se difere muito com relação aos processos contemporâneos em sua consistência de provas e meios de adquirir e investigar a verdade, além de claro, a perseguição cultural e religiosa estar legitimada na “legislação eclesiástica” da época.

No tocante à presença de africanos cativos em Portugal da época quinhentista, é necessário que se saiba que nos primeiros contatos entre portugueses e africanos, os africanos se tornaram alvo e almejo dos projetos missionários e eram vistos como pessoas que viviam no erro, ou seja, pagãos sob a sua “lei natural”. Assim, muitos africanos iam à Portugal para estudar e formarem-se na “fé, cultura e línguas ocidentais” (REGINALDO, 2009).

Contudo, com a expansão do comércio de escravos africanos, esses interesses “civilizatórios” mudam. Agora, os africanos que desembarcam em Portugal vêm com intuito de servirem como cativos.

Sem a mesma sorte daqueles destinados a serem educados na fé e na religião católica, se é que assim podemos dizer, no decorrer dos séculos XVI a XVIII, milhares de africanos chegaram a Portugal na condição de escravos. Desde 1512, Lisboa foi o único porto do reino onde era permitido o desembarque de cativos. No entanto, efetivamente, até pelo menos a proibição de 1761, Setúbal, Porto e muitas outras cidades portuárias localizadas na região do Algarve receberam grande número de escravos africanos. (REGINALDO APUD LAHON, 2009)

Para Lucilene Reginaldo (2009), em Portugal, entre os anos de 1551-1552 havia uma quantidade de população escrava significativa, o que correspondia a cerca de 10%





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

da população de Lisboa. E, a maioria dos mouros que eram perseguidos pela Inquisição eram de originários da África, como afirma Rogério Ribas.

Segundo ele, os mouriscos por sua vez eram os cativos de origem muçulmana que foram “obrigados a se batizarem e se tornarem cristãos” (RIBAS APUD ESPALZA, 2001, p.3). No tocante à Inquisição Portuguesa com relação aos mouros

o reino de Cristo à parte, muitos mouriscos, embora convertidos à fé cristã, mantinham secretamente a lei corânica, praticando o chamado criptoislamismo (islamismo secreto), em franco desafio ao poder do Santo Ofício português (criado em 1536), que considerava a crença islâmica como crime de heresia e apostasia.” (RIBAS, 2001)

No caso das mouriscas cativas Joana Fernandes e Isabel Afonso, as documentações analisadas dizem que ambas foram denunciadas ao Tribunal do Santo Ofício português nos respectivos anos de 1556 e 1557 por praticarem o islamismo.

Joana Fernandes tinha 50 anos, casada e oriunda de Azamor, no Marrocos, e estava a residir em Setúbal, Portugal. Apesar de a esta altura já estar forra, tinha sido cativa de D. Inês Baretta e depois de D. Branca. Sua data de prisão data do dia 20 de novembro do ano de 1556, e sua sentença sai em 28 de fevereiro de 1557.

Sua pena foi, assim como consta no documento: “Abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial perpétuo e da excomunhão de que incorre seja absolvida. Por provisão do Cardeal Infante Inquisidor Geral foi tirado o hábito e levantado o cárcere a 12 de Outubro de 1557.”

Já Isabel Afonso tinha 60 anos à altura de sua denúncia, oriunda do Marrocos e residia também em Setúbal, Portugal. Era cativa de Inês Alvares. Sua sentença se deu em 28 de janeiro de 1557 e sua pena foi: “Abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial perpétuo, penas e penitências espirituais”

De acordo com Francisco Bethencourt e Philip Havik,

Mas o que é facto é que essas pessoas, pelo seu estatuto social e pela sua grande mobilidade, dificilmente teriam tido oportunidade de deixar traços da sua experiência. Se, por um lado, o controlo social produzido pelo Santo





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Ofício é enorme devido à sobreposição vida pública/vida privada, por outro é notável a elasticidade de comportamentos e a maneira como delatores e réus, apesar do seu estatuto social marginal, aproveitaram ou manipularam a Inquisição a seu favor.” (BETHENCOURT; HAVIK, 2001)

Portanto, as práticas islâmicas das mulheres cujos documentos aqui foram abordados podem ser vistas como forma de resistência religiosa frente ao poder Inquisitorial de Portugal. Mesmo diante as ameaças e os rumores de torturas e penas de cárcere, elas continuaram a praticar o islamismo, algo que se compreende quando há diásporas como estas. Assim como os africanos trazidos escravos para o Brasil, que continuaram com seus ritos dos Orixás, por exemplo, essas africanas mouriscas converteram compulsoriamente ao cristianismo, mas dentro de si, ainda havia a fé a qual foram nascidas nela quando uma vez em África.

## **OBJETIVOS**

O presente trabalho tem como objetivo impulsionar a discussão acerca das práticas inquisitoriais, quais práticas e religiões que mais eram perseguidas, de maneira geral. Além de atentar para a questão, em especial, das mulheres muçulmanas oriundas de África e escravizadas em Portugal, no século dezesseis e refletir sobre suas práticas de resistência com relação à essa Instituição, como a própria manutenção de sua fé islâmica.

## **METODOLOGIA**

Essa pesquisa foi elaborada de forma qualitativa, através da análise de fontes bibliográficas, teorizando assim com os processos inquisitoriais de Isabel Afonso e Joana Fernandes, que datam de 1556 e 1557, para a produção de um trabalho crítico acerca do que foi a Instituição Inquisitorial e como atingiu socialmente os povos





oriundos de África e cativos em Portugal neste século, para que torne-se um trabalho relevante e efetivo nesta área de estudos étnicos e religiosos da época.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das leituras propostas neste trabalho, compreende-se que os estudos acerca do que foi a Inquisição, e principalmente, a Inquisição sob o Islã e as mulheres mouriscas oriundas de África assim como Isabel Afonso e Joana Fernandes, sejam fomentados, para que possamos entender como se deu o processo inquisitorial com relação aos muçulmanos, e entender também esse sistema como um dos primórdios dessa rivalidade que possuímos nos dias atuais entre cristãos e muçulmanos. Rivalidade esta que deve ser quebrada para uma maior pacificidade de convivência entre diversos grupos étnicos e religiosos, que muitas vezes sofrem por questões políticas e territoriais da geopolítica internacional. A Inquisição como instituição pode ter acabado em meados do século XVIII, entretanto, as práticas atuais que temos como Ocidentais sob os povos islâmicos em muito tem em comum com a brutalidade e intolerância desse sistema Medieval.

## CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A Inquisição foi uma Instituição que visou a dominação total dos povos de diferentes filosofias, seitas, etnicidades e religiosidades por onde passou. No caso dos muçulmanos residentes em Portugal, essa Instituição se mostrou mais repressiva, tendo em vista a dominação anterior pelos mouros da Península Ibérica, e a ótica visionária dos monarcas e inquisidores para retomada cultural e religiosa do território, além da formação de uma identidade e unidade nacional formada a partir dos dogmas da Igreja Católica. A partir dos processos de Joana Fernandes e Isabel Afonso podemos constatar a perseguição que havia as práticas muçulmanas no Portugal quinhentista, além de





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

atestar quem eram a maioria desses muçulmanos que lá residiam, tendo em vista que a maioria eram africanos trazidos em forma de escravos. Compreende-se ainda que, mesmo sob o olhar vigilante do Tribunal Inquisitório, as práticas dos muçulmanos continuarem sendo exercidas e podendo ser observadas nas resistências e ressignificação de sua crença, mesmo terem sido obrigados a se batizarem e serem instruídos na fé católica.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BETHENCOURT, Francisco; HAVIK, Philip. **Inquisição em África**. Parte I. Colóquio realizado no Centro Cultural Gulbenkian, em Paris, no dia 2 de Junho de 2003.

PINTO, Felipe Martins. **A Inquisição e o Sistema Inquisitorial**. Rev. Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte, n. 56, p. 189-206, jan./jun. 2010.

REGINALDO, Lucilene. África em Portugal: devoções, irmandades e escravidão no Reino de Portugal, século XVIII. **História vol.28 no.1 Franca, 2009**. Disponível em:[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742009000100011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742009000100011)

RIBAS, Rogério Oliveira de. **O Islam na Diáspora: crenças mouriscas em Portugal nas fontes inquisitoriais quinhentistas**. Tempo, vol. 6, núm. 11, julho, 2001, pp. 45-65 Universidade Federal Fluminense Niterói, Brasil.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **AS MULHERES SOB O OLHAR DA INQUISIÇÃO: CRENÇAS E PRÁTICAS NA AMÉRICA PORTUGUESA**

**Maria Auriane Otávio Cabral**

Graduanda em História UFCG

[mariaauriane@gmail.com](mailto:mariaauriane@gmail.com)

**Juciene Ricarte Apolinário**

Professora Doutora PPGH/UFCG

[jucieneufcg@gmail.com](mailto:jucieneufcg@gmail.com)

**Lana Gomes de Araújo**

UFCG/FACISA/PPGH

[lanacamilagomes@gmail.com](mailto:lanacamilagomes@gmail.com)

As mulheres que adentraram no reino da feitiçaria foram por muito tempo concebidas como “malditas”, por apresentarem elementos do imaginário em que determinava o indivíduo entre a dimensão do sobrenatural e o mágico. Mostrando-se capazes de adivinhar o que estava oculto, fazendo feitiços - que tornariam um modo de vingança e curas milagrosas - foram denominadas muitas vezes como bruxas e feiticeiras, pela cultura popular.

Por outro lado, as instituições coloniais se encarregavam de repreender, punir essas tais práticas dessas mulheres consideradas feiticeiras, pois ao olhar da Igreja Apostólica Romana, sob o viés da cultura oficial, não havia tolerância para aqueles que se submetessem a qualquer outro tipo de heresia, considerando-os tais práticas como diabólicas.

Através desse sincretismo religioso, como indica (SOUZA,1986) foi importante para nossa identidade cultural. Contudo, a elite dominante com total autoridade e





intolerância, enviaram a visita do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa, na colônia do Brasil, para assim manter vigilância nas terras mais prósperas da colônia. A instalação das visitas do Santo Ofício eram sobretudo, impor as perseguições a todos aqueles que tentavam de alguma forma resistir diante do contexto autoritário da Igreja.

Na primeira visita do Santo Ofício, nos anos de 1591 a 1595 o inquisidor Heitor Furtado de Mendonça investigou as práticas dos judaizantes dos cristãos velhos já radicados aqui, no entanto, de acordo com as informações impostas através do livro de *Denúncias e Confissões* durante a presença do inquisidor sob as terras luso brasileiras, foi encontrado uma grande predominância de processos contra mulheres praticantes do judaísmo.

De acordo com Sampaio e Silva (2012), a visita de Heitor Furtado tinha como o foco principal o propósito de investigar as práticas dos judaizantes entre os cristãos-velhos já radicados aqui, tal devassa veio revelar os segredos mais ocultos da sociedade da Colônia. Nunca tantos fatos e segredos foram reunidos, sob forma juramentada, fornecendo ao analista social dos dias atuais um retrato vivo da vida doméstica e social dos primeiros anos da colonização portuguesa”.

Diante da vasta gama de crimes denunciados o mundo das feiticeiras revela como o período colonial tratava às práticas mágicas desempenhadas especialmente por mulheres e ao terreno de atuação das bruxas, que também fizeram parte do multifacetado ambiente religioso da colônia.

Ainda nessa discussão, podemos considerar aquilo em que Anita Novinsky apresenta que

foi gradativa a ampliação de seus objetivos até buscar diversos tipos de comportamentos e crenças. As heresias em matéria de fé juntaram-se feitiçaria, bruxaria, sodomia, bigamia, blasfêmia, proposições, desacato e problemas diversos de outras sexualidades. (NOVINSKY, 1987, P. 92)

Dito isso, é sabido que as perseguições da Inquisição não eram apenas para aqueles que pregavam outra fé, como também outros costumes e práticas atrelados





naquele cotidiano, a exemplo, do que já foi mencionado, a Igreja invadia o cotidiano das pessoas. Ao adentrarmos no reino da feitiçaria, podemos percebermos o quanto aquelas mulheres “malditas” foram, maltratadas, denunciadas e torturadas por conta das condutas dessas mulheres.

Narra Souza e Silva (2012) que muitas dessas mulheres eram consideradas damas da magia, ao analisar casos de mulheres feiticeiras residentes na Capitania de Pernambuco. Algumas dessas mulheres, prestavam-se a serviços relativos ao amor, mulheres possuidoras dos segredos capazes de inclinar vontades e propiciar amores desejados, muitas delas já eram degredadas do Reino por usarem esses saberes.

Nessa mesma discussão, Priscila Cozer (2014) mostra ao analisar as práticas mágicas em Minas Gerais por mulheres negras, como a sexualidade estava interligada com a feitiçaria ou com as práticas mágicas, que muitas mulheres praticavam tanto para se vingar como para atrair o amor. E, a feitiçaria passou a ser considerada um pecado mortal.

A autora analisa ainda que como a Igreja se inseria nesse contexto, quando tentava dizer as pessoas como deveriam lidar com seu corpo e sexualidade. Isso porque se acreditava que, assim como a alma, o corpo também deveria ser casto e puro para que os fiéis alcançassem a salvação. Sabemos que a vigilância e repressão Eclesiástica não foram tão eficazes devido ao vasto território da América Portuguesa e dos processos em que aparecem os padres como investigados.

É pertinente inserirmos nesse debate a ótica em que a autora Laura de Melo e Souza(1986), onde ela vislumbra, sobre o reino da feitiçaria na colônia do Brasil, em sua cuja obra *O Diabo na Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade*, apontando como os relatos ocidentais fariam com que o imaginário do Velho Mundo oscilasse logo no início do processo da colonização, considerando as figuras do Éden e do inferno. Como diz a autora que

durante todo o processo de colonização, desenvolveu-se, pois, uma justificativa ideológica ancorada na Fé e na sua negação, utilizando e reelaborando as imagens do Céu, do Inferno e do Purgatório. (SOUZA,1987)





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

A autora nos traz reflexões, de como era visto o Brasil em seu passado colonial, que fora através do sincretismo religioso adotados pelos povos em que habitavam no Brasil, teve-se de maior alvo de acometer às figuras femininas, o elemento feminino foi apresentado com mais ênfase nos processos inquisitoriais, pois muitas mulheres que viviam sozinhas, ou até mesmo trabalhavam para se auto sustentarem eram consideradas “bruxas” ou prostitutas, na colônia portuguesa da América. Assim as magias estavam muito ligadas ao conceito de prostituição. (SOUZA, L. M. *O Diabo*, 97-98)

Dentre outras historiadoras da Nova História Cultural a exemplo de Mary Del Priore, podemos dialogar com a figura da mulher durante o período colonial do Brasil e enfatizar a subordinação da história do feminino diante da Igreja e do Patriarcalismo da época:

A alma feminina seria, pois incontinente por fraqueza e sua inferioridade seria mais moral que intelectual... é por isso que o lugar da mulher não é no corpo político, mas no espaço doméstico, onde pode realizar sua tarefa natural... sob o controle do esposo. (DEL PRIORE, 2003, p.172).

A história das mulheres é relacionada com a história do seu corpo, da sua sexualidade, das suas condutas políticas, econômicas e das suas relações com o gênero masculino. As violências em que sofreram e que praticaram, das suas loucuras, dos seus sentimentos e dos seus amores.

A relação entre as culturas impostas como oficiais e as culturas populares, no que discerne Carlos Ginzburg (1991) sobre a “circularidade cultural” em sua clássica obra *O Queijo e os Vermes, Andarilhos do Bem e História Noturna* foi um importante pesquisador sobre as ações em que a Igreja Católica que perseguiram os hereges no mundo medieval.

A documentação selecionada no decorrer da pesquisa consta que a mulher, considerada feiticeira da Baía de cujo nome Maria Gonçalves Cajada, de status cristã velha foi reprimida pelo inquisidor Heitor Furtado de Mendonça:





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

A ré irá ao público a auto público em corpo com uma vela acesa na mão e com uma carocha infame na cabeça, ficará em pé enquanto se celebrar a missa e ouvirá ler a sua sentença, será embarcada para o reino, cumprirá penitencias espirituais, instrução na fé e pagamento de custa. (*TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO, Inquisição de Lisboa, proc. 10748*)

Nas denúncias feitas a Maria Gonçalves Cajada, consta que ela praticava feitiçaria e entendia “de ser arte do diabo”. A ilustríssima feiticeira Violante Carneira, da Capitania da Bahia foi pega pelo Licenciado Heitor Furtado e, em seus processos declarou-se fazer pactos diabólicos com Maria Gonçalves Cajada de que

[...] ela era feiticeira diabólica e fazia feitiços com ajuda dos diabos, e lhe mostrou uma chaga em um pé todo inchado, e lhe disse que em certos dias da semana os diabos lhe tiravam daquela chaga um pedaço de carne e quando ela chamava os diabos, se lhe não dava muita ocupação, lhe tiravam dali então da dita chaga carne”, e” ia ao pego do mar de mergulho tirar certas cousas para fazer feitiços, e que com feitiços sabia e fazia o que queria. (*CONFISSÕES DA BAHIA, 119- 121*)

Domingas Brandôa, feiticeira de Pernambuco, foi denunciada pela portuguesa Maria de Escobar, disse ao inquisidor que quando estava na prisão com Domingas Brandôa, fizeram uma cerimônia na cadeia para com uma vassoura e que depois ela disse que iriam serem soltas por tais pessoas no dia seguinte e assim foi feito. (*Primeira Visitação do Santo Ofício as partes do Brasil, Confissões de Pernambuco, p. 121*)

Portanto, ao analisarmos esses depoimentos das práticas e crenças relatadas nos processos inquisitoriais são extremamente importantes para a compreensão sobre expressões religiosas, divergentes que havia naquela época. Conclui-se também, de como aquelas mulheres foram violentadas tanto psicologicamente e fisicamente, e como foram perseguidas principalmente se a mulher fosse solteira, que obtinha seu próprio sustento, tentando viver de uma maneira independente era sinônimo de bruxa





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COZER, Priscilla. **As práticas mágicas nas Minas Gerais do Século XVIII**. XVI Encontro Regional de História. Universidade Estadual do Paraná/PR. (2014).

GINZBURG, Carlos. **História Noturna** – decifrando o Sabá. 2ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 1991.

\_\_\_\_\_. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

SAMPAIO, Juliana Cunha; SILVA, Kleber. **Mulher e feitiçaria na América Portuguesa no século XVI**: cotidiano, magia e inquisição. X Encontro Estadual da Anpuh – PE. História e Contemporaneidade, articulando espaços, construindo conhecimentos (2012).

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, *maternidade e mentalidade no Brasil Colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

NOVINSKY, A. **O Tribunal da Inquisição em Portugal**. Revistas da Unidade de São Paulo. São Paulo, (5): 91-98, jun. 1987.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## GRUPO DE TRABALHO 18: HISTÓRIA E LITERATURA: DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR ENQUANTO FONTES E ABORDAGENS TEMÁTICAS

COORDENADORES: ROBERTA GUIMARÃES FRANCO FARIA (UFLA) E  
VIRGÍLIO COELHO OLIVEIRA JÚNIOR (IFC)





## COMUNICAÇÕES ORAIS

### AUTORITARISMO À BRASILEIRA A PARTIR DAS MEMÓRIAS DO “MENINO DE ENGENHO”.<sup>314</sup>

Gutierre Farias Alves

Mestre em História (PPGH – UFCG)<sup>315</sup>

[gutierrefariasalves@gmail.com](mailto:gutierrefariasalves@gmail.com)

#### 1. Problemática inicial

Por muito tempo caracterizaram o Brasil como um país pacífico. Os intelectuais do IHGB e muitos cientistas sociais, *a posteriori*, descreveram a “sorte divina” que tínhamos em nascer em um país sem vulcões, sem guerras e com abundância nos recursos naturais. O marco inicial deste Brasil imaginário foi o contato harmonioso entre Colonizadores e Nativos, que se relacionaram a partir das primeiras trocas comerciais.

No entanto, embasados por uma visão histórica crítica, desenvolvida principalmente a partir de meados da década de 1970 com o desabrochar das pós-graduações, passou-se a questionar tais interpretações.

Na década seguinte, influenciados pela historiografia Francesa e inglesa, cada vez mais, os historiadores brasileiros passaram a realizar um profundo diálogo entre história e literatura, utilizando essa última como fonte histórica.

Assim, por intermédio dos textos literários, o historiador pode mergulhar nos costumes de um povo, na vida social e política de uma época, nos conflitos entre gerações distintas, e também nos sonhos e esperanças de uma Classe Social. No entanto, não devemos ver tais textos como cópias de uma realidade, mas como representações (verossímeis ou não) de um dado contexto histórico.

<sup>314</sup>“Menino de Engenho”, publicado em 1932, é o primeiro Romance do escritor paraibano José Lins do Rego.

<sup>315</sup> Atualmente participo do grupo de Pesquisa: “História, Literatura e Memória: Regimes de exceção na América Latina” coordenado pelo professor Dr. Gervacio Batista Aranha, na UFCG.





Diante disso, podemos tecer algumas considerações sobre a obra “Menino de Engenho”, do Paraibano José Lins do Rego, partindo de uma pergunta central: Quantos “Brasis” cabem na obra Menino de Engenho?

## 2. “O novo já nasce velho”: A Primeira República sob o olhar de um Menino

Confesso que conheci a obra de José Lins do Rego tardiamente, após 27 anos de existência. O primeiro livro que li foi *O Moleque Ricardo*. Li não: devorei. As aventuras do *Moleque* na cidade foi o ponto de partida para buscar conhecimento sobre o aporte de “Zé Lins”, como chamam os íntimos. Decidi, então, começar por ordem cronológica de publicação, sendo assim, *Menino de Engenho* foi o segundo livro que conheci desse extraordinário autor.

Pois que, ofato inicial narrado em *Menino de Engenho* é um ato de violência. Descobrimos nas primeiras páginas que, Carlos de Melo, o Carlinhos – personagem central da história – perdeu sua mãe Dona Clarisse, assassinada pelo então marido. Carlinhos rememora o burburinho, a surpresa e a tristeza da tragédia, que foi noticiada pelos jornais da época.

Em contrapartida, o menino narra com muito afeto as poucas lembranças que tem do seu pai, porém, afirma que apesar das boas recordações, este era extremamente contraditório, capaz de ternuras e atos violentos, chegando, inclusive, a agredir a esposa.

O assassinato da mãe provocou uma ruptura na vida de Carlinhos, pois além de tudo, ele teve que deixar a cidade onde morava com os pais, e deslocar-se para a fazenda do seu avô José Paulino, já que seu pai fora preso e depois internado como “louco” em um hospital. É justamente neste novo universo aonde se concentram as diversas histórias rememoradas pela personagem central, servindo a nós, historiadores, como fonte histórica para conhecimento acerca do panorama social, político e cultural do Brasil no contexto da Primeira República.





Neste sentido, ao ler e reler a obra percebe-se que todo o enredo é marcado por autoritarismos, que se expressa de várias maneiras, e atravessam – direta ou indiretamente - a vida de Carlinhos.

Lilia Moritz Sshwarcz (2019), em seu mais recente livro: *Sobre o autoritarismo Brasileiro*, nos mostra alguns “fantasmas” contemporâneos que insistem em nos assolar, mas que tem raízes históricas. Assim, racismo, mandonismo, desigualdade social, violência e intolerância contra negros, pobres e mulheres, são expressões da violência desde que o “Brasil é Brasil”. Alguns desses elementos podem ser facilmente visualizados na obra em análise e representativos do período em questão.

Como já frisamos, *Menino de Engenho* foi publicado em 1932, ou seja, isto nos leva a conceber que 44 anos após o fim da Escravidão, os afrodescendentes ainda não tinham sido devidamente incluídos na sociedade brasileira. Os efeitos de uma “abolição conservadora” (COSTA, 2010) e o lugar social dos descendentes de escravizados nesse contexto, podem ser sentidos assim que o menino Carlinhos chega de trem, ao engenho do seu avô:

E na primeira parada deixamos o trem, com grande saudade para mim. Na estação estava um pretinho com um cavalo, trazendo umas esporas, um rebenque e um pano branco. O meu tio estendeu o pano branco na anca do animal, montou, e o pretinho me sacudiu para a garupa (REGO, 2018, pg. 30)

Essa primeira lembrança de Carlinhos evidencia a posição dos subalternos e submissos dos afrodescendentes. Outras memórias os demonstram como “criados” que faziam serviços domésticos, fosse trabalhando na lavoura ou no Engenho. Entretanto, esses fatos são recordados de uma forma idealizada<sup>316</sup>, haja vista que “a senzala do Santa Rosa não desaparecera com a abolição. Ela continuava pegada à casa-grande, com suas negras parindo, as boas amas de leite e os bons cabras do eito” (REGO, 2018, pg. 80).

<sup>316</sup> De acordo com Dantas (2015), certa visão idealizada de José Lins do Rego, especificamente na obra *Menino de Engenho*, a respeito da relação entre coronéis e empregados (no contexto pós Escravidão) foi extremamente influenciada pelos escritos do sociólogo Gilberto Freyre. Essa relação de amizade e de trocas de experiências intelectuais podem ser visualizada a partir da permuta de correspondências entre os dois autores. Para ver a análise de tais cartas entre os escritores, consultar: DANTAS, Cauby. **Gilberto Freyre e José Lins do Rego: diálogos do senhor da casa grande com o menino de Engenho**. Campina Grande, EDUEPB, 2015.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Para Carlinhos existia uma harmonia social entre senhores e empregados, e seu avô não era um senhor cruel, pois dava comida, roupa e moradia. Apanhavam só “quando mereciam”, diferentemente dos “negros de Ursulino, que toda manhã levavam uma chibatada, na porta da senzala, para esquentar o corpo” (REGO, 2018, pg. 90).

Esta percepção de sociedade é fortemente influenciada pelas histórias que o seu próprio avô lhe contava. Carlinhos era um menino que tinha forte dificuldade de aprendizado formal, todavia, adorava escutar as histórias do seu avô, da Velha Totonha e dos empregados do Engenho, destarte, são essas histórias que fazem parte da formação moral e ética de Carlinhos.

Em uma dessas ocasiões, o avô José Paulino reflete sobre o Treze de Maio, o dia da abolição. Consoante ele, este evento não trouxe nada de bom para os negros alforriados: “Não me saiu um negro só. Para esta gente pobre a abolição não serviu para nada. Vivem hoje comendo farinha seca e trabalhando a dia. O que ganham nem dá para o Bacalhau”(REGO, 2018, pg.110), mas, em certo sentido, foi bom para os senhores de Engenho já que “só vim ganhar dinheiro em açúcar com a abolição. Tudo o que fazia dantes era pra comprar e vestir os negros” (REGO, 2018, pg.110).

Muitos negros permaneceram no Engenho, pois, como dizia um ditado da época: “A liberdade é negra, mas a igualdade é branca”. Neste sentido, não existia igualdade, uma vez que, após o fim da Escravidão não existia escola, moradia, e emprego, para os “ex-escravos”. Os mais de 300 anos de Trabalho Escravo forjaram uma sociedade extremamente preconceituosa, onde todo o trabalho pesado recaia nos braços e pernas dos Africanos e seus descendentes. Após todo esse tempo de Escravidão foi inaugurado “um período chamado de pós-emancipação, que teve data precisa para começar, mas não para terminar” (SCHWARCZ, 2019, pg. 30).

Sendo assim, o Brasil Pós-Sistema Escravista era marcado tanto pelo Racismo, quanto pela desigualdade social, já que os Direitos Sociais não eram fornecidos pelo Estado, deixando a população mais pobre, e à mercê do autoritarismo/benevolência dos coronéis e das intempéries da natureza. Esse fato evidencia-se quando Carlinhos recorda uma grande enchente ocorrida no Engenho Santa Rosa que culminou na destruição de





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

casas, linhas de ferro, engenhos; deixando a população flagelada e “morta de fome”. No entanto, graças ao seu avô, não padeceram em total miséria, já que a Fazenda forneceu bacalhau e farinha seca aos famintos.

Neste caso, já que a atuação do Estado Brasileiro era ineficiente, a partir de uma ideologia liberal conservadora, os coronéis é quem possuíam o poder de barganha, fornecendo algum tipo de ajuda social em troca de voto e submissão dos estratos inferiores. Além disso, tinham autoridade de Mando e Desmando, pois através do Poder econômico tinham a legitimidade da violência e da administração – não só dos Engenhos –mas também das cidades e dos estados Brasileiros.

Em vários momentos Carlinhos recorda-se de ocasiões em que seu avô exprimiu o poder de “mandar e desmandar”, seja no Engenho ou em casa, com os empregados ou até com o neto mesmo: “O velho José Paulino gostava de percorrer a sua propriedade, de andá-la canto por canto, entrar pelas suas matas, olhar as suas nascentes, saber das precisões de seu povo, dar os seus gritos de chefe, ouvir queixas e implantar a ordem” (REGO, 2018, pg. 57).

José Paulino gostava de gritar com os empregados, dar ordens, dizer que ia “botar pra correr” aqueles que não queriam trabalhar, que eram preguiçosos. Em sua propriedade quem mandava era ele, e todos o procuravam quando tinham algum problema e precisavam de alguma solução. Foi o que aconteceu com a mulata Maria Pia, que, supostamente, teria perdido a virgindade com Chico Pereira, como este não quisera casar-se, o Coronel “mandou botar o cabra no tronco” (REGO, 2018, pg. 63).

Este ocorrido deixou o menino Carlinhos compadecido, pois raramente “tinha visto gente no tronco” (pg. 64). Desse modo, ao invés de brincar com os amigos, Carlinhos preferiu “ficar com ele conversando, ouvindo as suas histórias, sentindo suas angústias” (REGO, 2018, pg. 65). Já que Chico Pereira só tinha ao menino, pois todos acreditavam na história de Maria Pia.

O acontecimento gerou grande murmurinho no Engenho, pois, como provar que Chico Pereira tirou a honra de Maria Pia? Em contexto onde a oralidade tinha muito valor, José Paulino encontrou a solução: mandou Maria Pia colocar a mão em cima de





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

uma Bíblia e jurar quem tinha feito aquilo com ela. Com os “olhos esbugalhados” e o povo em volta, a mulata respondeu: “Juro que foi o doutor Juca quem me fez mal” (REGO, 2018, pg. 65). Juca era filho do coronel, e após um grande silêncio, Paulino mandou soltar Chico Pereira.

Quando li esta passagem fiquei simplesmente perplexo. Meu espanto se deu, pois mesmo com o fim da Escravidão, pessoas – na sua maioria descendentes de Escravizados – ainda eram colocados no “tronco” como forma de castigo. No entanto, os castigos diferenciavam-se por Classe social, tendo em vista que nada aconteceu ao Doutor Juca (branco e herdeiro do Engenho) quando todos ficaram sabendo que ele quem tinha tirado a virgindade de Maria Pia (negra e pobre).

Doutor Juca já era conhecido pelos casos sexuais com algumas mulheres do Engenho. De acordo com Zé Guedes, “professor de coisas ruins” de Carlinhos, o doutor “mandava” em várias meninas da região. Isto é, as mulheres eram vistas pelos homens como objetos sexuais, que serviam para o prazer masculino. Além disso, sofriam violência física, como a de Judite, uma das primeiras professoras de Carlinhos: “enquanto eu ficava sozinho na sala com a minha carta na mão, ouvi no interior da casa um ruído de pancadas e uns gritos de quem estivesse apanhando. Compreendi então que a minha bela Judite apanhava do marido” (REGO, 2018, pg. 54).

Esse Mandonismo do início do século XX é herdeiro do projeto de Colonização Portuguesa, que foi executado por homens Portugueses, e esteve baseado na Monocultura, no Trabalho Escravo, e na Grande Propriedade<sup>317</sup>. O título de Senhor do Engenho é o título que todos aspiravam, como descreveu o jesuíta Antonil, em 1711. Tão aspirado porque essa condição os dava privilégios (de ordem econômica, social, cultural e política) que eram transmitidos aos filhos. Pois que os coronéis tinham poder de “vida e de morte”, assim como seus herdeiros. Por isso, tanto José Paulino, como

---

<sup>317</sup> A história brasileira não teve grandes rupturas ou Revoluções (seja Burguesa ou Socialista). Todos os projetos que, de algum modo, pensaram em romper, total ou parcialmente, as tradições que privilegiavam os estratos superiores, foram duramente reprimidas, seja no Período Colonial, Imperial ou nas diversas fases do Período Republicano.





Doutor Juca, podiam abusar sexualmente de mulheres, ou simplesmente colocar homens no tronco.

Ao mesmo tempo, o poder não se legitimava apenas através da força policial, dos aparatos repressivos, ou do poder dos jagunços. Era necessário “dar algo em troca”, ou seja, construir um mínimo de consenso entre os Coronéis e seus subordinados. Por isso, nos momentos de “aperreio”, o Coronel estava ali para assistir a população pobre, seja com uma cesta básica, uma roupa, ou um teto para dormir nos momentos de enchente.

Contudo, esta sociedade construída a partir sob os princípios do Patriarcalismo, sujeitava mulheres, crianças, empregados, descendentes de Escravos e pobres em geral, ajudou a construir discursos e práticas extremamente autoritárias, onde todos os aspectos da vida social “cheiravam” à violência e autoritarismo, seja física ou simbólica. Prova disso são as histórias da Velha Totonha, tão admiradas por Carlinhos.

Velha Totonha é uma contadora de histórias. Histórias que serviam não apenas para entreter, mas que davam sentido para a vida daqueles que a escutavam. Ela, de acordo com Carlinhos, narrava sobre “lobisomens que comiam fígado e bebiam sangue de crianças”, e mais do que as temáticas abordadas, era a forma de contar que chamava a atenção do pessoal do Engenho, dos empregados, e do povo que tinha poucos divertimentos. Ela era, então, a telenovela das pessoas comuns do início do século XX.

Sua ladainha marcou a memória de Carlinhos e, para este, a “história da madrasta que enterrara uma menina era sua obra-prima” (REGO, 2018, pg. 72). Em resumo, trata-se de um pai que saía para viajar e deixou sua filha com a madrasta. A madrasta, que tinha ciúmes do marido, passou a explorar a pobre menina, forçando-a a trabalhar de “sol a sol” com inúmeros afazeres domésticos. Certo dia, a “madrasta mandou que ela ficasse debaixo de um pé de figueira, com uma vara na mão espantando os sabiás das frutas” (REGO, 2018, pg. 73). A menina adormeceu. Foi a desculpa para que a madrasta desse-lhe uma surra de matar, enterrando-a viva, na beira do rio. Quando o pai chegou de viagem, a madrasta contou que a menina adoecera e que morreu algum tempo depois que ele partira. Entretanto, certa manhã, um capineiro escutou uma voz de





dentro do capinzal. A menina não morrerá, estava viva. Como castigo “amarraram a madrasta nas pernas de dois poldros brabos. Os pedaços dela ficaram pela estrada, fedendo” (REGO, 2018, pg. 74).

Significa dizer que todo o imaginário social era marcado pela violência. O autoritarismo não era apenas do Coronel com seus empregados, do marido que batia na mulher, das crianças que maltratavam os animais<sup>318</sup>.

As histórias da Velha Totonha simbolizam o Brasil autoritário, que não busca justiça, mas a pura e simples vingança; além disso, a elite dirigente via a “questão social como caso de Polícia”. Não existia uma perspectiva dialógica ou democrática nesse Brasil em transição. Éramos uma República de Coronéis e Militares, que tinham na imposição da ordem um elemento essencial para construção da Nação.

Dessa forma, a violência existente na sociedade pós-escravista vai moldando um imaginário marcado também por autoritarismos. Com isso, até mesmo as lendas e as histórias inventadas, por assim dizer, possuem esta triste e lamentável marca.

### **Considerações finais**

O Historiador é um tradutor e um mediador cultural de dois tempos distintos, o passado e o presente, como bem lembra Aranha (2013). Sendo assim, o objeto histórico (o passado) é construído a partir das inquietações que o historiador tem no tempo presente. Aí mora a dificuldade de escrever história por parte do historiador: a distância que o passado tem de nós e a busca por fontes para reconstruir de forma verossímil esse processo.

Nesse sentido, para reconstituir fragmentos desse passado, é preciso saber interrogar os vestígios deixados ao longo do tempo, entendendo estes não como

---

<sup>318</sup> Carlinhos rememora com prazer a matança de arribaçãs (capítulo 9) e de passarinhos (capítulo 25), porém, vale salientar que, nesse contexto, não existia uma sensibilidade para com o direito dos animais. Nesse sentido, era comum para as crianças da época divertirem-se maltratando animais domésticos ou selvagens.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

meras expressões miméticas da realidade; tampouco figuram como meros discursos em certo sentido retórico, do tipo que não admite remissão a referentes extralingüísticos. É preferível certa lição de método extraída de Paul Ricoeur, para quem torna-se documento tudo o que pode ser interrogado por um historiador com a ideia de nele encontrar uma informação sobre o passado(ARANHA, 2013, pg. 32).

Neste caso, entendemos a literatura enquanto fonte histórica, não como um mero documento auxiliar. É importante lembrar que a literatura se caracteriza pela exploração da linguagem, onde o literato tem uma margem de liberdade maior que o historiador, já que o ultimo tem uma preocupação com o verossímil.

Porém, tanto a história como a literatura são formas de apreensão da realidade, sendo assim, cabe ao historiador interrogar de forma adequada o texto literário. Em nosso caso ao questionarmos o romance *Menino de Engenho*, partimos da noção do historiador Carlo Ginzburg<sup>319</sup>: que rastros, que imagens, que vestígios da história brasileira podem ser vislumbrados a partir da referida obra? Ou como perguntamos no início do texto: Quantos brasis cabem na obra do escritor paraibano?

Como fica evidente em todo o exposto, entendemos que existem vários Brasis representados em *Menino de Engenho*: O Brasil racista e desigual que submetia os descendentes de escravizados, os pobres em geral, e as mulheres, ao poder dos Coronéis e seus herdeiros. E, por mais que as memórias de Carlinhos - que se confundem com as memórias de Zé Lins - sejam, por vezes, idealizadas a partir da figura do Engenho do avô José Paulino, cabe ao historiador buscar informações daquilo que não foi dito diretamente pelo autor.

Sabemos que existem outras interpretações acerca da obra, mas para nós é urgente trazer que - no diversificado Brasil que encontramos nas memórias de Carlinhos - o autoritarismo se fez/faz presente. Apesar de descrever um mundo Patriarcal que estava em decadência no contexto do nordeste brasileiro, ainda se encontravam os usos e abusos de violência, em suas diversas formas.

---

<sup>319</sup>Segundo Ginzburg (1647 – 2007), a literatura é imprescindível para o trabalho do historiador, pois a partir “das narrações de ficção é possível extrair os testemunhos mais fugidios, porém mais preciosos, justamente porque se trata de narrações de ficção”GINZBURG, Carlo. Paris, 1647, p. 84: **Um diálogo sobre ficção e história**. IN: O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. Companhia das letras, 2007.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Autoritarismo que, é importante ressaltar, tem se intensificado atualmente, mundo afora e Brasil adentro, por exemplo, com líderes indígenas sendo perseguidos, professores sendo violentados em salas de aula, protestos (no campo e na cidade) sendo duramente oprimidos pelo braço armado do Estado, políticos sendo assassinatos por milicianos, presidentes exaltando torturadores.

Entretanto, como bem lembrou o poeta paulistano Sérgio Vaz: “Esse Brasil cheio de ódio sempre existiu, pergunte aos negros, pobres, índios, mulheres, nordestinos, gays, travestis, eles te contam<sup>320</sup>”. Neste contexto, cabe aos historiadores, portanto, recuperar historicamente essas histórias de violência, pois, ao tomarmos consciência do autoritarismo brasileiro, poderemos, enfim, construir coletivamente, mecanismos para combatê-lo, e quem sabe assim, termos um país mais igual, justo, solidário e verdadeiramente pacífico.

#### **Bibliografia**

ARANHA, Gervácio Batista. **História e representação hoje: por uma nova mimese?** In: ARANHA, Gervácio Batista; FARIAS, Elton John da Silva (org). Epistemologia, historiografia e linguagens. Campina Grande: EDUFPG, 2013, p. 27-46.

COSTA, Emília Viottida. **A abolição**. 9 ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DANTAS, Cauby. **Gilberto Freyre e José Lins do Rego: diálogos do senhor da casa grande com o menino de Engenho**. Campina Grande, EDUEPB, 2015.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. Companhia das letras, 2007.

REGO, José Lins do. **Menino de Engenho**. Apresentação Ivan Cavalcanti Proença. 110ª Ed, - Rio de Janeiro: José Olympio, 2018.

<sup>320</sup> Escrito na página do facebook do autor:

<https://www.facebook.com/poetasergio.vaz2/posts/1393902717355808/> acessado em 11 de Novembro de 2019.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** 1ª Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **A REPÚBLICA DOS “DEGOLADOS”: CHACINA E BANALIDADE DO MAL NA OBRA *OS SERTÕES DE EUCLIDES DA CUNHA*.**

Marco Aurélio Dantas Nepomuceno

UECE- Universidade Estadual do Ceará

[dantasaurelio@hotmail.com](mailto:dantasaurelio@hotmail.com)

O presente trabalho tem como objetivo analisar a obra *Os Sertões* de Euclides da Cunha como testemunho histórico dos acontecimentos que nortearam a Campanha de Canudos no final do século XIX. A presente obra de Euclides se apresenta como um importantíssimo documento que revela as atrocidades perpetradas pelas forças militares da então República emergente, que sob o discurso da “liberdade fraterna” arrasou o movimento sertanejo de Antônio Conselheiro, praticando atos de carnificina em nome da “ordem” e do “progresso”.

### **Euclides da Cunha e sua época**

Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha foi um escritor e jornalista brasileiro. Nascido em Cantagalo, estudou na escola Politécnica, tornando-se brevemente militar. Em 1897 tornou-se correspondente de guerra e cobriu os acontecimentos da guerra de Canudos, conflito sertanejo liderado pelos religiosos de Antônio Conselheiro contra o exército brasileiro, o qual lhe rendeu a obra *Os Sertões*, clássico da literatura Brasileira. Nela, o autor mescla seu cientificismo<sup>321</sup> com elementos da ficção romântica.

O contexto no qual a obra de Euclides da Cunha está inserida se encontra nas transformações que ocorreram na transição do Império para a República. A Abolição já havia sido decretada, causando um impacto significativo nas elites escravocratas, o partido republicano emergia, tendo como atores principais os militares, e assistia-se a configuração de novas mudanças culturais importadas da Europa: a efervescência da

<sup>321</sup> Em meados do século XIX o Brasil começa a abraçar com simpatia as mais variadas tendências ideológicas ancoradas no positivismo.





Belle Epoque e as ideias científicas. A República nascente abraçava assim a proposta higienista de criar e consolidar um “Brasil novo”, sob a alcunha da “Ordem e Progresso”, discurso estampado na bandeira. Portanto, tais propostas se assentariam na racionalidade científica, onde qualquer movimento popular que fugisse das regras impostas deveria ser abafado em nome da referida ordem<sup>322</sup>. A República nasceria assim, numa mescla autoritária que se forjou entre o positivismo militar dos cadetes do exército e das oligarquias cafeeiras, que representavam o mandonismo brasileiro em fins do século XIX. Os problemas sociais eram entendidos como casos de “policia”, sendo fenômenos decorrentes das teorias da “degenerescência<sup>323</sup>”, ideologia muito em voga na época e abraçada com entusiasmo pelas elites. As cidades já tinham os seus problemas de violência urbana acarretada pela desigualdade econômica; já se tinham movimentos sociais urbanos coma a nova classe proletária advinda dos imigrantes europeus trazidos para trabalharem nas lavouras do café, principal atividade econômica até o momento. No campo a miséria e a fome assolavam os sertões decorrentes de situações climáticas agravadas pela seca e principalmente pelo descaso e indiferença das elites agrárias. O sertão baiano como os demais sofrerá essas consequências:

No solo miserável do sertão, Conselheiro encontrara terreno fértil para sua pregação messiânica. A decadência dos engenhos, o fim da escravidão, a seca terrível de 1878 (diante a qual, só no Ceará, cerca de 100 mil pessoas morreram de fome), a alimentação do mercado de trabalho provocada pelo fluxo incessante de imigrantes europeus: tudo conduziria ao caos social do Nordeste. Nesse ambiente de vertigem e desespero, surgiu a figura magnética de Antônio Conselheiro (BUENO, 2013, p.275)

Antônio Conselheiro iniciou sua peregrinação pelo sertão, pregando suas ideias igualitárias em 1874. Foi atacado pelo clero, perseguido pelos latifundiários, preso, espancado pelas autoridades monárquicas vários anos antes da proclamação da República.

<sup>322</sup> Exemplos típicos desse autoritarismo se deram em acontecimentos como A Revolta da Vacina, As medidas higienistas de Pereira Passos nas Ruas do Rio de Janeiro e a repressão aos movimentos populares do Contestado e Canudos.

<sup>323</sup> Vale salientar que a Eugenia estava em voga nas discussões dos cientistas brasileiros e perdurou até a década de 1940.





Quando Euclides da Cunha partiu para Canudos como representante do Estado de São Paulo acreditava que a Guerra no sertão da Bahia tinha como objetivo a restauração da monarquia<sup>324</sup>. Não tardou porém, em verificar o seu erro. E disse categoricamente em *Os Sertões* que “a ação de Conselheiro e seus partidários não traduzia o mais pálido intuito político: o jagunço é tão inapto para aprender a forma republicana como a monárquico-constitucional” (CUNHA, 2003, p.90).

Observa-se assim que o discurso de Euclides da Cunha estava ambientado com as variadas tendências cientifistas da época, como o determinismo biológico<sup>325</sup> e o racismo eugenico. Nesse contexto, determinadas categorias de indivíduos eram identificadas a partir do seu meio, ou seja, certas regiões ou espaços eram indicadores de inferiorização do sujeito. Para Euclides da Cunha e seus contemporâneos republicanos, Canudos representava um covil de “loucos”, “degenerados” e “bárbaros” que lutavam a favor da ‘restauração’ monárquica em pleno sertão nordestino.

Antônio Conselheiro não foi um fanático nem um beato manejado por bandidos que não sabiam ler ou escrever. Foi o fundador de Canudos e dirigente incompatível da resistência camponesa na maior “guerra social que abalou o sertão do país” (MONIZ, 1982, p.14)

### **Antecedentes da revolta: Os Pobres do Campo.**

Entre meados do século XIX e começos do século XX, sucederam-se no nordeste brasileiro movimentos de rebelião dos pobres do campo. Assumem as mais diversas características. Seus pontos culminantes são Canudos (1896/1897), Contestado (1912/1916) e o Caldeirão (1936/1938). Apesar da especificidade de cada um, liga-os um traço comum: o choque aberto entre a religiosidade popular e a religião oficial dominante. No final do século XIX o nordeste passa por crises constantes de miséria, fome e mortandade produzidas pela seca e pelo descaso dos latifundiários. Registra-se nessa época o grande afluxo de flagelados sertanejos em direção a região norte, em

<sup>324</sup> Esse discurso era alimentado nas rodas de conversa da imprensa conservadora da época.

<sup>325</sup> Muitos intelectuais brasileiros receberam o darwinismo social com deslumbre.





busca de trabalho nos seringais amazônicos. Algumas cidades de Recife e Fortaleza, que se modernizavam nessa época criaram mecanismos de controle para evitar que esses pobres chegassem a tais espaços. No Ceará, por exemplo, as elites das cidades metropolitanas criaram campos de concentração para barrar a chegada dos ‘flagelados’<sup>326</sup>. É nesse clima de dor, miséria e sofrimento que eclode o movimento messiânico de Canudos:

A grande concentração de pobres do campo que de novembro de 1896 a outubro de 1897 sustentou nos sertões da Bahia a grande luta armada conhecida sob a denominação de Guerra de Canudos, começou a formar-se naquele aldeamento em 1893. Constituiu-se sobre os escombros de uma velha fazenda em ruínas, como deveriam ser à época muitas outras pelo vasto interior do Brasil, particularmente no Brasil. (FACÓ, 1963, p.77).

Há cinco anos a escravidão havia sido abolida e quatro de proclamada a República quando chegou a Canudos a gente de Antônio Conselheiro. Mas aquelas mudanças na fisionomia política do país, impostas embora por certas modificações na estrutura econômica, em nada melhoraram a vida dos trabalhadores e muito menos da grande massa do campo submetida pelos senhores latifundiários. As massas de camponeses eram simplesmente ignoradas e silenciadas. O trabalhador do campo do Brasil fora sempre considerado pelos fazendeiros e seus porta-vozes como “simples escravos ou servo, geralmente equiparado aos animais de carga”. (FACÓ, 1963, p81).

A República emergente assim, se apresenta como portadora da proposta racionalista de Estado, no qual a cobrança de impostos era uma de suas marcas. Um dos motivos das diversas prisões de Conselheiro era justamente a sua recusa em acatar esse mandonismo republicano, o que se somava com os vários adeptos que o beato trazia para si, disseminando em seu discurso críticas sociais ao governo vigente na busca de uma utopia cristã na terra. Canudos se assemelhava aos grandes projetos utópicos da história, como *A República*<sup>327</sup> de Platão ou a *Utopia*<sup>328</sup> de Thomas More. Num lugar esquecido

<sup>326</sup> Raquel de Queiroz narrou essa tragédia da seca em seu Romance *O Quinze*.

<sup>327</sup> Nessa obra Platão idealiza seu sonho de elaboração de um Estado racional liderado por “reis filósofos”





pelas autoridades republicanas a voz de Conselheiro soava como um alívio aos marginalizados, como lembra o historiador marxista Rui Facó:

Em que consistia a subversão anunciada e o prenuncio de desgraças? Em primeiro lugar, porque o Conselheiro arrebatava multidões de adeptos para caminho diverso daquele indicado pelas classes dominantes, subtraindo-os, às centenas, à influencia da ideologia religiosa por elas pregada e que era inculcada através do catolicismo. Em segundo lugar, porque os conselheiristas começavam a armar-se como se tivessem de ferir uma batalha campal. (FACÓ, 1963, p.87)

É nesse espírito de revolta assolado pela seca e pela miséria que eclodirá o movimento messiânico de Conselheiro, indicando a resistência do sertanejo perante tais mazelas. Os adeptos da causa de Conselheiro se rebelam contra a cobrança de impostos. Segundo Euclides da Cunha, o primeiro incidente do gênero ocorre em Bom Conselho, num movimentado dia de feira, quando estava reunida ali não só a população da localidade, mas de suas redondezas. O Conselheiro manda “arrancar os editais de cobranças de impostos e com eles faz uma fogueira em praça pública” (FACÓ, 1963, p.88).

A tentativa de criar uma comunidade igualitária não tardaria em despertar o temor dos fazendeiros que viviam da exploração dos camponeses. Seria perigoso para eles se as ideias de Conselheiro se entendessem pelo sertão e surgissem outros Canudos. O clero permanecia hostil, apesar de Conselheiro continuar fiel a Igreja Católica, “todos os seus seguidores submetiam-se às principais exigências dos párocos: casavam-se no religioso, batizavam seus filhos, iam às missas aos domingos” (MONIZ, 1982, p.34).

Assim sendo, no imaginário das autoridades republicanas o arraial sertanejo representava os entraves à modernização brasileira. O beato junto com seus asseclas amedrontavam os latifundiários, a alta cúpula da igreja católica e o exercito, fazendo com que a opinião publica construísse os mais variados estereótipos<sup>329</sup> acerca dos sertanejos de Canudos. Nesse sentido, serão enviadas ao sertão baiano quatro expedições para abafar o movimento messiânico. Apesar da resistência heroica o arraial

<sup>328</sup> Representa o primeiro tratado utópico da modernidade.

<sup>329</sup> Os principais jornais da época dos grandes centros tachavam a população de Canudos como “bárbaros”, “loucos”, “monarquistas”, “anarquistas” e “degenerados”.





é destruído em 1897, “quando caíram seus últimos defensores: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados” (CUNHA, 2003, p.532).

### ***Os Sertões: Literatura e Trauma.***

Euclides da Cunha publicou *Os Sertões* em 1902. A obra em sua essência narra o conflito ocorrido no sertão baiano entre as forças republicanas e os “jagunços” de Antônio Conselheiro. A escrita de Euclides carrega uma mescla entre o cientificismo em voga na época e os elementos do romantismo, pois a obra também se apresenta como uma epopeia. *Os Sertões* é dividido três partes: *A Terra*, *O Homem* e *A Luta*. Na primeira parte são estudados o relevo, o solo, a fauna e o clima da região nordestina. Euclides da Cunha registrou ainda que as grandes secas do nordeste brasileiro obedecem a um ciclo de nove a doze anos.

Ao discorrer sobre o *Homem*, o autor faz uma análise da psicologia do sertanejo e de seus costumes tendo na figura de Conselheiro uma referência para a definição do arquétipo do nordestino. No fim, ao discutir a *Luta*, Euclides da Cunha começa a mudar o foco, na medida em que delinea sua escrita para um compromisso ético, tornando sua narrativa comprometida com a denúncia social. Nesse sentido, podemos definir *Os Sertões* como um gênero novo intitulado *Literatura do Trauma* ou *Literatura do Testemunho*<sup>330</sup>, pois o escritor, que produz sua obra em situações-limite ou nas catástrofes torna-se um “sobrevivente” do flagelo, e, portanto, sente a necessidade de narrar sua história. Esse sobrevivente busca a justiça, após ter sobrevivido à extrema injustiça:

A literatura de testemunho é um conceito que, nos últimos anos, tem feito com que muitos teóricos revejam a relação entre a literatura e a realidade. O conceito de testemunho desloca o ‘real’ para uma área de sombra. Testemunha-se, via de regra, algo de excepcional, e que exige um relato. Esse relato não é só

<sup>330</sup> O presente termo tem uma relação específica com as obras escritas durante a Segunda Guerra Mundial, a chamada literatura da Shoa.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

jornalístico, reportagem, mas é marcado também pelo elemento singular do real. (SELIGMANN, 2013, p.47).

Assim sendo, aquele que testemunha uma situação de catástrofe em sua narrativa é um sobrevivente da morte, e, portanto tem a necessidade de narrar para afugentar a sua “dor”. Além do mais, o escritor ao narrar os acontecimentos estéticos das carnificinas assume também um compromisso ético com a verdade, pois seu texto deve “manter a memória, a presença dos mortos e dar um túmulo a eles”. (SELIGMANN, 2013, p.55).

Desse modo, mesmo Euclides de Cunha construindo sua narrativa em cima do discurso oficial, cientista e positivista do Século XIX, - o qual negava as diferenças do sertão nordestino-, a partir da análise da última parte da obra intitulada *A Luta*, o escritor carioca expressará sua resistência ao discurso eugênico e elitista da República, colocando-se ao lado do sertanejo e denunciando a violência perpetrada pelas forças oficiais, discussão que veremos a seguir.

#### **A Degola em nome da Ordem: Aspectos da Maldade em *Os Sertões*.**

Nessa última análise do presente trabalho discutiremos o conceito de *Maldade*<sup>331</sup> em Hannah Arendt<sup>332</sup> como suporte teórico para o entendimento da chacina perpetrada no arraial de Canudos pelas forças militares da República. Para tanto, vale frisar aqui que são contextos diferentes, pois a obra de Euclides da Cunha é produzida em fins do século XIX e a de Arendt escrita nos chamados “tempos sombrios”, período que se inicia com as Grandes catástrofes do século XX. Nesse sentido, a semelhança se encontra no poder destrutivo do Estado que se manifesta no indivíduo incapaz de pensar sobre os seus atos. Esse sujeito, imbuído da ideologia estatal, pode cometer as mais variadas atrocidades em nome da lei ou da ordem, perpetrando a chamada “obediência cega” ou a “obediência cadavérica” (Arendt, 2013, P.152).

<sup>331</sup> Não queremos aqui cair no anacronismo, pois os contextos são diferentes.

<sup>332</sup> Pensadora de origem judaica que escreve sobre temáticas ligadas a segunda Guerra e a violência de Estado.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

O tema do *Mal*, em Arendt, não tem como pano de fundo, a malignidade, a perversão ou pecado humano. A novidade da sua reflexão reside justamente em evidenciar que os seres humanos podem realizar ações inimagináveis, do ponto de vista da destruição e da morte, sem qualquer motivação maligna.

A temática da banalidade do mal à qual temos como propósito de analisar se concentrará nos últimos episódios da Guerra, onde Euclides da Cunha assume em sua escrita o compromisso ético de denunciar a carnificina cometida pelos soldados das forças republicanas frente aos sertanejos, não isentando velhos, mulheres ou crianças. Depois da quarta expedição ao arraial e o enfraquecimento dos revoltosos, inicia-se a brutalidade em nome da ordem:

Mulheres desatinadas disparavam em choros, e rolavam pelos cantos; até baquear no chão, cozido a baioneta ou esmoído a coronhadas, pisoado sob o rompão dos coturnos, o lutador temerário. Reproduziam-se tais cenas.

Quase sempre, depois de expurgar a casa, o soldado faminto não se forrava a ânsia de almoçar, em Canudos. (CUNHA, 2003, p.301).

As mulheres de Canudos deixaram exemplos notáveis de bravura e firmeza inabalável diante das forças republicanas. A maior parte preferiu morrer e deixar-se aprisionar. E, mesmo quando prisioneiras, na miséria mais extrema, demonstravam tanta bravura, “tanta confiança em seus companheiros que, em geral, eram degoladas pelos invasores do arraial de Conselheiro”. (FACÓ, 1963, p.109).

Euclides registra que Canudos se transforma numa verdadeira cena dos horrores, na medida em que a morte não causava mais espanto; as pessoas conviviam com ela e as ordens dos oficiais eram que não permanecesse nenhuma vida no arraial: “toda gente se adaptara a situação. O espetáculo diário da morte deram-lhe a despreocupação da vida”. (CUNHA, 2003, p.479). Desse modo, o Estado republicano que levaria a razão aos “degenerados” e “bárbaros” do sertão baiano, ia a cada dia no final da luta consolidando





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

a sua *necropolítica*<sup>333</sup>, escolhendo aqueles sujeitos que seriam condenados á morte, como lembra Euclides, no capítulo intitulado *A Degola*:

Chegando a primeira canhada encoberta, realizava-se uma cena vulgar. Os soldados impunham invariávelmete à vítima um viva a Republica, que era poucas vezes satisfeito. Era o prólogo invariável de uma cena cruel. Agarravam-na pelos cabelos, dobrando-lhe a cabeça, esgargalando-lhe o pescoço; e, francamente exposta a garganta, degolavam-na. Não raro a sofreguidão do assassino repulsava esses preparativos lúgubres. O processo era, então, mais expedito. Varavam-na, prestes, a facão. Um golpe único, entrando pelo baixo ventre. Um destripamento rápido. (CUNHA, 2003, p.493).

A chamada degola representava simbolicamente dois fenômenos distintos. Primeiro, a separação da cabeça do corpo, no qual o sujeito estava completamente abatido, ou uma forma de se promover militarmente de uma patente à outra. Um jovem soldado que desejava galgar um posto hierárquico na escala superior deveria cortar um número considerável de cabeças, fosse de velhos, crianças ou mulheres enfermas. As ordens dos seus comandantes determinavam as chacinas naquele sertão baiano, no qual o soldado aspirante obedecia cegamente em nome da ordem a politica da matança republicana:

Tinhamos valentes que ansiavam por essas covardias repugnantes, tácita e explicitamente sancionadas pelos chefes militares. Apesar de três séculos de atraso, os sertanejos não lhes levavam a palma do estadear idênticas barbaridades. (CUNHA, 2003, p.493).

Temos no discurso enunciado acima a análise de um escritor que não sucumbiu à ordem vigente. Apesar de militar e republicano, Euclides da Cunha ao fim da guerra não sucumbe à banalidade do mal, não relativiza ou naturaliza a ‘barbárie’ republicana. Ao contrário, observa-se no decorrer derradeiro da obra *Os Sertões*, a denúncia social e o deslocamento de sua posição, agora eticamente a favor do sertanejo vitimizado pelos soldados. O autor faz questão de revelar o massacre, ainda focando na prática da degola:

---

<sup>333</sup> Termo cunhado pelo filósofo camaronês Achile Mbembe ao analisar a soberania, o biopoder e a politica da morte nos Estados Contemporâneos.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Enlear ao pescoço da vítima uma tira de couro, num cabresto ou numa ponta de chiqueirador; impeli-la por diante; atravessar entre as barracas, sem que ninguém se surpreendesse; e sem temer que se escapasse a presa, porque ao mínimo sinal de resistência ou fuga um puxão para trás faria que o laço se antecipasse á faca e o estrangulamento à degola. Avançar ate a primeira covanca profunda, que era um requinte de formalismo; e, ali chegados, esfaqueá-la. (CUNHA, 2003, p.494).

Após tais cenas de carnificina narrada por Euclides da Cunha, é impossível não nos perguntarmos: “o que faz um ser humano normal realizar os crimes mais atrozes em nome da lei ou da ordem?”. A resposta está no mal banal. Trata-se de uma prática do mal promissora nas sociedades massificadas no qual os indivíduos estão condicionados. Vivendo como animal laborante os homens burocratizam as suas obrigações e se tornam desse modo incapazes de pensar as consequências das ordens dadas pelos seus superiores ou grupos. Dessa forma, assim como Eichmann foi incapaz de pensar sobre seus crimes contra os judeus, as tropas republicanas em nome da Lei renunciaram o pensamento que distingui o bem do mal, cometendo talvez uma das piores chacinas já registrada na história do Brasil.

#### Referências Bibliográficas

ARENDDT,Hannah. **Eichman Em Jerusalém: Um Relato Sobre a Banalidade do Mal.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BUENO, Eduardo. **Brasil Uma História.** São Paulo: Leya, 2012.

CUNHA, Euclides. **Os Sertões.** São Paulo: Martin Claret, 2003.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

MONIZ,Eduardo. **Canudos A Luta Pela Terra.** Rio de Janeiro: Global, 1982.

SELIGMANN, Marcio. **História Memória Literatura: O Testemunho na Era das Catástrofes.** São Paulo: Editora Unicamp, 2013.





## **ENTRE A GALILEIA E O VÉU: UMA ANÁLISE DO NORDESTE DE RONALDO CORREIA DE BRITO**

Rayan Fernandes Pereira

Universidade Federal de Campina Grande

rayanprofhistoria@gmail.com

### **INTRODUÇÃO**

De acordo com a delimitação usualmente aceita, a região nordestina comporta nove estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Dizer isso, entretanto, é naturalizar uma região que, antes de qualquer coisa, é dotada de historicidade.

Isto pode ser percebido na grande quantidade de pesquisas e trabalhos dedicados aos mais diferentes aspectos (sociais, políticos, econômicos e culturais) deste território. Ao lado de toda esta produção acadêmica, destacam-se uma série de representações artísticas escritas sobre e na região.

Estes produtos culturais possuem uma importante relação com a própria formação da região. Neste sentido o primeiro objetivo deste artigo é analisar a relação entre a literatura regionalista de 30 o Nordeste, demonstrando – ainda que de maneira breve- como a mesma foi responsável pela construção de um imaginário a respeito da mesma.

Em um segundo momento iremos nos dedicar a pensar as formas pelas quais o escritor Ronaldo Correia de Brito escreve seus livros indo na contraposição deste imaginário, combatendo o mesmo

### **IMAGINANDO O NORDESTE**

Este é um trabalho sobre o nordeste brasileiro e, diante disso, faz-se necessário defini-lo. Esta não é uma tarefa fácil uma vez que existem disputas sobre a própria definição do conceito de região : Geógrafos, sociólogos, economistas e outros cientistas





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

disputam o direito de delimitar o que é uma região. (BOURDIEUR, 1989). Em que pese a multiplicidade de caminhos possíveis, nosso olhar será pautado pela história. Neste sentido uma pergunta é posta quase que de imediato: Como surgiu o Nordeste?

Em um trabalho já clássico o historiador Durval Muniz de Albuquerque define a região como “[...] uma identidade espacial, construída em um preciso momento histórico, final da primeira década do século passado e na segunda década, como produto do entrecruzamento de práticas e discursos regionalistas” (ALBURQUEQUE, 2011, p.33)

Neste sentido, o discurso

[...] não mascara a verdade da região, *ele a institui*. Ele, neste momento, não faz mais parte da mimese da representação que caracterizava a episteme clássica e que tomava o discurso como cópia do real, na modernidade este discurso é regido pela mimese da produção em que os discursos participam da produção de seus objetos, atua orientado por uma estratégia política, com objetivos e táticas definidos dentro de um universo histórico, intelectual e até económico específico. (ALBURQUEQUE, 2011, p.62).

Para o autor a repetição de enunciados e discursos a respeito da região inventaram-na como um lugar da saudade – da sociedade colonial, da casa grande, e, às vezes, da senzala-, da revolta, da seca e da persistência de práticas arcaicas ligadas à tradição, ao patriarcalismo e etc. Em seu livro ele analisa as interpenetrações entre a história, a sociologia, a música e a pintura expondo como, em sua opinião, as artes tiveram um papel preponderante na construção e divulgação da imagem da região.

Reconhecendo a importância da pesquisa, nos propomos, entretanto, a visualizar o nosso objeto de estudo de outro modo. Em nossa opinião o Nordeste pode ser pensado enquanto um “imaginário social”. Seguindo a sugestão de Sandra Jatahy Pesavento em seu texto “Em busca de uma outra história: Imaginando o imaginário” (1995), iremos iniciar nossa discussão a respeito do imaginário partindo da noção de representação. Segundo Roger Chartier o conceito de representação é fundamental nos estudos históricos contemporâneos que versam sobre a cultura. O historiador francês bebe da fonte de diversos estudiosos para estudar, entre outras coisas, o antigo regime a partir de seus textos e representações literárias. (MACHADO,2016)





De maneira simples é possível afirmar que as representações referem-se às “[...] classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real” (CARVALHO, 2005, p.149). Ou seja, são as diversas maneiras pelas quais os agentes percebem e dizem o mundo que os cerca.

Conceituar as representações desta forma não significa dizer que seu estudo deve ser feito pensando o cultural enquanto instancia separada do social. Pesavento, citando indiretamente Castoriadis, defende que as “[...] representações teriam, [...], um fundo de apoio na concentricidade das condições reais de existência. Ou seja, as idéias-imagens precisam ter um mínimo de verossimilhança com o mundo vivido para que tenham aceitação social, para que sejam críveis” (1995, p.22)

O diálogo entre a subjetividade do criador e a estrutura social é abordado por Chartier em diversos de seus escritos. O historiador francês defende que a literatura não é um reflexo das estruturas sociais nem está, ao mesmo tempo, completamente apartada destas. Trava, nesta perspectiva, uma *negociação* com o mundo concreto estabelecendo “[...] um intercâmbio entre, de um lado, criador e, de outro, instituições e práticas da sociedade” (NAVARRETE, 2011, p.33)

Esta relação foi levada ao extremo na década de 30 do século passado. Segundo Cândido (2008) os anos 30 são marcados pela troca harmoniosa entre literatura e estudos sociais. Isto é ainda mais visível nas obras da segunda geração modernista, os chamados regionalistas. Estes escritores nordestinos compuseram seus romances visando tratar de dramas populares característicos da região.

Visão contrária à esta é apresentada pelo historiador Durval Muniz Alburquerque, já citado neste artigo. Para o historiador

[...] o que se diz da região não é o reflexo do que se vê na e como ‘região.’ Os dois regimes de enunciação possuem uma independência, as palavras e as coisas são independentes [...] o que emerge como visibilidade regional não é representado, mas construído com a ajuda do dizível ou contra ele. (ALBURQUERQUE, 2011, p.59)

Discordamos destas considerações pois, seguindo Nicolau Sevcenko, acreditamos que “Afinal, todo escritor possui uma espécie de liberdade condicional de





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

criação, uma vez que seus temas, motivos, valores, normas ou revoltas são fornecidos ou sugeridos pela sociedade e seu tempo. E é destes que eles falam” (1989,p.22).

Ao falar sobre sua “sociedade e seu tempo” a literatura acaba atuando, de maneira direta ou indireta, sobre estes. Literatura e sociedade se influenciam mutuamente, e esta produz efeitos práticos sob o indivíduo “[...]modificando a sua conduta e concepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais.” (CÂNDIDO,2006 p.29)

Mais do que representar o real, as representações agem sobre este influenciando a mente dos homens- de maneira individual ou social- e condicionando suas práticas. São ainda mais eficazes quando, ao se articularem, dão origem a um imaginário. Com efeito é possível, de acordo com o historiador Bronislaw Baczko, definir imaginário como “[...] um conjunto de representações coletivas e ideias imagens formuladas socialmente” (ESPIG, 2003,p.52).

Definição semelhante é encontrada em Pesavento quando a autora afirma que o imaginário é um “sistema de ideias-imagens de representações coletivas”. (1995,p.19). Mais importante ainda é destacar que, segundo a historiadora, “A sociedade é instituída imaginariamente, uma vez que ela se expressa simbolicamente por um sistema de idéias-imagens que constituem a representação do real” (1995,p.16)

Diante de tais definições acredito ser possível pensar que o Nordeste, enquanto região, foi instituído imaginariamente. Partimos do pressuposto de que as múltiplas representações formuladas a respeito da região, especialmente a literatura regional de 30, formaram um sistema de ideias-imagens a respeito da mesma.

Enquanto conjunto de representações, o imaginário atua na maneira pelas quais os homens veem o mundo e a si mesmos. Neste sentido, ao mesmo tempo em que o discurso regionalista instituída uma imagem sobre a região, representava ( e criava) uma identidade para o seu habitante.

Bourdieu defende que o sucesso do discurso regionalista depende, ao mesmo tempo, do grau de autoridade de quem o enuncia assim como do grau em que este





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

[...] está fundamentado na objectividade do grupo a que ele se dirige, isto é, no reconhecimento e na crença que lhe concedem os membros deste grupo assim como nas propriedades econômicas ou culturais que eles têm em comum pois é somente em função de um princípio de pertinência que pode aparecer a relação entre estas propriedades (1989, p.117)

Ou seja, as representações que visam construir uma identidade regional só obtêm sucesso se estiverem de acordo com as características culturais e/ou econômicas do grupo que visam “criar”. Apontamentos semelhantes são feitos por Maura Penna quando esta, citando Marukesen, afirma que “[...] o regionalismo não é apenas um ato volitivo ou de consciência, pois tem sua origem em fontes concretas de diferenciação”. (1992, p.35)

É extremamente difícil estabelecer um conceito específico de identidade. Assim como acontece com o de “Imaginário social”, este também é operacionalizado de maneiras distintas por diversos estudiosos, entretanto é possível estabelecer que ela adquire sentido “[...] por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas” (TADEU, 2000. P.8). É através das representações que as identidades são expressas, comunicadas e internacionalizadas. Neste ponto seguimos Albuquerque Júnior - desde que seja entendida nossa ressalva teórica mencionada acima- quando este afirma a importância da literatura na construção da identidade nordestina. (ALBUQUERQUE, 2013).

Por fim, reafirmamos nossa ideia de que, ao representarem a região e as pessoas que nela viviam, os escritores ofereceram uma grande contribuição à construção do imaginário social a respeito do Nordeste de modo que, desde meados do século XX, ele “existe”. “Existe enquanto referencial disponível que auxilia a dar sentido ao mundo e às experiências de vida, no âmbito da sociedade brasileira” (PENNA, 1992, p.18).

O imaginário, como toda representação, é passível de ser ressignificada e apropriada por diversos grupos de múltiplas maneiras. Por diversos motivos que escapam ao objetivo de discussão deste artigo, as representações acerca da região foram lidas de maneira pejorativa –especialmente pela imprensa de outras regiões- e o Nordeste passou a ser veiculado com a imagem de uma região que criou um outro rimo





histórico, marcado pelo atraso nas relações sociais, nas formas de exercício de poder, nas expressões religiosas e etc. (BERNARDES, 2007)

A força deste preconceito é tão grande que torna difícil construir novas representações a respeito da região. Não obstante esta situação, existem discursos que visam enfrentar estes preconceitos. Analisar dois destes discursos é o objetivo da próxima seção deste artigo.

### **O NORDESTE DE RONALDO CORREIA DE BRITO**

O Nordeste foi a região brasileira que mais cresceu economicamente entre as décadas de 1960 e 1980 (SANTOS, HELAL. 2004). Em que pese uma diminuição deste ritmo nos anos 90 com a implementação de políticas neoliberais, a região continuou crescendo e, no início do século XXI, já possuía um PIB composto por atividades diversas dentre as quais destacam-se os setores de serviço e a indústria. Nos anos 2000 “[...] o PIB cresce mais do que a média nacional, [...], a renda per capita [...] também cresceu mais do que a média brasileira, [...] o nível de emprego ficou mais próximo da média nacional” (MONTENEGRO, GONÇÁLVES, AGRA, 2017.).

Foi dentre este período que os estados nordestinos foram se integrando à economia nacional e internacional, a industrialização foi acompanhada por um intenso processo de urbanização. No entanto, é preciso destacar que esta situação não acabou com os problemas sociais do território : Em 2010 a região possuía a menor renda per capita do país, ainda era dotada de altos níveis de analfabetismo, a concentração de renda – e a consequente desigualdade social- ainda era gritante.

É neste –e sobre este - contexto que Ronaldo Correia de Brito escreve suas obras. O escritor, nascido no sertão do Ceará mas radicado em Pernambuco, formou-se médico pela UFPE e foi escritor residente na universidade de Berkley. Publicou, entre outras coisas, três livros de contos, um de crônicas e três romances. Neste artigo iremos nos centrar em dois de seus romances: Galileia (2008) - livro vencedor do prêmio São Paulo de literatura- e Dora Sem Véu(2018).

Em Galileia é abordada a história de Adonias, um médico que nasceu no sertão do Ceará e que se mudou para o Recife para estudar e acabou ficando por lá. No





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

romance ele volta com outros três primos para a fazenda onde nasceu em virtude do aniversário e do adoecimento do avô, Raimundo Caetano.

Já em *Dora sem Véu* o escritor assume a voz feminina para narrar a volta de uma socióloga à região onde seu pai nasceu. Francisca percorre as ruas de Juazeiro em busca de Dora, a avó que nunca conheceu e que, até pouco tempo, sequer sabia que existia.

Em ambos escritos fica latente uma das principais características de Brito: o seu “olhar literário”, ou seja, sua capacidade de reconstruir “[...] a materialidade da pedra sob a forma de um texto.” (PESAVENTO, 2002, p.10). Extremamente atento às questões que permeiam o mundo à sua volta, especialmente no que está relacionado ao Nordeste, ele faz constantemente uso da história e da análise social para construir seus escritos.

Os personagens principais de ambos romances analisados neste artigo se assustam com as mudanças sociais pelas quais passou a região onde nasceram. Neste sentido, Adonias observa em silêncio as casas com antenas parabólicas no telhado e afirma não conseguir “[...] imaginá-las atravessando a porta para os afazeres nos currais e roçados, depois de se intoxicarem de novelas” (BRITO, 2008, p.15), ao passo de que Francisca percebe que “[...] O sertão mudou ligeiro demais e eu demoro a me acostumar” (BRITO, 2018,p.42).

O que parece ficar evidente é que o autor busca mostrar que a globalização, entendida neste trabalho como processo de integração econômica e sociocultural entre as sociedades, chegou ao mundo sertanejo e está mudando as formas de agir e de pensar das pessoas daquela região. Esta conexão é repleta de contradições e tensões pois ao mesmo tempo em que moderniza, causa uma série de problemas.

Exemplo disso é que os Rego Castro – família do protagonista adonias- que ainda permanecem na fazenda Galileia tiveram seu modo de vida profundamente alterado com o advento das novas relações sociais e econômicas. A família, que era famosa pelo plantio de algodão e pela criação de bovinos, foi afetada pelo agronegócio e investiu no fabrico de redes artesanais de modo que “[...] os quartos de dormir, as





salas de estar e os terraços da casa foram ocupados por máquinas de costura e fiação” (BRITO, 2008,p.60)

A nova atividade não trouxe prosperidade. Pelo contrário, guiados pelo olhar de Adonias podemos perceber a degradação: Onde antes existia riqueza ele avista “[...] o curral vazio ao lado da casa, velho, sem vacas nem bois, sem cheiro de esterco, as paredes desmoronando, as traves partidas” (BRITO, 2008,p.35). Situações semelhantes são observadas por Francisca que, de maneira poética, “[...] enxerga a plenitude da miséria em torno, o lixo descendo pelas encostas, restos de mato, poças d’agua e riachos que no passado eram exuberantes e agora são indefinidos como as pinturas de um Monet velho e quase cego”( BRITO, 2018, p.15)

Embora chame atenção para a degradação que está ocorrendo, é importante destacar, entretanto, que ele não constrói – diferente de escritores como José Lins do Rego- uma visão saudosista do passado uma vez que destaca, em diversas passagens, a crueldade e problemas da época.

O bodegueiro percebe minha desconfiança. Terá se ofendido? Acho que fui injusto. Não sei, os tempos mudaram.[...] Antigamente, falo como um velho ranzinza, ninguém o carregaria de lá .Antigamente não existiam computadores. No máximo, um bando de cangaceiros aparecia e estuprava as mulheres da casa, roubava, matava e dançava até o dia amanhecer. (BRITO, 2008, p.34-35)

Minha hipótese é de que ele escreve para chamar atenção para os problemas atuais que acometem o Nordeste. Diferente de muitas representações que compuseram o imaginário social nordestino- e em grande medida contrapondo-se a estas- na literatura de Brito o principal problema não é a seca, o que se apresenta como urgente é a violência, o desemprego e a desigualdade social .Neste ponto parece aproximar-se de uma visão da globalização como perversa (SANTOS, 2010)

#### Para Santos

Seja qual for o ângulo pelo qual se examinem as situações características do período atual, a realidade pode ser vista como uma fábrica de perversidade. A fome deixa de ser um fato isolado ou ocasional e passa a ser um dado generalizado e permanente. [...] O desemprego é tornado algo comum. Ao mesmo tempo, ficou mais difícil do que antes atribuir educação de qualidade e, mesmo, acabar com o analfabetismo. A pobreza também aumenta.(2010, p.58-59)





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

As consequências sociais deste processo de empobrecimento e de degradação social são descritas por Brito de maneira crua e tocante em Galileia. Em uma conversa com seu primo Davi, Adonias entende o motivo do posto de gasolina em que se encontravam ser tão movimentado

-[...] Quando fui ao banheiro vi dois motoristas tomando banho. Depois vi um deles entrando com um menino na boleia do carro. Devia ter uns catorze anos

-Ah, você não sabe dessas coisas, vive fora há tempos. Nessa rota transitam caminhões e motoristas solitários, carentes de sexo. Eles passam semanas sem encontrar as esposas. Os meninos e as meninas se oferecem nos postos de gasolina. São pobres e, não frequentam escola, ninguém cuida deles. Vão passar fome? O jeito é se prostituir. Fazer o quê? A grana das minas de gesso não chega às casas dele.(BRITO, 2008, p.81-82)

Já Francisca percebe, com tristeza “[...] o crescimento da violência junto com a modernização” (BRITO, 2018,p.163). Essa violência é resultado direto de uma sociedade onde o individualismo é a regra e toda e qualquer noção de solidariedade é destruída paulatinamente. Neste mundo a própria ideia de cidadania é substituída pela de consumo. (SANTOS, 2010).

No atual estágio de globalização o consumo é “[...] um veículo de narcisismos, por meio de seus estímulos estéticos, morais, sociais; e aparece como grande fundamentalismo do nosso tempo, porque alcança e envolve toda gente”(SANTOS, 2010,p.49) Isto pode ser percebido de maneira clara em uma das passagens de Galileia onde um pai narra um crime praticado pelo seu filho.

O rapazinho meu filho roubou o aparelho por vaidade, por luxo. E foi preso porque arrombou a loja. Desceu pelo telado, quebrou o gesso e levou o celular mais caro. Descobriram fácil que foi ele. É um besta, coitado, nem sabe direito o que fez. Toda noite, quando ia pra escola, na cidade que o senhor passou, ele ficava imitando que telefonava pra se mostrar aos colegas. (BRITO,2009, p.39).

Os estímulos estéticos adquirem um papel preponderante na fomentação do consumo. Santos chama atenção para a ideia de que, na contemporaneidade, as empresas “produzem o consumidor antes do produto”, ou seja, utilizam-se da propaganda e da publicidade para despertar o desejo de possuir um bem ou produto (SANTOS, 2010,p.47-48). Ao acompanharmos a continuação do relato descrito anteriormente nos deparamos com uma informação que parece condizer com as postas





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

pelo geógrafo, já que o telefone roubado “Nem pegar pega. Pode pegar o seu agora e testar. Pega? Pega não! Ele viu na televisão e achou bonito” (BRITO,2009, p38).

O processo globalizador também provoca mudanças culturais. Neste ponto, entretanto, é preciso destacar que, longe de homogeneizar o mundo criando a fábula de uma “comunidade global” (SANTOS, 2010), o que realmente ocorre é uma hibridação cultural definida como “[...] processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de formas separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas “ (CANCLINI, 2008, p.19).

De acordo esta visão, os elementos culturais “arcaicos” estabelecem relações complexas com a modernidade, ora mesclando-se a esta, ora resistindo à mesma. Um exemplo da primeira situação é percebido no caso da banda de forró prestigiada pro Adonias onde

Os músicos arrumam os instrumentos: teclado, guitarra, baixo, sanfona e bateria. Um rapaz que bebia no balcão se encaminha para o grupo. É o vocalista. Usa três argolas na orelha esquerda, um percing no nariz e roupa preta brilhosa. Passa a mão nos cabelos pintados de louro, endurecidos pelo excesso de gel fixador.[...] o dono da bodega reconhece que somos de fora, outro tipo de gente. Retorna à nossa mesa, desculpa-se pelo transtorno, é apenas o ensaio de uma banda de forró. (BRITO, 2009 p.34)

A cena é sintomática pois, caso o dono da bodega não tivesse avisado, dificilmente o leitor ou os presentes perceberiam que se tratava de uma banda de forró. O estereotipado trio de forró que toca em um restaurante é substituído por um grupo musical que, embora toque forró, esteticamente assemelha-se à bandas de rock.

Já a persistência de traços culturais tradicionais pode ser visualizada em uma cena de *Dora sem Véu* onde Francisca percebe que “O costume de pedir desculpas ou narrar acontecimentos narrando histórias ainda não desapareceu no sertão” (BRITO, 2018,p.20). O próprio escritor expõe explicitamente essa ideia de resistência em uma passagem onde defende que “A cultura sertaneja, por mais que apontasse para a desintegração do mundo e de seus valores, parecia guardar os últimos resquícios de uma sociedade mítica” (BRITO, 2018,p.17)





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Diante das passagens analisadas acima é possível perceber que Brito realiza, em sua literatura, um questionamento a respeito da própria imagem do Nordeste. O autor visa, ao mesmo tempo, combater os estereótipos existentes a respeito da região e problematizar as dificuldades e problemas enfrentados pelos habitantes da mesma.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste artigo nos propomos a atingir dois objetivos: Oferecer a noção do Nordeste enquanto imaginário social e analisar, ainda que de maneira breve, uma representação literária que busca se contrapor à leitura preconceituosa deste imaginário. Esperamos que este trabalho sirva de estímulo à novas pesquisas na mesma temática uma vez que consideramos que a construção de conhecimento é um dos primeiros passos para a luta contra a ignorância que é a raiz de todo preconceito.

Em uma época onde declarações notadamente xenófobas são pronunciadas pelo líder do executivo, torna-se cada vez mais necessário utilizar de nossas ferramentas para mostrar que, nos dizeres de um autor anônimo, o Nordeste é maior do que qualquer preconceito!

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. A Invenção do Nordeste e outras artes. São Paulo:Cortez. 2011.

\_\_\_\_\_. Nordestino, uma invenção do falo, uma história do gênero masculino (Nordeste

1920 1940). Maceió: Catavento. 2003.

BERNARDES, Denis de Mendonça. Notas sobre a formação social do Nordeste. Lua Nova, São Paulo, n. 71, p. 41-79, 2007

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001,





CANCLINI, Nestor García. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Helóisa. P. Cintrão. 4 ed. São Paulo> Edusp, 2008.

CÂNDIDO. Antonio. Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2008.

Carvalho, Francismar Alex Lopes de. O CONCEITO DE REPRESENTAÇÕES COLETIVAS SEGUNDO ROGER CHARTIER. Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 9,núm. 1, 2005, pp. 143-165

ESPIG, Marcia Janete. O conceito de imaginário: reflexões acerca de sua utilização pela História. Textura- Revista de educação e letras. Canoas. V. 5, N.9 – 2003

MACHADO, Franciele. Sobre as dimensões da representação histórica na obra de Roger Chartier : das relações teóricas à instrumentalização da representação. Dissertação de mestrado – UFRGS. Rio grande do Sul. 110p. 2016

NAVARRETE. Eduardo Roger Chartier e a literatura. Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL), v. 2 n° 3 p.23-56 Set./Dez. 2011

PENNA, Maura. "O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o "escândalo" Erundina".São Paulo: Cortez, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da cidade. Visões literárias do urbano. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. 400 p.

PESAVENTO, Sandra. Em busca de uma outra história : imaginando o imaginário. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 15, no 29, 1995

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS. Elisabeth Cavalcante. HELAL. Diogo Henrique. O moderno e o tradicional no agreste de Pernambuco. Ci. & Tróp. Recife, v. 42, n. 1, p. 163-188, 2018





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

SILVA, Tomaz Tadeu. Org ; HALL, Stuart, WOODWARD, Kahtiryn. Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Editora vozes. 2000

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo: Ed. Moderna, 1984

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## GRUPO DE TRABALHO 19: ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E INSTITUIÇÕES NO BRASIL COLONIAL

COORDENADORES: IDELMA APARECIDA FERREIRA NOVAIS – (LIDI/UESB)  
E ROQUE FELIPE DE OLIVEIRA FILHO – (UESB)





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## PÔSTER

# **SISTEMA DE ARQUEAÇÕES E O COMÉRCIO DE ESCRAVOS ENTRE COSTA DA MINA, ANGOLA PARA CAPITANIA DE PERNAMBUCO 1750-1760**

Erykles Natanael De Lima Vieira

Universidade Federal De Campina Grande

eryklesufcg@gmail.com

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juciene Ricarte Apolinário

Universidade Federal De Campina Grande

apolinarioju18@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Desde o centenário da abolição da escravatura nos anos 80 do século passado, vem se desenvolvendo pesquisas mais aprofundadas sobre a escravidão, muito também influenciados, pelo advento de novos paradigmas. Deste modo, muitos trabalhos se aprofundaram ganhando notoriedade. Como os trabalhos de VIOTTE da COSTA, MATOSSO, entre outros, porém, quando adentramos nas pesquisas sobre modos de escravos no século XVIII vemos poucas pesquisas, pela dificuldade que o historiador tem de adentrar as fontes desse tempo histórico. Por isso, esse trabalho se apresenta tanto para trazer a luz da História respostas às lacunas existentes a essa temática, quanto à sociedade e aos descendentes de homens e mulheres negras escravizadas.

Pensar em modos do comércio de escravos é muito amplo, por isso nesse trabalho propomos trabalhar com o sistema de arqueações, que foi uma lei da coroa portuguesa que organizava o comércio de escravos a partir de 1684, com isso, objetivamos pensar como essa lei regulamentava o comércio de escravos problematizar como eram feitas as arqueações dos navios utilizados para o comércio de escravos na costa ocidental da África, mais especificadamente, Angola e Costa da Mina para capitania de Pernambuco na segunda metade do século XVIII. Pensar a lei das





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

arqueações como parte de um sistema burocrático do reino português; debater as finalidades das arqueações, para uma melhor eficiência no transporte dos cativos. Utilizando conceitos de CERTEAU (1998) de estratégias e tática, para pensar como foi organizado sistema de arqueações que entrou em vigor em 1689. Assim como, o conceito de THOMPSON (1981) de experiência, para vislumbrar como as práticas do comércio afetavam a vida dos africanos.

Utilizamos manuscritos arrolados do Arquivo Histórico Ultramarino Português produzido um catálogo e disponibilizado em imagens em suporte DVD que foi produto final do Projeto Nacional Catálogo Geral dos Manuscritos Avulsos e em Códices Referentes à Escravidão Negra no Brasil Existentes no Arquivo Histórico Ultramarino coordenado e que tem como organizadora da edição a historiadora Juciene Ricarte Apolinário (2016).

No início dessa pesquisa, começou no fim do ano de 2019, onde pensamos conjuntamente sobre quais objetos iram ser analisados a partir da fonte e em uma busca bibliográfica sobre o sistema de arqueações vislumbramos que havia um poucos trabalhos na historiografia sobre esse assunto no que tange o século XVIII como cita Frederic Mauro. Isso nos deu possibilidade de pensar e organizar o trabalho de conclusão de curso monografia,

A partir dos documentos digitalizados pelo Projeto Nacional Catálogo Geral dos Manuscritos Avulsos e em Códices Referentes à Escravidão Negra no Brasil Existentes no Arquivo Histórico Ultramarino. Os documentos arrolados, são ofício do governador Tomé Joaquim de Costa Corte Real para o Conselho Ultramarino Português que remete as relações dos navios que poderiam ser empregados no comércio de escravos da Costa da Mina e Angola para a Capitania de Pernambuco na segunda metade do século XVIII.

Utilizamos o conceito de CERTEAU para objetivar a o debate sobre as estratégias empregadas pela coroa portuguesa para uma “humanização” (OSÓRIO. 2015) do comércio de escravos e observar como eram feitas as táticas, por parte dos comerciantes e mercadores que burlavam as arqueações. Assim também como conceito





pensado por E. P. THOMPSON, o de experiência de vida, para pensar das experiências que os escravos tiveram a partir dos relatos das fontes.

Os trabalhos de Alberto Costa e Silva, *A manilha e o Libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700*; Suely Creusa Cordeiro de Almeida & Jéssica Rocha de Sousa. *O Comércio de Almas: As rotas entre Pernambuco e costa da África-1774/1787*; entre outros. Nos ajudaram a ter uma visão maior sobre o comércio de escravos no século XVIII.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

As arqueações, são as medidas que cada navio pode transportar, esse valor é dado em toneladas. Neste sentido, a lei das arqueações foi promulgada por Pedro II de Portugal em 1686, com intuito de fazer com que o comércio de escravos fosse organizado, pois havia muitas “vozes” da sociedade do reino português que estavam a reclamar dos maus tratos que os escravos sofriam, uma vez que se morria muitos escravos em decorrência das más condições de transporte nos navios negreiros (OSÓRIO, 2015), por outro lado se tem um debate na historiografia se realmente essa era a finalidade das arqueações, uma questão humanitária ou uma questão econômica/lucrativa. Os navios que eram empregados no comércio de escravos no reino português, sendo a lei das arqueações deveriam ser arqueadas pelos ministros ou oficiais, tanto no porto de origem, quando no do destino. Esses indivíduos que arqueavam os navios, eram pessoas indicadas pela aristocracia portuguesa, como cita Schwartaz “A unidade básica da estrutura administrativa e judicial portuguesa era o Conselho. Cada Conselho mantinha um determinado número de funcionários que exerciam as funções administrativas e judiciais necessárias à vida urbana.” (SCHWARTAZ 2011, p. 23) Esses indivíduos da aristocracia que na maioria das vezes não tinha formação para ocupar certos cargos, como o de juiz nas cidades e cargos administrativos, mas eram homens brancos, que mais uma vez ressaltado, ligados a aristocracia que queriam “servir” a coroa. Em todos os portos havia essa pessoa que ordenava a partida e a chegada dessas embarcações como cita a o ofício do governador





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

da capitania de Pernambuco, Tomé Joaquim de Costa Corte Real endereçada ao Conselho Ultramarino Português no ano de 1758.

determina-me Senhor Magnânimo pela carta de nossa Excelência vinte cinco de janeiro do corrente ano remeta pela 4 numa secretaria as medidas, porque até agora se arqueavam os navios e embarcações, que servem de transporte de escravos, declarando com a toda individuação, por uma parte os palmos cúbicos, que se arbitram neste porto pelos peritos, a cada tonelada afim de porão, como das pontes, sub-abertas dos referidos navios, por outra parte o número de escravos (AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.87, D.7129)

Pode observar-se através do relato da fonte, o papel que havia nas mãos dos arqueadores, pois eles eram quem faziam se cumprir a lei, mas como afirma RODIGUES (2005) mesmo assim não havia o cumprimento da lei das arqueações por parte dos comerciantes, mas segundo a lei os navios deveriam ser arqueados na saída e na chegada dos navios. Com isso subentendi-se que há possibilidade de corrupção dos responsáveis pelas arqueações.

Chiavaneto expõe como eram as condições nos navios negreiros, que pejorativamente eram chamados de *tumbeiros*, pela mortalidade na travessia. Os negros contraíam escorbuto, tuberculose e muito não resistiam, principalmente, as crianças e adolescentes, com idades de 6 a 16 anos, que eram trazidas nas mesmas condições dos adultos. Os negros eram tidos como objeto e da mesma forma eram transportados, fazendo com que esta prática ceifasse 20% dos africanos transportados, estes quando morriam eram jogados ao mar para serem comida de tubarões e “os que sobreviviam davam lucro que superava o prejuízo” (CHIAVENATO, 1987, p. 125). Por isso, os mercadores utilizam a tática de ultrapassar e burlar as arqueações, afim de não perder esse 20% de escravos. Com isso, traziam cerca de 20% a mais de sua carga.

Por outro lado, havia o tempo que cada embarcação demorava a ir dos portos de África até o seu destino, que poderia demorar 120 dias nos séculos XVI - XVII e depois 30 a 20 dias nos séculos XVIII e XIX, isto porque, a própria Lei das arqueações possibilitou uma modificação técnica nos navios negreiros que possibilitaram uma diminuição no tempo de transporte. Neste sentido, cabe pontuar que as arqueações contribuíram para uma eficiência na velocidade das embarcações e outras





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

especificações, como mostra a fonte, quando fala sobre os navios que saiam de Pernambuco para África para transportar escravos, os navios

que pode e deve sustentar com largueza em aguada e mantimentos cada uma das referidas toneladas de porão pela outra o número de escravos, que pode trazer sem opressão, e perigo cada tonelada de coberta, sai das pontes naquelas embarcações, que tivera, de sorte que tenha espaço necessário para se moverem sem aperto, e o ar para respirarem com liberdade e desafogo, que é indispensavelmente necessário para alimentação da vida humana, e ultimamente as copias de todas as leis e ordens, que até o presente se tem expedido por este governo. (AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.87, D.7129).

É certo que nem todos os navios que aportavam na costa brasileira eram arqueados pela lei, muitas vezes eram transportados para praias desertas em embarcações menores. Estes por sua vez, traficavam sem respeitar nenhuma regra e mesmo os que seguiam a lei das arqueações tentavam de qualquer forma conseguir um lucro maior com o comércio pensavam em táticas e

escandalosos os meios, com que até agora se procurara com ruína sacrificando a vida dos miseráveis escravos, infligindo as ordens e cautelas, que se tem dado a evitá-los nascidos da ambição dos negociantes. (AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.87, D.7129).

É possível vislumbramos, através desses relatos como eram as experiências dos escravos durante a travessia. Porque na lei as arqueações asseguravam um espaço onde eles deveriam ficar, mas muitas vezes esses espaços não tinham condições mínimas de sobrevivência, além das mortes e doença, o banzo. Ou seja, a melancolia de ser arrancados de suas terras.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Havia complexidade no comércio de escravos, principalmente quando observamos os agentes que estavam diretamente relacionados aos modos do comércio. Havia estratégia por parte da coroa portuguesa em normatizar as arqueações para uma finalidade inicial de ter ganhos econômicos, já que estava perdendo mercado e lucratividade sem o controle do comércio; as nações como Inglaterra e Holanda proporcionaram também o interesse da normatização dessa legislação para fazer frente ao comércio internacional. (SALLES, 2011)





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Mas por parte dos comerciantes e mercadores de escravos, surgiram táticas ao qual possibilitaram esses atores procurar burlar as arqueações, uma delas era a diminuição de água e comida para todos afim de ganhar mais espaço; assim como a corrupção de agente alfandegários que arqueava os navios; ou o desembarque de escravos por portos clandestinos. Desta forma, pensamos como era a experiência vivida pelos escravos e não obstante observamos que a melhoria das arqueações não significava um transporte de luxo, havia opressão, havia um cuidado com a mercadoria em detrimento do humano, havia fome, sede, havia opressão.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

#### Fonte:

AHU\_ACL\_CU\_015, Cx.87, D.7129.

#### Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de; SOUSA, Jéssica Rocha de. O Comércio de Almas: As **rotas entre Pernambuco e costa da África-1774/1787**. *Ultramares*, nº 3, jan-jul 2013.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Escravidão Negra no Tocantins Colonial. Goiânia**, Editora Kelps, 2006.

\_\_\_\_\_. QUIEIROZ, Josinaldo Souza de. **Catálogo Geral dos Manuscritos Avulsos e em Códices Referentes à Escravidão Negra no Brasil Existentes no Arquivo Histórico Ultramarino**. João Pessoa: Ed. União, 2016.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Volume 1: Artes de Fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LOPES, Gustavo Acioli.; MENZ, Maximiliano M. **Vestindo o escravismo: o comércio de têxteis e o Contrato de Angola (século XVIII)**. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 39, nº 80, 2019.

MAURO, Frédéric. **Portugal, o Atlântico e o Brasil (1570-1670)**. Lisboa: Estampa, 1997.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

OSÓRIO, Inês Marinho. **Transporte de escravos no Atlântico- arqueação e mortalidade nos navios negreiros**. IV Encontro Internacional de Jovens Investigadores em História Moderna, Universidade Nova de Lisboa, 2015.

RODRIGUES, Jaime. **De Costa a Costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro para o Rio de Janeiro (1780-1860)**. São Paulo: Companhia das letras: 2005.

SILVA, Alberto Costa e. **A manilha e o Libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700**. 2º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

Schwartz, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751**. tradução Berilo Vargas. — São Paulo : Companhia das Letras, 2011.

STABEN, Ana Emília. **Negócio dos Escravos o comércio de Cativos entre a Costa Da Mina e a Capitania De Pernambuco (1701 – 1759)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação Em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

THOMPSON, Eduard. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## GRUPO DE TRABALHO 21: PROCESSOS POLÍTICOS E CULTURAS POLÍTICAS NO BRASIL DO PÓS-GOLPE DE 1964: FONTES, MÉTODOS E EXPERIÊNCIAS

COORDENADORAS: PROFA. DRA. MICHELLY PEREIRA DE SOUSA CORDÃO  
– UFCG E PROFA. DRA. ELISABETH CHRISTINA LIMA - UFCG





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

COMUNICAÇÃO ORAL

**A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA DE WILSON BRAGA EM *SITES* DE REDES SOCIAIS COMO O *FACEBOOK***

Autor: Ms. Josenildo Marques da Silva

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

[jjossenildo@gmail.com](mailto:jjossenildo@gmail.com)

Coautor (a): Dra. Elizabeth Cristina de Andrade Lima

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)<sup>334</sup>

[ecalima@terra.com.br](mailto:ecalima@terra.com.br)

O presente artigo, fruto de pesquisa realizada para produção do trabalho de dissertação no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), tem como objetivo analisar o uso político das redes sociais, particularmente o facebook, por parte do ex-governador paraibano Wilson Braga. Visa, nesse sentido, enfatizar como determinados políticos atuais utilizam-se de novas estratégias para construir imagens públicas, marcarem definitivamente os seus nomes e garantirem a possibilidade de perpetuação das suas famílias no campo político. Para concretização desse trabalho, foi realizada uma pesquisa durante os anos de 2014 e 2015 nas redes sociais desse político paraibano, tomando como orientação metodológica os caminhos apontados por Carmo (2012) e Recuero (2009), que discorrem sobre desafios e possibilidades para utilização de *sites* de redes sociais como fontes históricas. Teoricamente, o artigo fundamenta-se em Gomes (2004) e Schartzemberg (1978), autores que apontam as transformações ocorridas na política da segunda metade do século XX, com o advento das novas formas de comunicação de massa, e pensam a política atual através de noções como imagem pública, espetáculo e teatralização. Como resultados, constatou-se como Wilson Braga apropriou-se desse *site* de redes sociais (o facebook) com o intuito de apresentar ao público a imagem de um político preparado, detentor de uma maneira única de fazer política e que tem um modelo de família ideal (cristã, moral, ética) para representar o estado da Paraíba. Constatou-se ainda que os *sites* de redes sociais assumem um importante papel para os destinos políticos do nome Wilson Braga, sendo, portanto, um dos principais meios de apresentar a sua imagem

<sup>334</sup> Professora orientadora do trabalho





pública na atualidade, bem como a imagem de familiares e amigos, descritos como herdeiros de sua tradição política.

Palavras-chave: Facebook – Imagem Pública – Política – Wilson Braga

### **O Facebook como Fonte Histórica**

Trabalhar com fontes como os *sites* de redes sociais, como é o *facebook*, guarda os seus perigos e, por vezes, limitações. Isso porque, esses *sites* oferecem ao usuário não apenas a possibilidade de se mostrarem ao público, mas também de manipularem a informação, tanto de sua autoria quanto das demais pessoas que venham a publicar textos e imagens. O próprio *facebook* tem como um dos seus dispositivos, um ícone que permite ao internauta, que desfruta de uma página em sua rede, deletar as suas informações publicadas, bem como a informação publicada por outros em sua página.

Dessa forma, entendemos que as informações que circulam nesses meios guardam suas limitações, sendo de suma importância para o pesquisador o uso de muita cautela ao se desbruchar sobre fontes dessa natureza, uma vez que a informação publicada passa pelo filtro do próprio usuário que decide o que deve permanecer em sua página e o que deve ser deletado. No caso específico da página movimentada pelo ex-governador Wilson Braga, percebemos essa filtragem pois as informações que permanecem em sua página seguem sempre na direção de exaltação e reconhecimento ao seu trabalho como parlamentar e político, de modo geral, não aparecendo críticas à sua postura política ou pessoal.

Mesmo reconhecendo o *facebook* como uma ferramenta atual e, portanto, ainda pouco utilizada nos trabalhos acadêmicos, verificamos a possibilidade de tomá-la como importante meio para realização da presente pesquisa. Ainda que não tenhamos conhecimento de trabalhos na área de história que usam essa ferramenta, outros profissionais, como Carmo (2012), já realizaram estudos dessa natureza fornecendo





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

alguns caminhos teóricos e metodológicos para a utilização dessa fonte na produção de trabalhos acadêmicos.

Em artigo desenvolvido para o curso de Jornalismo da Universidade Estadual da Bahia (UEBA), “*Apontamentos Para Utilização do Facebook Como Ferramenta Acadêmica no Curso de Jornalismo em Múltiplos da Universidade do Estado da Bahia*”, Carmo (2012) apresenta, pelo menos, três pontos essenciais que podem ser seguidos quando utilizamos o *facebook* nos trabalhos acadêmicos: primeiro, definir teoricamente o que é o *facebook*; segundo, fazer um levantamento histórico sobre os objetivos que levaram à sua criação e; terceiro, analisar, internamente como ocorre o seu funcionamento.

Buscando seguir esses pontos, podemos recorrer a autoras como Recuero (2009) que faz um importante debate sobre esses novos veículos de comunicação, enfatizando definições como a ideia de “*sites de redes sociais*”. Tratando especificamente dessa questão, ela afirma: “os *sites de redes sociais* seriam uma categoria do grupo de *softwares* sociais, que seriam *softwares* com aplicação direta para a comunicação” (RECUERO, 2009, p. 102).

Pensando o *facebook* como um *software* que permite o estabelecimento de comunicação direta, entre diferentes atores, a autora nos permite classificá-lo como um *site de redes sociais*, a exemplo de outros dispositivos como o anterior *orkut*. Seguindo a orientação da autora, nos referiremos ao *facebook* neste trabalho através da denominação de *sites de redes sociais*.

Historicamente, vemos que o *facebook* foi lançado em 2004 nos Estados Unidos pelo estudante Mark Zuckerberg, no período em que estudava na Universidade de Harvard, recebendo originalmente o nome de *thefacebook*. De acordo com Recuero (2009), o objetivo inicial do *facebook* era facilitar a comunicação entre alunos que estavam saindo da escola básica, secundário, para as universidades, sendo um instrumento que facilitaria a comunicação entre esses estudantes que entrariam num momento crucial das suas vidas: a mudança para outras cidades e outros espaços de relação social.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Inicialmente o *facebook* era um espaço fechado, que contava com a participação apenas dos estudantes de universidades reconhecidas nos Estados Unidos. Hoje, se apresenta como um *site* de redes sociais aberto para diversos públicos e tem como foco de atuação diversas partes do mundo. Deixou atualmente também o caráter de grupo fechado, permitindo a participação das pessoas unicamente através do preenchimento de dados pessoais no *site* do programa na internet.

Em se tratando do funcionamento, o *facebook* tem como base a formação de perfis e grupos que partilham de interesses comuns. A comunicação com os grupos e amigos adicionados nesse programa centra-se, principalmente, na pergunta: “no que você está pensando agora? A partir dessa pergunta o internauta é chamado a divulgar suas experiências, podendo também compartilhar fotos, desenhos, dentre outras publicações feitas por ele mesmo ou por amigos conectados ao programa.

A manutenção da conexão entre diferentes pessoas no *facebook* ocorre tanto através das publicações na sua página, chamada de “linha do tempo”, quanto por meio de determinados *links* que buscam “revelar” o seu posicionamento, bem como o posicionamento dos demais colegas, sobre determinada publicação feita nessa página. “Curtir”, “comentar”, “compartilhar” são, assim, as principais chamadas feitas pelo programa para a participação no *site*.

A comunicação entre os grupos e colegas pode ser também efetuada de maneira mais sigilosa, fechada, uma vez que o próprio *facebook* apresenta em suas configurações e funcionalidades a opção para que o usuário, no ato de suas publicações e/ou comentários, selecione o público que pode ou não visualizar tal publicação. O número de participantes também pode ser individualizado através do uso de outros *links* no programa, como o espaço chamado de “bate papo”, onde o usuário pode selecionar o amigo (ou amigos) com quem deseja conversar ou compartilhar fotos, determinadas artes, dentre outras atividades.

#### **Wilson Braga e o *Facebook*: A Produção de uma Imagem Pública**





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

De posse dessas informações metodológicas, percebemos que o que se verifica nas publicações de Wilson Braga, ao longo do período em que estivemos acompanhando suas movimentações no *site*, é a manutenção de uma imagem pública que desde os primeiros anos da sua carreira política foi sendo projetada. Aparece no *site* a sua construção como político de bases populares, a sua constante divulgação como um político de alianças partidárias coerentes, bem como a divulgação de um perfil de homem marcado pelos valores familiares e cristãos.

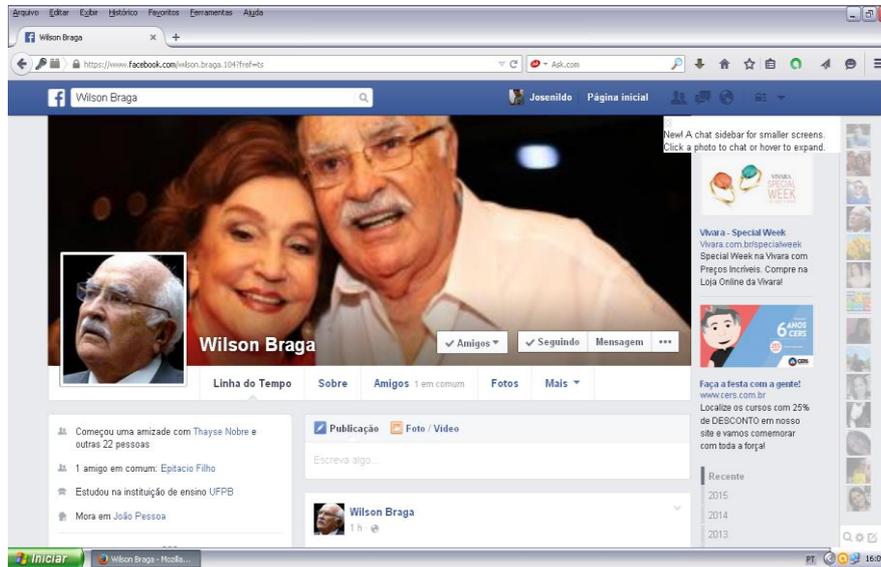
A manutenção desses papéis políticos por parte de Wilson Braga se explica principalmente quando temos em mente debates levantados por autores como Scharzenberg (1978). Tal autor, nos mostra como os atores políticos assumem nessa era da comunicação quatro papéis diferentes (líder charmoso, herói, nosso pai e tipo igual a todo mundo), o que nos faz perceber em Wilson duas dessas formas de representação: “herói” e “nosso pai”. Assim, são essas imagens que esse político paraibano carrega ao longo de toda uma vida pública, chegando a disseminá-las por vários momentos de interação com o público por meios das redes sociais, uma vez que: *“Muitos dirigentes são prisioneiros da sua própria imagem [...] O homem político deve, portanto, concordar em desempenhar de uma maneira duradoura o personagem em cuja pele se meteu”* (SCHARTZENBERG, 1978, p. 4-5).

Partido dessa percepção sobre os papéis que os políticos encoporam atualmente, podemos analisar algumas das publicações do político paraibano Wilson Braga evidenciando nelas a manutenção dessas duas imagens ( herói e pai), papéis que o seu *marketing* político construiu e que o próprio Wilson, em livros, jornais, revistas e discursos de posse, dentre outros, tratou de legitimar. Nos *sites* de redes sociais percebemos como Wilson busca continuar reforçando essa imagem, se apresentando como um “grande pai de família”, um político ainda detentor de “grande prestígio” - tanto entre o eleitorado paraibano, quanto entre o próprio grupo político - e um “vitorioso” e arduo defensor do povo nordestino. Na imagem a seguir, vemos a capa que abre o perfil de Wilson Braga no *facebook*, bem como a projeção, mais adiante, dos seus discursos que revelam a postura política adotada nesse *site* de rede social.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA



**Figura 1:** página de abertura do facebook de Wilson Braga.

**Fonte:** <http://www.facebook.com/wilson.braga.104?ref=ts>

Acima aparece a imagem de capa da página do *facebook* de Wilson Braga, destacando-se a sua fotografia ao lado da sua esposa Lúcia Braga, além dos elementos que compõe esse *site* de rede social: perfil, amigos, fotos e atualizações. Mais abaixo, vemos a sua linha do tempo onde aparece uma atualização efetuada às 15:00 horas do dia 8 de janeiro de 2015. Nessa atualização, que pode ser vista no recorte mais adiante, Wilson se apresenta como político realizado ante o reconhecimento do seu povo em função do trabalho que ele desempenha há muitos anos.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA



**Figura 16:** Publicação de Wilson sobre o reconhecimento político

**Fonte:** <http://www.facebook.com/wilson.braga.104?fref=ts>

Nessa publicação Wilson se afirma como político que representa não apenas o seu município de origem, Conceição-PB, mas como legítimo representante de toda a região Nordeste. Tal legitimação se justificaria nesse texto, em primeiro lugar, através das suas velhas temáticas que eram a luta contra a falta d'água e por "igualdade de condições na educação". Em segundo, essa legitimidade apareceria no próprio reconhecimento popular, presente na sua fala e na fala de amigos que responderam a sua publicação no *facebook*.

Nesse discurso, e em outras publicações em sua linha do tempo, percebemos ainda a caracterização desse político a partir de uma figura de homem religioso, que traz como uma das suas bandeiras a defesa da família nos moldes cristãos do catolicismo romano. Isso porque, verificamos constantemente nas publicações, a presença de Wilson junto da sua esposa Lúcia, como aparece na capa, e da sua filha Marianna, sempre em diferentes eventos que tradicionalmente costumam reunir as famílias, como o São João, Natal e *Reveilon*.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA



**Figura 17:** Wilson e sua família

**Fonte:** <http://www.facebook.com/wilson.braga.104?fref=ts>

Na figura acima, aparece Wilson (no centro), à sua direita, sua esposa Lúcia e, à esquerda, a filha do casal, Marianna. A publicação foi efetuada nas vésperas do novo ano, 2015, e faz parte do círculo de homenagens que o ex-governador divulgou na sua linha do tempo durante esses últimos momentos de 2014. O texto escrito, caracteriza-se pelo forte cunho religioso, onde Wilson deseja ao povo votos de “amor de cristo”, “esperanças e prosperidades” no ano de 2015, afirmando ser esse o desejo seu e de toda a sua família.

Usar *sites* de redes sociais para atestar uma posição familiar, calcada numa visão religiosa, não é uma iniciativa apenas do político Wilson Braga. Até porque, cada vez mais vemos a popularização dos dispositivos de acesso a esses *sites*, como o celular e o *tablet*, que atingem hoje um número crescente da população mundial. Com esse atual crescimento do acesso à internet e, particularmente, de *sites* de redes sociais como o antigo *Orkut* e o *Twitter* e os novos *facebook* e *Whatsapp*, os políticos têm se apropriado desses instrumentos de comunicação para promoverem a sua imagem pública.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

No caso de Wilson Braga, o *facebook*, ao propiciar a divulgação constante de momentos de sua vida familiar, seguindo perfis como a ideia de uma família pautada na moral, na ética e nos princípios cristãos, se revela um grande aliado na promoção de, pelo menos, dois interesses políticos do ex-governador: a divulgação da sua aliança política em 2014 e as tentativas de promover a entrada de novas figuras no campo político. Estas novas figuras, por sua vez, sendo apresentadas como aquelas que deveria dar continuidade ao seu nome na política paraibana.

Em relação a esse primeiro interesse, observamos várias publicações na página do *facebook* onde é apresentado o partido de base seguido atualmente por Wilson e Lúcia, além dos candidatos a Deputado Estadual, Federal, Senado e governo, apoiados pelo ex-governador nas eleições de 2014 na Paraíba. Como exemplo, a seguir vemos a divulgação da filiação desse casal ao PV, Partido Verde.



**Figura 19:** Filiação do casal, Wilson e Lúcia ao Partido Verde

**Fonte:** <http://www.facebook.com/wilson.braga.104?fref=ts>





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Na figura aparece a ex-deputada e esposa de Wilson, Lúcia Braga, apresentando a camisa de filiação ao Partido Verde. Como se percebe na cena de exibição da camisa e no seu próprio formato, a imagem deixa a entender a ideia de entrada desse casal no “time” do Partido Verde. No texto escrito, de autoria de uma das amigas de Wilson no *facebook*, Denis Soares dos Santos, destaca-se a saída de Wilson do cenário político, uma vez que ele estava terminando de cumprir o seu mandato como Deputado Estadual (2011-2015), e a sua entrada como filiado no partido, num momento descrito como de crise econômica e política no Brasil.

O *facebook* acaba sendo utilizado, portanto, como um veículo de suma importância para marcar a posição atual do político Wilson Braga no seu campo de atuação. É tomando, assim, como uma ferramenta para manter o eleitorado atualizado sobre as decisões tomadas pelo político, sendo também um instrumento de propaganda política, uma vez que apresenta para o público os nomes, os números, o partido, os motes de campanha, bem como as justificativas que supostamente teriam levado o político a fazer determinadas alianças.

Acompanhando as publicações de Wilson durante a campanha eleitoral de 2014, percebemos como o ex-governador fez um uso massivo das redes sociais, especialmente o *facebook*, para apresentar ao seu eleitorado o nome dos candidatos que estaria apoiando nessas eleições. Seria, nesse sentido, uma forma de demonstrar para esse público, revivendo as velhas práticas políticas que ainda permanecem atualmente, que os que apoiam ainda o seu nome devem ter como candidatos os políticos que naquele momento ele estaria indicando ao voto.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA



**Figura 20:** Deputados apoiados por Wilson em 2014.

**Fonte:** <http://www.facebook.com/wilson.braga.104?fref=ts>

Como é possível verificarmos na imagem publicada em 25 de setembro de 2014, Wilson lança os nomes de Odon Bezerra, Deputado Federal, e João Gonçalves, Deputado Estadual. Como justificativas para esse apoio, Wilson apresenta vídeos, como o lançado por Odon defendendo propostas para os advogados junto à Câmara Federal, e discursos que chegam a afirmar a amizade com estes políticos e o reconhecimento de que são homens honestos e dignos para representar os paraibanos.

O segundo interesse evidente ao analisarmos as publicações de Wilson Braga nos *sites* de redes sociais, diz respeito ao uso desse meio de comunicação com a finalidade de promover a entrada de uma nova figura no campo da política paraibana: a da sua filha Marianna. Por vezes, Wilson se reporta no *facebook* sobre a competência e capacidade da sua filha para dar continuidade as tarefas que ele veio assumindo ao longo da sua carreira pública. Assim, esse meio de comunicação assume a condição de importante veículo para divulgar a imagem daquela que deveria continuar o nome Braga nas próximas gerações da política paraibana.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA



**Figura 23:** Wilson apresentando para os amigos do facebook a sua filha Marianna

**Fonte:** <http://www.facebook.com/wilson.braga.104?ref=ts>.

No *facebook*, Marianna é descrita como a sucessora, a herdeira política de Wilson Braga, que tem a missão de dar continuidade à sua tradição, a sua maneira de fazer política na Paraíba. Marianna é vista na fala de Wilson, para além de uma simples sucessora, como aquela que enche o seu coração de esperança em ver uma “Paraíba mais justa, mais igualitária”. Revestindo o texto de subjetividades, ela é apresentada ainda como o nome que dará continuidade a sua tradição, descrita como sendo “ a tradição do bem”. Para confirmar o nome da sua filha como sua herdeira política, Wilson divulga uma sucessão de imagens e textos no *facebook* onde ela aparece, ora ao lado do político nos principais eventos da família, ora como figura atuante discursivamente representando a família em eventos políticos





Os *sites* de redes sociais, como o *facebook*, assumem assim um importante papel para os destinos políticos do nome Wilson Braga. Tais *sites*, tornam-se portanto um dos principais meios de apresentar ao povo a sua imagem pública na atualidade, bem como a imagem pública de todo o seu grupo. Desempenham importante papel também para a construção e divulgação da imagem de um político que se afirma detentor de uma maneira particular de fazer política, que tem num modelo de família (cristã, moral, ética) as bases necessárias para garantir o desenvolvimento do estado paraibano.

## REFERÊNCIAS

BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

BURKE, Peter. **A Fabricação do Rei**. A construção da Imagem Pública de Luís XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo, Paulus, 2004.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre. Sulina, 2009

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O estado espetáculo**. Rio de Janeiro, Difel, 1978.

CARMO, Juliano Ferreira do. **Apontamentos para a utilização do Facebook como ferramenta acadêmica no Curso de Jornalismo em Multimeios da Universidade do Estado da Bahia**. In: ECOVALE, 2, 2011, Juazeiro, BA. Anais eletrônicos. Juazeiro: Anais do II Ecovale, 2011, p. 01-12. Disponível em: <<http://www.uneb.br/ecovale/files/2013/08/artigo-13.pdf>>. Acesso em 05 jul. 2013





## **A PERMANÊNCIA DA ATUAÇÃO DA ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (ASI/UFPB) NO PERÍODO DA DISTENSÃO E ABERTURA POLÍTICA**

Elissandra Maria Costa Dias

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

elissandra\_maria@hotmail.com

Este trabalho é oriundo de pesquisa, ainda em curso, realizada através do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB). Como um dos objetivos integrantes da referida pesquisa, pretendemos compreender a função das Assessorias de Segurança e Informações (ASIs) nas universidades brasileiras, especialmente na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), durante a ditadura militar. Por meio da análise da documentação do Fundo SNI – Agência Recife e de documentos que foram circulados pela ASI/UFPB<sup>335</sup>, foi possível perceber a existência de documentos que comprovam que a Assessoria da UFPB permaneceu ativa e em comunicação com outros órgãos de informações durante o período da distensão e da abertura “lenta, gradual e segura”, iniciada em 1979. Além de considerarmos o momento de gradual “flexibilização” ocasionado pela abertura, evidenciamos a permanência do serviço realizado pela ASI/UFPB durante a temporalidade já referida, ao atentar para o fato de que, em parte das universidades, as ASIs já haviam sido desativadas. A partir do exposto, tencionamos refletir acerca dos objetivos e funções da ASI/UFPB durante os anos finais da ditadura militar.

### **SURGIMENTO E FUNÇÃO DAS ASI**

---

<sup>335</sup> Os documentos do Fundo SNI- Agência Recife, bem como os documentos que foram produzidos ou circulados pela ASI/UFPB, encontram-se arquivados no acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB), na Fundação Casa de José Américo de Almeida – João Pessoa/PB.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

As Assessorias de Segurança e Informações (ASIs), surgem a partir do Serviço Nacional de Informações (SNI). Em linhas gerais, o SNI nasceu a partir do projeto autoritário que permeou os ideais do novo governo que emergiu em 1964. Tomando como base os princípios da Doutrina de Segurança Nacional e tendo como um dos seus principais idealizadores o general Golbery do Couto e Silva, o SNI, criado oficialmente, por meio do pelo Decreto-Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964. O Serviço esteve ligado diretamente à presidência, além disso, como expõe Antunes (2001), o Serviço teve a função de subsidiar o presidente na orientação e coordenação das atividades de informação e contrainformação, promovendo, assim, a difusão adequada de informações. Alicerçado na Doutrina de Segurança Nacional, como já foi mencionado, o SNI, como um subproduto dos princípios que norteavam tal doutrina, veio reforçar a noção de “guerra interna” ou “guerra revolucionária” que se fez presente durante a ditadura, fortalecendo com isso, as estratégias de vigilância e monitoramento àqueles considerados como inimigos da “Revolução de 1964”.

A partir desse contexto, onde a vigilância se tornou uma prática empreendida pelo Estado a partir dos órgãos de informações espalhados em uma teia complexa e entrelaçada, situamos as universidades brasileiras, que desde os momentos iniciais após o golpe, sofreu com as duras intervenções dos militares, materializadas por meio de expurgos, decretos, censura perseguições e a imposição de um projeto de modernização nos moldes conservadores<sup>336</sup>.

Como forma de obter o controle sobre as universidades, foram implantados serviços de informações que funcionavam como uma espécie de “braço” do SNI nos campi universitários. Tais serviços, chamados de Assessorias Especiais de Informações (AESI)<sup>337</sup>, estavam ligados a Divisão de Segurança e Informações do Ministério da

<sup>336</sup> Sobre o termo “modernização conservadora” e o processo derivado desse projeto modernizador para as universidades durante a ditadura militar, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2014.

<sup>337</sup> Chamadas inicialmente de Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI), as Assessorias também foram chamadas, posteriormente, com uma nova reformulação a partir de 1975, de Assessorias de Segurança e Informações (ASI). Como ambas as siglas são recorrentes tanto na documentação analisada, quanto nas bibliografias existentes sobre o tema, utilizaremos as duas nomenclaturas ao longo do texto.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Educação (MEC), que também fazia parte do complexo sistema de informações<sup>338</sup> que visava manter o Estado autoritário informado. Com isso, as Assessorias, que surgiram ou se consolidaram a partir de 1971, e, desempenharam papel indispensável no apoio a repressão por meio da vigilância a comunidade acadêmica das universidades. Acerca disso, Pereira (2016: 126), nos diz:

Em 1971, seriam criados dentro das universidades órgãos de informação submetidos à DSI/MEC. Eles se chamavam Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI). Com as AESI, o controle da circulação da informação seria mais eficaz à medida que ao invés do gabinete do reitor, um órgão diretamente submetido à DSI/MEC viesse a receber os documentos sigilosos. As AESI faziam parte do sistema de informações, atuando nas diversas autarquias e empresas públicas (e não apenas nas universidades) e sendo subordinadas às suas respectivas DSI, de acordo com o “canal hierárquico” estabelecido no Manual de Informações do SNI.

Vimos que Pereira (2016), realça a existência das AESI como parte integradora do sistema de vigilância, além de destacar a eficácia que as Assessorias desempenhariam a partir daquele momento no que tange ao levantamento de informações, posto que, direcionavam e circulavam informações das e para as suas respectivas DSI, funcionando, segundo a autora, como um “canal hierárquico”. Nesse sentido, as AESI presentes nas universidades, colaboravam no processo de triagem ideológica, levantando informações sobre estudantes professores, funcionários e entidades que fossem considerados subversivas.

As Assessorias dispunham de uma estrutura de funcionamento em que havia um chefe coordenador, que também era representante, e duas seções; uma de informações e

---

<sup>338</sup> Como isso, nos referimos a ampliação pela qual o SNI passou a partir do final da década de 1960. Nesse processo, é de fundamental importância considerar a emergência do Ato Institucional Nº 5, que demonstra o recrudescimento do regime a partir de medidas ainda mais repressivas. A partir do recrudescimento, entendemos que os serviços de informações seguiram a tônica da repressão, aumentando a necessidade de levantar informações no intuito de desbaratar movimentos considerados subversivos. Com isso, surge o Sistema Nacional de Informações (SISNI), onde o SNI era o seu principal órgão, além do SNI, o SISNI contava com outros órgãos setoriais, a exemplo dos Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Cíveis e Militares – uma verdadeira comunidade de informações. É desse contexto que é criado o Plano Nacional de Informações (PNI); a Escola Nacional de Informações (EsNI); as Divisões de Segurança e Informações (DSI) – ligadas aos Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Cíveis, e as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI), subordinadas as DSI. Sobre a estrutura e atuação do SISNI, ver: FICO, Carlos. Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

outra administrativa. Embora nem todas as assessorias espalhadas pelo país funcionasse de forma plenamente igual, ao menos em tese, as ASIs operavam com até oito servidores, funcionando em salas da própria reitoria. (MOTTA, 2014:199). Ainda de acordo com o autor:

Segundo a documentação oficial, as Aesis universitárias eram órgãos subordinados aos reitores e encarregados de assessorá-los nos assuntos relativos à segurança nacional e informação. No entanto, elas estavam sujeitas a orientação normativa e supervisão da DSI/MEC – por vias indiretas, ao SNI. Por isso, muitas vezes, as assessorias serviam para exercer pressão e controle sobre as reitorias, ações provenientes da cúpula do Estado e dos próprios serviços de informação. Segundo as normas oficiais, era papel da Aesi: a) produzir informações necessárias às decisões dos reitores; b) produzir informações para atender às determinações do Plano Setorial de Informações; c) encaminhar à DSI informações por ela requisitadas.

Para que os funcionários das assessorias estivessem bem preparados no combate ao que representasse perigo, uma boa formação técnica era fundamental, e por isso, era recomendado que os funcionários passassem pelos cursos oferecidos pela Escola Nacional de Informações (EsNI). Como parte do preparo, manuais de instrução e formulários eram distribuídos pela DSI/MEC.

Os materiais circulados pelas Assessorias possuíam, em boa parte, um carimbo de confidencial; no caso das universidades, é notório o registro de estudantes, professores e funcionários que apresentassem ligações políticas suspeitas; junto a isso, é comum encontrarmos registros de eventos ocorridos no campus das universidades, processos de admissão, matrículas e de administração interna. Chama atenção o contato com outros órgãos de segurança da área, o que colabora com a forma de pensar os órgãos de informações em forma de “comunidade”.

É possível então compreender o importante papel que as ASI desempenharam na coleta de informações e vigilância a comunidade acadêmica das universidades brasileiras. Algumas Assessorias deixaram de existir com o início do processo de distensão e abertura, contudo, outras permaneceram ativas até o final do regime, como foi o caso da ASI/UFPB, que funcionou até 1984.





## A ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO DA UFPB (ASI/UFPB)

A Universidade Federal da Paraíba esteve entre as primeiras no que toca a utilização de serviços de informações. Logo nos primeiros momentos após o golpe dado em 1964, a comunidade acadêmica da UFPB sofreu com a intervenção de um novo reitor alinhado com o regime, o que ocasionou a saída do então reitor Mário Moacyr Porto. O alinhamento do professor de medicina, ex-oficial do Exército e reitor da UFPB a partir de 1964 até 1971, Guilardo Martins Alves, com as forças golpistas, é considerado ao tentar compreender o pioneirismo da UFPB nesse sentido, já que a universidade possuiu um Serviço de Segurança e Informações (SSI) anterior a emergência do Plano Nacional de Informações (PNI) e das demais AESI a partir da década de 1970.

Dentre os meios utilizados para desencorajar o movimento estudantil e qualquer outro movimento contestatório por parte da comunidade acadêmica, a informação constituiu recurso essencial para desarticular os meios de organização e resistência. Assim, com a colaboração dos Órgãos de Informações (OIs), estudantes e professores da UFPB sofreram duras punições<sup>339</sup>.

De acordo Motta (2014), o regimento interno da AESI/UFPB pode ter servido de modelo para o funcionamento das AESI das demais universidades, sendo, inclusive, a AESI/UFPB uma das mais bem organizadas e operantes na primeira metade da década de 1970. Tal hipótese encontra respaldo ao levar em conta o pioneirismo da UFPB em assuntos relacionados a informação e segurança, além de ter sido encontrado nos arquivos da ASI da Universidade Federal Fluminense (ASI/UFF), o regimento da AESI/UFPB, o que nos faz concluir que este serviu de modelo para outras assessorias. (PEREIRA, 2016: 134).

Dentre as diretrizes e competências contidas no regimento da ASI/UFPB, salientamos as seguintes:

---

<sup>339</sup> O Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (2017), traz os números e punições em forma de expurgos e afastamentos temporários relacionados a alunos e professores UFPB durante o regime militar.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

I – No que se refere à Segurança Nacional:

- a) Coletar dados necessários aos estudos e planejamentos relativos à Segurança Nacional, particularmente aos que se referem à mobilização nacional, de conformidade com a orientação recebida da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura
- b) realizar outras missões e tarefas atribuídas pelo Reitor, coerentes com a finalidade do órgão.

II- No que se refere às informações e contra-informações:

- a) Coordenar e supervisionar a execução do Plano Setorial de Informações, consoante com as instruções emanadas da DSIEC e do Reitor da UFPB;
- b) produzir informações:-necessárias às decisões do Reitor da UFPB. para atender às determinações contidas no Plano Setorial de Informações (PSI - desmembramento);
- c) encaminhar a DSIEC as informações necessárias, segundo a periodicidade estabelecida no PSI e, em documento especial, aquelas que, pelo Princípio da Oportunidade, devem ser do conhecimento dos clientes principais da DSIEC. (Regimento Interno da AESI, 1971, p 20-21);

Entre os documentos disponíveis para pesquisa relacionados a ASI/UFPB analisados até o momento, produzidos majoritariamente a partir de 1979, notamos um relevante volume de informações acerca de estudantes, professores e entidades de representação, principalmente aqueles que eram associados ao perigo para o “bom funcionamento” da universidade. Destacamos o fato de que, em alguns documentos, mesmo os produzidos nos anos da abertura política, trazem importantes informações acerca dos anos iniciais do regime. Salientamos que, além do acesso a informações anteriores que determinados documentos fornecem por meio de extensos históricos, foi possível ter acesso a alguns documentos produzidos antes do início do processo de distensão e abertura, como é o caso, por exemplo, de um informe onde consta como sendo de origem do Serviço de Segurança e Informações (SSI/UFPB) e de data de 09 de dezembro de 1970.

### **ASI/UFPB E ABERTURA POLÍTICA**

Em relação aos órgãos de informações, o projeto de abertura teria que lidar com a grande rede de órgãos de informações existente. “Geisel, não podendo nem desejando extingui-los, precisava, ao menos, controlá-los” (FICO, 2001: 211). O “perigo vermelho”, já não representava uma grande ameaça, no entanto, ao prever a diminuição





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

da atuação e até mesmo a extinção dos órgãos de segurança, setores da “linha-dura” do regime presente nos órgãos, tomaram como objetivo “mostrar serviço”. Carlos Fico ainda diz:

[...] é preciso lembrar que o SNI foi bastante reforçado durante a gestão do general Otávio Medeiros, justamente no governo Figueiredo, consolidador da abertura [...] Como explicar, então, que o general-presidente responsável pela fase final da abertura estivesse investindo tanto no SNI? A explicação provavelmente decorre do fato de que seria relativamente mais simples justificar a necessidade de um órgão central de informações – comum em diversos países democráticos – do que um sistema de segurança. [...]

Considerando as estratégias de permanência dos órgãos de segurança e informações, o reforço recebido, bem como um processo de abertura baseado em um modelo lento e gradual, compreendemos as razões dos serviços de informações continuarem operantes. Junto a isso, o paulatino retorno dos movimentos sociais em forma de luta em prol da anistia e do retorno pleno a democracia, por exemplo, contribuiu para que os OIs continuassem levantando informações sobre pessoas, entidades de representação e movimentos.

No que se refere a UFPB, a documentação oriunda dos serviços de informações na temporalidade em questão, mostra um forte controle sobre processos de admissão de novos funcionários, onde se havia um levantamento de antecedentes daqueles considerados subversivos, além de um grande controle acerca dos processos eleitorais envolvendo dirigentes e estudantes. A vigilância por meio dos órgãos abrangia o registro de atividades suspeitas que envolvessem estudantes; professores e demais funcionários; exemplo desse quadro de vigilância, citaremos um trecho de um documento, que data de 20 de junho de 1974, onde consta o nome da ASI/UFPB e trata de um informe remetido ao diretor do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPB pelo assessor especial, Eulálio Luna de Carvalho:

Nos termos expedientes da Comunidade de Informações, recentemente elaborado, alertando as Universidades Brasileiras para não ter acesso a elas, pessoas portadoras de antecedentes políticos-ideológicos contrários ao regime vigente ou que professem ideologias espúrias às instituições nacionais, e, devidamente autorizado pelo Magnífico Reitor, encareço o obséquio de V. Exa. no sentido de remeter a esta AESI o nome, a filiação, a data e o local do nascimento das pessoas abaixo, pretendentes a:





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

- 1 – participar do concurso para o Magistério, instituídos pelos departamentos integrantes desse Centro;
- 2- ingressar, de forma interina e temporária, no Magistério para atender necessidades eventuais dos departamentos e
- 3 – competir em concurso de monitores. (**AESI\_UFPB\_Ofício nº 156/74**. Acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

Como vimos, a recomendação estava pautada no alerta aos antecedentes dos que tencionavam ingressar nas universidades brasileiras, portanto, diante dessa recomendação os órgãos integrantes da comunidade de informações mantiveram-se atentos, elaborando longos e detalhados históricos sobre pessoas consideradas suspeitas. De acordo com Motta (2014), os grandes expurgos feitos nas universidades com a colaboração dos serviços de informações ocorreram em grande escala nos momentos de maior repressão do regime, e que, após passado esse período, as assessorias de informações trabalharam muito mais no sentido de monitorar a comunidade acadêmica.

Partindo do afirmado, atentemos agora para um documento que evidencia a necessidade de buscar dados sobre estudantes que poderiam ter comparecido a um congresso realizado em São Paulo, no ano de 1975, com vistas a reorganizar a União Estadual dos Estudantes da localidade em questão:

- 1 – Dados conhecidos:
  - Realizou-se no dia 21 jun 75, em São Paulo, um Congresso Estudantil com a finalidade de eleger a Direção Política do DCE/USP e reestruturar a União Estadual dos Estudantes de SÃO PAULO e União Nacional dos Estudantes.
- 2- Dados Solicitados
  - Informar a esta AESI se algum estudante dessa Unidade viajou para o citado Encontro. Caso positivo, remeter o nome e a filiação.
  - Outros dados julgados úteis. (**AESI\_UFPB\_Pedido de informação nº 25/75**. Acervo da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba - Fundação Casa de José Américo).

A comunicação entre assessorias por meio de pedidos de informações não era algo incomum, pois esta troca além de reforçar o senso de comunidade entre os órgãos de informações contribuía para o controle de estudantes e professores por meio do monitoramento de suas atividades dentro e fora da universidade de origem. Outro ponto importante que o pedido de informação suscita, diz respeito ao paulatino retorno do





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

movimento estudantil por meio de encontros, encontros esses que encorajavam estudantes a se organizarem. E em relação ao retorno das organizações de estudantes da UFPB, de acordo com o que expõe Nascimento (2015), partir de 1975, apesar do controle exercido por meio dos mecanismos de repressão, estudantes organizados iniciaram o processo de retomada dos órgãos de representação estudantil, e com isso, as atividades estudantis passam a ter apoio dos Diretórios Acadêmicos (DAs) e Diretório Central dos Estudantes (DCE). Entretanto, a ASI/UFPB continuou elaborando extensos informes e monitorando as atividades organizadas e praticadas por estudantes<sup>340</sup>.

Informações sobre professores também foram encontradas nos documentos circulados pela ASI. Não diferente daquilo que encontramos sobre os estudantes, os professores que haviam participado de movimentos considerados subversivos em algum momento da vida, ou que, ainda fossem tidos como de esquerda em decorrência de aproximações com partidos ou de qualquer tipo de movimentação suspeita, costumavam figurar nas fichas produzidas, como consta no seguinte documento do ano de 1979, que versa sobre o professor Clóvis Peppe:

Em resposta ao documento da referência, esta ASI informa:

- 1) Esquerdista
  - 2) Contrário
  - 3) Membro do 1º Conselho de Representantes da Associação dos Docentes da UFPb (ADUFPb), **entidade de tendência esquerdista**.
  - 4) Não exerceu função administrativa.
  - 5) Exerce com eficiência o cargo de professor colaborador do Departamento de Química.
  - 6) Tem boa conduta civil, comprovada pelo **atestado de antecedentes** passado pela Secretaria de Segurança do Estado.
  - 7) No LDB processado para a sua contratação, nos O.I. da área, nada constava a respeito do nominado.
- No PB nº 95/78/ASI/UFPb, de 16 mai 78, **foi solicitada informação a DSI/MEC, a respeito do epigrafado, para a sua contratação. (ARE\_SNI\_479\_79 Informação nº 213/79** Acervo da Comissão Estadual da

<sup>340</sup> A documentação analisada evidencia uma grande produção de informações, a partir do processo de retomada do movimento estudantil, acerca de processos de eleição para entidades, listas contendo nomes e dados pessoais de alunos que foram a encontros, bem como detalhes sobre as atividades culturais organizadas por estudantes; o que colabora com o que a autora citada diz sobre o parcial consentimento das atividades estudantis ter relação com uma possível forma de facilitar o controle sobre os passos dados por esse seguimento e mantê-los dentro uma normalidade permitida.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Verdade e Preservação de Memória do Estado da Paraíba - Fundação Casa de José Américo). Grifos nossos

O documento acima trata-se de um juízo sintético, onde a ASI/UFPB fornece algumas informações. É claramente possível perceber a relevância da informação relacionada ao posicionamento político do professor (se é de esquerda ou não), assim como nota-se, no segundo ponto, uma outra relacionada a posição acerca do regime em vigor (se é favorável ou contrário). De acordo com o documento, apesar de ser contrário ao regime, o professor tem boa conduta civil, o que foi concluído a partir de atestado de antecedentes solicitado para a sua contratação. Além dessas informações, atentamos para como o documento trata a Associação dos docentes da UFPB (ADUF/PB), vista pelos órgãos como uma entidade de tendência esquerdista<sup>341</sup>.

Por fim, destacamos um documento relacionado a ASI, do ano de 1984, que traz como assunto: “Dirigentes Universitários” e trata sobre o professor Itan Pereira da Silva, nomeado em 1984 para o cargo de Pró-Reitor para assuntos do interior, e com isso, “de imediato, a ASI-UFPB faz circular, por meio do SNI, informações sobre a trajetória política e acadêmica do mesmo” (NUNES, 2018:31). Esse documento evidencia que até mesmo professores que eram designados para cargos de Pró-Reitor não escapavam dos olhos vigilantes da comunidade de informações, e por vezes, nem os próprios reitores deixaram de ter registros nas ASI por atividades tidas como suspeitas. Um outro ponto que chama atenção diz respeito ao ano de produção desse documento; em 1984 o regime se encontra no fim, porém, a ASI/UFPB continuou a circular informações sobre antecedentes políticos de membros da comunidade acadêmica da UFPB.

Concluindo, entendemos que, um sistema de informações não se extinguiria do dia para noite, isso é fato, ainda mais quando não havia total harmonia entre os que integravam o regime. Como vimos, os órgãos de informações tentaram se manter atuantes mesmo após anunciada a abertura política, recebendo, inclusive, investimentos. Nas universidades, vistas como um lugar suscetível aos ideais da temida esquerda, o

---

<sup>341</sup> Nos documentos examinados a ADUF/PB, entidade de representação de docentes criada em 25 de outubro de 1978 (seção João Pessoa), figura em boa parte dos documentos como uma entidade suspeita, comprometida com ideais de esquerda, sendo, portanto, suas atividades e membros vigiados pelos órgãos de informações.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

processo de demonstre das ASI não foi tão simples e uniforme. Segundo Motta (2014), a proposta de extinguir as assessorias foi pauta nos encontros de professores e levada aos reitores em algumas universidades, como foi o caso da UFPB. Todavia, a ASI/UFPB permaneceu operante até 1984. Os documentos analisados até então, evidenciam que o monitoramento a estudantes, professores e funcionários ocorreu até o último momento de existência da ASI/UFPB.

ANTUNES, Priscila C. B.. **SNI e ABIN: Uma Leitura da Atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao longo do Século XX.** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 2001.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO ESTADO DA PARAÍBA. **Relatório Final.** João Pessoa, A União, 2017.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NASCIMENTO, Talita Hanna Cabral. **Do fragmento à reorganização: movimento estudantil da UFPB (1975-1979).** Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-UFPB, João Pessoa, 2015.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. **A atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB): a vigilância sobre os dirigentes universitários (1976-1985).** *Saeculum: As Ditaduras Militares no Brasil e no Cone Sul: História, historiografia e memória*, João Pessoa, v. 39, p.19-36, 2018.

PEREIRA, Ludmila Gama. **Nenhuma ilha da liberdade: Vigilância, Controle e Repressão na Universidade Federal Fluminense (1964-1987).** Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, 2016.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## **O GOVERNO FIGUEIREDO AO REVÉS DA ABERTURA – ENTRE UMA REDEMOCRATIZAÇÃO MINADA E UMA SOCIEDADE CASTIGADA.**

Jonathan Vilar dos Santos Leite

UFCG

jonathan.historiador@gmail.com

**Resumo:** Este artigo busca compreender o que estava ao revés desse processo de “reabertura” empreendido a partir de o penúltimo governo militar e solidificado em seu último – sob a liderança do general João Batista Figueiredo. Traçaremos uma análise que busque colocar em uma perspectiva crítica a forma que este processo foi guiado e suas fragilidades em decorrência de múltiplas formas de violência que atingiram de forma direta ou indireta vários brasileiros, fosse esta uma violência crua e evidente ou fosse ainda uma violência contra a dignidade da condição de vida de milhões indivíduos.

**Palavras-chave:** Ditadura Militar, Redemocratização, Violência.

*“É para abrir mesmo e quem não quiser que abra, eu prendo e arrebento.”*

**João Batista Figueiredo**<sup>342</sup>

A distensão iniciada por Ernesto Geisel e continuada pelo processo de abertura por João Baptista Figueiredo seguia a trancos e barrancos. Ao passo que algumas medidas davam um tom de mínima suavidade ao regime, outras medidas e atitudes iam à contramão, mostrando as contradições deste processo.

<sup>342</sup> **Figueiredo Eleito oferece a conciliação.** Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, p.01, 16/10/1978.





Mesmo assim o caminho que trilhavam as coisas aumentou o ânimo de muitos setores civis, pois era um projeto político que traria reflexos diretos no modo de vida de muitos brasileiros. Mas o que talvez estes generais não contavam era o tipo de reação que estas medidas poderiam desencadear dentro da própria caserna. Os desdobramentos deste detalhe que pode ter passado despercebido acabaram custando caro a muitas pessoas que, independente do projeto político de redemocratização, ainda sentiria os efeitos nefastos que os lembrariam de que aquilo ainda era afinal de contas uma ditadura.

### **1.0 – As primeiras bombas explodem: a miséria se escancara.**

As “benesses” econômicas do milagre no período Costa e Silva e Médici acabaram sendo uma grande cartada do regime para abafar a truculência e sanguinolência que nomearia o mesmo período também de “anos de chumbo”. Aliados a uma propaganda forte e energética, números astronômicos indicavam o progresso e o avanço da nação simbolizado no *ranking* mundial de países potências que faria muitos acreditarem que o país ia absolutamente bem em todos os aspectos. Nas TVs, rádios e jornais da grande mídia empresarial tudo parecia ir bem: tínhamos um dos maiores PIB do mundo, havíamos conquistado o tricampeonato mundial em 1970 no México e o comunismo deixava de ser uma ameaça veemente à nação – os gritos dos torturados estavam perfeita e acusticamente bem abafados nos porões da ditadura. Posteriormente o jogo se inverte em sua lógica: o violento e arrebatador rumo que a economia brasileira trilhava e a forma brutal atingia a quase todos os brasileiros, sobretudo aquela grande maioria que não havia sido agraciada com o dito “milagre” e ficaram reféns da concentração de renda que apenas ínfima porção da população detinha. Como Maria Helena Moreira Alves<sup>343</sup>, segundo dados do Boletim do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos) coloca:

Em 1980, 12,5% da população economicamente ativa recebiam um salário equivalente à metade ou menos do salário mínimo legal; outros 20,8% recebiam entre meio e um salário mínimo; e 31,1% ganhavam entre um e

<sup>343</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984, p.292.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

dois salários mínimos. As classes médias eram constituídas pelos trabalhadores que recebiam entre dois e cinco salários mínimos (23,6%); entre cinco e dez (7,2%); e entre dez e 20 salários mínimos (3,2%). Apenas 1,6% dos assalariados brasileiros ganhavam mais que o equivalente a 20 salários mínimos em 1980.

O reflexo deste desastroso cenário econômico refletia em todo o modo de vida dos mais desfavorecidos. O próprio IBGE constatava em 1983 com base na pesquisa-estudo nacional de desenvolvimento<sup>344</sup> a precariedade do modo de vida brasileiro, onde era possível detectar 70% da população do país com um consumo diário de calorias inferior ao considerado necessário ao desenvolvimento humano, em que 40% dos óbitos infantis no país eram devidos a este estado de subnutrição. A má alimentação afetou de forma tão negativa essa grande fatia de brasileiros que até nas regiões mais desenvolvidas do país havia uma preocupação por parte das forças armadas, pois os mesmos estavam tendo que dispensar em torno de 45% dos jovens convocados para o serviço militar por sequer apresentarem condições mínimas de peso e estatura<sup>345</sup>.

Como podemos atentar, a violência também vinha em forma de injustiça, fome e descaso, e se isso ficava mais evidente ainda para quem era pobre, se este fosse nordestino ou da região norte o problema era dobrado. O nordeste enquanto uma das regiões mais diretamente afetadas por toda essa crise conjuntural acabou se tornando antro de miséria e penúria para os mais desafortunados. Se a média nacional para óbitos em nascimento de era 87,3 para cada 1000 nascidos (8,73%), na região nordeste isoladamente esse número subia para 130 pra cada 1000, o que simbolizava 13% dos recém-nascidos mortos no nascimento, um número extremamente alarmante<sup>346</sup>.

Se o consumo calórico mínimo necessário, de acordo com as Nações Unidas era de 3.000 calorias para um homem e de 2.200 calorias para uma mulher, no nordeste 79,5% da população sequer conseguia ingerir esta quantidade mínima diária, ultrapassando, mais uma vez, a média nacional que, como vimos mais acima, era de

<sup>344</sup> **Fome, patologia nacional.** Folha de São Paulo. São Paulo. P.10, 28 de agosto de 1983.

<sup>345</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984, p.293.

<sup>346</sup> IDEM.





70%<sup>347</sup>. Em contradição a tudo isso, a indústria da seca seguia beneficiando e favorecendo as elites da região.

A concentração de renda era outro legado problemático perpetrado pelos anos de regime. Em levantamento feito pelo assessor econômico do Ministério do Trabalho, Ramonaval Costa

Em 1960, os 60% mais pobres da população brasileira detinham 23,41% de toda a renda do país, enquanto os 5% mais ricos detinham 30,66%. Dez anos depois estes percentuais passaram a ser, respectivamente, 20,97% e 34,12%. Em 80, com base no censo feito pelo IBGE, constatou-se que a distribuição de renda, na mesma ordem, era de 19,33% e 35,19%.<sup>348</sup>

Os jornais campinenses passaram a exclamar com veemência o grande problema da concentração de renda. Em matéria do Jornal da Paraíba, em março de 1983<sup>349</sup>, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), na figura do presidente da mesma, Eliseu Roberto de Andrade Alves, afirmara que o Brasil necessitava de mais cultivo para o mercado de alimentos interno e, portanto, uma maior população de agricultores, através de um processo moderno e eficiente para acabar com a crescente fome contando com apoio do Estado para ampliar o mercado de fertilizantes. Apesar do presidente da Embrapa não mencionar, outro fator que seria vital para este processo seria justamente o processo de reforma agrária, que permitiria que os pequenos produtores comercializassem diretamente com o consumidor, contribuindo de forma efetiva e direta com o abastecimento nacional de alimentos.<sup>350</sup>

Todavia, a chaga que corroborava com todo este estado de penúria, segundo Maria Helena Alves<sup>351</sup>, referia-se ao mau uso extensivo da terra e a concentração de sua posse. Desde o governo Geisel o governo já adotava uma postura de multiplicação de

<sup>347</sup> Isto É, 14 de agosto de 1983, p.40 APUD ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984, p.293-294.

<sup>348</sup> **Cada vez menor, a renda dos pobres constrói a penúria.** Folha de São Paulo. São Paulo. P.10, 28 de agosto de 1983.

<sup>349</sup> **Fome: "A solução é distribuir rendas"**. Jornal da Paraíba, Campina Grande, p.02, 19 de Março de 1983.

<sup>350</sup> Além de diminuir o cavalariê rural da época que levou massivas quantidades de camponeses expulsos do campo para a cidade. Pessoas sem emprego e que muitas vezes tornavam-se pedintes, mendigos ou até passavam a viver na criminalidade.

<sup>351</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984, p.294.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

incentivos fiscais às safras agrícolas destinadas à exportação para gerar dólar, sucedendo-se no pagamento do serviço da dívida. Segundo a autora o quadro era o seguinte:

De 1970 a 79, enquanto aumentava a produção de soja (em média anual de 22,5%), cana-de-açúcar (6,3%), cacau (3,7%) e laranjas (12,6%) para exportação, a produção de alimentos básicos para o mercado interno foi relegada por falta de apoio governamental e pela utilização cada vez mais intensiva das terras para colheitas de exportação. Apesar da crescente demanda de alimentos básicos no mercado interno, a produção de feijão caiu 17,32%, e a de trigo, 9,92%, no mesmo período. [...] A destinação de milhões de hectares de terra para a produção de cana-de-açúcar, no quadro do programa do álcool, diminuiu ainda mais o espaço disponível para o cultivo de alimentos básicos.<sup>352</sup>

Como efeito disto soma-se ainda aos efeitos da inflação galopante que era um problema grave já no início do governo Figueiredo, quando seu índice atinge um pico elevado<sup>353</sup> em meados de agosto a outubro de 1980, como podemos constatar nas matérias de jornais que denunciam o grande aumento do preço de alimentos essenciais na mesa do brasileiro, como é caso do feijão, que passava a custar Cr\$140,00 o Kg<sup>354</sup>.

Muitas vezes os jornais se valiam das charges como um artifício de crítica justamente pelo tom satírico. Sendo assim, charges como esta abaixo (por Alonso), também denunciava o estado de penúria que muitos cidadãos passavam com a crise econômica do país – como a charge a seguir em que o homem na janela pensa “vamos cachorrinho, seja atropelado!” para que o mesmo pudesse pegar sua carne para comer, outro alimento de preço cada vez mais elevado:

<sup>352</sup> IBIDEM, p.294.

<sup>353</sup> Que já ultrapassava mais de 100%. Ao fim do ano a média da inflação seria de 110%.

<sup>354</sup> **"Feijão some da mesa dos pobres: Cr\$140,00 quilo"**. Diário da Borborema. Campina Grande, p.01. Dia 17 de Outubro de 1980.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA



**Figura 1: Preço da carne continua subindo.** Diário da Borborema. Campina Grande, p. 04. Dia 14 de Agosto de 1980.

A população já expressava sua angustia na seção de cartas de jornais, como o Jornal da Paraíba. Para o senhor João Pereira, morador da rua Acre, bairro da Liberdade, era preocupante que o valor da carne continuasse a subir tanto, “o que significa que muita gente vai deixar de ingeri-la” e que “a cada dia o povo está esmolando mais, a carne agora é artigo de luxo, apenas minoria consegue tê-la a mesa”.<sup>355</sup>

Ao passo dessa grande pressão inflacionária sobre os preços de alimentos, víamos o poder de compra do trabalhador cada vez mais reduzido. “Entre 1977 e 1980, o salário mínimo foi reajustado em 203%, mas os preços dos alimentos subiram 428%”, segundo matéria da Isto É<sup>356</sup>.

<sup>355</sup> À redação. Jornal da Paraíba, Campina Grande, p.07, 19 de outubro de 1982.

<sup>356</sup> Isto É, 14 de agosto de 1983, p.40 APUD ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984, p.294.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

O próprio ministro da saúde, Valdir Arcoverde, em entrevista exclusiva cedida à Folha de São Paulo<sup>357</sup>, reconhece que “o padrão de alimentação, habitação e saneamento, educação e serviço de saúde pública no país traz consequências patentes para os níveis de saúde da população.” O impacto destes problemas acarretava em uma série de problemas: redução da perspectiva de vida, vulnerabilidade a doenças, mau desempenho no trabalho, além de problemas para suprir outras despesas básicas como habitação, transporte, saúde, lazer, etc.

E como bem retrata a charge de Kenno, no Jornal da Paraíba, quem pagava por tudo isso era o “Zé Povo”, o trabalhador brasileiro, o mais pobre e desfavorecido que tinha que arcar com o ônus e a desgraça de uma economia que o violentava dia após dia. Essas matérias jornalísticas, charges e cartas de opinião de leitores só nos revelam a gritante contradição da lógica econômica empregada pelo regime em uma política de austeridade contra os mais pobres e de favorecimento aos mais ricos.

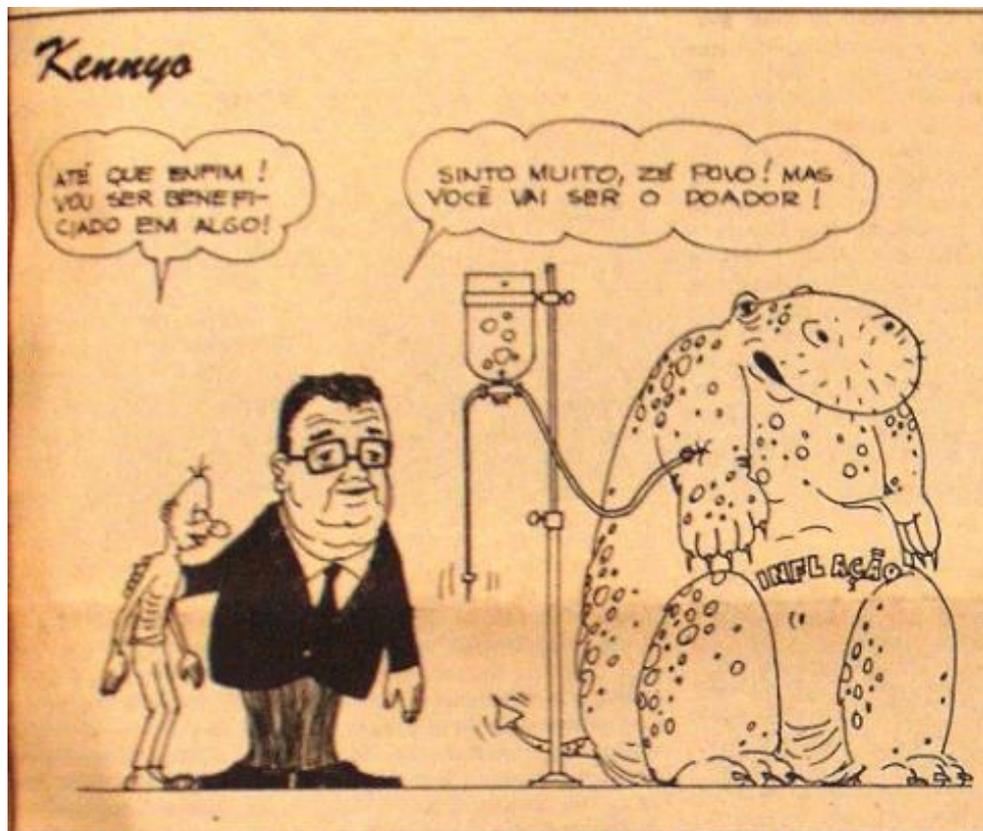
---

<sup>357</sup> **Fome, patologia nacional.** Folha de São Paulo. São Paulo. P.10, 28 de agosto de 1983.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA



**Imagem 2:** Jornal da Paraíba, Campina Grande, p. 07, 01 de outubro de 1982.

Outra charge feita por Alonso – chargista do Diário da Borborema – denunciava de forma contundente a violência dessa política econômica contra os trabalhadores brasileiros que contavam com tão pouco para sobreviver na terra do falido “milagre econômico”. Vemos na ilustração um trabalhador com precárias vestes, com apenas um dente, de corpo machucado e com curativos. A charge acompanha uma crítica corrosiva ao ironizar o fato deste homem, com 35 anos, casado, com 5 filhos, morando em casa alugada, pegando 8 transportes diários, sofrendo 2 acidentes de trabalho por semana e ganhando um salário mínimo, ainda assim continuar vivo – o que seria de fato um verdadeiro “milagre”.





**Imagem 3:** Diário da Borborema, Campina Grande, p.4, 05 de novembro de 1982.

## 2.0 – A miséria se mostra: as primeiras bombas explodem.

Para além da violência contra a dignidade da população mais pobre do Brasil, outra manifestação desta se fez mais visível como veremos adiante. A violência flerta com o terrorismo e passa a colocar em xeque o próprio processo de abertura.

Se por um lado a articulação entre as políticas de distensão e reabertura com Geisel e Figueiredo juntamente a parte da alta-cúpula das forças armadas estavam dispostas a realizar este processamento de forma resguardada, por outro lado vimos que existiam aqueles a quem as palavras “abertura” ou “distensão” os faziam espumar a boca – como foi o caso do general Sylvio Frota. Apesar de o general Ernesto Geisel ter se livrado do empecilho que era Frota para seus objetivos políticos, a caserna ainda estava infestada de militares descontentes com o rumo do regime e decidida à continuidade de um governo de austeridade e inconciliação. Para estes, o sangrento





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

processo de “saneamento” dos temidos “anos de chumbo” ainda não haviam sido suficiente – apenas uma primeira etapa teria sido cumprida: o combate direto contra a guerrilha. Numa segunda etapa, mais longa e lenta, dar-se-ia uma escalada de saneamento ideológico. Além do mais, nossos vizinhos latino-americanos ainda eram governados por generais que não sinalizavam para nenhum tipo de abertura – vide: Uruguai, Argentina, Chile, Paraguai e Bolívia. Para tanto, mesmo após a anistia, os militares brasileiros com a ajuda de agentes argentinos e uruguaios continuavam a agir clandestinamente no país desde 1975 com a Operação Condor<sup>358</sup>.

Em contrariedade a todo esse processo, “integrantes da comunidade de informações começaram a organizar ações clandestinas que, embora de autoria anônima, traziam impressa a marca de violência dos órgãos repressivos”<sup>359</sup>. Sem ter mais os velhos inimigos já derrotados na primeira metade dos anos 1970, a linha dura se sentia ameaçada, pois a higienização absoluta a nível ideológico não havia se efetivado ainda como queriam e por ser sentir acuada ante a nova emergência de atores sociais que resurgiam em meados da década de 1970. Para tanto, a alternativa era agir nas sombras. Eles não poderiam mais cometer deslizes em seus atos achando que vista grossa seria feita. O caso Herzog os provou o suficiente que a sociedade civil estava mais alerta e atuante. Com a mídia tendo mais liberdade, as denúncias poderiam se tornar um problema direto. Portanto, agora o modo de ação deveria ser meticuloso o bastante para que não fossem descobertos e punidos – fosse ainda durante o regime ou a posteriori com o retorno do Estado de Direito. Panfletos secretos circulavam pelos quartéis com protestos contra a abertura.

Iniciados já em 1976, no meio do governo Geisel, os ataques terroristas dos militares tornam-se cada vez mais comuns. No referido ano, 14 atentados acontecem e o grupo responsável por esses atos extremistas e radicais já mantinha esta prática de longa

<sup>358</sup> PADRÓS, Enrique Serra. **Conexão repressiva internacional: o Rio Grande do Sul e o Brasil na rota do Condor**. IN PADRÓS, Enrique Serra *et al* (org.). A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul. Vol.3. Porto Alegre: Corag, 2010.

<sup>359</sup> JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem: os interrogatórios na operação bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. São Paulo: EDUSP, 2013, p.93.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

data – desde 1962, quando explodiram uma bomba no pavilhão de uma exposição comercial soviética no Rio de Janeiro, com participação de oficiais<sup>360</sup>.

Na edição de 01 de outubro de 1978, o *Jornal do Brasil* afirma que só em apenas 6 meses durante o ano de 1978, haviam explodido 26 bombas em redações de pequenos jornais, diretórios estudantis, igrejas e residências, tendo como autoria entidades secretas como o GAC (Grupo Anti Comunista) e o MAC (Movimento Anti Comunista)<sup>361</sup>, Comando Delta ou Falange Pátria Nova. O jornal denuncia também a aparente vista grossa feita em vários destes casos e apontam como os principais alvos pessoas ligadas às lideranças sociais militantes, órgãos de imprensa, livrarias, bancas de jornal, universidade e instituições identificadas com a oposição (OAB, como veremos a seguir). Na mesma matéria vemos casos de sequestro do padre Joacir Grandi, responsável por um movimento de jovens da pequena Imbituda, próxima a Curitiba; da bomba explodida na igreja de São Francisco das Chagas em Belo Horizonte; outra bomba detonada na casa do advogado Geraldo Magela, também na capital mineira; do professor universitário Paulo de Oliveira Gomes, de Apucarana (norte do Paraná), sequestrado e torturado por três dias; a professora e jornalista Juracilda Veiga, após receber cartas ameaçadoras do CCC (Comando de Caça aos Comunistas) é sequestrada e mantida três dias em cativeiro.

Ainda nesta edição do *Jornal do Brasil*, vemos outra matéria do bispo responsável pela Pastoral da Juventude da Regional Nordeste II, no Pernambuco, Dom Marcelo Pinheiro Carvalheira e o bispo auxiliar de João Pessoa denunciando a perseguição tanto à membros eclesiais como a fieis que atuam junto em pastorais como a de jovens. Nas palavras do bispo pernambucano

Não é de hoje que a Igreja do Nordeste e, principalmente a Arquidiocese de Olinda e Recife, se vê acusada e perseguida. Essa é a política do regime implantado em nosso país desde 1964. Principalmente no Nordeste, a maioria

<sup>360</sup> GASPARI, Elio. *A Ditadura Acabada*. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016, p.183.

<sup>361</sup> **Extrema direita assume em Minas a culpa**. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. P.18, 01 de outubro de 1978.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

do nosso povo sofre na pele as graves consequências de um modelo econômico-político e social injusto, desumano e, portanto, antievangélico.<sup>362</sup>

Nem mesmo o diácono e coordenador regional Domenico Corcione ficou livre de acusações. Ele vinha sendo acusado por reorganizar o PCR (Partido Comunista Revolucionário). Ele relata também o caso do estudante Edval Nunes da Silva, “Cajá”, que depois de sequestrado e torturado, foi encarcerado em presídio comum por prisão preventiva, mesmo sendo réu primário e possuindo trabalho e residência certos.

Quiçá, nas universidades, como relata Rodrigo Patto Sá Motta<sup>363</sup>, há vários casos nos campi de todo o Brasil de agentes que perseguiram, ameaçavam alunos (principalmente aqueles ligados a movimentos estudantis e sociais) ou proibiam certas atividades como exibição de filmes, encenações teatrais ou atrações musicais, além de tentar boicotar eleições para DCE’s ou DI’s<sup>364</sup> em plena reabertura.

A primeira onda de atentados do governo Figueiredo em 1979 teve pelo menos 12 atentados:

A sucursal de Belo Horizonte do semanário *Em Tempo* publicou uma lista com os nomes de torturadores, foi depredada pela terceira vez. No Rio de Janeiro, colocaram uma bomba no carro do jornalista Hélio Fernandes, diretor da *Tribuna da Imprensa*, o último diário a ter sua censura prévia suspensa. Foram atacados três diretórios acadêmicos, um teatro, uma livraria, uma reunião de sindicalistas e duas igrejas<sup>365</sup>

Como um efeito dominó, uma série de atentados foi se espalhando pelo país inclusive com novas variações, como as cartas bombas.

Todavia, para muitos na caserna, estes ataques sequer mereciam ser categorizados como atentados, muito menos terrorismo. O próprio oficial Coelho Netto sustentara que “atentado sem morte não é atentado”<sup>366</sup>. Ou, quando eram, logo se

<sup>362</sup> **Bispo vê perseguição.** Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. P.20, 01 de outubro de 1978.

<sup>363</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

<sup>364</sup> Na UFRN, por exemplo, foram proibidas exibições de filmes, houve interferência na escolha de dirigentes do DCE e coação ostensiva a líderes estudantis (MOTTA, 2014, p.202). Na UFC, no fim dos anos 1970, alunos de Engenharia Elétrica percebem a infiltração de um agente nas suas reuniões de chapa para a eleição do Diretório Acadêmico (IDEM, p.204).

<sup>365</sup> GASPARI, Elio. *A Ditadura Acabada.* – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016, p.185.

<sup>366</sup> IBIDEM, p.185.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

taxava como armação dos terroristas da esquerda que, inconformados com a derrota, tentavam se vingar de forma covarde.

Enquanto os atentados a bomba fossem contra estruturas físicas, como livrarias, escritórios ou bancas havia mais uma intenção de ameaçar e intimidar, podendo ocasionalmente, claro, resultar em algum ferimento, mas os atentados começaram a se tornar mais radicais e alcançar um patamar mais perverso com o surgimento das cartas-bombas – estas, inevitavelmente mutilariam quem as abrisse, quando não matasse. Um dos casos mais alarmantes da época é o da carta bomba que vitimou a secretária do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – sede Rio de Janeiro –, a senhora de 59 anos, Lyda Monteiro da Silva, em 27 de agosto de 1980. Além do atentado à OAB, outra carta foi enviada à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, destinada a um vereador; seu assessor a abriu e por causa da explosão teve seu braço amputado. Na sede do jornal ligado ao Partido Comunista do Brasil, Tribuna da Luta Operária, em que um artefato de pouca potência estourou durante a madrugada, provocando apenas estragos materiais. Outra carta-bomba havia sido enviada à ABI (Associação Brasileira de Imprensa), mas foi desativada por seu presidente, Barbosa Lima Sobrinho, haver sido avisado por telefonema de um suposto representante do CCC (Comando de Caça aos Comunistas).

Enquanto tudo isso explodia, em visita ao Chile, Figueiredo afirma que o “Brasil tem firme compromisso com a democracia”<sup>367</sup>. Esta é sua fala dada em um pronunciamento à imprensa chilena, no período em que o general visitava Pinochet. O presidente brasileiro fala que presa pela total democracia e liberdade dos sujeitos e é totalmente contra qualquer sistema fascista de governo. Ironicamente, a situação parecia ir ao sentido diametralmente oposto à declaração do general.

Para além destes atentados a estes órgãos, houve o famoso atentado do Rio Centro, em 30 de Abril de 1981, que para a sorte de muitos foi frustrado graças ao imprevisto acidental que fez com que a bomba explodisse no colo de um sargento dentro de um carro, acompanhado de um capitão que se feriu gravemente, mas

<sup>367</sup> **Figueiredo tem firme compromisso com a democracia.** Diário da Borborema. Campina Grande, p.01, 05 de outubro de 1980.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

sobreviveu. A bomba poderia ter feito várias vítimas, caso o plano tivesse ocorrido como o planejado, já que no local estava acontecendo um show em comemoração ao 01 de Maio, com vários ícones da música brasileira e opositores convictos à ditadura como Gonzaguinha, Gilberto Gil, entre outros e contava com aproximadamente 18 mil pessoas. Como várias portas do lugar onde ocorria o show estavam estranhamente fechadas, sobrariam apenas duas portas para esses milhares de pessoas passarem desesperadas com as explosões e o possível escuro ocasionando um esperado pisoteamento de até centenas de pessoas, gerando feridos e mortos.

Depois das bombas do atentado no Riocentro, Golbery, que era então ministro da casa Civil do governo Figueiredo pede demissão devido ao episódio por saber da participação de militares comandados pela linha dura contrária à distensão, que, embora tenha fracassado o atentado, pôs em risco a vida de milhares de civis além de representar retrocesso em relação à abertura política que tentou implementar desde Geisel.

Em 1982 há o caso da prisão de 84 membros do PCB (Partido Comunista Brasileiro) que estavam, segundo as escassas informações obtidas pela imprensa, em uma reunião para debater as bases de organização do partido ou que eles estariam participando do 7º Congresso Nacional do Partido Comunista. O motivo da prisão seria justificado pela Lei de Segurança Nacional, artigo 40, que pune a tentativa de reorganização de partido político extinto por força da lei (com pena de 1 a 5 anos de cadeia). Além da prisão dos partidários que estavam presentes na reunião, apreenderam também documentos que estariam na editora “Novos Rumos”, instalada no 12º andar e que editava o jornal de esquerda “Voz da Unidade”.<sup>368</sup> Enquanto para alguns a liberdade de imprensa já era um fato consumado, para outros não passava de uma farsa, principalmente àqueles ligados à imprensa alternativa de esquerda (vulgarmente chamada de “imprensa nanica”) que tinha constantemente suas sedes depredadas, materiais apreendidos e circulação dificultada. O fim da censura em jornais só se efetivou para a grande imprensa.

<sup>368</sup> **Polícia Federal prende 84 membros do PC.** Jornal da Paraíba. Campina Grande, p.01, 14 de setembro de 1982.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Mesmo em pleno Janeiro de 1985, em São Paulo, há pouquíssimo tempo para o fim formal da ditadura, temos a prisão de três membros do Partido Revolucionário Comunista (PRC) por terem apenas colado cartazes contra as eleições indiretas para presidência da república.<sup>369</sup>

#### **Conclusão**

Pudemos constatar que o plano de distensão, lenta e gradual de Geisel, prosseguida por seu sucessor, João Batista Figueiredo, foi um projeto idealizado e arquitetado pela cúpula militar se valendo de alguns fatores. O primeiro que deve ser observado seria o benefício de não serem contestados - até porque teriam varrido praticamente todo remanescente de oposição combativa que havia até então. Em segundo só teve clemência a um único tipo de oposição que era aquela moderada e aceitável, a qual teria condições de negociação. Essa observação se faz importante porque é justamente neste momento inicial que a caserna começa a perceber que o único caminho plausível no momento é guiar o país para uma abertura política, mas que isso não se desse de forma espontânea ou externa a seu poderio - eles fariam as regras para o jogo da transição. Para tanto, sempre que os opositores tentavam furar as barreiras deste projeto, prontamente os militares respondiam em reprimenda.

Este último ponto, por sinal, é outro ponto vital para a conclusão desta pesquisa. Observamos que com certo arrefecimento do regime militar, as formas de repressão e violência se sofisticam. Passam a existir de duas formas: uma mais caótica e fora das cadeias de comando, com as explosões a bomba e atentados sem autoria certa que surgia como própria insatisfação de núcleos militares em direcionar o país rumo a uma “redemocratização”. A segunda era ainda sob os comandos centrais e sistemáticos do governo militar em que funcionavam justamente para manter o projeto distensor sempre nos trilhos, reprimindo aqueles que tentassem extrapolar os limites impostos. Para tanto

---

<sup>369</sup> “Polícia prende 3 dissidentes do PCdoB”. Jornal da Paraíba. Capina Grande. P.01. 03 de Janeiro de 1985.





lembramos que os partidos comunistas ainda estavam na ilegalidade, membros estavam sendo presos.

A repressão e a vigilância não cessaram; se sofisticaram e mudaram em parte seu *modus operandi* como uma forma de acompanhar o ritmo da “redemocratização” e não atrair muitos holofotes. Como vimos, violenta não só foi a opressão, mas também a fome, a desigualdade, o descaso e injustiça que violentou tanto brasileiros nesse período de abismo social - sobretudo na região Nordeste.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

DEO, Anderson. **Uma transição à long term: a institucionalização da autocracia burguesa**. IN PINHEIRO, Milton (Org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014, p.305.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Acabada**. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GOMES, Rômulo Gabriel de Barros & SILVA, Marcília Gama da. Humor em tempos de chumbo: uma análise da censura durante a ditadura militar através das charges publicadas em periódicos de circulação em Pernambuco IN *Anais Eletrônicos do V Colóquio de História “Perspectivas Históricas: historiografia, pesquisa e patrimônio”*. Luiz C. L. Marques (Org.). Recife, 16 a 18 de novembro de 2011. p. 1183-1193. Disponível em: <http://www.unicap.br/colquiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/5Col-p.1183-1194.pdf>. Acesso em 06 de Agosto de 2018.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem: os interrogatórios na operação bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. São Paulo: EDUSP, 2013.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

PADRÓS, Enrique Serra. **Conexão repressiva internacional: o Rio Grande do Sul e o Brasil na rota do Condor.** IN PADRÓS, Enrique Serra *et al* (org.). A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul. Vol.3. Porto Alegre: Corag, 2010.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## OS ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DAS IMAGENS PÚBLICAS DE DILMA ROUSSEFF E JAIR BOLSONARO NA REVISTA SEMANAL *ISTOÉ*

ELIZABETH CHRISTINA DE ANDRADE LIMA/UFCG

ecalima@terra.com.br

MICHELLY PEREIRA DE SOUSA CORDÃO

UFCG/ michellycordao@gmail.com

### RESUMO

O artigo busca problematizar as imagens e narrativas midiáticas contidas nas revistas hegemônicas semanais, à exemplo de *IstoÉ*, que traz em uma de suas capas a construção altamente misógina e machista da ex-Presidenta Dilma Rousseff, sendo apresentada como louca, histérica, totalmente descontrolada e sem “condição de continuar a governar o País” e uma outra de suas capas, mais recente, do atual Presidente Bolsonaro, no qual é apresentado por uma imagem de rosto, meio-homem, meio-leão, tentando passar, entre outras coisas, a imagem de força por meio do signo do mundo animal considerado como o "rei da selva". Nosso intento é refletir como esses tipos de imagens e de narrativas ajudam na construção de uma determinada imagem a partir do recorte de gênero, e de como elas ajudam na construção e/ou desconstrução do masculino e do feminino. Refletimos ainda, como tais imagens midiáticas ajudaram na desconstrução da imagem da ex-presidenta Dilma, fortalecendo a demanda por seu *impeachment* e de como, conseqüentemente, é fácil "bater", atacar, desmoralizar, desrespeitar uma mulher, por sua condição de gênero, numa sociedade, como a nossa, marcada pelo sexismo, machismo e patriarcado, e, igualmente e em sentido oposto, como é fácil construir, positivamente a imagem do masculino, a partir de toda uma construção adjetivada por termos como: força, poder, discernimento, competência, entre outros. Enfim, buscamos demonstrar que tais revistas acabam por naturalizar e potencializar a diferença de gênero, como algo inquestionável, e que, ao final, serve, entre outras coisas, para desestimular a disputa e a inserção das mulheres por espaços de poder.





## INTRODUÇÃO

Ao pesquisar as revistas semanais que fizeram “a cobertura” especialmente do processo de *impeachment* sofrido pela ex-Presidenta Dilma Rousseff uma revista, em particular, nos chamou atenção: a Revista *IstoÉ* que em sua edição de 06 de abril de 2016, traz em sua capa a imagem da Presidenta Dilma Rousseff, como se estivesse tendo um surto psicótico, acompanhada da manchete: “*As explosões nervosas da Presidente: em surtos de descontrole com a iminência de seu afastamento e completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do Palácio, grita com subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos e perde (também) as condições emocionais para conduzir o País*”. Na matéria da revista, Dilma Rousseff chega a ser comparada Dona Maria I, a louca, a mãe de Dom João VI.

Exatamente três anos depois, em 06 de novembro de 2019, *IstoÉ*, produz outra capa ontológica: traz a imagem do atual Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, com seu rosto dividido ao meio, com a metade de sua imagem e a outra metade com o rosto de um leão e com a seguinte manchete: “*Bolsonaro – um – Leão fora de controle. Completamente destemperado, o presidente perde o eixo, trata todos como se fossem inimigos e corre o risco de acabar sozinho. Militares, Juízes do STF, ex-aliados e entidades de comunicação reagem assustados.*”. Com base no exposto, pretendemos partir de um recorte de gênero, com o objetivo de problematizar até que ponto essas duas imagens e narrativas tem por objetivo fazer perdurar os estereótipos de gênero a fim de constranger a ação política e administrativa das mulheres e a visibilidade desta ação no noticiário jornalístico, por meio de um processo que se retroalimenta. Em outras palavras, tentaremos propor uma espécie de confluência entre três temas: gênero, política e mídia. Embora saibamos que existe toda uma tradição de trabalhos acadêmicos para cada um dos pares de temas (tais como: estudos sobre gênero e política, sobre política e mídia, sobre gênero e mídia), a interseção das três temáticas ainda é campo pouco estudado no Brasil.





Acreditamos que propor tal interseção, tomando como caso para análise a construção das imagens públicas da ex-Presidenta Dilma Rousseff e do Presidente Jair Bolsonaro pelas mídias mencionadas, nos parece interessante na medida em que a visibilidade nos meios de comunicação de massa é um fator fundamental na produção de capital político nas sociedades contemporâneas. Em outras palavras, a mídia pode e deve ser pensada como uma esfera de representação. Como um espaço privilegiado de difusão de representações do mundo social e que, por isso mesmo, se estabelece como momento de uma representação especificamente política.

## **ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO E O ESPAÇO DA POLÍTICA**

É no contexto de um sistema patriarcal, sexista, machista, misógino e estruturado numa divisão sexual do trabalho, que as mulheres, apesar de sua presença nesses espaços, permanecem a enfrentar diversos obstáculos e estigmas quanto a sua legitimação frente a um cargo público.

As mulheres estão habituadas à exigência de superqualificação, imposta aos integrantes de grupos subalternos que ingressam em espaços privilegiados. Elas sabem, ainda que de forma intuitiva, que lhes é cobrada uma competência superior para que possam exercer tais funções. (MIGUEL & BIROLI: 2011, p. 94).

A ocupação de mulheres na vida política informal ou institucional tem sido compreendida pelos que se dedicam a essa temática – os intelectuais e o movimento feminista principalmente – como um processo de transformação que transcorre entre o silêncio e a voz (PINHEIRO, 2007). Ou seja, há um entendimento de que a não participação feminina nas esferas de poder caracteriza a incompletude da Democracia Representativa.

Pinheiro (2007) destaca ainda que ao se discutir a importância da presença feminina nos espaços de poder, são levantadas questões que perpassam pela formação dos papéis sociais moldados entre o gênero masculino e o gênero feminino, em que em muitas vezes podem estar escondidas sobre a justificativa e importância da mulher na





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

vida política. A autora acredita que a ideia de defender a presença feminina na política baseia-se na lógica da *política de presença*, na crença de que as melhores representantes para a população feminina são elas próprias.

Entretanto, as representações de que caberiam as mulheres se inserir na política para alterá-la, ressignificá-la, imobilizam inúmeras possibilidades de compreender as transformações na esfera política, impulsionadas pela entrada desse novo agente político. Pinheiro (2007, p. 21) assevera que não há nada que garanta que a maior presença feminina signifique maior defesa dos interesses femininos. Pelo contrário, por essa lógica ocorre à naturalização de um fenômeno que é socialmente construído e mesmo que demonstrem maior participação em áreas de maior vulnerabilidade da sociedade e aos papéis que exercem dentro da esfera privada, não significa, porém que exista uma espécie de vocação inata. Pinheiro (2007) complementa:

A noção de gênero constitui-se em um elemento central para a explicação do comportamento das mulheres na política institucional. Assim, há reconhecimento da existência de construções sociais a definirem o que é ser homem e o que é ser mulher, e de que essas mesmas construções orientam o estabelecimento de relações sociais, construindo “preferências” que resultam em comportamentos e em representações diferenciadas entre os sexos. (PINHEIRO, 2007, p. 21)

Ao propor a utilização do termo gênero, Scott (1995), sugere que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informações sobre os homens, que um implica no estudo do outro. Esta enfatiza que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, e que ele é criado nesse e por esse mundo masculino. O termo gênero designa ainda, as relações sociais entre os sexos, rejeitando de maneira explícita explicações biológicas que são utilizadas para justificar diversas formas de subordinação feminina. Em contraposição a isso, o termo gênero torna-se uma forma de indicar “construções culturais”, a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres.

No campo do gênero, os homens como sujeitos pertencentes à estrutura social posta, têm liberdade quase absoluta, desfrutam de autonomia, são dominantes nos espaços públicos e de decisão, não necessitando submeter-se a outra categoria de sexo para realizar seus projetos, seus desejos. Já as mulheres, também como sujeitos





pertencentes à estrutura social vigente, precisam solicitar autorização a “primeira” categoria. Isso implica afirmar que se a autonomia, o poder de decisão e a maior ocupação de espaços privilegia apenas uma categoria social de sexo, fica patente a hierarquia e a desigualdade.

A categoria de gênero pode ser entendida como elemento essencial para compreender as formas de entrada de mulheres na política e os papéis por elas desempenhados quando se estabelecem nesse meio. Esta permite-nos, ainda, entender algumas peculiaridades referentes a relação entre mulheres e a prática política.

Ao tornar-se uma figura pública, adquirir visibilidade e reconhecimento social, as mulheres políticas passam a integrar a agenda de notícias e reportagens dos meios de comunicação. Sobre esse aspecto, alguns autores apontam para o papel de conformação do discurso midiático com o do senso comum, corroborando para a perpetuação da naturalização de noções definidoras de padrões e estigmas que envolvem as mulheres nas esferas privada e pública da vida social. Há uma espécie de reprodução e tentativa de manutenção dos papéis socialmente destinados às mulheres. Quanto a isso, Paiva (2008) afirma haver nessa arena midiática manifestações estereotipadas sobre as mulheres que disputam ou que já ocupam cargos de poder:

A tentativa dos *mass media* de estereotipar os gêneros, especialmente o feminino, permite a reprodução de um certo modelo de ser “mulher” acrescido ao atributo de gestora ou parlamentar; e muitas vezes tais classificações, previamente concebidas em nosso sistema de significação coletiva, tenta impingir uma espécie de “jeito de ser” que pode ou não, coadunar com o que se encontra cristalizado culturalmente.

### “A LOUCA E O LEÃO” NA NARRATIVA JORNALÍSTICA

Escreveu Charaudeau, em seu “Discurso das Mídias” (2006:p.38) que “a linguagem é cheia de armadilhas” e nós acrescentaríamos, armadilhas, sobretudo,





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

simbólicas, pois o enunciado, antes de tudo, significa e, ao significar, oferece distintas possibilidades de interpretação.

Para iniciarmos uma análise mais detalhada sobre a capa e a manchete da capa das Revistas *IstoÉ*, de 06 de abril de 2016 e de 06 de novembro de 2019 é preciso fazer uma análise cuidadosa dos discursos construídos para dar conta dos estereótipos de gênero nelas presentes.

Abaixo, as capas das revistas e suas respectivas manchetes:





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA



Num primeiro momento pode nos parecer que as duas manchetes buscam fazer críticas contundentes aos dois governos, mas se observarmos com mais cuidado as palavras usadas para caracterizar uma e o outro estadista, será patente o uso de estereótipos de gênero e a tentativa muito clara de desconstrução da imagem da ex-Presidenta Dilma Rousseff, classificada como “louca” e a do Presidente Jair Bolsonaro como a de um “destemperado”.

São as seguintes as manchetes das duas revistas, respectivamente:

**“As explosões nervosas da Presidente: em surtos de descontrole com a iminência de seu afastamento e completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do Palácio, grita com subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos e perde (também) as condições emocionais para conduzir o País”.**

Nessa manchete a primeira ideia que fica sobre a imagem é a de uma Presidenta berrando, atacando, como se estivesse completamente desequilibrada.

**“Bolsonaro – um – Leão fora de controle. Completamente destemperado, o presidente perde o eixo, trata todos como se fossem inimigos e corre o risco de**





**acabar sozinho. Militares, Juízes do STF, ex-aliados e entidades de comunicação reagem assustados.”**

Já na capa que traz o Presidente Jair Bolsonaro, este está com cara de fera, mas ele, mesmo fera, está tranquilo. Vamos, a seguir, estabelecer uma comparação entre as duas manchetes:

<p>→Em surtos de descontrole com a iminência de seu afastamento e completamente fora de si.</p> <p>→Dilma quebra móveis dentro do Palácio.</p> <p>→Grita com subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos e</p> <p>→Perde (também) as condições emocionais para conduzir o País.</p>	<p>→Completamente destemperado.</p> <p>→ O presidente perde o eixo.</p> <p>→Trata todos como se fossem inimigos e corre o risco de acabar sozinho.</p> <p>→ Militares, Juízes do STF, ex-aliados e entidades de comunicação reagem assustados.</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

A frase “em surtos de descontrole e completamente fora de si”, esse trecho leva a pensar em problemas mentais, desconexão com a realidade e ausência de raciocínio; já a frase “completamente destemperado, o único adjetivo aqui é destemperado, a única ideia é uma forte inadequação.

Em outro trecho, em comparação: “Dilma quebra móveis dentro do Palácio”, Tal frase provoca um festival de ideias que vem à cabeça do leitor: descontrole, irracionalidade, inconsequência, destruição, violência, ausência de responsabilidade, perigo, indeterminação, essa frase passa a ideia de alguém completamente louca, que perdeu a capacidade de noção da realidade, alguém que precisa ser isolado da vida social. Já o outro, “o presidente perde o eixo”, ora, o que é perder o eixo? É um leve desequilíbrio em relação a um padrão de comportamento, algo passageiro, que pode voltar à normalidade, algo em desacordo com um padrão, é suave, é crítica a postura da





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

revista com relação ao destempero do Presidente, mas o discurso ainda é muito suave se comparado aos adjetivos para classificar o estado mental da ex-Presidenta Dilma.

O outro trecho: “Dilma grita, xinga e ataca”, basta analisar os verbos para, novamente, passar a ideia de uma louca, fora de si. Dilma aqui, não é mais sequer uma mulher, o que dizer, uma Presidenta, ela é somente, uma louca. Aqui o que se tem é descontrole, irresponsabilidade e ação instintiva. Ausência total de raciocínio. Já no texto de Bolsonaro: “trata a todos como se fossem inimigos e corre o risco de acabar sozinho”, O correr o risco não significa a certeza do que possa vir a acontecer, é possível que acabe sozinho, é um texto que traz a ideia de isolamento, intolerância e falta de capacidade de ponderar, é uma atitude desequilibrada, aqui, novamente, há uma ausência de raciocínio, de um comportamento instintivo, no entanto, colocado de maneira muito mais leve do que com relação a Dilma.

E, finalmente, a frase em que há afirmação de que Dilma “perde (também) as condições emocionais para conduzir o País”. A palavra também, entre parênteses, é uma maldosa e misógina tentativa de reforçar a ideia de que o País não pode mais continuar a ser governado por uma louca. É a louca, que demonstra um comportamento irracional, inabilidade cognitiva, inabilidade para governar, para continuar no cargo, incapacidade profissional, alguém que precisa de intervenção psiquiátrica. E por último a frase sobre Bolsonaro: “Militares, Juízes do STF, ex-aliados e entidades de comunicação reagem assustados”, ou seja, aqui o que se tem é uma série de ações do Presidente e como resultado se passa a mensagem para o leitor de que os Juízes do STF, os ex-aliados e meios de comunicação estão acuados, assustados, ou seja, com medo do Presidente Leão. Qual a ideia que suscita tal frase? Que Bolsonaro tem controle, tem domínio da situação, tem poder e total controle da situação, que no máximo, ele está a assustar entidades e poderes da sociedade, que ele é poderoso, é o Leão, que simboliza o “Rei da Selva”, o grande líder, o estadista que é o “Rei do Brasil”.

A propósito dessa capa de Bolsonaro, dias antes, dia 28 de outubro de 2019, foi postado no perfil oficial de Bolsonaro em uma rede social, um vídeo em que o Presidente é retratado como um leão acossado por hienas. Tais hienas representam





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

vários partidos políticos, instituições como o STF, a CNBB, a OAB e meios de comunicação, tais como a Rede Globo que estariam querendo “devorar” o leão. No vídeo, de repente aparece outro leão, descrito como “conservador patriota” e afasta as carnívoras hienas. Os felinos se cumprimentam, e surge a imagem de Bolsonaro, uma bandeira do Brasil e a voz do Presidente repetindo o slogan que o popularizou: “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”.

O que tal vídeo quer nos dizer? Ao modo da capa da revista, esse leão, descrito como “conservador patriota” é uma mistura de messias com o salvador da pátria, de alguém ungido de poderes sagrados que vem para redimir o seu reino marcado por injustiças e perseguições.

Já a narrativa sobre Dilma tenta a desconstruir, impingindo a ela a característica de uma mulher desequilibrada que, por não “suportar as pressões” por “tantas denúncias” a ela dirigidas e, na imanência de perder o cargo, reage da forma mais negativa e triste possível: destratando e desrespeitando os seus subordinados e depredando o patrimônio público. Com base em tal construção narrativa, cabe aqui apresentar o que formula Patrick Charaudeau (2006) quando defende que

Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolhas de formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas. (CHARAUDEAU, 2006:39)

O efeito de sentido esperado pela matéria da aludida revista não é outro senão o de desqualificar Dilma Rousseff de suas competências para continuar a exercer o cargo de presidenta do Brasil. Como o leitor pode continuar a apoiar uma gestora cuja saúde mental se encontra tão debilitada? Ao passo que Bolsonaro permanece intacto em sua imagem de estadista, pois diante de tantas perseguições, ao contrário de enlouquecer, como “fizera” Dilma, encurrala seus opositores assustando-os quanto a sua capacidade de força e de superação.

Concordamos com Miguel e Biroli (2011:p.18) quando afirmam ser “a mídia de massa um espaço de representação da política” e de fato o é. A disputa pela imposição





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

de imagens públicas se constitui na grande característica das disputas eleitorais e da formação da opinião pública e a história tem demonstrado que, infelizmente, as mulheres estão em desigualdade em relação aos homens quando o que está em jogo é a disputa por espaços de poder e, exemplos, como os experienciados por Dilma Rousseff, como no caso da matéria da revista *IstoÉ*, só corroboram com essa assertiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando Dilma Rousseff disputou pela primeira vez as eleições para Presidenta no ano de 2010, teve que lidar com inúmeros desafios, o maior deles talvez, o machismo e a misoginia. Sua imagem pública foi atacada de diversas formas. Questionaram sua sexualidade, sua vida íntima, sua racionalidade, sua competência para governar o Brasil. Na disputa de 2014 não foi diferente, apesar de estar no cargo há quatro anos, Dilma sofreu os mesmos ataques da eleição anterior, com o diferencial do uso exagerado das mídias sociais para atingir sua imagem, o que eclodiu no seu afastamento definitivo do cargo de Presidenta, ao completar um ano e oito meses de governo, no dia 31 de agosto de 2016, a partir da votação de seu *impeachment* no Senado Federal, com 55 votos a favor, 22 contra, 01 abstenção e 03 ausentes.

Podemos afirmar que, no caso de candidaturas femininas, o processo de desconstrução ou retirada de legitimidade política, que é a base da representação, é quase sempre feito sob a lógica machista da sociedade. As desconstruções que os políticos sofrem durante o processo eleitoral passam pelo recorte de gênero. As mulheres que se “atrevem” ao protagonismo no mundo público têm como desafio enfrentar a realidade machista.

Como vimos ao longo do artigo, não é fácil ser do gênero feminino em uma sociedade marcada pela dominação masculina; mais difícil ainda, parece ser a disputa por espaços de poder político. Tal ambiente, marcado em sua maioria pelo gênero masculino, não vê com “bons olhos” a convivência, o diálogo e o trabalho em comum com o outro gênero.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

Pela primeira vez assistimos a ascensão de uma mulher ao mais alto cargo do Brasil, a Presidência da República, e por ironia, assistimos, igualmente a sua queda. Assim, como uma última reflexão nos perguntamos e, ao mesmo tempo, deixamos para análises posteriores, se uma das causas que motivaram as práticas de misoginia e de desrespeito à mulher Dilma Rousseff e que eclodiu com o seu afastamento, para além dos interesses econômicos e dos embates sociais, não se deve à sua identidade de gênero? Os discursos de emocionalmente doente, como alguns dos que reproduzimos neste texto intencionam abalar o feminismo, personificado na primeira mulher eleita Presidenta do Brasil.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso das Mídias, São Paulo, Contexto, 2006.

MIGUEL, Luis Felipe & BIROLI, Flávia. Caleidoscópio Convexo. Mulheres, política e mídia. São Paulo, Editora Unesp, 2011.

PAIVA, Raquel. Política: palavra feminina. Rio de Janeiro: Mauad X. 2008.

PINHEIRO, Luana Simões. Vozes Femininas na Política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

PARDELLAS, Sérgio.; BERGAMASCO, Débora. Uma Presidente fora de si. *IstoÉ*, São Paulo, ano 39, v. 2.417, p.32-39, 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Sociedade*. Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, jun./dez, 1995. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

STRECKER, Marcos. Bolsonaro – Ele – não se porta como o Rei da Selva. *IstoÉ*, São Paulo, ano 42, n° 2601, p.22-27, 2019.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

## PÔSTER

### O DEBATE SOBRE CRECHE NO JONAL *MULHERIO* (1981-1983)

Karolliny Joally das Neves Miranda

Universidade Federal de Campina Grande.

karolmiranda03@gmail.com

Michelly Pereira Sousa Cordão.

michellycordao@gmail.com

## INTRODUÇÃO

No atual cenário acadêmico, o tema da creche tem encontrado espaço nos debates e produções, sobretudo aqueles desenvolvidos por pesquisadoras das áreas da pedagogia, da psicologia e do direito. Nessas discussões, é comum que se recupere a luta por creches empreendida pelos movimentos de mulheres nas décadas 1970 e 1980, aqui no Brasil.

Aqui, ao também recuperarmos essa luta, de grande importância para a história dos movimentos sociais brasileiros, procuramos refleti-la, por meio da perspectiva histórica, a partir das edições do jornal feminista *Mulherio* (1981-1988).

Pretendemos fazer isso analisando as representações que as feministas desse jornal elaboraram para a creche. Aqui, partimos do entendimento de que as representações não apenas produzem e reproduzem práticas sociais, mas também estão associadas aos significados que os sujeitos e os grupos atribuem a essas práticas, que formam o mundo social em que vivem (CHARTIER, 1991). Dessa forma, consideramos que as representações implicam uma relação de reciprocidade entre um mundo social que significa os sujeitos, e sujeitos que continuamente significam o mundo. Assim, consideramos que as representações que as feministas do *Mulherio* elaboraram não apenas para a creche, mas para todo tipo de questão associada à maternidade, diz muito





sobre as formas com que elas encaravam e viviam o ser mãe, o ser mulher e o ser feminista na sociedade brasileira daquela época.

### **O DEBATE SOBRE CRECHE NAS PÁGINAS DO MULHERIO (1981-1983)**

Aqui no Brasil, a atuação dos chamados movimentos feministas de Segunda Onda se deu a partir de meados da década de 1970. Sua particularidade esteve associada à luta contra a ditadura civil-militar, que se instalara no poder desde 1964.

Uma das características dos movimentos feministas desse período foi a intensa produção de uma imprensa, tomada como veículo de promoção de debates e de divulgação de suas pautas. Um desses impressos produzidos foi o jornal *Mulherio* (1981-1988). Sediado em São Paulo, o jornal recebeu apoio financeiro da Fundação Carlos Chagas (até 1983) e da Fundação Ford (até 1987). Conforme Cardoso (2004), podemos localizar o *Mulherio* na segunda geração da imprensa feminista brasileira pós-1974, cuja principal característica era a de ser um jornal que privilegiava a discussão das questões de gênero, sendo uma delas a luta por creches.

Apesar dessa luta não ter sido uma pauta apenas das feministas – nem tampouco apenas daquelas vinculadas ao *Mulherio* –, conseguindo reunir uma diversidade de mulheres para além daquelas que militavam no movimento (TELLES, 2015), percebemos que ela foi, em grande medida, uma luta específica do gênero feminino. E isso não é de se estranhar pois, ao analisarmos sob a perspectiva da longa duração (BRAUDEL, 1965), reconhecemos que as funções sociais relacionadas à reprodução e ao cuidado foram – e permanecem –, quase sempre, associadas ao gênero feminino (BADINTER, 1985; SCAVONE, 1985).

Aqui, a noção de divisão sexual do trabalho também nos ajuda a melhor compreender a questão, ao se referir justamente à divisão social do trabalho que tem por base as diferenças de gênero (KERGOAT, 2003). Sendo assim, os sujeitos socialmente identificados por mulheres, por terem a capacidade biológica de gestar, parir e amamentar as crianças, foram, por isso, considerados os responsáveis pela sua criação e cuidado. Ou seja, pelos encargos sociais da maternidade.





E foi contra essa divisão, que tanto contribuiu para a perpetuação da desigualdade entre homens e mulheres, que muitas brasileiras dos anos 1980 lutaram, ao levantarem a bandeira da luta por creches. Tal reivindicação foi possibilitada por um contexto mais amplo de crescente profissionalização e/ou inserção das mulheres no mercado de trabalho, bem como de retomada dos movimentos feministas, que, nesse momento, cada vez mais promoviam a politização da esfera privada (TELLES, 2015).

Dessa forma, se a partir do século XVIII a maternidade passou a ser socialmente valorizada, passando a ser tratada como algo sagrado pela mentalidade burguesa ocidental (BADINTER, 1985), os movimentos feministas de meados do século XX foram os responsáveis por problematizá-la (SCAVONE, 2001), procurando melhor compreendê-la em suas contradições. Tal perspectiva é identificada na edição de número 1 do *Mulherio*, que traz uma série de artigos explorando as contradições e os dilemas da maternidade. No artigo intitulado *Paraíso perdido ou reencontrado?*, por exemplo, Carmen Barroso enfatiza

A profunda contradição, entre, de um lado, a exaltação mistificadora da função maternal e, de outro, as precárias condições oferecidas pela sociedade para o desenvolvimento saudável das crianças e o exercício da maternidade<sup>370</sup>.

Em meio às precárias condições denunciadas, as quais limitavam o exercício pleno e saudável da maternidade, temos o problema da falta de creches. Problema que, em grande medida, afetava as mulheres trabalhadoras, sobretudo as operárias, empregadas domésticas e agricultoras, que, no geral, eram aquelas advindas dos estratos menos favorecidos e mais necessitados da sociedade. Tratava-se de mulheres que tinham de trabalhar, para sustentar seus filhos, mas que não tinham com quem deixá-los.

Sem dúvida, eram mulheres para quem a maternidade, em oposição ao discurso dominante denunciado pelas feministas, não lhes tinha feito alcançar o paraíso, mas contribuído para aumentar ainda mais suas agonias e angústias. Afinal, não é outra a constatação que temos ao ler o depoimento de Neuza Nogueira, trabalhadora têxtil da

<sup>370</sup> *Mulherio*, maio-junho de 1981, p. 8.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

cidade de São Paulo, que diz que “Ter filhos, para nós trabalhadoras, ao invés de alegria, muitas vezes é uma verdadeira tragédia. Não temos local adequado para deixar os nossos filhos enquanto trabalhamos”<sup>371</sup>.

Em seu depoimento, Margarida M. Alves, agricultora paraibana, fala do problema da falta de creches que também atingia as trabalhadoras rurais:

É muito triste a situação da mãe rural. Ela muitas vezes deixa os filhos também e vai cortar cana, plantar cana, semear a bandeira da cana e, enquanto isso, os meninos ficam arengando com os vizinhos, jogando pedra, brincando de espingarda quando o pai, às vezes, deixa fácil por descuido, e já tem morrido criança por falta de tiro de espingarda. Isso porque as mães não podem dar assistência aos filhos: elas não querem ver o menino morrer de fome, então vão ganhar um diazinho de serviço<sup>372</sup>

Para essa época, no referente ao acesso a creches, alguns podem argumentar que, em termos jurídicos, de fato as mulheres-mães que trabalhavam no campo viviam uma situação bem pior do que as que trabalhavam nos grandes centros urbanos do país. Claro que, entre ambas, havia grandes diferenças, mas, ao analisarmos as fontes, percebemos que a falta de creche era um problema constante na vida das mulheres trabalhadoras, independente de seus espaços ocupacionais.

No artigo *A lei existe. Mas, ora, a lei*, por exemplo, vemos o *Mulherio* fazer uma denúncia da ineficiência da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) no referente à garantia do acesso à creche às mulheres trabalhadoras. De acordo com o posicionamento do jornal, era falho o artigo da CLT que determinava que empresas com mais de 30 mulheres empregadas, em idade entre 16 e 40 anos, deveriam ofertar creches para suas funcionárias, porque, segundo o jornal:

De acordo com informações do Ministério do Trabalho, se a obrigatoriedade legal fosse cumprida, apenas dois por cento da força de trabalho feminina na idade estipulada (entre 16 e 40 anos) estaria coberta. Muitas mulheres trabalham sem registro, outras em empresas pequenas (com menos de 30 empregadas nessa faixa de idade) e outras, ainda, sequer são alcançadas pelos direitos da CLT, como as empregadas domésticas e as trabalhadoras rurais<sup>373</sup>.

<sup>371</sup> *Mulherio*, novembro-dezembro de 1981, p. 11.

<sup>372</sup> *Idem*.

<sup>373</sup> *Idem*.





### III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

E nesse anseio por creche, algo interessante que aparece nas representações do *Mulherio* é que, nelas, a defesa da creche não se dá apenas no sentido de garantir o direito de as mulheres participarem da vida produtiva. Analisando as fontes, constatamos que, para as mulheres e, sobretudo, para as feministas desse momento, lutar por creche também significava combater a divisão sexual do trabalho, bastante expressa no discurso de que “[...] cuidar, proteger e educar a criança pequena é tida como um problema da mãe, e só da mãe”<sup>374</sup>.

Ao fazerem isso, essas mulheres procuravam promover a socialização das tarefas de cuidado, a fim de que essas deixassem de ser consideradas “coisa de mulher”, e passassem a ser exercidas por toda a sociedade. Nesse sentido, de acordo com as feministas, era preciso considerar a criação dos filhos “[...] não mais como um assunto privativo de cada mulher, mas como um problema da coletividade”<sup>375</sup>.

Outro ponto interessante da perspectiva feminista no referente à luta por creches é a consciência, partilhada pelas mulheres que reivindicavam a pauta, de que isso se tratava de um direito. Retomando o depoimento da trabalhadora Neuza Nogueira, concedido ao jornal, ela fala que: “[...] quando exigimos que o governo instale creches onde moramos estamos exigindo um direito que é nosso”<sup>376</sup>. Além disso, o seguinte trecho da fala de Neuza aponta para uma mudança de visão, que se dava naquele momento, dentro do movimento de luta por creches:

Gostaríamos de ressaltar que nas creches não queremos que nossos filhos sejam apenas “vigiados” durante a nossa jornada de trabalho. Como a própria lei determina, queremos que sejam também assistidos. E assistidos para nós é: cuidados higiênicos, cuidados médicos, alimentação adequada, estímulos para o desenvolvimento intelectual etc.<sup>377</sup>

A análise dessa mudança é interessante, pois ela aponta para o potencial crítico do movimento de luta por creches encabeçado pelas mulheres. Se antes a defesa da creche estava associada ao direito de trabalho das mulheres-mães, depois essa visão

<sup>374</sup> *Mulherio*, novembro-dezembro de 1981, p. 9.

<sup>375</sup> *Idem*.

<sup>376</sup> *Mulherio*, novembro-dezembro de 1981, p. 11.

<sup>377</sup> *Idem*.





muda, com a noção de que a creche era um direito não apenas da mulher, mas também de seus filhos, que, desde crianças, deveriam ter acesso à educação (MACEDO, 2015).

Para isso, a hipótese lançada é de que essa mudança esteve associada à evolução do pensamento feminista aqui no Brasil. É fato que o movimento de luta por creches não esteve subordinado ao feminismo, no entanto, nele encontrou grande potencial crítico. Assim, na medida em que os grupos e organizações feministas romperam com os partidos de esquerda, que privilegiavam a dominação de classe, suas integrantes puderam aguçar seus olhares para as invisíveis opressões que se davam na esfera privada, e que atingiam, sobretudo, mulheres e crianças.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao recuperarmos essa luta, é importante enfatizarmos os seus ganhos, sobretudo ao ter promovido grandes avanços na maneira como a legislação brasileira passou a encarar a educação e o cuidado infantil (TELLES, 2015). No entanto, sabemos que as conquistas sociais não se dão de forma definitiva na história. Sendo assim, a luta dessas mulheres deve ser retomada e ressignificada tendo em vista o atual contexto, de crescente avanço do neoliberalismo e do conservadorismo no Brasil e no mundo. Trata-se de um momento tenso em nossa história, em que acompanhamos a retomada de discursos – machistas – que visam, novamente, inserir a mulher no chamado âmbito vida privada. Além disso, as atuais ondas de privatizações não apenas entravam, como também retrocedem o caminho da socialização das tarefas de cuidado, tão fundamental para o fim da desigualdade de gênero. Nesse contexto, em que cada vez mais se prega o “Estado mínimo”, desobrigando-o, assim, a fornecer assistência, amparo e cuidado para os seus cidadãos, cada vez mais o encargo dessas atividades tem sobrado para as mulheres. Portanto, trata-se de um contexto que explora e realça, ainda mais, as desigualdades sociais, inclusive as de gênero. Assim, desejamos que a luta dessas mulheres do passado nos sirva de exemplo para permanecermos em nossas lutas nesse presente desencorajador e desumano.





## REFERÊNCIAS

- BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BRAUDEL, Fernand. “História e Ciências Sociais. A longa duração”. In Revista de História, v. XXX, n. 62, abr/jun, 1965.
- CARDOSO, Elisabeth. Imprensa feminista pós-1974 (dissertação de mestrado). São Paulo, 2004.
- CHARTIER, Roger. “O mundo como representação” (p. 173-191). In Estudos Avançados, 11(5), 1991.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In. EMÍLIO, Marli; TEXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (org.). Trabalho e cidadania ativa para mulheres: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Geral da Mulher, 2003.
- MACEDO, Elina Elias. Os direitos das crianças no centro da luta por creche In: FINCO, Daniela; GOBBI, Maria Aparecida; FARIA, Ana Lúcia de. (org.). Creche e Feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora. Campinas: Edições Leitura Crítica; Associação de Leitura do Brasil – ALB; São Paulo: Fundação Carlos Chagas – FCC, 2015. (p. 79-93).
- SCAVONE, Lucila. “As múltiplas faces da maternidade” (p. 37-49). Cad. Pesq., São Paulo (54): 37-49, agosto, 1985.
- \_\_\_\_\_. “A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais” (p. 137-150). In Cadernos Pagu (16), 2001, pp. 137-150.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. A participação feminista na luta por creches!. In: FINCO, Daniela; GOBBI, Maria Aparecida; FARIA, Ana Lúcia de. (org.). Creche e Feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora. Campinas: Edições Leitura Crítica; Associação de Leitura do Brasil – ALB; São Paulo: Fundação Carlos Chagas – FCC, 2015. (p. 21-33).





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

